

# Jornal da UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## Universidade

• Gerd Bornheim • José Paulo Bisol • Jorge Gerdau  
Johannpeter • Lya Luft • Flavio Del Mese • Vitor Ramil •  
Flávio Fava Moraes • Boaventura de Souza Santos •  
Gilberto Schwartzmann • Ruben Oliven • Sérgio Adorno •  
Milton Formoso • Miguel Murmis • Daniel Herz • Eduardo  
Corsetti • Jefferson Barros • Maria Helena Weber • Jorge  
Brovetto • Xico Stockinger • Alberto André • Rodolfo Pinto  
da Luz • José Saramago • Carlos Alexandre Netto • Hugo  
Juri • Ruy Carlos Ostermann • Octávio Ianni • Jader Nunes  
de Oliveira • Barbosa Lessa • Roman Maiorga • Ubaldo  
Zuñiga • Eva Sopher • Miguel Rojas Mix • Lauro Mohry • Jair  
Krischke • Gonçalo Guimarães • Carlos Rodrigues  
Brandão • Wrana Maria Panizzi • Cida Moreira • Antonio  
Carlos Borges Cunha • Luis Miranda • Nelson Boeira • Tarso  
Genro • Lúcio Kowarick • Reinaldo Guimarães • Mauro  
Knijnik • Andrew Simpson • Francisco Mauro Salzano • Leo  
Hartmann • Maria Inês Schmidt • Carlos Tucci • Evgen  
Bavcar • Evandro Mirra • Armino Trevisan • Noam  
Chomsky • Luiz Oswaldo Leite • Carlos Roberto  
Santos • Marco Antonio R. Dias • Gabriel Macaya  
Trejos • Renato Janine Ribeiro • Rafael Guarga • Anthony  
Garotinho • Ciro Gomes • José Serra • Luiz Inácio Lula da  
Silva • Sérgio Ferreira • Cristóvam Buarque • Roberto  
Amaral • Luiz Fernando de Abreu Cybis • João Luiz  
Becker • José Vicente Tavares dos Santos • Renato Machado  
de Brito • O Que É A Paz? • Paulo Vinentini • Sérgio  
Rezende • Marcel Bursztyn • Dilvo Ristoff • Ana Lúcia  
Almeida Gazzola • Zuenir Ventura • Ennio Candotti •

## Entrevistas



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

José Carlos Ferraz Hennemann

Jornal da Universidade

Clóvis Ott

Editor-Chefe

Ida Stigger

Editora Executiva

**Jornal da**  
**Universidade**

•Gerd Bornheim•José Paulo Bisol•Jorge Gerdau  
Johannpeter•Lya Luft•Flavio Del Mese•Vitor Ramil.  
Flávio Fava Moraes•Boaventura de Souza Santos.  
Gilberto Schwartzmann•Ruben Oliven•Sérgio Adorno.  
Milton Formoso•Miguel Murmis •Daniel  
Herz•Eduardo Corsetti•Jefferson Barros•Maria Helena  
Weber•Jorge Brovetto•Xico Stockinger•Alberto  
André•Rodolfo Pinto da Luz •José Saramago•Carlos  
Alexandre Netto•Hugo Juri•Ruy Carlos Ostermann.  
Octávio Ianni•Jader Nunes de Oliveira•Barbosa  
Lessa•Roman Maiorga•Ubaldo  
Zuñiga•Eva•Sopher•Miguel Rojas Mix•Lauro  
Mohry•Jair Krischke•Gonçalo Guimarães•Carlos  
Rodrigues Brandão•Wrana Maria Panizzi•Cida  
Moreira•Antonio Carlos Borges Cunha•Luis  
Miranda•Nelson Boeira•Tarso Genro•Lúcio  
Kowarick•Reinaldo Guimarães•Mauro Knijnik•Andrew  
Simpson•Francisco Mauro Salzano•Leo  
Hartmann•Maria Inês Schmidt•Carlos Tucci•Evgen  
Bavcar•Evandro Mirra•Armindo Trevisan•Noam  
Chomsky•Luiz Oswaldo Leite•Carlos Roberto  
Santos•Marco Antonio Dias•Gabriel Macaya  
Trejos•Renato Janine Ribeiro•Rafael Guarga•Anthony  
Garotinho•Ciro Gomes•José Serra•Luiz Inácio Lula da  
Silva•Sérgio Ferreira•Cristóvam Buarque•Roberto  
Amaral•Luiz Fernando de Abreu Cybis•João Luiz  
Becker•José Vicente Tavares dos Santos•Renato Machado  
de Brito•O Que É A Paz?•Paulo Vizentini•Sérgio  
Rezende•Marcel Bursztyn•Dilvo Ristoff•Ana Lúcia  
Almeida Gazzola •Zuenir Ventura •Ennio Candotti •

**Entrevistas**

© Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
1ª edição: 2004

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Rosâne Vieira  
Revisão: Ida Stigger e Flavia Boni Licht  
Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosâne Vieira  
Fotografia: Cibele Vieira, Daniela Picoral, Patrícia Haubert,  
Reni Jardim e Ricardo Andrade.

---

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadoria de Comunicação Social

Entrevistas / Jornal da Universidade. - Porto Alegre : UFRGS, 2004

Apresentação de Wrana Maria Panizzi

1. Jornalismo - Entrevista. 2. Cultura - Intelectuais - Entrevista.  
I. Jornal da Universidade UFRGS. II. Panizzi, Wrana Maria. III. Ott, Clovis.  
IV. Título.

CDU 07  
008

---

Catálogo na publicação: Biblioteca Central da UFRGS

## Sumário

Apresentação / 6	414 / Lúcio Kowarick
Gerd Bornheim / 8	424 / Reinaldo Guimarães
José Paulo Bisol / 18	436 / Mauro Knijnik
Jorge Gerdau Johannpeter / 30	450 / Andrew Simpson
Lya Luft / 40	460 / Francisco Salzano
Flávio Del Mese / 52	460 / Léo Afraneo Hartmann
Vitor Ramil / 62	472 / Maria Inês Schmidt
Flávio Fava de Moraes / 74	478 / Carlos Tucci
Boaventura de Souza Santos / 84	482 / Evgen Bavcar
Gilberto Schwartzmann / 96	496 / Evandro Mirra
Ruben Oliven / 102	506 / Armindo Trevisan
Sérgio Adorno / 114	516 / Mesa Redonda
Milton Formoso / 128	532 / Noam Chomsky
Miguel Murmis / 138	540 / Luiz Osvaldo Leite
Maria Helena Weber / 150	550 / Carlos Roberto A. dos Santos
Daniel Herz / 150	558 / Marco Antonio R. Dias
Eduardo Corsetti / 150	574 / Gabriel Macaya Trejos
Jefferson Barros / 150	582 / Renato Janine Ribeiro
Jorge Brovetto / 164	590 / Rafael Guarga
Xico Stockinger / 174	598 / Anthony Garotinho
Alberto André / 182	598 / Ciro Gomes
Rodolfo Pinto da Luz / 192	598 / José Serra
José Saramago / 200	598 / Luís Inácio Lula da Silva
Carlos Alexandre Netto / 210	608 / Daniel Herz
Hugo Juri / 220	618 / Reitores
Ruy Carlos Ostermann / 232	626 / Dirigentes
Octavio Ianni / 244	636 / Sérgio Ferreira
Jader Nunes de Oliveira / 254	646 / Cristovam Buarque
Barbosa Lessa / 264	656 / Roberto Amaral
Roman Maiorga / 274	662 / João Luís Becker
Ubaldo Zuñiga / 282	662 / José Vicente Tavares dos Santos
Eva Sopher / 294	662 / Luís Fernando de Abreu Cybis
Miguel Rojas Mix / 304	662 / Renato Machado de Brito
Lauro Mohry / 314	672 / O que é a paz?
Jair Krischke / 324	684 / Paulo Vinentini
Gonçalo Guimarães / 336	692 / Sergio Rezende
Carlos Rodrigues Brandão / 346	700 / Reitores avaliam
Wrana Maria Panizzi / 356	encontro com Lula
Cida Moreyra / 368	708 / Marcel Bursztyn
Antônio Carlos Borges Cunha / 376	716 / Dilvo Ristoff
Luiz Miranda / 386	722 / Ana Lúcia Gazzola
Nelson Boeira / 386	730 / Zuenir Ventura
Tarso Genro / 402	738 / Ennio Candotti

## APRESENTAÇÃO

Em 2004, o *Jornal da Universidade* completa sete anos e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul comemora seu septuagésimo aniversário. Estas datas, relacionadas a experiências diferentes, parecem marcadas por um mesmo traço, que mistura juventude e maturidade.

Para uma universidade, instituição milenar em alguns países, sete décadas de existência representam apenas um início de caminhada. E, no entanto, como todos sabemos, a UFRGS – esta jovem instituição septuagenária – é uma das mais antigas universidades brasileiras. Creio que a juventude com ares de maturidade, que caracteriza nossa Universidade, faz dela uma instituição ainda mais consciente de suas virtudes, de suas responsabilidades e, sobretudo, de seus imensos desafios.

Sabemos que a UFRGS, além de ser uma de nossas mais antigas universidades, é uma das mais qualificadas do Brasil. Isto nos enche de alegria e de orgulho. Porém, todos sabemos igualmente que a universidade é uma destas instituições cujo êxito somente pode ser corretamente avaliado no longo prazo.

Uma universidade que dá as costas ao passado e que, ao mesmo tempo, não sabe renovar-se de maneira permanente, está condenada ao fracasso. Ao mirarmos a breve história da UFRGS, veremos que, diante dos desafios do futuro, se muito já foi realizado, quase tudo ainda está por fazer – porque uma universidade somente é de fato uma instituição viva quando sabe ser “contemporânea de seu tempo”.

O *Jornal da Universidade* ainda dá os seus primeiros passos. Sabemos entretanto que, em nosso país, poucos jornais completam sete anos de existência. Assim, podemos dizer que a breve história do *Jornal da Universidade* igualmente está marcada pela juventude e pela maturidade. A pluralidade, a polêmica, a reflexão crítica, o exercício pleno da liberdade acadêmica, a exploração permanente de novas fronteiras e de novos horizontes, a abertura para o diálogo, o encontro entre arte, ciência e cultura – tudo isso, para a institui-

ção universitária, é tão importante como o ar que respiramos. Um jornal contribui para que uma universidade amplie e qualifique seu relacionamento com a sociedade e com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica. Por isso, há sete anos a administração central da UFRGS criou o *Jornal de Universidade* – e, desde então, não mediu esforços para garantir sua continuidade.

Ao longo de seus poucos anos de existência, o *Jornal da Universidade* andou, cresceu e, ao mesmo tempo, procurou seu caminho. Esta busca, sabemos hoje, orientou-se para a valorização da diversidade e do diálogo com os mais variados setores da comunidade acadêmica e da sociedade. Eis aí uma procura que me parece justa e pertinente, sobretudo para um jornal que traz em seu nome a palavra *universidade*. Eis aí uma experiência que merece prosseguimento.

As setenta entrevistas reunidas nesta coletânea, publicadas entre setembro de 1997 e maio de 2004, são um pequeno mas significativo testemunho da trajetória recente do nosso jornal, de sua procura e de seus caminhos. Em suas páginas, os cientistas, artistas, escritores, jornalistas, dirigentes políticos, reitores, autoridades governamentais, empresários e tantas outras personalidades entrevistadas desenharam um belo e abrangente mosaico de opiniões e visões do mundo, contando para tanto com a colaboração de meia centena de entrevistadores – jornalistas, professores e estudantes de nossa Universidade. Este livro é pois mais uma demonstração do compromisso da UFRGS com a pluralidade e com o diálogo. Ao publicá-lo, queremos homenagear os milhares de gaúchos e brasileiros que, muitas vezes de maneira anônima, dentro e fora da Universidade, de fato são os construtores de uma das mais valiosas e exitosas instituições do Brasil republicano – a Universidade Pública.

Wrana Panizzi  
Reitora da UFRGS

## Gerd Bornheim



**“Chega de preguiça ontológica.  
Sem política não há salvação”**

*O pensador, crítico, autor, conferencista e professor Gerd Bornheim veio do Rio, em agosto, para falar sobre a dúvida em Sartre, no Museu da Dúvida. Gerd é professor da UFRJ mas começou sua carreira na UFRGS, onde foi diretor do CAD e recebeu o título de professor emérito. Cassado pela ditadura militar, viveu e lecionou na Europa, escreveu 12 livros, e se dedicou a estudar em especial Sartre, Brecht e Heidegger. Antes da conferência, conversou com a equipe do Jornal da Universidade: os jornalistas Ademar Vargas de Freitas, Clovis Ott, Christa Berger, Juarez Fonseca, Luís Milman, Renato Hoffmann e o professor Luiz Augusto Fischer.*

SETEMBRO 1997 - EDIÇÃO N<sup>o</sup> 1

**Jornal da Universidade** - O senhor dizia, 25 anos atrás, respondendo uma pergunta sobre a filosofia, que o Brasil tinha uma atividade filosófica expressiva, mas não tinha um pensador, uma obra de destaque internacional. O que o senhor mudaria, hoje, nessa resposta?

**Gerd Bornheim** - Olha, não muita coisa, viu? Eu continuo achando que há uma atividade filosófica rica no Brasil. No eixo Rio-São Paulo é uma coisa impressionante o que há de cursos, conferências, palestras e coisas desse tipo.

O interesse do público por essas coisas me deixa impressionado. Eu participo muito, por exemplo, daquela série de conferências da Funarte, que até são publicadas pela Companhia das Letras. Aquilo é uma coisa extraordinária. São mil, 1.500 pessoas em Brasília.

Então atividades e interesse existem. A filosofia está cada vez mais se embrenhando entre aqueles que não são do ramo. Não por culpa dela. A psicanálise, por exemplo, exige conhecimentos de ordem filosófica.

A presença da filosofia no Brasil é muito forte. Agora, o surgimento de um grande filósofo é outro problema, porque no fundo são esses mistérios da história. Não se descobriu um tipo de educação em país ocidental que pudesse ser feita de tal maneira que viesse a reflorescer a filosofia.

Por que é que, na Grécia, a filosofia surgiu 2.500 anos atrás, durou um século mais ou menos e depois nunca mais a Grécia produziu nada de filosofia? São essas injunções históricas muito difíceis de ser esclarecidas. Agora, atividade filosófica qualquer país pode ter, desenvolver, fomentar.

**JU** - Recentemente um nome importante da filosofia no país se pronunciou a respeito da volta do ensino dessa disciplina no ensino médio e concluiu que não valia muito a pena.

**Gerd** - Como era feito antigamente não valia a pena, mesmo. Começavam ensinando lógica e a filosofia se tornava antipática. Hoje, está diferente. Aqui no Sul, eu não sei se já se estuda filosofia no segundo grau, mas no Rio, por exemplo, existe em todas as escolas.

Particpei diversas vezes de curso de especialização e atualização de professores no sentido de dar um nível mais humano, uma inquietação mais acentuada, um espírito crítico mais desenvolvido. Eu tenho a impressão que no Rio está se conseguindo.

**JU** - Qual seria a tônica do ensino da filosofia?

**Gerd** - Não ter compromisso com o sistema de idéias abstratas, São Tomás de Aquino, coisas assim. No Rio, isso é feito em um colégio de excelência, o Colégio São Bento, acho. Nem no seminário se verifica isso.

É mais a idéia de tocar a realidade humana, de responsabilizar o aluno dentro da realidade na qual ele vive, fazer dele, de fato, um cidadão. Passa por aí, pela política. O estudo amplo da palavra, centrada no homem, centrada na realidade. Fica muito mais interessante...

**JU** - Até aqui me pareceu que o senhor se refere à filosofia acadêmica. Há um outro tipo de pensamento nacional que o senhor considere digno?

**Gerd** - Agora, eu vou escandalizar um pouco vocês. Um exemplo é Carlos Drummond de Andrade. No livro *A Crise da Razão*, que foi o último da série da Funarte que saiu, eu acabo com uma citação de página inteira de um verso de Drummond. E digo exatamente isso: ele é o nosso pensador.

O pensador está na poesia de um Drummond de Andrade. E, por que não dizer também (sem muita ironia, não), na música de um Caetano Veloso. Eu respeito muito este tipo de atividade.

Tem certas fases da obra de Drummond em que ele mergulha fundo, por exemplo, no niilismo. É um tema que eu ainda não vi discutido em nenhuma tese ou ensaio. O conteúdo metafísico, essa inquietação mais radical, que é uma característica da poesia do século XX, muito raro na poesia do passado.

Poesia de um Elliot, um Rilke, um Fernando Pessoa, um Paul Valéry... têm muitos poetas que têm essa inquietação extraordinária de fato, e que revela uma formação filosófica, com maturidade, inclusive. Eu vejo por aí: uma atividade filosófica simulada, travestida em poesia, mas que é filosofia.

**JU** - Como é que a filosofia profissional recebe esse tipo de conclusão à qual o senhor chega, e como isto repercute no meio acadêmico? Qual é o perfil da filosofia acadêmico-profissional brasileira?

**Gerd** - É muito diversificado. Mas o que eu disse há pouco, em geral, não é muito bem visto. Porque, se relega pro campo da poesia, e na poesia se diz que falta o rigor do raciocínio, o rigor filosófico.

Mas eu acho um pouco exagerado isso, porque se interpreta bem um Drummond pode-se fazer um belíssimo ensaio ou livro sobre a poesia dele, que ressalte justamente as dimensões filosóficas de sua obra.

E há mais gente por aí. Mesmo o meu vizinho, lá no Rio, o João Cabral de Mello Neto, tem coisas muito interessantes também.

**JU** - Isso não passa por aquela coisa de separar o filosofia erudita da filosofia popular?

**Gerd** - No meu entender, isso é um pouco ocioso demais. Porque a gente esquece do que realmente importa de ser pensado. E que está no Drummond, por exemplo. O que é que vou fazer, se isto está no Drummond? Tenho que buscar é no Drummond. Ele colocou as coisas no papel direitinho, e numa linguagem maravilhosa, que conseqüentemente tem o seu rigor. Não é uma linguagem sem rigor. É um rigor poético, mas uma coisa altamente construída. É consciente por parte do poeta.

**JU** - Esse caráter instrumental da filosofia analítica é parente do pragmatismo dos sociólogos da linha do Fernando Henrique?

**Gerd** - Não penso assim. A origem do Fernando Henrique é o marxismo de esquerda. Eu acho que de filosofia o presidente não entende muita coisa, não. Eu tenho impressão que ele abdicou de todo este tipo de preocupação. Ele se esvaziou dessas coisas todas.

**JU** - O senhor está dizendo que ele não pensa mais, é isto?

**Gerd** - Ele não tem mais a inquietação intelectual que ele tinha. Preocupação com filosofia, acho que ele nunca teve.

**JU** - Será que é porque o intelectual é inimigo do poder?

**Gerd** - É um problema que se coloca. Goethe, por exemplo, falava do conflito entre o príncipe e o poeta. Ele foi as duas coisas, foi primeiro-ministro na Alemanha. Eu acho muito difícil conciliar essas duas coisas. Dentro da Universidade, por exemplo, é muito complicado conciliar a pesquisa, a criação da pesquisa, com a administração. Agora, tem exceções.

**JU** - A respeito o individualismo, o senhor acha que esta característica do ser humano tem se exacerbado neste final de século?

**Gerd** - Eu acho que o individualismo hoje está vivendo uma crise muito radical. O individualismo começa, de fato, nos tempos modernos, a partir dos séculos XV e XVI. É aí que surge o retrato. No passado havia “retratos” dos deuses, das deusas, dos reis, dos heróis, que eram protótipos, modelos, era a grande encarnação da pedagogia. Agora aquele retrato renascentista – tanto o italiano, quanto o flamengo que Rembrandt fazia – foi muito importante, historicamente falando, porque é a afirmação do indivíduo. Aí surge propriamente o indivíduo. Tem que pensar que os gregos, com toda a filosofia deles, nunca discutiram a liberdade. Só Aristóteles tem algumas linhas sobre a liberdade. Eles eram cidadãos, que gostavam de ser cidadãos, mas a liberdade é uma conquista histórica extraordinária e que se acentuou nos tempos modernos, através da exacerbação do valor do indivíduo.

Agora, no século XX o retrato entra em crise, não há mais grandes retratistas. Como é que se explica uma coisa dessas? É que no século XX se começa a perceber um certo desgaste do indivíduo. O expressionismo alemão é muito rico nesse sentido. Ele é o homem massa, um tanto robotizado, mas é sempre um processo de desindividualização, de coletivização, socialização. Isso representa a dissolução do eu, que passa a não ter mais aquela importância que tinha no século passado.

**JU** - O tema da identidade nacional nunca foi uma preocupação do seu trabalho. Por quê?

**Gerd** - Porque eu já nasci e me formei intelectualmente num momento em que o nacionalismo começou a ser desacreditado. Eu acho que o nacionalismo tem uma razão histórica fortíssima para ser, por exemplo, no Brasil, na época de Getúlio Vargas ao fim da Era JK. Mas depois se desgastou de modo impressionante, virou caricatura de si mesmo, foi a bandeira das ditaduras militares, também. Eles inventaram um capitalismo de estado violentíssimo, que é um abacaxi fantástico hoje também.

**JU** - E a globalização?

**Gerd** - Teoricamente falando, a globalização incidira numa espécie de indiferencialismo – tudo é mais ou menos igual e repetitivo. Mas há esse outro dado, que é a reivindicação das diferenças.

Hoje está se verificando uma espécie de revolução. De um lado vem um homem altamente repetitivo, feito sob medida pela sociedade de consumo, o que não é uma coisa negativa. De outro lado, a exigência da criatividade. E essa criatividade é muito forte na juventude, hoje, em todo o mundo.

**JU** - O que isso significa de fato?

**Gerd** - Eu acho que é essa necessidade de expressão do indivíduo, no sentido mais forte da palavra.

**JU** - Eu gostaria de pedir um depoimento sobre Porto Alegre, que é um tema que nos interessa a nós, aqui.

**Gerd** - Ah, eu sou porto-alegrense demais, entendeu? Mas Porto Alegre mudou muito, também.

**JU** - Que memórias imediatas lhe vêm à cabeça sobre a época em que o senhor saiu daqui?

**Gerd** - A da violência, da violência em 1964. Não por mim, entendeu? Eu não... não... Eu era chamado a cada três meses na Polícia Federal, na Avenida

Paraná. Sempre me chamavam. Mas eram só ameaças, eu nunca fui preso e nada disso. Mas eu sei de muita violência. Isso foi uma coisa que me marcou muito. Era antes e depois.

**JU** - Isso na sociedade do Rio Grande do Sul?

**Gerd** - Na Universidade. Há muitas maneiras de ser violento. Na Universidade teve gente que deixou de me cumprimentar, com medo. Com medo ou com ódio. Isso é uma maneira das pessoas se diminuírem, né? Uma maneira de fazer violência, e violência forte. Então, há um antes e um depois, de certa maneira.

**JU** - E da vida na cidade o que o senhor lembra, imediatamente?

**Gerd** - Ah, eu fui muito feliz aqui, entendeu? Sabe onde eu cresci? Eu cresci dentro do Theatro São Pedro. Naquele tempo tinha a Pró-Arte e o mundo inteiro se apresentava no Theatro São Pedro. Artistas que se apresentavam entre São Paulo/Rio e Buenos Aires.

Hoje não existe mais essas coisas porque é caríssimo. Naquele tempo existia possibilidade. Por exemplo, eu comprei uma biblioteca inteira em alemão, inglês, francês, italiano, só com o dinheiro da minha bolsa de estudos. Ainda hoje eu li no jornal que em Porto Alegre inauguraram uma praça em homenagem ao livreiro, tradutor e bibliotecário Herbert Caro. Ele merece.

**JU** - E agora, quando o senhor chega o que lhe salienta nesta cidade?

**Gerd** - Agora? Mudou muito Porto Alegre, eu acho. Mudou demais. Mas de repente eu fiz uma conferência ou duas lá na Usina do Gasômetro. Aquilo é extraordinário, muito bonito.

A Casa de Cultura Mário Quintana eu acho interessante, mas um pouco frio, talvez. Não sei o que é, talvez aquele tipo de organização. Está faltando um pouquinho de alma ali. Então, eu encontro essas coisas assim. Há no Brasil inteiro uma espécie de proletarização das cidades.

**JU** - Do que é que o senhor tem saudade?

**Gerd** - Eu tenho saudade sabe do quê? Do tempo do Érico e do Mário Quintana. Com o Mário Quintana nunca me dei muito, mas o Érico eu me dava bem com ele...

Eu gostava também daquela Rua da Praia mais provinciana. Eu achava muito bonitinho aquilo tudo. Tinha livrarias ótimas, muita coisa boa, muita coisa boa.

E essa humanidade eu não sinto tanto em Porto Alegre. Pode ser deficiência minha, pela minha ausência, digamos, mas eu venho com certa frequência para cá.

**JU** - Agora, outra provocação: 25 anos atrás, quando lhe perguntaram de que autores brasileiros o senhor gostava, o senhor citou em primeiro lugar Guimarães Rosa, e também citou Drummond. E quando lhe perguntaram sobre o Rio Grande do Sul, o senhor disse: “Ah, Rio Grande do Sul, coitado do Rio Grande do Sul, é de uma pobreza franciscana.”

**Gerd** - Ah, é? É, pois é, eu acho que são essas coisas da invenção, né? E do Érico... (ah, eu não vou falar dessas coisas...) acho um contador de histórias maravilhoso, mas não vai além disso. O Quintana, eu me delicio com o Quintana, sempre li o Quintana. Ele sempre vai um pouco para o anedótico demais. Não, não é uma deficiência, é uma opção, é o modo de ser dele. O estilo é o homem. Mas aí eu acho que as coisas ficam devendo um pouco.

**JU** - E nas artes plásticas?



**Gerd** - Nas artes plásticas a conjuntura é mais interessante. A escultura, sobretudo é interessante. E em pintura... o Iberê Camargo é o maior pintor contemporâneo. Eu acho o Iberê muito superior ao Portinari. O Portinari tem muito fogo de artifício ao redor dele. O Iberê tem uma densidade muito superior. E uma coisa que não está sendo explorada aqui no Sul, que eu vejo, é a música gaúcha. Eu tenho saudade das sonatas sabe de quem? Do Bruno Kiefer. A mulher dele tocava para mim quando eu almoçava na casa deles. Sonatas para piano... nunca foram gravadas. Eu acho uma coisa muito triste isso. Ele tem uma coisa boa, muita coisa boa.

**JU** - De quem mais o senhor se lembra?

**Gerd** - Na música? De todo aquele grupo que tinha... não se ouve falar mais deles. Do Luiz Cosme, do Armando Albuquerque, do Flávio Oliveira. Armando Albuquerque era meu amigo também. Tinha aquela coisa dele, delicada.

**JU** - A televisão tem a ver com a decadência da língua?

**Gerd** - Não se pode criar demônios. Claro que tem a ver, tudo tem a ver com tudo. Agora, o pessoal da televisão não fala sobre isso, mas eu acho que a grande revolução está no vídeo.

Eu moro no Rio, no Flamengo, que é qualquer bairro pequeno mas tem algumas dezenas de lojas de vídeo, inclusive especializadas, onde todo o mundo pode escolher seu filme. Então, não é aquela passividade da televisão. Logo, essa história está mal contada.

Todo mundo diz “a televisão manipula”. A idéia de que a televisão é uma coisa perigosa parece, mais ou menos, a um consenso. Só que, ao mesmo tempo, se desenvolve a consciência crítica em relação a esse tipo de procedimento. E isso não pode ser menosprezado.

**JU** - Ao mesmo tempo, grupos econômicos manipulam essa televisão, elegem presidentes, elegem até os temas que o conjunto da população discute. A Globo elegeru o Collor e depois acabou com ele.

**Gerd** - É, acabou com o Collor. A coisa é violenta... Mas se discute isso, e essa discussão é muito proveitosa, muito rica. Sabe o que é que eu acho uma coisa seríssima? É que hoje não tem mais esquerda. Não tem mais oposição, a rigor. É apenas simbólica. Tem o Movimento Sem Terra, mas o Stedile faz questão de dizer: “Nós não somos de partido, não somos do PT”. O MST é outra coisa, é uma oposição maravilhosa, só que regional, longe de nós. A gente lê pelos jornais.

**JU** - Mas o MST vem à cidade... os sem-terra estiveram em Brasília...

**Gerd** - É, invadiram Brasília. Aí começa uma oposição. Mas há um cansaço nos partidos de esquerda que é muito importante de se pensar. As categorias antigas, elas não morrem, elas têm um conservadorismo brutal. Por exemplo, o Buaiz, governador do Espírito Santo, saiu do PT, li hoje sobre a desfiliação dele. Porque ele tinha que demitir gente, que privatizar... e o PT não aceita.

**JU** - O senhor concorda com a idéia de que o neoliberalismo, a globalização, é um caminho inevitável?

**Gerd** - Nós estamos dentro desse processo. E o que me escandaliza é que a esquerda, a oposição, não tem mais conceitos fundamentais para poder criticar isso tudo. Isso é uma tragédia. Eu acho.

**JU** - O senhor acha que os políticos de esquerda desconhecem a realidade?

**Gerd** - Não é que desconheçam. O Brizola (e eu fui brizolista em 1964) não consegue pensar de outra maneira, do jeito do Getúlio Vargas, ainda hoje. Então ele está perdendo tudo, público, eleitores...

**JU** - Mas essa crise é dos partidos, da esquerda, ou é do pensamento?

**Gerd** - É do pensamento. Tem tudo a ver com o Muro de Berlim.

**JU** - O senhor acha que acabou o marxismo, o socialismo?

**Gerd** - Sabe que eu vejo com grande alegria que Marx passou a ser um filósofo. Saiu do catecismo. Então, agora se dialoga com Marx como se dialoga com Hegel, com Sartre.

**JU** - Mas não faz falta um pensador que proponha uma revolução na política?

**Gerd** - Está faltando uma revisão desses conceitos pragmáticos que estão na base dos partidos.

**JU** - A direita entende melhor esse processo?

**Gerd** - Não, a direita nunca entendeu nada. Ela está dentro de uma espécie de “liberdade social”. Ela tem o capital. A verdade hoje é o capital, a manipulação do capital. Mas a missão fundamental da oposição é ser crítica em relação a essa situação. Então, cria-se um fato que está se verificando no PT e no Brasil. Essa coisa do Espírito Santo é isso. De um lado a crítica e de outro lado: como é que vai se fazer um socialismo municipal? É um círculo quadrado.

**JU** - E a Universidade? Como ela fica nesse contexto todo?

**Gerd** - Isso é uma coisa que me escandaliza, porque a despolitização na Universidade é brutal. E não estou falando só dos professores, mas também dos alunos. O universitário brasileiro, no passado, era muito mais politizado.

**JU** - Mas a despolitização da Universidade faz parte desse jogo de poder. Um aluno tem aula aqui no Centro de manhã, tem aula na Agronomia de tarde, com gente que não conhece. Não forma grupo, não forma pensamento, não forma nada.

**Gerd** - É, isso aí eu acho um problema muito sério. Nem digo politizar, é tornar o indivíduo um cidadão, a cidadania, que passa pela língua, por exemplo. Aí eu sinto um vácuo fantástico.

*Esquerda* Hoje não existe mais esquerda, e a oposição é apenas simbólica.

*Guerra* Um francês me disse que a próxima guerra na Europa será entre França e Espanha.

*Na fronteira há diversos povos com costumes, cultura, literatura, culinária próprios que foram abafados e não podem sequer se expressar em sua língua. A Iugoslávia foi o primeiro exemplo trágico disso.*

*Coquetel* Tenho fama de ser existencialista, mas nunca fui brechtiano. Sou meio heideggeriano, meio marxista, meio hegeliano, um coquetel de coisas.

*Sem botão* Briguei com meu computador e dei ele pro meu filho. Pra mim foi um problema: tive aulas e aulas e aulas, um dia perdi um texto lá dentro e fiquei furioso. Vou comprar um computador que está sendo lançado agora e que não precisa botão, é acionado pela voz.

*Globalização* As coisas do Brasil não se decidem mais aqui dentro. Muito pouco... É tudo esquema importado. Agora a crise começa na Ásia, uma coisa fantástica. Então, uma certa globalização, um certo parceirismo acaba sendo fatal e necessário.

**Amarelo** Criança com papel em branco, lápis de diversas cores e nenhuma sugestão. Cruel? Não: é uma festa pra ela, ela descobre o amarelo. E quer mais, quer mais. Isso nunca houve na história do homem.

**Deus** Em filosofia não se fala mais em Deus, por exemplo. Salvo um ou outro filósofo menorzinho. Filósofo importante mesmo não toca na questão de Deus. Então, Deus é um problema histórico.

**Paixão** As pessoas estão redescobrimo a culinária. Muitos amigos meus, no Rio e em São Paulo, estão apaixonados em fazer comida. Nunca cozinham na vida e agora começam a inventar receitas e coisas assim.

**Corpo** A partir de Rousseau, daquele pessoal todo do tempo do rococó, aconteceu a descoberta da natureza não-matematizada, a natureza como um lugar de prazer, de lazer, de galanteio, de piquenique. De repente, o homem passa a conviver com a natureza, a fazer alpinismo, a ir à praia. Quer dizer que o corpo passou a fazer-se presente com uma intensidade nova. O corpo era uma coisa negativa e isso está sendo superado. Então, no princípio do século XX começa esta volta ao esporte. Todo o mundo faz cooper, hoje, sei lá o que, mas há essa aceitação física do corpo. E a última coisa que eu vejo para fazer entender isso é justamente a máquina.

**Ciência e Arte** Quem faz filosofia, física, matemática deve fazer um pouco de estética, de arte, como uma espécie de compensação. Na grande cultura grega do passado – que inventou a filosofia e a ciência – as pessoas não estudavam filosofia: toda a formação do grego era feita pela arte, cantada, dançada mesmo, com ritmo. Tudo saía da arte. Hoje é o contrário. Aquela cultura que veio da arte e deu origem à filosofia e à ciência, criou uma Universidade calcada no pensamento racional, que perdeu completamente a raiz estético-artística. Isso é uma discrepância incrível, pois acaba dividindo as coisas de modo desumano: a ciência se ocupa da razão e as artes do sentimento. Isso é uma bobagem imensa. Não tem pé nem cabeça uma coisa dessas.

**Aventura Humana** A gente vai se educando, se adaptando à velocidade do mundo. Se fala em crise, decadência, medo da máquina, mas essas crises todas não vêm da indignação, vêm da riqueza. Há um excesso de ciência. E a ciência é rica demais. E temos que pensar que toda essa tecnologia está assentada na física de Newton. Microfísica, física subatômica, usinas nucleares, que é uma coisa meio dúbia, bomba atômica... o que se faz com isso? E nem começou direito. O que ainda vai sair da física clássica? É aí que surge uma espécie de desconforto. Nós estamos sendo levados pelo que nós mesmos fazemos. E o que é que a ciência vai fazer conosco? Pergunta um tanto perigosa, mas é a condição da aventura humana hoje. E o fantástico é que isso vem da riqueza. Nas artes é a mesma coisa: nunca houve tanta linguagem plástica, quanto hoje.

**Transformação violenta** Sabe que, outro dia, lá no Rio, eu me surpreendi? Um sociólogo alemão, jovem, 40 anos, me disse: Ah, eu vendi a minha biblioteca. Precisava de dinheiro, vendi por cem mil marcos. Mas como um professor universitário vai vender a biblioteca? E agora? E ele respondeu: Não, está tudo computadorizado. Então, ele não quer mais acumular livros. Precisa de livro para fazer um seminário? Ele compra o livro ali na esquina e depois dá para um aluno mais pobre. Mas fica tudo armazenado em disquetes e coisas assim. Eu quero dizer com isso, apenas, que a sociedade está passando por um processo de transformação que é muito, muito forte, muito violento.

**Ontem e Hoje** Na Idade Média, os árabes dominaram a Península Ibérica e introduziram o culto à mulher. A Igreja ficou aterrorizada com isso e inventou o culto à Virgem Maria, que quase não existia no cristianismo ocidental. Então, para frear a influência árabe, a Igreja inventou o culto

à Virgem Maria, a divinização da mulher, a idealização da mulher. Isso foi uma manipulação violentíssima da Igreja. Tão violenta que ninguém podia se dar conta, porque foi feito em nome do Absoluto. Hoje não, hoje todo mundo sabe o que é manipulação. Então, há uma distância crítica se desenvolvendo. Isso não pode ser menosprezado.

**Medicina** O que aconteceu na medicina nestes últimos dois séculos é uma coisa surpreendente. Antes, os hospitais eram hospitais-igrejas: os doentes entravam para rezar e para preparar-se para a vida eterna. Quem entrava num hospital não saía com vida, era muito difícil, só um milagre, só um milagre... Hoje, ao contrário, dificilmente uma pessoa morre dentro de um hospital. Tem que estar num estado de câncer muito evoluído o que é uma falta de previdência, evidentemente, ou velhice ou traumatismo muito acentuado.

**Máquina** A máquina, para muita gente, ainda é um princípio de agressão, é um princípio de desumanização. E ela chegou a ser isso. Mas o curioso é que Marx, numa nota de pé de página em O Capital, faz o elogio da máquina. Diz que a máquina prolonga, torna maior, o corpo do homem e aumenta a capacidade de produção dele. Ele fala da máquina em si e não do capitalismo. E ele diz que a máquina se explica a partir do corpo do homem. E, de fato, começa nesta época o modo do homem se fazer fisicamente presente na realidade que não existia no passado. Pra mim, uma máquina de costura, por exemplo, é um objeto que eu não entendo. Aquela agulha é até meio perigosa... Mas, para a costureira analfabeta ela é o corpo dela. Ela se prolonga na máquina numa harmonia extraordinária. Só que a máquina se tornou uma coisa tão complicada que é quase cósmica, hoje. Tudo é máquina, a nossa casa, por exemplo... Sem as máquinas, acho que, em pouco tempo, todo mundo morreria.

**Produção e Planos** Sempre fui muito ligado às artes: música, artes plásticas, teatro, cinema, isso é de família. E eu produzo bastante. Livros, eu tenho mais ou menos uma dúzia, todos esgotados. Meu último livro, escrito em 1992, é sobre a estética do teatro em Bertolt Brecht. São 400 páginas, é um livrão. Agora estou preparando reedições e compilando duas coletâneas de ensaios sobre arte e estética. E quero fazer também um livro de temas gerais, filosóficos. Acho que vai dar certo. Também estou trabalhando num projeto, que deve durar ainda um ano e meio, que é uma introdução ao pensamento contemporâneo. Quero examinar os pressupostos básicos do pensamento contemporâneo, saber o que é individualismo, nominalismo... importante para entender não só a filosofia e a ciência, mas também a política. A questão da liberdade, como é que se enxerga hoje. Ou, por que o método adquiriu uma hegemonia tão fantástica, tão extraordinária. São esses tipos de problemas básicos do pensamento contemporâneo que eu quero analisar. Vou tentar responder, por exemplo, a certos problemas, como a questão do ser em Heidegger, e as características inovadoras do pensamento ontológico do século XX. Se não é mais onto-teológico e não é mais metafísico (isso acabou com Hegel), então, aí começa um novo tipo de pensamento. São essas coisas que eu quero elucidar para mostrar que, de fato, não obstante toda a diversidade, existe uma filosofia contemporânea.

# José Paulo Bisol



## “Grandes corporações querem criar Constituição mundial”

*José Paulo Bisol não fez política na juventude, mas desenvolveu idéias sobre o mundo. “Minha concepção de sociedade é a partir de meu pai carroceiro, alegre, são, trabalhador: não é possível que o mundo deixe alguém como o deixou.” Aos 69 anos, jornalista, desembargador aposentado, ex-deputado estadual, ex-senador e ex-candidato a vice-presidente, não tem partido e promete ficar longe das eleições de 1998, mas manterá a atividade política. É assessor jurídico na Assembléia Legislativa, revisa leis e redige pareceres. Por duas horas falou aos editores Clovis Ott, Renato Hoffmann e ao professor Luis Augusto Fischer sobre ética, mídia, campanha eleitoral, CPIs, políticos, poder e bastidores.*

OUTUBRO 1997 - EDIÇÃO Nº 2

**Jornal da Universidade - O senhor tem sido um crítico das reformas que o governo FHC vem promovendo e chegou a afirmar que seriam medidas com certa ilegitimidade. Onde situa o problema?**

**José Paulo Bisol -** Não faço uma denúncia específica do governo FHC. Só observo que a Constituição, que sempre foi um predicado nacional, agora se desnacionalizou. É uma característica impressionante da transição que vivemos. As reformas do FHC são as mesmas do Menem, na Argentina. As reformas da Argentina, do Brasil, do Chile, do México são feitas também na Ásia, na África e em todos os países, sobretudo os subdesenvolvidos. Está sendo feita uma constituição mundial. É a globalização do Direito. E logo na cúpula do Direito, que é a Constituição. É uma uniformização ética, antes de ser uma uniformização jurídica.

**JU - E quem dita esta ética?**

**Bisol -** É preciso que alguém dite? Quando procuro os agressores, os agentes do poder constituinte internacional, só acho uma resposta: são as quase 500 corporações econômicas mais poderosas do mundo. Não são pessoas físicas, são pessoas jurídicas. É outra característica que deve ser aprofundada se quisermos saber o que se passa. O próprio poder não está mais no sujeito.

**JU - Os organismos internacionais, os tribunais e a nova ordem mundial do comércio acabam sendo a representação disso...**

**Bisol -** Esses órgãos começaram a ser criados depois da Segunda Guerra, quando a globalização deixou de ser espontânea para ser controlada pelos países poderosos. E eles nem esconderam isso. No final da Guerra, Winston Churchill, primeiro ministro da Inglaterra, fez um discurso famoso, dizendo claramente que o mundo precisava ser governado pelos países desenvolvidos, que “tinham mais consciência moral, não precisavam mais explorar”. E que seria um desastre se o comando fosse das nações não-desenvolvidas. Esse discurso mostra quando o processo natural de globalização, que vinha desde as Grandes Descobertas Marítimas, deixou de ser espontâneo. Também houve um afunilamento: países poderosos se fragilizaram e o comando dos Estados Unidos através do dólar é visível. Mas isso não quer dizer comando do governo norte-americano. Esta é uma nova característica.

**JU - Na Europa, os últimos resultados eleitorais colocaram, de certa forma, uma cunha neste processo....**

**Bisol -** Na Europa, a distância entre o intelectual, o fazedor de idéias, e o consumidor dessas idéias é pequena. O nível cultural é bom. Entre nós, embora tenhamos gente de alto gabarito intelectual, a distância é abismal. A força do pensamento é praticamente insignificante no Brasil.

**JU - Isto significa que na Europa a mídia é menos poderosa?**

**Bisol -** Não. A mídia não produz a palavra sozinha. É uma relação de quem produz a palavra com quem a recebe. É o que o Hans Magnus Enzensberger chamava de “idiota consciente”. É a nossa idiotia consciente que faz a mídia.

**JU - Diante disso, quando se fará o reexame dessas posturas?**

**Bisol -** Nessas questões, a gente não apraza reuniões para discussão, nem para solução. Vale aqui a resposta que os marxistas davam para o fenômeno da revolução, que estaria em andamento nos países, mas alguns apresentariam já condições para realizá-las e outros não. Não vejo no Brasil nenhuma das

condições para começarmos a tentar esse tipo de solução.

**JU - Em bom português: estamos roubados?**

**Bisol -** Isso não significa que estejamos eterna e definitivamente roubados. A globalização sob controle está apenas no início. Se conseguirmos interferir neste processo, podemos dar-lhe uma obliquidade que nos interessaria. No Brasil, porém, não vejo a possibilidade desta obliquidade, nem consciência, por exemplo, na esquerda. A esquerda tem consciência do problema, mas muito generalizante, pouco operacional.

**JU - O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, disse que na cúpula do PT, 49 militantes em 50 são funcionários públicos. Dá uma idéia de que o corporativismo é um entrave para que a esquerda no Brasil consiga deslanchar algum projeto. É verdade?**

**Bisol -** Tem muito de verdade nisso. Mas sempre que o pessoal de direita fala em corporação, fala nas pequenas corporações dos funcionários públicos e acaba deixando de lado as corporações importantes. Pelo contrário: estão chamando as corporações importantes e dizendo que elas são as “deusas da distribuição da riqueza”.

**JU - As CPIs das quais o senhor participou vasculharam negócios, vidas, carreiras, mas não chegaram a vasculhar essas corporações. Sempre houve obstáculos no Congresso contra a famosa CPI dos Corruptores. Desde a criação da República já houve mais de 300 CPIs no Congresso, e apenas o jornalista Samuel Wainer foi para a cadeia. Passado um tempo da sua experiência, inclusive com conseqüências pessoais, onde localizaria a inviabilidade e a impunidade deste sistema?**

**Bisol -** O problema da corrupção no poder não é brasileiro. As nossas CPIs, como as dos norte-americanos, falham justamente por serem um confronto com o poder, dentro dele, através de pessoas que são, em alguma medida, cúmplices, porque até participam deste poder. As CPIs são o contrário do que deve ser uma investigação. São públicas, um prato delicioso para a imprensa. Ora, para descobrir coisas sigilosas, clandestinas, sub-reptícias, inteligentemente urdidas, é necessário ser sub-reptício, sigiloso, enfim, tudo o que essas coisas são, mas no bom sentido. É impossível ser senador, governador, deputado, prefeito ou vereador sem uma certa cumplicidade com o poder.

**JU - Tivemos, há pouco, uma CPI dos Precatórios, quando parecia que ia surgir uma nova referência, o senador Roberto Requião. Mas, de uma hora para outra, toda aquela veemência dele se esvaiu...**

**Bisol -** O problema dos precatórios tem uma singularidade: a CPI voltou-se somente à investigação dos desvios do dinheiro para o pagamento de precatórios. Limitou-se a investigar as conseqüências da corrupção, sem investigar o caráter institucional da corrupção. O precatório é uma instituição jurídica imoral.

**JU - Apesar disso ela conseguiu, por exemplo, o pedido de impeachment de um governador...**

**Bisol -** Eu diria que, se a objetividade da CPI for medida por essas condenações, praticamente não tem objetividade nenhuma. Aliás, eu nunca acho relevante a condenação de uma pessoa, seja quem for. Acho relevante é a formação de uma consciência, a ativação de uma inteligência crítica. Então, o valor dessas CPIs é a provocação, é fazer pensar numa verdade, não passar por cima dela.

**JU - Em determinado momento, o senhor se tornou referência em ética na política.**

**Esse lugar, hoje, está vazio?**

**Bisol** - Ninguém está neste lugar, mas não porque não haja quem possa estar. A conjuntura não permite mais a ocupação desse lugar. Veja que a destruição do Movimento pela Ética na Política foi explícita. Uns 15 ou 16 dias depois da posse, Fernando Henrique lançou ato administrativo desfazendo a Comissão Especial de Investigações, cuja criação foi provocada por mim. Como a CPI não podia investigar tudo, forcei com o Itamar Franco a criação da CEI para que ela continuasse atividades da CPI. Dizem, que a CPI ficou inacabada, é verdade, mas a CEI estava destinada a essa complementação. E o Fernando Henrique, por compromisso de campanha, desmanchou essa comissão.

**JU** - **Como analisa suas experiências universitárias, primeiro, ainda jovem, como estudante de Direito, depois, já adulto, no Jornalismo?**

**Bisol** - O segundo foi melhor do que o primeiro. Já tinha experiência suficiente para notar que o melhor lugar do mundo para uma pessoa estar é a comunidade universitária. Então, tirei muito mais proveito existencial. No primeiro momento, eu era jovem, estava me formando em Direito. No segundo, já tinha netos e meu filho mais moço era colega de aula. Hoje se fala muito em “elasticizar” a Universidade, tirá-la de dentro de seu estrito lugar de ação e colocá-la em função da sociedade. Acho muito efetivo.

**JU** - **O sufoco das universidades também é responsável pelo não-surgimento de novas lideranças políticas, pelos rumos que tomaram os partidos...**

**Bisol** - É um dos fatores mais relevantes, mas existem muitos outros. Há uma tendência de tornar a política uma coisa mais de especialistas que dos cidadãos. É engraçado: nos meus 12 anos de política, a gente fazia o discurso da cidadania. Era um discurso forte. Mas, curiosamente, a cidadania está cada vez menos vivenciadora do problema político.

**JU** - **Na sua experiência no Legislativo estadual, mas sobretudo no Congresso, a Universidade era vista como uma interlocutora importante para as decisões políticas?**

**Bisol** - Nunca fui testemunha de uma preocupação direta com esses aspectos da Universidade. O que via eram discussões em torno de leis para a educação, coisa muito diferente. E constatei que, quando se trata de elaborar uma lei sobre educação, a dificuldade é quase insuperável. Até o acordo de um lado só é difícil. No meu tempo, havia mestres no assunto. Esses mestres eram chamados, mas as palavras deles nunca prevaleciam.

**JU** - **A revista Business Week apresentou longo relatório sobre educação após uma pesquisa em mais de 40 países, na qual o Brasil não estava. A questão era descobrir por onde atacar o problema. Segundo os critérios usados pela revista, a conclusão era a seguinte: os países bem-sucedidos na área da educação eram os que investiam na formação de professores. Lembrando das 500 corporações que organizam o mundo à sua maneira, qual o sentido de formar professores?**

**Bisol** - Não li essa edição da revista, mas tenho certeza de que por trás desta análise está um preconceito. Eles querem formar pessoas aptas para a civilização que lhes agrada. O que é uma personalidade dentro do conceito da ação deles? Personalidade é aquilo que se faz pela soma de competências da criatura para viver dentro daquela sociedade. Então, a educação da qual eles estão falando é para tornar o jovem competente para viver na sociedade que eles querem que exista. É evidente que quando eles dizem “vamos criar bons professores”

querem dizer “professores hábeis em fazer com que jovens cidadãos correspondam à civilização que queremos”. Em síntese: eles estão interessados em criar consumidores e operadores.

**JU** - **Há pouco, o senhor teve uma reincursão na mídia com um programa de rádio (Agarre o Seu Dia, Rádio Bandeirantes AM, às 14 horas). Por que esta experiência nova foi tão rápida? Por que o programa saiu do ar?**

**Bisol** - Tenho certas carências econômicas, preciso trabalhar, mas essa atividade radiofônica não envolvia interesse econômico. Cumpria um papel que, acho, está ligado a um dever moral. É claro que a resistência da mídia é grande, e há pressões. A mídia brasileira não tolera as pessoas que dizem as coisas que eu digo. Claro que alguns setores da mídia até gostam, mas a pressão governamental, que é a voz do poder, é tão forte que eles não agüentaram. E a pressão do poder não vem só do governador ou do presidente.

**JU** - **O senhor moveu processos contra vários órgãos da imprensa em função de acontecimentos na época da campanha eleitoral. Teve sucesso, pelo menos momentâneo. Isso acirrou os ânimos, provocou essa pressão que o senhor citou agora?**

**Bisol** - Não acredito. Eu não estava operando em órgãos da mídia afetados pelos meus processos. Quanto a esses processos, deixo claro que não acredito muito na Justiça brasileira. Temos juízes excelentes, mas os tribunais, sobretudo os superiores, estão umbilicalmente ligados ao poder. Tive algumas decisões favoráveis e outras contrárias. Tudo isso está em andamento ainda, subindo para o Superior. Em São Paulo perdi, sem nenhuma surpresa, por causa da mentalidade que chamamos de “quatrocentona” do tribunal de lá. Não creio no êxito definitivo dessas decisões, porque o fenômeno que se passa com a mídia e com a globalização estão profundamente ligados ao Direito.

**JU** - **Lembra de episódios de campanha que significaram para o senhor uma descoberta do Brasil?**

**Bisol** - Embora seja suspeito, arrisco afirmar que a campanha do Lula em 1989 foi a mais bela de toda a história política de nosso país. Foi uma verdadeira campanha eleitoral. O povo se incorporou como nunca acontecera antes. Foi uma campanha em tom de canção, de realização e convivência poética. Um ouvia o canto do outro. Um cantava com o outro. E coral é a comunidade máxima. O PT conseguiu transformar aquela campanha num cântico coral. Infelizmente isso jamais vai acontecer de novo. A mídia não deixará mais que isso aconteça. Naquela época, a mídia interferia na política usando meios de intervenção ainda do tempo de Getúlio Vargas. Era chata e desonesta, mas tínhamos força suficiente para transcender, transbordar. Agora, não.

**JU** - **O senhor se comovia com essa demonstração popular?**

**Bisol** - Sim. Uma vez fui, sem o Lula, fazer um comício numa pequena cidade do Amazonas. Poucas casas e aquela imensa selva em torno. Achei que apareceriam, no máximo, umas 400 pessoas. No entardecer, começou a sair daquela densa verdura bandeirinha vermelha e bandeirinha vermelha e bandeirinha vermelha... Por incrível que pareça, fiz um comício para umas seis mil pessoas. Inacreditável. Fiquei comovido. Como ficar quieto diante dessas criaturinhas pobres, isoladas, que já pensavam nesta luta?

**JU** - **Como lidar com essas pessoas sabendo que o sistema faria tudo para barrar o sucesso desta candidatura?**

**Bisol** - Lembro de um discurso em Juazeiro e Petrolina, cidades-gêmeas nas margens do rio São Francisco, uma baiana, outra pernambucana. Era uma multidão incrível. Olhei para cada uma das pessoas que estava ao alcance de minha visão. Queria perceber as fisionomias. Todos os rostos eram completamente vincados, amargurados, envelhecidos, inclusive os dos jovens e das crianças. Senti o peso, a responsabilidade. E quando consegui ficar a sós com o Lula, num canto do palanque, disse a ele: “Você não tem como fazer um pronunciamento aqui sem mentir: se disser a verdade para essas pessoas, que nós vamos começar uma história, que vai permitir que vivam de uma forma um pouco diferente, você vai decepcioná-las. E só isso é verdadeiro.”

**JU** - E qual foi a resposta dele?

**Bisol** - Sorriu, percebeu exatamente o que eu queria dizer, e me deu razão.

**JU** - Lembrando as bandeirinhas vermelhas que saíram do mato e esse pessoal vincado, sofrido, como é que o senhor explica a derrota nesses locais?

**Bisol** - Bom, eles venceram porque o voto lá é como era aqui no tempo do Flores da Cunha, do Borges de Medeiros, voto de cabresto. Depois, porque a contagem dos votos é suspeita. Eu não sei se o Lula perdeu do jeito que ele “perdeu” lá, viu? Há uma grande diferença entre um eleitor gaúcho e um eleitor de lá. O eleitor de lá te angustia.

**JU** - Como seria o governo do Lula se ele tivesse vencido a eleição?

**Bisol** - Olha, eu não sei se o Lula vai confirmar o que vou dizer agora, mas é verdadeiro. Numa viagem de avião, antes que a mídia começasse aquele esforço final para a sua destruição, ele me disse: “Vamos ganhar, Bisol”. Completamente assustado. E eu, assustado, respondi: “Nós vamos ganhar, e agora?”. Porque nem ele nem eu tínhamos conseguido abstrair uma probabilidade de resistência, na medida em que fôssemos fiéis ao nosso discurso. E, se fosse rápida a realização do discurso, poderia produzir uma resistência explosiva. Tínhamos nítida consciência de que correríamos o risco de governar pouco tempo antes de ser destituídos. Nessa época, a mídia se deu conta de que venceríamos e começou a operar com objetividade, buscando os recursos à sua disposição: entrou de forma estúpida, visível, desavergonhada. Não escondia nem a ilicitude do seu comportamento.

**JU** - Como é que o senhor tem acompanhado no Rio Grande do Sul essa aparente mudança de paradigma, um novo surto industrial... Isso altera a posição do Estado no cenário nacional?

**Bisol** - Com a GM, a Ford e outras, começamos a falar a linguagem do sistema global. Isso trará desenvolvimento para os ricos e não mudará nada para os pobres. Teremos alterações sérias, que serão usadas como argumento: “Viu como o Rio Grande do Sul explodiu?”. Deixarão de lado o fato de que a marginalização terá usado a técnica do *fait accomplis*, o fato consumado. Usam sigilo durante toda a planificação até deflagrar o processo. Quando o projeto chega à fase de realizações, envolvendo terceiros, já pode vir à tona. Aí você diz: “Mas esse ato é nulo!”. Só que quem vai julgar se defronta com o fato consumado, que envolve capitais e pessoas. O governador Antônio Britto - que é uma boa pessoa, inteligente - está avançado nesse sentido. Ele só faz *fait accomplis*.

**JU** - Tendo sido candidato a vice-presidente da República numa chapa que quase venceu, sente-se agora como um representante do Rio Grande do Sul?

**Bisol** - Não. Sou filho de carroceiro e, por incrível que pareça, um tímido. Lá no fundo, desconfio de mim mesmo. Nunca deixei me levar pela tentação de me achar um grande homem. Mas, há uma particularidade que preciso consignar: no período das duas grandes CPIs, eu era um símbolo nacional da ética na política. Senti isso claramente, e eles também perceberam.

**JU** - Pergunta de ordem pessoal: como é conviver com a consciência dessas questões nessa altura da vida?

**Bisol** - Penso com tranqüilidade. Sobretudo nessa idade em que vou entrando, que é mais de testemunho do que de ação. Não posso negar que uma profunda amargura é inevitável. Isso numa pessoa que já tem uma estrutura psicológica inclinada para uma certa tristeza. Mas observo que sempre me preocupei em gostar da vida, sobretudo no sentido estético, das coisas sensitivas, das comunhões afetivas, da própria realização sexual que a vida proporciona.

**JU** - Já se sentiu a voz do Rio Grande do Sul em algum momento?

**Bisol** - No início, o governo do Estado mais ou menos correspondia. Mas, na maior parte do tempo em que eu estive lá, o governo do Rio Grande do Sul era oposto ao que eu pensava. Então, não deu para sentir muito isso. Mas também reconheço que o Rio Grande nunca acreditou no processo de destruição moral a que eu fui submetido. É uma das coisas mais tocantes da minha vida. Cresci com o processo: se antes era convidado para 30 conferências ou palestras, hoje não tenho condições de atender ao volume de convites diários para falar sobre ética. Ética no direito, na mídia, na globalização são os temas que me pedem para desenvolver. Sinto nisso uma grande força pessoal. Dizem que eles têm grande poder destrutivo. Mas se a pessoa tem estrutura, supera.

**JU** - O Judiciário tem sido muito criticado porque na reforma da Previdência tenta garantir aposentadoria diferenciada. Isso não enfraquece sua imagem?

**Bisol** - Acho que sim. Essas coisas assim têm que igualar as pessoas, é o tal de acesso aos valores fundamentais da vida. Mas há uma questão a considerar: é pesado ser juiz. Você consegue poucos juizes e não consegue aqueles que seriam os melhores juizes. E não há nada mais importante, neste momento histórico, o momento da globalização, para os pobres e desprotegidos, do que um bom Judiciário. Um bom Judiciário é importante também para quem pensa com liberdade. É fundamental quando o Estado está sendo dominado de fora e servindo claramente como instrumento de um outro poder. Se precisa de um Judiciário, e, na medida em que você reduzir as pequenas vantagens que um juiz pode ter, você vai ter piores juizes. Eu não estou recomendando que os juizes sejam tratados de forma diferente, eu só estou dizendo que ser juiz tem que significar alguma coisa que faça com que as inteligências jovens se interessem pelo exercício dessa função.

**JU** - Essa discussão sobre o controle externo não é bem recebida pelo Judiciário, que tem uma interpretação um pouco diferente.

**Bisol** - Eu vejo que isso está sendo tratado pela superfície. Esse controle sempre houve e sempre foi exercido no ponto crucial. Quando uma pessoa bem dotada juridicamente só pode ser ministro do STF por indicação do presidente da República, está estabelecido o vínculo. Eu fico realmente espantado - talvez até por ingenuidade - como isso não foi desmanchado ainda? Como não existe outra forma, até eleitoral, de designar os ministros do STF e do STJ? A primeira

coisa que percebi já aos 30 dias como senador é que se eu fosse aos jantares, perderia a minha independência. E nunca mais fui. Não dá, porque depois não há quem escape daquela pressão.

**JU - O senhor falou da imagem do Judiciário. E a imagem do político brasileiro, hoje, tem conserto?**

**Bisol** - Mas em algum lugar do mundo o político tem uma boa imagem? Aqui sempre foi abaixo da crítica... Eu antes de ser político saía muito faceiro, mas depois tinha uma certa ambigüidade interior quando saía à rua. Nunca tinha certeza de estar sendo visto com afeto ou com ódio.

**Um tiro na democracia** Hoje, no Brasil, chega a ser escandalosa esta verdade: a mídia é, exclusivamente, a palavra do poder. É uma palavra única, avassaladora. Não permite o diálogo, cria o diálogo. Diz uma coisa, depois diz o contrário e depois discute as duas coisas. Isto mata a democracia na cabeça das pessoas que nem percebem que não estão vivendo mais esta democracia.

**Inteligência crítica** As quase 500 corporações que detêm o poder estão sempre por trás das leis que envolvem seus interesses. E as leis sobre educação tendem a auxiliar este processo de globalização da consciência. Para as corporações importa a habilidade profissional, a inventividade, a criatividade operacional. Para nós, tudo isso não deixa de ser importante, mas é secundário. Em primeiro lugar nos interessa um ser humano que pense. Queremos uma Universidade com consciência ativa e existencial para formar uma pessoa com sentido humano e destino superior à sua atividade profissional. Nesse cidadão, para o qual gostaríamos que todos os jovens fossem educados, a principal inteligência a ser desenvolvida pela Universidade é a inteligência crítica, saber pensar com a própria cabeça.

**Segredo da investigação** Estou revelando isso pela primeira vez: só tive êxito, em parte, nas minhas investigações nas CPIs porque eu as realizava fora do Congresso. Formava equipes de técnicos e ninguém sabia disso. Foi fora do Congresso que descobri as melhores coisas. Lá dentro, no momento em que se encontra uma pista, o interessado em encobri-la também fica sabendo, e aí não se vai mais a lado nenhum. Essas duas CPIs, a do PC Farias (ou do Collor) e a do Orçamento, tiveram uma significação histórica relevante, ativaram a luta pela ética na política.

**Berço destruído** Quando eu era jovem, a Universidade era muito mais socialmente ativa do que é agora. Era o lugar de emergência da revolução. O universitário era o revolucionário-origem. Com o acordo MEC-USAID, sob orientação explícita e direta dos Estados Unidos, foi desdobrado um processo para dissolver o tipo de comunhão que os estudantes mantinham dentro da Universidade. Com êxito absoluto. O ministro da Educação era o gaúcho Tarso Dutra.

**O idiota consciente** A mídia não quer que o "idiota consciente" deixe de pensar, mas lhe põe tantas e tão vertiginosas informações na cabeça que ele se sente obrigado a pensar tudo e, em consequência, não pensa no sentido de nada. E se lhe dão um sentido pronto ele já fica com o sentido dado e não trabalha mais com a própria cabeça. Esse é o processo. Marcuse, em 1960, dizia: "Eles introjetam a consciência deles nos outros". Na época, tinha razão, mas hoje não teria. Hoje, eles querem que você esteja ocupado em pensar, e pensando vertiginosamente diante do volume de informações que oferecem. Para que você não tenha a menor capacidade de colher por si mesmo o sentido do fato que estão apresentando.

**Réu rico, réu pobre** Fui juiz e sei que, por mais cuidado que você tenha, é tremendamente diferente um processo de réu pobre e um processo de réu rico. Não tem como não ser diferente, mas a diferença não é do juiz. Até pode ser dele também, mas a diferença é de todos, dos funcionários, das testemunhas, da reação social. A diferença entre pobre e rico não é uma coisa só de ter mais dinheiro ou menos dinheiro. É uma coisa referente à verdadeira liberdade das pessoas, isto é, o que é que elas podem ser com o dinheiro que têm.

**FHC se entusiasma** O Collor, a certa altura, convidou o Fernando Henrique para ministro, se não me engano, da Fazenda. O fato é que o Fernando Henrique, ao voltar do encontro, fez um longo discurso no Congresso a favor do presidente, sugerindo que a Casa estabelecesse um diálogo com ele. Fiz um aparte dizendo que se fôssemos discutir com o Collor, iríamos discutir a existência de Deus com quem já viu Deus.

**O sentido das palavras** Quando o discurso da globalização diz desregulamentação, todo o mundo fica pensando que se trata de um conceito ligado à Economia. Mas não é. Desregulamentação significa desjuridicização, redução do Direito. E quando dizem diminuir o Estado, não querem dizer diminuir o número de funcionários públicos mas diminuir a força equilibradora do Estado, pois a função básica do Estado é manter uma certa igualdade, um acesso paralelo aos valores da existência.

**Executivo competente** Hoje, se faz o discurso de executivo competente. E qual é o executivo mais competente? É aquele que põe na rua os seus colegas. Já vi, em revistas norte-americanas, como Forbes, Business Week, e brasileiras, como Veja, entrevistas inteiras e consagradas sobre esses executivos, encarregados de enxugar empresas públicas ou privadas em que trabalham. O enxugador, o matador de operários, é o executivo ideal.

**Ricos x Pobres** Não se trata de uma relação entre governos. A relação, agora, é entre corporações: os ricos do mundo rico e os pobres do mundo pobre, através da mediação dos ricos do mundo pobre. Neste processo, a função dos ricos do mundo pobre é a de agentes dos ricos do mundo rico.

**A linguagem do poder** A corrupção é uma linguagem ativa, que diz e faz coisas. Já ao dizer, vai fazendo. É a linguagem do poder. O desenvolvimento norte-americano, exemplo para a humanidade, foi feito em cima da pior espécie de corrupção. A tal ponto que o inglês Bertrand Russell, que lecionava nos Estados Unidos, foi expulso porque escreveu um livro denunciando a corrupção na história do desenvolvimento norte-americano.

**Defeito imperdoável** Não temos uma mentalidade atualizada no sentido de pensar como um alemão, como um francês. As exceções, como alguns escritores e professores, estão isoladas. Muitos professores ainda têm um defeito que eu não perdôo: como não têm nada do que se gabar, porque são pobres, em geral, e vivem em nível de classe média para baixo, só podem se gabar do seu próprio conhecimento. Então, o conhecimento se transforma na única alternativa de auto-estima e de auto-afirmação. E cada vez que vão transmitir este conhecimento, estão se auto-estimando e se auto-afirmando. Aí, o conhecimento perde a sua verdadeira finalidade, que é a de provocar o outro a pensar da mesma forma.

**Voyeur do terror** A distorção da mídia não é uma ação dela em particular, é uma ação dela com a nossa cumplicidade. Não espio pela fechadura porque sou bem-educado, mas a mídia faz isso no meu lugar, e eu fico satisfeito no que há de mais sórdido em mim. Se alguém pega o santo transando, isso é um gozo orgiástico, é uma coisa extraordinária. A imprensa, hoje, vive disso. Outra coisa que absorvemos, até fingindo sofrimento, é a partilha diária do terror. Nós não

*vivemos mais sem isso: somos “voyeurs” do terror. Mas a mídia só mostra um pouquinho a cada dia, porque sabe que com isso se vende e vende as mercadorias que tem para vender.*

**Questão de consciência** *Eu sou socialista porque acho que as condições materiais da existência determinam muito profundamente a consciência. É mais fácil você discutir idéias com clareza com as pessoas ricas do que com as pessoas pobres. E essa situação vai piorar, porque, assim como eles usaram o acordo MEC-USAID para destruir aquele tipo de universidade-comunhão, agora estão destruindo as comunidades sindicais, que já não têm mais o papel social que tinham. Isso é muito sério.*



## Jorge Gerdau Johannpeter



**“A abertura da economia foi rápida demais”**

*Após ter conversado com um filósofo e com um político, o Jornal da Universidade foi ouvir um empresário, no momento em que grandes alterações econômicas e financeiras estão ocorrendo no país e no mundo. Na sede de sua empresa, cercado por obras de arte, Jorge Gerdau Johannpeter, 60 anos, o maior empresário gaúcho, recebeu para uma entrevista, conduzida pelo jornalista Danilo Ucha, com a participação dos jornalistas Clóvis Ott e Juarez Fonseca. Falou sobre economia, globalização, privatização e presidencialismos. Ao longo de duas horas de conversa, palavras como “competitividade”, “capacitação”, “sociedade”, “cultura” e “modernização” estiveram sempre presentes. Entre outras opiniões, ele diz que a abertura do país a produtos estrangeiros foi muito rápida, não gosta de falar em demissões, tem dúvidas quanto ao futuro do sistema previdenciário adotado pelo Brasil, concorda com as privatizações, mas classifica-as como “pouco democráticas”. E considera justo que o presidente Fernando Henrique Cardoso queira se reeleger.*

NOVEMBRO 1997 - EDIÇÃO Nº 3

**Jornal da Universidade - A abertura do mercado brasileiro a produtos estrangeiros beneficiou a economia do país ou só prejudicou a indústria nacional?**

**Jorge Gerdau Johannpeter** - No meu entender, o maior beneficiado foi o consumidor. Todo o processo de desenvolvimento tem que olhar o cliente. E consumidores são todos. O produtor tem benefícios em algumas coisas e em outras é submetido a um nível de concorrência que exige que seus produtos, custos e produtividade, passem a atingir patamares desta competição internacional. Os desajustes que nós sofremos neste processo são de duas naturezas: uma foi a velocidade da abertura. Pessoas que toda a vida trabalharam num determinado regime foram jogadas à selva de um processo que não sofreu adaptação. Mas o pior da abertura é que se está exigindo do produtor nacional, em todos os campos de atividade, uma competição com regras não iguais. O empresariado tem usado, insistentemente, o conceito da isonomia competitiva. Usa-se a palavra isonomia para ajustar salários, direitos, às vezes privilégios, mas o produtor nacional não pode se jogar a competir com regras desiguais.

**JU - Por falar em produtor e consumidor, que efeito tem sobre a economia nacional, por exemplo, o fato do Brasil importar palito de fósforo, lápis e uma série de bugigangas da China? Tudo isso são divisas que se vão... nós temos palito de fósforo, lápis e bugigangas aqui...**

**Gerdau** - Todos os processos têm seus desajustes, seus erros, seus desequilíbrios. O país está aprendendo a se adaptar ao processo de globalização.

**JU - O senhor também falou em velocidade. A abertura está sendo rápida ou vagarosa?**

**Gerdau** - Foi rápida. Muito rápida. Foram tomadas duas ou três grandes medidas, direitos aduaneiros que no Brasil eram absurdamente elevados, 30 ou 40 %, foram mantidos como privilégios para alguns setores. De repente caíram para 10 ou 12 %, como o aço especial.

**JU - Então, o senhor tem dois problemas com a sua atividade. Primeiro, a queda nas taxas de importação; segundo, a manutenção da âncora cambial.**

**Gerdau** - Desde que foi fixado o novo câmbio no Brasil, tivemos uma continuidade da inflação residual, que não ficou espelhada. Quando você vive uma situação artificial, surgem efeitos do artificialismo. Pela perspectiva de maciços investimentos através das privatizações, a necessidade de corrigir o câmbio era relativamente pequena em função do fluxo global de dólares. Agora, em termos de capacidade competitiva do produtor nacional, é indiscutível que ele foi prejudicado porque a inflação interna continuou, durante um certo período, deixando muitos setores sem condições competitivas. O dólar, hoje, não satisfaz, para a maioria das atividades. Mas, enquanto não forem corrigidos os custos internos e as sistemáticas, não se deve mexer no dólar. Provavelmente, neste momento, com a crise, talvez tenha que se acelerar a banda, um pouco. Mas o Brasil tem ainda dezenas de itens de custos internos extremamente elevados e não competitivos. Destaco dois fatores mais limitativos: os custos do dinheiro e o tributário.

**JU - Fernando Henrique Cardoso jogou quase todas as suas fichas no processo de estabilização da economia. O senhor acha que só isso é suficiente?**

**Gerdau** - É evidente que não. E não sei se concordo com essa opinião de que o governo tenha jogado todas as fichas. Não tenho dúvidas é que ele jogou, predominantemente, neste processo. Mas há uma série de mudanças que estão sendo feitas no país que são importantes. Infelizmente, pagamos preços do passado e

rompimento de comportamentos culturais também são processos lentos. Cada um de nós tem um pedacinho de conservadorismo em algum campo.

**JU - Mas existem muitas críticas segundo as quais o governo FHC deixou de fazer maiores aplicações, na Educação e na Saúde, por exemplo, em benefício apenas da consolidação do processo de estabilização econômica.**

**Gerdau** - É, mas na consolidação do processo você tem, fatalmente, duas opções. O orçamento está aí. Qualquer de nós que tiver que sentar lá e redividir o orçamento, não terá muitas variantes. O país cometeu erros nas decisões da reforma constitucional anterior, ao dividir o bolo da receita de uma forma mais ampla com os municípios e estados, sem ter transferido responsabilidades. Estou tentando fazer uma análise bastante global. A margem operacional que ficou para o orçamento da União é extremamente pequena, por heranças estruturais. Com o orçamento apertado como está, só existem opções muito próximas daquilo que é feito. O processo de redução de custos por redução de despesas com pessoal além de ser tremendamente difícil não tem flexibilidade legal.

**JU - O presidente da República voltou atrás e disse que não vai mais demitir...**

**Gerdau** - Eu lastimo muito esta declaração e tenho pavor do conceito de demissão, mas a verdade é a seguinte: a grande arte é gerenciar a escassez. É a maior angústia que cada um de nós sofre. Se olharmos a gestão do orçamento como um todo, veremos que há o pagamento da dívida. Caloteiros não podemos ser. Sai muito caro. Cada calote leva mais de dez anos para a recuperação. Então, tem que trabalhar a redução de custos. E a condução de um processo de redução de custos é difícil numa empresa privada e, no governo, muito mais ainda. Como corrigir o rumo desse processo?

**JU - O senhor disse que não gosta de falar em demissões. Alguns economistas dizem que um dos resultados do Plano Real foi recessão, em vários setores, e desemprego.**

**Um empresário, colega seu, o Antônio Ermírio de Moraes, disse que desde o Plano Real demitiu 20 mil empregados. Como vê esta questão? A Gerdau demitiu muita gente?**

**Gerdau** - Nós também tivemos algumas demissões. Este é um processo desagradável, mas natural. A obrigação do empresário é com a sociedade. Qualquer um dos senhores sabe que eu estou nesta função para buscar a melhor produtividade e eficiência da empresa.

**JU - O senhor acredita que a partir de 98 vai haver uma melhoria, um aumento de emprego?**

**Gerdau** - Existe desemprego de um lado e há geração de emprego de outro. O Brasil não tem flexibilidade na geração de empregos porque tem uma lei trabalhista ainda do período ditatorial. Hoje, o contrato de trabalho tem que se ajustar à capacidade técnica e disponibilidade de tempo. Deve haver mecanismos de flexibilidade contratual absoluta. Aqui, na fábrica de pregos, o trabalho era braçal. Os pacotes eram feitos a mão. A movimentação da carga era com trabalho físico. Hoje, o operário é um operador, um técnico preparado que aperta botões e regula máquinas complicadas. Então, cada operário é um contrato, um especialista da sua função. Esses movimentos de regras fixas históricas estão fora da realidade do mundo. Por que a Holanda é o país com o menor desemprego na Europa, tendo ao lado a França e a Espanha? Porque é o país que tem a maior flexibilidade contratual.

**JU - E os salários? O senhor acredita que as empresas brasileiras poderiam pagar melhor?**

**Gerdau** - O custo do operário no Brasil é de 100% sobre o que ele leva para

casa, enquanto no Chile este custo é zero. O custo final do operário é o mesmo do Chile e do Uruguai e ele leva o dobro para casa.

**JU - Mas isto é o peso do Estado sobre os salários...**

**Gerdau -** Não é só do Estado. Tem uma parcela da burocracia dos fundos de garantia e outras coisas. No fim tudo isso deprecia o salário do próprio operário. Existe toda uma cultura histórica que deve ser aprimorada. A flexibilização contratual é, no meu entender, definidora do índice de maior ou menor emprego.

**JU - O senhor vê, a médio prazo, a possibilidade de reversão do abismo social que existe no Brasil?**

**Gerdau -** Este é um país de contrastes. As pessoas que ficaram nos empregos estão ganhando, em dólares, 50 a 100 % mais do que ganhavam quando começou o Plano Real. Na minha folha de pagamento, o salário médio é, hoje, 50% maior do que no início do Plano Real. Claro que os custos para a classe média cresceram entrementes, pela inflação interna, colégio, transportes e outras coisas. Então o dólar não é uma medição absoluta. Mas se vocês analisarem os supermercados verão que a demanda cresceu em 40% depois do Plano Real e isso foi um fator gerador de empregos. Em outras áreas de serviço também houve aumento de empregos. No próprio Rio Grande do Sul existem hoje 4.500 pessoas em canteiros de obras, e nos próximos seis meses haverá 8 mil. São empregos gerados nos últimos 10 meses.

**JU - Mas, no entanto, existem centenas de milhares de desempregados.... A relação desemprego - número de vagas é desproporcional... E o nivelamento é muito vagaroso...**

**Gerdau -** Este é o ponto mais chocante e doloroso.

**JU - Mas isso não é problema econômico. É cultural.**

**Gerdau -** E digo mais: se nós como coletividade, comunidade, déssemos uma saúde básica e uma educação de primeiro grau completo, talvez tivéssemos cumprido com uma obrigação social mínima. Eu tento, aqui, um conceito de igualdade de oportunidades. E tenho meditado muito sobre este tema. Acho que essas mudanças de características das profissões trouxeram um novo ônus à sociedade. Uma coisa é capacitar os jovens. Mas acho que temos um passivo social tão grande que os maiores problemas que temos são as mudanças e a não recapitação das pessoas para o novo emprego, o novo cargo, as novas complexidades.

**JU - O papel das escolas técnicas está sendo questionado. Elas estariam sendo ocupadas por alunos mais privilegiados por questões de ensino primário e sendo usadas como uma ponte para a universidade. Então, essas escolas não estariam cumprindo o seu papel de formação de técnicos. Isso faz parte desta deficiência na capacitação e recapitação que o senhor aponta?**

**Gerdau -** O nosso operário, muitas vezes, com o terceiro ano primário, com a globalização, tem que competir com o operário do Japão que tem 12 anos de estudo e treinamento de capacitação. Eu só tenho uma saída. Estou investindo, mais do que nunca, em treinamentos internos na nossa organização. Estamos em torno de 100 horas de treinamento por ano. Eu faço isso nesta empresa. Mas, na realidade, isso é um problema social global.

**JU - Nos últimos dias se falou muito na crise das bolsas internacionais, com reflexos no Brasil. Uma coisa que ficou evidente foi a extrema dependência do país dos chamados "capitais estrangeiros voláteis" que andam por aí. Alguns economistas dizem**

**que a única solução para nós é formar uma poupança interna. Mas como é que, desse jeito, se forma uma poupança interna?**

**Gerdau -** Acho que o modelo está aí, no mundo. O problema é que nós perdemos, historicamente, o processo de fazer uma previdência de capitalização. Há dois modos de se fazer Previdência Social: por repartição ou por capitalização. O modelo brasileiro é o de repartição, muito gostoso quando a população cresce e é jovem. Quando se está na curva ascendente, há duas, três ou quatro pessoas para sustentar um aposentado, como era até há alguns anos. Num modelo matemático de estabilização da população, ou com baixo crescimento, se não for feita a opção pela capitalização, as pessoas podem se aposentar com 30 anos de trabalho e, calculando-se que hoje se alcançam os 70 ou mais anos, chega-se a uma sobrevivência de 30 anos depois de parar de trabalhar. Isso significaria que dois iguais têm que sustentar um aposentado recebendo a sua remuneração. O que mostra que o sistema de repartição não funciona. No modelo de capitalização, provavelmente, não se receberá no final do processo um salário igual ao que se tinha no final de carreira, mas 75 ou 80 % disso. Pessoalmente, defendo um modelo de três regras básicas: capitalização, conta individual e toda a decisão excepcional, como periculosidade e outras, paga separadamente, sem obrigar os outros a pagá-la. O modelo de capitalização do Chile, com uma economia igual à do Rio Grande do Sul, tem, hoje, um fundo de 30 bilhões de dólares.

**JU - E aqueles que não têm renda?**

**Gerdau -** Aqueles que não conseguirem a renda mínima, e eu nem gosto de falar em salário mínimo, que considero absolutamente insatisfatório, é um ônus de todos nós.

**JU - Esta sua proposta, que também é de vários colegas seus, depende de uma mudança da reforma que está sendo discutida no Congresso Nacional. Durante a Constituinte o senhor esteve várias vezes no Congresso e ficou conhecendo a intimidade da Câmara e do Senado. Conhecendo esta intimidade, acredita que as reformas terão condições de passar?**

**Gerdau -** Infelizmente a reforma previdenciária não é de opção entre os sistemas de repartição e de capitalização. Como, no fundo, os maiores privilegiados do sistema previdenciário de repartição são os próprios congressistas, a *nomenklatura* brasileira, que é muito mais ampla do que conhecemos, eles não abrirão mão e isto só vai se corrigir por escassez, quando quebrar. Revolução está fora de cogitação e, inclusive, é um remédio temporário, e os problemas básicos continuam. Só podemos trabalhar com evoluções, reconstruções, reformas. E as reformas só vêm pela consciência da crise. Isto é mais do que humano. É da natureza animal. A gente só age sob susto. Somente pessoas muito elaboradas trabalham por discernimento. Quando o caixa acaba é que vem a mudança. Infelizmente o processo é tremendamente doloroso e pode-se ver que as grandes mudanças no mundo aconteceram por guerras, revoluções ou aperto de dinheiro. E na Previdência parece que já está faltando um bilhão por mês.

**JU - O Estado brasileiro é extremamente incompetente para gerir dinheiro. Apenas sete milhões declaram Imposto de Renda...**

**Gerdau -** Sim, mas esta é uma estatística facciosa... Já falo sobre isso...

**JU - E então dá para entrar na questão dos impostos, na carga tributária que existe no Brasil, muito grande para os que pagam. Mas se esta carga for reduzida, haverá**

menos dinheiro ainda...

**Gerdau** - Não estou discutindo a redução da carga tributária e sim a modernização do sistema de cobrança. Todos os nossos principais parceiros no mundo, incluindo os do Mercosul e da Europa, usam o sistema do Imposto do Valor Agregado (IVA), que só é pago no final do consumo. O Brasil tem IPI, ICMS e mais meia dúzia de impostos em cascata, inclusive imposto sobre cheque. São tributos cobrados em etapas e que ficam embutidos no produto, a tal ponto que ninguém sabe quanto de imposto tem em uma mercadoria que estamos consumindo. Temos que ter um sistema tributário competitivo. A globalização exige que tenhamos um sistema semelhante aos dos nossos concorrentes.

**JU** - Por que o senhor diz ser “facciosa” a afirmação de que apenas sete milhões de pessoas declaram Imposto de Renda?

**Gerdau** - Todos os que descontam apenas IR na fonte e não têm outros rendimentos, são a maioria. Como não declaram, porque já descontaram o devido, ficam como se não pagassem. O pessoal da Receita Federal conta apenas aqueles que declararam. E este é o espelho daqueles que têm renda fora da folha de pagamento. Nós todos somos vítimas do desconto na fonte, de uma forma significativa.

**JU** - Não especifiquemos empresas ou pessoa, mas existe muita sonegação no Brasil...

**Gerdau** - O nosso sistema é incipiente. Temos que trabalhar também, dentro da Reforma Tributária, para ampliar a base. As pessoas que já pagam imposto, hoje, e não sonegam, têm uma carga tributária em patamares internacionais. Isto também é uma regra internacional: se o trabalho e o capital forem tributados demais aqui, as pessoas não pagam e vão embora..

**JU** - Aqui, pagamos 45%...

**Gerdau** - E se for levando em conta que na compra de um automóvel, por exemplo, 60% do valor é formado por imposto, cada cheque pago é tributado, e mais outros “embutidos”, provavelmente o brasileiro também trabalha quatro meses do ano para si e o resto para o governo.

**JU** - Como o senhor está vendo a compra de empresas brasileiras por empresas estrangeiras?

**Gerdau** - Não fico muito contente com isso, não, embora tenha uma formação bastante aberta quanto à competitividade. Eu não gosto quando vejo empresas, que trabalharam duas ou três gerações, passarem para mãos estrangeiras. Enfim, é melhor que passem às mãos estrangeiras do que fechem. Pelo menos, vai manter e gerar empregos.

**JU** - E o que está achando das privatizações? O processo anda dentro daquilo que deveria ser, na sua opinião?

**Gerdau** - Entre privatizar ou não, acho que a privatização brasileira é boa. Pessoalmente, gostaria que esta privatização fosse mais democrática. Além disso, poderia ser mais rápida. Cada dia que uma delas atrasa, o bolso pesa mais pois se paga um juro muito alto porque o governo está buscando sustentar esta máquina toda.

**JU** - O que o senhor quer dizer com “mais democrática”?

**Gerdau** - No fundo, as empresas estatais não pertencem ao governo. Elas pertencem ao contribuinte brasileiro. Elas pertencem à população porque o governo tirou de nós o dinheiro para criá-las. Então, tirou uma vez, e agora

tira novamente ao ficar com todo o dinheiro na hora de vendê-las. Ganhou duas vezes. No modelo da República Tcheca, por exemplo, são redistribuídos entre a população os títulos das ações, com certificados e as pessoas podem optar entre ficar com essas ações ou não. Acho as privatizações razoáveis mas, conceitualmente, as empresas não são do Estado. São da população brasileira, dona do dinheiro.

**JU** - E aqui no Rio Grande do Sul, o senhor acha que a instalação de grandes multinacionais é uma recuperação do tempo perdido ou tudo isso é meio “cosmético”?

**Gerdau** - Pessoalmente, acho que estamos recuperando mas, como, emocionalmente, sou muito vinculado ao Rio Grande do Sul, pode ser até que eu esteja torcendo uma visão. Estudo o desenvolvimento industrial e acho que o Estado estava no final do Brasil. Com o Mercosul, de certo modo, passamos a ser o centro. Não gosto de exagerar a palavra “centro”. Parece uma vaidade boba ou ignorante. Mas, geograficamente, o Rio Grande do Sul se reposicionou. Trabalhos já feitos com meus colegas na Federação das Indústrias, há muitos anos, definiam que o Estado tinha que tentar uma política agressiva de desenvolvimento industrial. Havia duas opções: ficar no meio, ser um corredor entre Buenos Aires e São Paulo ou ser um centro com dois grandes mercados dos dois lados. Mas isso era uma discussão acadêmica, utópica, lá com o Plínio Kroeff, o Paulo Velinho, o pai do Mandelli, o Herbert Renner e outros. Naquela época nem se falava em Mercosul. Mas com o seu surgimento, este fenômeno aconteceu. Com toda a discussão que existe, a General Motors traz uma bandeira que pode ser definida quase como a descoberta de uma terra: o Rio Grande do Sul existe.

**JU** - Isso não é só psicológico?

**Gerdau** - Não. Eu mudei a minha atitude empresarial também. A discussão do dinheiro para a General Motors, se foi certo ou não, é tremendamente complexa. Vamos tomar o exemplo da Fiat, em Minas Gerais que, naquela época, levou o dobro que foi oferecido à General Motors para se instalar lá. Qual é, hoje, o valor da Fiat para Minas Gerais: um, dois, três, quatro bilhões? Eu não sei avaliar. Só sei que introduziu naquele Estado uma psicologia de modernização. O que importa não é só o que produz, os impostos e os empregos que gera. Eles trouxeram também uma cultura gerencial de modernização de forma ampla. O capital estrangeiro tem mais este efeito: ele sacode com nossos paradigmas, rompe o modo de gerenciar recursos humanos, de treinar gente, o tipo de relações e comportamentos éticos. Acho que esses rompimentos são dados muito importantes.

**JU** - Vamos virar um pouco para a política. O que acha da pretensão de reeleição de Fernando Henrique Cardoso?

**Gerdau** - Gosto do conceito de reeleição. É um direito democrático. Se alguém fez um bom serviço, deve se reeleger. Se não fez, não deve.

**JU** - E quanto ao projeto dele, particularmente?

**Gerdau** - Eu acho normal. A pessoa que foi eleita presidente uma vez tem o perfil de quem enfrenta desafios pessoais. E, se foi eleita uma vez, tem o direito de ser eleita uma segunda.

**JU** - O senhor vê outros nomes que tenham condições de disputar a Presidência da República?

**Gerdau** - Acho que tem aí meia dúzia de nomes aparecendo: Itamar, Ciro, o próprio Lula. Mas o perfil do Fernando Henrique, para um país como o nosso, tem características absolutamente excepcionais. Muitas vezes já vi períodos de outros governantes que nos envergonhavam. Não vou citar nomes. Vocês sabem... Mas agora vou a qualquer lugar do mundo e digo: "Temos um presidente que posso ter orgulho dele".

**JU - E qual a sua opinião sobre o Lula?**

**Gerdau** - Acho que é um homem inteligente, com experiências acumuladas de vida, e ideologicamente fora do mundo. O Lula tem a angústia que todos nós temos sobre os conflitos sociais. Só que a solução que ele propõe... E Lula ainda é dos mais flexíveis, mas tem radicais que o apóiam, sem condições de gerenciar um país com dimensões continentais, que deve ter toda a flexibilidade e trabalhar com capitais estrangeiros e fluxos financeiros. Concepções de querer fechar o país e não reconhecer a globalização não correspondem a um país que é um gigante. Então acho que ele tem as suas qualidades, as suas características, tenho por ele um profundo respeito, porque sou admirador dos homens que lutam e vencem, mas acho que, ideologicamente, está num mundo que não existe mais.

**JU - E sobre Leonel Brizola?**

**Gerdau** - É um líder carismático, de grande importância histórica, mas também tem dificuldades de aceitar este fenômeno da modernização e da evolução que o mundo está estabelecendo.

**JU - E sobre Ciro Gomes?**

**Gerdau** - É inteligente, bastante capaz, mas tem um jogo de palavras que, provavelmente pela juventude, não esgotam a solidez que um cargo desses exige. Tem perspicácia mas lhe falta solidez.

**JU - O senhor nunca quis disputar um cargo eletivo?**

**Gerdau** - Não. Eu sou empresário por absoluta convicção.

*Mudanças x empregos* O processo de mudanças, de um lado, é mais rápido do que a geração de empregos, do outro. O maior problema que existe, no meu entender, é a não recapacitação do homem para o novo emprego.

*Passivo social* O nosso passivo social é de grande dimensão. Foi se acumulando e nos levou a um desajuste que, hoje, é inaceitável. Ninguém que tenha alguma sensibilidade pode estar conformado com isso.

*Processo em cadeia* Estou decidindo a instalação de uma laminadora que, sem a General Motors, não existiria. Não havia mais mercado. A Ford veio, a GoodYear está vindo, vem aí uma dúzia de empresas de autopeças, a Aços Finos Piratini está crescendo porque vai ter mais clientes regionais. Isto é um processo em cadeia.

*Estatais são do povo* No fundo, as empresas estatais não pertencem ao governo. Elas pertencem ao contribuinte brasileiro. Elas pertencem à população, porque o governo tirou de nós o dinheiro para criá-las. Então, tirou uma vez e agora tira novamente ao ficar com todo o dinheiro na hora de vendê-las. Ganhou duas vezes. No modelo da República Tcheca, por exemplo, são redistribuídos entre a população os títulos das ações, com certificados, e as pessoas podem optar entre ficar com essas ações ou não.

# Lya Luft



## Uma escritora em busca da simplicidade

*Diz-se que romancistas gaúchos não conseguem sucesso fora do Estado e muito menos no eixo Rio-São Paulo. A afirmação até pode valer, mas não se aplica a Lya Luft, que, desde 1980, quando lançou *As Parceiras*, é uma das escritoras mais lidas e reconhecidas do país. Esse primeiro romance saiu logo por uma grande editora carioca, a Nova Fronteira. Nos anos 60 e 70, ela publicara dois volumes de poesia e um de crônicas, que nem cita. Lembrada, comenta: "Ah, sim, meus três livros de juventude".*

*Lya nasceu em Santa Cruz do Sul, filha da dona-de-casa Wally e do advogado Arthur Fett. Teve três casamentos: com o gramático gaúcho Celso Pedro Luft, com o psicanalista mineiro-carioca Hélio Pellegrino e de novo com Celso, do qual se tornou viúva em 1995. Do primeiro casamento com Celso nasceram os três filhos. Ganhou muitos prêmios, mas tem especial predileção pelo último, dado ao livro *O Rio do Meio* pela respeitada Associação Paulista de Críticos de Arte, APCA: melhor obra de ficção de 1996.*

*Lya Luft está degustando sua entrada na maturidade. Em setembro de 1998 completará 60 anos. Maturidade, a condição feminina, a perplexidade dos homens, a literatura e o espanto diante da vida são alguns dos assuntos da entrevista destas páginas. Numa manhã de dezembro, Lya interrompeu o trabalho em seu nono livro para conversar com Ademar Vargas de Freitas, Juarez Fonseca, Marco Ribeiro e Maria Helena Weber, do *Jornal da Universidade*.*

DEZEMBRO 1997 - EDIÇÃO Nº 4

### **Jornal da Universidade - Como vem a inspiração para escrever?**

**Lya Luft** - Não tenho a chamada angústia da folha em branco, ou no caso, da tela em branco. Para mim, escrever é um momento de graça. As palavras são como bala em boca de criança. Claro que reescrevo tudo cem vezes, boto fora, mas é um jogo. Escrever um livro é como ganhar um brinquedo.

#### **JU - A senhora escreve todos os dias?**

**Lya** - Escrevo quando tenho vontade. Não gosto de estabelecer metas, como escrever dez páginas por dia. Escrevo todo dia porque traduzo muito. Aí entra o meu superego germânico, contra o qual luto desde que nasci, mas que tem a sua utilidade. Sou uma pessoa de muita responsabilidade, mas tenho horror a compromissos.

#### **JU - Qual a temática do novo livro?**

**Lya** - É a história de um menino que vive numa daquelas minhas famílias maluquetes e se nega a crescer. É narrada do ponto de vista da criança mas em linguagem adulta, claro, não vou escrever tatibitáti. O menino tem sete anos e não tem nome: a mãe sempre o chama de “esse menino”. Quando cresce um milímetro ele sente dor: a pele é muito pequena pra ele. Acho que no final ele vai explodir. Primeiro pensei em ambientar a história na beira do mar, depois achei melhor que fosse numa fazenda. As pessoas mandam muito nele, e como não pode fugir, ele tem um lugar na casa onde se esconde – inventa um esconderijo, com uma frestinha de onde espia o mundo adulto. E tem umas tias-avós, quatro velhas que moram na mesma casa. Não sei o que vou fazer com isso, ainda estou montando o quebra-cabeça.

#### **JU - Essa história tem, como sempre, amor e paixão?**

**Lya** - Claro. O menino se apaixonou por uma amiguinha, que é negra. O pai de uma das minhas noras é preto. Quero abordar a questão do racismo de forma didática, mas é uma coisa tão delicada... Uma vez imaginei a história de duas moças, universitárias, que se apaixonam. Uma branca, outra negra. Depois acabei deixando esse tema de lado, porque não soube bem como encaixá-lo. Bem, no fim acho que o menino vai decidir que quer crescer, pois só crescendo pode amar essa menina. É superdivertido, adoro escrever.

#### **JU - Como foi sua infância?**

**Lya** - Sou uma pessoa de alma inquieta, fui uma criança de alma liberta, perguntadeira, enchia o saco de todo mundo. Era má aluna, tinha horror de escola. Escola para mim era uma prisão. Achava tudo muito chato, preferia ficar em casa, lendo. Lia tudo que tinha na biblioteca do meu pai. Com 11 anos eu lia teatro grego, por exemplo, e também livro de Tarzan, tudo. Acho que mantenho um lado infantil, sou capaz de fazer bobagens, de correr na chuva. Só não saio nua pela rua porque não tenho mais o *phisque du rôle*. Sem esse lado infantilóide acho que eu seria uma chata. Uma amiga astróloga que vive em Nova York, Graça Medeiros, fez meu mapa astral e disse: “Você é Virgem, com ascendente Virgem, se não fosse o planeta tal você seria muito chata”.

#### **JU - A senhora odiava a escola. Não se imaginava exercendo alguma profissão?**

**Lya** - Quando terminei o ginásio, queria fazer o Clássico e cursar Direito, ser advogada, como meu pai, que era o meu ídolo. Só que, naquela época, não havia Clássico em Santa Cruz do Sul, só Científico e Normal. Normal eu não queria porque era em colégio de freiras. E no Científico, claro que eu não ia

passar porque tirava zero em Química. Mesmo assim, comecei a fazer o curso. E em setembro do primeiro ano, minhas notas eram 0,7 em Química, 1,2 em Matemática, 1,7 em Física. Eu ia rodar. Mas não queria desgostar meu pai. Então, disse a ele que ia parar de estudar. E ele: “Minha filha, se você quiser ser burra, eu não posso fazer nada. Fique em casa e ajude a mãe e as empregadas nos afazeres domésticos”. Quando chegou dezembro e janeiro descobri que tinha feito uma burrada, porque era um saco ficar em casa. Aí resolvi me matricular no curso Normal do Colégio Americano. Fiz um ano e quis voltar para Santa Cruz, com saudade de casa. E fui para o colégio das freiras. Era tudo uma coisa desencontrada. Terminado o Normal, tive que sair de Santa Cruz para continuar a estudar.

#### **JU - Voltou para Porto Alegre?**

**Lya** - Voltei. Queria fazer a PUC. Achava que a UFRGS era coisa de comunista. Coisa bem ignorante, de gurizinha do interior. Naquela época eu tinha 19 anos, minha família era luterana e eu estava me convertendo ao catolicismo. Influenciada pelo colégio das freiras, eu queria estudar teologia, ser monja clarissa. Estava passando por uma fase de conversão místico-estética. Porque era missa em latim, incenso, aquela coisa secreta da clausura. E o que é que eu fiz? Fui pra PUC. Não sabia o que escolher. Queria fazer Letras mas alguém me disse que não dava porque eu não tinha estudado Latim. Aí pedi um encontro com o irmão Otão. Lá vinha eu de Santa Cruz, com aquela cara de louca. E o irmão Otão bem alto, bem grande, bem orelhudo.

#### **JU - Dá para imaginar a cena...**

**Lya** - Cheguei e disse a ele: “Eu queria fazer o vestibular mas acho que não sirvo para nada, a única coisa que gosto de fazer é ler”. O irmão Otão riu e sugeriu que eu fizesse Pedagogia, já que tinha o Normal. Passei e comecei a fazer Pedagogia. Mesmo sem gostar do curso, continuei e estava me formando quando resolvi tirar Letras. Procurei um professor para estudar Latim nas férias de verão, mas ele achou que não ia adiantar nada. Fui para Torres com meus pais e estudei Latim da maneira mais errada: andava na beira do mar, decorando as declinações. Fiz tudo errado e deu tudo certo, tirei o terceiro lugar.

#### **JU - Depois foi ser professora?**

**Lya** - Sim, depois que nasceram os filhos, voltei a estudar, fiz mestrado em Linguística e fui dar aulas na Fapa (Faculdade Porto-Alegrense). No primeiro dia de aula, os meus joelhos tremiam, até hoje fico com as mãos frias só de lembrar. Eu adorava os alunos, adorava conversar com eles. Um dia, uma aluna me disse: “Eu queria saber o que a senhora pensa quando, às vezes, pára um pouco e fica olhando pela janela...” Aí eu vi que não servia para a vida acadêmica. Depois, tive um grave acidente de carro, fiquei um ano me recuperando e aproveitei para me afastar das aulas. Então, comecei a escrever romances. Minha vida acadêmica foi muito medíocre. Mas os alunos gostavam de mim. Claro, a gente batia grandes papos.

#### **JU - Que idéia a senhora tem da Universidade?**

**Lya** - Não sei mais nada da Universidade. Tenho um filho professor universitário e é com ele que falo, às vezes, sobre vida acadêmica. Mas acho que a Universidade, não só no Brasil como no mundo inteiro, está passando por um momento de grande perplexidade. A sala de aula ainda serve para o aluno? A

aula como nós damos serve? Deveria o professor voltar a dar mais aulas expositivas? Nas raras vezes em que vou à Europa, constato que os professores de lá têm exatamente as mesmas queixas dos daqui: os alunos não lêem, não querem estudar. Acho que a Universidade deve estar em transformação. Nesse sentido, sou muito conservadora e muito individualista. Faria tudo completamente diferente: queria uma aula em que o professor falasse e os alunos pensassem e depois debatessem com ele. Me parece que, atualmente, nem os alunos nem os professores estão satisfeitos.

**JU - Pergunta do historiador Décio Freitas. Ele quer saber se, na sua opinião, o Brasil tem futuro.**

**Lya -** Adoro o Décio, mas como é que eu vou responder? O futuro não existe, o futuro é agora. Cai uma bomba amanhã, não tem futuro. Acho que o Brasil é um dos países mais fascinantes, e com tudo para fazer. Uma vez, um jovem engenheiro civil alemão me disse que praticamente não se constrói mais nada na Alemanha, a não ser que se entre com projetos especiais. Pontes não se fazem mais, por exemplo. O drama do estudante universitário europeu é grave, cheio de pessimismo. A Europa está velha. Não estou dizendo que não seja maravilhosa, mas está velha. Aqui não, aqui tudo continua funcionando, é um milagre. Então, o que eu acho que precisa é mais seriedade, mais valorização da vida intelectual. Não estou nem falando de saúde, comida e casa.

**JU - Vê alguma possibilidade de mudança?**

**Lya -** Não, não vejo possibilidades de mudanças por agora. O governo baixa um decreto qualquer, todo mundo reclama e ele volta atrás. É só o que eu vejo fazer: um passo pra frente, dois pra trás. Outro dia, eu vi a reitora Wrana Panizzi dizendo no jornal que a UFRGS praticamente está parando, não tem dinheiro para o laboratório, a biblioteca está caindo aos pedaços... Enquanto não se investir nisso, como é que o Brasil vai ter uma visão diferente de si mesmo?

**JU - A diretora de teatro Irene Brietzke pergunta: "Considero excelentes suas traduções de romances e peças de teatro e gostaria de saber que tipo de tradutora você é. Funciona como co-autora ou é absolutamente fiel ao texto original?"**

**Lya -** Nem uma coisa nem outra: não sou co-autora, nem absolutamente fiel. Eu também tenho livros traduzidos no exterior e não quero que ninguém seja meu co-autor. E fidelidade absoluta não existe, é impossível. Procuro fazer a aproximação mais exata entre o texto original e o leitor brasileiro. E que a escritora Lya Luft não interfira nisso. Não posso dar o meu estilo, tem que ser o estilo do autor. Mas como vou dizer em português natural, que não soe como tradução, o que o autor disse em alemão? É muito complicado. Se me perguntarem por que nesta frase escolhi estas palavras e não aquelas para traduzir o que o autor quis dizer, em geral não sei, fui guiada por um instinto. Acho que o tradutor de literatura deveria ser sempre um escritor ou alguém com forte vocação literária. Faço isso há mais de 30 anos, e respeito cada folha que traduzo.

**JU - O compositor Vitor Ramil também mandou uma pergunta: "Existe diferença entre a literatura feita pelos homens e a literatura feita pelas mulheres? Que traços gerais as diferenciam?"**

**Lya -** O fim da pergunta não sei dizer porque não sou uma estudiosa no assunto. O resto é muito bacana no seguinte sentido: o velho preconceito burro. Não tem nada a ver com a pergunta do Vitor, claro, mas essa maneira de dizer é

bom porque parece um homem. Eu acho que existe uma literatura escrita por uma mulher e que não é igual à literatura escrita por um homem. Porque a consciência é diferente, a mulher tem uma voz diferente.

**JU - Agora uma pergunta da professora e ex-deputada Ecléa Fernandes: "Você acha que, em pouco tempo, a mulher vai conquistar a independência almejada e conseguir uma relação amorosa boa?"**

**Lya -** Isso a gente também poderia perguntar para os homens. Por que sempre a mulher é mais responsabilizada pela relação? Acho que a relação só será mantida depois de deixar de ser boa, se as pessoas forem muito covardes. E tem milhões de homens e mulheres acomodados mantendo relações péssimas. Eventualmente as relações duram uma vida inteira e são boas, porque vão se transformando. Mas tudo isso é um pouco fruto do acaso, da sorte, de uma certa sabedoria de vida. Uma das coisas que a mulher tinha que se dar conta é de que fomos educadas para viver para os outros. Toda a expectativa que se tem em relação à vida amorosa mudará para melhor se conseguirmos entender que todo mundo pode viver sozinho numa boa. Se tenho um namorado, marido, amante, que não gosta que eu me desenvolva plenamente, que não me estimula para isso, eu quero que o diabo o carregue. Nesse sentido, a vida me deu uma coisa boa: tive dois maridos que sempre me estimularam.

**JU - Fale um pouco sobre os seus dois grandes amores, o professor Celso Pedro Luft e o psicanalista Hélio Pellegrino.**

**Lya -** Eles foram pessoas muito especiais, carismáticas, que me ajudaram a crescer, me respeitaram, me quiseram bem, me ensinaram muito sobre a vida e sobre as coisas, e a quem eu respeitei, a quem eu quis bem. Tive dois casamentos por duas grandes paixões, completamente diferentes. O Celso foi a construção da vida, esta casa, toda uma vida intelectual. Fui aluna do Celso, então eu era também filha do Celso, intelectualmente. Ele teve respeito pela minha obra, de jamais interferir. Tanto, que vários anos depois da morte do Hélio, voltei a me casar com o Celso. Então, acho que com todas as dores da separação do Celso, primeiro, com todas as dores da morte do Hélio, e com a terrível dor da longa doença do Celso, depois, o ganho foi sempre maior que a perda.

**JU - O que é a maturidade?**

**Lya -** Acho tão bonito poder pensar que a vida que passa é sempre um ganho... Não perdi a minha juventude, eu ganhei a minha maturidade. Não vou perder a minha maturidade, vou ganhar a minha velhice. Nós olhamos sempre para trás em vez de olhar para a frente. E acho que nisso também reside um pouco dessa aflição, desse sentimento de ser injustiçada pela vida que a maior parte das mulheres tem.

**JU - Por outro lado, há a perplexidade dos homens diante de sua dificuldade em exorcizar seus fantasmas, coisa que pode ser vista, hoje, como algo maior do que a ansiedade feminina. Pois as mulheres, ao que parece, já soltaram a maior parte de suas amarras.**

**Lya -** Claro, acho que sim. Agora, é uma batalha individual: cada uma que trate de se tornar um ser humano completo. De não ser nem submissa demais, nem ansiosa demais. Acho, também, que as mulheres exigem muito dos homens. Outro dia fui chamada para falar a uns rapazes e moças, alunos de Psicologia da Unisinos. E falando sobre o masculino e o feminino, eu disse que, de um



modo geral, as mulheres são muito chatas. Aí um dos rapazes me disse: “Tenho uma namorada que eu adoro, mas ela me cobra o tempo inteiro, quer que eu seja mais carinhoso, que eu converse mais. Estou começando a ficar de saco cheio”. Então, acho que a perplexidade masculina tem muito a ver com o fato de que os homens têm mais dificuldade que as mulheres de lidar com a palavra. E por isso conversam menos sobre as coisas pessoais. Isso é uma queixa das mulheres, em geral.

**JU - Os homens também se queixam.**

**Lya -** Sim, os homens se queixam. Por exemplo: “A minha mulher sabe que eu gosto dela, por que é que tenho que estar sempre dizendo?” O homem tem mais dificuldade de lidar com as palavras ligadas aos sentimentos e mais dificuldades para lidar com as emoções. Talvez porque foi educado pra isso. Nós, mulheres, é que educamos nossos filhos machistas. Então, engana-se muito quem acha que eu escrevo só para mulheres e sobre mulheres. Quem souber olhar, vai ver que os meus homens – embora talvez apareçam menos em quantidade ou em intensidade – estão muito feridos, muito machucados.

**JU - Mas a condição feminina é o centro de seus livros.**

**Lya -** Claro, falo mais da inquietação feminina porque entendo melhor a mulher. O homem para mim, ainda é um ser desconhecido, misterioso, mas fascinante. Lembro que a minha filha, que tirou Medicina, quando estava fazendo residência comentava sobre as conversas de vestiário entre os colegas. Os guris ficavam falando o tempo todo de dinheiro, futebol e mulherada, enquanto as gurias, no outro canto, ficavam se queixando da vida, lamentando por estarem menstruadas ou preocupadas com o filhinho que estava em casa, com febre. Preocupações completamente diferentes: a mulher voltada para o pessoal, e o homem voltado para fora, principalmente para se exibir um pouco, para afirmar sua competência. Essa cobrança que se faz da competência masculina em todos os sentidos eu acho uma coisa muito dramática.

**JU - E está a cada dia mais forte.**

**Lya -** Num dos grupos de debate que mantenho, uma mulher jovem, uns quarenta e poucos anos, me contou que o marido trabalha numa grande empresa que, além de exigir competência, procura passar para seus executivos o seguinte lema: “Eu tenho que ser feliz 24 horas por dia”. Bom, quem começa o dia pensando assim, está perdido de saída. Imagine que a cada momento em que se sentir frustrado – e a gente tem frustração tantas vezes ao dia – ele pensará que está sendo incompetente. Então, estão exigindo competência para ser feliz. Vem cá, tchê, isso é uma coisa monstruosa! Temos, hoje em dia, o culto da euforia. Falo disso no livro *O Rio do Meio*, da alegria que se compra na farmácia. Você tem que estar eufórico, você tem que ser bonito, magro, eficiente e feliz. Ninguém agüenta a pressão desse exigência o dia inteiro.

**JU - Quais são os seus autores prediletos?**

**Lya -** Meu grande autor, sempre, sempre, é Rilke. Li muito esse poeta na adolescência. Fecha muito com minha visão, o que eu chamo de belo sinistro. É bonito, tem sempre um anjo, mas tem a morte, tem a solidão. Lembro de um poema em que um anãozinho diz como se sente na frente das pessoas: “Meu corpo é torto, mas minha alma é direita”. Acho que os grandes poetas e os grandes escritores são aqueles cujo livro eu abro e encontro uma frase que pode ser

epígrafe num livro meu. Lígia Fagundes Telles e eu somos da mesma família literária. Gosto muito dos contos de Guimarães Rosa, da Cecília Meirelles. Leio muita poesia. Cada vez leio menos ficção.

**JU - Uma pergunta do escritor Luiz Antonio de Assis Brasil, a propósito: “Em que família de escritores você se sente incluída? A qual linhagem intelectual gostaria de pertencer?”**

**Lya -** Eu gostaria de pertencer à linhagem dos artistas que trabalham com a verdade, quer dizer, buscando a simplicidade. E que, por outro lado, tenham maravilhamento com o instrumento da sua arte. Simplicidade, verdade, emoção: nessa linha eu desejo estar.

**JU - Seu livro *A Sentinela* é aberto por uma epígrafe de Camille Paglia: “A realidade deve ser distorcida, isto é, corrigida pela imaginação”. É por aí?**

**Lya -** A realidade não existe, isto é, existe o que eu vejo. Uma coisa que eu digo muito, e não é fita, é que não preciso fazer pose – talvez até fizesse, se tivesse tempo. Acho que o artista verdadeiro é aquele que conserva o olhar mágico da infância. Comentei isso com a Maria Bethânia outro dia. Depois de assistir a um espetáculo dela, no Rio, ela me levou pra casa de carro e eu disse: “Maria, você conservou o olhar mágico da infância”.

**JU - A senhora escreveu um poema em homenagem a Maria Bethânia...**

**Lya -** É, fiz de propósito, quis homenagear a ela e a todas as pessoas de palco, gente que me fascina muito.

**JU - Essa amizade com Bethânia é recente?**

**Lya -** Quando ela esteve em Porto Alegre, em abril do ano passado, eu disse a Tânia Carvalho, velha amiga dela, que gostaria de vê-la no camarim, depois do show. Mas, na hora, por medo de parecer tiete, desisti. Aí a Tânia me ligou, braba, dizendo que Bethânia ficara perguntando por mim. Fiquei meio envergonhada e mandei para Bethânia, no hotel, um exemplar de *O Rio do Meio*. Mais tarde ela telefonou, dizendo que tinha adorado. Aí mandei mais dois livros. Então, ela gravou num pequeno CD um trecho de *O Rio do Meio* e me mandou. Passamos a nos telefonar, ficamos amigas, mas só fomos nos conhecer pessoalmente em julho, no Rio. E ela disse que, um dia, gostaria de fazer um trabalho com textos meus, eventualmente pedir para alguém musicar alguns dos meus poemas. Pra mim, isso seria o máximo porque, além de ter muito respeito por ela, seria uma maneira de popularizar a minha obra. Isso vai me dar uma grande alegria, porque não é verdade que só mulher lê os meus livros, não é verdade que os jovens não lêem, não é verdade que a gente simples não os lê.

**JU - Qual dos seus livros vendeu mais?**

**Lya -** *As Parceiras*, por causa do tempo. Foi lançado em 1980 e está na 16ª edição. Depois vem *O Rio do Meio*, que teve quatro edições seguidas. E o que menos vende é um dos livros mais do meu coração, *A Asa Esquerda do Anjo*. Isso tudo é imponderável. *A Sentinela* também foi um livro muito importante pra mim. Pela primeira vez, um livro mais esperançoso.

**JU - A senhora começou a escrever aos 40 anos...**

**Lya -** Uma das coisas boas de ter começado a escrever e publicar romances com 40 anos, tendo sempre vivido com intelectuais, foi que não comecei como ingênua. A vida para mim é mais importante que a literatura. Esta casa, esta família, tanta coisa é mais importante. Se eu parar de escrever amanhã, não

morrerei. Quando escrevo um livro, não penso se vai vender bem, ou não. Tem muito livro bom que não vende nada e tem muita porcaria que vende muito. Não tenho a menor ansiedade em relação a isso, o que me dá uma grande felicidade.

**JU - Luft, lufada, asa, vento, ar são coisas muito presentes na sua obra. De onde vem isso?**

**Lya** - Eu tenho um amigo, o Chico Santos, que diz que Goethe, ao morrer, não dizia *mehr licht* (mais luz), dizia *mehr luft* (mais ar), por minha causa. Mas não sei, não sei de onde é que vem. Acho que a gente já nasce um pouco com sua visão de mundo. De criança, eu me lembro que era fascinada pelas histórias de fadas. Pra mim, todas as florzinhas tinham fadinhas, elfos e princesas. E, um dia, vinha um lindo príncipe encantado, num cavalo branco, me livrar da minha infância chata.

**JU - A senhora fala muito em maturidade e em chegar à simplicidade. Que simplicidade é esta que está buscando?**

**Lya** - Tenho falado muito em maturidade porque é uma questão nova, que se impõe muito. E acho que a simplicidade tem muito a ver com a essência das coisas. Quando a gente é mais jovem, é muito afobada para tudo: para fazer amor, para escrever, para trabalhar, para decidir a vida, para tudo. Quando você vai amadurecendo e, depois, imagino, quando você vai envelhecendo, você vai soltando seus pedaços e vai ficando uma espécie de essência. Vejo pessoas maduras e pessoas velhas atingir uma espécie de sabedoria que é a simplicidade, que é estar mais centrado, mais leve, mais despojado, menos ansioso com o supérfluo. Por exemplo: quando eu tinha 30 anos, se desse uma entrevista para cinco pessoas, como agora, iria ficar preocupada com o que é que eu vou vestir, o que é que eu vou dizer, o que é que vou fazer. Hoje eu saí do meu lugar de trabalho, passei um pente no cabelo e acabou.

*Experiência religiosa* Acho fascinante a época em que vivemos. Adoro essa mística em torno do ano 2000. O que já mudou de hábitos, de costumes... Na juventude tive uma experiência místico-religiosa, li muito sobre teologia, até hoje tenho paixão por Teresa de Ávila. Queria ser freira, mas encontrei o Celso... O ser humano é um ser cheio de signos, de símbolos. Minha religião é a religião dos mistérios da vida... A religião que queria praticar mesmo é a africana.

*Na trilha dos elefantes* Estudei num colégio protestante, muito severo, muito alemão, tinha que cobrir na fila. E tudo o que eu queria era bagunçar, achava uma graça. Na terceira e quarta série do ginásio tinha 36 gurus e seis gurias. E eu derrubava o estojo só pra ver a gurizada de quatro, juntando lápis no meio da aula. E já seguia todo mundo pro gabinete do diretor, pelo que meu pai chamava de trilha dos elefantes. Eu era muito infantil.

**Paulo Coelho** Fora do Brasil, só quem vende é o Paulo Coelho, porque atende uma necessidade das pessoas pela coisa mística, esotérica, não tem nada a ver com literatura. Sempre me perguntam o que eu acho do Paulo Coelho. E eu digo que gosto. Aí perguntam por quê. E eu respondo: porque ele tem umas mensagens bonitas. Pronto.

**Razão de viver** Me lembro de uma frase que de vez em quando meu pai me dizia e que, hoje, não acho legal: "Vocês e a mãe de vocês são a razão de ser da minha vida". Hoje, vejo como isso era uma coisa pesada, o marido que diz "vivo só pra ti", ou a mulher que diz "meus filhos, vivo pra

vocês". Não quero que ninguém viva por mim, Deus me livre. Quero que alguém viva comigo. A medida que a gente diz assim, "vivo para o meu marido, faço tudo por ele", a cobrança virá inconscientemente. Então, em primeiro lugar, a independência da mulher não tem nada a ver com a vida amorosa, pois os casamentos ruins existiram desde sempre, quando a mulher era tão dependente quanto um bebê. Acho que está havendo uma facilidade em deslocar - eu estou dando só palpites, pode ser que esteja tudo errado - a responsabilidade pela frustração nos casamentos, uniões amorosas etc., da nossa incapacidade de viver direito esse amor, de aceitar o fim ou a transformação desse amor, pelo fato de que como nós estamos mais independentes os homens estão com medo. Conversa besta. Se você for uma mulher independente, mas legal, por que o homem vai ter medo de ti? Se for assim, o homem também não te serve. Então vá pro diabo que o carregue. Eu sei de mulheres, por exemplo, que ficaram com medo de não arrumar marido. Eu fui criada assim "essa menina lê demais, não vai arrumar marido". No fundo de todas ainda tem essa vozinha falando: "Cuidado, não vai arrumar marido".

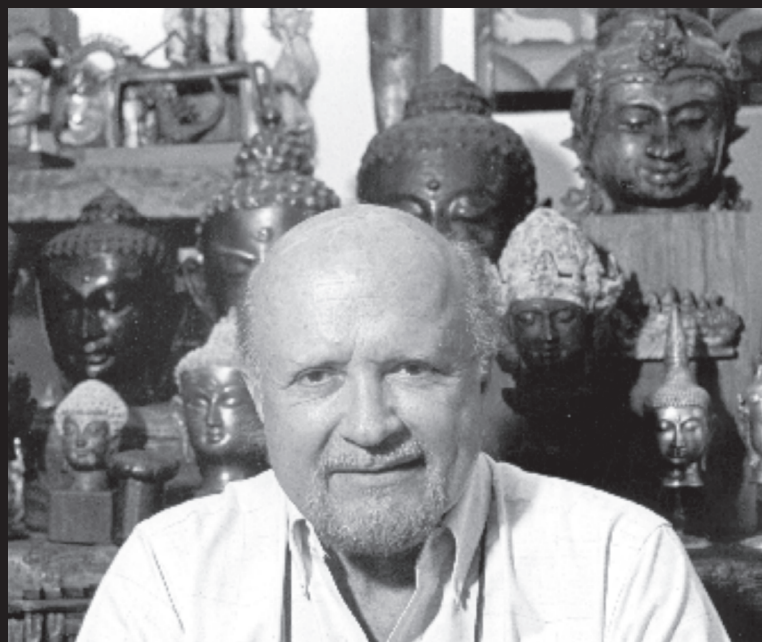
**Amor à primeira vista** No dia da prova escrita de Português para o vestibular da PUC, por alguma razão, me atrasei e tive que correr pelos corredores. Odeio me atrasar e odeio esperar. Mas, quando abri a porta da sala de aula dei de cara com aquele homem lindo, ali, parado, de batina. Era o Celso Pedro Luft, na época irmão marista. Pensei: "Meu Deus, esse vai ser o homem da minha vida". Depois disse pra mim mesma: "Lya, que coisa ridícula". Aí me sentei (com a cara no chão) e ele me deu a folha de papel para escrever o texto sobre o tema "O Homem e a Linguagem". E eu comecei com a frase mais... "Desde os primórdios da humanidade, o ser humano..." Depois, até, a gente brincava com isso. Me formei em Letras, casei com o Celso e tive três filhos.

**Imagem do Brasil** Nós, brasileiros, temos uma visão muito ruim de nós mesmos. E exportamos muita besteira. Por exemplo (vou falar uma coisa bem antipática), a Feira do Livro de Frankfurt, no ano retrasado. O Brasil era o homenageado, o que, dada a arrogância com que os europeus nos encaram, era uma coisa muito bacana. Mas o país foi mal representado: o Darci Ribeiro (que Deus o tenha) brigando com outros intelectuais, e samba com negronas e caipirinha. Eu adoro negronas, mas não na Feira do Livro de Frankfurt. A gente reforça a visão que eles têm de nós. Uma vez, num congresso de escritores em Toronto (Canadá), o mais chic a que já fui na minha vida, um holandês me disse que estava muito emocionado porque nunca imaginou que no Brasil houvesse pessoas cultas. Deu vontade de mandar o velho pra... Mas nós somos culpados disso. Na Alemanha já me perguntaram: "Você é escritora brasileira? Mas, no Brasil tem editoras?" Não sabem nada de nós, devem pensar que a gente monta em avestruz. E não é apenas pela arrogância européia e norte-americana mas também porque o Brasil só exporta besteira mesmo.

**O processo de criação** Posso ficar meses ou anos pensando uma história. Esse romance que estou escrevendo agora me acompanha há muitos anos. Uma das coisas boas da maturidade é que você começa a se conhecer melhor. Eu sei direitinho quando está se fazendo um romance, quando está vindo alguma coisa. Mas não tenho a menor ansiedade: se quiser vir que venha, se não quiser... Quando o Hélio morreu fiquei seis anos sem escrever, achei que tivesse ficado muda. Há um momento em que começo a pensar mais na história, no personagem, mas não tomo nota de nada. Até que um dia penso assim: "Agora já tenho uma história pra contar" (às vezes até conto pros meus filhos, genro e noras). Aí, vou pro computador e começo a escrever. Estou escrevendo um outro livro, que se chama Maturidade, Perdas e Ganhos. São as coisas que eu tenho refletido desde O Rio do Meio. Por acaso, agora estão me vindo os dois livros, mas o romance me fascina mais, eu falo e fico arrepiada. O meu critério é esse: se arrepiia os cabelinhos do braço é porque é bom.

**Surpresa com a fama** Sempre acho que ninguém me conhece. Esses tempos eu estava no Rio e a Eva Vilma me levou aos estúdios da Globo. Assim que entrei, o Daniel Filho veio me cumprimentar e disse: “Lya Luft, mas que honra, não acreditei que ia te conhecer pessoalmente”. E fui tão idiota que achei aquilo o máximo, achei um barato, fiquei na maior alegria.

# Flávio Del Mese



## Andanças de um fotógrafo do mundo

*Flávio del Mese imagina que nasceu em Caxias do Sul por acaso. “Acho que minha cegonha passava por lá quando foi abatida”. E esclarece a suspeita: “Gosto tanto da Nova Zelândia que, tenho certeza, não fosse aquele acidente de percurso, meu destino seria esse país”. Ele sabe do que fala, pois conhece 80 por cento dos países do globo. Na Europa, não esteve na Albânia. Na América, só não conhece a Venezuela e duas ou três ilhas do Caribe. Na Ásia, não passou pela Coreia do Norte e pelo Butão – e quem conhece o Butão? Na China, esteve sete vezes. Sua incrível trajetória de vida é marcada por uma sucessão de acasos que fizeram do antigo piloto de corridas um dos fotógrafos mais internacionais do Brasil. Aos 63 anos, tem um acervo de 100 mil fotos – boa parte delas mostrada nos 49 audiovisuais que produziu e que são a principal vitrine de seu trabalho. Para falar desses acasos e aventuras, Flávio recebeu Ademar Vargas de Freitas, Clóvis Ott, Juarez Fonseca e Marco Ribeiro, do Jornal da Universidade. A conversa se desenrolou em meio aos milhares de suvenires que ocupam todos os espaços de sua casa, em Porto Alegre.*

JANEIRO/FEVEREIRO 1998 - EDIÇÃO Nº 5

## **Jornal da Universidade - O que começou primeiro, a fotografia ou as viagens?**

**Flávio del Mese** - Começaram juntas. Nunca estudei fotografia nem trabalhei com fotografia profissional antes de viajar. Quando fui para a Europa, em 1969, o Correio do Povo me pediu que fizesse fotos de brasileiros que andavam por lá. Foi assim que começou.

**JU - O que o senhor foi fazer na Europa?**

**Flávio** - Nada a ver com política, todo mundo ia para lá, nos anos 60. Era a época em que tudo acontecia em Londres. Eu tinha recém-saído da DKW-Vemag, a fábrica de automóveis pela qual eu corria, e coincidiu com aquela debandada para a Inglaterra. Acho a Inglaterra fantástica. Cheguei falando meia dúzia de palavras, só conhecia inglês técnico de automóvel.

**JU - Mas tinha a credencial do Correio do Povo, no auge do seu prestígio e importância.**

**Flávio** - Com a credencial passei a fazer fotos de automobilismo. Emerson Fittipaldi, o irmão dele, Wilson, e José Carlos Pace já eram meus amigos. Aí também comecei a entrar em contato com outros fotógrafos, a conhecer o ambiente de fotografia. E um dia me vejo no Festival da Ilha de Wight, o mais famoso festival de música da época, depois de Woodstock. Saí de lá com montes de fotos, inclusive de artistas brasileiros, como o Caetano e o Gil, que estavam exilados em Londres. Com essas fotos, cheguei à agência de um italiano, Gabrielle Pantucci, que representava a maior editora da Itália – a ascendência italiana facilitou a minha vida. Ele me comprou algumas fotos e pediu mais. Mas comecei a notar que a qualidade da minha fotografia era inferior à de outros fotógrafos. Então, fiz um curso de fotografia e, mais ou menos na mesma época, fui contratado por uma agência pequena, a Vita Press, que só se interessava por frescuras, sem interesse por jornalismo. Queriam era saber quem andava transando com quem, essas coisas.

**JU - Então, era uma agência de paparazzi... O senhor foi um deles?**

**Flávio** - Basicamente isto. Naqueles dias, Richard Burton e Elizabeth Taylor, que eram o grande assunto da imprensa de fofocas, se mudaram para um barco. Tentávamos fotografá-los de longe, com teleobjetivas. Era gozado: chegávamos de madrugada e não tinha luz suficiente; passávamos o dia esperando que eles aparecessem e eles não apareciam e, quando eles apareciam, já não tinha luz de novo.

**JU - Isso durou muito tempo?**

**Flávio** - Não. Fui me desinteressando. Voltei a falar com o Pantucci e pedi que me dessem fotos jornalísticas difíceis. Argumentei que estava estudando e que, rapidamente, estaria no mesmo nível dos outros fotógrafos. Ele achou graça, nunca alguém tinha dito isso a ele. E ele passou a me pedir as mesmas fotos que pedia aos experientes. Mas voltando à primeira pergunta: a fotografia me pega no início das viagens, no início europeu. Eu já conhecia bem o Brasil e a América do Sul.

**JU - A partir de seu ingresso na fotografia profissional, quando deu o estalo de viver como um globetrotter, um fotógrafo de viagens?**

**Flávio** - Foi mais ou menos por acaso, como tudo na vida da gente. Em 1973, fui à Ilha da Páscoa com o escultor Xico Stockinger, meu amigo. Eu até nem queria ir, mas ele insistiu pela companhia. O Xico trabalhava na Folha da Tarde

e publicou uma matéria enorme, com fotos dele e minhas. Naquela época, ir à Ilha de Páscoa era como ir à Lua. E estava virando moda, com a publicação do livro *Eram os Deuses Astronautas?*. Amigos meus viram as fotos, falaram para outros, e outros... Todo o mundo queria ver. Montei um audiovisual doméstico, sem nenhuma pretensão, com nossas fotos, recortes de jornais, reproduções de revistas.

**JU - Audiovisual doméstico?**

**Flávio** - Claro, para os amigos. Pedi emprestado o Teatro de Câmara para uma segunda-feira, dia em que não acontecia nada lá. Mas os amigos falaram uns para os outros, a televisão acabou comentando e quando cheguei ao teatro quase morri de vergonha: a casa estava cheia. Mostrei o audiovisual e, para minha surpresa, as pessoas gostaram. Achei que era um negócio que dava para fazer, como já tinha visto no Connaissance du Monde, em Paris. Então, pedi os dias vagos do Teatro de Câmara e remontei o audiovisual em bases mais profissionais. A partir daí, a segunda viagem já foi direcionada: saí para o México e de lá fui para a China, com visto obtido através dos italianos.

**JU - Quantas viagens o senhor já fez?**

**Flávio** - Nunca contei. Tenho 16 passaportes, mas de uns anos para cá não gasto tantos. Uso só o italiano e a Itália tem convênios com muitos países. Devo conhecer, pelo menos, 80% dos países do mundo.

**JU - Qual é o melhor país do Primeiro Mundo?**

**Flávio** - Nova Zelândia.

**JU - País exótico.**

**Flávio** - Tailândia ou Tibete.

**JU - País de praia.**

**Flávio** - Seichelles, Maldivias, Taiti, que é espetacular, e, de uma maneira geral, os do oceano Índico, na Polinésia.

**JU - País montanhoso.**

**Flávio** - Ah! O Nepal.

**JU - Nessas andanças, o senhor viveu momentos de tensão especial, hostilidade, ameaças de prisão ou de morte?**

**Flávio** - Houve uma situação no Afeganistão, antes da confusão atual no país, da qual, quando lembro, tenho medo até hoje. Estava no estupendo Gran Bazar, o mercado da praça de Cabul, maior do que o do Egito. Os afegãos vestem-se de uma forma que é um sonho para os fotógrafos: bombachas verdes, faixa rosa, camisa amarela, turbante vermelho, colete azul, e todos eles usam fuzil. Não é arma de caça. É fuzil, mesmo. Vi um sujeito, de longe. Sempre soube que fotografar árabe é um negócio complicado. Ele se aproxima de mim, aponta para a máquina fotográfica e, antes que ele mude de idéia, faço meia dúzia de fotos. Todo colorido, continua olhando para mim e quer as fotos. Não entendo e ele se enfurece. Tento dar dinheiro. Ele fica ainda mais furioso, e passa a berrar. Eu ali, sem a menor idéia do que pudesse ter feito de errado. E começa a juntar um monte de gente. E, pelo olhar dos outros, vi que a coisa era séria. Aí, chega um sujeito, entra na roda e fala duas ou três coisas. Todo o mundo acha graça. Ele passa a mão na minha careca, fala mais alguma coisa, o pessoal começa a rir e o clima se descontraí. Eu estava aterrorizado. Na primeira chance, começo a me mandar. Vem um garoto, que falava um pouco de inglês e pergunta por

que eu não havia dado a foto para o homem. Entendi que, antes, aquele mesmo homem havia sido fotografado com uma *Polaroid* e havia ganhado a foto de presente. Agora, ele queria a minha. Só que eu não tinha *Polaroid*. Ele achava que eu ia ficar com a alma dele, o espírito, sei lá...

**JU - Esta chegou a ser sua situação mais perigosa?**

**Flávio -** Não digo isso... mas é que não se fica sabendo das situações de maior e real perigo. Por exemplo: tenho oito meses entre Vietnã e Camboja, mas nunca saberei se um dos carros em que eu estava passou junto a uma mina ou se a gente estava dentro de um que iria pelos ares um minuto depois. Não existe a situação de “quase acidente”.

**JU - Fora os convencionais Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia, qual o país que o senhor visitou mais vezes?**

**Flávio -** Tenho sete viagens à China, que é fascinante. Fui lá, pela primeira vez em 1973, durante a Revolução Cultural, que começou em 66 e foi até 76. Conheço, praticamente, todo o país, menos parte da antiga Rota da Seda, que sai de Pequim e vai ao Paquistão e, de lá, seguia, no caso do Marco Pólo, até Veneza.

**JU - O senhor consegue ver um país sem a compulsão do fotógrafo?**

**Flávio -** Sim. Às vezes, só não deixo as máquinas no hotel por medo de ser roubado. Mas freqüentemente passo dois ou três dias sem tocar numa câmara.

**JU - Como o senhor escolhe os países para onde vai viajar?**

**Flávio -** Sem lógica. Só por curiosidade. Se fosse um bom comerciante do meu negócio teria feito mais Itália, Alemanha que, claro, têm mais público.

**JU - Por falar em público, como foi a montagem do Studio, sua sala de projeções em Porto Alegre?**

**Flávio -** Primeiro, eu usava os teatros disponíveis, inclusive o terceiro andar do Centro Comercial João Pessoa, na Azenha, que não tinha ocupação. Depois, tive um enguiço com o pessoal da Prefeitura. A organização era muito ruim, prometiam teatro para mim, davam para outro, era muito confuso. A minha vez sempre era a última. Um dia, para discutir um assunto desses, fui até a prefeitura, com hora marcada, e me fizeram ficar esperando três horas enquanto na sala se comemorava um aniversário. Fiquei uma arara. Entrei na marra, disse horrores de todos, e acho que com razão. Bati a porta e fui embora. Claro que fiquei dois anos sem mostrar nada, mas acabei comprando uma casa velha, reformando e instalando o Studio, na Rua José do Patrocínio com Alberto Torres. Consegui comprar aquele casarão porque não tem valor comercial. O Studio já completou 15 anos.

**JU - Em média, quanto tempo passa em Porto Alegre e quanto viajando?**

**Flávio -** Não sei. Com o passar dos anos, muitos operadores de turismo, não as agências, passaram a ser meus clientes. Às vezes precisam fazer as brochuras de divulgação, atualizar material, e me mandam a algum lugar. No ano passado fui a dois países que nunca imaginara visitar: Síria e Jordânia. Foi quando conheci Petra, na Jordânia, extraordinária. Se houver uma ruína para ver, no mundo, é Petra, sem dúvida. As romanas ou gregas são todas iguais.

**JU - O senhor vive basicamente da fotografia, utilizando-a nos audiovisuais ou vendendo o trabalho para as agências?**

**Flávio -** Tenho acordos com operadoras de turismo e com o Image Bank, um banco internacional de fotos que é grande consumidor da minha produção.

**JU - O audiovisual tem público? Como é a concorrência com a televisão, o cinema, a Internet?**

**Flávio -** O audiovisual comercial, que eu fazia bastante, perdeu muitíssimo. Praticamente deixou de existir. Só sobrevive porque a qualidade fotográfica é muito melhor que a do vídeo. Quando as pessoas têm necessidade de platéia grande, o vídeo tem todas as vantagens, pois você leva um vídeo de 400 ou 500 gramas a qualquer lugar. Já para o audiovisual se precisa uma parafernália.

**JU - Qual é o seu público?**

**Flávio -** É um negócio curioso. Nunca cheguei a nenhuma verdade sobre isso. Posso é falar quanto à idade. Raramente aparece gente jovem. O espectador médio tem entre 30 e 50 anos. Aos domingos à tarde me sinto muito útil. A idade média é mais de 60. São senhoras sem companhia para sair ou que não querem chegar tarde em casa. As pessoas não são da chamada “alta sociedade” porto-alegrense, mas têm um elevado nível de informação. Em uma pesquisa que fiz, 80% já havia saído do país, 50% já havia estado na Europa, e uma boa parte já tinha ido aos Estados Unidos. Quando cometo algum erro, e isso acontece, dezenas de pessoas chamam a atenção.

**JU - Já que o senhor viajou mais de uma vez a alguns países, as imagens refletem eventuais alterações político-sociais?**

**Flávio -** Sem dúvida. Na Índia, por exemplo: não há praticamente diferença entre as fotos da primeira e da última viagem. A Índia melhorou muito, mas fotograficamente continua muito ruim. Já a China melhorou um milhão de vezes.

**JU - Melhorou?**

**Flávio -** A vida do chinês, sim. Andando de trem dá para ver. Nas primeiras viagens, pelo Norte e Sul, achei que a China não era mais do que favelas no meio do campo. Hoje, a vida do chinês melhorou muitíssimo. Mas eu não faço a chamada “foto social”, um negócio muito discutível, a não ser que se tenha um talento como o do Sebastião Salgado.

**JU - Já pensou em descrever as viagens, reunir as experiências, ensinar como se viaja, passar tudo isso para um livro?**

**Flávio -** Pensar, já pensei. Pedi até para um colega de vocês, o Ney Gastal, para escrever. Acho meu texto muito ruim. A coisa nunca avançou. Um dia, pode ser que saia. Mas teria que imprimir em Hong Kong ou Cingapura. Para imprimir um livro no Brasil, o cara tem que ser milionário.

**JU - O senhor foi um campeão nas pistas de automobilismo. Como foi esta fase de sua vida?**

**Flávio -** Sempre gostei disso. Acompanhava as corridas, como até hoje. Um dia, fizeram uma prova para estreadantes. Particpei e fui bem. Entrei em segundo. Na segunda, eu já tinha patrocínio da Panambra. Comecei a correr com Volkswagen, depois passei para o DKW. Ganhei campeonato gaúcho e, para minha surpresa, fui contratado pela fábrica DKW-Vemag, em São Paulo. Éramos três pilotos, para correr em provas longas, utilizando dois carros: o Mário César de Camargo Filho, o Bird Clemente, o melhor piloto que já vi guiar, e eu.

**JU - Com que idade começou a correr?**

**Flávio -** 26 ou 27 anos.

**JU - O que fazia antes?**

**Flávio -** Vendia ações. Papel pintado.

**JU - Estudos.**

**Flávio** - Fiz o primário em Caxias do Sul, onde nasci. Depois meus pais me transferiram para o Rosário, em Porto Alegre, do qual fui expulso. E aí passei ao colégio onde realmente aprendi alguma coisa, o IPA, Instituto Porto Alegre.

**JU - Por que foi expulso do Rosário?**

**Flávio** - Nada de especial. Bobagens. Por razões familiares sempre tive uma educação razoável. Nem sempre uso, mas sempre tive. O pessoal que lecionava no Rosário não tinha a menor condição de dar aula em lugar nenhum. Eram uns seminaristas melhorados. Mas também nunca fui bom aluno. No IPA minha vida mudou. Grande parte dos meus amigos, o Verissimo é um deles, são daquela época. Lá se ensinava, se estudava, se aprendia. Não tinha muro, não tinha cerca, e tinha liberdade com responsabilidade. Foi espetacular. Não sei se hoje continua igual.

**JU - Voltando aos motores...**

**Flávio** - Ainda no tempo em que eu vendia ações, também era piloto privado de aviões. Era uma espécie de versão do táxi-aéreo, feita com aviões de aeroclube.

**JU - Desde o início o gosto pela aventura: expulsão do colégio, venda de ações, corrida de automóveis, piloto de pequenos aviões e, enfim, viagens pelo mundo, principalmente pelos países exóticos...**

**Flávio** - É...tudo dentro dessa faixa...do imponderável... nunca tinha feito esta análise, mas, realmente, é.

**JU - Quando tempo duraram as corridas?**

**Flávio** - Dez anos. Dois como amador e oito como profissional.

**JU - O senhor viaja por gosto, por profissão, por destino, por tudo isso?**

**Flávio** - Tenho várias interpretações. Os budistas dizem que quem viaja muito está na última encarnação. Depois, vai-se lá não sei para onde... Curioso, isso. O viajante tem outra visão das coisas. Se você o convida para ir 15 dias a um lugar, ele não vai. Por 15 dias, a casa da gente é o melhor lugar do mundo. Mas se tiver que ficar três, quatro, cinco, seis meses fora, aí passa a ter interesse.

**JU - Suas viagens são previamente elaboradas ou ficam mais em aberto, de acordo com o momento e a oportunidade?**

**Flávio** - No Brasil não temos muita informação sobre outros lugares, a não ser sobre os Estados Unidos. Como viajo muito, quando chego nos países já tenho noções e, entre estas, se o país interessa, fotograficamente no meu caso, e o custo de vida.

**JU - E agora, as viagens pelos programas de televisão?**

**Flávio** - Pelo Travel Chanel? Isso não é viagem. É venda eletrônica. No passado, te mandavam um folheto. Hoje, a venda é pela TV. Simplesmente, forma de vender um produto e conduzir as pessoas para algum lugar. Sempre que posso, vejo programas assim, como os da BBC. São interessantes e uso como informação para as minhas viagens.

**JU - Fala-se cada vez mais em turismo no Brasil. Há turismo no Brasil? Isso é viável?**

**Flávio** - Viável é, sem dúvida. Mas não temos uma única atração básica. Por exemplo: a África tem como grande atração a negritude legítima e os animais. No Brasil, somos um povo de mestiços e só temos a Amazônia e Iguaçu que, realmente, interessam a todo o mundo. E o Pantanal, que ainda é desconhecido, mas é realmente lindo.

**JU - E as Missões, no Rio Grande do Sul?**

**Flávio** - Se estivessem localizadas em Viamão, ou perto de Porto Alegre, sem dúvida. Onde estão...

**JU - E os tão decantados oito mil quilômetros de praias brasileiras?**

**Flávio** - Tudo fantasia. Ninguém vem ao Brasil para ir à praia.

**JU - Carnaval no Rio de Janeiro?**

**Flávio** - Maravilhoso, mas não traz ninguém. Quando se vê o número real de turistas, é ridículo. É o maior espetáculo do mundo que atrai menos gente, proporcionalmente.

**JU - O potencial turista estrangeiro se assusta muito com a divulgação da violência no Brasil?**

**Flávio** - Ele não vem. Dou um exemplo de como assustar o turista. No ano passado, fiquei 45 dias no Alaska. É enorme, um terço do Brasil, e só tem 500 mil habitantes. A capital, Juneau, tem 25 mil habitantes, não tem estrada nem aeroporto. Só se chega lá com aviões pequenos. Viajei com um engenheiro alemão ligado a petróleo. Lá não tem mão de obra. Boa parte das cabanas fica, literalmente, aberta com um placa: "Entre na que tiver a chave na porta e pague amanhã". Entramos numa delas, acendemos a luz e ligamos a televisão. O antigo hóspede tinha deixado o aparelho sintonizado na CNN. Quando dei por mim, estava assistindo a um tiroteio no Brasil. A televisão estava transmitindo um tiroteio, ao vivo, do Rio de Janeiro, falado em inglês. Pode ser sensacionalismo, mas era verdade. E o repórter, na beira da favela, narrando: "Agora, atiram os policiais... agora vocês vêem os moradores fugindo... agora, os bandidos respondem ao fogo lá de cima..." O indivíduo que viu cinco minutos daquele noticiário nunca mais vai querer ouvir falar em Brasil e tem toda a razão.

**JU - Mas todo este verão, este clima quente...**

**Flávio** - Nós, brasileiros, achamos que temos todas as praias do planeta. Só que nas dez melhores praias do mundo o Brasil não entra. As nossas, estão longe, são sujas, não têm infra-estrutura nenhuma. Podem atrair indivíduos como nós. Quem dá lucro é o turista de massa. É o que vem em excursão, entra no dia 15, sai no dia 30, dia 1º já chega o próximo avião. O turista eventual como nós não dá lucro nenhum, é o pinga-pinga. Gasta 50, 30, 20 dólares por dia e se puder gastar a metade, melhor. Turista rico, europeu e norte-americano, odeia a sujeira. O exemplo clássico é a Bahia, que batalha o turismo e se vende muito bem. Já foram a uma praia da Bahia? Não dá para encarar. Se não dá para nós, que somos da terra, imagina para quem vem de fora. Sem dúvida que é problema cultural. E só vai ser resolvido no dia em que o governo botar um gari atrás de cada brasileiro.

**JU - É comum ver-se gente em carros de luxo atirando lixo pela janela...**

**Flávio** - Eu e minha mulher costumamos caminhar cedo, no Parque Marinha do Brasil. Um dia desses, saímos atrasados e encontramos uma família cheia de pacotes de supermercado, latas, garrafas. Quando voltamos, uma hora depois, tinham terminado o piquenique. E em volta de onde haviam ficado sentados, deixaram todos os restos do que haviam comido e bebido. Sequer usaram os sacos plásticos que traziam para recolher o lixo que haviam produzido. Pior é mesmo quando vejo carros importados, ou nacionais mais caros, com as janelas abertas e o pessoal jogando casca de bergamota e latinha de cerveja e

refrigerante, lá de dentro, para o meio da rua. Parece mentira, mas vi em plena Mostardeiro, zona chique de Porto Alegre, um sujeito, de carro novo, largar um jornal inteiro pela janela. Bateu o vento e já dá para imaginar o que aconteceu.

**JU - O senhor dirigiu pelo mundo inteiro e tem uma boa parte da vida ligada ao automobilismo. Qual sua opinião sobre a nova lei do trânsito?**

**Flávio -** Excelente, mas tinha que ter saído há 50 anos. Estamos sempre atrasados. O uso do cinto de segurança chegou a ser debatido pela Câmara de Vereadores. Vereador discutindo assunto técnico de segurança é piada. O absurdo chegou a tal ponto que o presidente do Brasil, na época, o general João Figueiredo, foi à televisão no dia 31 de dezembro para dizer que o cinto era obrigatório. Vê lá se isso é coisa para presidente da República. É coisa para o departamento técnico responsável pelo assunto dizer que, a partir do dia tal é assim. E...cumpra-se.

**JU - São 27 mil mortes por ano no trânsito brasileiro.**

**Flávio -** Não é um absurdo, um número inacreditável? Como é que em um país podem morrer 27 mil pessoas, por ano, nas estradas e nas ruas? E esta cifra é mentirosa, pois 27 mil são as pessoas que ficaram estendidas no chão. Quem morre no hospital, ou dias depois, não está na estatística. Em dez anos de Guerra do Vietnã morreram 56 mil. Hoje, tenho um carro que pesa duas toneladas. O próximo vai ter três. Carro pesado é a única coisa que te protege no trânsito brasileiro. Tanto isso é verdade que, nos Estados Unidos, para esses caminhonetões que andam por aí, segundo a revista Time, o seguro será maior, pelo estrago desproporcional que causam no outro veículo. Já o capacete para motociclistas tem só dez anos de vida aqui. E os motoqueiros protegem o cotovelo, não a cabeça. Até que morram montanhas deles. E estão morrendo.

**JU - E a imagem do brasileiro lá fora, continua ruim?**

**Flávio -** Os latino-americanos, todos, têm a mesma imagem. Europeus e norte-americanos não separam brasileiros, argentinos, uruguaios. Mas a verdade é que temos a imagem que nos corresponde.

**JU - Além disso, o Brasil tem uma imagem externa muito estereotipada. É só futebol, carnaval, mulatas...**

**Flávio -** É só o que vendemos. Qual o motivo principal da propaganda da Embratur? Bundas. Aí, o pessoal vem para cá atraído pelo turismo sexual e nós dizemos que são uns cretinos. Que tal imagem existe, não há a menor dúvida. Mas será que, oficialmente, temos que exportar essa imagem? E não estou sendo careta, quero é proteger o meu país. Gostaria que atraísse mais gente e ganhasse divisas com o turismo.

**JU - Terá isso algo a ver com a idéia de o Brasil ser um país jovem?**

**Flávio -** Discuto. Temos a idade dos Estados Unidos e a metade da idade do Canadá. A Austrália e a Nova Zelândia devem estar fazendo uns 250 anos. Foram colonizadas por ingleses. A Austrália foi colonizada por presidiários e prostitutas, o que prova que a vida lá não era lá essas coisas. A Nova Zelândia, que fica ali ao lado, foi colonizada por carolas – e não adiantava só querer ir para lá: o sujeito tinha que provar para o governo que era produtivo. E ainda precisava do atestado do pastor, dizendo que era religioso. Na Nova Zelândia tudo é verde. A Austrália é um grande deserto. Ambas chegaram ao Primeiro Mundo.



# Vitor Ramil



**“A marca dos anos 90 é a valorização das particularidades regionais”**

*A milonga começa a ocupar espaço na música brasileira. Motivo: Ramilonga – A estética do frio, quinto disco de Vitor Ramil. A repercussão do disco, em jornais e revistas de norte a sul, refletiu o respeito que a crítica musical do país já tem pelo trabalho deste compositor pelotense. Ele estreou em 1981, como garoto prodígio. Em 1982, estudou composição e regência na UFRGS. De 1985 a 1991, viveu no Rio de Janeiro. Depois, passou a alternar seu trabalho entre o Rio, Porto Alegre e Pelotas, a mítica Satolep de suas músicas e de seu livro Pequod. Criador rigoroso, às vezes polêmico, o irmão caçula de Kleiton e Kledir completará 36 anos em abril. Antes disso, no dia 19 de março, abrirá a temporada 98 do Projeto Unimúsica, em show dedicado aos calouros. A entrevista destas páginas foi feita por Juarez Fonseca, Marco Ribeiro e Maria Helena Weber, do Jornal da Universidade, com a participação de Renato Mendonça, crítico de Zero Hora.*

MARÇO 1998 - EDIÇÃO Nº 6

**J**ornal da Universidade - Pedimos perguntas para várias pessoas, que vamos te passar durante a conversa. A primeira, para abrir o debate, é do cartunista Santiago: "A Bienal do Mercosul não teve uma linha sequer na revista Veja, mas foi notícia na Time. Os artistas do Centro fazem qualquer coisa e todos os jornais publicam, os gaúchos produzem toneladas de obras e não sai em lugar nenhum. Tu não achas que o Rio Grande do Sul tinha que assumir o papel de uma espécie de Catalunha do Brasil? A Catalunha, uma região espanhola, é berço de grandes criadores e vende essa idéia para o mundo. Nós não fazemos nada."

**Vitor Ramil** - Acho que os gaúchos têm uma identidade em construção. A graça do RS, no Brasil, é o fato de nos sentirmos um país à parte no meio de três países. Isso pode ser matéria-prima da nossa criação, é bom termos esse tipo de auto-estima, acharmos que é uma qualidade. Mas não podemos permitir que isso dilua nossa criação ou prejudique nossa maneira de nos relacionarmos com o Brasil e com os outros lugares. Sou brasileiro, mas moro num lugar que tem tais e tais especificidades. Por esse motivo, minha música é como é. Por exemplo, sou um cara obcecado por morte e sempre me dizem pra não falar sobre isso, que minha música é muito pra baixo. Com o decorrer dos anos, essas opiniões pesam, interferem na tua produção. Na hora de selecionar uma música para um disco, tu pensas "ah, mas essa música é muito pesada, vamos botar uma coisa mais leve pra contrabalançar". No disco *Ramilonga*, quando resolvi trabalhar com essas questões da – digamos – identidade nossa, afloraram as histórias da morte, da melancolia, da tristeza. Isso é visível no trabalho, e acho que por aí passa essa coisa do gaúcho. Com relação a chegar ao Brasil, a gente já sabe: o Centro é o Centro, praticamente não vê o que está ao redor.

**JU** - O artista gaúcho parece estar sempre precisando de reconhecimento nacional, embora não faça muita força. Essa discussão, que volta e meia reaparece, é pertinente?

**Vitor** - Em outros estados, as pessoas se empenham em ser reconhecidas no Brasil, mas o gaúcho é muito orgulhoso para assumir isso. No Norte e no Nordeste, vejo as pessoas vibrando com seus artistas que saem e fazem sucesso fora. Mas o Rio Grande do Sul tem diferenças, é inegável. O mercado editorial, por exemplo. Normalmente se editam livros aqui que não circulam em outros estados. O Assis Brasil é um monstro sagrado da nossa literatura, mas qualquer escritor mediano de São Paulo tem muito mais divulgação no Centro do que ele. A partir daí, costumamos dizer que "o mercado editorial gaúcho se basta". Isso existe na música também. Por ter vivido um tempo no Rio, me dei conta de que devemos ganhar a flexibilidade de dizer: pô, a gente é brasileiro e tem que disputar esse espaço numa boa, com leveza.

**JU** - O isolacionismo gaúcho é uma obsessão de quem vive aqui?

**Vitor** - Muitas coisas nos levaram a isso e o assunto já está mais do que falado. Não acho que as pessoas queiram se isolar, é um pouco uma marca geográfica, cultural. Esse dado está aí, e então temos que aprender a lidar com ele. É como o sujeito que tem uma doença grave. Não adianta dizer que não quer a doença, tem é que lidar com ela.

**JU** - Pergunta do Nelson Coelho de Castro: "Freqüentemente tu estás no Rio de Janeiro. Como é essa história de falar da estética do frio nos trópicos? Como te divides entre esse discurso sulista e a necessidade de ir para o Rio para divulgar o trabalho?"

**Vitor** - Meu discurso é brasileiro. Por que o *Ramilonga* está tendo uma reper-

cussão legal? Entre todos os meus trabalhos, é o que mais impacto imediato teve. Recebo *e-mail* de tudo quanto é lugar, de gaúchos e de não-gaúchos. Acho que estou lidando com coisas do nosso imaginário que, para as pessoas de fora, são bastante originais. É um disco fortemente gaúcho, mas, ao mesmo tempo, superbrasileiro. Eu procurei fazer relações. No texto do encarte, falo em "João Gilberto no Hotel Majestic sussurrando *Prenda Minha*". Com isso, sugiro que estou pegando um legado do João Gilberto. A música *Milonga das Sete Cidades* tem uma passagem que é bem Tom Jobim. Mas não estou tentando fazer fusão de música brasileira com gaúcha. Não, rolou naturalmente. Tenho o sentimento da milonga, e também aprendi tudo na música brasileira, que ouço desde sempre. Não vou abrir mão disso. E não vou fazer a coisa caricata do gaúcho, de que agora vamos nos separar, vamos isso, vamos aquilo.

**JU** - Toda essa história parece uma falsa questão. A gente só percebe que fala com sotaque, ou que tem uma identidade gaúcha, quando sai daqui. Morar no Rio durante um tempo acelerou o teu processo de gauchização, ou te fez tomar uma consciência maior da cultura gaúcha? O que foi mais importante: ir ou voltar?

**Vitor** - Foi importante sair e foi importante voltar. O Rio me ensinou muita coisa, me ensinou a ter leveza. Morar lá foi um movimento profissional, com todos aqueles clichês que envolvem "ir para o Rio". Já o movimento de voltar para o Sul... Scliar, o pintor, me disse: "Olha, foi a coisa mais sensata que fizeste na vida". O Scliar já era um pintor conhecido quando circulou pelos museus da Europa e se deu conta de que não sabia pintar – isso falando no nível de exigência dele para com ele mesmo. Aí, voltou para o interior do Rio Grande do Sul, para pintar temas gaúchos. Meu movimento foi mais ou menos parecido. Na primeira vinda para cá escrevi um livro, readquiri o prazer de ficar tocando em casa – o que me levou a fazer o disco *À Beça* e me aproximou de toda essa história. Foi nessa época também que o Fischer (*o professor Luís Augusto Fischer*) me estimulou a escrever o ensaio sobre a Estética do Frio, publicado no livro *Nós, os Gaúchos*, de 1992.

**JU** - Falando no Fischer, uma pergunta dele. Depois que escreveste esse texto houve alguma mudança na tua relação com a tese da estética do frio? Que comentários ouves a respeito?

**Vitor** - Um cara me disse, via *Internet*, uma coisa que achei engraçada: "Esse troço é tão óbvio, que me admiro que nunca ninguém tenha escrito antes de ti". E é isso, é um assunto que está aí, apenas registrei. Claro que tem uma série de visões minhas, pessoais, mas é isso. O medo que eu tinha na época, e até disse para o Fischer, é que era uma coisa que estava em processo, eu estava pensando. Hoje em dia, não posso nem olhar aquele texto, quase me arrependo de tê-lo publicado.

**JU** - Teu irmão Kledir também mandou uma pergunta. Pede que tu apontes artistas ou trabalhos, nas mais variadas áreas, que poderiam ser incluídos na estética do frio.

**Vitor** - Não tenho pretensões de que isso seja um movimento. A estética do frio envolve definições muito pessoais minhas para que eu chegue a dizer que tal fulano tem ou não isso ou aquilo. Tenho medo de generalizar coisas minhas. Ontem mesmo passei pela frente de um bailão, e tinha uma multidão lá dentro. Pensei: fico escrevendo esse negócio de estética do frio, fico vendendo esse peixe por aí, viajo e falo das pessoas do Sul, do jeito do Sul, acabo genera-

lizando coisas que se passam na minha cabeça. Aquela gente do bailão nunca se questionou sobre isso, curte pagode como qualquer um lá de São Paulo, do Rio, da Bahia, de qualquer lugar. E eu, de repente, tô falando pra meia dúzia de pessoas. Que representatividade tem essa coisa de estética do frio? Faz sentido para alguém? Pra mim faz, porque é uma maneira de me autoconhecer. Por isso não quero generalizar.

**JU - Essa resposta enseja uma questão: o público. O artista está cada vez mais agri-lhoadado às regras do mercado. No caso da música, tem que vender muito, tocar no rádio, fazer sucesso. O que significa isso para ti? Almejas o grande sucesso, poderias fabricar hits?**

**Vitor -** Sempre fui desligado disso, completamente sem ambição nesse aspecto. Lembro que quando estávamos mixando o disco *Tango*, na gravadora Odeon, o produtor João Augusto me olhou e disse: “Acho que essa vai ser a nossa música de trabalho”. Foi aí que me dei conta de que já estava terminando o disco e nem havia pensado nessa história de tocar e vender. Outra coisa, é que, se dependesse da gravadora, a faixa *Joquim* nem teria entrado no disco. Diziam que era muito grande, execraram a música quando saiu. E foi a que mais tocou.

**JU - Tu disseste que as pessoas comentavam que tal ou tal música era muito pra baixo, e que isso, de certa forma, interferia no teu processo. Então, levaste em conta a opinião do ouvinte. Repetindo: qual tua opinião sobre o chamado smash hit, o sucesso avassalador?**

**Vitor -** No mundo da música popular, acho que desde sempre a pessoa sonha em pegar sua guitarra, subir no palco, fazer sucesso, ser adorada, vender uma porrada de discos, ser um *pop star*. Mas isso não é geral, não é pra todo mundo. Desde garoto, quando comecei a compor as primeiras coisas, lá com 12 anos, minhas viagens eram outras. Eu tinha um outro canal, detectei cedo que os caras bons eram os que outros não conheciam e eu conhecia.

**JU - Quem, por exemplo?**

**Vitor -** Com 12 anos descobri Egberto Gismonti, que ninguém da minha geração conhecia. Me trancava no quarto e ficava ouvindo Egberto e Piazzolla, era apaixonado por eles. Me criei com uma fixação em artistas que faziam uma obra de qualidade, sempre me fascinou a vida de pintores que morreram sem vender uma tela, ou do Kafka, que morreu sem ter sua obra publicada e sem reconhecimento.

**JU - A propósito, Kafka e pintores são elementos de teu livro Pequod. E aqui se encaixa outra pergunta do Fischer: que leituras tu ouviste do Pequod, que comentários foram feitos?**

**Vitor -** Em primeiro lugar, me impressionou o círculo de leitores, que é bem pequenininho. Alguns leram e não entenderam nada e outros fizeram superleituras. Tive críticas excelentes, especialmente uma no Rio e uma em São Paulo, que detectaram coisas – é aí que o crítico mostra realmente por que está escrevendo, ao detectar coisas que o autor nem percebeu ao escrever. O legal é que fui tratado como escritor, e não como um compositor que estava lançando um livro.

**JU - Tu gostas do livro, passados três anos?**

**Vitor -** Gosto. E gostaria de relança-lo daqui a pouco mais, revisto. Passei oito anos escrevendo o *Pequod*. Porque eu tinha consciência da responsabilidade de escrever um livro.

**JU - Não é muito tempo para escrever um livro?**

**Vitor -** Não é, não. Eu escrevia, deixava ele dois anos lá, aí pegava de novo e saía riscando, direto. Sempre tive a preocupação de tirar, achava que quanto menos coisas botasse, melhor. Era um projeto que eu tinha, escrever. Olha, eu queria fazer exatamente o que estou fazendo hoje em dia, estar nesta dimensão em que estou, tranqüilo. E voltando àquela outra pergunta, que não concluí: não estou preocupado em fazer um megassucesso, sei que nunca vou fazer, que vou sempre tocar para meia dúzia de pessoas.

**JU - Mas o Ramilonga já alcançou uma dimensão que os outros discos não tiveram.**

**Vitor -** Sim, está conquistando um público grande. E já começaram a perguntar quando é que sai o *Ramilonga 2*. Como nunca tive tal tipo de cobrança, me dei conta de como essa produção repercutiu. Com o que tenho de material, poderia gravar uns quatro discos. E acho que posso fazer uma seqüência do *Ramilonga*. Mas tem uma série de outras músicas que também quero gravar. Aí começa a minha piração: que que eu faço agora? Continuo jogando essas cartadas, levando o público pra um lado, levando pra outro?

**JU - Essas guinadas são propositais?**

**Vitor -** Até agora, isso foi bem deliberado. Um produtor me disse um dia que o meu problema é que produzo com muita facilidade. E é verdade. Tenho muita facilidade para produzir, gosto de me expressar criativamente. Mas, ao mesmo tempo, tenho consciência de que num trabalho assim de vaivém, faz isso, faz aquilo, as pessoas muitas vezes não entendem o que está se passando.

**JU - Explica melhor essas tuas mudanças.**

**Vitor -** Fiz o primeiro disco, o *Estrela, Estrela*, com arranjadores superprofissionais: Egberto Gismonti, Wagner Tiso, Luis Avelar. Ficou legal, mas para a continuação eu queria algo com a minha marca. Era um garoto, tinha 18, 19 anos, qual seria a minha marca? Qual o meu projeto de vida para depois do *Estrela, Estrela*? Pensei: vou parar de tocar, vou estudar piano e, depois dos 30 anos, eu volto. Eu via que todos os caras daquela geração da música brasileira estavam amadurecidos e produzindo muito bem depois dos 30. Sempre tive a consciência de que começaria a fazer boa música depois dos 30. Bom, comecei a estudar, mas não resisti à tentação de compor e gravar e estabeleci um projeto: fazer de cada disco um experimento. O primeiro disco em que não há experimento, ou melhor, para o qual todos os experimentos convergiram, é o *Ramilonga* – feito, significativamente, em cima de uma matriz bem regional. Houve uma escolha, é um trabalho que se pode dizer maduro.

**JU - Rememorando...**

**Vitor -** Depois do *Estrela, Estrela* parti para *A Paixão de V. Segundo Ele Próprio*. Na época eu estava lendo uma porção de coisas, descobrindo as teorias de música experimental, de música serial, tendo aulas com Armando Albuquerque. Comecei a ver mil coisas e decidi botar tudo pra fora. Fiz um disco muito variado. Depois, pensei: e agora, vou continuar louqueando? Naquela época se falava muito em vanguarda paulista, em Arrigo Barnabé. Casualmente, era o crescimento da vanguarda, do rock, e eu estava fazendo aquele trabalho meio anômalo, perdido. Se continuasse aquele tipo de trabalho do *A Paixão*, teria que radicalizar muito mais. Mas eu não queria virar um cara experimental...

**JU - Mas não tinhas o projeto de experimentar?**

**Vitor** - É outra coisa. Eu não queria ir para o estúdio com uma manada de malucos pra fazer loucura. Isso é muito fácil, é aquela coisa que o Chico Buarque fala: nem toda loucura é genial. O que eu queria era ter um repertório consistente. Daí, decidi priorizar a canção. Eu já tinha feito o *Joquim* para o show de lançamento do *A Paixão de V*. Queria botar no show uma música forte, com uma puta letra, e ouvindo *Joey*, do Bob Dylan, resolvi fazer a versão. O disco seguinte, *Tango*, foi o resultado da negação do *A Paixão de V*. Todos esperavam um disco muito louco e o *Tango* foi um banho de água fria, veio uma coisa bem diferente, comecei a tomar consciência da elaboração do trabalho.

**JU** - Em que sentido *Tango* nega o disco anterior?

**Vitor** - Quando terminei *A Paixão de V*, perguntei: o que me faltou, qual a carência? Por exemplo, minhas letras eram generalizantes, falavam de temas ideais, como se eu tivesse sempre que ter um compromisso, e isso começou a me incomodar. Eu queria falar de coisas mais específicas, mais reais, e é isso que tem o *Tango*. A vida no Rio me deu essa realidade, de concretude, eu queria falar daquelas coisas, “caminharei os meus sapatos por Copacabana”, sabe?, falar na primeira pessoa, de mim pra ti. Então, comecei essa busca na parte da letra. Meu nível de exigência fez do *Tango* um disco seco, árido, quase monocórdico, sem aqueles brilhos que tinha *A Paixão de V* em termos de sonoridade.

**JU** - Mas *Tango* é um disco musicalmente muito forte, sério.

**Vitor** - Tocaste em uma palavra interessante, “sério”. Algumas coisas no *Tango* passaram sisudez para as pessoas. E começou aquela responsabilidade, tipo aquele cara que chega e diz: “Olha, pra mim só existem dois caras no Brasil, tu e o Raul Seixas”. Detesto este tipo de comentário, não quero ser comparado, não quero encontrar um cara que chega babando e diz “pô, e aí loco de cara...”. Respeito a visão dele, cada um tem sua viagem, mas como compositor não quero me satisfazer com isso. Reconheço que o *Tango* tem canções fortes e com uma abrangência em termos de imagens que se presta para qualquer leitura. Desde o malucão, que vai se identificar com o louco, até o cara hiper-racional que gosta de André Breton, por exemplo.

**JU** - Pergunta de Geraldo Flach: “De uns anos para cá, tens valorizado a palavra mais do que antes. No teu trabalho de composição, qual a relação que se estabelece em grau de importância entre letra e música?”

**Vitor** - Essa é uma coisa que eu queria falar a respeito do disco seguinte, *À Beça*, e da volta para o Rio Grande do Sul. No meu período do Rio, eu tinha muitas músicas sem melodia. A única que acabou sendo registrada no disco foi *O Livro dos Porquês*. As músicas estavam todas faladas, a palavra tinha tomado conta. Eu estava tão exigente com o aspecto musical, racionalizava tanto, que isso me ressecou musicalmente. De volta ao Sul, comecei a escrever o livro. E quando parava de escrever, ia para o piano tocar Beatles. Foi assim que começou a surgir o *À Beça*. Me dei conta de que, enfim, estava fazendo uma música normal, com primeira parte, segunda e refrão. Ora, não vou inventar uma forma nova de canção, isso não existe. Quando parti para o *À Beça* foi pensando nisso: em resgatar minha musicalidade, curtir a feitura de uma música normal, banal. Não concordo com o Flach, acho que hoje em dia está bem equilibrado, acho que o *Ramilonga* é um disco supermusical.

**JU** - Em uma entrevista, disseste que se o *Ramilonga* fosse lançado nos anos 80, teriam

**dado risadas da tua cara. Por quê?**

**Vitor** - Os anos 80 foram muito fechados. No Brasil, a gente estava vivendo aquela mídia de massa, tudo era rock. Nem sei como eu gravei naquela época. Qualquer trabalho regional ficaria totalmente por fora. Hoje, tu ligas a MTV, ouve um rockão e dali a pouco ouve o grupo Mestre Ambrósio, os caras batendo pezinho no chão e dançando forró.

**JU** - A *retaguarda* virou linha de frente?

**Vitor** - A marca dos anos 90 é a valorização das especificidades regionais. Houve um esgotamento do pop em nível mundial. No Brasil, já estou farto de ouvir esses caras do pop que fazem uma música comum, antiga, vão para o estúdio e botam uma levada modernosa. Aí, aquele público mediano diz “pô, lance moderno”. Isso já foi. Enquanto isso, caras como o Peter Gabriel, com seu selo Real World, estão buscando coisas lá no fim do mundo. Nesse sentido, o *Ramilonga* pode ser lançado na Europa com muito mais propriedade do que um trabalho pop convencional que esteja fazendo sucesso no momento.

**JU** - E muitos desses músicos que estão sendo destacados hoje vêm, como tu, dos anos 80.

**Vitor** - Outro dia, no Rio, encontrei com o Chico César e com o Zeca Baleiro e ficamos conversando sobre isso. O Chico comentou como é legal que esteja sendo feito um trabalho como o *Ramilonga*, com aquela linguagem, no Sul, e eles fazendo o mesmo com a linguagem deles em outro lugar. Mas os anos 90 não são só essa história de “ah, vamos agora ver as linguagens regionais”. A música dos 90 é feita por gente que, nos 80, não ficou alheia às novas informações, ficou trabalhando e assimilando. Quem ficou alheio a isso, parou no tempo e faz hoje uma MPB antiquada. Lenine não é novidade, Zeca Baleiro também não, e os caras falam de *Ramilonga* como novidade, mas eu estou longe disso. Claro que curti os anos 80, vivi no Rio no meio daquele movimento. Ia assistir a show do The Cure, do Nick Cave, e gostava, mas via aquilo tudo criticamente. Acho que quem faz hoje alguma coisa legal no Brasil é esse povo que tem uma visão do pop, dos anos 80, uma visão mundial, e ao mesmo tempo tem o conhecimento da linguagem poética da música brasileira. Pena que o Chico Science morreu, porque o que ele estava fazendo era fundamental.

**JU** - Mais uma pergunta do Fischer: como vês o fato de ser um artista da vanguarda (no sentido de não ser ligado às modas de alto consumo, mas às de consumo refinado), que lida com matéria-prima regional do Rio Grande do Sul, estado que não tem tradição de vanguarda?

**Vitor** - Esse conceito de vanguarda é como falarem em MPB (*Música Popular Brasileira*) e MPG (*Música Popular Gaúcha*). Esses músicos dos quais estou falando, por exemplo: acho que não se pode chamar o trabalho deles de MPB. Pra mim, MPB acabou ficando uma coisa presa a uma época, vai até o começo dos anos 80, por exemplo. Não existe um rótulo pra música que se faz hoje. E MPG, pra mim, hoje é uma expressão segregacionista, na qual não me enquadro. Sei que o Fischer não está usando no sentido estrito, mas não existem mais vanguardas no mundo. Acabaram os grandes movimentos, as coisas que se propagam, que encerram um período para que se inicie outro. Estamos vivendo um período de simultaneidade de linguagens. Existem mil coisas acontecendo ao mesmo tempo, e essa é a marca do nosso tempo. Nesse sentido, se até agora o *Rio Grande*

do Sul não produziu vanguardas, jamais produzirá.

**JU - Os Engenheiros do Hawaii utilizam elementos regionais e outros grupos do rock gaúcho, como o Nenhum de Nós, o Colarinhos Caóticos, seguiram o mesmo caminho. Qual tua opinião sobre isso?**

**Vitor -** Acho que são tentativas semelhantes à minha. Mas eu procuro sempre fugir dos clichês, para que minha idéia, minha linguagem, se afirme independente deles. Por exemplo, meu disco não tem nenhuma gaita. Quero ser capaz de mostrar que se pode fazer um disco inteiro com cítaras e instrumentos como o harmônio, e quem ouve reconhece: é gaúcho. Quero fundir as coisas na essência, lidar com naturalidade com o legado regional. Mas não quero cair nas facilidades.

**JU - De quem tu gostas na música do Rio Grande do Sul?**

**Vitor -** Gosto de muitos trabalhos, mas não acho que tenha que ficar selecionando gente que está tão próxima de mim, amigos. Seria uma forma de criticar, e esse não é o meu papel, ainda mais de forma tão rápida e impensada, que fatalmente será injusta. Citar uns significa deixar de citar outros, que poderiam ser igualmente citados.

**JU - Tu te consideras da turma?**

**Vitor -** Todo mundo é da minha turma e eu sou da turma de todo mundo, estamos todos aí. Tanto que não existem grupos aqui, não se formaram movimentos, pelo menos na música popular.

**JU - Muita gente aponta isso como fator determinante para a música do Sul não ter deslanchado no Centro. Se houvesse uma turma, um sentimento de grupo, será que ela não teria mais chances de se impor?**

**Vitor -** Falamos antes dessa coisa de ir pro Centro. Vejo o quanto as pessoas do Norte são solidárias, têm um espírito comum. Aqui no Sul não se vê muito isso, existe um tipo de competição. As pessoas brigam muito por migalhas, aqui.

**JU - Tu tomarias a iniciativa de aglutinar pessoas?**

**Vitor -** Já tentei fazer isso, mais de uma vez. Não consegui, e nunca mais quis fazer. Hoje, meu trabalho é meio solitário, troco figurinhas com poucas pessoas. Não sei, essa dificuldade pode ser um traço da gente. Descobri na Argentina que eles são muito assim também. Não existem grupos, todo mundo se bica, ninguém gosta muito de ninguém. Eu adoraria, mas nunca dá certo, e acho que em minha geração, isso não vai acontecer. Mas também pode ser que eu diga isso hoje e amanhã acabe havendo uma iniciativa de aglutinação. Não estou fechado, apenas não me mexo hoje nessa direção.

**JU - O Luis Fernando Verissimo pede que indiques cinco discos, ou autores.**

**Vitor -** De trabalhos recentes, Kula Shaker, *Odelay*, do Beck, *Turbulent Indigo*, da Joni Mitchel, *Time Out of Mind*, do Bob Dylan, *Cure for Pain*, do Morphine, e *Who Can You Trust?*, do Morcheeba, por exemplo. Mas, à exceção de Dylan e Joni Mitchel, não sei se daqui a alguns anos continuarei a ouvir esses discos como escuto hoje Miles Davis, Lou Reed, Piazzolla, Edmundo Rivero ou João Gilberto.

**JU - Quem são os teus ídolos?**

**Vitor -** Meus ídolos são esses caras que estão atravessando os anos, como o Lou Reed. Outro dia vi uma matéria com o Nelson Gonçalves na televisão e chorei. Que coisa ridícula, eu na sala, sozinho, vendo o Nelson Gonçalves e chorando. Se vejo o Miles Davis, me emociono. Pega o Lou Reed: ele está cada

vez melhor. O Miles estava cada vez melhor, pena que morreu. Esses caras são modelos para mim.

**(Dois dias depois da entrevista, Vitor mandou uma mensagem eletrônica para o Jornal da Universidade a respeito dessa pergunta: “Talvez levado pela nossa conversa, me dei conta de que o exemplo mais poderoso e persistente de artista que eu tenho é o meu avô, Manuel, um marceneiro construtor de móveis sofisticados e sólidos que morava em um chalé no meio de um banhado, sem trancas nas portas nem vidros nas janelas, pois não perdia tempo com bobagens. Nem Miles nem Céline: é a imagem desse velho espanhol que eu venho perseguindo o tempo todo. Foi legal perceber isso”.)**

**JU - Satolep é a tua cidade mítica. E, no entanto, para além da importância histórica e arquitetônica, Pelotas é hoje uma cidade desmanchada, vítima de maus políticos e da situação brasileira. Como fica?**

**Vitor -** Com o passar dos anos, descobri que todo o meu imaginário está ligado à cidade. Outro dia, alguém comentou comigo que esteve em uma dessas cidade mais emergentes, tipo Caxias, e depois foi a Pelotas. E lá, mesmo vendo todo aquele ar de decadência, pensou: “É interessante, aqui se respira cultura, é como se existisse uma cultura viva”. Claro que para os pelotenses o sentimento atual é de tristeza com a decadência econômica e social. A destruição do patrimônio arquitetônico é uma coisa estúpida.

**JU - Foi uma linda cidade, meio platina...**

**Vitor -** Era deslumbrante, agora está indo abaixo. Aquele prédio não existe mais, o outro virou uma garagem... Eu me pergunto como conseguem. Como os administradores nunca se deram conta de que a cidade poderia ter uma vocação para o turismo? Como foram tão idiotas? Quem vai querer viajar para uma cidade onde existem uma praia poluída e três prédios históricos que ainda estão de pé? Imagina hoje alguém ir para Pelotas, se hospedar no Grande Hotel, andar de bonde, comer doces... seria demais! É como a gente falar de Buenos Aires, ou de Montevideú, cidades que te atraem, históricas e vivas. É bonito ver-se a história das coisas. Pelotas não é mítica só pra mim, tem esse significado também para o *Rio Grande do Sul*. Hoje é a capital da miséria da metade sul do Estado, mas ainda há tempo pra se recuperar uma porção de coisas. Mas tem que ser agora. O problema é que, aqui no Sul, em primeiro lugar está sempre a economia, eles nunca pensam em cultura.

**JU - Qual a Pelotas que tens em mente para criar?**

**Vitor -** Eu crio com a cidade que vi na infância, com a que eu achei que vi, que sonhei. No livro que estou escrevendo, *Satolep*, pego fotos feitas em 1922, que as pessoas não vão acreditar. E para cada uma delas crio uma ficção. Vai ser uma maneira de mostrar a cidade, uma coisa quase que política da minha parte, dizendo: olha, isso aqui existiu, e as pessoas botaram fora. Pelotas tem uma puta história, gerou literatura, gerou música, foi berço dos negros, berço do samba do *Rio Grande do Sul*, as escolas de samba de Porto Alegre começaram com gente que veio de lá, Giba Giba e outros.

**JU - E o pelotense Simões Lopes Neto, do qual usas um trecho em Ramilonga?**

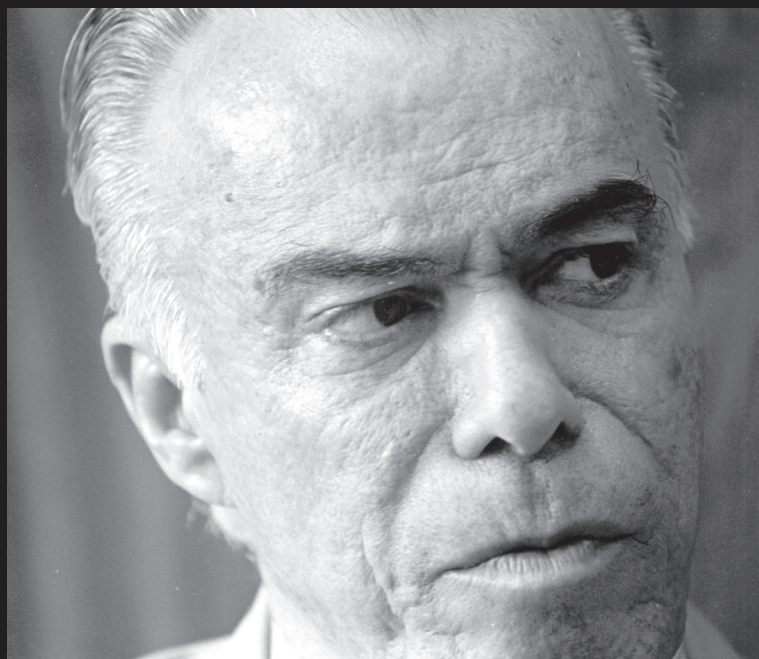
**Vitor -** Quis que ele estivesse presente no disco, porque é o cara que nos mostrou a possibilidade de uma dicção regional natural, viva. Tu lêes um texto dele e parece que ele está falando ao teu lado. Usei no disco a imagem da roseira

que nasce no lodo, porque, pra mim, a obra de Simões Lopes é uma roseira que nasceu no lodo da nossa literatura. Com ele vi a beleza do regional. É um autor que sempre leio muito. Leio para os meus filhos, e fico explicando as palavras, e eles deliram.

**JU - Vais fazer em 19 de março um show para os calouros, e é bom lembrar que a UFRGS sempre abriu espaços para a música nova do Rio Grande do Sul.**

**Vitor** - Minha primeira apresentação em Porto Alegre foi no Salão de Atos, junto com o Nelson Coelho de Castro. Depois fiz muitos outros shows, e estudei também na UFRGS. Mas antes, pra mim, garoto em Pelotas, a UFRGS tinha muitos significados. Meus irmãos viviam em Porto Alegre e falavam do Salão de Atos, do Instituto de Artes – Kledir tinha uma música que falava do elevador do Instituto de Artes. Foi bárbaro pra mim ter aula lá, com o Armando Albuquerque. Depois, comecei a fazer Jornalismo mas acabei largando, pois já estava envolvido com a música. Acho que esses projetos, como o Unimúsica, são fundamentais. Agora vou tocar para os calouros, voz e violão, um negócio sem cachê, com entrada franca. Mas é maravilhoso, uma coisa que há horas tenho vontade de fazer, porque sai um pouco daquele esquema sempre profissional.

# Flávio Fava de Moraes



## Aumentam as exigências e diminuem os recursos

*Professor e pesquisador de renome internacional nas áreas de Histologia e Citologia, o doutor Flávio Fava de Moraes proferiu a Aula Inaugural deste ano na UFRGS abordando o tema Universidade, Ciência e Ética. Com a autoridade de quem já foi reitor da Universidade de São Paulo (USP), ex-diretor-científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), hoje vice-presidente da Associação Internacional de Universidades e detentor de inúmeras distinções e títulos de instituições universitárias do Brasil, Américas, Europa e Ásia, o professor Fava analisou a situação atual do ensino universitário no país, comentou, citou exemplos, fez críticas, deu idéias, e falou sobre sua experiência como administrador. Conversou com a jornalista Ánia Chala, com os professores e jornalistas Christa Berger e Luis Milman e com a professora Maria Helena Weber. Ao final de duas horas deixou claro que os problemas que afligem atualmente a universidade brasileira são muito mais políticos do que práticos.*

ABRIL 1998 - EDIÇÃO Nº 7

**Jornal da Universidade - Professor, o que há para dizer na aula inaugural de uma universidade em crise?**

**Flávio Fava de Moraes** - A essência da universidade é a palavra crise. Se não houver crise, ela fica estagnada, inerte. A gente está habituada a encontrar no âmbito da universidade um clima que, por mais favorável que seja, todos sempre reclamam, querem mais. Então este aspecto de crise, de “apocalipse está chegando”, já é até rotineiro. Mas há aspectos contemporâneos que variam muito. Neste discurso está embutida uma procura de mais eficiência do sistema sem que se dê os meios para que esta eficiência seja visível. Mais do que isso, as diretrizes básicas do ensino superior no país estão sendo localizadas pelo Ministério da Educação mas, na essência, lá no bastidor, ela está acompanhada de diretrizes traçadas pelos empréstimos *lobísticos*. Estamos dentro de um contexto político bastante delicado quando a qualidade do ensino é questionada, o desenvolvimento da pesquisa é comprometido por falta de investimentos, a infraestrutura vai ficando obsoleta, as aposentadorias vão se avolumando, a comunidade científica fica desmotivada e, de certa forma, a estudantil fica acomodada ou indignada.

**JU - À medida que o problema se agrava, não fica mais próxima uma possibilidade de reversão?**

**Fava** - O caso é bastante complexo. Aparentemente, a alternativa de reversão virá, na minha opinião, só após a próxima eleição.

**JU - Esta não é uma visão exclusiva das universidades públicas ou do serviço público em geral?**

**Fava** - As universidades federais puxam este aspecto crítico. Mas também há universidades estaduais e municipais onde o quadro é mais heterogêneo. Nas universidades estaduais, se forem consideradas as três de São Paulo – a USP, a Unicamp e a UNESP – embora sempre haja justificativa para dizer que os recursos são escassos, as três estão numa situação que equivale a um oásis no sistema nacional.

**JU - Se as universidades federais estão perdidas no deserto, como o senhor explica que as estaduais de São Paulo estejam num oásis?**

**Fava** - O vínculo dessas universidades com o Estado é muito mais sólido, no sentido de que têm uma autonomia muito maior. Em São Paulo se conseguiu fazer com que a universidade tenha uma indexação automática com a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Assim, temos uma “mesada” absolutamente segura e no dia certo. Como a Constituição de São Paulo obriga a divulgação de quanto o Estado arrecadou mês a mês, e nós sabemos o percentual da arrecadação a que temos direito, basta ver o Diário Oficial, fazer o cálculo e, no dia seguinte, recebemos o cheque.

**JU - A proximidade do caixa é um privilégio. O senhor acha que a vinculação aos estados e municípios seria uma saída para as universidades federais?**

**Fava** - Esta é uma tese discutida. Não tenho opinião firmada porque a minha vivência sempre foi com universidades estaduais. Foram universidades que cresceram muito e se tornaram referenciais. Acredito que o sistema de vínculo talvez não seja a questão mais relevante. Acho que a ética do relacionamento, no sentido de que o governo cumpra os compromissos perante a Universidade e que esta cumpra os seus perante seus objetivos, define melhor o êxito da questão.

**JU - Ultimamente se observa o desenvolvimento das universidades privadas. O se-**

**nhor falou na tendência que há no Estados Unidos segundo a qual a educação é um negócio. Em geral, identifica-se nas universidades privadas daqui esta concepção. É possível pensar em educação como negócio, cumprindo a sua função no Brasil? E as privadas também, não enfrentam crises?**

**Fava** - É inquestionável que a educação, hoje, se constitui numa fonte de negócios, de capital, tanto nos Estados Unidos como no Brasil. A dificuldade está em estabelecer o limite entre quem faz da educação somente um negócio, quem faz negócio mas oferece condições para que os objetivos educacionais sejam cumpridos e um terceiro grupo, mais ou menos sustentável, que cobra pela educação que oferece mas não tem finalidade de lucro. Estes três grupos têm culturas, ações e éticas diferentes. Este terceiro sistema auto-sustentável que, de certa forma, poupa o investimento público e oferece qualidade, sem que isso se transforme em fonte de renda, é o mais puro, mais aceitável, no âmbito do sistema privado. Admitir que o sistema público faça da educação um negócio é inaceitável. A discussão deveria começar pela pergunta se compensa manter o ensino público e gratuito ou se compensa não ter mais o público como ensino superior gratuito e sim pago por quem pode ou financiado pelo governo para quem não pode. Por uma questão de origem, sou absolutamente defensor do ensino público gratuito, em todos os níveis, como diz a Constituição. E acho que o ensino público deve ter a concorrência do ensino privado.

**JU - O senhor disse que as universidades privadas também enfrentam crises...**

**Fava** - Enfrentam vários problemas. Um deles é a inadimplência por parte dos estudantes, em índices significativamente altos. O outro é o fato de que a mobilidade dos estudantes entre as universidades privadas está aumentando muito. O ingresso no sistema privado não garante que o aluno fique naquela instituição até o fim do curso. Esta mobilidade é facilitada. Em alguns lugares, como em São Paulo, há tantas ofertas de vagas que quando se entra em uma universidade, e por questões de referências ou amizades se sabe que um curso é melhor na outra, esta segunda não só faz sedução para tirar os alunos da concorrente como o próprio aluno vai procurar a que lhe oferece melhores condições. A competição no sistema privado aumentou muito. E mais do que aumentar vagas, com a nova Lei de Diretrizes e Bases, já estão fazendo uma propaganda intensa dizendo que vão incorporar estudantes sem vestibular. Isto, de certa forma, até acomoda um pouco a necessidade de qualificar o candidato à universidade. Esta é mais uma novidade a demonstrar que educação não deixa de ser um negócio. Para minha surpresa, o número de universidades privadas que optam pela lucratividade é bem superior ao das que optam pelo “não lucro”. Isto demonstra que a quantidade de recursos incorporados nessas instituições era tão alto que, mesmo pagando imposto sobre o lucro, na faixa de 30%, elas fazem esta opção significando que, apesar de perder esses 30%, o negócio ainda é rentável.

**JU - Fazendo um retrospecto do período militar até agora, como o senhor classificaria a política de educação superior no Brasil, o grau de nitidez e a definição da política educacional do atual governo?**

**Fava** - A Universidade recuperou, com o término do regime militar, aquilo que ela sempre encontrou na sua essência que é a oportunidade de reunião, de expressão, de debate, de multiculturalismo. O mundo acadêmico está mais livre, mais à vontade para transitar, sem ficar olhando para os lados ou submetido



ao patrulhamento. Mas, paradoxalmente, ocorreu outro fenômeno: a atenção do Executivo para o sistema diminuiu substancialmente no sentido do entendimento das nossas missões, de apoio aos projetos estratégicos, notadamente aos voltados para o desenvolvimento do país. Ficamos politicamente melhores, mas desprotegidos, sob os aspectos financeiros e de valorização.

**JU - Este paradoxo se verifica apenas no campo da educação superior?**

**Fava -** No período militar tivemos um surto de desenvolvimento na Ciência, na Tecnologia, nas comunicações, engenharia naval, engenharia aeronáutica, desenvolvimento da Embrapa... Quando terminou o regime militar, todas essas instituições começaram a sofrer crises. Agora, há uma tentativa de soerguimento dessas mesmas ações de estratégia nacional, como agências espaciais, de energia, de petroquímica, mas através das privatizações. Acho que o governo sente que atrapalhou muito o desenvolvimento do país mas não está mais assumindo a responsabilidade de tomar conta. Então favorece que outras forças entrem. É um jogo de xadrez. Tira a peça de um lugar e coloca no outro. Acho que a educação deveria dar preferência a um sistema de oportunidades mais básico, mas não abandonar o que já foi feito e que segue sendo feito no ensino superior. A educação devia ser considerada como um todo.

**JU - A comunidade acadêmica se preocupa pela falta de política neste setor. Em função da nova Lei de Diretrizes e Bases, a administração do ensino superior parece estar abandonada a si própria. Qual a sua avaliação deste tipo de postura governamental e a que ponto esta postura pode levar a sociedade?**

**Fava -** Estou convicto de que houve um grande avanço no sistema universitário do país quando a Constituição de 1988, no seu artigo 207, pela primeira vez tornou inequívoco o conceito de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial nas universidades do Brasil. Ao mesmo tempo, a Constituição, no seu artigo 209, também diz que, quando o sistema for privado, cabe ao governo fazer o controle deste sistema. Vejam bem: a autonomia do sistema público é absoluta, no sentido de que não é nem soberania nem independência das leis ou dos tribunais. A universidade, ao receber os recursos do Estado faz o que quiser sob a responsabilidade que lhe cabe e presta contas de como ela fez uso deste recurso. Este modelo é muito bom, na medida em que a universidade tem autonomia com responsabilidade e existem os órgãos de controle que aferem a capacidade de gestão das instituições. Se esta capacidade não é satisfatória, o artigo 209 permite o controle e punição. Sendo boa, o mesmo artigo premia o sistema. Também pode ser feito um esquema mais flexível, através de fundações associadas, que libera uma gestão austera e economicamente bem conduzida da irritante suspeição de ser corrupta apenas por estar no serviço público. Daí a necessidade de se fazer licitação para comprar, por exemplo, lápis e borracha, o que provoca atrasos e demoras inaceitáveis. Essas parcerias dão flexibilidade, não para evitar licitações, que são obrigatórias por lei, mas possibilitam que todas as receitas que a universidade gere, sejam dinheiro público, mas com uma gestão não amarrada às regras do sistema público. Considero que os convênios assinados são o melhor exemplo de tornar público o dinheiro privado. Se este dinheiro for incorporado no cofre de linha direta da universidade ele se torna público exatamente igual ao que veio do Tesouro Nacional e, portanto, submetido às mesmas regras burocráticas. Mas

se este dinheiro for incorporado em um sistema diferente do caixa que veio do Tesouro, então ele se torna público porque entrou na universidade mas não é regido pelas regras dos recursos que vieram do Orçamento e sim pelas regras de mercado. Aí, só será necessário informar o Tribunal de Contas sobre como este dinheiro foi usado.

**JU - Se uma das saídas para a crise da universidade pública são essas chamadas “parcerias” e, simultaneamente, as universidades reivindicam autonomia, que tipo de relação deve ser estabelecida através dos convênios para que esta autonomia não seja ameaçada pelos interesses de mercado que orientam o dinheiro privado?**

**Fava -** Há vantagens e desvantagens. As vantagens são inúmeras. Mas as desvantagens preocupam. Uma delas é a Universidade virar um balcão de serviço. Passaria a funcionar estritamente em função do que o sistema externo pede. Se for feito só o que as empresas quiserem, é o suicídio. A empresa só vai pedir enquanto na Universidade resolver o seu problema. Só que, enquanto a Universidade trabalha em função do que a empresa quer, não cria nada de novo. E na hora em que a Universidade não corresponder ao que a empresa espera, ela faz o que sempre faz: abandona e procura quem lhe dá o que ela quer. E se não tiver no país, não faz mal. Ela procura fora. A ilusão da universidade estar sendo procurada por ser muito competente, dura pouco. Outro aspecto fundamental, que já está bem estudado, é que a relação com o mundo externo da Universidade não pode abdicar de duas coisas: primeiro, que o convênio ou projeto que se realize em parceria envolva a pesquisa e o segundo, que envolva o estudante. Simplesmente prestar um serviço sem um projeto de desenvolvimento não tem significado para a universidade. E se o estudante de graduação ou pós-graduação estiver excluído, o projeto fenece sozinho. Na área técnica, a participação do estudante é vantajosa para as três partes.

**JU - As universidades públicas estão submetidas a dois processos: ao de desqualificação dos seus dirigentes e ao de descaracterização da sua missão...**

**Fava -** Cobram-se da universidade resultados práticos de soluções rápidas a respeito de coisas que, muitas vezes, não são obrigações dela. Por exemplo: os hospitais universitários de São Paulo, que conheço bem, são pioneiros, têm boa qualidade, fizeram os primeiros transplantes de órgãos no Brasil e fazem muitas coisas novas, não só com equipamentos como com gente qualificada. Mas há também os hospitais públicos, do Estado ou do Município. Aí, programas de TV bastante agressivos, tipo *Aqui e Agora* dizem que “tem gente morrendo nas macas e nos corredores” e a Saúde fica destruída como um todo. As pessoas começam a pensar e a dizer que nada presta, e vai tudo para o mesmo saco, inclusive nós. Logo, a descaracterização se dá pela não qualificação do sistema. Há outra descaracterização mais séria através da desqualificação do gestor público. Quando querem “fritar” um gestor da área executiva do sistema público a primeira tática a usar é desqualificá-lo. “Não funciona, não corresponde às expectativas da população” etc.. Ninguém quer saber se é bom médico, engenheiro competente, nada disso. Ao mesmo tempo, políticos desqualificados começam a ser prestigiados. Aí dizem: “Olha, está saindo um técnico mas agora vem um político, sujeito com sensibilidade, mais abrangente”. Tenho uma experiência própria muito desagradável. Deu para ver na gestão executiva de um organismo público o quanto de alvo a pessoa vira quando querem dizer que ela é ruim.

É mais freqüente a falta de reconhecimento pelo que se faz de bom, porque isso é obrigação, do que a intensidade das críticas quando há um deslize ou quando não se faz política.

**JU - O senhor não acha que esta “fritura” no serviço público vem ocorrendo há muito tempo?**

**Fava -** Sim e é exatamente para criar a idéia geral de que o Estado tem que ser menor para ser eficiente. A melhor maneira de alguém se livrar de um problema de responsabilidade é deixar a coisa ir até o caos. Esta estratégia tem até uma certa intencionalidade.

**JU - Mas também se ouvem críticas pelas quais a Universidade está distante, que ajuda a perpetuar a exclusão social... Até que ponto isto é verdade?**

**Fava -** Essas acusações são todas falsas, exceto uma: o difícil acesso à universidade pública.

**JU - A autonomia pode democratizar este acesso?**

**Fava -** Pode. É uma questão de serem encontrados modelos que sejam praticados como pilotos, em pequena escala, para serem testados e escolhidos. A estratégia de utilizar as notas de desempenho nos cursos pré-universitários como indicadoras que, na média, permitem o acesso direto à universidade sem vestibular já é usada nos Estados Unidos há muito tempo. A Universidade de Brasília já faz isso. Mas temos que ter cuidado com este modelo. Se, num país como o nosso as notas do pré-universitário forem levadas em conta para ingresso na universidade, não será nenhuma ingenuidade não se admitir que muita gente, através de relações entre pais e professores vai passar a tirar 10 em tudo no seu currículo escolar. Haverá uma inflação de notas altas e gratuitas na vida de algumas pessoas. Uma salvaguarda para este modelo seria aceitar as notas do colégio como embasamento para ingresso mas as provas a serem aplicadas, do início do primeiro grau ao final do segundo, seriam feitas pela universidade, que é a detentora das vagas.

**JU - Mas o sistema de ensino público de primeiro e segundo graus também está sendo desmontado. Os jovens que só podem estudar através deste sistema não ficariam em desvantagem diante dos que estudam em bons colégios particulares, como é atualmente?**

**Fava -** Já passei da metade do meu período de vida, mas me considero de uma geração em que o sistema público, elementar ou médio, era referencial. Surpreendentemente, no espaço de 40 anos, a coisa desabou totalmente. Veja universidades como a UFRGS ou como a USP, com responsabilidade de formar professores para o segundo grau. Durante os cursos, as evasões são muito altas. Um exemplo que conheço: o curso de Física da USP tem 200 vagas (100 no diurno e 100 no noturno). No último ano formou 48 pessoas. As 152 restantes desistiram durante o curso. Dos 48 que se formaram, quase nenhum foi ser professor secundário. Foram fazer pós-graduação para vislumbrar um próximo magistério superior, foram para a indústria de serviços, laboratórios farmacêuticos, indústria de alimentos, consórcios, quer dizer, qualquer opção que não fosse a sala de aula. Sei de casos em que o salário oferecido para o professor secundário chega a ser 50% da bolsa recebida para que ele faça um curso de pós-graduação.

**JU - Mas sendo assim, então quem está dando aula?**

**Fava -** Ou não está qualificado ou vem de escolas práticas privadas, sem ne-

nhuma atividade prática e uma grande quantidade de pessoas que dá aulas não está formada para aquilo, às vezes nem tem titulação completa e, muitas vezes, apenas faz um “bico”: gente de outra profissão, que ganha um “x” a mais sobre o emprego que a sustenta, dando aula. Não haverá recuperação do ensino público se não houver bom professor, bom funcionário de apoio e meios na escola para um bom ensino ser ministrado, como uma salinha de laboratório, uma razoável biblioteca e ambiente. É muito chato se trabalhar ou estudar num lugar onde a gente se sente mal.

**JU - Mudando um pouco de assunto, o senhor demonstra preocupação com a evasão de cérebros...**

**Fava -** No Brasil, este problema diminuiu. Já tivemos perdas de jovens que saiam para o exterior e não voltavam, maiores do que atualmente. Os dados são visíveis. Dizem que um dos fatores que justificam a diminuição desta evasão foi o restabelecimento da democracia. Muita gente saía e não voltava porque não queria viver sob o regime militar. Mas nunca vi uma análise especializada sobre as causas da diminuição da evasão. Em São Paulo, a Fapesp deu muito dinheiro para melhorar a infra-estrutura das universidades. Nos últimos quatro anos, só a Fapesp colocou no sistema do Estado 300 milhões de dólares, o que dá uma média de 70 milhões de dólares por ano, contínuos, durante quatro anos, para tudo – água, luz, gás, reforma de laboratórios, compra de equipamentos – fora o orçamento da Universidade. Dizem que, como estrutura de trabalho melhorou muito. O pessoal não vê uma enorme diferença entre aquilo que faria fora e o que poderia fazer por aqui mesmo. Esta é uma causa que poderia valer, pelo menos lá por São Paulo.

**JU - Com a experiência de reitor, presidente da Fapesp e agora na Unesco, qual a sua opinião sobre os processos de avaliação acadêmica no país, de pesquisadores, de projetos. Esses critérios têm similares? Estão dentro dos padrões internacionais?**

**Fava -** Há duas áreas em que não é difícil se mensurar: Pesquisa e Extensão. Na Extensão, é fácil de ver e entender o seu significado não é difícil saber como valorizá-la e premiar seus responsáveis. Na Pesquisa é mais fácil. Há os indicadores internacionais que levam em conta uma série de aspectos e têm como premiar os indivíduos. O grande nó da avaliação está no Ensino. Os indicadores do que é um bom ensino são muito incipientes.

**JU - O presidente da República, quando apresentou o Programa de Incentivo à Docência – PID – justificou dizendo que o professor que se destaca tem que dar aula na Graduação...**

**Fava -** A tese é válida. O despertar da motivação para o estudante é oriundo dos melhores professores. O estudante gosta de interagir com aquele que tem nome e de saber que merece um mínimo de atenção. Se é jogado ao estudante aquilo que não tem a melhor qualidade no departamento, não só as aulas serão ruins como o fato será prejudicial e frustrante para o aluno. Mas se concordo com este aspecto, também discordo de outro, partindo do princípio que, na essência, ser professor é dar aula. O PID acaba pagando para um indivíduo cumprir o próprio dever. Pode haver prêmio para desempenho, e não para por um professor entrar na sala de aula. O que o governo está fazendo é comprar com uma bolsa financeira o dever que o professor tem de cumprir.

**JU - Como o senhor, um pesquisador de uma área tão distante da administração,**

**transformou-se em um administrador premiado?**

**Fava** - Defendo uma tese que pode parecer piegas: “quem quer, consegue”. Podemos não concretizar todos os sonhos, mas o que for factível... Outra coisa interessante é montar as equipes com pertinência, articulação, coletivismo, compromissos múltiplos. Fator decisivo para uma boa administração: não se pode ser pedante. O administrador deve se colocar de uma forma muito igual, e até submissa, a quem for mais competente. Ninguém mais aceita nariz empinado. Todo o mundo sabe que na Universidade há uma fauna especial: a fauna universitária é só de estrelas. Esse clima não aceita quem anda de nariz em pé. Todos gostam de se saber uma salvaguarda para um momento crítico.

**JU - Quais foram as maiores dificuldades que o senhor encontrou como administrador?**

**Fava** - Não foram com estudantes nem com docentes. Por incrível que pareça foi com os sindicatos. De um modo geral, eles defendem teses que não são pertinentes à instituição. A grande maioria são teses de conteúdo político, nacional e/ou generalistas. Numa ocasião, o sindicato dos funcionários da USP quis paralisar a universidade por um dia em solidariedade aos mineiros de Cochabamba, na Bolívia, que estavam sendo perseguidos lá pelo governo deles. Ofereci um auditório para ser feito um ato, mas parar o ensino e a pesquisa de uma universidade por um dia inteiro só porque a CUT do Brasil havia decidido apoiar os mineiros da Bolívia não tem cabimento. A Universidade não pode parar por uma razão externa assim. No processo de reivindicação salarial, por exemplo, que é o grande mote das áreas sindicais, tem, às vezes, questões tão variáveis entre uma instituição e outra que uma bandeira de âmbito nacional pode levar ao fracasso. Ninguém resolve.

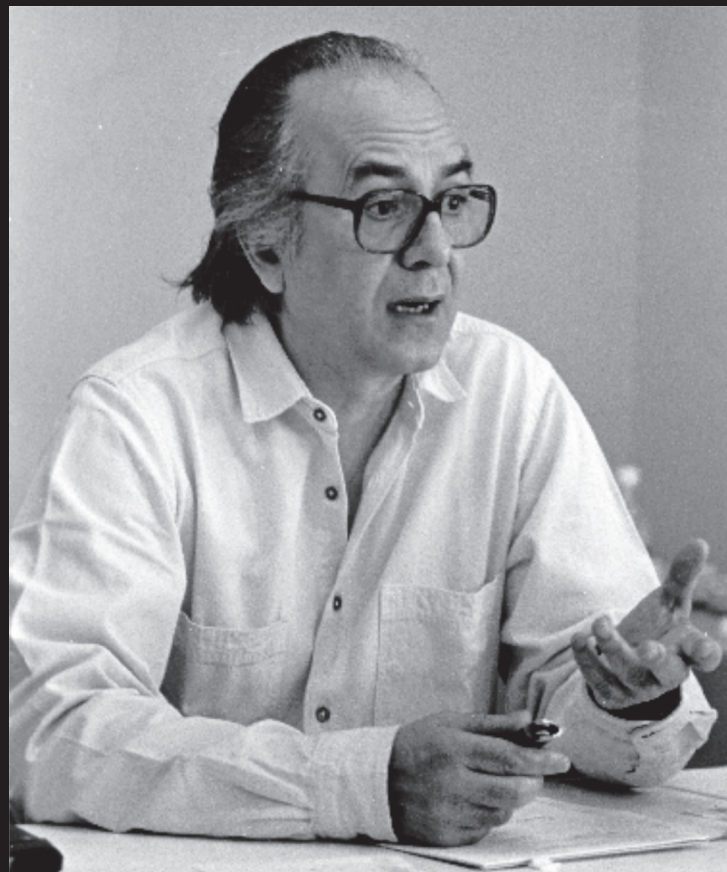
**JU - Mesmo a questão referente à isonomia?**

**Fava** - Em São Paulo há uma discussão muito grande sobre isonomia. Tem gente que propõe a mais absoluta rejeição ao critério de isonomia segundo o qual um professor de uma universidade como a UFRGS não deve ganhar o mesmo que um professor equivalente da Universidade do Acre. O argumento é que eles não têm as mesmas responsabilidades, vivem em meios com o custo de vida diferente etc. Tem pessoas mais críticas achando que o professor de Física Nuclear tem que ganhar mais do que o professor de Futebol da Escola de Educação Física porque para encontrar um professor de Física Nuclear é um problema e se for aberto um concurso para professor de Futebol a fila faz voltas no quarteirão. Informalmente, já foram discutidas propostas pelas quais a isonomia não deveria ser mantida dentro da própria USP, entre os campi da capital e do interior do Estado. Assim, por exemplo, um professor de Citologia de São Paulo, outro de Ribeirão Preto e outro de Bauru teriam salários diferentes. E há os que defendem que o salário seja igual para todos, em um piso, e diferenciados por bolsas, em função do meio onde estão. Esta é uma linha meio liberal, produtivista.

**JU - Particularmente, qual é a sua posição sobre isso?**

**Fava** - Eu sou contra a isonomia. Acho que a isonomia é um grande cancro dentro da estrutura da universidade e do serviço público em geral. Não se justifica o recebimento de um salário em função de uma atividade sem que isso tenha vínculo com o desempenho. Por exemplo: um motorista do serviço público ganha o mesmo no Brasil inteiro. No sistema universitário privado existem algumas universidades que já fazem esta diferenciação: um salário básico igual para todos e um fator variável em função da demanda e outro em função do desempenho.

## Boaventura de Souza Santos



### Um navegador cosmopolita em busca da utopia

*Meio ano em Coimbra, outra metade na Universidade de Madison, nos Estados Unidos. Viagens constantes à Colômbia, ao Brasil e outros países. Assim é o cotidiano de Boaventura de Souza Santos, sociólogo português que já viveu longos anos em Berlim e numa favela do Rio de Janeiro, nos anos 70. Há três anos acompanhando o processo do Orçamento Participativo de Porto Alegre, esteve no começo do outono na cidade, quando proferiu também aula inaugural no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Definindo-se como um "otimista trágico", é um polêmico cosmopolita, e afirma que a tarefa da universidade é construir a antiuniversidade. Opõe ao paradigma dominante - onde desponta a globalização conduzida pelo neoliberalismo - o paradigma emergente, e cita o Orçamento Participativo como sinal deste novo paradigma. Tem dois livros editados no Brasil: Introdução a uma ciência pós-moderna (Graal) e Pela mão de Alice (Cortez). Foi entrevistado por Clarice Joesting Siedler, Christa Berger, Luís Augusto Fischer, Maria Helena Weber e Vera Spolidoro.*

MAIO 1998 - EDIÇÃO Nº 8

**J**ornal da Universidade - O Orçamento Participativo (OP), instituído na Prefeitura de Porto Alegre, tem merecido sua atenção. O que o motivou a estudar esta experiência?

**Boaventura de Souza Santos** - Minha aproximação com Porto Alegre decorre do interesse pela renovação profunda da teoria democrática. É parte essencial dessa renovação uma nova forma de combinar mecanismos tradicionais da democracia representativa e da democracia participativa direta. Portanto, há um interesse teórico muito fundo para mim, que subjaz ao trabalho que tenho desenvolvido nesta e em outras áreas. Porto Alegre me pareceu a instância mais adequada para estudar no concreto como, em nível local, é possível encontrar novas sinergias, novas formas de congruência e de combinação entre mecanismos de democracia representativa e participativa, para ver se efetivamente é possível eliminar, ou minimizar, alguns dos grandes problemas que a teoria democrática hoje enfrenta. A democracia representativa, de extração liberal, está expandindo-se universalmente, especialmente depois da queda do muro de Berlim, enquanto nos países centrais, onde tinha sido mais desenvolvida, está entrando em uma crise profunda.

**JU - Poderia expor um pouco mais sobre esta crise?**

**Boaventura** - Há duas grandes patologias, a da representação, isto é, os representados não se reconhecem no seu representante, e a patologia da participação. Bill Clinton foi eleito por 25% da população americana, talvez nem tanto. Em outros países, que não têm essa característica interessante do sistema brasileiro - o voto obrigatório - , assistimos ao abstencionismo, ao alheamento total da vida política. Portanto, a idéia é provar que, perante a crise da democracia representativa, esta nova combinação pode ser uma saída. É preciso não esquecer que na tradição da modernidade ocidental, nomeadamente em Rousseau, a democracia participativa já estava representada. É possível que agora ela possa vir a rejuvenescer, fortalecer e aprofundar a teoria democrática.

**JU - Mas o que o tem interessado mais, no caso de Porto Alegre?**

**Boaventura** - Aqui tem havido uma relação virtuosa entre estas duas formas de democracia, não completa, porque sabemos que existem alguns problemas que resultam do fato de que há uma tensão entre a Câmara de Vereadores, o Orçamento Participativo e o Executivo, que se cristalizou no célebre problema da legalização do OP. Estas tensões são criativas. Ainda ontem estive numa reunião do OP, quando uma tensão muito forte emergiu, entre o conselho do OP e os conselhos municipais, neste caso, o Conselho da Criança e do Adolescente, para saber quem terá a decisão final quanto às creches conveniadas. Porto Alegre, no meu entender, está na linha de frente dessas experiências, quando comparado com outros países na América Latina, na Índia, e ainda algumas formas de democracia local que encontramos nos Estados Unidos. Tenho acompanhado a evolução desta experiência, que é muito dinâmica, portanto não há conclusões.

**JU - Que questões o senhor tem acompanhado mais de perto?**

**Boaventura** - Há algumas idéias que me levam a pensar que a questão da sustentabilidade é muito séria, da engenharia institucional. Ainda agora mencionei os conflitos e as tensões que têm acontecido entre os conselhos municipais e o do OP. É interessante o fato do Conselho ter vindo reivindicar, por exemplo,

outras competências, formas mais avançadas de co-gestão. Outro ponto que me parece extremamente significativo é que vocês, em Porto Alegre, com este sistema, produzem muita informação, mas têm um sistema relativamente artesanal de transmiti-la, e ela bloqueia. Quem leva as informações à comunidade são os conselheiros e os delegados. O que acontece é que os pobres conselheiros têm duas reuniões semanais, têm reunião com a comunidade uma vez por semana, participam dos conselhos municipais, e fazem tudo isso por trabalho voluntário, dá um certo cansaço (risos). Isso é perigoso, na medida em que os porto-alegrenses agora sabem que há informação. Portanto, há uma "privação relativa", o que é mais grave, porque antes nem imaginariam que havia informação. Portanto, é preciso encontrar formas inovadoras - terminais de computador, por exemplo. Há ainda um certo sentimento de que há atraso nas obras, por cortes dos governos federais e estaduais. Como o livrinho dos investimentos passou a ser uma bíblia para as pessoas, elas querem saber se as obras serão feitas efetivamente, e vi em algumas reuniões reclamações com relação a atrasos em obras de regularização fundiária, que são mais complicadas porque envolvem o judiciário.

**JU - Num exercício de futurologia, como seria a democracia participativa numa instância federal?**

**Boaventura** - Somos muito bons para prever o passado, prever o futuro é mais difícil. Aliás, nós, na sociologia, temos um viés interessante: estamos sempre à espera de encontrar as razões pelas quais certas coisas vão falhar (risos). Costumo dizer que o OP teve êxito porque os políticos estavam distraídos. Mas retomando a pergunta, devemos lembrar que há uma proposta do senador Pedro Simon no sentido de transformar o orçamento federal em orçamento participativo. Os mecanismos terão que ser outros. Mas há características que são suscetíveis de transcender o âmbito municipal.

**JU - Quais são estas características?**

**Boaventura** - Uma delas é uma nova concepção de equidade, num mundo atravessado por uma brutal desigualdade social. E a outra é a eficiência. Por que o Banco Mundial começou a olhar para o OP, começou a apoiá-lo? Fundamentalmente porque viu que tinha essa eficiência. E uma terceira característica é a menor corrupção, outro grande mal, hoje endêmico, nos Estados. Mas o lado negativo é que quando o Banco Mundial toma uma receita, nomeadamente da esquerda como é o OP, pasteuriza, para que fique completamente asséptica, transforma numa receita de engenharia institucional, onde os movimentos populares deixam de ter qualquer significado. Pois vamos ter OP em governos do PFL, como já está no horizonte. Assim, não descarto a possibilidade de haver outras formas, em nível nacional, onde articulações virtuosas entre democracia representativa e participativa possam ser possíveis. Tenho defendido, por exemplo, que o OP é uma forma democrática de gastar recursos, mas não toca na questão de como obter recursos.

**JU - Seria uma ação do OP sobre a tributação?**

**Boaventura** - Sim, tenho defendido uma sistema de fiscalidade ou de tributação participativa, onde as pessoas pagariam imposto podendo dizer que percentual iria para saúde, para educação etc. Se a solidariedade - que é o significado da tributação, sobretudo quando é progressiva - puder ter uma forma mais con-

creta, tornar a participação tributária mais concreta, então a cidadania ficaria mais concreta. Isto é possível de fazer, embora tenha muitos riscos.

**JU - Há outras experiências de democracia participativa de caráter municipal?**

**Boaventura** - Sim, há uma grande riqueza de experiências no Brasil, e o que é curioso é que se afirmam como Orçamento Participativo, mas são distintas de Porto Alegre. Algumas são muito pouco participativas, isto é, não têm caráter deliberativo, mas apenas consultivo. Na Índia e na América Latina também há experiências deste tipo. Mas meu papel hoje, como cientista social, é traduzir os movimentos da sociedade. Costumo dizer que andamos buscando a teoria da tradução. Por exemplo, como tornar inteligível a democracia participativa para o movimento indígena, para o movimento das mulheres ou o ecológico. Precisamos começar a fazer redes. Como costumo dizer, sou um otimista trágico, não estou vendo as pessoas cruzarem os braços. Os intelectuais sim, cruzam os braços. Aliás, seus braços já estão atados.

**JU - O controle público sobre o Estado tem surgido em governos de esquerda. Continuará funcionando com a mudança de governos?**

**Boaventura** - É extremamente difícil prever, há variáveis que não se controla. Como saber se os níveis de investimento vão cair ou aumentar? Temos na Grande Porto Alegre municípios com OP onde não há investimentos. E se não há recursos, vamos participar no vazio. Há variáveis que não são políticas. Mas em termos de condução política, a minha impressão, ao fim dos três anos em que tenho acompanhando o OP, é que há uma crescente autonomia das comunidades, em relação ao próprio PT e às instâncias que foram criadas. É nítido o crescimento da autonomia do Conselho do Orçamento Participativo. Podemos notar ainda que o movimento popular organizado, como as associações de moradores, está tendo um papel mais importante do que teve no início. A variável que falta controlar é se essas associações vão ser partidarizadas. Se forem, o desempenho delas vai depender muito do partido que elas tiverem, se não, podemos ver realmente a manutenção deste movimento social, que tem densidade para tanto e não me parece que possa ser destruído. Como me disse um vereador daqui: “o OP é uma invenção diabólica do PT para nunca largar o poder”.

**JU - As demandas populares tendem a se esgotar num horizonte mais imediato, ao passo que o Estado, ao longo do tempo, teve o papel de ampliação desse horizonte, como nas relações internacionais ou nas questões da cultura, aqui compreendida no seu sentido clássico. Dá para imaginar que dentro de dez anos o OP comece a pensar nas relações estratégicas do continente, por exemplo?**

**Boaventura** - Esta é uma questão importante, e acho que tem sido abordada aqui em Porto Alegre. Acredito que a Prefeitura, principalmente na gestão de Tarso Genro, conseguiu ampliar e negociar com as comunidades obras estruturais que tinham a ver com a cidade em seu conjunto, e aí o Congresso da Cidade Constituinte foi muito importante para ter uma visão da totalidade de Porto Alegre. A introdução das plenárias temáticas também foi importante, não só por trazer outros estratos da população, mas também outras temáticas que não seriam adequadamente cobertas pela lógica das plenárias regionais. Mas é preciso considerar que essas carências imediatas, de curto prazo, só o são para nós, que não as sofremos. Para quem viveu toda a vida sem esgoto,

sem pavimentação, é uma carência de longo prazo. Nós é que consideramos que Mozart seja algo mais avançado do que esgoto e pavimentação. Mas nada impede, neste esquema participativo, que se possa olhar num âmbito maior. O melhor exemplo, na Europa, é Barcelona, que foi capaz, através de uma proposta participativa com algumas semelhanças com o OP, de criar uma auto-estima da cidade, que noto aqui também. Há uma apropriação da cidade e de iniciativas culturais que depois podem ter outras vertentes, de que as próprias classes empresariais se aproveitam, com sinergias muito mais complexas.

**JU - É uma questão de poder?**

**Boaventura** - Há um princípio fundamental da teoria democrática, que normalmente os políticos vêem mal. É que quanto mais poder se dá, mais poder se obtém. Na aparência, dar poder às comunidades é abrir mão do poder. Mas isto não é perder, é ganhar poder. Depois, são as próprias comunidades que vão exigir que o Estado tenha mais poder, aqui é uma dialética que nunca foi bem entendida, exatamente porque quem teve a perspectiva das demandas curtas foram os políticos clientelistas.

**JU - No seu livro Introdução a uma ciência pós-moderna, o senhor faz um confronto entre paradigma dominante e paradigma emergente, e diz que este segundo é justamente o que possibilita o diálogo entre as ciências sociais e as outras práticas do conhecimento. Podemos dizer que seu interesse pelo OP está no interior desta possibilidade de diálogo? Que outros sinais o senhor poderia apontar como indicativos de que há esta possibilidade?**

**Boaventura** - Nesta questão, costumo fazer uma distinção entre paradigma emergente enquanto epistemológico, científico, e societal, isto é, de transformação da sociedade. E hoje cada vez penso mais que estes dois paradigmas têm que apontar para novas práticas, para novos conhecimentos. Porque os conhecimentos sempre foram caucionados por práticas sociais. A ciência não teria tido o êxito que teve se não tivesse atrás dela uma classe social, uma reprodução que a sustentou e fez com que ela pudesse postergar, eliminar, marginalizar, suprimir todos os outros conhecimentos alternativos até hoje. O paradigma dominante está em crise em ambos os níveis. Há uma crise de confiança epistemológica quanto à ciência moderna, e isso nota-se muito hoje frente às catástrofes ecológicas, na educação, na consciência ecológica dos estudantes etc. Por outro lado, no nível societal, os dois grandes modelos de transformação social que este paradigma criou, o reformismo e a revolução, também parece que atravessam uma crise. Portanto, há espaço para este paradigma emergente, e vejo que experiências como o OP são sinais desta emergência, fora dos parâmetros tradicionais de organização política e de forma de conhecimento. Não só tem havido novas formas de participação política, mas também um novo diálogo entre o conhecimento técnico e não-técnico. Vi engenheiros aqui da prefeitura - e isso não imaginam os engenheiros de minha cidade, Coimbra - a discutirem com as populações sobre dimensão do cano de esgoto. Vejo aqui que os técnicos, mesmo que lá no fundo estejam a pensar que a população é ignorante - e pensam assim porque foram ensinados por nós, nas universidades -, de fato já não podem atuar desta forma, têm que dar conta de que existem outros conhecimentos na sociedade. Vejo isto como um paradigma emergente.

**JU - A Universidade, como local legitimado para produção do conhecimento cien-**

tífico, está dando conta de incorporar, nas ciências sociais, os sinais do paradigma emergente societário?

**Boaventura** - De modo nenhum. Acredito que nossa tarefa, neste momento, é construir na universidade a antiuniversidade. Posso comparar a minha universidade, de Coimbra, com seus sete séculos, e a universidade estadual de Madison, nos Estados Unidos, de excelente qualidade. Em Coimbra, por exemplo, permitem paradoxalmente fazer certas coisas que em Madison não é possível. Por exemplo, ter um centro de estudos sociais como o que dirijo em Coimbra, com 35 pesquisadores que não são apenas sociólogos, mas juristas, críticos literários, antropólogos, gente que consegue entender-se uns com os outros, fazendo seminários e projetos que são transversais em termos disciplinares. É preciso fazer isso entre intelectuais do norte e do sul, entre intelectuais e ativistas. A universidade é realmente uma das grandes instituições do princípio da modernidade, mas está condenada, tal e qual existe hoje, se não fizer uma articulação com outras forças sociais e outras formas de conhecimento. Até agora o meio empresarial é que procurou, sobretudo nos anos 80, uma vinculação estreita com a universidade, principalmente na Inglaterra. Mas as vinculações precisam ter controle democrático, não podem criar desequilíbrio nas disciplinas, pois qual é a empresa que está interessada em grego ou em latim - embora algumas estejam, pois há o caso dos executivos da McDonald's que deviam aprender grego, para terem agilidade mental. Mas essa ligação com empresas pode ser uma armadilha, porque há uma demanda emergente, consolidada. Hoje, na Inglaterra, analisa-se como a ligação da universidade com a indústria atrasou a comunidade científica inglesa no domínio das ciências da informação e da comunicação. Porque aí não havia demanda consolidada. Outra coisa que gostaria de ver é uma integração maior do OP com a universidade. Não se compreende que se ensine ciência política aqui em Porto Alegre e os cientistas políticos orgânicos do OP não dêem aulas ou não possam falar de sua experiência. Há outras experiências interessantes aqui, como a Escola de Governo, que é algo inovador.

**JU** - É questionável, também, como estudar sociologia, hoje, sem estudar comunicação, as mídias.

**Boaventura** - Exatamente, verificar também como a produção e a distribuição do conhecimento vão estar vinculadas a estas novas formas. Qual é o potencial da Internet, por exemplo. Sabemos que o acesso à Internet ainda é um problema em muitos países, mas o grande problema, sobretudo nos países centrais, é a capacidade intelectual e cultural para usar a rede. Os jovens, em torno de 70%, usam para jogos ou para filmes pornô. Mas as informações estão lá, é só saber buscá-las.

**JU** - No seu livro, *Pela mão de Alice, o senhor fala da crise da Universidade, e detecta a necessidade de coligações políticas internas e externas. Nessas suas andanças, pode ver alguma iniciativa nesse sentido?*

**Boaventura** - A Universidade está em crise há séculos, e continuará em crise. Ela vai se renovando, e nem sempre se renova internamente. As grandes mudanças vieram de fora, as universidades criam inércias. O fato das universidades de públicas terem se transformado em formas de funcionalismo público não facilitou muito as coisas. Há muita ineficiência da nossa parte, e um certo

descansar das coisas. Não sei se há novas coligações, mas vejo que as mais dinâmicas foram aquelas através do empresariado. Nos Estados Unidos, são muito interessantes estas parcerias. Em Madison, por exemplo, foi possível o surgimento de novas áreas industriais, novos perfis e a Universidade passou a ser uma agência de prospecção de emprego qualificado. Mas é um processo extremamente lento.

**JU** - Em que medida este seu ponto de vista cosmopolita é tributário do fato do senhor ser um intelectual português?

**Boaventura** - É uma pergunta difícil, sobretudo aqui no Brasil, com tanta anedota de português. Aliás, posso lhes contar as últimas, que são ótimas (risos). Mas queria dizer que Portugal é um país de desenvolvimento intermediário, que passou neste século por 48 anos de ditadura. Parte desta ditadura traduziu-se na liquidação das ciências sociais. Mas penso que será de países como Portugal, Brasil, Índia, Colômbia, México, África do Sul - de desenvolvimento semiperiférico - de onde sairão as novas idéias para as ciências sociais. Trabalho metade do ano nos Estados Unidos, em Madison, e posso dizer: não acredito que a sociologia norte-americana vá produzir, nos próximos anos, alguma idéia nova. As idéias novas vão surgir de transgressões disciplinares, e as lealdades disciplinares nunca foram tão fortes como nos Estados Unidos e nos outros países que avançaram mais no modelo dominante. Eles têm mais dificuldades de captar as emergências. Além disso, fomos obrigados pela ditadura a sermos cosmopolitas. Fomos obrigados a ir para o estrangeiro. Passei dois anos em Berlim, quatro anos nos Estados Unidos, vivi quase meio ano numa favela do Rio de Janeiro para fazer meu doutoramento.

**JU** - Portugal teria sido um país "globalizante", desde a época das grandes navegações?

**Boaventura** - Sim, na verdade os portugueses foram os precursores da globalização, desde o século 15 andam por aí espalhados. Quando vim dos Estados Unidos com meu doutoramento e cheguei a Portugal, vi claramente que as teorias que tinha aprendido no domínio da sociologia e da antropologia não se adequavam à minha sociedade. Porque eram ou para países muito desenvolvidos ou para o terceiro mundo. Se quisesse estudar as migrações, só poderia estudar a imigração, porque as teorias foram desenvolvidas nos países centrais, que recebem imigrantes. Acontece que Portugal enviava emigrantes. Começamos então a pensar que precisávamos de uma imaginação sociológica muito forte, para tentar criar teorias - foi o que fizemos ao longo da década de 70 e 80 - que compreendessem a sociedade portuguesa nos seus próprios termos.

**JU** - Por exemplo?

**Boaventura** - Cito um exemplo muito concreto: não tínhamos um Estado-providência totalmente desenvolvido. Se ficasse na teoria, diria apenas: Portugal não tem um Estado-providência. Como não ficamos, desenvolvemos o conceito de sociedade-providência. Isto é, enquanto outros países precisaram criar serviços de assistência social para visitar os doentes nos hospitais, porque era um depósito de gente abandonada que ficava lá para morrer, em Portugal, sobretudo nos fins de semana, entram nos hospitais centrais de 10 a 20 mil pessoas para visitar os seus doentes. Isto existe em muitas outras áreas, é a sociedade-providência. Estas inovações teóricas, pensadas com as astúcias da razão hegeliana para compreender a sociedade portuguesa, são muito úteis

para compreender outras sociedades.

**JU - O senhor acredita que no Brasil há pudor de pensar livremente? Portugal teria mais ousadia por haver sido um império e, portanto, olhado para o mundo mais livremente? Nós aqui fazemos a piada, ao passo que Portugal pode fazer humor...**

**Boaventura** - No Brasil também há condições de fazê-lo. Vocês detectaram muito cedo o problema, como no livro de Roberto Schwarz, *As idéias fora do lugar*. Houve criação própria, Fernando Henrique e Florestan Fernandes, por exemplo, foram pessoas que criaram paradigmas de análise que saiu deste País e que foram importantes em seu tempo. O fato da colonização ter sido feita por um poder colonial tão fraco como o português deveria dar mais ousadia aos brasileiros. Porque de fato foi o único colonialismo cuja capital do império foi na colônia, no Rio de Janeiro. Um colonizador que era ele próprio colonizado, pela Inglaterra. Portanto, isto vos daria oportunidades enormes de ousadia. Se o intelectual do Brasil não ousou muito, talvez tenha sido porque muito cedo foi para a França, ou para os Estados Unidos. Há várias maneiras de ir, eu também fui aos Estados Unidos. Mas o importante, como dizia Fernando Pessoa, é ir e voltar. E alguns não voltam, em termos de idéias. Ficam, mesmo quando estão cá. Nós tivemos em Portugal isso também, eram os “estrangeirados”.

**JU - O senhor, ao fazer o texto de recepção ao presidente Fernando Henrique Cardoso, quando este recebeu o título de doutor honoris causa em Coimbra, o qualifica como um sociólogo de um pensamento importante. Pergunto ao sociólogo Boaventura como analisa o sociólogo Fernando Henrique, fazendo a transposição desta inteligibilidade do social para a prática política.**

**Boaventura** - Se respondesse muito diretamente a esta questão, estaria sendo um mau sociólogo, à medida que seria preciso um conhecimento muito aprofundado da realidade brasileira. Faço um esforço para ter este conhecimento, mas não o tenho, aprofundado, em todas as áreas. Portanto, não faço uma avaliação. O que me limitei a dizer, em Coimbra, foi quais seriam as exigências que uma teorização sociológica criaria para um sociólogo transformado em presidente. O que daí resultou, bem, tenho ouvido muita coisa, tenho uma opinião pessoal, mas certamente não é caucionada em termos sociológicos, portanto só poderia responder politicamente a esta pergunta. E não me apetece responder politicamente a ela. E não o faço pelo muito respeito que tenho aos brasileiros. Vejo muitos sociólogos virem aqui dar receitas. Pois minha atitude é oposta, venho aqui para aprender, é por isso que estou a estudar o OP.

**JU - Nestas polarizações de um mundo globalizado, que estão cada vez mais acirradas, há lugar para a utopia?**

**Boaventura** - Primeiro precisamos distinguir os quatro grandes modos de produção ou de globalização. O primeiro é o que chamo de *localismos globalizados*. Não há algo estruturalmente global, *ab initio*. Normalmente, tudo que é global tem uma ancoragem local. Há certos localismos que conseguem expandir-se, e estender seu âmbito a todo globo. Por exemplo, o *fast food*, o *rap music*, o *disco sound*, as pizzas são modelos muito locais que, através das forças sociais, políticas ou econômicas, conseguem se globalizar. Chamo a isso de “*localismos globalizados*”, que têm uma característica: quando se globalizam, localizam os modelos alternativos ou rivais. Por exemplo, quanto mais se localizar o hambúrguer, mais se localiza ou etniza o bolo de bacalhau ou a feijoada. A outra forma

são os *globalismos localizados*, é o impacto do primeiro no segundo. Quando, por exemplo, se vê hoje na África muitos portos fechados para o público, onde está armazenado o lixo tóxico que os países daquele continente importaram para pagar a dívida externa, porque os países centrais não querem o lixo lá, isto é um *globalismo localizado*. É um impacto muito localizado. Outro exemplo é o da indústria do turismo, que cria locais vernáculos, inventa tradições, inventa danças, inventa o típico que não existe ou que se perdeu, exatamente para que, quanto mais locais, mais competentes para a indústria do turismo universal ou global. Têm que se particularizar para serem globais. Estas duas formas são hegemônicas, mas há outras duas, contra-hegemônicas. Uma delas é o que chamo de *cosmopolitismo*, sobre o que falava há pouco. São estas redes entre movimentos representativos de interesses subordinados, classes sociais subordinadas ou conhecimentos subordinados: indígenas, pacifistas, ecológicos, feministas etc. É a globalização das classes subalternas ou dos interesses marginalizados. No meu entender, é uma forma muito importante. A quarta forma é o que chamo de *herança comum da humanidade*, uma temática que mexe no direito internacional, mas que está hoje a expandir-se. Ainda há determinados espaços que pertencem à humanidade no seu conjunto; por exemplo, o fundo oceânico, a Antártida, a lua. São espaços que não podem nem devem ser apropriados por ninguém. Há, no momento, uma luta terrível por estes espaços. As formas de globalização contra-hegemônicas estão muito ligadas à utopia. Há, hoje, um espaço novo para a utopia.

**JU - O que é a utopia, para o senhor?**

**Boaventura** - É um outro lugar, no nosso lugar. É o que chamo de heteroutopia. É a idéia de que nós nos desloquemos, dentro do nosso lugar. O OP, para mim, é uma heteroutopia. Não é totalmente distinta do que existe, também não estava configurada naquilo que existia. Mas é possível criar um outro espaço dentro deste espaço, uma heteroutopia. É um esforço de imaginação para descobrir emergências.

**JU - Até agora, os sistemas de ensino, especialmente de língua e literatura, estiveram ligados à noção de identidade nacional. Que destino pode ter este sistema, no futuro? Vai fazer sentido ensinar a língua portuguesa no Brasil? Não seria mais razoável passar a ensinar apenas inglês? Ou ensinar português vai passar a ser apenas uma reação, um localismo contra-hegemônico?**

**Boaventura** - Ao contrário, nunca foi tão importante ensinar outras línguas. O que não se deve é justificá-lo pela identificação do sistema educativo com os espaços nacionais. O que nós precisamos é de diversidade no mundo, sou adepto do multiculturalismo progressista. O caso de Porto Alegre é de demodiversidade, diversidade no conceito de democracia. Diferentes línguas têm diferentes capacidades de comunicar diferentes valores e diferentes idéias. Por exemplo, a língua portuguesa pode ser deficiente nos computadores, mas é muito bonita na poesia. Mas precisamos de uma língua veicular, e o inglês, neste momento, o é, para irritação dos nossos amigos franceses...

**JU - Talvez a pergunta seja apenas conservadora, mas acredito que não se pode abrir mão de uma certa noção de nacionalidade.**

**Boaventura** - O que me assusta é a idéia de impor um cânone, o de que os melhores escritores, por exemplo, são de língua inglesa. Devemos partir do



conceito de que todas as culturas são incompletas, e que a incompletude só se vê a partir de outras culturas.

**JU - Como vê a questão da arte, de que a arte morreu, de que tudo é bricolagem?**

**Boaventura** - Este é um debate recorrente, Adorno e Benjamin já o fizeram. Mas hoje há uma outra vertente, que é a indústria da arte no mercado de capitais, onde as obras são objetos transacionáveis. Isto exige uma reflexão nova. A arte é, de todas as representações da modernidade, a mais hostil à codificação, embora acabe sempre sendo codificada e integrada. Mas sempre de uma forma limitada, porque logo surgem as transgressões. A arte traz em si a idéia da transgressão e de ser um artefato, algo que foi criado e tem um autor, individual ou coletivo. Sou muito contra as idéias de pós-estruturalismo, fim do sujeito etc. Só o sujeito é que pode pensar o fim do sujeito, e se ele pensa, então afirma-se no momento que o nega. A arte é aquele domínio onde o ato e a consequência estão um ao lado do outro. Na ciência e na tecnologia, é exatamente o contrário, fazem uma fábrica nuclear e depois não sabem quais são as consequências.

**JU - No seu livro Pela mão de Alice, o senhor fala sobre a “paciência dos conceitos”.**

**Quais são os conceitos que requerem esta paciência?**

**Boaventura** - São, por exemplo, a democracia participativa, alternativas de produção, multiculturalismo, biodiversidade, demodiversidade. Mas como manter estes conceitos e como acompanhá-los? A universidade foi importante na sua criação e na sua própria obsolescência. O grande problema dos jovens que estão fazendo doutoramento é que começam com um conceito e no final de sua tese ele já não existe. Nós liquidamos todas estas idéias, e por isso é importante reconhecer que há um outro espaço/tempo, utópico, infinito, onde elas permanecerão, transformadas.

# Gilberto Schwartsmann



## América do Sul pesquisa novas drogas contra o câncer

*Financiada por empresários gaúchos e com o apoio de organismos científicos nacionais e internacionais, a Fundação Sul-Americana de Pesquisa de Novas Drogas Anticâncer (SOAD) busca a cura do câncer em laboratório instalado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre e mostra os resultados de suas pesquisas de ponta no mais importante simpósio do gênero na Europa. Os projetos em andamento reúnem 50 profissionais do Hospital de Clínicas, do Hospital Conceição, do Hospital da Ulbra, da UFMG, da UFRJ, da USP, da UFPR, da UFSC, da Fiocruz e de centros de treinamento no Uruguai, Argentina e Chile.*

*Na Ala Leste do 3º andar do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, desde 1991, uma equipe interdisciplinar da Fundação Sul-Americana de Pesquisa de Novas Drogas Anticâncer (SOAD) faz estudos avançados sobre câncer e testa em humanos drogas experimentais desenvolvidas inicialmente (in vitro ou em animais) em centros de pesquisa de países desenvolvidos.*

*Muitas substâncias são usadas em quimioterapia tradicionais, outras são parte desta nova era de terapias mais "inteligentes", como os compostos que inibem a formação de vasos sanguíneos no tumor e os mecanismos de resistência à quimioterapia ou bloqueiam proteínas que estimulam o crescimento das células malignas. No momento estão sendo avaliadas diversas substâncias e novas formas de tratamento com remédios conhecidos em pacientes com diversos tipos de câncer.*

*Além de contato constante com o que há de mais avançado no mundo em matéria de tratamento e pesquisa em câncer, a SOAD mantém instalações e laboratórios bem equipados no Hospital de Clínicas e edita uma revista médica, escrita em inglês, que circula nos meios médicos mundiais. Os próprios relatórios da SOAD são escritos em inglês. A Fundação tem diversos trabalhos publicados em revistas médicas internacionais, nas quais também é citada com frequência. Entre viagens, atividades como professor e orientador de teses de mestrado e doutorado, Gilberto Schwartsmann conversou durante duas horas com a equipe do Jornal da Universidade.*

JUNHO 1998 - EDIÇÃO Nº 9

## **Jornal da Universidade - Como se formou a SOAD?**

**Gilberto Schwartzmann** - Havia o desafio de montar uma equipe com treinamento e qualificação e organizar uma central de desenvolvimento de drogas com o mesmo tipo de desenho daquela em que trabalhei na Europa. A partir de 1991, se pôde oficialmente criar uma fundação no Brasil: alguns pacientes brasileiros que iam se tratar na Europa ou nos Estados Unidos tiveram papel importante na estruturação da SOAD, inclusive organizando toda a parte legal da Fundação. Somos gratos especialmente ao empresário paulista Lazer Krausz, já falecido, pelo apoio que deu ao projeto.

### **JU - Qual é o objetivo da Fundação?**

**Schwartzmann** - Há dois grandes grupos de projetos: os clínicos com drogas experimentais e a pesquisa inicial de novas substâncias. Nós identificamos projetos de interesse, propomos a nossa participação aos centros internacionais e, uma vez aceitos, oferecemos isso aos pacientes. Temos atualmente mais de dez estudos em andamento. O outro objetivo é participar daquela fase inicial em que se tenta encontrar substâncias novas que podem um dia virar remédio.

### **JU - Que tipo de substância?**

**Schwartzmann** - Temos grande interesse em estudar a flora brasileira, porque existe um precedente muito forte: metade das drogas que se usam hoje em quimioterapia não são sintéticas. São originárias de produtos naturais, plantas ou microorganismos. Isso é um precedente forte para quem vive no território brasileiro, pela biodiversidade que possuímos. Temos um programa muito ativo de coleta de espécies de plantas brasileiras no Brasil todo: Amazônia, Pantanal, Região Sul, Mata Atlântica. Neste projeto, recebemos materiais para testagem de laboratórios de várias regiões do Brasil, como da UFRJ, USP e outros.

### **JU - Como é feita essa busca?**

**Schwartzmann** - A gente busca de forma racional, não ao acaso, espécies que tenham características que, ao ver do nosso programa, têm interesse para nossa pesquisa. Essas espécies são coletadas em parceria com várias instituições brasileiras. Fazemos um fracionamento químico dessas substâncias e testamos em tumores de origem humana *in vitro*. Já temos mais de três mil espécies em testagem. É fascinante. Há um programa muito interessante de avaliação de esponjas da costa de Santa Catarina, uma parceria da UFRGS com a UFSC.

### **JU - Quem apóia a Fundação?**

**Schwartzmann** - Um conselho científico internacional com representantes do mundo inteiro: Estados Unidos, Canadá, Japão, Austrália e vários países da Europa. O presidente é o professor Herbert Michael Penedo, que trabalha na Universidade de Amsterdã e foi orientador da minha tese de doutorado. Por muitos anos, ele foi diretor do programa europeu de novas drogas anticâncer. A parte administrativa da SOAD, que também tem uma sede em São Paulo, é feita por uma direção executiva composta por empresários, advogados e pessoas da comunidade.

### **JU - Que entidades participam?**

**Schwartzmann** - Toda a operação é centralizada aqui na Ala Leste do 3º andar do Hospital de Clínicas, no Serviço de Oncologia Pediátrica, através de uma parceria com o hospital e com o Instituto do Câncer Infantil, que nos cedeu essa área para pesquisa. Participam UFRGS, USP, UFPR, entre outras. Há três

centros no Uruguai e dois na Argentina. E tem um grupo na Universidade do Chile, que faz parte do estudo em leucemias. Vários hospitais participam de estudos clínicos, como o Hospital Luterano (da Ulbra) e o Hospital Nossa Senhora da Conceição.

### **JU - Qual a relação com o Hospital de Clínicas?**

**Schwartzmann** - Vários pesquisadores do Hospital de Clínicas possuem projetos ligados à Fundação e, através do serviço de Oncologia Pediátrica e dessa área física disponível, se mantém uma série de projetos. A SOAD também tem parceria científica com o Departamento de Bioquímica, Genética e Farmacologia, e com a Faculdade de Farmácia da UFRGS. Uma das áreas mais fascinantes para explorar produtos naturais, além das plantas, é estudar a fauna e flora marinha.

### **JU - Quantos profissionais trabalham nos projetos?**

**Schwartzmann** - Trabalham atualmente na rede em torno de 50 pesquisadores na América do Sul. Aqui no Rio Grande do Sul há cerca de 25. Montou-se uma equipe de pesquisadores brasileiros treinados no exterior através de convênio com o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos. Outro aspecto importante foi a possibilidade de a Fundação trazer alguns profissionais, como o dr. Dennis Mans, pesquisador holandês com muita experiência na testagem *in vitro* de substâncias em tumores malignos e na criação de linha de tumores *in vitro*. A gente extrai tumor de pacientes e o mantém crescendo indefinidamente em laboratório. Isso permite testar uma série de medicamentos.

### **JU - De onde vem o dinheiro para essas experiências?**

**Schwartzmann** - A maioria dos projetos são via CNPq, Capes e Fapergs. Graças a Deus, algumas empresas se sensibilizaram com esse projeto, mostrando muita visão do futuro. Cito por exemplo a Gerdau, a Recrosul, a Azaléia, a VASP, a Trade Wind, uma empresa de calçados do Vale do Sinos. E a Isdralit, que agora está nos ajudando. Essas contribuições nos permitem manter os bolsistas e mandar profissionais para o exterior. Essas empresas terão participação futura no desenvolvimento de alguma substância que seja produzida, com a garantia de que os *royalties* vão se distribuídos entre as instituições acadêmicas que participaram de cada projeto.

### **JU - O que mudou com o início do funcionamento da Fundação?**

**Schwartzmann** - Até pouco tempo, pessoas com tumores malignos disseminados ou que tivessem falhado ao tratamento anterior não tinham opção experimental no país. Na prática, havia uma seleção econômica: quem tinha condições podia ir para o exterior. O médico daqui apenas recomendava um centro de tratamento na Europa ou nos Estados Unidos. Ainda hoje se ouve falar muito disso: "Vá ao Memorial em Nova York, vá a Houston fazer um tratamento experimental". Através da SOAD a gente traz essas drogas para cá. Nossa Fundação é a única instituição da América Latina que tem acesso direto e confidencial a todos os projetos com novas drogas do Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos. Se temos interesse numa droga, podemos submeter um protocolo de pesquisa ao Instituto. Se for aceito, e houver um projeto do SOAD aprovado, nos mandam o medicamento.

### **JU - Qualquer tipo de droga?**

**Schwartzmann** - Sim, inclusive as antiangiogênicas, aquelas que inibem a formação de vasos sanguíneos para alimentar os tumores. Há alguns anos, a

SOAD vem trabalhando com o PPS (pentosan polissulfato), usado primeiro em Sarcoma de káposi, tumor freqüente em pacientes com SIDA (AIDS), e que tem bastante vasos sanguíneos. Utilizamos essa estratégia quatro anos atrás e publicamos no exterior. Atualmente estamos utilizando essa droga em câncer de mama. É a dissertação de mestrado na UFRGS do dr. José Luís Pedrini, chefe do Setor de Câncer de Mama do Hospital Conceição. O que está acontecendo é que existem vários remédios novos que são muito mais inteligentes do ponto de vista do mecanismo, porque tiveram o benefício de serem gerados nos últimos 20 anos, quando o conhecimento sobre câncer tornou-se muito mais apurado. Há quatro meses começamos o estudo com o RC-3095 em pacientes.

**JU - Como vem se desenvolvendo essa experiência?**

**Schwartzmann** - O RC-3095 é um polipeptídeo que tem o efeito de interferir no processo de estimulação do tumor. Já temos em torno de 12 pacientes, centralizados aqui. A maioria é de Porto Alegre mesmo. Nessa fase, chamada fase 1, clínica, a gente inclui pacientes primeiro num nível de dose. Vê se ele é tóxico ou não. Aumente o nível de dose em outros pacientes. Então, nós já estamos no quarto nível de dose. Porque a gente não sabe, nessa fase, ainda, qual é a melhor maneira de utilizar o medicamento. Vamos incluindo pacientes e avaliando os efeitos, tanto os benéficos quanto os deletérios, para poder chegar num ponto em que se pode dizer: bom, essa é uma dose segura e interessante de ser estudada mais adiante.

**JU - Hoje se conhece melhor o câncer?**

**Schwartzmann** - Certamente. A gente conhece hoje muito mais a biologia do câncer, como surge, como cresce, como se multiplica. E se desenvolvem remédios mais inteligentes, que inibem a angiogênese, como o angiostatina, endostatina, o PPS e o RC. Há uma série de drogas novas que são anticorpos contra proteínas-chaves associadas ao crescimento de tumores.

**JU - O senhor considera que houve um grande progresso na pesquisa do câncer nos últimos tempos?**

**Schwartzmann** - Até 20 anos atrás as pesquisas se concentravam na identificação de inibidores genéticos do crescimento das células em geral, cancerosas ou não. A consequência foi a obtenção de remédios ativos mas tóxicos também para os tecidos saudáveis. Agora, abre-se a possibilidade de desenvolver medicamentos mais específicos e menos tóxicos, os chamados "medicamentos elegantes".

**JU - Então pode-se considerar que está próxima a cura do câncer?**

**Schwartzmann** - É bom que não exagere no entusiasmo com os resultados preliminares. Sobretudo se considerarmos que muitos experimentos *in vitro* e em animais não são posteriormente confirmados em seres humanos. Mesmo assim, estatísticas da Sociedade Americana do Câncer indicam que, na década de 70, a expectativa de viver cinco anos após o diagnóstico de câncer era de 43% dos casos, hoje é de 60%. Isso se deve aos progressos na prevenção, diagnóstico e tratamento.

**JU - O que as pessoas podem fazer para evitar o câncer?**

**Schwartzmann** - As pessoas ajudariam muito a melhorar as estatísticas se participassem de programas de prevenção e detecção precoce e se mantivessem hábitos de vida mais saudáveis. Apenas seguindo normas simples de prevenção, cada um pode diminuir o risco de desenvolver câncer. Câncer de colo de útero, por exemplo, é comum no Brasil, mas é raro nos países desenvolvidos, onde funciona

a prevenção, que só depende de um exame citopatológico. E o hábito de fumar é responsável por quase metade dos tipos de câncer já identificados.

## Ruben Oliven



### O gaúcho é brasileiro por opção

*O antropólogo Ruben Oliven recebe, em agosto prêmio da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) pelo conjunto de sua obra, durante congresso em Natal. É o prêmio Érico Vanucci Mendes, ele próprio um estudioso da cultura brasileira, que faleceu ainda jovem. Ruben Oliven fala sobre os gaúchos e o gauchismo, a globalização cultural e a identidade dos brasileiros. Participaram da entrevista os jornalistas Maria Wagner, Vera Spolidoro, Ademar Vargas de Freitas e Leandro Rodrigues (bolsista do curso de Comunicação).*

JULHO 1998 - EDIÇÃO Nº 10

**Jornal da Universidade - Como o senhor vê o processo de globalização e as suas consequências para as culturas nacionais?**

**Ruben Oliven** - Globalização é uma palavra que corre o risco de virar chavão. É um processo que tem várias características. Uma delas é o fato de estar havendo uma compressão muito grande de tempo e espaço. Eram dois aspectos sempre interligados e que, agora, estão cada vez menos relacionados. Posso, pela Internet, mandar uma mensagem para a Austrália e para a sala ao lado com a mesma rapidez. As pessoas se locomovem com uma velocidade muito maior do que a de 50 anos atrás, e estão em contato com todo mundo. Há outros processos ligados a isso, como a crise no mundo do trabalho, em toda a área econômica, e o fato de que toda a idéia de Estado-Nação está mais complexa. O dinheiro é extremamente volátil. Há uma crise no México, o dinheiro sai de lá, vai para outro lugar e tudo isso é feito por computador. Este é o lado mais conhecido. A tendência, em função disto, é tudo ficar muito igual. O mundo está se homogeneizando. Mas é um processo bem mais profundo, o Brasil é um exemplo de que as coisas não são bem assim. Temos, por exemplo, o McDonald's, mas ao mesmo tempo uma cultura bem forte. A música brasileira, absolutamente, não desapareceu. Acho até que a globalização tem o efeito de fazer com que o local se torne mais importante, justamente pelo fato de as pessoas estarem mais próximas. Isso faz com que o local se torne importante e as pessoas valorizem. Ninguém nasce globalizado. Todos nascem em um Estado, em um país, em um local, e essa referência é fundamental. Portanto há, sim, uma globalização. Ela afeta o Brasil, afeta todos os países, mas não significa, necessariamente, uma homogeneização.

**JU - E o conceito de Estado-Nação, perdeu importância?**

**Oliven** - Com bastante frequência se afirma isso. Acho que não. Vamos pegar alguns exemplos práticos. O fato de alguém ser cidadão brasileiro faz com que ele possa ir até o Acre e trabalhar lá. Mas no momento em que for para o Uruguai, isso não é possível. As leis são diferentes. O Estado-Nação não perde, necessariamente, o poder de decisão. A política econômica do Brasil pode ter afetado o que acontece no mundo, mas o governo brasileiro tem toda a possibilidade de tomar decisões e anular esse resultado. O fato de a GM e da Ford terem vindo para o Rio Grande do Sul foi uma decisão negocial. Não houve uma "invasão". O Estado-Nação não perde de todo o poder. Dependendo do país temos um poder relativo. Não se pode ficar com a ilusão de que, com a globalização, terminam as nações, ou com a ilusão de que todos vamos falar inglês. O futebol brasileiro, por exemplo, pode até estar globalizado no sentido de os jogadores participarem de outros times, mas não deixa de ser futebol brasileiro. Esse é o segundo aspecto que eu, como antropólogo, tenho que frisar. De certa maneira é possível fazer um paralelo, no Brasil, com o que aconteceu na Semana Modernista. Em São Paulo, fizeram uma Semana com muito estardalhaço, eles queriam, basicamente, atualizar o Brasil. Achavam que o Brasil era atrasado e que teria que ser modernizado. Passada a Semana, se deram conta de que só existe uma maneira de ser universal: é ser nacional. Mário de Andrade foi muito coerente nisso e resolveu estudar o folclore brasileiro. Eles se deram conta que ninguém nasce moderno, ninguém nasce universal. Da mesma maneira, ninguém nasce globalizado. Eu diria até que as diferenças se

acentuam mais num momento de globalização.

**JU - Se ser universal é ser nacional, qual a razão de os gaúchos serem considerados, ou se considerarem, diferentes em relação aos outros brasileiros?**

**Oliven** - O Rio Grande do Sul tem uma situação peculiar. É um estado de fronteira. Sempre esteve entre Espanha e Portugal. De alguma maneira, os gaúchos se vêem como brasileiros por opção. Dentro disso, o Rio Grande do Sul tem diferenças na maneira de falar, de fazer política. Sempre há uma tensão relacionada ao Rio Grande do Sul. A sua cultura não pode ser uma cultura nacional, porque é diferente. Lupicínio Rodrigues é o cantor mais nacional que temos. Os outros artistas, principalmente os que fazem uma música especificamente gaúcha, dificilmente terão uma penetração maior. É completamente diferente da música do Rio de Janeiro, que sempre foi considerada nacional até pelo fato de o Rio de Janeiro ter sido capital. Hoje seriam os baianos, que fizeram uma música de temas nacionais, depois de Caetano, ou então que apresentam a baianidade como traço constitutivo do brasileiro, incorporando a figura do negro. Esta é uma música que já nasce como "nacional". É difícil imaginar a música dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul com a figura do gaúcho, do peão, como "nacional". Já Lupicínio, cantava a dor de cotovelo, tema nacional e internacional. Portanto, com alcance maior.

**JU - E o próprio Brasil, principalmente a partir dos governos militares, também não tem se considerado "diferente"?**

**Oliven** - Durante muito tempo, o Brasil teve complexo de inferioridade, de país subdesenvolvido, sempre visto como país de Terceiro Mundo. Essa divisão é um conceito amplo demais, até para avaliar indicadores econômicos. O Brasil, certamente, não é do Primeiro Mundo, mas tem algumas coisas muito desenvolvidas: exporta aviões, fabrica automóveis, tem não sei quantas universidades, faz transplantes... Mas, ao lado disso, tem a pobreza. De certa maneira, o modelo brasileiro é isso: se há grande crescimento econômico e tecnológico em algumas áreas, há a maior concentração de renda do mundo. O próprio crescimento econômico acabou se refletindo na área cultural. A Rede Globo é uma multinacional que exporta produtos, telenovelas feitas no Brasil que fazem sucesso em Portugal, na França, na China e nos mais variados países, de uma maneira absolutamente profissional, comercial. Mais alguns exemplos: o grupo Sepultura compõe músicas em inglês, fizeram um disco que, na Europa, logo no lançamento, vendeu muito mais do que os discos da Madonna. O grupo é brasileiro, canta em inglês, faz um sucesso internacional muito grande; antes de lançar o disco, que se chama Roots, a banda foi pesquisar as suas raízes em uma aldeia Xavante. Foi a uma aldeia indígena pesquisar suas raízes para fazer um disco em inglês e ter, como mercado, o mundo todo. Isso acontece agora. Mas no final da década de 70, o Sérgio Cabral, grande crítico de música, disse: "A música da Rita Lee não é brasileira, é rock". Acho que ele está redondamente enganado. Primeiro, porque o rock, apesar de surgir nos EUA, se espalhou pelo mundo inteiro e, de alguma maneira, se nacionalizou. Não tem nenhum sentido dizer que um grupo que está fazendo rock não faz música brasileira. É a mesma coisa dizer que "valsa só pode ser feita na Áustria". Nesse terreno não sobra nada, não sobra o samba, que teve influência estrangeira; não sobram as músicas gaúchas, quer dizer, se o critério é a importação de influências, o

mundo inteiro está sempre emprestando e importando coisas. O filme *A Grande Fuga*, do Bruno Barreto, é um filme que se passa no Rio de Janeiro, mas tem uma temática internacional toda em inglês. Fica a pergunta: ele deixa de ser brasileiro? Qual é o critério para o filme ser brasileiro? Ser feito no Brasil, ser falado em português, ser feito por um diretor brasileiro? Um outro exemplo é o filme *O Quatrilho*. Não pega a figura do gaúcho e sim a figura do colono. Elege o colono, mas é um filme “global” em todos os sentidos, pois tem os atores da Globo, que tentam, de uma maneira desastrosa, falar com o sotaque da época, é um filme que já nasce pensando no mundo, com a idéia de concorrer ao Oscar.

**JU - Dá para se dizer que existem várias culturas gaúchas?**

**Oliven -** O Rio Grande do Sul tem algo parecido com o Brasil. O Brasil tem a “síndrome do Oiapoque ao Chuí”. Tudo no Brasil é pensado para se aplicar desde o Oiapoque até o Chuí, do currículo escolar a uma lei, como se o país fosse homogêneo. O Rio Grande do Sul faz a mesma coisa, mas tem que se dar conta da existência de doze regiões culturais diferentes no Estado. O Litoral é uma coisa, a Campanha é outra, a região de colonização alemã é outra, a área de Cima da Serra é outra. O que torna comum é a tentativa de opor o Rio Grande do Sul ao Brasil para construir a identidade gaúcha. Este é um processo que se dá ao natural. Se dá, em primeiro lugar, pelo fato de a Campanha, onde surgiu a figura do gaúcho como peão de estância, ter sido a primeira área de colonização, a área mais rica, mais influente política e economicamente, e ter na figura do gaúcho, um símbolo emblemático. Os alemães e os italianos acabaram recebendo isso como modelo. Eles não tinham cavalo na Europa, o cavalo era apanágio dos nobres. Quando chegaram no Brasil tinham apenas pequenas áreas de terra. Uma das primeiras coisas que fizeram, quando ganharam dinheiro, foi comprar cavalos, não como instrumento de trabalho, mas como instrumento de visibilidade simbólica. Ao montarem, subiam física, socialmente e, de alguma maneira, simbolicamente, viravam gaúchos. Até hoje, no Rio Grande do Sul, a palavra colono tem um caráter pejorativo. Mas a palavra gaúcho tem o sentido de cavaleiro, nobre. Isso serviu para unificar, e nosso tipo representativo continua sendo o gaúcho. Isso passa pelo surgimento dos centros de tradições gaúchas. Fiz o mapeamento de sua distribuição no Rio Grande do Sul: estão em todas as regiões, não só na Campanha, mas na capital, na áreas alemã e italiana. O segundo CTG no Estado surgiu na região de Taquara. Isso deu um nó na cabeça dos tradicionalistas. Mostra que a figura do gaúcho é muito forte. Uma pesquisa em festivais de música revela que alguns são mais ortodoxos, outros menos. Um ortodoxo é a Califórnia da Canção Nativa, com regras muito claras sobre as músicas que podem concorrer. Já o Musicanto, em Santa Rosa, tem proposta alternativa, mais aberta e convida pessoas de fora. Estive nesses dois festivais. No Musicanto, ouvi dois tipos de música sobre o gaúcho: uma enaltecendo sua figura heróica e outra tentando desideologizar a sua imagem, mostrando que o gaúcho, na verdade, era um cara oprimido. As pessoas aplaudiram, vibrantemente, os dois tipos de música. Como é que pode? O que elas queriam ouvir era a figura do gaúcho sendo cantada, não importa se como tipo heróico ou como tipo sofrido. A figura do gaúcho é forte. Mobiliza muito e acaba construindo uma imagem do Rio Grande do Sul como se o Estado estivesse se opondo ao Brasil.

**JU - Quando a Elis Regina fez sucesso no eixo Rio-São Paulo, foi acusada por aqui de ter abandonado o Rio Grande do Sul. Isso está relacionado com a forma de ser do gaúcho?**

**Oliven -** No meio artístico gaúcho há uma queixa muito grande em relação a São Paulo e Rio de Janeiro: “Eles não nos dão a devida importância. Não noticiam nada do que a gente faz”. Ao mesmo tempo há um cobrança enorme do artista quando ele sai. Ficam dizendo que ele estaria abandonando, estaria traindo. Foi o que aconteceu com a Elis. Mas, de alguma maneira, ela entrou no jogo. Começou a arriscar e disse: “Estou fazendo o que tenho que fazer. Quem não gosta, não gosta”. Se atribui a ela, quando começou a fazer sucesso, esta frase: “Eu nunca me propus a ir para o Rio de Janeiro e abrir um CTG. Eu fui cantar”. Ela não cantava música nativista e é lógico que, no momento em que foi para o Rio de Janeiro, a sua preocupação foi com um mercado maior. Aí começam as patrulhas. Ultimamente se tem notado uma nova queixa por parte de artistas, mas em outro extremo: “São Paulo e Rio não nos notam e é muito bom que não nos notem. Estamos fazendo uma coisa para nós mesmos. Se não gostarem, o problema é deles”. É uma postura infantil, daquela criança que sai de casa, fica na porta e diz que não volta, mas está louco para voltar. Tem muita mágoa aí, e precisamos analisar isso com mais profundidade. Se certo tipo de manifestação cultural é regional, seu público será regional. Com a própria globalização, muitas coisas se repolarizaram. A própria definição do que é centro e do que é periferia ficou muito mais complexa. Os grandes impérios perderam seu centro. No caso da Europa, assiste-se à chegada de migrantes de ex-colônias, como na Inglaterra e na França. Eles não sabem o que fazer com essas pessoas.

**JU - Nos últimos tempos a idéia de isolamento do Rio Grande do Sul tem sido modificada. Várias e importantes iniciativas têm contribuído para isso. Não é uma forma de o gaúcho afirmar a sua cultura perante “os outros”?**

**Oliven -** O Rio Grande do Sul, se considerado periferia, somente se modificou, primeiro, porque a comunicação ficou muito mais rápida; segundo, com o Mercosul. De alguma maneira, o fluxo se alterou e o Estado se considera como uma das capitais do Mercosul. A Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, criou e realizou o “Porto Alegre em Buenos Aires”. É uma estratégia muito interessante. Basicamente, diz que as nossas fronteiras deixaram de ser as do Brasil, que estamos perto do Uruguai e da Argentina, que vamos expor nossas coisas lá e o resto do país vai ter que noticiar. Pode noticiar pouco, mas acaba saindo na grande imprensa. Fazer uma Bienal do Mercosul em Porto Alegre, passa a ser referência obrigatória. Não há como negar que ela teve uma qualidade artística muito grande. Acho muito importante avaliar as possibilidades que existem em um lugar como o Rio Grande do Sul, em uma cidade como Porto Alegre e saber aproveitar esse espaço.

**JU - Aproveitar a “estética do frio”?**

**Oliven -** É uma das possibilidades. A “estética do frio”, do Vitor Ramil, é uma tentativa de dizer: “Olha, aqui tem outro tipo de estética, que é diferente. É isso que nós fazemos.” Acho que a “estética do frio” nunca vai virar uma coisa nacional. Mas é diferente e tem um espaço. São duas coisas: uma é criar manifestações culturais que tenham a ver com o Rio Grande do Sul e que tenham um certo

fim; outra, são manifestações para um público maior. Aqui se fez música que na década de 50 teve um impacto nacional enorme. Ou então surgiram escritores como Dyonélio Machado, cujos livros ficaram esquecidos durante um tempo e que depois tiveram reconhecimento como literatura internacional. Seu livro *Os Ratos* é considerado uma das melhores obras brasileiras pelo Guimarães Rosa. É complexo, pois se temos artistas que fazem coisas ligadas à temática local, muitas vezes tiveram uma produção de valor universal. E ainda há pessoas que escrevem sobre temáticas que, necessariamente, não tem a ver com o Rio Grande do Sul, apesar de morarem a maior parte de suas vidas no Estado. JU - É possível dizer que também estão ocorrendo grandes modificações culturais em todo o País?

**Oliven** - O que está havendo no Brasil, de certa maneira, começou no Rio Grande do Sul. O Brasil era essencialmente rural. Hoje é essencialmente urbano. Os sem-terra querem viver no campo, mas a maior parte das pessoas preferem a cidade. No Rio Grande do Sul, por exemplo, fala-se do renascimento da cultura gaúcha a partir da década de 80, marcada pela ascensão dos festivais de música, de discos, jornais, restaurantes, editoras, tudo a partir da cultura chamada nativista. Aí temos um mercado cultural, formado por jovens, boa parte da classe média, e urbanos. Esse pessoal cairia do cavalo, literalmente, se tentasse montar. O primeiro CTG foi formado por pessoas que vieram do campo para a cidade. Não há necessidade de criar um CTG, quando se mora na fazenda. No momento em que se sai começa a saudade, aí surge a criação. Há uma coisa semelhante em relação à música sertaneja, que é diferente da música caipira; a caipira, do interior de São Paulo, está ligada à cultura da pessoa que mora no campo. Já a música sertaneja é uma criação urbana, do sujeito que mora na cidade – talvez originário do campo – que faz música falando do campo para um público urbano. A sertaneja é considerada uma música de público menos instruído, de classes populares. Tem, hoje em dia, uma nova variante que é o estilo country que extrapola a música. É um estilo muito mais complexo e envolve milhões de reais. Nota-se na Festa do Peão Boiadeiro, em Barretos (SP), e em outras pelo Brasil afora, que surge a figura do agrobóyer. Ele tem uma F-1000, veste roupa sofisticada, usa aquele chapelão e tem poder aquisitivo muito maior. Lida com compra e venda de animais e, ao mesmo tempo, desenvolvendo um estilo country, é pessoa que já tem experiência urbana. De certa forma, é uma ampliação globalizada, porque tem muito mais a ver com o cowboy norte-americano. A nossa vivência de campo, do Brasil como país rural, faz com que tenhamos muito mais referências deste, do que relacionadas ao Brasil urbano.

JU - O senhor disse que, apesar da globalização, os valores locais permanecem. Mas, de repente, a gente vê uma pessoa lá do interior de Goiás usando chapelão. Essa integração de culturas não cria problemas de identidade, por exemplo?

**Oliven** - Ao contrário de muita gente, não vejo problemas nisso. Acho que, no mundo inteiro e o tempo todo, as pessoas emprestam coisas e tomam coisas emprestadas, o que é muito saudável. Portanto, fica difícil dizer o que é autenticamente nosso ou não. Todos que estão no Brasil, alemães, japoneses, italianos, portugueses, negros, poloneses, migraram. E os indígenas também, há milhares de anos. Cada grupo trouxe um tipo de influência. O que há no Brasil é uma

espécie de culpa, de complexo de inferioridade por importar coisas. Mas o Brasil é especialista em importar coisas. Alguns exemplos: o Espiritismo surgiu com Alan Kardec na França, no século passado, e teve um relativo sucesso lá. Começou, diminuiu um pouco, com a Primeira Guerra Mundial subiu e depois estabilizou. No Brasil fez um sucesso enorme. Lá era uma coisa muito mais de classes populares. Aqui é de classe média, intelectualizada e tornou-se muito forte. Sei casos de brasileiros que foram para a França e lá criaram centros espíritas famosos. Outro exemplo: o Positivismo, também criado na França, teve uma influência enorme no Brasil (na Proclamação da República, na nossa bandeira, no Rio Grande do Sul, que foi governado durante, praticamente, 40 anos por uma constituição positivista). Temos, em Porto Alegre, a arquitetura positivista na Biblioteca Pública, no Palácio do Governo, na Prefeitura, no atual Museu de Artes do Rio Grande do Sul. Roberto Schwarz disse que no Brasil as idéias estariam fora do lugar. Acho que elas entram em um lugar ajustadas às necessidades. O Brasil é extremamente rico em antropofagia. Assim como comeu o bispo Sardinha, o Brasil tem uma grande capacidade de digerir, de transformar em outra coisa aquilo que vem de fora. E de maneira extremamente criativa.

JU - O senhor acha que a cultura brasileira já é forte o suficiente para competir com outras, mais antigas e sedimentadas?

**Oliven** - Sim e um exemplo é a música chamada “bate-estaca”. Uma grande gravadora internacional faz uma matriz e empurra isso para o mundo inteiro. O “bate-estaca” entrou no Brasil, mas não acabou com a música brasileira. O Carnaval continua forte, como o bumba-meu-boi e outras manifestações. Há coisas que podem, eventualmente, desaparecer. Mas acho que a tendência é de se modificarem. O Brasil tem vitalidade e criatividade muito fortes na área da cultura, que não teme as influências. Não faz sentido se fechar às influências externas. O contato entre culturas diferentes é sempre criativo e acaba resultando em outras manifestações. Isso ocorre o tempo inteiro. A cozinha italiana no Rio Grande do Sul é outro exemplo. A rigor, o galetto é considerado uma comida que seria específica do Rio Grande do Sul. Mas o que é o galetto? Quando os italianos chegaram no Estado foram proibidos de abater passarinhos, como é a sua tradição. Começaram a criar galinhas e quando o frango dava o primo canto, era abatido. Eles juntaram isso com polenta e fizeram um prato que passou a ser típico do Rio Grande do Sul. É muito comum ouvir descendentes de italianos contarem que, ao visitarem a Itália, ficaram decepcionados por não encontrar o galetto e que a polenta não é típica, sendo mais um prato de classes populares, enquanto aqui é considerada requintada, típica do Rio Grande do Sul. Na verdade, o galetto é um prato ítalo-gaúcho-brasileiro, da mesma maneira que a pizza é um prato italiano, mas também é feita por japonês. O churrasco está disseminado por todo o Brasil. Há quem afirme a existência de churrascarias muito melhores em São Paulo do que aqui. Um dos lugares que mais exporta assadores é Nova Bréscia, cidade de colonização italiana e não da Campanha. Na verdade, esse é um processo fascinante justamente por isso: mistura português, negro, italiano, alemão, gaúcho e exporta. Há CTGs em todo o Brasil, no Paraguai, na Bolívia; há CTG em Los Angeles e até no Japão, chamado “Sol Nascente”.



**JU - Isso quer dizer que somos, portanto, um país flexível?**

**Oliven** - O Brasil é assim. Pelas estatísticas, a maior parte da população é católica. Mas, com muita frequência, encontramos católicos que frequentam o candomblé, a umbanda. Isto não é visto como uma coisa excludente. As coisas não são tão rígidas. É possível passar de um partido político para outro. Há uma idéia errada de que as pessoas, no mundo moderno, acreditariam muito mais na ciência, deixando de lado outras coisas. No Brasil vemos justamente o contrário. O país se desenvolve em vários sentidos mas é um país de enorme religiosidade, não só entre a população pobre. Somente a Região Metropolitana de Porto Alegre tem de 5 a 6 mil centros de umbanda. Absolutamente não é incompatível, no Brasil, alguém ser um grande astrônomo e ao mesmo tempo ser religioso. São duas dimensões que não se excluem. Não é porque a pessoa tem uma atividade racional que ela não possa ter crença. Brasileiro não gosta de ter vida excessivamente regrada. Tem todo um outro lado mais lúdico, mais espontâneo. Dou como exemplo a Copa do Mundo. O que acontece quando o Brasil perde a Copa do Mundo? O técnico da Seleção é sempre culpado, e qual é a crítica que sempre recebe? Há dois tipos: se a Seleção começou a treinar muito tarde, todo mundo diz: "É lógico que tinha de perder. Futebol não dá para jogar de maneira desorganizada, envolve um longo preparo, toda uma concentração, disciplina e o Brasil acha que ainda pode ganhar a Copa do Mundo sem treinar". Mas quando Coutinho - um militar - foi treinador, em 1978, estabeleceu um modelo muito rígido, a crítica foi esta: "Não adianta o Brasil querer jogar futebol como nos outros países. O futebol brasileiro não é disciplinado, é criativo, tipo Garrincha". O Brasil se defronta o tempo inteiro com essas duas coisas: uma, a de que nada funciona; outra, a de que o defeito é alheio. Dizem que o estrangeiro é rígido, não tem a mínima flexibilidade. O Brasil joga com o sistema, até nas leis. Tem um sistema jurídico extremamente elaborado, está sempre fazendo leis e regulamentos. Mas sabe de antemão que algumas foram feitas para não pegar. Então, a lei acaba não valendo para todo mundo. Por outro lado, se sabe que várias coisas da sociedade brasileira são negociadas. Há prazos, mas, dependendo, pode-se "dar uma esticada"; tem fila, mas não são todos que entram na fila. Nem todos os criminosos vão para a cadeia. Esse é o jogo. Se, por um lado, há um caráter simpático, às vezes há outro, totalmente antipático. No Brasil, onde há diferenças sociais tão grandes, é lógico que saem prejudicados sempre os mais fracos.

**JU - É o famoso "você sabe com quem está falando"? O "carteiraço"?**

**Oliven** - Exatamente. Esse é outro aspecto complicado no Brasil. Por um lado, há a idéia de grande fraternidade, de que todos são iguais, que o futebol congrega a todos, o Carnaval também. Mas chega um certo momento em que há uma ruptura e o cara diz "péra aí um pouquinho, eu sou doutor, eu sou deputado", e aí a coisa se inverte e ficam muito mais marcadas as diferenças na nossa sociedade.

**JU - O senhor disse que o brasileiro é mais livre, mais espontâneo, que não gosta de regramentos. Isso se aplica ao gaúcho também?**

**Oliven** - Os gaúchos, com muita frequência, são vistos como mais sérios, mais "cedeefes". Acredito que depende de com quem se compara. O paulista, muitas vezes, também é considerado muito sério, muito trabalhador, muito acelerado.

Os americanos, por exemplo, se definem como um povo que trabalha, que valoriza o trabalho. Mas uma das coisas que mais chama a atenção nos EUA e na Inglaterra é a quantidade de pessoas que trabalham das 9h às 17h e, quando chega o final do expediente, simplesmente deixam cair a caneta. Os brasileiros, quando se encontram, se perguntam "o que você tem feito"? O perguntado responde que não tem feito nada. Quem tem dois ou três empregos, começa às 7h30min da manhã mas não diz que está trabalhando muito, senão passa por otário. Então tem muito de representação, como as pessoas se apresentam. O gaúcho tem uma representação muito forte, que é a figura do cavaleiro que enfrenta dificuldades: a chuva, a natureza, os inimigos, os castelhanos. A construção social dele se faz como um tipo forte. Isso, de alguma maneira, passa para a representação que as pessoas têm do gaúcho. É interessante notar que os filhos de colonos de origem alemã e italiana, quando saem do Rio Grande do Sul - pois não há terra suficiente para eles - incorporam isso. Quando compram seus 250 hectares, viram gaúchos e o discurso deles é o do trabalho. Inclusive há relatos de que eles fazem distinção entre "nós, os gaúchos, e os brasileiros". Os brasileiros locais seriam preguiçosos e eles não, seriam pessoas desbravadoras e pioneiras. Há essa imagem do desbravador que enfrenta a natureza, um tipo mais endurecido pelas batalhas, pelo frio, e que se oporia ao resto do Brasil, não a São Paulo, mas certamente ao Rio de Janeiro e à Bahia.

**JU - Há uma discussão nacional sobre a seca, um pouco arrefecida pela questão da Copa do Mundo. Mas há uma visão subjacente, de que a seca é um fenômeno endêmico, e que não se resolve porque os nordestinos não teriam condições para tanto.**

**Oliven** - Têm duas secas. A seca como fenômeno físico, que pode ser quantificada, medida. Sabemos que com a tecnologia existente, pode haver um controle cada vez maior da natureza, com técnicas de irrigação, por exemplo. Então, é óbvio que haveria condições de diminuir os efeitos da seca no Nordeste, a questão é saber a quem interessa isso. Na verdade, as elites nordestinas usam a seca para conseguir recursos que são usados somente em seu favor. Não adianta mandar dinheiro para o Nordeste, se esse dinheiro não vai combater a seca ou servir para uma distribuição de terras. Uma das coisas ruins do modelo brasileiro é que nunca se mexeu, de fato, na estrutura agrária. Um país capitalista, para conseguir se desenvolver, do ponto de vista capitalista, tem que mexer no campo. Se isso não acontecer, não será possível ter produtos agrícolas mais baratos para a população. Enquanto o Brasil não mexer na estrutura agrária, terá uma população de sem-terra, embora haja uma quantidade muito grande de pessoas que quer ficar no campo. O interessante dos sem-terra é que são pessoas que optam por não ir para a cidade. São pessoas importantes, que poderiam estar no campo, produzindo, e que não têm terra, por causa da estrutura agrária em vigor. E considerando a atual correlação de forças políticas no Brasil, não existe no horizonte uma possibilidade de modificação.

**JU - Os brasileiros, quando estão no exterior, têm um comportamento diferente, mais barulhento, excessivamente alegre, exibicionista, até. O que o senhor acha disso?**

**Oliven** - Os brasileiros são vistos, e também se mostram, como um povo alegre, descontraído, que não gosta de se sujeitar excessivamente a regras, mas que também não é violento. Lembro que estava nos Estados Unidos, na Copa de 84, e os jornais locais se referiam aos brasileiros como um povo alegre, que

fazia barulho, mas não criava problemas. Se perdêssemos, não sei se seriam assim. Mas vendemos um pouco essa imagem, e ela certamente representa o brasileiro, como um exemplo de ser contra muita disciplina, regras, prazos. Até certo tempo atrás, os norte-americanos não toleravam sequer pessoas que se vestissem de maneira diferente. Mas agora estão começando a permitir, na Disneylândia, por exemplo, a frequência de homossexuais em grupo e até que façam festas. Walt Disney era muito moralista. Vi um documentário sobre ele em que havia uma polêmica enorme discutindo se as sereias dos desenhos deveriam ter o bico do seio ou não, se isso seria muito sensual ou não. Também tive um experiência interessante com uma revista de antropologia nos EUA. Foi publicado um artigo de uma antropóloga americana sobre o comportamento dos brasileiros na Disneylândia. Achei interessante, mas chamou a atenção o fato de ela não falar absolutamente nada do que achava da Disney. Que não é uma coisa séria. Começa com uma parada que tenta recuperar a imagem de um reino europeu, em um país que nunca teve reino. Os artistas dançam de uma forma absolutamente geométrica, não têm nenhum jogo de cintura e fazem também uma mistura fantástica. Na análise, chamava a atenção como esta antropóloga levava a sério a Disneylândia, como se fosse uma coisa séria e os brasileiros, dentro desse lugar, não fossem. Na verdade, a Disneylândia também não é totalmente séria. Séria é a comercialização do local e de tudo lá dentro. Mas do ponto de vista cultural, é uma mistura. Mas por que os brasileiros têm que ser sérios em um lugar que não é, embora os americanos o considerem assim? Nessas circunstâncias, os brasileiros são vistos como alegres, simpáticos e relativamente indisciplinados.

**JU - Isso tem algo a ver com uma aparente vocação do brasileiro de ser assim?**

**Oliven** - Uma das coisas que o brasileiro mais gosta é de se apresentar como povo pacífico, ordeiro. É uma coisa disseminada. A "índole pacífica" é repetida como uma verdade. Aliás, o Sérgio Buarque de Holanda criou esse termo, mas não quis dizer que o brasileiro é sempre simpático, e sim que funciona muito com o coração, que usa a emoção. Na verdade, olhando para a história do Brasil, as partes não violentas são as grandes transições da elite: a Proclamação da Independência, a Proclamação da República, a Revolução de Trinta. Outros episódios foram extremamente violentos: em Canudos, houve massacre; na Revolução Federalista, há cem anos, morreram aproximadamente 12 mil pessoas. É como se hoje a morresse 80 mil pessoas. E a forma de matar os prisioneiros era o degolamento; a Revolta da Chibata ocorreu porque os marinheiros até então eram chicoteados. Os rebeldes foram anistiados mas, depois, vários deles foram queimados dentro de cal. Então, temos exemplos. E os Mucker? Havia necessidade de um conflito como esse? Esses, são fatos históricos. Mas se for calculada a quantidade de mortes no campo, entre os sem-terra, o resultado é monumental. O Brasil é recordista mundial em acidentes do trabalho. Em mortes por acidentes de trânsito também. A violência urbana assusta. Todos os dados mostram que no Brasil há muita violência, só que também há muita dificuldade em falar nisso. Os norte-americanos falam muito de violência e isso lá é tão comum quanto o beisebol. No Brasil há uma negação. Violência existe lá fora. Nós somos os bonzinhos. Na verdade, não é assim.

**JU - Quando se fala em violência, a ligação imediata é com a urbana. Mas são prati-**

**cados muitos outros tipos...**

**Oliven** - Quando voltei da Inglaterra após o doutorado, em 1978, se falava o tempo todo de violência urbana. Comecei a questionar o que era essa violência urbana. Vi que era sempre a do assaltante ou de quem bebe. Aí, levantei todos os assaltos a banco realizados em um ano e o total de quanto haviam rendido. Neste mesmo ano, somei o rombo dos dois maiores golpes dados no mercado financeiro e constatei que o prejuízo dos roubos era muitas vezes maior que o dos assaltos a banco. E se falava muito menos. Na verdade, estava havendo uma dramatização da violência. É mostrado um tipo de assaltante, quem bebe, o delinqüente menor, de classe baixa. Não se fala em outros coisas. Existem várias formas diferentes de violência.

**JU - Esta dramatização da violência não é casual. Não tenta sugerir uma relação direta com a pobreza?**

**Oliven** - Esta relação não é automática. É um mito. Há países muito mais pobres do que o Brasil que têm índice de violência muito menor. Além da pobreza existem outros fatores: o que predomina é uma desigualdade muito grande, embora o Brasil seja um país rico. Além disso, há uma impunidade muito grande. É mais complexo do que apenas dizer que a pobreza gera violência.

## Sérgio Adorno



**“Violência não é doença da sociedade, é sinal de mudanças que ainda não entendemos bem”**

*“Como podemos construir uma sociedade democrática, sabendo que o valor fundamental, o direito à vida, não é assegurado igualmente a todos os cidadãos?” A pergunta, indignada, é do professor Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, que vem há anos dedicando seu esforço e energia para estudar e entender a violência. Os Mapas de Risco mostram que a vida do cidadão que mora em bairros de classe média vale mais do que a vida de quem mora na periferia. Adorno esteve em Porto Alegre participando do seminário internacional “Violência e Cidadania”, promovido pela UFRGS, e confessou: “Ainda não tenho certeza a respeito dos fatores que estão influenciando o crescimento da violência neste final de século, pois ela assume múltiplas formas, é diversificada, é complexa”. Mas ele não vê a violência como patologia, e sim como um processo de mudança, de transformação da sociedade. “A violência é, de certa forma, um desafio à consolidação da sociedade democrática, baseada nos direitos da cidadania.” O professor foi entrevistado por Vera Spolidoro e Ademar Vargas de Freitas, com apoio dos bolsistas do curso de Comunicação Adriana Vargas e Leandro Rodrigues.*

AGOSTO 1998 - EDIÇÃO Nº 11

**J**ornal da Universidade - O senhor tem afirmado que a vida do cidadão brasileiro de classe média vale mais que a vida do cidadão da periferia. O que o levou a formular esta opinião?

**Sérgio Adorno** - Foram os dados levantados nos Mapas de Risco, feitos entre 1990 e 1995 em São Paulo, Rio, Salvador e Curitiba, a partir de um acordo entre o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea e o Núcleo de Estudos da Violência da USP, em convênio com o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. O Mapa é uma das atividades previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos, para verificar quais as áreas de maior vulnerabilidade, no tocante à proteção dos direitos da pessoa. Verificar quem é mais vulnerável, e em que circunstâncias. O objetivo é que esses mapas possam, em última instância, orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes. Vou falar mais de São Paulo, porque estou mais familiarizado com sua problemática. Mas vários fenômenos que acontecem lá não se repetem em outras cidades ou estados.

O que observamos em 1995? Em primeiro lugar, que a taxa de homicídios no município era algo em torno de 42 por 100 mil habitantes. É uma taxa alta, se você observar que, no mesmo período, a média brasileira era algo em torno de 24 homicídios por 100 mil habitantes. A média norte-americana, no período 91-92, gira em torno de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Significa dizer que, se a média brasileira é 24, o cidadão que mora em São Paulo tem duas vezes maior vulnerabilidade que os cidadãos brasileiros que moram em outras cidades. Se verificou ainda, fazendo um estudo metodologicamente construído com muito rigor, do ponto de vista da análise de dados, que a distribuição da letalidade, do risco, variava segundo os diferentes dados dos distritos do município. Foi feita uma classificação dos bairros em três categorias: alto, médio e baixo risco. Olhando o mapa do município de São Paulo, veremos que o centro e os bairros em volta da área central - aí há melhor qualidade de vida, melhor infra-estrutura - são as áreas onde as taxas de mortalidade são menores. Quando você começa a sair desse cinturão, dessa espécie de muro imaginário, as coisas ficam diferentes.

**JU - São Paulo é uma cidade de guetos?**

**Adorno** - A gente não vê isso, mas há vários estudos que mostram a guetificação. Guetificação no sentido mais lato do termo, de que há grupos sociais mais ou menos segregados no decorrer da cidade. Por exemplo, a população negra vai estar sempre ocupando os bairros de periferia da população branca. Ela é sempre uma espécie de reservatório de mão-de-obra para trabalhar como serviçal nas casas da classe média, classe média-alta. À medida que a classe alta vai se deslocando da parte baixa da planície para as partes mais altas, vai se deslocando também a população negra, ficando sempre nos bairros ao lado. No final do século passado, começa a migração da população do centro, da Santa Efigênia, depois Campos Elíseos, subindo a colina em direção à Avenida Paulista. Esse processo é acompanhado pela construção de bairros de classes populares, não rigorosamente negros. Não é uma coisa visível, eu mesmo nunca me dei conta disso, morando na cidade. Mas acompanhando os estudos, verifiquei que de fato há uma lógica. É uma cidade completamente estratificada, muitas vezes guetificada.

**JU - Os Mapas de Risco revelaram esta guetificação?**

**Adorno** - Sim, no Centro estão as áreas de menor risco; passando do Centro, há um cinturão de áreas de médio risco, onde as taxas de mortalidade por causa violenta, no caso as taxas de homicídio, são mais elevadas. A partir desse cinturão há uma grande área, que é a grande periferia da cidade de São Paulo, onde estão as áreas de alto risco. O que isso significa? Se a gente for verificar, à medida em que se degrada a qualidade de vida, aumenta a probabilidade das taxas de homicídio serem mais elevadas. Só para dar um exemplo, moro num bairro de classe média, Perdizes - onde está instalada a Pontifícia Universidade Católica. É um bairro bastante residencial, muito privilegiado do ponto de vista da infra-estrutura urbana. Aí, no ano de 1995, a taxa de homicídios era de 2,7 por 100 mil habitantes. Quando você chega num bairro de alto risco, como o Jardim Ângela, na periferia sul da cidade, onde as condições de vida são muito ruins, muito degradadas, há 120 homicídios por 100 mil habitantes. E se é na faixa de pessoas jovens, essa taxa aumenta, vai a 180 homicídios por 100 mil habitantes. É quase uma situação de guerra civil. Se fizermos uma comparação, eu tenho minha vida muito mais protegida do que um cidadão que mora no Jardim Ângela. Ele tem uma probabilidade muito maior de ser vítima de um ataque fatal do que eu.

**JU - Proteção no sentido de que as forças públicas oferecem segurança?**

**Adorno** - São vários sentidos. Um deles é que, provavelmente, as condições urbanas criam certos elementos inibidores de conflitos com desfechos fatais. As pessoas têm preservada a sua privacidade. Vou dar um exemplo claro. Fiz estudos de casos de homicídio em tribunal de júri e verifiquei, sobretudo em classes populares, que é muito comum conflitos de vizinhança redundarem em desfechos fatais. Não tenho uma série histórica para saber se no passado era assim. Suponho que não, que esse é um fenômeno mais recente. Brigas assim: de vizinho, de casal, no bar, na rua. Por coisas muito banais: bola de criança que cai no vizinho e quebra um vidro, alguém que levanta um muro sem negociar com o vizinho, briga por causa de futebol, de mulher, de joguinho de dados, de dívidas. Nos bairros de classe média, onde há uma vida privada um pouco mais preservada, há mecanismos institucionais para evitar que esses conflitos acabem redundando em catástrofe. Muito dificilmente um conflito entre vizinhos, num bairro de classe média, faz com que alguém puxe uma arma e mate o outro. Percebi, por exemplo, que nos casos de classes populares, há falta de privacidade nas habitações. É muito comum ter a vida particular, doméstica, completamente devassada, porque as paredes são muito finas. Com isso, você tem certas condições sociais favorecendo situações tão tensas, que acabam redundando em desfechos fatais. Evidente que nos bairros de classes populares não ocorrem conflitos exclusivamente por relações interpessoais. Há questões ligadas ao crime, ao tráfico de drogas.

**JU - A vida, portanto, está mais protegida nos bairros de classe média. O policiamento neles também não é mais intensivo?**

**Adorno** - Meu argumento é um pouco pesado no seguinte sentido: sinto que a vida está mais protegida não só pelas condições do ambiente, como já falei, mas também porque há mais policiamento nos bairros de classe média, isso é evidente. Infelizmente, não tenho os dados, porque em geral a polícia sempre

considera isso uma informação de segurança interna. Nunca posso pegar o mapa da vigilância e dizer: “Olha, a polícia está mais aqui ou mais ali”. Mas pelo que se sabe, há mais policiamento em bairros de classe média. Vê-se na prática, o número de policiais em delegacias, número de postos policiais etc. Podemos supor que está havendo um desequilíbrio na distribuição desses recursos. Uma população com maior número de problemas está sendo, provavelmente, menos protegida. Isso tem a ver com relações de poder, com a capacidade de os grupos sociais influenciarem decisões políticas, públicas. Eu, como cidadão, se sofrer uma violência, não só vou à delegacia, mas chamo a imprensa, debato, discuto etc. Nem sempre os cidadãos têm condições de fazer isso. Na maior parte das vezes não são ouvidos. O que estou querendo dizer, é que a minha vida acaba tendo mais valor do que a vida de um cidadão comum, que mora na periferia de uma cidade como São Paulo.

**JU - Os direitos democráticos do cidadão são distribuídos de forma desigual.**

**Adorno** - Sim, há aqui um problema muito complicado: como podemos construir uma vida democrática, sabendo que o valor fundamental, o direito à vida, não está assegurado universalmente para todos os indivíduos? É evidente que, em nenhuma sociedade, as vidas estão igualmente protegidas. Imagino que cidadãos mais ricos tendem a ter esquemas de proteção pessoal mais eficazes. Mas pelo que conheço dos Estados Unidos, Europa, lá essas diferenças não são tão gritantes. O que me incomoda aqui não é a existência do fenômeno em si, é a extrema desigualdade na distribuição desses direitos. É uma afirmação forte, provocativa. Estou deliberadamente provocando o debate, querendo chamar a atenção para isso mesmo.

**JU - Em Porto Alegre, foi possível observar que quando, as ruas das vilas da periferia começaram a ser pavimentadas, diminuiu a criminalidade localizada. Porque a polícia passou a chegar lá, assim como a ambulância, os serviços em geral.**

**Adorno** - É possível. Há uma pesquisadora, Rosa Fischer, que mostrou uma coisa muito bonita. Ela fez uma pesquisa para saber porque a população é tão reticente com relação aos direitos humanos. Lembro de uma entrevista feita por ela que vai bem na direção disso. Ela perguntava qual o problema do bairro. As pessoas diziam: o problema é que tem muito bandido. Aí ela dizia: mas por que tem muito bandido? Respondiam: tem muito bandido, porque a polícia não chega aqui. Por que a polícia não chega aqui? Não chega aqui porque, para o carro poder entrar, precisa ter iluminação, para ter iluminação precisa ter arruamento. Por que não tem arruamento? Porque não tem asfalto. Por que não chega asfalto? Por que... Na verdade, havia uma cadeia de carências, em que o inimigo real era a ausência de políticas sociais e de políticas de infra-estrutura urbana. Mas o inimigo mais próximo que o cidadão sabe nomear é o bandido. É aquele indivíduo que arrombou a casa dele, que roubou o eletrodoméstico conquistado com muita dificuldade. Para eles, esse é o inimigo material. Outro inimigo eles não conseguem identificar: é o prefeito, o governador, o deputado, quem é? Fica difuso.

Nos Estados Unidos, há estudos mostrando que, sobretudo em guetos negros, diminuiu a taxa de mortalidade quando começaram a melhorar o aspecto físico do bairro: pintar, recuperar as praças, recuperar o lugar das pessoas circularem, etc. Eles percebiam que a deterioração ambiental fazia com que os habitantes se

reconhecessem como portadores de uma identidade moralmente deteriorada.

**JU - Não há, então, consciência dos direitos civis?**

**Adorno** - Há um fenômeno muito visível nas grandes cidades: as pessoas que querem que a polícia mate o bandido mesmo, há muitos segmentos favoráveis à pena de morte. Lembro de uma pesquisadora que fez um estudo sobre o direito da população à habitação, sobre organizações populares, etc. Ela entrevistou moradores e eles tinham muita clareza sobre o direito à posse da terra, sobre posturas urbanas, de como conquistar esse direito. Só que quando entrava na coisa da violência e do crime... O que eles queriam mesmo, se pudessem, era executar em praça pública. Ficava me perguntando: como é que estas pessoas são avançadas do ponto de vista do conhecimento dos direitos sociais, e tão precárias em sua concepção de direitos civis? A civilização ocidental apostou nos direitos civis como base dos direitos sociais. Ou seja, os direitos sociais vieram, em certo sentido, a reboque dos direitos civis, porque o principal direito era o direito à vida e ao trabalho, a partir do que você tinha o direito à propriedade, à liberdade e todos esses direitos conexos, ligados à pessoa. A partir desses pressupostos é que, no século XIX, surgiram os direitos sociais e políticos. O estranho na sociedade brasileira é que nós somos muito ciosos com relação aos nossos direitos sociais, políticos, lutamos, defendemos, discutimos, debatemos. Mas na hora de falar em direitos civis, cada um com o seu. Ninguém se habilita a reconhecer que o outro tem os mesmos direitos que eu tenho. Você não pode falar em direitos de preso, isso vira defesa de direitos humanos para bandidos. Não consegue dizer que o outro, apesar de ter ofendido a sociedade, é um cidadão que tem direitos civis a serem preservados, senão a punição não pode ser executada dentro regras universais, legítimas.

**JU - O senhor toca numa questão comum no Brasil, que é associar quem defende direitos humanos com quem defende bandidos. Virou senso comum, em todas as categorias e classes sociais. O que leva as pessoas a esse tipo de análise? Como isso pode ser alterado?**

**Adorno** - Quem pesquisou bastante esse fenômeno foi uma antropóloga chamada Teresa Bandeira, que hoje está nos Estados Unidos. Lá, fez uma tese sobre a violência, como as pessoas reagem à violência e pensavam formas de conter a violência. Teresa avançou bastante nessa questão, mas ainda acho que precisamos explorar um pouco melhor os sentimentos da população a esse respeito. Por um lado, os movimentos de defesa dos direitos humanos montaram uma estratégia que se revelou pouco eficaz. No seu início, insistiram muito numa linguagem universal, no sentido de que todos são portadores de vida e, portanto, de direitos fundamentais. É uma linguagem que toca determinados segmentos da população. Como eu que conheço um pouco a história da sociedade moderna, das leis, dos direitos, me sinto compartilhando com outros cidadãos esses direitos. Mas pessoas com experiência histórica muitas vezes consolidada de desrespeito sistemático aos direitos civis e sociais, não têm muito em que acreditar. A credibilidade nas instituições é muito baixa. Isso faz muitos perceberem que nós estamos de fato numa guerra. Eles não podem contar com a proteção das instituições, das leis. Portanto o único instrumento possível é justamente o uso da força, a capacidade de uns se imporem sobre os outros. Então, a idéia de que possa haver uma punição exemplar é a única alternativa

possível para conter os ataques aos direitos, à liberdade e à vida das pessoas.

**JU - Quais os motivos para este comportamento?**

**Adorno** - Tenho uma hipótese, precária ainda. Acredito que a sociedade brasileira construiu um modelo de organização societária baseada no contrato, mas não universalizou o modelo contratual de organização societária. O contrato vale para alguns e não vale para outros. Em alguns segmentos da sociedade, está em funcionamento, como em parte das relações de trabalho. Mas em outras áreas, é como se estivesse funcionando uma espécie de lógica da barbárie versus lógica da civilização. Pesquisando linchamentos e execuções sumárias, fiquei muito impressionado com o fato de que esses processos demoram anos na justiça, sem solução. Qual a sensação que tenho quando analiso esses casos? Sinto que não há universalização do contrato, das regras contratuais que sustentam a sociedade brasileira.

**JU - Significa a ausência da noção de cidadania?**

**Adorno** - Sim. No mundo moderno, esse processo de formação da sociedade contratual significou a construção de uma figura abstrata chamada cidadão. Me identifico como cidadão a partir de uma categoria universal, então me reconheço como um sujeito que tem direitos civis a serem preservados, direitos políticos e sociais. Isso só foi possível porque a sociedade operou uma abstração social, desencarnou o direito da pessoa concreta, transformou em princípio geral e retornou isso às pessoas. Teoricamente, o que vale mais hoje é o cidadão. A pessoa é uma entidade. Mas parece que, na sociedade brasileira, esse processo de abstração dos direitos de cidadania, de reconhecimento e de compartilhamento desses direitos não se processou completamente. Em vários segmentos, os direitos permanecem muito ligados à pessoa, à propriedade.

Vou dar um exemplo mais geral. Aconteceu um grande crime em São Paulo, chamado “o crime do bar Bodega”. Um dos dois jovens assassinados, dentista, era vizinho de uma parente minha. Evidentemente essa parente ficou muito indignada e resolveu ingressar num movimento chamado Reage São Paulo. Fiquei preocupado porque começaram a falar que a culpa da violência em São Paulo é de Dom Paulo Evaristo Arns, que fica defendendo o direito dos bandidos. Não posso me sentir identificado com esse movimento. Essa parente me ligou e disse que entrara no movimento. Perguntou: “Você não está gostando?” Respondi que não: “Nós não estamos do mesmo lado do muro. Você está engrossando um movimento de classe média que quer defender o seu pedaço. Eu quero defender o direito do cidadão à cidade. Quero que eu e meu vizinho tenhamos o mesmo direito que o cidadão da periferia também possa ter. O meu argumento é o seguinte: enquanto não se pacificar a periferia urbana, nós não vamos ter sossego”. Enquanto eu continuar vendo apenas o meu problema, ligado à minha propriedade, à minha família, ao meu bem, ao meu pedaço, nós não vamos avançar nisso.

**JU - Há diferenças entre cidades?**

**Adorno** - Quando comparo experiências do Rio e de São Paulo, acho que o Rio avançou muito mais. Porque lá a violência virou um problema da cidade, os bairros de classe média convivem com o tráfico que está ali atrás, no morro, e isso faz com que as pessoas tenham que ser solidárias. Os movimentos, no Rio, atravessam vários segmentos, de classe média, empresários, trabalhadores

urbanos, formadores de opinião. Portanto, é algo muito mais pluralista, mais universal e que pensa o problema da cidade como um problema de todos. A experiência, pelo menos do mundo ocidental moderno, mostra que essas coisas avançaram justamente quando se constituiu o espaço público. Se um segmento da população, a classe média-alta, por exemplo, quer segurança total, terá que pagar impostos para tanto. É um direito de todo cidadão morar protegido e querer que o poder público ampare esse direito. Mas deverá pagar por isso, de forma a que o poder público possa ampliar a segurança daqueles que estão desprotegidos. Do ponto de vista dos cidadãos brasileiros, não sinto que a sociedade pense assim.

**JU - O senhor poderia contextualizar a questão da violência no mundo ocidental? Essa sociedade fragmentada, individualista, tem relação com o crescimento da violência?**

**Adorno** - No mundo contemporâneo, a violência é um fenômeno muito mais complexo do que a gente imagina. Insisto em não reduzir o problema da violência ao problema de crime, como faz a mídia de uma forma geral. Acabamos acreditando que violência é sinônimo de crime, que há muita violência porque tem muito bandido. A imagem imediata que se constrói é mais ou menos essa: cresceu o número de bandidos, cresceu o número de violação das leis, as pessoas não estão mais sendo presas, não estão mais sendo condenadas, é por isso que há essa violência toda. Quando começamos a estudar, verificamos que essa violência é multifacetada, há fenômenos de violência que não têm nada a ver com crime. Os conflitos entre vizinhos, por exemplo: uma parte da minha família morava em bairros operários, e conflitos de vizinhança não redundavam em violência, como se observa hoje. Naquela época, do ponto de vista da questão dessa conflitualidade, havia uma sociedade provavelmente um pouco menos tensa e alguns mecanismos de ascensão social que tinham um efeito não só simbólico, mas também real. Todo mundo ganhava pouco, mas guardava dinheiro para comprar um terreno e construir a sua casa, sinônimo de segurança, de ter sua raiz. A sensação que tenho hoje é que parte dessa conflitualidade deve estar relacionada com o bloqueamento dos mecanismos de ascensão social. Hoje, qual é a probabilidade de o indivíduo ter casa própria? O desemprego é muito grande, há uma enorme insegurança diante do mercado formal de trabalho. Nada garante que os filhos jovens, muitas vezes matriculados na escola, vão ter uma inserção profissional.

**JU - Mas a violência a partir do crime não têm aumentado?**

**Adorno** - Os dados estão indicando que, primeiro, cresceu o volume de crimes. Segundo, cresceu a chamada violência letal, os chamados homicídios voluntários. Terceiro, o que está crescendo é o chamado crime violento, esse que representa uma grave ameaça à integridade física das pessoas. Quarto, é uma criminalidade muito influenciada pelo crime organizado, especialmente o narcotráfico. É uma mudança não apenas brasileira, se processa em várias outras partes do mundo. O que é diferente aqui? São as dimensões desse crescimento, que é muito acelerado. A professora Alba Zaluar tem dados assustadores sobre o tema. Em uma década, por exemplo, praticamente dobram as taxas de mortalidade. Nós temos um sistema de justiça criminal que está em crise há pelo menos duas ou três décadas. Não consegue responder nem ao volume do crescimento e nem dar conta dessa nova criminalidade emergente. Portanto,

o problema não é exclusivamente de polícia. Um segundo aspecto importante: os tribunais de Justiça Penal não conseguiram acompanhar o crescimento dessa criminalidade e todo o sistema de prisão, de um modo geral, está em crise: celas superlotadas, incapacidade do sistema responder com um mínimo de eficácia e eficiência para enfrentar o crescimento da criminalidade. Isso é específico do Brasil.

**JU - O fenômeno da globalização econômica provoca também a internacionalização do crime?**

**Adorno** - Se pensarmos em termos mais amplos, podemos verificar que o problema do crescimento da violência é muito mais geral e possivelmente está relacionado com os processos de globalização em curso, embora ainda não me satisfaça com as teorias sobre globalização - gostaria que esse fenômeno fosse estudado de outra maneira. Mas, ao lado do processo de globalização econômica, verificamos novos circuitos de circulação de capital, que têm a ver com o crime organizado. Este é um fenômeno muito significativo para entender o mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, implica numa complexa rede de relações, da qual não se conhece muito bem a natureza. Narcotráfico é uma rede internacionalizada de produção, distribuição, circulação e consumo de uma mercadoria proibida e que, por ser proibida, implica vários sistemas de proteção e produz vultosos capitais. Funciona à base da corrupção em todos os sentidos, não só do agente policial que vigia a entrada e a circulação da droga. É lavagem internacional de dinheiro em que certamente as instituições financeiras estão comprometidas de um jeito ou de outro, um sistema poderoso, que a gente pouco conhece. O que acontece? Toda a justiça criminal, hoje, particularmente a justiça penal brasileira, é incapaz de dar conta disso. O raciocínio dela é o tipo de raciocínio do direito liberal, ou seja, você identifica uma pessoa que tem responsabilidade, que tem consciência do ato praticado e de seus efeitos. Se traficar drogas é um crime, e escolhi fazer isso, estou sujeito às penas advindas daí. Tudo bem, você pode até descobrir o indivíduo que faz o tráfico de drogas na cidade, no morro, pode prender esse indivíduo, submetê-lo aos rigores da lei. Isso significa que desmontaremos a rede de tráfico? Não. Isso significa que o velho modelo da justiça penal liberal se esgotou, não dá conta dessas formas emergentes de violência, formas aliás muito mais elucidativas dos processos de transformação do mundo contemporâneo. Afetam formas de sociabilidade, sobretudo dos jovens (há muitos jovens envolvidos nesse tipo de atividade), formas e estilo de consumo. Há todo um esfacelamento do tecido social, extremamente complexo e que certamente deve estar influenciando a explosão de conflitos e de tensões nas relações entre grupos e interpessoais.

**JU - Há ainda a violência dos conflitos étnicos, que eclodem em várias partes do mundo.**

**Adorno** - São conflitos que têm a ver com processos de apropriação da riqueza, nitidamente lutas de classe no sentido de que uns têm riqueza e outros não. Só que riqueza hoje é trabalho. A conflitualidade hoje está muito voltada para os iguais, para os pares, não mais burgueses versus operários. Ela foi adquirindo uma configuração completamente diferente. Há também conflitos e tensões nas relações de gênero, daí toda uma explosão de conflitos domésticos. O fenômeno dessa violência tem a ver com processos de transformação social, cultural, para os quais nós ainda não temos uma compreensão precisa. Nós, sociólogos, antes

sociais, estamos estudando esses fenômenos. Eles estão ligados ao mercado de trabalho, à socialização, à família, à relação dos indivíduos com as instituições, com as leis, com a justiça. É preciso fazer um mapa desse processo e tentar entender porque a violência adquiriu essa centralidade no mundo. Não acho que seja uma patologia do mundo atual. É um indicador de que a sociedade está num violento processo de mudança e que a compreensão desse processo de mudança escapou completamente ao entendimento do cidadão em geral.

**JU - Há alguma relação entre o crescimento da violência e a mídia?**

**Adorno** - É um assunto muito controverso. Em primeiro lugar, porque esse tipo de colocação traz embutida a hipótese de que a mídia tenha um poder absoluto seja, onipotente, onisciente e onipresente. Como ela foi pretendida na sua emissão, diria que pode haver uma intencionalidade de mostrar o mundo violento. Em primeiro lugar, por mais que a mídia esteja falando sobre violência, não está inventando uma realidade, está no fundo traduzindo, sob uma linguagem específica, um mundo cada vez mais violento. Não é uma mistificação, não é uma invenção, não é a criação imaginária. Acho que a mídia muitas vezes dramatiza esse mundo violento, no sentido de transformar a violência cotidiana em drama. E drama aqui como gênero literário, estético. Drama no sentido em que o mundo fica dividido entre bons e maus, certo e errado, entre justo e injusto e tem que haver uma solução cósmica para isso. Ou você cai nesse mundo violento ou você se defende. Como isso é recebido, depende da leitura que os cidadãos terão, com as suas experiências sociais, culturais e subjetivas. Podem ficar submetidos à televisão ou não. Em alguns indivíduos, talvez, signifique um estímulo ao comportamento violento.

**JU - Há pesquisas relacionando mídia e comportamento agressivo?**

**Adorno** - Não temos pesquisas suficientes para provar que haja uma relação direta entre a violência que está na mídia e a capacidade dos indivíduos absorverem essa violência ou reagirem violentamente em função dessa influência. Para poder estudar isso, seria necessário fazer uma espécie de laboratório em que se isolaria as outras influências do meio ambiente. Assistio hoje na TV, por exemplo, um grande crime, mas amanhã vou ao bar, um vizinho me conta uma história, no dia seguinte alguém telefona e me conta outra história... Na verdade, muitas vezes, até mesmo o boato é mais influenciador que um veículo como a televisão. Porém, não acho que devamos encarar esse debate de maneira inocente. A mídia conta um fato da realidade, é certo, mas não está contando isso inocentemente, está contando de uma maneira muitas vezes dramatizada. O meu temor, nesse debate, é que comecem a acreditar que é preciso censurar a televisão. Acho que isso é incompatível com a democracia. Se nós queremos, de fato, ter um bom controle sobre os meios de comunicação, que seja um controle democrático, para que possamos debater o que queremos ver.

**JU - Quando fala em mídia, o senhor se refere a noticiário ou a outros programas chamados de entretenimento?**

**Adorno** - Estou falando mais no noticiário, eletrônico e impresso. A reportagem. Mas sou pesquisador, sou muito preocupado com a demonstração disso. Ainda não li nada satisfatório sobre indivíduos submetidos a essas influências. Existe a famosa tese do comportamento: se você põe cem pessoas dentro de uma sala e elas ficarem horas juntas, em breve, estarão se digladiando por problemas

de espaço e de individualidade. Porém, hoje, já há estudos mostrando que não é bem assim. Precisamos olhar essas teses com cuidado. Tenho um pouco de receio de que no fundo, no limite, elas acabem justificando a idéia de ter censura. Esse debate é perigoso. Se for assim, temos que censurar a escola, a conversa no bar, porque tudo é produtor de comportamento.

**JU - Em sua palestra, o senhor falou sobre o legado da recente ditadura militar. Qual seria esse legado?**

**Adorno -** Tenho estudos para mostrar que durante o regime autoritário, a criminalidade já era uma questão presente, embora houvesse um controle muito maior da informação. Aparecia de uma forma menos visível, mas estava presente. Fiz estudos desde a década de 70, havia o Esquadrão da Morte, o envolvimento de policiais com o crime. Lógico que não havia o prosseguimento das investigações, não é como hoje que há uma imprensa transparente, mais aberta, que faz investigações, denuncia os casos.

**JU - Como o regime militar encarou a questão da criminalidade?**

**Adorno -** Nesse período há um fenômeno, não sei se específico de um regime autoritário: o problema do controle do crime vira uma questão de segurança do Estado. Militariza-se a questão da segurança. Com isso, o controle da criminalidade passa a ser fundamentalmente repressivo, o uso da força passa a não ter limites e pode ser arbitrário em nome da segurança do Estado. Não está em discussão a segurança do cidadão. Está em discussão a segurança do Estado. Lutou-se durante muito tempo pela restituição da cidadania aos dissidentes políticos, para acabar com torturas, com a violência nas prisões. Descobrimos, porém, que as práticas violentas eram muito mais antigas. A população urbana de baixa renda era vítima da brutalidade policial há muito mais tempo. O caso de São Paulo é mais claro: o famoso delegado Fleury vem do combate ao crime comum, e é depois treinado para potencializar a sua atividade na repressão política. Essa promiscuidade entre o controle da criminalidade comum e o regime autoritário me pareceu um dado extremamente forte. O controle da criminalidade é um problema civil, não é um problema de segurança do Estado. Portanto, o controle tem que estar na mão dos civis, e a polícia militar, ainda que possa ser militar, tem que se submeter a um poder civil.

Em São Paulo, não estou convencido de que a polícia militar se sujeita efetivamente ao governo civil. Já vi confrontos do secretário da Segurança, publicamente, com subordinados. Eles acreditam que são os guardiões da segurança e vêem isso como um problema de Estado. Falam em guerra, em combate à violência, pensam tudo em termos de estratégia e de tática. Não estou convencido de que isso seja eficaz. Ao contrário, o crime continua crescendo, e a violência policial não está totalmente sob controle. Nesse sentido, o legado autoritário permanece. Para resolver isso é preciso que a polícia se repense, sobretudo a polícia militar. O problema não é só da polícia militar. É um problema do sistema de justiça, envolve a polícia civil, os tribunais de justiça. Nós queremos uma polícia eficaz. Mas há um processo de transformação que deve ser pensado a curto, médio e longo prazo.

**JU - Na sua palestra, boa parte da platéia era de policiais militares. A população gaúcha parece ter mais confiança na polícia militar do que na polícia civil. Seria uma exceção, em termos nacionais?**

**Adorno -** Hoje fui pego na esquina por um policial militar que assistiu à palestra, as críticas que fiz, e veio conversar. Disse a ele que não se podia generalizar. Acho que a polícia militar do Rio Grande do Sul tem outras características. Há aqui uma polícia militar menos comprometida com a violência, mais rigorosa na punição dos policiais que abusam da violência, uma polícia talvez mais presente na população. Acho que isso tudo tem a ver com uma característica do Rio Grande do Sul, um Estado com fronteiras, com uma consciência cívica muito marcante. É uma polícia militar muito mais apegada a suas atribuições legais, aos valores constitucionais e, portanto, mais respeitadora das leis. Podemos transformar essa experiência boa numa experiência ainda mais positiva. Que seja uma polícia uniformizada, não tenho nada contra isso, mas que seja de fato preventiva, que pense em termos estratégicos e táticos, não como se estivesse numa guerra, mas no sentido de proteger a população. Não é um braço armado do Estado, é um serviço público de proteção à população. Isso é que precisa ser desenvolvido, ser efetivado. Esse legado, não conseguimos ainda resolver. Mas não sou pessimista. O fato de realizarmos um seminário como este e haver um grande número de policiais assistindo, é altamente positivo. Mas acho que estou trabalhando para as próximas gerações. Tenho certeza de que em alguns anos teremos um perfil de policiais diferentes. Polícia é polícia no mundo inteiro. Acabamos de trazer um pesquisador francês, um dos maiores estudiosos de polícia, Dominique Monjardet, e o argumento dele é esse: polícia é polícia no mundo inteiro. Juntei os policiais militares e civis para dar uma conferência e é sempre a mesma coisa: “Enfrentamos os bandidos e não somos valorizados”. Não podemos esperar que a polícia funcione como Universidade ou como empresa. O esforço todo é para que ela compreenda sua função, na perspectiva de um Estado democrático e de proteção dos direitos, que se veja muito mais do lado do cidadão a ser protegido. Que não olhe os cidadãos, principalmente de classes populares, como inimigos.

**JU - Ontem o senhor falou também do sistema prisional e de políticas alternativas. Poderia ampliar um pouco isso?**

**Adorno -** Fiz pesquisa sobre reincidência prisional em São Paulo há 10 anos: verifiquei que, de 1975 a 1985, a taxa de reincidência penitenciária foi de 46%. De cada dois cidadãos que saíam da prisão, um retornava. Isso é um sinal muito claro de falência. Podemos dizer que estamos gastando muito dinheiro numa política que não está sendo eficaz. É preciso observar, ainda, que a população que comete crimes não é toda idêntica. A minha hipótese é que temos que trabalhar com a diversidade dessa população. Indivíduos que tenham cometido crimes de baixa gravidade e até média gravidade, primeiro têm que ter um sistema de julgamento mais rápido, para que, independentemente da gravidade, sejam punidos. Não estou defendendo punição rigorosa mas rigor na aplicação, que se saiba que haverá uma pena. Pode ser uma supressão de direitos, uma limitação de garantias. Precisaríamos ter uma mudança substantiva no sistema penitenciário, punindo de acordo com a gravidade. A gente sabe que a maior punição hoje é para os crimes contra a vida. Verifiquei que nos crimes contra a propriedade, em 70% dos casos havia condenação. Nos crimes contra a vida, 30%. Há maior rigor nos crimes contra a propriedade em relação aos crimes contra a vida. É uma inversão. Se a vida é um bem supremo, tem que ser mais protegida pelas leis. O Rio Grande do Sul é um Estado não só pioneiro numa



política de segurança mais eficaz, em termos de relação com a população. Há também amplos segmentos da justiça muito avançados, do ponto de vista de uma concepção contemporânea, menos preocupada com questões técnicas e mais preocupada com o senso de justiça. Há juízes muito mais politizados. Há eficácia e pioneirismo num sistema de penas alternativas, que funciona há alguns anos e com resultados satisfatórios. Temos que discutir essas experiências positivas e tentar ampliá-las.

**JU - O que seriam penas alternativas? Trabalhos na comunidade?**

**Adorno** - Há várias formas de reparação de danos, desde reparação pecuniária para pequenos furtos até negociações no Juizado de Pequenas Causas. Há sistemas de mediação judiciária em que as pessoas envolvidas se juntam e negociam uma punição. O fundamental é que todas as pessoas se sintam igualmente submetidas às mesmas leis. Não é apenas um problema penal. Vamos pensar a legislação de trânsito: se todos sentirem que estão submetidos aos mesmos rigores nas leis, é possível que, a médio prazo, se consiga mudar o comportamento em relação ao trânsito. Se invertermos as prioridades, se a vida é mais importante, se a preservação da vida é fundamental, acho que começaremos a acreditar nas nossas leis e nas instituições.

# Milton Formoso



## Das Ciências da Terra à paixão pela MPB

*Milton Luiz Laquintinie Formoso. Colorado doente, que sonha em ser dirigente do Inter quando se aposentar ("Acho que nunca vai chegar este dia"). Ginasta assíduo do ginásio de esportes da Brigada Militar ("Faço duas horas de exercícios, três vezes por semana, há 20 anos"). Profundo conhecedor da vida de Francisco Alves ("Em agosto último ele faria cem anos, e aqui em Porto Alegre ninguém lembrou disso"). Professor emérito da UFRGS (recebeu o título dia 14 de setembro passado), especializado em geoquímica, mineralogia e geologia. Cursos em Harvard, Pensilvânia, Illinois, Nancy e Strasbourg. Membro da Academia Brasileira de Ciências. Assim é o professor doutor Milton Formoso, 71 anos. Discorre com a mesma naturalidade sobre uma rocha de um bilhão de anos que descobriu no interior do Estado, como sobre as três mulheres da vida de Francisco Alves. E critica a indução que os órgãos de financiamento de pesquisa fazem, em direção à pesquisa de resultados imediatos. O professor Formoso foi entrevistado por Vera Spolidoro, com apoio de Leandro Rodrigues.*

SETEMBRO 1998 - EDIÇÃO Nº 12

**Jornal da Universidade - Nos seus 47 anos de vida na Universidade, o senhor se dedicou a dar aulas e à pesquisa, não abandonando nenhuma das duas atividades. O que o levou a adotar esta prática?**

**Milton Formoso -** Comecei minha carreira no dia 14 de junho de 1952, como instrutor de ensino da Escola de Engenharia, com o professor Otto Ohlweiller. Ele me ensinou uma coisa muito importante: professor universitário não é aquele que apenas ministra aula. Ministrar aulas é muito importante mas tem também que trabalhar em pesquisa ao mesmo tempo. Não se pode medir o trabalho do professor universitário somente pelas aulas dadas. Também sou contra que professor universitário fique num pedestal e passe, por exemplo, a não dar aulas de graduação. Deve dar aula de graduação e de pós-graduação. Claro que aquele professor muito ocupado com os mestrados e doutoramentos que orienta vai dar um número menor de aulas de graduação. O que ele não deve é abandonar totalmente estas aulas. É o meu ponto de vista e fiz assim até minha aposentadoria. Fui professor de graduação de 1952 até 1957 na Escola de Engenharia e de 57 a 97 no Instituto de Geociências.

**JU - O senhor falou, no dia em que recebeu o título de professor emérito, sobre a questão da pesquisa na atualidade, sobre ter se tornado muito pragmática.**

**Formoso -** No mundo inteiro, há uma tendência muito forte da pesquisa se tornar praticista, imediatista. É a chamada pesquisa tecnológica, no sentido de estar atrelada à indústria, é a pesquisa com fins de aplicação imediata. No entanto, acredito que a pesquisa básica é muito importante, até porque a tecnológica deriva dessa pesquisa básica. No dia em que recebi o título de professor emérito, o que muito me honrou, disse e repito aqui: aquelas nações que não tiverem sua pesquisa básica desenvolvida vão ficar na dependência das nações que a tiverem.

**JU - O que é pesquisa básica?**

**Formoso -** Quando estudo um certo fenômeno que acontece em Geologia, por exemplo, não visando uma aplicação econômica imediata. Certamente, este estudo vai servir de base. Mas a tendência dos órgãos de financiamento é querer que se faça quase que diretamente a pesquisa econômica.

**JU - A que o senhor atribui essa praticidade?**

**Formoso -** É uma tendência mundial de imediatismo, de se pensar naquilo que dá lucro imediato. Por exemplo, só com a crise do petróleo se começou a pensar nas formas alternativas de energia, como a biomassa, o carvão, a energia nuclear, a própria utilização do hidrogênio. Tudo isso se pensou quando surgiu a crise e o preço do petróleo subiu muito.

**JU - Se falava em energia eólica, em energia solar...**

**Formoso -** Energia eólica é usada em lugares onde o consumo de energia é pequeno, não é uma energia concentrada. A energia solar também tem problema na concentração, é usada para o aquecimento de casas. Ainda não se conseguiu concentrar suficientemente a energia solar. Só quero lembrar o problema do imediatismo. O interesse econômico induz à pesquisa aplicada, chegando ao ponto de os órgãos internacionais de financiamento, e os nacionais também, exigirem sempre uma aplicação já industrial.

**JU - Pode-se afirmar que essa é uma tendência internacional?**

**Formoso -** Há alguns órgãos que ainda dão uma porcentagem para se fazer

pesquisa pura, mas há uma tendência muito grande, internacional principalmente, de querer aplicação. Tenho a impressão que há um certo interesse internacional que se aplique dinheiro, nos países menos desenvolvidos, em coisas mais imediatistas, para que a ciência básica fique controlada e concentrada mais nos países desenvolvidos.

**JU - Isso acontece na produção industrial também. Os bens com tecnologia de ponta, com tecnologias "limpas", são fabricados nos países desenvolvidos, e para cá vem, por exemplo, a indústria automotiva. O senhor concorda com esta afirmação?**

**Formoso -** Sem dúvida, tanto do ponto de vista de tecnologia como ambiental. É como a indústria de celulose: os países desenvolvidos têm problemas para fabricar, devido às questões ambientais, então as fábricas vêm para o Brasil. Isso se aplica também à ciência. Mas estou certo de que a Universidade é o lugar para fazer, fundamentalmente, a pesquisa básica.

**JU - Além dessa indução que os organismos de financiamento fazem, o senhor sentiu, ao longo de sua carreira, algum cerceamento nas suas decisões sobre o que pesquisar e como pesquisar?**

**Formoso -** Não. Houve até reitores desta Universidade que diziam que a pesquisa e o pesquisador jamais podem ser cerceados. O pesquisador deve ter independência, no sentido de promover sua pesquisa. O corte não pode ter critérios imediatistas. Vou citar outro exemplo. Os cursos de pós-graduação surgiram em 1968 aqui na Universidade. Isso foi um pulo para o sucesso, tanto para a Universidade como no Brasil. Quer queiram, quer não, a pesquisa cresceu tremendamente com os cursos de mestrado e doutoramento. Me preocupa uma idéia que surgiu recentemente, de restringir estas duas áreas. Isso vai ter uma influência muito prejudicial para a pesquisa, porque hoje não é feita pelo professor individualmente, mas por um grupo que compreende alguns professores, uns mais jovens, outros mais velhos e os alunos de mestrado e doutoramento. Se diminuírem o número de mestrados e doutorandos, vai ficar ruim. As bolsas estão sendo muito controladas, estão sendo diminuídas, se fala até em doutoramento e mestrado mais rápidos.

**JU - Sabe-se que há restrição de recursos para as universidades públicas. O senhor nunca pensou em ir para uma universidade particular, ou para uma grande empresa, tipo Petrobrás?**

**Formoso -** A Universidade pública é mais dirigida para pesquisa. Aqui no Estado, 70% da pesquisa científica é feita na UFRGS. E no Brasil, se somarmos todas as públicas, federais e mais as estaduais de São Paulo, a produção científica é concentrada nelas. Então, quem quer pesquisar tem que ir para Universidade pública. Outro fato: a universidade particular, por várias razões, se preocupa muito em atender um número grande de alunos. Eles mesmos dizem que não dão a mesma ênfase para a pesquisa. Portanto, pode comparar as produções científicas, que a diferença é assustadora. Agora estão sentindo o problema da necessidade de recursos, estão criando até cursos de pós-graduação. Porque para ganhar recursos para projetos é preciso ter uma massa crítica de mestrados e doutorandos nessas estruturas, e eles estão procurando formar pessoal ou então pegar os nossos mestres e doutores.

**JU - É muito grande essa evasão de mestres e doutores da Universidade?**

**Formoso -** Sim, porque se não há emprego aqui, eles precisam buscar na uni-

versidade particular. Tem saído muita gente, inclusive aposentados das universidades públicas que vão trabalhar nas privadas. Em São Paulo está cheio de aposentados nessa situação, se aposentam cedo. Me aposentei com 70 anos, compulsoriamente, e acho que se aposentar com 40 anos é um absurdo. Mas defendo também que haja renovação. Se eu ficar na minha posição até 90 anos isso não poderá ocorrer. No entanto, sou contra sair da Universidade e depois fazer concurso para a própria área, entrando novamente.

**JU - Qual a vantagem de fazer isso?**

**Formoso -** Salário duplo. Muitos professores fizeram isso em universidades brasileiras, públicas. Saíram, se aposentaram com 45, 50 anos, e fizeram concurso para ficar mais 20 anos.

**JU - O senhor se manteve na Universidade pública pela possibilidade de fazer pesquisa. Não poderia ser um cientista numa universidade privada?**

**Formoso -** Em Geologia é difícil. Não há universidade privada que faça pesquisa em geologia, está concentrada na Universidade pública. A universidade particular tem esse problema, ela é mais dedicada à parte de ensino, não tanto à parte de pesquisa, com raras exceções. Mas há ainda um aspecto muito importante que quero destacar, que é a necessidade de apoiar os recém-doutores. Há muitos que estão desempregados. Já imaginou o quanto custa, para um país, um doutor? Estão desempregados e conseguem bolsas a prazos fixos com bastante dificuldade. É preferível cortar bolsas que ainda não estão prontas do que cortar bolsas de recém-doutor. Aí já foi feito todo um investimento. É um problema muito sério.

**JU - O senhor acompanhou várias gerações de estudantes. Como evoluiu a pesquisa neste período?**

**Formoso -** Quando entrei na Universidade, em 1952, a pesquisa era feita em cátedras isoladas, em pequenos grupos, não havia uma pesquisa institucional. Com o tempo, foram crescendo os grupos de pesquisa, surgiram laboratórios muito importantes, como o Departamento de Genética, de Fisiologia, depois já surgiram os institutos de Física, Matemática, Química, Geociências. Foram surgindo os grupos de pesquisa e finalmente a pós-graduação. Mas para ilustrar a mudança de mentalidade, quero contar uma história. Um pesquisador da Medicina pleiteava, frente a um pró-reitor e vice-reitor, recursos para pesquisa. O vice-reitor argumentou: "Isso aqui é uma casa de ensino, apenas tolera-se a pesquisa". O pesquisador, então, pediu licença para se retirar, afirmando antes de sair: "Isso aqui é uma casa de tolerância, não uma Universidade". Foi uma época em que as aulas eram verdadeiras conferências: grandes engenheiros, advogados, médicos, mas pesquisa não havia.

**JU - Os professores eram pessoas que haviam se distinguido como profissionais, e vinham dar aulas na Universidade?**

**Formoso -** Sim, era assim que funcionava, em geral. O certo, me parece, é que o professor universitário tenha dedicação exclusiva. Mas com isso ele não pode deixar de ter contato com o mercado, com a indústria, com os hospitais. Deve misturar as suas atividades de professor com atividades particulares. Sei que isso é difícil, os salários são baixos, mas a solução é essa. Com o advento da pesquisa, surgiram os DE, o professor profissional, que se dedica exclusivamente à Universidade. Vários professores eram engenheiros de empresas, médicos

que tinham seus consultórios, advogados com seus grandes escritórios. Não quer dizer que não possa ter esse tipo de professor, com experiência profissional, que viria dar 20 horas, com aulas tipo conferência. Isso deve existir, mas não ser o grosso da Universidade. Do contrário, não tem produção científica.

**JU - Mas esse modelo de professor não existe mais...**

**Formoso -** Há alguns ainda, não são muitos. Naquele tempo era a maioria: davam as aulas e iam embora.

**JU - Como o senhor vê a preparação dos jovens que chegam à Universidade?**

**Formoso -** Os estudantes têm um problema muito sério, que é o curso secundário. Não entram na universidade hoje com o mesmo nível que entravam no passado. Vou citar meu exemplo. Fui aluno do Colégio Pelotense, em Pelotas. Naquele tempo era curso ginásial e curso científico. Terminei o curso científico e lia inglês e francês. Tínhamos um ano de espanhol, estudei latim. O meu português, mesmo não sendo uma pessoa das Letras, é muito bom, meu professor de português era excepcional, o de história também era muito bom. Eram verdadeiros intelectuais que davam aula para um número pequeno de alunos. Atualmente, o curso secundário está muito difícil, não só porque há muitos alunos em classe e os professores são muito mal pagos, mas também devido à própria organização. O curso secundário tem que ser reequacionado. Na minha opinião, deve-se fazer um plano, uma espécie de plano decenal. Com relação aos salários... Ouço falar que os professores secundários tiveram um aumento de 20% acima da inflação, que tiveram um aumento muito bom. Sim, mas se eles ganham 100 reais, e a inflação foi de 1% ao mês... É preciso fazer crescer os salários sempre, no período de dez anos, de maneira que em poucos anos eles tenham um nível razoável de 1000 reais por mês. E também que haja aperfeiçoamento, porque professor secundário também tem problema de atualização. Houve uma secretária de Educação que propôs um mês por ano de aperfeiçoamento. Um mês por ano não é suficiente. Tem que haver uma certa porcentagem de professores secundários que estejam constantemente em atualização. Quanto é possível? Dois por cento? Então, essa porcentagem fica por seis meses em atualização. Defendo também - e não sou pedetista - escolas tipo CIEPs: o aluno entra de manhã, passa todo dia e vai para casa à noite. Esse sistema de aluno integral é correto, desde que feito com parcimônia, não com canchas de basquete com custos altos. Deve ser uma coisa simples, eficaz, mas que mantenha o aluno em tempo integral, no primeiro e no segundo grau. Essa seria a solução. Educação, pesquisa e ciência: essa é a base do país. Esse é o custo-benefício.

**JU - O senhor estudou nos Estados Unidos e na França. Poderia traçar um paralelo entre a vida universitária lá e aqui?**

**Formoso -** Quando fui para os Estados Unidos, onde estive um ano e meio, fui com medo de enfrentar os americanos. Mas o nosso curso básico é relativamente mais forte que o curso básico americano, na minha área e em muitas áreas. Agora, quando chega no mestrado e doutorado, é que geralmente eles são muito bons. Os estudantes são muito trabalhadores, porque a competição é muito grande. Quando cheguei nos Estados Unidos, pensei comigo: "Vou aproveitar o fim de semana, ficar sozinho na biblioteca". Qual não foi minha surpresa, quando no sábado de manhã cheguei e todos os alunos estavam estudando. Domingo idem.

**JU - Eles estão muito distanciados do nosso desenvolvimento em pesquisa?**

**Formoso** - Estão distanciados principalmente no sentido de organização. Defendo um ponto de vista. Acho que deveríamos misturar, fazer uma parte no Brasil e uma parte no exterior, com doutoramentos feitos totalmente no exterior. Há uma tendência, no Brasil, de não fazer mais doutoramentos no exterior, com o argumento de que nós temos todos os equipamentos aqui no Brasil. Claro que os equipamentos que existem aqui na UFRGS não ficam devendo para muita Universidade do exterior. Mas não é só este problema. Temos que ver como funcionam os grupos de pesquisa no exterior, para adquirir nova mentalidade. Não é que se vá mudar a mentalidade brasileira, nós temos coisas melhores que eles, também. Por exemplo, não trabalham tantas horas como muitos professores aqui trabalham. Como têm uma organização muito melhor, tiram férias três vezes ao ano, mas o trabalho é muito mais concentrado e muito mais eficaz. Aqui nós temos muita perda de tempo em algumas coisas, burocráticas principalmente.

**JU - O senhor tem alguma história pitoresca sobre sua estada nos Estados Unidos?**

**Formoso** - Eu, com um grupo de geólogos, trabalhávamos no deserto de Nevada e íamos todas as terças-feiras para o centro da cidade lavar roupa, nós trabalhávamos sábado e domingo. Numa dessas idas à cidade, conhecemos um grupo de estudantes que tocava num restaurante e fomos lá ouvi-los. Ann Margreth, que não era uma atriz famosa ainda, cantava com o grupo. Jantamos com ela e nos tornamos muito amigos. Disse a ela: “tenho impressão que você vai ser uma grande atriz”. Não deu outra. Isso foi em outubro, novembro de 1960. Em março de 1961 ela já estava fazendo os primeiros filmes. Era uma beleza, lindíssima. É sueca, foi com 8 anos para os Estados Unidos, nos apresentou os pais também. Quando fui me despedir do meu chefe, ele disse: “se vocês não ficassem conhecidos pelo bom trabalho que fizeram, ficariam conhecidos pela Ann Margreth”.

**JU - Para um leigo, como o senhor definiria a importância da geologia?**

**Formoso** - A geologia é um conhecimento fundamental. Tudo que se passa na Terra é ligado à geologia. Por exemplo, hoje existe uma geologia dos desastres naturais. Os países mais desenvolvidos estudam o problema dos terremotos para evitar algum desastre, estudam as enchentes.

**JU - A ciência evoluiu nesse período mas os problemas continuam...**

**Formoso** - Mas o problema é complicado mesmo. A ciência consegue detectar, mas há um certo limite. São Francisco, por exemplo, fica na confluência de três falhas; na falha de Santo André é certo que vai ter terremoto. Mas como vamos transferir uma cidade inteira, enorme, belíssima? É um problema econômico.

**JU - Quem mora lá, então, tem uma morte anunciada?**

**Formoso** - Morte não, porque as providências são tomadas. As pessoas se afastam das casas, que são amarradas, é tudo minimizado. Aconteceu, por exemplo, de um carro estar em uma ponte, a ponte se abriu com o tremor de terra e o motorista morreu. Isso é quase inevitável. Um pequeno número de mortes é inevitável. O Japão, por exemplo, fica em cima de uma zona toda de terremotos. Como mudar o país de lá? Mas ninguém está tão capacitado a estudar a parte ambiental como a geologia. A primeira coisa que o geólogo estuda é a localização das coisas. E para fazer qualquer estudo de ambiente natural

tem que se estudar a locação. Então o geólogo é uma pessoa muito capacitada - desde que faça um aperfeiçoamento - a estudar os problemas ambientais. Outra coisa é a chamada geologia urbana. Para se fazer um prédio, temos que estudar o solo sobre o qual o prédio vai se situar. Numa ocasião me reuni com engenheiros e arquitetos da Prefeitura que tinham feito aquela vila estrutural lá em Petrópolis. Disse que ela tinha sido mal situada, tinha que ter sido feito um estudo geotécnico, estudo do solo, caso contrário as casas começariam a rachar, como aconteceu. Um arquiteto me respondeu: “nunca se fez estudo de solo em Porto Alegre e Porto Alegre está aí”. Isso não é lógico. Porto Alegre está aí mas com todos os problemas. Por exemplo, a geologia não permitiria que se fizesse casas em zonas de grande deslizamento, em áreas de risco. Mesmo às margens do Guaíba. Sei que tem problemas sociais nisso. Mas tem-se que estudar a localização das residências, porque depois sai mais caro. Você deixa as pessoas fazerem a casa, as águas invadem, as pessoas têm que ser transferidas. Isso quando não tem mortes no meio.

**JU - O senhor identificou uma rocha de um bilhão de anos, em Encruzilhada.**

**Formoso** - Sim, foi a primeira descrição desta rocha na América do Sul, foi uma anortozito, que encontramos na localidade de Capivarita, entre Rio Pardo e Encruzilhada, agora é Pantano Grande. São rochas em geral muito antigas, rochas com mais de um bilhão de anos e que precisam de condições especiais para se formar. Existem no Canadá, Noruega, Madagascar, Estados Unidos, Angola e em alguns lugares no Brasil. Esta rocha existe também na lua, que tem praticamente a idade da Terra.

**JU - E o fato de existir aqui no Rio Grande do Sul, o que isso significa?**

**Formoso** - A significação é mais científica. Para poder fazer um mapa de rochas que se conhecer idade de rocha, saber os processos geológicos que aconteceram esse tempo todo. Para isso, precisamos conhecer as rochas, sua composição, sua idade, suas relações estruturais com outras rochas, suas condições geotectônicas. A anortozito representa uma associação de rochas da ordem de um bilhão de anos. São chamadas de rochas do proterozóico inferior, talvez seja uma das rochas mais antigas do Estado. Representa o início da formação geológica do Rio Grande do Sul. Nós temos um equipamento novo, aqui, de geocronologia, e com ele vamos determinar a idade dessas rochas por diversos métodos, para poder determinar exatamente o seu valor. Ela marca o grupo de rochas do período pré-cambreno no Rio Grande do Sul. Os depósitos de caulim aqui do Estado, nessa zona, são formados a partir dessa rocha, portanto há um aspecto econômico importante.

**JU - O senhor disse que o professor Otto Ohlweiler influenciou muito sua vida profissional. Ele era bastante envolvido com política, era marxista. Ele o influenciou também politicamente?**

**Formoso** - Não, politicamente não, eu o respeitava muito porque ele não usava política em sala de aula. Nenhum dos seus assistentes, naquele período, era marxista.

**JU - No período de 1968, de fechamento do regime político no país, o professor Otto estava na Universidade?**

**Formoso** - Sim, ele foi até detido, na época nos mobilizamos para libertá-lo. Na mesma época, veio um professor uruguaio para cá, que estava indiciado no

seu país e nós demos cobertura para ele no Brasil. Um excelente professor, que também não misturava política com sala de aula. Depois ele acabou voltando para o Uruguai e foi preso por lá. Ele é muito grato a mim até hoje, porque eu o protegi. Sou, antes de tudo, um pesquisador, um homem da ciência e não tenho a ver com a parte política. Não sou de esquerda, mas acredito que o Brasil não pode aplicar a globalização assim, direto, sem cogitar nos 30 milhões de pessoas que não têm oportunidade. Também acredito que o desemprego deve ser combatido fortemente, o problema aqui é muito maior do que se diz, porque há o desemprego e o subemprego. Se um engenheiro estiver trabalhando como datilógrafo, ele não está empregado, e o país gastou muito dinheiro com ele, com sua formação.

**JU - O senhor teve problemas com os órgãos policiais, na época da ditadura?**

**Formoso -** Eu fui chamado pelo exército, pois estava protegendo o professor uruguaio. O coronel, no entanto, deve ter estudado a minha ficha, não tinha nada contra mim, perguntou somente como eu pagava esse professor. Eu disse que recebia o dinheiro do CNPq e pagava. Disse também que era um grande professor e que nós precisávamos dele para o ensino de pós-graduação. O coronel foi muito correto, disse que sabia se tratar de um profissional do mais alto nível. Mas eu já tinha avisado o uruguaio, e ele voltou ao seu país. Acabou sendo preso lá, passou três meses na prisão e hoje está de volta à Universidade. Só protegi esse pessoal porque era o que eu achava que, honestamente, deveria fazer.

**JU - O que foi mais significativo para o senhor, em todos estes anos da Universidade?**

**Formoso -** Foi a possibilidade de fazer pesquisa e formar doutores. Fica uma nova geração na Universidade, para continuar o que nós fizemos. Porque o professor não tem só que fazer pesquisa e publicar, tem que formar gente, essa é a nossa missão. Estou formando oito doutores, pelo Brasil e França, para mim isso é um grande sucesso. Outro sucesso é o campus do Vale, no centro não tínhamos condições de fazer mais nada. Hoje o período é difícil, os recursos para pesquisa estão ficando escassos, mas sou uma pessoa entusiasmada, não me deixo abater. Já houve épocas assim, e superamos.



# Miguel Murmis



## Globalização é um modelo limitado

*O sociólogo argentino Miguel Murmis tem ligações antigas com os brasileiros, especialmente com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Conviveram no Chile, quando tinham projeto conjunto na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal. Porém, não nutre por FHC a mesma admiração que tem pelo povo brasileiro. Nesta entrevista, fala sobre os temas aos quais tem dedicado seus estudos: a exclusão, o desemprego, as conseqüências da globalização na agricultura e o papel da esquerda no panorama neoliberal. Sua trajetória intelectual e pessoal é marcada pelas oscilações políticas de seu país. Viveu dez anos no Canadá quando o regime militar ocupou o poder e hoje é professor de filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras (Universidade Nacional de Buenos Aires). Fez pesquisas e deu aulas também no Chile, Venezuela, Inglaterra, Estados Unidos, Equador e Costa Rica. É pós-graduado em Berkeley (Califórnia), na área de sociologia. Veio a Porto Alegre para o Seminário "Dilemas do Pensamento Social - Homenagem ao Bicentenário de Augusto Comte", promovido pela UFRGS. Participaram da entrevista os jornalistas Affonso Ritter, Airtón Kanitz e Vera Spolidoro.*

OUTUBRO 1998 - EDIÇÃO N.º 13



**Jornal da Universidade - Desemprego e exclusão são sinais de esgotamento do modelo neoliberal, ou são “perversidades calculadas” e fazem parte do modelo?**

**Miguel Murmis** - Dentro deste modelo, está incluída a existência de taxas relativamente altas de desemprego. Não é uma surpresa. Nos próprios países centrais isso acontece e nenhum componente do modelo prega corrigir estes problemas. Há um elemento que está presente tanto nos países mais ricos como nos não tão ricos, como Argentina e Brasil: o momento atual da acumulação capitalista requer a destruição de muitas das garantias que os trabalhadores conquistaram. Sempre se afirma que, no modelo neoliberal, o Estado se debilitou. Mas não é só isso. Todas as leis foram modificadas para que a exploração dos trabalhadores pudesse ser mais ampla. Nisso há um elemento de cálculo. **JU - O capital, hoje, não está encontrando rentabilidade nos outros fatores de produção, como a tecnologia, e por isso apela para a maior exploração do trabalho?**

**Murmis** - A incorporação de maquinaria, na maior parte dos casos, não implica incorporação de mão-de-obra. Na Argentina, por exemplo, o crescimento da desocupação foi acontecendo juntamente com o da indústria e da economia em geral, e com o aumento da produtividade na indústria. Verificamos, assim, que o trabalho é um componente menos central no processo de produção. Ao mesmo tempo que perde valor, vê serem modificadas as regras de participação no processo de trabalho. Isso é muito importante. Na etapa anterior, estavam estabelecidas uma série de regras sobre os direitos dos trabalhadores. Agora, sob o nome de flexibilização, se elimina, por um lado, as formas de participação no processo de trabalho e, por outro, a estabilidade. Grande parte dos trabalhos se transformam em precários, em tarefas de curto prazo, e no entanto poderiam ser cumpridos perfeitamente sem essa precariedade. Não é uma necessidade técnica. Mas é parte de um processo de enfraquecimento dos trabalhadores.

**JU - Qual é a motivação do capital nesse sentido?**

**Murmis** - Há dois processos que se relacionam. Um é político, de relações de força entre capital e trabalho. É claro que houve um momento em que, entre as variantes do sistema capitalista, o trabalho tinha um poder maior do que o capital estava disposto a aceitar, no sistema de trabalho, nos salários, na estabilidade do emprego e até mesmo na influência sobre o Estado. Numa nova etapa muito forte de acumulação capitalista, e com capitais de outro tipo, que têm pouca inserção no processo produtivo, tornou-se muito importante derrotar as forças do trabalho. As circunstâncias históricas ajudaram nesse processo. Na América Latina, depois de um processo de avanço das forças populares, às vezes mal feito, às vezes bem feito, elas são derrotadas pelos exércitos e o capital entra para consolidar essa situação. A segunda questão diz respeito à tecnologia, quando também ocorrem modificações nos ramos de produção. Por um lado se desenvolve uma tecnologia que requer menor participação de mão-de-obra, e por outro há modificações nos ramos da indústria e de serviços, onde a relação capital-trabalho torna-se muito distinta.

**JU - Há hoje predominância do capital especulativo?**

**Murmis** - Sim, um capital com enorme mobilidade, que não se compromete com o processo de desenvolvimento de ramos específicos e isso tem influência na tecnologia a ser desenvolvida. Hoje, não só triunfa um tipo de tecnologia, mas também um tipo de capital associado a essa tecnologia. Como isso se rela-

ciona com as questões dos pobres, dos trabalhadores precarizados, informais? Pode estar aumentando o nível do produto da indústria, da economia em seu conjunto, mas também a taxa de crescimento da desocupação. Isto se expressa de forma muito clara nas políticas trabalhistas e sociais, na forma como se trata os distintos setores da população. Vai se desenvolvendo uma concepção de política social que tem duas faces, uma assistencial, para aqueles setores que têm menos conexão com o capital. São atividades econômicas alternativas, como, por exemplo, projetos de irrigação ou uma escola em área indígena isolada. É uma atividade protetora e muito positiva. Mas tem pouco a ver com o processo de acumulação de capital. Essas pessoas estão à margem. Se vamos para o outro extremo, e nos fixamos nos trabalhadores assalariados, as políticas são de eliminação de formas legais de proteção, de desestruturação do processo de trabalho. Assim, nos encontramos com estas duas políticas contrapostas: uma que dá uma certa proteção aos mais distantes do circuito de acumulação, e outra que castiga os que estão mais metidos no processo. As duas coisas vão juntas, e ambas estão propostas nas políticas do Banco Mundial.

**JU - Este processo de desregulamentação do trabalho se dá apenas nos países periféricos ou também nos países chamados centrais?**

**Murmis** - Há várias situações aí. Uma é a dos Estados Unidos, onde tanto a regulamentação como a sindicalização sempre foram relativamente débeis. Lá se continua essa linha e ainda se retira uma série de proteções dos trabalhadores. Claro, lá existe muito trabalho, como sempre houve, é uma característica daquele mercado. A Inglaterra se aproximou dos Estados Unidos neste sentido, com retirada violenta de proteções, tendo sido anteriormente um país com muita proteção ao trabalho. No oeste da Europa e nos países nórdicos há efetivamente uma limitação de proteções, mas seu nível atual está a quilômetros de distância do que acontece em nossos países. Se prestarmos atenção nos sistemas que continuam existindo para os desempregados, para as mulheres trabalhadoras que têm filhos e para o retreinamento dentro das fábricas, evitaríamos fazer essa comparação tão infeliz, dizendo que em todo lugar acontece o mesmo. É como se fosse a mesma coisa dizer que uma pessoa tem 10 milhões de reais e perdeu 100, e outra tem 200 reais e perdeu a mesma quantia.

**JU - Podemos chegar à conclusão de que o capital, ao proteger os que estão completamente à margem da sociedade, quer evitar uma situação de explosão social?**

**Murmis** - Isto está dito exatamente assim por alguns organismos internacionais. Chamam de “perigo de explosão” a ser evitado. Mas em todas essas situações, misturam-se as motivações mais perversas com as mais sãs. Grande parte das pessoas que trabalha em programas de proteção com setores pobres e excluídos...

**JU - Inclusive a primeira dama brasileira...**

**Murmis** - Sim, eu a conheci. Ruth sempre foi uma pessoa decente. Tive uma amizade bastante próxima com Fernando Henrique, vivi na casa deles, em Santiago de Chile. Depois brigamos muito. Participávamos do mesmo projeto no Ildes (Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social, da Cepal). Nosso trabalho estava com dificuldades, e, um dia, fui surpreendido com uma decisão unilateral dele, de encerrar o projeto, sem falar com nenhum de nós. Ele é sedutor, simpático e inteligente, mas inescrupuloso. Não é de se

confiar. Quando convivemos, ele já estava convencido que seria presidente da República. Isso foi em 1968. Os seus compromissos sempre foram mais débeis que os da primeira dama, ela sempre foi mais conseqüente que seu marido. Mas, dizia que as pessoas que atuam em organizações não-governamentais, por exemplo, gente jovem que em outras épocas orientava sua ação social para a política, agora têm um compromisso muito grande no trabalho com os pobres, é muita gente com formação católica, que aqui, há uma década, teria sido da Ação Popular. Betinho é um exemplo disso, foi da AP, do catolicismo revolucionário.

**JU - Isto é, em lugar de atuar sobre a mudança das estruturas, busca-se socorrer os pobres, que são conseqüência das estruturas injustas.**

**Murmis** - Sim, e isto é correto, não devemos estar contra isso. Mas não deve ser o único caminho, e não pode fazer sombra a outras possibilidades. Num nível sócio-político geral, são duas políticas, uma para evitar as grandes explosões sociais, e outra para assegurar força de trabalho barata para o capital.

**JU - Mas o senhor não receia que a América Latina sofra um processo de africanização, ou seja, um continente completamente excluído, com guerras internas, que não se rebela por estar isolado?**

**Murmis** - Já responderei sua pergunta, mas primeiro quero desenvolver um pouco mais alguns elementos, tomando sua pergunta como base. O que disse sobre a África é a melhor prova de quanto é limitado o conceito de globalização e de modelo mundial. Nem os mais comprometidos teóricos desse modelo afirmaram que têm a receita para resolver os problemas da humanidade. Portanto, não é um modelo "global". Aí há uma primeira falácia. À medida que não se ocupam de todo o planeta, há, para os trabalhadores, três situações distintas. Uma, onde o fundamental é criar uma massa de força de trabalho disponível para o capital - como nos primórdios do capitalismo - treinada, mas em condições de debilidade, o que as faz particularmente disponíveis para a exploração. Ao lado, estão grupos marginais, que são protegidos. O conceito de marginalidade se refere não a quem está fora, mas a alguém que está à margem, tocando no círculo em que estamos. Há ainda uma terceira categoria, a de trabalhadores bem situados, com maior treinamento, mas que são um percentual bastante baixo no conjunto da mão-de-obra. Ainda nesse caso, não esqueçamos que o fator insegurança é muito sério.

**JU - Como podemos definir o setor informal?**

**Murmis** - São aqueles trabalhadores que usam pouco capital, desde um vendedor ambulante até aquele que tem uma pequena oficina, um artesão. Esse setor cresce especialmente bem em momentos de desenvolvimento econômico, porque os outros setores populares são o seu mercado. Mas o crescimento do setor informal se detém, em determinado momento, e o que cresce enormemente são, em geral, os empregos precários. Não há segurança no trabalho, se exige pouca qualificação, e ainda ocorre algo surpreendente: há um alto percentual de pessoas que trabalham menos do que as horas consideradas necessárias para estar ocupado plenamente, ao lado de um também alto percentual que trabalham muito mais horas do que as consideradas normais. Assim, o sistema maneja dois tipos de mão-de-obra, conforme lhe favoreça. Nos supermercados da Argentina, houve vários casos de jovens que desmaiavam no trabalho,

pois trabalhavam jornadas de 16 horas. Já no mesmo supermercado, no setor de carga e descarga, empregavam pessoas por três horas. São dois tipos de trabalho precário, e seus contratantes são empresas regulares, que em lugar de contratar, como antes, trabalhadores com carteira e jornada normal de 8 horas, contratam por mais ou por menos horas.

**JU - São trabalhadores terceirizados?**

**Murmis** - No sentido de que a empresa deixa de ser responsável por uma parte de sua atividade, e a transfere para outra empresa, sim. A terceirização é, muitas vezes, uma forma de conseguir essas relações trabalhistas. Porque, para uma grande empresa formal, é mais difícil ter todo esse pessoal quando aparecem inspetores. Então subcontrata alguém que estabelece as relações com os trabalhadores. Na Argentina, o resultado é que cresce o trabalho "negro", não registrado. Não é sequer o trabalho que está sujeito à nova regulamentação, que permite contratar por três meses, por exemplo, o que é muito mais favorável para o capital. Cresce aquele que não tem qualquer registro, aquele que não exige que o capital faça qualquer aporte social.

**JU - Como está esta divisão, em termos percentuais, na América Latina?**

**Murmis** - Posso falar da Argentina, onde a taxa de desocupados havia chegado, há poucos meses, até 20%. Agora baixou para em torno de 14%. O que aumentou foi, sobretudo, o emprego precário e o informal. Há analistas que calculam uma taxa de 40 a 50% de pessoas em situação de desocupação, informalidade ou precariedade. Os outros 50% estão em condições de emprego regular e registrado, mas já submetidos às novas normas. Muitos dos que estão nessa situação de emprego, que aparece como regular, dependem de planos de trabalho transitórios, feitos pelos governos das províncias, com fundos de organismos internacionais. Paralelamente, o salário médio baixou nos últimos anos, inclusive nos segmentos melhor situados, e nos encontramos com algo interessante para meditar: em geral, quando alguém pensa em um pobre, pensa em alguém que não tem relação de salário, que não tem uma ocupação. Mas se tomamos o conjunto de pobres, definidos com os critérios que usamos em estudos, verificamos que a maioria daqueles que não tem possibilidade de um certo consumo básico, pelo menos na Argentina, são assalariados.

**JU - Em função dessa desestruturação do mundo do trabalho, há um enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos políticos?**

**Murmis** - Em geral há um debilitamento nessas áreas, mas isto não significa que estes grupos estejam desorganizados, como se fossem nada mais do que indivíduos desesperados. É verdade que há insegurança, a marca central de nosso tempo. Mas ao mesmo tempo, há em quase todos os setores populares muita vida social ativa, que às vezes não se aprecia suficientemente. Tanto em uma favela, como em cidades pequenas, bairros, coletividades, na família mesmo. Se pensamos nos modelos que vêm da Europa, veremos que são baseados em uma forte crise de relações pessoais, muito mais forte do que jamais tivemos. Vivi no Canadá muitos anos, e lá uma família se vê uma vez por ano. Na minha família, precisamos cuidar para não nos encontrarmos tão seguido... Isso acontece em bairros, em clubes, inclusive nos sindicatos, que têm muito mais vida do que querem nos fazer crer.

**JU - A cultura latino-americana seria mais rica e mais intensa?**

**Murmis** - Sim, com certeza. Estando no Canadá, me perguntava por que as pessoas não brigavam um pouco mais... São muito perfeitos uns com os outros. Aqui, brigamos pais e filhos, mas os laços não se rompem. Portanto, quando se fala da crise da classe trabalhadora na França, por exemplo, fala-se de uma classe que estava acostumada a ter sua vida muito centrada em instituições, que, ao se romperem, não lhes deixou quase nada.

**JU** - Essa nossa flexibilidade nas relações sociais impede uma ruptura?

**Murmis** - Na Argentina, onde não houve ruptura em diversas outras situações, começa a haver cada vez mais, com a formação de guetos, que se reproduzem a si mesmos. Mas nos estudos e pesquisas com os grupos de trabalhadores informais, desocupados, verificamos que dependendo da análise, por indivíduos ou por família, surgem diferenças. Há muito mais interpenetração que em outras situações ou sociedades, onde um desempregado é um desempregado. A própria noção de desemprego que veio de países mais ricos, apontava para só duas situações possíveis: ou estava empregado, ou desempregado. Aqui, temos uma série de situações intermediárias, onde por exemplo em uma família o pai é vendedor ambulante e o filho tem carteira assinada.

**JU** - Por isso é difícil comparar estatísticas...

**Murmis** - Exatamente. Precisamos analisar estatísticas combinadas com estudos de caso, descritivo, qualitativo, em que se entenda melhor a vida das pessoas.

**JU** - Há uma pesquisa indicando que os jovens são os mais atingidos pela situação de desemprego. E quando conseguem emprego, não chegam a reproduzir o padrão de vida dos pais. Isto é uma novidade no Brasil. Acontece também na América Latina?

**Murmis** - É uma situação que está crescendo em todo continente. Houve, sobretudo no sul do Brasil, no Uruguai e na Argentina, várias décadas de mobilidade ascendente. Sou filho de imigrantes, que chegaram sem nada - meu pai chegou com um sobretudo e um dicionário - e todos os seus filhos são universitários. Esta é uma história típica do começo do século até a década de 60. Mas há algo muito mais dramático, que é a existência de jovens que não chegam nunca a entrar no mercado de trabalho. Este fenômeno não existia na Argentina e me atrevo a dizer que nem no Rio Grande do Sul - o resto do Brasil não conheço bem. São jovens que começam a ter filhos sem que nem eles, nem seus filhos, tenham entrado no mercado de trabalho. É um fenômeno mais urbano que rural, e na Argentina está começando a acontecer. Acredito que também em algumas favelas brasileiras. Nas chamadas "villas misérias" havia muita mobilidade social.

**JU** - Há uma degradação geral, então?

**Murmis** - Sim, mas não é uma degradação que implique a retirada do capital. Falo não da América Latina, mas do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile. O capital segue ocupando o mesmo terreno que ocupava, e algo mais. Não chega a ocupar o conjunto, como no Brasil, onde existe a Belíndia (coexistem a Bélgica e a Índia). O espaço Bélgica não diminui, nem vai desaparecer, especialmente se observarmos o impressionante capitalismo brasileiro. Mas, ao lado desta Bélgica, está crescendo a Índia. No entanto, não acredito num processo de dissolução, de grandes lutas entre setores. Não parece haver antecedentes que se movam nesta direção.

**JU** - Aparece aí o fenômeno da violência na forma de roubos, assaltos, homicídios?

**Murmis** - Na verdade, estamos vindo de um largo período de desarticulação das formas mais políticas de atuação popular, em que diminui a capacidade de atuar em conjunto. Acontece o antagonismo entre as "classes perigosas", aquelas que todo o tempo nos roubam e nos assaltam, a nós, que não somos ricos. Há, em todas as partes, uma radicalização, um desejo de matar a todos os que não nos deixam dormir tranquilos. Poderia haver aí um começo de violência, com participação dos "vigilantes", dos grupos de classe média e mesmo da classe operária, que vão tratar de destruir o crime em seu reduto. Paradoxalmente, uma das razões para que isso não ocorra, é que, pelo menos na Argentina, grande parte dessa criminalidade não é informal e independente, mas está dirigida por uma grande empresa que é a Polícia. Na polícia de Buenos Aires, 50 mil homens manejavam a organização do crime.

**JU** - Verificamos no Rio e São Paulo já um início de barbárie...

**Murmis** - Com a participação de pessoas da classe média e operários contra os marginais? Essa é uma perspectiva terrível, e não improvável. O que acontece, tanto no Brasil como na Argentina, é que o setor capitalista, tão forte, fará um esforço para que isso não aconteça.

**JU** - O senhor acredita que o Banco Mundial e outros organismos internacionais estejam se interessando por experiências como o Orçamento Participativo ou os bancos comunitários que existem em Bangladesh e aqui, justamente preocupados com as possibilidades de ruptura?

**Murmis** - O Banco Mundial tomou uma posição reformista, ou social-democrata, e realmente está fazendo pressão em alguns lugares. Mas não esqueçamos de uma coisa: o Banco Mundial é, ao mesmo tempo, um dos mais fortes impulsionadores da limitação dos benefícios trabalhistas. Estive em reunião de cientistas sociais da América Latina que o Banco promoveu, em Cartagena, na Colômbia. Falava-se que era preciso lutar contra a pobreza, adotar certas iniciativas... Mas houve uma coisa surpreendente: muitos de nós fazíamos objeções, e um dos funcionários do Banco nos fez um discurso, perguntando por que não nos engajávamos neste processo histórico, de salvação, etc. Eu dizia a mim mesmo que, muitas vezes, me fizeram convites à militância ou críticas pela falta de militância. Mas nunca um funcionário de um banco! E, em todos os países, eles são os mais fortes impulsionadores da eliminação das leis de proteção ao trabalho. Então, dizem que é preciso lutar contra a pobreza, buscar novas experiências, fazer "parcerias" ... desde que isso esteja ao lado da grande empresa. Eles estão cada vez mais comprometidos, sim, em não deixar que o mundo da pobreza, dos desocupados, dos informais, dos marginais, se torne mais explosivo. A teoria social deles, que retoma muitas teorias de esquerda da década de 60, é a de que o trabalhador não é o revolucionário, mas o marginal o será. A forma extrema disso a expressou Franz Fanon, um psicanalista negro que viveu em Paris, quando afirmou que a revolução, na África, seria feita pelos lumpenproletários. Depois, surgiu a variante de que a revolução seria feita pelos camponeses. Continua havendo esta idéia, de que o ponto explosivo da sociedade é este setor marginalizado.

**JU** - Uma das críticas que se faz à esquerda é que ela não apresenta alternativas ao neoliberalismo, não aponta rumos. O senhor concorda com essa crítica?

**Murmis** - Primeiro temos que discutir a pergunta. Por que é a esquerda que

tem que apontar alternativas? Há um processo que está se movendo com impulsores poderosíssimos e, nestas condições, é possível que a tarefa principal da esquerda seja a de se defender do avanço desses grupos. Não há forças suficientes para manejá-los. Portanto, não tenho que fazer propostas sobre como lidar com as grandes bolsas de valores do mundo. É necessário, primeiro, uma política que permita somar forças e conseguir estruturá-las. Criar alternativas é um falso desafio. É como se um adulto perguntasse a uma criança como ela vai lhe bater. Ora, a criança primeiro precisa proteger-se e crescer.

**JU - A esquerda, então, está em um período de acumulação?**

**Murmis** - Sim, e se pode fazer muitas coisas neste período. Grande parte de todas as iniciativas populares, no sentido de que não se fragmentem estes setores, não são meramente defensivos. Se o governo tem uma ofensiva contra as universidades, por exemplo, é preciso ter uma proposta para que a universidade seja melhor. No ambiente universitário, enfrento grupos de estudantes que pretendem ser de esquerda. Digo-lhes que sua tarefa não é apenas defender os estudantes para que todos passem sem estudar, mas fazer com que tudo funcione bem, que aqui penetre o menos possível o inimigo. Um dos grandes fracassos da esquerda é de não dedicar-se a acumular forças, atuando no terreno em que a esquerda tem poder. É preciso esclarecer que este sistema neoliberal é muito ruim e não tem perspectivas de ser melhor. A única forma de chegar a ser melhor é a ocorrência de grandes descalabros, não provocados pela esquerda, mas por eles mesmos.

**JU - Há contradições e disputas dentro do próprio capitalismo?**

**Murmis** - Neste sistema atual, não há uma linha clara. Por algum motivo existe esta crise atual, onde se enfrentam capitais mais preocupados com o que se chama economia real contra os capitais especulativos. A bolha especulativa não podia seguir para sempre. Se quisermos dar um certo enfoque marxista, talvez um pouco passado de moda, creio que há lutas interburguesas. Se a esquerda descuida as bases de sua própria ação, não se constrói como força importante e sonha com mudar o sistema tal como é hoje, encontra a pior solução possível. Neste momento, na Argentina, há uma força de oposição, a Aliança, onde há pessoas de esquerda. Sua preocupação principal é convencer os grandes bancos de que não vão fazer nada contra eles. A preocupação de fortalecer um pólo popular é mínima. Não se preocupam em constituir suas próprias bases sociais, colocam-se no outro campo, e sonham em fazer mudanças negociando com os grandes poderes. Inclusive para fazer isso, é preciso constituir uma base popular forte. Mesmo quando se avança nesse sentido, nem sempre ganha-se eleições. Para mim, é mais importante um pólo popular bem constituído, que dá exemplo social, do que ganhar uma eleição, estar neste terreno escorregadio onde, para receber votos, se diz coisas que impedem a esquerda de constituir suas próprias forças. É o que acredito que vá acontecer na Argentina.

**JU - E talvez no Brasil?**

**Murmis** - Pode ser. Mas é claro que os que estão na política têm que tomar decisões todos os dias, têm seus critérios. Nós, que estamos fora, acreditamos ser muito inteligentes e fazemos críticas, mas sabemos que, como não estamos na situação concreta de tomar decisões, o que dizemos pode ser até irresponsável.

**JU - Há pouco tempo, um professor tentou demonstrar que a reforma agrária era um**

**atraso, na medida em que as pequenas propriedades, de 25 ou 30 hectares, no caso do Brasil, estariam condenadas, pois a produção agrícola viria das médias e grandes propriedades. Como o senhor, que trabalhou com a questão agrícola, vê esta afirmativa?**

**Murmis** - Na realidade — e não é para esquivar-me da resposta que digo isso, mas para situar-me nela — a primeira questão é que isso varia enormemente por zonas e produtos. E, ainda, pelo insumo capital que se coloca. Não é verdade que uma produção em pequena escala, na agricultura, não possa incorporar tecnologia e capital. Há muitas escalas factíveis. Apesar da tendência de uniformização, no mundo, continua havendo uma enorme variedade de unidades produtivas. Na Europa, que chegou a duplicar sua produção, constituindo-se no segundo grande produtor do mundo, há propriedades de duzentos hectares produzindo trigo. Na Argentina, diríamos: “pobre homem, não conseguirá sobreviver...”. O contexto econômico é diferente, mas claro, a possibilidade tecnológica existe, embora não para todas as culturas. A cana-de-açúcar é produzida em grandes plantações em alguns lugares, e, em outros, em pequenas áreas, coordenadas. Outra questão, além da tecnologia e da incorporação de capital, é a cooperação. Obviamente, a formação de cooperativas é difícil, fracassou em alguns lugares, mas em muitos outros deu certo. No mundo, há uma variedade enorme de tipos de exploração.

**JU - Como vê a questão do subsídio à agricultura?**

**Murmis** - Em muitos de nossos países, além do contexto da agricultura produtiva, eficiente, há outro que é uma agricultura pouco produtiva, pobre. E não vai desaparecer, por mais que a outra se expanda. Têm inclusive áreas geográficas distintas. Há um compromisso social de apoiar estes setores camponeses, e também, do ponto de vista de políticas de proteção, para evitar que estes camponeses se dirijam às cidades. É socialmente mais barato subsidiá-los para que fiquem no interior, para que produzam bem, em parte para auto-consumo em parte para o mercado, do que dizer que o subsídio não é eficiente. Esta afirmação vem de épocas em que as cidades precisavam de mão-de-obra, mas hoje todos estão convencidos de que isso já não é necessário. É preciso que haja programas de apoio ao produtor rural das regiões mais pobres, e há outros programas, que também existem em muitos países, de apoio à produção em áreas pequenas e eficientes.

**JU - No Brasil há pouquíssimo subsídio - até por uma decisão internacional - e quando há, estes produtos encontram barreiras alfandegárias para ingressar em outros países. Nós não conseguimos produzir com preços acessíveis para o mercado externo, e os produtos europeus entram aqui com preços mais baixos, ainda que sejam mais caros lá, porque são subsidiados pelos governos.**

**Murmis** - Isto revela uma hipocrisia fundamental: não é verdade que haja um mercado livre global. Nenhum governante de um país produtor de alimentos poderia dizer isso, pois estão em um mercado protegido. É verdade que há um movimento internacional puxado pelos Estados Unidos, para obrigar os europeus a baixar sua proteção, e os europeus estão baixando. Mas o tipo de política que estão desenvolvendo atualmente, quanto à proteção de populações rurais, é a partir do conceito de pluriatividade, isto é, de não dedicar-se a uma só produção. Na Europa, quando se começou a discutir as políticas de proteção de preços à agricultura, foi surgindo a idéia de que isso deveria ser modificado.

Primeiro, porque havia forte pressão internacional para que não houvesse uma proteção tão exagerada. E segundo, porque grande parte da população que se tratava de proteger através dos preços agrícolas, tinha o produto agrícola como um componente relativamente secundário de seus ingressos. Então, a idéia é não tanto proteger a produção agropecuária, mas proteger estas populações rurais. Portanto, é preciso desenhar outro tipo de projeto, que também custa muito dinheiro. Se temos uma região onde a agricultura não é muito competitiva, mas está próxima a uma área de turismo, é possível investir em oportunidades no setor turístico para os pequenos produtores, ao mesmo tempo em que se ajuda a desenvolver mais produtos de auto-consumo e ainda produtos agrícolas artesanais de alta tecnologia. Por exemplo, produtos sem agrotóxicos, criação de gansos para fazer patê, a exemplo do que já está acontecendo na Itália.

**JU - São formas indiretas de proteção?**

**Murmis** - Sim. Na Suíça há, ao redor das cidades, agricultores que são subsidiados para que sigam com sua produção, mesmo que haja perdas. Porque entre o custo de manter parques para que haja um ambiente saudável e o subsídio, é muito mais barata a segunda alternativa. São os pulmões das cidades, e os agricultores se tornam cuidadores do meio ambiente. É claro que são programas que se baseiam na capacidade financeira do Estado. Se olharmos para nossos países, a pluriatividade está mais desenvolvida do que podemos imaginar.

**JU - O retorno do investimento na agricultura é pequeno?**

**Murmis** - A taxa de lucro na agricultura, salvo em momentos muito positivos de produtos para exportação, é menor do que a taxa em outros setores. As oportunidades para os grandes investimentos também são, em geral, mais baixas, menos para quem tem terra de fronteiras ou alguma produção muito especial. Aqui no Brasil, vocês tiveram o maior produtor de soja do mundo, com 60 mil hectares plantados. Mas, em geral, na agricultura estes grandes investimentos não são comuns. Na Europa, estão buscando integrar o meio rural com a indústria, não apenas a agroindústria processadora de produtos agrícolas, mas pequenas e médias fábricas. E há, ainda, um fenômeno que um geógrafo francês chamou de renascimento do mundo rural - o que é muito relativo - e que se verificou em quase todos os países ricos em meados da década de 70. Algumas das regiões agropecuárias mais pobres começaram a ter aumento populacional. Na Europa, atualmente, sobretudo com o trabalho à distância através de computadores, e a idéia de que se pode trabalhar em um lugar saudável, sem carros, sem ladrões, a população das regiões agrícolas mais distantes começou a crescer.

**JU - Existe um movimento social de camponeses sem-terra na Argentina?**

**Murmis** - Temos pequenos movimentos de sem-terras, em geral para a ocupação de terras devolutas, e algumas de propriedade privada. Aqui no Brasil há uma situação totalmente diferente, inclusive se compararmos a questão no Rio Grande do Sul e no Nordeste. A questão crucial é saber até onde as terras estão mal exploradas. A decisão, daí em diante, mais que técnica é político-social. Em muitos países, a reforma agrária foi implantada com o claro objetivo de dinamizar a agricultura. No Chile, na época de Eduardo Frei, ficou claro que, como consequência das ocupações e da legitimação destas ocupações pelo governo democrata-cristão, grande parte dos fazendeiros se converteram em

empresários. Ficaram com menos terra e começaram a investir. O presidente Frei afirmou que este era o triunfo da reforma agrária. Vejo que as terras não podem continuar a ser improdutivas. É preciso pressionar os capitalistas para que invistam.

*Estudantes* Meu ideal, como professor, é provocar no estudante a vontade de meter-se na vida. O que me desagrada, nos estudantes, é que são muito profissionais, preocupados com sua carreira. Para mim, o importante é a paixão, a política e a cultura.

*Brasileiros* Os argentinos têm uma opinião muito favorável sobre o Brasil. Os brasileiros são muito mais simpáticos e agradáveis do que nós, argentinos. Vivi no Equador, no Canadá, nos Estados Unidos, e, em cada lugar, gosto de conectar-me com o povo. Vivi mais de dez anos no Canadá, quando mudaram as condições políticas na Argentina. Hoje vivo parte da semana em um campo a 100 quilômetros da capital, é uma oportunidade para ventilar-se e não estar metido na vida enlouquecida de Buenos Aires.

*Origens* Meu pai era um judeu da Lituânia. Vivio em um povoado a 10 quilômetros da capital, Vilna, e um dia - foi antes da primeira guerra mundial - ao chegar em casa, seu pai avisou-o que havia uma ordem de prisão contra ele, porque reunia-se com estudantes socialistas. Deu-lhe dinheiro, e ele foi até um porto da Alemanha. De lá veio para a Argentina, com seu sobretudo e um dicionário russo-castelhano. No porto de Buenos Aires, havia um hotel para imigrantes, e ficou aí dois dias. Logo conseguiu trabalho. Minha mãe chegou à Argentina depois da revolução bolchevique, vinda a Ucrânia, conheceram-se aqui, na biblioteca russa.

*Água ou vinho* Não bebo muito, porque tive situações de depressão em que bebia mais do que devia. Trato agora de não tomar nada. Quando venho ao Brasil, porém, seria um pecado não tomar os bons vinhos brasileiros. Mas a melhor bebida é água. Minha mulher é uma grande catadora de água, criou-se no campo e distingue a água de uma fonte e outra. Me ensinou um pouco destes segredos.

*Futebol* Quando era pequeno, torcia pelo River Plate, mas me provoca certo desgosto a paixão pelo futebol que existe na Argentina. É um modo de esquivar-se dos problemas pessoais.

*Televisão* A televisão, na Argentina, é grosseira e insultante. Não ajuda as pessoas a entender-se a si mesmas.

*Cinema* Em cinema, gosto muito de Robert Bresson e de diretores da Nouvelle Vague, especialmente Truffaut e Godard.

# DEBATE

## **Maria Helena Weber**

professora de Assessoria Política da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS

## **Daniel Herz**

jornalista

## **Eduardo Corsetti**

professor do Departamento de Política da UFRGS

## **Jefferson Barros**

jornalista

## **Por que Olívio venceu? Por que Britto perdeu?**

*A um mês da posse do novo governo estadual, as últimas eleições ainda são assunto. Transição, secretariado, propostas que foram feitas, respostas que não foram dadas, gente que sai e gente que entra na vida política e na administração do Rio Grande do Sul dominam discussões. Esta mesa-redonda analisa as lições políticas deixadas, as teses comprovadas ou desmentidas, o sucesso ou fracasso das alianças e de suas campanhas pelo voto nos dois turnos. Por duas horas, o jornalista Daniel Herz, o professor Eduardo Corsetti, do Departamento de Política da UFRGS, o jornalista Jefferson Barros e a professora Maria Helena Weber - Milena, de Assessoria Política, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, lembraram e comentaram os últimos meses antes de 25 de outubro e fizeram previsões sobre o que o Palácio Piratini poderá proporcionar de novidades aos gaúchos na virada do século. Clovis Ott e Vera Spolidoro, do Jornal da Universidade, mediarão a mesa-redonda.*

NOVEMBRO 1998 - EDIÇÃO N.º 14

**Jornal da Universidade - Há uns três meses, a professora Milena disse que a campanha de Britto era perfeita, enquanto a de Olívio tinha várias falhas. Disse ainda que a coligação Rio Grande Vencedor poderia derrotar a Frente Popular já no primeiro turno. O que ocorreu? Por que houve a reversão?**

**Maria Helena Weber** - Quando disse isso, a campanha estava começando. Do ponto de vista da propaganda política, a campanha de Britto estava articulada, com todos os parâmetros regidos pelo marketing político. Como campanha, ela era perfeita em comparação com a da Frente Popular. Havia um componente básico que era o tempo. Os minutos que Olívio tinha eram insuficientes para fazer frente à quantidade de tempo à disposição do Britto. Naquele momento, havia pouca mobilização por parte da Frente. Mesmo que tentasse equilibrar, se via na imprensa um nítido posicionamento em relação ao fortalecimento da figura de Britto. Outra coisa: naquela época, havia um descolamento de Britto em relação ao partido, tanto que até o final a campanha era do Britto, não do PMDB. Ao contrário, a de Olívio era muito mais do PT do que do Olívio. Num segundo momento, ao final da campanha, o que começou a acontecer? Com os debates, a figura de Olívio adquire a força que não tinha condições de ter num curtíssimo horário político gratuito. Então, a figura de Britto, com desgaste por já ter sido extremamente explorada na propaganda, passa a ser comparada naturalmente à de Olívio, que agora aparecia como novidade. Acho que no primeiro turno dificilmente um ou outro foi melhor ou pior no único debate em que se encontraram, junto com outros candidatos. Quando chegou o segundo turno, o quadro já era completamente diferente.

**JU - Não houve um verdadeiro debate no primeiro turno. O que houve foi um joguinho com aparência de ter sido combinado.**

**Milena** - Mas eu acho que lá, pela primeira vez, nós tínhamos os dois candidatos sendo apresentados, com o mesmo tempo. Isto foi uma coisa que pesou. O debate não é lugar para discussão de propostas políticas. É o lugar onde as pessoas vão, sutilmente, introjetando a figura dos dois candidatos. No segundo turno, Britto entra como se a campanha fosse uma continuação do primeiro. Só que já tinha esgotado aquele filão. Olívio entra com uma campanha excelente, tem tempo para expôr idéias e parte para o confronto. Então, a linguagem, a estética publicitária, consegue ser apresentada e o embate foi evidente. Sob o ponto de vista da propaganda, foi como se já fosse conhecida a campanha do Britto e a campanha de Olívio fosse inédita. Mas acho que há outros pontos de vista que podem ser discutidos. Na minha opinião, a campanha aqui no Estado foi desequilibrada, a propaganda tem de ser repensada em termos políticos, assim como as pesquisas. E também acredito que o exercício da cidadania quebrou alguns parâmetros sacramentados pelos marqueteiros.

**Daniel Herz** - Este foi um processo eleitoral deliberadamente pequeno. A campanha transcorreu entre a Copa do Mundo e a data da eleição, que foi antecipada ao máximo. Este efeito foi intencionalmente produzido. Além disso, se percebeu algo que é crescente: a condução pela mídia, que está transformada em palco do processo político, ou da sua falta. Uma grande marca foi a possibilidade de reeleição, agregada de um elemento perverso: o candidato podia permanecer no cargo. Isto fez com que a mídia exacerbasse ainda mais o seu poder de influência, expondo os integrantes do Executivo da maneira que melhor lhe aprouvesse. O simples noticiar de fatos corriqueiros foi transformado em propaganda po-

lítica. De um modo geral, excetuando-se distorções regionais como os veículos da família Sarney, no Maranhão; de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia; de Albano Franco, em Sergipe, os grandes veículos fizeram uma cobertura bastante cautelosa. Os jornais adotaram um tom fundamentalmente declaratório. Não houve reportagem, não houve uma revelação jornalística da realidade. Na televisão, as grandes redes praticamente eliminaram os temas “política” e “eleições”, com a justificativa do aumento de restrições e de condições punitivas. Como no primeiro turno os debates inexisteram, as eleições foram reduzidas ao horário eleitoral gratuito. Para mim, houve um quarto elemento marcante no processo: foi a despolitização, exacerbada por este mesmo horário político gratuito, com um discurso publicitário, em detrimento do discurso político. Utilizando um conceito do Adelmo Genro Filho, em que afirma ser a política “o trânsito das essências humanas”, eu diria que houve um rebaixamento da política à aparência em detrimento da essência.

**Eduardo Corsetti** - E o essencial da política é a contradição, o debate. É um traço do processo de disputa política. Me parece que o sistema de marketing, de propaganda e toda a estratégia montada em cima da hegemonia de Britto, supunha uma definição incontestável do seu projeto como um todo, na medida em que essa questão se transportava para a mídia. Era a condição para que o projeto não tivesse nenhuma contradição mais contundente na sua proposta. Durante largo tempo, esse mecanismo foi desenvolvido com êxito dentro da própria ação política do governo estadual e, mais especificamente, na campanha eleitoral. Este mecanismo começa a reverter no final do primeiro turno, quase às vésperas do debate político. Até o próprio PT admitia não ter acesso a nenhum meio para responder ao que contestava. Isoladamente, apareciam algumas lideranças do PT na Assembléia, se opondo à hegemonia construída pela mídia: um consenso tão forte, tão impositivo, em que se supunha a eliminação das contradições inerentes à política. Isto se manteve intacto até certo momento, tanto que o próprio pessoal do PT admitia que a campanha ia mal, afetada por essa avalanche midiática do governo Britto e em função dos efeitos decorrentes da escolha de Olívio e da não escolha de Tarso. Esses resíduos que se aglomeraram e foram explorados durante a campanha para dividir mais ainda a Frente Popular, mantiveram a oposição retraída e tentando resolver suas contradições internas, ao mesmo tempo em que devia enfrentar um contendor externo forte, articulado. No final do primeiro turno, esse procedimento começou a aparecer. Aquilo que era absolutamente consensual já passa a não ser tão consensual assim, dentro dos próprios segmentos que, teoricamente, se identificariam com Britto numa situação mais tranqüila, sem espaços para a manifestação de suas contrariedades. Isso ocorreu dentro do próprio PMDB, que tem uma composição muito diversificada. Sempre tenho como referência a figura do Paulo Brossard de Souza Pinto. Ele quase se tornou uma figura isolada, que expressa determinados interesses da sociedade gaúcha à qual ele se vincula (e ele nunca nega isso), que nunca foi chamada para algum tipo de contato, de manifestação frente ao governo Antônio Britto. Sem falar em outras figuras dentro do PMDB, que, mais ou menos, jamais foram colocadas numa posição secundária, simplesmente acessória.

**Jefferson Barros** - Vamos ficar no Brossard. Brossard militou todo esse ano

contra o capital financeiro e a taxa de juro. Ele até contestou a reeleição em um artigo em que perguntava “Afinal, eles querem se reeleger para quê?”. Essa campanha teve debates e programas eleitorais sem tocar nas questões políticas. Quem, realmente, abordou esta questão política foi Brossard, em artigos que escreveu na Zero Hora. A cobertura política desapareceu dos jornais; a questão de uma possível fraude da prévia do PT passou e ninguém falou; depois, uma conspiração do Palácio Piratini contra o senador Pedro Simon, também não foi noticiada. Aí, as pessoas dizem que São Borja surpreendeu pela votação, mas não sabem que o prefeito e o deputado estadual do PPB por São Borja faziam campanha por Olívio, pois a imprensa não fez comentário ou deu qualquer notícia. A pesquisa que, como foi publicado, indicava vantagem de Britto em Porto Alegre, fez com que o setor mais intransigente de Olívio aceitasse a participação do grupo de Tarso, que assumiu uma maior capacidade de militância, fazendo com que aí, realmente, o PT virasse a campanha. Essas coisas foram negadas para a chamada opinião pública. Ninguém contou como foi que Britto teria articulado para afastar Pedro Simon e que, em determinado momento, um jornalista se auto-lançou para ser senador pelo PDT. Quando a coisa tomou corpo, recuou, antes da convenção que escolheu Pedro Ruas para formar a chapa com Emília Fernandes. Britto, do PMDB, que já tinha José Otávio Germano, do PPB, para vice, teria a intenção de lançar um nome da área de comunicação pelo PTB, partido que também integrava a sua coligação, para concorrer ao Senado. Assim, fecharia a chapa sem Simon. Essas são as histórias de como Pedro Simon quase teria sido derrubado por uma conspiração palaciana e de como o PT se rearticulou, a partir do impacto da sua perda de votos em Porto Alegre, segundo a pesquisa. Perder a eleição até poderia fazer parte da lógica daquele momento, mas não em Porto Alegre.

**Milena** - Até porque uma derrota em Porto Alegre significaria uma reprovação ao governo municipal.

**JU** - Se alguma dessas questões tivessem passado pela imprensa, estaria quebrado o uníssono em favor da situação...

**Jefferson** - Exatamente. Teríamos tido uma politização melhor. Britto jogou na polarização e aí errou, completamente. As eleições municipais indicavam que as forças da Frente Popular cresciam no Rio Grande do Sul e não só na capital, onde Raul Pont, candidato difícil, sem o charme do Tarso ou o carisma do Olívio, venceu, facilmente e disparado, a eleição para a Prefeitura. Britto fez questão de ir para uma polarização e quis ganhar no primeiro turno. Ora, para esta polarização, a coligação que ele formou não poderia ter nuances. A coligação liderada pelo PMDB deveria estar o mais próximo possível do aliado mais extremo, que era o PPB. Então, a coligação passou a ter uma cara de direita, inclusive com setores do PMDB de centro-esquerda. Isso aí tudo o Britto jogou fora.

**Milena** - Há ainda um aspecto contraditório na comunicação. Durante todo o primeiro turno havia uma coligação Rio Grande Vencedor. Só que este Rio Grande Vencedor era uma pessoa: Britto. Não foram valorizados os partidos que formaram a coligação. O aspecto da unidade também não apareceu. Por exemplo: ninguém sabe cantar nenhuma das tantas músicas bem feitas que circularam no primeiro turno. Não ficaram gravadas na memória. Isto repre-

sentou, também, a desarticulação que parecia haver em nível político. Não foi transmitido, na propaganda, que tantos partidos e tantos candidatos estavam unidos em torno de um projeto comum. O seu maior volume e qualidade técnica, levou à crença na vitória de Britto já no primeiro turno, diante do pouco tempo e da fragilidade da campanha do PT. No segundo turno, Britto não teve música e, ao assumir a sua própria campanha, admitiu, implicitamente, a derrota do seu esquema de propaganda, de início julgado como perfeito.

**JU** - Pelo resultado da eleição dá para ser dito que 60% de Porto Alegre é petista?

**Jefferson** - Eu não diria que 60% é petista...mas é a base dos projetos de Olívio e Tarso.

**JU** - É a segunda vez que, surpreendentemente, Olívio bate Britto na urna. Olívio é bom de voto e Britto é ruim? O PT cresce e o PMDB cai?

**Corsetti** - Essas questões têm aspectos conjunturais mas, dramaticamente, parece que Britto já está traumatizado por ser derrotado pelo Olívio. O caso da eleição para a Prefeitura já foi surpreendente. Desta vez, a surpresa foi muito maior. Inclusive para quem tinha informações mais elaboradas. O aspecto da conjuntura é importante. O crescimento da Frente Popular no Estado não ocorre pelas mesmas motivações. Enquanto nas cidades este processo se articula de um determinado modo, no interior tem outros componentes. Por exemplo: o papel do PDT deve ser destacado. O que significa o PDT no Rio Grande do Sul e no interior? Ele não é uma cópia do PT. Tem até um componente conservador que sedimentou, na história, a sua atuação política, principalmente fora da capital. A aliança que Britto havia construído, já no processo político, e que projetou no processo eleitoral, oferece contradições. Uma delas já foi citada por Jefferson, o caso de Brossard. Há outras dentro do partido, muito mais longas, mais tradicionais e maiores do que o próprio projeto Britto. Dentro dos partidos da coligação era esperado um grande apoio eleitoral, particularmente no PPB. Mas em regiões habitualmente “suas”, os votos do PPB não apareceram. Este partido, na aliança para a eleição majoritária, substituiu o PSDB, eleitoralmente de menor expressão. No Rio Grande do Sul, o PPB é bem definido e tem uma importância relevante no interior, mas agora tem uma nova geração de representantes, desvinculada dos nomes antigos e tradicionais da velha ARENA.

**JU** - O fato de partidos que compunham a coligação de Britto terem conseguido manter a maioria na Assembléia Legislativa e terem sido derrotados na eleição para governador não indica que os candidatos trabalharam apenas em causa própria nas suas regiões?

**Corsetti** - É uma lógica imediatista, mas não pode ser descartada. Além disso, a identificação das contradições se dá muito mais na eleição majoritária do que na proporcional. O deputado, hoje, é o representante de uma região, de um segmento social ou das duas coisas. Canaliza interesses. Então, as contradições ficam minimizadas. Nessa eleição isto ficou claro com a vitória dos deputados da situação na proporcional e a derrota de Britto na majoritária. A lógica não é linear porque inverte esta relação. Na verdade, me parece que o PPB frustrou a expectativa eleitoral do projeto Britto. O PMDB não teve mais força política e eleitoral para alcançar sozinho este êxito.

**Jefferson** - Britto tentou mesmo foi uma solução bonapartista. Primeiro, dentro da coligação dele. Como havia contradições, tentou mediar. Só que, para haver



uma solução bonapartista é preciso, antes de tudo, que haja um Napoleão... Talvez tenha funcionado dentro da coligação, mas não funcionou na projeção externa. Ele estava convencido que este projeto de globalização que está aí, pela internacionalização do capital, era hegemônico. Os seus oponentes não politizaram muito a questão. Quem politizou foi o eleitorado, já no primeiro turno, ao dizer: “isto nós não queremos”. O pequeno proprietário rural, que é conservador e derrotou o PT em outras eleições, achou que estava na situação de ser expropriado pelo banco ou pelo PT, dependendo de quem chegasse primeiro. Concluiu que o PT não o estava ameaçando, mas o banco, sim. Com o grande proprietário aconteceu a mesma coisa. Se Karl Marx acertou no caso da expropriação do bem individual, talvez tenha errado, neste caso, quanto aos expropriadores...

**Corsetti** - Como disse o Jefferson, o Brossard fez campanha política durante todo o ano. Um mês antes da eleição, ele foi entrevistado na Bandeirantes, no Fogo Cruzado, do Paulo Henrique Amorim, domingo à noite. Teve um efeito simbólico muito forte. Reclamou até dos juros, que não existe para o capital externo e que para o produtor nacional classificou como “escorchantes”. Esta sua entrevista foi um chamamento, com repercussão nacional. A idéia da ameaça no campo foi um elemento importante na identificação do apoio. Aí, novamente, entra o PDT e, de um certo modo, a ruptura do PPB e com alguns setores do próprio PMDB. A oposição consegue explorar isso muito bem quando faz um aceno conservador ao campo. Olívio fala de “paz no campo” e fica parecido com um pároco de aldeia. Foi eficaz, eleitoralmente. Foi estratégico. O que se pergunta agora é se esta afirmação será digerida pela administração. Mas é uma clara promessa de campanha. Nas cidades parece que ocorreu o mesmo. As pessoas têm medo do amanhã. Estão inseguras. Temem os “planos de demissão voluntária”, o seu futuro como cidadãos vivendo em um tempo de extrema incerteza. Olívio também passou a idéia de que as coisas não acontecerão assim tão traumáticamente, falando em resgate do trabalho, salários e moradia. São problemas essencialmente urbanos. Hoje, a palavra “moderno” não traz mais uma idéia de inserção, evolução ou progresso. Traz uma sensação de medo.

**Jefferson** - Também acho que houve uma despolitização devido à mídia e à sobre-determinação, pelo marketing, da questão política. Sem contestar o Adelman, citado pelo Daniel, todo o ato humano é um ato político. A política, hoje, é uma mediação, uma função específica. Britto não conseguiu provar que a tese da globalização, pela inserção dependente ao capital internacional, era hegemônica. Houve uma calhordice. A diferença de votos entre Britto e a legenda Rio Grande Vencedor foi enorme: a coligação teve 800 mil votos a mais do que o seu candidato a governador. Os partidos que o apoiaram o ultrapassaram, o que significa 12% dos votos válidos. Ele ficou sozinho na tese de que o “modelo GM de sociedade” é bom para o Rio Grande do Sul ou para o Brasil. No momento em que não tinha hegemonia, o que aconteceu? A burguesia foi para a rua. Se não tem a hegemonia nas opiniões, a burguesia busca a imposição, a ditadura. Então, entre o primeiro e segundo turnos surgem ameaças, pressões, intimidações, circulares e chantagens com empregos em época de desemprego, folhetos difamatórios e sem assinatura, enfim, foram 20 dias de aplicação das práticas da ditadura, por causa da falta de hegemonia. Compreendo por que

a burguesia fez isso. Seus políticos a abandonaram, tentou salvar o barco de qualquer jeito.

**JU** - Por que as ameaças não tiveram o efeito intimidatório esperado?

**Corsetti** - Teve efeito, mas contrário. Não se combate pânico com pânico. As pessoas já estavam com receio, aí veio uma ameaça sobreposta e trouxe situação de desconforto. O projeto de Britto, que implica em alterar o paradigma de desenvolvimento do Estado, gerou as contradições que estamos analisando e que tiveram uma repercussão imediata, na medida em que havia uma eleição próxima. Os efeitos da alteração do paradigma não surgirão imediatamente. A GM e a Ford nem começaram a funcionar. Não se sabe se os seus efeitos serão positivos ou negativos. Por enquanto, são uma possibilidade. O conjunto de elementos que o projeto pode oferecer, ou não, impediu o governo Britto de tirar eventuais vantagens a curto, médio ou longo prazos. Boa parte dos seus projetos ainda não se definiram, concretamente, como êxitos ou fracassos. E isso provocou desgaste. Vejam que todos os elementos simbólicos do seu projeto não chegaram a aparecer. Aliás, já estão gerando contradições antes de se construir... Além disso, esses projetos, sendo extremamente pesados para a economia do Estado, tiveram o significado de exclusão para alguns setores de importância no Rio Grande do Sul.

**Daniel** - Tivemos aqui uma exaustão deste modelo, que foi levado a extremos. A coligação tinha um espaço estrondosamente maior do que os outros e abusou dos recursos técnicos e do instrumental publicitário. Tratou o candidato como uma opção de supermercado, como sabonete. O esgotamento do modelo fez com que a própria coligação Rio Grande Vencedor tivesse que recorrer, no segundo turno, ao debate político e à explicitação do conteúdo das suas propostas. Foi a coligação que passou a reivindicar o debate, desesperadamente. Britto assumiu, nominalmente, a campanha. A campanha de Olívio conseguiu pautar, fortemente, o seu oponente. Britto ficou em uma sinuca na questão dos valores tradicionais e regionais em que se dava o confronto: do ponto de vista cultural gaúcho, a questão do “fio do bigode”, da verdade. Do ponto de vista político mais imediato, foi colocado em xeque aquilo que Britto fez no primeiro turno, quando tentou assumir um elemento simbólico e imaginário que é próprio da esquerda: trabalhar com uma idéia de futuro. Olívio se refugiou em algo precioso. Vi algumas análises segundo as quais ele se elegeu com o voto conservador. Sim, ele foi tradicional, mas não, necessariamente, conservador. Prometeu um governo com honestidade, austeridade, que colocará as coisas em ordem, que minimizará os efeitos sociais da crise e acenou com outra base de desenvolvimento calcada na agricultura. No momento em que emergiu o debate de conteúdo, já era tarde demais para Britto perceber que estava enredado em um referencial de conceito que não tinha mais como crescer. Mais do que isso, começou a perder espaço, apesar da utilização intensa das pesquisas que mascaravam o processo.

**Milena** - Não concordo com o Daniel. Nem Olívio nem Britto utilizaram um discurso revolucionário. O que Britto propunha, segundo a estética da propaganda, era extremamente conservador, mas era algo palpável. Também acho que o discurso do PT soube ser conservador, mas no sentido de não ousar. Quem ousou foram os eleitores, que foram para a rua de uma maneira como nunca aconteceu. O que de mais novo aconteceu foi o clima que Porto Alegre

passou a viver. A campanha na rua passou a ser muito mais importante do que a que transcorria pela televisão. Nas sinaleiras apareceram camelôs vendendo símbolos de campanha do PT pirateados, como bandeiras, estrelas, bigodes, lenços, adesivos e camisetas. Camelôs só se interessam por vender artigos que tem saída fácil e proporcionam lucro rápido. E isso contagiou quem defendia a candidatura de Britto, acirrando a guerra das bandeiras. Porém, nos debates que tanto passou a querer no segundo turno, Britto tentou usar algo que se virou contra ele: a ironia. Quando acuado, Antônio Britto ficava irônico. E isso, para o eleitor, é insuportável. A ironia é um recurso inteligente, quando bem usado, mas desqualificador, para quem está ouvindo. Ao ironizar Olívio, Britto estava sendo agressivo com o eleitor. Por outro lado, o modo como a campanha foi para a rua mostrou componentes de politização e cidadania, o que não ocorreu em nenhum outro Estado. Ainda hoje se vê este material, na roupa das pessoas ou nos pára-choques e vidros dos carros. Esta eleição também marcou, e agora concordo com o Daniel, o esgotamento da propaganda, tanto a formatada quanto a realizada pela mídia, informalmente. Nesta eleição, a legislação esquizofrênica novamente contrariou toda a lógica da comunicação. E está provado que “mesmo espaço” nos jornais não significa “mesma qualidade”. Tomando por exemplo a cobertura dos jornais referentes aos dois comícios do primeiro turno, se forem comparados os tipos de foto, os ângulos por onde foram obtidas e a qualidade de edição, se verá que houve uma posição visivelmente favorável a Britto. Espero que quem legisla sobre o assunto reconsidere algumas coisas. Deve haver um repensar sobre como se faz propaganda e marketing políticos quando há um bom nível de politização, como no Rio Grande do Sul, uma exceção no Brasil.

**Jefferson** - Sem usar a palavra, o assunto já foi mencionado aqui. Olívio falou em “paz no campo”, o PDT no interior tem uma inserção de base rural. Ficaram surpresos por que Olívio ganhou em São Borja? Ora, em 1958, Brizola ganhou no município, com os mesmos índices. Surpresa em Bagé? Em 1958, Brizola também venceu lá, mais ou menos com a mesma percentagem que Olívio alcançou em 1998. E aí, é bom lembrar, temos também o voto maragato de Paulo Brossard. Este apelo, que representa “justiça social”, para as camadas populares e médias urbanas não é só um discurso, mas uma prática política que não representa uma ameaça ao setor tradicional da sociedade. Tarso diz que “nos dirigimos ao sistema produtivo histórico do Rio Grande do Sul”. Eufemismo à parte, ele quer mesmo dizer “latifúndio”. Todos os caudilhos da América Latina falavam para as massas urbanas com o apoio do latifúndio. Olívio não armou a frente política que o elegeu. Acredito que os teóricos do PT, que foram tão críticos ao populismo, nada tiveram a ver com isso. No entanto, o fato real é este. O resultado das eleições no Rio Grande do Sul reestruturou uma característica essencial do populismo, que é a reivindicação de justiça social das chamadas camadas populares e médias urbanas. Hoje, a classe média é quase toda petista. Acontece que os setores populares se ampliaram e a classe média se proletarizou.

**JU - Com o enfraquecimento do PDT, o PT atual pode vir a ser o PTB do passado?**

**Jefferson** - Não sei. Fazer futurologia é difícil.

**Corsetti** - O PT formalizou a sua hegemonia dentro da esquerda. Uma coisa é ter consenso de que o PT é a maior expressão da esquerda, outra é a formalização

desse processo. Não sei ainda como ficará o PSB, em termos nacionais é sempre um partido de certo peso, tem agora alguma projeção em São Paulo... Mas, ao mesmo tempo em que formaliza compromissos, não assume sua hegemonia partidária de forma autoritária ou impositiva. Isto implica em estabelecer parâmetros, compor relações. Evidentemente, hoje, os desafios dos partidos de esquerda não são os mesmos das décadas de 30, 40, 50. A transição do capitalismo é outra, o próprio papel do Estado, provavelmente, será outro. Acho que ele não vai assumir a mesma função nesse sentido. Vai, de certo modo, avançar como oposição. Primeiro, no sentido de não mais questionar o capitalismo como tal. Depois, a questão é “que tipo de capitalismo essa esquerda vai propor?” Não é nenhum capitalismo de Estado, estou certo disso. Acho que a sociedade será promovida segundo esses valores de cidadania. Já não falo mais em social-democracia por que, no Brasil, esse termo se corrompeu do ponto de vista conceitual.

**Daniel** - Pode-se dizer que aqui era o único lugar no Brasil onde a formalização do PT, como força hegemônica da esquerda, já era possível. Apesar do esforço de Brizola em admitir a preponderância do PT no bloco das oposições, só aqui no RS isso já era possível. Mesmo nos demais lugares onde o PT ganhou as eleições, Acre e Mato Grosso do Sul, não se pode dizer sequer que existe preponderância da esquerda, de forma genérica. Este é um processo que está em constituição e que pode evoluir como evoluiu a experiência da Maria Luíza Fontenele, em Fortaleza, como a do Vítor Buaiç, no Espírito Santo, que acabou num desastre, ou como foi o início desse processo aqui no Rio Grande do Sul, com a experiência administrativa do PT na Prefeitura de Porto Alegre. A demonstração disso está aqui, nos vários elementos que produziram a desestabilização do bloco conservador. A negativa das bases do PPB em aceitar um predomínio do PMDB, que não conseguiu materializar a hegemonia que pensava ter, é uma postura de resistência. Não quer dizer que Olívio tenha recebido o voto preferencial conservador. É um componente fenomênico conjuntural, mas também um componente de ousadia que não é muito diferente do voto dos produtores rurais, sacrificados pela via de desenvolvimento em curso, ou dos desempregados. Quem não tem um desempregado no seu núcleo familiar, tem um parente ou amigo que está e isso tem um efeito de irradiação, de percepção da dificuldade que é extremamente forte. Até componentes como uma eventual reação anti-RBS, anti-monopólio da mídia, que existe mesmo em setores empresariais, têm um aspecto de insurgência contra um poder que se impõe pela força, pela coerção e pela atemorização. A ousadia em todos esses votos, sem uma opção de conteúdo, também podem ser frutos da experiência administrativa do PT em dez anos na Prefeitura de Porto Alegre. Aí tem uma afirmação de capacidade concreta de realizar, contrastando com a capacidade de realizar do Britto, uma promessa de futuro que entra em conflito com o imediatismo das pessoas. O PT surge como aquele que, no Executivo, administra de forma honesta, sóbria, coloca as crianças nas escolas, arruma as ruas, enfim, leva bem o feijão com arroz do cotidiano. A composição da Frente Popular não foi forçada. Foi um alinhamento de forças e percepções que se estabeleceu. O PT liderou este fenômeno. Se este partido vai se transformar, introduzir na sua atuação os elementos que foram messiânicos, populistas, de exagero nas promessas, esses componentes vão se transformar na tônica da sua atuação política. É algo que só a atuação no Palácio Piratini vai demonstrar.

**JU - Sobre o futuro: pela primeira vez, temos no Rio Grande do Sul um governo de esquerda. Conviverá com um monopólio de mídia que, embora fragilizado, ainda pode ser considerado como tal; com uma minoria do governo na Assembléia Legislativa e um enfrentamento com o empresariado que já começou antes mesmo que o governo assumisse. Que perspectivas pode ter um governo nesta situação?**

**Jefferson** - Quando o PTB se transformou num partido hegemônico no RS em 1958, ele vinha de um crescimento constante na Assembléia. Quando Brizola se elegeu governador, o PTB tinha 50% da Assembléia. Não é a questão, hoje. O Olívio teve 1 milhão e 200 mil votos além dos votos da legenda da Frente Popular. Realmente, o fato de não ter maioria na Assembléia é uma questão séria para o governo, mas as maiorias hoje podem se formar com uma certa facilidade. A adversidade com o setor empresarial urbano é uma questão que prejudica o governo, mas penso que a Frente Popular recebeu mais um mandato político do que administrativo, embora o caráter administrativo da Frente Popular em Porto Alegre seja significativo. A gente sente a diferença de andar num ônibus de Porto Alegre antes e depois da Administração Popular. Repito: o mandato que a Frente Popular recebeu foi político e não administrativo. Não foi a administração do Britto que foi julgada, foi a sua política. O eleitorado votou numa política diferente. O que vai ser cobrado do Olívio é uma política e não tanto uma gestão. As experiências que nós temos das administrações do PT é que, além de competentes, são decentes. Então, tendo uma administração minimamente competente e decente, o Estado estará sendo bem gerido.

**JU - E o argumento de que o Rio Grande do Sul perderia poder elegendo um governador de oposição ao poder central?**

**Jefferson** - De certa maneira, nós temos condições de fazer oposição ao poder central. Por que são duas as lógicas: a que nós temos do consenso de Washington, que é centralizar tudo para que o bolo do excedente vá para uma única fonte (o capital financeiro) e a que foi votada pelo eleitorado gaúcho: a de descentralizar de tal maneira que o bolo não fique somente na mão do Banco Central mas, como no caso de Porto Alegre, com o Orçamento Participativo. Essas duas lógicas são a grande contradição, e se optou pela do Orçamento Participativo: eu controlo o meu excedente e quero que se faça esta praça e não aquele supermercado. Aqui entra a questão do futuro. Por isso disse que a campanha foi despolitizada e a eleição, politizada. Acredito que a Frente Popular tem condições de politizar esse mandato que recebeu, e nesse sentido concordo plenamente com o Daniel: o único PT que pode expressar, em termos, essa hegemonia, é o gaúcho, assim como pode ser hegemônico nacionalmente. Vai depender da resposta que ele der ao mandato que recebeu aqui. O PT não será julgado daqui a quatro anos pelo fato de ter conseguido ou não trazer a GM, ou outra empresa. Será julgado politicamente pelo que fez no sentido de se opor ao sistema que nós temos no país.

**Daniel** - Quero fazer uma observação mais específica, do ponto de vista da comunicação, sobre o que Jefferson afirmou, destacando o aspecto político do mandato. Realmente, o futuro está em aberto. Sob o ponto de vista da comunicação, estamos em um Estado onde há um bloco conservador bastante articulado, um monopólio de mídia que tem a pretensão de ser o articulador desse bloco e até provoca resistência, porque assume isso de forma muito arrogante e pre-

potente – e está colhendo os resultados agora, nessa eleição. Isto mostra que, se o PT na administração, simplesmente adotar o caminho da publicidade, do marketing, na sua forma mais tradicional, não terá sucesso. Britto já usou isso bastante, chegou ao limite e não obteve resultados. Partindo do reconhecimento de que a mídia é o espaço privilegiado onde se estabelecem as transações de conteúdo humano, temos que levar para este espaço a representação da pluralidade. Para a Administração Popular, será necessário deflagrar um processo não de publicidade e marketing, mas um processo cultural em larga escala, em que a mídia seja colocada no seu lugar devido, levando a pluralidade ao espaço público. Assim, o conceito é o de “casar” comunicação e cultura e produzir um fenômeno cultural em larga escala.

**Milena** - Ao assumir a Prefeitura, o PT precisou criar novas formas de fazer comunicação. As próprias agências de propaganda tiveram que passar a falar de uma forma diferente. A comunicação adotou um processo pedagógico. É bom lembrar que, no início da Administração Popular em Porto Alegre, houve um ataque impressionante que começava pela ausência absoluta da sua presença na mídia. O maior exemplo no mundo, e como tal é estudado, foi a atitude da Rede Globo quando Brizola governou o Rio de Janeiro. Por quatro anos Brizola não existiu na Globo. Acho que o governo Olívio vai ter que mostrar, também, o que fazer com a máquina de propaganda montada pelo governo Britto que, individualmente, foi o maior investidor na sustentação de todas as mídias do Rio Grande do Sul.

**Daniel** - Os números não estão muito claros, mas em torno de 70 ou 80 milhões foram investidos apenas neste último ano.

**Milena** - É bom lembrar que temos uma TV Educativa, dezenas de pontos culturais que podem intervir e contrabalançar a questão da mídia. Há um novo processo a ser desencadeado e não há como o Rio Grande Sul copiar qualquer exemplo.

**Corsetti** - O Estado tem uma característica pluralista, mesmo com a tendência hegemônica de certos meios de comunicação. De algum modo, isto já foi denunciado e apareceu para o grande público. Se não na sua totalidade, pelo menos, em parte. Com raras exceções, não se faz discussão ou comentários políticos pela mídia, não se faz um comentário político com começo, meio e fim. Procuo, até na televisão, algum comentarista com mais conteúdo. Só acho o Villas Boas Corrêa, da Manchete. O resto é veiculador das opiniões da autoridade de plantão. O jornalismo político precisa ser retomado. Até como estratégia do próprio bloco conservador, o Rio Grande do Sul deverá oferecer espaço para esta retomada. A forma mais técnica de se fazer oposição é tentar oferecer uma coisa de melhor qualidade. Vejam só, a questão dos empresários: ontem, ouvi uma repórter de rádio perguntar ao dono de uma empresa que vai se instalar em Vacaria: “O senhor, que tem uma fábrica de automóveis sofisticados, não tem medo do novo governo?” A resposta: “Não, não tenho. É bom para a empresa. É bom para o governo. Vou ter medo de quê?” Esta é outra mentalidade empresarial, a que sabe conviver com a diferença, com a praticidade sem, obrigatoriamente, ideologizar tudo. Em termos de futuro, o fato do Rio Grande do Sul ser estratégico e servir como referência política ao país, vai implicar em que o PT tenha uma estratégia não apenas nacional.

Como qualquer partido, terá o direito legítimo de se propor como alternativa à Presidência da República. E talvez com mais consistência do que tenha feito até agora. É um desafio ao PT gaúcho. Isto independe do partido querer ou não. Já começou. E eu diria que até de uma forma subversiva: recentemente ouvi um jornalista dizer que a metade do Estado votou em Olívio e a outra metade em Britto. Ora, quando a eleição termina, o processo está esgotado. Não mantém a divisão. Se fosse assim, a eficácia da democracia cairia por terra, indo metade para cada lado. A democracia existe, exatamente, para normatizar este processo depois da competição. Ou então parta-se para uma ruptura, para uma revolução. Vejam só como a direita não tem tanto senso democrático como diz...

**JU - Com a eleição de Olívio Dutra num Estado-chave, poderá ocorrer uma reavaliação no peso político dos maiores partidos brasileiros? Quais serão as possibilidades mais viáveis de alianças?**

**Corsetti** - Deverão surgir alianças nacionais mais equilibradas. Não sei que setores do PT, ou de fora dele, deverão costurar isto. Quanto às alianças na Assembléia Legislativa, recentemente tivemos duas experiências diferentes: Alceu Collares ficou isolado, teve imensas dificuldades para administrar e obter aprovação de projetos e se desgastou intensamente. Em seguida, Antônio Britto costurou uma aliança conservadora e foi eficaz pois, na sua lógica, conseguiu aprovar todos os projetos que quis. O Executivo é importante no chamamento desde as referências mais ideológicas, mais modernas, até às concessões clientelistas, mais ou menos conservadoras. Obrigatoriamente há segmentos partidários, vinculados a regiões, que terão pleitos e iniciativas, com o Corede (Conselho Regional de Desenvolvimento) ou sem, de uma forma bastante local. Nenhum partido comete o suicídio político pelo radicalismo de adotar, sistematicamente, posição oposicionista. Há uma tradição relativamente adesista dentro do próprio leque conservador. Citaria o PTB, por exemplo, um partido que precisa de uma definição clara da sua ação e de que lado ficará. Dentro do próprio PPB também há alguns elementos que não fecharam com o governo Britto. Acho que este conjunto de partidos conservadores que comporão a nova Assembléia Legislativa a partir de janeiro não será igual ao bloco atual. Muda o chefe do Executivo e as relações se redefinem. O PT já adquiriu uma experiência muito grande nessas costuras depois de governar por 10 anos a Prefeitura de Porto Alegre, inclusive com minoria. Os setores mais conservadores da imprensa é que exercerão uma cobrança constante.

**Daniel** - E não só. Fora do exercício do governo estadual, o bloco conservador terá o mesmo ímpeto que a coligação Rio Grande Vencedor teve ao reivindicar, no segundo turno, os mesmos debates que negou no primeiro.

**Milena** - Já estamos vivendo isso. A mudança no debate já começou. Nunca se viu tanta discussão política como agora. Tudo está em xeque. Muitos acham que é um ataque. Não é. É discussão. E positiva. A sociedade só tem a ganhar com isso.

## Jorge Brovetto



**“Universidades podem  
sair da asfixia financeira”**

*O professor Jorge Brovetto, secretário geral da Associação de Universidades Grupo Montevideu e ex-reitor da Universidad de la República (Uruguai), veio a Porto Alegre para participar do seminário UFRGS Século XXI, Compromissos e Ações. Homem de reflexão e de ação, fala nesta entrevista sobre os destinos da educação superior à luz dos debates na Conferência Mundial da Unesco, em Paris, e no encontro latino-americano realizado recentemente em Córdoba, Argentina. O papel das universidades, afirma, é criticar as injustiças, antever as carências, buscar a equidade, com uma visão que ultrapassa as fronteiras políticas. A integração verdadeira, mais do que econômica, é social. Participaram da entrevista os jornalistas Clóvis Ott e Vera Spolidoro, e o professor Homero Dewes.*

DEZEMBRO 1998 - EDIÇÃO N.º 15

**Jornal da Universidade** - Nos documentos da Unesco e de Córdoba sobre educação superior, aparecem dois temas que provocaram polêmica: a questão do mérito para ter acesso à universidade, e se ela deve ou não enfatizar estratégias em direção ao mercado.

**Brovetto** - Realmente são dois pontos polêmicos, e a questão do mérito foi a que gerou maiores discussões. Alguns atores políticos basearam suas críticas na frase tomada isoladamente (“Todos devem ter acesso à educação superior, com base em seus méritos, de acordo com o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos”). As críticas estão ocorrendo em vários países. Mas é preciso lembrar que a afirmativa tem como objetivo os direitos humanos, não é uma declaração sobre educação. O que fica claramente estabelecido é que não pode haver, na educação, nenhuma forma de discriminação. Quando no documento se afirma que todos devem ter acesso à educação “com base em seus méritos”, o que se diz é que o único a ser levado em conta, na educação superior, é o mérito acadêmico. Mas, em particular, quando se estuda o tema educação superior, está claramente estabelecida - tanto na Constituição do Uruguai, como da Argentina e do Brasil - a questão da gratuidade, como forma de alcançar a equidade. Nas conferências regionais sobre educação superior, organizadas pela Unesco, preparatórias à Conferência Mundial, se fala claramente sobre a gratuidade da educação superior e sobre ingresso irrestrito. Pretender interpretar essa frase como estabelecendo limitação no ingresso é tergiversar sobre toda a idéia que está na declaração da Unesco e nas declarações prévias. Basta ler os documentos de Beirute, Tóquio, Dacar e Havana. Fica claro que a proposta é de educação para todos, ao longo de toda a vida. Ainda mais: alguns dos países mais desenvolvidos do planeta estão implantando determinadas políticas, de tal maneira que todos os jovens em idade universitária tenham acesso à educação superior. É o caso do Canadá e dos Estados Unidos. Há trechos do documento em que fica explícita a necessidade de incrementar ao máximo o acesso à educação superior.

**JU - Porque foi mantida a expressão “mérito”, se aparentemente está nessa palavra a dissidência?**

**Brovetto** - Por problemas internos de alguns países. Temos que levar em conta que se trata de uma declaração mundial, e a maioria dos países interpretou que a educação é um direito humano. Não se pode tirar o que está na Declaração. Tenho a impressão de que algumas pessoas se equivocaram, por ver à curta distância e em âmbito estreito as problemáticas de seu país e de sua região. O objetivo da declaração é, repetindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos - que comemora 50 anos - demonstrar que a educação superior é um direito humano. Em documentos posteriores, foram sendo agregadas especificações, que falam da importância da gratuidade para a equidade, e de um ingresso irrestrito e aberto, como forma de democratizar ao máximo o ensino superior. Por que se manteve a questão do mérito? Porque é parte de um documento que pertence à humanidade. O que não se pode fazer é interpretá-lo equivocadamente, e sim no seu contexto. Entendo que essa discussão aconteça, como na Argentina. Naquele país, membros do governo concluíram que o texto habilita a limitação. Mas é um entendimento não bem-intencionado da realidade.

**JU - Deve-se tratar de forma desigual aos desiguais?**

**Brovetto** - Quando um jovem provém de uma família que tem boas condições econômicas e um nível cultural aceitável ou muito bom, vai ter possibilidade de acesso à educação com base no seu mérito. Será diferente para um jovem que venha de uma família pobre, geralmente das periferias de nossas cidades, que não tem acesso à cultura. O sistema educativo público deve encarar de modo diferente estas diferenças, tratando de apoiar aquele que provém de situações desfavoráveis. A declaração da Unesco dá particular ênfase aos grupos desfavorecidos, que em algumas regiões do planeta são as mulheres, em outras são mulheres e homens pobres, ou são comunidades indígenas, que por razões étnicas ou religiosas são discriminados. A todos estes, é preciso tratá-los de maneira diferente para que tenham acesso à educação superior. É preciso incorporá-los, não com uma educação de baixa qualidade, mas com uma dedicação especial, elevando-os a um nível necessário para que tenham acesso a uma educação superior valiosa.

**JU - No Brasil, temos um exame de ingresso, em que conseguem ser aprovados os jovens que estudaram em colégios pagos e que têm condições financeiras de frequentar um curso preparatório. Já há uma seleção prévia, econômica. Como resolver esta questão?**

**Brovetto** - Abrindo espaço para que todos tenham acesso. No Uruguai e na Argentina, não há limitação para o ingresso. Creio que é uma responsabilidade dos Estados tratar de abrir espaço para todos. A riqueza maior que tem uma nação é a capacidade de criação, de realização e de produção de seu povo. Deixar de oferecer oportunidades para que os talentos individuais se expressem é como saber que estamos sobre uma mina de ouro, sobre poços de petróleo e, em vez de abri-los, tapamos. Nossas nações, se acreditam na real independência de cada um dos seres e na sua própria, devem fazer um esforço para colocar à luz os talentos de todos os seres humanos, impulsionando-os para que apareçam.

**JU - A outra questão polêmica era se as universidades deveriam ou não direcionar-se para as demandas do mercado.**

**Brovetto** - Nesta questão buscou-se um equilíbrio. Não podemos afirmar que é conveniente, à Universidade, não responder ao mercado, já que ele é parte da sociedade contemporânea. A Universidade deve responder às demandas da sociedade, entre elas as demandas do mercado, mas não exclusivamente nem prioritariamente. É o que está dito inclusive na Declaração de Córdoba. Aí afirmamos que é preciso reagir contra o Banco Mundial, que deseja como único objetivo responder às demandas do mercado. Ainda mais, há documentos do banco afirmando que dessa maneira, fazendo uma educação superior paga, retirando-se o Estado de seu financiamento, a educação superior responde melhor às necessidades do mercado. Como lida com o conhecimento, a Universidade deve usar o valor crítico que tem, o conhecimento da realidade, e investigar para desentranhar aquilo que não é demandado, nem pelo mercado nem pela sociedade, porque não sabem de suas carências. No entanto, seria torpe e inconveniente não analisar e responder as demandas do mercado, isto é, conhecer parte da sociedade e responder parte dessa demanda. Em resumo, deve haver um equilíbrio.

**JU - Não há um descompasso entre o crescente desemprego e “educação durante toda a vida”, uma das afirmações dos documentos de Paris e Córdoba?**

**Brovetto** - Esta afirmativa justamente responde à necessidade de que, ao longo de sua vida, uma pessoa talvez precise mudar de atividade mais de uma vez. É uma situação que resulta, muitas vezes, de decisões políticas ou de mudanças que fazem desaparecer uma atividade e emergir outra. Somando-se a isso o fato de que para ter acesso a uma atividade é preciso capacitação, é impostergável oferecer às pessoas a possibilidade de recapacitar-se para uma nova atividade.

**JU** - Quando o senhor diz que a Universidade deve pesquisar aquilo que a sociedade sequer demanda, “desentranhar” novas formas, diria que a sociedade atual está esgotada? É preciso buscar novos valores?

**Brovetto** - Diria que seria necessário reintroduzir valores. É necessário sim fazer pesquisas que apontem um modelo alternativo. Nos dizem que a globalização, a economia de mercado são realidades inamovíveis, algo assim como uma lei divina. Digo que essa é uma visão com má intenção, e que dá a impressão, ao jovem, de que ele não tem capacidade de transformação. Isso não é verdade. A visão que foi implantada como neoliberal, de predomínio do mercado, demonstrou, com os tigres asiáticos, ser um grande fracasso. Crescimento e desenvolvimento não são a mesma coisa. Houve nestes países um crescimento econômico sem desenvolvimento. Desaparecendo o primeiro, volta a situação que havia anteriormente, ou pior.

**JU** - Quando o Banco Mundial impõe este modelo, como fica a Universidade na América Latina?

**Brovetto** - Se este modelo tivesse prosperado definitivamente, a Universidade estaria destruída. A pesquisa e a criação de conhecimento que se faz nas universidades públicas estariam destruídas. Estaríamos num sistema reativo, que passivamente responderia às demandas do mercado. E as universidades latino-americanas, as que têm suas origens na Reforma de Córdoba, são fundamentalmente pró-ativas. Criticam, no sentido mais puro da palavra, a organização social e política, os sistemas educativos e de saúde, a distribuição da riqueza. Tudo isso deve ser motivo de estudo e análise por parte das universidades. Se tivéssemos seguido o modelo que estava sendo proposto pelo Banco Mundial, tudo isso teria desaparecido. A Declaração de Córdoba diz que a Universidade deve poder opinar sobre os problemas éticos, culturais e sociais com toda autonomia e plena responsabilidade, por estar investida de uma espécie de autoridade intelectual que a sociedade necessita, para ajudá-la a refletir, compreender e atuar. Refere-se aos estabelecimentos de ensino superior, seu corpo docente e os estudantes universitários, que deverão opinar sobre tais problemas. Esta visão estaria perdida se as instituições públicas desaparecessem ou simplesmente respondessem às demandas do mercado. O mercado não solicita que se opine sobre problemas éticos, não induz a que se discuta problemas culturais e sociais. Simplesmente busca resolver seus problemas.

**JU** - Como a Universidade pública poderá responder ao processo de asfixia financeira e política a que está submetida?

**Brovetto** - Primeiro, buscando acordos políticos e solidários em vários níveis, de forma que as diferentes instituições universitárias apoiem-se mutuamente e denunciem esta situação, como foi justamente todo este processo de conferências regionais e mundiais da Unesco. Mas há outro tema de grande importância: conseguir que a sociedade compreenda a missão da Universidade. Não só os

mais necessitados, mas inclusive os que fazem parte dos grupos econômicos. Se não há boas universidades, nem empresários nem proprietários de terra terão condições de fazer frente à globalização competitiva em que tratam de introduzir todo o mundo.

**JU** - Aqui no Brasil, as universidades públicas atravessam sérias dificuldades, especialmente de ordem financeira. Aparentemente, estas dificuldades são produto de uma intencionalidade, que seria de privatizar as universidades públicas. Isso acontece em toda América Latina?

**Brovetto** - Não gostaria de me expressar particularmente sobre o Brasil, mas posso dizer que é uma dificuldade geral, que inclusive – e que me perdoem os colegas brasileiros – pode ser pior em alguns outros países da América Latina. As universidades de toda a região estão com seus orçamentos diminuídos, o que contrasta, surpreendentemente, com os países desenvolvidos. Na última década, duplicaram o apoio público à educação superior. Nos nossos países, os governos, apontando dificuldades econômicas, ou inventando-as, propõem diminuir os recursos para a educação superior.

**JU** - E isso tem que intenção?

**Brovetto** - É uma decisão política, há uma intenção que não saberia dizer exatamente qual é. Mas obviamente, há um fato objetivo: o orçamento público para educação vem caindo de forma importante, quando no mundo inteiro se fala da sociedade do conhecimento. É extremamente perigoso não seguir apoiando e desenvolvendo a educação superior. No discurso político contemporâneo, está incorporado o valor do conhecimento. Se é assim, porque as decisões reais vão no sentido contrário ao discurso? Desconheço – embora tenha uma opinião pessoal, acho que isso não tem maior importância aqui – porque se faz isso. O que sei, sim, é quais são as conseqüências: uma forma moderna de dependência, e isso sim é claríssimo. Os países que não atuarem com o conhecimento vão ser dependentes. Vão ser países marginalizados das decisões mundiais, países de segundo ou de terceiro nível.

**JU** - Tomando um dos pontos das conferências da Unesco e de Córdoba, que é focalizar a educação superior no estudante, pergunto como podemos compatibilizar esta visão e ao mesmo tempo ter uma instituição engajada na pesquisa científica?

**Brovetto** - Em primeiro lugar, é importante assinalar que o fato das nossas universidades terem, nos últimos decênios, feito um grande esforço em direção à pesquisa, foi uma medida extremamente inteligente, com uma antevisão deste mundo que está sendo criado, o mundo do conhecimento. Hoje estamos em condições de defender a Universidade pública como uma Universidade capaz de responder a este desafio, porque temos gente capacitada em todas as áreas do saber. E acredito que uma Universidade deve criar conhecimento. Se apenas transmite conhecimento, será uma instituição de educação superior, não universitária. Além disso, nossos países não necessitam técnicos que possam responder exclusivamente ao conhecimento gerado fora, exógeno, que, muitas vezes, é obsoleto e não se adapta às nossas realidades. Não necessitamos engenheiros que saibam ler manuais, mas que estejam capacitados a abrir um pacote tecnológico, ver o que realmente necessitamos e o que devemos nós mesmos criar, para nossas necessidades. Isto não é uma utopia. É uma realidade que já acontece hoje, em nossos países, e que deveria acontecer mais, porque temos

gente capacitada. Portanto, foi uma condição necessária — não suficiente, é verdade — termos universidades que fizessem investigação. Também é verdade que algumas das estratégias que usamos não deram resultados esperados: por exemplo, minha universidade, a Universidad de la República, tratou primeiro de formar gente capacitada a criar, a pensar. Depois, abriu as portas da Universidade para toda a sociedade, formalizando vínculos com todos os setores sociais. Dessa forma, foi possível desentranhar as iniquidades, as injustiças, as carências. Porque há setores da sociedade que não estão em condições sequer de reclamar, porque para reclamar é preciso saber que há uma carência. Quem tem muita carência, nem sequer sabe qual é sua carência.

**JU - Qual era a estratégia?**

**Brovetto** - Nossa estratégia era: se temos gente capacitada, e se a colocamos em contato direto com a realidade, trabalhando nas nossas próprias temáticas, isso vai direcionar-se, de maneira automática, à docência. Mas não aconteceu assim. De alguma forma, foram sendo criados, nas instituições, dois caminhos paralelos, levando em conta que as paralelas nunca se juntam. Se, por um lado, acontecia todo o pertinente trabalho de pesquisa, por outro havia uma docência que ia divorciando-se disso. Minha experiência diz que a fecundação entre ambas não é natural, não é espontânea. É preciso buscar mecanismos que a impulse. Por exemplo, que os professores que trabalham com pesquisa — ainda que seja o professor mais afamado, trabalhando no tema da maior importância estratégica tenham um percentual importante, não menos do que 20% de sua atividade, dirigida ao trabalho direto com os estudantes, inclusive os estudantes do primeiro ano da Universidade. Muitas vezes o pesquisador se sente mais à vontade trabalhando com alunos do último ano ou da pós-graduação. Creio que isso é um erro. É preciso ter em conta que a Universidade não só cria conhecimentos úteis, mas forma seres humanos e ambas coisas vêm unidas. Daí a importância que se dá, hoje, ao estudante, colocando-o no centro das preocupações. Assim, a Universidade deve ter bons institutos de pesquisa, deve trabalhar sobre a realidade e estar direcionada à formação das pessoas.

**JU - Qual o caminho para tornar nossas universidades sempre mais democráticas, acessíveis a todos, sem perder a qualidade?**

**Brovetto** - Há duas coisas a ter em mente. Uma é que as Universidades estejam sempre abertas a incorporar novas orientações, disciplinas, que respondam à sociedade contemporânea, ampliando, ao máximo, o leque de possibilidades. Mas isso não é suficiente. É necessário utilizar as novas tecnologias, a comunicação, a informação, para realizar a proposta da Unesco, uma educação massiva e de qualidade. Atualmente há mecanismos tecnológicos que permitem chegar a qualquer parte do país uma dissertação, uma conferência ou uma aula interativa dos melhores professores. O estudante, no outro extremo do país, pode perguntar e discutir com este professor, em tempo real. Mas quero dizer mais uma coisa. Essas metodologias são importantíssimas quando usadas nesse sentido, de democratizar o conhecimento, e quando vão acompanhadas de contato direto entre docentes e estudantes. Não se pode transformar exclusivamente em um mecanismo em que o estudante apenas conheça uma tela de vídeo e ali veja o professor, sem nenhum contato direto com ele. Deve ser simplesmente um mecanismo de apoio, nessa linha de democratizar o conhecimento. Digo

isso porque há tentativas, no mundo, de “universidades” telemáticas, que se transmitem de qualquer lugar do planeta, outorgando títulos que, como vêm do estrangeiro, e com uma visão colonialista ainda existente, são vistos como títulos valiosos. Mas são farsas.

**JU - A cooperação internacional, no âmbito da América Latina, embora não seja nova, adquire atualmente uma importância maior. Dentro do conceito de Universalidade, a que serve o fortalecimento dessa identidade latino-americana?**

**Brovetto** - Esta é uma das formas de responder à asfixia econômica resultante da diminuição orçamentária. Há a possibilidade de formar uma massa crítica em todas as áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar. Mesmo as maiores universidades não têm condições de responder em todas as áreas do saber com igual grau de excelência. A união entre várias universidades, de diferentes países, atinge este objetivo. Mas o fato de que sejam de diferentes países responde a uma outra questão: a problemática de um região não corresponde às linhas divisórias geográficas, de caráter político, entre nossas nações. As questões podem ser de caráter ambiental, de desenvolvimento regional. Então, há um segundo objetivo, que é o de buscar solidariamente o desenvolvimento e a solução dos problemas de nosso povo. E quando nos referimos ao nosso povo, não perguntamos se está de um lado ou outro de uma linha divisória de caráter, às vezes, arbitrário e que responde a fatos históricos. Não estou renegando as nacionalidades, mas estou falando de integrações reais. Creio que a integração entre acadêmicos se dá naturalmente, aconteceu muito antes que aparecesse a integração de caráter político e econômico, e pode ser a base para uma ação muito mais profunda. Além disso, dá possibilidades de resolver problemas que, isoladamente, não estaríamos em condições de levar adiante, independente do tamanho do país. As questões ambientais, por exemplo, dos rios, do ar, as epidemias e mesmo as endemias, não passam pela alfândega. Já houve o problema da chuva ácida. São temas que devem ser discutidos em conjunto. Aí está a globalização: para enfrentá-la, precisamos estar unidos, não apenas do ponto de vista econômico, mas social.

**JU - Nesse panorama de internacionalização é que foi criada a Associação de Universidades, no cone sul do continente?**

**Brovetto** - A Associação de Universidades Grupo Montevideu surgiu há sete anos, como consequência da vontade de comprovar que nossas problemáticas são comuns e que deveríamos buscar soluções comuns. O grupo abarca vários países, mas tem uma coerência interna, que sobrepassa as fronteiras. Isto é, a problemática da Universidade uruguaia é similar à da universidade do Rio Grande do Sul, de Buenos Aires e de La Plata. Mas seria similar à Universidade da Amazônia? Então, o que buscamos é ter coerência temática, ter unicidade, o que não significa separar-se dos outros, mas ter uma determinada experiência repetida em âmbitos que tenham características similares. A maneira mais inteligente de conseguir uma cooperação internacional muito boa é repetir várias experiências específicas, depois conformando, entre todos, uma rede única. Porque a rede pequena tem um altíssimo grau de coerência, e à medida que vamos subindo na rede, vamos tendo visões mais gerais e enfrentando problemas mais gerais.

**JU - Na Associação, observa-se que há a presença de universidades do sul do Brasil.**



**Seria em razão das fronteiras e portanto de uma familiaridade que se verifica também no idioma?**

**Brovetto** - Talvez em razão do idioma, que sem dúvida tem um valor muito importante, responde também a formas de estruturar o conhecimento e o pensamento. Mas acredito que nossa unidade responde mais a realidades históricas e geográficas. Agora, isto não significa que excluamos outras universidades, ao contrário, estamos dispostos a apoiar experiências similares porque queremos evitar, fundamentalmente, que o crescimento desmedido impossibilite a realização de atividades concretas, de maneira contínua e crescente. Fui presidente da União de Universidades da América Latina, que abarca desde o México até Terra do Fogo, reunindo mais de 160 universidades. É impossível manter um trabalho contínuo. A proximidade física torna mais econômica a mobilização.

**JU - Falando particularmente da UFRGS, o senhor nota aqui alguma peculiaridade?**

**Brovetto** - É visível sua força, sua capacidade de proposta e de realização e a inteligência de sua gente. Talvez porque seja mais jovem que outras Universidades. As argentinas, bem como a universidade uruguaia, são em geral muito mais antigas e isso, às vezes, torna seu funcionamento um pouco mais pesado. No Grupo Montevideu há representantes da UFRGS em todas as áreas, tanto nos núcleos de disciplinas como nos comitês acadêmicos, e são de excelente nível, propõem, trazem novas idéias.

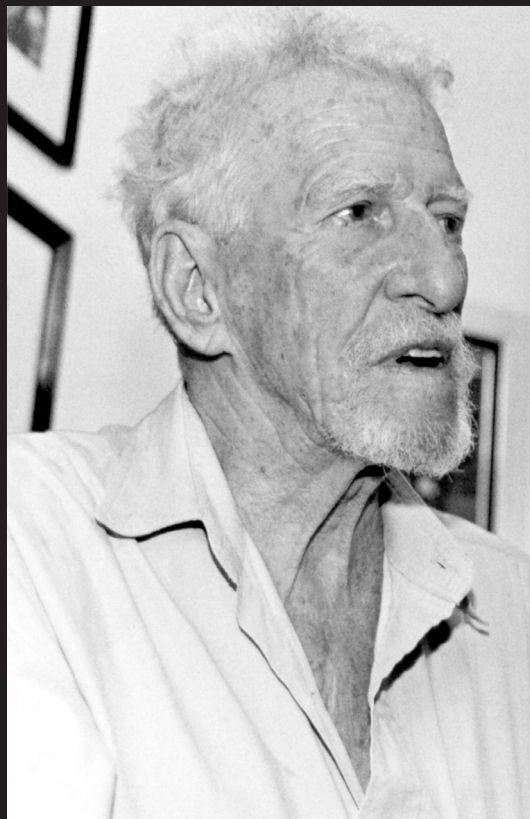
**JU - Que outras universidades brasileiras fazem parte do grupo?**

**Brovetto** - As Universidades Federais de Santa Catarina, Paraná, Santa Maria e de São Carlos (São Paulo).

**JU - O fortalecimento da democracia vai levar necessariamente ao fortalecimento do ensino superior. No entanto, vivemos ainda um processo eleitoral na América Latina. O Brasil há pouco realizou suas eleições, Argentina e Uruguai têm eleições presidenciais no próximo ano, Paraguai teve um processo eleitoral com desdobramentos que ainda não se conhece. Pode-se antecipar uma mudança de ventos políticos no sul da América Latina, similar ao que está havendo na Europa?**

**Brovetto** - Antes um comentário sobre a primeira parte da pergunta, sobre a consolidação da democracia e da educação superior em paralelo. Desgraçadamente, as duas não têm caminhado totalmente juntas. Nossos povos lutaram pela democracia, deram sua vida para isso, mas pelo menos nestes primeiros tempos, os governos democráticos não assumiram com total responsabilidade o papel da educação superior. Não sei se não compreenderam este papel, mas a verdade é que não foi dada importância para a missão que tem a educação superior, com responsabilidade, entre outras coisas, frente à própria consolidação da democracia. O que vislumbro para o futuro? Algo em paralelo ao que aconteceu na Europa, onde novos governos entenderam a realidade das universidades. Na Conferência Mundial de Paris, por exemplo, falou o presidente Lionel Jospin, e em seu discurso assinalou a importância que o governo francês dá à educação em todos os níveis e, em particular, à educação superior.

# Xico Stockinger



## Xico em pedra, ferro e bronze

*Derradeiro representante de uma estirpe de grandes escultores brasileiros – que inclui, entre outros, Vasco Prado, falecido em 1998 – Xico Stockinger prepara-se para celebrar, em 7 de agosto próximo, a passagem dos seus 80 anos. Recolhido à bela casa na Zona Sul de Porto Alegre – santuário que construiu em várias etapas, ao lado de Yedda – sua companheira e cúmplice nesses mais de 50 anos de produção da arte -, dos filhos, netos, dos amigos, de suas esculturas de pedra e ferro, de seus cactos e de seus cães, o criador dos Guerreiros e dos Sobreviventes repassa sua vida e, serenamente, conclui que nela nada existe que precisasse ser alterado. Em entrevista ao Jornal da Universidade - da qual participaram Ivo Stigger e Leandro Rodrigues - Xico fala das suas esculturas e dos caminhos passados e futuros da arte brasileira. Lembra companheiros que já se foram, e, com a sabedoria e equilíbrio que caracterizam desde sempre sua conduta como homem e artista, depõe sobre a dignidade e a vida.*

JANEIRO/FEVEREIRO 1999 - EDIÇÃO N.º 16

**Jornal da Universidade** - Numa entrevista publicada na Zero Hora, de Porto Alegre, em 7 de agosto de 1989 dia em que completava setenta anos de idade o senhor brincou, dizendo que aquelas sete décadas de vida “foram para treinar”. E acrescentou: “Agora quero ver se faço alguma coisa que preste”. Às vésperas dos seus oitenta anos, dá para dizer que, nestes últimos 10 anos, o senhor “fez coisas que prestem”?

**Xico Stockinger** - Parece que eu acertei nesse negócio que eu disse em agosto de 1989. Mas só existe uma coisa que eu tenho um pouco mais agora em relação à época dos meus *setenta* anos: dinheiro. Nada é perfeito, no entanto, pois agora que tenho os meios para fazer tudo o que eu quero, a velhice atrapalha. É sempre assim: quando se tem as condições ideais para se trabalhar, o físico não ajuda. Ainda assim, continuo produzindo com a mesma intensidade e determinação de antes.

**JU** - O senhor afirmou que agora está em condições de fazer exatamente o que quer. Em que está trabalhando?

**Stockinger** - No momento, trabalho mais em pedra. Talvez seja a pedra a matéria que mais me fascina como escultor. Tenho importado mármore de Carrara. Não sai tão caro assim, o único problema é que leva pelo menos três meses para chegar. Nos últimos 10 anos, contudo, trabalhei muito com o ferro, forjando minhas grandes flores de metal. Fiz uma até mesmo para Quito, no Equador. Até agora não sei como alguém me descobriu para fazer essa escultura. Quito é uma cidade simpática. Situada nos Andes, a 3 mil metros de altitude, não tem árvores mas eles compensam essa ausência enchendo as praças e as ruas com esculturas e outras obras de arte.

**JU** - Como nasceu Xico Stockinger, o escultor?

**Stockinger** - Isso permanece um mistério. Em nenhum momento da minha infância de menino pobre criado na Colônia Costa Machado, em Santo Anastácio, interior de São Paulo, eu pensei em me transformar em artista plástico. Na colônia, onde vivi dos dois aos oito anos de idade – de 1921 a 1927 - eu ouvia o apito do trem da Sorocabana que passava naqueles confins, e sonhava em ser maquinista. Em 1927, minha mãe se mudou para São Paulo, eu a acompanhei e passei a estudar no Mackenzie – com bolsa de estudos, claro. Em 1935, morando sozinho no Rio, numa pensão, eu já tinha um outro sonho: queria ser piloto de avião.

**JU** - O senhor chegou a ser piloto?

**Stockinger** - Tirei o brevê. Mas minha carreira como piloto durou pouco, pois em 1942, quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, eu fui proibido de voar. Acontece que eu, nascido na Áustria, ainda não havia me naturalizado. E em 1942, a Áustria, que havia sido anexada por Hitler, era inimiga do Brasil.

**JU** - O que o senhor fez, para sobreviver?

**Stockinger** - Fiz um curso de Meteorologia e acabei me formando no Rio na primeira turma de profissionais brasileiros de nível universitário desse setor. Continuei ligado, no entanto, à minha velha turma de pilotos. E, voando com eles, numa noite em que ficamos retidos em São Paulo, sem teto, acabamos na casa do pintor Clóvis Graciano, irmão do Arthur, um dos pilotos. Naquela noite, conheci Graciano e este me deu um bilhete de apresentação ao Bruno Giorgi, escultor já famoso na época, que mantinha um atelier-escola na Praia

Vermelha, no Rio de Janeiro.

**JU** - O senhor era meteorologista e ex-piloto, profissões que não têm nada a ver com artes plásticas. Por que, então, essa carta de apresentação que o Graciano fez ao Giorgi?

**Stockinger** - Eu nunca pensei em ser artista, mas desde menino vivia desenhando, fazendo caricaturas dos amigos, dos colegas de aula, da turma de pilotos. No Rio, final dos anos 30 e início dos anos 40, eu era fascinado pelas histórias de quadrinhos que os jornais publicavam. E havia, naquela época, desenhistas do talento de Harold Foster. Eu vivia copiando essa gente, inventando histórias em quadrinhos. Aquilo me tocava. E toda a turma conhecia meus desenhos, meus quadrinhos, minhas caricaturas, coisas que eu fazia apenas por brincadeira, por gozação, pelo simples prazer de desenhar, de criar.

**JU** - Em síntese, o Xico Stockinger escultor nasceu na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, nos anos 40, no atelier do Bruno Giorgi?

**Stockinger** - Isso mesmo. Virei escultor para sempre. Mas, só consegui me dedicar integralmente à escultura muitos anos depois, quando já morava em Porto Alegre. No Rio, durante muitos anos – já casado com Yedda, museóloga e psicóloga que conheci no atelier do Giorgi -, para sobreviver, fiz caricaturas em vários jornais. Nessa época, por pura curiosidade, fiz um curso de diagramador, então uma novidade. Pois essa curiosidade, me salvou. Quando as coisas apertaram, em 1954, aceitei um convite do Vitório Gheno para trabalhar como caricaturista do jornal *A Hora*, que estava sendo fundado em Porto Alegre. Para vocês terem idéia de como essa história é antiga, basta lembrar que o Lauro Schirmer era o “foquinha” da Redação. Recém chegado de Cachoeira do Sul, o Lauro fabricava em *A Hora* suas primeiras reportagens como jornalista profissional. A equipe era ótima: Maia Neto era diretor, o Capitão Erasmo Nascentes o secretário de redação e o Josué Guimarães como chefe de reportagem. Na reportagem, além do jovem Schirmer, estavam o Cândido Norberto, a Gilda Marinho, o Ernesto Valdez e o Carlos Nobre.

**JU** - O senhor era o caricaturista de *A Hora*?

**Stockinger** - O combinado era isso. Mas, na prática, além de fazer as caricaturas e charges, eu diagramava o jornal. Ou seja, entrava às duas da tarde e saía às seis da manhã, morto de cansado. Não sobrava tempo para a escultura, para mais nada. Quem me dera que eu tivesse então a moleza que é a vida dos chargistas de hoje, que chegam na Redação, dão uma olhada no noticiário e poucas horas depois estão livres.

**JU** - Apesar da excelência da equipe, a aventura de *A Hora* durou pouco, não é?

**Stockinger** - Os tempos eram muito turbulentos. Os ciclones políticos atingiam os jornais. *A Hora* fechou e eu fiquei sem emprego, com mulher e dois filhos pequenos. Até que o Ernesto Valdez me conseguiu um emprego na firma *Acessórios São João* onde, durante anos, desenhei tabuletas com o preço das peças de automóveis e caminhões. Isso durou até 1956, quando o Roberto Eduardo Xavier me convidou para integrar a equipe de chargistas da *Folha da Tarde*. Finalmente, eu tinha tempo livre para me dedicar à escultura. O salário não dava para enriquecer mas era garantido no final do mês. A liberação final veio em 1974, quando os ganhos com a escultura passaram a ser suficientes para que eu e minha família sobrevivêssemos com dignidade.

**JU** - No tempo em que trabalhou na *Acessórios São João*, o senhor não

**produziu nada?**

**Stockinger** - Como não tinha dinheiro para fazer escultura, pois fundir ferro e bronze é coisa cara, me lembrei da xilogravura, arte que aprendi ainda no tempo do Rio, observando o Marcelo Grassmann trabalhar. Foi o que me salvou. Nessa época, fiz as gravuras das séries *Mangue*, *Abigeatário* e *Retirantes*, que têm como protagonistas seres oprimidos, ou, como se diria hoje, socialmente excluídos.

**JU** - Ao longo de sua trajetória, o senhor produziu uma arte comprometida com a denúncia das agressões sofridas pelo homem. Tanto nas xilogravuras dos anos 50, quanto nas séries em ferro e bronze dos *Guerreiros*, *Prisioneiros*, *Sobreviventes*, se evidencia sua indignação diante da injustiça, da falta de liberdade, do aviltamento da dignidade do homem. É esta, na sua opinião, a tarefa da arte?

**Stockinger** - Penso que se você tem um meio de expressão, este deve ser usado pelo menos de vez em quando – com um certo sentido social. Principalmente na nossa época, eu acho que a arte produzida no Brasil deveria ser mais engajada, mais comprometida com a realidade social do país. Nós temos tantos problemas, e ficamos mais impressionados com questões estéticas de países desenvolvidos. Coisas, enfim, que não têm nada a ver conosco ou, pelo menos, não devem fazer parte das nossas prioridades. Fica até meio chato eu dizer isso, mas acho que arte é um negócio secundário num país como o nosso, onde a miséria ainda é tão grande e as insuficiências sociais permanecem gigantescas.

**JU** - Ainda assim, o senhor considera que valeram a pena todos essas décadas como escultor?

**Stockinger** - Valeram sim. Era divertido e continua sendo divertido fazer escultura. Você sempre procura fazer o melhor na esperança de que saia uma obra-prima. E, no entanto, quando termina, aquilo está mais para merda do que para qualquer outra coisa. Mas nunca se perde a esperança. A gente sempre vai tentando, melhorando um pouquinho, chegando cada vez mais perto. Mas, na verdade, nunca se chega. E é bom que não se chegue, pois se você chega lá, perde toda a graça. Você se sentir realizado é o fim da picada. Depois da realização, se você acha que chegou lá, então vem a imobilidade. Você pára. Essa incerteza é boa, é estimulante. É ela que nos desafia, que nos obriga a baixar a cabeça e tentar de novo.

**JU** - Quais os momentos que mais o marcaram nessas cinco décadas de arte?

**Stockinger** - Há pequenas coisas que nos marcam, nos emocionam. O reconhecimento da nossa arte, por exemplo, é uma coisa que comove. Quando penso que já estou calejado demais para que me emocione com essas pequenas coisas, me surpreendo ao descobrir que não é bem assim. Para falar só das coisas recentes, confesso que me comovi com o convite do povo de Quito, ao escolher uma das minhas flores de ferro para colocar nas ruas dessa bela cidade andina. Há pouco tempo também, coisa de quatro ou cinco anos, me comovi com o convite feito pela prefeitura de Resistência - uma pequena cidade perdida na região do Chaco, Argentina - para integrar o júri de um concurso de esculturas. Durante duas ou três semanas, 15 escultores de várias partes da América Latina, convidados pela Prefeitura de Resistência, criam suas obras na praça central da cidade, à vista de todo o mundo. Depois, todas as obras, premiadas ou não, ficam com a cidade, que as espalha pelas ruas e praças. Impressiona que uma cidade tão pequena possa aglutinar tanta gente em torno da arte. Como vêem,

por mais calejado que a gente esteja, essas pequenas coisas – e apesar do tempo e de tudo mais – ainda conseguem comover a gente.

**JU** - Se o senhor, agora aos 80 anos, pudesse voltar no tempo, o que mudaria em sua vida e o que voltaria a fazer igual?

**Stockinger** - Ainda que eu não seja um sujeito absolutamente feliz, eu fiz mais ou menos o que gostaria de ter feito. Se as circunstâncias fossem iguais, eu refaria minha vida da maneira como a vivi. A única coisa de que a gente se arrepende, é de não ter feito melhor, de não ter conseguido fazer melhor.

**JU** - É possível comparar a escultura que se faz hoje no Brasil e, em especial, no Rio Grande do Sul, com a produção dos anos 50, 60 e 70?

**Stockinger** - Essa é uma questão difícil de responder. Hoje em dia, no duro, não sei como anda a escultura brasileira. Aqui no Rio Grande do Sul ficamos completamente fora dos circuitos nacionais. Somos importante pólo da criação de esculturas do país mas nossa produção é diferente do que se faz nos demais centros. Lá, nesses centros, se faz mais esse negócio que eles chamam de arte conceitual enquanto aqui fazemos escultura como forma no espaço, na pedra, no ferro, no bronze.

**JU** - Arte conceitual, isso tem muito a ver com as chamadas instalações, não é?

**Stockinger** - Confesso que eu nunca sei se essa coisa de instalação é brincadeira ou é sério. Na verdade, hoje – como sempre – existe muita picaretagem na arte plástica. Já na escultura, a picaretagem é limitada. Em pedra não se brinca: você precisa fazer alguma coisa, você precisa esculpir, produzir uma obra. Você não pode fazer as coisas de qualquer jeito, pois – no mármore – isso fica muito evidente. Já nessas instalações, você pode juntar ou espalhar pedaços de várias coisas, de qualquer jeito, e dizer que é uma obra de arte. É aí vira artista. Claro que é possível produzir coisas boas em instalações, mas não é o que a gente tem visto por aí!

**JU** - O senhor acha que a arte, hoje, atingiu uma motivação mais comercial, ou seja, está sendo produzida para atender às necessidades de um mercado, simplesmente?

**Stockinger** - Não sou tão radical assim na análise dessa questão. A verdade é que o sujeito precisa sobreviver. Para fazer escultura, precisa ter certas condições, pois os materiais são caros. Eu não posso ter outro emprego. Então preciso vender uma escultura para fazer a próxima. Isso, claro, é um problema. Um problema que existiu sempre. Ao mesmo tempo, isso não é desculpa para a gente virar um doido, para atrelar a arte unicamente aos interesses comerciais, para, enfim, fazer comércio meio taradamente. A finalidade do artista não é, com certeza, vender. Quando a gente produz, a gente torce para vender, mas o sentido mesmo é o de produzir uma boa escultura, de conseguir expressar seus sentimentos e sua opinião sobre o mundo através da pedra, do ferro, do bronze, da madeira e de qualquer outro material que pode ser moldado ou fundido.

**JU** - O que está faltando na arte plástica brasileira?

**Stockinger** - A impressão que tenho é a de que está tudo meio parado. Talvez isso seja reflexo dessa complicada situação econômica e política do Brasil dos dias que vivemos. Não se tem mais certeza sobre nada. A única coisa que a gente sabe, é que tudo isso vai piorar muito. E aí a gente se retrai. Todos se retraem. Na arte, acontece o mesmo. Quase todas as galerias estão fechando. No Rio e em São Paulo, elas quase não existem mais. Aqui ainda tem algumas,

mas funcionando bem só a Bolsa da Arte e mais uma ou outra. Mas estas pegam o público rico. E rico não tem problema. Eles estão cada vez mais ricos. Nosso problema é a classe média que sumiu. Era a classe média que, noutros tempos, comprava muita arte. Enfim, em certo sentido, hoje está mais fácil vender uma obra cara do que uma barata, pois quem tem muito, não compra barato. Antes, gosta de se exhibir, de comprar uma obra para poder dizer “isso me custou tanto”!

**JU - Como foi sua relação com a crítica ao longo de todos esses anos?**

**Stockinger** - Sempre há uma diferença entre o que o crítico pensa e o que você pensa. Mas, de um modo geral, sempre me dei bem com a crítica. Quando comecei a fazer escultura não expus em Porto Alegre porque aqui não tinha galeria. Expus no Rio e em São Paulo e fui pegando nome por lá. Naquele tempo, a relação com os críticos paulistas e cariocas foi muito boa. No princípio, eu lia e recortava as críticas. Hoje, nem olho mais. Aliás, aqui no Rio Grande do Sul não existe uma crítica de arte. O Caringi era o único crítico que realmente sabia alguma coisa. Mas ele sumiu. Parece que está em São José dos Campos. Enfim, os críticos, às vezes, atrapalham um pouco, mas são um mal necessário. No Rio Grande do Sul, contudo, nem esse mal necessário nós temos. Aqui se expõe, aqui se faz e fica tudo na mesma.

**JU - Seus projetos para os próximos 10 anos?**

**Stockinger** - Sobreviver. E continuar fazendo esculturas. Confesso, contudo, que já não faço tanta questão de viver. Acho que já fiz todas as esculturas que eu tinha que fazer. Se não fiz mais ou melhores, é porque faltou talento, ou outra coisa qualquer. (Silencia durante algum tempo, e pede que o JU anote que ele ainda, apesar de tudo, tem algumas esculturas a serem feitas.)

**JU - Como gostaria de ser lembrado na história da arte plástica brasileira?**

**Stockinger** - Confesso que às vezes penso nisso. Morreu, acabou. Não adianta querer fazer museu com meu nome, pois se eu não estou mais, então não interessa. O que realmente importa é a vida que você levou, é o fato de você ter vendido seu peixe com alguma competência. O resto é nada.

# Alberto André



## “Só um mutirão salva o Brasil”

*Ele foi “foca” 60 anos atrás e, após longa carreira, chegou a “dinossauro”. Agora, com o tempo de profissão e o respeito que conquistou, é o decano dos jornalistas gaúchos. Presidente da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), de 1956 a 1990, lá permanece, à frente do Conselho Deliberativo. Por sua serenidade, foi algodão entre cristais na ditadura militar, salvando amigos e colegas da prisão ou de coisa pior. Fundou a Famecos/PUC e chefiou o Departamento de Direito Econômico e do Trabalho da UFRGS. Tem mais de 50 distinções, entre títulos, troféus e medalhas. Foi atuante vereador e chegou a deputado, mas um episódio que classifica como “patifaria” o afastou da política. Testemunha das constantes crises brasileiras, do alto dos seus 83 anos, Alberto André diz que o Brasil só escapa desta se houver um esforço conjunto e analisa a imprensa nacional, que conhece tão bem. Por três horas, em sua casa, na Zona Norte da Porto Alegre que tanto ama, ele conversou com os jornalistas Aníbal Bendati, Clovis Ott, Ivo Stigger, Juarez Fonseca e com os estagiários Gil Cafrune Gosch e Leandro Rodrigues.*

MARÇO 1999 - EDIÇÃO N.º 17

**Jornal da Universidade - O senhor assina o Estado de São Paulo, o Jornal do Brasil, a revista Imprensa e disse que vai assinar a Folha de São Paulo. Que outros jornais o senhor assina?**

**Alberto André** - Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora, aqui. No alternativo Krônica eu coopero, assino o Diário Popular, de Pelotas, no qual colaboro, e, aos domingos, O Globo.

**JU - O senhor tem tempo de ler tudo?**

**André** - Não dá mais para ler tudo. Ainda tem a Isto É, a Época, a Veja, a Você, que é uma experiência que estão fazendo. Recebo uma revista das Nações Unidas sobre finanças, fora o material que mandam para a ARI. Passo os olhos em tudo e leio o que interessa ao meu trabalho. Escrevo uma média de cinco a seis artigos por semana. No Jornal do Comércio, em uma semana letras jurídicas e na outra assuntos gerais. Em A Razão, de Santa Maria, tenho uma coluna sobre comunicação, aos sábados e domingos, há onze anos. Também colaboro uma vez por mês no jornal do bairro A Fala de São João.

**JU - Considerando que a está acompanhando de tão perto, colaborando em tantos jornais e lendo os de outros estados, como classifica a imprensa que se faz hoje no Brasil?**

**André** - Melhorou bastante, em relação aos assuntos. Há trinta anos, não havia assuntos econômicos. Os assuntos eram mais de política partidária. Hoje, os jornais já tratam de tudo. Eu acho que a imprensa brasileira está em bom desenvolvimento, com as dificuldades de sempre. Entre elas, o custo do papel que, com a inflação, terá problemas de novo. Apesar das críticas que a imprensa recebe, os predicados de qualidade, verdade e imparcialidade estão começando a preocupar os jornais. Lamenta-se apenas o fato de não existirem mais veículos para competir, no caso do Rio Grande do Sul.

**JU - Antigamente os jornais eram nitidamente diferentes uns dos outros. Tinham posições mais definidas. O senhor não acha que os jornais estão muito parecidos uns com os outros?**

**André** - Essa semelhança é fatal em função da globalização. Os assuntos são tantos que os jornais se preocupam mais em dar a notícia do que propriamente dar opinião. Os veículos de comunicação preferem, simplesmente, dar a notícia, às vezes comentá-la, mas não tomar posição em relação aos fatos.

**JU - A imprensa não está mais ligada, hoje, ao capital do que à informação?**

**André** - Ela sempre esteve ligada ao capital. Isso se dá pela necessidade de manutenção do veículo. A venda avulsa não mantém o jornal. O que mantém é a publicidade e a maior é a do capital. A tendência dos jornais é defender o capital o máximo possível.

**JU - Por isso a tendência governista da grande maioria dos jornais?**

**André** - Essa tendência está diminuindo. É um mal do passado. Os jornais, antigamente, só traziam assuntos relacionados ao governo. Hoje, se preocupam com outros assuntos, especialmente sociais. Mas não temos ainda um embate direto, a não ser em jornais de partidos. Não chegamos ao ponto de um veículo fazer uma crítica verdadeira, independente. Só criticam aqueles que já vivem dentro de uma corrente pré-determinada de idéias.

**JU - Então o senhor não acredita na imparcialidade da imprensa?**

**André** - Acredito porque ela dá todas as notícias. Não acredito é nos comentários que a imprensa faz. Hoje se dá notícias dos sem-terra, dos males da saúde

pública, sobre o problema do desemprego...

**JU - Mas há diferentes formas de se dar uma notícia. Por exemplo: pode-se chamar os sem-terra de sem-terra ou de invasores. E, nesta diferença, o veículo já deixa implícita a sua posição...**

**André** - Isso é inevitável, a não ser que o país viva sob uma ditadura, de qualquer tipo.

**JU - Que nota o senhor daria para a imprensa gaúcha e brasileira durante o governo militar? Como ela se comportou? Em relação ao momento de extrema liberdade que estamos vivendo, quais são os espaços, na sua opinião, que a imprensa já deveria ter ocupado?**

**André** - Durante a ditadura daria nota cinco aos jornais. Estavam impedidos de publicar quase todos os assuntos pela censura ativa, e mesmo pela indireta. Era um caso de sobrevivência. Os jornais que não atendiam as determinações da ditadura sofriam represálias. Muitos fecharam, outros foram suspensos, como aconteceu com o Estadão. O mesmo aconteceu nos países de esquerda, como a União Soviética. Lá não havia jornal contra o governo. A situação é a mesma nos dois lados. Hoje eu daria para os nossos jornais nota oito ou nove, porque publicam o que querem. É claro que, às vezes, há conseqüências. Para se ter um jornal totalmente livre em uma democracia é preciso que não haja crise nesse país. Nós estamos em crise. É ela que retém o jornal, que faz o veículo escolher com mais prudência para que lado vai pender ou como vai dar determinado assunto. Nós temos um exemplo claro aqui: a posição de reticência dos jornais em relação ao governo de Olívio Dutra. Não se sabe para onde vão depois. O jornal ideal só surgirá em uma democracia política e economicamente equilibrada.

**JU - O senhor tem sessenta anos de jornalismo. Houve algum momento de crise política, econômica e social como a de hoje?**

**André** - Eu acompanho a vida brasileira desde Getúlio Vargas. Quando ele fez a Revolução de 1930 eu tinha 15 anos e gostava muito de ler. O seu governo cumpriu uma etapa e foi apanhado por nova crise em decorrência de uma guerra mundial. Mas em nenhum dos outros governos que vieram depois vi uma crise tão ameaçadora como a de hoje. No de José Sarney havia aquela inflação terrível, mas todos viviam razoavelmente bem. Agora, parece que será pior. As outras crises eram mais políticas. Essa é econômica e os números no Brasil de hoje são terríveis. Temos um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 900 bilhões de dólares, mas com uma dívida interna de 430 bilhões de dólares, dados do Banco Central, e com uma dívida externa que ultrapassa os 300 bilhões de dólares. Jamais o Brasil esteve assim. O problema da saúde nunca esteve tão sério como atualmente. O desemprego está terrível. Já temos 8% de desempregados da mão-de-obra hábil e estão falando em 17%. Não sei como vamos sair dessa crise, mesmo tendo vivido ao longo de tantos governos.

**JU - O senhor foi vereador em Porto Alegre. Baseado nisso, como compara a classe política da época em que o senhor fazia política com a de hoje?**

**André** - Os políticos do meu tempo eram mais ativos, mais sérios e menos contraditórios do que os de hoje. Na Câmara Municipal, onde fiquei 12 anos, fazíamos um bom trabalho. Hoje, os políticos estão indecisos. Formam uma maioria que topa tudo para atender à sua chefia, o governo. As trocas de partidos

são ridículas. Mal iniciou a nova legislatura e já havia mais de 60 deputados trocando de partido, criando uma situação de crise geral na representação parlamentar.

**JU - A que o senhor atribui essa degeneração da ética e da prática política?**

**André -** A globalização não está fazendo bem ao Brasil. Não temos uma estabilidade necessária para nos igualarmos aos outros povos nesse processo. A União Européia já tem até uma moeda própria, porque lá existe estabilidade. Aqui, o sistema globalizado chegou cedo demais e o Brasil está se integrando a ele ao custo de uma crise sem precedentes em sua história.

**JU - Mas essa degeneração já vinha muito antes da globalização...**

**André -** Nunca tivemos perfeição. Entre as imperfeições, as ditaduras. O Brasil nunca teve tempo suficiente para consolidar um regime. Mal melhorou, veio a ditadura Vargas. Depois, a de 1964, que durou 25 anos. A Europa levou séculos para se consolidar. A Inglaterra só se firmou com a Revolução Industrial. O Brasil ainda é um país muito novo que não se encontrou. No caso atual, acho que o Fernando Henrique Cardoso fez um bom governo nos dois primeiros anos. Depois, ambicionou a reeleição. Forçou a sua criação contra as tradições da vida brasileira, se reelegeu e após dois meses acabou com a estabilidade, ameaçando o Plano Real.

**JU - Durante a ditadura militar tínhamos vergonha de ser patriotas, de empunhar a bandeira brasileira, de cantar o Hino Nacional. O senhor acha que está faltando patriotismo para os homens públicos?**

**André -** Se não estivesse faltando patriotismo, em geral, nós não estaríamos caindo em cheio nas mãos dos especuladores. Está faltando uma reação coletiva – e permanente – contra os males do Brasil.

**JU - A imprensa pode participar dessa reação?**

**André -** Pode e deve, expondo os problemas brasileiros com isenção, verdade e visão positiva dos destinos do país.

**JU - Quem na imprensa brasileira teria condições de assumir esse papel mobilizador?**

**André -** Só os grandes jornais.

**JU - Mas com a imprensa cada vez mais monopolizada, isso não se torna uma tarefa difícil? Não acaba ferindo, exatamente, os interesses desses grandes jornais e dessas grandes redes?**

**André -** É tão difícil que pensamos e não achamos como sair desse impasse. Quem vai controlar a Internet? Faz muito bem à educação, mas também gera deseducação generalizada, como, por exemplo, quando é utilizada para divulgar pornografia infantil. O que a Internet propaga de ruim pode estragar as suas coisas boas.

**JU - O senhor está propondo uma censura à Internet?**

**André -** Proponho que haja uma orientação. Nós temos na Constituição uma orientação que não pode ser considerada censura. É uma maneira de defesa da sociedade contra os abusos.

**JU - Ratinho, Faustão, Leão, Sílvio Santos... O que o senhor acha disso?**

**André -** Ruim. O melhor deles ainda é o Sílvio Santos, mas há coisas horríveis no programa dele. O Faustão é tolerável.

**JU - E A Igreja Universal comprando cada vez mais redes de rádio e TV?**

**André -** Tudo isso é um processo que está nos deixando sem saber o que fazer,

não sabemos o que poderá ser dos nossos netos e filhos.

**JU - O senhor considera correto uma cidade do tamanho de Porto Alegre, com a importância que tem, ter, a rigor, apenas três jornais: Correio do Povo, Jornal do Comércio e Zero Hora?**

**André -** É lamentável que Porto Alegre só tenha três jornais. É um problema que parte das dificuldades econômicas para criar jornais, principalmente no aspecto lucrativo. Não há quem invista em criar um jornal. Por isso estamos com esses três e dando graças a Deus por existirem. Alguns já estiveram mal de vida...

**JU - Quantos jornais o senhor já viu em Porto Alegre?**

**André -** Nove: O Estado do Rio Grande, Diário de Notícias, Correio do Povo, A Hora, A Última Hora, Folha da Tarde, Jornal do Dia, A Nação, O Clarim.

**JU - Como o senhor explica o fato de uma Porto Alegre com 300 mil habitantes ter comportado nove jornais e a mesma Porto Alegre, agora com 2 milhões de habitantes, ter um jornal que monopoliza tudo e outros dois que vivem de assinantes, praticamente sem venda em banca?**

**André -** É que um jornal não é considerado hoje um bom negócio, por aqueles que têm recursos. O detentor de capital quer lucro, e isto é muito duvidoso em um jornal, se leva muito tempo para se consolidar a vida de um veículo. Por isso ninguém se arrisca.

**JU - Que momento o senhor considera o melhor já vivido pela imprensa no Rio Grande do Sul em matéria de atuação e de influência no destino do Estado?**

**André -** Foi o do jornalismo romântico, no final do século passado. Escreviam nos jornais os grandes vultos da vida política. Depois veio a República. A década de vinte foi uma fase relativamente boa. Mas a grande fase foi depois do Estado Novo, quando surgiram todos os jornais dos quais já falamos. Muitos desapareceram na ditadura militar.

**JU - Qual a importância da profissionalização do jornalismo? O que trouxe de positivo a criação dos cursos superiores de jornalismo?**

**André -** O curso é importante, a educação é importante em toda e qualquer profissão, inclusive para jornalistas. Era preciso que alguém dissesse aos jornais quais os meios para se fazer cumprir as normas de ética, os princípios gerais que deve ter o jornal dentro de um regime democrático. Por isso, o aprendizado teórico para levar ao aprendizado prático. Quando se pensou em fazer o curso de Jornalismo na PUC, eu estava à frente, pois sempre fui um grande defensor dessa idéia, e me inscrevi até como aluno, mesmo tendo já 15 anos de profissão. No entanto, o Irmão José Otão me convocou para ser professor de Administração em Jornal, porque eu vivia dentro de jornal. O curso de Jornalismo sempre teve dois problemas que ainda não foram devidamente acertados.

**JU - Quais são esses problemas?**

**André -** O primeiro é o excesso de teoria e a falta de prática. É preciso mais atividade prática no curso. Jamais deveriam ter acabado com o estágio. Foi um erro gravíssimo. O Sindicato dos Jornalistas fez uma campanha nacional e obteve uma lei que acabou com o estágio obrigatório nos veículos. Hoje ele é facultativo, dentro da própria faculdade. O seu valor estava no fato de se realizar dentro de uma empresa. Lá, o estagiário via o diretor de jornal, via o comportamento do secretário, dos seus colegas, do público que visita o veículo. Isso acabou.

**JU - As próprias empresas não desvirtuaram o estágio no momento em que, para pagar menos, começaram a contratar mais estagiários do que profissionais?**



**André** - Esse é um mal, mas, às vezes, resolver um problema acaba criando outro. O aluno, agora, está muito mais dependente do número de jornalistas que ele tem como professores.

**JU - Para os jornais foi ruim o fim do estágio?**

**André** - Foi, porque perdeu bons futuros jornalistas com prática.

**JU - O jornalismo perdeu sua tradição de combatividade, de assumir, como Josué Guimarães, o risco de ser preso?**

**André** - Essa tradição é muito relativa. A combatividade vale para todas as profissões. Ela não desapareceu, mas diminuiu em função do momento. De uma crise que não é de hoje, mas que vem de muito tempo.

**JU - Por que o senhor não continuou na política?**

**André** - Aconteceram duas coisas. Fui convidado pelo prefeito Loureiro da Silva para preencher uma vaga no Tribunal de Contas do Município, criado em 1958, no governo Brizola, mas não preenchido. Loureiro resolveu, em 1962, colocar o Tribunal a fiscalizar a contabilidade e o controle das repartições. Para isso ele escolheu cinco vereadores: do antigo PTB escolheu a mim, que não quis aceitar. Loureiro veio até minha casa e disse que se eu não aceitasse, o Tribunal não seria preenchido. Fui consultar o partido, e Brizola, junto com Sereno Chaise, disse que era fundamental que eu aceitasse. Apelo do prefeito, da minha mulher, do chefe do partido... não pude negar. Não voltei à política. Fiquei dez anos no Tribunal.

**JU - Quando o senhor era vereador, tinha aspirações na política?**

**André** - Queria ser deputado estadual. Fiz duas campanhas para deputado pelo Partido Libertador. Em uma fiquei como segundo suplente e na outra como primeiro. Na primeira suplência assumi a Assembléia durante os últimos dois meses do mandato. Na Segunda, tive assento durante quase os quatro anos. O Fonseca de Araújo, eleito deputado, foi convidado para ser procurador geral. Entretanto, o Paulo Brossard não quis. Ele queria que eu renunciasse ao mandato. Então, propus entregar o cargo e assumir como vereador para continuar o meu trabalho nos oito meses que faltavam. O Partido Libertador não aceitou. Foi a juízo e ganhou a ação por onze a dez. Perdi meu mandato pelo voto de Minerva do presidente.

**JU - Qual o momento mais delicado, mais grave, que o senhor viveu como jornalista, como repórter, como presidente da ARI?**

**André** - Os momentos mais graves aconteceram durante a ditadura militar. Por mais que a gente não quisesse, sempre havia prisões, principalmente de fotógrafos. O Assis Hoffman, vivia preso. Várias vezes fomos tirá-lo da prisão. Na ARI, o melhor momento foi quando pagamos a dívida do prédio. Obtivemos a quantia necessária com o Gerdau, com o Paulo Vellinho e com outros destacados empresários. Todos sem pedir nada em troca. Pagamos a dívida e tomamos um porre. O segundo momento muito difícil para mim, foi a prisão do escritor Reinaldo Moura, em 1965. Ele era diretor da Biblioteca Pública. A família dele avisou que ele havia sido preso "por comunismo". Tinham encontrado uma máquina de escrever na sua casa, na qual, segundo seus acusadores, ele teria escrito um manifesto contra a Revolução. O Érico Veríssimo me telefonou para saber se poderíamos fazer alguma coisa. Liguei para o Terceiro Exército e conversei com o coronel Boscacci, hoje general, e pedi uma audiência com

ele. No outro dia fomos, o Érico e eu. Subimos até o terceiro andar do quartel general, na Rua da Praia, e ficamos esperando, na ante-sala. Quando a porta se abriu para que entrássemos, estava lá toda a oficialidade postada, batendo continência para nós. Sentamos, conversamos, e no dia seguinte, mandaram soltar o Reinaldo.

**JU - Há uma lenda segundo a qual o senhor dizia para os militares: "Não mexam nos meus meninos!" isto é, os jornalistas. É verdade?**

**André** - Não com essas palavras. Eu só dizia aos coronéis que os jornalistas tinham necessidade de trabalhar, e de se ter a máxima liberdade dentro daquela situação. Não tenho queixa do Exército. Sempre que estive lá fui bem atendido. A minha conversa com os militares, quando ia pedir para soltar algum colega, era cordial, não muito franca, mais protocolar. Não nos ofendíamos. Mas estranho nunca ter sido preso.

**JU - Gostáramos que o senhor traçasse um paralelo entre a força que o Correio do Povo teve até 1984 e a que a Zero Hora passou a ter a partir do fim da antiga Caldas Júnior.**

**André** - Trabalhei 43 anos no império Caldas Júnior e sempre me dei bem lá. A quebra da empresa começou com a compra de equipamentos para a TV Guaíba. Saiu uma resolução do então ministro da Fazenda, Delfim Netto, lançando uma campanha para a compra de dólares. Colocaram a moeda norte-americana a um preço altamente competitivo. O Breno Caldas aproveitou para comprar fiado todo o equipamento de uma vez só. Quatro meses depois a resolução do ministro Delfim foi revogada. O preço do dólar duplicou. Então Breno Caldas teve de começar a vender suas propriedades. Esta foi a grande causa da queda da antiga Caldas Júnior.

**JU - Não há semelhança entre o acontecido na velha Caldas Júnior e as conseqüências da participação da RBS na CRT?**

**André** - Felizmente, eles saíram a tempo da CRT.

**JU - Mas compra dos equipamentos para a TV Guaíba não teria sido a pá-de-cal num longo processo de enfraquecimento gerado por uma concepção antiga de administração da empresa?**

**André** - A administração por lá sempre foi centralizada. Não havia quem competisse com o Correio. Mas uma empresa de família chega ao fim no momento em que se não se coloca gente de fora, se não se coloca capital novo, cai. Dezenas de empresas desapareceram dessa forma.

**JU - Como se manifestava o poder da Caldas Júnior?**

**André** - Basicamente através do editorial. Depois, pelos artigos escolhidos para ser publicados. Naquele tempo, as grandes personalidades eram colaboradoras do jornal. Então, o que se escrevia insinuava-se na prática.

**JU - O poder que a RBS tem hoje é comparável ao que a Caldas Júnior tinha nas décadas de 50, 60 e 70?**

**André** - Só que a RBS não o exerce como exercia o Breno Caldas, permanentemente. Aquele era um poder individual. A RBS exerce um poder de empresa. No Correio do Povo era só o Breno Caldas.

**JU - Por quanto tempo o senhor foi presidente da ARI e qual a importância da Associação dentro da história do jornalismo?**

**André** - Permaneci na ARI durante 37 anos, 34 como presidente, 2 como vice e 1 como secretário. Sou suspeito para falar da ARI, mas ela fez muitas coisas.

Ela congregou a classe no Rio Grande do Sul, defendeu o jornalista, o Prêmio ARI já fez 40 anos. Na cultura, a ARI tem uma história grande para contar.

**JU - O senhor sempre viveu em Porto Alegre. A cidade do seu início de carreira era muito diferente da de hoje. Por que o senhor começou a escrever sobre a cidade no início da carreira?**

**André -** Eu gostava muito da cidade e, por acaso, tinha um jornal para escrever, o Correio do Povo. Por isso me candidatei a vereador, para poder servir a Porto Alegre. No cargo, eu gostei de tratar dos problemas da cidade, de visitar os bairros, as associações da época. Fiz uma centena de leis.

**JU - Qual dessas leis o senhor acha mais importante?**

**André -** Fiz muitas de proteção ao verde, fiz campanha pelo Parque Moinhos de Vento, que pretendiam transformar em loteamento. Também fiz leis sobre loteamentos públicos na cidade, fiz campanha, pelo Correio do Povo, em favor do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Eu conseguia conciliar o trabalho da Câmara Municipal com o do Correio. Hoje, a cidade me agrada. Esse programa de melhoramento do Centro, realmente está melhorando algumas peças, como a Praça XV. O Mercado Público também ficou melhor. Mas o que está precisando, em primeiro lugar, é tirar aquelas atividades comerciais indiscriminadas do Centro.

**JU - Mas isso não é o reflexo da situação econômica e social?**

**André -** É difícil, eu sei. Mas aquilo marca a cidade. Hoje é impossível caminhar nas ruas centrais da cidade, pois estão tomadas pelos ambulantes. A cidade, para recuperar sua qualidade de vida na área central, tem que encontrar formas de aliviar essas ruas. Há, também, erros históricos que precisam ser corrigidos. Fechar parte da Borges de Medeiros ao trânsito foi um grande erro. Esta avenida foi construída exatamente para facilitar a ligação entre o Centro e a Zona Sul. A questão do abastecimento de água, que foi durante longo tempo um problema crônico, está relativamente bom. Da mesma forma, a cidade hoje está dotada de uma boa rede de esgotos, mas ainda existem regiões periféricas importantes que não dispõem desse serviço essencial. O problema da saúde é grave, mas sua solução independe do município. Ainda assim, se a cidade tivesse mais dois Prontos Socorros como o da Oswaldo Aranha a situação seria bem melhor. O Pronto Socorro de Porto Alegre é um dos serviços essenciais da cidade e opera num nível de alta competência.

**JU - Como morador da Zona Norte, o senhor se dá conta que os melhores equipamentos da cidade estão concentrados no Centro e na Zona Sul?**

**André -** Isso é verdade. A Zona Sul, a área balneária da cidade, se caracteriza por concentrar os parques. E é difícil implantar parques na Zona Norte pois está totalmente ocupada. Só tem um pequeno parque na Sertório com a Avenida São Pedro, que está abandonado. Está mesmo na hora de ser implantado um grande parque na Zona Norte.

**JU - Ao longo da sua vida como jornalista, o senhor deve ter tido muitos convites para ir embora, para trabalhar no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Por que nunca saiu daqui?**

**André -** Nunca me passou pela cabeça sair de Porto Alegre. Gosto da cidade. Filho de pais libaneses, nasci aqui. Jamais me ocorreu, jamais me ocorrerá sair daqui. No meu trabalho como jornalista, ao longo de todas essas décadas, dá para identificar esse amor pela cidade. Tenho umas 400 reportagens sobre Porto Alegre.

**JU - O senhor nunca pensou em reunir esse material num livro?**

**André -** Essa é uma idéia antiga. Dessas 400 reportagens pretendo selecionar umas 100 para serem reunidas em livro. Já escolhi 50, faltam as outras 50.

**JU - O senhor disse, no começo desta entrevista, que o Brasil vive uma crise tão grave que somente uma reação, intensa e coletiva, poderá retirar o país de uma situação que definiu como “extremamente dramática”. Quem, entre os atuais líderes políticos, poderia liderar essa reação?**

**André -** Individualmente, está difícil. A única saída desse imenso atoleiro em que estamos é, necessariamente, coletiva. Quanto a líderes políticos atuais, tenho muita admiração pelo Leonel Brizola, mas somos obrigados a reconhecer que sua idade avançada se torna um obstáculo. Quanto aos demais, Lula já teve duas oportunidades para chegar à presidência e não passou pelo teste das urnas. Entre os novos, admiro o Ciro Gomes, mas ele ainda é uma incógnita. Eu gostava muito de Fernando Henrique Cardoso mas acho que ele comprometeu sua administração a partir do momento em que começou a se preocupar com a reeleição. Antonio Carlos Magalhães, muito violento, não me agrada.

**JU - O que o senhor mudaria na sua vida se pudesse voltar atrás?**

**André -** Teria continuado no jornalismo. Também lamento muito a idade ter cortado o meu trabalho como professor universitário. Lecionei durante 40 anos na PUC onde, inclusive, ajudei a criar o Curso de Jornalismo e onde construí o prédio da Famecos. Na UFRGS, lecionei durante 31 anos nas faculdades de Direito e Economia, mas tive que deixar essas tarefas – das quais gostava muito – ao completar 70 anos de idade. Adoraria continuar lecionando.

**JU - Quais seus projetos para os próximos 10 anos?**

**André -** Tenho um único projeto: continuar prestando serviços à categoria dos jornalistas.

## Rodolfo Pinto da Luz



**“Se não investirmos na cabeça  
estamos liquidados”**

*O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, esteve em Porto Alegre nos dias 12 e 13 passados. Veio para a abertura do encontro que reuniu dirigentes de universidades brasileiras, entre as quais, além da UFRGS, as federais UFMG, de Minas Gerais, UFPE, de Pernambuco, Unifesp, de São Paulo, a Universidade Nacional de Brasília (UnB), as estaduais de São Paulo e Campinas e a PUC-RJ. O tema foi “ Avaliação e Gestão das Universidades”. Por uma hora e meia conversou com os jornalistas Clovis Ott e Ivo Stigger sobre o momento universitário brasileiro, autonomia, analisou situações, reivindicou, fez críticas e apresentou alternativas. Nesta entrevista, reafirmou o papel fundamental a ser desempenhado pelas universidades públicas e gratuitas na construção de um Brasil integrado, desenvolvido e solidário.*

ABRIL 1999- EDIÇÃO N º 18

**J**ornal da Universidade - Vivemos no Brasil o mais longo período democrático após a República. Várias instituições estão se reciclando para o novo tempo. A Imprensa está neste processo, o Legislativo também, o Judiciário está entrando... A Universidade pública também está se adaptando ao cenário?

**Rodolfo Pinto da Luz** - A Universidade pública sempre foi um local de discussão, de debate, de crítica. No período autoritário foi uma das instituições que reagiram com intensidade a qualquer tipo de intervenção. Ela iniciou no país a movimentação pela redemocratização e, hoje, continua com suas proposições. Além disso, forma os recursos humanos, procura identificar e apresentar novas propostas através da pesquisa. A Universidade se renova permanentemente. Tem um processo democrático de decisões. Aliás, é uma das instituições mais transparentes, e esta transparência começa na sala de aula, com a participação do aluno. Todas as deliberações são tomadas por órgãos colegiados. A Universidade é uma instituição permanente e quase milenar. Consegue manter a sua própria renovação a partir disso.

**JU - Pode-se dizer que a autonomia universitária está dentro desta renovação?**

**Pinto da Luz** - É outra característica da Universidade, para que possa ter a liberdade acadêmica, de manifestação, de investigação. Isto não significa uma soberania, mas uma autonomia dentro do Estado. É um órgão que cumpre uma finalidade pública. Mas, para isso, precisa de uma autonomia que, no nosso caso, é constitucional mas não é cumprida. Tivemos, ao contrário, até uma redução na autonomia da Universidade.

**JU - Qual é o tipo de autonomia que serve à Universidade pública brasileira?**

**Pinto da Luz** - A autonomia acadêmica já temos. As interferências externas são muito restritas. O que preocupa as universidades federais é a falta de autonomia administrativa, orçamentária e financeira. Basta dizer que para substituir um professor que se aposenta é preciso a autorização de dois ministros de Estado. A própria realização de concursos públicos está vedada por uma determinação governamental que atinge a todos. Este ponto é que precisa ser trabalhado. Precisamos ter condições dentro dos orçamentos aprovados. Isto não significa que a Universidade não preste contas. A Universidade tem que prestar contas, continuamente, do que faz. Não é apenas uma mera demonstração contábil. Mas, como retribui à sociedade a manutenção que dela recebe, em termos de ensino, pesquisa e extensão, sempre de acordo com o que esta sociedade está precisando, não só no presente mas, principalmente, no futuro.

**JU - Então, por que a polêmica em torno da proposta de autonomia que está sendo apresentada para adesão pelo governo?**

**Pinto da Luz** - Nós defendemos que a autonomia é uma pré-condição. O que o governo está propondo é uma autonomia por adesão. Até agora, a proposta não foi explicitada.

**JU - Como ou qual seria esta proposta?**

**Pinto da Luz** - Queremos a autonomia para todas as universidades. Já disse que é uma pré-condição para que a Universidade exerça as suas finalidades com competência, sem ficar amarrada aos controles meramente burocráticos do governo federal. Nenhuma Universidade seria obrigada a assumir a autonomia sem ter as condições para isso. Deverão ser criadas pré-condições para a autonomia.

**JU - Quais são essas pré-condições?**

**Pinto da Luz** - Em primeiro lugar, um patamar de desenvolvimento, que tivesse alto nível de desenvolvimento científico, de qualificação de corpo docente, entre outras coisas. O que nós não podemos aceitar é que as universidades fiquem restringidas no acesso à autonomia, pois essa restrição poderia tolher ainda mais as instituições. A autonomia deve ter uma regra para definir o orçamento das instituições.

**JU - O senhor considera que o ensino público de nível superior está ameaçado? A autonomia seria uma das etapas para se chegar ao fim da gratuidade?**

**Pinto da Luz** - Na Constituição de 1988 foi colocado, em relação ao ensino superior, um tripé: autonomia, vinculação orçamentária para a educação e garantia do ensino público e gratuito. Não se alterando a Constituição em nenhum desses pontos, também a gratuidade seria preservada. O presidente da República garantiu publicamente o ensino gratuito, foi muito categórico em defender a autonomia das universidades. Não queremos uma Universidade autônoma em que a sociedade pague a conta. Queremos uma regra definida para isso. Uma matriz de distribuição de recursos com critérios quantitativos para que as universidades saibam o quanto receberão. Não achamos que a autonomia deveria vir acompanhada da cobrança de anuidade. Isto não resolveria o problema do financiamento, tornaria ainda mais injusto o acesso às universidades, e temos grande quantidade de estudantes pobres e das várias faixas da classe média. O pagamento nas instituições federais de ensino superior seria somado ao desemprego e à recessão. A autonomia tem que vir para oferecer condições para as universidades serem mais eficazes e competentes e manter o seu foco na interação com a sociedade.

**JU - Atualmente a Universidade já não interage com a sociedade que a mantém?**

**Pinto da Luz** - Quantas vezes por mês os reitores, pró-reitores e diretores têm que ir a Brasília para, praticamente, resolver nada? Mas, se não forem, também não serão informados, não influenciarão em mudanças. Então, ao invés de incidir sobre a atividade fim da Universidade, o foco incidirá sobre a atividade meio. Isto pode ser definido, simplesmente, com o estabelecimento de regras: defina-se o financiamento, dê-se liberdade e avalie-se a Universidade. Vigida pela população, ela tenderá a crescer. Aquela idéia da torre de marfim já está abolida. Tem que mudar o enfoque. Temos que ter uma administração ágil que dê suporte às atividades fins da universidade.

**JU - Neste processo, qual o papel a ser desempenhado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, Andifes? A Andifes vai aconselhar a adesão ao projeto de autonomia apresentado pelo governo federal?**

**Pinto da Luz** - A Andifes tem uma posição pró-ativa. Não espera, simplesmente, a posição do governo. Tanto que em 1996, após ampla discussão na comunidade universitária, elaborou uma proposta de Lei Orgânica do Ensino Superior. Naquele contexto, antes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), muitos assuntos que ali estavam foram superados. Agora, reformulamos a original e encaminhamos às universidades uma proposta sobre autonomia para debate. Não há, ainda, uma proposta da Andifes. Estamos em discussão e, em cima disto, debatermos as proposições a serem encaminhadas pelo governo. O ideal seria que o governo aceitasse as nossas. Sabemos que isso não acontecerá. Mas

a proposta da Andifes servirá como parâmetro para que a própria entidade possa debater com o governo e com o Congresso Nacional. A Andifes não vai aprovar nem rejeitar a proposta do governo. Vai debater com a comunidade universitária, vai negociar, sim.

**JU - A proposta da Andifes é consensual dentro da própria instituição?**

**Pinto da Luz** - Em 1966, a Andifes aprovou aquela proposta. E aprovou muitos pontos por votação. Portanto, sem consenso. Mas depois de aprovados passam a ser aceitos por todos. É um processo democrático. Não podemos pretender que haja unanimidade entre os reitores ou entre as universidades. A Andifes defende uma coisa simples: um modelo de financiamento. De preferência, que neste modelo haja uma vinculação de recursos nos orçamentos, que nos permita antever o que acontecerá nos anos seguintes. Também queremos liberdade de gestão para que possamos organizar os nossos quadros e, inclusive, modificar sua estrutura, para evitar o engessamento das universidades, que devem ser dinâmicas.

**JU - A proposta da Andifes contempla salários?**

**Pinto da Luz** - A proposta mantém a idéia inicial de isonomia entre as universidades. Isto é polêmico. Há quem defenda que cada universidade tenha a sua carreira, os seus salários com regime exclusivo. Nós defendemos um regime próprio de pessoal para todas as universidades, tanto para os técnicos-administrativos como para docentes, com regras comuns que não seriam do regime celetista nem do estatutário, como é hoje. Este é um dos pontos mais difíceis do governo aceitar, pois ele defende uma liberdade ampla neste ponto. Não somos contra “liberdades amplas” mas, pela história da própria Universidade, quando isso aconteceu não foram as melhores universidades, nem as mais qualificadas, que tiveram os salários mais compensadores. Tem que haver uma progressividade nessas autonomias mais amplas. As paulistas, por exemplo, têm uma paridade em termos salariais senão haveria uma quase canibalização entre elas.

**JU - O senhor disse há pouco que a Universidade está engessada. Há 20 ou 30 anos, num ranking nacional, das 50 melhores universidades do Brasil, pelo menos 40 seriam públicas federais. Hoje, esta realidade estaria mudada. Qual a razão desta disparidade? A Universidade pública perdeu qualidade, ou isso não é verdade?**

**Pinto da Luz** - Eu diria que não. Se fizéssemos um *ranking* hoje e comparássemos pelo mesmo porte, ou pela mesma idade, tenho certeza de que as universidades federais continuariam no topo da avaliação. Diria até que, apesar de toda esta crise, esquecemos de falar das excelências das nossas federais. Parece que tudo está quebrado, sucateado. É claro que sempre falamos dos problemas. Mas deveríamos também ressaltar a alta qualificação do nosso corpo docente.

**JU - Mas as particulares também estão aproveitando esta especialização, via melhores condições e salários. Quer dizer: as universidades públicas investem na formação dos seus quadros e as particulares acabam lucrando sem investir um tostão...**

**Pinto da Luz** - Com as aposentadorias precoces, as particulares têm levado muitos professores qualificados. Mas este também é um papel nosso. Temos que formar para toda a comunidade, para toda a sociedade. Mas se analisarmos, friamente, as melhores universidades brasileiras são as públicas. À exceção de algumas áreas das PUCs, não encontraremos nenhuma Universidade privada neste topo.

**JU - Então a Universidade pública brasileira tem que melhorar o marketing; em vez de ficar chorando as misérias deve passar a proclamar suas excelências?**

**Pinto da Luz** - Deve, sim. Temos que ter muita cautela ao explicitarmos nossa crise porque fica a impressão, para o público, de que as universidades estão quebradas. E isso não é verdade. Fizemos isso com o setor público. Venderam a idéia de que não havia telefones nem energia elétrica. Então tudo foi privatizado “para melhorar”. Só que piorou, mas aí ninguém mais fala.

**JU - Tal como aconteceu com a telefonia e com a energia elétrica, não poderia estar sendo armado um cenário para a privatização das universidades públicas federais?**

**Pinto da Luz** - Em muitos casos das teles não se investiu para deixar estourar, mesmo. Se começarmos a só mostrar o lado ruim da questão... Outro dia, uma jornalista me disse que havia feito uma matéria com as universidades privadas, que em Santa Catarina são criadas pelos municípios e mantidas pelos alunos, e que elas estavam investindo. Acrescentou: “Só estou falando com o senhor por um desengano de consciência. Sei que a Universidade federal está liquidada”. Respondi: “Não, a senhora me desculpe. A nossa Universidade tem, com certeza e sem nenhum ufanismo ou em detrimento das outras instituições, um dos melhores corpos docentes do país; está entre as 10 melhores brasileiras; tem as melhores instalações, apesar dos problemas; tem os melhores equipamentos, porque temos pesquisas altamente qualificadas; temos a melhor biblioteca e a melhor rede de Internet; estamos com sete prédios em construção... Não é, como a senhora diz, uma Universidade sucateada”.

**JU - Como as universidades federais podem reverter esta imagem negativa?**

**Pinto da Luz** - Precisamos de estabilidade, confiança, e que o governo, acreditando mais nas universidades, diga com que recursos nós podemos contar, efetivamente, e que sejam liberados com regularidade. No ano passado, por exemplo, o mês de dezembro foi, simplesmente, extinto. Só que as atividades e as despesas continuaram. O orçamento das universidades federais foi cancelado e o mês, perdido. As universidades precisam demonstrar, sempre, que têm a melhor pesquisa e grandes contribuições ao país em todas as áreas. Para manter isso, o investimento público deve continuar. Reduzir o investimento, no momento em que estamos produzindo e chegamos ao ápice, seria liquidar com tudo. Seria como alguém construir, equipar, contratar pessoal, investir numa empresa durante muitos anos e, quando ela começasse a produzir, dizer que não haveria mais matéria prima. Estamos quase assim. Com a política de qualificação, profissionais e quadros foram formados, mas os salários foram achatados, a esperança desapareceu e as pessoas começaram a ir embora.. Agora é o momento de colher os resultados. Temos que resistir a este processo. Com o Proer, o governo investe bilhões para salvar o sistema financeiro. Agora, falam num Proar, para salvar as empresas de aviação. Há tudo quanto é “pró”. Então vamos fazer um “Prouf” para salvar as universidades federais. Custaria um milésimo do que foi jogado nos bancos. O dinheiro existe.

**JU - Mas o governo federal diz que não há dinheiro e que mais gastos fariam voltar a inflação...**

**Pinto da Luz** - O governo deveria reexaminar esta questão das dívidas interna e externa. Sempre se fala na “dívida pública” e “na melhor gestão pública”. Mas o que tem acontecido nos últimos anos? De uma dívida de 60 bilhões passou-se

para uma outra de quase 400 bilhões, tudo decorrente da política monetária, cambial, de juros, implantada. Isto é o que está sugando todo o investimento do país. Tudo o que se paga em impostos e todos os impostos que foram gerados, ultimamente, são para pagar juros. Então vamos pensar em um imposto, reservar uma parte, que a Constituição já reserva, para a educação.

**JU - E a criação de mais um imposto é a solução para resolver os problemas da educação no Brasil?**

**Pinto da Luz** - Um dia desses, estive no Brasil um professor norte-americano convidado pela Confederação Nacional da Indústria. Um jornal de televisão foi entrevistá-lo e perguntou como pagar dívidas, como sair da crise, como investir e coisas do gênero. Sua resposta: "A solução para o Brasil já foi revelada há muito tempo: formar recursos humanos, qualificar as pessoas". Se faz isso pelas universidades (graduação e pós), pela formação de professores da rede de educação básica. Se compararmos este país – que tem um território imenso, com recursos naturais abundantes – com o Japão, que não tem nada disso, veremos que o diferencial é o investimento nas pessoas. Convivemos omissamente com analfabetos, com crianças fora das escolas, com escolas ainda precárias, apesar de todo o esforço. Temos boas escolas privadas para os filhos dos ricos e da alta classe média, que atende uma parcela mínima, e escolas públicas de baixa qualidade para a maioria. Isto poderá acontecer no ensino superior. O pior é que a universidade privada, vivendo de mensalidades, não conseguirá desenvolver pesquisas. Uma formação universitária que não esteja baseada em pesquisa não é qualificada.

**JU - Fala-se tanto em competência e competitividade. O nível de conhecimento no Brasil garante as condições necessárias para que o país entre na corrida de mercado do mundo dito globalizado?**

**Pinto da Luz** - A abertura da economia brasileira, da forma como aconteceu foi um *sui-cídio*. Abriu-se, indiscriminadamente, sem as pré-condições. Fomos competir, internacionalmente, de bicicleta. Os concorrentes andavam de Fórmula 1. Agora, precisamos queimar etapas. Temos o melhor sistema de pós-graduação do mundo sub-desenvolvido ou "em desenvolvimento". Nenhum país da América Latina tem uma pós-graduação melhor que a do Brasil.

**JU - Mas a Argentina, o México, o Chile...**

**Pinto da Luz** - Nem Argentina, nem México. O Chile, então, está liquidado em termos de educação superior. A política do FMI acabou com tudo. Estou chegando de uma reunião de universidades estatais latino-americanas onde havia reitores chilenos. Eles demonstraram porque não se deve copiar o modelo de seu país. O Estado está investindo, no máximo, 25% do orçamento das universidades. Estas estão tentando captar qualquer recurso em qualquer lugar. Fazem cursos de qualquer forma, fazem de tudo para sobreviver.

**JU - Um caso assim não deixa um país, mas ou menos, como se estivesse com o mal de Alzheimer, com o cérebro se diluindo?**

**Pinto da Luz** - Isto é um *suicídio nacional*. Não é uma questão corporativa da Universidade. Toda a indústria brasileira está calcada numa produção europeia ou norte-americana. A grande indústria deste final de século e do próximo milênio é a do conhecimento. Território, recursos naturais e mão-de-obra barata já valem pouco e valerão menos. O que interessará é ter cabeça. Se não

investirmos na cabeça, estamos liquidados. E já estamos muitíssimo atrasados.

**JU - Aliás, a própria Unesco está preocupada com esta questão "da cabeça"...**

**Pinto da Luz** - O que fazemos na Universidade pública é o mínimo que precisamos fazer no país. Quer em quantidade ou em qualificação na formação das pessoas. Na Conferência Mundial sobre Educação Superior da Unesco concluiu-se que o ensino de terceiro grau tem que ser universalizado: todos os que têm capacidade intelectual devem ter acesso. O mundo exige isto. Há um século, as pessoas podiam ser analfabetas e desempenhar alguma função na sociedade. Hoje é preciso, minimamente, uma educação média. O desafio brasileiro é este: investir na educação básica, eliminar o analfabetismo e universalizar a educação média e superior.

**JU - Com que dinheiro?**

**Pinto da Luz** - Procure-se nos orçamentos nacional, estaduais e municipais o quanto está indo para o pagamento de dívidas. Não são dívidas de empréstimos, de dinheiro que entrou aqui e produziu alguma coisa. São de juros especulativos. E o mundo inteiro tem que rever isto. Não dá mais para continuar com todos trabalhando para meia dúzia se locupletar. Estamos chegando a um paradoxo: não adiante trabalhar, não adianta produzir; não é isto que gera prosperidade. A riqueza é este capital volátil internacional que a informatização permite que voe via satélite em milésimos de segundo de um lado a outro da Terra. Todos nós pagamos a conta.

**JU - Como presidente da Andifes e reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, diga quais são, hoje, as prioridades da Universidade brasileira.**

**Pinto da Luz** - Em primeiro lugar, e com todas as suas conseqüências, a discussão interna da autonomia. Depois, a Universidade deve se preocupar em estar cada vez mais qualificada para responder às necessidades da sociedade brasileira e da ciência internacional, em todos os campos. Também acho que a Universidade deve estar, permanentemente, preocupada em discutir, debater e apresentar alternativas ao desenvolvimento regional e do país. A universidade é o *locus* ideal para isso. O país tem que se modernizar, não pode se isolar e deve estar preparado para a competição internacional. A própria Andifes vai procurar estabelecer um calendário de debates não só sobre a questão interna da autonomia, mas também envolvendo as reformas do Judiciário, do Legislativo, enfim, todas as reformas pelas quais o Brasil deve passar. As pessoas mais qualificadas, e sem idéias monolíticas, estão na universidade. Deve-se trabalhar para formar pessoas que atuarão na sociedade, cidadãos com cabeça aberta, mais responsáveis, líderes na sua comunidade e com atuação, inclusive, em problemas que escapam da sua profissão. Essas pessoas precisam ter uma formação para a paz, para a solidariedade e lutar por um sistema político, econômico e social que inclua, e não exclua.

# José Saramago



**“A vida é cheia de incoerências.  
Todas, juntas, formam uma notável coerência”**

*Sereno, quase sempre e veemente, por vezes, o mais novo doutor honoris causa da UFRGS tirou uma hora e meia de sua rápida passagem por Porto Alegre, para receber a láurea, e a dedicou ao Jornal da Universidade.*

*Em um dos salões do hotel que o hospedou, recebeu jornalistas e professores para uma esperada entrevista. Idéias pessoais, observações, política, costumes e, obviamente, literatura, foram os assuntos principais. Pela sensibilidade e objetividade das respostas, José Saramago mostrou porque é um Prêmio Nobel. Participaram do encontro os jornalistas Clovis Ott, Juarez Fonseca, Maria Wagner e Miriam Gusmão e os professores de Letras Elisabeth Peiruque, Luiz Augusto Fischer e Tânia Carvalhal.*

*MAIO 1999 - EDIÇÃO N.º 19*

**Jornal da Universidade - Poderíamos iniciar com o senhor falando sobre o “efeito Nobel”. Já não começa a lhe faltar paciência para responder a tantas perguntas, provavelmente sempre as mesmas, e para viajar tanto?**

**José Saramago** - Já respondi várias vezes, milhões de vezes, às mesmas perguntas. Mas também não é possível fazer outras, diferentes... Todos os jornalistas acham que as suas perguntas são únicas e originais. Há seis meses, ando a responder as mesmas perguntas. Mas, enfim, vocês estão fazendo o vosso trabalho e eu estou fazendo o meu. Não posso dizer que já respondi na Itália à pergunta que me fizeram na Alemanha. Tenho que responder seja o que for, onde estiver. É assim e não há outro jeito.

**JU - Em compensação, o senhor não tem que pensar duas vezes...**

**Saramago** - Não. Tenho o péssimo defeito de, embora tendo que responder a quem fez a pergunta, responder a mim mesmo, de modo que não caia na rotina e repita a mesma coisa que tenho a dizer como se fosse um disco. Faço o possível para que a resposta não seja a mesma. Não que tenha de ser diferente na forma, mas tento dar um jeito para que não aborreça a mim mesmo.

**JU - O senhor é uma figura que se exprime a partir, sobretudo, do prêmio. Se expõe muito, não tem problemas em conceder entrevistas. Apenas por especulação: não lhe traria outra compensação uma atitude como, por exemplo, optar pela reclusão, pelo isolamento, pela recusa em falar com o mundo?**

**Saramago** - Não diria como uma compensação. Isso me obrigaria a comportar-me de uma maneira que não é minha. Não estou exposto por causa do prêmio. Desde sempre estive, antes dele. Não teria sentido eu, recebendo um título determinado, mudar, radicalmente. As pessoas teriam o direito de perguntar-se: por quê? Poderiam até pensar: “tudo o que ele fazia era para ganhar o prêmio. Agora, que ganhou, fica em casa”. Claro que cada um pode e deve fazer as opções que entender. Há sempre razões para explicar essas opções.

**JU - Alguma vez o senhor optou pelo silêncio?**

**Saramago** - Isto ocorreu com o *Evangelho Segundo Jesus Cristo* que instituições culturais como o Associação dos Escritores, Pen Club e outras mais, escolheram para representar Portugal no Prêmio Literário Europeu. É um prêmio completamente disparatado e absurdo. Basta dizer que os livros são submetidos à apreciação de um júri internacional composto por representantes de todos os países da União Européia, o que compromete o entendimento. Como se isso fosse pouco, cada país pode apresentar três livros que podem ser poesia, ensaio, teatro ou qualquer outra forma de expressão. Então, o júri tem que decidir uma coisa impossível: se este livro de poesias é melhor do que aquele ensaio, ou se é melhor do aquela peça teatral ou se tudo isso junto é melhor ou pior do que aquele romance. Para tornar a coisa ainda mais disparatada, nem todos os livros estão traduzidos em todos os idiomas. Tudo isso é uma piada de muito mau gosto. Enfim, o prêmio existe, a escolha é fácil e meu livro estava lá. Então, um secretário de Estado da Cultura, António de Souza Lara disse que não, porque sendo Portugal um país essencialmente católico, o livro ofendia a religião e não poderia representar o país. Isso provocou um pequeno escândalo em Portugal e em setores conservadores de outros países; o fato chegou a ser discutido no Parlamento Europeu, em Estrasburgo. A carreira política do tal secretário acabou aí. A verdade é que agora, visto a uma certa distância, o caso, no fundo, não passou de uma tempestade em um copo d'água. O assunto não

me atacou, particularmente. Ficou lá, entre políticos e escritores, ou um escritor. De qualquer forma, teve conseqüências em minha vida. Minha mulher e eu decidimos que iríamos viver para outro lado, depois de 50 anos de ditadura. E as ditaduras têm censura, proibição e apreensão de livros. Ter chegado à chamada “vida democrática” e ter ocorrido um disparate desses, era demais. Fomos viver na nossa ilha, Lanzarote, nordeste das Ilhas Canárias. No início, a idéia era passar uns tempos por lá e outros em Lisboa. Mas depois de um ano, não fazia mais sentido manter duas casas. Ficamos na ilha.

**JU - Como é que fica a situação de ter sido recusado como representante do seu país em um prêmio literário e depois dar seu nome a uma ponte que liga Portugal à Espanha? Não há nisso uma incoerência de fatos e de sentimentos?**

**Saramago** - A vida está cheia de incoerências mas todas, juntas, fazem uma notável coerência. Há um certo ditado que diz: “senta-te à porta de casa se queres ver passar o teu inimigo morto”.

**JU - O senhor acredita em destino?**

**Saramago** - Estamos vivendo o tempo presente. As coisas acabam por se compensar. Se qualquer coisa tem que acontecer, acontecerá. Não quer dizer que eu tenha um espírito fatalista. Quando eu tinha uns 18 anos, lembro de ter visto qualquer coisa surpreendente, incompreensível nessa idade e ter dito: “aquilo que tiver que ser meu, nas minhas mãos há de vir parar”. E parece, enfim, que foi assim. Nunca corri atrás da vida. Nunca quis uma carreira. Nunca desenvolvi uma estratégia para chegar a isso ou aquilo.

**JU - O Prêmio Nobel estava entre as suas ambições?**

**Saramago** - Na minha relação com os acontecimentos da vida não houve qualquer espécie de ambição. Nunca poderia imaginar que teria uma casa. Ou que teria uma casa em Lanzarote, que é um lugar único e nem imaginaria ter três cães. Quando eu era garoto fui atacado e mordido. Isso criou em mim uma certa resistência à idéia, uma certa desconfiança dos cães. Ou eram os cães que desconfiavam de mim? Agora já não há desconfiança. Com o tempo as coisas se arrumam. Até a relação com os cães.

**JU - No ano passado, em entrevista à revista Cult, o senhor disse que “o Saramago de hoje não tem o brilho que ele teve mas o menino que ele foi não continha o Saramago de hoje”. O senhor gostaria que este menino de ontem lhe levasse, hoje, para ver o mundo? O que este menino mostraria?**

**Saramago** - Não sei. O meu problema, evidentemente, é que o menino que nós fomos está contido em nós, mas o adulto que nós somos não estava contido nesse menino. Esse menino é uma coisa em si. Quando digo isso tem uma deteriorização. Espero que também tenha no *Livro das Tentações*, que nunca mais acabo porque sempre tenho idéias novas. Essa autobiografia que vai até os 14 anos chama-se *Livro das Tentações* porque acho que para uma criança o mundo é todo ele uma tentação, desde as mais simples e óbvias como a do bolo, da desobediência, até a da surpresa diante das coisas desconhecidas. Ela quer saber como é o mundo e, por isso, passa algum tempo da vida a perguntar “por quê, por quê, por quê”. É a pergunta que mais se ouve da boca de uma criança. E há um momento em que ela deixa de perguntar, mas isso não significa que já saiba. Só significa que ela se resignou a não saber porque ninguém respondeu. Esse menino, que só posso reconstituir pela memória, é o que eu



quero colocar no *Livro das Tentações*. Ou em outras palavras: quero saber quem eu fui. É quando digo “deixa-te levar pela criança que foste”. Quando andamos na rua, por aí, se em lugar de um fôssemos dois, um seria a criança com sete ou oito anos. O outro teria a idade das coisas como estão. Iríamos juntos e, em determinado momento, a criança puxaria a manga do adulto, dizendo “não faça isto”. Há um dinamismo na vida da criança e sua relação com o mundo em que vive. Provavelmente, esta dinâmica vai formar o sujeito que ela é. A mesma coisa acontece com os adultos, evidentemente, não da mesma maneira. A criança não tem parâmetros, estratégias; adultos, sim. Esta é que é a grande, e às vezes, mortal diferença.

**JU - Essa questão não poderia também servir de metáfora para o mundo que temos hoje, apressado e que não se consegue ver para onde vai? Há 50 anos, por exemplo, havia um tipo de esperança, o fim da II Guerra Mundial abriu um horizonte, que parece não existir hoje. Então, isso pode servir como metáfora para esse olhar sobre o passado diante da impossibilidade de se vislumbrar algum futuro?**

**Saramago -** Não sei. Tudo é possível. Embora eu tenha dito que as metáforas são a melhor maneira de explicar essas coisas é preciso ter cuidado com elas porque podem considerar os fatos compreendidos, quando têm sempre um aspecto que espera uma nova compreensão. O mundo nunca as aceitou, simplesmente, já que existem injustiças, desigualdades, todo o absurdo que é a existência humana, sobretudo as nossas relações de uns com os outros. Não sei se a existência humana, tomada pessoalmente, supondo que fosse possível isolá-la de onde está, não se tornaria absurda. A nossa relação com o grupo, que nos parece harmoniosa, bem ou mal é levada. Mas funciona com os vencedores, quando dizemos que “tal sociedade vai bem”. Temos que ver é que parte da sociedade vai bem. Se ela nos dá uma imagem de que tudo funciona, se formos além desta fachada talvez se perceba que por trás dela algo está funcionando mal. É certo que após a guerra esperávamos isto ou aquilo. O mundo sempre esperou que as coisas melhorassem. Mas também há uma lição, tanto positiva quanto negativa. Quer da nossa experiência pessoal, quer da forma como vemos o mundo e como vemos a história. É que as vitórias e as derrotas têm algo em que se parecem: não há vitória ou derrota definitiva. Este tempo que estamos a viver parece a mais definitiva de todas as derrotas e nos deixa muita frustração. Se não nos decidirmos a fazer qualquer coisa, ou a não fazer outras, se aceitarmos tudo como irremediável, se acharmos que não se pode influir em nada, se acreditarmos que o próprio poder nos escapou das mãos, (o próprio poder democrático é uma piada de mau gosto, como toda a gente sabe mas ninguém diz, e seria bom se dissesse...), mesmo a situação atual não sendo definitiva, pode nos levar a mergulhar numa situação de derrota durante três ou quatro gerações. Mas não vale a pena entrarmos em profecias.

**JU - O senhor não acha que, desde o estabelecimento do monopólio desta situação por uma grande potência econômica e militar os Estados Unidos, com os apoios, obediências e cumplicidades de que dispõe a reversão desta derrota se torna muito mais difícil?**

**Saramago -** Claro que sim. Mas o pior que se pode fazer é ficar repetindo que Estados Unidos têm culpa, poder tecnológico, poder econômico, poder militar, que não podemos fazer nada. Isso é relativamente fácil, pois é a constatação

de uma situação completamente desastrosa. E assim se delega a outros as nossas responsabilidades. Os Estados Unidos podem ser fortes. Estão dentro da lógica do poder. As vítimas é que não devem se colocar na posição de não poder fazer nada. Para colocar, claramente, a questão: o que fez o Brasil para libertar-se da influência, do domínio e do controle dos Estados Unidos através das suas instituições financeiras e de estratégias de mercado? O que o povo brasileiro fez? Onde está o movimento social, o movimento político, que exija uma revisão total das relações do Brasil com os Estados Unidos? E, quando falo em Brasil, posso falar em Portugal. O que quero dizer com tudo isso é que não adianta a gente queixar-se, se não faz nada para que, ao menos, a questão seja posta na mesa. Conto um caso: estava no Rio à espera de um fax. Pedi à telefonista para ver se havia chegado e ela respondeu: “Um momento, vou *checar*. Não disse “vou verificar”, “vou conferir”, “vou ver”. Quer dizer que a língua portuguesa não serve para nada? Há uma espécie de pasta grossa resultante de uma adaptação cega de termos ingleses. Se a palavra *apagar* agora é *deletar*, o que querem?

**JU - Mas a palavra deletar tem uma raiz latina...**

**Saramago -** Sim, mas é muito duvidoso que os fabricantes de computadores estivessem a pensar, os técnicos em informática, nessa altura, a latinizar novamente a cultura mundial... Isto é realmente muito sério. Os espanhóis e os castelhanos dizem *borrar*, nós em Portugal dizemos *apagar*. Isto não é mais do que um aspecto anedótico, mas é um indício do domínio norte-americano na comida, moda, costumes em tudo, enfim.

**JU - Mas as civilizações espanhola e portuguesa não têm muito mais embasamento cultural, muito mais raízes, para resistir a essa avalanche?**

**Saramago -** Não sei se têm. A China, que tem uma cultura muito mais antiga e enraizada, agora tem o problema da “geração do filho único”. As autoridades chinesas, atordoadas com a altíssima taxa de natalidade lançaram uma política de controle de vencimentos pela qual os casais poderiam ter apenas um filho. Pelo simples fato de ser único, o filho do casal deixou de pertencer ao coletivo familiar chinês tradicional. Não terá uma quantidade de irmãos ou de primos. E como é único, facilmente será caprichoso. Como tudo isso vem coincidir com a abertura da China ao mundo, o atual filho único chinês ignora completamente o passado recente do seu país; está a perder o culto aos antepassados, que era fundamental na cultura chinesa, (quer no que se refere à família ou à sociedade) e, no caso da China Revolucionária, adquirirá uma indiferença total por aqueles que fizeram a Revolução, com bons ou maus resultados. E o que ele quer? Motos e discotecas. Tudo aquilo da chamada “cultura jovem atual” que foi promovido a “valor essencial” pela mídia. Não podemos cair na armadilha, completamente idiota, de achar que a juventude é um valor. A juventude é um acidente, apenas um momento de uma vida que, em geral, dura muitos anos. Nada mais do que isso. Já os pais, renunciaram ao exercício da autoridade legítima sem a qual o núcleo familiar e a sociedade não podem funcionar. Quantos pais conhecemos que vivem aterrorizados pelos filhos? Os pais de agora são todos filhos do Maio de 68, quando diziam que o mundo ia mudar. Apenas houve uma pequena alteração nos tipos de comportamento. Fundamental e estruturalmente, Maio de 68 não mudou coisa nenhuma. Hoje, que já se passaram 30 anos, seria um inquérito muito interessante saber o que

pensam e o que fazem os iluminados jovens que, em Maio de 68, tinham 20 anos e agora têm 50.

**JU - O senhor, normalmente, é citado como romancista. Qual é seu próximo romance? Como o romancista José Saramago vê o poeta?**

**Saramago** - Hoje tenho muita dificuldade de ver a mim mesmo como poeta. Há quase 30 anos não escrevo poesia. Nos meus romances há muito mais poesia do que em todos os meus livros de poemas, juntos. No entanto, continuo a ser poeta, embora não apareça como tal. De qualquer forma, vivo bem com ele, o poeta, talvez porque não o tenha perdido definitivamente. Não tenho uma atividade que permita identificar-me como dramaturgo. Quer dizer: até sou. Tenho quatro peças encenadas. Mas não me vejo como dramaturgo. O romancista que sou agora, e é sobretudo como romancista que me entendo, está à espera que tudo isso acabe para voltar a trabalhar. Tenho um romance ainda recém principiado. Praticamente, está só no esboço de um princípio. Já tem título, o que quase sempre sucede. Se chamará *A Caverna* e tem uma relação, mais ou menos óbvia, com o mito platônico da caverna, sobretudo porque acho que nunca estivemos tanto na caverna de Platão como agora. O que é assombroso é que Platão, sem saber, estava apenas a descrever, em 400 a.C., a situação que os seres humanos estariam vivendo no mundo 2.500 anos depois. Nós estamos, efetivamente, na caverna de Platão.

Olhando as imagens que passam na parede, acabamos por acreditar que são a realidade, tal como aquelas pessoas que estavam atadas na caverna e não queriam saber o que se passava fora. Quando as levaram, à força, um acabou por se convencer. Quando voltaram e este disse o que era a realidade, os outros não acreditaram e não aceitaram. É exatamente assim que nós estamos a viver hoje. É incrível como essas coisas não são entendidas. Por que não nos enfrentamos com a realidade, já não digo com a dura realidade do mundo, mas a realidade que nós somos. É este o romance que vou tentar escrever, onde não haverá Platão, não haverá caverna. Já estou a avisar que, mesmo que não tenha nada disso, quando o livro sair, os críticos farão o favor de recordar que eu disse que a obra tinha a ver com a caverna de Platão.

**JU - Então, de uma certa maneira, o senhor está se reportando a Platão para uma crítica social, nestes tempos em que o mercado nos governa, e também no aspecto individual, de autoconhecimento? Mas, com o seu atual pessimismo quanto às soluções coletivas, políticas, o senhor vai se refugiar platonicamente no mundo das idéias?**

**Saramago** - No século passado houve uma polémica literária em Portugal entre António Feliciano de Castilho e Antero de Quental. No meio desta polémica, o Antero de Quental tem uma frase que ficou na história. Diz ele, dirigindo-se ao Castilho: "Mas, senhor dirigente, podemos nós viver sem idéias?" O fato de viver ou não viver com idéias não tem nada a ver com o platonismo. Para Platão, a idéia é outra coisa. Nós só precisamos de idéias correntes, comuns, curtas, que não têm relação com arquétipos. Quando eu falo na caverna não é para voltar ao platonismo. Até, porque nunca lá estive. Como não sou filósofo, nem estudei Filosofia, todas essas coisas chegaram a mim por informação, por leituras. Nunca tive, em relação ao platonismo, um conhecimento tal que agora estivesse, numa situação diferente, histórica, social e cultural, revisando tudo isso para instaurar ou para colaborar na instauração do neoplatonismo. É tudo muito mais

simples e muito mais direto. Não podemos viver sem idéias, tal como Antero de Quental dizia ao Castilho. Há idéias péssimas. Portanto, convém que não queiramos viver com elas. Mas estamos vivendo em um mundo que, justamente, está a se caracterizar pela ausência de idéias, pela ausência de ousar pensar. Entrou muito nessa história o pensamento do "politicamente correto". Pois nos aproximamos, perigosamente, do pensamento zero. Não se pensa mais contra aquilo que está aí, mas apenas no quadro estabelecido por um determinado projeto econômico que é o do mundo atual. Só aí é permitido pensar. Fora disso, não se autoriza o pensamento. Mas atenção! Cada vez tenho mais claro e cada vez se torna mais nítido, que as pessoas não estão tão contentes como parece. E que a juventude, tão facilmente criticada, só quer uma coisa: que lhes digam a verdade. Não uma única verdade, mas algo que eles sintam que não seja mentira. São jovens com ilusões, aspirações, estão perplexos, querem saber em que mundo vivem e têm vagas intuições e suspeitas. Se aparece alguém que, honestamente, lhes diga "a mim parece que as coisas são assim", mesmo que não tenham um acordo total sobre o conceito emitido, pelo menos, no fundo, sentem que estão a ser respeitados.

**JU - Então o senhor acha que os jovens de hoje podem estar à espera de algum messias, líder, esportista ou cantor de rock que lhes aponte o caminho a ser seguido?**

**Saramago** - Não. Veja: ontem, por exemplo, a grande maioria dos presentes no Salão de Atos para a Aula Magna, era de jovens. Eles não querem que alguém lhes aponte o caminho. Não é disso que se trata. Eles querem é que alguém lhes diga que há um caminho. São eles que devem questionar o caminho proposto e encontrar outros. Sobretudo, precisam ser alertados para que não se deixem levar, como um rebanho, pelo caminho único que é pensar de uma só forma, vestir-se de uma só forma, divertir-se de uma só forma. Enfim, não se deixarem submeter à laminação de personalidade, que é o que está a acontecer agora. É necessário que se insurjam contra isso. Tenho eu 76 anos e não aceito que me laminem.

**JU - Quando o senhor esteve aqui em 1997, disse de público que estava deixando a literatura. Depois, em uma carta, o senhor mencionou que, em Porto Alegre, pela primeira vez havia dito isto, mas referindo-se à literatura com "L". Pensando no Ensaio sobre a Cegueira e em Todos os Nomes, esta metáfora de "deixar a Literatura" seria indicativa de uma mudança de forma, em que seria deixado um pouco de lado o romanesco, ressaltando mais o ensaísta, o reflexivo, enfim, uma alteração na forma de compor o ficcional?**

**Saramago** - É possível que seja assim. Mas também é certo que se pegarmos todos os romances que escrevi até hoje e se isolar o que neles é reflexão, chegaremos à conclusão que esta aparente inflexão em outra direção, representada pelo *Evangelho Segundo Jesus Cristo* e por *Todos os Nomes*, não é nada de súbito. Apenas é algo que amplia, que torna mais visível, o que já vinha de trás. Usei a metáfora da passagem de estátua à pedra. Até o *Evangelho* foi como se eu estivesse a descrever uma estátua. A partir do *Ensaio sobre a Cegueira* é como se tivesse passado para o interior da pedra. O que nós chamamos de estátua é só a superfície da pedra. Com o *Ensaio*, digo que passei para o interior da pedra. No fundo, é uma forma de dizer que passei para o que é essencial. No ano passado, em Turim, na Itália, desenvolvi esta idéia da estátua e da pedra em um improviso que durou duas

horas. Agora, converteram isto em livro. Portanto, sou autor de um livro que não escrevi... e ele chama-se, exatamente, *A Estátua e a Pedra*.

**JU - No Ensaio sobre a Cegueira o senhor mantém uma saída nos olhos de uma mulher. Depois, quando vem o incêndio, que coloca as pessoas na situação de se verem livres, ele é provocado também por uma mulher cega. A partir dessas escolhas que fez no livro, como o senhor vê o futuro da humanidade?**

**Saramago -** Eu não posso dar esta resposta. A resposta só pode ser dada pelas mulheres. Acho que não podemos cair na simplificação de dizer que os homens fizeram tudo mal e as mulheres, pobrezinhas, são uns anjos. Mas está claríssimo que o poder foi e ainda é essencialmente masculino. Há três sexos: o masculino, o feminino e o do poder. A questão está em saber se, quando as mulheres conquistam o poder vão exercê-lo como mulheres que são, ou segundo este tal de terceiro sexo. O que se viu até hoje é que, quando lá chegam, não se tornam homens. Tornam-se poder. Portanto, tornam-se iguais aos homens. Vejam os exemplos da senhora Thatcher, da senhora Albright. Como nós, homens, temos a consciência dos erros que cometemos, esperamos que qualquer coisa mude quando uma mulher assumo ao poder. Depois, não muda. No caso do *Ensaio sobre a Cegueira* ainda é esta minha esperança: a de que a mulher seja capaz de tomar um lugar novo no mundo, de inventar um modo novo de ser e de viver. E, cuidado! Se elas não fizerem isso logo, posso perder as minhas ilusões todas, o que seria uma pena.

**JU - O senhor já falou sobre sua perplexidade quando ouviu a palavra *chegar*, ao telefone, no Rio de Janeiro. Esta roupa que o senhor veste, chama-se *fato* em Portugal. Há um tempo, aqui no Brasil, a chamávamos de *fatiota*. Hoje, dizemos *terno*. Há muitas palavras em Portugal diferentes do que falamos no Brasil, ou “no brasileiro”, e vice-versa. O senhor vem propondo a possibilidade de um encontro da literatura do idioma português. O senhor acha que este idioma está se aproximando, ou se afastando cada vez mais?**

**Saramago -** Aqui há uma certa confusão. Primeiramente, não confundir o caso *chegar* com *fato*, *fatiota*, *terno* e tudo mais. *Terno* é uma palavra que nós também poderíamos usar, *fatiota* é uma palavra portuguesa. Portanto, não vamos tomar a língua portuguesa como algo exclusivo de Portugal, do Brasil, de Angola, de Moçambique, da Guiné, ou de Cabo Verde. A língua portuguesa é o conjunto do que, em português, se diz em todos esses países. Por isso, um bom dicionário de língua portuguesa dá entrada a tudo isso. Quando vocês dizem *terno*, é um absurdo. Afinal, o traje é composto por apenas duas peças... mas compreende-se, porque é o que vem daquilo que chamamos casaco, do colete antigo e das calças. Era um terno porque eram três peças. Isso não tem importância. O que propus, no Rio, não está orientado neste sentido. Trata-se, simplesmente, de organizar uma feira do livro onde estejam as literaturas de língua portuguesa e se possa encontrar uma oferta ampla de escritores que escrevem em português, seja no Rio, São Paulo, Lisboa, Luanda, Maputo ou Bissau. A proposta é só esta. Não tem nada de xenófoba. É apenas tornar visível aquilo que é nosso. As diferenças integram a língua portuguesa. Em Portugal também dizemos *carro elétrico*, enquanto vocês dizem *bonde*. Se eu conhecer a palavra *bonde*, o meu conhecimento do português se torna mais rico. Eu entendo melhor um gaúcho ou um carioca do que um açoriano. O açoriano é capaz de fazer um discurso do qual não entenderei uma palavra. Nem por isso vou dizer que a língua falada nos Açores não é o português. A língua é usada de outra forma...

a pronúncia é feita de outra maneira... O pior é acharmos ridículo aquilo que não corresponde ao que é nosso mesmo. Isto é uma presunção incrível. Ou ridículos somos nós quando pensamos assim?

## Carlos Alexandre Netto



**“Sem ciência e tecnologia,  
país fica subserviente”**

*Presidente regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o professor de Neuroquímica Carlos Alexandre Netto, da UFRGS, ultima os preparativos para a 51ª Reunião Anual da entidade, em Porto Alegre, no próximo mês. Com uma agenda bastante eclética, o encontro da SBPC realiza-se num momento crucial da vida do país, com a ciência e a tecnologia nacionais às voltas com crescentes cortes e clamando por mais recursos para o seu avanço e para uma reafirmação de soberania. Por duas horas, Carlos Alexandre Netto conversou com os jornalistas Arlete de Oliveira Kempf, Clovis Ott, Ida Stigger e com o bolsista Gil Cafrune Gosch sobre o tema principal da reunião da SBPC, o Mercosul e sobre autonomia universitária, conquistas científicas, níveis de desenvolvimento, transgênicos e globalização.*

*JUNHO 1999 - EDIÇÃO N.º 20*

**J**ornal da Universidade - Nos anos 70 e até meados de 80, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC- foi uma das referências brasileiras de defesa da democracia, de resistência à ditadura militar e da luta pelo retorno da liberdade política. Naqueles anos, esses também eram os temas das suas reuniões anuais. Hoje, quais são os temas prioritários que preocupam a SBPC e a comunidade científica brasileira?

**Carlos Alexandre Netto** - A grande preocupação, hoje, é a política científica e tecnológica do país. Se fomentou nos últimos 40 anos o surgimento de uma comunidade muito capacitada de cientistas, a instalação de um número razoável de laboratórios e tudo isso demandou muitos recursos. E para que isso continue frutificando, é necessário que se invista bastante, inclusive mais do que foi investido até agora.

**JU - Recursos se constituem no maior problema atual do Brasil. Há cortes por todos os lados. Como a SBPC pretende enfrentar esta situação, tanto mais que precisa, urgentemente, desses recursos?**

**Netto** - É claro que qualquer segmento de uma comunidade sempre luta por mais recursos. Quando há uma crise de financiamento, como é o caso do país, cada um luta pela sua fatia. Tentando um olhar mais global, diria que não há uma falta real de recursos. O que existe são prioridades, definidas politicamente, e que desviam os recursos daquelas que nós achamos que seriam as prioridades para a ciência e a tecnologia. Então, variações cambiais acabam causando a evasão de milhares de dólares do país que poderiam ter sido usados em ciência, tecnologia, saúde, educação e até mesmo, nos salários dos servidores públicos. Para socorrer um banco, o governo despendeu uma quantidade de dinheiro que seria suficiente para manter a comunidade científica ativa por um bom tempo. Não nos parece que a ciência e a tecnologia sejam prioridades deste governo. É isso que a SBPC gostaria que existisse.

**JU - O senhor não acha que a SBPC está na contramão da atual política do FMI para o Brasil?**

**Netto** - É discutível. Se fala muito que o FMI dita a política que acaba sendo a oficial devido aos acordos. Mas acho que os acordos econômicos têm um papel importante, mas existe a soberania. O governo sendo soberano, precisa assumir certas prioridades. Sei que fica difícil, com a máquina pública brasileira com o tamanho que tem. Mas, hoje em dia, o aumento dos recursos para fomento à ciência e à tecnologia é uma discussão mundial e não só dos países ditos “em desenvolvimento”. Nos próprios “desenvolvidos”, como Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, existe esta discussão, só que lá as medidas são para aumentar essas verbas nas políticas de estímulo, atividades científicas e de produção tecnológica. Isso não existe no Brasil. Dou um exemplo simples: todos lembram do lançamento do programa Pronex, dos núcleos de excelência. Muito celebrado, constando como “dinheiro novo”, que vinha do gabinete da Presidência, eram verbas remanejadas de outras fontes e, pelas dificuldades econômicas do país, desde novembro do ano passado nenhum grupo do Pronex recebeu um centavo sequer. Isso significa que os propalados grupos de excelência tiveram que viver na inanição nos últimos oito meses. Que excelência é esta? E que política é esta que fomenta, as pessoas fazem projetos, assumem compromissos e depois ficam meses sem receber?

**JU - Como cientista, o senhor classifica o Brasil como o politicamente correto “em desenvolvimento”, continua a ser o velho subdesenvolvido ou é a moderna “potência emergente”?**

**Netto** - Sob o ponto de vista pessoal, pois minha área é a neuroquímica, acho que o Brasil está “em desenvolvimento”. O país vinha se desenvolvendo e, há alguns anos, houve uma desaceleração em alguns e uma aceleração em outros setores. Mas ninguém duvida do potencial que representa em qualquer área. O que falta é um bom gerenciamento.

**JU - Ao nível de que países o senhor colocaria o Brasil?**

**Netto** - Em termos científicos, o Brasil está entre os 20 países que mais produzem ciência. Considerando a América Latina, é inquestionável a liderança brasileira. Não é por nada que o Mercosul está se estruturando e o Brasil tem uma voz muito considerada no grupo.

**JU - A propósito, o senhor acredita no Mercosul?**

**Netto** - É o tema da próxima Reunião Anual... Acho que é uma realidade, acima de tudo, cultural. Vem da história dos gaúchos, da Província Cisplatina, em que essa identidade cultural se perpetua. Além de apertar os laços culturais, trouxe os laços econômicos. Está evoluindo, mas com uma velocidade que deixa a desejar. Há muitas barreiras, de moeda, alfandegárias, legais, trabalhistas, salariais...Qualquer profissional formado em um dos países-membros terá dificuldades em exercer a sua profissão em outro. É um processo em negociação, mas que se atrapalha nos detalhes.

**JU - O senhor não acha que esta cultura é muito mais própria do Rio Grande do Sul do que do Brasil como um todo?**

**Netto** - O Mercosul para nós, gaúchos, é uma realidade dentro da qual nós nascemos. Qualquer um de nós, desde criança, ouve falar castelhano na rua, vai à fronteira fazer compras, passear ou em férias. Para os estados do centro do país, esta realidade é muito diferente. A começar pela língua. O que me chamou muito a atenção durante a fase de montagem da Reunião Anual foi o grande número de núcleos de pesquisas sobre o Mercosul existentes no Brasil. Claro que a maioria desses núcleos está baseada em São Paulo, mas existem centros em Pernambuco, Ceará, por todo o Norte, Nordeste.

**JU - Como poderemos compatibilizar, no Mercosul, a ciência e a tecnologia do Brasil com as do Paraguai?**

**Netto** - Acho que temos que fazer esta pergunta aos paraguaios. Cada país tem as suas vocações mais ou menos bem estabelecidas. Não podemos imaginar que a formação de um bloco econômico possa, em um passe de mágica, equalizar divergências ou descompassos históricos que, talvez, nunca cheguem ao mesmo patamar. Esta diversidade deve ser respeitada para que o bloco possa funcionar com uma unidade.

**JU - A agenda da 51ª Reunião da SBPC é extremamente eclética. Adota temas tão diversos como biodiversidade, conservação dos serrados, desafios externos do Mercosul, neuroquímica da memória, religiosidade brasileira e argentina, plantas transgênicas, desafios da Universidade, entre outros. Esta variedade de assuntos é o formato ideal para uma reunião da comunidade científica brasileira? Por que?**

**Netto** - Sim, porque como a SBPC congrega todas as sociedades científicas, tem que refletir um pouco de cada uma delas, individualmente. Por outro

lado, a SBPC nunca foi um foro de discussão que privilegiasse uma linguagem científica hermética ou pouco acessível. Tem a pretensão de ser uma espécie de vitrine da ciência. A reunião é um evento de divulgação científica. Então, todas as ciências devem estar lá representadas.

**JU - Quais foram as maiores conquistas da comunidade científica brasileira nos últimos 20 anos?**

**Netto** - Eu diria que foi a estruturação do sistema de fomento da ciência e da tecnologia, através do ministério correspondente, a consolidação do CNPq, a criação do FINEP e do PADCT e a garantia de níveis mínimos de fomento. Pelo que tem declarado Bresser Pereira, o atual ministro, ainda não sabemos como isso vai ficar na reestruturação que ele está propondo. Temos receio que a comunidade passe a ser menos assistida.

**JU - O senhor classificaria esta reestruturação como desmonte?**

**Netto** - Sou cuidadoso ao emitir opiniões. Pode vir a ser mas não acredito que este seja o grande objetivo. Reestruturar às vezes pode ser importante. Em toda grande estrutura, e no Brasil, até pelo tamanho do país, todas as estruturas são grandes, podem ocorrer desperdícios. Nós não temos acesso a esses dados. Então temos que acreditar nas pessoas que têm este tipo de informação.

**JU - Esta reestruturação que está sendo proposta não tem algo a ver com a política de globalização que prevê a manutenção do Brasil como fornecedor de matéria prima e mercado consumidor para os países industrializados?**

**Netto** - A SBPC, oficialmente, não tem discutido isso. Portanto, minha resposta é meramente pessoal. Acho que no momento, como os recursos estão praticamente contingenciados, a primeira impressão é de que a reestruturação está existindo para que aplique cada vez menos recursos. Mas prefiro não acreditar nesta possibilidade. Quanto à manutenção do país numa posição subserviente, não creio nisso. Isso implicaria em que os nossos governantes estivessem no papel de entregar o país ao capital transnacional.

**JU - Qual é a prioridade do Brasil no campo científico nesta troca de milênio?**

**Netto** - Deixaria um pouco de lado as preocupações contábeis para fechar as contas, as deixaria com um saldo devedor administrável e partiria para o investimento. Se o Brasil não investir também não terá de onde tirar dinheiro e ficará, cada vez mais, preso aos dólares que vêm de fora, com exigências crescentes. Além disso, também é prioritário continuar formando recursos humanos competentes e o Brasil tem um dos melhores sistemas de pós-graduação dos países em desenvolvimento. Está em um nível muito próximo dos países desenvolvidos e bem sucedidos economicamente. Era preciso manter este sistema em ritmo crescente. Sabemos que isso não é mais possível por causa dos cortes que atingiram o Ministério da Educação, a Capes, o CNPq. Então o número de bolsas está estacionado. Um país que quer crescer em ciência e tecnologia não pode estagnar o seu sistema de bolsas. Ainda há poucos pós-graduados em todas as áreas. Mas não adianta só aumentar as bolsas. Para cada quantidade de bolsas são precisos mais tantos orientadores, mais tantos laboratórios, nem tudo vem da mesma fonte. Enfim, o Brasil tem urgência em definir uma política de ciência e tecnologia. Não adianta o MEC dizer uma coisa e o MCT dizer outra. Com isso, quem perde é o país.

**JU - Uma pergunta oposta à feita há pouco. Quais foram os maiores fracassos da**

**SBPC ou o que de mais importante ela não conseguiu realizar nos últimos 10 anos?**

**Netto** - Foi, com certeza, não ter conseguido levar adiante a discussão do orçamento da área de tecnologia. Houve interlocutores, mas sempre com predominância da área econômica do governo. Esta vertente não tem a visão que a SBPC quer passar, de que o país precisa da ciência e da tecnologia para crescer e desenvolver.

**JU - Qual a opinião da SBPC sobre os transgênicos?**

**Netto** - Pode ser resumida em uma palavra: cautela. A SBPC não critica nem faz nenhum juízo quando se refere às técnicas de produção de transgênicos, sejam animais ou vegetais. A SBPC critica frontalmente, no momento, a decisão de liberação da soja transgênica da empresa Monsanto. Não sabemos se este produto pode trazer danos à saúde ou ao ambiente. Não sabemos porque ninguém sabe. A posição da SBPC é de uma moratória para que se possa estudar e tomar a melhor decisão. O que a SBPC não quer é que eventuais problemas de saúde ou ambientais causados por este produto venham a ser diagnosticados entre nós. Estaríamos reduzidos à condição de população cobaia de um experimento de dimensões continentais.

**JU - O senhor aceitaria o convite para um churrasco de ovelha clonada com salada de soja transgênica?**

**Netto** - Não. Mas, no fundo, esta pergunta deve ser feita nos debates onde há pessoas que dizem “não podemos impedir o avanço da ciência”. A SBPC não diz isso. Vários dos cientistas associados à SBPC trabalham com transgenia. Só que, entre entender a técnica e aprovar um produto que não foi testado adequadamente em relação ao consumo humano e à segurança ambiental, vai uma grande diferença. Se voltássemos atrás, encontraríamos o exemplo da talidomida. Foi uma droga criada em laboratório para um uso específico. Mas foi testada por um período muito curto. Depois, com o uso em grande escala entre a população, viu-se o que ela podia produzir em matéria de mal formação. As grandes cidades estão cheias de exemplos. Não podemos esperar efeitos danosos e, depois, correr para a Justiça. Se eu pudesse ter escolhido na época da talidomida, não gostaria de ter corrido este risco.

**JU - Mas não é de hoje que os países “desenvolvidos” e os grandes laboratórios transnacionais transformaram o Terceiro Mundo em imensos batalhões de cobaias...**

**Netto** - Na questão dos fármacos, por exemplo, as primeiras gerações de anti-concepcionais foram testadas em populações de países na época chamados “subdesenvolvidos”. Geraram uma série de problemas até as dosagens serem ajustadas. Mas, com a questão dos transgênicos de origem, está acontecendo algo diferente: nos Estados Unidos, tão cuidadosos com seus cidadãos, já comem estes produtos há muito mais tempo. Ao mesmo tempo, na Europa, esses mesmos produtos estão sendo barrados.

**JU - Por que o consumo nos Estados Unidos e a proibição na Europa?**

**Netto** - Porque a Europa tem uma legislação mais cautelosa. A Associação Médica inglesa entrou com um pedido de moratória por período indeterminado contra todos os produtos de origem transgênica. A Holanda e a Bélgica tomaram rígidas medidas de proteção. Defino isso como bom senso. Por que nós, aqui, temos que começar a comer coisas que não sabemos se podem ou não nos fazer mal? Já conhecemos os produtos nativos. Temos que consumir

transgênicos só porque esta ou aquela empresa tem interesses econômicos e muito dinheiro para tentar forçar este consumo?

**JU - A Europa está tratando esta questão com muita cautela também porque há uma consciência bastante grande da sociedade. O meio científico brasileiro está conseguindo passar informação para conscientizar a população do país?**

**Netto -** A Assembléia Legislativa promoveu, há dias, um foro sobre transgênicos onde havia membros da comunidade científica, das agências nacionais envolvidas e organizações não governamentais. Por dois dias se discutiu o assunto com o auditório cheio. E tinha muita gente que não era cientista. Eram pessoas interessadas da comunidade. Na próxima reunião da SBPC haverá pelo menos uma conferência e dois ou três seminários sobre transgenia, enfocando, principalmente, os aspectos técnicos e evitando as questões econômicas. Já dá para notar que a transgenia ocupa as páginas dos principais jornais em todo o país. Pelo seu lado, a SBPC faz o que pode, disseminando artigos e informação sobre o assunto, contribuindo para a conscientização e a tomada de medidas adequadas.

**JU - As universidades públicas brasileiras estão debatendo a grave questão da autonomia. Considerando que 90% da pesquisa científica do país é conduzida nas universidades públicas, federais e estaduais, de que forma este processo de autonomia vai afetar o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil?**

**Netto -** A autonomia universitária é um velho desejo da comunidade acadêmica. Só que, justamente agora, que a autonomia está para ser concedida, ou aprovada, estamos vivendo esta situação de constrangimento orçamentário que, praticamente, inviabiliza a Universidade. Ou seja: nas condições orçamentárias atuais, com ou sem autonomia, a Universidade pública está fadada a desaparecer. Isto é muito claro. Na prática, o governo central está matando a Universidade pública por inanição, com os repasses insuficientes que ainda faz. Não é nem uma questão de dificuldade de gestão ou de competências. Não. Com esses repasses, é impossível administrar a Universidade de maneira razoável. O que o governo diz, que a Universidade “tem que se abrir”, que “captar recursos junto à sociedade”, também não é uma coisa simples e demonstra uma intenção do governo em minimizar a responsabilidade do Estado no que se refere à educação superior. O processo como o MEC está querendo colocar a autonomia, através dos contratos de gestão e não fazendo constar na autonomia um repasse mínimo para as universidades, transmite, à comunidade acadêmica, a sensação de que o governo poderia, daqui a alguns anos, tranquilamente, começar a repassar cada vez menos recursos. Então, a Universidade, autônoma, poderia optar por fechar as portas ou diminuir o seu tamanho em uma porcentagem que permita que permaneça aberta. A questão é muito complexa por esses três aspectos: pelos constrangimentos orçamentários, pela sinalização de que, com ou sem autonomia, o orçamento não aumentará e pelo modo que está sendo proposto para a sua implantação. Houve um retrocesso muito grande em relação às propostas iniciais de autonomia. Uma parte da comunidade já pode até pensar se, realmente, vale a pena uma autonomia nessas condições. É mais ou menos como um pai dizer a um filho: “Completaste 18 anos e deixo viveres sozinho. Tens aí 100 reais de auxílio. Deves alugar uma moradia, pagar água, luz, telefone e gás, comer, estudar, usar transporte, vestir, ter lazer, ir à

farmácia...Tens que cobrir todas as tuas despesas.” Que autonomia é esta? Pois com essa autonomia é que o MEC está nos acenando.

**JU - Há poucos dias, numa entrevista à revista Caros Amigos, o professor de filosofia Roberto Romano, da Unicamp, diz que se sabe que, pelo menos, as 10 maiores universidades públicas brasileiras não fecharão, mas que as menores não resistirão, dentro do plano de autonomia que está aí. Como cientista, o que o senhor acha disso?**

**Netto -** O último modelo em discussão é o chamado “modelo inglês”. Nos modelos propostos sempre se fazem simulações e, nessas, algumas universidades federais de maior tradição no ensino e pesquisa, sempre têm alguma capacidade de adaptação. O que eu não sei é se quero esta nova Universidade, da forma como será proposta. Haverá uma transferência de responsabilidades sem a contrapartida da garantia mínima de recursos. Isto é um ônus muito grande. Em questão de um, dois ou três anos, com a dificuldade orçamentária, a Universidade pode se reunir e decidir dispensar professores, não repor vagas de aposentadorias, demitir funcionários...Isto aconteceu nas estaduais paulistas, como USP e Unicamp e vai acontecer com as federais também. As menores, não terão condições de sobreviver.

**JU - Quais, por exemplo?**

**Netto -** Não citarei nomes. Existe hoje um *ranking* muito conhecido das universidades em excelência de pós-graduação, umas oito ou 10, que atingiram um nível muito superior. Essas são as que tem maior capacidade de se adaptar à autonomia.

**JU - Um pouco de bairrismo: quais as principais colaborações do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, à ciência e à tecnologia no Brasil. O que de importante saiu daqui para outros estados ou para a exportação?**

**Netto -** Temos áreas muito desenvolvidas aqui. A Física tem o conceito máximo da Capes; a Química tem um desenvolvimento muito importante, parte dele devido à interação com o setor petroquímico; na Biologia, algumas subáreas também são muito desenvolvidas, como a Bioquímica, a Fisiologia e a Genética. Em termos de produto, o Instituto de Informática tem um papel muito importante na formação de recursos humanos e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada. Um dos exemplos que mais ouço, em viagens para fora do Rio Grande do Sul, é o desenvolvimento de caixas de banco automáticas criadas por engenheiros que fizeram o seu pós aqui no Instituto de Informática, saíram, se juntaram como empresa e se lançaram no mercado com seus produtos. O Estado produziria muito mais se tivesse o mínimo de investimento. O Rio Grande tem capacidade instalada e recursos humanos. A Fapergs tem recursos, não aqueles que gostaríamos mas tem. Existe uma legislação estadual, a famosa lei do 1,5%, até hoje descumprida por outros governos, que não citarei especificamente. Agora está havendo uma recomposição, paulatina, os repasses aumentaram, numa negociação que envolveu a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a área econômica do Estado e a Fapergs.

**JU - Somando-se ao desmatamento indiscriminado, à contaminação de rios, lagos e lagoas por metais pesados e outros poluentes e ao roubo de animais ditos exóticos, cresceu e está fora de controle um novo ataque às riquezas naturais do Brasil: a biopirataria. Grandes laboratórios transnacionais levam daqui matéria prima para seus medicamentos e outros produtos que nunca estarão ao alcance dos brasileiros**

**ou, se estiverem, somente mediante o pagamento de royalties exorbitantes. A SBPC tem feito ou pretende fazer algo para reverter esta situação ?**

**Netto** - Somos partidários de um desenvolvimento sustentável para o país, no qual a atividade econômica e industrial não deteriore o ambiente. A SBPC se preocupa com isso e teremos algumas discussões na próxima Reunião Anual sobre esta questão. Especificamente sobre a biopirataria, lembro que vários países assinaram a Declaração da Biodiversidade, na Rio-92, na qual um dos pontos era a manutenção, em cada país, do seu patrimônio genético. Pelo menos no Brasil, parece que isso não está sendo cumprido, até pela falta de uma legislação que regulamente o assunto. Isto não é fruto apenas do desrespeito à manutenção do patrimônio da biodiversidade, mas também ocorre pela falta de incentivos à pesquisa de nossos recursos naturais. Temos excelentes grupos brasileiros de pesquisa em produtos naturais. Esses grupos trabalham pouco porque não têm recursos.

**JU - A palavra mais empregada nesta entrevista foi “recurso”, repetida em quase todos as questões...**

**Netto** - Este é o nó do problema. Se o Brasil quiser crescer, terá que investir em algumas áreas, principalmente em ciência e tecnologia. Sem isso não haverá crescimento. A tendência será a de um país com economia simplesmente comercial, sem inovação, sem geração de conhecimento ou produtos. E esta é uma posição de subserviência, na qual se fica à mercê das grandes empresas e dos países que dominam essas tecnologias.

**JU - Já referimos a luta pela democracia desenvolvida pela SBPC durante a ditadura militar. Era esta a democracia que a SBPC queria para o Brasil?**

**Netto** - Pessoalmente, e não falando em nome da SBPC, eu diria que este governo não é o que eu gostaria de ter para o país neste momento. Acho que é um governo com pouca sensibilidade para questões que considero fundamentais: educação, saúde, social e ciência e tecnologia. Mas também, acho que a luta não foi em vão. Agora, se colocam novos desafios. É fácil lutar quando se tem uma posição definida do inimigo. Mas, quando o nosso oponente não tem uma posição clara e não diz, exatamente, a que veio, ficamos sem ação. Creio que é isto o que acontece no Brasil, neste momento. Existe um poder constituído ao qual é difícil fazer oposição, até porque não existe uma definição clara das suas políticas e, na hora do discurso, as ambigüidades são tantas que fica difícil se tomar posições contra ou a favor.



# Hugo Juri



## Influências do mercado ameaçam autonomia da Universidade pública

*A Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, é uma das maiores do Cone Sul. Foi fundada em 1613 e é considerada o berço da reforma universitária de 1917, que deu à Universidade latino-americana um caráter democrático e autônomo. Nesta entrevista, o seu atual reitor, o professor Hugo Juri, alerta sobre as pressões para que países do Terceiro Mundo sejam apenas consumidores e não geradores de novos conhecimentos e tecnologias. Denuncia que técnicos ligados ao Banco Mundial consideram que a América Latina não é um lugar do mundo onde se deva priorizar o ensino superior autônomo e aponta as manobras para a extinção do ensino público e gratuito. Hugo Juri esteve em Porto Alegre, onde palestrou no Seminário sobre Autonomia Universitária, no Salão de Atos da UFRGS. Na única manhã livre durante sua permanência na cidade, conversou com os jornalistas Arlete de Oliveira Kempf, Clovis Ott, Ida Stigger e com o coordenador da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da UFRGS, professor Homero Dewes.*

JULHO 1999 - EDIÇÃO N.º 21

**Jornal da Universidade - O sistema educacional argentino passou por reformas a partir do início da década de 90. Que conjuntura política e econômica deu suporte a essas reformas?**

**Hugo Juri** - Dois fenômenos ocorreram na Argentina na década de 90, ambos foram de abertura da economia, fechada há muitos anos, que coincidem com a chamada globalização. A moda do liberalismo chega a um país que não tinha estruturas sociais para responder a isto. O processo educativo, que na Argentina foi historicamente importante desde o fim do século passado, sente, como o governo, muitos dos problemas sociais. O governo central transferiu os sistemas primário e secundário às províncias (estados) e ficou com o universitário. Ao mesmo tempo, adquiriu o conceito de que a educação superior é um benefício apenas de quem participa da educação superior.

**JU - A sociedade aceitou pacificamente este conceito?**

**Juri** - Este é o conceito do partido governante. A educação pública argentina tem uma tradição desde 1917, ano de uma reforma maciça, democrática, autônoma e, em princípio, gratuita. As influências do mercado, ou do *establishment* econômico, neste fim de século, fazem com que o governo tente penetrar nos espaços da autonomia de diferentes maneiras, através de leis e de restrições econômicas. Exemplo: há um mês, em razão da queda de produção e da arrecadação no país, o Estado decidiu cortar um bilhão de dólares do orçamento nacional. Deste bilhão, elegeu a educação para um corte de 280 milhões, quer dizer, mais do que a quarta parte da redução orçamentária.

**JU - Quanto é destinado à educação no orçamento argentino?**

**Juri** - O que lhe é destinado significa apenas 8% do orçamento original.

**JU - Houve alguma reação diante deste corte desproporcional?**

**Juri** - Sim. Houve numa reação maciça da população. O Congresso, por unanimidade, rejeitou o decreto presidencial com esses cortes na educação.

**JU - O conceito de autonomia não tem um amparo legal na Argentina?**

**Juri** - Existe uma questão pendular. A Constituição Nacional vem de 1853 com poucas modificações. Em 1994 é modificada e se incluem vários conceitos sobre a Universidade: os que são relativos à autonomia, à autarquia econômica e ao princípio de gratuidade das universidades públicas. Este princípio sofre ataques de diversas formas, não só com cortes orçamentários mas também com uma lei de educação superior, apoiada pelo partido governista, com o número exato de votos, como questão fechada, sem discussão de artigo por artigo, com muita resistência da comunidade. Nesta lei há uma série de elementos que tentam interferir na autonomia universitária. Entre estes, um prevê que os fundos destinados às universidades o sejam de acordo com certos parâmetros impostos “pelo mercado”. Isto é visto pela população, pelos outros partidos políticos e até por setores do partido governante, como uma tentativa de vulnerar o princípio de autonomia universitária e por isto está em discussão, inclusive na Suprema Corte.

**JU - O senhor poderia dizer que a autonomia da Universidade pública argentina está em xeque?**

**Juri** - Há uma tendência mundial, sobretudo na América Latina, de diminuir o conceito de autonomia por influência de *experts* econômicos internacionais que a comunidade educativa considera sumamente nociva. A autonomia

acadêmica é básica e é o que tem permitido às universidades públicas latino-americanas um desenvolvimento sem as pressões de interesses setoriais e um avanço nas estratégias regionais que considera necessárias. Há “sutilezas”, neste momento, nas quais se quer dar novas definições de Universidade e novas definições de universidades públicas. Por exemplo: há grupos de interesses muito importantes na Argentina, com influência no governo, segundo os quais todas as Universidades são públicas, com a diferença que umas são de gestão estatal e outras de gestão privada. Isto não é o que, historicamente, foi considerado uma Universidade pública. Todos entendemos, claramente, o que é uma Universidade pública. Agora, começam questões semânticas para dizer “esta é uma Universidade privada, é um negócio, mas, como vem gente de fora, também é pública”. Isto não é correto. Começam a não fazer diferenças entre universidades que fazem pesquisa e universidades que não pesquisam. Pelo somatório de tudo isso, qualquer instituto que consiga a denominação de “Universidade”, por razões políticas, poderá ser considerado como Universidade pública. Muitas universidades privadas são subvencionadas pelo Estado, de uma ou outra maneira.

**JU - Esta idéia de “público” se estendeu a outros níveis de ensino?**

**Juri** - Isto já ocorre em vários colégios primários e secundários argentinos. A maioria dos colégios privados também recebe subvenção do Estado. Esta é a situação que se quer transferir às universidades privadas, que não criam carreiras pensando em definições estratégicas regionais, mas de acordo com o que o mercado quer, o que até é razoável. Não somos contra as universidades privadas que tenham qualidade. Na Argentina, esta foi uma discussão feita em 1956: se havia universidades públicas e privadas. Tudo ficou claramente definido. Só que, agora, querem classificar universidades privadas como públicas.

**JU - Em meio a esta discussão, como ficou a questão dos financiamentos?**

**Juri** - Este é outro conceito que se está fazendo avançar, o do financiamento da demanda e não da oferta. Isto quer dizer o seguinte: não se financiaria a Universidade, mas sim as pessoas que querem ir à Universidade. Essas pessoas receberiam uma reserva para a matrícula. Mas isso também tem suas “mutretas”. A reserva seria concedida em troca de uma quantia em dinheiro. Então surgem exemplos interessantes: a nossa *Universidad de Cordoba* forma astrônomos. Ora, nenhuma universidade privada da Argentina vai querer formar astrônomos. Não instalará um observatório astronômico nem gastará fortunas para formar quatro ou cinco astrônomos de qualidade internacional. Essas universidades privadas formarão psicólogos, técnicos em *marketing*, economistas, enfim, profissionais em atividades que requerem pouca inversão de capital e proporcionam lucrativo retorno.

**JU - Qual a repercussão disso num mercado de trabalho cada vez mais estrangulado e em países que necessitam da pesquisa para solidificarem sua independência?**

**Juri** - Poderá ocorrer uma enorme distorção na formação de recursos humanos. Nossos países de Terceiro Mundo, e isso já foi dito muito claramente por um líder hindu, são demasiadamente pobres para se darem ao luxo de não formar e de não ter uma massa crítica de cientistas. O sistema que se pretende impor, vulnera a autonomia das universidades sob o aspecto econômico e, rapidamente partirá, “sutilmente”, para a tentativa de mudar os estatutos das universidades.

Nós incluímos o princípio de gratuidade nos estatutos porque isto consta da Constituição Nacional. E a Suprema Corte, com cinco votos a favor do governo e quatro contra, nos quer obrigar a agregar à palavra *gratuidade* ao conceito de *equidade*, o qual reconhecemos, mas a decisão da Corte entende que equidade significa cobrança “dos que podem”. A abertura da possibilidade de cobrança produziu nefastas conseqüências no Chile, por exemplo, onde 80% dos estudantes pertencem aos 10% da população melhor situada social e economicamente. Em outros países, este sistema pode dar resultados mas, historicamente, nunca obteve sucesso na América Latina. Inclusive no Brasil, durante um dos períodos da ditadura militar, isto foi tentado. Mas o próprio ministro da Educação, naquela época, avisou que o resultado seria muito mau. O resultado previsto por aquele ministro é o que, neste momento, está se passando no Chile.

**JU - E na Argentina, o que se passa neste mesmo momento?**

**Juri** - Não está indo mal e desmistificou o conceito segundo o qual se entra muita gente, baixa a qualidade. Massividade e qualidade não são antagonicos. Na província de Buenos Aires há muitas universidades. Mas a UBA - Universidad de Buenos Aires - tem 230 mil estudantes. É a única universidade latino-americana com Prêmio Nobel em Ciências. Seis das universidades públicas argentinas, as de Buenos Aires, La Plata, Córdoba, Litoral, Rosário e Entre Rios, são massivas e produzem mais de 90% dos trabalhos de investigação científica publicados no país.

**JU - Quantas universidades públicas existem na Argentina?**

**Juri** - Agora, existem 36 universidades nacionales. No início da década havia menos da metade deste número. Então, houve uma explosão de universidades privadas. Muitíssimas dessas universidades foram criadas por razões políticas e sem qualquer motivação estratégica. Simplesmente, legisladores de um determinado lugar decidiam apresentar projeto para uma universidade, conseguiam os votos e a criavam. Neste ano, que é eleitoral, há um projeto para abrir 12 universidades públicas e muitas mais, privadas. Os critérios são absolutamente ilógicos. Se criam universidades onde não há recursos humanos para ensinar. Há descoordenação. O Conselho de Reitores apresentou solicitação para que, em 1999, não sejam criadas mais universidades na Argentina.

**JU - A autonomia universitária existe desde a reforma de 1918. Esta prerrogativa nunca sofreu interrupções?**

**Juri** - Ocorreram golpes de Estado. Todos os governos ditatoriais arranharam a autonomia universitária. O peronismo, que atualmente está no poder, interveio em universidades na gestão anterior. Essas intervenções foram em governos do próprio Perón. No primeiro período de Carlos Menem foi gestada a atual lei universitária, votada apenas pelos deputados governistas. Nenhum dos outros partidos participou da discussão. Com uma infinidade de artigos, foi votada e aprovada como estava proposta, em menos de uma hora. E todas as universidades públicas consideram que esta lei, ao ser essencialmente regulamentarista, está vulnerando a autonomia universitária. Obviamente, os partidos de oposição estão discutindo para modificá-la. Diferentes artigos da lei atual foram levados à apreciação na Suprema Corte mas, desgraçadamente, aí encontramos aqueles cinco votos cativos que sempre garantem a vitória do Partido Justicialista, no poder.

**JU - A gratuidade do ensino público argentino também está ameaçada?**

**Juri** - Absolutamente sim. E está ameaçada por um discurso técnico muito bem preparado. Há fundações econômicas na Argentina que estão sendo sustentadas para preparar projetos da natureza daqueles que já referi, como o do financiamento da demanda. São utilizadas palavras que na língua castelhana significam outra coisa. Por exemplo, *equidade*. Nas decisões da Corte, *equidade* quer dizer *cobrança*. Já se começa a falar nas limitações da autonomia. Certamente, a autonomia tem limitações, pois ninguém imagina que a Universidade seja um ilha. Mas não pode haver limitações na autonomia acadêmica, senão a Universidade pública perde a sua função. Na Argentina, a Universidade pública serviu para o desenvolvimento estratégico. É a Universidade pública, e não o mercado, quem decide quais são as necessidades regionais. Se fosse o mercado, o único curso que estaríamos oferecendo seria Marketing ou Administração de Negócios. Não estaríamos formando agrônomos, engenheiros de minas, astrônomos... A autonomia econômica nos permite decidir gastar muito dinheiro em formar poucos profissionais de altíssima qualidade, em áreas do conhecimento que o mercado pode não estar requerendo neste momento, mas que são essenciais para formar a massa crítica em um país que quer desenvolver conhecimento. Há uma tendência internacional afirmando que regiões como a América Latina tem apenas de comprar tecnologia e exportar produtos básicos. Isso explica o resto: as afirmativas de que todas as universidades argentinas são universidades públicas, quando não o são; que todas são universidades, embora não façam ciência e tecnologia; que se vai financiar a demanda – então, por que um estudante irá para uma Universidade como a nossa, que gasta 20% de seu orçamento em ciência e tecnologia, em pesquisa...

Outro estudante poderá dizer o mesmo, por que vai escolher a Universidade que está investindo em estudos extragaláticos, se o que quer estudar é Economia. A tendência é criar escolas onde se transmite a tecnologia que se produz em outro lugar. Num mundo competitivo, isso beneficia justamente os países que produzem conhecimentos, que são os principais mantenedores dos bancos internacionais. Estes, por sua vez, são os principais financiadores de serviços educativos, que são outras trampas onde vão caindo os sistemas educacionais. Os estados nacionais que necessitam recursos financeiros do exterior acertam com o Banco Mundial uma linha de créditos que incluem a área educativa. O Banco acaba participando das decisões desse campo. Esses créditos, cerca de 200 milhões de dólares, num país como a Argentina não são essenciais, mas estão ligados ao montante total. E um país que necessita 2 ou 3 bilhões de dólares pressiona o suficiente para que o setor educativo cumpra com as normas exigidas pelo Banco Mundial, porque precisa de todos os créditos.

**JU - Na Argentina ocorre o mesmo que no Brasil, onde profissionais formados de acordo com as “exigências do mercado” acabem não encontrando emprego posteriormente?**

**Juri** - Sim, na Argentina, um dos argumentos é: para que formar se não há emprego? Nossas pesquisas indicam que há muitos profissionais que não conseguem emprego. Mas é maior a quantidade de jovens sem estudos universitários que não têm trabalho. À medida que aumentam a escolaridade superior, mesmo que não a tenham completado, aumentam as possibilidades de conseguir trabalho e conseguem trabalhos melhor remunerados. E se per-

dem o emprego, têm mais possibilidades de subsistir do que os que perdem o emprego e não têm estudos superiores. Isso não é o caso argentino apenas. É uma estatística internacional, nos Estados Unidos ocorre exatamente o mesmo. Ao aumento de escolaridade correspondem maiores possibilidades de conseguir trabalho e melhor remuneração. Há profissionais desocupados na Argentina, mas há muito mais pessoas sem profissão desempregadas. Temos oficialmente 15% da população desempregada, mas deve haver mais, porque esse índice corresponde aos que estão procurando emprego. Há aqueles que já desistiram. Isso obviamente vai afetar todas as categorias educacionais, mas afeta, fundamentalmente, àqueles que não receberam educação.

**JU - Qual é a população universitária no seu país?**

**Juri -** A população universitária na Argentina atinge 1,5 milhão de estudantes. A Argentina tem 30% de seus jovens entre 18 e 24 anos com algum estudo superior. Isso é uma vantagem comparativa que a Argentina detém. Os países centrais tem 60% de seus estudantes com estudos superiores. Robert Reich, ex-ministro do Trabalho dos Estados Unidos, de Clinton, escreveu em seu livro *O trabalho das nações* que o único valor real dos países, atualmente, é o conhecimento de seu povo. O resto são multinacionais. Um automóvel da *Chrysler*, hoje, tem menos componentes norte-americanos que um *Toyota*. Não se sabe qual é a empresa nacional, o que se sabe é o conhecimento. Reich indicou que há três países em vias de desenvolvimento que poderiam competir com os países centrais – Coréia do Sul, Singapura e Argentina – pelo número de jovens em educação superior. Ocorre que na Argentina estagnou o número de jovens com educação superior comparativamente ao Brasil, que está crescendo.

**JU - Por que estancou o crescimento educativo na Argentina?**

**Juri -** Por razões puramente econômicas e por esse tipo de pressões. Há jovens que não conseguem acesso ao ensino superior porque há uma desigualdade em nosso país, que não é apenas a desigualdade de classes econômicas, mas geográfica. Comparado ao jovem que nasce na Capital Federal, o jovem que nasce no norte do país, em Jujuy, por exemplo, tem possibilidades econômicas muitíssimos inferiores. Ocorre que foram transferidos os sistemas educativos primários e secundários às províncias. As províncias pobres têm um sistema educativo secundário e primário muito diferenciado das regiões centrais, como Capital Federal e Córdoba. Resulta que a esse jovem, mesmo com possibilidades de ingressar na universidade, se torna impossível sustentar estudos universitários, pela baixa qualidade de seus estudos primários e secundários. Outra razão da estagnação é que, até a metade do século, a Argentina tinha duas características. Primeiro, algo que chamava a classe média, que não era simplesmente a classe média econômica. Todos se consideravam classe média. A classe média eram os imigrantes, os filhos dos imigrantes, que conseguiam um trabalho e podiam educar-se. Na década de 90, ocorreu um enorme desenvolvimento econômico no país, que não foi acompanhado de um desenvolvimento social. Há grupos que se tornaram muito ricos e houve um enorme empobrecimento da tradicional classe média argentina. Pela primeira vez na sua história, a classe média caiu em poder econômico, a níveis desconhecidos. Isso fez com que, embora ainda sendo gratuita a Universidade, não pode ascender a ela, mesmo a Universidade oferecendo-lhe uma série de serviços para que

possa ingressar. Inclusive lhe dá a possibilidade de trabalhar e estudar. Mas, aí também, há um embate por parte do governo nacional, porque os recursos destinados às universidades têm como parâmetro a “eficiência” e medem a eficiência em termos empresariais – quantos ingressam, quantos saem; quantos anos levam para concluir a carreira. Nós temos estudantes que não são estudantes que trabalham, mas são trabalhadores que estudam. Esses estudantes não conseguem terminar sua formação no prazo teórico estipulado, de cinco anos, por exemplo. À medida que se vai alargando esse prazo, a universidade vai perdendo pontos no conceito de eficiência que o Estado exige.

**JU - Parece papel carbono do que se pretende aqui...**

**Juri -** É papel carbono, porque não é um conceito argentino. É um conceito idealizado por técnicos que trabalham para o Banco Mundial e outros organismos e que infiltram qualquer tipo de governo. Pela nova divisão de trabalho mundial, a América Latina não é o lugar onde se deva priorizar esse nível de estudos. Esse mesmo grupo de técnicos, em outro determinado momento, disse que na África não havia necessidade de desenvolver ensino superior, que se deveria centrar toda a atenção nos estudos primários. É por isso que países como a Tanzânia, onde há estudos que mostram isso, não conseguem desenvolver-se economicamente. Não têm pessoal capacitado em nível superior. Sempre precisam da ajuda de governos estrangeiros, seja da China, seja dos Estados Unidos, que enviam especialistas, com educação superior. Há um desequilíbrio e, paradoxalmente, na Conferência Mundial sobre Educação Superior, da Unesco, sobre educação superior eram os representantes desses países africanos os que diziam que a educação superior deve ser absolutamente paga. Assim é que, unicamente, uma pequeníssima elite vai a determinadas universidades nestes países e não constitui a massa crítica necessária para sustentar a nação. Por isso, já perderam os serviços públicos, já perderam os governos, como Etiópia e Serra Leoa. Muitos desses países estão desaparecendo como nações, porque não têm uma classe dirigente com massa crítica para sustentá-los, com exceção de poucas pessoas. A América Latina está se africanizando em muitos aspectos. Por exemplo: aparece novamente o cólera e desaparecem os serviços públicos.

**JU - Qual a relação entre as universidades e as empresas públicas privatizadas na Argentina?**

**Juri -** Novamente, é paradoxal. As empresas públicas argentinas enfrentaram na década passada o que as universidades estão enfrentando hoje. Funcionavam mal, foram muitíssimo desprestigiadas e, em seguida, foram privatizadas. Atualmente, Córdoba, que foi uma região industrial por excelência, tem enormes investimentos que não empregam gente. Justamente as universidades, que podem prover este tipo de pessoal qualificado e mantê-lo qualificado, estão sendo pressionadas, através do *establishment* empresarial para não formar em determinadas áreas, porque não é o que a empresa necessita. Um jornal de Buenos Aires, escreveu que há um enorme perigo de que as sociedades se modelem aos mercados. Entendem que as grandes sociedades vão fazer desaparecer os governos. Há grupos empresariais que tomam decisões muito mais importantes das que podem tomar os governos e presidentes. Entre essas decisões estão as que dizem respeito à educação. Como são multinacionais, não têm porque levar em conta as questões estratégicas de determinado país.

Atualmente, uma empresa multinacional, na Argentina em recessão, lucra mais se levar sua planta industrial para o Brasil. Ou seja, suas decisões estratégicas não têm nada a ver com as decisões nacionais. A globalização para as empresas, não tem o mesmo significado que tem para os países. A globalização trouxe quebras nas estruturas nacionais. Isso só não ocorreu, talvez, em países que não entraram na globalização, como a Bolívia e países africanos. No Brasil e na Argentina, há uma classe determinada que entra na globalização e o resto fica de fora. As universidades podem trabalhar, justamente, para que isso não aconteça. Devem trabalhar nesse sentido, isto é, o conceito de ação deve seguir sendo a manutenção da solidariedade entre as pessoas. Mas esse não é o interesse das empresas.

**JU - Qual é a relação de força que o senhor vê entre a solidariedade e o mercado? Seria uma forma de resistir?**

**Juri** - Até um ano atrás era uma enorme desigualdade. A solidariedade perdia para o mercado. O mercado estava na moda. Mas as tendências mundiais sempre mudam. Assim como as nações duraram 200 anos, a globalização também foi tentada antes, com Carlos Magno, por exemplo. Mas tudo tem os seus limites. Quanto ao mercado, na Europa, já se fala na terceira via. Quando as pessoas começam a ser afetadas, sobretudo quando um determinado número de pessoas de classe média começa a ser afetada começa a reação. A reação está começando. Na Argentina, há eleições no final do ano e os dois candidatos a presidente enfatizaram a resposta social à globalização. Até o candidato do partido governante. Admitiram que deve haver um limite. Se insiste mais com um limite com relação à postura predominante do mercado para que se pense nas pessoas. Isso está acontecendo nos países europeus, basicamente. Claro que é outra realidade, mas está se dando na América Latina uma resposta das pessoas à pressão dos mercados. Agora, entretanto, ainda somos os perdedores.

**JU - Voltando à questão das universidades, quem é que determina a política salarial dos professores e servidores administrativos e como é o regime de trabalho?**

**Juri** - A autarquia universitária faz com que o Estado envie fundos para a Universidade. A Universidade determina o regime salarial. Ocorre que há oito, dez anos, o regime salarial era definido pelo Estado. Agora, o Estado destina os recursos e a Universidade define o regime salarial. Mas a Universidade está presa às repartições orçamentárias. Uma Universidade madura como a Universidade de Córdoba — madura em idade, porque tem quase 400 anos com 100 mil alunos e oito mil docentes — utiliza quase 90% do orçamento enviado pelo governo nacional em salários. Assim, há poucas possibilidades de modificar o regime salarial. Só o pode fazer alguma outra Universidade nova. E esse é o mecanismo que está utilizando o Estado, argumentando que devem ser cobradas contribuições para cobrir o salário dos professores. Na Universidade Nacional de Córdoba, um professor de tempo integral, que representa apenas 17% do corpo docente, recebe mil dólares — e o custo de vida é o mesmo que no Brasil. Um professor de jornada integral, com o tempo máximo de carreira, recebe 2.100 dólares. Para aumentar 50% esse salário teria que ser cobrado uma taxa mensal de 200 dólares de cada aluno, coisa que seguramente resultaria numa diminuição massiva do número de estudantes, e de docentes, e um apenamento da Universidade. Estes são os círculos viciosos em que nos põe

a política do Estado. O que ele realmente quer é uma redução do número de estudantes universitários, com esse argumento: para que formar universitários se o país depois não os emprega? A maioria dos estudantes que se formam na Universidade encontra ocupação, não é verdade que não consegue trabalho. Mas há pressões para que se formem menos universitários.

**JU - Os salários nas universidades nacionais são diferenciados?**

**Juri** - Em teoria são diferenciados, mas 90% têm o mesmo salário. As únicas diferenças estão em duas ou três pequenas universidades criadas recentemente e muito bem financiadas pelo governo nacional, nas quais estabelecem salários diferenciados para atrair professores das universidades tradicionais, mas novamente esta é uma questão ideológica que deve se acabar com o fim do governo. Um exemplo é a Universidade de La Rioja, do Estado natal do presidente Menem. As universidades particulares na Capital Federal e no resto do país, em geral, nascem ao redor das universidades públicas e se nutrem de seus docentes.

**JU - Na Argentina também há o apelo para que as universidades busquem recursos em outras fontes que não as oficiais?**

**Juri** - Sim. Nossa universidade gera recursos de diversas maneiras. Mas, ideologicamente, se insiste mais no pagamento dos estudos do que em buscar recursos associando-se com empresas. E, em um país em que o Estado central não cobra os impostos à maioria das pessoas de quem deveria cobrar os impostos, é impossível para a Universidade saber quem pode e quem não pode pagar. Nós até fizemos propostas para que os graduados universitários que ganhem mais de seis ou sete mil dólares paguem uma taxa como graduados. Não se pode criar um imposto ao conhecimento, não é uma questão de solidariedade, mas é contraproducente a um país que quer progredir. Há uma insistência ideológica com a questão do pagamento dos estudos e que tem que ver com a pressão da educação privada, que quer ver a cobrança sendo executada.

**JU - Como as universidades argentinas vêm a integração através do Mercosul?**

**Juri** - A Argentina considera estratégico o Mercosul. É uma resposta que podem dar estes países, se realmente conseguirem a integração, às multinacionais. As universidades públicas encontraram um espaço, que é o Grupo Montevideo, o espaço universitário mais importante dentro do Mercosul. Neste momento estamos trabalhando a educação a distância. Em nossa Universidade acabamos que instituir, como idioma obrigatório para todas as carreiras, a língua portuguesa. Confiamos estrategicamente no Mercosul e acreditamos que mais países vão aderir ao pacto. Não acreditamos tanto na Alca, com os Estados Unidos, pois esta é uma relação absolutamente díspar de forças. Primeiro, é necessário consolidar o Mercosul, especialmente o Mercosul acadêmico, mas baseado nas universidades públicas e nós sabemos muito bem o que são as universidades públicas. Nossas universidades são massivas e isto não quer dizer que massividade e qualidade estejam contrapostas. Eu trabalhei na Universidade da Califórnia, que tem 230 mil estudantes e tem mais prêmios Nobel que toda a Europa do Leste junta. Alto número de estudantes não significa baixa qualidade. Isso se demonstrou na Argentina, inclusive no regime militar, quando se impôs restrições ao ingresso, ingressaram poucos estudantes, mas nem por isso a qualidade era melhor do que quando ingressava alto número de estudantes. Não é por falta de eficiência que muito estudantes desistem no primeiro ou

segundo ano. Isto é uma decisão política. Nós sabemos que os sistemas de educação secundária do país são ruins e tentamos no primeiro ano superar esse problema. Consideramos que a contaminação cultural desses estudantes com o ambiente universitário não é ruim. E nossos graduados continuam sendo graduados que competem internacionalmente.

**JU - Como é a forma de ingresso dos estudantes?**

**Juri** - No ingresso dos estudantes ocorre o que chamamos ciclo de nivelamento, recomendado pela Unesco, justamente porque há diferentes níveis de educação secundária no país. Nos três primeiros meses, se nivelam os conhecimentos dos estudantes com um curso e eles depois prestam um exame. Os que conseguem demonstrar os conhecimentos mínimos para ingressar entram, mas não há vagas pré-estabelecidas. É diferente. Há seleção, mas não há vagas fechadas nas universidades públicas tradicionais, como na Universidade Nacional de Córdoba. Algumas pequenas estão estabelecendo vagas, mas não as grandes. Nós consideramos que não é acadêmico o estabelecimento do número de vagas. Em um ano podemos ter mil estudantes bons para Medicina e, em outro, apenas cem.

**JU - Em relação ao número aberto de vagas, como as universidades lidam com as corporações profissionais, para as quais interessa restringir o número de profissionais?**

**Juri** - Sempre existem essas pressões das corporações, mas as universidades dão títulos habilitantes. Isso é histórico. Já em 1920, na Argentina houve uma discussão na Universidade de Buenos Aires, em que já se afirmava que havia um demasiado número de médicos no país. O caso da Medicina é um caso paradigmático, porque atualmente, na área da Medicina os avanços tecnológicos não significam diminuição dos custos, ao contrário, os avanços tecnológicos aumentam os custos. A tendência, nos países centrais é que a maior quantidade de pacientes seja atendida em sua casa e não nos hospitais e o mais barato são os recursos humanos. Assim, estão concluindo que mais médicos são necessários. Há países, como Israel e Cuba que têm mais médicos por habitante que a Argentina e estão todos ocupados. Numa economia de mercado, como a Argentina, em que 40% da população não têm nenhum tipo de seguro médico, 14 milhões de pessoas, não sobra o médico, mas sobra gente.

**JU - Na Argentina como aqui, as universidades privadas estão tirando os melhores professores das universidades públicas?**

**Juri** - Sim, mas há vários tipos de universidades privadas na Argentina. A educação privada superior iniciou há 43 anos na Argentina. As primeiras universidades eram religiosas, católicas, confessionais. Há um segundo grupo de universidades privadas que nasceram ao redor das universidades públicas. Muitas vezes, surgiram como academias de preparação para o ingresso em carreiras universitárias, e que, depois estimuladas pelas facilidades para abertura massiva de universidades, adquiriram esse título. Em realidade, são universidades que pagam relativamente pouco e contratam professores das universidades nacionais em horário parcial, e que se alimentam justamente de estudantes que não puderam ingressar, após os vestibulares. É um grande número de universidades. Mas há um pequeno número de universidades, especialmente na Capital Federal, novas, muito caras, de elite, para formar a pouca gente, e que têm grande influência junto ao governo nacional para, in-

clusive, obter subsídios do Estado. São universidades que têm outra ideologia, querem formar o futuro da elite. Por isso, as universidades públicas tem que manter a qualidade. Têm que promover a avaliação de docentes, estudantes, da pesquisa e do sistema universitário, porque teremos que competir com esse tipo de universidade privada, esse é o modelo norte-americano.

**JU - Que atrativo tem um docente de qualidade para permanecer nas universidades nacionais?**

**Juri** - Na Argentina, ainda hoje, ser professor universitário representa um grande prestígio social. No atual momento, em que as águas estão turvas, é difícil falar sobre isso, mas, historicamente, na Argentina, um título profissional universitário levava a um *status* social que mesmo não alcançando nível econômico alto, sempre foi suficiente para que se vivesse dignamente. Agora, com esses salários é muito difícil viver dignamente. Em outros locais do mundo, os professores universitários não têm uma grande remuneração, mas recebem o suficiente para viver dignamente. Um médico, nos Estados Unidos, pode ganhar 40 mil dólares mensais; como professor universitário poderá ganhar entre cinco e dez mil dólares. Em outras profissões universitárias, o salário é menor. Ainda assim, ganham para viver dignamente e têm uma posição social como se ganhassem mais. O problema é que chegou-se a um limite em que não se pode viver dignamente. Antes, além do salário, havia o amparo dos serviços de saúde e a possibilidade de ingresso de seus filhos na universidade sem pagar, como o resto da população, e o nível sócio-econômico em que se mantinha era dentro da classe média. Hoje está difícil de sustentar essa situação.

**JU - Como está o investimento do governo na Universidade pública?**

**Juri** - Dentro do que é a Argentina, está relativamente bem, porque, historicamente, a maior parte da pesquisa se realizou dentro das universidades. Um grupo de cinco, seis universidades produz a maioria da pesquisa que se faz no país. As universidades privadas, com uma pequeníssima exceção que não tem sequer expressão estatística, não fazem pesquisa. O interesse pela pesquisa está nos institutos de pesquisa das universidades públicas, que destinam uma importante quantidade de seu orçamento a essa atividade. O conceito que se tem nas universidades públicas é que não é Universidade se faz ensino, pesquisa e extensão. Há recursos do Estado – os empresários ainda não se conscientizaram da necessidade de financiar a pesquisa – e fundos internacionais. Essa é a vantagem de tantos anos de prestígio internacional, que permite a incorporação a redes de pesquisa internacional. Temos grupos de dois ou três pesquisadores com meio milhão de dólares subsidiados pela Howard Hugues, dos Estados Unidos, por exemplo, e temos um importante fluxo de recursos da Agência Nacional de Pesquisa, temos mais de 15 milhões de dólares, que são do nosso próprio orçamento. Muitos outros milhões de dólares vêm como subsídios. Os pesquisadores recebem um acréscimo salarial de acordo com a sua qualificação, que é dividida em quatro categorias. A categoria máxima alcança mil dólares a mais mensalmente, evidentemente quando em horário integral. Desse modo, apenas uma pequena proporção de pesquisadores alcançam a categoria máxima. A maioria alcança os níveis dois e três, que já um bom patamar.

# Ruy Carlos Ostermann



**“A Universidade precisa ser brasileira.”**

*Ao final de uma entrevista com o professor, filósofo e jornalista Ruy Carlos Ostermann, o sentimento de quem o entrevistou foi paradoxal: satisfação pelas respostas amplas, inteligentes e bem articuladas frustrações; por tantas perguntas que não puderam ser feitas por absoluta falta de tempo. Entre um compromisso e outro, Ruy recebeu os jornalistas Clovis Ott, Ida Stigger, Ivo Stigger e Juarez Fonseca para um bate-papo em sua casa, numa casa tranqüila do bairro Petrópolis. Assuntos: autonomia, universidade, política, jornalismo e, claro, uma pitada de futebol.*

AGOSTO 1999 - EDIÇÃO N.º 22

**Jornal da Universidade** - No momento, em todas as universidades públicas brasileiras, trava-se um debate em torno da autonomia. Esta autonomia não deveria começar no ensino básico, com a formação de homens e mulheres de pensamento livre?

**Ruy Carlos Ostermann** - Acho que não é uma tarefa das universidades, principalmente as públicas, educar no sentido estrito do termo. As pessoas já deviam chegar lá habilitadas a trabalhar, com competência, com bons equipamentos, com a solução prévia do conhecimento básico toda resolvida. Tem ocorrido uma distorção no trabalho essencial da Universidade. Ela ainda precisa completar um processo de educação, quando deveria desenvolver um processo de descoberta, de invenção, de aprimoramento com matrizes já estabelecidas no 1º e no 2º graus.

**JU** - Tal como está e como recebe seus alunos, a Universidade atual poderia ser classificada como uma mera seqüência do ensino básico?

**Ostermann** - Vários cursos refletem isso. Desde o meu tempo, a primeira etapa de um aluno no ensino superior tem sido uma adaptação ao conhecimento, à ciência, ao trabalho científico, à pesquisa, a uma metodologia de trabalho, enfim, uma adaptação. São ferramentas que já deveriam ter vindo prontas. Tudo isso distorce, atrasa e até prejudica a Universidade.

**JU** - Na sua opinião, como ex-secretário estadual da Educação e da Ciência e Tecnologia, quais devem ser as prioridades das universidades públicas, hoje?

**Ostermann** - Esta é uma discussão que oferece várias alternativas. As universidades também precisam do que falta ao país: planejamento, desenvolvimento de idéias. Que espécie de país teremos? Por quais caminho vamos? Qual a nossa direção? Isto estabelece, necessariamente, uma estruturação da sociedade dentro da qual a Universidade é criadora de uma espaço notável que atende, amplia, exige, ou coloca questões mais graves a este desenvolvimento. Mas, na medida em que não temos projetos, uma idéia de desenvolvimento, e estamos indecisos diante de problemas históricos, a Universidade tem muita dificuldade em definir seu próprio rumo. Então, muitas vezes, fica fazendo um trabalho acadêmico, didático-pedagógico, quando poderia formalizar uma intervenção poderosa pelo conhecimento novo, se houvesse um país organizado à espera da contribuição universitária. Me parece que a sociedade atrasa a nossa Universidade.

**JU** - Por onde passa a evolução da Universidade para que tenha condições de se transformar, qualificar e intervir?

**Ostermann** - Temos que partir do pressuposto de que a Universidade é o local qualificado da sociedade. As duas estão naturalmente integradas e não podem ser dissociadas. Como não temos uma sociedade que tenha sabido estabelecer os seus critérios de desenvolvimento, de crescimento, de felicidade, de resolução dos problemas humanos e sociais, a Universidade terá que contribuir para isso também. Aí se coloca o outro lado da Universidade. Ela não pode entender que haja um conhecimento ou um saber universal diferente daquele capaz de ser importante na sociedade brasileira. Ela precisa ser uma Universidade brasileira. Logo, tem que intervir, poderosamente, no processo de construção de um pensamento capaz de gerenciar a questão do desenvolvimento. A Universidade não pode saber-se a si mesma como satisfatória, auto-suficiente. É carente como a sociedade com a qual convive. Precisa pensar nesta carência e

nas suas soluções.

**JU** - Não há uma separação entre Universidade e Estado por causa do governo? Por que as várias instâncias do Estado brasileiro não criaram um canal direto com a Universidade para usufruir do conhecimento gerado para a solução dos problemas?

**Ostermann** - Talvez nunca tenha havido na história do país um governo federal com tantas cabeças coroadas pela academia brasileira. O senhor presidente da República é um intelectual, um sociólogo. A decorrência disso pode ser encontrada em todos os escalões do governo, ocupados por pessoas oriundas dos melhores centros de formação do conhecimento no Brasil. E, no entanto, temos, hoje, um governo que talvez tenha sido o mais insensível aos problemas da Universidade, decisivos na vida de uma comunidade. Aparentemente, é um paradoxo. Mas também é um exemplo desta separação.

**JU** - Como intelectual, filósofo, professor e jornalista multimídia, como o senhor se situa na relação universidade-sociedade?

**Ostermann** - Sou formado pela UFRGS no curso de Filosofia. Lá também fiz Ciências Pedagógicas, mais tarde lecionei com o professor Ernani Maria Fiori. Sou grato à Universidade por tudo que ela me ofereceu e me sinto devedor de uma retribuição. A UFRGS me fortaleceu como profissional e eu não consigo pagar esta dívida porque não encontro meios para isso. Alguém diria: "mas você tem que ir para lá!". Se eu for para lá, serei um corpo estranho. Lá se dão aulas. Lá não se faz um centro gerador de conhecimento, gerador de participação. Pode-se entrar como professor, fazer cursos, participar de reuniões, mas, com a nossa contribuição de fora para dentro, como poderemos gerenciar uma atividade que seja respeitada, sob o ponto de vista acadêmico e, ao mesmo tempo, pela sociedade? Me sinto em falta com a minha Universidade federal, por não ter podido dar de volta aquilo que me foi oferecido com talento, poder, energia e, sobretudo, com generosidade.

**JU** - Se Universidade e sociedade apresentam uma relação indissociável, por que têm esta dificuldade para interagir?

**Ostermann** - Me parece que essas relações mal conduzidas ocorrem pela forma elitizada como a sociedade brasileira foi construída. Há uma casta de pessoas que conhecem coisas e estão acima de outras, convivendo, com camadas imensas que não participam de nada e não têm meios de participar. Há muito tempo penso que a Universidade poderia dedicar uma atenção decidida, insubstituível, aos setores totalmente desprotegidos da sociedade. A Medicina consegue fazer isso alguma vezes. É a transferência de um saber tecnológico e científico para uma necessidade social clara. A Universidade também tem que fazer isso em outros campos: da leitura, da recreação, do prazer das pessoas. A sociedade deve ser pensada, em suas carências, dificuldades e virtudes. A sociedade civil se estruturou, existem organizações não governamentais (ONGs), há muita coisa nova fora da esfera exclusiva dos governos municipais, estaduais e federal, e a Universidade deve estar atenta. Não pode ficar fechada, acumulada de saber e de vaidade pelo saber.

**JU** - Esta sua proposta vale para universidades públicas e privadas?

**Ostermann** - Valeria para todas. Mas eu parto da idéia que a escola pública é indispensável. Primeiro, porque laica, com orientação universal, baseada numa democracia do conhecimento. Acho que as particulares devem existir, como



alternativas. Mas elas têm as suas orientações, direções e pensamento. A Universidade pública tem que ser, necessariamente, a resposta integral da sociedade.

**JU - E gratuita?**

**Ostermann** - Essencialmente, sim. Mas há um argumento contrário à gratuidade que tem uma certa vitalidade. O acesso à injusta forma de ascensão social no país determina que as pessoas mais capacitadas estejam nas faculdades públicas, que são as melhores. Por serem abonadas, tiveram maior acesso ao conhecimento para disputar os duríssimos vestibulares. A Universidade pública, o ensino público, devem estar ao serviço do que não é abonado mas tem talentos a desenvolver e direito a este desenvolvimento. Esta é uma contradição própria da nossa estrutura. Por isso, eu digo que não se pode pensar em Universidade fora da sociedade. As escolas públicas, de qualquer grau, prestam o serviço inestimável de fornecer educação à população. Se isso fosse possível somente através de pagamento, teríamos a exclusão social mais violenta e dolorosa de que já se teve notícia.

**JU - Concorda com a idéia de se atribuir pesos maiores no vestibular aos alunos oriundos das escolas públicas?**

**Ostermann** - Às vezes fico tentado. Mas, ao mesmo tempo, isto me cria uma certa dificuldade. Eu queria uma sociedade justa, grande e participativa. Uma sociedade na qual todas as pessoas tivessem direitos. Neste sentido, há um contraditório, para mim, em aceitar a criação de um direito que seja um privilégio, embora eu saiba que por trás está a carência e a falta de oportunidades. Nossa sociedade é tão injusta que, mesmo um pensador, entra na contradição desta sociedade que não tem a qualidade da contradição dialógica, dialética. Ou seja, ela te remete para o problema, te afunda dentro dele e te deixa desarmado. E isto é doloroso para as pessoas moralmente respeitáveis.

**JU - Nunca se falou tanto na elite brasileira como hoje. Isto soa como uma coisa abstrata. Quem é e onde está esta elite insensível, que não se preocupa com a discussão e resolução de tantos problemas gravíssimos do país? Ela não passa pelos alunos que tiveram as melhores condições para aprovação no vestibular? Isto não acentua e perpetua a questão da elite?**

**Ostermann** - Outra contradição. É no contraditório que está a injustiça da sociedade brasileira. Precisaríamos de soluções adequadas para problemas desta ordem. Eliminar o vestibular é uma hipótese que tem sido aventada. Mas para isso teríamos que ter reabilitada toda a estrutura de formação do aluno, com escolas públicas secundárias altamente competentes e de ótima qualidade. Em países onde é assim, há um Estado pensando as coisas melhor do que o nosso. Estamos muito aquém. Nosso Estado é muito incompetente para resolver problemas, porque trabalha em cima de coisas emergentes, sem visão de futuro, pela falta de uma proposta de desenvolvimento nacional. Não temos idéia de que país queremos. A cada instante queremos um, diferente do anterior. Então ficamos patinando e misturando interesses gigantescos de uma economia globalizada, altamente financeira, em que desapareceram alguns conceitos básicos e importantes em troca de outros, abstratos e voláteis.

**JU - E como fica a educação nesta mistura de interesses e troca de conceitos?**

**Ostermann** - Tudo isso determina à educação um momento de perplexidade. Hoje, as pessoas não sabem formular a questão *educação e trabalho*. Que trabalho?

O que se quer com o conceito de trabalho? Não é, certamente, o velho conceito que deu origem aos nossos sindicatos, às leis trabalhistas, à estabilidade. Tudo isso está em questão. Até se pretende eliminar os tribunais do trabalho, toda a legislação ali existente, e partir para uma terceirização completa com núcleos mínimos de trabalho estável. Como se alcança uma coisa assim, própria de países desenvolvidos que têm poder sobre os demais? Então, qual é a nossa opção neste momento? Qual o nosso estágio histórico de desenvolvimento? Como vamos vencer esta etapa? Como vamos propor nossas coisas? Tudo isso tem que ser pensado. E o melhor lugar para isso ser pensado é a Universidade.

**JU - A dependência de verbas federais não submete a Universidade pública à obediência ao poder central, que escolhe os caminhos a seguir e tem a chave do cofre?**

**Ostermann** - Até certo ponto sim, mas é uma etapa que deve ser vencida. A Universidade não pode aceitar que o governo determine o modo de relação. A Universidade tem que manifestar a sua intransigência. Não pode aceitar ser dependente de quem esteja de plantão. Tem que haver a independência do conhecimento, da sabedoria. Esta é uma independência universal que não pode ser tolhida. Pode parecer utópico. De certa forma, é. Mas, que diabo, a gente também não pode viver sem utopias, não é?

**JU - A partir da autonomia, a Universidade pública brasileira não pode ficar desarticulada?**

**Ostermann** - Pode. Isto é um risco. Por isso, fico contente com alguma iniciativas tocadas pela reitora Wrana Panizzi, pelo corpo docente da UFRGS, pelas posições claras e clássicas que têm adotado. Só estou achando que falta um pouco de pensamento universitário para articular as partes. A Universidade sempre conviveu muito com uma espécie de conflito de ordem subjetiva. Um pouco de vaidade, de afirmações pessoais, sempre fizeram uma intervenção que não é a melhor neste processo. Tínhamos que colocar tarefas prioritárias acima dos indivíduos, das circunstâncias, até mesmo das orientações culturais, e tentar articular um pensamento nacional, brasileiro, que se contraponha aos pensamentos não-brasileiros, não-nacionais.

**JU - Preconizar um "pensamento brasileiro" não é fazer a mesma coisa que os Estados Unidos fazem com o american way of life que exportam para o mundo?**

**Ostermann** - Não. Este "pensamento brasileiro" deve ser ajustado aos que tenham familiaridade conosco, ou seja, com a América Latina. A América Latina tem que se pensar. Vejam o caso da Colômbia. É um constrangimento... A Colômbia não consegue gerenciar seus problemas, está dividida, submetida ao narcotráfico, a todo o tipo de desordem, tem uma clara intervenção dos Estados Unidos dentro do país. O Brasil não é muito diferente disto. O nosso desconhecimento das coisas que ocorrem nas proximidades, a negligência, o desinteresse, e até uma empáfia em relação aos vizinhos, determina que fiquemos de costas para todos. Recentemente, estive no Paraguai. A história do Paraguai está se processando de forma violenta, contraditória, brutal. E nós não sabemos de nada disso. Só que o processo que eles estão vivendo, da maneira mais violenta possível, inclusive moralmente, ocorre em vários setores do Brasil. Temos paraguais em várias regiões brasileiras. Se a gente começa a pensar brasileiro temos que pensar latino-americanamente.

**JU - A crise no Mercosul também pode ser creditada a este desentrosamento?**

**Ostermann** - É o desconhecimento absoluto da natureza de desenvolvimento social, industrial e comercial dessas regiões. É inacreditável que não saibamos que a nossas relações com a Argentina são profundamente desiguais. É incrível que se queira fazer um Mercosul sem levar em conta a desigualdade brutal. Isto revela o nosso desconhecimento. O Brasil é desconhecido para os brasileiros. Li uma matéria sobre turismo interno, que se recuperou por força da crise, e as pessoas dando seus testemunhos: “Fantástico o nosso país, maravilha, isso e aquilo”. Quer dizer: frases de estrangeiro. As pessoas não conhecem mais a sua história. Outro dia o sr. Bresser Pereira, ainda ministro da Ciência e Tecnologia, fez uma frase de um desastre moral insuportável, ao distinguir áreas do Sul e do Sudeste como as únicas capazes de desenvolver um pensamento científico. É discriminatório, é racista, é antiquado. Mas o professor Ivan Izquierdo, da UFRGS, tomou uma posição maravilhosa sobre isso. Nós temos que pensar um pouco nas nossas coisas, e estamos falando sobre isso porque a Universidade está no centro da possibilidade desse pensamento.

**JU** - **Autonomia é uma palavra mágica que pode provocar transformações. O senhor dirigiu a redação da Folha da Manhã e o departamento de jornalismo da Rádio Gaúcha. Em ambas as circunstâncias com resultados dramáticos para a redação, porque sua maneira de chefiar permitiu a autonomia, vôos, incentivou as pessoas a tomarem iniciativas, em vez de ser centralizadora e castradora como a maioria das chefias. Essas experiências custaram caro: nunca mais permitiram ao senhor nenhuma chefia. Fale sobre a questão das pessoas pensarem por conta própria no jornalismo.**

**Ostermann** - A gente não pode tirar do contexto que o jornalismo que se pratica é o dos donos do poder, das pessoas e dos interesses que querem expressar suas vontades dentro da sociedade e que se valem do jornalismo para esse fim. É clássico entre nós, jornalistas, que quando se fala de liberdade de imprensa as pessoas ficam se olhando. Há, sim, é uma liberdade de empresa. Só. Toda a liberdade de que se pode usufruir é a que a empresa concede ou não. A minha biografia profissional é marcada por esses dois episódios que tu lembraste, nos quais eu procurei ser coerente e sensato em relação à minha formação e à minha exigência na redação. Só que eu esbarrei no *establishment*. Entendi que a possibilidade de uma certa desordem cultural, social, levaria, necessariamente, a um descontrole. Era uma liberdade demasiada. Os conceitos são estes, para não entrar em mais detalhes. São conservadores? Não. São de propriedades. Proprietário trabalha assim, em qualquer instância. No jornalismo não pode ser diferente.

**JU** - **As duas experiências não foram adiante por serem um erro ou uma estratégia inadequada?**

**Ostermann** - O erro foi a nossa grande virtude, da qual todos nos orgulhamos muito. A gente tentou fazer a coisa, como se fosse possível ser feita, levando-se em conta certas limitações, mas tentando avançar tanto quanto se pudesse naqueles anos. Não deu certo, mas formou cabeças, determinou biografias, trajetórias pessoais. Marcou certas coisas que hoje se fazem com referência àquelas que foram feitas. E se você pensar em toda a imprensa alternativa do país no período da ditadura, na sua capacidade de rebeldia diante dos fatos, e na sua tentativa sempre de passar para o outro lado, sempre tentar uma coisa, valeu o esforço. Sabemos o quanto todos nós temos sofrido, na medida que a

gente pretende esses caminhos. Por outro lado, não há outro caminho. O caminho da acomodação, do servilismo, do silêncio, da repetição, da reprodução, ou, simplesmente, do atendimento de todas as prerrogativas, é o caminho da falta de personalidade, da falta de grandeza, de honra, de dignidade. Este não é caminho. Quando alguém me diz que não dá mais para trabalhar, respondo: “Faça outra coisa com dignidade. Vá pescar, vá pescar com dignidade, relacione-se com o mar, com o rio, com o peixe, com os anzóis, com o barco, com os companheiros. Com dignidade, faça disso uma profissão, faça disso uma relação com o mundo. Se você acha que não dá para fazer jornalismo, por que insistir no jornalismo?”

**JU** - **O jornalismo de hoje não sofre as conseqüências de um romantismo que, no passado, criou uma aura em torno da profissão?**

**Ostermann** - O erro que se pratica muitas vezes, e que na nossa época também se praticou, é o de não se perceber que o espaço do jornalista nunca foi livre, sempre foi mais ou menos contido, regido dentro de certos limites, que não pode ultrapassar, sob pena de ficar em dificuldades. O jornalista pensa no limite. Se pode fazer todas as coisas abaixo disso com qualidade, com investigação, com ironia, com grandeza, com oportunidade, por que não faz? Um bom texto pode ser escrito. Talvez não possa dizer certas coisas. Mas você não pode abdicar de um bom texto. É como no magistério. Ao enfrentar a sala de aula, tenha a dignidade de dar o melhor que você pode pelo vil salário que lhe pagam. Vá batalhar pelo seu salário, vá no seu sindicato, mas na sala de aula não se queixe e cumpra com o seu dever. Os alunos merecem respeito.

**JU** - **As pessoas têm criticado muito esse pensamento único que está estabelecido no país, no governo, na imprensa (estamos falando de imprensa brasileira). Com pequenas variações, os jornais brasileiros hoje, são todos iguais?**

**Ostermann** - Muito parecidos. Há várias coisas sobre as quais o jornalista devia pensar. Primeiro: qual é a fonte básica de sua informação? Em 60%, 70% dos casos é o próprio governo, através de suas inúmeras assessorias, de seus inúmeros ministérios, de várias hierarquias e estamentos. Quase toda a fonte de informação básica de um jornalista é fonte oficial. É por isso que o que você vê no jornal, não é investigação, não é ruptura, não é intervenção, não é rebeldia. É a reprodução dos processos que, através do governo, são de interesse que sejam publicados. As empresas de comunicação dependem, cada vez mais, das suas relações diferenciadas dentro da sociedade. Portanto, assumem compromissos com setores diferenciados da sociedade, não apenas ideológicos, mas sobretudo de natureza comercial, e acabam determinando a seus veículos a presença inquestionável da versão “conveniente” dos fatos. Se a gente agregar a isso uma grande incompetência das redações, a incapacidade de, na posse de bom material, fazer nascer alguma coisa criativa, rica, você tem como resultado a mesmice dos nossos jornais, das nossas rádios, dos nossos telejornais. São todos iguais.

**JU** - **Há proprietários de empresas jornalísticas que dizem claramente aos jornalistas de sua empresa que aquela atividade é um “bico” e que o seu trabalho principal deveria ser fora de lá. Ora, o trabalho dele fora de lá é em assessorias de imprensa, em governos, órgãos oficiais. Como é que o jornalista vai escapar da informação oficial, se no jornal ele ganha pouco e busca complementação fora para viver com um**

**mínimo de dignidade?**

**Ostermann** - Se não é isso, ele trabalha em áreas empresariais bem definidas. Isso é um modo de sobreviver. Ninguém pode criticar alguém por ter dois salários, desde que honestos, porque com um, você não vive. Jornalista não se aposenta. Jornalista trabalha até morrer. Isso é sabido, é uma lei. O cara que se aposentar como jornalista deve ter feito outra coisa. Não conheço nenhum, que possa viver de sua aposentadoria. Ele vai morrer trabalhando. É o futuro de vocês. Isso determina um alto grau de dependência financeira, salarial, e determina também nossas relações dentro da sociedade. Mas não vamos ser pessimistas, porque há grandes dignidades nacionais no campo do jornalismo. Há grandes afirmações de independência em relação aos interesses em jogo. Há grandes tentativas de formalizar o próprio pensamento, com pessoas de grandes qualidades dentro dos veículos. Podem não ser as mais festejadas, as mais beneficiadas mas, inegavelmente, estão ali cumprindo a tarefa que lhes parece ser a fundamental, sobretudo entre colunistas e articulistas. Não estou falando só sobre Luis Fernando Veríssimo, que é uma voz discordante no país. É uma postura que ele assume, às vezes com o risco de parecer um pouco receptivo. Ele expressa uma posição política com clareza, uma visão de mundo e uma ousadia autorizada por todo seu enorme trajeto profissional. Isso é importante. A maioria das pessoas não tem essa autorização. Ele tem.

**JU - Luis Fernando Veríssimo publica em vários jornais brasileiros. Às vezes, parece que ele serviria para as empresas tangenciarem suas responsabilidades nas questões do país. Ele é usado pelas empresas?**

**Ostermann** - Se há um colunista que está tomando posições contrárias ao governo, então o jornal, com isso, tem apenas um colunista que é contrário ao governo. Mas não se pode ler a orientação dos jornais pelos seus colunistas. A orientação dos jornais está nos seus editoriais, na manchete, na natureza da matéria principal. O colunista é uma desavença. Às vezes, uma distorção. Pode ser até uma coisa que só se possa ler ali. Mas, na verdade, um jornal se vê pela manchete, pela principal matéria, por seus editoriais.

**JU - Vamos falar um pouco de bola? O senhor foi admirador do futebol húngaro de 1954. De força, talento, organizado, jogado como um todo, antecessor do carrossel holandês de 1974. O futebol brasileiro está ficando feio, duro, não valorizando mais a individualidade de seus jogadores?**

**Ostermann** - É um processo histórico que deve originar uma solução de qualidade que às vezes se vê, outras desaparece. O que aconteceu de 1950 para cá? Surgiu a preparação física mais adequada, a medicina esportiva, sobretudo decorrente da Segunda Guerra Mundial, com produtos, tratamentos, soluções, investigações e pesquisas voltadas para os campos da competição, da saúde pública e dos esportes. Sobretudo preparação física e saúde levarão, necessariamente, o futebol a ter mais força, mais velocidade, mais conflito, mais entrechoque e redução do tempo do indivíduo. Ainda há remanescentes disso. Os húngaros entravam em campo e dez, doze minutos depois estava dois a zero para eles. Achava fantástico. Como poderiam ser tão atilados, tão rápidos, tão decididos assim se os adversários mal estavam se dando conta de onde estavam e qual era o tamanho da bola? Foi se investigar, e Armando Nogueira descobriu que eles faziam aquecimento antes dos jogos e entravam em

campo a mil, enquanto os outros só iam fazer aquecimento quando começavam a jogar. Na medida que essas coisas foram sendo descobertas, as condições do jogo se equilibraram. Hoje, até a Jamaica tem preparação física, o que seria incompatível com os hábitos dos jamaicanos.

**JU - Então não há mais espaço para o jogo moleque, artístico?**

**Ostermann** - Começam a surgir aqui e ali algumas pontas, mas a solução nunca será individual. O indivíduo será massacrado por uma coletividade musculosa e bem preparada. O que vai solucionar isso só pode ser, também, uma idéia coletiva, ou seja, um padrão de jogo diferenciado.

**JU - Além do preparo físico, a partir dos anos 70 as transmissões via satélite também universalizaram as informações sobre futebol. Hoje, em qualquer lugar do mundo se vê qualquer time jogar. O futebol também está globalizado?**

**Ostermann** - Em 1974, o Zagalo foi capaz de fazer uma confissão, para mim dolorosa, de que ele não conhecia a Holanda. Nós estávamos numa Copa do Mundo, na Alemanha, e ele fez esta confissão, na maior simplicidade. Quer dizer: os adversários é que tinham que se preocupar com o Brasil. Era uma visão orgulhosa e boba, mas que decorria da falta de informação. Ele era ignorante do que estavam fazendo. E, hoje, ainda é assim, apesar da comunicação. A comunicação é muito chapada. Ela dá o fato, não o feito. Ou seja: tens a coisa, mas não sabes como se chegou a ela. Como é que os zagueiros uruguaios pulam tanto? Porque eles treinam na praia, em areia frouxa, que exige uma resistência muscular brutal. Todos saltam muito. E assim sucessivamente. Hoje, por exemplo, o alto grau de ciência na preparação dos jogadores é uma coisa espantosa, na tentativa de fazer com que eles consigam vencer grandes obstáculos. Daqui para a frente, só vai vencer quem jogar futebol básico e acrescentar alguma coisa de qualidade.

**JU - Cada dia há mais dinheiro envolvido, as multinacionais, os bancos, as empresas estão entrando direto no futebol.**

**Ostermann** - Isso era quase inevitável. É o caminho da NBA, a milionária liga norte-americana de basquete. Lá também o grau de profissionalização é absurdo, mas há uma relação de investimento de produtos, de comercialização extraordinária. Os sujeitos pagam salários inimagináveis, porém têm lucros inimagináveis. O futebol no mundo inteiro irá nessa direção: grandes investimentos, grandes salários, grandes estrelas. E se comercializou de um modo que não tem como refrear. Hoje, um jovem jogador brasileiro recebe uma proposta de um milhão de reais, na mão, na hora, e cem mil de salários mensais por um ano de contrato. Não tem jeito, é irresistível.

**JU - Na maioria dos casos, este jovem brasileiro não tinha dinheiro para comprar pão e leite na infância. No fim da adolescência tem uma frota de carros importados na garagem do palacete ou da cobertura. Como a cabeça dele manobra isso?**

**Ostermann** - Eles criam uma espécie de ícones novos. Compram carros de luxo, relógios de ouro, uma mansão e põem a família dentro. Fazem coisas com uma certa extravagância, que é o modo de superar o caos da miséria da qual vieram. Mas aí, a cabeça dentro disso é muito complicada. É um padrão de vida totalmente diferente, são relações inteiramente novas. Qual é a grande preocupação que todos nós temos em relação ao Ronaldinho, do Grêmio? É que ele possa ser triturado por esse sistema se não tiver saúde capaz de perceber

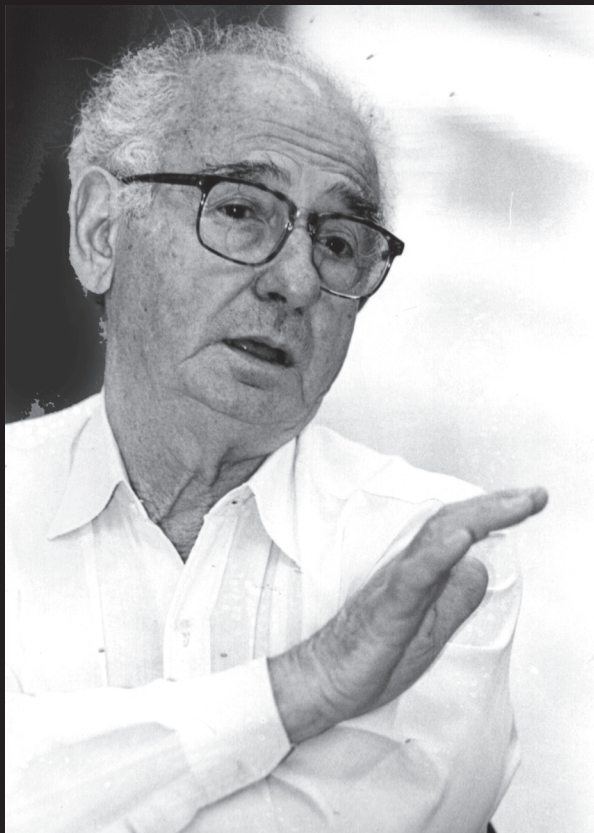
que só tem 19 anos e que pode ir mais devagar, pensar mais um pouco. Ele já disse que precisa de dinheiro. Essa frase é mágica. É a frase que vai levá-lo para dentro de um funil, do qual ele pode sair ou se perder.

**JU - A última seleção brasileira tinha negros do goleiro ao ponta esquerda. Mas, o país não é 100% negro. Como é que o senhor vê isso? Pela primeira vez na história, uma seleção brasileira é 100% negra...**

**Ostermann** - Pode ter sido uma coincidência, e acho que deve ser a primeira explicação. Não houve uma intenção. É muito expressivo o número de negros que jogam futebol no Brasil. Não corresponde à divisão étnica do país, mas corresponde a uma habilitação, a uma forma de participar de um fenômeno social e cultural que é o futebol, em que o negro tem uma grande aptidão e, às vezes, uma grande ambição. Se prepara para isso. Esse é o seu grande objetivo. Um garoto branco tem a cabeça virada para muitos lugares e, geralmente, não é para o futebol. O futebol ainda é uma coisa, digamos assim, que não é bem aquilo que ele quer fazer na vida. Teria que se submeter a muitos sacrifícios. Para os negros, de uma classe emergente e, na maioria das vezes, desprovidos de grande recursos é uma grande realização. E é isso que explica, em parte, essa coincidência. O futebol é muito democrático. Ele pode ser jogado em qualquer lugar. Não precisa de clubes nem de equipamentos especiais e caros. O acesso é fácil.



# Octavio Ianni



**“Eu vivo num país que não sei qual é”**

*O sociólogo Octavio Ianni – que esteve em Porto Alegre participando do IX Congresso Brasileiro de Sociologia – se vale de uma metáfora para tentar explicar o momento em que nos encontramos hoje: “Tenho a impressão de que somos como aqueles personagens de desenho animado que correm demais e não percebem que o chão lhes fugiu e, mesmo assim, continuam a correr no ar. Creio que há nações que já perceberam não ter chão sob os pés; outras, ainda acreditam estar correndo em solo firme”. Nesta entrevista, concedida aos jornalistas Clóvis Ott, Ida Stigger, Verônica Stigger e ao sociólogo Enno Liedke Filho, Ianni, um dos mais renomados estudiosos da sociedade brasileira e latino-americana, com mais de 20 livros publicados sobre o assunto, comenta as conseqüências sociais da globalização, os rumos das ciências sociais frente às transformações, o papel da mídia e a atual situação brasileira.*

SETEMBRO 1999 - EDIÇÃO N º 23

**Jornal da Universidade - O senhor poderia falar um pouco sobre a pesquisa que vem desenvolvendo recentemente na Unicamp?**

**Octavio Ianni** - Desde 1980, estou trabalhando numa sociologia da globalização, uma sociologia no sentido de atos, isto é: problemas históricos, fenômenos políticos e culturais. De certo modo, esta pesquisa está sintetizada em três livros que já publiquei desde 1990: *A sociedade global*, *A era do globalismo* e *Teorias da globalização*. Anteriormente, trabalhei com a América Latina, e, antes ainda, com o Brasil. Acerca de nosso país, dediquei estudos sobre as relações raciais, o populismo e os diferentes aspectos da problemática brasileira no século XX. Depois, passei a trabalhar com a América Latina, concentrando-me no México, Argentina e Peru. É claro que um dos motivos pelos quais eu avancei muito no estudo da América Latina foi a Revolução Cubana. Depois, houve uma série de incidentes sobre a realidade latino-americana que me interessaram.

**JU - A partir de quando o senhor passou a se interessar mais pela América Latina?**

**Ianni** - A rigor, despertei para a América Latina em 1954, quando ocorreu a derrubada do governo Arbens, da Guatemala, um governo notável, que realizou uma proposta da maior importância para o desenvolvimento da sociedade da Guatemala. No entanto, o imperialismo americano descartou esse experimento, financiando mercenários que derrubaram o governo. A partir daí, desenvolvi meus trabalhos. É interessante que a evolução da minha pesquisa não foi pensada *a priori*. É uma resposta aos desafios que vão se colocando em diferentes momentos, tendo sempre uma certa linha, uma preocupação, um enfoque teórico na tentativa de entender como o povo se mobiliza, como se luta pela democracia, como se movem os grupos e as classes sociais em termos de transformações. Afinal, em que medida a história é revolução e em que medida a revolução é um caminho, ou não, para a emancipação. É claro que essa série de trabalhos me deu uma sensibilidade especial para o estudo da globalização, porque todos os estudos sobre o Brasil, sobre a América Latina, passam pelo imperialismo. A revolução mexicana foi, pouco a pouco, tomada pelo imperialismo americano. A revolução em marcha na Guatemala foi, também, tomada – e brutalmente – pelo mesmo imperialismo americano. E a revolução cubana sofre gravíssimas extorsões em consequência da ação do imperialismo.

**JU - Por que a revolução cubana ainda não foi “domada”?**

**Ianni** - Na verdade, está resistindo porque o governo cubano mobilizou e movimentou a sociedade, o povo. É um poder político excepcional. Este é o segredo de muitas histórias, em diferentes países do mundo: a luta contra o dominador, contra o imperialismo ou contra o colonialismo depende, sempre, da maneira pela qual os partidos comprometidos com a situação se enraízam no povo. Conseguem transformar a energia social e cultural de setores populares em política, em vontade de poder. Isso acontece em Cuba, aconteceu na Nicarágua, na revolução chinesa, com Mao-Tse-Tung. Isto quer dizer que o povo está presente de uma maneira muito importante.

**JU - Como o senhor acredita que Cuba será depois de Fidel Castro?**

**Ianni** - Cuba está se transformando. Se abre para compromissos no âmbito da economia e da política com outras sociedades e faz até concessões arriscadas. Deste processo, resulta uma tentativa que começa a se definir como de êxito e acomodação do projeto socialista cubano no âmbito do que é a transnacionaliza-

ção. A transnacionalização em Cuba é fortemente orientada pelo imperialismo americano. Dá para dizer que Cuba, como a Índia e a China, cada uma a seu modo, é um país que está conseguindo preservar o projeto nacional e acomodar as exigências da transnacionalização. Nos três casos, por métodos distintos, há uma presença decisiva do apoio popular, do compromisso com o povo, fundamentado nas conquistas sociais ao longo da história pós-revolução, em 1959. Depois de Castro, Cuba terá que garantir as conquistas sociais e evitar que haja o que está ocorrendo na Argentina, no Brasil, no México e em várias partes do mundo: uma privatização da atividade educativa, do ensino, da saúde, da previdência. Isto se caracteriza como o abandono drástico e gravíssimo, das conquistas sociais que foram resultado não simplesmente de décadas, mas de séculos, como é o caso da Europa. As conquistas do povo do México, do Brasil, da Argentina e de muitos outros países são conquistas que resultaram de lutas de décadas. O predomínio do projeto atual, a proposta neoliberal, começa a drenar os problemas, começa a se defrontar com problemas ainda mais graves.

**JU - O senhor considera que essas conquistas estejam irremediavelmente perdidas?**

**Ianni** - Se houver tensões, vacilações ou desgastes nas relações com os Estados Unidos, Europa, Japão, inegavelmente, o espaço que se abre para que os países que estão numa situação mais ou menos lateral fique melhorada. A história demonstra isto. Houve vários momentos de crises das nações dominantes que acabaram abrindo espaço para a independência das nações colonizadas. Foi o caso da independência das Américas. Podemos considerar que aqueles que mandam estão também vivendo desafios e podem vir a brigar entre eles. Não sei qual será a briga, mas não há dúvida de que a disputa entre os dominantes – União Européia, Estados Unidos, Japão – possa abrir espaço para diferentes nações.

**JU - Como fica o Brasil nesta situação?**

**Ianni** - O Brasil é um país no qual as classes dominantes abandonaram o povo, traíram o povo, destruíram as suas conquistas sociais. Isso aconteceu também na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Bolívia e em outras partes do mundo. No México, o governo decretou o fim de toda experiência agrária mexicana, abrindo caminho para a grande empresa e para o *agribusiness*. Isso leva a uma dissociação entre Estado e sociedade. Acredito que nós vivamos este quadro. Se nós fizermos uma pequena incursão na história das últimas décadas, logo constataremos o seguinte: no Brasil, desde 1930, com a ditadura do Estado Novo e com a democratização, desenvolveu um projeto nacional bastante articulado. Não era límpido, não era o ideal, mas era um projeto, que foi evoluindo em termos de proteção dos recursos naturais, criação de empresas estatais e privadas comprometidas com a constituição de infra-estruturas: siderurgia, petróleo, eletricidade...

**JU - ... Legislação trabalhista...**

**Ianni** - A CLT é de 1943. Eles não avançaram muito na área agrária, mas, ao menos, o mundo urbano e industrial ficou definido, inclusive com direitos, com possibilidades de desenvolvimento de conquistas sociais que são fundamentais na história da sociedade brasileira. Foram criadas instituições como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que surgiu para incentivar o desenvolvimento do projeto, além da formação de vários partidos, estabe-

lecidos, inclusive, na velha tradição do Partido Comunista Brasileiro, visando defender um projeto nacional, para se criar as perspectivas e as condições de uma transformação social. Uma interpretação discutível, mas no plano da atuação, esses partidos de esquerda colaboraram para ajudar o projeto nacional. No mundo da cultura, do jornalismo, da Universidade, das publicações, das editoras, dos debates, dos cinemas, do teatro, tivemos uma verdadeira revolução cultural. De certo modo, na área da ficção, as obras de Érico Veríssimo e de Jorge Amado estão inseridas neste clima. As obras dos sociólogos Costa Pinto, Florestan Fernandes e outros estavam, inconsciente ou assumidamente, desenhando o cenário de uma sociedade que rumava para a emancipação, para o desenvolvimento do projeto nacional. O projeto socialista – que estava no mesmo cenário e que, às vezes, brigava com o projeto capitalista – ao menos, andava na mesma direção.

**JU - E, na sua opinião, por que esse rumo foi interrompido nos últimos governos?**

**Ianni** - A ditadura militar destruiu grande parte do espírito e a cultura do projeto nacional. Que significa a briga da ditadura com Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque ou com Florestan Fernandes, Paulo Singer, Celso Furtado? As grandes conquistas no âmbito da cultura foram desbaratadas pelos militares. Eles foram burríssimos. Depois, o projeto neoliberal apresentou-se de uma maneira mais explícita. Veja bem, o neoliberalismo já estava na cabeça de Roberto Campos em 1964. Quem lê seus artigos desta época e os documentos do governo vai encontrar, nitidamente, a proposta neoliberal. Só que esta proposta não pôde ser posta em prática do dia para noite, mas começou a ser desenvolvida com a reforma do sistema de ensino no governo militar, o MEC-USAID, de triste lembrança. Quando houve a democratização, os governos de José Sarney, de Fernando Collor, de Itamar Franco e, agora, de Fernando Henrique Cardoso, trataram de caminhar no sentido de, supostamente, abrir o país. E essa abertura do país, essa reforma do Estado, essa evolução no sentido do Estado mínimo, as privatizações da educação, da saúde, da previdência, dizem o seguinte: há um grave e evidente divórcio entre o Estado e a sociedade. O Estado se afastou da sociedade, transformando-se num aparelho administrativo das classes dominantes mundiais. O governo do Brasil, do México, da Argentina estão, simplesmente, pensando em inglês. Marx ficaria abismado. Ele diria: “Eu estava brincando”. E é verdade, porque, pelo menos eu acho, que Marx falou de farra. Do ponto de vista prático, político, o divórcio é gravíssimo, e isto está sendo demonstrado pelas várias manifestações de diferentes setores sociais.

**JU - Se há realmente um abandono da sociedade pelo Estado, como se explicam as reeleições de Fernando Henrique Cardoso, de Alberto Fujimori, no Peru e de Carlos Menen, na Argentina?**

**Ianni** - Não nos esqueçamos – e eu vou falar de corda em casa de enforcado – que a mídia é decisiva para fazer as mentes e os corações de todo o mundo. O que acontece? A mídia sataniza o Lula e os outros candidatos da oposição e diz que, se o real desabar, o país vai afundar também. Assim cria-se um estado de terrorismo que leva o povo a votar em quem já conhece ou em pais de planos “milagrosos”.

**JU - Mas o real já desabou há muito tempo...**

**Ianni** - ...Antes, não tinha desabado. Eles evitaram a desvalorização antes das eleições, como as oposições denunciaram na campanha eleitoral, porque sabiam

que ia ser um desmascaramento brutal. Então, mantiveram o real estável e satanizaram as oposições, estabelecendo um estado de medo. Neste quadro, o que o povo faz? Vota no Menen, vota no Fujimori, vota no FHC, com a ilusão de que sejam tábuas de salvação, não porque sejam os melhores, nem porque sejam a grande solução, mas porque parecem ser a única corda onde pode-se pegar.

**JU - O senhor acredita que o espectador seja tão passivo assim?**

**Ianni** - Vocês notaram que a mídia eletrônica só trabalha num nível da afetividade, do privado, da literatura de quinta categoria? De grande parte do que a mídia eletrônica produz, eu vejo subliteratura de auto-ajuda. O que é o programa de auditório? Vários desses programadores desenvolvem uma forma disfarçada de programa de auto-ajuda. O Paulo Coelho é uma coisa grave. Grande parte da produção da mídia faz de conta que não existe problema. E isto ajuda a confundir a opinião pública. Há uns três anos, estávamos fazendo um debate e uma jovem me fez a mesma pergunta que vocês fizeram agora: “Professor, mas se o desemprego e a falta de perspectivas são tão grandes e tão graves, como se explica que a opinião pública seja tão passiva?”. Respondi: “Se você bombardeia a opinião pública, as mentes e os corações das pessoas com Sílvio Santos, Faustão, Xuxa, Hebe Camargo, Gugu, Ratinho, Leão, telenovela e futebol, você ganhou a guerra, anestesiando todo mundo”. Vocês, que estão na mídia, poderiam dizer que essa é uma visão ingênua, que o espectador não é uma folha em branco. Claro que não é uma folha em branco. Claro que o espectador está reagindo e tem sérias dúvidas. Ele poderá ter também a dúvida de que isto pode ser só uma fantasia. Mas ele olha para o outro lado e não encontra nada, não tem outros parâmetros. Conversem com alguém que só assiste à televisão sobre qualquer assunto que tenha a ver com a situação nacional. Esta pessoa não articula nada, se expressa como se fosse um videocassete quebrado. O problema não é que eles sejam passivos. Acontece é que eles não têm outro parâmetro.

**JU - As pessoas não buscam na mídia, principalmente nos programas de auditório, o apoio que não encontram no Estado?**

**Ianni** - Uma amiga, psicanalista, disse que a novela pode ser vista como um processo catártico. E é. Não há dúvida de que as pessoas se projetam e, de certo modo, resolvem, abstratamente, muitos problemas na televisão. Já o programa de auditório envolve afetivamente o espectador e isto tem um efeito de acomodação, de catarse, de realização imaginária. Uma pessoa que sai de um programa de auditório dando risadas porque ganhou uma nota de cinco reais deixa meio mundo pensando que a televisão resolveu o seu problema. Na verdade, é uma impiedosa e brutal mistificação. Eu escrevi um pequeno texto que se intitula *O príncipe eletrônico*. *O Príncipe*, de Maquiavel, era uma figura, um líder que expressava soberania e hegemonia. A história do mundo é uma história de líderes que são, mais ou menos, figurações d’*O Príncipe*. Gramsci, no século XX, bolou um príncipe moderno, que é o Partido – o que é uma sacada formidável, que não serve só para o pensamento marxista –, como sendo uma instituição na qual se trabalha a soberania e a hegemonia. O que nós temos hoje com o desenvolvimento da mídia? Temos um príncipe que pode ser um aventureiro, alguém que ontem não era político ou que apenas tenha um certo charme pessoal. A mídia, e especialmente o *marketing* político,



faz dessa figura um líder. Este é o príncipe eletrônico. O que temos hoje é a glorificação pela mídia.

**JU - ...O grande exemplo disso é que mídia elegeu e derrubou o Collor quando quis e conforme a circunstância ou os interesses do momento...**

**Ianni** - ...Não é porque o Collor foi pior ou melhor do que os outros. É porque houve um incidente no qual ele se perdeu. Quando ele se perdeu, houve um acordo, um complô e resolveu-se caminhar para um *impeachment*. Mas não é só aqui. Bóris Yeltsin, por exemplo, foi reeleito na Rússia porque eles contrataram uma empresa de *marketing* político dos Estados Unidos, a fim de não correr o risco de serem vencidos por um candidato nacionalista, que atrapalhasse o projeto FMI e criasse problemas nas relações norte-americanas e européias. O *marketing* político está sendo decisivo em várias partes do mundo, começando nos Estados Unidos, passando pela Inglaterra, com Tony Blair... A mídia, é claro, não faz tudo, Mas tem um poder muito grande. Eu, como leitor de jornal, fico aterrado, fico agredido com o fato de os jornais em São Paulo e em outros estados, distribuírem brindes. O que eu quero é um bom jornal que informe. Não um brinde sem serventia! Em vez de fazerem um bom jornal eles distribuem brindes! Isto é muito grave.

**JU - O senhor acha que os brindes mascaram somente a falta de qualidade dos jornais?**

**Ianni** - Acontece que o jornal não se aprimora, não expressa o que está acontecendo, seja no Brasil, seja na América Latina, seja no mundo. Às vezes, há problemas da maior importância na Ásia, na África, na Europa, seja onde for, e eles não publicam. Calam, se omitem, criminosamente. Outras vezes, encontramos registros totalmente anedóticos. Eles não sabem o que é a democratização da mídia. Eu entendo democratizar no sentido de saber o que está acontecendo do outro lado do mundo. Só com a informação completa posso me formar como indivíduo. O problema da midialização, de fato, envolve o mundo da cultura. E a mídia, hoje, é altamente transnacionalizada, de acordo com quem detém o poder.

**JU - Para o senhor, qual é a função da Internet neste final de século e início de um novo milênio?**

**Ianni** - Eu não tenho condições de prever, mas acho que a Internet é uma técnica, que pode ser bem ou mal usada. Abre um horizonte de comunicações entre as pessoas, proporcionando informação sobre diferentes assuntos. No entanto, repetindo uma velha frase: é preciso pensar para pesquisar. De nada adianta ter acúmulo de materiais, como se tem na Internet, se não se pensa a respeito.

**JU - Mudando de assunto, quais os novos rumos adotados pela Sociologia para acompanhar as mudanças decorrentes da globalização?**

**Ianni** - Nas últimas décadas, as Ciências Sociais – Sociologia, Economia, Política – estão abaladas, como se vivessem uma crise. Estão sendo obrigadas a se adequar a um objeto que mudou de figura, a uma realidade complexa e global, mas que envolve ainda colonialismo, imperialismo, nacionalismo, tribalismo, localismo e regionalismo. A transnacionalização é um problema de mercado. Hoje, os jovens de certos setores sociais se vestem, mais ou menos, do mesmo jeito em todo o mundo. Isto significa que há fatos múltiplos, cotidianos, reiterados e semelhantes numa escala mundial ao mesmo tempo em que há lutas pela afirmação do local, do nacional, da identidade das coisas que são

próprias de uma região. Os fatos que se multiplicam em escala mundial e que envolvem a dinâmica dos mercados, a ação das corporações, as acomodações dos governos nacionais com as exigências das corporações, tudo isso são realidades surpreendentes, às vezes novas, às vezes antigas, mas recriadas. Tudo isso exige novas economia política, sociologia, análises de política, de antropologia. O que parecia ser uma crise das Ciências Sociais, na verdade, é um desafio que está se desenvolvendo pelo fato de que o objeto dessas ciências se tornou mais complexo, ganhou novos dinamismo, está suscitando novas realidades, o que implica em processos ainda desconhecidos. Isso precisa ser taquigrafado pelas Ciências Sociais. As expressões globalização, mundialização, planetarização, realidade virtual, desterritorialização são expressões metafóricas, conceitos que estão sendo elaborados para dar conta dessa realidade.

**JU - Pelas novas questões enfrentadas pela sociologia no contexto da globalização, assistimos a duas posturas diversas: a busca de interpretações absolutamente novas e a necessidade permanente de uma releitura dos clássicos. Como o senhor avalia essa duas correntes?**

**Ianni** - De fato, a realidade mundial com suas transformações está desafiando as Ciências Sociais, e há, portanto, propostas para explicar esta realidade. Os livros de Braudel estão, em certa medida, respondendo a esses cenários. Os textos de Wallerstein, Samir Amim e outros propõem novas teses sobre a realidade mundial. Ao mesmo tempo, existe a possibilidade de reler os clássicos e, aí, descobrir aspectos que ficaram na sombra. Marx é um caso bom. Quando voltamos a ler Marx, deparamos com aspectos de seu pensamento que não foram devidamente avaliados. Há toda uma teoria da cultura e da história que, simplesmente, ficou esquecida. Há reflexões sobre o que é o indivíduo, o que significa ser homem, mulher, jovem ou velho. Em uma passagem, que acho fantástica, Marx escreve: *“Os instintos físicos e espirituais do ser humano no mundo burguês estão profundamente marcados e contaminados pela propriedade. A propriedade é uma instituição tão poderosa e tão engravada na cultura, na afetividade, nas relações, que ela marca profundamente a maneira com a qual os indivíduos expressam os seus sentimentos. Quando for abolida a propriedade privada, evidentemente, os seres poderão expressar seus instintos físicos e espirituais em outras dimensões”*. Eu brinco com essa idéia e digo o seguinte: como sou prisioneiro do princípio da propriedade privada, há sons que não ouço, há idéias que não tenho coragem de formular porque, como prisioneiro, estou engravado nesta cultura. Isso é uma mina que não foi explorada nem pelos psicólogos. Hoje se diz, em várias partes do mundo, que chegou o fim do trabalho, que o trabalho não é mais importante. O que mudou é a tecnologia da organização do trabalho e da produção, e isto está em Marx! Marx diz que, toda vez que a classe operária luta por melhores condições de vida, os proprietários do capital tratam de acelerar o ritmo no qual a máquina funciona, ou então substitui a máquina antiga por uma nova para compensar e continuar a realizar os seus lucros. Toda vez que a competição exige, o proprietário do capital trata de modificar as suas tecnologias de produção para fazer face à competição e, com isto, manter os seus níveis de ganho. Para Marx, a competição por um lado e as lutas sociais, por outro, afetam o lucro e envolvem a dinamização da tecnologia produtiva. É o que está acontecendo hoje. As tecnologias eletrônicas são meios pelos quais os

proprietários do capital tratam, simultaneamente, de dinamizar a capacidade produtiva da força de trabalho e manter os seus lucros.

**JU - Por que se pode admitir que a alienação é ainda uma realidade? E é uma realidade que ganhou outras conotações?**

**Ianni** - A tese hegeliana de alienação, adotada por Marx, acredita que as pessoas se alienam na medida em que a relação entre o seu trabalho, o seu ser social e o produto da sua atividade é seccionado, é mutilado. Quando há um sério estranhamento, você tem a alienação. Portanto, a alienação não é uma coisa física, material, elementar. É uma coisa complexa e cultural. A alienação no sentido mais tradicional do trabalho continua porque, basta pensar numa fábrica qualquer, para ver a relação entre aquele que trabalha e produz e aquele que usa o produto do trabalho. O estranhamento é muito evidente e muitas vezes aquilo que é o produto do trabalho agride o produtor. Uma quantidade grande dos mortos no trânsito são trabalhadores que voltam cansados do trabalho e são atropelados pelos carros que eles mesmos ajudaram a fabricar.

**JU - O senhor concorda com os que dizem estarmos vivendo uma crise moral no nosso tempo?**

**Ianni** - Eu vivo num país que não sei qual é. Durante décadas, se lutou pela realização de certas conquistas, e estas conquistas são desmoralizadas do dia para noite. Fico assustado de ver que alguns dos valores com os quais muitos foram educados perderam o sentido. Eu tenho condições de entender o que está acontecendo, mas a massa da população não tem recursos para somar, para juntar estes cacos e se situar. Assim, há uma crise moral, que se agrava quando lembramos que este ou aquele figurão que está no poder abandonou totalmente as suas convicções. Mudou radicalmente de compromissos. Age de modo brutal com relação àquilo que eram convicções que ele teve num momento anterior. Há uma grave implicação moral que afeta os indivíduos e afeta a coletividade. Quando houve o massacre no Pará, Fernando Henrique Cardoso disse: “Isso é um Brasil arcaico”. Num outro momento, o presidente afirmou: “Esse é um país de caipiras”. Alguém que diz isso, independentemente de ser ou não um intelectual, não tem uma relação com a sociedade, com o povo. Isto, só os conquistadores dizem.

**JU - Em entrevista que Fernando Henrique Cardoso concedeu a O Globo, ele diz que está surgindo uma nova classe média devido às grandes transformações. O senhor concorda?**

**Ianni** - Isso é um fato que está ocorrendo mundialmente. A dinâmica, a organização da sociedade e das atividades de trabalho e produção está levando ao desenvolvimento de atividades ditas “de serviços”. E nestas atividades, se incorporam grandes contingentes de trabalhadores. Sejam pequenos proprietários ou funcionários dessas organizações. Neste sentido, está crescendo muito o contingente de classe média com várias graduações – o que é uma surpresa no âmbito da estrutura da sociedade. Mas nada nos diz que deixarão de existir as classes sociais e, muito menos, que deixou de existir a burguesia ou que deixou de existir o proletariado. Na verdade, hoje nós temos grandes burguesias mundiais, que atuam em escala global, grandes contingentes de trabalhadores assalariados e de operários de diferentes atividades. O hiato entre aqueles que mandam e os subalternos cresceu muito. A classe média entra com a fúria

consumidora. A classe média é impagável.

**JU - O senhor e Fernando Henrique Cardoso foram colegas na Universidade e até desenvolveram trabalhos juntos. Quando houve o afastamento entre o senhor e o atual presidente da República?**

**Ianni** - De fato eu, o Fernando, Marialice M. Foracchi, em outro momento também Leôncio Martins Rodrigues, Luís Pereira e José de Souza Martins, formamos uma equipe que trabalhou com Florestan Fernandes. Foi nesse clima, dos anos 40, 50 e 60, que se desenvolveu, de certo modo, um compromisso com a pesquisa, com a discussão de problemas sociais e com uma continuação da interpretação da análise da sociedade brasileira. Em parte, uma espécie de visão crítica das interpretações que havia anteriormente. Esse compromisso era bem acadêmico. Nós estávamos engajados no estudo de obras fundamentais e na realização de pesquisas. Depois, cada um foi para seu lado. O golpe de 64 espalhou estes elementos para diferentes lugares.

**JU - O senhor e FHC desenvolveram juntos trabalhos semelhantes sobre a escravidão: ele, no Rio Grande do Sul; o senhor, no Paraná. Qual sua opinião sobre o atual presidente, seu ex-colega de doutorado?**

**Ianni** - Fernando Henrique Cardoso resolveu assumir o seu projeto político. Agora não quero falar sobre Fernando Henrique. O que tenho a dizer sobre ele é impublicável.

## Jader Nunes de Oliveira



**“A autonomia universitária tem sido uma expressão meramente virtual”**

*Presidente da Comissão de Autonomia Universitária da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Anáifes) e reitor da Universidade Federal da Paraíba, o professor Jader Nunes de Oliveira esteve em Porto Alegre para participar de um seminário promovido pela UFRGS, em que se debateram os possíveis rumos do ensino superior público brasileiro, a partir da regulamentação da autonomia universitária. Nessa entrevista às jornalistas Arlete de Oliveira Kempf e Ida Stigger, o reitor Jader faz um histórico do caminho percorrido até agora nas negociações com o MEC e alerta para as conseqüências desastrosas que a proposta do governo poderá trazer ao sistema público federal de ensino superior.*

OUTUBRO 1999 - EDIÇÃO N.º 24

## **Jornal da Universidade - Como evoluiu a luta pela autonomia universitária nos últimos cinco anos?**

**Jader Nunes de Oliveira** - Em 1994, no último ano do governo Itamar Franco, foi constituído um núcleo de trabalho, através de uma portaria ministerial, integrado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, Andifes, Fasubra, Andes e UNE, que produziu um documento denominado Agenda Autonomia 94, com o objetivo de efetivar o exercício da autonomia universitária sem a necessidade de grandes modificações no ordenamento jurídico. Na primeira eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, logo no começo do governo, a Andifes iniciou contatos com o professor Paulo Renato Souza para retomar a discussão iniciada pela Agenda Autonomia. O MEC se mostrou disposto a discutir a questão, acrescentando que o governo pretendia regulamentar a autonomia universitária. No entanto, esse governo não tinha instrumentos de controle sobre as universidades particulares, razão pela qual queria regulamentar o artigo 207 da Constituição, que trata especificamente do assunto. A primeira proposta encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional foi o projeto de Emenda Constitucional n.º 233, através do qual, de forma aparentemente desprezível, apenas acrescentava ao término do artigo 207 a expressão “na forma da lei”. Este artigo da Constituição diz que as universidades gozam de autonomia administrativa, didático-científica e de gestão financeira e patrimonial e obedecem à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com isso, o governo queria demonstrar claramente que o artigo 207 não era auto-aplicável e, portanto, se fazia necessária a regulamentação através de uma lei complementar.

### **JU - Qual foi a reação das universidades a essa proposta?**

**Oliveira** - Houve uma rejeição de todas as entidades a esta proposta, por considerar que o artigo 207 dispensava qualquer forma de regulamentação. Contudo, o governo se deu conta de que a regulamentação implicava, de fato, na inclusão das universidades particulares, porque o artigo 207 não diz respeito só às universidades federais. As universidades privadas, por sua vez, articularam seu *lobby* no Congresso Nacional e não aceitaram nenhuma forma de controle. Assim, o governo foi obrigado a abandonar a proposta inicial e partir para outra alternativa, que resultou no Projeto de Emenda Constitucional 370, que trata especificamente das universidades federais. Essa proposta teve duas versões: a primeira delas, encaminhada em outubro de 1996 e a segunda, em agosto de 1997. Entretanto, o projeto não prosperou no Congresso Nacional, porque continha um dispositivo, defendido pela Andifes, garantindo recursos para o funcionamento das instituições federais de ensino superior através de subvinculação constitucional.

### **JU - Como seriam garantidos esses recursos?**

**Oliveira** - A Andifes defendia (e ainda defende) a criação de um fundo para manutenção e desenvolvimento das instituições federais de ensino superior – sendo este fundo constituído por, no mínimo, 75% dos recursos previstos pelo artigo 212 da Constituição. Conforme o artigo 212, os estados e os municípios devem destinar 25% de sua receita para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, e à União cabe reverter para a mesma finalidade 18% da receita de impostos federais. É bem verdade que a PEC 370 se assemelhava – mas não

coincidia – com a proposta da Andifes, porque, na primeira versão, previa que o fundo seria constituído por 75% – e não por um mínimo de 75%, – para o ensino superior público, envolvendo todas as universidades estaduais e municipais. Entretanto, só as três universidades estaduais paulistas têm um orçamento anual de mais de R\$ 2 bilhões – o que é quase a metade de tudo que recebem as 52 instituições federais do ensino superior. Na segunda versão, conseguiu-se piorar esta relação: na medida em que o fundo era constituído para o ensino superior como um todo, permitia a inclusão das universidades particulares.

### **JU - Que fim levou esta proposta?**

**Oliveira** - Quando o MEC admitiu a proposta da Andifes, ou seja, de que o fundo deveria se destinar apenas para as instituições federais de ensino superior, a área econômica vetou-a e ela foi abandonada no Congresso Nacional. Não ultrapassou nem mesmo o seu primeiro nível de tramitação, que é a aprovação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A Andifes já trabalhava, desde 1994, dentro da perspectiva de não buscar a regulamentação do artigo 207, mas, sim, de definir um sistema normativo para o conjunto das Ifes, que daria toda uma estrutura e toda uma organicidade ao funcionamento das universidades. Criando-se o sistema das Ifes, haveria um conselho para promover a articulação e a cooperação entre as instituições do sistema e ainda atuar como interlocutor junto ao governo federal para as questões de natureza orçamentária, financeira, administrativa e de recursos humanos. Para além disso, a proposta da Andifes contempla um sistema de financiamento baseado em critérios de natureza estritamente acadêmica com *status* de projeto de lei orgânica, que coloco no mesmo patamar de outras leis orgânicas que existem no nosso ordenamento jurídico, a exemplo da lei orgânica dos estados e municípios, da magistratura e do Ministério Público.

### **JU - Como seria a lei orgânica da autonomia das universidades?**

**Oliveira** - A lei orgânica introduz um novo ente jurídico, denominado “Universidade pública federal”, que unifica os atuais entes jurídicos autárquicos e fundacionais constituintes do conjunto das 52 Ifes. Mais do que isso, define que estas instituições seriam órgãos integrantes do aparelho de Estado nacional, exercendo, portanto, de forma autônoma, uma função e não sendo apenas o exercício descentralizado de uma atividade estatal. Com isso, a autonomia adquire funções objetivas para o seu pleno exercício, admitindo o controle da sociedade e a supervisão do aparelho do Estado, no que se refere ao uso rigoroso do controle do dinheiro público e à avaliação institucional do nosso trabalho. É uma proposta concreta que não se confunde nem se restringe a uma mera regulamentação do artigo 207.

### **JU - Falemos sobre o momento atual da luta pela autonomia universitária.**

**Oliveira** - O governo considerou que, com a aprovação da lei de diretrizes e bases e também da reforma administrativa, seria possível regulamentar a autonomia, ou melhor, o artigo 207, através de um projeto de lei ordinária. No início deste ano, em janeiro, o secretário de Educação Superior, o professor Abílio Baeta Neves, comunicou esta posição do MEC a Andifes. Em abril, o ministro apresentou aos reitores as diretrizes que fundamentariam a proposta e, finalmente, no final de julho, entregou a cópia do projeto de lei que está para ser enviado ao Congresso Nacional. Esta mesma proposta tem algumas caracte-

terísticas curiosas. A primeira delas é que, em vez de buscar a regulamentação através do artigo 207, como se supunha e se esperava, o governo usou como base o parágrafo 8º do artigo 37 da Constituição, reformulado pela emenda constitucional nº19, que aprovou a reforma administrativa. O parágrafo 8º diz que é possível ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira para todos os órgãos e entidades públicas da administração direta e indireta através de contrato. A nossa perplexidade foi a escolha desse dispositivo, porque o artigo 207 consagra a autonomia universitária especificamente para as universidades, de forma muito mais ampla e consistente e, portanto, não encontramos nenhuma justificativa razoável para que a regulamentação se faça da mesma forma indicada para aqueles demais órgãos públicos que não detêm a autonomia definida no artigo 207. A escolha parece ter sido motivada pelo fato de que, com o artigo 37, o governo estaria abrindo a possibilidade de a regulamentação ser feita através dos contratos de gestão já em vigor para as organizações prestadoras de serviço da Marinha, através de uma lei promulgada em dezembro do ano passado. Em vez de proporcionar a alegada flexibilidade para o funcionamento das universidades, o contrato amplia de tal maneira os mecanismos de controle – não apenas os do Ministério da Educação, mas também os do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e até da Casa Civil – que acaba transformando este controle numa verdadeira tutela do poder executivo sobre as universidades. Portanto, a proposta do governo é a antítese da autonomia. Ela restringe, cerceia e desvirtua o pouco que existe na autonomia universitária consagrada através do artigo 207.

**JU - Na verdade, o governo pouco respeitou o disposto no artigo 207 da Constituição...**

**Oliveira** - É forçoso reconhecer que, decorridos mais de dez anos de vigência da atual Constituição, a autonomia das universidades tem sido uma expressão meramente virtual, uma vez que existe um emaranhado de medidas provisórias, decretos, portarias e instruções normativas que, na prática, esvaziam por inteiro o exercício da autonomia. Um exemplo ilustrativo disso pode ser o fato de que hoje, para uma universidade federal realizar um concurso público a fim de preencher uma vaga em seu quadro docente, ela precisa da autorização de dois ministérios, o que é um contra-senso se levarmos em consideração que a Carta Magna confere, de forma explícita, a autonomia administrativa das universidades. A proposta de lei orgânica da Andifes tem também o mérito de evitar o autoritarismo do executivo na interpretação da norma constitucional. Nós compreendemos que autonomia não é soberania. O que diferencia uma coisa de outra é que a primeira deve se dar dentro do ordenamento jurídico do país. É por isso que nós entendemos que o instrumento mais adequado para tal seria o nosso projeto de lei orgânica, e não esse projeto de lei ordinária, que, na verdade, representa um retrocesso em relação à pouca autonomia de que dispomos hoje.

**JU - É viável a manutenção das universidades na forma proposta pelo anteprojeto de lei do governo?**

**Oliveira** - O artigo 8º do projeto de lei apresentado pelo governo explicita que o financiamento das universidades se dará com base no orçamento de 1997. Naquele ano, desde o início do segundo semestre, havíamos demonstrado ao ministro da Educação que o orçamento seria insuficiente, sobretudo em decor-

rência do aumento de tarifas públicas, como água, luz e telefone, e de custos de serviços terceirizados, como vigilância e limpeza. O ministro compreendeu as nossas ponderações e efetuou gestões no sentido de nos proporcionar uma suplementação, inicialmente cogitada em R\$100 milhões, que terminou se concretizando em R\$ 25 milhões, no apagar das luzes de 1997. Desta forma, o conjunto de nossas instituições, naquele ano, acumulou uma dívida reconhecida e contabilizada pelo MEC da ordem de R\$ 40 milhões. Assim, o orçamento seria insuficiente para 1997 e é muito mais insuficiente para agora. É inadmissível que se possa viabilizar o funcionamento das universidades com o orçamento sabidamente insatisfatório. E não estou me referindo a projetos de extensão de nossas universidades, a projetos de melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, estou me referindo à insuficiência desses recursos para manutenção básica das instituições. Para além dessa manutenção básica, é fundamental que as universidades tenham recursos até para poderem atender a meta de expansão prevista no Plano Nacional de Educação.

**JU - Que metas são essas?**

**Oliveira** - Uma dessas metas diz que, no prazo de dez anos, as universidades precisam aumentar o número de matrícula de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos – o que significa uma evolução do atual patamar de 11% para 30% –, a fim de nos aproximarmos de países em estágio semelhante de desenvolvimento ao nosso, como os nossos vizinhos da América do Sul. Entretanto, isso só será possível se efetivamente houver aumento do financiamento para as universidades. A Andifes tem uma proposta muito clara em relação a isso, já apresentada ao ministro em dezembro do ano passado. Mediante esta proposta, de 1999 a 2002, as universidades aumentariam, em média, 10% ao ano o seu número de matrículas, mas com a contrapartida de recursos orçamentários que lhes permitissem manter a qualidade de suas atividades acadêmicas. Isso é fundamental, porque hoje o setor privado do ensino superior já detém quase 70% do número de matrículas, invertendo a situação existente há cerca de 30 anos. Se não conseguirmos, pelo menos, manter as proporções atuais e, portanto, expandir as vagas no mesmo ritmo das universidades particulares, nós teremos, num futuro não muito remoto, 80 a 90% das matrículas no ensino superior privado. E aí, sim, corre-se o risco de se extinguir o ensino público gratuito nas universidades, mediante o falso argumento de que se está abolindo um privilégio, porque se estaria atendendo a apenas uma minoria e, portanto, não atendendo o interesse da sociedade.

**JU - O senhor não acha que há um processo em marcha nesse sentido, a exemplo de experiências que estão sendo aplicadas nos países vizinhos, como Argentina, Chile, Colômbia?**

**Oliveira** - O Banco Mundial, sobretudo a partir do início da década de 90, tem preconizado para os países do Terceiro Mundo a ênfase no ensino fundamental, em detrimento de investimentos públicos na educação superior. São vários os países que já se submeteram a esse receituário do Banco Mundial com resultados duvidosos e desastrosos. Nenhum país do mundo, em qualquer época, se desenvolveu mediante essa falsa contraposição, esse tratamento excludente em relação aos níveis de ensino. É necessário que haja investimentos em educação. Deve-se, sim, dar prioridade ao ensino fundamental e ao ensino médio, mas o

que não se pode deixar acontecer é que esta prioridade se dê em detrimento do ensino superior. Não se faz uma educação básica com qualidade sem universidades que possam formar os recursos humanos preparados para o exercício das atividades docentes no ensino fundamental e no ensino médio.

**JU - Como se posiciona a Andifes na relação com o governo e com as demais forças representativas da comunidade universitária?**

**Oliveira -** A posição histórica da Andifes tem sido buscar a interlocução permanente, sistemática com todos os atores da cena política, sempre em busca de soluções consensuais. Eu acho que esse é o caminho lógico em qualquer sociedade democrática. A Andifes tem consciência de seu papel. Para além de críticas e questionamentos que fazemos a propósito do governo, assumimos sempre uma postura propositiva, ou seja, sempre temos propostas para discutir e condições para demonstrar a viabilidade das mesmas.

**JU - Nos contatos que a Andifes vem mantendo com o MEC depois da apresentação da proposta de lei oficial, que divergências tem sido discutidas além dessas que já foram comentadas?**

**Oliveira -** O ministro Paulo Renato designou o secretário da Educação Superior como o elemento de interlocução com a Andifes, para que nós pudéssemos oferecer nossas sugestões e nossas contribuições. Estamos priorizando, neste momento, a busca de um entendimento relativo à questão do financiamento, até porque esta é uma questão que não pode ser alterada pelo Congresso Nacional, por envolver recursos do Tesouro Nacional. Apresentamos uma solução intermediária e estamos procurando ainda esclarecer um outro aspecto ainda não muito claro na proposta governamental. Durante a greve dos professores, no ano passado, o ministro da Educação apresentou aos reitores, em diversas reuniões ocorridas na época, algumas sinalizações de como seria o novo cenário da autonomia. Um desses pontos é a questão salarial. O ministro dizia que a questão salarial não seria resolvida enquanto não fosse desatado o nó da autonomia e, em função de suas peculiaridades, a universidade deveria ter salários diferenciados.

**JU - Por que a diferenciação salarial é inaceitável?**

**Oliveira -** Quanto à questão do salário, há uma certa ambigüidade nos documentos até agora apresentados pelo MEC. E isso é um ponto central. A diferenciação salarial indiscriminada poderá fazer com que as universidades brasileiras sejam cada vez mais compelidas a vender serviços para o financiamento de suas atividades. Então, o orçamento global, inerente à proposta da autonomia, poderá sofrer um amplo remanejamento dos recursos orçamentários entre pessoal, custeio e investimento. As universidades situadas nas regiões mais desenvolvidas do país terão condições de gerar muito mais recursos próprios e, portanto, remunerar melhor os seus professores, técnicos e pesquisadores. Poderá haver uma migração, um êxodo dos melhores quadros das universidades existentes nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, que hoje detêm apenas um terço do número de pesquisadores. Estaria estabelecida uma competição predatória entre as universidades, um darwinismo acadêmico, o que significaria uma grave violação do próprio princípio federativo, com o agravamento das desigualdades regionais. A Andifes defende que haja um piso salarial nacionalmente unificado, além do recebimento de *pro-labore*, isto é,

valores variáveis não-incorporados aos vencimentos, em decorrência da participação de professores, técnicos e pesquisadores em programas de projetos de pesquisas que venham a ser financiados através de outras fontes de recursos.

**JU - E a proposta relativa ao contrato de gestão?**

**Oliveira -** A outra questão que está na agenda de discussão é a dos contratos de desenvolvimento institucionais, codinome para os contratos de gestão. Nós compreendemos que o Ministério precisa de recursos para atender, de maneira diferenciada, universidades que tenham problemas específicos de expansão de seu número de vagas, de projetos de melhoria da qualidade de ensino, de desenvolvimento de determinada linha de pesquisa. Não temos nenhuma discordância em relação a isso. É preciso que esses recursos existam e que o dinheiro seja disponibilizado na medida em que essas universidades apresentem seus projetos e que eles sejam aprovados por seus méritos. Mas isso não implica nenhuma necessidade de contrato de gestão. Tudo pode ser feito mediante convênios, como tem sido historicamente efetuado durante todos esses anos. O contrato de gestão é uma forma draconiana de submeter as universidades à tutela do poder executivo. Quem entrar neste contrato se submete à tutela absoluta do poder executivo, alienando por completo a autonomia universitária. Quem ficar fora não tem nenhuma possibilidade de sobrevivência. Porque a universidade que não entrar no contrato de gestão sequer poderá autorizar, por exemplo, o afastamento de um professor para participar de um evento no exterior.

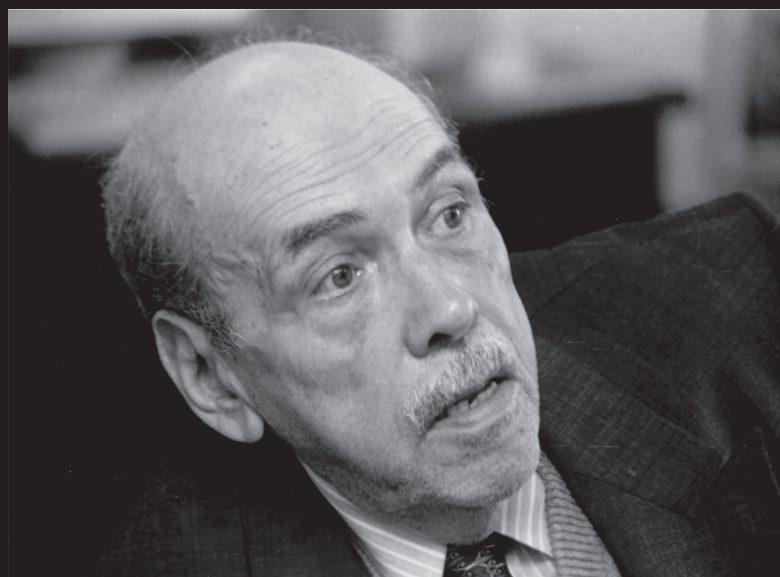
**JU - Pode-se dizer que o governo está desprezando o papel estratégico da universidade no desenvolvimento regional e nacional?**

**Oliveira -** Sob este manto da autonomia, o que está sendo engendrado é uma profunda alteração na relação Universidade e Estado. Corre-se o risco de um crescente descompromisso do governo federal no financiamento da educação pública superior. É lamentável, porque as universidades federais que se distribuem por todo território nacional, à exceção do Tocantins, têm um papel insubstituível no processo de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, cultural e artístico do país. Com essa concepção de autonomia universitária, poderemos estar renunciando à imperiosa necessidade de retomada no desenvolvimento nacional e comprometendo a própria soberania do nosso país. Cabe precisamente à Universidade a produção, a sistematização e a disseminação desse conhecimento, sem abdicar de seu papel de instância crítica da sociedade. É importante que haja mobilização dentro da comunidade universitária, em cada instituição, e que este debate seja levado à sociedade. É fundamental que, em cada Estado, a mobilização social possa promover reuniões de deputados federais e senadores, a fim de que cada um deles possa conhecer qual é a proposta do governo, qual é a proposta dos reitores e quais são as implicações de cada uma dessas propostas, não apenas para a Universidade enquanto corporação, mas para o Estado, para a região, para o próprio papel que a universidade desempenha no cenário local e nacional.

**JU - No momento, o governo está aguardando uma conjuntura melhor para encaminhar o seu projeto ao Legislativo. Que atividade o movimento docente e dirigente está desenvolvendo junto ao Congresso, no sentido de construir uma base de apoio a essas propostas?**

**Oliveira** - A Andifes articulou a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública. Ela foi instalada em julho e hoje já conta com mais de 150 deputados federais, 15 senadores, de todos os partidos, que compõem a cena política no país. Achamos isso importante, porque nosso objetivo com a criação dessa frente é não só a discussão específica sobre a autonomia, mas a construção de uma agenda permanente que contemple os grandes temas da educação superior no país. Para isso, é fundamental que nós tenhamos a participação e o apoio dos deputados federais e senadores de todo espectro partidário existente no Congresso Nacional. Acreditamos que esta frente terá um papel importantíssimo na questão da autonomia universitária e, a partir daí, reafirmará sua credibilidade para que possamos avançar na construção de um modelo educacional mais justo e mais equânime.

## Barbosa Lessa



**“Eu era só um grosso do interior”**

*O jornalista, folclorista, historiador, ficcionista, dramaturgo, publicitário, advogado, escritor e compositor Luiz Carlos Barbosa Lessa, faz parte do grupo de estudantes que em 1947 reagiu à invasão cultural norte-americana e reativou a memória e a cultura do gaúcho, criando um movimento que resultou nos CTGs (centros de tradições gaúchas), que hoje se disseminam pelo Brasil e pelo mundo inteiro. Nesta entrevista, concedida aos jornalistas Clóvis Ott e Juarez Fonseca, e ao professor de literatura Luís Augusto Fischer, Barbosa Lessa fala sobre sua carreira e sobre o movimento tradicionalista, destaca a singularidade do gaúcho e a importância das professoras primárias na disseminação da cultura dos povos.*

NOVEMBRO 1999 - EDIÇÃO N.º 25



**Jornal da Universidade - De todas as atividades que desenvolveu, qual a que escolheria para dizer “eu sou tal coisa”?**

**Barbosa Lessa** - Não sou esta mistura aparentemente confusa de coisas. Acontece que desde pequeno sempre fiz aquilo que tinha vontade de fazer. Comecei como jornalista aos 12 anos, no Colégio Gonzaga, de Pelotas. Fundei um semanário, O Gonzaguiano, impresso com gelatina e papel carbono, que depois foi encampado pelo grêmio estudantil e se transformou no jornal do colégio. Quando ainda era eu que o fazia, propunha charadas aos coleguinhos e prometia pequenos prêmios a quem acertasse a resposta. Além disso, tinha que manter o jornal. Então, procurei o laboratório Leivas Leite que, mais por simpatia do que por interesse comercial, fazia anúncios de dois centímetros do sabão Sarnatil “para suas ovelhas”. Portanto, nesta época, mesmo sem me dar conta, passei a ser também agenciador e redator de propaganda. Ainda no Gonzaga, formamos um conjunto, *Os Minuanos*, para divulgar a música gaúcha. Mas não havia música gaúcha. Só aquelas conhecidas, tipo *Prenda Minha* e *Boi Barroso*.

**JU - E como nasceu a canção Negrinho do Pastoreio?**

**Lessa** - Quando constatamos que não havia música gaúcha para divulgar, *Os Minuanos* terminaram. Antes do conjunto, eu havia formado uma dupla com o Germano Pinho, que também tinha 11 ou 12 anos. Ganhamos um concurso na Hora do Calouro, da Rádio Pelotense e, com o dinheiro da minha metade do prêmio, comi, até me faltar, aquelas empadas lindas da Confeitaria Nogueira, que eu vivia cobiçando. A gente havia se apresentado como a dupla Germano e Luís Carlos, cantando, à moda caipira, *Meu Chapéu de Palha*. Já *Os Minuanos* queriam um repertório, mas só tinha os já citados *Prenda Minha* e *Boi Barroso*, além de *Felicidade* (de Lupicínio Rodrigues), que recém havia sido lançada, *Velha Gaita*, *O Tropeiro* e quase nada mais. Ora, nenhum conjunto podia se manter com cinco ou seis canções. Quando começamos o 35 CTG aqui, eu já sabia que não tínhamos música. Então, tive minha única experiência como editor. Editei “As mais belas poesias gauchescas”, para dar munção a quem quisesse declamar. E isso me levou a compor *Carreteiro*, *Quero-quero* e *Negrinho do Pastoreio*, para também se ter o que cantar.

**JU - Em 1949, foi lançado o primeiro volume de O Continente, de Érico Veríssimo. Também é o ano do começo da revista Quixote, na qual um grupo se propunha a fazer literatura de vanguarda e cosmopolita em Porto Alegre. Como foi a recepção do tradicionalismo pela intelectualidade da época?**

**Lessa** - Tivemos bem mais apoio do que aquele que o tradicionalismo obtém hoje. Quando, em 1952, o Paixão Côrtes e eu apresentamos, na Farsul, de terno e gravata, o pouco resultado que havíamos conseguido com as nossas gravações de músicas de danças gaúchas, o Érico Veríssimo estava na mesa. Em 1954, no primeiro congresso, tínhamos expressões que talvez fossem consideradas regionalistas e não intelectuais rio-grandenses, como Manoelito de Ornellas, Walter Spalding, Dante de Laytano. De Bagé veio o Félix Contreiras Rodrigues, do Alegrete veio o Ruy Ramos... A intelectualidade estava lá e nós, como guris, estávamos tentando aprender e aprendemos muito com eles, não havia uma separação. Nas artes plásticas, Lutzenberger, grande desenhista, estava programando, pela Editora Pluma, uma série de lendas brasileiras. Sabendo

que havia sido criada uma entidade ligada às tradições, pedi nossa assessoria para o trabalho. Nós – eu, Paixão, Ciro Dutra e Ferreira – não só dávamos sugestões como arranjávamos os aperos e corrigíamos coisas. Fomos consultores do grande Lutzenberger e saímos na edição desse álbum.

**JU - Vocês são a geração fundadora. Hoje, qual é a sua avaliação genérica do pessoal que está à frente do movimento tradicionalista.**

**Lessa** - Na época, não nos achávamos fundadores de nada. Não tínhamos essa pretensão. Éramos estudantes e recebíamos, por currículo oficial, uma série de informações, mas não nos considerávamos com liderança de diploma. O Ciro, até hoje é um homem campeiro. Começou como homem do campo e o respeitávamos como homem do campo. Ainda hoje, participa ativamente do movimento e chegou a escrever dois livros de memórias, mas nunca se considerou escritor. Também não sei se posso me considerar escritor. Eu era jornalista. Depois da experiência do jornal do Gonzaga, entrei para a Revista do Globo, com 16 anos de idade. Na sala ao lado, tinha um cara muito querido, muito educado, que passava o dia lá e me tratava como um colega: um tal de Erico Veríssimo. E eu estava meio complexado. Não sabia como colocar temas do Rio Grande do Sul na Revista do Globo. Caí duro quando o Érico me informou que estava escrevendo sobre o Rio Grande do Sul. Isso me deu coragem para escrever um conto com um personagem de que gostava muito. Era um conto histórico, A Retirada de São José do Norte. Mandei para o Província de São Pedro e, para minha surpresa, o conto foi editado com os leitores sendo chamados a ler, sendo ressaltado que havia sido escrito por “um rapaz de apenas 18 anos”.

**JU - O senhor tem alguma coisa de vanguarda em pelo menos três livros: São Miguel da Humanidade, Rodeio dos Ventos e Era de Aré. Eles têm uma concepção original, pois apresentam um fio narrativo, mas não assumem a idéia de uma autoria num sentido de romance. Cada um vai tomando depoimentos da história, estudos, coisas de folclore, da tradição oral, e vai colocando numa linha. De onde veio essa idéia? Mário de Andrade fez isso nos anos 20 para 30 - e isto é visto, ainda hoje, como uma coisa estupenda. Aqui ninguém havia tentado algo assim...**

**Lessa** - Havia uma curiosidade própria quando escrevi esses trabalhos. Respondi a perguntas que fazia para mim mesmo. Fui escrevendo esses livros sem nunca ter repercussão do Mário de Andrade, que era do interior de São Paulo. Este estigma de escritor regionalista, gaúcho (não rio-grandense), eu carreguei toda a vida.

**JU - O senhor não é reconhecido como escritor brasileiro?**

**Lessa** - Brasileiro, sim, no panorama nacional. Mas aqui no Rio Grande do Sul nunca fui entendido como escritor brasileiro rio-grandense, mas como um regionalista, um grosso. Quando escrevi, aos 29 anos de idade, o romance *Os Guaxos*, eu já morava em São Paulo. Recebi o prêmio daquele ano da Academia Paulista de Letras. Também recebi o prêmio nacional de romance da Academia Brasileira de Letras. Numa coluna do jornal O Estado de S. Paulo, eu era considerado um romancista brasileiro, recebia elogio até pessoal do Jorge Amado. Mas, aqui em Porto Alegre saiu uma coluninha do Walter Spalding sobre *Os Guaxos*, aplaudindo, mas era algo regionalista.

**JU - Quando Eduardo Galeano escreveu As Veias Abertas da América Latina, nos anos 70, e outros livros mais recentes, usou uma técnica parecida com a sua...**

**Lessa** - Quando escrevi meu primeiro livro, eu tinha 11 anos de idade e estava saindo de Piratini. Minha mãe tinha me ensinado a datilografar. Foi *Uma Aventura no Texas*. O segundo, escrevi já em Pelotas: *As Aventuras do Morcego*. Aí consegui que o Nei Mário Matos fizesse as ilustrações. Então, ele me perguntou por que eu não escrevia sobre Piratini, sobre a nossa terra. Eu não sabia que podia. Pensava que havia uma lei do governo que não deixava que fossem escritas coisas sobre o Brasil, sobre o Rio Grande do Sul. O que chegava na nossa cidade eram só coisas sobre *cowboys* norte-americanos.

**JU** - Como é que o senhor se deu conta de que não era assim?

**Lessa** - Fui me informar, pesquisando exemplares do almanaque do Alfredo Severo Rodrigues, que estavam no porão da casa da minha avó Maria. Era o *Almanaque Literário - Estatística do Rio Grande do Sul*. Foi aí que, a duras penas, comecei a me enfiar pelo Rio Grande do Sul, ouvindo com mais atenção os *causos* do Nêgo Donato, do domador Romário, meu primo, e fui me aprofundando. Informações não tinha para comprar numa banca, numa livraria, e nem na escola. Em 1937, já tinham acabado não só com a bandeira e com o hino rio-grandense mas, principalmente, com os livros que ensinavam a gurizada as coisas nossas, a cronologia rio-grandense. Eu achava que se na escola também não ensinavam nada sobre a nossa terra era porque deveria haver uma proibição a respeito disso.

**JU** - Então é por isso que a gurizada, hoje em dia, sabe mais sobre a colonização dos Estados Unidos enquanto aqui, no Rio Grande do Sul, a nossa história é esquecida?

**Lessa** - Desde essa época, desde 1937, quando eliminaram as cronologias rio-grandense, nunca mais voltaram estes livros. Tanto que no 1º Congresso Tradicionalista, apresentei a tese *O Sentido e o Valor do Tradicionalismo*, não sob o aspecto regional, mas mundial, baseado em Ralph Gunther, sociólogo norte-americano. Dizia que era a violência que estava acabando com o ser humano. Então, fizemos um movimento tradicionalista, não para endeusar o Bento Gonçalves nem para cantar música gaúcha, mas para preservar a nossa autenticidade, já ameaçada pelo globalismo da cultura norte-americana. Nós não queríamos salvar o mundo. Queríamos salvar a nós próprios, seguindo a diretriz do Ralph Gunther em *O Fenômeno Universal*, onde dizia o que estava faltando ao ser humano, naquela época. O grupo local é algo além da família. É toda uma comunidade se apoiando. E era esse tipo de comunidade que nós queríamos salvar.

**JU** - Em que se baseia o tradicionalismo?

**Lessa** - A questão fundamental do tradicionalismo é a orientação à infância através dos CTGs. E para dar essa orientação às crianças é fundamental a colaboração dos professores primários. O dia mais importante do tradicionalismo será quando a categoria dos professores primários se agregar a nós para transmitir esses conhecimentos às novas gerações.

**JU** - Mas esses professores primários também não são colonizados culturalmente?

**Lessa** - Pois lhes digo com toda sinceridade: Paixão Côrtes e eu só não entramos nessa fase da educação, naquela época, por respeito total à categoria dos professores. Nós achamos que seria uma barbaridade fazer livros didáticos ligados ao tradicionalismo. Hoje achamos que talvez tivesse sido mil vezes mais fácil termos iniciado com esses livros didáticos, do que começar feito loucos a catar no cafundó do Judas, durante dois anos e pouco, para pesquisar as dan-

ças gaúchas. No fim das contas, as danças gaúchas foram reconstituídas (hoje são dançadas em Los Angeles e no Japão), mas em relação aos livros didáticos nada foi feito. Nós bem que poderíamos ter feito. E aí, na rabadada dos livros, viriam as danças e as canções.

**JU** - Mas hoje a história do Rio Grande do Sul está completamente disseminada. Atualmente se tem uma bibliografia bem apreciável.

**Lessa** - Não do ponto de vista de divulgação. Do *abc*, do *be-a-bá*, há trabalhos específicos sobre determinadas áreas. Se alguém que anda pela Europa e quer conhecer alguma sobre esse tal de Rio Grande do Sul, não acha um livro. Tem trabalhos específicos mas não a simplificação. Tem a complicação da história, mas não a simplificação.

**JU** - O seu livro *Nativismo, um fenômeno social gaúcho, começa com uma observação de Saint Hilaire, em 1820: "Nesta capitania até os cães latem de modo diferente". O que Saint Hilaire notou de diferente entre o Rio Grande do Sul e o resto do país?*

**Lessa** - Não sei, porque não fui companheiro do Saint Hilaire, nasci um pouco depois. Mas, de fato, essa diferença é marcante. Um dos motivos é que existem vários Rio Grande do Sul, não só um. Do ponto de vista político-administrativo, houve a capitania, a província (que hoje é o estado), que foi uma coisa feita de uma mescla de aspectos físicos, sociais e, conseqüentemente, históricos e culturais. Apesar de tantas diversidades, o Rio Grande do Sul tinha uma idade política que devia surpreender, e ainda hoje surpreende os viajantes menos esclarecidos. Em 1820, surpreendia o Saint Hilaire e por isso ele afirmou que "há tantos cães latindo de modo diferente".

**JU** - Na observação dele as mulheres gaúchas também tinham um comportamento diferente.

**Lessa** - Elas não fugiam. Esta era a sua primeira característica. Se o sujeito chegasse numa fazenda e o dono da casa não estava, o estranho era atendido da mesma maneira pela esposa, que não fugia da aproximação. Foi a isto que o Saint Hilaire se referiu. As mulheres, na nossa formação histórica, são figuras impressionantes e, injustamente, esquecidas.

**JU** - Quando os gaúchos vão para outros estados criam núcleos profundamente nossos. Há aquela força que se sente aqui. De onde vem?

**Lessa** - Isto ocorre mais recentemente, em razão do movimento tradicionalista, a partir de 1947/1948. E, no mínimo, tem mais uma geração atuando aí. Naquela época, nós éramos respeitados pela nossa personalidade. Assumimos essa responsabilidade, que pode causar malestar a outros, a esses grossos metidos a besta, mas é um fato. Somos a única porção do Brasil onde há uma disposição no sentido de assumir os seus defeitos, a sua autenticidade regional.

**JU** - É isso que, de uma certa forma afasta o Rio Grande do Sul do resto do Brasil? O Rio Grande do Sul é tratado, ainda hoje, como um estado diferente?

**Lessa** - Eu viajei bastante por esse Brasil e nunca senti alguma diferença em relação a minha pessoa, por ser rio-grandense, ou ao estado que representava. Fui para São Paulo e me aventurei a ser produtor de televisão, apesar de nunca ter visto um receptor, pois aqui não havia. Cheguei na Record para fazer meu programa, fui cortar meu cabelo na própria TV e, da cadeira ao lado, um sujeito que perguntou se eu era o gaúcho que estava chegando e se vinha tomar conta de São Paulo para mostrar aos paulistas que eles não são tão bons. Quando

saiu, me desejou felicidades e disse que também havia raciocinado assim e que estava já há mais tempo em São Paulo. Era o Otávio Mário, radialista de Porto Alegre. Isso foi em 1953.

**JU - Hoje, São Paulo realiza a segunda festa country do mundo, imitando os rodeios norte-americanos.**

**Lessa -** Não foi possível resistir à chegada da cultura *country*, porque há toda uma estrutura de *marketing* envolvendo esses rodeios, com muito dinheiro. São Paulo não pode suportar. Aqui, está começando o Rodeio de Vacaria, meio capenga. A investida mercadológica norte-americana foi grande e os caboclos lá de Barretos não conseguiram resistir. É interessantíssimo observar que no norte do Paraná esse mercado *country* é muito forte e só não se impôs na vizinhança de Barretos porque os Centros de Tradições Gaúchas da região impedem, fazem os seus rodeios à nossa moda e o *country* não pode entrar. Hoje quem faz resistência à cultura *country* são os tradicionalistas gaúchos.

**JU - Se esta milionária estrutura mercadológica tentasse entrar no Rio Grande do Sul, conseguiria?**

**Lessa -** Duvido. Aqui haveria muita resistência. Além disso, os CTGs têm consciência de que devem defender a nossa cultura.

**JU - O senhor tem alguma restrição a esse mundo que os CTGs criaram e multiplicam?**

**Lessa -** Há distorções que não estão pensadas. Quando fundamos o primeiro CTG, tivemos 24 associados. Em três anos, tínhamos oito CTGs e a consciência de que devíamos levar nossa cultura onde ela estivesse mais claudicante. E levamos. Hoje temos CTGs no Acre, Roraima, talvez no Japão, e isso vai se expandindo de uma maneira fantástica. Aí podem ocorrer distorções, inclusive pela impossibilidade de um controle administrativo dessa expansão.

**JU - Os CTGs não perdem a sua função quando funcionam meramente como um clube social?**

**Lessa -** No livro *Nativismo*, eu aponto as várias fases entre uma geração e outra. De 30 em 30 anos surgia um interesse pelas coisas do Rio Grande do Sul. Primeiro foi o aspecto cívico. Trinta anos depois veio o regionalismo literário. Quando nós começamos, não era nem cívico nem literário. Era associativo e, mais tarde, foi chamado nativismo, já então sem nenhuma associação. São músicos que saem cantando e não têm qualquer espírito de associação. O CTG tinha sua função associativa no início, mas também tinha a função de expansão das suas idéias pelo Brasil. O que nós queríamos era oficializar o que o 35 CTG já fazia. Quando cheguei a Porto Alegre, enfrentei uma reação forte ao fato de ser um grosso do interior.

**JU - O senhor acha que esse preconceito persiste? Bombachas na Rua da Praia ainda causam estranheza?**

**Lessa -** Estranheza não é nada. Décadas atrás, “lincharam” o José Esquecido, lá de Bagé, porque ele atravessou a rua da Praia com roupa de gaúcho. Hoje, já não se lincha mais. Se alguém estiver na Rua da Praia de moto e bombacha não causa estranheza. Provavelmente será um cantor nativista saindo para alguma apresentação ou um festival.

**JU - O traje gaúcho está ligado a uma questão artística? O senhor que é um dos fundadores do tradicionalismo, não tem na pilcha o seu traje do dia-a-dia urbano.**

**Lessa -** Quem se sente bem de pilcha, veste pilcha. Eu viajo muito e quanto menos coisa eu levar melhor. É uma questão meramente prática. Não tenho nenhum preconceito.

**JU - Está na moda um debate, patrocinado pelas universidades norte-americanas, chamado multiculturalismo. A idéia geral é respeitar todas as diferenças e não impor nenhum cânone universal. Seria viável, no Rio Grande do Sul, um movimento feito pelos negros, algo como um centro de tradições negras?**

**Lessa -** Seria interessante. Seria um desafio, porque nas nossas manifestações artísticas o negro não tem presença cultural tão marcante como a do branco. Mas o negro tem trabalhado, e nessa luta do globalismo não sei como poderia enfrentar os primeiros embates. Há coisas relacionadas ao tradicionalismo que mostram até onde se chegou. Tenho passado por experiências fantásticas. Em Maringá, no Paraná, um garçom nissei, filho de japoneses, puxou assunto e me perguntou por que eu também não virava gaúcho, já que havia tanto gaúcho por ali. E disse que para ele não havia coisa mais bonita do que festa de gaúcho.

**JU - De que maneira o senhor acha que se processa o fenômeno da parte norte do Rio Grande do Sul, da serra para cima, constituída basicamente por imigrantes, ter assumido a questão do tradicionalismo?**

**Lessa -** No mês passado saiu na capa do caderno cultural da Folha de S. Paulo um trabalho do antropólogo Hermano Viana com o título *Geléia Brasileira* e subtítulo *Os centros de tradições gaúchas estão mudando a identidade nacional*. Ele pergunta: “o que é que necessário hoje para a gente ser gaúcho, que tanta gente que não é filho de gaúcho, que não é descendente de gaúcho está virando gaúcho?” e “Como eu, Hermano, posso virar gaúcho?”. Isso é um fenômeno que está mudando a identidade brasileira. Basta querer ser gaúcho. Se alguém der orientação, quem quiser vira gaúcho. Qual é a associação que te recebe com a cuia de chimarrão sem te perguntar se tu és do nordeste ou italiano?

**JU - Por que o tradicionalismo com toda com esse sentido associativo, gregário, aberto e com esta força, não nasceu no Uruguai ou na Argentina, que são unidades nacionais e sim no Rio Grande do Sul, que é apenas um estado do Brasil?**

**Lessa -** Não sei. Aqui também se formaram entidades com espírito cívico, na mesma época que o Elias Regules fundava *La Criolla* no Uruguai. Eu ainda conheci a Sociedade Criolla, em Montevideu, no ápice. Hoje, ela está bem apagada. No Uruguai e na Argentina, esses CTGs entraram como dança e aqui, infelizmente, também.

**JU - Esse tempero familiar, amistoso, gregário, acolhedor, pode ser uma contribuição das populações de ascendência italiana e alemã que entraram no movimento tradicionalista na primeira hora?**

**Lessa -** Os alemães entraram no CTG, *Fogão Gaúcho*, de Taquara, quando aquela gente estava saindo da Segunda Guerra e vieram, com facilidade, adquirir uma cidadania moral.

**JU - Qual o momento do movimento tradicionalista, até agora, que o senhor considera como o mais importante?**

**Lessa -** Uma das coisas mais bonitas do movimento tradicionalista foi a fundação do CTG 35, em 1948, por rapazes de 17, 18 anos. Elaboramos o estatuto, uma obra-prima, eu acho. Aquela sociedade teria por finalidade não ter nenhuma atividade político-partidária ou religiosa. Sempre teria por finalidade o estudo da formação de nossas tradições campeiras e a sua divulgação pelos

países vizinhos e estados irmãos, além de lutar pelo surgimento de entidades congêneres, dando todo apoio possível. Então, nós não estávamos apenas com a finalidade de tomar um mate e bater papo. Queríamos expandir e incentivar a formação de novos grupos. Esse caráter de expansão foi desejado e posto no papel desde os primeiros passos. Então, não foi um milagre, uma surpresa. Foi premeditado. Foi muito peleado para que chegasse a esse ponto.

#### ***Regresso do qüera quase acaba em prisão***

*Barbosa Lessa fala sobre a sua opção de fixar-se no interior de Camaquã e criar um microcosmo que inclui coisas tão variadas como um artesanato de erva-mate e famílias de bugios. “Moro lá nas grotas de Camaquã. Vocês talvez não possam imaginar o que é viver por vinte anos no centro de São Paulo. Eu morava na Avenida 9 de Julho e trabalhava no Vale do Anhangabaú. Ver uma menina e um menino, meus filhos, nascerem e crescerem naquele burburinho era uma parada meio dura. Além disso, trabalhar em coisas “simples” como produção de televisão, produção de shows, publicidade, era uma “calmaria” total.*

*Um dia abri o jornal Shopping News e tinha uma página inteira mostrando o Rio Grande do Sul, na região de Palmares e Mostardas. Perguntei para mim mesmo: “O que estou fazendo aqui nesta loucura?” Resolvi na hora. Voltei. Da rodoviária mesmo comprei uma passagem para Palmares. Foi difícil chegar lá, pois não tinha estrada. Cheguei. Não havia hotel, mas nos fundos de um bolicho tinham umas camas e o dono aceitava hóspedes. Peguei uma e fiquei curtindo, olhando para o campo e procurando a estrada de ferro Palmares-Osório, que já não existia mais. Combinei com o dono de um jipe que fazia o serviço de taxi, para me pegar no dia seguinte e irmos para Mostardas. Quando saíamos, um sargento e três soldados cercaram o jipe, foram revistar o bagageiro e queriam saber o que eu estava fazendo na região. O ano era 1974. Então, há 20 anos eu estava fora. O sargento falou:*

*- Desde ontem estamos vendo que o senhor está andando de lá para cá, sozinho, com esta pasta. Mostre a sua carteira de identidade.*

*Quando viram que a carteira era de São Paulo, a coisa engrossou.*

*- O senhor é paulista? Essa história está mal contada. O que um paulista, sozinho e de pasta na mão, quer por aqui? Vamos dar um jeito nisso.*

*Estavam me levando preso quando o sargento insistiu:*

*- Diga a verdade: o que o senhor está fazendo aqui?*

*- Vim para sentir o cheiro da bosta, respondi. O sargento ficou brabo e disse que aquilo não eram modos nem expressões para se responder às autoridades. E eu continuei falando:*

*- Na última vez em que estive aqui, há 20 anos, para sentir o cheiro da bosta fui muito bem recebido pelo Nei Azevedo lá na casa do seu Alípio.*

*Por coincidência ou sorte, naquela época o Nei Azevedo era o palmareense mais respeitado pelo presidente do IRGA, o Instituto Riograndense do Arroz. O sargento ficou com medo e achou que ele acabaria enrascado, por eu ser amigo do Nei. E isso me salvou. Fui liberado.*

*Assim começou o retorno do qüera que morava em São Paulo e queria voltar ao Rio Grande do Sul. Desde aquela época, eu valorizei aquela paisagem. Dois anos antes da aposentadoria saí perguntando aos amigos onde havia um lugar com água e mata. Cheguei a ir até Caçapava, onde achei água mas não achei mata. Para Palmares não fui porque achava, naquele tempo, de difícil acesso. Terminou com o Egidio Schlabit, lá da Vila do Cristal, que foi prefeito de Camaquã e nem me conhecia, querendo me presentear com uma terrinha junto ao rio. Agradei mas não aceitei. Não era bem o que eu queria.*

*Tempos depois, ele soube que um vereador amigo dele queria vender uma terra lá no interior de Camaquã e me avisou. Fui lá, abrimos uma primeira trilha e descemos pelo leito do arroio. Aquilo sim, era o que eu desejava: mato e água. Com algum sacrifício, voltei lá com a minha mulher e perguntei se ela toparia a gente se mudar para lá. Hoje, ela gosta do lugar mais do que eu. Estamos lá há 11 anos.”*

## Roman Maiorga



### **“A América Latina corre o risco de ser invadida por universidades do Primeiro Mundo”**

*As universidades latino-americanas devem intensificar a oferta integrada de programas e cursos de alcance regional, utilizando especialmente as ferramentas da informática e a comunicação eletrônica, sob o risco do espaço educacional virtual da região ser invadido por instituições do Primeiro Mundo. O alerta foi feito por Roman Maiorga, especialista principal em Educação, Ciência e Tecnologia do Departamento de Desenvolvimento Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em entrevista que concedeu aos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott, Ida Stigger, Sonia Torres e à professora Maria Susana Arrosa Soares, diretora do Centro Brasil de Documentação e Estudos da Bacia do Prata e coordenadora do curso de Especialização, Integração e Mercosul, da UFRGS. Maiorga esteve em Porto Alegre para participar do Seminário Internacional Universidade e Ciência na América Latina, promovido pela UFRGS, proferindo conferência em que abordou os desafios que terá de enfrentar a Universidade latino-americana no próximo século. Um desses desafios é justamente contribuir para preservar a identidade latino-americana num mundo cada vez mais globalizado. Nesta entrevista, ele fala sobre as limitações do BID para o financiamento de projetos conjuntos de integração, mas revela que o Banco voltará a conceder recursos para projetos direcionados ao ensino superior, ciência e tecnologia, na América Latina, especialmente quando se referirem a propostas inovadoras, capazes de gerar novos dinamismos na região.*

DEZEMBRO 1999 - EDIÇÃO N.º 26

**J**ornal da Universidade - O senhor apresentou na sua conferência os nove desafios que enfrentam as universidades latino-americanas ao adentrar o século XXI. Como eles podem ser resolvidos?

**Roman Maiorga** - Em primeiro lugar, penso que tudo começa pela consciência, pelo dar-se conta dos problemas e pensar em soluções para esses problemas. Acho que faz falta uma consciência lúcida dentro das próprias universidades, de quais são suas tarefas, aquilo que têm que realizar, o que esse novo mundo que está surgindo está pedindo para elas. Nesse sentido, eu creio que as funções básicas das universidades seguem sendo as mesmas: docência, pesquisa e extensão. Não creio que haja uma mudança fundamental nas missões básicas. O que está mudando é a maneira de realizar estas funções em um mundo que muda. Então, concretamente, creio que a dimensão produtiva é uma dimensão muito importante do que agora têm que fazer as universidades. Não é o mesmo que atuar num contexto de mercados fechados, de proteção à produção nacional em mercados locais. É abrir-se ao mundo, competir no mundo, inserir-se nessa nova ordem globalizada. Para fazer isso é fundamental o conhecimento e a tecnologia. E aí há uma característica distintiva nova do que as sociedades estão demandando às universidades da América Latina. Creio que é um aspecto fundamental de sua tarefa. Mas não se esgota nisso. Há outras dimensões do trabalho universitário que também devem ser enfrentadas. As universidades devem continuar sendo consciências críticas e criadoras das sociedades em que estão inseridas, devem contribuir para a preservação e o enriquecimento cultural, afiançar a identidade própria em um mundo que é cada vez mais globalizado, aproveitar os novos meios tecnológicos que estão surgindo, que podem revolucionar totalmente as formas de fazer o trabalho universitário. Vejo nisto novos desafios que estão surgindo para coisas antigas, para funções básicas antigas. O primeiro que se tem a fazer é tomar consciência dessas coisas antigas e ir ensaiando soluções novas. Não creio que, da noite para o dia, uma universidade possa fazer uma mudança repentina, esses são processos que levam muito tempo, é preciso ir ensaiando, praticando, acumulando competências.

**JU** - Mas as universidades dependem muito do contexto em que estão inseridas...

**Maiorga** - Não basta que as universidades tomem consciência e comecem a trabalhar. É necessário que os governos, os estamentos políticos de nossos países também adquiram essa consciência, compreendam melhor o trabalho fundamental que as universidades devem realizar neste novo mundo que está emergindo. Acredito que isso tem a ver também com uma consciência coletiva dos países. Faz falta uma consciência cidadã mais lúcida, mais ampla de toda essa problemática para que as universidades possam ter os recursos necessários para atuar. Creio que a dimensão regional vai ser cada vez mais importante também, no sentido de que muitas coisas, nós, latino-americanos, não poderemos fazer sozinhos em nossos países. Há que enfrentar a tarefa da integração também das universidades. Parte do que se discutiu esta manhã é justamente como fomentar essa colaboração entre as universidades, de modo a ir imbricando seu trabalho e vendo-o como uma tarefa conjunta de todas elas. São respostas um tanto gerais, seria preciso particularizá-las em cada situação.

**JU** - Há 50 anos, na Bélgica, um grupo de três intelectuais chegou à conclusão de que

a Europa precisava começar a pensar na formação do cidadão com espírito europeu. Com esse objetivo, criaram em Brugge, o Colégio da Europa. Isso ocorreu antes da comunidade econômica ser criada (o Acordo do Carvão e do Aço é de 1951). Eles já percebiam que as universidades nacionais não tinham condição de construir esse espírito, que era necessário para lançar as bases de uma comunidade cultural comum europeia. No âmbito da América Latina e particularmente do Mercosul não estamos precisando que alguns visionários proponham esse novo formato de Universidade, que pense a América Latina de uma forma supranacional e não só a partir de experiências nacionais e locais?

**Maiorga** - Definitivamente concordo com isso. Já existe alguma ou outra iniciativa no sentido de pensar a educação superior em termos regionais. Há uma Universidade privada do México, o Instituto Tecnológico de Monterrey que, baseado em sua própria experiência no México, está pensando em estabelecer-se em toda a América Latina. Esta universidade, que começou em Monterrey, já tem 27 campi em todo o México. Tem o nome de "tecnológica" mas é um universidade que oferece todos os cursos. Está utilizando agressivamente uma variedade de meios de comunicação, por exemplo, videoconferências através do satélite próprio do México e da Internet. Já se estabeleceu em seis países e pensa em fazê-lo em toda a América Latina. Isso é apenas um ângulo da questão. Um dos efeitos que terá toda essa revolução da informática é que vamos ver mais dessas iniciativas e oxalá sejam universidades latino-americanas que aproveitem esses meios, porque senão vamos ter uma invasão de universidades do Primeiro Mundo, que estão utilizando esses meios e se estabelecendo em todos os países. Regionalmente, há algumas iniciativas nessa direção, há uma série de associações latino-americanas, mas um tanto débeis.

**JU** - O que está faltando para implementar essas ações?

**Maiorga** - Creio que faz falta um esforço de maior envergadura. Não são as idéias que faltam. Lembro que Carlos Abeledo, quando era presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, Ciência e Tecnologia (Conicet), da Argentina, elaborou um plano para implantação de centros de excelência na América Latina. A idéia era estabelecer, seguindo a experiência europeia, centros de pesquisa que se dedicassem a tarefas que muito dificilmente poderia um país sozinho realizar, em diferentes disciplinas e distintos países. Ele apresentou um projeto ao BID, mas não foi possível financiá-lo. Como eu disse, iniciativas há, há grupos que já estão começando. Brasil e Argentina estão começando particularmente no campo da biotecnologia, estão cooperando muito mais que antes. Há grupos em distintos países buscando transcender as fronteiras nacionais, aproximar-se e trabalhar conjuntamente com grupos semelhantes de outros países. Mas existe uma severa limitação de financiamento. Quem financiaria coisas dessa envergadura? Até agora não encontramos uma solução aceitável, especificamente no BID. Não estamos organizados para trabalhar com a região em conjunto. Só estamos organizados para trabalhar com países, e isso se origina, no caso do BID, dos requisitos legais de garantia. Quer dizer, para liberar quantidades apreciáveis de recursos é necessário uma garantia e tradicionalmente as garantias exigidas pelo BID, por acordos internacionais entre países, são as garantias nacionais. Então quando se trata de esforços regionais, exceto alguma ou outra dotação, de projetos de infra-estrutura binacionais, tipo

Itaipu, por exemplo, tem sido muito difícil compatibilizar vontades nacionais de distintos países para apoiar esforços que englobem a vários países. Outra alternativa seriam fundos doados, mas as quantidades de recursos não reembolsáveis são decrescentes.

**JU - A peculiaridade do Colégio de Europa é que se mantém com as bolsas de estudos que os países dão aos alunos que vão fazer os cursos. Constatou-se que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, neste momento, não têm quadros suficientes para atuar nos distintos fóruns internacionais onde se desenvolvem as negociações para a integração. Isso é dito pelos ministros de Relações Exteriores da Argentina, do Brasil e dos demais países. Todos têm consciência disso, mas não estabeleceram nenhuma estratégia para preparação de quadros. Por outro lado, os reitores têm muito poder, eles poderiam começar a discutir a criação de um sistema de bolsas para estudo nas universidades do Mercosul, permitindo a circulação de estudantes entre os países. As universidades não estão tendo criatividade para enfrentar essa problemática?**

**Maiorga -** Permita-me dar-lhe um exemplo desta dificuldade para atuar mais regionalmente. Em certa ocasião, vários de nós sugerimos ao BID que, em cada empréstimo que déssemos para educação superior ou ciência e tecnologia, uma parte fosse reservada obrigatoriamente para financiar esforços conjuntos de vários países. Em outras palavras, se fizéssemos um empréstimo para a FINEP, por exemplo, com um determinado percentual, cinco a dez por cento, teria de ser empregado em outros países, para projetos conjuntos. Por que não foi possível implementar isso? Porque os próprios organismos regionais se opuseram, pois os recursos individuais ficariam diminuídos. Em princípio, a todos pareceu uma boa idéia, mas no momento em que se tratou de tirar uma parte dos recursos para esse propósito, não aprovaram. Há coisas que têm períodos relativamente largos de gestação e maturação. Creio que as novas circunstâncias em que a região está vivendo vão estruturalmente impor a necessidade de enfoques mais amplos e, pouco a pouco, amadurecerá a intenção de agir nesse âmbito.

**JU - Quais são, nesse momento, as políticas que o BID está seguindo no âmbito da distribuição de recursos dirigidos às universidades?**

**Maiorga -** O BID, depois de um longo período de financiamento da educação superior, passou por um período de impasse, em que não liberou recursos para o setor. E isso se deveu à influência de correntes de pensamento que diziam que o financiamento às universidades da América Latina era regressivo, no sentido de favorecer estratos médios e altos. Por isso e por outras razões de cálculos de eficiência – os economistas calculam o custo-benefício dos distintos níveis – cálculos que, ao meu ver, são muito questionáveis, metodológica e conceitualmente. Em todo caso, essas foram influências negativas para o financiamento do BID a este nível. Então, o Banco passou por um debate interno acerca da conveniência ou não de financiar o nível superior da educação e a ciência e a tecnologia. Recentemente, o banco decidiu que voltará a financiar essas áreas novamente.

**JU - Quais serão os critérios para esses financiamentos?**

**Maiorga -** Todo o financiamento do Banco é intergovernamental, pois os donos do Banco são os governos dos países. Todo o financiamento requer uma solicitação do país, não do órgão interessado, mas do governo nacional. Assim, se uma Universidade quer recursos do Banco, tem de ir ao governo federal

para que ele os requeira. O BID não pode lidar com milhares de instituições na região e assim os governos decidiram, por uma questão de ordenação das solicitações, que somente um órgão falará pelo governo, para expressar hierarquias e prioridades. Para uma Universidade receber financiamento tem de dirigir-se ao órgão de enlace com o BID e fazê-lo através dele. O Banco está preparando documentos sobre o financiamento de universidades e de ciência e tecnologia. No caso da educação superior, a estratégia terá ênfase em financiamentos catalíticos, em outras palavras, há certas coisas que pertencem aos aspectos ordinários dos orçamentos dos países que o Banco não quer se envolver, como, por exemplo, emprestar recursos para pagar os professores das universidades. Então, somente há disposição para coisas que originem novos dinamismos, projetos que tenham algo inovador. Por exemplo, se o Brasil projetasse estabelecer uma universidade para receber alunos de outros países, isso seria uma coisa muito inovadora, porque ninguém até hoje o fez. Não posso pronunciar-me sobre essas coisas, mas conhecendo o diretório e a dinâmica do Banco, creio que eles ficariam encantados se o Brasil viesse a propor uma universidade latino-americana. Creio que se isso interessasse ao governo do Brasil, haveria uma altíssima probabilidade de que o Banco respondesse muito favoravelmente, com recursos muito amplos, porque é um banco com tradição integracionista, com tradição de financiamento da universidade. Então, isso é uma idéia que uniria essas tradições. Creio que seria muito bem visto, uma coisa completamente inovadora. Talvez apenas Brasil ou México tenham capacidade para fazer isso. Mas há muitas outras coisas. Por exemplo, utilização de novos recursos de informática – estão ocorrendo mudanças muito profundas, com as novas tecnologias de tipo virtual se vai cada vez mais diminuindo a diferença entre a educação presencial e a educação à distância, cada vez mais se podem ir reproduzindo virtualmente realidades muito parecidas. Falta pouco para que tenhamos videoconferências através da Internet. Uma Universidade que resolver utilizar essas tecnologias para fins latino-americanos ou, inclusive, no caso do Brasil, para fins brasileiros, pois o Brasil é um continente em si mesmo, demonstrará uma iniciativa inovadora, que gerará novos dinamismos.

**JU - Uma crítica que se faz aos organismos financeiros internacionais é que os recursos vêm atrelados a receitas muito específicas de aplicação. Na América Latina, as universidades públicas, que têm uma contribuição fundamental no desenvolvimento regional, através da pesquisa e do ensino, vêm sendo ameaçadas por políticas de privatização que, segundo se diz, são vinculadas aos empréstimos financeiros internacionais. O que o senhor pensa sobre essa questão?**

**Maiorga -** Em primeiro lugar, os organismos financeiros internacionais são distintos, têm distintas ênfases e distintos enfoques. Não quero entrar em particularidades, mas tenho visto algumas tendências em alguns organismos contra as universidades públicas latino-americanas. São preconceitos. Eu não compartilho com tais preconceitos. Não que pense que tudo está bem, obviamente. Nas universidades há muitas ineficiências, muitas coisas que podem melhorar, mas creio que têm um papel fundamental e insubstituível a realizar, é o que digo publicamente. Dentro do Banco tivemos algumas tendências desse estilo, foi o que paralisou o financiamento da educação superior por vários anos. Mas, por sorte, superamos isso e creio que estamos relançando o tema

da educação superior e da ciência e da tecnologia. No BID não temos, como instituição, uma política contra a universidade nacional, tampouco contra a privada. Não temos, como instituição, uma preferência, ou parcialidade, tratamos mais é de ver a qualidade, do que nos é apresentado, não é o caráter da instituição. Em todo caso, o importante é que se cumpram as funções próprias da Universidade. Há certas funções de caráter público, porque elas têm um caráter de bem público, que não se podem realizar, em minha opinião, sem os recursos do Estado. Acho que seria nefasto que o Estado se desvinculasse daqueles aspectos que têm a natureza de bem público. Há algumas correntes internacionais de pensamento que não reconhecem isso, não quero usar a expressão privatizar, mas elas propõem deixar a questão unicamente liberada aos mercados. É um gravíssimo erro, porque os mercados, por sua natureza, ignoram tudo o que um comprador não possa se apropriar. Então, aquelas dimensões, particularmente as de longo prazo, as que beneficiam a coletividade mais que o indivíduo, se veriam diminuídas. Em muitos países da América Latina, creio que no Brasil também, houve uma explosão de instituições privadas, muitas de má qualidade e algumas delas de excelente qualidade, sem nenhum controle. Vocês no Brasil, pelo menos, têm avaliação. Há países que sequer têm isso. Há países pequeninos, com 40, 50 instituições chamadas universidades. Creio que isso é uma tendência negativa, e em parte se deve a essas influências que querem deixar toda a questão a critério do mercado, desembaraçar o Estado das responsabilidades financeiras. Isto a propósito de correntes internacionais. Mas não quero simplificar as coisas. Diferentes pessoas dentro dos organismos pensam diferentemente; diferentes organismos têm diferentes ênfases, e não há nada definitivo. Tudo é muito fluido, então é importante agora desenvolver um pensamento lúcido sobre esta matéria. Muitas coisas ocorrem não por má vontade e sim por má compreensão dos fenômenos.

**JU - Muitos organismos públicos de financiamento, no âmbito da educação, ciência e tecnologia estão esclerosados, são estruturas que foram armadas para administrar um sistema universitário pré-Internet, podemos dizer. Estão nesses organismos representantes da comunidade acadêmica que pouco interesse têm em mudanças. A partir da metade dos anos 80 surgiram no Brasil e América Latina temas novos, propostas novas, projetos novos que foram tradicionalmente rechaçados, porque não estavam entre aqueles de prioridade desses organismos. Com sua experiência latino-americana, o senhor crê que este seja um problema de todos os nossos países, estas estruturas já estão velhas para poder absorver todas as mudanças que as universidades vão ter que enfrentar como desafios?**

**Maiorga -** Quero ser cuidadoso, porque não sou dos que pensam que deve-se mudar por mudar. As mudanças devem se fazer com prudência e responsabilidade. Mas, em geral penso que temos estruturas muito arcaicas. Cito nesse momento um professor, cujo nome não me recordo, um professor do MIT muito conhecido no campo da informática, que inventou o sistema Lego. Dizia ele que se alguém de um século atrás tivesse revivido agora, se fosse médico, não reconheceria uma sala de cirurgia, veria uma quantidade de aparelhos que não saberia para que serve, estaria completamente perdido. Mas se fosse um professor, entraria na sala de aula, se sentiria à vontade e começaria a dar sua aula. O que isto revela é que há meios e estruturas antigas na educação. Curiosamente,

a Universidade prega bastante mudanças, mas é bastante conservadora.

**JU - Mas nas instâncias que avaliam projetos inovadores de educação, ciência e tecnologia, talvez o próprio BID, a tendência é dizer: "Não se ajusta às exigências do organismo". Onde está o espaço para a inovação das universidades? As universidades têm projetos inovadores e não conseguem romper com a inércia do poder da burocracia.**

**Maiorga -** Este é o único ponto em que não estou totalmente de acordo, que a burocracia sempre vence. Há muita inovação no mundo e os estudos organizativos parecem indicar que há uma tendência forte a mudar as burocracias. São características das burocracias o fato de se ajustarem sempre às regras, alta formalização e estandardização na forma como procedem, são estruturas piramidais, com muitas instâncias intermediárias de supervisão e departamentalização. Esse tipo de organização está sendo crescentemente substituído, no mundo, por organizações muito mais planas, que significam menos departamentalização, mais trabalho de equipe, mais interação institucional e interdepartamental, mais espontaneidade nas formas de atuar. Há uma importante tendência nesse sentido. Por exemplo, muitas das empresas de ponta em inovação tecnológica têm estruturas completamente distintas das que costumavam ter, estão ensaiando novas estruturas orgânicas que lhes permitem ser muito mais inovadoras. A burocracia mata, se contradiz com a inovação. Mas aí também são processos lentos.

**JU - A palavra "equidade" está sendo usada em alguns países latino-americanos com sentido ambíguo em relação ao que é público. Como o BID vê o emprego desse termo em seus projetos?**

**Maiorga -** Equidade para o BID está no âmbito da justiça, de dar a cada um o que lhe é de direito. Quando empregamos o termo equidade estamos aludindo ao grande problema de desigualdade na América Latina, de que são países com enormes diferenças na distribuição da renda e da riqueza. São países que têm elites que seguem os padrões de consumo dos países ricos do mundo e temos importantes segmentos da população ainda vivendo em uma miséria muito grande. É a esse problema que nos referimos quando dizemos que necessitamos maior equidade, a um problema de distribuição de renda, pelo menos amenizar os problemas mais graves de pobreza. A primeira prioridade formal do BID agora é a redução da pobreza e o desenvolvimento social e está começando a expressar-se nos empréstimos. Agora, aproximadamente a metade dos empréstimos do banco são destinados aos setores sociais, educação, saúde, participação da mulher no desenvolvimento, microempresas, fins sociais que aliviam a pobreza. Não era assim antes. O BID deixou de ser primordialmente um organismo financiador de grandes obras de infra-estrutura. Seguimos ainda financiando algo nesse direção, mas agora não é o principal. Não são as estradas, os portos e as empresas, são as pessoas. Há cada vez mais uma tendência crescente a isso, que reflete uma preocupação em relação ao problema de justiça. Na América Latina, nos anos 80, a situação da desigualdade não apenas não melhorou mas piorou. É algo que preocupa e está se traduzindo em ações.



## Ubaldo Zuñiga



**“A ditadura apagou a noção  
do que é público em educação”**

*O professor Ubaldo Zuñiga, reitor da Universidade de Santiago do Chile, esteve em Porto Alegre para participar do Seminário Internacional Universidade e Ciência na América Latina. Por duas horas conversou com os jornalistas Arlete de Oliveira Kempf, Clóvis Ott e Ida Stigger, sobre a política de eliminação das universidades públicas através da indiferenciação de seu papel, sua missão na sociedade e sobre a implantação da idéia de que toda a educação deve ser paga, como prega o neoliberalismo, através do Banco Mundial, que também determina o caráter de competitividade para embasar este tipo de educação. Ao mesmo tempo, o professor Zuñiga traça um quadro da Universidade chilena e diz que não gostaria de ver este modelo implantado no Brasil, Argentina e demais países da América Latina.*

JANEIRO/FEVEREIRO 2000 - EDIÇÃO N.º 27

**Jornal da Universidade - Qual é a situação atual das universidades públicas no Chile?**

**Ubaldo Zuñiga** - Atualmente, as universidades públicas existem praticamente apenas pelo nome e forma jurídica. Não têm um financiamento governamental que lhes permita operar em sua missão fundamental. Eu diria que talvez exista um equilíbrio entre as universidades públicas e algumas universidades privadas, que também têm um aporte financeiro por parte do governo. No Chile, atualmente há 67 universidades, das quais 16 são públicas, que nós chamamos universidades estatais, do Estado-nação. O aporte do Estado a essas 16 universidades não supera 30% de seu orçamento anual. Os estudantes pagam taxas que alcançam três mil dólares anuais e isso representa cerca de 40% do orçamento da universidade.

**JU - Qual é a diferença entre as universidades públicas e privadas?**

**Zuñiga** - No Chile praticamente não há mais diferença entre universidades públicas e privadas, a não ser que nós queremos manter a missão de universidade pública. Mas, evidentemente, nos custa muito fazê-lo com um financiamento desse tipo. Estamos empenhados em conseguir financiamento para cobrir projetos que não são rentáveis, que o mercado não paga.

**JU - Se a universidade pública é paga, por que ela tem o nome de pública?**

**Zuñiga** - As universidades públicas existem por lei, nós as chamamos de estatais, porque têm um regime jurídico que as associa ao sistema público do país, que define os trabalhadores das universidades como empregados públicos. Entretanto, anualmente, quando o Estado acorda um reajuste salarial para seus funcionários, que inclui as universidades, há uma diferença: se este reajuste for de 5%, para as universidades será destinado apenas 2%. Nunca o aporte é o total do reajuste.

**JU - Isso levará a um aumento de diferença entre os orçamentos das universidades públicas e privadas, com prejuízo crescente e cumulativo para as públicas...**

**Zuñiga** - O que quero mostrar é que a política que se desenvolveu no Chile, em matéria de educação superior, é praticamente eliminar as universidades estatais – as universidades públicas. Todas são iguais, todas podem competir por recursos do Banco Mundial. Os projetos do Banco Mundial são concursáveis e as universidades podem optar por esses recursos, que são também bastante baixos. Desejo que o que ocorre no Chile em matéria de educação superior não ocorra no Brasil, na Argentina e em nenhum dos países da região. Porque este é um sistema que amplia a brecha entre os setores da população que têm possibilidades de financiar a educação superior e aqueles que não têm. É um fator de injustiça muito grande. Faz com que a Universidade pública, que tem uma missão muito importante a representar na sociedade, comece a diminuir esse fazer, porque passa a preocupar-se em conseguir financiamentos. Para conseguir financiamento, tem de vender serviços, venda de capacitação, venda de diplomas MBA - *Master Business Administration* – e outros cursos ligados à economia.

**JU - E o estudante carente como faz para entrar na Universidade?**

**Zuñiga** - Existe um sistema de crédito universitário. Os estudantes podem ter acesso a esse crédito universitário, caso pertençam a famílias cuja renda familiar chegue a mil dólares mensais.

**JU - Quanto é o salário médio no Chile?**

**Zuñiga** - O salário médio alcança 400 mil pesos, ou seja, algo em torno de 900 dólares. Mais de 80% da população está na zona baixa da distribuição, apenas 20% está na parte mais alta, de maneira que existe uma grande quantidade de profissionais, que ganham 1.500 dólares, 1.600 dólares e então seus filhos não podem ter acesso a esse crédito universitário.

**JU - Nem os filhos podem ter acesso ao crédito universitário nem as famílias podem pagar a universidade. Como fica a situação?**

**Zuñiga** - Isso torna a universidade cada vez mais elitista. É verdade que também são disponibilizadas bolsas, para os setores mais baixos, para aqueles jovens que podem chegar à prova de aptidão acadêmica. No Chile, para ingressar nas universidades estatais é necessário prestar um prova de aptidão acadêmica. Essa prova também tem um custo. Das 67 universidades chilenas, 25 são chamadas de tradicionais e se agrupam no Conselho de Reitores das Universidades Chilenas. Estas 25 universidades recebem um aporte financeiro por parte do Estado. Nestas 25 estão as 16 universidades estatais e as nove universidades privadas tradicionais, seis delas universidades católicas. Os aportes que as universidades públicas recebem são menores do que o das universidades privadas.

**JU - Como se explica isso?**

**Zuñiga** - Isso ficou estabelecido em 1982, quando a ditadura militar fez a reforma do sistema universitário chileno e dividiu as universidades nacionais (a universidade de Santiago de Chile se chamava Universidad Técnica del Estado antes do regime de Pinochet, até o ano de 1973). Com a reforma do sistema universitário, em 1982, realizada por Pinochet, esta universidade nacional que tinha sedes ao longo de todo o território chileno, ao redor de 25 sedes desde Arica até Punta Arenas, foram desmembradas, só restando a universidade que ficou com o nome de Santiago de Chile. As sedes restantes, junto com as demais sedes da outra universidade nacional – a Universidade Nacional de Chile – foram transformadas em universidades em cada província. Em 1982, o governo de Pinochet definiu, através de um decreto, o financiamento que teriam as universidades e impôs um sistema, no qual, ano a ano, o financiamento se reduzia em média 8%. O decreto definiu que a Universidade do Chile teria um aporte financeiro do Estado correspondente a 25%, a Pontifícia Universidade Católica do Chile iria receber um financiamento equivalente a 14% de seu orçamento, a Universidade de Santiago do Chile, que eu dirijo, recebe 7,2%. Isto, que foi estabelecido em lei durante a ditadura, permanece até hoje e não pôde ser mudado.

**JU - Qual foi o critério que orientou essa distribuição?**

**Zuñiga** - Político, essencialmente. A tendência foi primeiro eliminar as universidades grandes, dividi-las, fazendo com que tivessem um menor número de estudantes, para que fossem menos efervescentes politicamente. A nossa universidade se caracterizava pelo fato de que seus estudantes eram politicamente muito ativos. Evidentemente que a ditadura militar queria terminar com isso. Por esta razão as universidades públicas caíram nesse cenário, naquela época. Em 1990, no regime democrático, com a eleição de deputados, senadores, reconstituiu-se o Congresso Nacional, banido durante 17 anos, mas com as leis que o regime militar impusera. As leis eleitorais permitiram que uma grande quantidade de senadores e deputados de direita se elegessem, com baixíssima

votação. Assim, se configurou um Congresso Nacional, onde há maioria no Senado de setores neo-liberais, de setores de direita. Qualquer mudança nas leis deve passar pelo Congresso.

**JU - No Brasil, o ensino público ainda é, majoritariamente, gratuito. Quando se fala em ensino público, pressupõe-se a gratuidade. O que se entende por público, no Chile?**

**Zuñiga** - Nós denominamos universidades estatais às que pertencem ao Estado-nação, ao Estado do Chile. O país se divide em regiões (antes eram províncias). As universidades que se denominaram de públicas, tomaram esse nome porque recebem financiamento público. É o caso das 25 universidades do Conselho de Reitores, que recebem esse aporte estabelecido no decreto-lei que mencionei antes. Por isso se fala em universidade pública. E ainda mais, agora as universidades privadas, privadas *stricto sensu*, que surgiram no final dos anos 80, antes de terminar o governo militar. Augusto Pinochet deixou o poder no dia 10 de março de 1990 mas, até nove de março de 1990 se estavam criando universidades privadas.

**JU - A educação como um negócio...**

**Zuñiga** - Hoje em dia no Chile, a educação é um negócio. Nós estamos tentando reverter isso, com toda dificuldade, porque há implicações políticas muito profundas. Porém há políticos que estão defendendo a idéia de que a universidade estatal deve seguir cumprindo o papel e missão que sempre teve. Mas também se complica mais, porque agora há políticos dentro do mesmo setor democrático que se chama *Concertación* (onde estão a Democracia Cristã, o Partido Social Democrata, o Partido pela Democracia, o Partido Socialista), que são também muito simpáticos ao atual sistema que funciona na educação superior. Não é impossível que vocês tenham ouvido falar no Brasil de José Joaquín Bruner, que pertence ao Partido pela Democracia (socialistas renovados, da *Concertación*), que está levando o modelo de educação chileno a outros países da América Latina, como a Colômbia e o Peru, assessorando os governos com relação ao modelo de educação chileno. É possível que, de repente, Joaquín Bruner apareça no Brasil, receitando o modelo de educação que existe no Chile. Ele é, obviamente, um firme defensor desse modelo e ele costuma dizer: "Aqui não cabe falar de universidades estatais, universidades pública ou universidades privadas, aqui só cabe falar de universidades que funcionem com qualidade. Só as universidades que tenham um alto nível acadêmico são as que podem subsistir no país".

**JU - Na prática, o que diferencia, então, as universidades?**

**Zuñiga** - Eu compartilho com a idéia no que diz respeito à qualidade acadêmica, mas absolutamente não compartilho com a afirmação de que todas as universidades sejam iguais. No Chile, as universidades privadas funcionam somente com profissionais que trabalham por hora/aula, não têm pessoal de jornada completa, não formam quadros de acadêmicos e de pesquisadores de alto nível. São as universidades públicas que formam esses quadros. Na minha Universidade, anualmente estamos enviando uma boa quantidade de acadêmicos para doutoramento em diferentes universidades de Europa, Estados Unidos, Brasil, Espanha. E, além de sua remuneração mensal, que mantemos, lhes concedemos uma ajuda mensal em dólares, dependendo do país para onde vão, para que possam manter-se, já que normalmente vão com suas famílias.

Muitas vezes, esses acadêmicos regressam ao país e uma grande quantidade deles acaba contratada por hora/aula por essas universidades. Assim, o custo de um acadêmico é financiado pela universidade pública. Hoje em dia, no Chile, se diz que as universidades privadas são um modelo de como deve funcionar uma universidade. Vejam o que conseguiram em pouco tempo: um edifício moderno, maravilhoso, enorme, enquanto as universidades públicas mantêm prédios com dificuldade, sem conseguir ampliar suas instalações, formar quadros de pesquisadores, de acadêmicos. Noventa por cento das pesquisas que se faz no país são realizadas em cerca de sete universidades. Dessas sete universidades (Universidade de Chile, Pontifícia Universidade Católica, Universidade de Santiago de Chile, Universidade de Concepción, Universidade Austral, Universidade Federico de Santa Maria e Universidade Católica de Valparaíso), todas particulares, criadas no final do século passado e início do século XX, são universidades de tradição, por isso as chamamos de universidades privadas tradicionais. Na época em que foram criadas, o governo as reconheceu como colaboradoras do Estado. Como as universidades públicas que existiam naquela época, que eram duas, a Universidade Técnica do Estado, como a chamávamos antes, e a Universidade de Chile recebiam 100% de seu financiamento de parte do Estado. A estas universidades, consideradas colaboradoras do Estado, foi destinado um aporte financeiro estatal, para que colaborassem nessa função de educação superior. Quando ocorreu a quebra desse sistema com o regime militar, estas universidades passam a receber porcentagens mais altas de financiamentos estatais. Já nessa época, as próprias universidades estatais não tinham mais 100% de financiamento estatal.

**JU - Se o ensino superior é totalmente pago, como funcionam o ensino básico e secundário?**

**Zuñiga** - Um sistema similar existe na educação básica e secundária, mais na básica, um sistema de colégios municipalizados. O Estado quis descomprometer-se de toda a educação pública nacional. A educação foi municipalizada. O Estado repassa recursos aos municípios, mas não é exclusivamente para a educação. Os recursos são divididos com outras rubricas, como pavimentação, iluminação etc. Nos colégios municipais, o estudo é gratuito. Mas o salário que os municípios podem pagar aos professores foi-se reduzindo, porque o município tinha que atender a todas as suas outras atividades. Esses professores migraram para os colégios privados, onde recebiam mais pela hora/aula. A qualidade do ensino dos colégios municipais começou a decair. Ao mesmo tempo, existem colégios privados subvencionados, com financiamento estatal. Para cada aluno que ingressa nesses colégios, o Estado entrega um certo montante, que subvenciona a educação do estudante, mas obriga que o estabelecimento seja bom, com bons professores e por isso essas escolas têm uma apresentação estética bastante melhor que as municipalizadas e conseqüentemente, muita gente aspira colocar seus filhos no colégio subvencionado, mais do que no municipalizado. Nas escolas subvencionadas, o valor das matrículas é muito baixo, pois o Estado financia a maior parte. Isso é um ótimo negócio e há muitos donos de escolas que se tornaram milionários. Também há um número expressivo de escolas privadas, sem nenhuma subvenção. Estamos falando de ensino básico, vejam bem.

**JU - Qual é o percentual de alunos no ensino básico, secundário e superior?**

**Zuñiga** - No sistema de educação superior há cerca de 380 mil alunos. Cerca de 79% desses alunos estão no sistema universitário, nas 67 universidades. Cerca de 70% dos alunos universitários estão nas instituições que pertencem ao Conselho de Reitores das Universidades e o resto nas universidades privadas. Dentro das universidades do Conselho dos Reitores, mais ou menos 60% dos estudantes estão nas universidades estatais, públicas. E esses estudantes, na maioria, provêm de famílias de renda média, de gente da classe média. Os centros de formação técnica (existem 110 desses centros e 75 institutos profissionais, formando um total de 252 instituições de educação superior) reúnem 14% da matrícula de educação superior.

**JU - Esses centros também são pagos?**

**Zuñiga** - Todos os centros de educação técnica e todos os institutos profissionais são privados.

**JU - Os egressos do ensino superior encontram emprego?**

**Zuñiga** - A situação de desemprego deve ser algo entre 9% e 10%, não é tão alto comparativamente com outros países da América Latina. É alto comparado com o que tínhamos há três anos, que era de 6%. No entanto, a recuperação econômica está se fazendo, em outubro houve um salto positivo na economia, suplantando o índice de crescimento negativo dos meses anteriores. Isso faz com que haja trabalho para os profissionais que estão se formando no ensino superior.

**JU - Quais as carreiras mais procuradas no Chile?**

**Zuñiga** - Uma carreira que está no auge é a de jornalista. Em primeiro lugar na demanda estão os cursos de engenharia comercial – são os executivos das empresas, são os *master bussiness administration*. Essas carreiras da área econômica, com uma forte orientação pelo modelo neoliberal são as mais ofertadas. Em segundo lugar estão os cursos de jornalismo, o que determinou uma grande quantidade de jornalistas no mercado, trabalhando como free-lancers, com salários por hora trabalhada. Saem anualmente do ensino médio 160 mil estudantes, mas apenas cerca de 45 mil ingressam no ensino superior. Muitos são obrigados a entrar diretamente no mundo laboral para ajudar no aumento da renda de suas famílias.

**JU - Quais foram os efeitos da privatização?**

**Zuñiga** - Há que reconhecer que a qualidade de vida melhorou nos últimos anos no Chile, mas isso se fez à custa da redução dos gastos sociais do Estado. Hoje, o Estado gasta muito menos em saúde, educação, previdência social, gasta muito menos em tudo, porque tudo isso foi passado ao setor privado durante o governo Pinochet. E os artífices desse modelo são os que se vê, hoje em dia, à testa das grandes empresas, nas instituições da saúde operadas pelo sistema privado, nas administradoras de fundos de pensões, que controlam o sistema de previdência privada, no setor de educação, no setor de serviços, em tudo. São eles que controlam esses negócios, hoje. Mas, como o Estado tem um gasto social tremendamente baixo e os serviços privados tomaram uma tal magnitude, estes, pelos lucros que foram obtendo, foram investindo mais, em construções de habitações, estradas, etc e isso naturalmente gera emprego, requerendo-se profissionais capacitados, produzindo-se por isso uma mobilidade que gerou

melhor qualidade de vida.

**JU - O que está fazendo o governo pós-Pinochet em relação aos serviços que ainda permaneceram públicos?**

**Zuñiga** - Nos últimos três anos, a pressão popular por saúde e educação fez com que o governo democrático tivesse que destinar mais recursos para esses setores. Há filas nas madrugadas diante dos ambulatórios, para se conseguir uma consulta e um exame ou cirurgia podem demorar meses. A verdade é que, desde que o governo democrático chegou ao poder, em março de 1990, aumentou o repasse de recursos à saúde e à educação. Começou-se a construir hospitais, porque nos 17 anos de ditadura não se construiu um só hospital público, e os que existiam deterioraram-se catastróficamente. Os setores públicos são muito exigidos pela população de renda média e baixa, a população está migrando dos setores privados para os públicos, o que está preocupando essas empresas.

**JU - Voltando à questão do ensino superior, como funciona a pós-graduação?**

**Zuñiga** - Existem poucas universidades que têm pós-graduação. Há doutorado em seis ou sete universidades. Nós, da Universidade de Santiago, temos cinco programas de doutorado e 15 de mestrado. Não é possível cobrar os cursos de doutorado, porque os estudantes já pagam sua graduação, na maior parte com créditos educativos, que têm de reembolsar. Quando chegam à pós-graduação o que ocorre é que nós temos de dar-lhe uma bolsa ou uma ajuda. Isso se consegue através dos projetos de pesquisa, que podem acolher um aluno, mas isso limita muito o número de estudantes de pós-graduação. Esse é um dos nossos problemas: a quantidade de estudantes de pós-graduação é muito baixa, sobretudo a nível de doutorado. Há uma quantidade muito grande de programas de mestrado profissional, que para as universidades são muito atrativos, porque cada um desses estudantes paga 5 mil dólares. Houve, por isso um direcionamento para esse tipo de pós-graduação.

**JU - Qual é a ação do Banco Mundial na educação superior?**

**Zuñiga** - O Chile gasta na educação superior um montante muito baixo. Em 1999 foram cerca de 350 milhões de dólares. O Banco Mundial está agora oferecendo um empréstimo ao Chile para a educação superior. O governo utilizará esses créditos para projetos que se chamam Melhoria do Ensino Superior, Melhoria da Educação Média e Melhoria da Educação Básica. O fundo para a educação superior é de 250 milhões de dólares em cinco anos. Isso significa que estamos falando de 50 milhões de dólares por ano. Que implicação pode ter esse valor para um sistema que anualmente requer 350 milhões de dólares? Isso vai permitir às universidades melhorar suas estruturas, melhorar suas bibliotecas, melhorar seus laboratórios? No entanto, para esses 50 milhões de dólares acorrerão todas as 25 universidades do Conselho de Reitores das Universidades do Chile, públicas e privadas, com seus projetos. Esses 250 milhões de dólares não serão totalmente concedidos pelo Banco Mundial. Uma parte terá de ser alocada pelo Estado, pelo menos 40% do montante. As universidades terão de amarrar-se em um contrato com as exigências impostas pelo Banco Mundial.

**JU - Que tipo de exigências?**

**Zuñiga** - Todas as exigências estão orientadas à produtividade ou seja, a competitividade entre as universidades, que concorrem com seus projetos aos

créditos, para melhorar a qualidade da educação. O Banco Mundial determina o que lhe interessa: equidade e qualidade.

**JU - As universidades públicas não recebem nenhuma vantagem nessa disputa?**

**Zuñiga** - Acabou de ser feito um concurso, que terminou poucos dias atrás, e a universidade que recebeu maiores recursos era privada tradicional, antiga, de boa qualidade.

**JU - O senhor poderia esclarecer com que significado está sendo usado o termo equidade?**

**Zuñiga** - O termo equidade está sendo usado para diferenciá-lo de igualdade. A igualdade significa isso, somos todos iguais, temos todos os mesmos direitos e oportunidades, as mesmas possibilidades de ingressar na universidade. A equidade distingue entre aqueles que têm algum tipo de diferenças em capacidades ou renda. Uma forma que permita manter o equilíbrio entre os que têm mais e os que têm mais capacidade e os que têm menos capacidade.

**JU - O pressuposto, no caso da educação é que todos devem pagar?**

**Zuñiga** - O sistema do Banco Mundial, do neoliberalismo, em sua essência é esse: todos devem pagar pela sua educação. Como pagar é diferente: uns podem pagar porque o Estado lhes entrega uma bolsa ou um crédito ou porque pagam eles próprios. Todos pagam, esse é o conceito. A bolsa não é entregue ao aluno, mas à instituição. Para essa instituição, o aluno que entra significa renda. No Chile, concretamente, a educação superior é paga pelos alunos ou suas famílias, não pelo Estado. E isso deve ocorrer aqui também.

**JU - Vem rápido...**

**Zuñiga** - É a idéia de que paguem a matrícula, não muito, mas que paguem. Nas universidades temos bolsas para alimentação, bolsas em dinheiro, serviço de saúde gratuitos para os estudantes. Dos 18 mil estudantes da Universidade do Chile, 80% vêm de níveis sócio-econômicos médios-baixos. Portanto, têm uma grande necessidade de apoio financeiro. Mas isso nos levou a um forte endividamento junto aos bancos privados. Isso foi necessário, na gestão anterior, para acabar com as paralisações dos estudantes que exigiam maiores créditos, maiores quantidades de bolsas (que o governo não propiciava), e para acabar com as greves dos funcionários, que exigiam maiores reajustes. Atualmente devemos quase 20 milhões de dólares aos bancos privados. Estamos esperando o que acontecerá nas próximas eleições. Se ganhar Ricardo Lagos, pensamos que existe a possibilidade de haver alguma mudança. Não é fácil, pois existe uma pressão muito forte que se vê nos jornais. Os editoriais e notícias dos jornais mais importantes do Chile como os ligados à rede El Mercurio e Las Noticias, que atinge os setores médios da população, martelam permanentemente sobre a ineficiência das instituições públicas, a inconveniência de que os impostos pagos pelos contribuintes sejam gastos nas instituições públicas de saúde, educação etc.

**JU - Como se pode reverter isso?**

**Zuñiga** - A melhor maneira é esclarecer a população sobre o que significa e para onde se orienta o modelo neoliberal.

**JU - Mas quem deve informar é a favor do neoliberalismo...**

**Zuñiga** - Os jornais são a favor do liberalismo, mas através de alguns foros é possível ganhar algum espaço na mídia. Eu sou presidente do Consórcio de

Universidades Estatais Chilenas. Como tal, enviei alguns artigos a *El Mercurio* sobre as universidades estatais e foram publicados. Isso ocorreu porque estou negociando com o jornal o espaço anual de publicidade e por isso tive um tratamento diferenciado. É preciso entrar nesse esquema para ganhar espaço. Assim, temos conseguido mostrar a muita gente o que significa a universidade pública. No Chile desse momento ninguém sabe mais o que representa a universidade pública, o conceito foi se diluindo a tal ponto que, hoje, universidades são universidades e ninguém entende as diferenças, inclusive os parlamentares, senadores, o presidente da Comissão de Educação tanto do Senado quanto da Câmara de Deputados, ninguém mais diferencia entre universidades estatais, universidades privadas tradicionais, universidades do Conselho de Reitores... A tarefa que venho desenvolvendo desde que cheguei à reitoria da Universidade de Santiago do Chile, no ano passado, é divulgar, informar sobre isso, fortemente. No jornal *El Mercurio* consegui, por três edições dominicais, a publicação de reportagens completas sobre esses temas. Da mesma forma em outros jornais. Também organizei, justamente por isso, a Reunião das Universidades Estatais, com a participação de reitores de universidades públicas de outros países, inclusive da OEA e da Espanha. Fomos recebidos pelo presidente da República e as notícias foram divulgadas em jornais e na televisão. Estive também na Câmara de Deputados e no Senado. É a única maneira de trabalhar para reverter essa situação, informar para sensibilizar a classe política e a opinião pública.

**JU - Quem são os donos das universidades privadas?**

**Zuñiga** - Grupos políticos, empresários... Há um grupo de direita, cujo candidato a presidente da República é dono de uma universidade.

**JU - Quem é ele?**

**Zuñiga** - Joaquín Lavín, que pertence ao grupo mais à direita que existe no país. Eles formam um grupo, que é todo o setor neoliberal do Chile. São proprietários de uma universidade privada, que se chama a Universidade do Desenvolvimento. Há pouco tempo, compraram outra universidade em Santiago, que estava com problemas de administração. E não é o único caso. Outro grupo, onde há dois ex-ministros de Educação do general Pinochet, está fazendo o mesmo com a universidade de Temuco. Também há grupos não políticos, empresários da educação.

**JU - Como as questões sociais se refletem na campanha eleitoral?**

**Zuñiga** - Isso está se refletindo, sem dúvida, nas eleições. Há cinco candidatos, mas apenas dois polarizam as atenções. Um representa o governo da *Concertación*, que chegou ao poder nos anos 90, liderado por Ricardo Lagos. O outro, Joaquín Lavín, representa todo o grupo neoliberal, que apoiou Pinochet e que construiu esse modelo econômico do país.

Espero que o vencedor seja Ricardo Lagos, mas sua eleição complicou-se. As pesquisas dão índices muito próximos um do outro. O candidato da direita, Joaquín Lavín, vive atualmente de uma remuneração de 2,5 milhões de pesos chilenos mensais (5 mil dólares) como membro do grupo diretivo da universidade do qual é proprietário. Quando lançou-se como candidato à Presidência teve de renunciar ao mandato de vereador representante de uma das regiões onde vive a classe economicamente mais alta de Santiago. Sua estratégia tem

sido visitar os setores mais atingidos pela crise econômica e afirmar que vai gerar mais empregos, que vai protegê-los da delinqüência, dos narcotraficantes, que vai providenciar para que o sistema de saúde os atenda com rapidez. Essa é a sua mensagem: com os mineiros veste-se como mineiro, no meio do povo está com roupas comuns. Sua propaganda está dirigida a esse setor, por saber que não é esse setor que o apóia. Por sua vez, Ricardo Lagos, que deveria estar com o setor médio-baixo que o apóia, está fazendo o contrário: aparece com os empresários, aparece com o setor da direita. Essa estratégia parece muito pouco adequada, fazendo com que o candidato Lavín tenha subido seus índices nas pesquisas.

**JU - Lagos pensa que o apoio dele está consolidado e por isso vai buscar apoio onde não tem... Só que não está tão consolidado assim, pois a população está se passando para o Lavín. É isto?**

**Zuñiga -** Exatamente. Mas no caso de Ricardo Lagos, não tem sentido procurar apoio entre os empresários, por eles sabem muito bem o que querem. Nos setores economicamente mais baixos há muita gente que está indecisa e que fica pensando se o seu marido, o seu filho, vai conseguir emprego, se não precisará mais fazer fila nos hospitais. Se Joaquín Lavín ganhar a eleição, a situação das universidades estatais vai piorar, fazendo com que nossos estudantes voltem às paralisações.

## Eva Sopher



**“O que vai acontecer com o Theatro São Pedro depois que eu virar o Fantasma da Ópera?”**

*Há 40 anos, Eva Sopher vem se dedicando à cultura no Rio Grande do Sul. Desde que esta imigrante alemã chegou a Porto Alegre, vinda do Rio de Janeiro, em 1960, trabalha promovendo eventos artísticos no Estado. Primeiro, com a Pro Arte onde ficou até 1982. Depois, com o Theatro São Pedro, o qual conduz há 25 anos como a um filho. Foi nesta sua “segunda casa” que Eva Sopher concedeu esta entrevista aos jornalistas Ida Stigger e Juarez Fonseca, ao professor de Literatura Luís Augusto Fischer e ao escritor Antonio Hohlfeldt.*

MARÇO 2000 - EDIÇÃO N.º 28

**J**ornal da Universidade - Está fazendo 40 anos que a senhora saiu do Rio de Janeiro e chegou a Porto Alegre. Na sua opinião, qual foi a mudança básica que se processou na cidade entre aquela data e hoje?

**Eva Sopher** - A maior mudança foi em relação às salas de espetáculos. Quando nós chegamos, existiam poucas salas, entre elas, o Theatro São Pedro. Eu tive de levar os Meninos Cantores de Viena para o Gigantinho. E briguei com dom Vicente Scherer para fazer concertos tanto na Igreja São José quanto na Catedral, porque nada disso acontecia por aqui.

**JU** - O Gigantinho não existia naquela época, em 1960...

**Sopher** - Não. O que quero dizer é que os espaços foram surgindo e nós começamos a utilizá-los.

**JU** - Havia o Theatro São Pedro, o auditório Tasso Corrêa, o Teatro Leopoldina...

**Sopher** - O Teatro Leopoldina foi criado depois. Em 1960, costumávamos usar para espetáculos o Cine-teatro Orpheu, depois Cinema Astor. Uma das grandes conquistas da cidade neste tempo foi a criação de novos espaços, mas não só de espetáculos. Depois dos concertos, não tínhamos para onde ir. Havia o Treviso, no Mercado Público, mas nada de restaurantes ou outros locais em que se pudesse jantar. É bom saber que, por trás dos movimentos culturais, surgem muitas outras coisas. Veja quantos restaurantes temos hoje para ir depois de um concerto e de um espetáculo. Não vou dizer que isso surgiu da maior quantidade de eventos culturais, mas faz sentido. Na reinauguração do Theatro São Pedro, em 28 de junho de 1984, uma senhora, dona de uma peleteria, veio a mim comentar que, graças ao teatro, ela tinha vendido peles como nunca naquele inverno. De repente, as senhoras tinham onde usar suas peles.

**JU** - Porto Alegre tinha mais traços da cultura alemã naquela época do que hoje. Havia grupos de teatro alemão, que falavam em alemão e freqüentavam a capital, principalmente no Theatro São Pedro, tais como o Riesch – Büne, de Santa Cruz, que tinha uma certa tradição, e o Deutsche Kammmerspiele, que vinha do Chile e tinha só atores alemães.

**Sopher** - Eu não cheguei a assistir a esses espetáculos, portanto não posso falar disso. Sei que se apresentavam aqui e sei que havia público fiel para isso. O *Olszewski*, por exemplo, trazia o programa já escolhido, muito mais erudito. Mas nós tivemos as primeiras estréias internacionais, para não dizer só nacionais, aqui no Theatro São Pedro. O público, na sua grande maioria, eram alemães, mas também estudantes. Eu, quando estou no Japão e não entendo uma palavra do que dizem, não deixo de assistir a um espetáculo. Público sempre existe, digo desde o primeiro dia e insisto. Só não sei se este público aumentou numericamente ou diminuiu.

**JU** - A senhora tem notado algum decréscimo de público em função de as pessoas estarem mais temerosa de sair de casa à noite?

**Sopher** - Acredito que isso ocorre em função da idade das pessoas. Mas agora, por exemplo, existe um movimento muito simpático, promovido por um grupo que se chama *Vanguardas*, de senhoras da minha idade, que vão ao teatro de *van* acompanhadas de uma pessoa mais jovem. As coisas mudam em todos os sentidos. Antes vinham com seus maridos, agora são todas viúvas. Sempre se acha um outro modo de ir a um evento cultural quando há interesse. Só não vem quem não tem interesse.

**JU** - Em qualidade de cultura, o que mudou?

**Sopher** - Não vou dizer que tenha mudado para melhor ou para pior. Teve coisas boas e sempre teve abobrinhas.

**JU** - A senhora vinha da Alemanha, de uma determinada experiência, de uma família classe média. O que era diferente no Brasil naquele momento?

**Sopher** - A minha família, o meu relacionamento com o meu marido é uma coisa diferente. Se você acha um companheiro, uma companheira, e ele tem os mesmos gostos, os mesmos interesses, é uma raridade. Por isso, não posso falar como a maioria, porque não sou maioria, não posso me considerar maioria. Veja minha idade. Fui num bate papo em que o tema escolhido foi renovação...

**JU** - A senhora está com pudor que não seja representativo no seu caso, é isso?

**Sopher** - É. O grande problema da minha vida foi ser encarada como alemã. Eu me considero brasileira judia. Como posso me considerar cidadã de uma nação que me expulsou? Certa vez, estava indo no Correio do Povo levar *release* da Pro Arte e encontrei Paulo Amorim, que era editorialista do jornal na época. Ele me abraçou e me felicitou porque, naquele dia, tinha sido publicado, eu ia receber a cidadania de Porto Alegre, em 12 de outubro de 1971, como projeto do vereador Glênio Peres. Quando falava com Paulo Amorim, passou um cavalheiro pelo corredor estreito do Correio do Povo, e o Paulo, muito efusivo, comentou com este senhor: "Dona Eva vai receber a cidadania de Porto Alegre". Eu estendi a mão e o senhor passou reto. Depois disso, entrei na redação para deixar meu material, quando este mesmo cavalheiro pára na minha frente, me estende a mão e diz: "A senhora me desculpe, mas sempre a tive como uma nazista". Isso aconteceu comigo desde menina em São Paulo. Por outro lado, quando tentei trazer a comunidade judaica para fazer uma doação, nem que fosse simbólica, nada consegui. Resultado, na semana da inauguração, saiu na imprensa que essa alemã... Essa confusão, realmente foi uma coisa que me magoou, me incomodou a vida inteira.

**JU** - E a senhora preferia ser as duas coisas, uma mais, uma menos?

**Sopher** - Eu me considero brasileira judia. Como posso me considerar cidadã de uma nação que me expulsou? Se meus pais me bota para fora de casa e o vizinho abre as portas, é na casa do vizinho que eu fico, é pelo vizinho que eu me bato.

**JU** - Houve algum outro caso de pessoa ou empresa que tenha recusado um aperto de mão e, depois, voltado atrás?

**Sopher** - Não. Porque as pessoas para quem peço apoio sabem que existem duas possibilidades: sim e não. E eu estou pronta para receber um sim ou um não. Já houve momentos em que eu recebi um não e mais tarde recebi um sim e vice-versa. As empresas têm épocas que seus negócios vão melhores, épocas que vão piores. Esta é a maior carga da minha vida: pedir a vida inteira. Por outro lado, nunca precisei pedir para mim.

**JU** - De certa forma, quem pede tem uma posição privilegiada para observar a natureza humana, a senhora não tem uma teoria sobre a humanidade com essas observações?

**Sopher** - Muito negativa.

**JU** - O empresariado gaúcho é muito conservador?

**Sopher** - Eu não diria o empresariado gaúcho, eu não sei se é melhor em outras



idades. Claro que uma capital como São Paulo onde as empresas têm suas matrizes é mais fácil falar com o empresário maior. Quais são as empresas grandes que nós temos aqui no Rio Grande do Sul?

**JU - Durante o tempo em que o Theatro São Pedro estava em reforma, a senhora esteve à frente da Pro Arte. Pode falar um pouco deste tempo?**

**Sopher** - Eu comecei no Theatro São Pedro em 1975. Tive que deixar a Pro Arte em 1982. Em 1981, trouxe uma coreana para apresentar um recital de viola no palco do teatro quando algo despencou lá de cima ao lado da mão dela. Na mesma temporada, algo parecido aconteceu, e eu disse que aqui não tínhamos como permanecer. Então, mudamos meu público e meu programa para a Assembléia Legislativa.

**JU - A senhora ficou 22 anos à frente da Pro Arte. Quando a senhora sai da Pro Arte, ela naufraga em Porto Alegre. Não havia ninguém para substituí-la nesta entidade?**

**Sopher** - O que vai acontecer com o Theatro São Pedro depois que eu virar o Fantasma da Ópera?

**JU - A senhora não preparou ninguém na Pro Arte?**

**Sopher** - Vocês todos são pais de filhos, estão preparando eles igual ao que vocês fazem?

**JU - A Pro Arte dependia única e exclusivamente da senhora, não tinha ajuda de ninguém...**

**Sopher** - Tinha o Antonio Hohlfeldt e mais duas ou três pessoas.

**JU - A senhora lamenta ter deixado a Pro Arte?**

**Sopher** - Eu não senti tanto remorso porque de uma maneira ou de outra continuava fazendo a mesma coisa, num estilo maior aqui dentro do Theatro São Pedro. Na Pro Arte, cheguei a uma temporada com 24 eventos. No Theatro, faço um ou dois por dia. Eu tive as condições. Eu tive um marido, eu não precisei ganhar dinheiro. Quem é que se dedica em tempo integral a alguma coisa como eu me dedico em tempo integral ao Theatro São Pedro? E sem fazer as exigências que a maioria das pessoas fazem? Por que sobrevivi a sete governadores? Porque eles acham que estou fazendo um trabalho que será difícil achar alguém que faça.

**JU - Durante a passagem desses sete governadores, em duas ocasiões, no governo de Alceu Collares e no de Olívio Dutra, cogitou-se da sua saída do Theatro São Pedro.**

**Como a senhora se sentiu nestes dois momentos?**

**Sopher** - Completamente diferente de um para o outro, porque no governo Collares eu sabia que ele queria me tirar. Tanto ele como a esposa queriam que eu caísse fora. Aí vem a outra parte da moeda: o povo se levanta, nacional e internacionalmente. Eu tenho em casa as cópias dos telegramas, das mensagens mandadas. Evidentemente é um sentimento de uma gratidão, solidariedade ao máximo, e quanto mais humildes as pessoas que se manifestavam, mais eu chorava aqui dentro, ao ponto de meus colegas dizerem que não iam mais me mostrar as mensagens. No governo Olívio, eu estava por dentro, porque sabia quem era contra e quem era a favor. Quando o governador Collares queria me tirar, Olívio, então prefeito da capital, fez um belo telegrama para ele, no qual dizia que, se o Estado não tinha necessidade da minha permanência, o município teria. Eu cheguei a ir até o Gasômetro. Tanto é que, depois que permaneci, me perguntava: será que não posso fazer os dois? Teria condições de fazer os

dois? Não poderia, porque se tratavam de dois partidos políticos diferentes. Enquanto não se mudar essa filosofia de que a cultural não tem nada a ver com a política partidária, nós não teremos outro seguidor do meu caminho. Ninguém que pega um trambolho, uma ruína dessas como eu peguei, sabendo que só tem quatro anos pela frente, vai fazer alguma coisa. Nunca. Agora, se tens condições de fazer e só depende de tempo, aí mete brasa.

**JU - Do que a senhora falou referindo-se à Usina do Gasômetro dá para intuir que, se por um acidente qualquer, for tirada do Theatro São Pedro, no dia seguinte vai estar envolvida em outra coisa. Não é verdade?**

**Sopher** - É. Mas não aos 90 anos. Entretanto, a Usina está muito bem, obrigada, com pessoas maravilhosas à frente. Aí tem um seguidor: o Luciano Alabarse é uma Eva Sopher. Existem pessoas. Mas elas têm que ser idealistas, que arregacem as mangas, que não se incomodem com fuxicos e intrigas.

**JU - E que tenha mão de ferro também...**

**Sopher** - Também.

**JU - Como a senhora se sente andando por Porto Alegre sabendo que interveio em tantos momentos, todos de maneira decisiva, sabendo que essa nova geração talvez não saiba disso, que só conhece a Eva Sopher do Theatro São Pedro? Como é esse sentimento de estar participando das coisas e ao mesmo tempo ser relativamente anônimo em relação às pessoas?**

**Sopher** - Sinto-me participando da história do Brasil. Quando passo por algum lugar e vejo que ali tem minha mão, fico muito satisfeita. No dia 20 de março, vamos inaugurar um cravo novo para a Orquestra de Câmara. Quantos jovens já passaram pela nossa orquestra que hoje estão espalhados pelo mundo graças ao trabalho que se fez aqui? São 15 anos de Orquestra de Câmara Theatro São Pedro. Dá-me uma satisfação imensa aos domingos pela manhã quando promovemos concertos gratuitos e a casa está abarrotada de gente. Domingo de manhã, chego aqui às 9 horas para um concerto que vai acontecer às 11 horas e já tem gente esperando. E tudo isso foi invenção nossa, Nei Lisboa e orquestra, Borghetti e orquestra. Toda vida eu fui copiada, eu vejo isso como uma multiplicação do meu trabalho, com muita alegria. Ótimo, se faço coisas que todos acham que vale a pena ser copiado. Domingo é assim: venho de manhã a essa hora, saio correndo para fazer almoço para o meu povinho, filhos, netos e bisnetos, volto correndo quando temos a peça infantil e fico para a noite. Então, no final do dia, faço um cálculo: posso dizer que dei alegria para 1.500 pessoas, e isso é o que me paga, que me mantém viva.

**JU - A senhora tem mantido contato com essa gurizada que passou pela orquestra? Eles têm retornado?**

**Sopher** - Muitos. E voltam porque tem as famílias aqui. Apresentam-me as esposas, os maridos, as carreiras, mandam currículos. Muitos deles se apresentam como solistas. Isso é muito bonito.

**JU - A senhora falou que domingo chega pela manhã e fica aqui até quando termina a apresentação do espetáculo da noite, tem família, tem netos, bisnetos. Como consegue administrar o lado pessoal, familiar?**

**Sopher** - Estão acostumados. O meu neto mais velho criou-se aqui dentro. Ele tinha três anos e eu o trazia. Brincava na areia, na obra, ele é o pai dos meus

bisnetos hoje. Eles perguntam se venho para o teatro e vêm junto, brincam no jardim e acham natural. E minhas filhas também, porque eram pequenas quando comecei com a Pro Arte.

**JU - A senhora não separa as coisas? A sua casa é uma extensão do teatro e vice-versa?**

**Sopher** - Sim.

**JU - A senhora cozinha, faz almoço?**

**Sopher** - Sim, com prazer, mas só uma vez por semana, no domingo.

**JU - O que a senhora faz?**

**Sopher** - Eu nunca uso uma receita.

**JU - O que costuma fazer?**

**Sopher** - Eu tenho uma filha vegetariana, mas os gurizinhos pequenos são enjoadinhos. São vários pratos.

**JU - Qual sua preferência em literatura?**

**Sopher** - Eu não tenho tempo para ler, esse é um problema. Eu leio quando tenho uma gripe, que tenho que ficar parada, aí afundo no livro com paixão.

**JU - Como a senhora conheceu literatura brasileira? E a língua portuguesa, a senhora aprendeu pela via da literatura?**

**Sopher** - Eu conheci e aprendi sobre o Rio Grande do Sul através da leitura do Érico Veríssimo. Porque eu não entendia nada.

**JU - Explique um pouco melhor.**

**Sopher** - As diferenças em nosso país são gigantescas. Se tu pegas um avião, daqui a uma hora está em outro mundo. E, para eu aprender e compreender esse novo mundo, foi através dos livros.

**JU - Como era esse outro mundo em relação ao Rio Grande do Sul?**

**Sopher** - O povo que vive numa praia é um povo inteiramente diferente de um povo que vive como nós. Temos temperaturas diferentes, temos, às vezes, as quatro estações num dia só. Isso, no Rio de Janeiro, não existia. Há diferenças sensíveis, biológicas, físicas.

**JU - E a literatura alemã?**

**Sopher** - Continuo lendo em alemão.

**JU - Um dos seus projetos foi o anexo do Theatro São Pedro, um dos poucos que ainda não aconteceu. O que houve?**

**Sopher** - Ele não aconteceu porque o então governador, Antônio Britto, deu para trás. Ele podia ter acontecido, tinha tudo para acontecer e ele teria acontecido.

**JU - Esse projeto está abandonado?**

**Sopher** - Houve um concurso, e três arquitetos ganharam esse concurso. A maquete está aqui, eu a expus. Mas não vou fazer uma campanha neste sentido porque o atual governo tem outros problemas e outras prioridades. O governador anterior disse no primeiro encontro com todos os funcionários estaduais que uma das três prioridades dele era o anexo do Theatro São Pedro. É um gol que deixou de ser feito. O atual governo tem problemas mil, e não vou agora ser mais uma a incomodar nesse sentido. Está aqui a maquete, o projeto está pronto e, se tiver que acontecer, estarei pronta a dar uma mão.

**JU - E o problema com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)?**

**Sopher** - O governador Britto deu para trás e atendeu o IAB. Já tínhamos 22 empresas inscritas para os projetos definitivos, que seriam escolhidas através

de uma licitação. E tudo foi para o brejo, porque o IAB incomodou, disse que não tínhamos razão de ser. E o governador teve de escolher assumir ou não. Os meus atos eu assumo. Eu posso atravessar o sinal vermelho, olho bem para os lados, se não vem nada, eu atravesso, desde que tenha certeza que estou fazendo a melhor coisa.

**JU - O anexo está, então, em banho-maria. Passar o chapéu não adiantaria porque é muito dinheiro?**

**Sopher** - Não. Inclusive, no governo anterior, custava menos do que a Bienal do Mercosul. Com mais ou menos a metade, eu teria feito o anexo.

**JU - Vamos falar do piano Steinway, comprado em 1968. A senhora realizou uma campanha de doações, espetáculos foram feitos, Paulo Gastal fez uma noite do cinema francês para arrecadar dinheiro. Aí, o piano foi comprado e colocado no auditório da Assembléia Legislativa.**

**Sopher** - Não. Ele veio primeiro para o Theatro São Pedro, foi usado aqui. Depois do incidente, quando caiu um pedaço do reboco, o teatro foi fechado. Veio Madalena Tagliaferro para dar um recital e tocar num dos pianos que tínhamos aqui. Fui no aeroporto buscá-la, com Ana Maria Moritz, que era a subsecretária do Departamento de Assuntos Culturais. Ela sentou no piano, pôs as mãos no teclado e não aconteceu nada, nenhum som, era uma cena de cinema mudo.

**JU - O piano estava aqui e a Madalena chegou a se apresentar na Assembléia. A senhora levou o piano para a Assembléia. Quando veio para o Theatro São Pedro, trouxe de volta o piano Steinway. De quem é esse piano afinal?**

**Sopher** - Esse piano é meu.

**JU - É seu, particular?**

**Sopher** - Porque quem fez a campanha, quem trouxe o piano, quem arrecadou o dinheiro fui eu. Este piano está hoje em Santa Maria, no Teatro Treze de Maio, onde minha filha Ruth está fazendo exatamente a mesma coisa que eu faço aqui.

**JU - Ela mora lá?**

**Sopher** - Mora em Santa Maria. É aposentada da Universidade Federal, assumiu o Teatro Treze de Maio caindo aos pedaços. Sou madrinha daquele teatro, dei uma ajuda naquilo. Ela faz a mesma coisa, as mesmas campanhas, o mesmo trabalho que eu. Então, quando ganhei o novo piano maravilhoso, resolvi mandar o Steinway para lá. Depois, comprei um piano para o *foyer*, um meia cauda, em 1985. O pianista Gilberto Tinetti estava dando um recital no velho piano. Estava no camarote do governador junto com três secretários de Estado e eu aproveitei e disse: "Cavalheiros, esse piano é meu, o do recital que vocês vão ouvir hoje não pertence ao Theatro São Pedro, porque o Theatro São Pedro, coitadinho, não tem um piano". Então um dos cavalheiros disse que a CEEE tinha dinheiro. O presidente da CEEE me perguntou quanto custava um piano novo, e eu dei o preço.

**JU - Quanto custa?**

**Sopher** - Esse piano foi muito engraçado. Esse piano custaria 150 mil reais, o dólar era a mesma coisa que o real. Fiz um dossiê com tudo que saiu na imprensa, com todas as faturas, com todos os recibos. Tínhamos acabado de receber os reais novos, os centavos de cobre lustradíssimo. Meu dossiê voltou com tudo e um centavo de troco.

**JU - A senhora lembra de algum momento crítico da época em que o Theatro estava**

**fechado e da luta para arranjar dinheiro para ser restaurado?**

**Sopher** - São tantos que eu não saberia dizer qual. Quando fui à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tive que explicar ao reitor de então, não lembro quem era, o que era bossa nova. Porque eu queria trazer um alemão radicado na Bahia que vinha com bossa nova. Eu sei que tive problemas até dentro da universidade com esses meus movimentos, até estudantis, na época. Como tive que convencer dom Vicente Scherer a fazer um concerto na igreja São José. Ele me proibiu de vender ingressos na igreja. Fui vendê-los na rua, na chuva, em frente à igreja. Enquanto o músico não puder ir na farmácia e dizer que precisa de um remédio X e não vai pagar, enquanto ele não puder ir à padaria e dizer que precisa do pão para hoje e não vai pagar, enquanto ele tiver que ganhar para poder pagar, eu não dou a arte de graça.

**JU - Um momento dramático.**

**Sopher** - Eu fui a Brasília buscar dinheiro que o ministro tinha me prometido. Dom Vicente e os médicos estavam em greve na Santa Casa. Também pediram dinheiro ao ministro e levaram o que tinha sido prometido para mim. Saí de Brasília e, quando cheguei aqui, anunciei que iríamos terminar o teatro, porque o ministro havia me prometido dinheiro. Não sabia ainda que dom Vicente havia argumentado com o ministro, logo depois de mim, que a Santa Casa estava parada. Claro que o ministro abriu mão do meu dinheiro, claro que a Santa Casa tinha que receber o dinheiro. Aqui essas coisas eram diárias, daí o meu desespero com isso.

**JU - E os momentos tristes?**

**Sopher** - Foram muitos, não saberia dizer um especificamente. Mas eu esqueço as coisas ruins.

**JU - Momentos pitorescos?**

**Sopher** - Quando foi criada a Fundação Theatro São Pedro, graças ao ministro Ludwig, Paulo Amorim me alertou quanto à criação de uma Fundação, dizendo para não me deixar enganar, não podia ser uma fundação autárquica, tinha que ser uma fundação de direito privado. Aí fomos até o Palácio Piratini. Todos haviam sumido de repente. Eu disse que se fosse uma fundação autárquica, eu estaria fora. Demoraram um pouco, voltaram e o dr. Sergio Figueiredo, que tinha redigido os dois processos, trazia um papel amassado na mão. Ele me disse, mostrando o papel amassado: “Este é o autárquico”.

**JU - Tanto dirigindo a Pro Arte como o Theatro São Pedro, a senhora teve oportunidade de conviver com muitas pessoas, muitos diretores, muitas personalidades. Qual dessas pessoas famosas lhe impressionou pelo carisma, pela genialidade, pela maneira de se expressar?**

**Sopher** - Não gosto de pinçar, porque a gente esquece. Foram tantos esses anos todos. Uma coisa é nítida e tranqüila: quanto maiores, mais fáceis, mais simples, mais tratáveis, em todas as nações, em todos os níveis. Zubin Mehta jantou na minha casa. Surpreso, quando o encontrei em Berlim anos depois, ele disse que foi a única vez que não só ele havia sido convidado, mas também toda sua orquestra. Com Ionesco, a mesma coisa.

**JU - Teve um visitante especialmente chato, intratável?**

**Sopher** - Deve ter tido. Deus deu um dom para mim que eu agradeço a Ele todos os dias, isto foge da minha memória, eu não guardo isto. Deve ter tido

um ou outro, mas são raros.

**JU - E os brasileiros?**

**Sopher** - Tu conheces uma pessoa mais simples, mais simpática que Fernanda Montenegro? E não é uma das nossas maiores? Como eles vão me agredir, serem antipáticos comigo se eu dou para eles essa casa do jeito que dou?

**JU - A senhora e seu marido, Wolf, viajavam todos os anos para os lugares mais diversos possíveis, às vezes, exóticos. Poderia falar um pouquinho sobre essas viagens.**

**Sopher** - Nas viagens é que tu amplias teus horizontes e vêes as diferenças e tens mais condição de fazer um julgamento, nunca um julgamento final, porque viagens são viagens, são momentos. Eu sou uma observadora do povo da rua dos países. A viagem abre as cabeças.

**JU - Qual foi o país que a senhora mais gostou?**

**Sopher** - Uma grande surpresa eu tive na Escócia, que eu pensei que não tivesse um povo gentil como encontrei, e na Austrália, onde também encontrei pessoas gentis. Foram dois países distantes, nos quais senti uma afinidade com nosso povo.

**JU - A senhora casou com Wolf no Rio de Janeiro, ele era alemão também? Ele veio na mesma situação que a sua?**

**Sopher** - Não. Ele veio numa situação pior que a minha. Ele veio durante a guerra, por isso ficou preso com os nazistas, um ano e meio na Ilha Grande.

**JU - Como nazista na chegada também?**

**Sopher** - Não. Como alemão. Com papéis não legalizados naquela ocasião, os alemães tinham que se apresentar mensalmente na delegacia, no DOPS da época, e aí eles todos foram mandados para Ilha Grande e lá Wolf ficou lá praticamente dois anos.

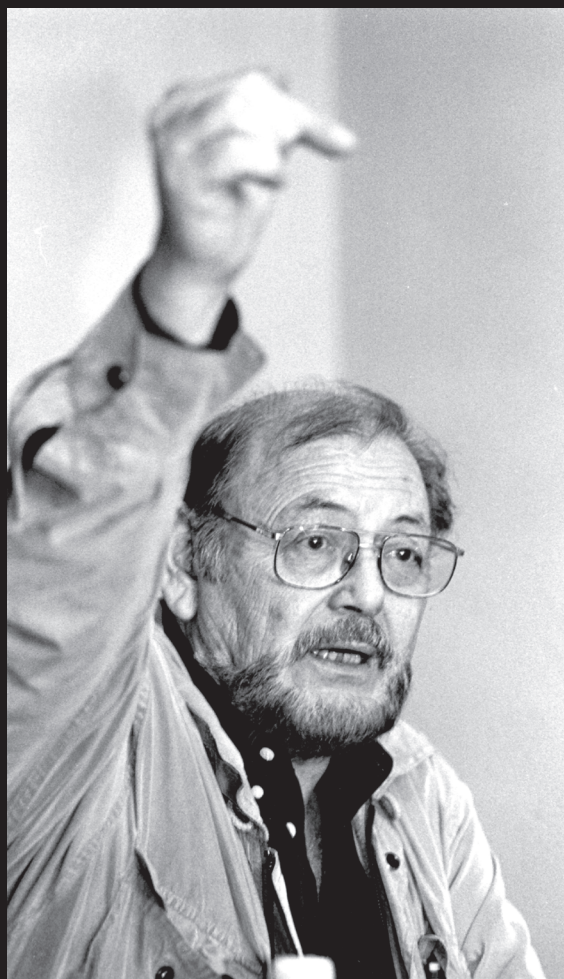
**JU - E sua família?**

**Sopher** - Duas filhas, quatro netos e dois bisnetos.

**JU - Qual seu time de futebol?**

**Sopher** - Não tenho. Eu não acompanho jogo de futebol. Eu não sei nada de futebol.

## Miguel Rojas Mix



**“As raízes da identidade latino-americana não estão no passado. Estão no futuro”**

*A reflexão sobre a construção da identidade latino-americana tem sido uma das preocupações do filósofo chileno Miguel Rojas Mix. Entre as várias obras que escreveu, enfocando a questão histórica e cultural latino-americana, destacam-se América Imaginária, sobre o discurso eurocentrista e norte-americano de dominação, através da imagem, e Los Cien Nombres de América, em que analisa os vários nomes dados ao continente, mostrando que em muitos se escondem desejos de hegemonia ou resquícios de políticas colonialistas e em outros há a expressão da esperança dos povos em recuperar sua dignidade e ter um futuro. Radicado em Paris, desde o golpe militar de 1973, Mix dedica-se à docência e à pesquisa no Centro Extremenho de Estudos e Cooperação com Ibero-América, que dirige na Extremadura, na Espanha, na Universidade de Paris VIII e no Instituto de Altos Estudos da América Latina, na França. Nesta entrevista, concedida aos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott, Ida Stigger e aos professores Homero Dewes, diretor da Assessoria de Assuntos Institucionais e Internacionais da UFRGS, e Roberto Marshall, diretor do Museu Universitário da UFRGS, Mix defende a construção da identidade latino-americana através de um projeto de cultura fundado na idéia de Ibero-América, pela dimensão de comunidade que essa designação enseja.*

ABRIL 2000 - EDIÇÃO N.º 29

**Jornal da Universidade - Vamos começar falando um pouco sobre sua vida como personalidade do mundo e que tem suas raízes no continente latino-americano.**

**Miguel Rojas Mix** - Inicialmente, quero fazer uma distinção entre os termos que vou usar: às vezes vou falar de Latino-América, outras vezes de Ibero-América ou Hispano-América. Eu nasci latino-americano, mas depois me convenci de que a idéia de Ibero-América poderia ser uma idéia positiva para a América Latina. Porém, essa experiência de nascer latino-americano não é uma experiência genética, não é algo que se recebe do berço, assim como alguma coisa que se recebe de seus pais.

**JU - Então o que é ser latino-americano?**

**Mix** - A verdade é que ser latino-americano é um descobrimento que requer uma certa distância, um afastamento, um estranhamento.

**JU - Quando e como ocorreu o seu distanciamento para que o senhor “passasse a ser” latino-americano?**

**Mix** - Quando fui à Alemanha, nos anos 60. Havia muita efervescência na Europa. Na França, na Alemanha, se respirava utopia, uma espécie de grande solidariedade com os povos não europeus. Houve o maio de 68 e a morte de Che Guevara. E nesse clima emocional muito forte, havia uma espécie de questão ética sobre os jovens e era assumida (isso é uma diferença importante entre nossa geração e as gerações mais recentes): éramos muito motivados por um compromisso social. Agora isso está muito diluído entre as novas gerações. Através desse compromisso, descobri a América Latina como uma realidade à qual pertencia, eu a descobri como conseqüência de uma espécie de cegueira que havia tido no Chile, onde fui educado com a noção de que grande literatura era a literatura européia, de que o grande cinema era o cinema europeu e onde adquirir, também, uma espécie de olhar desvalorizante ao próprio, ao local. Foi isso que me levou a trabalhar num tema que é a imagem da América.

**JU - Na Europa, o senhor teve contato com todos os tipos de latino-americanos que infestavam Paris durante os anos 70.**

**Mix** - Eu não diria “infestavam Paris”. Diria que enriqueciam Paris. Criamos um grupo de grandes amigos, sobretudo em torno de Julio Cortázar. Organizamos uma série de movimentos de solidariedade, em favor dos direitos humanos. Encontrávamos muita acolhida do governo francês nesse período. Depois mudou o governo, veio um socialista e, curiosamente, a acolhida foi menor. Essa é a dialética das coisas. Mas foram anos com programas artísticos intensos, como uma grande exposição sobre o Chile, com obras feitas pelos artistas, para pagar a defesa dos presos políticos. Realizaram-se muitas manifestações de solidariedade em Paris, marchas com cartazes preciosos elaborados por artistas importantes. Criamos uma galeria, onde havia um grupo muito significativo de artistas brasileiros, uruguaios, argentinos, chilenos, bolivianos e peruanos. Era um grupo pela América Latina que vivia em comunidade. Foi uma época em que existia uma comunidade latino-americana lá. Atualmente existem latino-americanos em Paris, mas não há mais uma comunidade latino-americana.

**JU - Por que nessa época dura foi possível constituir-se uma comunidade latino-americana e agora, em tempos normais, com a democracia formal em que se vive, é tão difícil formar essa comunidade?**

**Mix** - Porque os valores são diferentes. Ocorreu uma gigantesca transformação

do mundo em que vivemos, uma transformação cultural, em conseqüência da imposição do modelo neoliberal. É um modelo que opera em termos de rentabilidade, mais do que em termos de sociabilidade. Naquela época, reuníamos porque estávamos convencidos de que tínhamos uma causa em comum, uma ação coletiva que queríamos desenvolver dentro de uma criatividade particular - a criatividade dos escritores e dos artistas. Hoje, isso não está mais na agenda de interesses dos jovens e dos artistas. Cada artista trata de sobreviver como pode, de fazer sua vida no mercado de arte, ou mercado de literatura, o que torna muito mais difícil estruturar essa comunidade.

**JU - O que seria preciso para estruturar-se na América Latina uma comunidade com o espírito de solidariedade que houve em Paris nas décadas de 60 e 70?**

**Mix** - Essa é a grande meta que estamos propondo com uma base concreta: a idéia ibero-americana. Por isso, eu dizia, no início, que havia nascido latino-americano, havia assumido essa noção de América Latina e de ibero-americanidade. O tema da integração é muito forte, muito importante para a América Latina neste momento. Diante desse tema, somos expostos a várias tentações.

**JU - Como assim? Dê exemplo.**

**Mix** - Uma tentação muito forte é o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (Nafta), iniciativa dos Estados Unidos, gerada pelo governo Bush. Hoje em dia, são muitos os países que vêm com grande interesse a possibilidade de integrar-se economicamente com os Estados Unidos, através do Nafta. Claro que esse tipo de integração será essencialmente econômica e comercial, dificilmente será cultural e, evidentemente, nunca será integração. Se nos últimos dois séculos, tempo que levou à sua consolidação interna, os Estados Unidos não conseguiram integrar os negros e nem os hispânicos, jamais integrarão o resto da América Latina. O problema é que, culturalmente, podemos passar de *pátio dos fundos* dos Estados Unidos a ser apenas um grande gueto.

**JU - Quais os outros cenários de integração possíveis?**

**Mix** - Há o cenário da comunidade ibero-americana, extraordinariamente positivo, porque sua integração é essencialmente cultural, sem excluir o econômico; como integração cultural permite preservar uma identidade que sirva de corretivo a uma integração puramente econômica, como seria através do Nafta. Outra tentação, a que vocês são menos expostos, mas é muito forte nos países do Pacífico, é a tentação de constituir uma comunidade no Pacífico Sul, do México ao Chile.

**JU - Qual seria o sistema mais adequado?**

**Mix** - Em primeiro lugar, não creio que a integração se dará num só cenário. Ela deve abranger vários cenários simultaneamente, porque não são excluídos. Poderemos estar integrados no Nafta economicamente, integrados culturalmente na comunidade ibero-americana, termos boas razões para buscar a União Européia, mas sobretudo o importante é sermos interlocutores de peso, para entrarmos nessa integração em boas condições. E para tanto, o importante é que obtenhamos, primeiro, a nossa integração latino americana, começando pelo Mercosul.

**JU - Além da tentação do Nafta há os riscos já evidentes e sensíveis da globalização...**

**Mix** - Nós, que trabalhamos no mundo da cultura e da academia, temos que reforçar a idéia de integração, pois é uma necessidade urgente e indispensável.

É a única maneira que temos para entrar nesse processo de globalização. Seria suicida ficar fora desse processo mas, igualmente, seria suicida deixar-se engolir por ele. É um processo no qual é preciso entrar, mas entrar com critérios de pertinência, que protejam nossos interesses e salvaguardem nossa identidade. E nesse sentido, a idéia ibero-americana tem que ter esse valor, ser um critério de pertinência para selecionar da globalização aquilo que nos é útil.

**JU - O senhor falou sobre a Hispano-América e Latino-América. E a Indo-América?**

**Mix** - Temos mais a Indo-América, a Afro-América e a Panamérica. Falo desses nomes da América como discurso de identidade e de dominação que há por trás de cada um desses termos. Se falo de Latino-América, Indo-América ou Afro-América estou realmente falando de uma reivindicação de identidade. A prova disso é que, em castelhano, chamamos de *gentilicio* a esse termo. É um adjetivo de pertinência, por exemplo: sou latino-americano, ou sou indo-americano, ou sou afro-americano, mas ninguém é panamericano, porque o panamericanismo não gera uma identidade, só se for uma estrada, mas não um discurso de identidade. É um discurso de dominação, que surge no século XIX e que está sendo relançado na idéia do Nafta. Em relação ao Nafta, até o momento, analisamos apenas os aspectos econômicos, mas não o aspecto cultural, o seu significado num processo de globalização cultural ou de internacionalização. Distingo entre o internacional e o universal. São dois conceitos, a meu juízo, completamente diferentes.

**JU - Mas essa dominação cultural já é bem conhecida. Não é nova...**

**Mix** - Esse conceito de Panamérica é um conceito que vem da Doutrina Monroe, de 1823, e deriva também de uma doutrina anterior formulada por Jefferson, que se chama *destino manifesto*. Ambas são doutrinas isoladas. A doutrina Monroe, em sua essência, é de não intervenção. Já a doutrina Jefferson é expansionista, geopolítica. No fim do século XIX, quando os Estados Unidos terminam sua expansão interna, adquirem uma base econômica gigantesca e são obrigados a abrir o seu capital e expandir-se. Convocam então o primeiro encontro interamericano, em 1890, e a idéia essencial é a idéia de Panamérica, de constituir uma comunidade que una todos os povos da América, mas sob a sua hegemonia. Personalidades notáveis como José Martí, entre outros, se opuseram a essa idéia e ela acabou se resumindo a um escritório comercial em Washington. O século XX, que se inicia então, é o século em que os Estados Unidos passam a ser politicamente dominantes.

**JU - Qual é o papel do pensamento acadêmico na construção de uma identidade ibero-americana ou americana?**

**Mix** - Abordar esse tema não significa necessariamente dar respostas, mas fazer as perguntas pertinentes sobre a questão em diversos campos: o campo científico, cultural, acadêmico, etc. Tenho tratado de alguns aspectos desse tema. A primeira coisa que se há de fazer na perspectiva de uma identidade continental é romper essa espécie de relação compartimentada que o sistema colonial estabeleceu entre nós. É um fato, por exemplo, que até os anos 60, o Brasil esteve muito mais voltado para a África do que para a América Latina. Também é um fato que nós, hispano-americanos, sabemos muito pouco da cultura do Brasil. Os brasileiros sabem mais da cultura hispânica, como também os brasileiros entendem mais o castelhano do que nós entendemos o português.

Em segundo lugar, devemos desenvolver uma política de valorizar o que é próprio. Não temos sido capazes de dar valor ao nosso pensamento, vivendo dependentes dos valores propagados pelo pensamento alheio. Tenho um ensaio, que foi produto dos anos que vivi na Europa, a respeito do colonialismo acadêmico e do colonialismo cultural. Falamos de colonialismo cultural e não de colonialismo acadêmico, que também é muito perigoso. Esse colonialismo acadêmico – a menor conseqüência de todo um sistema de prestígio gerado pela universidade – prega que um currículo digno só se obtém estudando numa universidade europeia e sobretudo conhecendo uma metodologia europeia. Nós, latino-americanos, vamos à Europa, aprendemos um método e quando voltamos aos nossos países, em vez de usar esse método para entender a realidade nacional, usamos a realidade nacional para alimentá-lo. Nos convertemos em vassalos de uma visão de mundo diferente, valorizando um pensamento alheio, dando-lhe maior dimensão.

**JU - O que representou a experiência colonial para os povos latino-americanos?**

**Mix** - A experiência colonial gerou uma espécie de grande timidez intelectual. É um fenômeno de psicologia coletiva. Frequentemente somos incapazes de falar sem nos remetermos a citações, para dar peso ao que estamos dizendo. Às vezes, são citações que resultam grotescas. Um sociólogo, em uma mesa redonda da qual participei, terminou assim sua apresentação: “Como disse Alain Touraine, enquanto não se resolverem os problemas de pobreza e democracia na América Latina, não há nada que fazer”. Não é necessário ler Alain Touraine para nos darmos conta de que temos problemas de pobreza e de democracia. Mas esse sociólogo necessitava algo de peso para dar validade ao que dizia: a citação prestigiosa. Esse processo de insegurança emocional é muito grave. É essencial que se constitua o nosso pensamento como referência. Para tanto, é preciso pensar em processos de integração acadêmica e de comunicação cultural que realmente formem nossos intelectuais, dêem valor ao pensamento próprio e constituam, de alguma maneira, metodologias que sejam adequadas à nossa realidade. Enfrentamos um processo de globalização que será dominante no próximo século, que fará circular uma gigantesca quantidade de informações. É informação, não cultura.

**JU - Mas informação não é cultura? Como se dissocia isto?**

**Mix** - Será cultura quando formos capazes de analisar e integrar essa informação. Mas para isso, temos que ter critérios de pertinência. Pertinência para mim é um conceito muito importante: é saber que podemos integrar esse conhecimento como cultura, na medida em que responda ou às nossas necessidades sociais, científicas e técnicas, ou à nossa identidade. Aqui não se trata de rechaçar o processo de globalização, isso seria suicida; tampouco se trata de deixar-se absorver pelo processo. É inaceitável pensar em uma *world culture*, porque isso seria internacionalizar a cultura e não universalizá-la. O que nós queremos da globalização é aceitar o que é universal, o que fertiliza a nossa cultura, mas mantê-la no domínio do que é próprio por definição. Creio que a América Latina é um continente mestiço. É uma mestiçagem não apenas física. É, essencialmente, uma mestiçagem cultural que gera a nossa identidade e o que nos permite uma convivência social e a superação de uma série de valores e desvalores, traumas, racismos etc. Cada cultura deve engendrar seus valores

de pertinência para que essa informação globalizada possa transformar-se em cultura que seja, por sua vez, universal e própria.

**JU - E como seriam gerados esses valores? O senhor diz que ser latino-americano foi um descobrimento. Só que havia também uma motivação: o compromisso social assumido na década de 60 pelos jovens. Hoje, esse compromisso parece não existir.**

**Mix -** Quando digo que foi um descobrimento é porque, de alguma maneira, em minha própria história fui descobrindo o que crítico neste momento. Por exemplo: quando saí do Chile, era um homem maduro, professor universitário, de História Antiga. Ensinava Homero, ensinava grego, latim. Ensinava sobre a beleza grega, um mundo de homens altos, loiros, de olhos azuis, e quando olhava ao meu redor, lá estavam meus jovens alunos, todos morenos, negros, muitos deles baixos, olhos e cabelos indiatícos, completamente distantes e ausentes nesse momento. Da forma como eu ensinava, aquela cultura era fortemente alienante. Fui a primeira vítima disso. Durante minha própria vida de estudante, no Chile, estudei muitíssimo mais sobre a história francesa e sobre Napoleão do que sobre Simon Bolívar. A História da América, como em todos os outros países latino-americanos, estava sempre no fim do programa. E nunca os professores chegavam a dar essas aulas. Isso era também uma questão de valor. Esse desconhecimento era um desvalor, como se a nossa história fosse insignificante. Constatar que não era insignificante, foi para mim um grande descobrimento. Esse descobrimento se associou ao compromisso social, ao descobrimento da grande utopia, a idéia que o mundo podia ser mudado. Não a utopia no sentido de Thomas Morus, mas a que chamamos de utopia concreta, que exige a ação do homem para chegar a realizar-se. Isso foi também muito importante para o compromisso. Eu via de fora, mas era a realidade latino-americana daquele momento. Havia uma mescla histórica muito forte, porque maio de 68 se fez também com Che Guevara e era ele que, de certa forma, emblematicava essa mudança essencial, essa idéia de ética revolucionária. O compromisso entre o universal e o próprio, essa espécie de despertar que se tem quando o compromisso se produz ou a realidade se evidencia é o que os nossos projetos educacionais deveriam levar em consideração, se quisermos educar a identidade. Educar a identidade significa educar a solidariedade. Para que esse conceito se torne realidade, todos os países da comunidade deveriam ter ensino obrigatório de espanhol e português. Fazer avançar tudo o que seja integração acadêmica, em termos de universidade, gerar um sistema de conhecimento mútuo que seja mais eficaz. Levar às universidades a nossa literatura, a fim de criar referências de valor. É um fato que, a partir dos anos 60, o *boom* da literatura latino-americana foi muito importante para consolidar o que é a cultura latino-americana.

**JU - A destruição da universidade pública, atualmente em curso no continente, não dificulta essa integração cultural latino-americana?**

**Mix -** Acredito que as universidades, tanto públicas como privadas, se afastaram de sua função cultural. O modelo universitário que está sendo imposto pelo neoliberalismo é um modelo de rentabilidade exclusiva. Quando iniciei minha vida universitária em 1956, havia grandes professores e intelectuais, cujas conferências e aulas inaugurais ficavam lotadas de estudantes, de tal forma que era impossível entrar. Atualmente, se pode convidar uma grande

personalidade da cultura para uma conferência e se comparecem 30 estudantes é porque seus professores exigiram que façam um resumo para ganhar determinada nota. Há uma espécie de compulsão: se o estudante não vislumbra a possibilidade de ganhar algum crédito pelo que vai ouvir, pode estar falando Goethe que não lhe interessa. Evidentemente há um clima diferente. No século XIX, o grande modelo universitário era alemão – o da universidade do saber. O importante era o conhecimento e o maior temor era que essa universidade fosse transformada em faculdades profissionais o que hoje em dia são. Não sei se aqui ocorre o mesmo, mas em muitas universidades que conheço, a carreira de maior matrícula é Administração de Empresas, porque é a profissão que conduz mais rapidamente a uma integração ao mundo do trabalho e dos negócios. Já as disciplinas humanísticas tradicionais, como história, filosofia, sociologia, antropologia, se vêem cada vez mais esvaziadas, porque têm pouco espaço no mercado de trabalho. É claro que naquela época não havia a crise econômica e mudanças importantes no mundo. Evidentemente, aquela universidade tinha as funções tradicionais da universidade – pesquisa, ensino e extensão (e a extensão compreendia a cultura). Hoje a extensão está praticamente estirpada da universidade. É preciso relançar o tema da cultura, devolver à universidade esse compromisso.

**JU - Sim, mas os acordos com o FMI não permitem...**

**Mix -** Não é só o FMI. Também o modelo dominante não o permite. Não é apenas a questão da cultura. A universidade pública tem que manter o modelo social. A universidade pública é uma instituição pela qual o Estado delega um mandato constitucional, não é como a universidade privada. Se a Constituição diz que o Estado é pluralista, a universidade pública tem que ser pluralista e não pode ser confessional. A universidade privada não tem esse mandato. A universidade privada pode ser católica, mas não goza dessa liberdade de ensino que a universidade pública tem. Dentro desse mandato constitucional está também outro mandato que é a função de equidade.

**JU - Como falar em equidade se quem dita as normas, inclusive do ensino básico, da graduação e até das tendências profissionais “da moda”, são os que detêm o poder político e econômico?**

**Mix -** A universidade pública deve empenhar-se para que a equidade funcione, isto é, que seja aberta à sociedade e seja um veículo de mobilidade social. Deve zelar para que o processo de redistribuição do saber não se faça por categoria econômica ou social, mas que esteja aberta a todos. Isso implica um compromisso do Estado com a universidade que em muitos lugares já foi abandonado. No Chile, o Estado contribui com apenas 15% do orçamento da universidade pública. Assim, ela não consegue funcionar como universidade pública. Continua sendo um organismo do Estado, os professores são funcionários do Estado, os bens são do Estado, mas essa universidade não é pública. É estatal, porque pertence ao Estado. Mas não está em condições de atuar como bem público. Por isso, as universidades públicas chilenas são obrigadas a cobrar taxas, hoje. Em qualquer universidade pública chilena o ensino custa entre 3 mil a 5 mil dólares por ano. Nós, desde o centro que eu dirijo na Extremadura, Espanha (Centro Extremenho de Estudos e Cooperação com Ibero-América), e o Grupo Montevideo, um grupo de alto nível intelectual estamos conscientes

de que é necessário reforçar a universidade pública. Não pela universidade em si, mas também pelo projeto de sociedade que está vinculado à universidade. Na medida em que sejamos capazes de reforçar a universidade, para que o Estado assuma seus compromissos com a universidade e, através dela, com a sociedade, estaremos também desenvolvendo uma linha de abertura em direção a um projeto social. No modelo atual, desapareceu a solidariedade, comercializaram-se o que foram os grandes valores do *Estado de bem-estar social*, os quais muitos de nós crêem que são direitos, e aí me refiro à saúde, educação, proteção da velhice, à cultura, defesa do meio ambiente. São valores que não podem ficar ao jogo do mercado, pois não são mercadorias. São valores que não podem ser defendidos se o Estado não intervir. Poderemos defendê-los a partir de uma política universitária comunitária unida.

**JU - Em quais países da América Latina ainda existe uma universidade próxima de manter esses valores, a fim de construir um academicismo latino-americano?**

**Mix -** Acredito que, neste momento, as universidades do Grupo Montevideo agem nesse sentido. Há uma forte consciência de que é necessário comprometer-se com esta tarefa. Várias gerações têm vivido muito ausentes do compromisso com essa idéia de Ibero-América, com essa idéia continental, que não é uma idéia de museu. Quando falo em identidade, não estou falando em termos de nossos antepassados imigrantes alemães ou italianos ou de índios guaranis. As raízes da nossa identidade não estão no passado, estão no futuro. Precisamente, nós construiremos nossa identidade a partir de um projeto de cultura, não a partir de uma espécie de retorno ao passado. Faremos do passado o que convenha a esse futuro.

**JU - Vamos tentar um exercício de futurologia. Na sua opinião, o que vai acontecer na América Latina no próximo século?**

**Mix -** Não sou futurólogo, mas aposto no processo de integração. Não poderemos sobreviver na geopolítica do próximo milênio se não nos integrarmos. Vocês têm como vizinho o Uruguai, país com 3 milhões de habitantes e 40 milhões de vacas. Dificilmente o Uruguai pode sentar-se em uma mesa de negociações a defender o preço da carne com a União Européia. Três milhões de habitantes não pesam absolutamente nada. Somente com o processo de integração poderemos defender o nosso desenvolvimento. Neste momento, há a famosa guerra da banana: a Europa fechou o mercado às bananas da América Latina; os franceses defendem a banana da Martinica e os espanhóis, a banana das Canárias. Quando os interesses aparecem desnudos sobre a mesa, as boas intenções ficam de lado e apenas os interesses valem. A guerra da banana existe porque as companhias de comércio de frutas são norte-americanas e têm força para defender-se. Costa Rica e Equador, que têm grande produção de bananas, não poderiam defender essa posição, mas sim uma comunidade econômica que pudesse dizer: “Muito bem, não deixam entrar nossas bananas na Europa, pois a partir de agora imporemos taxas aos automóveis que os europeus querem vender aqui”. Esse é um diálogo econômico. E esse diálogo econômico vai ser dominante em todas as reuniões econômicas que vão realizar os Estados Unidos, a União Européia, Japão, China, a comunidade asiática e a comunidade do Pacífico.

**JU - Nos anos 70, os jovens latino-americanos exilados tinham uma causa que os unia. Existe hoje uma causa que motive os jovens latino-americanos a uma integração?**

**Mix -** É muito difícil responder a essa pergunta. A história mostra que há processos que são galvanizadores, que geram e despertam o espírito. A história dá saltos, passa por períodos de indiferença, depois volta a surgir. Não creio que haja indiferença entre os jovens. Eles têm um espírito poderoso, mas não têm motivação, não têm causa. Uma prova disso é que agora se concentram nas organizações não governamentais. Há muitos jovens trabalhando nas ONGs, porque precisam dirigir a sua generosidade para algo. Não têm outra causa, a não ser esta que, freqüentemente, vem a ser mais uma causa filantrópica, de caridade do que de um projeto de transformação.



## Lauro Mohry



**“O meu medo é que a universidade morra por falta de cérebros”**

*O desafio da universidade nos dias de hoje deve ser o de buscar novos horizontes com vistas ao futuro. É assim que pensa o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Lauro Mohry. Ele defende um modelo que visa a participação da universidade na gestão pública, na sociedade e no contexto político e social com vistas à geração de recursos. Atualmente, o reitor da UnB percorre os estados brasileiros a fim de mobilizar os pesquisadores a participarem de um grande debate nacional sobre a produção técnico-científica. Esse debate deverá preceder o encontro anual da SBPC, em Brasília. Nesta entrevista, concedida à jornalista Arlete R. de Oliveira Kempf e ao professor Homero Dewes, coordenador da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais da UFRGS, Mohry detalha sua proposta e reflete sobre a situação da ciência e das universidades brasileiras.*

MAIO 2000 - EDIÇÃO N.º 30

**Jornal da Universidade - Quais as mudanças mais marcantes, das quais ainda não nos podemos observar nas universidades públicas brasileiras hoje em relação à década de 70?**

**Lauro Mohry** - Sob certo aspecto, a década de 70 foi um momento muito favorável para a universidade pública. Havia um governo que, por mais que discordássemos dele, tinha um projeto de país – projeto que tocava fortemente à universidade. Naquela época, tínhamos apoio mais direto e investimentos mais pesados. Foi o tempo do grande *boom* das universidades públicas. Contávamos com mais facilidades de financiamento, melhores instalações físicas, boas possibilidades de contratação e de investimentos em pessoal. Também a atividade científica foi muito favorecida nesta fase. Isto acabou no início dos anos 80. Se, por um lado, veio a desejada abertura democrática, por outro, os recursos começaram a escassear. Talvez pela falta de um projeto mais claro por parte do governo. As coisas ficaram cada vez mais amarradas, e as instituições privadas começaram a prevalecer. Deu-se outro *boom*, desta vez de universidades ou faculdades particulares. Hoje, eu diria que estamos numa fase em que falta um projeto nacional para as universidades públicas e para a própria atividade científica nacional.

**JU - De que maneira a universidade pública brasileira está reagindo a esta mudança?**

**Mohry** - Considero que, neste momento, ainda não se tenha encontrado o fio da meada no meio desta confusão formada. Existem muitas incertezas, inclusive da própria comunidade universitária. Há um quadro mundial de globalização acelerada com os estados encolhendo e reduzindo seus investimentos. A tendência é que aumente a pressão para que as universidades, assim como todas as atividades bancadas pelo Estado, passem a ter outros financiadores, ou que elas próprias cheguem a um nível de auto-sustentação. Tudo isso gerou uma grande polêmica que ainda continua. O mundo globalizado deu voltas rápidas demais e as pessoas ainda não se encontraram.

**JU - Independentemente das conseqüências da globalização ou de quem assina seus cheques, a universidade tem um compromisso básico: precisa inovar. Como compatibilizar este compromisso básico, e filosófico, com outros de ordem prática?**

**Mohry** - Se uma universidade não for inovadora, revolucionária, não é universidade. Não passará de um “colegião” de segundo grau. Ela deve estar dentro de sua própria essência, conter o ideal permanente de transformação, de busca de novos caminhos e horizontes. Quando assumi a reitoria da UnB, estabeleci como desafio buscar uma universidade na fronteira com o futuro. Acho que muitas universidades nossas esqueceram esta missão ou se acomodaram a uma situação tal que as impede de buscar os horizontes do futuro. Na UnB, criei um Laboratório de Estudo do Futuro, um centro destinado a pensar estrategicamente, a fim de gerar pesquisadores, pensadores, estudiosos, que possam descortinar o que vem por aí e quais os rumos a seguir.

**JU - A perda desta capacidade antecipatória não terá suas raízes na falta de um projeto nacional que inclua as universidades?**

**Mohry** - Muitas universidades tiveram como berço o Estado e ficaram acostumadas a viver numa espécie de simbiose. Acontece que nosso verdadeiro parceiro é a sociedade. O Estado é apenas um dos componentes do sistema, apesar de ele ter a obrigação de bancá-la. Há muitas instituições que têm necessidade

de certas diretrizes apontadas pelo governo. Muitas universidades, em razão até da própria sobrevivência, não se preocupam em mudar esta relação. Ora, a universidade pode até ser indisciplinada e o governo tem que pagar a conta, ou ajudar a pagá-la. Ao mesmo tempo que não temos que ficar esperando diretrizes do governo, do MEC, nem nada disso. Devemos sair disso, principalmente as universidades que já conseguem formular projetos, formar seu pessoal, enfim, caminhar sozinhas.

**JU - Ao dizer que “o governo tem que pagar a conta” e, logo depois, que as universidades devem “caminhar sozinhas”, o senhor não cai numa contradição?**

**Mohry** - Não. O que o governo tem que fazer é dizer: “Este dinheiro aqui é de vocês; se virem”. A universidade que faça o resto, que busque parcerias na sociedade para captar recursos, que vá se integrando. Sempre digo que, mais importante do que o dinheiro que a sociedade traz para a universidade, é o fato desta mesma sociedade estar indo lá para buscar soluções. Os recursos advindos e aplicados no ensino, na pesquisa, na extensão e em vários tipos de atividades e iniciativas são resultado disso. No Brasil, uma série de universidades têm agido desta forma (UFRGS, UnB, USP, Unicamp, entre outras). Mas é preciso que o governo e a sociedade não confundam as coisas, achando que estamos buscando autonomia financeira. Não dá para pensar em uma universidade pública com autonomia financeira absoluta porque isso não existe no mundo. Todas as grandes universidades que desenvolvem atividades científicas competitivas são fortemente bancadas pelos governos de seus países, direta ou indiretamente.

**JU - O senhor acha que a nova forma de organizar recursos públicos a partir de fundos setoriais é um mecanismo que fortalece a aproximação da universidade com a sociedade?**

**Mohry** - Acho que este programa que o governo está propondo ainda se encontra na fase de “incubação inicial” e deverá ser muito discutido. Atualmente, nós temos uma dificuldade muito grande em conversar com o Congresso Nacional, ou seja, com quem, verdadeiramente, destina os recursos públicos. Escrevi um artigo no qual dizia que existe no país um nível muito elevado de analfabetismo político e, principalmente, de analfabetismo científico. Este analfabetismo científico atinge a sociedade em grandes proporções e atinge o Congresso Nacional (com todo o respeito a suas excelências, os deputados e senadores). E, por incrível que pareça, este analfabetismo está presente também em muitas universidades. Precisamos tomar providências urgentes. Como o governo não assegura recursos e não dá continuidade à pesquisa científica, temos perdido muitos quadros, que vão ficando sem entusiasmo e vão para a indústria, para o comércio, para fazendas. Ou para o exterior, em busca do apoio que não tiveram aqui.

**JU - O senhor acredita que um modelo de universidade baseado no ensino, na pesquisa e na extensão ainda é viável?**

**Mohry** - Vou responder de forma mais provocativa do que definitiva. Na maioria das universidades, as políticas oficiais não conseguem distinguir a extensão da pesquisa e do ensino. No Brasil, criamos esta figura da extensão e a tratamos como se ela fosse uma coisa separada. Acontece que tem muitas coisas que caracterizaríamos como sendo de extensão que não são, necessaria-

mente, desvinculadas nem da pesquisa nem do ensino. Por outro lado, acho que precisa se pensar um novo modelo de universidade que seja adequado à nossa realidade, sem perder a perspectiva do global. Hoje, por mais que gostemos ou não, existe uma situação mundial da qual não podemos escapar: a aldeia global está mais global do que nunca e estamos todos no mesmo barco. Existe um quadro internacional, baseado nos Estados Unidos e aliados mais próximos, que compõe o grande poder mundial e que todo o mundo sabe que é hegemônico. Todos também sabem que um presidente da República tem um poder relativo. Dentro deste quadro, e considerando que estamos na sociedade do conhecimento, as universidades, como produtoras, transmissoras e conservadoras deste conhecimento, se tornaram componentes estratégicos importantíssimos. O Brasil ainda não se deu conta disso. Ainda têm parlamentares e dirigentes públicos questionando a pertinência da universidade. Ao mesmo tempo, há uma expectativa de certos setores do empresariado de que a universidade dita empresarial, ou universidade corporativa, possa ocupar o lugar das universidades tradicionais.

**JU - Ao dizer que certos políticos ainda questionam a pertinência da universidade e que setores empresariais prefeririam universidades corporativas, o senhor admite que o governo e a sociedade como um todo não têm consciência da importância da universidade tradicional?**

**Mohry -** Os governos não têm ainda uma consciência da importância da universidade. As universidades se corporativizaram sob certos aspectos. Mas nós precisamos sair dessa camisa-de-força. A universidade não nasceu para ficar dentro de uma camisa-de-força. Se ela ficar, não pode exercer seu papel criador e inovador. Poderíamos tentar encontrar essa busca de inovação dentro da vida acadêmica, a fim de despertar uma universidade fora desse contexto corporativo.

**JU - O que o senhor quer dizer com “despertar uma universidade fora desse contexto corporativo”?**

**Mohry -** Quero dizer uma universidade que, ao mesmo tempo, seja pública e tenha características de instituição privada, sem precisar ser uma coisa ou outra. A universidade não é pública e nem é privada, é universidade. Universidade é uma terceira coisa, um terceiro ente. Por isso, estou propondo na UnB um modelo de universidade que chamo provisoriamente de Universidade Centro do Progresso. Ao escolher esta denominação, talvez até por falta de uma denominação melhor, nós quisemos também lembrar que uma universidade precisa ser o centro do progresso, ela não tem que ser somente uma distribuidora de diplomas que, muitas vezes, sequer são utilizados. É uma instituição que ultrapassa os limites da pesquisa em si e da extensão. Estamos estabelecendo outros componentes nesse modelo e estes componentes incluem a participação da universidade na gestão pública e dentro do contexto político e social na geração de recurso. Ela pode desenvolver empreendimentos e ser empreendedora associada ao ensino e à pesquisa.

**JU - Na UnB, vocês estão desenvolvendo algum projeto neste sentido?**

**Mohry -** Sim. Posso citar um exemplo. Montamos lá uma fábrica de móveis, cujos operários são meninos pobres de rua. Esses meninos receberam treinamento, fizeram curso de marcenaria. Agora, trabalham nessa pequena fábrica,

recebem seus salários, com carteira assinada e tudo mais, mas com tempo para estudar (fazemos questão disso). Os designers da fábrica são professores da universidade de desenho industrial. E os alunos também participam da experiência. Não existe uma aula prática mais interessante do que você fazer uma coisa que vai ser realmente usada, que vai ter uma utilização, não vai ser apenas um exercício de aula. A coisa fica mais ligada à realidade. Qual seria a empresa que montaria uma fábrica para resolver um problema social e ao mesmo tempo um problema educacional? Isso é uma característica que só uma instituição como a universidade pode fazer. Experiências desse tipo, ao mesmo tempo que ajudam a resolver um problema social, geram conhecimento novo. Considero uma experiência assim altamente estratégica para o País, altamente integrativa da universidade com a sociedade. A universidade é a inteligência da sociedade, é seu principal cérebro e a está ajudando a resolver seus problemas. A sociedade deve se identificar, se sintonizar com a universidade.

**JU - Como são as universidades da América Latina?**

**Mohry -** Um exame feito nas universidades da América Latina, nos países em desenvolvimento, permite constatar facilmente que as universidades existentes nesses países não estão realmente sintonizadas com aqueles povos. Vários reitores latino-americanos já me disseram: “Essa não é a nossa universidade”. A nossa universidade ainda está por ser feita. Até agora tudo o que fizemos foi importar experiências, costumes, estruturas, com algumas variações. Nem mesmo o mais ferrenho nacionalista se deu conta de que a universidade em que temos trabalhado ao longo de algum tempo é uma universidade cheia de cacótes, de estrangeirismos, daquilo que não é realmente nosso. Está na hora de buscarmos uma identidade maior para nossas instituições de ensino superior.

**JU - Como construir uma universidade crioula...**

**Mohry -** É como se fosse uma universidade crioula, uma universidade mais identificada, mais envolvida com a sociedade e integrada com os governos locais. A nossa universidade tem todas as características das torres de marfim. A certa altura, ela começou a despertar, mas esse despertar nunca foi completo, foi um tanto anestesiado com situações diversas. Um dos anestésicos foi a fase do governo militar. Se a universidade não tomar medidas no sentido de integrar-se mais com a sociedade, de se tornar valorizada pela sociedade, ela pode vir a definhando, a ficar tão fraca que será suplantada por outras universidades que vão emergindo, por outros tipos de filosofia, de trabalho. O meu maior medo é que a universidade venha a morrer por falta de cérebros.

**JU - Como as universidades podem compatibilizar, por um lado, a necessidade de um enraizamento, ou seja, de um enfrentamento de problemas locais com, por outro lado, a pressão das avaliações baseadas numa produção científica dentro de parâmetros internacionais?**

**Mohry -** Acho que a fórmula ainda é essa: integração com a sociedade. A integração por si só acaba propiciando atividade científica, atividade de fronteira. Do contrário, estaríamos caindo de novo naquela forma de tantos anos passados, segundo a qual a pessoa fazia um projeto, apresentava para um órgão, o órgão avaliava e, no fim, publicava. Nós precisamos parar com essa história de publicar trabalho para encher currículo. O sistema está montado para induzir o pesquisador a publicar *papers*, que só servem para aumentar o currículo. Se

você pegar a maioria desses trabalhos e espremer bem, não sai grande coisa. Muitas vezes, são trabalhos repetitivos de experiências internacionais já feitas e não representam grandes avanços. Precisamos criar outros mecanismos, outros parâmetros avaliativos. A questão não é só publicar trabalhos, não é só ser citado (essa história da citação é outro equívoco que nós temos, porque a citação internacional pode ser um indício, mas não um parâmetro de avaliação). Basta você fazer um doutorado no exterior ligado a um determinado grupo que, quando você volta para cá e segue aquela mesma linha de pesquisa, será muito citado por aquele grupo de pessoas, porque você pensa como eles. E, a partir daí, aparece o que eu chamo de rios de elogios mútuos. Não estou desvalorizando isso. Sei que é uma coisa muito importante, mas é preciso que avaliemos a relevância que a citação tem. Você pega um assunto completamente novo aqui no Brasil e pensa que vai ser revolucionário, inovador, porém você só vai começar a ser citado daqui a uns sete anos. Agora, se você escolher um assunto com o qual está todo mundo mexendo e dificilmente será altamente inovador, você vai ser citado por um monte de gente. Como tudo é relativo, não estou desmerecendo as pessoas altamente citadas, só quero que não esqueçam que o trabalho inovador pode prescindir desse tipo de índice.

**JU - O que a Universidade de Brasília, em particular, gostaria de ver destacado no encontro da SBPC deste ano? A que conclusões finais a universidade gostaria de chegar nessa reunião?**

**Mohry** - Consideramos que o ano 2000 seria uma boa hora para levar o congresso da SBPC para Brasília, a qual, na condição de capital da República, poderia servir de vitrine para chamar a atenção do governo e da sociedade para a importância da ciência e da tecnologia e, assim, aproveitar para fazer um apelo para que o País tenha um plano realmente continuado nestas áreas, nas quais ainda somos analfabetos. Em Brasília, o congresso tem boas possibilidades de se tornar um encontro com envergadura e amplitude de conhecimento maiores e de alcançar o reconhecimento social. Propus também que, além de ter Brasília como sede, que eu fosse autorizado pela SBPC a desencadear um grande debate nacional, pelo menos seis meses antes do encontro. Eu notei que várias secretarias regionais estavam se extinguindo no País e sugeri que fizéssemos uma avaliação da ciência nacional, promovendo visitas a todos os estados, para se verificar *in loco*, como estão os pesquisadores e para ouvir deles novas propostas. Parece que todo mundo estava esperando uma proposta desta espécie, porque a indicação foi imediata e o apoio do Conselho da SBPC foi total. Seria conveniente que, depois desse debate, se fizesse um documento contendo um resumo de toda a situação do país com as propostas da comunidade. A SBPC é o nosso braço político, ao mesmo tempo que ela é uma sociedade científica.

**JU - Com isso, também se constrói um projeto nacional para a ciência?**

**Mohry** - Exatamente. A idéia é essa. Pode ser ambiciosa, uns acham até que eu estou otimista demais, mas devemos alimentar a utopia que nos move. Na verdade, o que move a universidade é a busca pela utopia. É o idealismo que move a gente, porque, se não fosse isso, já teríamos caído fora há muito tempo, tendo em vista os problemas salariais, de infra-estrutura, etc. Hoje, você chega para o presidente da SBPC e pergunta qual é o plano que eles têm. Eles não têm nenhum. No máximo, estão com um projeto pontual para alguma coisa, não

é algo integrado, estrategicamente pensado. A idéia é que, daqui para frente, a comunidade tenha seu projeto, mesmo que o governo não adote. Houve momentos em que discutimos assuntos que o governo não ouviu e se deu mal, como, por exemplo, a questão das usinas de energia atômica. A SBPC foi contra, deu sua orientação e o governo não seguiu. Se tivesse seguido, talvez a realidade fosse outra nessa área.

**JU - Assim como não seguiu a proposta de fazer o projeto de vigilância da Amazônia, inteiramente nacional, o SIVAM, onde poderia ter se desenvolvido uma base tecnológica de telecomunicações para o próximo século.**

**Mohry** - A meta é essa: ir a todo país mesmo onde a ciência está muito incipiente, onde só há meia dúzia de pesquisadores, como no Acre, no Amapá, em Roraima. Esse trabalho também está servindo para reorganizar a SBPC nacionalmente, porque, para ter uma regional, é preciso ter uns 50 sócios, e esses lugares não têm 50 sócios. Eles não têm 50 pesquisadores! Então, estamos criando uma figura nova, a figura do núcleo, que vai mudar o estatuto da SBPC. Onde não dá para fazer uma regional, fazemos um núcleo com meia dúzia de pesquisadores. Politicamente, está sendo importante porque as pessoas se sentem participando de um projeto. Não é aquela coisa que caiu de cima, que foi imposta, que o governo decidiu, é uma coisa realmente participativa.

**JU - O próprio governo vai acabar prestando mais atenção à SBPC...**

**Mohry** - A julgar pela procura que tem havido, por parte de vários setores do governo, acredito que sim. Que eu saiba, nunca houve tantos ministros pedindo para ir ao congresso. O governo quer participar, quer discutir.

**JU - E o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado estão atentos?**

**Mohry** - Estava esperando a mudança da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Educação. Nos próximos dias, vou ter uma reunião com a nova comissão e vou perguntar se eles sustentam o que o antecessor prometeu, o que seria a realização do simpósio preparatório sobre ciência e tecnologia que seria realizado no Congresso. Fariamos um simpósio preparatório com os parlamentares, porque, com isso, exporíamos os problemas mais importantes da ciência. Nota-se que muitos deles estão distantes da realidade da ciência, não apenas brasileira, mas do que se passa no mundo.

**JU - O que o senhor pensa sobre a contratação de técnicos-administrativos, de docentes e de servidores através da CLT?**

**Mohry** - Eu acho que, infelizmente, houve um retardo grande do governo sobre esse assunto. Nós temos problemas muito sérios nas universidades em relação aos servidores. Nossa universidade mesmo tem um número muito grande de servidores contratados com recursos próprios precariamente, freqüentemente com problemas de limites de legalidade. Se decidiu extinguir o Regime Jurídico Único, a decisão de contratar pela CLT teria que ser naquela hora, para não haver essa descontinuidade, porque esse é um assunto estratégico, importante demais para não ser tratado com mais agilidade. Apenas tenho receio que o tratamento disso, não tanto pelo governo mas pela própria comunidade, possa cair de novo numa corporação limitadora das universidades. As regras a serem definidas devem ser as mais flexíveis possíveis para que as universidades possam exercer seu papel. O importante é que tenhamos a preocupação de que as universidades precisam ter flexibilidade, elas precisam ser muito irmãs,

trabalhar juntas, mas não podem ficar amarradas a planos corporativos, sejam de funcionários, sejam de professores, sejam de sua própria estrutura. Seria uma desgraça imaginar uma universidade-modelo para ser adotada por todo o país. Uma universidade que marcha em ordem unida, todo mundo de passo certo, está condenada a não ser mais uma universidade. Precisamos respeitar a diferenciação. A grande riqueza de uma nação, de um ambiente cultural de uma universidade, é essa diversidade. É dela que precisamos para salvar o ideal universitário, para que ele se fortaleça cada vez mais, não como um ideal em si, mas como um componente humano, um componente do panorama internacional, do quadro político e social no qual as universidades estão inseridas.

**JU - E a autonomia universitária...**

**Mohry** - A autonomia passa por todo esse panorama e pelo próprio conceito de universidade. Se não chegarmos a uma situação de modelo de universidade inovador, a autonomia também não vai poder ser alcançada, e precisamos de autonomia para chegar a esse modelo inovador. Assim, uma coisa puxa outra. Muitas vezes, não hesito em passar por regulamentos canônicos, cristalizados, porque, se não fizer isso, nada muda. Estou propondo um estatuto da universidade que defina princípios de ação. Uma universidade tem que ser muito ágil, sem que isso atropela o ideal universitário. A humanidade está andando de avião a jato, e nós a passo de tartaruga. O lado filosófico, ético, humanístico, também tem que estar sempre presente.

## Jair Krischke



**“O presidente deve exercer seu papel de comandante das Forças Armadas”**

*Operação Condor, criada pelas ditaduras latino-americanas na década de 70, responsável pela morte e “desaparecimento” de milhares de opositores e até de “inocentes”, volta a ser falada intensamente em 2000. Nesta entrevista aos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott e Ida Stigger, o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, cobra atitudes do presidente da República para que toda a participação do Brasil no episódio seja apresentada à opinião pública em todos os detalhes. E também analisa a atual situação dos direitos humanos na América Latina.*

JUNHO 2000 - EDIÇÃO N.º 31

## **Jornal da Universidade - Como se formou o Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul?**

**Jair Krischke** - Não há uma data. Mas foi quando os senhores militares iniciaram a resolução (e não a revolução, como alguns pensam), e se passou a ter necessidade de retirar do país brasileiros perseguidos. Como tudo começa empiricamente no Brasil, nosso início também foi. Depois, os senhores militares do Chile, Argentina e Uruguai fizeram o mesmo. Passamos a ajudar chilenos, argentinos e uruguaios, que escapavam para cá, a fugir para a Europa. Também tínhamos trabalho na periferia da cidade. Chegamos a organizar 132 associações de moradores.

### **JU - E quando foi formalmente fundado?**

**Krischke** - Em 25 de março de 1979, com estatuto aprovado. Quando fomos registrar o estatuto tivemos uma surpresa. O dono do Cartório de Registros Especiais não quis registrá-lo. Pedimos então que dessem a negativa por escrito. Com o documento, ajuizamos. O MJDH só foi registrado por sentença judicial em 11 de agosto de 1980.

### **JU - Quem fazia parte do movimento?**

**Krischer** - Procuradores do Estado, gente ligada à Igreja, professores, engenheiros, jornalistas, advogados... nós só não tínhamos médicos.

### **JU - E, muitas vezes, houve necessidade de um médico?**

**Krischer** - Várias vezes. Por exemplo: tivemos um refugiado que havia sido queimado com cigarro e submetido ao *submarino* (tonel com água e, muitas vezes, cheio de urina e fezes). As queimaduras infeccionaram e ele contraiu estafilococo. Muitas vezes precisamos de um médico. Mas nunca tivemos um para ajudar.

### **JU - Durante a ditadura não se tinha direito nem acesso a um advogado... Hoje, conquistamos os direitos de primeira geração, os de cidadania. Quais são os direitos de primeira e de segunda geração?**

**Krischer** - Os de primeira geração são os de ir e vir, de votar e ser votado, a *habeas corpus* e todos os que são de liberdade. Os de segunda geração são os direitos de igualdade: cultural, econômica e social.

### **JU - Como o senhor vê a situação atual no centro e norte da América do Sul?**

**Krischer** - Gravíssima. O Equador passa por golpes em cima de golpes. O Peru não se livra de Alberto Fujimori, que rebentou o país e fraudou eleições para ficar no poder. A Bolívia tem como presidente, levado ao poder em eleições "claras e limpas", um ex-ditador militar, Hugo Banzer, agora se dizendo "democrata". Na Venezuela, outro Hugo, o Chávez, está levando o país a um brete, do qual não se sabe como vai sair. Ele é um velho, filho da famosa Escola das Américas, que chamamos *escola de assassinos*. A escola, inventada pelos Estados Unidos, treinou todos os ditadores militares e torturadores da América Latina. Foi criada para isso no Panamá e lá esteve até a desocupação norte-americana do canal. Esta é uma outra história muito safada que tem a ver com o que acontece com a Venezuela e com a Colômbia.

### **JU - Como se faz esta ligação?**

**Krischer** - Chávez tentou derrubar o governo corrupto mas constitucional de Carlos Andrés Pérez e, agora, com um populismo terrível, tenta dizer ao povo que resolverá tudo. Encantou a massa, interveio no judiciário, no legislativo, fez

nova constituição mas não consegue fazer uma eleição. Já a Colômbia, é o país da América que apresenta o maior êxodo. Preocupa muito o Alto Comissariado das Nações Unidas, porque mais de 300 mil pessoas já deixaram a região dos conflitos entre o exército regular, as guerrilhas e entre grupos rivais do narcotráfico, buscando abrigo em lugar mais protegido. Essa região em conflito é conhecida como *eje bananero* (eixo bananeiro), onde há grandes plantações de banana. A região chama-se Urabá, pois está junto ao Golfo de Urabá, onde todos dão tiro em todos. Aí, atuam as Forças Armadas da Revolução da Colômbia (FARC), desde 1964, a guerrilha mais antiga da América Latina; tem o Exército da Federação Nacional (FNE), o Exército Popular de Liberación (EPL), já bastante enfraquecido e dividido (hoje, uma parte importante aderiu a um projeto de paz e manteve a sigla, mudando de nome, agora é Esperança, Paz e Liberdade). Quem abandonou a luta armada está sendo dizimado, tanto pelas guerrilhas como por aquilo a que os colombianos chamam *para-militares*. Ainda, há o exército regular. Todos atirando em todos, daí o grande êxodo.

### **JU - De onde surgiram os para-militares?**

**Krische** - Foram criados por um sujeito chamado Fidel Castaño que aparece na região contrabandeando esmeraldas do Brasil para a Colômbia. A esmeralda valorizada é a da Colômbia. A nossa, é inferior. Ele levava as pedras brasileiras para lá e vendia como sendo colombianas. Uniu-se ao narcotráfico, na época liderado por Pablo Escobar. Quando Escobar foi morto, Castan saiu do narcotráfico, formou os para-militares convocou uma entrevista coletiva e anunciou: "Matarei todos os comunistas da Colômbia". Os para-militares são uma espécie de guerrilha de extrema-direita.

### **JU - O senhor disse que tudo isso tinha a ver com o Canal do Panamá e que era uma "história safada"... Que história é esta?**

**Krischer** - Com grandes festas, o "grande irmão do Norte" entregou o Canal do Panamá àquele país. Só que o canal, terminou. Sabe como funciona? Assim: o navio entra, fecha-se a comporta, despeja-se milhões de hectolitros de água doce, eleva-se o nível, abre-se a comporta, o navio passa a outro setor, e vai avançando, por setores, com aquela água que foi jogada no início. Quando o navio chega do outro lado e abre-se a última comporta, aqueles milhões de hectolitros de água doce caem no mar. Não há mais água doce no Panamá para manter o canal funcionando. Então fica assim: o canal continua operando e a população não toma mais água ou se constrói um novo canal. Esta segunda hipótese está em estudos avançados. O novo canal, moderníssimo, vai passar sabe onde? No Golfo de Urabá, com um sistema de rios que o abastece muito bem. O do Panamá é do fim do século passado, já não serve para grandes navios E, claro, os "grandes irmãos do Norte" serão os patrões do novo canal. Não é uma safadeza?

### **JU - E o Panamá, que viveu em função do velho canal, como fica sem ele e sem o resto que vivia e funcionava em razão dele?**

**Krischer** - Não sei. O Panamá é um país inventado. O seu território era da Colômbia. Criaram um novo Estado para fazer o canal. Primeiro, ficou com os franceses. A firma responsável pelo canal quebrou e o negócio passou para os Estados Unidos.

### **JU - Então, o projeto do canal no Golfo de Urabá explica o tiroteio e o morticínio que**

**provocam o êxodo das populações na região. É uma “limpeza de terreno”?**

**Krischer** - Está claro, não? Em política nada acontece por acaso. Não roubaram um pedaço da Colômbia para inventar o Panamá e construir um canal? Por que não fazer o mesmo de novo?

**JU** - **Como o senhor vê a situação do Cone Sul, ou na zona do Mercosul?**

**Krischer** - No Peru de Fujimori está terrível. O país passou por uma eleição totalmente ilegítima. A população está preocupada com este ditador, eleito pelo voto: um sujeito que não respeita os demais poderes. A Bolívia está sob a presidência de um ex-ditador, o general Hugo Banzer, e continua com seus problemas sociais gravíssimos. O Paraguai, a cada semana vive a aflição de um golpe. Este último, por exemplo, foi um auto-golpe para possibilitar um Estado de sítio, durante o qual os opositores seriam eliminados. O Chile tem governo civil, mas militares da “era Pinochet” estão ouriçados e atentos. Está obrigado por compromisso internacional a julgar o ex-ditador. A própria Suprema Corte chilena já tomou a decisão, há semanas. Mas não há no país condições nem de anunciar a data do julgamento devido. Os pinochetistas estão em pé de guerra. A Argentina, de presidente novo, vive uma situação econômica grave. Desemprego maciço e falta de perspectivas. Os direitos humanos, nos cinco primeiros meses do governo De la Rúa, regrediram dez anos. Ouvi histórias de chorar. Por exemplo: a nova sub-secretária de Direitos Humanos defende, publicamente, o general Benjamin Menendez, uma fera, o famoso “Homem de Cordoba”, responsável pela “Noite dos Lápis”.

**JU** - **O que foi a “Noite dos Lápis”?**

**Krischer** - Isto abalou a sociedade. Estudantes de níveis fundamental e médio, queriam uma espécie de vale-transporte a um preço mais baixo, para ir e voltar da escola. Fizeram manifestações. Menendez era o comandante militar da região e reprimiu a meninada. Numa noite de 1977 prendeu 200 estudantes e, destes, morreram mais de 20. O nome “Noite dos Lápis” é porque a gurizada ainda nem usava caneta no colégio. Levava apenas lápis para escrever e fazer contas.

**JU** - **O senhor tem idéia de quantas pessoas desapareceram na América Latina?**

**Krischer** - Temos 140 mil desaparecidos, da Patagônia até o México, em trinta anos.

**JU** - **E por falar em desaparecidos, qual a razão de a Operação Condor, velha conhecida, só voltar a ser falada agora?**

**Krischer** - A Operação Condor foi uma criação das ditaduras a partir de um convite do então coronel Manoel Contreras (hoje general, ex-chefe da DINA, a polícia política da ditadura chilena, cunhado e homem de confiança de Pinochet) a todos os organismos repressores da América.

**JU** - **Que convite foi este?**

**Krischer** - Para uma reunião realizada em Santiago, nos últimos dias de novembro e primeiros dias de dezembro de 1975. Há alguns parágrafos ilustrativos em que Contreras fundamenta a necessidade desse sindicato. Textualmente: “A subversão organizada internacionalmente atua contra a direita, uma luta sem quartel, e não bastam os acordos bilaterais nem os acordos de cavalheiros”. Isto é importante, pois parece que, só depois da reunião passaram a agir. Mas, desde os tais acordos bilaterais e acordos de cavalheiros, as repressões já não tinham mais fronteiras geográficas. Iam a qualquer lado acobertadas por

qualquer país participante, com total liberdade.

**JU** - **No fim de 1975 ocorreu apenas a oficialização da Operação...**

**Krischer** - Certo. Está expresso no convite. Em Porto Alegre, fomos os primeiros, no Brasil, a tomar consciência factual da existência da Operação Condor. Foi no seqüestro dos uruguaiois Lilian Celiberti e Universindo Diaz. Porto Alegre, até agora, é a única cidade, em toda a nossa América, onde a Operação Condor foi provada e comprovada.

**JU** - **Qual a razão que lhe dá esta certeza?**

**Krischer** - Aqui há uma sentença judicial que condenou os brasileiros que operaram neste caso e, posteriormente, uma sentença, na área cível, de indenização. O Rio Grande do Sul foi condenado a indenizar os dois. Isto nunca ocorreu, até hoje, em nenhum lugar atingido pela Operação Condor.

**JU** - **Em 1975, a Operação Condor apenas foi formalizada. Antes, ela já existia, informalmente. Insisto: por que só em 2000 ela está sendo tão falada, e a exigência para a abertura de arquivos foi tão reforçada?**

**JK** - Porque houve um detonador: um juiz desassombrado, chamado Baltazar Garzón, da Espanha, começou a investigar os casos em que cidadãos espanhóis foram vítimas dessas repressões e fez com que Augusto Pinochet fosse preso na Inglaterra.

**JU** - **A partir do que ele se interessou?**

**Krischer** - Isso acaba contagiando. A França já havia julgado e condenado (à revelia) o tenente argentino Alfredo Astiz, hoje capitão, pelo assassinato de duas freiras francesas em Buenos Aires. Agora, a Alemanha, a Bélgica, a Itália e a Suíça também estão interessadas porque cidadãos desses países também foram assassinados ou estão “desaparecidos”.

**JU** - **Por exemplo, qual o interesse da Itália no caso?**

**Krischer** - Um juiz italiano, Giancarlo Cabaldo, tomou em mãos os casos de ítalo-argentinos e ítalo-uruguaiois desaparecidos na região. Esse juiz solicita informações a nós, porque tem dois ítalo-argentinos desaparecidos no Brasil. Nós fornecemos uma boa documentação. A partir disso e mais investigações que ele promove na Argentina, Uruguai e no Paraguai, saiu de Roma e foi a Buenos Aires sem avisar, oficialmente, o governo argentino. Abriu escritório no consulado italiano em Buenos Aires e solicitou a minha presença para depor formalmente e levar documentos. Depois, levei documentos e disse a ele que havia mais dois italianos: um assassinado em São Paulo e outro desaparecido no Araguaia. Esses casos não estavam sendo investigados.

**JU** - **Nenhum dos novos governos pós-ditaduras, ditos democráticos, tem algo a dizer quanto aos latino-americanos desaparecidos ou mortos?**

**Krischer** - Terminado meu depoimento e quando estava saindo do consulado italiano em Buenos Aires, um ítalo-argentino meu conhecido avisou-me que o juiz argentino Luis Claudio Bonadio queria me ouvir também. Prestei um depoimento curto em que aponte as cadeias de comando. Um ítalo-argentino, chamado Lourenço Ismael Vinhas, sumiu no Rio Grande do Sul e eu revelei a cadeia de comando na época. O juiz Bonadio oficiou ao Brasil e pediu que fossem respondidas as perguntas relativas a argentinos desaparecidos no Brasil. O presidente do nosso Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Velloso, despachou favoravelmente. O Brasil terá que responder.



**JU - O MJDH está bem documentado sobre este tempo?**

**Krischer** - Sim. Coletamos muitos documentos. Temos coisas fantásticas que provam a Operação Condor. Timbres das forças armadas brasileira e de outros países, cópia do próprio documento que criou a Operação Condor. Levamos xerox de tudo ao Supremo Tribunal Federal.

**JU - Não foi possível obter nenhum original, pelo menos brasileiro?**

**Krischer** - Isso é praticamente impossível por várias razões. Mas veja: a partir do pedido do juiz Bonadio para que o Brasil esclarecesse o que sabia sobre o assunto, o comando do Exército disse que nunca ouvira falar em Operação Condor e que não tinha nenhum documento a mostrar. Mas os comandos da Aeronáutica e da Marinha, nas suas respostas, disseram o contrário. Inclusive que havia um documento onde constava o nome de um ítalo-argentino desaparecido no Galeão. Mais: que este documento, registrado, veio do Exército.

**JU - Diante disso, o que o MJDH fez ou vai fazer?**

**Krischer** - Vamos ao Ministério Público pedir providências. Houve crime por parte do Exército: no mínimo, falsidade ideológica e obstrução da justiça.

**JU - No governo Amaral de Souza houve grande alarde, no Rio Grande do Sul, sobre a queima dos arquivos do DOPS...**

**Krischer** - Sim, mas foi só o alarde. A farsa nós desmoralizamos logo depois.

**JU - Como?**

**Krischer** - Vieram a Porto Alegre um grande líder político, já morto, o estancieiro uruguaio Wilson Ferreira Aldunate, exilado em Londres, seu filho, Juan Raúl, exilado em Londres, e simpatizantes seus, uruguaios. Aldunate nunca foi de esquerda. Eu estava sempre com eles e notava uma movimentação estranha. Pouco depois, um amigo meu, funcionário do Ministério de Relaciones Exteriores telefonou do Uruguai pedindo que eu fosse a Montevideu. Fui, e ele me deu um alentado documento. O então cônsul uruguaio no Rio Grande do Sul, Raúl Liarde, produziu um informe ao embaixador, em que relata “diálogos” entre a Aldunate e seus companheiros de partido. No penúltimo parágrafo “revela” que quem transportava Aldunate era o “comunista” Régis Ferretti, que está vivo e são em Porto Alegre e é procurador na Assembléia Legislativa. Anexadas ao informe do cônsul estavam cópias das fichas que Ferretti tinha no DOPS, e que deveriam estar entre as “queimadas” em uma olaria da Brigada Militar, com grande cobertura na imprensa.

**JU - Onde estão essas fichas?**

**Krischer** - Foram microfilmadas. Eles se modernizaram. O que só cabia em imensos armários agora cabe em uma gaveta. Hoje não dizem mais que foram queimadas. Dizem que “são segmentos que não se pode revelar”. Pode, sim, a lei diz que pode, mas não se revela. E se eles não fizerem isto, os arquivos da CIA que são, permanentemente, classificados e revelados ao público, o farão. O que fica muito chato. Toda a história brasileira está lá, inclusive a da Operação Condor.

**JU - Como são classificados os documentos que o MJDH tem?**

**Krischer** - Todos os que temos sobre esses assuntos e que exibimos têm, no máximo, o carimbo de *confidencial*. Quer dizer: são os liberados pela CIA para a Universidade George Washington, onde são arquivados, e que podem ser revelados depois de cinco anos. Há outros que demoram mais tempo para

serem conhecidos. Mas também acabam vindo à luz.

**JU - No Brasil há alguma lei que proíba a revelação de documentos?**

**Krischer** - Os americanos têm mil defeitos e mil problemas que copiamos alegremente para parecer “Primeiro Mundo”. Mas o que eles têm de bom não se copia. Lá, quando os documentos, inclusive com suas próprias mazelas, passam de um determinado período, são desclassificados e se tornam acessíveis a qualquer pessoa. Mas aqui, por problemas dos nossos militares, até arquivos da Guerra do Paraguai, por exemplo, são misteriosos ainda hoje. A maior parte da história do Brasil e a verdade sobre suas passagens mais importantes devem ser procuradas em arquivos europeus ou norte-americanos. Já que estamos sempre fazendo comparações com os Estados Unidos, a Universidade George Washington tem a guarda de todos os documentos liberados pela CIA. Para consultá-los, qualquer pessoa paga dois dólares e lê o que quiser. Aqui não se poderia fazer o mesmo?

**JU - O que é preciso fazer para que a Operação Condor seja apresentada à opinião pública em toda a sua extensão?**

**Krischer** - É necessário que, de uma vez por todas, o presidente da República exerça o seu papel de comandante em chefe das Forças Armadas. Esta é uma prerrogativa da Constituição. Ele foi eleito e reeleito como um democrata e deve dar ordens para que tudo seja esclarecido. As forças armadas regem-se pelo princípio da hierarquia. O princípio da hierarquia é tão importante para os senhores militares que, em 1964, deram um golpe e se rasgou a Constituição deste país tendo como uma das justificativas que “a hierarquia estava sendo rompida”: os marinheiros estavam em greve e os sargentos faziam manifestações.

**JU - E se o presidente da República der as ordens e seus subordinados não as cumprirem?**

**Krischer** - Cadeia, também está previsto. O presidente é quem determina. Exemplo recente: o novíssimo presidente do Uruguai, Jorge Batlle, foi solicitado pelo grande poeta argentino Juan Gelmán que fosse revelado o paradeiro de sua neta. O filho e a nora de Juan Gelmán foram seqüestrados em Buenos Aires e levados para Montevideu, onde foram executados. Ela estava grávida. Mantiveram-na viva até dar à luz e a criança foi entregue a um casal para adoção. Durante vinte e três anos, Demán buscou a neta sabendo que filho e nora tinham sido mortos. Os presidentes uruguaios anteriores até o desrespeitaram. O atual, Batlle, deu a ordem para que se encontrasse a criança e, em 15 dias, ela “apareceu”. Gelmán encontrou a moça, agora com 23 anos mas, como geralmente acontece nesses casos, ela preferiu continuar vivendo com os pais adotivos. O chefe do Estado Maior do Uruguai deu declarações à imprensa, achando isso muito ruim. Imediatamente, Batlle o demitiu do cargo e mandou que fosse punido. Estou contando isso para mostrar que não é um sonho. É possível. Aqui no Brasil é a mesma coisa. Está na Constituição. Basta que o presidente Fernando Henrique Cardoso queira e tenha a coragem de exercer a sua prerrogativa de comandante em chefe das Forças Armadas e dê as ordens.

**JU - E ele já foi desafiado a exercer esta prerrogativa?**

**Krischer** - Ele tem sido desafiado quase diariamente pela imprensa. Faça, faça, presidente, faça. Tudo o que está sendo declarado pelos militares é uma grande bobagem. Estamos num país muito desmemoriado. Em 1995, o então

ministro do Exército, general Zenildo Zoroastro Lucena, pretendia entregar os arquivos, inclusive dos do DOPS, que estão de posse do Exército. Outros generais começaram a gritaria. Isto não é fantasia. Está publicado no Estado de S. Paulo, que não é nenhum jornal de esquerda. Parece mentira: o ministro do Exército quis entregar os arquivos e foi coibido pelos seus subordinados. Esta não é uma boa hora para o presidente da República mostrar quem manda e exercer as suas prerrogativas?

**JU - Apesar de não ser daqui o maior número de mortos e desaparecidos, como o Brasil chegou a ser uma espécie de “mentor” deste esquema de terrorismo de Estado que caracterizou as ditaduras da época?**

**Krischer** - A doutrina, chamada de Segurança Nacional, foi criada pelos norte-americanos e distribuída pelo mundo entre os seus dependentes e aliados, de acordo com os seus interesses. Esta teoria tem sua origem em outra, a do pan-germanismo, que também gerou o nazismo. Com a derrota da Alemanha na II Guerra, os Estados Unidos tiveram acesso a essa matriz de pensamento que, adaptada aos tempos e às condições lhes interessou. De acordo com a geopolítica, são adotadas uma série de conceitos e surge, então, a doutrina de Segurança Nacional, matéria de ponta na Escola das Américas, que teve como grandes experts os militares brasileiros. Aqui, o golpe ocorreu em 1964. Depois, em junho de 1973 no Uruguai e em setembro no Chile. Na Argentina, em 1976. Na Bolívia, tinha golpe a toda hora e no Paraguai, Stroessner. Os registros da Escola das Américas mostram algo muito significativo nos períodos pré e pós golpe no Brasil. Em 1964, o pico das matrículas é de militares brasileiros. Depois, cai. Quando há o golpe dentro do golpe, em 1968, os brasileiros novamente dispararam no número de matrículas. Os brasileiros tiveram sempre um grande aprendizado de espionagem, infiltração, torturas e interrogatórios. Tornaram-se mestres e passaram a ser instrutores dos militares de outros países do Cone Sul.

**JU - Na época, isso chegou a ser denunciado em filme, não?**

**Krischer** - É. Quem viu o *Estado de Sítio*, do Costa Gavras, lembra a cena em que um avião, com Varig escrito na fuselagem, desce no aeroporto de Carrasco, em Montevideú. Do avião são retirados *containers* que trazem aparelhos de tortura. Em outra cena, há um anfiteatro lotado de militares, onde é ministrada uma aula de tortura. Ao fundo, na parede, duas bandeiras: uma do Brasil e outra do Uruguai. Costa Gavras sabia o que estava fazendo. Durante muitos anos, o *Estado de Sítio* foi proibido pela censura brasileira. A gente só podia ver este filme na Europa ou, aqui, em sessões ultra-secretas, em cópias clandestinas.

**JU - As demonstrações mais claras de “cooperação” do Brasil foram com o Chile?**

**Krischer** - No Chile, tivemos a maior colônia de exilados brasileiros. No dia em que Pinochet deu o golpe, éramos 5.000, muito bem organizados. (Menos o Fernando Henrique, vamos esclarecer. Segundo informações da própria Dona Ruth, e ela é muito clara quando fala nisso e diz: “Nós nunca fomos exilados”.) No dia 11 de setembro, dia do golpe, a embaixada do Brasil, em um belíssimo prédio colonial que pertence ao patrimônio histórico chileno, estava toda iluminada e dava uma festa pela queda de Allende. Vários companheiros brasileiros que, na mesma hora e nos dias seguintes estiveram presos no Estádio Nacional, contam que havia interrogadores e torturadores brasileiros ensinando os militares chilenos. E uma das nossas

grandes contribuições a essa tragédia foi o “pau de arara”, forma de tortura muito brasileira, disseminada pelo continente e que, na América hispânica, se chama “la periquera”. Os chilenos foram muito bons alunos e depois, inclusive, “desenvolveram” vários métodos.

**JU - Durante este tempo, quantas pessoas, aproximadamente, foram salvas pelo MJDH?**

**Krischer** - Quase duas mil pessoas. Um refugiado muitas vezes não estava sozinho. Às vezes, podia significar mais a sua mulher (ou marido), ou um casal, mais dois ou três filhos, pais, velhos que, se não fugissem, também poderiam ser torturados e mortos. Todos acabavam sob a proteção das Nações Unidas.

**JU - Como foi possível manter, financeiramente, o MJDH?**

**Krischer** - Dom Eugênio Salles, cardeal do Rio de Janeiro, foi fantástico. Salvou milhares de pessoas da seguinte forma: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) fez convênio com a Cáritas e precisava de uma estrutura que proporcionasse tranquilidade aos refugiados, pagasse bolsas de manutenção, alojasse refugiados, tratasse de questões médicas, legais, administrativas. Nós fazíamos despesas depois ressarcidas. Também havia outros tipos de financiamento. O nosso telefone, em uso até hoje, foi dado pela Bélgica. Da Alemanha, também vieram muitos recursos. Nas operações, que às vezes eram caras, gastávamos dinheiro, fazíamos um rol de despesas e, depois, éramos reembolsados.

**JU - Que operações caras eram essas?**

**Krischer** - Num determinado momento, por exemplo, fizemos a nossa Operação Condor. Nós a chamamos de Operação Mundialito. Vocês conhecem quem estava nessa: são três jornalistas e um fotógrafo. Todos gaúchos. Roubamos um preso de um quartel, no Uruguai.

**JU - Quem era este preso?**

**Krischer** - O maior biofísico da América Latina, Cláudio Benech, que infelizmente já morreu e que, entre outros, tinha o título de professor honoris causa conferido pela UFRGS. Ele foi preso em Montevideú. Descobrimos que havia sido levado para um quartel conhecido como “*El Infierno*”, o 13º de *Caballería*. Depois, para o quartel de contra-informações. De inteligência privilegiadíssima, fez o perfil psicológico de seus algozes. Constatou que todos tinham graves desvios sexuais. Benech havia sido preso em maio e começou a convencer os carcereiros que não suportava mais a abstinência sexual. Em dezembro, conseguiu que o levassem para casa na noite de Natal, para que dormisse com sua mulher, uma pediatra que atendia os filhos de um irmão da Lilian Celiberti. Com ele, nós organizamos o plano. Benech, cumpriu, fielmente, tudo o que havia combinado com os militares. Na manhã seguinte, cedo, buscaram-no, e ele passou o resto da semana “relatando”, em detalhes, como havia passado a noite com sua mulher. E os seus algozes pediam mais detalhes. Aproveitando o sucesso, Benech que, na verdade, passara a noite preparando a fuga, avançou e propôs que o levassem à casa na noite de Ano Novo, em troca de um “relato” completo na volta. Aceitaram e estão esperando até hoje. A fuga foi auxiliada por jornalistas que conheciam os caminhos da fronteira. Junto com Benech vieram sua mulher e os dois filhos mais velhos. Ficaram os cinco menores. Foi na passagem de 1980 para 1981.

**JU - Qual é a posição MJDH em relação aos prisioneiros políticos de Cuba?**

**Krische** - De dificuldade. O governo de Havana está muito pressionado, e esse tema de direitos humanos dá arrepios. Eu penso que no caso cubano se deveria discutir amplamente os direitos humanos e buscar, em primeiro lugar, o fim do bloqueio econômico a que o país está submetido pelos Estados Unidos há 40 anos. Há presos políticos, e se algumas violações são produzidas é porque o governo cubano é fustigado pelo bloqueio terrível e por uma insistente pressão norte-americana e da direita cubana que vive na Flórida. Então, isso gera uma contrapartida muito ruim. Com o fim do bloqueio, acho que poderíamos ter muita moral para cobrar de Fidel Castro o restabelecimento pleno de todos os direitos em Cuba.

## Gonçalo Guimarães



**“Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade”**

*PhD. em Urbanismo, professor da UFRJ e coordenador nacional da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Gonçalo Guimarães esteve em Porto Alegre para participar do 2º Salão de Extensão da UFRGS, realizado de 26 a 28 de junho. Nesta entrevista, concedida aos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott e Ida Stigger, ao coordenador do Núcleo de Economia Solidária da Pró-Reitoria de Extensão, Luis Oscar Ramos Correa e à professora do Instituto de Psicologia, Jaqueline Titoni, Guimarães explica o que é economia solidária e fala longamente sobre o trabalho das cooperativas populares.*

JULHO 2000 - EDIÇÃO N.º 32

**Jornal da Universidade - O que é economia solidária e que projetos estão se desenvolvendo sob este nome?**

**Gonçalo Guimarães** - Na verdade, está havendo uma formulação sobre uma realidade. Estão se desenvolvendo várias ações, as quais, a meu ver, começam na década de 70, ligadas a organizações populares, à sobrevivência. Está-se tentando dar uma identidade maior aos projetos relacionados a estas ações, traçando-lhes um outro perfil, um caráter mais político. São ações que nasceram numa perspectiva de sobrevivência da economia – o que as difere de outras ações. É com mutirão que se trabalha, seja para moradia, seja para agricultura. A economia solidária é uma releitura desses fenômenos que estão ocorrendo, assessorados ou espontâneos, que ocorrem numa perspectiva muito de sobrevivência – de vida, de dignidade, de não-marginalização – em diversas partes do país.

**JU - Que tipos de projetos são esses?**

**Guimarães** - Antes de mais nada, são relações solidárias de sobrevivência, em que não houve competitividade ou compra de um grupo pelo outro. Na área industrial, com as políticas econômicas surgidas entre 1986 e 1988, verifica-se um processo de falência muito forte. Para enfrentar esse processo, inicia-se um movimento espontâneo de trabalhadores que resistem, que querem ficar dentro da fábrica, porque eles não têm outras perspectivas de trabalho. A sua única opção é manter a fábrica viva. Então resistem, fisicamente, inclusive, em alguns casos, com a intervenção da polícia. Passada a fase de resistência, os trabalhadores vislumbram um retorno financeiro a médio prazo. O que isso tem de diferente do processo anterior da fábrica? Não tem mais o patrão, as relações entre os trabalhadores se modificaram e eles têm que assumir a empresa como um todo. Essa nova relação de trabalho e de produção gera uma nova forma de economia, a economia solidária.

**JU - E na área das cooperativas populares?**

**Guimarães** - As cooperativas populares são uma organização de pessoas que já trabalhavam antes de forma individual e que se juntam para formar uma cooperativa. Para fazer um produto comum, você tem que ter um projeto coletivo, diferente de outra empresa. Os projetos apoiados pela Cáritas, por exemplo, quando ultrapassam o nível terapêutico e tentam comercializar seu produto, investindo em processo de comercialização e não só de troca, está entrando num plano de economia. Assim, está se passando da preocupação com a sobrevivência para outro plano.

**JU - O avanço da fase de sobrevivência para a solidária, tendo em vista a comercialização de produtos, não gera o risco dessas organizações acabarem tornando-se uma empresa comum?**

**Guimarães** - Acho que isso vai demorar um pouco, porque, pelo menos as organizações que conheço, ainda estão num processo de sobrevivência. O acesso ao crédito, a qualquer ação legal e econômica depende de organização política. Nenhuma dessas empresas está conseguindo acessar o mercado formal.

**JU - Por quê?**

**Guimarães** - Porque, de modo geral, não constituíram patrimônio, não adquiriram o *status* que o mercado exige, não estão no ciclo de economia, não frequentam a Fiesp. Ainda se trata de um processo muito marginal. Por outro

lado, os processos que eu conheço são acompanhados de uma formação política, não estando desvinculados da idéia da construção de um projeto. No que isso resultará, eu não sei. Mas a base que os fundamenta ainda não permite a grande mudança.

**JU - O senhor poderia falar sobre o trabalho da universidade em relação à constituição dessas cooperativas populares no Rio de Janeiro?**

**Guimarães** - Isso surge de uma preocupação, de como a gente poderia atuar na área do trabalho, na área do emprego, na área da inserção social, e partimos, por ser de uma área tecnológica, para um corte diferenciado do tradicional. Não é que não exista trabalho da universidade junto à comunidade, porque existe, mas se trata mais de grupos do que da universidade como um todo.

**JU - O que o senhor quer dizer com “corte diferenciado do tradicional”?**

**Guimarães** - A origem de um grupo de uma área tecnológica abarca outras preocupações, como a questão da produção, do mercado, da viabilidade, que não eram tradicionais. Nem era tradicional do perfil de um grupo tecnológico trabalhar com a comunidade, como também não era tradicional esse tipo de preocupação estar inserida na atuação do grupo. A preocupação com a comunidade começa com um grupo e vai sendo aceito e reconhecido, tomando escala dentro da própria universidade. São atos pequenos mas que mudam a qualidade do trabalho. Acho que tem efeitos bastante relevantes. Os estudantes que participaram de forma diferenciada desse projeto não saem os mesmos depois da experiência. Eles passam por mudanças significativas. Por exemplo: o estudante de engenharia de produção da COPE (Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia) tem um mercado de estágio mais ou menos garantido. A IBM ou os grandes bancos sempre vão buscar candidatos para suas vagas lá. A opção de trabalhar numa favela ou numa cooperativa popular, ao invés de investir numa carreira no Estado ou numa grande empresa, é muito forte, porque não é uma coisa trivial. Pode-se olhar para isso como algo interessante. Os estudantes que passaram por esta experiência demonstraram uma formação bastante diferenciada.

**JU - A que formação diferenciada o senhor se refere?**

**Guimarães** - Primeiro, eles não trabalhavam com parte do projeto, ou seja, se eles estavam assessorando uma cooperativa, tinham que elaborar o projeto por inteiro e testá-lo. Segundo, eles arcavam com a responsabilidade sobre o projeto, ninguém estava brincando, não dava para errar. Terceiro, estavam em contato com uma variedade enorme de pessoas, de facções, de idéias, de classe sociais distintas. Grande parte dos alunos que acompanhamos depois, fizeram boas colocações no trabalho. Eles foram contratados por mostrarem ser profissionais muito mais versáteis, com muito mais consistência. O grau de maturidade sobre o trabalho era muito superior ao de outros alunos.

**JU - Qual a penetração desse tipo de economia no país hoje?**

**Guimarães** - Eu diria que a economia solidária está pulverizada. Há coisas ocorrendo em vários lugares ao mesmo tempo, mas talvez, e infelizmente, sem nenhuma coordenação central. Acho que esse tipo de economia tem que amadurecer mais.

**JU - Em que região do país está mais amadurecida?**

**Guimarães** - Se você considerar que o trabalho do Movimento dos Sem-Terra

(MST) tem princípios, é econômico e ao mesmo tempo está difundido em grande parte do nosso território, pode julgar que aí se encontra uma vertente da economia solidária. O trabalho da própria Igreja aqui no Rio Grande do Sul é bem marcante, bem como na Bahia e em Pernambuco. Alguns trabalhos ligados a alguns sindicatos (friso *alguns* porque esta não é uma tendência geral) têm tido atuação na área do desemprego, muitos em qualificação e outros em assessoria e empreendimentos. As próprias incubadoras cooperativas são exemplos. Hoje, 14 universidades brasileiras estão desenvolvendo essa espécie de trabalho e obtendo frutos locais. Mesmo que estes tipos de trabalho não se desenvolvam em escala nacional, creio que sua abrangência é indiscutivelmente nacional.

**JU - Qual o papel da economia solidária, como movimento, na globalização?**

**Guimarães** - Na minha visão, acho que não existe um movimento de economia solidária. Creio que existe, no País, movimentos de resistência. Estes movimentos estão tomando corpo, estão trabalhando na linha da sobrevivência e estão tendo respostas. Não contam com apoio financeiro. Não conheço nenhum que tenha tido injeção de dinheiro, todos surgem de economia altamente popular. Essa economia solidária é, na realidade, uma possibilidade. A minha dúvida é se é possível juntar esses movimentos, que são locais, ao movimento político nacional. Aí, acho que você poderia ter uma força.

**JU - E há possibilidade de ocorrer essa união?**

**Guimarães** - Eu acho que há.

**JU - O que é preciso?**

**Guimarães** - Primeiro é preciso a própria criação da identidade. Hoje, se você conversar com dez pessoas sobre economia solidária, terá dez definições diferentes. Terá definições desde relações de economia solidária como relações pessoais. Você verá a economia solidária tendo um caráter de economia popular, como uma economia alternativa à economia formal. E você pode ter outra leitura de economia solidária, a qual eu compartilho, que é a de uma economia insurgente. Se você tiver alguma identidade de economia solidária, você pode mudar, mas se não conseguir criar essa identidade, só terá uma sigla. É como querer juntar partidos políticos de esquerda e dizer que é a mesma coisa. Você pode construir até frentes, mas não constrói unidade.

**JU - E como se constrói uma frente, neste caso?**

**Guimarães** - Bom, uma frente não é só econômica. Ela passa por movimento sindical, movimento trabalhador, movimento sem-terra, alguns partidos políticos. É uma transformação que pode ser colocada em prática muito mais a médio prazo do que imediatamente. Quando falo em sociedade alternativa, não estou falando em grupos interessados em brincar com grande capital. Estou falando em grupos que estão propondo uma relação amonetária, de troca. A meu ver, isto é a institucionalização da pobreza: pobre que troca com pobre. Aí, fica a sociedade dos ricos e a sociedade dos pobres. É um retrocesso! Não compartilho dessa visão, nem acho que isso transforma.

**JU - Ao falar em trocas, supõe-se redes de negócio, em especial as redes que propõem as trocas, e até uma moeda alternativa. Fale um pouco sobre isso.**

**Guimarães** - Se o projeto político é a criação de uma moeda alternativa, se o projeto político é de troca, há ciclo de economia superior, ciclo de economia inferior, e será criado um terceiro ciclo, o de economia sem nada. Não se pode

vender um projeto político se não acreditarmos nele, se não o assumimos como nosso. A construção de rede é uma articulação que se acha além da articulação econômica e política. Há a possibilidade de disputar o mercado. Exemplo: se você tem uma fábrica de parafusos ou de roupas, você pode disputar o mercado. Eu entendo quando o setor calçadista do Rio Grande do Sul pensa em formar uma rede dentro da cadeia produtiva, em que troquem produtos, porém sem competirem um com outro. Muito pelo contrário, acabam se fortalecendo. Há também a tentativa de se criar uma rede na perspectiva de uma sociedade paralela. São dois projetos políticos.

**JU - Então, o senhor está dizendo que a economia solidária não é uma fantasia, que os empreendimentos que dela surgem têm de estar ligados a um projeto maior de transformação política, social, econômica?**

**Guimarães** - Não há empreendimento sem sociedade. Eu não posso imaginar uma forma de produção se não imaginar um tipo de sociedade. Estudam-se as sociedades anteriores pela forma de produção. Uma é conseqüência da outra. A industrialização não surge sem mudar a cidade, sem mudar a relação de poder. Não é possível uma produção capitalista numa sociedade socialista e vice-versa. Se estamos pensando numa outra forma de produção, não consigo ver esta outra forma de produção sem estar inserida numa forma de sociedade. A sociedade é uma organização muito maior do que a produção. Só dá para entender economia solidária como um projeto político em sociedade.

**JU - Qual é a diferença entre incubar cooperativas populares e incubar empresas?**

**Guimarães** - São dois trabalhos absolutamente distintos, não antagônicos, mas complementares. O público alvo, o objetivo, o perfil e até o conceito da própria universidade mudam.

**JU - Como a universidade encara o trabalho de extensão?**

**Guimarães** - O trabalho de extensão não tem *status*, não é considerado trabalho acadêmico. Pesquisa primária não é considerada alguma pesquisa, é considerada assistência. Porque ideologicamente a academia ainda não sabe como administrar isso. Uma vez falaram para a gente: “você só trabalha com desempregados”. Nós trabalhamos com desempregados do mercado formal. Se olharmos os indicadores de absorção no mercado de trabalho, podemos ver que o número é reduzido. Assim, não sei se nas universidades estamos formando outros profissionais que serão os futuros desempregados. Desta forma, não há como nos desautorizar a trabalhar. Trabalhar com a comunidade significa ir até ela. Nós colocamos a universidade como algo muito distante. Gerações de uma família de baixa renda nunca passaram por uma universidade porque não há curso para trabalhador dentro da universidade brasileira. Por que não há um curso de terceiro grau para trabalhador? Porque a forma de exigência inviabiliza, porque nós não temos algo parecido com MBA (Master Business of Administration) para abrir espaço para os trabalhadores.

**JU - O que é o MBA?**

**Guimarães** - O MBA é um curso norte-americano de um ano, a princípio, de especialização para gerentes ou administradores de grandes empresas capaz de atualizá-los, formá-los. É uma modalidade de curso de pós-graduação que não exige a formação e atinge o público empresarial. Ele funciona para cargos e não para títulos. É uma forma de adaptar a academia a uma realidade.

**JU - Funcionaria com a universidade?**

**Guimarães** - Quando quer, a universidade se molda à realidade.

**JU - Como estão sendo construídos os empreendimentos incubados pelas universidades e como é a sua relação direta com os sindicatos?**

**Guimarães** - Depende do local, do sindicato, do grupo, das relações humanas, políticas e profissionais. Em vários sindicatos, foram montadas cooperativas de ex-trabalhadores para tentar garantir trabalho. Isso acarretou uma mexida interna imensa: ou se assumia ou se dançava. Nós tivemos, no Rio, a experiência com o sindicato dos eletricitários. Eles nos procuraram porque estavam acabando com a privatização da *Light*. No sindicato dos telefônicos, a diretoria assumiu uma das cooperativas. Quando o processo foi revertido, abriu espaço, colocou as cooperativas dentro do sindicato e abriu a discussão sobre a sindicalização dos cooperativados. Com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, montamos um projeto conjunto para trabalhar dentro do programa integrado de formação de cooperativa.

**JU - O que ocorreu com os trabalhadores entre 1995 e 2000 em termos de qualificação profissional?**

**Guimarães** - O governo federal pegou uma parcela considerável do FAT (Fundo do Amparo ao Trabalhador) e disse que ia criar um grande programa de qualificação profissional. A argumentação era de que a nova estrutura produtiva requeria um novo trabalhador. Só que você não transforma metalúrgico em secretária, nem bibliotecária em pedreiro. Essa flexibilidade do trabalhador significa um jovem, com segundo grau, conhecimento geral e, de preferência, sem formação política.

**JU - E quem implanta a qualificação?**

**Guimarães** - São as universidades, os sindicatos e as ONGs que implantam a qualificação. Os sindicatos se estruturaram para isso. Criaram departamentos imensos, hoje dependem disso, e as universidades seguiram. E as ONGs, então, nem se fala.

**JU - Como se dá o processo de incubação da cooperativa popular?**

**Guimarães** - A incubadora é um *locus* dentro da universidade, físico, onde você reúne uma equipe interdisciplinar que possa trabalhar junto a um grupo dentro da comunidade com alguma identificação no trabalho. É trabalhar desde a organização deste grupo. E a organização do trabalho nem sempre é a mesma da organização política que deu origem a ele. Você pode ter uma associação de moradores que se transforma em uma cooperativa. O trabalho da incubação reside na criação da cooperativa, na formação e qualificação profissional desses grupos, tendo claro que todo o processo é um processo de aprendizagem continuada. Não existe curso de auto-gestão, existe uma formação em auto-gestão. Ela se realiza no próprio desenvolvimento. Faz-se curso de cooperativismo, mas ele se realiza na assembléia. Esse trabalho de incubação é um trabalho de educação continuada, que se concentra desde a organização do grupo até a inserção da cooperativa no trabalho.

**JU - O Núcleo de Economia Solidária da UFRGS vai assessorar os grupos incubados pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Estado. Como se poderia configurar uma forma de incubação diferente ou tutelada pelo Estado?**

**Guimarães** - Eu acho que falar do Estado do Rio Grande do Sul é diferente de

falar do Brasil. Nós temos convênio com a Prefeitura do Rio e o com governo do Estado, só que eles repassam o dinheiro para a gente, mas o trabalho de incubação é nosso. Agora, para ter convênio tem que ter prazo. O convênio tem que definir um objeto, tem que definir um tempo. Dentro das comunidades, temos a liberdade de organizar. A Prefeitura, a nosso ver, se limita a fazer política pública e em terceirizar a geração da renda através da universidade. Para nós, esta é uma concepção errada da universidade e da política do poder público municipal. Mas esse é o caso do Rio. Aqui, acho que há outras discussões, num outro tempo.

**JU - Por que é chamada de incubadora universitária?**

**Guimarães** - Porque, na nossa concepção, o papel da incubação é da universidade e não do poder público, nem dos sindicatos. Primeiro, pela liberdade política. Segundo, porque nosso tempo é diferente. Terceiro, pela possibilidade de angariar fundos, de construir parcerias e buscar recursos humanos dentro da própria universidade. A universidade é uma das poucas instituições que podem fazer críticas aos próprios contratantes. O nosso papel é de educador, não temos que fazer a formação política dos cooperativados. Isso é papel do sindicato. Temos que oferecer formação profissional, formação das cooperativas.

**JU - Vocês têm prazo para a formação da cooperativa?**

**Guimarães** - Quando se inventaram as incubadoras, pensava-se num prazo de um ano. Hoje achamos que três anos é o tempo de maturidade. Uma empresa que tem padrões mais ou menos conhecidos, realiza-se financeiramente. Posso falar que ela pode ser desincubada, porque já é auto-sustentável no mercado. Na cooperativa popular, não é bem assim, porque o objetivo não é a formação de uma empresa economicamente viável, é mais do que isso. Tem a complementação da educação formal, tem outro patamar na discussão.

**JU - O que é ser incubado e ser desincubado?**

**Guimarães** - O que a gente entende é que não é o mercado que está definindo isso. Uma cooperativa popular pode ter um bom mercado mas ser superdependente. Ela pode ter um contrato belíssimo na universidade, mas, se sair deste local, corre o risco de acabar. Financeiramente, ela está resolvida, mas organizacionalmente, não. A questão é a incubadora, o grau de autonomia que ela pode ter. Alguns indicadores são a autonomia e a autogestão. Autonomia não quer dizer independência, mas, sim, a forma independente com que você se relaciona. Auto-sugestionária, se aquilo não é um grupo, se ela absorveu como toda.

**JU - Como se resolve o problema de crédito para as cooperativas?**

**Guimarães** - O problema do crédito não é de cooperativa, é de posse. O problema é que o país não tem dinheiro para quem não tem patrimônio. Na realidade, não adianta fazer política para cooperativa, porque a cooperativa é pobre. A cooperativa popular não é complicada, ela enfrenta os problemas da explosão social. O que ocorre é que a cooperativa está dando, por ser um trabalho coletivo, a um problema que era individual um caráter político. Se você olhar o programa do Proger (Programa de Geração de Renda do Governo Federal), que é fantástico e que não conseguiu ser implantado, este serviu para quem já tinha verba, porque quem não tinha continuou sem. Porque que o BNDES, que até hoje trabalha com o dinheiro do FAT e tem lucro, não aplica o lucro como

capital de risco. Há que se entender que banco de desenvolvimento é banco de investimento, não banco de crédito. Não é o problema das cooperativas, é o problema dos excluídos no Brasil.



# Carlos Rodrigues Brandão



**“Só se formam sujeitos  
quando se formam pessoas educadas”**

*Educação popular não é uma experiência que se perdeu nos desvãos da história recente. É algo que se atualiza toda vez que surge um projeto de educação não excludente, com a missão de gerar pessoas educadas para participar ativamente da construção de seu próprio mundo. Essa é a convicção do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Sua trajetória profissional, iniciada na década de 60 esteve, em boa parte, ligada aos movimentos de educação popular. Nessa entrevista às jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf e Ida Stigger, do Jornal da Universidade, ao professor Nilton Bueno Fischer, da Faculdade de Educação da UFRGS, e às doutorandas Isabel Cristina M. Carvalho, da pós-graduação em Educação, e Sonia Elizabeth R. Herrera, da pós-graduação em Sociologia, Brandão conta algumas histórias de sua vida e fala do legado de 40 anos de educação popular no Brasil.*

AGOSTO 2000 - EDIÇÃO N.º 33

**Jornal da Universidade - Você tem ligações familiares remotas com o Rio Grande do Sul. Poderíamos começar falando um pouco sobre isso?**

**Carlos Rodrigues Brandão** - Em 1952, vim com a minha avó, num navio chamado Itaquiara, do Rio de Janeiro ao Rio Grande, conduzindo uma arca com as cinzas da minha bisavó. As cinzas foram colocadas junto à sepultura do meu bisavô alemão – Clemente Hartung – em São José do Norte. Minha mãe saiu de São José do Norte com 17 anos, com a minha avó, três irmãos e minha bisavó. E, agora, em abril, com 83 anos, ou seja 65 anos depois, trouxe minha mãe para visitar São José do Norte.

**JU - A sua trajetória acadêmica contempla um período de aproximação com a educação – uma aproximação com educação popular, nos centros populares de cultura e depois com a antropologia. No entanto, vários anos atrás, mandaste uma carta abdicando da educação...**

**Brandão** - Chamava-se Carta de Massaya. Eu estava sentado em frente a um vulcão, em Massaya, na Nicarágua, em 1983.

**JU - E agora há uma volta às origens...**

**Brandão** - Eu sempre tive uma vida curiosamente oscilante. Me formei em Psicologia. Na minha entrada na universidade, como acontecia com quase todos nós naqueles anos – isso foi em 1961 – logo me envolvi fortemente com política estudantil, através da Juventude Universitária Católica (JUC) e depois com a Ação Popular (AP). Era naquele tempo em que a gente fazia um terço do tempo universitário na sala de aula e dois terços nos corredores, nas passeatas, nas reuniões. E logo depois, em fins de 1963, eu comecei a trabalhar no Movimento de Educação de Base (MEB) que deu origem, em grande parte, a todos esses movimentos de educação popular. A gente dizia brincando: “Paulo Freire fala e a gente faz”. Em 1965, larguei a Psicologia. Devia ter entrado logo na Sociologia, pois os meus colegas diziam: “Nas ciências humanas há uma única ciência burguesa, a Psicologia”. A verdade é que havia pouquíssima gente da Psicologia engajada, como a gente dizia. E eu fui acumulando essa vergonha. Quando chegou em 65, parei no quarto ano de Psicologia, saí apenas licenciado, para horror da família. Fui para o México dar educação de adultos. Acabei meu curso de Psicologia em 1968. Eu nem queria, foi por razões políticas. Estava com a cabeça a prêmio em Goiás (onde eu era professor na Universidade) em razão das minhas ligações com grupos de esquerda. Poderia ser preso a qualquer momento. Então, o reitor me deu uma licença forçada e eu fugi para o Rio. Naquele tempo bastava você fugir para outro Estado, ainda não havia a centralização das informações. Me rematriculei na PUC e, fugido, virei psicólogo.

**JU - Você teve uma entrada permanente no movimento de educação popular, pela perspectiva da antropologia, da cultura, dos registros da diversidade e da complexidade. Já o movimento era um tanto unidirecional, queria prescrever, conscientizar, acelerar e transformar as categorias. Você trazia a idéia da fruição, não a função utilitarista da cultura...**

**Brandão** - Justamente naquele tempo – anos 60 até o golpe militar e um pouco depois – se havia uma categoria que nos unia era a cultura popular. Os movimentos e as militâncias eram de cultura popular. Havia os Movimentos de Cultura Popular (MCT) e os Centros de Cultura Popular (CPC). A própria expressão *educação popular* é muito tardia. Nós éramos movimento de cultura

popular, de igreja, do Partido Comunista, do movimento estudantil ou de outros grupos e fazíamos educação libertadora, sob a influência de Paulo Freire. É daquela época, o CPC da União Nacional de Estudantes (UNE), que levava o espetáculo “Cinco Vezes Favela”. Era um tempo de cinema popular, com Cacá Diegues, Arnaldo Jabor, poesia popular... Por exemplo, o livro de poesias “Violão de Bolso”, que eu encontrei outro dia num sebo. Tinha gente boa, como Ferreira Gullar, Carlinhos Lira, Vandré. Era gente de todas as áreas, das exatas, biológicas, professores, estudantes, artistas, educadores.

**JU - Há uma avaliação do legado de toda essa experiência de educação popular dos anos 60?**

**Brandão** - Está saindo pela Sulina uma coleção chamada *Educação Popular 40 anos depois*. O primeiro volume é um livro meu, clandestino, que saiu em nome de um teólogo uruguaio, chamado Julio Barreros. O livro, *Educação Popular e Processo de Conscientização*, foi resultado de umas viagens que eu fazia levando as idéias de Paulo Freire pela América Espanhola, em 1969, quando ainda não tinham ocorrido os golpes militares. Era um trabalho de conscientização de militantes ligados à educação do grupo ecumênico ISAL (Igreja e Sociedade na América Latina), integrado por protestantes e católicos.

**JU - Por que o livro não saiu em seu nome?**

**Brandão** - Eu ia produzindo os textos de base, numa tentativa de radicalizar um pouco o pensamento de Paulo Freire, que nós chamávamos de *culturalista*. Fui escrevendo textos que circulavam, traduzidos para o espanhol. Aí, surgiu a idéia de se publicar um livro. Havia uma editora argentina chamada Tierra Nueva que publicava livros da igreja de esquerda, cujo diretor era Julio Barreros. Então, se colocou que seria perigoso, em função da repressão no Brasil lançar o livro com o meu nome. Júlio Barreiros assumiu a autoria. Durante o golpe militar na Argentina, foi destruída uma edição. O livro continuou sendo publicado no México. Lá saíram 15 edições. Na Espanha foi publicado pela Siglo XXI. Uns sete anos depois, saiu uma edição em Portugal e, dez anos depois, eu viro tradutor de meu próprio livro, pela Editora Vozes. Agora vai sair pela Editora Sulina, onde, num segundo prefácio eu conto a história verdadeira. O Júlio Barreiros está vivo e bem, deve ter quase 80 anos.

**JU - O que teremos ainda nessa coleção?**

**Brandão** - O segundo volume vai ser o trabalho coordenado pelo Osmar Fávero, chamado *Educação Popular e Cultura Popular – Memória dos Anos 60*. É a recuperação, porque tem os primeiros textos fundadores da idéia de cultura popular, inclusive a célebre polêmica do Carlos Estêvão com Nelson Coutinho; tem os documentos de base, os manifestos dos CPCs e MCTs, os documentos de base da Ação Popular e os primeiros documentos da equipe do Paulo Freire, que saíram nos “Estudos Universitários”, em Recife, em 1964. Tem um texto do Paulo Freire, um da Olenice Cardoso, outro de Jarbas Maciel. Aqui no sul, falta resgatar a memória gaúcha desse tempo. A terceira parte seria dedicada à experiências da atualidade da educação popular. Primeiro tínhamos pensado só em experiências gaúchas – Porto Alegre, Gravataí, Alvorada, Caxias – mas estamos tentando alargar um pouquinho, para incluir outros *brasis*.

**JU - Como autor, você trabalhou com o método da escuta densa, da pessoa que ouve, se situa e devolve sem medo, um conhecimento que não está aplicado. São valores**

permanentes – o respeito na interlocução, o referencial teórico para interpretar e o mergulho no trabalho de campo. Isso tem a ver com sua trajetória militante?

**Brandão** - Há uma questão muito pouco trabalhada na história da educação popular no Brasil, que eu aprendi no MEB. Eu acho que o MEB estava muito além dos outros movimentos, inclusive além do grupo do Paulo Freire. O MEB surge em 1961, oriundo da Igreja Católica, sendo destruído pela própria hierarquia conservadora, a partir de 1964. Sua equipe nacional naquele tempo tinha pedagogos, como Osmar Fávero, que era da Matemática, psicólogos, como Regina Landim, o filósofo Raul Landim, pago para ser filósofo, um antropólogo, Luís Eduardo Vanderlei, que depois foi reitor da PUC, como sociólogo, um cientista político, entre outros tantos. Eu ainda era estudante de Psicologia. A equipe que pensava um modelo de educação popular era uma equipe polivalente, naquele tempo, quando não se falava em transdisciplinaridade, polivalência, nada disso. E o nosso assessor era o que eu considero o grande injustiçado na memória daqueles tempos no Brasil – o filósofo hegeliano, padre Henrique Vaz. Ele é tão humilde que está pouco ligado. Ele nos dava formação. Havia documentos do padre Vaz circulando até no interior da Amazônia, naquele tempo. Para se fazer justiça, compare-se a documentação dos CPCs, sobretudo os de base marxista, muito didaticamente enclausurados no pensamento único, ou mesmo da equipe de Paulo Freire. Pode-se dizer que a documentação e a memória do MEB é de uma riqueza muito maior. A gente ia para os treinamentos levando uma equipe: sociólogos, filósofos, antropólogos, psicólogos, pedagogos. Isso já era um pouco da visão que nós tínhamos naquele tempo: um olhar polissêmico sobre a realidade e um olhar não sectário. Uma tentativa de compreender as culturas não como a gente queria que elas fossem, mas como elas eram.

**JU** - A trajetória da educação popular e a sua trajetória se confundem. A gente vê na sua trajetória uma reatualização desse legado. Como é esse processo de atualização da educação popular?

**Brandão** - Sempre que nós consideramos a educação popular, parece que há uma corrente que a vê como uma espécie de modelo, de paradigma de educação, que começa num determinado momento, que tem uma história a partir desse momento. Então, muitas pessoas vão situar o começo no início dos anos 60, com Paulo Freire. A educação popular tal como foi pensada não existe mais, ela faz parte da história da educação. Ela se irradiou pela América Latina, sobreviveu a golpes e massacres, mas os tempos agora são outros. Principalmente os hostis à educação popular. Eu tenho uma visão um pouco diferente. Em alguns momentos, eu polemizava com o próprio Paulo Freire. Na minha visão, a educação popular não é uma proposta que chega no momento, ela é uma continuidade, uma permanente atualização de uma das vocações da educação, enquanto um projeto de transformação de pessoas e transformação de mundos através das pessoas. Há histórias muito antecedentes. Inclusive na minha contribuição na coleção vou tentar resgatar isso. Como eu me situo? Em todos os momentos da história humana, sempre que se tem um projeto de educação efetivamente igualitária, não excludente, ancorada na idéia de que a sua missão não é apenas instruir pessoas ou criar consumidores, mas gerar cidadãos, quer dizer, pessoas educadas para participar ativamente da construção de seu próprio mundo e de outros possíveis mundos (daí porque as idéias de utopia são tão presentes em Paulo Freire e em todos nós), está-se vivendo um

momento de educação popular.

**JU** - Historicamente havia outros componentes nessa definição...

**Brandão** - Outro ingrediente, às vezes muito radicalizado, exigia que, ao lado disso tudo, o projeto de condução do trabalho pedagógico, do trabalho social associado ao trabalho pedagógico tivesse a sua origem em alguma ideologia popular, em algum projeto político popular. Se você for rastrear a história dos textos de educação popular, você vai ver lutas e polêmicas. Textos meus como *Lutar com a palavra*, ou *O arдил da ordem*, cujo tempo passou, retratam isso. Eu mesmo era um militante dessa idéia: a condução do que nós chamamos educação popular, em qualquer área em que opere, na saúde, na militância, na associação de bairro, no sindicato, na frente de luta e até na educação, a condução é popular, é dos movimentos populares, é dos grupos populares, das frentes populares. E nós, educadores, somos apenas assessores, acompanhantes nesse processo.

**JU** - Considerando os vários momentos da história da educação brasileira, a partir de quando se firma a noção de educação popular, ideologicamente definida?

**Brandão** - Quando chegam os anos 60, vai se cunhar a idéia de educação popular. E aí sim, talvez pela primeira vez no Brasil e na América Latina, tem um ideólogo, uma ideologia, um corpo de doutrina, no bom sentido. Se bem que os militantes da escola laica já chamavam o projeto deles de educação popular, em alguns textos. Para muita gente, então, passado esse tempo, esse paradigma da educação morre. Para mim é diferente. Do mesmo modo que há uma continuidade antecedente, há uma continuidade subsequente, que permanece frente a esse mundo globalizado, frente à imposição de uma ideologia neoliberal, frente, inclusive, a todo um trabalho de *retransformação* da escola e da educação num modelo fabril, num modelo de parição de produtores e consumidores. É interessante acompanhar esse outro lado das propostas de educação vindas do meio empresarial, ver como o próprio jargão da pedagogia vai se fabricando – expressões como *qualidade total*, *produto*, *custo-benefício* – toda uma educação não só dirigida ao mercado de trabalho, mas ela própria pensada como uma instituição que em muito pouco se destacaria de uma empresa ou de uma fábrica. Observem como o capital dirigido à educação está investindo não apenas nas escolas de ensino médio, mas também no ensino superior. A Coca-Cola acabou de abrir uma universidade em Goiânia. A organização Pão de Açúcar está abrindo uma universidade. Universidades não propriamente particulares, mas descaradamente empresariais.

**JU** - Nesse contexto, que papel vai restar para as universidades públicas?

**Brandão** - O momento atual é muito escuro, muito complicado. É um processo de sucateamento. Na Unicamp até quatro anos atrás, quando um professor se aposentava um outro era contratado de imediato. Houve um momento na Unicamp que nós éramos 21 antropólogos, mais do que a Universidade de Londres. Não havia nenhuma universidade na América Latina, a não ser a do México, que tinha o mesmo número de antropólogos da Unicamp. A Unicamp sozinha tinha mais cientistas sociais do que vários países inteiros. Era uma universidade de primeiro mundo. Hoje é preciso que se aposentem dois e meio professores para que um seja contratado, ou seja, saem cinco para entrar dois. Isso é uma mostra desse enxugamento perverso decretado pelo governo. Mas nas federais está pior, não tem nem concurso. Outras nuances

desse processo, são declarações de agências oficiais de financiamento de pesquisa que, no fundo, querem dizer: as verbas de pesquisas vão estar cada vez mais dirigidas a setores produtivos, a pesquisa pura e a pesquisa social já não são prioridades, a prioridade é a pesquisa de interesse do empresariado. A própria Unicamp, em grande medida, sobrevive de pesquisas com verbas de empresas ou paraestatais ou francamente particulares. A todo momento se fala desse investimento particular na universidade pública, via financiamento de pesquisa. Como a gente sabe, sobretudo num país periférico, quem entra com financiamento acaba entrando com as diretrizes.

**JU - Na década de 60, tudo tinha a ver com o popular. Era música popular, cinema popular, educação popular, como se fosse uma grande categoria a unificar todos os movimentos. O que substituiria hoje essa categoria?**

**Brandão -** É a palavra mágica “cidadão”. Aí temos a “educação cidadã”, a “história cidadã”. É interessante analisar Paulo Freire e observar como, pouco a pouco, ele vai substituindo o *popular* – sujeito popular, ator popular, educação popular – pelo *cidadão*, quando ele volta ao Brasil. Ele ajuda inclusive a cunhar essa categoria.

**JU - O que se pode chamar de educação popular hoje?**

**Brandão -** São os diferentes projetos, as várias propostas de movimentos populares. Por exemplo, o Movimento Sem Terra (MST) faz uma das experiências das mais ricas de educação popular do mundo inteiro, veja o livro da Roseli Caldart. Há outros vários movimento populares mais localizados. Aí, as possibilidades do que se negava nos anos 70. Dizia-se que jamais o poder público produziria educação de um projeto popular, que sempre desvirtuaria em ditadura e desejo de poder e assim por diante. Hoje, vê-se projetos públicos, estatais, onde há em intenção ou em realização provisória ou em processo, tudo aquilo que a gente reclamava para a educação popular. Primeiro, a vocação dos anos 20. O poder de Estado reassumindo a responsabilidade de uma oferta de educação de qualidade em todos os níveis, pública, laica, solidária, até mesmo com um viés dos anos 60, mas já matizados para esse tempo. É preciso colocar aí toda a história, não só a do PT. É um projeto que não tem a radicalidade daquele tempo. Mas preserva o diálogo, a geração e o fortalecimento desses instrumentos de intercomunicação, os comitês de classe, os coletivos de educação, o orçamento participativo. Nas experiências que tenho visto em Gravataí, Alvorada, Caxias do Sul, Porto Alegre, me chama a atenção a diferença intermunicipal. Isso eu acho maravilhoso, que não haja dois municípios dizendo a mesma coisa. Têm visões comuns, mas com projetos diferentes.

**JU - Isso é indicativo de uma nova compreensão do processo?**

**Brandão -** Não se cria uma educação cidadã por decreto. Por melhor que seja a cabeça de um dirigente, é um processo participativo, em primeiro lugar, para não ser negado pela base. E em segundo, porque é um projeto em construção. Não tem nada de perfeito, antes pelo contrário, sobretudo em nível de Estado, há mais problemas do que soluções. Há mais críticas do que apoios. Mas é um projeto, um processo frágil, aliás como tudo devia ser em educação – frágil, sujeito a, de repente, quebrar em algum ponto e se reorganizar mais adiante. Aliás, acho que uma das vocações da educação popular é a sua sempre fragilidade.

**JU - Há uma multiplicidade de parcerias, envolvendo clubes de serviços e até centros de tradições gaúchas nos projetos do governo do Estado de alfabetização e escolarização de jovens adultos. É uma nova forma de trabalhar?**

**Brandão -** Eu acho que uma outra riqueza do que está acontecendo está exatamente nisso. À diferença do que aconteceu em contextos como Cuba e Nicarágua, o brote de novas experiências é de baixo para cima, em municípios com lideranças e tradições diferentes. Por isso, diria que o caminho não é político, embora digamos que o rumo, lá na frente, possa ser. O caminho é francamente cultural, cada contexto está testando as suas alternativas, está experimentando as suas possibilidades. Eu acho isso a coisa mais rica. Não acredito em nada que seja impositivamente nacional ou estadual, que tenha de ser de determinada maneira, que, em não sendo, é politicamente incorreta. Acredito que a única coisa politicamente correta é a possibilidade de se produzir a experiência frágil, efêmera, recriável, criticável, e que cresça a partir disso aí. Inclusive, que cresça da própria possibilidade da diferença, que essa é uma idéia mais cidadã do que popular, para usar as palavras de agora. Não reconheço a viabilidade, hoje em dia, de um projeto nacional de educação popular. Como um país polissêmico, policultural, com diferenças tão grandes em todos os sentidos pode querer aplicar um modelo único?

**JU - O aspecto positivo do trabalho de educação de adultos do município de Porto Alegre está em permitir a ampliação da experiência vivida das pessoas, sem pretender direcioná-las...**

**Brandão -** Numa pequena palestra para educadores populares do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), eu dizia exatamente isso. Foi-se o tempo em que a nossa idéia de cidadão/cidadã e de educação-cidadã era intencionalmente ou até perversamente política. Acho que a pedra de toque da experiência cidadã está em primeiro lugar no próprio sentimento da pessoa e na transformação dessa sensibilidade. É a constatação, por exemplo, de como a educação foi capaz de me fazer mais feliz, por ser mais solidário, mais aberto, mais participativo, e de como, através disso, ela me tornou realmente uma pessoa mais cidadã no meu cotidiano. Só acredito na cidadania do cotidiano, a cidadania das microrrelações, no bairro, em como as coisas se transformam ali, como as relações familiares se transformam; uma cidadania ambiental, um comprometimento que, de repente, eu passo a ter com o meu mundo, com as águas do Guaíba, com a minha vila ecológica. É essa a cidadania do cotidiano, da experiência epidérmica, da auto-estima. Nos anos 60, não só o nosso sujeito era a classe trabalhadora, como a ideologia ou teria de vir dela e ser a ideologia de uma nacionalidade revolucionária ou então teria que ser fabricada em nome dela. Hoje em dia, não só a minha visão, mas a visão que eu acho que se pratica aqui é tão diferente é tão mais conseqüentemente humana, onde o próprio político se subordina, com construções feitas no diálogo, com acertos e desacertos. Foi-se o tempo em que a gente não permitia o erro. Nós acertamos tanto que os militares fizeram a revolução antes de nós.

**JU - Talvez a contaminação desse tipo de interpretação não chegou em todas as esferas, nem talvez da própria academia e da vida partidária. Isso é um anúncio que está se processando...**

**Brandão -** O meu olhar é muito mais do educador do que do político. Eu acho

que o fator diferencial é um fator de educação. Sobretudo, quando a gente pensa em educação no sentido mais amplo e generoso, não apenas como instrução de pessoas, mas formação de sujeitos. Tenho, hoje em dia, a convicção de que não se formam sujeitos a não ser quando se formam pessoas educadas. Pessoas verdadeiramente capazes de se assumir como sujeitos, culturalmente, não só politicamente, tem que ser pessoas mergulhadas no processo da educação. Nesse ponto sou francamente favorável a todas essas propostas do tipo educação permanente ou educação por toda a vida. Tenho a impressão de que uma democratização cidadã tem que realmente começar e continuar por uma abertura das portas da escola a todas as pessoas, por todo o tempo.

**JU - Que transformações poderão ocorrer na área cultural, em função da globalização?**

**Brandão** - Do ponto de vista da cultura e formação de consciências, ou vamos nos dirigir para a barbárie cultural – nos *ratinizar* e *xuxanizar*, isto é, afundar numa mediocrização, um nível cultural rasteiríssimo como a aspiração máxima das pessoas – ou então, ao contrário, nós nos tornaremos (eu tenho uma visão esperançosa da pessoa humana), pessoas da educação, pessoas da consciência, dessa busca infinda de saberes e de conhecimentos.

**JU - Que lugar está reservado para as religiões nessa sociedade em transformação?**

**Brandão** - Eu costumo dizer: nada é tão conservador como a universidade e nada é tão transformador como a religião. O mundo religioso está permanentemente parindo o novo dentro das igrejas e entre as igrejas, disseminando novas formas. A religião tem essa capacidade de se transformar, se adequar, de ser ao mesmo tempo profundamente conservadora e profundamente revolucionária. Acho que a vida inteira a gente sempre teve mais sede de mistério do que de saber. A gente só encanta o saber e o busca porque o tamanho do mistério é sempre maior. Na ciência estão descobrindo isso. Acabou-se a ciência positivista, que em poucos anos iria explicar e decodificar todo o universo. Na verdade, a gente lida com mistérios, a respeito da vida humana, da origem do cosmos. A religião também oscila entre a barbárie e o paraíso cultural. Ela é capaz de gerar os símbolos mais massificadores – o que é a Igreja Universal do Reino de Deus senão um grande supermercado? Mas, por outro lado, há as infinitas transgressões contínuas. De repente, você chega na Argentina, tão branca e tão européia, e encontra no *candomblé* a religião que mais cresce.

**JU - A busca das pessoas não seria mais por experiências religiosas do que por religião?**

**Brandão** - Eu acho que há lugar muito importante também para as espiritualidades. Diria que grande parte dos estudos sobre a religião no Brasil estão defasados porque eles ainda incidem sobre as religiões institucionais: catolicismo, umbanda, pentecostalismo. Se você for na Unicamp e perguntar a 50 alunos se acreditam em Deus, 40 vão dizer sim. Se você perguntar a esses 40 se têm religião, talvez só cinco vão dizer que sim. As pessoas podem ser profundamente espirituais, às vezes até profundamente devocionais, sem estarem necessariamente atreladas numa religião. Eu acho que enquanto não sairmos da pesquisa da religião com o paradigma de século XIX – a religião está onde estão as instituições religiosas – e não formos pesquisar cotidianos religiosos, redes, intercomunicações da diferença, a gente vai estar fazendo a pesquisa do começo do século.



## Wrana Maria Panizzi



**“Quero que a UFRGS seja um referencial”**

*Ela gosta de ouvir muitas opiniões antes de tomar uma decisão importante, e procura viver intensamente tudo o que faz. A reitora Wrana Maria Panizzi – recém empossada para o segundo mandato consecutivo – considera que o ensino universitário deve ser para todos, precisa estar a serviço da nação e tem que ser sustentado pelo Estado. Nesta entrevista aos jornalistas Ademar Vargas de Freitas, Arlete R. Oliveira Kempf, Clóvis Ott, Ida Stigger, Juarez Fonseca e Sonia Torres. Wrana faz uma apreciação de seu primeiro mandato e projeções para o futuro: quer que a UFRGS seja um referencial em todo o processo educacional superior brasileiro.*

SETEMBRO/OUTUBRO 2000 - EDIÇÃO N.º 34

**Jornal da Universidade - Por que a reeleição? O que a levou a candidatar-se a um novo período como reitora?**

**Wrana Maria Panizzi** - Não fazia parte dos meus planos concorrer à reeleição. Até porque é do meu jeito viver intensamente as coisas que estou fazendo. Vivi intensamente o primeiro mandato. Entretanto, algumas pessoas me motivaram. A crença que tenho na Universidade, a necessidade de concluir trabalhos e a percepção de que o estímulo vinha de pessoas representativas das unidades - muitas das quais não tinham votado em mim - fizeram com que eu aceitasse o desafio de concorrer a novo mandato.

**JU - O que considera como sua realização mais importante na primeira gestão e o que ficou por concluir?**

**Wrana** - Na realidade, em uma instituição centenária como a nossa, as coisas, de certa forma, têm uma continuidade. Estaria equivocada se dissesse que as coisas começaram nesta gestão. Procuramos aprofundar questões e torná-las cada vez mais pertinentes ao momento e à realidade. Uma realidade marcada por dificuldades nesses quatro anos, como as duas greves, a perda enorme de professores e técnico-administrativos, decorrente de uma política governamental de pessoal, a dificuldade de obter recursos financeiros, a profunda e contínua discussão sobre a autonomia universitária e o próprio fato desta questão ter sido relegada a um segundo plano a partir da metade desses quatro anos. Nesse período, e nesse contexto, procuramos firmar a Universidade dentro daquilo que era um desafio quatro anos atrás e que continua sendo hoje. Ou seja: fazer com que a UFRGS corresponda, cada vez mais ao que a sociedade espera, buscando um projeto de desenvolvimento, de crescimento, a construção de uma identidade social. Este é o objetivo de uma universidade. A excelência era e continua sendo um desafio, associado a outro que é a inclusão: fazer com que a Universidade agregue o maior número possível de cidadãos, levando o conhecimento que produz a um número cada vez maior de pessoas.

**JU - A nova gestão traz novas prioridades?**

**Wrana** - Se na gestão passada tínhamos cinco grandes eixos de atuação, hoje eu os reuno em dois: primeiro, o ensino, a pesquisa e a extensão qualificada e socialmente inseridos; e segundo, uma gestão universitária qualificada com recursos humanos valorizados. Estas questões objetivam responder, de forma concreta, aos desafios da pertinência da Universidade, da sua excelência acadêmica e da inclusão social. Daí decorrem questões vinculadas ao papel da educação superior na sociedade contemporânea, ao crescimento sem precedentes da demanda por ensino superior, a exigência de profissionais altamente qualificados como característica da sociedade do conhecimento, o aumento de vagas face à exigência da universalização do ensino superior e sua democratização, o equacionamento da evasão e a exigência da qualificação contínua dos profissionais, a internacionalização do ensino superior e a mobilidade de alunos, a adoção de novas tecnologias de informação e comunicação, a consolidação da avaliação institucional. Esses temas certamente impõem novas ações e prioridades.

**JU - Como analisa hoje o relacionamento da Universidade com o MEC?**

**Wrana** - Durante toda a gestão, mantivemos sempre uma relação respeitosa mas, ao mesmo tempo, autônoma com o Ministério. Autônoma por quê? Considero

que ser reitora é um cargo do Estado, não um cargo governamental. Então, o compromisso maior que deve pautar nossas ações é com a instituição que nós queremos pública, qualificada, gratuita e autônoma. Tivemos períodos mais tensos, como os da greve e o da questão da autonomia universitária, quando discordávamos de alguns pontos. Hoje, por exemplo, temos questões relativas ao emprego público que dizem respeito a uma política governamental. Entendemos que as atividades das universidades também devem ser consideradas de Estado e, conseqüentemente, não podem se submeter a uma legislação que pode ser muito eficiente para uma empresa privada, mas não se aplica a uma instituição pública.

**JU - E, nesse aspecto, tem havido uma mistura, uma confusão?**

**Wrana** - É preciso considerar as especificidades da universidade, marcadas pela missão de formar recursos humanos altamente qualificados sob o prisma científico e tecnológico e, principalmente, sob o ponto de vista da cidadania. Para que a universidade cumpra esta missão, seus "produtos" são, exatamente, esses: os recursos humanos que prepara e o conhecimento que disponibiliza. E isso tem que ser pautado pelo espírito republicano (o da *res publica*) e pelos princípios da autonomia, da qualidade, da gratuidade e pelo respeito à pluralidade das idéias.

**JU - Nas reuniões ao longo da primeira gestão com os reitores das outras universidades brasileiras, e diante das suas posições, como considera que a UFRGS se coloca, hoje, em termos de liderança?**

**Wrana** - A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem hoje uma enorme respeitabilidade, graças ao trabalho dos seus professores, técnico-administrativos e estudantes. Não só tem respeitabilidade por aquilo que faz, do ponto de vista de sua atividade fim, como pela posição que esta casa, historicamente, tem assumido e que, nos últimos anos, tem firmado de forma incisiva. Não tenho a menor dúvida que isso a coloca entre as lideranças. Quero dizer que isso não se deve, absolutamente, a um trabalho da Reitoria. Deve-se ao trabalho conjunto da Universidade e eu acredito nesse trabalho conjunto. A nossa universidade sempre foi muito firme e nunca deixou de tomar posição, fundamentada nas decisões dos seus conselhos superiores.

**JU - Isto teria algo a ver com a tradicional altivez gaúcha?**

**Wrana** - Corresponde a uma história e a uma tradição que nós, gaúchos, temos. É a de nos definirmos diante de tudo que para nós é considerado como valor fundamental. Foi isto que construiu a nossa identidade gaúcha.

**JU - Voltando ao início: falou-se em realizações da gestão anterior, em planos para a nova gestão, e foi enfatizada a busca de qualidade. Mas foi referida, também, a evasão de professores e técnicos. Como sintonizar essa contradição: a Universidade realizou e quer realizar mais, ao mesmo tempo em que perde profissionais qualificados?**

**Wrana** - Apesar das dificuldades que teve nesses quatro anos, a UFRGS tem hoje um saldo positivo em realizações, de um modo especial, as acadêmicas. Avançou, cresceu, aumentou vagas, criou novos cursos, ampliou atividades de ensino, de graduação, de pós-graduação, grupos de pesquisa, ampliou a qualificação do seu quadro docente com o aumento do número de doutores, deu dimensão muito mais ampla à atividade de extensão. Hoje, a UFRGS dá à sociedade respostas de curto, médio e longo prazo.



**JU - Vamos insistir: a defasagem de professores e técnico-administrativos não prejudica essas respostas?**

**Wrana** - Eu também insisto: a necessidade de aumento das vagas para professores e para técnico-administrativos é fundamental. Sem equacionar essas questões a Universidade não poderá ampliar mais suas atividades e responder ao que a sociedade está exigindo. Isso eu já disse ao ministro da Educação.

**JU - A senhora teve um contato grande com universidades da América Latina e da Europa. Quais são as perspectivas de manutenção desses contatos, especialmente na América Latina, nos próximos quatro anos?**

**Wrana** - Procuramos a excelência da Universidade. Hoje, especialmente em um país como o nosso, surge o desafio de ser uma Universidade internacionalizada e, ao mesmo tempo, pautada e enraizada na realidade local. Para que a UFRGS possa corresponder melhor aos desafios, precisa, cada vez mais, conversar e conhecer a realidade dos outros países. Ao mesmo tempo, reafirmamos nosso caráter de universidade internacionalizada, conversando e agindo com aqueles que fazem parte da nossa realidade latino-americana. Buscamos interlocução com as universidades através do Grupo Montevideu, do qual a UFRGS já participava. Um dos aspectos importantes da nossa administração foi consolidar as relações internacionais e, em especial, aquelas voltadas para esta região do Mercosul, ou do Cone Sul, através do Grupo Montevideu.

**JU - Essa preocupação com a visão internacional sempre esteve presente na Universidade?**

**Wrana** - Sim, a UFRGS tem, inclusive, uma tradição: muitos professores foram para o exterior e vieram professores e pesquisadores de outros países. Temos, em várias unidades, professores e pesquisadores estrangeiros. Hoje, temos uma obrigação maior de fazer isso. Não só porque vivemos relações internacionalizadas, mas porque o mundo perdeu, de certa forma, as fronteiras. Precisamos reafirmar o caráter de universalidade da própria Universidade. Nós temos mais de 1.100 professores doutores que, na sua grande maioria, foram buscar seus doutorados em centros desenvolvidos da Europa, nos Estados Unidos, Canadá, Japão, entre outros.

**JU - Nessas relações internacionais, há alguma especial, ou privilegiada?**

**Wrana** - Nos últimos tempos, reafirmamos, de forma muito forte, nossos laços com a Universidad de la República del Uruguay e com algumas universidades da Argentina, entre elas, a Universidad de Córdoba, que tem tanta tradição, tanta história na América Latina e tem contribuído muito para a história e para própria essência de autonomia da universidade brasileira. Essas relações são pautadas no exemplo dado pela Reforma de Córdoba, em 1918. Buscamos também um contato grande com a Ibero-América. Estão na Europa as nossas origens, de Brasil e de América Latina, origens portuguesas e espanholas. Se busca, cada vez mais, a universalização do ensino. É bem verdade que alguns países estão conseguindo índices ou taxas de universalização muito maior do que as que nós estamos podendo atingir. Temos muito a aprender com os esforços que eles estão fazendo, inclusive com suas dificuldades de financiamento. Além disso, reforçamos nossas relações com os grandes centros universitários da Europa e da América do Norte.

**JU - O Jornal da Universidade entrevistou todos os reitores do Grupo Montevideu.**

Houve uma unanimidade nessas entrevistas: todos manifestaram receio quanto ao fim do ensino público, receio do avanço do ensino privado, a extinção da universidade pública e gratuita em função de uma política global, uma tendência mundial posta em prática, principalmente, pelo FMI. Agora, estamos diante de um outro fato: o FMI está, aparentemente, recuando de suas exigências, conforme se viu em Praga. Na questão da globalização, está sendo fortalecido um consenso de que tudo não é tão bom assim como queriam fazer crer. Como isso vai influir na ameaça ao fim do ensino público, na descaracterização da universidade pública nos países do chamado Terceiro Mundo?

**Wrana** - A educação em termos gerais — e em especial a educação superior tem ocupado um lugar de destaque não só nas discussões em todos os países, como nos organismos internacionais. Aí está o Banco Mundial, aí está a Unesco, ambos com posições divergentes. Todos mostram o papel fundamental da educação. Por isso, a realização da I Conferência Mundial de Ensino Superior, promovida pela Unesco, no final de 1998, em Paris, foi um importante sinalizador e reforço às nossas lutas em defesa da universidade pública. Lá foram estabelecidos três consensos importantes: o primeiro é o valor estratégico da educação superior, o segundo é a importância de se considerar a educação superior como um direito de todos, e, por último, a importância do papel do Estado na educação. O Estado é o grande e fundamental responsável por prover a educação superior dentro dos seguintes princípios: para todos, servindo à nação e sustentada por ele. Esses princípios foram corroborados por 183 nações e discutidos por mais de 4 mil pessoas. Foi o coroamento de outras cinco conferências mundiais realizadas em diferentes lugares que prepararam a Conferência de Paris (Dakar, Tóquio, Beirute, Palermo e Havana).

**JU - A Unesco bate de frente com o Banco Mundial...**

**Wrana** - Neste caso, sim. De certa forma, a Unesco está mostrando ao Banco Mundial que a globalização, que poderá ter seus benefícios, também tem questões muito sérias a serem consideradas. Mostra que já é contestada por vários países e setores, encontrando resistência ou um movimento contrário. Isso tudo demonstra que vivemos um quadro em que este movimento crescente de privatização começa a entrar em refluxo.

**JU - E quanto às relações da UFRGS com outras universidades gaúchas? Como se aprofundaram os intercâmbios da UFRGS com instituições, públicas ou privadas?**

**Wrana** - É importante que a Universidade promova interlocução com diferentes instituições de ensino, públicas ou privadas. Através dessa ação é que a Universidade reafirma sua identidade. E a reafirmação da identidade passa pela capacidade que a Universidade tem de sair de seus muros e interagir. A qualificação da nossa pós-graduação tem propiciado a formação de professores para a rede de ensino superior gaúcha.

**JU - E fora do campo estritamente universitário?**

**Wrana** - Crescemos e aumentamos nossas relações e convênios com os municípios; aumentamos e aprofundamos nossas relações com o governo do Estado e com muitos organismos federais, que têm presença aqui. Fizemos o mesmo com setores não governamentais privados, de empresas pequenas a multinacionais com atuação no Estado; ampliamos relações com organizações não governamentais representativas ou as do chamado terceiro setor; ampliamos relações com setores empresariais, sindicatos, órgãos de representação de

classe. Ou seja, o quadro de relações cresceu. Mas a Universidade não pode produzir, por exemplo, pesquisa sob encomenda. Ela tem que produzir um conhecimento que possa ser absorvido pelos agentes econômicos e sociais, mas que esteja, acima de tudo, comprometida com a sociedade e à disposição de todos, indistintamente.

**JU - É sabido que a Universidade precisa buscar aportes econômicos, além dos naturais na sua relação com o governo federal. Entre estes aportes não está a venda de tecnologia desenvolvida pela Universidade, por exemplo?**

**Wrana -** Temos que ter cuidado quando buscamos essa chamada terceira fonte de recursos, os recursos não governamentais. Eu defendo e luto para que o grande financiador da Universidade seja o poder público, o Tesouro Nacional. Este deve ser sempre o nosso mantenedor. Somos uma universidade pública e não podemos abrir mão dessa sustentação, dessa manutenção. Entretanto, podemos interagir com outros setores econômicos, buscando recursos para as nossas atividades. Mas que isso não esteja submetido a uma lógica que não seja a que preside sempre a Universidade: uma instituição estatal, de direito público. Sempre que deixar de fazer isto, deixa de ser universidade, se transforma numa mera prestadora de serviço, e não é esta a visão de universidade que tenho. A universidade deve estar a serviço da sociedade, não deve ser apenas um agente que vende serviço.

**JU - A senhora gosta do poder?**

**Wrana -** Eu gosto das coisas que faço e dos cargos que ocupo. Faço isso, prazerosamente.

**JU - Considera-se democrática ou autoritária?**

**Wrana -** Não se trata de ser democrática ou autoritária. Às vezes, buscar a participação exige disposição. E não só minha. Exige disposição de todos. E pode ser um pouco cansativo. Sou uma pessoa que gosta de falar. Também gosto de ouvir para poder falar. E isso pretendo fazer muito mais neste segundo mandato.

**JU - Como é dirigir o maior centro irradiador de saber da Região Sul.**

**Wrana -** Me preocupo quando dizem isto. E, ao mesmo tempo, tenho consciência dessa enorme responsabilidade.

**JU - Está sob sua administração um dos maiores orçamentos do Sul do País. Há 30 mil pessoas sob sua responsabilidade. Isto equivale, pelo menos, à população da décima maior cidade do Rio Grande do Sul. Como manobrar com isso?**

**Wrana -** Se, de um lado, pode ser assustador, trato isso com tranquilidade. Não que eu relativize a responsabilidade, mas sei que não faço tudo sozinha. Porque se isso tudo dependesse só de mim, seria aterrorizante. Depende, também, de um grupo. Perguntam por que eu quero ouvir tanto as pessoas. Sendo tanta gente numa instituição tão grande e com tanta importância, não posso, nem devo ficar só com a minha opinião. Tenho que ter sempre opções, ouvir opiniões e ter muito claro que as decisões são o resultado da manifestação de muitos.

**JU - Seu nome já foi lembrado várias vezes para concorrer a cargos políticos. Pensa nessa possibilidade?**

**Wrana -** Sou professora. Trabalho na Universidade. Assumi ser reitora por mais quatro anos e estou vivendo intensamente isso. Assim como não planejei ser, um dia, reitora, não quero, não tenho o direito e não farei disto uma forma para chegar a outro cargo. Mesmo que eu tenha tido, no passado, um vínculo

e uma tentativa de participar da vida pública, concorrendo a um cargo eletivo. E mais: as minhas características são muito mais para um trabalho executivo do que legislativo.

**JU - Como a senhora atuaria num parlamento?**

**Wrana -** Gosto de ver as coisas sendo feitas. Estou muito bem na Universidade, porque gosto de trabalhar com essa pluralidade. Gosto de trabalhar com pessoas que pensam diferente. Diante de uma idéia que apresento, alguns dizem sim, outros dizem não. Isso me empurra, me entusiasma. Trabalhar numa instituição como a UFRGS, com todos os desafios e demandas, é extremamente gratificante.

**JU - Como tira a média quando ouve opiniões divergentes?**

**Wrana -** Não é fácil. Apesar de ser decidida, quando tenho dúvidas paro muito para pensar. A noite e a madrugada são boas conselheiras. Penso enquanto estou tomando meu chimarrão. E sempre consulto alguém mais. A comunidade é rica. Tem muitas opiniões. Por exemplo, nesta administração quero trabalhar muito mais com toda a comunidade acadêmica. Quero que as reuniões não sejam formais, que se tenha oportunidade de conversar mais informalmente. Que, além da reunião com os pró-reitores, se possa fazer reunião com os outros grupos de apoio, porque assim se pode ouvir muito mais. Tem uma pessoa próxima que me diz para não perguntar tanto. Mas vou continuar perguntando. Toda vez que faço uma pergunta, eu também me escuto.

**JU - O fato de não ter surgido outro postulante à Reitoria facilitou a sua reeleição e recondução?**

**Wrana -** Mesmo sendo candidata única, fiz a campanha eleitoral e percorri todas as unidades. Isso me propiciou fazer uma revisão da Universidade. Aprendi muito. O processo eleitoral não pode ser só formal. Tem que ser vivido em sua essência: ouvir, discutir, falar, visitar e conquistar o voto.

**JU - Como as mudanças anunciadas na sua posse influirão nos projetos do segundo mandato.**

**Wrana -** A grande questão que permanece aqui dentro da Universidade é a do projeto acadêmico. Temos que aperfeiçoá-lo. Fazer com que as atividades acadêmicas estejam mais relacionadas organicamente, com que a atividade de extensão esteja mais vinculada ao projeto acadêmico, que as atividades de pesquisa estejam mais relacionadas com a extensão e o ensino. Para termos um bom ensino, precisamos de uma excelente pesquisa. Temos que ter uma extensão que nos permita o contato com a sociedade. Temos uma boa extensão, mas precisamos articular isso. Precisamos articular mais a graduação e a pós-graduação. E o responsável por essa atividade será o vice-reitor, professor José Carlos Hennemann, que já foi pró-reitor de graduação e de pós-graduação. Ele tem todas as condições para fazer essa articulação no sentido de implantarmos a Pró-reitoria de Ensino. O grande desafio, agora, é este projeto acadêmico, para o qual temos que buscar, cada vez mais, a excelência. Sou uma defensora do sistema federal de ensino superior e quero que esta universidade seja um referencial de todo o processo educacional superior brasileiro. Para isso é importante ter um projeto acadêmico qualificado, bom, articulado, orgânico e socialmente comprometido. A nossa universidade tem também que ser exemplar no procedimento ético, na qualidade, na pluralidade, no respeito interno e externo e nos procedimentos administrativos.

**JU - Que recursos financeiros e humanos serão utilizados e como isso vai ser administrado?**

**Wrana** - Temos que buscar melhor adequação na distribuição dos recursos humanos. Já disse que temos perdido muitos professores e muitos técnicos. Primeiro, teremos que continuar lutando pela possibilidade de abrir concurso para trazer mais gente, tanto professores como técnicos. É preciso preencher as mais de 400 vagas que temos para professor. Temos que dar conta e substituir os 500 ou 600 técnicos que perdemos ao longo dos últimos anos. A Pró-reitoria de Recursos Humanos será voltada aos recursos humanos em seu sentido mais amplo: professores, técnico-administrativos e estudantes. Assim, os concursos para professor passarão a ser uma atribuição dessa Pró-reitoria. Vamos ter que continuar trabalhando no sentido de obter mais recursos humanos, mais recursos financeiros e buscar uma alocação que corresponda a um projeto acadêmico, que será detalhado com a comunidade a partir do programa UFRGS - Universidade Viva 2000, aprovado na eleição.

**JU - Há alguma previsão quanto à realização dos concursos?**

**Wrana** - Essa tem sido uma luta muito grande e depende do Ministério da Educação e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Associado a isso está a questão do emprego público, sem dúvida um grande desafio e uma alteração que poderá levar as instituições universitárias a conviver com dois regimes de trabalho. O que é extremamente preocupante e vai exigir uma manifestação e um trabalho muito intenso de todos nós na defesa da universidade pública.

#### **Ouvindo os alunos**

*“Nos últimos quatro anos participei de 279 formaturas. Nossas formaturas têm uma característica interessante: durante a solenidade os alunos falam. E acho que isso deve ser mantido como uma forma de expressão. A formatura é um ato solene, festivo, de celebração da educação e da possibilidade de acesso à educação, mas também com a possibilidade de reafirmar um compromisso, pois permite que os estudantes, ao fazerem seu juramento, prestem um compromisso público. Isso faz com que a universidade, enquanto instituição, reafirme seu compromisso de fazer com que aquilo que produzimos aqui – que são recursos humanos e conhecimento – estejam a serviço da sociedade.”*

#### **Manifestação pública**

*“Fico profundamente orgulhosa, emocionada, gratificada de poder ouvir que os nossos alunos são capazes de manifestar de forma pública o significado que tem a possibilidade de ter passado por uma universidade. Então, mesmo que algumas pessoas achem que as formaturas se prolongam um pouco com as falas dos alunos, mesmo que algumas sejam repetitivas, na sua essência e na sua grande maioria significam a possibilidade de manifestação pública dos nossos estudantes em relação ao seu comprometimento enquanto cidadãos, da sua expressão de cidadania. Só uma coisa muito grave me impedirá de participar das formaturas.”*

#### **Conhecer os professores**

*“As formaturas têm me permitido uma visão da Universidade muito diferente. Me faz conhecer melhor os nossos professores. Posso ouvir os discursos dos nossos paraninfos, conversar com os homenageados, ver a repetição de muitos professores como paraninfos, ter a oportunidade de um contato com os alunos. É profundamente gratificante quando se cumprimenta um aluno e se ouve dele que está honrado de estar ali e quer agradecer à Universidade. Eles não dizem isso só para mim. Eles dizem isso a outros professores que estão à mesa. Esses momentos gratificantes me tiraram muitas horas, muitos finais de semana e às vezes um verão inteiro, mas me proporcionaram um conhecimento e uma visão da Universidade que, com certeza, eu não teria se não tivesse participado das formaturas.”*

#### **Tv e chimarrão**

*“Durmo sempre depois da meia-noite e acordo antes das seis. Normalmente, vejo televisão à noite. De manhã, também ligo. Acordo cedo, sempre tomo chimarrão e leio antes de sair de casa. De manhã é quando tenho oportunidade de ler mais. Mas à noite eu nunca deito sem ler alguma coisa.”*

#### **De música e de peixes**

*“Tenho hábitos simples. Gosto de música. Quando estou cansada gosto de música clássica, de canto coral, de canto gregoriano. Mas gosto da música brasileira, tanto cantada quanto orquestrada. Além de ouvir música gosto de olhar peixes. Não tenho aquário em casa, mas tenho muitos peixes perto de mim. O peixe passa tranquilidade, mas uma tranquilidade sempre em constante movimento. Também gosto de estar sempre em movimento e sei que preciso fazer isto serenamente.”*

#### **De Passo Fundo**

*“Sou de origem italiana, tanto do lado de mãe quanto de pai. Fui criada no interior e tenho hábitos muito próximos dos da vida interiorana. Digo que sou de Passo Fundo mas nasci, circunstancialmente, em Marcelino Ramos, onde minha mãe estava porque tinha sido nomeada professora. Saí de lá com menos de dois meses de vida, mas ela entendeu que eu devia ser registrada na cidade onde nasci.”*

#### **Além do horizonte**

*“Me criei em Passo Fundo mas sempre tive fascínio por cidade grande. Esse fascínio é que me levou a fazer o curso de Planejamento Urbano Regional e Urbanismo. Hoje, moro em um apartamento que tem uma vista muito boa de Porto Alegre. Então, passo horas tomando chimarrão, escutando música e olhando os prédios. Gosto de ver a cidade à noite, iluminada, ou ao amanhecer. Gosto de olhar o horizonte. A gente sempre tem que olhar além do horizonte, fazendo com que seja mais amplo, mais largo, mais distante. Tem um mundo todo atrás do horizonte. E esse mundo todo atrás do horizonte é algo que me instiga.”*

#### **Vanguarda no interior**

*“Fui da geração dos estudantes contestatários de 1960. Evidentemente, que guardadas as proporções de estar numa cidade como Passo Fundo. E mais: estava no secundário. Então, eu almejava estar aqui. Buscava acompanhar, ler os jornais, ver o que diziam sobre isso. E, ao mesmo tempo, fazíamos um grande movimento estudantil e buscávamos motivar ou promover uma vanguarda lá em Passo Fundo.”*

### **Compartilhando jornal**

*“Em Passo Fundo, no tempo do ginásio, eu era uma das poucas leitoras do Jornal do Brasil, que chegava lá com dois dias de atraso. Éramos cinco na cidade que compravam o Jornal do Brasil: o reitor, um professor, um juiz, o comandante militar e eu, que comprava em sociedade com um colega. Eu lia tudo, inclusive a coluna social do Zózimo do Amaral. Eu via a sociedade carioca e a contradição da sociedade de uma cidade grande.”*

### **Ingressos para o teatro**

*“Quando era presidente de grêmio estudantil e depois de diretório acadêmico, levava para Passo Fundo muitas peças teatrais, como Dois Perdidos numa Noite Suja, de Plínio Marcos, com o Roberto Pirilo e o Paulo Graça Melo. Junto com outras pessoas, eu liderava um pouco isso. Bancava, inclusive. Assumia o compromisso de pagar, desde que eles permitissem que representantes do diretório e do grêmio estudantil falassem antes da apresentação. E que os atores fizessem um debate com os estudantes durante a tarde. Então, eu ia de casa em casa vender ingressos para peças teatrais que, muitas vezes, surpreendiam a sociedade passo-fundense por seu conteúdo.”*

### **No Bar da Filô**

*“As atividades estudantis em Passo Fundo me permitiam vir a Porto Alegre, onde acompanhava os movimentos que aconteciam na Faculdade de Arquitetura e na Faculdade de Filosofia, no Bar da Filô, lugares que eu buscava um dia poder frequentar. E vejam que depois virei professora da Faculdade de Arquitetura. Então, é por isso que, sempre que passo diante daquele diretório acadêmico, lembro que ele foi muito inspirador do meu desejo de estudar a cidade, de entender a cidade, de vir para Porto Alegre, de poder fazer parte dela. Só que eu não imaginava que viria para ser professora exatamente lá. E, muito menos, ser reitora, aqui.”*

### **Olhando Porto Alegre**

*“Vim para Porto Alegre para estar numa cidade grande. O que me atraía era a metrópole. O meu objetivo era vir para esta metrópole e daqui ir estudar em Paris. E fui. Fiz doutorado em Paris. Até alguns anos atrás, Porto Alegre era uma cidade impessoal. Era uma cidade grande, mas não era minha. É engraçado isto. Eu admirava Porto Alegre, mas custei a sentir que esta cidade era minha. Hoje, olho Porto Alegre e a vejo como uma cidade agradável, uma cidade que tem identidade própria, que não se fecha, ao contrário, cada vez mais se amplia, se abre. É assim que eu vejo a minha Porto Alegre.”*

### **Leitura predileta**

*“Li todos os clássicos russos, instigada pela origem do meu nome, que vem de Wronski e de Ana (quando nasci, minha mãe estava lendo Anna Karenina, do Leon Tolstoi). Mas também li Jorge Amado, Érico Veríssimo... Entre os livros que li mais recentemente estão a biografia de Oscar Niemeyer e a biografia do Chico Buarque de Hollanda. Esse tipo de livro mostra os hábitos das famílias, das cidades, a relação com a sociedade, fala de outras pessoas, dá uma visão ampla... Neste burburinho da administração que eu estou vivendo é muito interessante ler esse tipo de livro.”*

## Cida Moreyra



### **“A classe média institucionalizou a mediocridade”**

*Cida Moreyra prepara-se para comemorar duas datas importantes em 2001. Vai completar 50 anos de vida e 20 da carreira de cantora. Não precisou mais do que o primeiro show individual, Summertime, de 1981, para tornar-se uma artista cult. Nascida em São Paulo, ela começou a estudar piano aos cinco anos.*

*Acabaria se formando em Psicologia, mas a música falava mais alto. Na verdade a carreira tem outra data - 1977 - quando passou a integrar o elenco do lendário grupo de teatro Ornitorrinco. De lá para cá, fez 18 peças (sempre como atriz-cantora), dez filmes e seis discos. É a artista brasileira que mais conhece a obra de Bertolt Brecht e Kurt Weill. E não pára: agora mesmo anda envolvida com vários projetos, entre eles um disco com as 18 modinhas imperiais recolhidas por Mario de Andrade, que serão gravadas na íntegra pela primeira vez. Em outubro, ela passou uns dias descansando em Porto Alegre, onde tem muitos amigos. Clóvis Ott e Juarez Fonseca conversaram com Cida sobre esses projetos, a música, os músicos e o Brasil.*

NOVEMBRO 2000 - EDIÇÃO N.º 35

**Jornal da Universidade - Vamos começar com um balanço do que você anda fazendo.**  
**Cida Moreyra** - De um ano para cá fiz várias coisas diferentes, que acabaram se desdobrando. Fiz um espetáculo sobre a história da música brasileira das décadas de 20 a 40, coisas maravilhosas que eu ainda ouvia na infância. Vejo a canção brasileira do início do século como se fosse música erudita. Porque, a partir dela, todos os gêneros foram semeados. Cantei coisas que nunca havia cantado em público, de Pixinguinha, Villa-Lobos, Catulo da Paixão Cearense. E isso me mobilizou muito, esteticamente.

**JU - Por que você se sentiu mobilizada?**

**Cida** - O que acompanha isso é um raciocínio: o que posso fazer, neste momento, exceto resgates estéticos da série de coisas que fui escolhendo para trabalhar ao longo do tempo? Em termos de carreira comercial, o que posso fazer hoje que resulte em alguma coisa para gravar. Mas teve gente que me desaconselhou.

**JU - Por que?**

**Cida** - Porque isso, comercialmente, não tem nenhum respaldo. Decidi seguir minha vontade porque encaro mesmo como fazer um documento para deixar. As modinhas foram gravadas esporadicamente, aqui e ali, mas vou gravar todas, numa leitura instrumental mais contemporânea. Mais contemporânea mas não modernosa; não tem sentido você modificar a estrutura delas.

**JU - A questão de comercial ou não-comercial: as coisas estão postas de uma forma tão clara hoje, no Brasil, sobre o que é comercial e o que não é, que isso não será problema.**

**Cida** - Certo, a diferença é clara.

**JU - Então, ou você faz o trabalho que gosta, ou vai gravar pagode e música sertaneja. As grandes gravadoras estão envolvidas com o projeto de vender milhões, não estão preocupadas com qualidade. Mas o Brasil tem também um público grande para consumir a boa música. Não tem?**

**Cida** - Claro. Se eu digo que vou fazer um *show* em Imperatriz, no Maranhão, por exemplo, as pessoas se espantam e perguntam: “ah, mas tem público?” Tem, para tudo tem público. A questão é que a mídia não dissemina a informação em si, apenas reduz a informação e acabou.

**JU - Gilberto Gil tem uma frase interessante a respeito de como os produtores fonográficos japoneses encaram essa questão de quantidade/qualidade. Diz que lá eles preferem lançar cem discos que vendam mil cópias cada, do que só um disco que venda 100 mil cópias. Já aqui, optam por fazer um único disco que venda 100 mil.**

**Cida** - No Brasil tudo é assim, não é só com o disco. É assim com a literatura, com as artes plásticas. A gente prefere fazer uma coisa que, aparentemente, renda muito, do que apostar em várias coisas que possam abrir o leque de possibilidades.

**JU - Ao mesmo tempo, nunca como hoje no Brasil tivemos tantas alternativas de gravadoras independentes.**

**Cida** - Acho que esse é exatamente o caminho de todo mundo que queira trabalhar. Nada de choramingo, sempre fui absolutamente contra isso. Acho lamentáveis os artistas que ficam choramingando, se queixando de injustiçados, de não serem reconhecidos. Essa linguagem nunca fez parte da minha vida. Caso contrário eu não estaria fazendo as coisas que faço. É simples e básico.

**JU - E continuando a história...**

**Cida** - Depois do *show*, recebi um convite irrecusável: fazer uma ópera em São

Paulo. Solange Farkas, importante diretora de vídeo, esteve na Alemanha e assistiu à ópera *O Grande Macabro*, de Gyorgi Ligetti, compositor contemporâneo húngaro que vive na Alemanha. O tema da ópera é a fantasia de um fim de mundo que se anuncia. Solange encomendou a tradução, pegou a música do Ligetti (que, vamos dizer assim, é absolutamente incompreensível) e entregou a partitura a Paulinho Santos, do grupo Uakti, que trabalhou durante um ano na adaptação. O espetáculo ficou com o nome de *A Ópera do Fim do Mundo*. Solange me chamou para fazer o papel da personagem Mescalina, a antagonista do protagonista, um bruxo que vinha para acabar com o mundo. Foi um desafio extraordinário para mim, era de uma dificuldade inacreditável para todos.

**JU - Estreou quando?**

**Cida** - Em fevereiro. Ficamos um mês em cartaz em São Paulo e aconteciam coisas como o maestro Koellreutter ter ido cinco vezes assistir, enquanto muita gente saía na metade. A música do Ligetti já é alucinada, mais o Uakti em cima, imagina. Foi uma experiência inesquecível para todos os que participaram. Depois apresentamos em Belo Horizonte e temos convite para apresentações na França, em 2001.

**JU - E você também cantou na Itália este ano.**

**Cida** - Sim, em maio. Foram sete apresentações do espetáculo com músicas do Kurt Weill que eu tinha feito na Argentina. Mas, depois da ópera, peguei o trabalho das modinhas. E, no meio disso, comecei a me envolver com uma coisa que sempre quis fazer, um sonho que pretendo estreitar em março de 2001: a montagem de *Os Sete Pecados Capitais*, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, como um espetáculo *pop*. A tradução está sendo feita.

**JU - Como é que você consegue fazer tudo isso?**

**Cida** - Acha muito? Vem mais. O Sesc São Paulo tem uma programação chamada *Série Solos*, que são quatro espetáculos de um mesmo artista. Me propuseram fazer agora, em dezembro, quatro shows: a remontagem do *Summertime*, que foi meu primeiro show (ano que vem fará 20 anos), esse novo espetáculo do Weill que apresentei no Festival de Buenos Aires em 99 e que foi um sucesso, esse das modinhas e esse das canções brasileiras antigas. Serão quatro espetáculos diferentes em uma semana.

**JU - Nos anos 70, o produtor Marcus Pereira lançou muitos discos com recuperação de músicas brasileiras do passado. Agora, parece estar havendo uma preocupação de recapitular a história da música brasileira. Há mesmo essa preocupação, as pessoas estão mesmo querendo conhecer mais sua história?**

**Cida** - Sem dúvida. Até por conta de uma certa falta de alternativas. Estamos percebendo que esteticamente, qualitativamente, a música brasileira sempre foi genial desde o começo. Esse genial não é da bossa nova para cá, do tropicalismo para cá, não é só a geração Chico-Edu-Caetano-Gil. Não é isso. Estamos descobrindo que tudo é genial na música brasileira.

**JU - E o novo interesse se manifesta em que faixas de público?**

**Cida** - Os jovens também estão consumindo, mas não no sentido de resgate, porque eles não têm a informação, e sim como informação nova. Têm sido encenados musicais sobre o Noel Rosa, sobre a Chiquinha Gonzaga... Acho extremamente saudável, pois isso vai criando um novo público para a música brasileira. Pode parecer que não, mas cria.

**JU - Qual sua opinião sobre a música de mercado que rola no Brasil? Paulinho da Viola, por exemplo, diz gosta de várias coisas do pagode. Gil e Caetano defendem o axé. E, afinal de contas, estamos consumindo predominantemente música brasileira em vez da música internacional que havia antes. Mas, por outro lado, pergunta-se: por que as pessoas ouvem no rádio quase só coisas de baixa qualidade, quando poderia ser o contrário?**

**Cida -** São mesmo várias faces, pois nem tudo é desprezível nessa música. Gosto de várias coisas que ouço no rádio. O que eu não gosto, simplesmente não ouço. Mas acho que há uma questão maior: o que está havendo é um achatamento do gosto.

**JU - Sempre tivemos música comercial, só que agora se trata de algo muito mais massificado.**

**Cida -** Porque o mercado cresceu muito. A massificação é proporcional ao crescimento quantitativo do mercado. Mesmo assim existe uma certa perversidade das gravadoras em banalizar não só a música mas a cultura em si, para que as pessoas consumam sem pensar, sem nem saber se gostam ou não. Não sei se, quando compram um disco, as pessoas param para pensar se gostam mesmo ou não. Compram porque saiu, porque toca no rádio e na TV, compram por impulso.

**JU - Compram, consomem rápido e esquecem.**

**Cida -** Ouvem o disco sete, oito vezes e não ouvem nunca mais, porque realmente não têm o que ouvir mais. O disco se esgota. É isso o que o mercado quer, porque aí a pessoa busca outro para comprar, e assim ela vai.

**JU - Mas o emburrecimento do ouvinte não está ligado só às gravadoras. Insere-se aí a questão do sistema educacional do país, que não incentiva o espírito crítico.**

**Cida -** Claro, as gravadoras vão no rastro disso. A linguagem brasileira está empobrecida, e então o cara que já está empobrecido culturalmente busca uma música que bata com suas deficiências. A poesia rastaquêra das letras é rastaquêra porque a linguagem do ouvinte é assim, porque ele não aprendeu nada melhor do que aquilo na escola. Busca apenas a necessidade que tem naquele momento, que é pouca, que é cada vez menor em termos de qualidade.

**JU - O chamado “povão” não tem dinheiro para ficar comprando discos a 20 reais. Compra pouco. Quem, então, engorda de fato as cifras da música ruim? A classe média.**

**Cida -** O achatamento maior está na classe média, porque o povão sempre gostou disso e o povo mais assim gostou daquilo. A classe média era mais eclética em suas escolhas. Com o achatamento do gosto, a desqualificação do ensino, a pauperização da linguagem, com os valores cada vez mais provisórios de vida e de consumo de arte, principalmente, a classe média foi quem mais achatou o gosto. E aí institucionalizou a mediocridade, porque deixou de consumir a coisa mais sofisticada. Para ela, o que é sofisticado hoje? É o disco dos Três Tenores...

**JU - O descenso social também assina em baixo...**

**Cida -** É, as pessoas se sentem um pouco do povão e um pouco sofisticadas, vão no pagode ou no bailão no sábado à noite, mas, de repente, também vão assistir a um show da Simone, da Maria Bethânia – e passam a gostar menos da Bethânia porque já não é bem aquilo. E aí a Simone, por exemplo, começa a gravar o que está achatado e vai criando um mercado para isso, que a classe média consome vorazmente. E a televisão atende a isso, e os festivais de música

são retrato disso... O duro de agüentar é que as pessoas acham que não existe nada melhor do que aquilo que elas ouvem. E existe! Tá cheio!

**JU - Você é uma das artistas brasileiras que mais conhece a obra de Brecht. O que ele diria a respeito desse panorama?**

**Cida -** O Brecht sempre propõe que você fique atento à sua própria evolução ou involução. A proposta dele é não deixar que você perca a consciência do que você está fazendo com você. O que é *Os Sete Pecados Capitais*, por exemplo? São sete canções que falam dos sete pecados de uma mulher chamada Ana. Depois de passar por todos eles, e vencê-los, ela consegue construir uma casa. A casa é uma metáfora dela. *Os Sete Pecados* não é uma viagem esotérica, nem psicológica, mas uma viagem racional. É vencer-se no que a humanidade tem de mito, no que impede o homem de compreender a importância de sua existência. Para mim, chegando aos 50 anos, é extremamente atraente mexer com esse assunto. Em primeiro lugar, porque tudo o que canto, tudo o que faço, é para mim mesma. Na ópera do Ligetti, minha personagem era uma amaldiçoada. Mas era a única que considerava aquele fim do mundo uma farsa. Gosto muito desse papel de não acreditar na farsa. Gosto muito de me sentir uma sobrevivente, não uma vítima. Inclusive no sentido artístico.

**JU - Millôr Fernandes cunhou uma boa frase a respeito: “Nem tudo está perdido. Algumas coisas ainda nem foram achadas”. Mas voltando a Brecht, que é uma espécie de ícone da arte com objetivo político, você acha que seria possível, no Brasil de hoje, alguma tipo de ação dos artistas no sentido da conscientização, de abrir mentes para a realidade? Você não acha que nossos melhores artistas estão muito acomodados?**

**Cida -** Acho que sim. E também que há uma certa inércia em acharmos que podemos até tentar, mas não vai adiantar mesmo. Estamos vivendo um desencanto muito grande. Quero acreditar que isso seja passageiro, não acho que seja irreversível, mas os artistas deveriam se manifestar de forma mais contundente, sim. Sentimos na pele essa necessidade mas não estamos nos movendo como poderíamos. Quando se reúnem, os artistas falam de si próprios, de seu trabalho, de sua cidade, mas não se abrem para um diálogo maior. O começo seria abrir essa conversa. Mas abrir de verdade, não simplesmente cada um vir defender o seu gueto.

**JU - Não se trata de trazer o passado de volta, mas de usar elementos que valeram no passado, reprocessados, para que se tenha de novo a capacidade de dizer coisas, provocar, alertar, protestar. O que é o teatro brasileiro hoje, por exemplo?**

**Cida -** Comércio puro e alguma experimentação.

**JU - Não tínhamos um teatro que ao mesmo tempo era experimental e era político, e entendido?**

**Cida -** Não temos mais. O teatro é a arte que mais está sofrendo dessa inércia. Tudo é montado para atender a um momento. Um grande ator monta uma peça “X” para atender aquele momento em que ele está na novela, ou que fez um filme. Daí monta uma peça e passa meses ganhando uma puta grana e tal. E não me parece que importe muito o que esteja fazendo. A não ser alguns. Alguns ainda montam espetáculos sem essa má intenção. Você pode não gostar do teatro que o Zé Celso Martinez Corrêa faz, por exemplo. Mas é teatro.

**JU - Arte engajada é uma coisa, que até pode ser limitante. Artistas engajados é outra. Qual sua opinião sobre a responsabilidade dos grandes nomes da MPB diante do**

**cada vez mais gritante drama dos excluídos no Brasil? Não há momentos em que os artistas precisam, devem se manifestar?**

**Cida** - Infelizmente, acho que eles não estão interessados mais nisso. Outro dia, eu estava pensando que até o próprio Chico Buarque está acomodado. Mais do que um desamorçoamento há uma certa má-vontade em se abrir. É uma coisa de ego mesmo, complicada, que não permite às pessoas fazerem quase nada a não ser cuidarem só de si.

**JU** - **Por que os grandes artistas não mais fazem canções de denúncia?**

**Cida** - Não sei, acho que eles desistiram.

**JU** - **Só quem está fazendo isso mesmo é o pessoal do rap, como os paulistas do Pavilhão 9 e dos Racionais, o Planet Hemp, que dizem coisas espantosas nas letras. Só que não tocam no rádio e têm um consumo quase de gueto, quer dizer: não repercutem nos meios que interessam ao que estamos nos referindo.**

**Cida** - Esse pessoal é incrível, mas sua denúncia ainda é muito, muito restrita. Os outros desistiram mesmo. Eu estava pensando na questão do Chico, que continua tão maravilhosamente compositor. Estive com ele no ano passado, tenho lido muitas entrevistas, mas a verdade é que ele não quer muito mais saber de nada.

**JU** - **Registra, fotografa, mas não se envolve.**

**Cida** - Está distanciado, mostra, mas é como se não fosse com ele. Parece dizer: isso aqui tem lá, mas não estou envolvido. A diferença é essa. Não tem indignação. Tem gente, como o Zé Geraldo, dizendo coisas. Mas precisava mesmo era vir desses caras estabelecidos. O Caetano, claramente, não está fazendo isso há muitos anos.

**JU** - **Você não acha que se o Chico abrir a boca, o Caetano abrir a boca, o Gil abrir a boca, o Paulinho da Viola, o Milton e todos esses abrirem a boca, haverá grande repercussão na mídia? E para não ficar insistindo na área da música, o mesmo pode ser dito das estrelas do cinema, do teatro, da literatura. Se se engajassem, se levantassem a voz, não haveria grande repercussão?**

**Cida** - Com certeza. Mas as pessoas não querem mais assumir essa responsabilidade. E o impasse é geral. Se você falar de política teremos um impasse completo, se falar de economia, a mesma coisa. Estamos convivendo com o impasse cotidianamente, por isso acho que nossa obrigação é sermos fortes, fortes no sentido brechtiano da palavra, de agüentar o tranco. A questão é que precisamos estar preparados para enfrentar o impasse, caso contrário seremos engolidos por ele. Mas há muita gente jovem chegando aí. Acredito firmemente neles.

**JU** - **Outro viés: a globalização. Permanecendo na questão cultural, de que nos tem servido ela a não ser para continuarmos absorvendo produtos dos mercados hegemônicos? O que temos da África, por exemplo? E da própria América Latina, que já foi mais próxima inclusive no tempo da ditadura?**

**Cida** - Ano passado, na Argentina, conheci grupos de teatro, músicos, artistas de vários países latino-americanos, e fiquei espantada com meu desconhecimento. Nos anos 70 havia mais troca. E por que isso foi interrompido? Acho que as pessoas dos outros países do Terceiro Mundo estão como nós estamos, fechadas também, trancadas também, e aí você não tem como repartir um bolo que ninguém coloca na mesa para ser repartido. Há centenas de pessoas, artistas

maravilhosos nos outros países, que não conhecemos. Os artistas não circulam pela América Latina. Sei que Porto Alegre mantém intercâmbios, mas é só Porto Alegre. Por que os artistas da Amazônia não trabalham com os da Venezuela, que está do lado deles? Pior: não há troca sequer entre os próprios artistas das várias regiões brasileiras. E tem pilhas de coisas acontecendo, a produção cultural continua extraordinária no Brasil. A qualidade melhorou muito, mas são produtos ocultos. Você não vê nada de ninguém, e ninguém vê o que é teu.

**JU** - **O que fazer?**

**Cida** - Enquanto falava sobre isso eu estava pensando na ópera do Ligetti. Qual era o tema? É assim: você tem uma sociedade, caótica, e aí chega um maluco, poderoso, dizendo: “O cometa vai vir e vai arrasaaaar, vai mataaaaaar, todos vão morreeeeeer”. O que acontece? Ele faz a representação desse final do mundo e o mais grave é que as pessoas acreditam, e morrem. Todas lá, achando que estão mortas. Mas uma se recusa a acreditar na farsa. Aparece e fala: “Mentira, estamos todos vivos, foi tudo uma farsa, como vocês puderam acreditar?” Ou seja: nós aqui estamos vivendo mais ou menos assim. Alguém diz que a gente morreu, a gente acreditou e estamos nos comportando como se estivéssemos mortos. Só que não estamos mortos, estamos vivos. Muito vivos. Essa é a minha esperança.



# Antônio Carlos Borges Cunha



## “Nunca fiz prostituição musical na minha vida”

*Antônio Carlos Borges Cunha está distante do estereotipado “padrão maestro” em comportamento, interesses, experiências e até postura de palco. Há 48 anos, numa fazenda do interior de Bom Jesus, chamava atenção pela musicalidade e obsessão por sons. Hoje, é o regente preferido de grande parte dos melhores músicos da cidade grande. Só não tem uma carreira “além-Mampituba” porque, como diz, falta tempo e jeito para vender o seu peixe. Compositor admirado, menos tocado do que merece, tem uma obra que prima pela originalidade, sem ser hermética. Em 2000, Cunha lançou seu primeiro CD, belo objeto com a melhor música, realizado pelo Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. O disco é o resultado de longo trabalho de convencimento feito por admiradores – à frente o também compositor Yanto Laitano, produtor do CD. Com uma formação inicial absolutamente não-ortodoxa, no Rio Grande do Sul, foi aluno de Armando Albuquerque; em São Paulo, de Hans Joachim Koellreuter; em Boston de Robert Cogan e, em San Diego, de Roger Reynolds, Harvey Solberger e Bryan Ferneyhough. Cunha é Doutor em Música pela Universidade da Califórnia e professor de Composição do Instituto de Artes da UFRGS. O resultado disso tudo é um maestro talentoso, expansivo, apaixonado, avesso a conceitos fechados e sincero quando se diz sem preconceitos. Pai do talentoso compositor e arranjador, Vagner Cunha, reconhece: “Ele é que me mantém informado”. Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do JU, e os compositores Arthur de Faria e Yanto Laitano conversaram – e riram muito – com o maestro, por uma manhã inteira.*

DEZEMBRO 2000 - EDIÇÃO N.º 36

**Jornal da Universidade - Quando é que o senhor começou a se interessar por música, em que situação?**

**Antonio Carlos Borges Cunha** - Desde que comecei a engatinhar já manifestava um grande interesse pelo som. A gente morava numa fazenda, no interior de Bom Jesus. Foi lá que eu nasci. Não tinha nem parteira! Meus pais eram produtores rurais. Eu nasci nesse ambiente, com muitos animais, mas meu interesse sempre foi a música. Eu tive uma grande dificuldade, porque os meus pais não estavam muito interessados em música. Fazia muita gaitinha de papel e imitava o som com a boca. A gaita já era o meu instrumento.

**JU - Mas de onde vinha a influência? O senhor ouvia a música no rádio, gostava, ouvia onde?**

**Cunha** - O rádio influenciou muito. E a Banda dos Alves, lá de Bom Jesus, que é a origem do meu pai. Uma banda de família. Tinham um maestro contratado só para eles. Mas eu não tive oportunidade de conviver com essa banda. Esse interesse pela música não vem do ambiente familiar. Não tínhamos essa cultura. A música não era parte do nosso dia-a-dia, como é agora com os meus filhos. Tanto que eu só tive o meu primeiro acordeão quando tinha 14 anos, o que é um absurdo. Para quem vem engatinhando, fazendo som e cantando e imitando sons, ter o primeiro instrumento com 14 anos é muito tarde. E deu muito conflito. Meu pai chegou a comprar o acordeão mas minha mãe não deixou que ele me desse. É verdade!

**JU - E com o acordeão, já começou a compor?**

**Cunha** - Não, com o acordeão comecei a estudar, e estudei muito. Felizmente comecei pelo certo, não fui inventar minha técnica. Fui estudar pelo método. E se comecei com 14 anos, aos 17 já comecei a carreira. Veja bem: na época em que estava estudando, o acordeão já estava fora de moda. Eu conseguia ser eu mesmo, independente de qualquer pressão de escola, de adolescência, na época dos Beatles, da guitarra... Entrei uma vez no colégio das freiras, Colégio São José, para tocar num *show*. Estava cheio de normalistas. Quando apareci com o acordeão foi a vaia total! Ninguém queria saber! Toquei a música Czardas, que era um sucesso na época, na versão dos Incríveis... Primeiro, houve um silêncio. Depois, a gurizada aplaudiu de pé.

**JU - Porque, sendo filho de agricultores, nascido no interior de Bom Jesus, vivendo em Vacaria, se criando com um instrumento tipicamente de música regional, foi escolher o erudito?**

**Cunha** - Não sei. Tem um amigo em Vacaria, um radialista, animador de programa que tocava acordeão muito mal. Quando ganhei o meu, meu pai me levou para estudar com ele. Mas ele disse: "Tem que botar esse guri a estudar por música". Fui. Mas a música que faço hoje, essa do CD, tem muito a ver com a pesquisa de som que eu fazia na minha infância. E o acordeão era o instrumento ao qual eu tinha mais acesso. Depois, tive a felicidade de encontrar o professor Eleonardo Carfi, um italiano que foi professor do Adelar Bertussi. Essa geração toda estudou com ele. Na época, cheguei a ser virtuose de acordeão! Tive um programa na Rádio Esmeralda: vinte minutos, entre um programa religioso e outro. Tocava de tudo. Deu certo, mas depois tive que comprar o espaço, pagar para tocar na rádio. Meu pai já estava começando a ser meu fã, porque eu era um batalhador, estudava muito. Como ele tinha

bastante comunicação com empresários, conseguiu que um deles, que vendia tratores, patrocinasse meu espaço na rádio. Nessa época eu também comecei a tocar em bailecos, doze horas cada noite! Então fiz uma dupla, Os Mestres do Acordeão. Depois, no auge dessa fase, formamos o conjunto Os Caudilhos. Chegamos até a gravar, com várias composições minhas, naquele gênero. Eram dois acordeões, contrabaixo, guitarra e bateria. Mas, antes de chegar nesse conjunto regional, também cheguei a acompanhar dupla caipira. Fiz *show* até num circo em São Paulo.

**JU - O senhor chegou a tocar com o Teixeira, não?**

**Cunha** - Sim, toquei com Teixeira na época dos Caudilhos. Com Os Caudilhos foi uma fase muito boa. A gente estourou. Havia muito trabalho nesse tempo, meados dos anos setenta. Chegava a tocar em três bailes por semana, era uma loucura! E nessa época eu estudava harmonia, contraponto, ouvia outros repertórios. O pessoal não queria nem saber. Iam jogar carta e eu ficava estudando. Isso não quer dizer que eu não gostasse daquela música. Eu gosto de tudo quanto é música, e sempre coloco o coração em tudo o que faço. Não é uma coisa falsa. Nunca fiz prostituição musical na minha vida. Se fosse tocar num casamento onde iam me pagar, aí eu botava minha alma. Nunca pensei "vou lá fazer um cachezinho"...

**JU - Essa história é muito parecida com uma do Artur Piazzolla quando ele tocava na orquestra do Aníbal Troilo. Nos intervalos, enquanto o pessoal jogava truco, o Piazzolla ficava estudando harmonia, contraponto... E os caras dizendo: "Porque tu tens que ficar estudando esse negócio? Vai tocar tango... deixa de ser bobo!" E ele sempre gostando do que estava fazendo, do tango tradicional, mas também pensando em outras coisas...**

**Cunha** - Uma coisa que me emocionava muito era perceber, no momento da animação de um baile, que estava fazendo as pessoas felizes, que todo mundo estava curtindo. É um momento de grande emoção.

**JU - Normalmente, um maestro tem a emoção controlada. Tem comunicação com o público, alegria, entusiasmo, emoção. Não se detém nessa emoção controlada. Isso vem do seu temperamento ou da época dos bailes?**

**Cunha** - Eu acho que é do temperamento. O meu pai era muito afetivo. Isso é uma coisa que está nos genes. Com Os Caudilhos, onde eu tocava principalmente baixo, havia um momento em que eu pegava o acordeão e o baile parava. Era um momento de *show* no baile. Era fantástico, como se fosse uma cadência num concerto! Um CTG lotado, dançando, e aquele monte de gente parar e me ouvindo tocar a abertura do Guarani, do Carlos Gomes. Era uma coisa que assustava!

**JU - E o pessoal que estava se divertindo e dançando no CTG gostava disso?**

**Cunha** - Era algo que não esperavam: "Como é que o acordeão pode fazer isso?" Mas não era só por causa do acordeão. As notas estavam ali, qualquer um podia fazer. Eu acho que era essa carga afetiva que eu acredito ter também nessa música que eu componho hoje. Quando peguei o acordeão pela primeira vez, improvisei a minha primeira composição. É como esta música que está aqui até hoje. Não tem nada a ver com valsinha, com nada. Eu não sabia nada de nada mesmo. Nem onde ficava o dó, o ré, nem sabia que existia isso. A primeira coisa que eu fiz foi pegar o acordeão e começar a tirar som dele...

**JU - E como é que ocorreu essa transposição do baile para academia?**

**Cunha** - Quando eu estava no auge com Os Caudilhos, em termos financeiros, comecei a fazer composição e regência aqui na faculdade. Morava em Vacaria, tinha uma escola de música e uma loja de música lá, tocava nos Caudilhos e fazia faculdade, tudo isso. Nunca tive sossego. Casei muito cedo. Com 17 anos, assumi a responsabilidade de família, que tem implicações em toda uma vida. Aí, tive que tomar uma decisão dramática: não queria mais tocar baile. Vim assistir um curso de Música Brasileira na PUC. Veio o Júlio Medaglia, o Marlos Nobre, ouvi algumas músicas do Marlos Nobre e do Bruno Kiefer e fiquei gostando muito. E tive também a primeira oportunidade em minha vida de assistir a um concerto de orquestra sinfônica. Era a OSPA. Fiquei encantado! Vi ali também o primeiro concerto com coral, regido pelo Arlindo Teixeira. Aquele coro cantando assim, afinado, e eu perguntando a mim mesmo: “mas como é que ele dá o tom, tchê?” Depois, fui no camarim, e descobri “um negocinho”, o diapasão, que dá o tom. Eu nunca tinha ouvido um! Eu já tinha uma idade avançada, mas não tinha um meio musical para isso. Quando vi a orquestra decidi que iria tocar na OSPA. Aí, fui estudar contrabaixo na escola da orquestra, com o Milton Masciadri. Em pouco tempo já estava pronto. Estudei o contrabaixo porque queria mudar de ambiente.

**JU - O senhor deixou Os Caudilhos numa época boa financeiramente. Como fazia para se sustentar com a família?**

**Cunha** - Eu tinha só uma bolsa para fazer um estágio na OSPA. Mas então entrou o maestro Eleazar de Carvalho. Houve uma empatia. Ele gostou de mim. Me viu tocar e nem fiz o concurso para entrar. Aliás, nem tinha. Não conseguiam concurso. Ele perguntou: “O senhor é capaz de tocar uma escala de mi maior afinada?” Respondi: “Sim, maestro, com quantas oitavas quer que eu toque?” Ele encerrou a conversa “Então o senhor está contratado!” Nessa época, eu já estava no Instituto de Artes, na escola da OSPA, e estudando composição com o H.J. Koellreuter, no Rio e São Paulo.

**JU - E pegando ônibus para ir e voltar de lá...**

**Cunha** - Conheci o Koellreuter durante um curso de música. Ele estava chegando do Oriente. Foi uma fase fantástica. Ele tinha toda uma vivência de Japão, de Índia. Encontrei o Koellreuter na melhor fase dele. Ficamos muito próximos, e eu ficava na casa dele uma semana. Foi nos anos oitenta. Aí, o Eleazar me deu muito apoio. Ele sabia que eu estudava com o Koellreuter e me liberava da orquestra quando eu tinha aula. Durante o primeiro ano da OSPA, quando eu ainda estava em estágio, morava em Vacaria, só vinha nos fins de semana. Depois é que me formei no Instituto de Artes. O professor era o Armando Albuquerque. Ele também gostava muito que eu estudasse com o Koellreuter. Eu mostrava os trabalhos que fazíamos. *Monolito*, que foi a primeira peça forte para acordeão que eu fiz, foi com o Koellreuter, em 1980. As pessoas diziam perceber uma influência de Gyorgy Ligeti. Mas eu ainda nem tinha ouvido o Ligeti...

**JU - É muito fácil, no caso de música contemporânea, não ser musical, ser só teórico, filiado a esta ou aquela escola. Aí se dá uma grande explicação sobre a composição e a explicação pode ser melhor do que a música. Essa é uma característica que não tem na sua música. Ela tem muita paixão e nenhuma filiação com escolas específicas. Como se dá este processo?.**

**Cunha** - Eu acho que influência a gente tem. Se vai ouvindo compositores, tendências estéticas com as quais há identificação... Mas uma coisa que tem que ficar bem clara: não foi o Koellreuter que me induziu a ir para a vanguarda. Foi eu que me identifiquei com o repertório que ele mostrava nas aulas de estética. Eu descobri que aquele som que eu curti na minha infância, brincando, ouvindo a natureza e os animais, era música! Foi uma revelação impressionante. E encontrei uma pessoa que era capaz de me disciplinar naquilo. Foi uma identificação.

**JU - Um dos comentários que o Celso Loureiro Chaves faz no seu disco, e destaca como um dos seus traços distintivos, é a ausência da melodia, que teria raízes na tua infância...**

**Cunha** - Eu ouvia o coro dos animais emocionado...

**JU - Por que a melodia não é valorizada pelo senhor?**

**Cunha** - É porque busco ressaltar outros aspectos: timbre, volume do som, nível de intensidade, dinâmica e tempo. A melodia não é completamente eliminada, mas esses outros parâmetros passam a ter valor igual, quando na música tradicional tem uma hierarquia: música é melodia. Não tem melodia, não tem música. Aqui não. Quer dizer, surgem gestos, traços melódicos, mas eu não tenho uma postura exclusivista que exclui as coisas. Tem algumas sugestões de linha melódica, mas eu penso em energia de som. Não é uma postura de exclusão. É uma postura de equivalência de valores.

**JU - Mas, pelo ouvido médio do público, quanto tempo acha que levará - se é que se pode medir isso - para este público se acostumar ao tipo de música que faz?**

**Cunha** - Pela minha experiência, mesmo os leigos são afetados. Alguma coisa mexe com as pessoas, independente de “entender”. Não precisa entender nada! As pessoas dizem: “eu sempre ouvi música contemporânea e nunca me emocionei. Por que com a tua eu me emociono?” Acho que nós estávamos falando nisso. Essa não é uma música conceitual, que parte de um conceito, de teorias e de definições filosóficas. Ela tem uma filosofia, uma definição, um estilo, uma estética, mas tem algo mais. Por isso, Beethoven é um compositor importante também para mim. Pelo conteúdo dramático.

**JU - O senhor falou em tempo, em timbre. Poderia falar no seu método de composição, se ele mudou desde o tempo dos Caudilhos ou do Koellreuter, ou se ele foi desenvolvendo...**

**Cunha** - Aqui, temos que pensar antes e depois dos Estados Unidos. Com o Koellreuter aprendi algumas técnicas, mas eu tinha um método de compor que partia do detalhe para o todo. Não sabia aonde ia chegar na música. Compunha fragmento por fragmento. A minha música dos anos 80, é uma música muito mais fragmentada. Fui aos Estados Unidos para resolver esse problema. O Koellreuter dizia: “tem que ouvir a grande forma”. Eu não entendia aquilo. Depois é que fui começar a entender que esse planejamento é extremamente importante para o controle do percurso dramático. Mesmo que as minhas peças tenham tendências não lineares, elas têm o percurso dramático. Nas minhas duas peças dos anos 90 que estão no CD dá para perceber claramente isso. Hoje eu tento partir do todo para o detalhe. Tenho um tempo aproximado, tenho imagens de som. Aí vou, aos poucos, chegando no detalhe. Vou pensando que vou começar no nível de informação “X”, que em determinado momento vai

ter o máximo de informação, o máximo de densidade. É como o arquiteto que planeja um prédio. Ele é um todo, depois tem as divisões. Cada apartamento desse prédio tem uma estrutura e dentro desse apartamento tem outras sub-divisões. É isso que eu faço: eu vou das sub-divisões maiores até as menores, até chegar nas notas e nos ritmos.

**JU - O senhor acha que a música que faz se encaixa em alguma escola?**

**Cunha** - Não sei se encaixa ou não. Eu tenho as minhas preferências, compositores que eu reconheço terem me influenciado. Tenho certeza que o Ligeti me influenciou, mesmo que eu tenha feito o *Monolito* antes de ouvi-lo...

**JU - É muito curioso que a sua peça para acordeão se chame Monolito e o Ligeti seja, justamente, o autor da trilha do monolito negro, um dos pontos principais do filme 2001 – Uma Odisséia no Espaço.**

**Cunha** - É?!?

**JU - Como surgiu o nome para esta peça?**

**Cunha** - Foi idéia do Koellreuter. Ele ouviu e disse que não conseguiu dormir depois. Também disse não imaginar que um aluno vindo lá de Vacaria ia fazer aquela peça. No outro dia tinha aula de novo, ele me disse: isso aqui é um monolito.

**JU - Várias vezes no encarte do disco a palavra violência é usada pelo Celso Loureiro Chaves. Concorde com essa palavra?**

**Cunha** - Não sei... Mas, na verdade, somos violentados sempre. O que acontece é que a música das duas peças mais recentes do disco tem um contraponto entre a linearidade e não-linearidade. Um percurso que, mais ou menos, é previsível. E em cima disso, todo um sistema de perturbação, que não é linear. Essa tensão é que gera esse resultado de violência como o Celso diz. É como se você estivesse andando e levasse umas pauladas. É violência mesmo.

**JU - Pensa em alguma coisa objetiva da vida quando compõe?**

**Cunha** - Não. Não trabalho com imagens. Os títulos são a coisa mais difícil. É som mesmo, música mesmo. É comunicação do som pelo som. Não tem história atrás disso. Depois a gente coloca um título. Esse título *Ancient Rhythm* é do poeta Fernando Pessoa. Eu li o poema na biblioteca de San Diego. E aqui entra, mais uma vez, o contraponto, entre o que essa palavra sugere e o que realmente é. Quando se fala em *Ancient Rhythm*, o que as pessoas vão imaginar? Elas já pensam que vão ouvir ritmo, que vai ser dançante. Mas não é.

**JU - E porque que com toda essa bagagem regional o senhor não tem uma transposição aparente disso? Fazer a síntese de uma música nacionalista, vamos dizer assim, com a música de vanguarda...**

**Cunha** - Eu tive sempre um cuidado de não cair naqueles velhos ritmos da música nacionalista. Fui buscar, e estou buscando, uma ligação com a terra. E isso eu acho que está muito forte e presente nas duas peças mais antigas do CD. Mas não é a música nacionalista com ritmo sincopado, e sim uma música que vai buscar as suas raízes na terra lá no primitivo mesmo, no índio. Acho que o mais importante para o compositor não é definir o que ele quer fazer. É definir o que ele não quer fazer. Porque aí, o que ele quer fazer não tem limite.

**JU - E qual é o maior desafio do compositor erudito de hoje?**

**Cunha** - Excelente pergunta. Estamos vivendo um momento extremamente interessante. Pelo ecletismo musical e pela dissolução dos conflitos entre van-

guarda e nacionalismo. O compositor, na mesma obra, pode ter eventos com raízes na vanguarda, como pode ter eventos com raízes na música do século passado, romântica, do barroco, etc... Essa é a grande oportunidade para o compositor criativo. Porém, ninguém pode fazer tudo. Temos hoje música africana, indiana, tudo à nossa disposição através da tecnologia. Diante disso, o que eu vou fazer? Mais do que nunca, o grande desafio é ter uma boa formação. Se não, não há condições de filtrar. Mozart teve que estudar Machault, Palestrina e Bach. Só então, vinha Mozart. O compositor no final do século XX tem que estudar Machault, Bach, Mozart, Beethoven, todos os românticos, Stravinsky, Stockhausen... Esse é o grande desafio. A cultura musical a que temos acesso hoje é muito grande. E também não temos uma prática única de composição, felizmente. Se alguém vai a um concerto de música nova onde é mostrado o trabalho de quatro ou cinco compositores, esta pessoa sai feliz de lá, porque viu cinco trabalhos diferentes. Os que estão numa tendência exclusivista estão mortos.

**JU - O senhor falou em música nova. O Celso também quase se recusa a falar em música erudita. Ele fala em música acadêmica e música popular. O Armando Albuquerque não pronunciava a palavra erudita - ele dizia, "a música aquela". Por que os compositores acadêmicos ou eruditos evitam ou tem medo dessas definições?**

**Cunha** - Eu não gosto de "música erudita e música popular". Eu acho que é música. Mais do que nunca, hoje, a música popular está dentro da música nova de concerto, assim como a música nova de concerto está na música popular. Toda a gurizada ouvindo e aprendendo com a música eletrônica, por exemplo. Então, esse rótulo é incoerente. Mais incoerente do que nunca. Eu chamo de 'música de concerto', porque tem um tipo de padrão social: vai ter um concerto, as pessoas vão sentar, vão ouvir.

**JU - O senhor tem tempo de ouvir a música popular?**

**Cunha** - Não tenho ouvido muito música popular nem erudita nos últimos tempos.

**JU - E quando ouve, o que gosta de ouvir?**

**Cunha** - Eu gosto de ouvir o Arthur de Faria. Acho que ele tem uma cultura muito vasta e consegue integrar coisas que às vezes são antagônicas. Jobim, por sua vez, é inquestionável. Eu adoro também ouvir a Elis Regina. Me emociona. Gosto também do jazz mais avançado de John Coltrane. Mas não tenho preconceito quanto à música. Sou capaz de me emocionar ouvindo Tônico e Tinoco, que é emocionante mesmo. É que são músicas que cumprem funções, que atingem públicos diferentes e que me atingem também. São parte da minha cultura.

**JU - Quais são os principais centros da música nova no mundo hoje?**

**Cunha** - Alemanha e Holanda. Amsterdã é um centro de música nova. Hoje, nós temos que saber que existem muitos instrumentistas que vivem da música nova! E só fazem isso! Que estão ali trabalhando em função dos compositores e que fazem carreira com isso. A Alemanha ainda continua com rádio fazendo programa ao vivo de música nova, gente! A Europa tem gravadoras que se dedicam só a esse repertório.

**JU - E como classifica a atual situação musical do Brasil ?**

**Cunha** - Nestes últimos anos, a música brasileira melhorou muito sob o ponto de

vista técnico e estético. Principalmente num país como o nosso, essa superação dos preconceitos entre nacionalismo e música de vanguarda está produzindo um efeito muito bom. Está havendo a fusão da cultura nacional com a música de concerto. Os próprios cursos de pós-graduação estão contribuindo. Veja o quanto mudou o Instituto de Artes. O que o Instituto era antigamente? Tinha o Armando Albuquerque, que dava composição, o Bruno Kiefer, que dava aula de história da música. Mas a área de composição não era uma área forte, nunca foi. Agora é um dos maiores centros do ensino de composição no país. Porque ali, os dois professores – o Celso e eu – trabalham com essa vontade de cultivar o ecletismo. Tem vindo público, e saído gente com uma formação muito sólida, pronta para ir para pós-graduação, mestrado e doutorado. Estamos encontrando um caminho para o ensino da composição, que é uma área extremamente difícil. Como vou ensinar uma pessoa a ser criativa? Temos na academia no Brasil grandes nomes que passaram a vida ensinando e ninguém consegue citar um aluno dessa pessoa. E nós aqui em cinco anos formamos quantos? Tem uma geração inteira aí, do grupo de compositores Ex-Machina, do Leonardo Boff, da banda Relógios de Frederico do Luciano Zanatta, da banda Chumbo Grosso e do Ex-Machina. E são músicas muito distantes daquilo que se fazia dentro da academia. Nós conseguimos exigir mais. No curso de composição não se fazia exames! Todos os outros cursos tem exame com banca, público. Exame de composição nunca tinha! Nós estabelecemos assim: no final do semestre, o aluno é obrigado a apresentar, tocar a sua peça.

**JU - Onde o seu trabalho está sendo veiculado hoje? O senhor tem notícia de execução de suas obras?**

**Cunha** - Minhas peças já foram tocadas nos EUA, na Alemanha. Mas, na verdade, não tem tantas performances assim. Toda minha vida profissional como músico exigiu concessões. Quer dizer: se eu trabalho na orquestra do SESI, se eu trabalho nos Caudilhos, há concessões à exigência daquele mercado. Eu poderia e gostaria de estar fazendo, além do que estou fazendo hoje como maestro, outro tipo de repertório, que eu acho que o público tem que conhecer. Pelo meu conhecimento desse repertório, eu daria uma contribuição. Mas não tenho feito isso. São concessões àquilo que a direção das orquestras entende qual o público que quer atender, o patrocinador... Já como compositor, não tenho preocupação se essa peça vai ser tocada amanhã, se vai render algo. Este é o meu trabalho! Não é um produto comercial. Até pode ser, mas minha relação com composição é essa: eu quero manter essa autonomia. Vou compor dentro do tempo que me resta. Vou continuar sempre fazendo o meu trabalho, independente da pressão de mercado, do patrocinador, da instituição. Isso eu quero preservar. Se eu fizesse mais contatos, teria muito mais música divulgada. Mas não me sobra tempo para isso. E não tenho ninguém que faça isso por mim.

**JU - Se o senhor soubesse se vender como o Villa-Lobos sabia...**

**Cunha** - Mas eu não sei. Defendo a música de um colega, de um aluno, até às últimas conseqüências, mas dificilmente aceito reger uma peça minha. É muito problema, são peças complexas. Com uma música de outro, vou até as últimas conseqüências, vou exigir ensaio extra, horário extra e vai sair. Agora, com a minha, fico muito constrangido. Mas fico feliz que as pessoas que fizeram esse trabalho do CD fizeram tudo muito bem, principalmente o Manfredo

Schmiedt, que pegou a maior bomba (a peça Pedra Mística), extremamente difícil, e conseguiu uma reação fantástica dos músicos da OSPA, na primeira audição. Então você pergunta: como está a minha música? A minha música é tocada às vezes, esporadicamente. Ela vai ser tocada, mas eu não vendo, não me dedico a esta questão de mandar *e-mail*, carta ou o próprio produto. Nem o disco eu mandei direito...

## Luiz Miranda



## Nelson Boeira



## Duas visões sobre o Fórum Social Mundial

*Dois professores da UFRGS, Luiz Miranda, chefe do Departamento de Economia, e o filósofo Nelson Boeira, debatem sobre o Fórum Social Mundial sob pontos de vista diferentes. Aqui, o resultado de quase duas horas de conversa com Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do JU, realizada em um dos estúdios da Rádio da Universidade.*

*JANEIRO/FEVEREIRO 2001 - EDIÇÃO N.º 37*

**Jornal da Universidade - Qual foi a importância do Fórum, o que houve de bom, o que houve de ruim?**

**Luiz Miranda** - Começando pela importância. O que está havendo, em nível internacional, é uma junção de movimentos sociais de variada natureza e variada abrangência temática e geográfica que têm se manifestado, fundamentalmente, contrários àquilo que se poderia chamar de tentativa de instauração de uma nova ordem econômica, e vulgarmente é associada à chamada globalização, embora ache que a globalização esteja por demais vulgarizada e o sentido mais rigoroso do termo tenha se perdido. Essa nova ordem econômica se estrutura a partir dos interesses dos países envolvidos na consigna do comércio livre, assumindo-se como pressuposto que comércio livre é igual a comércio justo, e na verdade não é assim. Trata-se de estabelecer uma nova ordem econômica internacional onde os fluxos de mercadorias de capitais sejam liberados de maneira total sem nenhuma regulamentação, desestruturando a ordem econômica que emergiu da segunda Guerra Mundial, sob o capitalismo. Uma ordem econômica muito regulada e consertada, na qual as disparidades entre os países dos chamados primeiro e terceiro mundo eram bem menores do que são atualmente. Isto resultou, já em meados da década de 70, no início de um fenômeno novo que os economistas denominavam estagflação, ou seja: uma situação de estagnação econômica com baixa taxa de crescimento, associada à inflação. Este era um fenômeno que estava a exigir dos países do primeiro mundo a abertura de novos mercados. O colapso da economia do bloco soviético acompanhado dos colapsos social e político que se seguiram, permitiu o desencadeamento e a liberação das forças do primeiro mundo, associadas aos grandes blocos de capital. Estas, passaram a exercer pressão em nível internacional junto aos órgãos econômicos pós-Segunda Guerra, que regulavam a atividade econômica, como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, FMI e outros, para que houvesse uma nova configuração das relações econômicas internacionais, com a liberação total dos lucros de capital e de comércio, em nome de uma “racionalidade” econômica, teórica, abstrata e aplicada sem nenhuma consideração às especificidades históricas e às diferenças enquanto estruturas primitivas e sociais de uma maneira geral. Essa situação fez com que as economias do primeiro mundo começassem a substituir o que existia até meados da década de 50, 60: uma estrutura colonial que foi rompida, na segunda metade do Século 20. Eu chamaria de neocolônias, particularmente, os países da América Latina e os países africanos que passaram a se industrializar, assumindo condições de afirmar sua soberania. Alguns desses países foram capazes de propor e estabelecer um projeto nacional que, algumas vezes iam, inclusive, além fronteiras. Isto a que chamam de “nova ordem econômica internacional” arrebenta com tudo e coloca países como Burundi em igualdade com os Estados Unidos. Como se igualdade ou comércio livre pudesse haver entre as empresas de países completamente díspares. Seria um comércio adequado aos interesses de todos? Um sintoma disso a gente pode perceber na distância que existe entre a retórica e a prática das economias do primeiro mundo. Veja a economia do Estados Unidos, por exemplo: a retórica é a de comércio livre mas a prática é de comércio altamente controlado, regulado e bem acompanhado pelos órgãos governamentais norte-

-americanos. Ocorre a mesma coisa na Europa e no Japão. Isso não acontece apenas nas relações entre primeiro e terceiro mundo mas também entre os três blocos do primeiro mundo: o asiático, liderado pelo Japão, o norte-americano, liderado pelo Estados Unidos e Canadá, e, obviamente, de esfera imediata, o México e o bloco europeu, onde a Alemanha é a nação hegemônica. Todas essas questões, o grande aumento de produtividade das economias centrais, aquela viagem histórica do Bush pai ao Japão acompanhado dos presidentes das indústrias automobilísticas norte-americanas para solicitar ao Japão que “voluntariamente” reduzisse as suas exportações de veículos para os Estados Unidos. Claramente, os Estados Unidos estava sinalizando que não tinha condições de competir no mercado internacional. Até hoje os Estados Unidos têm um déficit comercial considerável. Porém, as condições de rolagem desse déficit não são problemáticas, por duas razões: uma, porque a moeda em que se expressa o déficit é emitida no próprio país devedor. Em outras palavras, os países credores não têm interesse em fazer movimento especulativo, desvalorização do dólar, porque isso significaria desvalorizar o seu próprio superávit. Em segundo lugar, esse déficit é financiado pelas remessas de serviço de capitais, pois grande parte das importações americanas são exportações que provêm de outros países mas a partir de produções de empresas de capitais norte-americanos nesses países. Uma empresa de capital norte-americano instalada na Europa, Ásia ou América Latina, exporta para os Estados Unidos. Nessa exportação, a mercadoria vinda da periferia, entra no Estados Unidos como importação e, eventualmente, vai fazer parte do déficit comercial. Porém a receita de exportação dessa empresa no exterior acaba refluindo para o mercado norte-americano, através do mercado de capitais.

**Nelson Boeira** - Tudo isso é um pano de fundo do Fórum.

**Miranda** - O resultado dessa situação toda é um empobrecimento acelerado do terceiro mundo. Com a destruição de economias nacionais, com a destruição de países, com a destruição social, a África deixou de existir. Hoje é apenas um conjunto de países nominalmente existentes. Uma sociedade com cerca 30% da população até 25 anos com Aids, uma estrutura de saúde absolutamente precária sob todos os aspectos. A inexistência de saneamento e a questão de saúde são distintas mas interligadas. Quando as duas estão em mau estado, como na situação africana, acabou.

**Boeira** - Estão em deterioração total e completa.

**Miranda** - É o retorno àquilo que se começava a falar na década 70: a barbárie. Estão colhendo na África o que foi plantado até agora. Já no Brasil, vivemos hoje uma situação curiosa: temos uma taxa de desemprego extremamente elevada e, se formos comparar com a taxa de desemprego na recessão norte-americana, estamos numa crise brutal, muito maior que ocorrida na época. Porém, nós temos desemprego, temos exclusão, marginalização crescente de pessoas com a economia com taxa de crescimento positiva. Em outras palavras, o circuito da reprodução do capital reduziu-se em termos relativos. Tem ainda mercados com altas rendas, mas rendas que foram em grande parte sugadas em relação a essa parte da população que ficou marginalizada. E isso atinge não apenas a população inculta e iletrada ou analfabeta, mas inclui inclusive um PhD desempregado. O fato de camadas médias intelectualizadas, com co-

nhecimento de história, de sociedade, estarem sofrendo desemprego, faz com que as pessoas se organizem para responder a uma situação que as ameaça e à sua sobrevivência física. É uma postura de autodefesa. É uma consciência que se passa a ter nos países no Primeiro Mundo. Ocorreu em Seattle contra a Organização Mundial de Genebra; ocorreu em Praga contra as políticas do FMI e ocorreu, agora, em Porto Alegre. Porto Alegre, de certa maneira, é a culminância de um grande número de eventos que vêm ocorrendo por todo mundo dos quais Seattle e Praga eram, até então, os mais representativos. Em Porto Alegre houve uma tentativa, e creio que bem-sucedida, de reunir as pessoas para refletir a respeito das questões que as estão afetando em todos os níveis, desde o econômico ao político, passando pelo plano das relações de gênero e das relativas ao do meio ambiente. Foi uma espécie de um sanguinato, de encontra-se. Não foi tão bem-sucedido sob o ponto de vista resolutivo, a meu ver. Porém, quando se diz não foi tão bem-sucedido, têm-se aí o pressuposto que haveria a necessidade de se ter uma posição clara, definida, uma rota de ação, uma declaração final.

**Boeira** - Gostaria de destacar, em primeiro lugar, que o Fórum é um fenômeno social complexo. O Miranda já chamou atenção para o fato de haver antecedentes importantes na história econômica mundial e social. O fato de que ocorra em Porto Alegre é incidental. E, num certo sentido (e não deve ser mal interpretado o que estou dizendo), totalmente irrelevante. Porque o fenômeno que desaguou no Fórum ultrapassa, em muito, o que acontece no Rio Grande do Sul. É por isso que se pensa em fazê-lo em outros lugares. Quero dizer que é preciso compreendê-lo como complexo e compreendê-lo como conectado mas, ao mesmo tempo, essencialmente, desconectado de nossa experiência particular. Ele é um fenômeno regional mas também internacional. Há pontos de contato entre essas duas coisas, que são de tipos muito variados, mas o principal é uma espécie de conexão de natureza político-partidária. O Fórum representa um esforço importante do governo do Estado e dos partidos que o compõem, principalmente o PT, de dar um pouco de nitidez às suas críticas e concepções em geral. Qual é a consequência do Fórum para essas concepções difíceis de avaliar? Outro ponto para o qual eu queria chamar atenção, elaborando esse aspecto de complexidade do Fórum, é para o fato de que ali estão representados forças, interesses e ideologias muito variadas e contraditórias. Já foi suficientemente explorado na imprensa que o José Bové representa interesses que colidem frontalmente com os de muitos grupos que estavam representados no Fórum. Não estou dizendo isso como crítica, mas como um simples fato. Em discursos de determinados grupos de ecologistas comparados com outros comentários de pessoas de orientação mais política e partidária, se vê também uma distância imensa. Então, esses grupos, e o Miranda disse bem, estão unidos pela oposição. São grupos de insatisfações variadas e de origem e fontes diversas, ao contrário do que, por razões retóricas inevitáveis, algumas das pessoas que falaram em nome do Fórum procuram fazer crer. Nada de extraordinário, sempre foi assim: as pessoas se unem por oposição a alguma coisa, e essas diferenças que existem entre elas aparecem posteriormente. Há um monte de exemplos históricos. Este é mais um caso e não é motivo para desfazer o acontecimento. O fato de que tenha se podido reunir aqui, sendo o

mundo tão grande e tão variado de interesses, forças e ideologias, é altamente positivo. Há várias razões para que as pessoas discutam entre si e percebam as suas diferenças, encontrem seus pontos de contato e avancem nas suas propostas a partir disso. E isso é particularmente importante para o Rio Grande do Sul, pela sua história cultural e política. O Rio Grande do Sul é tradicionalmente mal informado, com poucas ligações positivas do ponto de vista das discussões políticas, intelectuais, acadêmicas. No fundo, sou aquela pessoa que acha que as coisas vão melhorar. Melhoram um pouco. Mas ainda somos, comparados com outros estados do Brasil, muito fechados. Portanto, um Fórum dessa natureza, expõe a cidade, coloca as pessoas, a cultura, em contato com tanta gente, o que é muito positivo. Acho esse resultado cultural o mais positivo de todos.

**JU - Porque o senhor considera o Rio Grande do Sul tão fechado assim?**

**Boeira** - É notório que o Rio Grande do Sul tenha uma tradição dominante de política de centro para esquerda, ou centro-esquerda. As pessoas ligadas a esse ponto de vista são pessoas basicamente preocupadas com a ampliação da igualdade social e econômica. Nos últimos cem anos, mais especialmente nos últimos vinte anos, existe uma gigantesca literatura sobre isso. E ainda mais: nos últimos dez anos há uma discussão imensa a respeito de diferentes tipos de igualdade, e o que pode ser combinado com um regime ou com outro. É quando se pergunta a uma pessoa se ela é a favor da igualdade de resultados, da igualdade de oportunidades, da igualdade de bem-estar, da igualdade de capacidades. Isso para falar no plano das igualdades de natureza econômica. As características da igualdade política são diferentes da igualdade econômica. Mas há uma grande discussão sobre a igualdade totalmente ignorada num Estado que se auto-define politizado e preocupado com essas questões. Nada disso jamais é discutido, sequer mencionado. Problemas de participação política são considerados importantes aqui para o Estado. Não importa a posição política que tenha, a pessoa provavelmente falará bem da sua participação política. O que define, exatamente, participação política? Qual é a quantidade de informação para se dizer que se esteja realmente participando de políticas públicas. A minha preocupação é com o fato que nunca é feito um debate público. Debate público sempre foi sobre generalidades ou para a diabolização, demonização do adversário. Não há debate político com substância. Nesse sentido, o Estado não é politizado. Deste modo, vejo o Fórum como uma contribuição importante. Vamos torcer para que ele permaneça aqui, pelo menos, mais uma vez. Seria bom que alguma coisa o substituísse mais tarde com intenção de aumentar a quantidade de informação. Um traço da cultura do Rio Grande do Sul, há muitos anos, é uma tendência de começar de novo. As gerações políticas, culturais não acumulam. Há muita referência, por exemplo, a Alberto Pasqualini que, provavelmente, junto com Assis Brasil e Júlio de Castilhos, são os ideólogos políticos mais representativos. Mas muitas das coisas que eles disseram as pessoas não cansam de referir, sem saber muito bem o que propunham. Então, o Fórum é uma espécie de injeção de exterioridade, de informação. Não há problema que na primeira versão do Fórum, não tenha se produzido nenhum resultado. Não acho grave.

**JU - Não faltou uma declaração final?**

**Boeira** - Mas era impossível essa declaração final, em razão da diversidade de



interesses, forças, ideologias, e concepções. Houve falta de pontos de vista e de clareza quanto a uma solução. Não considero isso um problema muito grande.

**JU - O Fórum não sabia o que queria, mas sabia o que não queria?**

**Miranda** - Sabia o que queria, sim. O Fórum teve o caráter geral de um encontro de consciência, de informações, de experiências, inclusive quanto as formas de ação. Tudo foi compartilhado.

**JU - Qual foi o impacto do Fórum na vida política do Rio Grande do Sul?**

**Boeira** - O Fórum foi marcado por um traço fortemente idealista ou utópico. Não há nenhum problema, desde que não permaneça nisto. Eu estava lendo no jornal uma carta do psicanalista Abraão Lavuski, comentando o Fórum. Ele diz o seguinte: "quem duvida que este evento poderá marcar a história mundial como o início de uma resposta política ou hegemônica pós-modernismo? Será um sonho? Talvez. Mas, convenhamos, é um belo sonho que, no futuro, o Fórum de Porto Alegre seja visto como algo que deu início a um processo de mudanças no mundo." Eu acho que, independente da simpatia pessoal que tenho pelo Abraão, isso expressa o sentimento que é capaz de aglutinar pessoas, mas não de resolver problemas. Acredito que nos futuros encontros, o Fórum tem que considerar essa dimensão de investigação, de reflexão, de proposição de políticas públicas. O Fórum tem também uma dimensão simbólica. As pessoas tem uma utopia, que é importante porque as mobiliza. Vejo as pessoas se juntarem para defender seus interesses como positivo. Mas há alguns acontecimentos simbólicos que me parecem muito discutíveis. E eles tiveram um impacto muito acima do que eu imaginava: a identificação de Cuba como uma democracia, a identificação de José Bové como libertário e o discurso extravagante da Hebe de Bonafini, no debate com Davos, que achei no limite da sanidade mental.

**JU - O Fórum teve milhares de participantes. Realizou-se, simultaneamente, em várias salas. A questão dos aplausos a Cuba ou o caso Bové, que o senhor levanta, na verdade evidenciados ou "esquentados" pela imprensa, foram episódios dentro do Fórum. Mas a evidência desses episódios não se deve ao Fórum, mas ao um núcleo de pessoas e à abordagem que a imprensa fez disso.**

**Boeira** - Eu não concordo que a imprensa tenha esquentado os aplausos generalizados a Cuba, ao presidente de um parlamento que não existe. Sobre isto as pessoas podem divergir razoavelmente. Não estou discutindo o direito das pessoas acharem que o parlamento cubano é o painel mais democrático do mundo. Estou dizendo que isto simboliza uma atitude política. Estava falando das características culturais e propositivas, genéricas. Há uma espécie de simbologia que a imprensa revelou. Ela existiu e foi reafirmada em toda oportunidade que houve. E isso tem consequências porque marcou. Porque o Fórum teve uma iluminação de investigação, de proposição, de aglutinação, de política, mas teve também um significado político-partidário. E essa simbologia colou na dimensão político-partidária que tem interesse no Rio Grande do Sul. Pode-se reunir 800 mil pessoas contra alguma coisa. Pode ser pela razão mais justa e correta. Mas, quanto mais indiferenciada for a razão pela qual o tipo de crítica é feita mais chances existem de juntar as pessoas. Quando se passa para o plano das proposições, começa a dividir. Não existe política pública que atenda a todo o mundo, por todo o tempo e em todas as condições. Ao mesmo tempo, quanto mais propositivo for o evento, mais conflito tende a criar e mais

as diferenças de concepções políticas entre participantes aparecerão. Querer imaginar que isso ganha força e nitidez na vida política do Rio Grande do Sul e não terá consequências, é ingênuo.

**JU - Uma questão central do Fórum não são as diversidades de opiniões de formações, de desejos, de angústias, de necessidades das pessoas. Pode-se, sim, dizer que a questão central do Fórum seria um tipo de organização que garanta que o terceiro mundo, o Hemisfério Sul, tenha um peso equânime na discussão com o Hemisfério Norte. O objetivo, basicamente, é este: que os hemisfério se incluam.**

**Boeira** - Acho que o ponto positivo do Fórum é mais do que esse. Porque esse tipo de reivindicação já existe há muito tempo.

**JU - Mas agora há uma afirmação dessa posição...**

**Boeira** - O Fórum é mais do que uma espécie de terceiro mundismo. Embora a simbologia possa, eventualmente, ter tido essa força. Reuniu pessoas com diferenças, que estão desagradadas com a estrutura econômica, social e política mundial de muitos países. Teve pessoas da Europa, Estados Unidos, Ásia, África. Foi muito mais do que uma questão de países pobres contra países ricos. Houve reivindicações importantes. Quero dizer que aqui há uma espécie de união de forças, de grupos e de interesses que podem vir a se soldar, mas que não são equivalentes à posição norte-sul.

**JU - Ficou como chavão a referência aos países sub-desenvolvidos como Hemisfério Sul e países desenvolvidos como Hemisfério Norte. Porém, podemos dizer, por exemplo, que o sistema que vigora no Estados Unidos é diferente do sistema que vigora na França... e ambos os países são do Hemisfério Norte...**

**Boeira** - Isso é uma coisa que eu ouço na Universidade como se fosse uma coisa ótima. O importante é o seguinte: os países europeus que têm uma social democracia mais ou menos avançada, estão integrados com os países capitalistas. O fato que haja, eventualmente, um discurso mais à esquerda, não faz desaparecer o capitalismo da França que, se não me engano, é o quarto país mais rico do mundo. Itália, Inglaterra, Alemanha, Suécia são países capitalistas. São países com estrutura econômica capitalista. Os Estados Unidos são um país capitalista dominante.

**JU - Os Estados Unidos são hegemônicos, são os xerifes do mundo. No caso do Brasil, é um país que efetivamente controla a nossa economia e diz o que devemos ou não fazer. Agora, até o Canadá nos submete ao ridículo de enviar uma comissão para ver se o nosso gado é saudável ou não. Algum desses países permitiria que um brasileiro ou entidade brasileira fosse lá fiscalizar um produto que eles vendem para nós?**

**Miranda** - Tem alguns pontos anteriores relativos ao Fórum em Porto Alegre: qual a relação com a política local? Eu penso que esse Fórum tem uma característica importante, não só de atividades de protesto em todo mundo, mas também por uma outra razão: os fóruns de Seattle e de Praga foram, especificamente, contra organizações internacionais, respectivamente, OMC e FMI. Aqui em Porto Alegre, não. Outra razão importante é que estes dois eventos anteriores foram em países do primeiro mundo, América do Norte e Europa. Aqui se faz pela primeira vez no terceiro mundo, o alvo maior da exclusão. O fato de que esse movimento se torne internacional é uma simples contrapartida do fato gerador da exclusão e do empobrecimento mundial. A nova ordem econômica internacional está produzindo riquezas, e está produzindo miséria, mais

que pobreza, em escala nunca vista e isto afeta também cidadãos do primeiro mundo. Como o Boeira se referiu, não se trata apenas de uma contradição entre países do primeiro e do terceiro mundo. Mas significa que a contradição se torna mais complexa e mais abrangente. Poderia até fazer uma espécie de referência analógica e dizer aquela frase do manifesto comunista: “proletários do mundo, uní-vos”. Agora seria “excluídos do mundo, uní-vos”. Porque não são apenas proletários. Tem camadas médias em países de primeiro mundo que estão excluídos e sem esperança de voltar à vida profissional e ao chamado mercado de trabalho. Uma outra característica importante é que não foi por acaso que o Fórum foi feito no Rio Grande do Sul. Certamente, não seria feito nas terras dos coronéis nordestinos, ou dos barões exportadores de São Paulo. Uma coisa é ter contato com o mundo, outra coisa é o tipo de contato que é feito. Fernando Collor, por exemplo, era o arauto da “modernidade” no Brasil, que se centrava no consumo, vendido por essa imprensa de quinta categoria que temos no país todo. Quer dizer, o tal de Collor, um coronelzinho nordestino, um novo chefe de gangue, era um sujeito que, da brilhantina à marca do sapato, passando pelo relógio e pela caneta, era um amontoado de *griffes*. A “modernidade” dos anos 90 foi trazida para o Brasil através dos meios de comunicação pelo lado do consumo. Como se pudéssemos desfrutar o mesmo consumo de um país de primeiro mundo ou como se pudéssemos abrir a nossa economia da maneira como foi feito. Essa idéia de “modernidade” teve continuidade, de uma maneira mais competente nos dois governos Fernando Henrique, que se seguiram ao de Collor. E não por acaso, nessas três eleições presidenciais seguidas, os dois Fernandos foram amplamente derrotados no Rio Grande do Sul,

**JU** - *O Rio Grande do Sul tem como uma característica ir contra o poder central desde o início de sua história...*

**Miranda** - Quando eu digo que o Rio Grande do Sul tem uma característica própria, que bom. Não é uma questão apenas de ser contra. A questão é que aqui no Rio Grande do Sul, e em Porto Alegre, isto é um fato político. As ONGs e os movimentos sociais pelo mundo afora, não jogaram uma roleta e escolheram entre dez cidades em qual podia cair a bolinha. O Fórum foi feito em Porto Alegre como resultado de um esforço de projeção política do governo da Frente Popular, em nível municipal e nível estadual, voltado ao exterior. E isso é um mérito muito grande. O Rio Grande do Sul, que sempre foi um Estado muito fechado em si mesmo, muito voltado para seu umbigo tem, pela primeira vez nesses governos (municipal e estadual), uma abertura para o mundo, reconhecendo que a possibilidade de ter sustentação política para um projeto próprio só poderia se constituir com apoio externo. E esse apoio externo, obviamente não seria buscado nos Estados Unidos, na América do Norte, com sua ideologia belicista e neoliberal. Também não seria buscado numa Inglaterra pós-Thatcher, onde a terceira via nunca disse a que veio. Então, há uma referência de apoio que é buscada na França, Itália e em alguns países da América Latina também. Há uma estrutura política que é a que detém o governo, eu não diria hegemônica ainda, mas uma estrutura política que tem os cargos executivos e que foi buscar no exterior o seu apoio. Grande parte do impulso inicial para se fazer aqui o Fórum em Porto Alegre, veio de uma ONG

chamada ATTAC, cuja fundação específica se deu em torno de um tema econômico de absoluta importância. Quando o ATTAC é constituído, se faz exatamente para coibir ou estabelecer restrições à exacerbação do movimento de fluxo de capitais internacionais, que são reconhecidos por diferentes correntes de economistas como um fenômeno capaz de desestabilizar as atividades econômicas em nível internacional. É um jornalista economista como Bernard Cassen que adota a idéia do Plano Tobin, da Taxa Tobin, e constitui uma organização, uma ONG, que se propõe a ser internacional, porque o fenômeno pela qual ela existe é internacional para ter um certo controle sobre movimentos especulativos de capital financeiros. Tobin, um Prêmio Nobel, certamente, não pode ser classificado como esquerdista. Cassen poderia ser classificado como um homem de esquerda. Mas esquerda num caráter social democrata, se tanto. Curiosamente, num dado que é esquecido, o próprio George Soros escreveu seu último livro exatamente a respeito da ameaça à ordem econômica internacional provocada pela liberação (ironia das ironias) das forças que levam à liberalização completa dos movimentos especulativos de capitais financeiros. E ele sabe muitíssimo bem do está falando. Ele foi o cara que arreventou em 2 bilhões de dólares o Banco da Inglaterra, prevendo e forçando a desvalorização da libra esterlina. Mas ele vive disso, e sabe que não pode matar a galinha dos ovos de ouro. Ele não tem compromisso ideológico. Entende muito sobre a direita que temos em todo mundo e o que representa um movimento como este Fórum. Soros também é contrário à liberação completa. Obviamente não estou dizendo que Soros, Tobin e Cassen são iguais. Os três participam do mesmo tipo de preocupação. É claro que o governo da Frente Popular do Rio Grande do Sul não vai buscar apoio em Soros. Vai buscar respaldo político naquelas áreas internacionais como o ATTAC, organizações internacionais, meios de comunicação. Obviamente é uma questão de estratégia de sobrevivência política do governo do Rio Grande do Sul buscar referências na imprensa internacional. E isso acontece com qualquer governo do mundo. O governo norte-americano, desde o executivo nacional passando pelos executivos estaduais e municipais, tem uma ligação profunda e um cuidado muito grande com o poder da imprensa. O que nós vemos em relação à Frente Popular é uma barragem de artilharia jamais vista na imprensa local, assumidamente monopólica, com interesses conhecidos, embora inconfessos a respeito da estrutura política do Estado. Não é um problema ter uma oposição ativa e forte. O problema é que ela foi e tem sido extremamente desonesta na sua ferocidade. Também não há problema em ser feroz. O problema, é a desonestidade desta ferocidade. Então, o Estado tem que buscar reforço externo. Por outro lado, ao fazê-lo, serve também como referência às instituições internacionais que têm possibilidades de fazer algo pela América Latina. Seria fácil fazer o Fórum em Havana. Mas seria marcado pelo que Havana ou Cuba são hoje. E, como o próprio Boeira colocou de maneira adequada, os movimentos dessas entidades, que ele não chamou, mas eu chamo, dos excluídos, têm muitas diferenças internas em relação à questão de Cuba a não ser como representação simbólica. Daí os aplausos. Porto Alegre se constitui numa referência de espaço político da mesma maneira que nós vemos a Grécia, a Ágora grega, como referência de uma concepção de democracia. Acho que temos em Porto Alegre, talvez um

pouco no sentido que o Abrãao referiu, a concepção de que aqui houve o encontro de interesses que, apesar de terem contradições internas têm, certamente, alguns pontos em comum. O mais importante parece ser a postura de que não se aceita regras impostas pelo interesse do capital internacional. Não se trata de ser contra o capitalismo, mas se trata de ser contrário ao caráter imperialista, neo-colonialista, das formas de hegemonia sobre as atividades produtivas do capital financeiro. Não se pôs em cheque aqui o capitalismo, embora houvesse críticas acerbas e irreduzíveis ao sistema. Meu problema não é o capitalismo, mas as deformações do capitalismo. Que sejam pessoas e entidades que organizem suas diferenças internas, não tem problema nenhum. Há problemas entre as concepções das lideranças econômicas e políticas japonesas, francesas, norte-americanas, alemãs, canadenses, etc. Nós temos diferenças? Então vamos nos reunir para tratar das diferenças. É este o sentido de uma reunião do G 7, ou do G8. A mesma coisa ocorre aqui. Mas como é pela primeira vez, fica uma coisa mais heterogênea, uma situação multiforme sob o ponto de vista de quem não tem poder, a não ser o da opinião. O poder moral e político que nos permite dizer “nós, os excluídos”. Estamos excluídos dos frutos do crescimento econômico, da produtividade, da qualidade de vida (porque há um empestamento do meio ambiente). Estamos cada vez mais excluídos das condições mínimas de nos alimentarmos, morarmos, de nos transportar, de ter um lazer, inclusive. Então, as pessoas se reúnem para discutir isso. Curiosamente, não há quem dê uma resposta. É uma visão tecnocrática, burocrática, elitista e intelectualóide de quinta categoria, esta de que se pode reunir um grupo de cinco ou dez cabeças iluminadas para tratar dos problemas que afetam os excluídos e traçar um projeto. É impossível. No Brasil se faz muito disso. No Brasil se faz programas contra pobreza, programas contra a exploração infantil, contra doenças, tudo em nome dos “interesses maiores”. São todos programas tecnocratas que nunca vão vingam, porque não têm a participação dos excluídos. Em grande parte esta postura se baseia em “o poder ajudará.” Obviamente, não será o poder que vai organizar essa nova ordem econômica, mas também não está se aceitando, apesar dos pesares, a “ajuda” do governo do Estado, do município. Não se trata disso. O que se tem é a identificação de um parceiro, no sentido de que aí chega-se a construir uma resposta. É o construir no próprio sentido semântico, não aleatório. Construir com referência *piagetiana*. Não é por acaso, que se trata de ter a participação dos atores na consciência de seus problemas e na construção do encaminhamento das formas de organização. Isto é extremamente difícil. Inclusive, se a gente ver a literatura internacional a respeito de formas de organização empresarial, encontra estudos clássicos a respeito da empresa norte-americana e da empresa japonesa. A empresa norte-americana, por definição, é uma empresa rápida na sua tomada de decisões, devido à sua forma organização, de estruturação, das relações hierárquicas, das formas de tomada de decisões. A empresa norte-americana também é aquela que tem, em média, uma alta taxa de mortalidade. A japonesa é uma empresa onde as decisões são tomadas de maneira muito mais lenta, porque afasta a integração de diferentes níveis de hierarquia e de funções de atividades, discute até à exaustão e, quando toma a decisão, todos os participantes, em todos os níveis, em todos os setores, sabem

a que se destina, o significado daquilo que está sendo feito e qual o papel que cada um vai ter na execução do negócio. E integra produção, financiamento e comercialização. Nada fica a descoberto. Uma empresa norte-americana pode fazer uma belíssima inovação tecnológica, sair para o mercado e, de repente, se ferra porque não tem sustentação financeira, não tem divulgação comercial ou coisa parecida. Quando vejo as críticas ao Fórum sobre ter reunido muita gente heterogênea, sobre não ter chegado a nenhuma conclusão, pergunto: e então, não serviu para nada? É uma idéia de profunda incompreensão do sentido essencial para este fenômeno e revela também uma postura elitista e tecnocrata. Acho que há uma marca a partir deste primeiro Fórum que é refletir sobre aquilo que o tornou eficiente. Teve uma série de documentos finais, setoriais, que deverão ser analisados, avaliados, costurados, interligados e, suponho, o 2º Fórum Social Mundial já está sendo organizado com base nas reflexões de agora.

**Boeira** - Queria fazer uma série de comentários. Há algumas observações do Miranda com as quais concordo, outras não. Mas acho que ele fez uma muito engenhosa transposição do manifesto comunista para os dias de hoje. O trato do argumento, essa noção dos excluídos, é uma espécie de reconstrução do argumento do manifesto comunista para as condições atuais. Veja o que me parece positivo e negativo em relação ao Fórum. Positivo: discussão, variedades de opiniões, organização de pessoas que tem uma opinião, reivindicações que podem, pelo menos, serem aglutinadas, e a exposição do Rio Grande do Sul de forma internacional. Negativo: uma das dificuldades que vejo não é com o Fórum mas com um certo tipo de crítica gigantesca, generalizada, sobre mazelas da organização econômica e política mundial. Não é a crítica, porque estas mazelas existem, mas acho que essas críticas são genéricas. Outros defeitos que achei no Fórum: ter muitos participantes e a facilidade com que se fez críticas genéricas ao se descrever países, economias e instituições como se fossem uniformes, como se todas pensassem da mesma forma, agissem da mesma maneira. Qualquer pessoa que visite o site do Banco Mundial verá que há uma quantidade muito grande de projetos importantes, inclusive utilizados aqui no Rio Grande do Sul. Isso não torna o Banco Mundial inocente de algumas críticas que possam ser feitas. Críticas ao capitalismo, como o Miranda disse muito bem, existem no próprio capitalismo. Isto é um traço dele desde que surgiu. Uma das características do capitalismo é criticar-se constantemente no plano econômico e cultural. Isso não o exíime, de jeito nenhum, dos seus defeitos. Mostra que a crítica tem que reconhecer uma imensa diversidade de opiniões que existem dentro dele. A análise histórica requer o reconhecimento de todas as diferenças e variedades. No Fórum estão representadas três posturas: pessoas que não têm uma posição visceralmente contra o mercado, pessoas que querem corrigir o mercado e pessoas que querem suprimir o mercado. A demonstração de que alguma coisa seja cheia de defeitos não quer dizer que a sua destruição produzirá a solução dos problemas. Por exemplo: o mercado é péssimo instrumento de distribuição, mas é um bom sistema de estabelecimento de identificação de preferências. O mercado tem dez aspectos diferentes, não é uma única coisa. Uma crítica que faço é que um traço do pensamento utópico, em geral, é de desestoricizar a crítica. Não acho que esse problema seja inso-

lúvel, mas é um problema. Se as pessoas querem realmente resolver as coisas, precisam pensar historicamente e não abstrata e ahistoricamente. E acho que muitas dessas críticas são ahistóricas e genéricas. O segundo problema da crítica é uma espécie de vertente subterrânea que existe, uma espécie de atribuição de desonestidade e má intenção a qualquer pessoa que não esteja do meu lado. Isso é uma coisa muito comum. As críticas tem que ser tornar mais precisas e específicas. Neoliberalismo, globalização, ninguém sabe o que isso quer dizer. Só têm tido sentido como palavras de abuso, com valor retórico e político mas sem valor cognitivo. Para resolver problemas concretos precisamos chegar às soluções com valor cognitivo. Vamos esperar as publicações do encontro. O Miranda disse muito bem que o Fórum tem um significado político, importante para o governo do Estado, mas é importante que esse fato pode representar uma fuga para a frente. O PT galgou várias escalas da administração pública. Na medida em que se passa para uma escala maior, o problema se torna maior. Quando chega ao Estado a escala dos problemas começa a ficar muito grande e aí há uma colisão com o discurso anterior. O problema para encontrar uma solução política para problemas ação, é muito sério. É uma espécie de problema que o Fórum injetou na política do Rio Grande do Sul. Porque as políticas do governo do Estado são, quando muito, políticas sociais-democratas. O problema seguinte é que essas políticas vêm acompanhadas de retórica, utopia, idealização, transformação total. O Fórum potencializou isso ao máximo porque se apresentou como um acontecimento político. Pode representar uma fuga para frente, porque tem um espécie de desculpa para não enfrentar os problemas. Outro resultado do Fórum é o seguinte: queriam parasitar a cultura do Rio Grande do Sul. A estrutura social do Rio Grande do Sul é uma estrutura essencialmente conservadora. O Rio Grande do Sul, talvez possa dizer que, entre os estados do Brasil, foi o que desenvolveu mais precocemente, com a classe média, se estratificando mais rapidamente. O Rio Grande do Sul é essencialmente conservador, politicamente de centro esquerda, e as pessoas tem uma concepção potencialmente social-democrata. O Fórum potencializa o conflito entre o discurso da esquerda revolucionária e de transformação global da sociedade e as práticas que são eleitoralmente governamentais, que eleitas são bem sucedidas. A solução para esse problema tem sido até agora potencializar e radicalizar o discurso político, tornar o discurso político e a participação política o centro da avaliação dos resultados das atividades governamentais. Isso não pode ser levado indefinidamente. Alterar os quadros dessa cultura não depende só de discurso. Supõe uma alteração das estruturas dessa sociedade. E aí se encontra a resistência consolidada que o Rio Grande do Sul tem, que pode reagir contra uma solução muito modernizante, mas também pode reagir contra uma solução que não seja antimodernizante ou coisa do gênero. O Fórum tem significados políticos importantes para o Rio Grande do Sul: tornar viva a disputa entre governo e oposição e, dentro do próprio governo, a oposição entre política social-democrata e discurso revolucionário.

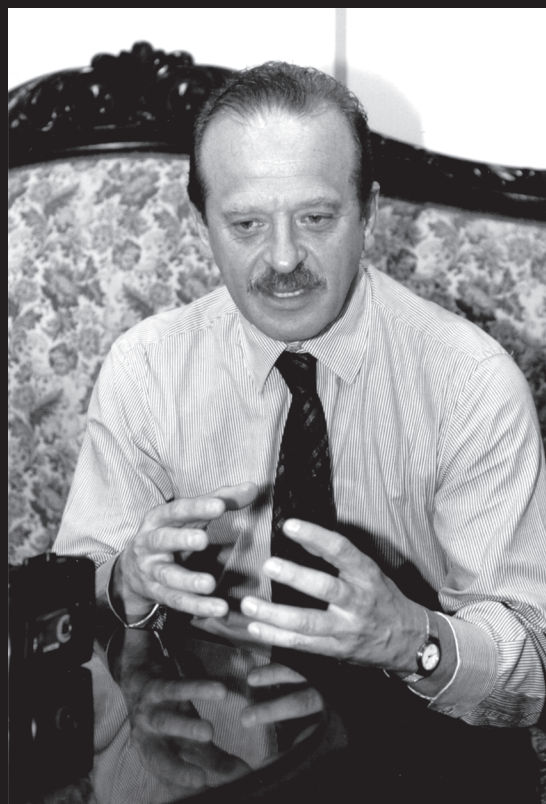
**Miranda** - Há um outro significado em relação ao Fórum: primeiro, tem que se ver o seu sentido geral e, depois, chegar aos desdobramentos concretos. Sob um ponto de vista bem geral, a humanidade conheceu a cultura ocidental que deixou uma marca decisiva na sua história: a Idade Média, a Pré -Idade

Média e o que se segue com o Iluminismo. O Iluminismo marca a ruptura com a hegemonia da razão teológica, organizando a própria vida material. É sob o Iluminismo que o capitalismo se desenvolve, que os mercados amadurecem, constituindo novas relações mercantis, aumentando a sua abrangência. O capitalismo, enquanto forma de organização material da atividade produtiva, da distribuição, e da própria relação da sociedade civil, corre paralelo e contraditoriamente com sua própria visão da centralidade do ser humano. Eu diria que 2000 e o terceiro milênio trazem consigo uma ameaça: a possibilidade de uma nova forma de ver a existência humana e social. Não é mais o ser humano, entendido na visão iluminista, a razão de ser da própria atividade econômica. Ou seja, o homem deixa de ser cidadão, mas passa a ser importante enquanto disponibilidade de força de trabalho, troca com o consumidor. E se troca o espaço da sociabilidade humana. Querem suprimi-la. Temos que decidir o que fazer com isso e dizer não à tentativa de evitar essa discussão, que aconselha a varrer o assunto para baixo do tapete. Isso virá à tona. Ainda mais num Estado como o Rio Grande do Sul.

**Boeira** - O Fórum foi organizado para obter legitimação pública para o governo do Estado. O Miranda explicou isso bem. Disse com todas as letras, quais as intenções, e isto está claro. Tem um objetivo político-partidário de consolidação das forças que formam o governo. Isso imprime uma certa lógica ao Fórum. Exemplo: evitar a discussão de certos temas controversos. Introduce, portanto, algum tipo de limite ao que pode ser dito, ao que pode ser discutido, sob pena de produzir implosão. Os excluídos se excluíam do bando dos excluídos, e assim por diante. Também acho que as referências sistemáticas ao suposto pensamento único (suposto, porque não existe) daqueles grupos, é uma formação reativa. Como se diz em psicanálise, é uma espécie de projeção. Porque, na verdade, a necessidade de legitimação política e unificação das pessoas propôs a predominância do discurso político retórico. Então, aí há um problema que eu diria moral. Porque não se pode acusar os outros de pensamento único pois isso não ocorre. Isto produz uma estratégia interna de ocultamento porque está ligada a essa história da legitimação política e aglutinação de forças. Quer dizer: o vetor político domina o vetor propositivo. Isto pode ser combinado – não estou negando que possa haver combinações, soluções aqui ou ali. Mas o que estou querendo dizer, do ponto de vista da análise, é que isto é uma fonte de conflito potencial que terá que ser enfrentada. Há um notório conflito sob o ponto de vista político, entre os organizadores do Fórum, entre aqueles que seriam representantes do iluminismo (ou de uma nova versão do iluminismo, isto é, de um pensamento laico, racional) e um grande número de pessoas que pensam segundo um registro de pensamento religioso ou moralizante. Muitas vezes, as críticas têm um sentido moral contra as pessoas. Frequentemente, os argumentos são utópicos, no sentido moral da palavra. A avaliação moral que se faz das políticas públicas está se tornando menos iluminista e cada vez mais moralista religiosa, e às vezes fundamentalista. Por fim, eu queria dizer de que, dito tudo isto, o Fórum, só pode trazer benefícios para o Rio Grande do Sul. Quais serão suas conseqüências? Difícil de determinar, não tem como prever. Eu quis apenas chamar a atenção sobre certos movimentos e certas forças que vão acabar se expressando, necessariamente, mais dia menos dia,

e que são conflitantes: alguns são técnicos, outros morais, outros políticos, e assim por diante. Mas virão à tona. Agora, dizer que caminhará numa direção ou noutra ou como a sociedade do Rio Grande do Sul reagirá aos desdobramentos do Fórum e como isto afetará a ideologia e o comportamento político e administrativo do governo do Estado e das oposições, não tem como prever. Mas acho que tudo o que torna as relações sociais mais claras e que, mesmo produzindo conflitos, permite que as pessoas compreendam melhor quais são as suas alternativas e as direções que sua vida pode tomar, acho muito bom. Sob esse ponto de vista foi muito positivo. Negativo, acho que foi o fundo de crítica generalizada – às vezes cega – e este moralismo subjacente que houve.

## Tarso Genro



**“O projeto neoliberal  
não pode ser implantado sem corrupção”**

*No dia 26 de março, completaram-se 229 anos que o povoado de Porto Alegre, às margens do Lago Guaíba, foi desmembrado de Viamão e elevado à categoria de vila. A cidade inicia o século como a capital com a melhor qualidade de vida do Brasil, segundo a ONU, e serve de exemplo inclusive para cidades de outros países, mostrando-se perfeitamente integrada às crescentes relações internacionais. E o prefeito Tarso Genro volta a ocupar o gabinete que foi seu pela primeira vez entre 1993 e 1996, depois de ter sido vice (1989-1993) de Olívio Dutra, atual governador do Rio Grande do Sul. Ademar Vargas de Freitas, Clóvis Ott, Ida Stigger e Juarez Fonseca conversaram com o prefeito sobre a cidade, o Mercosul e a crise política nacional.*

MARÇO 2001 - EDIÇÃO N.º 38

**J**ornal da Universidade - Prefeito, o que se tem para comemorar na semana do aniversário de Porto Alegre?

**Tarso Genro** - Acho que, sobretudo, a capacidade de resistência da cidade. Em dois níveis: uma resistência política e cultural após o modismo do caminho único, a visão mercantil da vida, a despolitização das relações no âmbito da cidade, de uma parte e, de outra, a resistência material da cidade. No sentido de que a cidade faz investimentos, aporta valores para manter e melhorar o padrão de vida das classes populares. Então, são dois níveis de resistência em que eu acho Porto Alegre uma cidade exemplar. O que não quer dizer que ela não tenha graves problemas sociais que são originários, inclusive, da natureza do desenvolvimento econômico e social do país.

**JU - Quais são esses problemas ?**

**Tarso** - Porto Alegre tem, principalmente, três problemas sociais graves: o desemprego, a habitação e a exclusão. A exclusão quer dizer: pessoas que são expulsas da sociedade formal. Jovens, adolescentes ou adultos de rua, por exemplo. Todas são questões cujas origens estão fora do controle da autoridade pública municipal. São determinadas, por exemplo, pela taxa de juros, pelo tipo de desenvolvimento que concentra a renda e por uma forma de inserção do país na economia global subordinada, dependente e não soberana. Por isso, inclusive, são problemas graves. A cidade não vai se livrar desse dilema. Ela pode ser um exemplo de resistência como eu disse e esse é o seu diferencial. A solução estrutural desses problemas da cidade está ligada a um outro tipo de desenvolvimento econômico do país e a um projeto nacional que integre o país na economia global de forma soberana e que consiga criar um forte mercado interno de massas capaz de gerar uma acumulação pública e privada que fortaleça a capacidade indutora do Estado, que permita políticas sociais amplas e que subverta o neoliberalismo. Isto significa não aceitar a exclusão como fatalidade.

**JU - O senhor diria que esses três problemas estão ligados à violência urbana e à falta de segurança na cidade?**

**Tarso** - As causas da violência não residem apenas na miséria. Estão situadas também no modo de vida. Ou seja: os padrões culturais que a sociedade determina, os valores que informam as relações entre as pessoas, entre as comunidades. É óbvio que a miséria é um motor da violência. Mas não será outro pesado motor da violência, por exemplo, a banalização da vida humana, a estetização da morte, a morte como espetáculo? A transformação dos indivíduos em inimigos que está representada por essa cultura de massas que vem do chamado primeiro mundo?

**JU - O que pode fazer o prefeito para projetar a cidade para o futuro, considerando que essas causas podem continuar existindo?**

**Tarso** - Eu acho que, no âmbito municipal, tem que se ter dois movimentos estratégicos combinados. O primeiro é criar uma vida pública democrática, uma democracia de alta intensidade de modo a que se recupere a importância da política, a importância da participação, a importância do conflito como mediador de consensos superiores para produzir políticas públicas eficientes, para produzir políticas públicas verdadeiramente modernas. De outra parte, o governo local pode e deve ser indutor de um certo tipo de desenvolvimento

local que precisa ser o germe de uma visão do país. Ele tem que valorizar o tecido produtivo local, tem que criar condições para aportar inovações tecnológicas e novas tecnologias nesse tecido produtivo. E tem que erguer o tipo de tecido produtivo à condição de disputas nas relações econômicas regionais. O Mercosul é um exemplo disso. Ele tem que ser o indutor de um conjunto de relações regionais capaz de fortalecer a economia regional. O exemplo disso é fortalecer o Mercosul para resistir à ditadura da ALCA que transforma a economia da América Latina no quintal dos Estados Unidos. Ou seja: são dois movimentos que têm um sabor estratégico. Um, em nível da política e outro, da natureza do desenvolvimento. Eles são movimentos infinitos, porque nunca se completam e só podem se completar à medida que se universalizarem no país. Esta é a natureza, hoje, de um governo local que queira ousar a não ser apenas uma regência paroquial das questões imediatas da cidade.

**JU - E, dentro dessa regência paroquial, Porto Alegre tem vários pontos de estrangulamento no trânsito. A Usina do Gasômetro é um deles. Sempre que lembro disso, penso no Haussmann, o administrador de Paris que rasgou aquelas avenidas e boulevards no fim do século passado. Então, rasgou essas vias para 300 anos em Paris. Como é que se pode pensar Porto Alegre nesse sentido?**

**Tarso** - Tem que pensar de maneira concreta. O prefeito não pode se eximir das questões paroquiais. Elas são concretas e apontam também para o futuro. Por exemplo, a Terceira Perimetral, o metrô, as rotas alternativas, os binários, a educação no trânsito. Tudo isso são questões concretas e imediatas que apontam para o futuro. O prefeito não pode se abrigar numa visão generalista, numa visão internacional ou numa visão nacional para não tratar da cidade concreta. Ele tem que dar um trato na cidade concreta com uma visão estratégica. Tão estratégica como Haussmann, por exemplo, que rasgou essas avenidas, não só para oxigenar Paris, mas para reprimir as zonas pobres onde as tropas não podiam entrar, em função da malha de vielas nos bairros operários. Foi uma visão correta da cidade do futuro, mas com motivações imediatas de controle social. Nós temos que pensar numa cidade desafogada, numa cidade moderna, numa cidade que flua. Mas é necessário também que a cidadania compreenda que a cidade é reflexo de um modo de vida e de um modelo geral. Então, é por isso que falo sempre em capacidade de resistência e de criação de alternativas. Um exemplo muito concreto: o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. Nós tínhamos, há 12 anos, o pior transporte coletivo das capitais do país. Hoje temos o melhor, reconhecido, inclusive, junto com Curitiba. Mas só pudemos fazer isso no sistema ônibus porque a prefeitura não tinha recurso para fazer o metrô. Agora vem a proposta do metrô. Esta é uma saída que faz uma mediação em direção ao futuro. Então, uma autoridade local tem que fazer essa combinação. Eu tenho uma relação muito pesada com a administração pública, porque eu cuido desde o tipo de banco de praça que está sendo usado na cidade até as nossas políticas de ciência e tecnologia. É exagerado isso? É, mas é a única possibilidade de você manter uma relação com o cotidiano da cidade. Ontem, por exemplo, eu estive num dos bairros mais difíceis, o Loteamento Cavallhada, um loteamento nosso que foi um enorme progresso para aquela população que vivia na Vila Cai-cai mas que hoje já tem problemas graves num patamar superior, mas também graves – que devem ser corrigidos. Em

última análise, o prefeito condensa uma relação de cotidiano com a história. A Prefeitura deve ter uma capacidade de resposta que não se circunscreva ao que eu chamo de âmbito paroquial.

**JU - O transporte coletivo melhorou muito, mas não há comparação com o de uma cidade européia, por exemplo, onde se sai da porta de casa e tem um bonde, um metrô ou um ônibus. Talvez o trânsito da cidade se desafogue muito mais no dia que tivermos, efetivamente, um metrô ou uma combinação de sistemas. Objetivamente, quando sai o metrô?**

**Tarso -** Não podemos comparar Porto Alegre com as médias e pequenas cidades européias. As médias têm 300 mil habitantes, as grandes são do tamanho de Porto Alegre. Podemos comparar Porto Alegre com Paris, e em Paris é considerado absolutamente normal que uma pessoa ande 500 metros até um ponto de ônibus ou de metrô. Aqui, ordinariamente, quem caminha 500 metros reclama do transporte coletivo. Isso está relacionado também com determinado tipo de projeto de transporte coletivo que fez com que as linhas fossem em busca de mais eleitores, sem planejamento estratégico central. Hoje, há um espírito novo porque isso foi muito discutido, muito trabalhado. As linhas têm que ter rentabilidade, têm que ter um índice de passageiro por quilômetro suficiente para que haja um investimento pesado na frota. O metrô é um exemplo concreto: somos uma cidade receptiva do metrô porque nenhuma obra dessa envergadura é feita com dinheiro municipal. É com dinheiro público federal e financiado internacionalmente.

Estive visitando o metrô de Caracas (onde está sendo construída mais uma linha) para me informar dos preços, do sistema, da forma de operação técnica que esse metrô está propondo. O projeto de metrô para Porto Alegre é um projeto federal. O que nós podemos fazer é colocar toda a capacidade técnica da Prefeitura a serviço do projeto e dar suporte para que o metrô saia.

Temos que despolitizar a questão do metrô. Que não seja um metrô eleitoral e que não seja visto por nós, do governo municipal, como uma intervenção política do governo federal. Despolitizar a questão do metrô significa colocá-lo em patamar político superior, ou seja, de uma política de desenvolvimento urbano de qualificação da vida da cidade. Acho que chegamos a um ponto comum: podemos dar todo o suporte, inclusive no que nos tocar financeiramente, para que esse metrô realmente saia. Mas a obra depende mais de financiamento internacional e menos do projeto. O projeto nós acertamos e as autoridades, federais e municipais, têm boa vontade para integrar, inclusive, o sistema de transporte coletivo de ônibus, que não está esgotado. É bom que se diga isso bem claro: o sistema de transporte coletivo de ônibus na cidade ainda não está esgotado e é um dos dois melhores do país. A questão central do ônibus na cidade, a Zona Norte, é um problema de circulação e não está vinculado à qualidade do sistema ônibus. O metrô vem, apropriadamente, propor uma solução aos caminhos da Zona Norte, para que se faça uma articulação do sistema ônibus com o metrô.

**JU - Em Porto Alegre, todas as linhas convergem para o chamado centro da cidade. Não deveria haver um sistema que permitisse chegar ao centro, usando dois ônibus, mas com passagem única? Vantagens extras: diminuiria em muito o número de terminais e os gestionamentos seriam substancialmente reduzidos.**

**Tarso -** Mas isso acompanha a descentralização econômica da cidade. Por que o transporte coletivo de Porto Alegre foi em direção à ponta do cone, como eu chamo? Porque toda a atividade administrativa e econômica da cidade estava puxada para o centro.

**JU - Como esta situação está sendo corrigida?**

**Tarso -** Estamos corrigindo e acompanhando a descentralização através das perimetrais. Já temos um número grande de linhas transversais. Não são circulares porque é impossível. São perimetrais transversais que obedecem a esta desconcentração que a cidade está sofrendo. Vou dar dois exemplos concretos: a duplicação da Cavalhada-Eduardo Prado criou uma nova centralidade econômica na cidade. A construção dos *shoppings* na Zona Norte exigiu um novo aporte de transporte coletivo àquela região, porque puxou a atividade econômica e comercial para lá. Um terceiro exemplo é o da Azenha: a política que nós desenvolvemos com os empresários manteve aquele comércio de calçada como um comércio popular importante. Essa descentralização exige novas intervenções no transporte coletivo que, em última análise, sai refletido não só para melhoria das linhas existentes, mas também para as perimetrais.

**JU - Outra questão da cidade são fatos consumados, como os camelôs, que aumentam em progressão geométrica. Algumas cidades resolveram essa questão. Em Natal (RN), conseguiram concentrar os camelôs num determinado lugar. Paris concentrou todos no Mercado das Pulgas, que se transformou em uma atração turística mundial, muito diferente do nosso Brinque da Redenção. Não seria o caso de se encontrar um local definido para o comércio popular?**

**Tarso -** O comércio de rua tem dois tipos de camelô. Tem aqueles que são assentados por lei municipal, uma lei antiga, que foram ilegais, mas há mais de 25 anos são legais. E tem um novo tipo de camelô, que é o da crise, o desempregado que procura um caminho para sobreviver. Este, está relacionado diretamente com o contrabando e, involuntariamente, com o roubo de carga no país. Então, as grandes veias do comércio ilegal são o contrabando e o roubo de carga. Evidentemente, 90% das pessoas que estão nesta atividade são pessoas honestas tentando sobreviver. Não haverá solução se não houver uma política articulada. Por exemplo: sabemos, toda a comunidade sabe, onde estão os depósitos dos camelôs, os depósitos do contrabando, os depósitos ilegais do roubo de cargas aqui na cidade.

**JU - Sim, e por que não há uma ação contra esses depósitos? Por que a Polícia Federal não opera contra o contrabando e cargas roubadas?**

**Tarso -** Nós estamos tentando resolver este problema nesse momento, articulando uma política da SMIC com a Receita Federal, com a Receita Estadual e com a Polícia Federal, para ir nas raízes e, ao mesmo tempo, combinar esse ataque às raízes com saídas para treinamento e criação de alternativas de geração de renda para essas pessoas. Só com esse trabalho integrado se pode ter um mínimo de controle. É um equívoco pensar que a questão dos camelôs se resolve apenas com fiscalização e polícia. Você pode causar até uma insurreição no centro da cidade, como ocorreu em São Paulo. O que são na verdade os camelôs, esses que estão vinculados ao contrabando? São produto de uma globalização ilegal, de uma globalização que atravessa fronteiras, que destrói alfândegas, que elimina os controles e reflete esta visão de falso cosmopolitismo. Em última



análise, constitui o veio através do qual eles se apoiam, materialmente, para sobreviver. É uma questão muito complexa, e nós montamos agora uma comissão mista de gerenciamento da cidade onde estão os técnicos da Prefeitura, os quadros políticos da Prefeitura, os empresários e a comunidade do Centro. Essa comissão mista é que vai tomar todas as atitudes e desenvolver todas as políticas, juntamente com o Executivo.

**JU - Prefeito, no próximo Carnaval a cidade já terá um sambódromo?**

**Tarso -** Se dependesse de nós, já teria. Estou tentando fazer a pista de eventos há sete anos, desde o segundo ano do meu primeiro governo. Sofri um ataque brutal de vastos setores da imprensa, que dizia que fazer a pista de eventos era “jogar dinheiro fora”. De lá para cá, isso motivou o Judiciário a nos proibir a realização da obra em determinada área e gerou resistências de vários setores da comunidade. Os ataques eram grandes. Primeiro, um local escolhido não era considerado adequado; segundo, era dinheiro posto fora. Na verdade, se formos contabilizar o que gastamos de lá para cá montando a pista provisória, precária e mal localizada, significa cinco ou seis vezes mais o que seria gasto em uma belíssima e correta pista de eventos, não somente para o Carnaval mas para eventos cívicos de toda natureza. Então, todos os anos tem recursos do orçamento para construir esta pista de eventos. Nós não a construímos ainda porque não nos permitiram. Se permitirem, este ano queremos começar a obra.

**JU - Qual será, afinal, a área escolhida? Já se falou em tantas...**

**Tarso -** Na minha opinião, a área que está tendo mais empatia da comunidade é na Zona Norte, perto do DC Navegantes, na continuação da Voluntários da Pátria. Ali pode ser uma área boa para a pista de eventos. Porto Alegre é uma cidade muito centralizada, porque os hábitos culturais, o poder aquisitivo da cidade, a conformaram dessa maneira. Agora, há uma intensa atividade cultural da cidade feita pela Secretaria da Cultura nos bairros e na periferia. Não há teatro nos bairros. Mas poderia haver. Acho que a pista de eventos pode ser um elemento de descentralização da cidade. Agora, a cidade está se descentralizando muito não só por ações da iniciativa privada. Os *shoppings*, por exemplo, são elementos de descentralização, como também os aportes de investimentos públicos, que criam uma outra centralidade. Veja, Ipanema é uma centralidade de lazer, o Lami é outra, no verão. Na Zona Norte temos vários pontos de ativação cultural e também econômica, onde são rasgadas avenidas como a Antônio de Carvalho. A Terceira Perimetral vai ajudar muito nisso porque vai se tornar um corredor de comércio, de atividades em torno da cidade e vai ajudar a desafogar o Centro. É um conjunto de políticas combinadas que dão a Porto Alegre essa capacidade de ser uma cidade com capacidade de resistência.

**JU - Esta pista de eventos também pode ajudar nessa descentralização: a zona do DC Navegantes, por exemplo, não estará tendo um aporte para melhorar um pouco o aspecto de uma das principais portas de entrada e saída da cidade, que tem a pior favela de Porto Alegre?**

**Tarso -** Sem dúvida. Ali nós estamos encaminhando um financiamento para desenvolver um projeto. Buscamos um financiamento fortíssimo para aquela área, para urbanizá-la e qualificá-la. Aquela favela se formou porque foi o local mais favorável, ou mais fácil, que as pessoas que vieram do interior encontraram

para ficar, quando chegaram aqui, sem nada. Mas, é possível fazer ali um bom projeto, e nós queremos, se tudo correr bem, desenvolvê-lo ainda neste governo.

**JU - O senhor falou da vocação que Porto Alegre tem e da importância que têm os projetos da cidade, visando ao desenvolvimento do Mercosul. Mas o Mercosul, hoje, não está se desmanchando?**

**Tarso -** Na minha opinião, nunca existiu .

**JU - Como fica Porto Alegre numa situação como esta: é um importante centro de uma zona de comércio internacional que, na prática, não existe ainda e sobre cuja viabilidade pairam sérias dúvidas?**

**Tarso -** Veja: estamos, precisamente, no momento em que se dissolvem as visões românticas e voluntaristas do Mercosul. Lembro de uma entrevista que dei há três anos na qual dizia que a visão que passavam do Mercosul era idílica, falsa e que qualquer ação diplomática dos Estados Unidos desmontaria esse romance e que o Mercosul, na verdade, ainda estava em disputa do que ele seria. Ele seria um espaço ampliado da ALCA, ou um corredor de relações das grandes empresas multinacionais, ou uma rede, um tecido econômico produtivo que emergisse da atividade econômica local, que tivesse capacidade de se internacionalizar e de se qualificar, formando, portanto, um mercado integrado no espaço da América Latina, capaz de propor uma pauta de relações internacionais renováveis, de novas relações internacionais a partir do fortalecimento dessa economia. O Brasil, particularmente, teve uma responsabilidade muito grande no fracasso do Mercosul, porque se preocupou muito mais em ficar de bem com os Estados Unidos do que em exercer uma função de liderança para uma alternativa econômica integrada. Agora as ilusões desapareceram. Quero dizer, aliás, que essa nunca foi a posição do Itamaraty, na minha opinião, que sempre teve uma preocupação de fortalecer o Mercosul enquanto mercado integrado e força econômica e política regional. Eu sei porque tratei dessa questão desde o início do projeto Mercocidades, sete anos atrás. Primeiro com o Ministério de Relações Exteriores, depois, diretamente com o Lampréia e agora, também diretamente, com o ministro de Relações Exteriores, Celso Lafer. Qual é a nossa visão? O Mercosul teria que ser o produto de um conjunto de projetos de desenvolvimento regional e microrregional integrado. Nisto, as cidades têm que exercer um papel fundamental. Um papel cultural, político, em todo o desenvolvimento e de intercâmbio tecnológico e comercial. Por isso, o Projeto Mercocidades vai partir agora para um novo patamar. Já estamos trabalhando nisso, fizemos uma reunião com o Ministro de Relações Exteriores e começamos o contato com as embaixadas aqui. Tive uma reunião, recentemente, em Montevidéu, para tratar desse assunto. É necessário, porém, que o governo federal seja o indutor, o impulsionador dessa relação de baixo para cima. Se o Mercosul for montado a partir da força econômica pura, dos grandes conglomerados internacionais, das grandes multinacionais, ele vai ter um certo tipo de desenvolvimento, elitizado, concentrado e negativo para o tecido produtivo histórico. O que nós temos que fazer é transformar esse tecido produtivo histórico num tecido competitivo, onde as médias e pequenas empresas, tenham um dos papéis principais. Então, este é o momento da disputa pelo futuro do Mercosul.

**JU - Vamos sair um pouco de Porto Alegre. A situação atual em Brasília é esta: o pró-**

**prio presidente da República está sendo questionado; o ex-presidente do Senado, o atual presidente do Senado e do principal partido de apoio do presidente, trocam ameaças, insultos e acusações de corrupção. Como pode ser dado esse impulso no Mercosul, com uma crise tão difícil como a que se está atravessando?**

**Tarso** - Eu acho que o Fernando Henrique saiu fortalecido dessa crise. Ele solucionou dois problemas num só movimento. Primeiro, se livrou do Antônio Carlos Magalhães num momento em que ele tinha o PMDB disponível, quase de maneira homogênea no país, para lhe dar sustentação...

**JU - Mas presidido por alguém que está sendo muito questionado, não é?**

**Tarso** - É, mas para ele isso é indiferente. Se houvesse um padrão ético, FHC jamais teria aceito um relacionamento com Antônio Carlos Magalhães. Então é indiferente para Fernando Henrique, e para o projeto neoliberal, que Jâder Barbalho tenha o mesmo caráter, a mesma estatura moral do Antônio Carlos Magalhães. Eu duvido que me apontem uma transição neoliberal que não tenha sido feita com a destruição de sólidos princípios constitucionais e sem corrupção. Não existe nenhum parâmetro. Pega todos os chefes de Estado neoliberais que fizeram essas reformas: muitos deles estão respondendo processos, outros estão sendo processados e outros estão fora de seu país. O Berlusconi, o Helmut Kohl, o Fujimori, a elite francesa de direita, toda ela, é caso de polícia. Porque é impossível a implementação do projeto neoliberal sem corrupção. Por quê? Porque as pessoas são más? Não, não é porque as pessoas são más. Até pode ser, mas não é por isso. É porque existem cartas funcionais, normas funcionais que decorrem de uma outra situação sócio-econômica pautada pelos valores da social-democracia, vamos chamá-los republicanos democráticos, que não foram desconstituídos. Para que elas possam ser elididas, ser pervertidas, é necessário que funcionem, dramaticamente, os impulsos de corrupção. O primeiro momento da corrupção é transferir a carga normativa do Congresso, da Constituição, para as resoluções do Banco Central. A partir daí, aquela elite tecnocrática do Banco Central passa a ser gestora jurídica, política e econômica do país. E isto ocorreu.

**JU - Uma das notícias de hoje é o Ministro Malan falando que seria interessante que fosse aberto já o processo sucessório, que seria importante para estrutura da política brasileira. O que o senhor acha disso?**

**Tarso** - Acho que essa síntese é perfeita. Digo que Fernando Henrique saiu bem dessa crise porque ele tem a cumplicidade estratégica da grande mídia nessa transição. Se fosse um elemento do PT, eu pergunto: a grande mídia não ia pedir investigação do governo federal? E se fosse um governante qualquer, não precisava nem ser do PT, mas que mal ou bem, com seus erros e equívocos, defendesse um outro tipo de projeto, como ocorre na Venezuela hoje, esse governante permaneceria no poder? Não. Ele não permaneceria. Tanto é verdade que o Fujimori só caiu depois que cumpriu toda a sua tarefa, e por vontade própria. Em nenhum momento, o sistema jurídico do Peru reagiu contra toda a corrupção que vinha desde o começo do primeiro governo Fujimori, que era visível para todo mundo e que foi, inclusive, sustentada pelo Fernando Henrique, nas eleições fraudulentas que Fujimori ganhou. Se há algum tipo de comprovação histórica que nós podemos ter neste início de século é que o projeto neoliberal não pode ser implementado sem uma alta taxa de corrupção.

E o Fernando Henrique é um homem pragmático, um homem prático. Talvez ele, pessoalmente, não tire vantagem disso, mas ele cumpre muito bem essa tarefa e sabe lidar muito bem com essas variáveis. Não é de graça que, precisamente, na sua base parlamentar estão os expoentes máximos da corrupção aqui no país.

**JU - O senhor diria que o ACM acabou?**

**Tarso** - Não. Pode ser recuperado. A política, hoje, se tornou um grande espetáculo e a pauta que a mídia faz em torno dos grandes temas é uma pauta que altera valores do senso comum, que produz coesões e descoesões sociais. Nunca se teve uma capacidade manipulatória tão grande como hoje.

Lembro do posfácio do Lukács quando ele faz uma autocrítica da Certa Razão quando ele diz, já naquela época, década de 1960: "Hoje, o Nixon poderia conseguir tudo que o conseguiu utilizando-se de métodos democráticos, que permitiram a manutenção da estabilidade e da coesão social". Eu acho que o que está acontecendo hoje no país é isso: nunca se perverteu tanto a opinião pública, se transformou tanto a política através da manipulação. Então, o ACM pode ser recuperado, se isso for vantajoso para as elites do país.

**JU - A gente nota que muitos jornalistas, até com certo pudor, dando voltas, dizem que o governo estadual não fez nada. Ao mesmo tempo dizem: cuidado porque se os outros partidos continuarem como estão o PT vai ganhar de novo o governo do Estado. São dois momentos, aparentemente contraditórios. Diante do atual quadro brasileiro, o Partido dos Trabalhadores já pode aspirar a conquistar o país nas próximas eleições?**

**Tarso** - Acho que as condições todas estão dadas para isso. Tenho sustentado que essa próxima campanha não será uma campanha fenomênica, ou seja, de grandes mobilizações sociais como fenômenos de massa que gerariam uma vantagem eleitoral para a esquerda. Vai ser uma campanha de disputa de projetos, de conteúdo, de estratégia de conquista e de informação da opinião pública altamente aperfeiçoada. Estratégias, necessariamente, altamente aperfeiçoadas. Hoje, a insegurança se tornou a categoria central da política. A insegurança econômica, a "pública", dos indivíduos perante seu futuro, das relações humanas e sociais em geral. Um projeto de esquerda tem que saber lidar com essa nova categoria da política. Se não souber, não ganha a eleição. Este é um novo elemento da via democrática. Temos que apresentar um projeto contraposto ao modelo neoliberal mas que a sociedade entenda como uma saída segura em direção a um novo modo de vida, a um novo tipo de desenvolvimento, rumo a novas relações sociais. Se isso não for feito não há chance. A estabilidade da moeda, ou a presumida estabilidade da moeda, prende a maioria da população e mantém o modelo atual.

**JU - E aquele velho chavão de que a população, sozinha ali, na frente da urna, vai no que bem ou mal conhece e, mesmo contrariada, fica com medo de mudar, e sempre cai para a direita?**

**Tarso** - Correto porque os valores da direita são os valores do senso comum, são os valores da chamada opinião pública comum, opinião pública ordinária, o medo da mudança, a incerteza perante o futuro, a possibilidade de uma piora nas condições de vida, porque essa é uma seqüência experimentada pelas populações, uma permanente piora das suas condições de vida. Então, isso é natural. Acho que a nossa proposta tem que ser de mudança frontal de modelo

mas tem que apontar para a capacidade de governar, para a governabilidade do país. Repito: a insegurança se transformou numa categoria central da luta política nos dias de hoje.

**JU - Nas últimas eleições presidenciais, o PT não tinha nenhum governo estadual. Hoje, tem três. Tem cada vez mais prefeituras. Então, esse medo ao qual o senhor se refere já está sendo neutralizado?**

**Tarso -** Isso ajuda a neutralizar. Os nossos governos ajudam. Todos são governos responsáveis que conseguem cumprir suas metas com mais ou menos rapidez, mas todos são vistos como governos que combatem a corrupção, que abrem uma participação democrática profunda e que enfrentam a crise fiscal do estado de maneira eficiente e sólida. Isso ajuda, mas não é suficiente. Vai depender do tipo de linguagem que nós utilizarmos para transmitir os nossos valores. Tu deves combinar mudanças profundas com capacidade de governar.

**JU - Prefeito, que comentário o senhor faria sobre uma crônica que o Luís Fernando Veríssimo escreveu há duas semanas quando, pela primeira vez, dá uma alfinetada no PT, dizendo que o pensamento único não pode ser substituído por outro pensamento único?**

**Tarso -** O comentário que eu faço é este: tudo que o Luís Ferrando diz a gente tem que refletir com muita seriedade e com muita responsabilidade. Ele é uma pessoa que jamais poderá ser acusada de ter utilizado o seu espaço de maneira irresponsável para transmitir valores e juízos negativos sobre o que nós fazemos. Então, eu li aquela crônica com muita seriedade. Recolho como uma lição.

**JU - O senhor faria um comentário sobre o Fórum Social Mundial?**

**Tarso -** O Fórum Social Mundial foi um momento de alteração profunda na cultura política sobre a globalização, e Porto Alegre deu uma contribuição extraordinária sobre isso. Nós temos conhecimento de uma pesquisa em que 65% da população diz que foi muito importante para a cidade apoiar e fazer o Fórum, 3% dizem que não. O resto diz que é indiferente. É uma pesquisa que vale como um documento político. É do governo do Estado essa pesquisa. Então, nós vamos fazer o 2º Fórum Social Mundial e vamos fazer a 2ª Reunião Mundial de Prefeitos pela inclusão. E vamos fazer ainda melhor do que fizemos.

**JU - Por fim, a possibilidade de privatização do setor de saneamento poderá ser o próximo capítulo na batalha das privatizações. Como a Prefeitura de Porto Alegre vai enfrentar a questão da privatização da água?**

**Tarso -** Na questão do saneamento básico, da água, a Prefeitura de Porto Alegre vai liderar o movimento nacional contra a privatização. Nós temos muita autoridade para isso porque temos o melhor órgão de saneamento básico do país que é o Departamento Municipal de Água e Esgotos, o DMAE. Estamos tomando providências para fazer um grande seminário para desencadear o movimento. E isso vai ser imediato.

# Lúcio Kowarick



## Combate à corrupção precisa de força legal e vontade política

*O sociólogo Lúcio Kowarick, chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), veio a Porto Alegre para proferir a aula inaugural do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e recebeu Clóvis Ott e Ida Stigger, do Jornal da Universidade, para uma conversa que durou duas horas. Começou pela violência, passou pela corrupção, seguiu pelo comportamento, abordou a política, falou em universidade, avaliou a sociedade e discutiu a globalização. Kowarick atua marcadamente na área da teoria política brasileira; tem pesquisas sobre políticas públicas, gestão urbana, democracia e cidadania, e é autor de diversos livros e artigos. Ele considera que o Fórum Social Mundial foi muito importante e espera que a recém-empossada prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, aproveite experiências de Porto Alegre para aplicar na maior cidade do país.*

ABRIL 2001 - EDIÇÃO N.º 39

**Jornal da Universidade - Violência tem cura?**

**Lúcio Kowarick** - Tem. É um problema extremamente complexo que só pode ser resolvido em longo prazo, como os problemas econômicos, sociais e de justiça social.

**JU - Problemas econômicos e sociais tendem a se agravar. Em conseqüência, a violência também?**

**Kowarick** - A deterioração do quadro econômico e social cria enormes problemas para a diminuição da violência. Há questões específicas que devem ser tratadas. A questão policial é uma delas. É difícil, mas as instituições são passíveis de reforma.

**JU - As instituições policiais estão altamente corrompidas, tanto a militar quanto a civil...**

**Kowarick** - É, sabemos. Há um trabalho feito pelo pessoal do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas com a polícia. É um trabalho de aula, de discussão. Falei com o José Vicente Tavares dos Santos, diretor do IFCH, unidade que desenvolve esse importante trabalho. Isso também tem em São Paulo. Há um convênio entre a USP e a Secretaria de Segurança. Tem outras possibilidades, a polícia comunitária e toda uma série de ações relativas à segurança pública, que não é só polícia: o Judiciário, a questão penitenciária, que é gravíssima, a Febem é uma escola de criminosos...

**JU - O senhor acredita numa nova polícia?**

**Kowarick** - Tenho que responder que sim. Se não, acabou. Vamos nos esconder em casa e fim de papo.

**JU - Na medida em que não há polícia "boazinha" no mundo, não há um exemplo a ser seguido...**

**Kowarick** - Os órgãos de segurança têm o papel de manter a ordem, inclusive com violência, quando apoiados na lei. Mas há uma diferença enorme, por exemplo, entre a polícia inglesa e a brasileira. A polícia americana é violenta? Muito, mas houve uma reforma grande, em Nova York, Boston. A francesa nem tanto, já a italiana parece que é muito corrupta e a argentina ficou ainda pior depois da Guerra Suja, no tempo da ditadura.

**JU - Não existe polícia honesta no mundo?**

**Kowarick** - Acho que existem graus e graus. Todo mundo sabe que aqui existe uma ligação entre setores das polícias civil e militar com a corrupção, com o tráfico. Se a polícia da Inglaterra bater em alguém, é um escândalo. Nos Estados Unidos, também. Nos Estados Unidos, o nível de homicídios continua alto, baixou muito, mas continua alto, é muito maior que na Inglaterra, na Europa.

**JU - O senhor diria que, apesar desses altos índices de violência, a cidadania lá é mais bem protegida?**

**Kowarick** - Sem dúvida. Aqui a situação é de sub-cidadania. A maioria da população não tem direitos sociais e os direitos civis, começando pela integridade física das pessoas, estão muito comprometidos.

**JU - Uma palavra que tem se ouvido até a exaustão, nos últimos tempos, é cidadania. Dê a sua definição de cidadania.**

**Kowarick** - É a conquista de ampliação e consolidação de direitos básicos relativos aos direitos civis, integridade física da pessoa, igualdade perante a lei, direitos políticos, organização política pluri-partidária, liberdade e direitos

sociais.

**JU - E disso tudo, o que, realmente, é aplicado no Brasil?**

**Kowarick** - Diria que, de 20 anos para cá, houve uma consolidação, uma ampliação dos direitos políticos, bastante significativa. As pessoas votam, têm liberdade de escolha. É um sistema pluri-partidário, há uma renovação periódica dos dirigentes, feita através dos processos constitucionais legais. Isto é uma mudança muito grande em relação ao que existia há 20 anos. O que se pode perguntar é sobre a efetividade social e civil, dos direitos sociais e civis, deste avanço da cidadania política. A cidadania social é precária e retrocedeu em muitos aspectos com a reforma da previdência, da aposentadoria. Alguns direitos sociais, como acesso à saúde e educação, tiveram uma ampliação quantitativa. Tem muitas crianças na escola, ampliação no atendimento nos postos de saúde, mas a qualidade desses serviços é muito ruim. Os direitos sociais estão muito restritos e alguns, inclusive, diminuíram. No Brasil, os direitos civis estão uma catástrofe.

**JU - Esse não é um outro fator gerador de violência?**

**Kowarick** - É. As pessoas sabem que são desiguais perante a lei, perante a polícia. Qualquer entrevista que se faça com pessoas da população pobre mostra que eles estão extremamente vulneráveis em relação à polícia. Eu estou fazendo uma pesquisa a esse respeito e a ação de discriminação e violência da polícia tem três segmentos marcados: pobre, favelado e população negra. Agora é preciso entrar aí, é preciso mexer, é preciso ter coragem. No Rio de Janeiro, o antropólogo e cientista político Luiz Eduardo Soares (atualmente, assessorando o prefeito Tarso Genro na questão da segurança pública) começou uma experiência muito interessante, que afinal não deu certo. Falhou por quê? Assisti à conferência dele e concluí que foi, fundamentalmente, por razões políticas. O governador Anthony Garotinho apoiou-se em outros grupos políticos e policiais, e isto inviabilizou o trabalho de Soares. Precisa haver suporte político para isso.

**JU - No Rio é muito difícil uma coisa como essa dar certo porque a simbiose entre o crime e a lei, a mistura entre um e outro, é profunda. Em São Paulo já se chegou a este nível também?**

**Kowarick** - Em São Paulo, cada vez mais. São Paulo é muito grande. Mas, no Brasil, o maior índice de criminalidade em cidade grande está em Vitória (ES); Recife vem em segundo; Rio em terceiro.

**JU - A Oposição, aqui, clamou e conseguiu uma CPI sobre o assunto, em nível regional. Em que lugar Porto Alegre se coloca quanto ao grau de violência e índice de criminalidade, em relação ao resto do país?**

**Kowarick** - Não tenho as estatísticas, mas sei que é relativamente baixa quanto a homicídios, furtos, roubos. Comparado a outros lugares, aqui é baixo. Em Florianópolis também. Mas, no Nordeste, é alto.

**JU - Há tempos, existe uma avalanche de denúncias sobre corrupção na política, no governo, na polícia, em órgãos públicos, crime de colarinho branco, que têm aumentado de forma estonteante, especialmente a partir do impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Todos os dias surge um escândalo novo. O que está mudando?**

**Kowarick** - Hoje, a sociedade e a imprensa estão mais atentas a isso. O Ministério Público está muito mais apto para pôr o dedo na ferida em algumas

questões. Eu acho que isso é um avanço. As questões da moralidade pública e da corrupção são coisas que, hoje, a população sente. As pessoas já sabem o que um governo corrupto pode trazer de malefício. Em São Paulo isso é sentido: a corrupção, a ineficácia, a destruição da coisa pública no município durante o governo Paulo Maluf foi atroz.

**JU - O Paulo Maluf foi reeleito, há dias, presidente nacional do PPB e já se autopromoveu candidato a novo mandato em São Paulo...**

**Kowarick -** A sociedade tem vários interesses, grupos, mas também tem pesquisa. Isso se reflete na queda dos serviços. Um órgão diretor do sistema de transporte está sendo recriado porque não existia. Só tem *perueiro* (motoristas de caminhonetes de transporte público irregular, as *peruas*) para tudo quanto é lado. Eles tomam conta de certas áreas e não deixam outros entrar. Gangsterismo puro. Isso é ligado a quê? À corrupção na administração regional. A população sente isso. Agora, nos órgãos públicos, cada vez mais, trata-se de uma questão de pôr o dedo na ferida. Até que ponto se pode ir é muito relativo. Basta ver que contra o atual presidente do Senado, Jader Barbalho – e presidente do Senado não é pouca coisa neste Brasil – existem denúncias seríssimas, não só sobre enriquecimento ilícito, mas também sobre uma série de outras coisas.

**JU - Temos um problema sério aí: o presidente do Senado tem essas suspeitas e acusações em cima dele. O ex-presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também. Isso para não falar em outros, bem conhecidos. O senhor fala em colocar o dedo na ferida, mas o presidente da República não quer colocar o dedo na ferida, fazendo de tudo para impedir uma CPI sobre a corrupção, dizendo apenas que vai mandar investigar. Como ficamos?**

**Kowarick -** Pois é. Temos que pressionar, temos que agir, temos que falar, fazer o que for possível para que ele ponha o dedo na ferida. Há leis para isso...

**JU - A força legal existe, mas e a vontade política? O Presidente foi eleito por confortável maioria...**

**Kowarick -** Eu acho que tem que haver vontade política mais do que força legal. Eu digo isso às pessoas que querem levar adiante o processo de investigação. Digo isso ao Judiciário, por exemplo.

**JU - Sim, mas membros do Judiciário também estão envolvidos. Aliás, até que ponto o Judiciário, como poder, também está misturado nesse caldo?**

**Kowarick -** Eu acho que parte do Judiciário também é muito corrupta. Olha, vocês estão colocando a coisa num ponto onde parece não ter saída e eu estou querendo mostrar que tem essa saída. Há um pacto político feito por um governo de um partido de centro, centro-direita, que não é reacionário, que tem uma tradição progressista em alguns lugares. Quando esse partido faz uma aliança com a direita, e com a pior direita, paga um preço muito grande. O governo FHC, além de vários aspectos muito criticáveis, como as privatizações, tem uma inserção internacional muito submissa, uma desatenção ao social muito grande. Há uma política econômica que consegue a incrível façanha de estar à direita do Fundo Monetário Internacional, o FMI. Além disso, há a tragédia do presidente em ser acusado de corrupto logo pelo Antônio Carlos Magalhães. Para a sua biografia isso é terrível.

**JU - Como professor, está acostumado a dar notas. Dê uma nota para Fernando Henrique Cardoso, como presidente da República.**

**Kowarick -** Eu não daria nota muito alta não. Enfim, em torno de cinco. Quando a gente pensa que, antes dele, vieram Geisel, Figueiredo, Sarney e Collor... (o Itamar não conta, não teve mandato normal e completo).

**JU - Dá para dizer que há uma melhora em relação ao Collor, ao Sarney, para falar só nos civis? E mais: qual a contribuição que a universidade pode dar nesse caso? A universidade tem gente, idéias, críticas...**

**Kowarick -** Estou na universidade há mais de 30 anos e acho que, no sentido de uma presença na formulação das políticas sociais, industriais, nos problemas graves do país, ela está ausente. Muito ausente. Se faz bastante pesquisa mas deveria haver uma aproximação muito maior do que a que existe hoje. Isso varia de uma universidade para outra. Estou falando da USP, que é a minha. Claro que tem pesquisas muito importantes, como, por exemplo, sobre o genoma, sobre a Amazônia, e mesmo projetos em pesquisas sociais; mas eu diria que tinha que ter muito mais do que isso. Há um certo isolamento, um certo retraimento.

**JU - Esse isolamento não se dá em função do baixo nível cultural brasileiro? Não está tudo muito estratificado, a universidade lá em cima e o Brasil real cá em baixo? Kowarick - É mais uma razão para se tentar uma aproximação.**

**JU - A dificuldade não está em como se dará essa aproximação, em função do abismo entre um e outro? Por exemplo: o nosso ensino médio público está sucateado, e propositalmente. Só quem tem dinheiro tem uma educação minimamente decente neste país. Sem educação não há progresso cultural e sem progresso cultural não há melhoria social. E aí?**

**Kowarick -** Isso é um problema. Deixa eu fazer um parêntese que é o seguinte: eu acho que a universidade – estou falando mais da USP, mas isso é geral – teve um papel muito grande no sentido de resistência cultural e política no tempo da ditadura, de 60 e tantos até 80 e poucos. Quando a sociedade começou a se democratizar, a universidade deixou de ter projetos de transformação política e econômica, proposições. Isso não quer dizer que não as tenha nas áreas aplicadas. Há, sim, uma ligação muito grande entre o mundo econômico e a universidade. Não vejo por que a universidade não formula uma política de desenvolvimento industrial ou uma política de moradia. Tem quadros, conhecimento, está *up to date* (atualizada). Não é um problema nas ciências exatas. As ciências biológicas e humanas também estão *up to date*. Então, é um problema político social mais amplo, de um certo isolamento social. Cada um cuida do seu jardim, a competição é muito grande. Uma carreira hoje é muito mais projetada em termos de sucesso individual do que em valor social.

**JU - Esse isolamento social a que o senhor se refere é nosso ou é importado? O brasileiro já foi mais solidário, não é?**

**Kowarick -** Quando?

**JU - Talvez quando se tinha mais controle sobre nossas vidas. Hoje, as coisas são gigantescas, nos esmagam, tudo é super, tudo é mega. Além disso, convivendo com uma maioria que está abaixo da linha de pobreza, há toda uma classe média, cada vez mais pobre e brincando de rico, excessivamente voltada para si, para o seu sucesso pessoal, suas aplicações, carro do ano, casa, apartamento, som, máquina disso ou daquilo, roupa de griffe, enfim, o seu consumo, o seu egoísmo. Tudo exacerbado por uma televisão de qualidade lamentável, que já tem chegado ao ridículo. E é esta televisão que diz o que é bom ou ruim, que decide o que se pode ou não saber, que**

**forma opiniões e dita comportamentos e vocabulário.**

**Kowarick** - Certo. Mas isso também é um fenômeno mundial. A crise da universidade para reencontrar seus parâmetros não é só um problema brasileiro. É, pelo menos, ocidental. Tem a crise das profissões. Antes, ser médico era ser médico. Hoje ser médico é estudar 6 anos, mais 4 de residência e, saindo, ter que sobreviver com três empregos. Eu estou falando da Medicina, mas poderia falar da Engenharia, do Jornalismo, das Ciências Sociais. Boa parte dos arquitetos, hoje, vão ser desenhistas, ou nem isso, porque já tem o computador. Isso é mundial. Talvez mais grave aqui ou acolá. Há uma mudança no sentido de um retraimento social. Nós vivemos numa sociedade de massa, atomizada, onde as pessoas vêem televisão muitas horas por dia. Hoje, todo mundo tem televisão. No Brasil, 90% dos domicílios urbanos têm televisão. Há um retraimento, o declínio da discussão pública, do público. Tem um sociólogo americano que escreveu *O declínio do homem público*, que é um livro muito bom. Isso é um fenômeno estudado já. Um outro sociólogo americano, o David Riesman, fala da multidão solitária. Tem muita gente escrevendo sobre isolamento, sobre reclusão social. No Brasil, além de tudo isso, as pessoas, pelo menos em algumas cidades, Rio, São Paulo, Recife, se isolam por causa da violência, não saem, têm medo de sair ou saem menos. Hoje, a arquitetura da classe média é muito influenciada pelo problema da violência. Você tem os muros, as grades, todo um sistema de segurança. Você tem cada vez mais os serviços dentro. A cabou de sair um livro de uma antropóloga que trabalha numa universidade da Califórnia, Teresa Caldeira. O livro chama-se *A cidade dos muros*. Ela estuda exatamente isso: o retraimento da classe média. Mas o da classe baixa, também.

**JU** - O que vai acontecer com a criança de classe média, criada dentro dos seus condomínios? O condomínio tem lojinha de tudo, escola, playground, piscina, academia, minimercado. O que correrá com esse jovem, quando ele passar pelos guardas do portão do condomínio para a vida lá fora?

**Kowarick** - Ele vai ter medo do diferente. E o diferente é aquele que não tem a sua cor, a sua vestimenta, o seu hábito de falar. Nós estamos criando uma sociedade de guetos. De guetos, inclusive, onde cada um se isola por causa do medo da diferença. A diferença é fundamental na democracia, e é uma coisa básica, porque a democracia supõe conflito, o entendimento e a negociação. Ou seja, a aceitação do contrário, onde você cede, onde você ganha. Se você não aceita a diferença está negando um princípio básico da democracia, que é a aceitação do outro. Na medida que há esse isolamento, a tendência é você fazer "uma espécie de apartação social", que aliás é o título de um livro do Gustavo Buarque. Isso é um risco muito grande, risco de convivência, de sociabilidade. A Teresa Caldeira trata dessa questão, ela fala no processo de evitação, de evitar o outro. Então, quem entra nos condomínios tem que ter crachá, tem que mandar avisar, se identificar, isso e aquilo. Você vê o outro como um perigo, uma ameaça.

**JU** - Então vivemos uma contradição: aumenta a globalização e aumenta o isolamento...

**Kowarick** - É. Na globalização você hoje acessa tudo, cada vez mais pessoas acessam coisas do mundo todo, tem que caminhar via televisão, via *Internet*, mas, ao mesmo tempo, você tem um retraimento.

**JU** - E como que se casa isolacionismo com internet. Não é um casamento impossível?

**Kowarick** - Você fica em casa, você faz sexo virtual, você namora pela Internet. As pessoas passam horas na Internet, viajando de uma coisa para outra. Tem o *chat*, as pessoas conversam e marcam encontro, às vezes, ficam namorando, são coisas novas.

**JU** - E o processo de globalização no mercado de trabalho brasileiro?

**Kowarick** - Temos uma mudança em nível mundial, que inicia no final dos anos 70, 80, que faz lentamente uma mudança no processo econômico, financeiro. Não sou economista, mas é uma nova estratégia das grandes empresas na alocação dos seus recursos. Uma concentração brutal da riqueza econômica em torno das 200 maiores empresas do mundo, um volume brutal de transação diária que vai de um país para outro. A quebra das fronteiras, das tarifas alfandegárias e uma série de coisas. E uma série de coisas muito positivas: o avanço não só do mercado comum europeu mas dos países do mercado comum em termos de criar uma cidadania única, uma cidadania européia. Isso eu acho um aspecto muito positivo. Além disso, o fato de se ter acesso no mundo todo é uma enorme vantagem. Agora, o que vem, normalmente, é um lixo de informações. Precisava ter mais alternativas; se tem um conjunto de informações que vem em pacotes. Vocês lembram da Guerra do Golfo? Pois foi um *videogame* que a televisão passou como se fosse uma guerra. Era assim que eles queriam que fosse. Foi a guerra da TV para servir no noticiário da hora do jantar. Nós vivemos isso. Nós e o mundo todo. Isso está em gestação e, inclusive, não tem formas acabadas. O Brasil, do ponto de vista econômico, se insere muito subordinadamente nesse processo global.

**JU** - A Guerra do Golfo foi um videogame porque a CNN e quem dita o que ela pode mostrar quiseram. Os Estados Unidos mostraram a guerra do Vietnã como era na realidade e deu no que deu. Começaram a perder a guerra dentro de casa, quando os pais dos jovens mortos e os aleijados foram berrar em frente à Casa Branca e nas maiores cidades, dizendo Basta!. Os vietcongs apenas fizeram o seu serviço: correram com o invasor. Se eles fossem mostrar a Guerra do Golfo real, também estariam perdidos. O próprio videogame vem da necessidade deles para não perderem a guerra de novo, junto à opinião pública, como perderam a do Vietnã.

**Kowarick** - Não sei se eles iam perder a guerra. O Vietnã tinha uma força de organização interna popular com uma história muito longa. Eles iam mostrar a guerra e as mazelas. Aí é o seguinte: é um processo irreversível, no sentido de que não dá para fazer meia volta. É uma questão de mudança nas comunicações, questão do processo econômico financeiro. Não pode ser visto como um mundo sem saídas, como um mundo em que só há uma forma de inserção, só uma forma de ver, que é o chamado pensamento único. O pensamento único não tem nada de liberal, é um pensamento totalitário. O mundo está se movendo. Achei altamente positivo o Fórum Social de Porto Alegre, com todas as coisas que aconteceram. Não estive aqui mas ouvi relatos de coisas altamente positivas. Vieram ONGs de tudo que é tipo, terceiro setor, sindicatos, grupos políticos, grupos neos, foi uma explosão de utopias. Qual é o projeto? Não tem. O projeto é encontrar alternativas. Agora, isso vem no bojo de quê? Da crise do marxismo, da queda do Muro de Berlim, da hegemonia econômica e cultural norte-americana. Hoje, os grandes sociólogos franceses, nos congressos internacionais, falam em inglês. Antes, imagina se eles iam falar em inglês. Então,

veja: nada é imutável. Se for, acabou, fim da ideologia, fim da história, fim de tudo. Você pega o Brasil, a quantidade de ONGs que tem aí. Você não tem mais movimentos sociais que nos anos 70. Tem o Movimento dos Sem-terra, que é um movimento social, uma organização, como um projeto de transformação. Não é só reforma agrária, vai mais além. Isso era mais forte uns 20 anos atrás. Hoje, tem coisas mais pontuais, coisas mais precisas. Você tem centenas, milhares de ONGs ligadas ao problema da mulher, da violência, do menor, do meio ambiente, tudo que se pode imaginar.

**JU - Mas o problemas da mulher, do menor, da violência, da terra, tudo isso não esbarra num coisa chamada mercado?**

**Kowarick** - Esbarra no mercado e no Estado. Tem várias ONGs ligadas a cooperativas, que dão suporte a cooperativas industriais agrícolas. Vão competir com quem? Com os grandes comerciantes, e têm que ser eficazes. Agora, têm que competir dentro de outros princípios. O princípio de menos iniquidade, mais equidade. Alguns princípios que não são os princípios selvagens do mundo capitalista.

**JU - O Terceiro Mundo não deveria passar por um processo prévio de fortalecimento para este embate que já se dá na prática? É complicado isso. E como acomodar as diferenças, o que se passará nesse espaço de tempo, até haver essa aquisição de força do Terceiro Mundo em relação aos desenvolvidos?**

**Kowarick** - Acho que tem conseqüências dramáticas e cruéis, inclusive porque alguns países simplesmente estão fora disso. A violência, a AIDS a guerra civil. É dramático. Nós estamos vivendo um processo de mudança muito rápido, muito profundo, muito complexo. Essas mudanças são tão profundas como a revolução industrial que destruiu o artesanato, destruiu a indústria a domicílio e criou, inicialmente, uma massa de pessoas excluídas que, depois, foi incorporando. Hoje, você tem um processo de exclusão massivo, em alguns países. Os Estados Unidos tem um processo de exclusão, mesmo com a riqueza. São, fundamentalmente, os negros e os hispânicos. O mundo está globalizado há muito tempo. É o sistema imperial, o imperialismo. Havia uma comunicação muito rápida, o telégrafo é rapidíssimo, só que não era *on line*, você precisava saber o código Morse. Houve uma mudança muito grande, também na tecnologia, na rapidez. Agora, essa sociedade civil que se mobiliza, que agita, que é *neo tudo* mas que, também, tem coisas tradicionais, tem sindicatos, tem lutas urbanas, coisas que sempre existiram. O Fórum de Porto Alegre, um acontecimento novo, foi importante. Foi uma coisa que deu repercussão muito grande na mídia mundial, deu muita discussão e, provavelmente, ainda vai ter muito conflito.

**JU - O senhor não acha que o Fórum Social Mundial pode ter sido visto pelos poderosos como uma gritaria na senzala, que pode ser menosprezado, com um "deixa sapatear"?**

**Kowarick** - O que deu mídia, principalmente na conservadora, foi o francês José Bové. Tem coisa muito mais importante do que ele, que a gente sabe. Agora, tentou-se fazer uma desqualificação. O próprio presidente Fernando Henrique desqualificou na época. Não me lembro o que ele disse, mas ele chegou a tentar desqualificar.

**JU - Como o senhor vê a administração de Porto Alegre que, há 12 anos, vem sendo**

**feita por um mesmo partido de ideologia popular?**

**Kowarick** - O PT é reeleito porque tem a preferência das pessoas, tem legitimidade. Essa preferência — eu venho aqui duas ou três vezes por ano e me informo com o pessoal — tem um apoio bastante grande na classe média e em alguns empresários. Tem várias virtudes, essas administrações. Começando por não serem corruptas. Pode ter uma coisa parcial que aconteça mas não há uma sistemática corrupta nos governos. Segundo, ela inovou, o Orçamento Participativo é uma inovação que é fruto da experiência de Porto Alegre. Teve uma experiência anterior em Lages, mas aqui foi a experiência mais completa. Essa experiência tem defeitos, tem problemas, mas tem dois lados positivos. Ela inova na questão da gestão da cidade. Ou seja, ela põe elementos na democracia representativa sem substituir essa democracia representativa, que significam elementos de revigoramento dessa democracia. Tem toda uma organização estruturada em bairros, em zonas que vão participar do processo decisório. Há uma inovação aí. Em segundo, ela se mostrou eficiente no sentido de fomentar políticas públicas necessárias à população. Sempre há queixas. O processo tem esses dois lados positivos: tem que mudar isso, tem que ampliar, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo. É altamente positivo. É uma experiência bem sucedida e é considerada em nível mundial. Todo mundo que mexe com cidade, com planejamento, estuda a experiência de Porto Alegre. Uma cadeia enorme de trabalhos estão sendo feitos na academia sobre a experiência do Orçamento Participativo.

**JU - A Marta Suplicy poderia implantar ou tentar algo parecido em São Paulo?**

**Kowarick** - Eu acho que ela deveria fazer isso. Acho que deveria haver descentralização administrativa forte, em tantas regiões, 10, 12 ou 20. Descentralizar o chamado serviço de proximidade, com orçamento, com recurso. Senão não é descentralização. Os serviços de educação, saúde, os serviços próximos da comunidade como transporte, cultura, lazer. E criando mecanismos de participação semelhantes aos que existem em Porto Alegre. Um conselho de representantes pode ser eleito mas a resistência é muito grande. Acho indispensável para o avanço da gestão e da eficácia dos serviços. Ao mesmo tempo, é absolutamente imprescindível criar um poder metropolitano. A grande São Paulo tem 17,18 milhões e grande parte de população se encontra no ABCD, Guarulhos e Osasco. Como você vai pensar saneamento, transporte, política industrial? São promessas de campanha. Espero que ela tenha vontade política para cumprí-las. Há muitas dificuldades, muitas resistências...



# Reinaldo Guimarães



## Pesquisa no país tem a pata tecnológica atrofiada

*Reinaldo Guimarães é professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador visitante e consultor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde coordena o projeto do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é membro do Conselho Diretor da Revista Ciência Hoje, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, conselheiro da Faperj. Trabalha, também, no campo de Planejamento, Gestão e Políticas de Ciência e Tecnologia. Com toda esta bagagem, veio a Porto Alegre divulgar a versão 4.0 do CNPq. Aqui, a sua conversa com Arlete R. de Oliveira Kempfe e Clovis Ott, do JUI, com o pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto e com a vice-pró reitora de Pesquisa, Marininha Aranha Rocha.*

MAIO 2001 - EDIÇÃO N.º 40

**Jornal da Universidade - O financiamento para ciência e a tecnologia ajudará a resolver o problema da pesquisa?**

**Reinaldo Guimarães** - Em primeiro lugar, o governo Fernando Henrique está nos trinta minutos do segundo tempo, e só agora fez um gol na área da ciência e tecnologia. Foi a primeira idéia. Ao mesmo tempo original e importante nessa área, quase no fim do mandato. Ele vinha tendo uma performance muito medíocre. Acho que é muito importante o aumento do parte do recurso para financiamento à pesquisa. Pela primeira vez se coloca em cima da mesa o problema da pesquisa tecnológica em bases mais sólidas. O Brasil construiu um parque científico e tecnológico muito importante em termos de país ao sul do Equador, mas a pata tecnológica é muito atrofiada por razões estruturais.

**JU - Os fundos poderão, então, fazer com que a pata atrofiada se desenvolva?**

**Guimarães** - Esses fundos têm a possibilidade – não é certo que conseguirão – de retomar o debate sobre a pesquisa tecnológica no Brasil. Esse é o lado bom e positivo da iniciativa. Os fundos não foram uma proposta pensada e planejada no detalhe e depois colocada para o público. Na verdade, apareceram. Foi uma equação financeira montada. O dinheiro começou a aparecer de vários setores produtivos e isso faz com que a gestão dos fundos não seja, na minha opinião, a mais eficiente.

**JU - Se a gestão dos fundos não é tão eficiente, como garantir que os resultados nos setores onde foram aplicados sejam, realmente, eficazes?**

**Guimarães** - O fato deles terem aparecido dessa maneira provocou o seguinte fenômeno: as agências setoriais que financiam querem maximizar as aplicação dos recursos, que provêm do setor que elas regulamentam, para as pesquisas especificamente naquele setor. A Agência Nacional do Petróleo quando põe dinheiro quer pesquisa só sobre petróleo. O Ministério da Ciência e Tecnologia, que não trata só de petróleo, quer financiar tudo. Isso tem criado um mecanismo de tensão muito forte e se repete em todos os demais fundos com exceção talvez da saúde, o que cria um problema grave. Se as agências reguladoras ganham essa guerra, porque são elas que põem o dinheiro, teremos uma falta de apoio desse dinheiro novo para o nosso parque de grupos de pesquisas.

**JU - A saúde não tem sido mais beneficiada com a criação de taxas e impostos que, supostamente, a ela são canalizados?**

**Guimarães** - O Ministério da Saúde está propondo a criação de um fundo setorial que, originalmente, era contribuição de setores de fabricação de tabaco e de álcool. Uma alíquota em cima de cada item do tabaco e álcool comercializado. Por que não teria aquele problema que existe nos outros? Porque a indústria de tabaco e do álcool estão em um pulcraço tão sujo que não teriam condições de pressionar por coisa nenhuma.

**JU - O que o senhor quis dizer com o “o governo do Fernando Henrique nos trinta minutos do segundo tempo”?**

**Guimarães** - É só contar oito anos...pelo menos no campo científico e tecnológico teve uma atuação muito aquém do que era esperado, inclusive pela origem profissional do presidente.

**JU - Faça uma análise rápida disso.**

**Guimarães** - Uma análise rápida? Esta foi uma atuação tão medíocre que só a partir de meados do ano 2000, com a criação dos fundos, apareceu uma coisa

nova. Por conta do ajuste fiscal, que a gente observou no período dos anos 90, os recursos para financiamento à pesquisa diminuíram nas principais agências. Se você olhar as contas do CNPq e da CAPES, verá que diminuíram entre 1995 e 2000. A tendência geral é de diminuição. Nesse sentido é que acho uma atuação medíocre.

**JU - Voltando para a questão da gestão dos fundos: como o senhor acha que deveria ser, sob o ponto de vista da comunidade científica, a gestão desses fundos?**

**Guimarães** - Poderia ser menos confusa. Os recursos de todos os fundos vão para um fundo, que se chama Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que se localiza, fisicamente, numa agência federal chamada Finepe, que é a secretaria desse FNDCT. Tudo isso vai para lá mas vai carimbado, com uma marquinha na orelha. Esse é para o petróleo, esse é para energia, esse para as telecomunicações, e vinte por cento desse bolo todo vão para um fundo genérico chamado de infra estrutura, que é o fundo dos fundos. Então, já tem uma máquina dentro da Finepe para gerenciar o FNDCT. Para cada fundo tem um comitê gestor, que supostamente faz a política geral de cada um. É o palco aonde se dá essa tensão da qual lhes falava antes. Nesse fundo gestor há a presença das agências reguladoras, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da comunidade científica ou tecnológica interessadas. Além desse comitê gestor, no caso do fundo dos fundos existem as agências CNPq e a CAPES. Finalmente, o MCT está criando um centro de gestão estratégica para as pesquisas científicas, tecnológicas e para a inovação que será mais uma instância planejadora além de tudo isso. Há uma tal complexidade, riqueza – para fazer o eufemismo de instâncias – que não ajudará. Se a política dos fundos tivesse sido a mais planejada, se não tivesse acontecido meio fora do controle, se poderia ter feito uma outra estrutura de gestão. Esse modelo não ajudará à boa idéia que foi colocada em cima da mesa.

**JU - O centro gestor está sendo criticado por uma parte da comunidade acadêmica. Há quem acredite que a existência dele enfraqueceria as agências, como o próprio CNPq, a Finepe. O senhor acha que a crítica e a suspeita procedem?**

**Guimarães** - Não é impossível que isso aconteça. Temos aí uma infinidade de “ses”. Se enfraquecerá ou não, dependerá de uma série de coisas. Se, efetivamente, este centro terá recursos, qual será o estilo de atuação dele. Se resumir-se a estudos e planejamentos e a construir cenários não enfraquece, pode até ajudar. Se as agências federais, Finepe e CNPq estiverem carnalmente ligadas a ele, pode ajudar. Se não for isso, se o vetor for para o outro lado, se botar um bocado de dinheiro dentro desse centro e ele se empolgar e, além de fazer estudos e cenários, fizer realmente distribuição de recursos ou, ao menos, determinações gerais, pode vir a enfraquecer. Seria lamentável que o ano em que a CAPES e o CNPq fazem 50 anos marcasse o início de uma era de enfraquecimento.

**JU - O senhor apresentou os números e a evolução dos diretórios dos grupos de pesquisa, mostrando o crescimento desses grupos nos últimos anos. Evidentemente, quando falamos na questão desse fundo dos fundos, no programa Pronex, Instituto do Milênio, temos uma concentração de recursos que entra em paradoxo com o crescimento de grupos no país. Na UFRGS, tivemos um grande crescimento. Como os demais grupos ainda estão numa trajetória em andamento e não em condições de competir nesses programas de grande porte, como poderão caminhar positivamente?**

**Guimarães** - Primeiro deixem-me falar um pouco deste aparente paradoxo. A atuação, nos anos 90, no campo científico e tecnológico tem sido medíocre e a pesquisa cresceu nos anos 90. Como é isso?

A resposta está na enorme pujança do parque de pós-graduação brasileira. Talvez tenha sido dentro desse complexo processo de construção do parque científico e tecnológico a variável mais importante. A montagem feita com uma profunda ligação com formação de recursos humanos pós graduados nas universidades.

Só para dar uma idéia, em 1990, o Brasil titulou menos de 1000 doutores. No ano 2000, titulou perto de 5000 doutores. Para mim, esta é a variável crítica que explica o aparente paradoxo: acolocação no mercado nem sempre bem aproveitado.

**JU - Houve absorção desses doutores?**

**Guimarães** - Houve absorção mas muito aquém do que esta oferta indica. Porque no sistema federal as vagas apenas recentemente foram descongeladas. As seis ou sete mil vagas de professores que estavam vazias e trancadas, e o parque de universidades federais é certamente o maior mercado de trabalho para esses doutores que o país está formando.

**JU - As universidades de São Paulo não absorvem a maioria desta oferta?**

**Guimarães** - São Paulo ainda consegue absorver alguma coisa. Não é à-toa que a Fapesp, que é a principal agência estadual de fomento à pesquisa no país, está criando programas de pós-doutorado especiais para manter em São Paulo uma força de trabalho que eles não têm condições de absorver institucionalmente com vínculos. A variável crítica é isso: aumentamos a nossa capacidade de formar doutores. Isso explica o paradoxo, mas não temos que ficar contentes com isso. Se tivesse havido um apoio maior ao conjunto da federação, esse crescimento poderia ter sido maior e, principalmente, mais saudável no sentido de maior absorção pelas instituições. Cerca de 40% e 50% da distribuição da pesquisa no país, do ponto de vista geográfico, está em São Paulo que durante os anos 90 teve uma trajetória distinta das demais unidades da federação. Durante os anos 90, a FAPESP, se reformulou e se revigorou. Conseguiu ser um colchão em que toda essa mediocridade em termos de recursos e política do governo federal pudesse ser tamponada. Isso explica porque tudo cresceu. Como São Paulo é quase metade, quando está crescendo muito o país também está crescendo.

**JU - Em épocas passadas se falava na diáspora de cientistas para o exterior. Não se corre o risco de se estar formando um exército de reserva de mão de obra acadêmica para o exterior?**

**Guimarães** - No final do ano passado, como parte desses estudos do diretório, se fez uma pesquisa e se enviou um pequeno questionário para líderes de grupo de pesquisa e 2770 desses líderes nos responderam sobre pessoas que abandonaram o país ou foram para outra unidade da federação. Nós ainda estamos tabulando essas respostas de modo que não tenho dados para colocar. Mas, a suspeita é de que, não só no campo científico e tecnológico, mas na força de trabalho em geral, o país que, historicamente, durante o século XX era importador de mão de obra passou a ser exportador. Não só pesquisadores. Quem primeiro sinalizou isso foram os decasseguis, que iam para o Japão. Depois, os

mineiros de Teófilo Ottoni — simbólico — que vão para os Estados Unidos via México. O país passou a ser exportador de mão de obra pela crise estrutural, pela crise fiscal, por essa complicação toda.

**JU - Mas os decasseguis e o pessoal de Teófilo Ottoni não são cientistas...**

**Guimarães** - Há suspeitas que nessa capa extremamente qualificada que é a comunidade científica, sempre tivemos uma diáspora muito pequena, entre outras coisas porque construímos um parque de pós-graduação junto do parque de pesquisa. Está comprovado que a maior parte da diáspora se dá quando o sujeito sai para fazer o doutorado e não volta. Como se sabe que hoje se doutoraram no país cerca 80% de todos os doutores que trabalham em pesquisa, então já não há este estímulo para irem embora. Mas há evidências que esteja aumentando isso. Em parte, é um fenômeno global da mão de obra brasileira. É possível que estejam havendo estímulos específicos para a mão de obra qualificada na comunidade científica. Mas isso não posso adiantar.

**JU - Os dados apresentados do diretório são extremamente ricos. Se o senhor tivesse que elencar dois ou três aspectos mais importante para comunidade ou para a gestão do parque científico e tecnológico - numa análise do diretório - quais seriam?**

**Guimarães** - São os próprios objetivos gerais do diretório. A versão 4 do diretório está na Internet há três meses. A gente já teve 30 mil consultas. A maior parte das perguntas são de pesquisadores querendo saber de outros pesquisadores. Acho que o diretório se constituiu, efetivamente, em termos de pesquisadores que querem se conhecer, saber o que outros estão fazendo, formar redes de pesquisa. Um aspecto que me parece muito relevante. O segundo aspecto que a gente começou, que exige uma engenharia de computação bastante sofisticada, é estudar trajetórias de grupo. A organização da memória da pesquisa através da organização das fotografias que o diretório tira a cada dois anos. Outro aspecto relevante, talvez o mais nobre, mas tem uma interface grande com política científica e tecnológica, é que o diretório pode ser uma ferramenta de planejamento muito importante. Quando se estratifica esses grupos qualitativamente se vê isso com clareza. O diretório pode, por exemplo, ajudar a enfrentar o problema da má distribuição regional da atividade de pesquisa, da excessiva concentração. Antigamente era no Rio e São Paulo, agora é só São Paulo porque o Rio está indo para o buraco, em várias áreas. O diretório de uma certa maneira diz um ditado muito conhecido no Brasil: se não é jaboticaba e só tem no Brasil, não presta.

**JU - O senhor falou que o Rio está indo para o buraco. Tem Minas, Paraná e Rio Grande do Sul...**

**Guimarães** - Santa Catarina, Pernambuco, Bahia....

**JU - A vinda para o Brasil de empresas multinacionais, dentro da globalização, não dá um remexida nessa absorção de mão de obra?**

**Guimarães** - Quem dera. Você acha que a Ford, se aqui tivesse se instalado, ia contratar PHD's gaúchos para cá ou está contratando baianos na Bahia? Não. Empresas deste tipo que se instalam no Brasil, não absorvem...

**JU - Vieram e estão vindo multinacionais em todas as áreas, empresas de informática, montadoras de automóvel, eletro-eletrônica...**

**Guimarães** - As de informática, possivelmente, podem contratar, mas muito pouquinho. Por exemplo a Dell: não sei se vocês têm informação de quantos doutores ela contratou. De maneira geral o panorama não é bom, não tem

lugar para absorção. Existe um projeto feito pela AMPEI – Associação das Empresas que tem atividades de pesquisa e desenvolvimento – uma espécie de diretório só para o setor privado – financiado pela Finepe que é uma pesquisa sobre PED nas indústrias. Durante os anos 90 a evidência é que a quantidade e a qualificação do pessoal envolvido com PED nas empresas diminuiu. Parte disso foi, talvez, pela própria crise econômica. De outra parte, isso demonstra o aspecto falacioso da idéia de que a abertura comercial pode provocar a competição.

**JU - Então, como ficam os argumentos de “emprego”, “progresso” e “desenvolvimento”, dos liberais adeptos da abertura tipo “liberou geral”?**

**Guimarães -** Fica comprometido, sem dúvida nenhuma.

**JU - Entrou um dado surpreendente do diretório: dois terços dos doutores em atuação no país foram formados na última década. Isso explica duas coisas: primeiro, mesmo sem investimento, sem uma política real de ciência e tecnologia nesse período, a produtividade e o próprio parque de pós-graduação aumentaram. Isso traz, outra reflexão: continuando a formação desses doutores significa que o parque de pós-graduação continua se expandindo, a capacidade de formar continua crescendo e, obviamente, serão formados muitos mais doutores. Onde será que, daqui a dez anos, teremos todos esses doutores formados? O que seria necessário fazer em termos de gestão, de política, para garantir um fenômeno semelhante ao que aconteceu agora?**

**Guimarães -** Os doutores que estão na pesquisa são uma parte importante do conjunto dos que se formam. Mas é preciso verificar que a formação de doutores atende, no mínimo, a dois outros objetivos. Além de formar pesquisadores serão também professores do ensino do terceiro grau. Se pensarmos que hoje a titulação doutoral nas universidades brasileiras, setor público e privado, não passa de 25%, se tem um espaço enorme. A falta de regulamentação no setor de terceiro grau privado houve uma proliferação imensa de quitandas com um discurso purificador, dizendo que eles são a salvação. Esses empresários têm que se dar conta de que é preciso melhorar a qualidade do que fazem através da melhoria de seus recursos humanos, da qualidade dos seus docentes. E, na média a qualidade dos docentes é indicada pela sua titulação formal. Então isso é um caminho imenso para absorção. No setor público, se descongelarem 7 mil vagas que estão no sistema federal, haverá uma oferta importante. Outro destino dos doutores é o mercado das profissões. Há um conjunto muito grande de doutores, não só em engenharia como em uma série de áreas, que devem ir para as profissões. Têm que ir para a indústria. Isso depende da política industrial, da economia do país. Espero que esse modelo recessivo que a gente já vive há dez anos não persista por muito tempo. Acho que não devemos matar a galinha dos ovos de ouro. A idéia de que temos de parar porque não estão sendo absorvidos aqui e ali me parece um equívoco político muito sério. Queria frisar que a gente não pode baratear as nossas coisas. O pós-graduação continua se expandindo porque temos uma agência reguladora de alta qualidade, que está fazendo cinquenta anos esse ano, a Capes, que avalia e acompanha cada programa, a cada triênio. A avaliação de 2001 vai começar agora no início de maio. É preciso mencionar que a Capes, durante os anos 90, como o CNPq, ajudou muito a segurar os problemas.

**JU - Quando senhor relacionou o crescimento dos grupos de pesquisa, fez a ressalva**

**de que havia um crescimento real dos grupos e havia, também, uma questão de adesão por credibilidade ao diretório. Como é que o senhor, que começou a coordenação deste programa em 1993, se sente ao vê-lo, hoje, preenchendo uma lacuna e sendo tão fortemente reconhecido pela comunidade?**

**Guimarães -** Muito bem, muito contente, acho que é um projeto vitorioso. Tenho a humildade de dizer que esse projeto não é de quatro ou cinco pessoas, esse projeto é de uma agência, o CNPq. Tivemos apoio desde 1993, primeiro através do professor Jorge Guimarães, que é hoje professor da UFRGS, no sentido de “comprar” o projeto e convencer seus colegas da diretoria que ele interessava. Depois disso foram uns cinco presidentes e todas as diretorias deram apoio ao projeto.

**JU - Com o avanço da tecnologia, com as facilidades de preenchimento, vai acelerar mais o período de atualização dos grupos, considerando o desenvolvimento mais rápido das universidades?**

**Guimarães -** De três anos para cá o CNPq desenvolve a plataforma *Lates* homenagem a César Lattes, o físico brasileiro. O currículo já é atualizado continuamente e está acoplado à base de dados do diretório. A versão 5 do diretório, que se está trabalhando, vai fazer com que o próprio diretório possa ser atualizado continuamente. A cada momento que o líder queira atualizar o seu grupo ele entra no programa, e modifica o que quiser. E o CNPq, quando quiser fazer um censo, avisa a comunidade. Esta será a idéia. Evidente que não vamos fazer no diretório como no *Lates*, que a cada noite a base de dados é atualizada. Se fizermos a atualização hoje, pelo computador do *Lates*, amanhã ou depois as mudanças que a gente fez já não valem mais. No diretório é muito mais pesado porque tem a geração de tabelas, para apresentação de Internet que é mais complicado, mas ele vai ser contínuo também.

**JU - O senhor poderia falar dessa aparente oposição entre pesquisa básica e aplicada em relação às necessidades de desenvolvimento do país.**

**Guimarães -** Essas noções estão em uma mudança muito acelerada. A revolução científica e tecnológica que se vive nos últimos trinta, quarenta anos, moveu essas fronteiras e de algum modo as apagou Mas o que é preciso reter, e isso acho que continua verdadeiro para o Brasil, é: nós construímos um parque científico tecnológico que tem uma pata tecnológica atrofiada, a maior parte da nossa massa crítica faz uma pesquisa – para fugir do termo básico aplicado de corte acadêmico. Pode ser básica, pode ser aplicada mas é feita dentro da universidade, de instituições que formam recursos humanos. A maior parte dessa pesquisa não se transforma em produtos e processos a serem postos no mercado. Não cabe à universidade, a esta massa crítica, a capacidade de resolver essa atrofia. As inovações e as transformações que chegam ao mercado nascem, na grande maioria, dentro da indústria, que é quem tem que estimular esse tipo de coisa.

**JU - Há quem diga que este caminho é inverso...**

**Guimarães -** A idéia de que a Universidade tem que fazer a pesquisa que irá para a indústria e para o mercado é equivocada. Isso não aconteceu em lugar nenhum como grande fenômeno. Pode ter um exemplo aqui e ali, sempre se menciona aquilo que eles chamam “*spin off*”, a pesquisa acadêmica de ultra som que acabou no forno de micro ondas, mas são coisas muito pontuais. A

imensa maioria das inovações tecnológicas que acontecem são incrementais, pequenas mudanças e que nascem dentro da fábrica. Tem base científica e tecnológica. Mas, não começou com a pesquisa básica que vai para a aplicada, a tecnológica, o desenvolvimento e chega lá. Isso hoje é muito mais complexo. É um erro colocar nas costas da universidade, criticar a universidade, pelo fato de não termos pesquisa tecnológica. Isso é um crime. Por quê? Porque isto fará se esta opinião for dominante — com que se destrua o que se construiu dentro da universidade: grupos de pesquisa, massa crítica. E, não resolveremos o problema da pesquisa tecnológica que está na debilidade das nossas empresas e dos nossos empresários em fazer tecnologia.

**JU - Sobre a questão da fronteira entre as disciplinas, seria bom ouvir de quem organiza o diretório e que também é pesquisador algo sobre a questão da árvore do conhecimento. Precisamos de uma árvore, temos que fazer uma transgênica agora, misturando características de algumas disciplinas em outras? Como ficam as redes de pesquisas, que parece ser o modelo para o qual as áreas mais consolidadas vão migrar? Então é o estabelecimento de grandes redes e várias instituições em vários locais do país. Como é que fica o olhar do censo em relação a esse aspecto? E quais são as áreas mais consolidadas?**

**Guimarães -** Primeiro, há o consenso que a árvore do CNPq é muito ruim hoje em dia, ultrapassada, velha. Gostaria que houvesse consenso também no outro lado. É ruim, mas é uma bênção existir uma árvore para todo o país, para todas as agências. Na Argentina, por exemplo não é assim, cada universidade tem uma árvore de conhecimento. É o caos. A árvore está sendo mudada — existe uma comissão no conselho deliberativo do CNPq que estuda isso - espero que com toda cautela, para que haja transparência na sua mudança. Para que a Capes, a Finepe, as suas agências estaduais de fomento, a Fapergs, possam opinar e que a nova árvore continue a ser única no país. Isso é muito importante, não é trivial. Segundo ponto: a árvore não só está defasada na sua organização em termos de grandes áreas, áreas e subáreas, mas também conceitualmente. A forma como ela se organiza está crescentemente ultrapassada em função da revolução científica e tecnológica. Ocorre que, cada vez mais, aparecem novos campos de trabalho que juntam teorias e metodologias de várias áreas tradicionais. Quando se fala em biotecnologia isto é um campo que não pode ser definido segundo um critério teórico metodológico. Porque tenho neuro-cientistas, como o nosso Pró-reitor que pode estar trabalhando com biotecnologia, fazendo pesquisa biotecnológica. Posso ter um engenheiro químico, médico, físico, sociólogo que esteja fazendo pesquisa biotecnológica. É uma outra taxinomia. Setores de atividade como a biotecnologia, que se define não mais por um recorte teórico, metodológico, mas por um recorte teleológico de finalidade da pesquisa. Outro exemplo: quando falo farmacologia estou delimitando uma área do conhecimento. Quando falo pesquisa em saúde não estou delimitando uma área mas um setor de atividade. Posso ter um educador educação para a saúde que faz pesquisa de saúde. O ferramental teórico dele é pedagógico e não farmacológico. Mas, tenho o farmacologista que está trabalhando para a saúde, desenvolvendo uma molécula para um medicamento. Isso é uma outra questão: além da árvore diária ter que ser mudada, temos que desenvolver uma nova árvore de setores de atividades. O diretório vem traba-

lhando desde 1993 com uma árvore de setores que eu fiz digo que fui eu porque foi muito ruim, muito pobre. Naquela época gente fez, trinta e cinco setores, o que nos ajudou muitíssimo. Agora nessa versão 5, se fez um trabalho junto com a classificação nacional de atividades econômicas do IBGE e se ampliou essa lista. Ministério da Ciência e Tecnologia está interessado em começar a trabalhar em cima de uma nova árvore de setores que atenda às necessidades. Precisamos melhorar a qualidade da nossa árvore para poder orientar melhor a política dos fundos setoriais, de fomento do MCT. Outro aspecto da pergunta, a unidade de agregação. A maneira de agregação num processo de trabalho em ciência, num país como o Brasil, é o grupo. Esta agregação é amplamente hegemônica. Não tem mais um inventor isolado, tem um grupo de pesquisas institucionalizado que varia na maneira de formar, mas é o grupo. De uma década para cá se nota uma migração na forma de agregação no processo de trabalho científico, paralelamente ao desenvolvimento das comunicações, *internets*, que são as redes de pesquisa. O grupo tem características físicas mais modestas, ele é menos multidisciplinar, mais uno disciplinar, tem uma capa institucional muito marcada enquanto que a rede é mais virtual, transinstitucional, multidisciplinar. Se estabelece não segundo vocações mais permanentes de pesquisas como o pessoal que vai num grupo mas em torno de oportunidades, a perguntas comuns que se colocam momentaneamente. O diretório, do jeito que está pensado, trabalha com grupo. Para trabalhar com rede vai ter que mudar a metodologia. Pessoalmente, acho que não há pressa porque acredito que as redes sejam formas de trabalho que conviverão, durante muito tempo, com o conceito de grupo. Não haverá uma substituição rápida, ao menos no Brasil. É possível que atendam necessidades distintas e convivam por muitos anos.

**JU - Não dá para dizer que aí há outro paradoxo, a atomização de grupos e a nucleação da rede?**

**Guimarães -** Num outro universo que é o virtual, é verdade isso que você está falando. O isolamento físico das pessoas é cada vez maior. Porque? Pelas possibilidades exponencialmente crescentes de comunicação virtual.

**JU - Isso é paradoxo ou consequência?**

**Guimarães -** Você que falou em paradoxo. Não sei se as pessoas se isolam em decorrência do mundo virtual. É um tema que não vou entrar. É uma reflexão filosófica para a qual não me sinto capacitado. Em mesa de botequim, talvez. Mas aqui no jornal da UFRGS não vou falar desse assunto.

**JU - Os números registram uma participação bastante grande nos grupos de pesquisa na iniciação científica. Queria que o senhor comentasse um pouco a questão dos números e a importância da iniciação.**

**Guimarães -** Primeiro eu queria, embora não tenha sido perguntado, falar da UFRGS.

**JU - Sessão confete!**

**Guimarães -** É um confete institucional. A intensidade e a qualidade da participação das instituições oscila em função de muitas coisas. Como a interlocução no diretório, no CNPq é institucional, com autoridade de pesquisa, nas universidades é o pró-reitor. É evidente se o pró-reitor está interessado, de olho, a coisa vai. Se ele não compreende a relevância do projeto a coisa vai menos bem. Se a Pró-Reitoria está preparada, às vezes troca o pró-reitor e a

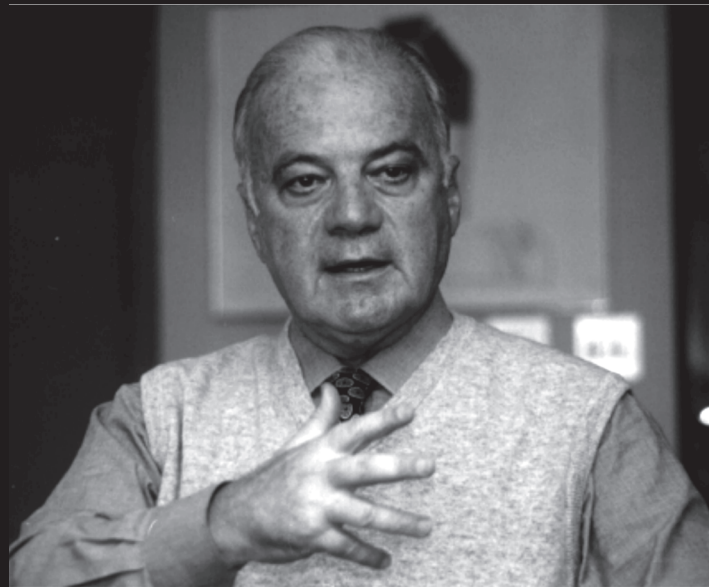
gente nem nota. Quero dizer que a UFRGS é uma das poucas instituições que a gente considera paradigmática ao diretório. No caso da UFRGS, se eu pegar a participação dos grupos de 1993 até hoje, e projetar a variação da conformação e do número de grupos ao crescimento efetivo da pesquisa da Universidade, se no início a cobertura já foi boa, hoje é ainda melhor. Não foi como em outras instituições onde a cobertura era pequena no começo. Aqui não, desde o início a coisa foi boa.

**JU - Onde a cobertura é fraca? Por que aqui é forte? Como se mede isso.**

**Guimarães -** Vou responder porque aqui é forte. Acho que a participação da UFRGS tem sido assim porque a universidade tem vivido nesses últimos vinte anos um crescimento muito significativo. Mostrei dados sobre a formação de doutores: há vinte anos atrás, em 1980, a UFRGS formava 1% dos doutores que trabalhavam em pesquisa no país. Hoje está formando 7,5%. Isso é bastante peculiar. Não são muitas universidades que têm essa trajetória. A UFRGS tem vivido um processo de consolidação e crescimento. O programa de iniciação científica da UFRGS é considerado um dos melhores do Brasil. Não tem nada a ver com diretório, é outra conversa. Acho que se cria uma cultura institucional onde estas coisa são valorizadas. O diretório aproveitou uma onda que a universidade começou a viver e foi bem nessa onda. O Diretório não tem dado uma atenção mais especial a iniciação científica que deveria dar. A iniciação científica é seguramente a ferramenta mais importante para a formação de pesquisadores, futuros doutores. É um dos programas mais felizes que o CNPq fez na sua história, e houve institucionalmente em muitas universidades um movimento muito positivo de entender, acompanhar e se associar com outras bolsas ao CNPq. Está comprovado por pesquisas que a trajetória desses estudantes de iniciação científica é diferenciada em termos de profissão quando se compara com os estudantes de uma maneira geral. Acho que é uma ferramenta fundamental.



## Mauro Knijnik



**“Este governo vai terminar ganhando um diploma do FMI e do Banco Mundial”**

*Com trânsito livre e bem relacionado em todos os quadrantes políticos, o empresário e economista portoalegrense Mauro Knijnik é formado pela UFRGS, com cursos de especialização em diversos países. Foi professor em várias universidades, secretário de Estado da Fazenda, diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul –BRDE, presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do RS – Banrisul. Atualmente preside a Desenvolvimento Empreendimentos e Participações Ltda e a Grão Social Cidadania Empresarial. É coordenador do Instituto Ethos no RS e membro do conselho de diversas empresas. Com o conhecimento e a experiência que todo esse currículo lhe confere, recebeu e conversou com Ademar Vargas de Freitas, Clovis Ott e Corina Melo, do JU, sobre aspectos atuais da realidade brasileira. Abaixo, o resultado desta conversa.*

JUNHO 2001 - EDIÇÃO N.º 41



**Jornal da Universidade - Na sua opinião, quais as conseqüências do apagão para a economia do Rio Grande do Sul?**

**Mauro Knijnik** - Para o Brasil é uma coisa muito séria em dois aspectos: o econômico, porque as empresas ficaram relativamente perdidas e surpreendidas; sob o ponto de vista político é uma demonstração de falta de controle do governo federal. O próprio presidente da República diz que foi surpreendido. Acho que a população não admite uma surpresa dessas. Então, houve um clima de perplexidade. Pessoalmente, também estou perplexo diante da manifestação do presidente da República de que foi surpreendido com uma coisa tão importante. Será que ele tem outras surpresas? Isso causa uma grande preocupação. Do ponto de vista empresarial, todos estão redefinindo os seus planos. Tenho ido muito a São Paulo, por motivos profissionais, e há muitos anos não via o pessoal de lá tão pessimista. São Paulo é um lugar aonde você chega e está todo mundo contente da vida – em nível empresarial – falando sempre com mais três zeros do que nós. Os valores deles sempre têm mais três zeros. Mas, no círculo em que tenho relações, encontrei um pessimismo muito grande em relação aos próximos meses.

**JU - Foram estabelecidas metas para economia de energia. Houve uma resposta da população a esse pedido governo. O senhor acha que essa resposta positiva é um apoio ao governo ou as pessoas estão economizando porque estão preocupadas que falte luz nas suas casas?**

**Knijnik** - Vejo que isso aí é um temor porque, na verdade, estão sendo ameaçados com uma punição. Quem não fizer uma poupança está ameaçado de ser multado, ser cortado. Não vejo como um apoio. Vejo que esse pessoal que está ameaçado de ser cortado deve estar com raiva de ter que passar por isso. Não vejo nada parecido em relação aos *fiscais do Sarney*. Naquele período do Cruzado, em que o povo foi enganado, se via uma crença muito grande das pessoas que se intitulavam *fiscais do Sarney* porque acreditavam que o país estava salvo e que a inflação estava debelada.

**JU - O senhor vê a possibilidade de aparecerem os fiscais da energia, os fiscais da luz?**

**Knijnik** - Acredito que não. Só se forem fiscais por parte do governo para punir. Em nível popular não vejo essa possibilidade. Vejo, sim, fiscais de uma grande preocupação que todos nós, brasileiros, temos com esse descontrole do governo federal.

**JU - Em relação aos trabalhadores, diante da situação que o senhor relatou ter sentido em São Paulo, há possibilidades de uma desestruturação, como grande aumento no desemprego?**

**Knijnik** - Já temos uma taxa de desemprego bastante elevada. Evidentemente, se as empresas forem obrigadas a reduzir sua jornada de trabalho, o desemprego vai aumentar. Essa é a grande preocupação. Uns tem preocupação sob ponto de vista social e humano, que deve ser prioridade e, mesmo os que têm preocupação apenas sob ponto de vista empresarial, também serão afetados porque pessoas desempregadas são menos consumidoras e com a redução de consumidores as empresas vão vender menos. Olhando de qualquer lado, isso é uma equação muito difícil de resolver. Eu que, graças a Deus, não tenho a característica de ser pessimista, estou muito preocupado com o momento que vivemos.

**JU - Se fala tanto na diferença entre o Norte e o Sul do País. O Norte, miserável e o Sul-Maravilha. Esse racionamento atinge o Norte. Isso não vai agravar as enormes diferenças que já existem?**

**Knijnik** - Acredito que não, porque isso é temporário. Se, porventura, o Sul não fizer, espontaneamente, uma redução de consumo virá a redução de consumo compulsório. Algumas pessoas estão entusiasmadas porque pensam que algumas empresas vêm para cá por causa disso. No meu entender, isso não acontecerá porque, na medida que o Sul aumentar o consumo, virá a redução de consumo obrigatório. O que pode acontecer, em curto prazo, é que uma ou outra empresa que tem unidades aqui e em São Paulo desvie alguma parte da sua produção para o Sul. Mas, isso é episódico e não vai resultar em nada.

**JU - Isso seria vantajoso para o Rio Grande do Sul, em função de não haver, por enquanto, o risco de corte na energia elétrica aqui?**

**Knijnik** - Como nós participamos do Brasil e somos parte da Federação, gosto que o Rio Grande do Sul cresça mas não em detrimento de outro Estado. Mesmo assim, não acredito que consigamos atrair empresas com base nisso. Porque, como já disse, isso é episódico. No momento que essas empresas pensarem em vir para cá e, porventura aumentarem o consumo aqui, nós vamos ser punidos com uma obrigatoriedade de redução do consumo.

**JU - Com o apagão pode ser reativada a idéia da energia atômica?**

**Knijnik** - Vejo o primeiro mundo se vendo livre desses monstros. Eu sou de origem ucraniana e, recentemente, visitei Kiev e depois fui a uma cidade chamada Zitomir — de onde são os meus parentes — que é quase em frente a Chenorbyl. Ali pude constatar os efeitos do vazamento da usina nuclear na região. O que encontrei de casas de recuperação, principalmente, de crianças que ainda hoje padecem dos efeitos daquele problema é muito grande. Todo o mundo está tentando reduzir essas usinas. Não sou *expert* no assunto, apenas vejo o que acontece no mundo. Em um país que tem reservas hídricas e carboníferas enormes, que tem vento, até demais, em algumas regiões, e mais essa quantidade de sol, acho que seria um atestado de incompetência total não se aproveitar essas fontes alternativas de energia.

**JU - O senhor acredita mesmo na surpresa do presidente nesta questão? Um presidente da República pode se surpreender assim? Ou o apagão também pode ser creditado à forma como se deram as privatizações na área da energia elétrica?**

**Knijnik** - Vamos por etapa. Se o presidente da República diz que foi surpreendido, nós só podemos acreditar. Agora, se realmente foi surpreendido, ou foi uma incompetência das equipes que o cercam, e dele por não estar cercado de pessoas que deveriam ter a competência devida, isso é outra coisa.

**JU - Como o senhor vê o sistema de privatização aplicado no Brasil?**

**Knijnik** - É uma pergunta muito ampla. Algumas coisas foram muito bem privatizadas. Quando se diz bem ou mal tem que saber em relação a que área a pergunta se refere. Se foi vendido bem ou mal ou se foi bem no sentido de tornar o setor mais eficiente. A minha resposta se refere a essa parte. O setor de telefonia, por exemplo, é um bom exemplo que deu uma alavancagem grande no setor. Outros, não tiveram o mesmo sucesso e há os que são estratégicos e, na minha opinião, não devem ser totalmente privatizados.

**JU - Na privatização da energia, foi entregue o que já estava pronto e não houve mais**

investimento no setor. Quer dizer, foi entregue o “filé” e a população que roa o osso?

**Knijnik** - Aí tem que ver o outro lado da questão. Quando há privatização existe um compromisso de investimento, de ampliação do setor de energia. Aí vem a grande importância — não é meu campo, mas tenho lido alguma coisa por curiosidade — é o que aconteceu em outros países quando houve a privatização. Nesses países há agências reguladoras muito bem equipadas e com poder muito grande de fiscalizar e punir os empresários que privatizaram as empresas. Então, numa economia em que haja privatização acho que é muito importante a ação dessas agências reguladoras.

**JU** - As nossas agências reguladoras funcionam?

**Knijnik** - Acho que elas deveriam ter mais poder, atuar melhor. Inclusive, são todas muito novas. Ainda estão sendo implantadas. Mas o governo norte-americano tem agências com mais de 50 anos de existência e, pela sua atuação, vejo que elas têm um poder muito maior de autoridade do que as nossas agências, ainda muito novas.

**JU** - Na edição do JU onde será publicada esta entrevista há uma matéria sobre a questão da água. O que o senhor acha de mais esta privatização, que está provocando polêmica e temores?

**Knijnik** - Vocês vão me estragar junto ao meu eleitorado. Mas sou contra a privatização de água. A água é uma reserva muito importante de um país e ela tem que ser cuidada, tratada, preservada como uma das grandes riquezas. A água não é renovável. É um dos setores em que deveria ser feito, no máximo, uma parceria com a iniciativa privada em termos de novas tecnologias, capital para melhor distribuição. Não vejo com bons olhos a privatização. A água não pode ser um negócio e a iniciativa privada, por si só, sempre visa o lucro. A água tem que ser preservada no setor público.

**JU** - Junto com a importância da água, sempre vem a questão da Amazônia, diante da ameaça de que o Brasil possa, um dia, perder uma das maiores reservas do mundo...

**Knijnik** - Acho que todo o risco que corremos em relação à Amazônia está no campo da impunidade. Pelo que estou informado, está sendo montado um círculo lá dentro, e está sendo, indiretamente, ocupado por seitas, religiões, missionários. E por brasileiros que estão, inescrupulosamente, explorando aquela grande reserva natural. Acho que precisaríamos montar quase que equipes do tipo das combatem as drogas. Temos que montar equipes muito grandes de preservação da Amazônia e tirar a responsabilidade dos governos estaduais da região, que não se caracterizam como bons fiscalizadores da Amazônia. O mundo inteiro está reclamando que devemos preservar a Amazônia. Sou totalmente favorável à preservação. Só não podemos aceitar críticas, avisos e “conselhos” de quem já devastou todas as suas florestas, que agora querem ditar regras aqui. Nós podemos é pedir verbas vultosas para, em conjunto, termos recursos para montar um esquema sério e efetivo de preservação da Amazônia. Mas, antes de preservar a Amazônia, temos é que preservar a vida humana e, com essa política econômica que o país tem, estamos gerando muita pobreza e miserabilidade.

**JU** - Mas os acontecimentos que nos surpreendem a cada momento, em diversos setores, não sugerem, pelo menos, uma confusão nas prioridades governamentais?

**Knijnik** - Nada mais prioritário no Brasil do que uma retomada do desenvol-

vimento. Isso significa gerar mais emprego. Na minha opinião, esse governo vai terminar ganhando um diploma de órgãos internacionais como o FMI e o Banco Mundial e demais órgãos, porque cumpriu as metas estipuladas por eles. Esse é um objetivo do ministro Pedro Malan e do presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Eles terão emprego e colocação destacada em organismos internacionais quando saírem do governo. O importante a ver é o seguinte: cumprimos o que foi contratado, mas como está a população, a economia? Antes da negociação da dívida externa, eu sempre dizia — minha origem é o setor bancário, trabalhei no BRDE: “Quando o devedor é muito grande, o problema se torna do credor”. Imaginem a hipótese inviável de que uma autoridade tivesse recursos e, reunindo todos os bancos credores do Brasil, perguntasse quanto devia e estivesse com um talão de cheque na mão para pagar a conta, para fazer isso. Se o Brasil fizesse isso geraria pânico no sistema financeiro mundial que não está preparado para reaplicar os recursos que receberia inesperadamente. Então, qual é o negócio dos bancos que emprestam dinheiro para uma pessoa, empresa ou país? O negócio do banco que empresta dinheiro é receber os juros. Se nós antecipamos e pagamos tudo dá problema porque o primeiro mundo não precisa de tantos recursos. Eles aplicariam onde? Na África? Em alguma republiqueta que não vai pagar? Um país como o nosso tem plena condições de rediscutir esse pagamento.

**JU** - Se o senhor tivesse poder para tal, o que faria com a dívida externa?

**Knijnik** - Não quero ser mal entendido. Não falo em suspender o pagamento da dívida. Estou falando em renegociação. Ninguém está fazendo favor ao Brasil. O negócio deles é este: emprestar dinheiro e receber o juro. Acho que o Brasil deve mostrar a potencialidade que tem pela frente. O Brasil está entre os países mais viáveis do mundo, mas é sempre “no futuro”. Um escritor que era imigrante, Stephen Zweig, escreveu *Brasil, um país do futuro*. Esses dias reli o livro, que poderia ter sido escrito agora. Nós sempre somos o país do futuro. Poderíamos deixar de ser acertando essas coisas. É a mesma coisa em nível de Rio Grande do Sul, que renegociou com a União o pagamento de uma dívida que, para os estados, tem sido muito pesada. E aí já entro no nível individual ao lembrar o problema da casa própria. Uma das maneiras pelas quais se pode reativar a economia é no setor da construção civil. Os prazos que são dados aos mutuários são muito apertados. Será que não existem organismos que financiem a mais longo prazo esse dinheiro? Claro que existe, é o negócio deles. Uma série de coisas tem que ser pensada para o bem-estar da população. Não adianta atingirmos metas como a mídia discute, que o Copom vai reduzir juro a 1,5% etc... Parece que isso vai salvar a vida. Em primeiro lugar, isso não chega ao tomador final. É um problema de bancos e governo. Acho que as coisas precisam ser vistas de uma maneira mais abrangente e mais voltadas, efetivamente, aos cidadãos.

**JU** - O Armínio Fraga disse, em uma entrevista no programa do Jô Soares, que estamos vindo de época difícil mas que, finalmente, tínhamos alcançado uma plataforma viável e que, daqui para frente, o Brasil teria condições de decolar. Concorda?

**Knijnik** - Em primeiro lugar, torço para que ele esteja certo. Essas plataformas, geralmente, levam para cima ou para baixo. Em segundo lugar, acho um grande erro um país com a grandeza do Brasil ser comandado pelo Tesouro.

Esta visão vai, certamente, gerar grandes problemas sociais. Noto o seguinte: há um empobrecimento geral. Vamos fazer um raciocínio: o nosso círculo de amizade, não conheço o de vocês mas, ousado dizer, está mais empobrecido. O país está empobrecendo. Vou até me arriscar dizendo isso porque a minha formação é economia. Claro que ninguém quer inflação, mas de que adianta inflação zero e povo desempregado passando grandes necessidades? Não estou defendendo a inflação. Só estou dizendo que a prioridade deve ser outra, deve ser o bem estar da comunidade. O ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central deviam andar nas ruas. Brasília teve grandes méritos e grandes deméritos, o pessoal, lá, vive numa ilha de fantasia.

**JU - A sua formação é em Economia, mas esta pergunta envolve mais uma questão de Sociologia. Por que esse pessoal acha que o Brasil inteiro é uma Brasília?**

**Knijnik** - O setor público, depois do Collor, foi muito desmoralizado, foi desmontado. Eu sou oriundo do setor público e tinha orgulho, enchia o peito em dizer que trabalhava no BRDE, assim como outras pessoas que trabalhavam em outros órgãos públicos tinham o mesmo orgulho. O Collor fez um verdadeiro desmanche do setor público e promoveu a sua desmoralização. Começou a focalizar os erros que o setor público tem, assim como o setor privado. Só focar os erros foi um problema. Mas o Brasil, o Rio Grande do Sul, tinham órgãos muito importantes com gente muito capacitada, e alguns ainda tem. Por exemplo: quando fui secretário da Fazenda, no governo Amaral de Souza, montei uma equipe. Naquela ocasião, qualquer pessoa que me sucedesse e quisesse montar uma equipe não utilizando alguém da minha, montaria outra equipe igual, ou melhor, e um terceiro idem. Ou seja, era um manancial de gente muito boa. E ainda tem muita gente boa, tanto na Fazenda como no BRDE. Mas houve um desmanche e, hoje, muitas pessoas não estão capacitadas para estar no setor público. Um grande amigo me dizia: “Mauro, tenho medo quando os filhos dos funcionários públicos de Brasília começarem a assumir o setor público porque estes estão totalmente fora da realidade, já nasceram em Brasília. Pensam que todo o Brasil é formado por super quadras, por lagos e clubes.” Estamos vivendo este problema e acho que as autoridades atuais não são cercadas por pessoas que tenham coragem ou a consciência de lhes dizer a real situação em que estamos vivendo. Por isso é muito importante que a autoridade pública vá ver o que está acontecendo.

**JU - Vamos falar um pouco sobre o Rio Grande do Sul. Já que o senhor foi secretário da Fazenda, como classifica a situação da indústria gaúcha? Algumas debandaram, como a Ford, que não chegou nem a se instalar. Há quem ainda pense que a Ford tenha mesmo sido expulsa daqui, embora o governo de Olívio Dutra tenha explicado que não foi assim. Inclusive, no seu “discurso de despedida”, no Senado, Antonio Carlos Magalhães disse, claramente, que a ida da Ford para a Bahia “foi um acordo meu com Fernando Henrique”. Isto está gravado. Porque o senhor acha que essas coisas não vem a público?**

**Knijnik** - A Ford foi uma grande perda para o Rio Grande do Sul. Realmente, havia aqui uma ânsia pela instalação de uma montadora. Todos os últimos dez governadores diziam que trariam uma montadora. Nenhum conseguiu e isso virou quase uma obsessão. Tentou-se a Fiat, que acabou em Minas Gerais. Alceu Collares, tentou atrair a Toyota, que não veio. A primeira tentativa do governo

Britto, com a Renault, falhou. Estava quase fechado, mas foi para o Paraná. Então, na cabeça dos gaúchos, havia uma “guerra santa” pela montadora. Aí, ocorreu que veio a General Motors, uma das maiores empresas do mundo e depois a Ford. Era uma maravilha. Pela minha percepção, em primeiro lugar, foi uma perda danada. Em segundo, não teve uma causa única para a saída da Ford. Não foi um fato. No início do governo Olívio Dutra, a Ford queria arrumar um pretexto para cair fora do Rio Grande do Sul. Aparentemente ela estava já negociada com a Bahia que lhe deu benesses muito grandes e discutíveis, sob o ponto de vista do interesse da economia baiana e, diem algumas pessoas, que foi estimulada pelo governo federal. Se o Antonio Carlos Magalhães disse isso, o faz com mais autoridade do que eu. Não houve um culpado. Houve uma série de coisas. Infelizmente, na época, o presidente da Ford do Brasil não era uma pessoa com autoridade muito grande perante a matriz. Tanto era assim, que três meses depois foi despedido. Talvez eles já estivessem passando por um momento de transição. Foi uma coisa ruim para o Estado e não teve um culpado. Foram vários os culpados que conspiraram contra a permanência da Ford no Rio Grande do Sul.

**JU - Quais as vantagens para essas montadoras?**

**Knijnik** - Acho, particularmente, que estamos num local privilegiadíssimo, temos uma mão de obra maravilhosa e acho que, agora, essas empresas estão vendo isso e verificando quais são as vantagens de estarem instaladas aqui.

**JU - Isto não é uma atração para outras indústrias?**

**Knijnik** - Sim. A indústria automobilística é charmosa, a de informática, como a Dell, também é charmosa. Amanhã ou depois, um governador sai por aí tentando trazer empresas para o Rio Grande do Sul e para ele é mais fácil dizer que “temos instaladas a GM, a Dell e tal. Isto é muito importante no portfólio de um Estado para atrair novas empresas.

**JU - Mercosul ou Alca?**

**Knijnik** - Sou Brasil. É o seguinte: o Brasil tem um mercado tão fabuloso que é mais importante do que um Mercosul, com todo respeito. Mercosul ou Alca? Mercosul. Só que nós estamos aí carregando um caixão muito pesado. O Brasil não está pronto para entrar na Alca. Mas também acho que o Mercosul está sendo um ônus muito caro para o Brasil. Vamos comparar o Brasil com o Uruguai — que não é o caixão. Ora, o Uruguai tem que ser totalmente aberto, tem que aderir. Um paraíso maravilhoso, até nos ganhou no futebol, mas é do mesmo tamanho, ou menor, que o Rio Grande do Sul. O Brasil é um mercado maravilhoso em potencialidade. Então temos que nos voltar ao Brasil. Não estou pensando em fazer “cortina de ferro” aqui, não é isso. Mas, temos um mercado maravilhoso que outros países não têm. Então vamos tentar viabilizar o Mercosul. Agora, as nossas empresas não estão preparadas para entrarem na Alca.

**JU - Se, no Mercosul, o Brasil “carrega um caixão”, e se as empresas brasileiras não estão preparadas para a Alca, como e onde o País vai se encaixar no mercado?**

**Knijnik** - Prefiro colocar uma outra questão: com a globalização que está ocorrendo no mundo, que é inevitável, começo a fazer uma retrospectiva sobre o outro extremo que havia no passado, o comunismo. Ali, todos eram empregados do Estado. Como estamos indo com a globalização, com as multinacionais,

pergunto eu: daqui a “X” anos, todos serão empregados das multinacionais? O que é melhor? Serão bons esses dois extremos ou temos que ficar no meio termo? Será que uma multinacional com sede num país distante poderá ser eficiente em todos os países em que atua ou será que vai ser eficiente só na sua sede? Será que uma multinacional com sede não sei onde contrata aqui os melhores executivos para trabalhar na empresa? Será que os melhores executivos dessa multinacional aceitam vir trabalhar e trocar experiências no Brasil, na África ou no Afeganistão? São coisas que temos que botar na mesa sem paixão e sem carimbos de dizer que o sujeito é contra a globalização, que é um retrógrado, comunista ou reacionário. Temos que ser pragmáticos. Nós desejamos que os nossos filhos ou netos sejam apenas empregados de multinacional? Como estão indo as coisas, com a globalização sem limites, e nisso incluo o Brasil, estamos matando a capacidade empreendedora do brasileiro. O pequeno comércio, a pequena empresa, vão desaparecer. Não têm mais mercado. Nós só vamos poder trabalhar em empresas de prestação de serviço, complementares das grandes empresas porque aquele pequeno comerciante, aquele pequeno fabricante não poderão competir. Não estou defendendo a incompetência. Defendo que, através desses pequenos exemplos, esses homens cresçam, as empresas deles cresçam e aí surjam mais dessas grandes empresas nacionais que hoje existem e que, na sua maioria não foram herdadas mas, sim, são fruto de muito trabalho. A pior coisa que nós poderíamos fazer para uma comunidade do tamanho da nossa é castrar a capacidade empreendedora de uma nação. Quando nós castrarmos isso, e a capacidade de pesquisa de uma nação, teremos um povo escravo.

**JU - Então, o senhor considera a globalização desenfreada como castradora?**

**Knijnik -** Não. A globalização é inexorável. O que cabe a países do tamanho do nosso é traçar regras para a globalização.

**JU - Como o senhor viu o Fórum Social Mundial apresentado como uma alternativa à globalização?**

**Knijnik -** Achei maravilhoso. Particpei do Fórum Social Mundial. Agora mesmo estive no exterior e antes as pessoas não sabiam o que era Porto Alegre. Quando falei em Porto Alegre e as pessoas relacionaram a cidade ao Fórum, me espantei. Se não tivesse outro benefício, pelo menos entramos no mapa. Temos que debater alternativas. Na verdade, às vezes, não é culpa dos outros, a culpa é nossa, o país é nosso. Nós temos que traçar as regras que limitem a globalização em alguns aspectos que nos são peculiares.

**JU - Qual sua avaliação sobre as duas metades em que hoje o Rio Grande do Sul divide-se para atender as demandas pertinentes a essas regiões?**

**Knijnik -** Alguns setores do Brasil estão muito adiantados. Aliás, é característica de país subdesenvolvido, a existência de algumas ilhas de excelência, até no esporte. Nós somos bons em tênis. Bom é o Guga. Somos bons em tênis, mas ninguém sabe porque. Somos campeões em salto tríplice com Ademar Ferreira da Silva, mas não quer dizer que nós somos bons em atletismo.

**JU - Qual o papel do Itamaraty no estabelecimento das regras deste jogo?**

**Knijnik -** Já me incomodei muito com isso e fui até cortado de viagens. O Itamaraty é um dos melhores ministérios de Relações Exteriores do mundo. Prepara gente como fosse do primeiro mundo. A única coisa que atrapalha o Itamaraty é

o país que ele representa. Se fosse o Brasil e os brasileiros, o Itamaraty seria uma maravilha. No exterior, quando a embaixada ou o consulado são procurados por algum brasileiro, quem busca auxílio se atrapalha. E uma das coisas com que o nosso presidente é encantado é com o Itamaraty, por que ele passou por lá e achou bonito aquele negócio. Sinto-me revoltado quando vou ao exterior e vejo algumas sedes do Itamaraty. A de Roma, por exemplo, que recentemente foi reformada, é um atentado à pobreza do Brasil. Poderia ser embaixada dos Estados Unidos, da Suécia, da Suíça, de qualquer país de primeiríssimo mundo, menos do Brasil. Isso tem que ser reformulado. O Itamaraty não ajuda em nada os empresários brasileiros, só atrapalha. Tenho um caso concreto, na Argentina, que me foi contado por empresários. Com o Mercosul, aumentou muito o volume de negociações e a nossa representação diplomática só atrapalhava as empresas brasileiras. Tanto que, em Buenos Aires, foi criado o Clube Brasil, se não me engano acho que é esse o nome. Várias empresas que estão situadas na Argentina se reúnem habitualmente – tem até um diretor executivo – para ver quais são as dificuldades comuns, como é possível superá-las. Também, serve para assessorar uma empresa que chega lá, indicando caminhos. Isso deveria ser a nossa representação. Não estou dizendo que o Itamaraty é a causa dos nossos males. Quero dizer é que prepararam bem demais, entende? Acho que os nossos diplomatas têm que cair na realidade. O Itamaraty tem que fazer uma reformulação total e partir para a representatividade, não só política. Qual é a importância de ter representação em países para os quais não vendemos uma banana? É mais política. E, se for assim, deixa um cara lá em uma sala e não precisa alugar um castelo. Tenho histórias homéricas sobre o assunto, que não cabe contar aqui, que estão fora da realidade.

**JU - Mas isso não é mais uma demonstração da mania de grandeza de alguns setores brasileiros?**

**Knijnik -** Temos que cair na real. Faço um pergunta para ti. Se eu estou te devendo dinheiro e não te pago nos prazos, saio à rua e tu me vês de Mercedes, e no outro mês perguntas “ ‘cadê o Mauro?” E te respondem que ele foi para a França, e no verão tornas a perguntar “cadê o Mauro?” E te dizem que ele está jogando no cassino de Punta del Este, qual será a tua reação? Não é a de ficar revoltado? Pois nós tentamos vender lá fora que nós somos um país pobre. Realmente ainda somos. Por que então essa mania de grandeza? Temos as melhores representações diplomáticas. E para que isso? Isso é o que nos representa no exterior. Precisamos um governo que diga “olha pessoal vamos vender as nossas representações, o nosso país está em dificuldades”. Não é que essa venda signifique alguma coisa importante, mas é pelo gesto. Claro que o país precisa ser representado condignamente, mas sem megalomania.

**JU - Mas isso também é uma questão cultural, não? A propósito, como o senhor vê as crescentes dificuldades da universidade pública brasileira?**

**Knijnik -** É outra opinião que vai ser polêmica entre o meu eleitorado. Acho que é o ensino público que baliza a qualidade do ensino privado. A universidade pública tem que existir numa comunidade como a nossa. Deve se incentivar a criação de mais e mais universidades privadas, mas deve permanecer a universidade pública, que é a quem tem que investir em pesquisa, em treinamento de mão de obra, em qualificação de mão de obra. Vejo, tanto em nível

de universidade quanto de colégios, que deve permanecer o ensino público. O ensino médio e fundamental tem que permanecer público. Quanto mais privado, melhor. Mas o público é que baliza a qualidade do ensino privado.

**JU - Então o senhor é favorável à criação da universidade pública estadual, recentemente aprovada?**

**Knijnik** - Este é um campo em que estou totalmente por fora dos detalhes. O que eu aplaudo é a determinação da nossa universidade federal em permanecer pública. Porque ela baliza, efetivamente, a qualidade das universidades privadas. Não sou contra as universidades privadas. Se tivéssemos mais dez privadas, estaria mais contente. Mas, a qualidade é balizada pelo ensino público. Quando o nível do ensino público secundário está baixo o do privado também cai. Sou formado pelo velho Júlio de Castilhos. A gente chegava, estufava o peito e dizia: “estudo no Julinho”. Os outros botavam uma inveja... Os colégios privados da época tentavam se igualar ao público Júlio de Castilhos. Acho que o ensino público é algo que deve ser mantido. E a nossa Universidade preservada de qualquer maneira.

## A UFRGS e o programa Institutos do Milênio

*O Comitê Científico Internacional Programa Institutos do Milênio, uma iniciativa do MCT, em conjunto com o CNPq, aprovou, em pré-seleção, 57 das 202 propostas apresentadas para receber apoio. Quatro delas são da UFRGS. Todos, projetos estratégicos de ponta nos diversos ramos da ciência e da tecnologia brasileiras que elevam a novos patamares o desempenho do país para o seu progresso sócio-econômico. Ao mesmo tempo, os projetos pré-selecionados inserem a ciência nacional, e a desenvolvida nesta Universidade, em padrões mais competitivos no nível internacional. São eles: Variabilidade Genômica Humana – do Normal ao Patológico, na área de Genética, apresentado pelo professor Francisco Mauro Salzano; Instituto de Microsonda Iônica de alta resolução no Brasil e seu impacto na exploração de petróleo, ciências dos materiais, metalogenia e evolução crustal da América do Sul, na área de Geociências, apresentada pelo professor Léo Afraneo Hartmann; Diabetes e Doenças Cardiovasculares – da Molécula ao Social, na área de Medicina, elaborado pela professora Maria Inês Schmidt, e Água no Meio Ambiente, área de Engenharia Sanitária, apresentado pelo professor Carlos Eduardo Morelli Tucci.*

*JULHO 2001 - EDIÇÃO N.º 42*

# Andrew Simpson



**“O grande mistério da vida só está começando a aparecer”**

*Autor de mais de 100 publicações na área de parasitologia, o professor inglês radicado no Brasil, Andrew Simpson coordena vários projetos de pesquisa nesta área, entre eles o projeto Genoma Humano do Câncer (Fapesp/Ludwig Institute for Cancer Research) e projeto Genoma (CNPq). Ele veio a Porto Alegre proferir conferência sobre o assunto em nossa Universidade e foi entrevistado por Clovis Ott e Ida Stigger, do JU, com a participação do pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto, e do diretor do Centro de Biotecnologia, Arnaldo Zaha. Como cientista, Simpson ficou motivado com o que encontrou por aqui. E confessa: “A grande diferença para mim, na vida pessoal e no laboratório, é que o número de estudantes entusiasmados, com talento, que querem vir trabalhar é muito maior do que na Inglaterra. Nada melhor para alguém do que ter pessoas jovens em volta, transmitindo seu amor à vida, seu entusiasmo. Essa foi a grande diferença que me induziu a ficar no Brasil.”*

JULHO 2001 - EDIÇÃO N.º 42

**Jornal da Universidade - Qual é a importância dos projetos genoma para o desenvolvimento científico do Brasil?**

**Andrew Simpson** - Há vários níveis de importância. Primeiro, dentro da estrutura da biologia, o conhecimento do genoma está se tornando uma atividade central. Quando se começa a conhecer um genoma inteiro de um organismo muda toda a pesquisa feita em relação àquele organismo, porque se tira os mistérios, as áreas desconhecidas, e se trabalha em um universo muito mais definido. Isso faz diferença. Por exemplo: pegue-se um organismo patógeno para criar a melhor vacina possível. Numa maneira tradicional, começa-se a identificar antígenos. Mas, se há o genoma inteiro à disposição, pode-se escolher entre todas as possibilidades e fazer a melhor escolha para diagnosticar e ter todas as informações. A pesquisa fica muito mais racional, muito mais organizada. Na biologia, ao longo do tempo, e num futuro curto, tudo vai ser ligado ao genoma. Em cinco anos, todo mundo fará pesquisas que, de uma maneira ou outra, se associarão com o genoma. Há perigo, e um erro foi feito (na Inglaterra, para ser claro): criaram um grande centro de seqüenciamento de estudos do genoma. Todo o seqüenciamento é feito lá dentro e todo o resto da comunidade fica de fora, esperando pelo trabalho. Inclusive as próprias ferramentas usadas para gerar as seqüências — seqüenciadores e a bio-informática são as mesmas para, depois, utilizar a informação obtida. É muito melhor fazer o seqüenciamento dentro da comunidade. A grande vantagem é o salto de qualidade na pesquisa, acessando tecnologia e, mais importante do que isso, acessando toda a revolução na aplicação da informática em biologia. Não é possível entender um genoma sem o uso de um computador. Outro aspecto, que para o Brasil é muito importante: o impulso no entusiasmo que permitiu o espírito de colaboração dentro da comunidade científica. Para mim, isso é super importante em uma comunidade do tamanho da brasileira.

**JU - Qual a real grandeza deste tamanho?**

**Simpson** - Apesar da excelência da ciência no Brasil, na realidade, a comunidade científica do país é relativamente pequena. Não há uma massa crítica. Na área de biologia molecular, por exemplo, a produção seria mais ou menos igual apenas ao de uma universidade de porte médio dos Estados Unidos. A de Harvard, por exemplo. Isso não é uma crítica ao Brasil, é um reflexo do tamanho de comunidade. A ciência e a biologia dependem muito de interações de áreas um pouco diferentes, colaborações, etc. Quando há massa crítica isso acontece espontaneamente. Quando a comunidade é muito espalhada são necessários mecanismos para induzir interações. Em um projeto desse tipo, feito na comunidade, há muitas pessoas trabalhando juntas em busca de um só objetivo e isso induz, simplesmente, a interações. E tem desdobramento em outros projetos. Eu trabalhei com o Arnaldo (prof. Arnaldo Zaha) nesse projeto. Conversávamos sobre outros. É uma maneira de colocar as pessoas juntas.

**JU - Esta interação da qual o senhor fala se estende a outros setores, menos acadêmicos e mais práticos?**

**Simpson** - Isso também é de importância para o Brasil: aumentou a interação com a indústria. A ciência, além de ser uma atividade que gera informação, tem que ser uma atividade que ajude, diretamente, no desenvolvimento do país. A grande falha na ciência brasileira é que ela não está presente dentro de

instituições privadas. A pesquisa em indústrias é muito limitada no país. Uma maneira para reverter esta deficiência é obter mais investimentos das indústrias em pesquisas acadêmicas o que, atualmente, é pouco. Em São Paulo, pelo menos, tem havido um investimento do setor que vai se beneficiar. Se existe um projeto grande no qual a Fapesp já está colocando milhões de dólares, por si só isso já é um aval de qualidade que induz a indústria a investir. Mas se alguém, sozinho, pedir um milhão de dólares não conseguirá porque não transmite a confiança de que vá chegar a alguma coisa. A montagem de projetos maiores já com o aval de qualidade, em termos de agências de fomentos, permite esse tipo de interação. É uma atividade que, pela maneira como é feita no Brasil, tem importância em vários níveis.

**JU - O projeto da *Xylella fastidiosa* (causador do amarelinho na laranja) foi o primeiro seqüenciamento genético realizado no Brasil e levou o país a um reconhecimento internacional nessa área. O senhor poderia comentar alguma coisa sobre isso e o quanto foi importante esse momento para que o Ministério de Ciência e Tecnologia resolvesse investir numa estrutura, numa rede, para realizar estudos genômicos de nível nacional?**

**Simpson** - Certamente é gratificante ter um reconhecimento internacional. A importância disso é, por enquanto, difícil de avaliar. Deverá aumentar o prestígio do Brasil no exterior. Isso influirá em vários acordos e aparecerão pessoas tentando fechar negócios. Em termos de ciência, abriu possibilidades de mais interação a nível internacional. Interessante é que essa pesquisa feita em rede também está começando a ocorrer no nível internacional. Por exemplo: o genoma humano foi seqüenciado e o Brasil não foi convidado a fazer parte disso. O que foi uma pena. Mas, a próxima etapa da investigação do genoma humano vai ser juntar todos os genes humanos e colocar numa fórmula que produza a proteína. A coleção de todas as proteínas humanas vai ser fundamental para descobrir novos medicamentos, diagnósticos. Isso também é um consórcio de grandes empresas farmacêuticas, grandes institutos e instituições do Estados Unidos e da Europa. Agora, o Brasil é o único novo país a participar. Nem o Japão está envolvido. Estamos lá, não por convite, mas por causa das nossas posições. Sabemos sobre o projeto e decidimos ir lá, participar. Estou indo para a discussão do projeto. Pertencço ao comitê científico desse projeto.

**JU - Este projeto é competitivo?**

**Simpson** - Sim. E muito. Vai custar o total de 100 milhões de dólares. Se você tem 20 participantes, é relativamente acessível. Todos os participantes terão acesso aos resultados. Quem está fora, não. E isso abre portas para o Brasil.

**JU - O senhor está também coordenando o Projeto Genoma Câncer, em São Paulo.**

**Quais as repercussões e a importância desse projeto.**

**Simpson** - É um projeto muito importante para mim, pessoalmente. A minha visão é que fazer o seqüenciamento da *Xylella fastidiosa* foi um desafio. De uma certa maneira, o que a gente fez foi aplicar técnicas conhecidas em uma área um pouco diferente. Coisa que ninguém fez até o momento. Mas é inédito um país como o Brasil ter a coragem de entrar na área mais competitiva do mundo — a área do genoma humano. Neste caso, para entrar, competir e sair com um certo destaque, não foi simplesmente fazer. Tivemos que fazer algo novo. Houve uma abordagem de seqüenciamento de genes expressos de uma



forma um pouco diversa da desenvolvida no Brasil por um estudante ‘meu’, o Neto. Nos permitiu, pelo menos, dar uma contribuição para o conhecimento do genoma humano diferente do resto do mundo.

**JU - E qual é essa diferença em relação ao “resto do mundo”?**

**Simpson -** É, basicamente, a maneira que a gente conhecia, mas com uma diferença técnica: uma maneira mais eficiente de acessar a parte crucial do genoma, que é a parte que codifica a proteína. E deu certo. Já produzimos mais de 25% de toda a informação disponível no mundo sobre os genes dentro do genoma humano, o que também estimulou, em São Paulo, uma pesquisa muito mais forte na área do câncer, a doença que mais será beneficiada com o conhecimento sobre o genoma humano. O câncer é uma doença genética, causada por disfunção dos genes específicos e não se teve tempo ainda de analisar os nossos resultados. Mas, pelo número de *e-mails* do mundo inteiro, todos os dados depositados no Genbank (quase um milhão de seqüências), estavam fazendo uma diferença mundial no conhecimento do genoma humano e na aplicação dessa informação para melhorar o nosso conhecimento do câncer, no diagnóstico e tratamento do câncer. Mais do que tudo, foi um projeto que abriu portas, elevou o nome do Brasil e estimulou uma pesquisa muito mais audaciosa na área do genoma humano. Porque sempre se tem uma tendência em repetir aqui as coisas que já foram feitas em outros lugares. Foi uma contribuição, apesar de relativamente modesta. Mas agora, as pessoas estão com muito mais coragem, pensando: “vamos descobrir uma coisa importante aqui, depois, eles é que vão copiar lá fora.”

**JU - Como o senhor vê a recente descoberta de fertilização de um óvulo sem a participação do espermatozóide, feita há dias na Austrália? Funciona mesmo? Como?**

**Simpson -** Funciona sim. Em princípio, o que se precisa é do ambiente de um óvulo com pares de cromossomos. Como esses pares chegam lá? A natureza descobriu uma maneira (bastante agradável) que é através do espermatozóide, nadando até este óvulo para se fundir com ele. Pode-se colocar esses cromossomos no óvulo de outras maneiras. O problema com a clonagem e a fertilização desse tipo, é a origem da célula que você usa. Mas há outras preocupações. Porque fumar envelhece? Envelhece por causa de uma degradação gradual do nosso genoma. Se você pegar uma célula minha qualquer e a usar para fertilizar um óvulo não será uma boa idéia, porque a criança vai nascer com defeitos em número maior do que o normal.

**JU - Por quê?**

**Simpson -** Nós temos duas linhagens de células: a linhagem somática e a linhagem germinativa, que tem as células para reprodução protegidas e que se dividem menos. Essas são as mais apropriadas para a reprodução. Se começam a usar células somáticas, na minha opinião, vai dar problema de alta taxa de mutação, envelhecimento precoce, problemas genéticos. Esses problemas já estão começando a aparecer com os animais. Já disse que a natureza inventou uma maneira bastante agradável para resolver este problema e não vejo muito motivo para mexer com isso. Só quando houver problema de infertilidade. A natureza não é burra e tomou certas precauções para controlar o nível de maleabilidade, o nível de mutação. É preciso lembrar disso. Na Austrália, a pesquisa ainda em nível de ratos, e *in vitro*. Mas, em princípio, é possível, sim.

É só uma questão tecnológica.

**JU - Quando se anunciou o seqüenciamento do genoma humano, a imprensa não especializada divulgou que “estava decifrado o livro da vida” e que “o homem passava a brincar de Deus”. Até que ponto essas expressões mostram uma verdade ou facilitam a mistificação de que os cientistas descobriram o segredo proibido?**

**Simpson -** Acho esses pronunciamentos errados por dois motivos. Primeiro: há um ano atrás, quando foi anunciado o genoma humano – que ainda não está pronto – menos da metade está, realmente, seqüenciado em um nível correto, completo. Não é só isso. O seqüenciamento do DNA humano é diferente do seqüenciamento do DNA de uma bactéria. Dentro do genoma, são os genes que codificam as proteínas. O gene não faz nada. Só contém informação. Quem faz tudo é a proteína. O genoma de uma bactéria – vamos supor, da *Xylella* – tem mais ou menos três milhões de nucleotídeos e contém mais ou menos três mil genes. Um gene para cada mil nucleotídeos. Os genes são contínuos, um segue rapidamente o outro. O genoma, não. Ele é muito compacto, denso. Com a seqüência do genoma, os computadores conseguem identificar os genes e extraem informações de relevância biológica. O genoma humano é mil vezes maior que um genoma de bactéria, mas só contém mais ou menos dez vezes mais genes. O genoma humano é muito vazio: 99% dele não codifica para proteínas e a sua estrutura é diferente – quebrada em pedaços pequenos. O que aconteceu com a seqüência do genoma humano? Não foi possível encontrar os genes. Aí, ocorreu toda essa controvérsia: quantos genes o genoma humano tem? 20 mil, 40 mil? Não sei. Ainda não se sabe. Por isso nosso projeto é importante. Permite identificar os genes. A pesquisa que vai revelar quantos genes humanos está na fase final. Mas também, a vida é muito mais do que um genoma e muito mais do que um gene.

**JU - Então, em vez de estar resolvido, o tal “mistério da vida” apenas começa a aparecer, não?**

**Simpson -** Sim. O grande mistério na vida, para nós, só está começando aparecer. Por exemplo: parece que não tem nenhum gene no nosso genoma que também não tenha no genoma do chimpanzé. Mas, eu não sou um chimpanzé. Então qual é a diferença? Há muito mistério para ser entendido. O que é, exatamente, uma pessoa? É o produto do genoma e da interação com o ambiente, dos dois lados. Então, não entender um genoma significa não entender a pessoa. Essa tendência de reduzir tudo para uma seqüência de DNA causa muito mais confusão.

**JU - Tudo na vida depende dos custos. É evidente que as pesquisas e os estudos nesta área são caríssimos. Como uma universidade pública, com todos os problemas financeiros e econômicos que enfrenta apenas para se manter, pode se atrever a entrar num trabalho desse porte?**

**Simpson -** Entra como está fazendo. Quando se tem uma situação onde a verba é escassa é mais importante ainda fazer projetos desse tipo. Por que? Se todos recebem um recurso limitado e gastam de maneiras diferentes, o resultado no final é muito disperso. É difícil perceber qualquer contribuição. Mas quando se focaliza um objetivo, se trabalha junto, o recurso rende e isso tem um resultado importante para a pátria. O estudo do genoma não é caro se tiver muitas pessoas envolvidas.

**JU - Quais são as escolhas que devem que ser feitas para um bom emprego do dinheiro nesta área?**

**Simpson -** Tem que escolher. Se há dinheiro para se resolver uma coisa, então vamos resolver esta coisa, ao invés de não resolver nada, se quisermos fazer tudo ao mesmo tempo. Sei que, aqui no Sul, o Arnaldo (Zaha) e seus colegas estão planejando um excelente projeto do genoma. Tive o privilégio de ver as idéias. Achei excelente. Pega problemas da indústria local e pode ser aplicado à tecnologia que estamos adquirindo. Fortalecerá as indústrias, gerará mais empregos, criará mais impostos. Cada lugar do Brasil terá problemas diferentes. Não acredito em tentar planejar demais a vida nem a ciência. Acho que, primeiro, se faz uma coisa. Se está bem feita, se faz a próxima. Você falou sobre as escolhas? Eu não sei quais são, mas sei que tem que se escolher. É um sinal de maturidade do Brasil, que começa a fazer isso.

**JU - O senhor acredita que nós já alcançamos essa maturidade?**

**Simpson -** Sim, mostrou que tem. Por exemplo, quando foi estabelecido o projeto nacional, só 25 grupos foram escolhidos. Foi uma escolha difícil. Quem não conseguiu entrar ficou decepcionado. Teve repercussão. Se fôssemos dividir o dinheiro por 60 grupos, ninguém teria uma máquina de seqüenciamento por que não haveria dinheiro suficiente e não sairia o projeto. Então, ficou demonstrado que se tem maturidade em assumir o risco de fazer um projeto grande e de escolher entre os grupos. Nos Estados Unidos, que é o lugar que mais produz ciência no mundo, há muita competição. Um grupo não sabe o que acontecerá de um ano até o próximo – independente de sua história – se vai ter financiamento. É brutal, é cruel, uma competição contínua. Acho isso um exagero, mas tem que haver um reconhecimento da competência. Tem que ter seqüências para as pessoas que não trabalham, que não produzem. Se há uma verba e não se fez nada com ela, quem não a aproveitou não merece ter mais. Tem que haver uma escolha, qualidade e tem que fazer investimento em quem merece.

**JU - Quanto às redes nacionais em seqüenciamento: existe alguma experiência semelhante ocorrendo em outros países?**

**Simpson -** Não. Hoje em dia, o Brasil é o único país do mundo fazendo esse tipo de organização de pesquisa. Sei que há bastante interesse em reproduzi-la em outros lugares. De vez em quando, outros países me procuram para um conselho. Em agosto se realizará uma reunião de vários países da América Latina em São Paulo, pensando em fazer algum tipo de rede internacional no continente. Se isso vai funcionar não sei, mas a idéia é interessante. Por enquanto, essa é uma iniciativa única.

**JU - Em relação à qualificação e ao tamanho da nossa comunidade da área biológica capaz de trabalhar na área do genoma: é importante investir, hoje, na formação de cientistas capazes de trabalhar com esse tipo de técnica? Essa área de genoma é relativamente recente e a ciência biológica é relativamente antiga. Temos muitas pessoas trabalhando na área biológica que não tem preparo e, às vezes, não sabe nem acompanhar adequadamente o desenvolvimento da área...**

**Simpson -** Claro que é importante formar pessoas. Acho que a comunidade científica do Brasil, que é relativamente pequena, tem que crescer. Mas também acho que a melhor maneira de aprender é fazendo. Quem aprendeu a usar a

máquina de seqüenciamento num tempo curto não teve nenhuma verba para treinamento. Aprendeu fazendo. No início, a qualidade de seqüência é um pouco baixa, mas o projeto inteiro é uma forma de treinamento. No final, você não só tem pessoas treinadas, mas tem o produto, um projeto bem feito. Então, é importante treinar a maneira de utilizar a seqüência participando da sua geração. Aprende-se como interpretar, como acessar o computador, entender o que é um gen, as limitações da seqüência. A grande vantagem de fazer isso em rede é que se está educando a comunidade, simultaneamente, para aproveitar o conhecimento que está sendo gerado. O que você falou é duplamente verdade. Acho que pesquisa é uma coisa que, a cada dia, muda. Quem quer ir para frente tem que estar sempre atualizado. Não se pode ficar dependendo do que foi aprendido apenas na universidade. Quando me formei em bioquímica não havia nem um gen clonado. Então eu não aprendi nada do genoma em nenhum curso. Tudo de novo sobre o genoma está disponível na Internet e tem ferramentas fantásticas lá, instruções de como usá-las, de como acessar, de como atender. Acredito que, hoje, alguém que entenda inglês e tem computador e uma base de biologia pode fazer pesquisa sobre o genoma humano, se realmente quiser. Quem não está é porque, por algum motivo, não quer.

**JU - O senhor falou há pouco da sua formação, quando não havia nem um gen clonado ainda. Sendo inglês, como se deu a sua opção pelo Brasil e a mudança das suas atenções, da parasitologia para o genoma do câncer e outros.**

**Simpson -** Eu vim para cá porque queria viver num clima mais quente. A ciência é uma das atividades mais globalizadas. É muito difícil, por exemplo, um advogado formado no Brasil decidir advogar na Inglaterra. Ele tem que estudar tudo de novo. Em ciência, se você tem doutorado pode ser cientista onde quiser. Tem as leis de emigração, mas a profissão é reconhecida. Quando eu vim para cá, tive que revalidar a minha tese. Mas foi, simplesmente, entregá-la para a Universidade para alguém avaliar e ver o nível que seria dado ao meu doutorado no Brasil. Foi uma coisa, aparentemente, simples. A partir daí tenho toda a liberdade para ficar na profissão. Tem brasileiros que saem do Brasil e que ficam nos Estados Unidos e Inglaterra. De vez em quando, tem ingleses e norte-americanos que vêm para cá. Por que? O ambiente é diferente, as pessoas são diferentes, se a profissão é aberta, você pode escolher onde se sente melhor. A Europa tem características diferentes para as ciências. Tem uma ciência muito mais estável, uma comunidade muito maior, mas tem muito menos oportunidade. Aí, chego na sua segunda pergunta: estava trabalhando na área de parasita e estaria hoje trabalhando nessa área, porque é impossível decidir mudar de uma área para outra. Aqui por haver uma comunidade menor, tem muito espaço. Tomei uma decisão: “vou trabalhar com o genoma humano”. E, seguindo as oportunidades, me achei, de repente, trabalhando com o genoma humano. Isso é ótimo, é a área mais emocionante e estimulante que tem para mim. Pessoas que vão para a Europa e ficam lá são pessoas que vivem numa situação estável, sabem o que vai acontecer amanhã, não têm muita surpresa, não têm grandes oportunidades. Eu nunca teria a oportunidade de coordenar três grandes projetos na Inglaterra, como fiz aqui. São projetos de ponta em qualquer país do mundo. Eu coordenei três, sou um cientista realizado porque gosto de estar em situações dinâmicas, com menos certezas, mais problemas,

mas muito mais oportunidade. Vim para o Brasil, no início por um período de seis meses. Realmente, me senti muito mais realizado aqui do que na Inglaterra, enfrentando problemas e os resolvendo. A grande diferença para mim, na vida pessoal e no laboratório, é que o número de estudantes entusiasmados e com talento, que querem trabalhar, é muito maior aqui do que na Inglaterra. Nada melhor para alguém do que ter pessoas jovens em volta transmitindo seu amor à vida, seu entusiasmo. Essa foi a grande diferença que me induziu a ficar aqui.

## Francisco Salzano



## Léo Afraneo Hartmann



### Em busca da vanguarda mundial

*A universidade pública e a pesquisa científico-tecnológica brasileira enfrentam problemas, e grandes. Mas os professores Francisco Mauro Salzano, do Departamento de Genética, e Léo Afraneo Hartmann, do Departamento de Geologia, são movidos por trabalho e otimismo na busca de soluções para esses problemas. Mais: seus projetos submetidos ao Programa Institutos do Milênio têm alcance não apenas nacional como continental e planetário. "Se não fôssemos otimistas não seríamos cientistas", diz Salzano, um nome internacional, como Hartmann. Seus projetos e suas preocupações são detalhados na entrevista feita por Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do JUI, com a participação da pró-reitora de Planejamento e Administração, Maria Alice Lahorgue, e do pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto.*

*AGOSTO 2001 - EDIÇÃO N.º 43*

**Jornal da Universidade - O senhor poderia descrever o projeto do Departamento de Genética?**

**Francisco Salzano** - O projeto que estamos submetendo ao Programa Institutos do Milênio se relaciona a uma área que vem sendo investigada pelo Departamento há muito tempo, sobre a variabilidade hereditária, tanto no que se refere aos fatores normais como aos patológicos. Ou seja: que fatores condicionam essa variabilidade e o que faz com que, muitas vezes, o estado fisiológico de bem-estar se transforme em doença. Estudamos várias patologias e diferentes aspectos da variabilidade em grupos étnicos brasileiros. São três equipes mais ou menos aglutinadas desenvolvendo pesquisas nesse sentido. Também estamos buscando a colaboração do Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná e de um grupo da Universidade Federal do Pará. Temos ainda uma ampla rede internacional de colaboradores, envolvendo pessoas dos Estados Unidos, do Canadá e de países da América Latina. Todos visando à investigação global que pode ser sintetizada na frase de um famoso pesquisador russo naturalizado norte-americano, o professor Teodosius Dobzhansky: “nada faz sentido na biologia a não ser do ponto de vista da evolução”. Estamos tentando focar a variabilidade de maneira global, tanto considerando a história natural das doenças, como o aspecto molecular e, eventualmente – é um dos projetos –, a terapia gênica, isto é, conseguir alterar diretamente o gene defeituoso. Este é um estudo totalmente de vanguarda, que está no início em todo o mundo.

**JU - A mesma pergunta para o professor Hartmann, em sua área.**

**Léo Afraneo Hartmann** - O projeto que coordeno objetiva resolver uma série de problemas de natureza técnica e científica, relacionados principalmente às indústrias do petróleo, mineral, metal-mecânica e microeletrônica, incluindo estudos de meteoritos e origem de estrelas. Daria para resumir o projeto como ciências dos materiais, tanto naturais quanto industriais. Pretendemos instalar na UFRGS um laboratório de microsonda iônica de alta resolução, conhecido pela sigla SHRIMP. É um equipamento fabricado na Austrália, disponível em países de grande porte como a própria Austrália, Estados Unidos, Rússia e China. A França fabrica o seu próprio e também tem um laboratório. Queremos, através do Programa Institutos do Milênio, que o Brasil, e junto a América Latina, se qualifiquem tecnologicamente com esse tipo de laboratório. Nós, do Departamento de Geologia, nos associamos com os físicos experimentais do Instituto de Física, liderados pelo professor Fernando Zawislak. Somos um conjunto de 16 pesquisadores nível 1 do CNPq da UFRGS, meio a meio Geologia e Física. A ponte de convergência entre os dois grupos não é acidental, pois levamos dez anos para amadurecer a integração até que pudéssemos entender bem os objetivos conjuntos. Os geólogos têm experiência com esse equipamento na Austrália; eu, pessoalmente, tenho interagido com o laboratório australiano por mais de dez anos, formando quatro doutores. A vantagem da associação com os físicos experimentais é que eles têm experiência acumulada de várias décadas com equipamentos similares ao SHRIMP.

**JU - Fale mais sobre o projeto.**

**Hartmann** - Ele visa a resolver problemas de descoberta de novos depósitos de petróleo e de metais – ouro, ferro, cobre. A Amazônia, última grande província mineral a ser aberta no mundo, faz parte do projeto, que tem a abrangência da

América do Sul do ponto de vista geológico. Fora da UFRGS, estamos associados com líderes geológicos do Uruguai, da Argentina e do Chile. No Brasil, nos associamos com instituições emergentes, como o edital solicita, que são a Universidade Federal do Mato Grosso, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal da Bahia, a Unisinos e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Com o SHRIMP, único na América do Sul, a UFRGS teria um laboratório de ponta internacional e disponibilizaria, para a indústria e para a pesquisa científica, a tecnologia que ele oferece.

**JU - Pode detalhar essa tecnologia?**

**Hartmann** - O SHRIMP tem capacidade de analisar, de maneira não destrutiva, elementos em partes por bilhão e isótopos desses elementos. As aplicações são todas, como dizem os físicos, nos estudos da matéria condensada — que é a expressão mais genérica, já que implica em toda a geologia do planeta e em toda a matéria condensada –, por exemplo, em ciências da saúde, como ossos e dentes. É muito abrangente.

**JU - Professor Salzano: que curiosidade o senhor tem a respeito desse projeto? Que pergunta faria ao professor Hartmann?**

**Salzano** - O laboratório poderia fazer a datação de ossos pré-históricos, o que é um de nossos grandes interesses?

**Hartmann** - O SHRIMP tem sido muito usado pela arqueologia. O grupo de arqueólogos não faz parte do projeto mas pode se incorporar e seus estudos arqueológicos seriam muito bem recebidos. Nos países em que essa máquina funciona ela é muito usada em arqueologia.

**JU - E o professor Hartmann, que pergunta faria ao professor Salzano relativamente ao projeto da área da Genética?**

**Hartmann** - Considerando, como o senhor diz, que o estudo da biologia exige estudar o passado para prever o futuro através do presente, o senhor teria interesse em usar o laboratório SHRIMP que estamos propondo?

**Salzano** - Um de nossos enfoques, como mencionei, é investigar o que ocorreu no passado, considerando o presente e o eventual futuro. A genética está surgindo como uma ciência que também pode, de alguma maneira, fazer inferências quanto a populações do passado através do estudo do DNA de material fóssil. Embora parcialmente degradado, esse DNA pode servir para estudos que, por sua vez, podem ser comparados com os dados que se obtém em populações vivas. O problema fundamental desse enfoque é a questão da datação absoluta, já que a datação que o geneticista desenvolve é relativa. Investigando, ao longo do tempo, a variação que se encontra no material genético, pode-se fazer inferências. Mas temos que ter um marco, e para tal marco, um dos enfoques é esse de datação de material arqueológico, assim como também de material paleontológico.

**Hartmann** - O laboratório tem capacidade de analisar isótopos de quase toda a tabela periódica, inclusive elementos leves, e pode desenvolver a capacidade de datar com Carbono 14. Mas é muito usado para os isótopos pesados, foi desenvolvido para datar rochas da Lua. Os minerais de rochas mais velhos do planeta foram descobertos assim, na Austrália, com mais de quatro bilhões de anos de idade. Mas também há a possibilidade de determinar isótopos de carbono em sistemas mais recentes.

**JU - Na década de 70, foi desenvolvido no Brasil o Projeto Radam, que mapeou o**

**subsolo do país, buscando o descobrimento de reservas de ouro, minerais, jazidas de petróleo. Que fim levou esse projeto?**

**Hartmann** - Tenho uma idéia bastante razoável do assunto, que acompanhei na época e cuja concepção deu-se na Amazônia. O nome vem de Radar da Amazônia. O radar penetra as nuvens, penetra a vegetação, dando uma resposta do terreno. Então, fez-se um levantamento da Amazônia, expandido depois para o sul do Brasil. Temos todos esses relatórios na biblioteca do Instituto de Geociências da UFRGS. Foi um projeto integrado de muita qualidade, envolvendo geologia, botânica, zoologia, solos. Em decorrência dele, se conheceu a Amazônia bastante melhor.

Salzano — Esse monitoramento é contínuo, que eu saiba, agora por satélite.

**Hartmann** - Temos acesso na UFRGS a todos os mapeamentos dos satélites que fotografam o mundo, através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O Centro de Sensoriamento Remoto da UFRGS facilita todo esse acesso. Para os geólogos é uma maravilhosa ferramenta de trabalho numa escala de observação de 100, 200 quilômetros. Aqueles antigos mapas do Radam, e o trabalho do Serviço Geológico do Brasil, que continua na Amazônia com prioridade, levaram à descoberta de muitos depósitos. Mas o sensoriamento remoto é apenas uma das técnicas utilizadas para a descoberta de depósitos. A grande província mineral de Carajás foi descoberta há 30 anos através de estudos integrados, sendo que atualmente continuam sendo descobertos novos depósitos de ouro nessa mesma região.

**JU - Ainda restam no mundo muitos depósitos minerais?**

**Hartmann** - Há bacias petrolíferas e depósitos minerais gigantesco esperando ser descobertos. Por exemplo, uma grande indústria multinacional investe anualmente algo em torno de 500 milhões de dólares em exploração mineral. O que exige, para ela ser rentável, descobrir anualmente um depósito mineral que tenha valor superior a esse. Portanto, os depósitos continuam sendo descobertos. Daí podemos pensar: por que tais descobertas não foram feitas antes? O SHRIMP, pode determinar a idade exata em que os reservatórios de petróleo começaram a ser modificados pela natureza, o que é fundamental para o geólogo de uma empresa como a Petrobras dizer onde deve ser feito o furo para encontrar petróleo. As grandes empresas estão atuando em toda a Amazônia e nosso projeto pretende estar lá também.

**JU - Ainda na Amazônia: o professor Salzano poderia falar sobre a variabilidade genética das populações indígenas?**

**Salzano** - Fazendo um gancho com essa visão macro da Amazônia, um ponto interessante ecologicamente é que os biólogos e geógrafos verificaram que boa parte da floresta amazônica, que se imaginava fosse primária, isto é, não tivesse sido formada pela influência do homem, na verdade é secundária. Ao longo dos seis, sete, oito mil anos em que o homem está por lá, devem ter ocorrido alterações na floresta devidas à mão humana. Então, esse ponto da destruição e da recomposição da matéria não é uma preocupação nova e está relacionada a eventos antigos. Isso é importante porque a Amazônia é a maior reserva biológica do mundo, sem paralelo em outros lugares. No que se refere às populações humanas, primeiro devemos considerar os grupos que estavam lá no início, antes da descoberta europeia, e que são bastante variáveis. Quando se fala em

indígena brasileiro faz-se uma generalização até certo ponto indevida, pois existem grupos tribais que se diferenciaram através do processo microevolucionário. Ao mesmo tempo, grande parte da população atual é um amálgama de grupos que já viviam lá, com portugueses, espanhóis e africanos. Há toda uma gama de tipos formada por esse processo de cruzamentos interétnicos. Esse é um dos objetivos de nosso estudo: quantificar a variabilidade tanto dos grupos indígenas remanescentes como de sobreviventes dos quilombos que existem em diferentes regiões da Amazônia, e das populações urbanas que são mescla disso tudo.

**JU - Antes da chegada dos colonizadores, que tipo de ação humana teria ocasionado transformações mais agudas no meio-ambiente daquela região?**

**Salzano** - A idéia clássica era de que como o meio-ambiente, em termos de potencial para a sobrevivência humana, não é muito rico, não havia condições para grandes grupos humanos e eventuais civilizações. Essa visão está sendo contestada porque se encontrou material arqueológico, especialmente na Ilha do Marajó e perto de Santarém, que sugere a existência de grandes aglomerados humanos, coisa de 10 mil pessoas, por aí. A professora norte-americana Anna Roosevelt, principal arqueóloga que trabalha nessa área, em colaboração com um grupo grande de brasileiros, vem concluindo que também em relação a esse aspecto se tenha feito uma subestimativa do grau de influência das populações humanas sobre o meio-ambiente.

**JU - E depois?**

**Salzano** - Bom, as empresas mineradoras estão promovendo uma destruição de não sei quantos hectares por minuto, é um negócio fantástico. O poderio tecnológico chegou a um ponto que faz com que haja uma tremenda devastação. É um problema que se precisa considerar, o custo-benefício: até que ponto o desenvolvimento tecnológico vai de encontro a problemas relacionados ao meio-ambiente e à qualidade de vida das populações. Há uma tendência lá ao desenvolvimento de reservas nas quais se combine a conservação com a extração de material, fazendo com que as populações sejam sustentáveis.

**JU - O tipo de apropriação que se possa ter do conhecimento gerado é que vai permitir maior preservação da Amazônia, como também a sua destruição. Como os senhores encaram a apropriação dos valores agregados desse conhecimento que estão produzindo?**

**Salzano** - Educação e ciência são indispensáveis no processo. O paradigma da área amazônica, no momento, é a Reserva de Marmirauá, na região do Rio Tefé, que montou um esquema de cooperação com as populações nativas e de intercâmbio ativo com pesquisadores de todo o mundo, visando à questão da conservação e exploração racional dos recursos naturais.

**Hartmann** - A mineração deve ser feita com muito cuidado e principalmente com controle. A sociedade brasileira sabe fazer mineração com proteção do meio-ambiente e defesa das populações, extraíndo da natureza aquilo que a humanidade precisa para sua subsistência e seu desenvolvimento. Vejo colegas professores da UFRGS que fazem trabalhos muito cuidadosos e altamente qualificados. A mineração se torna prejudicial quando feita de maneira espontânea e aleatória, como muito do que se faz na Amazônia. Em imensas áreas da Amazônia, a sociedade brasileira se manifesta só através da organização praticamente espontânea dos garimpeiros. Em muitos garimpos impera a sua própria lei,

já que a lei brasileira chega só de vez em quando, com a presença do Exército. Essas populações são as que estão gerenciando os recursos e elas é que causam os danos imensos, que lançam mercúrio e metais pesados nos rios, através de mineração sem acompanhamento técnico. As populações marginalizadas buscam essas regiões para a sua sobrevivência mínima, preocupando-se somente com seu futuro imediato. Os bens da Amazônia têm que ser apropriados pela sociedade brasileira, que saberá gerenciá-los de uma maneira adequada. A humanidade parar de fazer mineração não é mais possível, porque da maneira como está organizada necessita e vai necessitar continuamente de metais. A forma dessa apropriação pela sociedade é que tem que ser feita de maneira organizada, o que não acontece na Amazônia.

**JU - O mesmo vale para o desmatamento, que continua ocorrendo em alta velocidade. O senhor acredita que grandes partes daquela área, como indicam previsões pessimistas, venham a se transformar em desertos?**

**Salzano** - Isso vai depender de nós, da sociedade brasileira. E como a Amazônia não é só brasileira, vai depender também das comunidades do Peru, da Colômbia e da Venezuela. Mas terá que haver uma mobilização para evitar que isso ocorra, mostrando aos órgãos mundiais que somos capazes de fazer a preservação para evitar essa história da internacionalização da Amazônia.

**JU - O Brasil não tem, efetivamente, conseguido estancar os crimes ecológicos na região. A possibilidade de uma intervenção internacional é visível no horizonte?**

**Salzano** - Não digo que seja visível, mas considerando que há muita gente interessada na Amazônia, e como intervenções internacionais ocorrem todos os dias... Se os Estados Unidos intervêm no Iraque e em outros países, por que não poderão agir da mesma maneira aqui?

**JU - Na hipótese de uma intervenção dos Estados Unidos, em sua opinião ela se daria para a preservação da Amazônia ou para a exploração dos recursos?**

**Salzano** - Pode ser que o objetivo aparente seja de preservação, mas como existem tremendas riquezas minerais lá, inevitavelmente isso terá outro tipo de desdobramento.

**Hartmann** - A ocupação internacional teria inicialmente uma justificativa de proteção ambiental. Mas depois eles fariam a exploração. Vemos agora o presidente Bush se manifestando contrariamente ao controle sobre a emissão de CO<sub>2</sub>, que causa o efeito estufa, e outros temas ligados ao meio-ambiente. A prioridade número um dos Estados Unidos não é a conservação, é o seu próprio desenvolvimento econômico. Se um dia eles chegarem a intervir na Amazônia, darão continuidade a esse projeto. O Brasil deve preservar a Amazônia, para o seu próprio benefício e o da humanidade.

**JU - Vamos para outro assunto, a questão da ética na pesquisa. Estamos vendo aqui que a pesquisa leva ao conhecimento que será utilizado pela economia. Não está na hora de o cientista começar a se preocupar com a ética da atividade econômica que vem depois de sua pesquisa?**

**Salzano** - A preocupação não é o problema, e do ponto de vista da biologia, então, nem se fala. Com o desenvolvimento da genética houve uma proliferação de centros de bioética e de comissões de ética nas universidades e instituições de pesquisa de todo o mundo. Não tenho dúvida de que há a possibilidade de uma interação que não seja destrutiva nem para os princípios éticos nem para a ciência.

Mas a aplicação do conhecimento não é um problema em si da ciência e sim um problema político e econômico. E aí, em geral, os cientistas são os últimos a poder dar palpites. Minha visão, nesse caso, é um pouco pessimista.

**JU - O cientista não precisa também saber fazer política?**

**Salzano** - Deve, como cidadão. Não pode é misturar as coisas. Como no caso dos transgênicos: não se pode misturar ideologia com o fato científico, forçando as coisas para um lado ou para outro. Como cidadãos, temos o dever de nos preocupar com esse ponto. O problema é a questão do poder. E o poder nunca vai estar com o cientista. Não na sociedade capitalista.

**Hartmann** - A sociedade brasileira está organizada em partidos políticos, que concentram a forma de decisão do país. A ciência é colocada a serviço da sociedade através dessa estrutura de poder. O cientista tem a opção de escolher linhas de pesquisa e, através disso, selecionar aquilo que considera mais adequado para a sociedade. Em projetos como o do Instituto do Milênio, os cientistas tiveram participação intensa na formulação dos problemas, mas as decisões de fundo são realmente dos políticos. A forma de atrair financiamento internacional para os projetos de grande porte, por exemplo, é uma decisão que foge aos cientistas. Nós nos adaptamos ao edital que foi publicado, buscando as aplicações sociais possíveis para tentar resolver problemas cuja complexidade foge à nossa capacidade de ação imediata. Mas acredito que os desenvolvimentos científico e tecnológico, principalmente se levados em conjunto, conduzem à melhoria das condições de vida. A ação política imediata, inclusive com influência mais marcante sobre os rumos da ciência e tecnologia, deve ser feita através da filiação a um partido político. Eu recomendo que os cientistas filiem-se a partidos políticos, para o avanço da ciência e tecnologia em prol da sociedade.

**JU - Foi divulgado recentemente um estudo da ONU sobre os avanços científicos e tecnológicos à disposição e a velocidade dos países em incorporá-los, estabelecendo-se aí o Índice de Desenvolvimento Humano. O Brasil ocupa uma posição similar a de países como Bolívia, Colômbia e Trinidad e Tobago. Pergunta: que peso tem, no Congresso, uma bancada que defenda uma postura mais efetiva do governo brasileiro diante disso?**

**Hartmann** - A questão se resume à busca do país pela modernidade ou não, um tema central para o futuro do Brasil. Podemos perguntar se aqueles que elegemos querem posicionar o país no primeiro nível internacional, ou estão satisfeitos com a maneira como o país está evoluindo. Uma bancada parlamentar que defenda o uso de ciência e tecnologia de uma maneira mais intensa, e a absorção dos avanços já disponíveis, depende daqueles que elegemos. Como esse estudo da ONU mostrou, o Brasil demora muito a absorver os avanços. Absorve de uma maneira pontual, mas não como país de grande porte que é. Precisamos de uma bancada forte e atuante nesse sentido, que tenha o objetivo de fazer com que absorvamos os avanços rapidamente.

**JU - A Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso tem cerca de 100 parlamentares. Um deputado que a integra nos disse que, na "cozinha" do Parlamento, as coisas que acabam tomando mais tempo são a chamada "miudeza". A verba deve ser repartida entre ciência e tecnologia, educação, desporto e cultura. Na hora de distribuir, a discussão fica às vezes muito mais no ginásio de esportes que vai beneficiar a comunidade**

do deputado xis, do que na área de ciência e tecnologia, onde os investimentos são muito grandes. Ele sugere que as universidades façam contato mais amigável, diz que o Parlamento só é procurado em momentos de crise.

**Salzano** - A SBPC agora estabeleceu um representante que vai ser pago para trabalhar junto ao Congresso, em tempo integral, fazendo a interação entre a comunidade científica e os parlamentares, como acontece nos Estados Unidos e em outros países. Essa pessoa vai assessorar e tentar influir, claro.

**JU** - A universidade pública brasileira tem algum mecanismo de controle para saber se equipes em instituições diferentes estão desenvolvendo pesquisas no mesmo sentido? Nesse caso, não seria melhor unir esforços, para que não se gaste recursos dobrados em projetos idênticos?

**Salzano** - Coordenar esforços em relação a isso é a razão de ser das pró-reitorias de Pesquisa e de Pós-Graduação. Mas eu acho que demasiado centralismo é perigoso. Fica complicado unir no mesmo grupo pessoas muito díspares, além do que isso também pode fazer com que idéias originais se percam. Deve haver um certo equilíbrio. De todo modo, essa tendência de interação é um dos objetivos do Instituto do Milênio. A formação de redes de pesquisadores, tanto em grupos desenvolvidos como em desenvolvimento, para tentar integrá-los e montar uma coisa única. Isso é igualmente verdadeiro para os megaprojetos do Genoma. São importantes, mas não devem nos afastar da questão de que a diversidade também é importante, tanto do ponto de vista ideológico como sócio-cultural.

**JU** - Como os senhores vêem a questão do financiamento à pesquisa no país?

**Hartmann** - Se for apontar problemas nesse sentido, destaco a descontinuidade. O montante de recursos a serem investidos depende dos governos e das disponibilidades. No Brasil, as empresas privadas financiam muito pouco o desenvolvimento científico-tecnológico. Tendem a comprar pacotes prontos no exterior e aplicá-los no país, o que é um problema sério para o nosso desenvolvimento continuado. Afora isso, o acesso a recursos existe, há uma estrutura organizada através dos órgãos de financiamento e depende da situação em que o pesquisador se encontra. Em instituições qualificadas e de grande porte, como a UFRGS, o trabalho de busca de recursos é mais facilitado. Mas, ainda assim, a descontinuidade é muito evidente. Quando o Brasil viveu a crise cambial, há cinco anos, simplesmente trancou. Muitos projetos aprovados não tiveram os recursos liberados, pesquisadores que estavam trabalhando viram repentinamente seus projetos interrompidos por dois ou três anos. A descontinuidade causa um prejuízo extraordinário, não se pode fazer pesquisa científica e tecnológica sem continuidade. Se o cientista ficar sem trabalhar um tema durante um ano, acaba levando outro ano para recuperar o que vinha sendo feito.

**JU** - E quanto aos projetos novos?

**Hartmann** - Coloca-se a seguinte questão: devemos fazer no país milhares de pequenos projetos ou fazer alguns poucos grandes projetos? Em minha opinião, o equilíbrio entre as duas opções é o correto. Dar oportunidade às várias instituições emergentes do país, para que consigam crescer, e ao mesmo tempo permitir às instituições e grupos de pesquisadores consolidados, como nós da UFRGS, que consigam avançar inclusive no nível internacional. A área de Genética, com o Salzano, já tem tradição nisso. Os físicos da UFRGS também

já são de nível internacional há um bom tempo e, junto com eles, no momento, a Geologia está chegando ao primeiro nível. Direcionar grandes projetos para alguns grupos é altamente benéfico, pois permite que eles alcancem o primeiro nível e se mantenham lá. A concentração de recursos em grandes projetos traz o acréscimo do efeito multiplicador que, inevitavelmente, acontece: as pessoas vêm fazer doutorado conosco, recém-doutores vêm trabalhar, espalhando o conhecimento científico e tecnológico pelo país e pela América do Sul e servindo como núcleos de crescimento de situações novas. Também vejo como muito adequados projetos que já vêm com o título do Instituto do Milênio – o Mar, o Semi-árido, a Amazônia –, direcionados para a solução de problemas brasileiros candentes, que estão a exigir investimentos de porte e que exigem multidisciplinaridade.

**JU** - Qual sua opinião a respeito?

**Salzano** - Se considerarmos a história da ciência no Brasil e a história do financiamento à pesquisa no país, veremos que houve, sem dúvida, um progresso considerável. Venho acompanhando isso há quase meio século, fui um dos primeiros bolsistas do CNPq no Rio Grande do Sul. Entre o que estava acontecendo na época da criação do CNPq e da Capes, em 1951, e o que existe hoje, é um passo fantástico. Outra característica importante do Brasil na América Latina é sem dúvida a formação de recursos humanos. Houve um salto tremendo, especialmente nos últimos dez anos, na parte de iniciação científica, que, mais ou menos, complementou o que já vinha sendo feito na parte da pós-graduação. E isso é único. Na Argentina praticamente não existe bolsa de iniciação científica e o mesmo vale para o México, para ficarmos nesses dois países que podem se comparar ao Brasil em termos quantitativos. Especialmente no Governo Collor houve uma crise muito grande, mas já se fez bastante e acho que somando e diminuindo, nestes últimos três, quatro anos, houve recuperação. Paradoxalmente, uma das épocas de ouro do financiamento à pesquisa no Brasil ocorreu durante a ditadura militar, no Governo Geisel, com forte inversão de recursos para ciência e tecnologia. Era a visão daqueles militares sobre a necessidade de um desenvolvimento autônomo, nacionalista, que foi prejudicada por uma série de fatores políticos. Mas neste momento eu seria otimista com relação ao desenvolvimento dos centros brasileiros de investigação científica. Mesmo porque, se a pessoa não é otimista... não é cientista.

**JU** - Considerando o problema da descontinuidade destacado pelos senhores, e de a UFRGS muitas vezes não saber que parte lhe tocará no bolo a ser repartido entre as várias universidades, gostaríamos que se pronunciassem sobre a questão da infraestrutura. Se conseguirmos os equipamentos, por exemplo, como iremos mantê-los? E o que diz respeito ao pessoal também se insere aí. Enfim, como essas questões poderão influir na maior ou menor velocidade do avanço de suas pesquisas?

**Hartmann** - Claro que os funcionários estão todos com dificuldades, o salário nem sempre é justo. Há dez anos eu faço funcionar, sem nenhum funcionário, a microsonda eletrônica, um laboratório de um milhão de dólares. O Governo destina recursos deste porte para projetos como esse, e não destina nenhum funcionário. A administração da microsonda coincidiu com a época de não-contratações por parte do governo federal, de diminuição de vagas da universidade. Bem, conseguimos fazer funcionar o laboratório, em atuação conjunta



de Geologia e Física da UFRGS, com o trabalho de professores e pessoas contratadas por serviços. Nossa expectativa por laboratórios de grande porte é de que deveria haver um apoio de pessoal para trabalhar e desenvolvê-los melhor. Mas nos aspectos que dependem da UFRGS, temos tido todo o apoio possível. **Salzano** - Na parte da infra-estrutura devemos levar em conta a questão do país em geral. Realmente, não houve uma coordenação apropriada entre os programas maciços de formação de recursos humanos e o apoio concomitante aos grupos de pesquisa. Então, ocorreu uma defasagem grande, ocasionando inclusive a ida de muitos jovens pesquisadores para o exterior, principalmente para os Estados Unidos — coisa que ainda não foi interrompida. Corremos o perigo de repetir a Índia, que desenvolveu um tremendo esforço de formação de recursos humanos, e praticamente todos os elementos qualificados do programa estão agora no exterior. Para que os programas produzam resultados, o planejamento deve ser uma preocupação constante do governo brasileiro.

## Maria Inês Schmidt



**“Cada vez mais vivemos por controle remoto”**

*Professora do Departamento de Medicina Social da UFRGS, Maria Inês Schmidt coordena o curso de pós-graduação em epidemiologia. Cautelosa, não faz previsões sobre seu projeto. Mas afirma: “Acho que estamos no caminho certo”. Entrevista a Clóvis Ott.*

AGOSTO 2001 - EDIÇÃO N.º 43

**Jornal da Universidade - Fale sobre o seu projeto.**

**Maria Inês Schmidt** - O nome do nosso projeto é *Diabetes e doenças cardiovasculares — da molécula ao social*. A idéia inicial do projeto foi a de reunir pesquisadores da nossa instituição em rede de pesquisa nas áreas de diabetes e doenças cardiovasculares. Sabe-se, hoje, que há uma série de semelhanças, não só nas causas como na evolução dessas doenças. Estudar essas semelhanças é uma estratégia importante, não só para gerar mais conhecimentos sobre a causa dessas doenças, mas também sobre seu tratamento e prevenção. Há uma situação que chamamos de síndrome metabólica, que é um processo comum, tanto na causalidade do diabetes como na das doenças cardiovasculares, e que é fonte para idéias terapêuticas mais efetivas. Tivemos a coincidência feliz de contar com 14 pesquisadores na nossa instituição trabalhando, exatamente, nessa área de investigação. A idéia deste projeto foi a de juntar esforços de vários grupos de pesquisas do CNPq, cada um deles com seus projetos (por exemplo, o Pronex), organizando-os em uma rede de colaboração com novas metas e objetivos.

**JU - Quais os países que, desatados os avanços no tratamento do diabetes e das doenças cardiovasculares, e na ligação entre as duas, estão mais avançados nesses estudos ou em realizações?**

**Schmidt** - Hoje é difícil dizer porque muitos estão trabalhando em projetos “colaborativos multinacionais”. Países como Estados Unidos, Inglaterra, França, têm uma produção científica muito grande. Mas também há outros países e regiões que não costumamos lembrar. Por exemplo, a Escandinávia e, em especial, a Finlândia. Eu gosto de usar o exemplo da Finlândia por que ela tem contribuído muito no avanço do conhecimento sobre o diabetes e as doenças cardiovasculares. É um país que tem o tamanho aproximado do Rio Grande do Sul. A produção científica deles é muito grande, tanto no diabetes como nas doenças cardiovasculares, tanto na pesquisa básica como na pesquisa aplicada.

**JU - Dá para comparar nosso trabalho com o que é desenvolvido por eles, em termos de avanço ou de produção?**

**Schmidt** - Em primeiro lugar temos que falar sobre os recursos para pesquisa disponíveis, lá e aqui. Como os recursos para pesquisa no Brasil são escassos, acho que, relativamente, produzimos muito. Por exemplo, terminamos um estudo que nos custou, ao longo dos anos, em torno de 400 mil reais. Nos Estados Unidos, estudo semelhante recebeu um financiamento de 4 milhões de dólares.

**JU - Como se faz uma boa prevenção do diabetes?**

**Schmidt** - O estudo que fazemos aqui é muito inspirado no estudo finlandês. Inclusive, eles farão uma parceria conosco no trabalho de prevenção do diabetes em mulheres. A mulher, quando engravida, por uma série de razões de prevenção de problemas na gravidez, vem mais ao serviço de saúde, onde se faz toda uma avaliação de risco, não só com a gravidez, mas com o futuro da mulher. Então se identifica, exatamente, numa fase precoce da vida, quem são aquelas que estão em risco de fazer diabetes no futuro. E a partir da gravidez, se acompanha a paciente em coisas absolutamente simples e se faz a prevenção do diabetes. Esse estudo finlandês mostrou que, em cinco anos, eles conseguiram reduzir, significativamente, a incidência de diabetes. Nós queremos reproduzir esse mesmo resultado. Eles desenvolveram o projeto de

uma forma bem mais dispendiosa, aplicada em homens e mulheres, que é a de fazer um rastreamento na população e, a partir daí, identificar quem são os de risco. O que nós queremos é aproveitar o que já foi feito nessa detecção nas mulheres de risco, uma situação que chamamos de rastreamento oportunístico, ou seja, o levantamento já estava sendo feito por outra razão e se aproveita a oportunidade para, também, identificar uma situação nova de risco. Faremos um projeto semelhante àquele, mas aplicado às mulheres. Há outras formas que estão sendo desenvolvidas com fármacos. São fármacos que melhoram a ação da insulina, um dos problemas mais sérios no diabetes que tem início na vida adulta (diabetes tipo 2). Se a insulina não consegue agir adequadamente, o pâncreas manda cada vez mais insulina mas, quando ela chega ao órgão alvo, não consegue fazer surtir o seu efeito. Por isso, a sua ação não é adequada. Há alguns remédios que melhoram a ação da insulina. Esse tipo de intervenção na prevenção do diabetes está sendo tentado em vários estudos internacionais. Mas estamos mais interessados em trabalhar com coisas simples, como um programa educativo de atividade física regular no trabalho, no lazer. Ao longo dos anos, estamos diminuindo a nossa atividade física. Cada vez mais vivemos por controle remoto. De ano para ano, a atividade física se reduz um pouco mais.

**JU - Isto de viver por “controle remoto” se reflete, especialmente, nas crianças de agora, que passam os dias à frente da televisão, com games ou Internet. O que há de novidade na prevenção e no tratamento do diabetes infantil?**

**Schmidt** - Esse hábito sedentário das crianças de hoje aumenta seu risco de se tornar diabético quando atinge a idade adulta, hoje chamado de diabetes tipo 2. Em relação ao diabetes infantil, hoje chamado de diabetes tipo 1, o que está sendo considerado como uma promessa é o enxerto das ilhotas pancreáticas. Em um enxerto bem sucedido, as ilhotas conseguem secretar insulina, evitando as injeções diárias de insulina. Eu diria que ainda estamos engatinhando nesse empreendimento. Mas é a promessa de maior relevância dentro do diabetes tipo 1. Há também um estudo internacional, tentando a prevenção do diabetes tipo 1. Os resultados deverão estar disponíveis no próximo ano.

**JU - O seu grupo tem contato com o Instituto da Criança com Diabetes?**

**Schmidt** - Sim. O criador do Instituto e seu atual presidente, o endocrinologista Balduino Tschiedel, é amigo e colaborador dos pesquisadores do projeto. A ênfase aqui é para o diabetes tipo 2. Mas o diabetes infantil, ou tipo 1, é uma área na qual também queremos trabalhar. Queremos trabalhar com a prevenção das complicações do diabetes tipo 1.

**JU - Como as recentes descobertas na área do genoma vão influenciar nesse trabalho?**

**Schmidt** - Existem muito avanços e se tem uma expectativa muito grande do que poderá ser feito com todo esse conhecimento, que é revolucionário, dentro da área da pesquisa em saúde. Mas acho que, ao mesmo tempo em que houve avanços, houve frustrações.

**JU - Quais foram os avanços e quais as frustrações?**

**Schmidt** - O avanço conquistado foi o de se ficar conhecendo “o esqueleto”. Agora precisamos entender como as coisas funcionam. Estamos apenas no início de uma longa jornada. Para o futuro, um avanço previsto é o da terapia gênica. Outro potencial avanço é a identificação de genes associados a uma

determinada complicação para prever o risco de desenvolvimento de tal complicação e, assim, investir no tratamento preventivo com maior intensidade. Por exemplo: no diabetes tipo 1, alguns fazem complicação e outros não. Então, por que se faria um tratamento intensivo e rígido a todos se são apenas alguns que têm mais propensão à complicação? Marcadores genéticos podem nos apontar aqueles que requerem um tratamento mais intensivo. Assim, a identificação de genes associados ao desenvolvimentos das doenças e às suas complicações podem nos auxiliar a nortear as terapias a serem adotadas.

**JU - A senhora falou nos avanços. E quanto às frustrações?**

**Schmidt** - As frustrações apareceram porque o caminho não é tão simples como o imaginado. Nos últimos anos, houve uma expectativa muito grande na liberação dos dados de pesquisa para identificação dos genes do diabetes tipo 2. Na prática, os estudos não mostram resultados semelhantes. Ainda estamos à procura dos locais, das regiões dos cromossomas onde, potencialmente, estariam os genes mais relevantes no desenvolvimento do diabetes.

## Carlos Tucci



### A água e o ambiente

*No Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Carlos Eduardo Morelli Tucci coordena pesquisas sobre drenagem urbana, engenharia sanitária e meio-ambiente. Diz ele: "A tendência do poder público é buscar a água cada vez mais longe. Mas esse 'mais longe' dentro em pouco não existirá mais". Entrevista a Clóvis Ott.*

AGOSTO 2001 - EDIÇÃO N.º 43

**Jornal da Universidade - Fale sobre seu projeto.**

**Carlos E.M. Tucci** - O projeto que estamos desenvolvendo tem como título *Água no Meio Urbano*. No Instituto de Pesquisas Hidráulicas estamos desenvolvendo pesquisas, desde os anos 70, nos terrenos de drenagem urbana, engenharia sanitária e meio ambiente. Grande parte desse projeto tem sido, desde aquela época, trabalhado em separado. Porém, muitas vezes, alguns, foram examinados em conjunto. O projeto trata de aspectos do esgotamento sanitário, da qualidade da água para abastecimento e, principalmente, de um dos focos principais da realidade brasileira que são os resíduos sólidos da drenagem urbana, onde encontramos, mais recentemente, um grande impacto sobre as cidades. Este tipo de projeto é inovador. Nos últimos anos, temos trabalhado em planos diretores de drenagens, de esgotamento sanitário e buscamos, hoje, dar uma visão mais sustentável para cidade sob o ponto de vista ambiental. Quando se desenvolve um ambiente urbano, gera-se uma grande quantidade de impactos devido a essa urbanização. Primeiro, se concentra uma grande quantidade de população no mesmo espaço e a infra-estrutura, na medida em que esse desenvolvimento ocorre, acaba sendo insustentável quanto ao esgotamento sanitário e à drenagem urbana. O que acontece hoje no ambiente de drenagem? As cidades, ao impermeabilizarem o solo e acelerarem o esgotamento, através da canalização, criam enchentes no ambiente urbano. A própria população gera um aumento de vazão, porque a água que infiltrava antes não infiltra mais, passando a escoar pela superfície. Este aumento de volume chega a aumentar a vazão de pico, a mais crítica, em até 6 a 7 vezes.

**JU - Está gerado o impasse. Quanto mais se desenvolve um ambiente urbano, mais complicado fica o aspecto da drenagem.**

**Tucci** - Esse tipo de problema está gerando uma insustentabilidade geral nas cidades brasileiras. Então, tem que se voltar às origens e procurar fazer com que o escoamento não se dê o mais rápido possível, mas que a água encontre espaço para se infiltrar e armazenar em áreas naturalmente inundáveis, ou seja, voltar às suas condições naturais. Para isso se pode trabalhar tanto o ambiente local, das residências, dos loteamentos etc, como também na macrodrenagem. A busca deste novo enfoque procura minimizar esse impacto quantitativo. Mas, junto com o impacto quantitativo, também há o impacto qualitativo. A água pluvial carrega uma grande quantidade de poluentes que já vêm com a chuva, pois o ar também está poluído e, ao lavar as superfícies urbanas, traz metais e graxas, junto com o resíduo sólido do lixo que ela carrega. Este conjunto também gera um impacto ambiental significativo nos rios circunvizinhos às cidades, somando-se ao esgotamento sanitário, que é coletado mas não é tratado. O somatório disso gera um ambiente extremamente poluído e insustentável para a população, à medida em que a cidade vai crescendo.

**JU - O que o projeto busca?**

**Tucci** - O projeto busca encontrar soluções inovadoras para minimizar esses impactos relacionados com a água no meio urbano e, principalmente, os impactos ambientais. Costumo mencionar que esse impacto todo gera um ciclo de contaminação. Essa contaminação atingirá os mananciais aonde se busca a água e, com o tempo, o manancial que era seguro deixa de ser. Passa, então, a gerar e potencializar a chance do surgimento de doenças na população, ou

seja, nós mesmos criamos uma contaminação do nosso manancial. E aí se vê que a tendência do poder público é ir buscar a água cada vez mais longe. Esse "mais longe", dentro em pouco, não existe mais. Mas, ainda sobre o projeto: nosso grupo de pesquisa tem uma boa parceria com as prefeituras de Porto Alegre, de Caxias do Sul, e até de fora do Estado, no sentido de desenvolver projetos nos últimos anos. Principalmente, no caso de Porto Alegre, o Plano Diretor de Drenagem Urbana. Em Caxias do Sul, terminamos, recentemente, o Plano de Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana. Temos parceria com a sociedade. Organizamos o 1º Seminário de Drenagem Urbana do Mercosul e o 5º Seminário Nacional de Drenagem Urbana. Estamos concorrendo para organizar a 7ª Assembléia Científica da International Association of Hydrologic Science, do qual sou vice-presidente. Estamos também para ser credenciados como um centro da Unesco em drenagem urbana.

**JU - É possível que se chegue, pelo menos a médio prazo, a um considerável grau de limpeza dos mananciais próximos às nossas grandes cidades (Guaíba, Sinos e Gravataí, por exemplo) mesmo como o grau de contaminação que atingiram?**

**Tucci** - Há trechos de rios onde se tem uma grande contaminação que não é doméstica ou pluvial mas, também, industrial, que é o caso do rio dos Sinos. Obviamente que se chega, implementando uma fiscalização adequada e a obrigatoriedade, às indústrias, a chegarem a um nível de qualidade aceitável na eliminação dos seus detritos. Muitos rios do mundo inteiro foram recuperados em função da pressão ambiental e da fiscalização. O grau de qualidade que se deseja deve ser analisado caso a caso, em razão das fontes de contaminação. Das fontes orgânicas, que é a tradicional do esgoto doméstico, se consegue tratar, praticamente, tudo obtendo-se uma água de boa qualidade. Das fontes industriais se tem, também, uma capacidade de tratar, percentualmente, quase toda.

**JU - E nas zonas de garimpo?**

**Tucci** - Bem, aí já é outro problema. E muito sério. Não se pode deixar um poluente, como o mercúrio usado em garimpo, chegar ao rio. Ele se aloja no sedimento e vai, acumulativamente, ser uma fonte de contaminação. O peixe come aquele material do fundo, onde está agregado este componente e, quando ingerido, passa a ser a fonte por onde o poluente chega ao ser humano. Cada caso deve ser analisado como a quantidade ou viabilidade de investimentos para recuperar e tornar aquela água potável, ou o ponto de usar aquela água para uso, ou ainda para ter um meio ambiente adequado.

**JU - Voltando ao projeto: o senhor mencionou "soluções inovadoras". Pode citá-las?**

**Tucci** - O projeto, por si só, atacará aspectos do desenvolvimento de experimentos de "trincheiras de infiltração", áreas que são escavadas e fazem com que o escoamento superficial, que iria para o sistema de drenagem, seja armazenado e se infiltre para dentro de uma trincheira deste tipo. Estamos estudando o funcionamento deste dispositivo, que poderá vir a ser utilizado, por exemplo, no projeto de um condomínio. Outro dispositivo é o pavimento permeável, que pode ser usado em residências, passeios e, mesmo, na área de rolamento de avenidas, em determinadas condições. Isso também já foi experimentado. Construiremos algumas áreas com pavimento permeável para analisar o seu funcionamento, suas condicionantes ao longo do tempo e a sua aplicabilidade. Já foram feitos alguns experimentos no Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH).

Isto, hoje, é uma prática em alguns países do mundo desenvolvido, em que são usados pavimentos permeáveis nos estacionamento, nos passeios etc. Nas cidades francesas são usados até para o rolamento das ruas e existem equipamentos para desentupí-los. Recuperam as condições de infiltração existente no ambiente e reduzem o impacto sobre o meio ambiente da cidade. O projeto também vai trabalhar na avaliação da quantidade e da qualidade das águas pluviais e orgânicas de certas sub-bacias dentro da cidade, no conjunto de tecnologias para recuperar um bairro degradável, na sustentabilidade de residências em pequenos bairros, no sentido de controlar problemas na fonte. Ou seja, estudará e trabalhará várias componentes do problema como resíduos sólidos, sedimentos produzidos na cidade, quantidade de água cloacal gerada e seus condicionantes, condicionantes do escoamento quantitativo e qualitativo pluvial, enfim, todos os aspectos que, de alguma forma, impactam o meio ambiente e que podem produzir o ciclo de contaminação.

**JU - O senhor falou em fiscalização: só fiscalização, basta? Isso tudo não é, também, problema cultural, de educação?**

**Tucci** - Claro. Acho que há dois componentes no processo. Há muitos anos, quando se cortava uma árvore, não havia reação. Hoje, não se pode nem pensar em cortar uma árvore, que toda a sociedade denuncia e protesta. Na medida em que a população for entendendo o quanto cada componente do sistema é importante (o lixo depositado na drenagem, a impermeabilização, entre outros) e o impacto que representa, ela será sua aliada pois, dificilmente, qualquer governo, qualquer sociedade, terá capacidade para fiscalizar os impactos distribuídos pela cidade. Na medida em que a população entender quais são esses impactos e no que isso resulta, será uma aliada no processo. Da mesma forma como aconteceu no caso dos desmatamentos. Na área urbana, a impermeabilização é um grande impacto. Só que a população não entende que alguém que está impermeabilizando uma parte da bacia urbana, (despejando lixo, plásticos, pneus e, até, móveis velhos), está produzindo aquela enchente que ocorre lá adiante, na casa de alguém. Acho que a educação é fundamental. O indivíduo que joga lixo na drenagem, se for à Europa ou aos Estados Unidos, provavelmente obedecerá as regras de higiene. Lá tem muita gente vendo o que ele estaria fazendo de errado. Entende que é errado e, além disso, há uma multa, em geral acima de 500 dólares. Esta é a grande diferença. A falta de educação nesse processo é muito grande, e temos que começar a mudar isso. O papel da mídia é muito importante. O exemplo disso é o recente racionamento de energia. Alguém poderia imaginar que se conseguiria todo esse racionamento, rapidamente? Claro que foi pela força da mídia que as pessoas começaram a entender. É possível alcançar bons resultados com educação. E comunicação.

**JU - Concorda com aquelas campanhas nas quais se afirma que “a água vai acabar”?**

**Tucci** - Há dois enfoques. Acabar em que sentido? A água não está mudando. O clima não varia tanto, ao ponto de se dizer que a água vai faltar. Muda, sim, a quantidade da água disponível que existe hoje. Pode ocorrer é que se passe por um período mais seco ou mais úmido, essas variações no clima são esperadas. O que, também, pode acontecer quanto à falta de água, é o aumento excessivo de pessoas num mesmo lugar, o que leva ao limite da capacidade de disponibilidade existente, como acontece na região metropolitana de São Paulo e seus

17 milhões de pessoas. E, aumentando a demanda, ao mesmo tempo foram reduzidas a disponibilidade e a qualidade da água. Degradou-se a qualidade da água que havia. A crise pela falta de água está relacionada com esses dois aspectos: o aumento do número de pessoas e a diminuição de qualidade, se não houver um investimento. Quais as políticas desenvolvidas até agora? As de chegar a níveis altos no atendimento do abastecimento urbano, mas quase sem nenhum tratamento do esgotamento sanitário, que contaminará mananciais. É preciso que haja os dois componentes. O baixíssimo investimento do passado em tratamento de esgoto está tendo, como resultado, a redução da quantidade, em termos da qualidade da água, ou seja, vai reduzindo a disponibilidade porque a água vai se degradando. As crises também podem ocorrer com o aumento de demanda de diferentes usos. Isso está relacionado com cada local, com cada região. Por exemplo: pode haver um conflito no uso da água em regiões onde ocorre uma altíssima demanda para irrigação. A irrigação representa 60 ou 70% do consumo de água do país.

**JU - Mas a irrigação não pode ser compreendida como um uso da água que se reverte em produção de alimento? Assim, não seria vista, exclusivamente, como um gasto mas, também, como uma troca?**

**Tucci** - Numa determinada região se pode entrar num *stress* de falta de água se esta for usada, somente, para irrigação e não atender ao consumo da população. Há um limite de disponibilidade em um determinado espaço. Não se deve esquecer que a disponibilidade da água varia no tempo e no espaço. Posso chegar na região semi-árida do São Francisco, ou seja, suas sub-bacias que contribuam para o rio, e dizer que lá tem água. Na média, tem. Mas no período seco, não. Se não chover por seis meses, os rios secam. Na média, parece que estas bacias têm água, mas não têm. A quantidade de água varia muito no tempo, dentro do ano e entre anos, pois pode haver um ano mais úmido ou mais seco. O que se tem que analisar, em cada caso, é como ficam essas demandas. Não adianta usar toda água para a irrigação e não se ter o que beber. E, da mesma forma, não adianta usar tudo para beber e não ter o que comer. É preciso haver uma ponderação da situação. Em termos de recursos hídricos, a população tende a ter um raciocínio simplista, mas o raciocínio é muito mais complexo. Envolve variações no tempo e no espaço com relação à disponibilidade e ao uso da água. A população se acostumou sempre como se a água fosse uma dádiva de Deus e que nunca se deve ter um custo por isso, quando, na realidade, tem. Toda a infra-estrutura desenvolvida no passado (o que aconteceu na Europa), foi feita com dinheiro barato. Hoje em dia, a água está ficando cada vez mais cara. Não há mais subsídio no processo. Então, a tendência é que o preço dessa infra-estrutura vai aumentar. O que acontece é que sempre fomos acostumados a pagar muito pouco por isso. No momento que este mesmo processo passa a ter um valor econômico e custos maiores, começa a haver uma reação mais contrária ao pagamento.

**JU - Simplificando: na sua opinião, estamos, mesmo, caindo na privatização da água?**

**Tucci** - Não necessariamente. Cada sociedade tem que escolher o seu melhor caminho.

**JU - Qual o melhor caminho para a sociedade brasileira?**

**Tucci** - Aquele que tenha o atendimento adequado à ela. Adequado a quem está pagando. Se é a privatização ou se é a manutenção da estatização, deve ser analisado. Os dois sistemas têm problemas. Cada um deles deve ser eficiente o bastante para atender seu objetivo principal, que é a sociedade. Vamos encontrar ciclos que vão e voltam, de privatização e de estatização. Qualquer das opções, com o tempo, pode piorar se não houver um constante dinamismo no seu empreendimento, seja o sistema que estiver em vigor.



## Evgen Bavcar



**“Tenho só uma pequena lâmpada  
eslovena para iluminar o mundo”**

*“Para mim, os cegos representam o único grupo que ousa olhar o sol diretamente nos olhos.” Esta afirmação ajuda a entender a personalidade e o sentido existencial de Evgen Bavcar, o fotógrafo cego, nascido em Eslovênia há 55 anos, que esteve em Porto Alegre para a inauguração de sua mostra de fotos A Noite, Minha Cúmplice, no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS). Bavcar perdeu o olho esquerdo aos 10 anos, perfurado por um galho de árvore, e o outro, aos 11, na explosão de um detonador de minas com o qual brincava. “A perda da visão do olho direito veio aos poucos, com a passagem dos meses, como se se tratasse de um longo adeus à luz”, recorda. E a perda da visão fez com que eu descobrisse a realidade do terceiro olho.” Hoje, Bavcar vive em Paris e, além de fotógrafo e cineasta, é doutor em História, em Filosofia e em Estética, encantando as pessoas, tanto pela erudição quanto pela simplicidade e pelo bom-humor. Ele fala esloveno, servo-croata, inglês, francês, italiano, espanhol e já começa a se expressar em português, como mostrou na entrevista a Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do Jornal da Universidade. A entrevista teve a participação de Elida Tessler, do Departamento de Artes Visuais da UFRGS.*

SETEMBRO 2001 - EDIÇÃO N.º 44

**Jornal da Universidade - O senhor não acha aborrecido ter de responder sempre às mesmas perguntas?**

**Evgen Bavcar** - Isso é interessante, porque sou obrigado a criar, fazendo variações, para não dar sempre as mesmas respostas. A pergunta, invariável, é: como você faz as fotos? Não quero responder a isso, porque não é importante como faço as fotos, e sim por que as faço. Não se pode perguntar a um artista, ou mesmo a qualquer pessoa, como ela faz amor. Esse é um problema íntimo. Da mesma forma, como faço as fotos é um problema íntimo. Faço, sobretudo, com um equipamento fotográfico. Que não foi criado por um cego, nem por um homem que não tinha a mão esquerda, mas por uma pessoa normal.

**JU - Desde quando o senhor fotografa?**

**Bavcar** - Comecei bem jovem, tinha uns 16, 17 anos. Minha irmã, Maria, comprou uma Zorki 6, câmara russa muito popular, que era uma imitação da alemã Leica. E eu quis fotografar uma garota de quem gostava muito, na escola. Levei o filme para um fotógrafo e quando ele revelou disse que as imagens eram um milagre. Lembro que marquei o diafragma 8, a velocidade talvez 60.

**JU - Como decidiu se tornar fotógrafo?**

**Bavcar** - Gosto de coisas proibidas. Um dia, por exemplo, já cego, eu quis dirigir uma moto. Meu tio tinha uma *scooter* italiana, e como eu sabia conduzir muito bem bicicleta, pensei que poderia conduzir também a moto. Naquele dia, meu tio ficou um pouquinho embriagado e pedi que me emprestasse a moto para dar uma volta num gramado grande que havia – não poderia andar numa rua, claro, pois seria muito perigoso. Naquele gramado, eu poderia conduzir a moto em primeira velocidade, sem problema, andando em círculo. Continuo gostando de motos, muitas vezes dirijo uma Honda 250 na Alemanha e uma Yamaha 500 em Paris, sempre na primeira marcha. Gosto disso como uma coisa proibida.

**JU - Isso de dirigir motos, fotografar, fazer coisas específicas de pessoas que enxergam, não seria uma inconformidade, uma rebelião contra a cegueira?**

**Bavcar** - Sim, mas também uma compreensão da cegueira. Todos os fotógrafos precisam de um quarto escuro, devem revelar seus filmes em uma sala escura. E toda a minha vida é uma sala escura, eu sou uma sala escura, usando uma máquina por onde entra a luz. Por que não poderia fazer fotos? Isso não é uma provocação e sim um desejo interior de fazer imagens.

**JU - O senhor se considera mais um fotógrafo ou um filósofo?**

**Bavcar** - As duas coisas juntas. Preciso da filosofia para defender meu trabalho, a filosofia me ajudou muito a conhecer as pessoas e poder fazer a universidade. Em Lubliana, os filósofos sempre foram mais tolerantes com os cegos do que os historiadores. Fiz licenciatura em História e fui o primeiro professor cego em uma escola para pessoas normais, a mesma escola onde fiz o curso primário. Mas a filosofia sempre me interessou imensamente.

**JU - Como foi sua infância?**

**Bavcar** - Vivi minha juventude no pós-guerra. As crianças não tinham brinquedos, somente os fuzis, a munição, as armas que sobraram da guerra, eram esse os nossos brinquedos. Eu conhecia todos os fuzis alemães, italianos, russos, todos. Não conhecia muito bem os detonadores de minas, e isso foi fatal para mim. Mas minha infância foi muito bonita, como todas as infâncias, apesar de ter sido influenciada pela guerra. Lembro que eu e meus amigos brincávamos

de ser os nazistas alemães, os partisans de Tito, os fascistas italianos e tudo isto. Nossas brincadeiras eram assim. E éramos também soldados austríacos, pois os mais velhos nos contavam histórias da Primeira Guerra. Fui um general austríaco, fui um comandante dos partisans iugoslavos...

**JU - E na adolescência?**

**Bavcar** - A adolescência foi muito difícil, pois quanto fiquei cego todos os amigos se afastaram, partiram, exceto dois, um que se tornou teólogo e outro que permaneceu em minha cidade natal. Eu recebia poucas visitas, foi uma adolescência solitária, um pouco triste. Então, comecei a estudar literatura, línguas, estudar, estudar muito.

**JU - Como fazia para estudar?**

**Bavcar** - Aprendi a escrita braille no hospital, pois quando um de meus professores percebeu que eu não teria mais possibilidades de ver, me trouxe uma professora de braille. Quando saí do hospital já conhecia bem a escrita braille. E depois também era a época do magnetofone, que trouxe novos tempos para os cegos. Eu recebia livros da Alemanha, em alemão, alguns livros da Itália e outros da Suíça, em francês. Isto foi muito importante para que eu me abrisse para o mundo. Comecei a estudar italiano já como terceira língua, pois minha primeira língua era o esloveno e a segunda, o servo-croata. Depois vieram o alemão, o francês e as outras.

**JU - Por que, depois de se formar em História, o senhor resolveu estudar Filosofia?**

**Bavcar** - Um amigo me disse: é interessante que você estude a história, mas é melhor que estude a filosofia, porque os filósofos são as pessoas mais abertas, mais abertas que outras. Fui o primeiro estudante cego de filosofia em Lubliana. Filosofia é importante porque os filósofos fazem as perguntas. Para os filósofos, a cegueira não deve ser um problema. Pode ser um problema, mas menor que os outros. Na filosofia e no teatro gregos encontramos muitos cegos, por exemplo.

**JU - A Eslovênia integrava a Iugoslávia no período soviético. O senhor teve algum problema político na época?**

**Bavcar** - Eu poderia fazer todo um mês de conferências, sem preparar-me muito, sobre a Iugoslávia, porque conheço tudo. A primeira coisa que me recordo desse período foi sobre o *inform buro* (polícia política). Não porque tenha visto, pois foi em 1948, mas porque meus amigos me contavam. Um velho amigo, que já morreu, passou nove meses em uma prisão porque escutara na Rádio Trieste, da Itália, a notícia de que Tito partira de Belgrado e que o governo também partira, quando Tito se opôs a Stalin. Isto está muito vivo em minha cabeça, e me recordo muito bem de quando, em 1956, os húngaros pediram ajuda nossa diante da invasão das tropas soviéticas. Minha cidade situa-se a 200 quilômetros da fronteira com a Hungria. Lembro de ouvir no rádio o pedido de ajuda dos húngaros. Depois, em 1968, fui convidado pelo exército da Iugoslávia para cantar as canções dos partisans, com meu acordeão, durante a invasão da Tchecoslováquia. Foi muito perigoso para a Iugoslávia, porque Tito se colocou ao lado de Dubcek e os russos mandaram 25 divisões blindadas para as nossas fronteiras. Acompanhei a ocupação da Tchecoslováquia pelo rádio. Tudo isso foi muito presente para mim na história da Europa, não é uma coisa abstrata. A Iugoslávia tinha uma certa independência. Também fiz críticas a Tito, mas ele foi um grande empecilho contra Stalin, isso se deve reconhecer.

Fui amigo de seu fotógrafo oficial e ele me disse que Tito era um homem muito inteligente. A autogestão iugoslava foi uma tentativa do sonho não realizado do socialismo. De todo modo, sempre tive um pouco de reserva, pois o problema era o sistema. Durante um ano fui membro do Partido Comunista, mas como não paguei as mensalidades, acabei excluído. Era um dissidente econômico... E por que me convidaram a entrar para o Partido? Porque fui um excelente aluno na escola, não pela convicção política.

**JU - Como o senhor avalia a extinção do império soviético, o desmembramento da Iugoslávia e a conseqüente independência de seu país?**

**Bavcar** - A independência da Eslovênia não deve ser compreendida da maneira tradicional. Se um povo, uma nação, quer existir, deve haver um Estado. Se não há um Estado, não há uma identidade internacional. Isso é tudo. Podíamos ser eslovenos e falar esloveno em nossa república na Iugoslávia, mas no estrangeiro éramos iugoslavos, o que não significa nada. A Iugoslávia era um Estado, e como tal, mais importante que as identidades culturais das nações que a formavam. Se digo que sou esloveno é porque a língua de minha mãe é o esloveno, porque minha cultura de origem é eslovena. Nossos ancestrais nasceram como austríacos, depois se tornaram italianos, depois iugoslavos, até que, finalmente, estamos podendo ser eslovenos.

**JU - O senhor aprovou a deposição e agora o julgamento internacional do ex-ditador iugoslavo Slobodan Milosevic?**

**Bavcar** - Muitas pessoas na Iugoslávia foram ingênuas com Milosevic, no início, quando ele começou a assumir o poder. Mas penso que essa corte de Haia, que não é bem uma instituição internacional universal, age como um governo mundial e isso não é bom. Penso que todas as nações devem ser envolvidas em um processo de conscientização para os direitos humanos, e isso inclui a nação sérvia, para que ela própria leve Milosevic aos tribunais. Porque se Milosevic é levado a um tribunal internacional na Holanda, isso significa que os sérvios não são um povo democrático nem são capazes de julgá-lo. E eu não acredito nisso. Acho que todos os povos têm um senso de moral e de direito, porque pertencem à mesma civilização. Por que uns seriam melhores que outros?

**JU - O senhor é um esloveno, um europeu e um cidadão do mundo. O que diz disso?**

**Bavcar** - Sou um cidadão do mundo somente quando posso também ser esloveno e depois europeu. Se o mundo não reconhece minha pequena identidade, não posso ser um cosmopolita. Acho que todas as culturas devem ser reconhecidas. Por exemplo, a riqueza do Brasil é a diversidade, do mesmo modo que a riqueza da Europa é a diversidade. Se tudo for igual, não me interessa.

**JU - O senhor considera que sua fotografia é eslovena, européia, ou não teria uma nacionalidade? O brasileiro Sebastião Salgado, por exemplo, fotografa aglomerados humanos e pessoas na América Latina, na África e na Ásia, principalmente. É uma fotografia documental que se identifica com o terceiro mundo e o que ele tem de mais dramático. Já sua fotografia tem uma característica de arte plástica.**

**Bavcar** - Eu situo um problema universal, que é o da luz e das trevas. Neste problema entra também a Eslovênia porque é o único país que eu vi com os olhos físicos, de onde me ficou uma recordação da luz. Para mim, a Eslovênia é o espelho universal do mundo, mesmo que seja um pequenino espelho, um quase nada. Se quero, por exemplo, ver uma mulher brasileira, morena, antes

de tudo lembro de uma menina de minha terra natal, que era morena. Depois, devo transformar essa menina morena, devo dar a ela os presumíveis traços típicos de uma mulher brasileira, o cabelo... Mas o arquétipo, o modelo primitivo, é a menina eslovena. Que se torna universal. Outro exemplo: a partir da igreja de minha cidadezinha, uma igreja pobre, não muito bonita, não muito interessante, não exclusiva, devo construir todas as igrejas, Notre Dame, de Paris, a basílica de São Pedro, de Roma, a catedral de Nossa Senhora, de Dresden, todas. Então, aquela minha pequena igreja se torna universal. Devo falar esta linguagem para entender o demais, e esta é minha parte cosmopolita. Cosmopolita pela necessidade de uma recordação da luz, de minha identidade metafísica eslovena. Não sou esloveno somente pela língua e pela cultura, mas também pela luz. Não sou um esloveno tradicional, um nacionalista, nada disso, nasci lá por fatalidade e foi o único lugar onde vi a luz. E com essa pequena luz eslovena devo iluminar todo o mundo. É uma pequena lâmpada mas a única que possuo, por isso ela é tão importante.

**Elida Tessler - Lembro uma vez, Evgen, que tu me falaste que todas as imagens, todas as paisagens, advêm da tua última visão através da janela do hospital. Me parece que isso está em tuas fotografias, a tentativa de reprodução de uma paisagem vista pela última vez. Nesse sentido, todas as fotos que ofereces ao olhar do outro são paisagens, não importando se são pessoas, se são objetos ou se verdadeiras paisagens no campo.**

**Bavcar** - Esta janela é, na verdade, minha primeira janela para todas as coisas.

**JU - Como o senhor consegue "ver" as fotos, depois de feitas?**

**Bavcar** - Com as palavras dos outros. Para mim, as fotos pertencem a uma *inutile beauté*, uma beleza inútil. Não sou um consumidor direto, e isso me dá a força da transcendência imediata. O escritor e crítico de arte inglês John Berger comparou minhas fotos com as pinturas feitas nas tumbas do Egito. Minhas fotografias não foram criadas para as tumbas – para minha tumba sim, porque não as vejo –, mas para os olhares físicos dos outros. Nesse sentido, ligam-se à minha transcendência somente como idéias.

**JU - Pode-se dizer que o senhor fotografa através dos olhos dos outros? É isso que o leva a fotografar algo ou alguém?**

**Bavcar** - Minhas fotografias só existem para mim enquanto existem para os outros. A palavra de outros olhos me conta a realidade física de minhas fotografias. Conheço somente suas realidades conceitual e espiritual, reveladas por meu terceiro olho, com o qual eu fotografo.

**JU - O senhor também faz cinema. A fotografia é estática e o cinema uma seqüência de imagens em movimento. Como o senhor trabalha com essa diferença?**

**Bavcar** - Vi somente dois filmes em minha infância: *Branca de Neve* e um *western*. Como disse um teórico austríaco, o cinema é fotografia em movimento. Então, eu começo a imaginar fotografias que se movem. Mas me lembro também desses dois filmes. É difícil para mim fazer contatos com pessoas do cinema porque existem muitos preconceitos, não encontro produtores. Então fiz alguns filmes por minha conta, pois quero fazê-los com minhas palavras, não com as palavras dos outros. Além disso, todos os cegos do cinema padecem das imagens-clichê e não gosto disso. Sou contra, porque é mais fácil mostrar o cego como um *voyeur* comum. E eu sou um *voyeur* absoluto, essa é a diferença. Veja aquele filme que ganhou a Palma de Ouro em Cannes, *Dancing in the Dark* (*Dançando no Escuro*),

de Lars von Trier. Todos os jurados neste caso, devo dizer, foram muito cegos. O filme é puro clichê sobre os cegos, um melodrama *kitsch*.

**JU - Luz e sombra, o preto e o branco, são as motivações básicas de sua fotografia. Considerando que sua última visão foi uma paisagem colorida, por que o senhor não faz fotos em cores?**

**Bavcar** - Porque as fotos em cores são muito caras, sobretudo se for fazê-las em grandes dimensões. De todo modo também posso fazer fotos em cores, conheço as cores. Mas a cor é muito complicada. Quer dizer, posso estudá-la em um sistema matemático, de espectro físico, e nesse caso é fácil. Você me diz: eu te dou tantos por cento de azul e tantos por cento de amarelo, e então posso combinar rapidamente a cor na minha cabeça. Isso com a cor em sistema físico, mas não a cor como matéria. Sei disso porque tenho amigos pintores, e fazer as cores como matéria é mais difícil do que fazê-lo com a cabeça. Esse é o problema. As cores me acompanham sempre, apenas prefiro, quando alguém me descreve, por exemplo, o azul do Sena, que me diga que é um azul com tantos por cento desta ou daquela cor.

**JU - O senhor está cego há 44 anos, tempo em que muitas coisas mudaram, em que novas formas apareceram. Como faz para compreender, ou para ver formas que nunca viu?**

**Bavcar** - Sei disso tudo, mas devo conhecer somente as coisas muito importantes, porque não posso entrar em todos os detalhes. Não posso estudar todos os cartazes de Paris, não me interessa isto. O que me interessa é a maneira como se faz isto. Sei que há muita luz em Paris, iluminando as ruas e os prédios, mas o que me interessa é o sistema, as coisas principais. Devo trabalhar com modelos muito primários, de base. Por exemplo: vi fotos de Brigitte Bardot, quando era menino, e ela era belíssima, com aquela boca fantástica. Lembro também de fotos de Sophia Loren, Gina Lollobrigida, Liz Taylor com grandes olhos, Greta Garbo, Marlon Brando...

**Elida - Tu podias aprofundar essa questão das coisas essenciais para os teus sistemas de compreensão do mundo? Hoje falávamos de nossa afeição por objetos e me disseste coisas que acho interessante retomar aqui, sobre teu apego por objetos e sobre os objetos mágicos que tens como essenciais.**

**Bavcar** - Com estes objetos, eu devo criar uma nova realidade. Por exemplo, o filme de Kubrick, *2001, Uma Odisséia no Espaço*. No fim, são 20 minutos de uma cascata de cores. Para compreender isso, devo imaginar as cores da Eslovênia, fazer uma síntese dessas cores e colocá-las em movimento para sentir Kubrick. É uma nova realidade. Mas se não existe um objeto de base para a construção de outras coisas, não posso construir nada. Outro exemplo: compreender uma pintura é algo muito complicado se não possuo um sistema de construção da totalidade interior. Os mesmos quadros que existem na exterioridade devo transportar para minhas galerias interiores. Vi uma reprodução da Gioconda em branco e preto. Mas não devo acreditar naquele olhar de menino, porque para um menino aquela pintura não era muito bonita. Devo olhar esta pintura com os meus olhos de hoje, e aí ela se torna outra coisa. Aquele olhar de menino é somente uma pequena base para a possibilidade de outras imagens. Um amigo me disse um dia que, para descrever uma pintura para mim, a pessoa deve ser muito inspirada, deve ter as palavras certas para fazer com que essa

pintura entre em minha alma. Um exemplo típico: pedi ao atual diretor do Museu do Louvre, especialista em John de La Tour, que me descrevesse sua pintura. Perguntei: “Mas como é a cor vermelha de La Tour?” Ele respondeu: “É um vermelho como vermelho de tijolo”. E meu amigo disse que eu não deveria acreditar nessa descrição porque não é um vermelho de tijolo, e sim um vermelho de tijolo quando o sol se põe. A descrição inspirada faz uma diferença enorme. Mas, muitas vezes, prefiro que me leiam um poema sobre uma pintura do que uma descrição dela.

**JU - O senhor também é poeta? Pergunto isso porque muitos de seus textos têm uma marca fortemente poética.**

**Bavcar** - Obrigado. Na França dizem que sou muito sentimental, que sou um sentimental eslavo por ser muito lírico. Esse lirismo é um pouquinho esloveno, a parte lírica é muito típica das pequenas nações ameaçadas na História. E para os franceses, que são muito racionais, sou demasiadamente sentimental. E sou mesmo, não tem problema.

**JU - Quais são os seus poetas preferidos?**

**Bavcar** - Tenho muitos. Fernando Pessoa é um deles. Lorca, outro. Por causa dele fui estudar espanhol. Gosto de Mayakowski e de vários novos poetas russos e gregos. Enfim, são muitos.

**Elida - Qual foi a estrutura de base que te levou a reunir as 50 fotografias expostas no MARGS, em Porto Alegre?**

**Bavcar** - Quis mostrar um pouco de minha obra em geral e também algumas fotografias inéditas, como as de série “A Transcendência”. Quis incluir as duas fotos com jogadores de futebol, que recordam minha outra vinda ao Brasil. Lembro que estava andando de carro em Belo Horizonte e a rádio transmitia um jogo de futebol. Adorei quando o locutor gritou “gooooooooooool”, um grito tão longo que dava para atravessar uma ou duas ruas, e me veio à memória o futebol na antiga Iugoslávia, que também é muito folclórico, como no Brasil. As fotos de nus pertencem à série de um trabalho sobre a mortalidade. Não faço fotos de moças nuas pela simples nudez, obviamente. Não para mostrar o corpo mas a mortalidade. Quando Adão e Eva compreenderam que estavam nus, compreenderam também que haviam se tornado mortais.

**Elida - Fale das fotos da série “Infância”, que têm as bonecas, a caminha do bebê...**

**Bavcar** - Essa é uma história um pouquinho sentimental. Quando éramos crianças, minha irmã tinha só uma boneca para brincar. E eu também brincava com esta boneca, antes de começar a brincar com os fuzis. Depois, minha mãe dizia sempre: “Que lástima que tu não continuaste brincando com bonecas”. As fotos de bonecas representam os olhares das crianças. Penso que os fotógrafos devem também fazer fotos para as crianças, porque se não se faz nada para os olhares das crianças, não se pode recordar de sua própria infância – e, em arte, uma condição *sine qua non* é sempre a infância. A infância não conhece restrições, normas, coisas proibidas.

**Elida - Eu queria destacar o alto grau de generosidade do Egven para com a exposição em Porto Alegre. Porque as fotos inéditas que ele mencionou não são quaisquer fotos. Ele ter ido a Minas Gerais e fotografado o barroco brasileiro é uma coisa muito significativa. Ele vem da Europa e traz de lá o seu olhar, a sua versão para os santos barrocos brasileiros. Pela primeira vez estas fotos estão sendo vistas, nem os mineiros**

**nem os europeus as viram ainda.**

**Bavcar** - Não tive muito tempo para trabalhar bem Ouro Preto. Eu gostaria de ter dedicado duas ou três semanas, todas as noites, mas não pude. Meu trabalho é uma manufatura fotográfica, com longas sessões todas as noites.

**JU - E o senhor também estudou música...**

**Bavcar** - Sim, durante 12 anos estudei acordeão, violino e um pouco de violão. Fui quase um virtuose no acordeão. Gosto muito da escola de Viena e meu trabalho de bacharelado foi sobre Beethoven. Mas a música não me interessa muito como modo de expressão porque foi sempre uma imagem clichê dos cegos, aquela coisa do cego tocando acordeão em uma rua histórica...

## Evando Mirra



**“O que se quer é gestão compartilhada em ciência e tecnologia”**

*Uma nova instância para o planejamento estratégico, acompanhamento e avaliação de investimentos em ciência e tecnologia começa a entrar em cena no país. Fundado durante a realização da recente Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em setembro, em Brasília, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) será constituído por uma ampla representação de atores envolvidos no processo – comunidade científica, setor empresarial, agências governamentais. Tem como seu primeiro presidente o mineiro Evando Mirra, que deixou a direção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para se dedicar à delicada missão de construir esse espaço de interlocução e ressonância, fundamental no processo de racionalização das decisões sobre o destino dos novos recursos trazidos ao setor pelos fundos setoriais. Em rápida passagem por Porto Alegre, no dia 18 de outubro, para participar de sessão solene em homenagem aos 50 anos do CNPq, na Assembleia Legislativa, Evando Mirra concedeu esta entrevista à jornalista Arlete R. de Oliveira Kempf, do Jornal da Universidade, e ao pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, Carlos Alexandre Netto.*

OUTUBRO 2001 - EDIÇÃO Nº 45

**Jornal da Universidade - Como surgiu a idéia de criação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos?**

**Evando Mirra** - A idéia e a necessidade de criação desse Centro surgiu primeiro ao longo de um esforço nacional, um esforço coletivo de criação dos fundos setoriais. A idéia de criação dos fundos setoriais era motivada, em primeiro lugar, pela necessidade de trazer um volume maior de recursos para o custeio da pesquisa. Mas nós queríamos algumas outras coisas nesse processo. Em primeiro lugar, uma forma que ajudasse a captar recursos e desse a eles mais estabilidade. Historicamente, no país, nós sofremos tanto com o volume de recursos insuficientes para ciência e tecnologia, quanto pela instabilidade de repasse desses recursos. Nós queríamos agregar mais recursos e procurar fazê-lo de uma forma mais estável. E além disso, nós queríamos um processo que envolvesse mais os segmentos da sociedade, em especial aqueles mais diretamente associados à questão de ciência e tecnologia. A origem do centro está associada a isso.

**JU - Como o senhor avalia o esforço de fomento à pesquisa no país, nas últimas décadas?**

**Mirra** - No plano federal, quando analisamos o investimento em fomento e custeio das atividades de pesquisa – e isso é diferente do investimento em qualificação de recursos humanos, na medida em que em recursos humanos foi possível se fazer um investimento crescente – vemos que o CNPq concedeu cerca de 680 mil bolsas ao longo de sua história, sendo que nos primeiros 20 anos não foram 10 mil. Depois vai crescendo e, nessa década, foi praticamente metade dessas bolsas. Então, conseguiu-se manter um ritmo de crescimento que foi importante para a construção de nossa comunidade científica e tecnológica. Mas se examinarmos o custeio da atividade de pesquisa, ao longo dos últimos 20 anos, percebemos que ele oscilou em torno de 300 milhões de reais – em valores do ano 2000, ao longo de todo esse período. Sucederam-se, à frente dos órgãos de ciência e tecnologia, as maiores inteligências, as pessoas de maior prestígio político, líderes da comunidade acadêmica, do setor público, do setor político - e com grande empenho - grande competência, e ainda assim não foi possível quebrar esse bloqueio. Por outro lado, nós temos também, já historicamente, o diagnóstico de que ciência e tecnologia não foram ainda plenamente absorvidos pela sociedade brasileira enquanto estratégias rotineiras comuns de inserção social, de combate à pobreza, de geração de riqueza, de geração de emprego, de formas de se tornar a vida mais rica e mais interessante.

**JU - E isso aconteceu por quê?**

**Mirra** - No fundo talvez essas duas coisas não sejam independentes. Quer dizer, a própria dificuldade de se fazer com que se consiga um aporte maior de recursos talvez esteja relacionada também com a pouca compreensão que foi possível construir de todo esse embate. De tal forma que a nossa preocupação ao tentar construir essa nova forma de agregar recursos era indissociável desse esforço no comprometimento maior da sociedade brasileira com todas as etapas do processo, desde a gestação do empreendimento à tomada de decisão em todos os níveis e finalmente à locação de recursos e à apropriação dos resultados de pesquisa.

**JU - Como foi desenvolvido esse processo em relação aos fundos setoriais ?**

**Mirra** - Foi um esforço mutirão, de caravana pelo país, que contou, em primeiro lugar, com a compreensão das universidades e dos reitores – as universidades foram parceiras desde o primeiro momento. Nós nos reunimos várias vezes, em especial nos encontros organizados pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Tivemos um trabalho constante com os reitores, com os pró-reitores de pesquisa e pós-graduação, que são os parceiros imediatos e também aqueles com quem vamos construir diretamente estratégias de agora na gestão do Centro. Mantive encontro com 40 sociedades científicas e fiz várias reuniões com a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências (foram três grandes reuniões, além de outros contatos, para discussões rotineiras). O ministro Sardenberg foi incansável nesse processo. Ele organizou cafés da manhã, primeiro com os deputados e senadores – foram 40 cafés da manhã. Reuniu-se com empresários em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Minas. Estive em várias associações profissionais, no Instituto Brasileiro de Siderurgia, na Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional do Petróleo, enfim, com todos esses atores.

**JU - E o que resultou de todos esses contatos?**

**Mirra** - O que foi ficando claro para a gente é que talvez aquilo que nós estávamos fazendo como um evento, como um acontecimento, como uma estratégia de luta, talvez devesse ser feito de forma permanente. Talvez fosse necessário que a gente criasse um foro, um espaço permanente de interlocução com esse leque enorme que envolve secretários de Ciência e Tecnologia, as fundações de amparo à pesquisa, as universidades, tanto através dos reitores, como dos pró-reitores de pós-graduação e de pesquisa, os pesquisadores (organizados das mais diversas maneiras, pela Academia Brasileira de Ciências, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pelas sociedades científicas), as sociedades tecnológicas como a Associação Brasileira das Indústrias de Pesquisa Tecnológica (ABIPT), a Associação Nacional de Entidades de Tecnologias Avançadas (Anprotec), a Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei), os setores políticos, todos esses atores do sistema. É claro que esse espaço poderia ser um espaço já existente. Poderia ser feito pelo próprio Ministério de Ciência e Tecnologia ou outros. Mas talvez houvesse vantagens em ter um novo ator no sistema que não tivesse a missão de executar o fomento, de fazer a pesquisa, e que fosse encarregado especificamente de conseguir esse espaço. A segunda grande vertente dentro da qual foi se criando a idéia de que o Centro poderia ser uma estratégia importante foi a entrada em cena dos primeiros fundos. Ora, desde o início, à medida que a estratégia ia dando resultado, nós percebíamos que havia grandes méritos nos fundos, pelo fato de trazer recursos para o sistema, mas essas primeiras experiências mostraram, de uma forma absolutamente clara e luminosa, nosso despreparo para fazermos face a essa nova situação.

**JU - O senhor poderia explicitar isso melhor?**

**Mirra** - No momento em que uma agência faz a alocação de recursos, dentro de sua lógica, ela goza de uma certa soberania. Conquistado um orçamento, preservado um certo valor, ela opera segundo a sua cultura, segundo as suas regras, dentro de um espaço de relativa soberania. Nesse caso, nesse novo espaço de interlocução, agência e os agentes têm de renunciar a isso. Eles têm que

estar dispostos a acolher ali outras lógicas, a expressão de outras necessidades que não as suas exclusivamente. Os primeiros estudos mostraram que a gente não conhecia ainda esses papéis. A forma de conceber a avaliação dos projetos, por exemplo, ela é muito distinta. Uma agência como o CNPq tem toda uma história riquíssima de construção de critérios rigorosos, severos para examinar a qualidade dos projetos. Nós desenvolvemos uma forma excelente, rigorosa, cuidadosa, de padrão internacional de avaliação da qualidade, embora a gente não tenha tido o mesmo sucesso, ainda, em formas de avaliação da relevância. É óbvio que é preciso conjugar esses fatores. O que o exercício dos primeiros fundos mostrou foi isso. É preciso explicar o seguinte: todo o fundo tem uma forma de gestão que é colegiada. Cada fundo é administrado a partir de um comitê gestor no qual estão representado Ministério de Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Financiadora de Estudos e Projetos, o ministério de tutela daquela área que gera esses recursos, as entidades que congregam os setores empresariais na área, a comunidade científica, através de uma escolha feita a partir de indicações feitas pela SBPC e Academia Brasileira de Ciências. Os atores centrais no processo já estão ali envolvidos, mas chegam a esse fórum com hábitos, culturas e itinerários muito distintos. Em especial, porque no país não se fez ainda esse caldo cultural que torne permanente a convivência desses parceiros em interlocução, em saudável divergência, na construção de convergências e protocolos. Isso ficou muito claro. Não é surpreendente. Temos pouca experiência disso.

**JU - Há alguma explicação para essas dificuldades de convivência entre esses diversos setores?**

**Mirra** - Em realidade, o país operou uma situação que é única no mundo, não tem similar em nenhum outro país do planeta. É o fato de ter construído um parque científico de altíssima competência, que apesar de todas as dificuldades históricas de construção, progrediu a uma velocidade cada vez maior. Um país que há 50 anos não estava no mapa internacional do conhecimento, que 40 anos atrás não estava entre os maiores produtores de conhecimento, que 30 anos atrás estava abaixo dos 30, agora está em 17º lugar em volume de produção classificada internacionalmente como elite. É um país que não formava doutores, que pela primeira vez, em 1990, ultrapassou mil doutores formados e está formando seis mil doutores agora, colocando-se próximo do Canadá e Itália, em capacidade de formação de pessoal de alto nível. Um indicador do crescimento da comunidade científica, da transformação do empreendimento científico é a presença no cenário internacional de cientistas brasileiros, cada vez mais freqüente, nos comitês editoriais das melhores revistas do mundo, na direção das associações científicas internacionais. Isso já é um fato e isso continua a se desenvolver. Esse é um lado da história. O outro lado é que o Brasil tem sido consistentemente, ao longo dos últimos 30 anos, um dos dez países do mundo com o volume de produção industrial tecnológica mais importante. A novidade sem similar, sem precedente, é que, no Brasil, esses foram dois sistemas essencialmente paralelos. Enquanto a construção do sistema empresarial e a construção da inteligência de pesquisa e relação de conhecimento nos países centrais se fez sempre em interlocução – são culturas distintas, mas que se desenvolveram com diálogo, em ressonância –, no Brasil os processos foram

amplamente isolados. Não é de se surpreender que, ao colocarmos atores que não construíram historicamente os hábitos de convivência, haja dificuldades culturais nessa construção. Isso acentuou fortemente o desejo de que a gente se dotasse de uma instância com essa missão explícita, que é uma missão de interface, uma missão de construção dessa interlocução em estado permanente. **JU - Especificamente, como funcionará o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos ?** **Mirra** - Tivemos recentemente em Brasília a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo MCT. Foi essencialmente um processo amplo de escuta da sociedade, de tentativa de construção de protocolos de entendimento e de criação de uma base política suprapartidária, que dê visibilidade ao significado, à importância da geração de conhecimento, à importância da ciência e tecnologia na sociedade contemporânea e seu significado para o país. Aquilo que foi realizado como um evento na Conferência, nos parece que deva ser realizado como um processo permanente, portanto, o Centro terá essa missão. Por isso que se pensou em criar essa instância, que socialmente é encarregada primeiro de ter permanentemente, sistematicamente, um olhar para o futuro. Uma de suas finalidades, de seus eixos de trabalho, será a prospecção e a realização de estudos estratégicos, numa busca permanente de respostas a essas perguntas, em qualquer desses campos: quais são as questões científicas de fronteira, como é que está se desenhando o novo caminho no campo científico? Simultaneamente, quais são as oportunidades tecnológicas que existem, como elas se desenharam no plano internacional para um país como o Brasil? Como a gente pode se inserir nisso? Não é o Centro que vai fazer esse estudo. Ele é mobilizador. A inteligência para fazer isso está nas nossas universidades, nos nossos institutos de pesquisa, está na comunidade. O desejo é que se faça um trabalho de articulação que permita que as respostas a essas questões estejam próximas dos centros de tomada de decisão. Que se possa informar os centros de decisão, como o Ministério de Ciência e Tecnologia e as próprias agências com esse trabalho permanente de visão e reconstrução da visão de futuro. É um trabalho a ser feito permanentemente, não é um processo divinatório, é um processo de construção de realidades, através de leitura das tendências das coisas que se passam. Essa é uma direção.

**JU - E a outra qual é?**

**Mirra** - A outra é acompanhamento e avaliação. Já existe um esforço nacional e existe em todas as nossas agências um acompanhamento em especial de resultados, numa dimensão primeira. Alguns programas incorporam isso até organicamente. Um programa de bolsas de produtividade de pesquisa do CNPq é feito sobre a continuidade da trajetória acadêmica, a trajetória de pesquisador. Faz com que a renovação da bolsa seja feita à luz da avaliação do que se passou, em relação ao que foi comprometido e ao que se esperava. Portanto é um processo em que há uma certa visão. Nós já temos constituídos no país vários esforços localizados. Eles nos autorizam a sonhar com conquistas maiores, mas são insuficientes. É preciso saber ler os programas. É preciso aprender a medir o impacto desse trabalho na sociedade. É uma questão que deve ser conduzida como aquilo que os químicos chamam de autocatalise, é um processo que deve se retroalimentar positivamente. A medição do impacto deve nos ajudar a dar visibilidade ao significado real que tem a ciência e tecnologia para o país. No



Brasil hoje já se produz com um nível de qualidade, com volume de produção muito maior do que é percebido pela sociedade. E esse conhecimento já tem um impacto nas nossas vidas maior do que é percebido. De modo que um trabalho de avaliação de impactos deve ajudar a dar visibilidade e construir as funções de legitimidade daquilo que já é legítimo. Então é preciso caminhar em acompanhamento, em avaliação.

**JU - Como o Centro vai trabalhar a realidade dos desequilíbrios regionais?**

**Mirra** - No Brasil a distribuição de competência para trabalhar em ciência e tecnologia ainda é extremamente desigual. Existe competência do mais alto nível em todo o território nacional. No entanto, a distribuição, em alguns desses lugares, ainda é muito rarefeita. Produz-se ainda em isolamento de grupos, em isolamento de pesquisadores, em alguns casos. E há uma forte concentração em outras regiões. O problema no Brasil é que se nós temos um projeto de Nação, o grau de desequilíbrio não pode ultrapassar um certo nível. É preciso que haja um patamar mínimo de entendimento, de compreensão, de trabalho em comum dentro da sociedade, para que a gente possa efetivamente pensar como Nação. O problema dos desequilíbrios regionais não é um problema da região, é um problema nacional, é um problema do país. E nós vamos encontrar alguma coisa equivalente até no plano supranacional. A União Européia, ao construir os seus protocolos de geração da união, um dos primeiros diagnósticos foi estabelecer qual era o grau de desigualdade entre os países. Para países como Grécia, Portugal, a própria Espanha, construíram-se estratégias comuns, eles receberam aportes maciços de recursos, não só nacionais, mas da própria União Européia como um todo. Porque a União Européia considera que, para que haja uma convivência politicamente sólida, é necessário que haja protocolos de entendimento funcionando, operando acima de um certo patamar. A nossa posição no Brasil é essa. Não é acreditar que se vai construir à força, ou por um desejo, uma igualdade que nunca existira antes. Mas é construir condições de que não haja um desequilíbrio desagregador. Os fundos setoriais, todos eles contemplam, à exceção de um deles, uma parte de todos os seus recursos para a redução de desequilíbrios regionais. Não se exclui que nos fundos haja estratégias diferentes, mas elas têm que ser escolhidas em conjunto. É preciso construir uma visão conjunta, definir quais são as ações conjuntas, quais são as ações específicas. Pela própria autonomia, quando os sistemas são organizados, é fundamental que haja um espaço de negociação, um foro de convergência, de interlocução. De novo é a missão do Centro.

**JU - O desenvolvimento tecnológico, utilizando-se dos conhecimentos produzidos pela pesquisa científica, é preocupação primordial dos países do mundo desenvolvido. Como será tratada essa questão?**

**Mirra** - Também é uma dimensão constitutiva do projeto de construção do Centro. A questão da inovação assumiu um papel que historicamente não tem precedentes. De certa maneira, a questão de organizar de forma mais produtiva a produção de conhecimento passou a fazer parte da agenda em todos os países desenvolvidos. Por isso, o Centro também terá como uma de suas funções a de ser um fórum de interlocução, dentro dessa dimensão específica que é a das estratégias de articulação entre a produção de conhecimento e a transformação desse conhecimento em bens e serviços úteis para a sociedade.

**JU - Que referências se pode tomar do plano internacional, atualmente, para abordagem prospectiva da questão da produção do conhecimento?**

**Mirra** - Em todos os países desenvolvidos, a questão da pesquisa, da produção de conhecimento representa uma atividade que é plural. É plural do ponto de vista da realização. O exemplo americano é confortável, mas poderíamos ir para a Europa Ocidental, para o Japão. No exemplo americano: há dez mil instituições de ensino superior, das quais 400 são instituições mais completas. Dessas 400, nós temos uma centena que são universidades no sentido pleno do termo. Quarenta delas formam 90% dos PhDs dos Estados Unidos. É plural no sentido de que se tem grandes centros geradores e indutores de conhecimento, que realizam uma matriz completa, como se tem centros com forte vocação específica, até outros sistemas híbridos e compostos. Enfim, nenhuma dessas dez mil instituições é indiferente à idéia de pesquisa, embora elas a incorporem e a executem de formas variáveis. Há institutos de pesquisa privados, públicos, mistos, de toda natureza. Então é uma atividade plural, do ponto da execução e do ponto de vista do fomento. Na Europa nós vamos encontrar a similitude nas ações de financiamento e também o aparecimento de observadores de ciência e tecnologia, que são instâncias que não fazem diretamente o fomento, mas que fazem a leitura, estão permanentemente com as antenas voltadas para tudo aquilo que está acontecendo. Elas interferem pesadamente no sistema. São nacionais algumas e agora a própria União Européia criou uma instância internacional que funciona em Sevilha, na Espanha. Esses são atores novos, essas espécies de agências que convivem com a questão da geração de conhecimento. O projeto do Centro de alguma forma é uma resposta brasileira a esse desafio que é internacional.

**JU - E na construção desse Centro, qual é o maior desafio?**

**Mirra** - Eu diria que a razão fundamental que justifica a criação desse Centro é o esforço para se construir uma gestão compartilhada. Isso significa que nós temos que aprender uma coisa que o mundo desenvolvido já está aprendendo rapidamente. É que o ator do sistema que chega querendo ganhar mais, necessariamente não significa que ele vai ganhar mais. Isso é verdadeiro no jogo de soma zero. Quando você ganha, você toma do outro. Mas isso não é verdadeiro se a junção dos atores significa que se multiplica o produto, que se gera uma riqueza maior. Eventualmente, do ponto de vista contábil, do ganho, é mais interessante que se tenha uma postura aberta, que se tenha capacidade de ouvir outras necessidades. Se eu tenho uma postura mais aberta eu também ganho mais. Essa é uma cultura muito nova para nós. Não há nenhuma culpa nisso, nenhum drama. Não foi essencialmente a maneira usual com que a gente trabalhou, embora tenha ocorrido obviamente em diversos espaços. Mas enquanto prática coletiva, de processo social, de gestão de ciência e tecnologia, não tem sido. E é preciso aprender esse papel. Uma gestão compartilhada é o eixo ou idéia central que dá sentido ao Centro. Estamos apostando e jogando fortemente no sentido de que a gente construa com a comunidade científica, com o setor empresarial, com os setores políticos, Legislativo e Executivo esse clima, esse protocolo. É um processo ao qual estamos nos lançando com entusiasmo.

**JU - Juridicamente, que forma terá o Centro e quais instituições estarão representadas nele?**

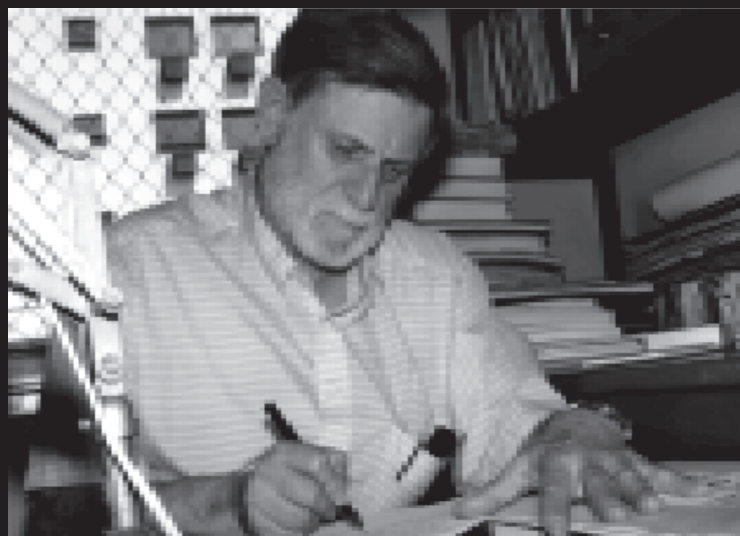
**Mirra** - O modelo do Centro evoluiu ao longo de sua própria viabilização. O que finalmente revelou-se viável, possível é um modelo híbrido. O Centro está sendo criado como uma fundação, uma associação civil de direito privado, mas que não tem fins lucrativos. Ela vai se qualificar para prestar serviços de natureza pública. Não gera dividendos, não distribui dividendos entre os seus associados e seus dirigentes. Tem uma natureza jurídica de sociedade privada e funções de instituição pública. Ele tem dois órgãos colegiados fundamentais. O órgão de presença cotidiana, que se reúne mensalmente, é um Conselho de Administração. Esse Conselho de Administração tem uma representação que vem do setor público, do setor privado, da comunidade científica e dos órgãos de gestão. Ele é composto a partir de indicação de personalidades de alta competência e legitimidade que emanem do sistema do MCT, com presença de representantes do CNPq, da Finep, da Capes (MEC), do Ministério de Desenvolvimento, do Ministério de Indústria e Comércio, da Academia Brasileira de Ciências, da SBPC, da Confederação Nacional da Indústria, do Fórum de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, do Fórum de Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados, do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, do Sebrae Nacional, da Confederação Nacional da Agricultura. São 15 pessoas, cuja escolha representa a presença desses diferentes setores e segmentos. A lógica dentro desse tipo de organização é que neste conselho que está todo o poder. É ele que elege a diretoria. A assembléia que criou a associação me atribuiu a missão de ser presidente da diretoria provisória, o presidente encarregado de implantar o Centro. É o Conselho de Administração que vai escolher toda a direção, o presidente efetivo, os diretores. Esse órgão, o Conselho de Administração, tem uma vigilância e uma postura de construção permanentes. Ele é assessorado por um Conselho Fiscal. Essas são as instâncias que estarão presentes imediatamente. Além disso, ele tem um Conselho Consultivo, ao qual o Centro de Gestão presta conta do que fez e apresenta a sua programação para o próximo exercício.

**JU - Quais foram as maiores dificuldades em tornar aceita a idéia do Centro?**

**Mirra** - As maiores dificuldades se localizaram internamente. O primeiro reflexo foi a idéia de aproveitar as instituições existentes, para que elas desempenhassem esse papel. A primeira dificuldade em realidade, foi adquirir clareza de que o imenso esforço de se criar uma nova instituição valia a pena ser feito. Pesou nesse fato uma coisa que é claro às pessoas de administração, que é a presença do novo ator no processo de mudança. Quando se tem resistências internas muito fortes a mudanças de cultura dentro de uma organização, trabalhar sobre elas para a sua modernização e seu crescimento pode não ser a maneira mais eficaz. Mas é possível fazer uma coisa mais rápida, se um novo ator entrar em cena. Esse novo ator não só embaralha as cartas de outra maneira, mas faz a idéia passar. Ao mesmo tempo em que se configurava o diagnóstico, havia também uma grande clareza do papel positivo de cada uma das culturas dos atores envolvidos. Quer dizer, a Agência Nacional de Petróleo tem toda a legitimidade, toda razão para querer formatar o programa com aquela cara que ela propõe. Mas isso não coincide necessariamente com a visão do CNPq. Cito um caso público. A Agência Nacional do Petróleo via que apenas três eixos do CTPetro deveriam ser explorados: produção, refino e distribuição. Uma agência como

o CNPq diria: certo, esses são os eixos principais e deveriam concentrar dois terços ou três quartos do esforço. A cultura do CNPq é diferente. Ela diz: se não se oxigenar o sistema, esse sistema vai ficar congelado. Portanto, por que não criar também estratégias de apelo universal que mobilizem outros segmentos? A questão do petróleo interessa à área ambiental, muda as relações de trabalho onde ela se instala, tem um impacto sobre políticas públicas, sobre saúde, nas regiões onde se instala, é objeto de terríveis embates de direito internacional, direito administrativo e direito comercial. A ANP tinha outro olhar. Alguém tem razão? Todos têm. Ninguém tem. É verdade, a ANP tem a sua missão clara, que é absolutamente correta. O CNPq vê a questão por um outro olhar, e está correto em fazer isso. A Finep vê de uma maneira diferente, enquanto empresa pública, cuja missão é estimular a inovação. Então, a idéia de que se pudesse trabalhar com um dos atores já existentes continha necessariamente um viés. Se se está fazendo uma opção, claro que há ganhos e também perdas. A opção de tentar uma estratégia nova só foi tomada depois de maduramente refletida, depois de as resistências internas vencidas, e acabou se cristalizando ao longo desse processo. Em seguida havia outra dificuldade inerente a qualquer idéia nova. Era percebida com uma certa desconfiança por todos os atores. Perguntavam: mas é realmente necessário? E essa pergunta tem que ser feita. E aí temos agora um trabalho, não de persuasão, mas de partilhar uma descoberta, relatar como a gente chegou a esse diagnóstico e como nos parecia que era necessário.

# Armindo Trevisan



## Armindo Trevisan, arte, amor e compaixão

*Quando Armindo nasceu, no dia 6 de setembro de 1933, o Bairro das Dores, em Santa Maria, ainda era ponteadado por matos de maricá e tinha até um buracão habitado por bruxas e outros seres assombrados, conforme contavam os vizinhos em conversas à luz das estrelas. O pai, descendente de italianos, e a mãe, descendente de eslovenos, vieram de Linha Três, colônia italiana que agora pertence ao município de Silveira Martins. Tiveram seis filhos: Hélio, que morreu ainda criança, de tifo; Armindo, que escapou por milagre; Teolide Maria, Leda Maria, João e Máximo José. Armindo é poeta e ensaísta, mas prefere definir-se como professor. Se dependesse dos direitos autorais dos 26 livros que já escreveu, não teria como sustentar a família, constituída depois que deixou para trás 12 anos de vida eclesial. No seminário teve uma educação primorosa, que o ajudou a tornar-se um scholar e brilhar, tanto em salas de aula de diversas universidades quanto no púlpito da catedral de Santa Maria. Deixou o sacerdócio, mas continua a pregar a palavra de Deus em ensaios e poemas, que levam anos para serem dados como prontos, como aconteceu com o livro "Como Apreciar a Arte", que, traz uma definição da emoção estética e uma metodologia de leitura da obra de arte, para que o leitor chegue em qualquer museu do mundo e entenda o que está vendo. Ele produz muito e gostaria de produzir mais. Só que, para isso, teria que aplicar a máxima do Padre Antônio Vieira: "Perdoe-me, vossa mercê, de ter sido longo, porque não tive tempo de ter sido breve." No ano passado, começou a escrever "As imagens de Cristo na Arte Ocidental", mas parou no quarto capítulo. Precisava de tempo para atender os cursos de história da arte ocidental, que vem dando há 17 anos, na tentativa de repassar aquilo que levou a vida inteira para aprender. Todo dia Armindo lê Camões, Pessoa, Shakespeare, Cervantes, Drummond, Cesário Verde ou Quintana. É a sua ração diária dos clássicos, à qual acrescenta uma ração menor, de poetas contemporâneos. Gosta de música erudita, mas não mistura as coisas: quando ouve música, não admite qualquer atividade paralela, nem mesmo a leitura. Mas também não abusa: ouve no máximo uma hora, uma hora e meia. Se é capaz de administrar seu tempo com disciplina virgínia – aprimorada no convívio com palatinos e dominicanos – não resiste a um bom papo, nem se nega a desfrutar a qualquer momento da grande alegria de estar vivo, atento e encantado, com pessoas, animais e coisas. Por seu carisma e por sua extensa obra, reconhecida no Brasil e no Exterior, Armindo Trevisan vem recebendo consagração dos críticos e dos leitores. Este ano, foi escolhido, patrono da Feira do Livro de Porto Alegre, que considera a maior feira do livro a céu aberto do mundo. Foi uma grande alegria ser reconhecido e homenageado pelo público durante os 15 dias em que circulou entre as barracas de livros, como conta agora ao repórter Ademar Vargas de Freitas.*

NOVEMBRO 2001 - EDIÇÃO Nº 46

**J**ornal da Universidade - Como foi sua experiên-cia como patrono da 47ª Feira do Livro?

**Trevisan** - Foi uma coisa especial, um ato de respeito. A vida de escritor é árdua e solitária. Muitos escritores e poetas morrem sem ter ouvido o povo – que vai herdar seus trabalhos – lhe dizer muito obrigado. Eu tive essa alegria. O povo gaúcho me deu um estímulo novo ao fazer esta homenagem, que para mim é simbólica e extensiva a todos os escritores do Rio Grande do Sul. Por minha vez, agradeço pelas manifestações comoventes que recebi do público.

**JU - O que, por exemplo?**

**Trevisan** - As pessoas vinham me cumprimentar, conversar comigo. Por exemplo, um operário, homem muito simples, que me reconheceu porque tinha me visto numa entrevista para a TVE, se aproximou e disse: “Quero lhe cumprimentar porque o senhor está fazendo muito pela cultura do Rio Grande do Sul. E o meu irmão, que é pedreiro, não perde uma palavra sua quando o senhor aparece na televisão. Chega a espichar os olhos”. E mostrou como é que o irmão espichava os olhos para a televisão. Isso me comoveu. Outro fato que me comoveu foi a manifestação de um casal de Uruguaiana, que veio à minha tarde de autógrafos e agradeceu por eu ter escrito o poema *Para ela*. Tinham lido o poema várias vezes, juntos, e tinham sentido muita emoção.

**JU - O que diz o poema?**

**Trevisan** - Diz assim: *Os nossos rostos serão os mesmos, porém tu / não responderás ao espelho que te interroga. / As nossas mãos serão as mesmas, porém tu / não apanharás, do mesmo jeito, uma xícara. / Os nossos olhos serão os mesmos, porém os teus / olharão para mais longe, para um outro azul. / Os nossos pés serão os mesmos, porém tu / caminharás vacilante, apoiada numa bengala. / Vendo-nos a sós, alguém dirá: “Estão juntos!” / Outros exclamarão: “O amor é um milagre...” / Nossos cabelos brilharão da mesma cor do leite, / e nossos corações saberão mais coisas, juntos. / Eu te olharei surpreso, como quem olha um rubi: / tu me olharás, serena, como quem fixa um leão. / Neste imóvel minuto, o mesmo riso brincarà / nos teus lábios e nos meus, como um pássaro perdido. / Talvez já não tenhamos a mesma paixão selvagem, / talvez os nossos corpos não ardam das mesmas chamas. / Mas será uma alegria ver os troncos reverdecem, / e a solidão convertida em trigal que o vento agita. / Enfim, eu te direi: “Valeu a pena! Foi uma aventura.” / Responderás, ainda mais bela: “Quem imaginaria?” / Riremos novamente. E os amigos dirão: / “Como são jovens! Acordam, sempre, do mesmo sonho!”*. Este poema está no livro *A Serpente na Grama*, editado este ano pela Mercado Aberto.

**JU - Como o senhor entrou para a vida religiosa?**

**Trevisan** - Fui seminarista dos padres palotinos, em Vale Vêneto, que hoje é um distrito de São João do Polêsine, a 30 quilômetros de Santa Maria. Nessa região se estabeleceu o segundo fluxo imigratório dos italianos no Estado, o primeiro foi na zona da serra. Desde pequeno senti uma atração pela vida eclesiástica. Vim de uma família católica, tive três tios sacerdotes e algumas tias religiosas. Mas entrei para o seminário numa idade em que, realmente, não tinha condições de assumir uma vocação.

**JU - Que idade?**

**Trevisan** - Eu tinha 11 anos quando fui colocado nesse ambiente recluso, porque o Seminário Menor dos Padres Palotinos fica no meio dos montes. Aí fiz

todo o secundário, como um guri normal, mas já ali fui impregnado de valores éticos como também culturais: se dava muito valor aos clássicos, se estudava línguas: italiano, francês, latim. Posteriormente, fui para o Seminário Maior, em São João do Polêsine, onde estudei Filosofia e Teologia. A teologia era mais escolástica, mais baseada na linha de São Tomás de Aquino, mas a filosofia era tradicional, levava em conta todas as contribuições da humanidade, de Kant, de Hegel. Isso me abriu um mundo de reflexão sobre a revelação cristã. Naquele tempo até havia diálogo, não muito desenvolvido, com as demais religiões.

**JU - Quando foi ordenado sacerdote?**

**Trevisan** - Fui ordenado muito jovem, com 24 anos. Isso também explica aquilo que eu dizia antes: houve um entusiasmo autêntico na busca dessa vocação, mas não houve uma avaliação efetiva do que isso implicava. Por exemplo, eu vivia sempre excluído das mulheres, nem via. No máximo via as cozinheiras.

**JU - Vivia num mundo masculino...**

**Trevisan** - Totalmente. Embora deva dizer – para refutar certos romances que tendem a falar levemente sobre tendências homossexuais nos seminários – que a sublimação religiosa era tão alta que não pude constatar casos desse tipo. Se houve, foram esporádicos e sem influência. Claro que havia também uma feliz combinação de vida ativa: trabalhávamos fisicamente todos os dias, havia muito esporte e muita solicitação intelectual.

**JU - Onde o senhor fez o doutorado?**

**Trevisan** - Terminado o curso, em 1959, recebi bolsa de estudo para me doutorar em Filosofia em Fribourg, na Suíça. Lá fiquei quatro anos, estudando especificamente a obra do grande filósofo judeu-francês Henri Bergson, sob o ponto de vista da criação cosmológica, psicológica, ética e estética. Estudei com os padres dominicanos, que me ensinaram a disciplina, o rigor intelectual. E tive a sorte de cair numa comunidade que tinha 25 chilenos pertencentes à alta aristocracia e burguesia de Santiago do Chile, convertidos ao cristianismo. Eles tinham um nível intelectual que me deixou atônito. Cheguei com fama de poeta, e curiosamente fui aceito como tal no próprio seminário. Era considerado poeta!

**JU - E sua vida de sacerdote?**

**Trevisan** - Fui um sacerdote normal. Só que os superiores me destinaram a ser professor de jovens que, por sua vez, queriam tornar-se sacerdotes, no Colégio Máximo dos Padres Palotinos, em Santa Maria. De maneira que exercia meu ofício pastoral, praticamente, só nos fins de semana. Acho até que mostrava certa capacidade, porque o então futuro bispo de Santa Maria, Dom Érico, acabou me convidando para pregar para os professores universitários e para os universitários, na missa das 11 horas, na Catedral de Santa Maria.

**JU - Era um destaque...**

**Trevisan** - Sim, e o mais curioso é que, mesmo depois da minha laicização, Dom Érico me dizia: “Se houver evolução na Igreja, espero te ver pregando novamente na minha catedral, porque tens um carisma que eu não tenho. Eu tenho o carisma da pastoral, mas o carisma do anúncio da palavra de Deus supõe qualidades intelectuais e criativas especiais”.

**JU - O sacerdócio mudou sua visão de mundo?**

**Trevisan** - Sim, o sacerdócio me deu uma visão ampla das necessidades espirituais das pessoas. Creio que me tornei mais sensível à fraqueza, à dor e, sobre-

tudo, à solidão humana, que é o que mais me inspira compaixão. Mas, minha vida religiosa foi normal, exercia todas as funções, inclusive a da confissão.

**JU - Alguma situação o tocou particularmente?**

**Trevisan -** Bom, uma coisa que me tocou – e que demonstrou a minha imaturidade – foi participar de momentos críticos, como a hora da morte de uma pessoa. Senti que para exercer a solidariedade com as pessoas eu tinha que ser mais calmo, mais sereno, até fundamentado na experiência cristã.

**JU - Por que resolveu deixar o sacerdócio?**

**Trevisan -** De repente, lá por 1969, 1970, senti que não tinha tido uma experiência básica, que era o conhecimento da mulher. Senti também que tinha vivido numa sociedade sem crianças. E concluí que tinha vocação de anunciador da boa nova de Cristo mas não tinha vocação para ministro celibatário. Embora tenha lidado bem com a abstinência sexual durante o tempo em que fui padre.

**JU - Algum fato precipitou sua decisão?**

**Trevisan -** Um dos golpes mais fortes que recebi foi quando – na Europa – um padre do rito oriental católico me pediu para ajudar a missa que iria rezar. Eu vi que esse padre estava acompanhado da filha, e pensei: olha aí, um padre católico, que pratica a mesma fé, os mesmos evangelhos, é casado, tem filhos, e ninguém faz objeções. Por que a igreja do ocidente não estabeleceu essa possibilidade, padres celibatários e padres casados? Então, resolvi pedir dispensa dos votos e voltar ao estado laical. Escrevi uma carta ao Papa – na época não havia as restrições que há agora, com João Paulo II – e em pouco tempo recebi a dispensa.

**JU - Foi difícil a saída?**

**Trevisan -** Não foi muito difícil porque meus amigos e meus superiores me apoiaram. Os ex-colegas me trataram com grande dignidade, razão pela qual só agora estou falando disso, durante muitos anos me recusei a dar entrevista sobre o assunto. Basta dizer que quando souberam que eu tinha pedido dispensa, conservaram meu quarto, não mexeram nas minhas contas bancárias – eu era professor da Universidade Federal de Santa Maria e ganhava por isso. Me receberam fraternalmente dizendo que eu podia levar o que necessitasse para minha vida laica. Eu disse que continuaria a lecionar e ia precisar dos meus livros. Eles disseram que eu podia levar não apenas os meus, mas todos os livros de que precisasse. E ainda me ofereceram uma soma em dinheiro, para eu começar a vida, o que recusei.

**JU - O senhor permaneceu em Santa Maria?**

**Trevisan -** Permaneci por alguns meses. Vi logo que não ia dar certo, eu estava muito ligado ao ambiente. Primeiro por minhas atividades, pois, como disse, eu até pregava na Catedral.

**JU - Como foi o seu início de vida civil em Porto Alegre?**

**Trevisan -** Minha inserção no mundo civil foi muito dura. Até então eu tinha vivido num ambiente eticamente muito elevado e a partir daquele momento comecei a descobrir as safadezas do mundo lá fora. Quem me ajudou muito nessa época foi o Erico Verissimo e a Mafalda, que tinham paciência comigo e me advertiam sobre os riscos. Conheci o Erico em 1958, quando ganhei o Prêmio Sagol. A amizade durou até a morte dele.

**JU - O senhor casou em seguida?**

**Trevisan -** Não. Eu ouvi os conselhos dos amigos e me dei um prazo de, no mínimo, quatro anos. Não sabia nem namorar e fui lentamente recuperando esse tipo de relação com as mulheres. Tive várias namoradas até que encontrei a Cleusa, com quem me dei bem e achei que podia constituir um casamento. Desse casamento, que foi tranquilo e feliz, com muito diálogo, nasceram duas crianças. A Melissa tem 25 anos, estuda Relações Internacionais e tem uma filha de seis, a Ingrid, que é o meu xodó. O Murilo tem 24 anos e estuda Administração.

**JU - O senhor se define como poeta?**

**Trevisan -** Eu me defino como professor, porque é dessa profissão que vêm os meus meios de subsistência. Além disso, foi essa profissão que me possibilitou dar minha contribuição social, minha parcela de serviço à sociedade. Porque a sociedade nos deu o alfabeto, a luz elétrica, a água encanada, as sinfonias de Beethoven, os quadros de Rembrandt... e nós temos que retribuir. Então, a minha profissão é o magistério, o qual tenho em alto conceito, mesmo nesses momentos duríssimos que provocam indignação pelo aviltamento social e salarial.

**JU - Que qualidades o professor deve ter?**

**Trevisan -** Acho que o professor deve ter duas grandes qualidades: competência e integridade. Tem que ser um estudioso em sua área, tem que ser inquieto, estar todo dia avançando por novas leituras, novos estudos, novas experiências. Tem que ter orgulho de sua competência. Pode não chegar ao ideal, mas tem que ter essa vontade de ser também o criador do material que deve transmitir. O aluno deve sentir que a aula que está recendo não pode ser encontrada em nenhum livro ou universidade do mundo. Isso é importantíssimo. Em segundo lugar, o professor tem que ter uma integridade absoluta. Por exemplo, se não sabe uma coisa – ele que é especialista – deve confessar: “Não sei, vou me informar”.

**JU - Isso não se aprende na escola...**

**Trevisan -** Isso é uma coisa seriíssima que se relaciona com algum fundamento ético, não necessariamente religioso. O escritor Albert Camus era um ético e era ateu: o sonho dele era ser santo sem o cristianismo, sem Deus. Essa ética o aluno logo percebe. O aluno tem um radar impressionante, ele vê se o professor está fingindo, se sabe mais do que diz, se está passando coisas que não assimilou, se está copiando ou se está fazendo um esforço enorme para ser original. O aluno percebe. Então, competência e integridade são fundamentais. Mas há outra qualidade importante: é o amor ao próximo, essa coisa que te faz reverenciar uma pessoa, mesmo que ela esteja bêbada ou se encontre no pior bordel. Aí sim, eu acho que tem que entrar uma religião, pode ser cristã, pode ser uma outra religião.

**JU - Que outra religião?**

**Trevisan -** Qualquer uma que faça ter aquele grande respeito pela pessoa, que é única. Sentir dentro da gente esse respeito que eu não sei definir, mas que sempre senti. Quando chegava na aula e olhava aqueles alunos a cada novo semestre, me perguntava: de onde vieram? que pais tiveram? que formação tiveram? o que têm na cabeça? Eu sentia uma espécie de temor reverencial, porque tinha que transmitir-lhes uma parte da cultura humana, dar-lhes noções de arte, de arquitetura, de tal maneira que eles assimilassem para a profissão

para a vida e para o próprio prazer.

**JU - A profissão de professor está suficientemente reconhecida?**

**Trevisan** - Não. Ultimamente – pelas más interpretações ou equívocos cometidos de lado a lado, pelos próprios professores, pela sociedade etc. – ocorreu uma “mecanização” da profissão. Praticamente, equiparou-se o professor a um técnico em determinada coisa, que tem que prestar aquele serviço, indiferente ao ser humano que está diante de si. Não é o caso. A mesma coisa acontece com a Medicina. Por que uma profissão tão importante, às vezes, é depreciada, quando o médico sempre deveria suscitar respeito e até um certo carinho?

**JU - O senhor acha que a profissão de médico e a profissão de professor são diferenciadas do resto das profissões?**

**Trevisan** - Eu acho, porque elas lidam especificamente com seres humanos, com suas expectativas, sonhos, emoções e sentimentos. Lidam também com coisas que, no fim das contas, estão ligadas secretamente àquilo que se chama **destino**. Camus dizia: “A morte faz de cada vida humana um destino”. Então, essas profissões – que estão ligadas profundamente a toda realidade humana, inclusive a seu lado doloroso – têm um valor especial, superior. É impossível exercer o magistério sem um mínimo de relacionamento pessoal. Mesmo que se esteja ensinando a Teoria de Relatividade ou Física Quântica. Quem está diante do professor é um ser humano, que talvez esteja com problemas afetivos, coisas herdadas da infância, que talvez sinta um complexo de inferioridade, que talvez tenha um problema sério a resolver com o pai e assim por diante. O professor por sua própria profissão está ligado a esta dimensão humanista.

**JU - Esse contato ficou um pouco prejudicado de uns anos para cá...**

**Trevisan** - Sim. E não apenas pelo fato de o professor ter seguido por uma linha mais de funcionário, de técnico, como também pelo fato de que a reforma do ensino provocou a desagregação do grupo, que convivia durante todo o curso. Essa fragmentação faz com que um aluno encontre o colega em aula só uma vez por semana, como eu vi. Tudo isso criou um afastamento muito grande entre o aluno e o professor. Ainda hoje encontro alunos, e a gente relembra com saudade os tempos em que se saía da aula e ia tomar cafezinho e conversar sobre cinema, às vezes sobre coisas mais sérias, é claro. Mas aquele contato humano aumentava a atenção do aluno em relação às próprias aulas.

**JU - De que maneira isso poderia ser revertido?**

**Trevisan** - Em certo sentido, essa base se perdeu pela, digamos, necessidade de “saber cada vez mais sobre cada vez menos”. Só agora as pessoas estão se perguntando sobre a utilidade dessa superespecialização que faz com que um médico entenda tudo, por exemplo, sobre problemas oftalmológicos e desconheça o resto. Já nem mais saiba bem quem foi Beethoven, o que é o estilo gótico, o que foi a Grécia, e nunca tenha lido um texto de Aristóteles ou de Platão. Acho que a combinação ideal seria uma técnica, que pode ser microssetorial, e uma formação básica humanística que recupere a identidade cultural do país e da língua do estudante, dando-lhe uma espécie de panorama geral sobre as coisas básicas da civilização a que pertence.

*Entre gatos e passarinhos, pulando cerca, roubando fruta* Tive uma infância muito bonita, em contato com a natureza, pulando cerca, roubando fruta, andando de carrinho de lombo, com as rodas que o seu Postal – que trabalhava na Rede Ferroviária – fazia de graça pra nós. Uma

*infância carinhosa, com gatos e passarinhos. Claro que, às vezes, sem saber, fui um pouco cruel, porque adorava pegar passarinho nas arapucas que nós mesmos fabricávamos.*

*Na primeira vez que peguei num bodoque e me ensinaram a atirar, fiquei doído para acertar um bichinho, talvez para me equiparar aos amigos. Depois de ficar na espreita durante muito tempo, finalmente acertei um passarinho. Mas quando peguei aquele pequeno corpo palpitante, com um fio de sangue saindo do bico, vi a loucura que tinha feito. Aí me correram lágrimas e terminou a minha vida de caçador.*

**Poema: autoria do poeta, colaboração do tempo** Tenho convicção de que existe aquilo que se chama inspiração, que coincide com um impulso emotivo para comunicar alguma coisa profunda. Quando se dá esse impulso, que às vezes, nem sei o que é, ponho uma folha em branco na máquina e fico ali, à espera, como se um pássaro fosse pousar ou um peixe fosse engolir a isca. Até que surge uma expressão. Às vezes, risco cinco, seis vezes a primeira frase. Como diz Paul Valéry, a primeira palavra Deus dá aos poetas, as outras ele tem que encontrar por si. Nas raras vezes em que, por imprudência, quis intervir nesse processo tive que jogar fora o poema. Escrevo, literalmente, o que vem da cabeça e do coração. Aí, deixo passar uma semana, 15 dias, e vou ler de novo. Às vezes me surpreendo: ‘Mas, está muito bom!’. Às vezes vejo que não era nada daquilo. Quando, por acaso, descubro uma pedra – uma safira, uma ametista, um topázio, eventualmente, um diamante –, aí vem um trabalho que pode durar, no meu caso, quatro, cinco anos. Teve um poema que eu levei dez anos para acabar, O Poeta Cummings faz explodir gerânios na Suíça. Cheguei até a dizer aos amigos que meus melhores poemas deveriam ter uma nota explicativa: autoria de Armindo Trevisan, com a colaboração do tempo.

**Dia de sol de primavera á beira de um lago suíço** Num esplêndido dia de sol, depois do rigoroso inverno suíço, fui com um amigo, de bicicleta, ao lago Morat. Pusemos calções para tomar um banho, mas a água estava muito fria. Então, de pé, numa passarela, fiquei observando o espetáculo do sol sobre a água, quando fui avistado por duas pessoas que estavam numa lancha a motor, ao longe. Enquanto a lancha se aproximava e passava por mim, pude observar um casal de jovens muito bonitos, que abanavam e atiravam beijos, como se eu fosse um amigo de muito tempo. Foi um momento de vida animal: eles tiveram necessidade de compartilhar sua alegria com outro ser humano. Senti a comunicação misteriosa deles, e aquilo me impressionou. Daí surgiu a inspiração para o poema O Poeta Cummings faz explodir gerânios na Suíça, que diz assim:

*Uma pequena caixa sobre a qual / gerânios desdobravam vestidos velhos / e recém-descobertos, um gosto de sol / na água, a nudez perto de um homem, / as gaiótas que a moça acariciava / enquanto o motor do barco / sufocava o riso, e os cabelos / lhe esvoaçavam sobre os ombros, despindo-a / ainda mais como se pretendesse / afogar-se, e fosse tarde em Morat / ou noutra parte da Suíça onde ela / era mulher livre e beijava um rapaz / simplesmente porque estava ociosa naquela tarde / e queria acariciar o mundo. (Em Nova Antologia Poética, Editora Sulina, 2001)*

**Mensagem aos jovens poetas: cortar o supérfluo e esperar** Gostaria que os jovens descobrissem duas coisas sobre a criação de um poema. Primeiro: que é preciso tirar o supérfluo. Segundo: que é preciso esperar que o inconsciente trabalhe a língua e vá encontrando as expressões adequadas, que caem do galho como um fruto maduro.

*Para um poema chegar ao ponto de ser publicado, deve ser revisto, lido em voz alta e trabalhado todas as semanas, durante, pelo menos, dois anos, sempre num estado de espírito de absoluta serenidade, sem angústia. Às vezes, faço testes: cubro um trecho, tiro um verso, procuro descobrir o erro. Não sei te dizer quantos poemas já pus fora.*

**Cultura humanística: útil para qualquer profissão** Parece mentira, mas os meus mestres

me revelaram todo o mundo clássico, sobretudo Camões. Eu decorava cantos inteiros dos Lusíadas e sabia trechos das Catilinárias, de Cícero... Não quero ser chato e ficar lastimando o tempo que passou, mas acho que muito bebê foi jogado fora com a água do banho, como se diz. Facilmente, se confundiu bijuterias com jóias.

Lévi-Strauss dizia que não é só dando argila para as crianças modelarem que se desenvolve a criatividade, é também pedindo que interpretem um verso de Racine, no nosso caso, um verso de Camões. Na minha época de estudante, essa cultura humanística era muito forte, muito sólida. Hoje a gente não tem mais o cuidado de, junto com a parte técnica, prover o aluno de coisas fundamentais, como a história do pensamento humano, a história da arte em geral, que são úteis para formar cidadãos de qualquer profissão.

**Sob orientação de um mestre, ganham-se botas de sete léguas** O autodidatismo é uma possibilidade, mas é um caminho muito difícil. Sob a orientação de um especialista, se usa botas de sete léguas. Lastimo até hoje não ter tido mestres que me tenham iniciado no pensamento e na arte oriental. Tive que aprender sozinho e vi que sozinho a gente comete omissões, envereda por estradas sem importância.

Fico imaginando se houvesse na universidade cursos para alunos de todas as faculdades com as seguintes temáticas: Introdução Geral à Arte do Ocidente; Introdução Geral à História do Pensamento do Ocidente; e Introdução ao Pensamento Mundial. Um estudante de Medicina, por exemplo, estudaria Química, Genética, Anatomia, mas também teria aulas sobre o pensamento grego.

**Livro sobre a poesia: 15 anos de pesquisa, um ano de escrita a mão** Passei quinze anos pesquisando sobre teoria poética nos vinte arquivos de material que havia acumulado após ter dado sete cursos sobre o assunto em diferentes universidades. Levei um ano escrevendo A Poesia – uma iniciação à leitura poética, o primeiro livro que escrevi totalmente a mão. Para fazer isso, tive que apelar para duas forças: a responsabilidade social e a responsabilidade religiosa. As primeiras cinco páginas foram um fracasso. Comecei a definir a poesia do ponto de vista filosófico, mas me dei conta de que ninguém iria ler aquilo depois da décima página. Botar tudo fora e pensei: o que é que eu quero fazer? Quero conquistar o leitor, quero levá-lo agradavelmente, como quem vai mostrando uma paisagem. Ai, comecei a refazer tudo. Por isso demorei um ano. A Poesia na Bíblia, uma coletânea de 61 textos poéticos, também foi escrita a mão, e me exigiu quatro anos de trabalho.

**A luta pela sobrevivência num país de poucos leitores** Num país que não tem um público leitor e numa profissão que teve grandes perdas salariais – há oito anos, os professores das universidades públicas não têm reajuste – incrementei meus cursos livres, que começam na primeira terça-feira de abril. Esses cursos têm ajudado a me manter. Afora isso, montei uma pequena editora para ver se podia editar meus livros com algum lucro. Me pareceu que o escritor não podia ficar com apenas 10% do preço de capa.

Mesmo com a editora, está sendo muito difícil. Hoje, as distribuidoras estão nas mãos das redes de livrarias, que chegam a pedir 60% ou mais do preço de capa. O que é que sobra para o autor e para o editor? Para ter uma renda razoável eu precisaria vender cinco mil exemplares de cada livro por ano. E o que tenho vendido – é considerado bom – são mil exemplares. Sem uma política do livro instituída com lucidez, os autores brasileiros serão cada vez mais reduzidos e preteridos.

**Os prazeres da necessidade e os prazeres de livre escolha** Alguém disse que temos duas espécies de prazeres: os prazeres da necessidade, como saciar a sede e a fome; e os prazeres de livre escolha, difíceis de definir, como o prazer de sentir o perfume de um cinamomo florido. A sociedade atual tem valorizado muito os prazeres violentos ou extremados: os jovens estão

chegando ao absurdo de descer cachoeiras perigosas ou se atirar no vazio, pendurados em cordas de 40 metros. Ou então recorrem a drogas. Por quê?

A humanidade esqueceu os prazeres mais requintados e fluidos, que Herbert Marcuse chamava de erotismo, do grego eros, que é tudo o que dá prazer. Me dá prazer, por exemplo, conversar, ler um soneto de Camões, rememorar a infância, andar na rua, ver novas casas. Segundo Marcuse, fizemos uma restrição de prazeres, optando cada vez mais por prazeres puramente sensoriais, que são limitados, enquanto os prazeres do sentimento, da emoção e do intelecto são praticamente inesgotáveis.

**Estamos precisando de uma segunda onda de hippies** É curioso: uma sociedade que parece ter elegido o prazer como critério principal é, ao mesmo tempo, uma sociedade relativamente de poucos prazeres. É uma sociedade que, em matéria de prazer, muitas vezes, está situada pouco acima dos animais. Uma sociedade em que o prazer sexual freqüentemente é valorizado apenas como prazer genital.

Concordo com Roland Barthes, que se referia com humor cáustico ao ‘obscurantismo do prazer’. E endosso afirmações de Herbert Marcuse, guru dos hippies, que pareceriam ultrapassadas. No meu entender, estamos precisando de uma segunda onda de hippies – hoje mais conscientes, mais lúcidos, mais dialogadores, mais corajosos e mais felizes – para pôr em jogo essa sociedade, que está cada vez mais ‘globalizada’ e cada vez mais presa a estereótipos e a violências.

**Essa ânsia de ter coisas, tarefas, quinquilharias** Na Europa, fiz um exame universitário sobre Epicuro, um dos filósofos que influenciaram em Marx. Epicuro dizia: ‘Não debes exagerar nas coisas. Até é bom que durante a semana faças um dia de jejum, porque aí vais saber o que é comer com gosto um pedaço de pão’. Dizia também que era necessário ter moderação com relação ao sexo, senão se acabaria por não gozar mais o próprio sexo. Dava conselhos que pareceriam quase ‘evangélicos’, em algum sentido.

Depois de estudar Epicuro, entendi que as falsas necessidades de que Marx falava poderiam ser enquadradas com o nome de consumismo, essa ânsia de ter coisas, de ter tarefas, quinquilharias. Marx dizia: ‘São falsas necessidades, procure as verdadeiras’. E, como o capitalismo está baseado nessas falsas necessidades, acaba provocando também uma distribuição de renda perversa.

# MESA REDONDA

Wrana Maria Panizzi  
reitora

Rubens Weyne  
Elisabete Burigo  
professores - ADUFRGS

José Luís Rockenbach  
Adriana Ramos  
técnico-administrativos - ASSUFRGS

Maurício Costa  
estudante - DCE

**“A universidade deve fazer com que a sociedade se aproprie dela”**

*Com as atividades retomadas, buscando a normalidade da sua rotina diária, assimilando as lições aprendidas dos últimos embates, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul está saindo de 108 dias de greve. Neste tempo houve avanços, recuos, incertezas, afirmações, decepções, surpresas, confirmações, vitórias e revezes. Acima de tudo, ficou claro que a ninguém mais do que à sociedade cabe a posse e a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, sem a qual o Brasil terá muitas dificuldades em se constituir numa nação livre, forte e independente. Nesta mesa-redonda reuniram-se a reitora, Wrana Maria Panizzi, os professores Rubens Weyne e Elisabete Burigo, representando a ADUFRGS, os técnico-administrativos José Luís Rockenbach e Adriana Ramos, pela ASSUFRGS, o estudante Maurício Costa, pelo DCE, para fazer uma avaliação do movimento e dos seus resultados. O Jornal da Universidade esteve representado pelos jornalistas Arlete R. de Oliveira Kempf, Clóvis Ott e Juarez Fonseca.*

DEZEMBRO 2001 - EDIÇÃO Nº 47



**Jornal da Universidade - Começando esse debate, pedimos que façam uma avaliação do movimento.**

**José Luis Rockenbach** - Para o conjunto de servidores técnicos das universidades brasileiras o movimento deste ano foi novamente um movimento de resistência. A greve teve um estopim que foi quando o governo, além de não conceder mais reajuste, além de sucatear ainda mais a universidade, ainda propunha modificações no sentido da retirada de mais direitos dos trabalhadores, através daquela famosa medida provisória. A partir daí, a comunidade universitária – os técnicos, depois os docentes – fizeram forte movimento, cujos resultados não só reverteram essa política que o governo tentava implantar, como trouxeram alguns ganhos, é verdade que pequenos, como a incorporação da GAE, a não discriminação no tratamento entre ativos e aposentados e a instalação de *mesas de negociações* que estão ocorrendo em Brasília. A experiência que nós temos com esse governo é ruim, mas o fato é que estão ocorrendo as discussões com o segundo escalão do MEC e os comandos da Fasubra e de mobilização dos técnicos a nível nacional. Conseguimos dobrar, reverter essa política de governo, mas não a modificamos, o Governo continua com seus intentos. Todos queremos discutir a autonomia universitária, esse é um dos pontos acordados com o conjunto da comunidade universitária brasileira, dirigentes, reitores, docentes, estudantes, técnicos. A autonomia que o Ministro propõe nós já conhecemos. É a autonomia do “vire-se”, financeiramente. Então nesse próximo período vai ser necessário mais unidade da comunidade universitária ainda, não só para fazer a defesa da universidade mas para dar passos novos, no sentido da sua modernização, da democratização da instituição e da sua própria expansão, para reverter essa política geral. Corporativamente, a impressão que temos é que a nossa categoria deu um salto de consciência, tanto é que o engajamento nessa greve foi seguramente um dos maiores dois últimos 15 anos, em termos não só de adesão, mas de participação ativamente. Isso foi constatado não só aqui na UFRGS, mas nacionalmente.

**Adriana Ramos** - Gostaria de tocar na questão histórica de como têm sido feitas as nossas greves. Desde o final da década de 80, início da década de 90, a gente vinha jogando pelo empate, o que tinha sido nessas últimas greves, uma grande vitória. As nossas grandes greves nesse período eram completamente diferentes, porque o contexto era outro. Nós fazíamos uma greve e saíamos com um plano de carreira embaixo do braço; fazíamos outra e saíamos com uma isonomia no bolso e enfim, foi toda a década das conquistas. Mudou a partir do início dos anos 90, mas da metade dos anos 90 para cá tem sido muito mais difícil conseguirmos conquistas. E muitos e muitos direitos, conquistados nesse período de lutas mais intenso, foram retirados da categoria. De 1998 para cá, são cerca de 56 direitos que nos foram tirados através de decreto, medida provisória e com a própria reforma administrativa, alterando a nossa relação de trabalho. Essa greve veio resgatar esse espírito de luta. Algumas pessoas da nossa categoria começavam inclusive a questionar a greve enquanto instrumento de luta. Para nós, dirigentes sindicais, foi muito difícil o período de preparo da greve, era uma grande incógnita. Íamos para as unidades e, assim como nos anos anteriores, as pessoas compreendiam os motivos da greve, a importância de se fazer alguma coisa, mas isso não se concretizava na luta do

dia a dia. E neste ano, a greve foi bastante diferente. Na questão da *mesa de negociação*, temos algumas questões fundamentais. O MEC num primeiro momento não se opõe ao debate de re-hierarquização, que é a retomada original dos cargos da nossa carreira, o cargo único. Esse é um elemento estratégico como um próximo passo para a preparação do nosso projeto de carreira que atualmente está bastante desfigurado. Nós podemos retomá-lo a partir dessa discussão do cargo único – técnico administrativo em educação - dividido em sete ambientes de trabalho, nos quais estão as especialidades. Isso é fundamental, inclusive porque, dentro da hierarquia dos cargos, recupera-se a malha salarial, em termos de diversidade.

**Rubens Weyne** - Sem dúvida, a greve foi vitoriosa. Para os docentes a greve iniciou de uma forma diferente. Não começou, como no caso dos técnicos, a partir de uma ameaça real que se concretizou, mas sim a partir de uma constatação do que vinha acontecendo com a universidade e com o serviço público como um todo. Isso levou os docentes a entrar em greve. Uma greve que, no início seria uma greve de todos os servidores públicos federais, o que acabou não se concretizando. Houve nesse meio tempo, uma certa mudança no rumo, que acabou com a negociação em que se estabeleceu um reajuste na base salarial e algumas *mesas de negociação* também, principalmente para tratar de questões de carreira, financiamento, hospitais universitários, entre outras, que ainda não se iniciaram. Temos aquele mesmo receio que os técnicos têm em relação às *mesas* - de que o governo não cumpra o que prometer - mas ao mesmo tempo, temos uma certa idéia de que é possível algum resultado, principalmente em relação à carreira e às vagas docentes, duas questões muito importantes para esse momento. A nossa carreira está completamente deformada, desestruturada, por isso gostaríamos que uma nova carreira docente fosse implantada. As vagas para professores também são importantes, pois o sistema está com oito mil vagas não preenchidas. Queremos vê-las preenchidas e na medida do possível ampliá-las, porque a quantidade de professores substitutos a cada ano, a continuar essa política, tende a aumentar. O professor substituto fica restrito à sala de aula, então carece de gente na pesquisa, para implementar projetos de extensão e mesmo nas funções administrativas. Para isso é necessário ter professores envolvidos na universidade, com estabilidade. Quanto aos hospitais universitários, o MEC pretendia passá-los para o âmbito do Ministério da Saúde, mas nós queremos que eles continuem como espaço de ensino e dentro das universidades.

**José Luis** - Nas *mesas* que estão instaladas hoje, estão em discussão o Plano de Reposição de Pessoal (técnicos administrativos); a re-hierarquização; o Plano Nacional de Capacitação, e a questão dos hospitais universitários. Estamos aguardando *mesas* conjuntas com os docentes, estudantes, reitores, e o MEC para discutir o financiamento, autonomia universitária e Plano Nacional de Educação.

**Maurício Costa** - Do ponto de vista dos estudantes, são duas avaliações. Uma em relação à greve nacional e a outra em relação à movimentação de apoio local. A partir de 1º de setembro foi decretada a greve nacional estudantil. No final do movimento havia 24 universidades com greve estudantil declarada. Houve uma unidade grande do comando nacional de greve com o comando nacional

de greve dos professores e servidores. O nosso escritório foi financiado pelo Sindicato Andes, com apoio fundamental do comando nacional dos servidores, na ação conjunta. Nossa pauta de reivindicação nacional incorporou todas as reivindicações dos professores e servidores e colocamos questões voltadas para o interesse dos estudantes, como por exemplo, a assistência estudantil, a questão do financiamento das universidades e da autonomia, hospitais universitários e Plano Nacional de Educação. Na questão nacional, os estudantes tiveram uma participação importantíssima, senão essencial. Junto com a Fasubra, os estudantes foram responsáveis pelos atos mais fortes, mais radicalizados que possibilitaram a abertura das negociações, com a primeira audiência conjunta, em 26 de setembro, depois da ocupação do Ministério da Fazenda, com reação violenta da polícia militar de Brasília. Nessa reunião foi que se definiu a criação dos grupos de trabalho para discutir as questões dos servidores, professores e estudantes, com alguns grupos conjuntos, que seriam os de financiamento, autonomia universitária e assistência estudantil. Os grupos de trabalho não ocorreram praticamente até o final da greve. O único avanço que os estudantes tiveram em sua pauta em nível nacional foi aprovar a emenda que no princípio era de R\$ 46 milhões e depois foi reduzida para R\$ 6 milhões, de verbas para assistência estudantil para todas as universidades brasileiras. A conquista que a gente teve pode-se dizer que foi essa. A mobilização foi com certeza a maior em termos nacionais desde o *impeachment*, em 1992. Quanto à greve local, não foi decretada greve estudantil, a gente acredita que os estudantes não tenham interesse de classe, mas interesses que se conflitam entre si. As nossas assembleias deliberaram pelo apoio inequívoco a todas as reivindicações dos servidores e professores. Construímos uma pauta interna iniciando a discussão com a administração central. Os principais pontos da nossa pauta interna foram a questão do fim dos cursos pagos, seja de extensão, pós-graduação estrita ou *latu sensu*, o fim das taxas administrativas cobradas dos estudantes, a manutenção da assistência estudantil, a discussão da modificação dos eventos de extensão e duas questões não colocadas nas greves anteriores. São em relação aos espaços físicos da universidade que estejam sendo utilizados, sem licitação, para algum fim comercial ou espaços não licitados e sem uso que reivindicamos para utilização das entidades estudantis, para construção de espaços de vivência. Também queremos abertura maior dos espaços de comunicação, incluindo o Jornal da Universidade e da Rádio da Universidade. Tivemos no final da greve uma polêmica bastante grande em relação ao adiamento do semestre ou não. A assembleia que se realizou no dia 10 de dezembro foi com certeza a maior da história do DCE, que discutiu a questão do adiamento, sendo vencedora a posição do DCE pelo adiamento, por 394 votos contra 369, que votaram pelo retorno imediato das aulas, dos quais 215 eram estudantes da Faculdade de Medicina. Perdemos no Conselho Universitário para a posição do retorno imediato, mas conseguimos instalar na Universidade uma comissão geral paritária – professores, servidores e estudantes – para fazer o acompanhamento dos problemas que vão ocorrer neste semestre de excepcionalidade e a instalação dessas comissões em todas as unidades da Universidade. Essa foi a principal conquista da pauta local.

**Elisabete Burigo** - Eu acho que é importante dizer que a gente começou a

greve num quadro diferente do que a ASSUFRGS, mas mediante várias provocações. Inclusive tivemos colegas que se manifestaram contra a greve no momento de deflagração porque diziam: “é evidente que o MEC quer a greve”. As provocações: o concurso para duas mil vagas para docentes, muito longe de preencher as necessidades da universidade, e a percepção da guerra interna que iria representar a disputa dessas vagas. Quer dizer, todo um processo que longe de resolver os problemas da universidade, continua provocando conflitos. A postura do MEC não era de fato de resolver os problemas. Depois tivemos aquela decisão do STF de que a emenda constitucional garantia o reajuste anual, no mínimo a partir de 1998. Era o reconhecimento de que havia um reajuste devido e que este reajuste não estava sendo cumprido pelo Governo Federal. Havia a ameaça do Governo de enviar ao Congresso o projeto de lei do emprego público – ou seja introduzir a CLT na universidade - ainda em agosto, portanto para ser aprovado ainda este semestre, com possíveis ingressos na universidade através desse regime já no próximo ano. Sabíamos o que isso poderia significar em termos de fragmentação das universidades, colocando em questão o sentido da universidade pública como ela existe hoje. E a provocação final que nós tivemos – além de não ter nenhum reajuste - foi a retirada da GAE dos técnicos. Isso foi vivenciado como uma provocação. Se os técnicos perdessem a GAE então a mesma ameaça existiria para nós. A postura do Governo mostrou que não tinha nenhuma preocupação em encerrar a greve com brevidade. Parece que o Governo estava alimentando a greve de fato: não negociava, cortava salário e quando se conseguiu chegar a um termo de acordo, houve aquela encenação toda que resultou na retirada do acordo. Foi como se dissessem: “O Congresso não garante mais aqueles recursos e portanto nós estamos saindo da negociação, porque não temos mais nenhum acordo a propor.” Foi uma retirada totalmente unilateral das negociações, no dia 31 de outubro, o que nos levou a quase mais um mês e meio de greve. Era intenção do MEC, uma de suas apostas, que nós simplesmente terminássemos a greve totalmente fragmentados e com um sindicato mais enfraquecido. Nós saímos da greve de 1998 um tanto desmoralizados, porque havia entendimentos muito diversos em relação à GED implantada então. E havia principalmente um sentimento de indignação, porque muitos tinham ficado de fora, tinha sido criada toda aquela disparidade entre ativos e inativos e o encaminhamento da greve fora um tanto autoritário, no final. O MEC não esperava que todas essas provocações resultassem numa unidade muito grande, não só de defesa do sentido de universidade que nós temos hoje, mas contra a sua precarização. Em nenhum momento, o Governo conseguiu aprovar, em qualquer assembleia universitária, o aumento das gratificações. Quer dizer, isso foi algo com que nos acenaram para nos seduzir. E essa foi uma demonstração de grande unidade que tivemos, de defender sempre até o final, que as conquistas fossem extensivas a todos, inclusive superando algumas distorções introduzidas em 1998. Então, além dos ganhos materiais em termos de manutenção do Regime Jurídico Único, pode-se dizer que essa greve teve um ganho político grande, o fortalecimento do sindicato como entidade que representa a todos, e um ganho moral, porque todos nós saímos com um sentido maior de dignidade, de que somos capazes de defender a nossa condição, o trabalho, a universidade, sem

nos comprometermos com mesquinhas e com injustiças.

**Wrana Maria Panizzi** - Primeiro queria salientar o aspecto positivo de estarmos reunidos - servidores técnico-administrativos, professores, estudantes e administração – para avaliar a greve. Evidentemente que a administração não faz greve, mas viveu a greve como todo o conjunto da comunidade e, dentro do espírito de interlocução que marcou esses 108 dias de movimento, também fazemos a nossa avaliação. A greve é um direito constitucional ao qual as diferentes categorias, através de seus sindicatos podem recorrer. Não só é o último recurso ao qual os movimentos recorrem, como também não é desejada por ninguém. Tanto professores, como técnicos e estudantes não queriam a greve e portanto a universidade como um todo não queria a greve. Mas a greve iniciou com algumas questões, ou como foi dito – provocações – que atingiram os professores e técnico-administrativos, seja a retirada da GAE, a falta do reajuste ou a inexistência de reajuste durante sete anos, a falta de um plano de carreira que permitiria trazer outros ganhos. Todos esses fatores começaram a atingir também questões de caráter institucional, as quais encontraram ressonância no conjunto da comunidade da universidade. Poderia chamar a atenção para alguns aspectos que a greve mostrou. Foi uma das maiores greves que as universidades públicas brasileiras já viveram. Ela foi grande não só em termos de duração, como pela organização, por ter atingido todas as instituições federais de ensino superior, porque ela reanimou, fez renascer o movimento estudantil e porque repercutiu na sociedade, seja pelas críticas positivas ou negativas.

**JU - Levou bastante tempo para repercutir, não?**

**Wrana** - Levou bastante tempo para repercutir. Por sua duração e organização ela foi percebida pela sociedade, das mais diferentes formas: alguns tentando lutar pelas suas questões imediatas – terminar o curso, participar da formatura, tirar suas férias, garantir o emprego, o vestibular. Outros começaram a perceber na universidade pública o último reduto onde os jovens brasileiros podem fazer um curso sem ter que pagar, em paralelo a uma tendência de um profundo crescimento do número de estudantes que têm que pagar, nas instituições privadas. A sociedade começou a olhar para a universidade às vezes de uma forma crítica, outras vezes de uma forma solidária.

**JU - O que foi maior; a crítica ou a solidariedade?**

**Wrana** - No início da greve dos técnicos, quando durante as formaturas um representante do sindicato explicava o porquê da greve, pude ver uma solidariedade muito grande da sociedade. A sociedade não é solidária com a greve, ela é solidária com a instituição, com aquilo que as pessoas que fazem a instituição estão pedindo e reivindicando. Acho que a sociedade foi bastante solidária. Acredito que a população precisa da universidade. As pessoas que não podem pagar precisam da universidade pública para poder estudar e as pessoas que podem pagar precisam da universidade pública pela sua qualidade. Todas as avaliações recentes mostram que, apesar de tudo, a universidade pública tem apresentado os melhores resultados. O último Provão mostrou que o sistema público saiu-se muito bem, como também a nossa universidade. Outro aspecto importante do movimento foi mostrar o papel que tem o Parlamento. Houve um momento em que se os parlamentares não tivessem entrado nessa discussão, num momento em que parecia existir uma conversa de surdos...

**JU - Também, demoram para entrar...**

**Wrana** - Exato. Foram provocados.

**JU - Como se comportaram os deputados federais gaúchos?**

**Wrana** - As universidades e os movimentos tiveram por parte dos deputados uma receptividade provocada, evidentemente. No momento em que a greve se transformou numa conversa de surdos e a sociedade começou a pressionar, os deputados se manifestaram. Da bancada gaúcha, das diferentes bases, tanto do Governo quanto da Oposição, alguns deputados estiveram presentes. Não a sua totalidade, o que eu lamento. Chamo a atenção para o quanto é importante acionarmos mais o Parlamento, como representação da sociedade brasileira, no sentido de que defenda aquilo que é sua reivindicação. A greve, além de reanimar o movimento estudantil e a organização e capacidade de resistência dos movimentos, mostrou uma unidade de professores, técnicos e estudantes e a receptividade por parte dos dirigentes das instituições. Quero fazer uma menção a Andifes, que sendo uma instituição de dirigentes de todas as universidades federais brasileiras tem também a sua heterogeneidade, mas se postou ao lado daquelas questões institucionais reivindicadas pelo movimento de greve. O papel dos reitores foi importante para o entendimento final entre governo e sindicato.

**Rubens** - O papel da Andifes foi muito importante nessa greve, como nunca fora visto antes. Se antes os reitores ou ficavam à margem das greves ou às vezes acompanhavam o Ministério nas suas ações, dessa vez notou-se que, inclusive aqueles reitores mais identificados com o MEC foram extremamente críticos à posição do Ministério. Muitas vezes agiram no sentido de tentar facilitar a negociação, uma saída ou um término para a greve, pressionando o Ministro, mesmo. O papel que a Andifes teve nesse momento da greve foi algo muito diferente do que historicamente se via. Isso demonstra que realmente o Ministério da Educação, nesse momento da história, enquanto Ministério, está muito descolado do ensino público e das universidades públicas, está muito à margem dessa realidade.

**JU - A união de estudantes, técnicos e professores, em busca de um objetivo comum, continuará? Os problemas levantados não foram solucionados...**

**Elisabete** - E nós temos novos problemas, porque existe agora a ameaça da introdução do ensino pago.

**JU - Para que funil vão essas questões? Estamos às vésperas de uma eleição no País. Vocês pensam em fazer pressão sobre os candidatos, para que daqui a dois anos não voltem essas questões?**

**José Luis** - É fundamental a continuidade e o aprofundamento, porque sabemos das dificuldades que persistem dentro dos próprios movimentos das categorias, dificuldades históricas que têm de ser superadas. Do contrário, não tem saída para a universidade pública e, diria, até para o Brasil. Temos a mesma opinião de que houve um grande apoio da sociedade, mais ainda de maneira muito difusa. A universidade, apesar de ser a universidade de qualidade, precisa avançar muito mais. Cabe a nós que somos a universidade no dia a dia – os técnicos, os docentes, os estudantes, os dirigentes – fazer isso. Vamos ter de pressionar nas próximas eleições para isso. Na opinião dos técnicos, a greve foi um reflexo da falência da própria política que vem sendo implementada pelo

governo em seus sucessivos mandatos – que aliás teve o mesmo ministro em seus dois mandatos – Governo Fernando Henrique-Paulo Renato. A própria imprensa está a denunciar o que fizeram com o ensino superior, permitindo a expansão gritante dos *escolões* privados. Agora estão aparecendo alguns aspectos desse modelo, como por exemplo, um analfabeto passar em primeiro lugar num vestibular e em nono num outro. E a grande resposta do MEC é mandar que as redações sejam eliminatórias. Até onde eu tenho conhecimento, nas universidades públicas sempre foram eliminatórias. Não é à toa que todos os parâmetros, mesmo o Provão - que para o Governo tem outro sentido e objetivo - demonstram que as universidades públicas são as que têm mais qualidade, apesar de todo o sucateamento.

**Rubens** - Talvez sendo um pouco cético, acho que mesmo que um governo de esquerda assuma esse País, não está garantido que a Universidade tenha solucionado em curto prazo os seus problemas. Tem problemas que são estruturais, profundos: a questão do financiamento é uma discussão complicada que tem de ser enfrentada. Universidade pressupõe investimento grande e não é investimento que dá retorno em curto prazo. A gente não pode pensar que investe hoje e vai colher amanhã.

**JU - O problema é a solução de continuidade...**

**Rubens** - Sim, mas mesmo que tenha um governo de esquerda é preciso convencer essas pessoas de que é preciso investir e esperar dar retorno.

**Elisabete** - Nós tivemos aqui no RS o que nós consideramos um pequeno recuo, que foi a criação da UERGS – Universidade Estadual – com regime celetista. Antes da greve, em audiências públicas, o ministro Paulo Renato dizia: “se o Governo do RS pode instaurar universidade com contratação via CLT porque nós não pudemos?”. Felizmente, a nossa greve fez recuar o Governo Federal e a gente espera que o Governo Estadual também reveja essa questão. Mas isso mostra a dificuldade de compreensão, mesmo para um governo que muitos de nós apóiam, da importância da estabilidade na universidade, que o trabalho universitário não pode estar submetido a pressões ou ciclos de investimentos. Sabemos que com as atuais pressões externas e pressões orçamentárias sobre a universidade, é difícil mesmo para um governo diferente fazer uma aposta muito grande na universidade.

**Rubens** - A questão das vagas para novos alunos tem de ser solucionada em curto prazo. Hoje cerca de 75 a 80% dos alunos do terceiro grau estão na iniciativa privada. Temos de dizer para a sociedade que queremos reverter esse quadro e o que vamos fazer para que esse quadro seja revertido. Isso pressupõe investimento, contratação de pessoal, entre outras questões.

**Wrana** - O resultado da greve mostra qual é a nossa tarefa agora. Nós temos não só a tarefa de recuperarmos o semestre, mas de construir um projeto próprio para a universidade. O equacionamento das questões que levou ao fim da greve foi a solução de questões conjunturais, circunstanciais. Mas do ponto de vista estrutural temos sérias questões. Um grande desafio para todos nós, da administração da universidade, é trabalhar neste semestre, em conjunto com a comunidade, na construção de linhas básicas daquilo que consideramos importante para uma política de ensino superior para este País. Temos reivindicações, temos divergências internas, mas temos sim um ponto que é comum, que é a

defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, autônoma, socialmente referenciada. Todas essas questões não podem se tornar simples palavras, mas vão depender de um posicionamento nosso e de uma proposta. Esperamos que os candidatos dos governos, seja do Estado quanto Federal, busquem ouvir o que as universidades querem. E se nos perguntarem o que queremos, temos de ter uma proposta. E essa proposta não pode ser a de uma administração, de um reitor ou dos reitores, tem que ser representativa do conjunto da comunidade. Esse é o grande desafio que nós temos.

**JU - Das mesas de negociação pode surgir alguma proposta de política para a universidade?**

**José Luis** - Acho difícil, porque na nossa concepção, esse governo está encerrando o seu mandato e a visão que ele tem é totalmente dispar do que se discute no âmbito das universidades, seja das administrações, seja dos movimentos. Agora tendo como horizonte a própria eleição presidencial, aí sim. Aí temos uma perspectiva. Vamos cobrar dos candidatos, vamos apresentar nossas idéias. Evidentemente que num programa global que traga desenvolvimento e o equacionamento dos problemas sociais, a universidade tem de estar inserida. Nesse aspecto eu acredito que haja uma perspectiva. Das *mesas de negociação* hoje instaladas pode se tirar alguns elementos. Agora, com o governo que aí está, dificilmente sairá alguma coisa com mais profundidade, que chegue na raiz do problema. As questões equacionadas nas *mesas*, hoje, tocam em alguns aspectos importantes, mas estão longe de chegar à raiz do problema, que é uma política global para o País e que inclua a universidade como um fator importante para o desenvolvimento, para qualificação de mão-de-obra especializada e a formação da chamada elite pensante do País.

**JU - Há uma tendência de arrefecimento no final do movimento. Os estudantes mantêm a organização no pós-greve?**

**Maurício** - Em relação à unidade, acho que é estratégica a defesa do sistema federal de ensino público superior. Não só pela gratuidade, mas também pelo papel que exercem na produção de conhecimento e na extensão. Porém, isso não significa que internamente os estudantes não vão travar o debate em relação às questões nas quais nós temos divergência em relação ao movimento docente e com o movimento dos servidores. Inclusive, agora, tivemos aqui na UFRGS um enfrentamento muito forte com a administração central, com o posicionamento dos professores, com o posicionamento dos servidores. O entendimento do movimento estudantil foi diferente. Assim como estamos tendo um entendimento bastante diferente em relação à questão dos cursos pagos de pós-graduação e a política de extensão da Universidade. Essas coisas vão continuar sendo enfrentadas. Apesar do enfrentamento e das muitas discordâncias com a administração central da universidade, não posso deixar de dizer o quanto fiquei surpreso com quanto o movimento estudantil nacional reconhece na Reitoria da UFRGS um ponto de referência e de resistência ao projeto do Governo Federal. A professora Wrana é tida pelos estudantes do Brasil inteiro quase como uma estudante. Aqui é um pouco mais difícil ... A professora Wrana foi convidada pelo comando nacional de greve a reunir-se conosco para discutir algumas questões, foi até Brasília, deu um grande apoio. Quanto à questão das eleições do ano que vem, um projeto de universidade

não vai ser construído até outubro do ano que vem. Agora, não tenho a menor dúvida que um governo de oposição, na pior das hipóteses vai preencher as vagas dos concursos. Tem questões estruturais que estão na nossa discussão interna, em relação à ampliação de turmas oferecidas à noite, a extensão, que não é suficientemente engajada, a prestação de serviços tem que estar separada da extensão universitária, os cursos pagos, os mestrados pagos. A movimentação vai ser mantida, não tenho a menor dúvida que essa gestão do DCE está sendo a gestão mais forte dos últimos sete, oito anos, em termos de ser reconhecida pelo conjunto do movimento, por ter conseguido mobilizar os estudantes, por travar as discussões importantes. Os colegiados da Universidade estão com uma participação maciça dos estudantes, o que antes não vinha ocorrendo. A nossa discussão de pauta está seguindo forte e firme. O nosso conselho de entidades de base vem mantendo quorum sistematicamente. Só nessa gestão do DCE nós realizamos quatro assembleias gerais. Construímos a maior assembleia geral da história. Agora o DCE está partindo para uma campanha de envolvimento dos estudantes na fiscalização da qualidade do ensino do semestre. Estamos conseguindo ir para dentro da sala de aula, estamos tendo espaço na imprensa. A greve potencializou a discussão do movimento e ela tende agora a crescer e não a arrefecer.

**JU - No decorrer da greve, a senhora sentiu alguma mudança de comportamento no conjunto de reitores?**

**Wrana** - O que eu percebi no conjunto dos reitores foi o que o professor Rubens fez referência. Até aqueles com um comportamento um pouco menos veemente passaram a se manifestar, porque perceberam que alguns equívocos profundos da política de ensino superior estão atingindo as nossas instituições. No que diz respeito ao financiamento, nós vivemos, nesses últimos anos, um rebaixamento de investimentos de recursos do Tesouro nas universidades. Vimos uma diminuição profunda das vagas para professores e para técnicos, que é uma demanda colocada há muito tempo, sempre sendo protelada. Há ainda as questões abordadas na greve de 98, sem terem sido equacionadas. A questão dos concursos é uma, entre outras tantas. Os reitores perceberam também a exigência cada vez maior da sociedade para expandir o número de vagas, a fim de trazer mais gente para a universidade. Nós vimos a diminuição dos recursos, tanto para nossa manutenção, quanto para os investimentos. Vimos o crescimento da contratação de professores substitutos, que merecem a oportunidade de ter um vínculo diferenciado com a Universidade, para serem melhor aproveitados na qualificação que têm. E sempre a protelação das respostas. Faço uma crítica a um certo desrespeito para com o conjunto da comunidade, nesse sentido.

**JU - A partir dessa mudança há uma possibilidade de reorganização do conjunto das universidades?**

**Wrana** - Percebo claramente que a Andifes saiu fortalecida dessa situação. Diante do impasse que estava estabelecido entre professores e governo, quando os técnicos já haviam saído da greve, a Andifes fez uma proposta. Em nenhum momento teve a intenção de tirar o papel do sindicato, mas sim de provocar uma reação inclusive do próprio Governo. Nesse sentido, ao apresentar a sua proposta conversou com os parlamentares e com o sindicato. O sindicato pe-

diu que ela fosse analisada nas diferentes regionais e a Andifes concordou e deixou muito claro que não fechávamos questão em torno daquela proposta, mas da necessidade de termos uma proposta, para sairmos daquele impasse. Estava de um lado a incorporação da GAE e do outro lado a questão da GED. A Andifes não foi vencedora na sua proposta, mas absorveu a proposta que as assembleias indicaram como sendo a melhor. Talvez não fosse o que todos nós reitores pensávamos. Mas a Andifes entendeu que isso era importante, porque era crucial encontrar naquele momento não só uma saída para a greve, mas o equacionamento de uma questão conjuntural, que está longe de atender as nossas demandas estruturais. Resta a questão importantíssima a ser discutida da autonomia, que se expressa na autonomia financeira, administrativa, política, didático e pedagógica. Muitas vezes foi alegado que nós estávamos vivendo essa situação porque não tínhamos autonomia. Precisamos de uma autonomia construída e conquistada e não uma autonomia outorgada. Concordo que o sistema de financiamento não se equaciona com a mudança de um governo para outro, se faz com continuidade de investimentos e isso supõe uma discussão profunda do papel estratégico que a universidade tem. Afinal tem ou não tem, na sociedade chamada do conhecimento, no mundo que nós estamos vivendo, nesses países aqui do hemisfério sul, um papel importante a universidade? E qual é esse papel? Aí começam as divergências, não nossas, mas muitas vezes com algumas propostas existentes que advêm do Governo. As universidades têm um papel estratégico não só como formadoras de mão-de-obra para o mercado, mas como formadoras de pessoas, de sujeitos, para ajudar a construção de um projeto de nação. É um assunto complexo, porque entram questões como a relação da universidade com a sociedade, que tem que se expressar através do trabalho de extensão, de convênios e de contratos que se possa fazer com diferentes atores do mundo, econômico inclusive. A universidade deve falar com o mundo empresarial, mas não numa posição de quem se submete àquele interesse específico, mas sim a partir de seu interesse acadêmico. Por isso, não acredito que o financiamento para a universidade deva vir do setor empresarial ou do setor privado, que tem seus objetivos claros, específicos e legítimos. São esses desafios todos que nós vamos ter de resolver. A mim me preocupa o crescente número de jovens que estão aí, que querem e que têm direito a estar numa universidade.

**JU - Se os recursos não vierem do setor empresarial, do setor privado, se o orçamento cada vez sacrifica mais a universidade pública, de onde virão os recursos?**

**Wrana** - Se a sociedade brasileira estiver consciente do papel que tem a universidade, do significado que ela tem na vida das pessoas, como oportunidade de se ter um lugar no mundo do trabalho, como oportunidade de entender melhor o mundo, como oportunidade de crescer culturalmente, vai exigir das políticas públicas, que seja colocada como prioridade. Não tem outro dinheiro que não seja o dinheiro público para resolver a questão da universidade. Para tanto, é preciso que a sociedade entenda que a universidade é importante e as políticas públicas considerem essa importância. É um trabalho de longo prazo. Sempre teremos de lutar por nossa legitimidade.

**Maurício** - Considero que a sociedade tanto compreende a importância da universidade pública que o nosso vestibular cresce de demanda a cada ano.

**Rubens** - Poucas pessoas entendem quando se fala em financiamento na universidade. Qual é a proposta desse governo? Não é se retirar totalmente do financiamento das universidades. É jogar dinheiro só em algumas universidades que ele considera importantes. As outras teriam de buscar a sua sustentação. Ou cobrando dos alunos – e aí se limitariam à graduação, uma idéia idêntica ao sistema privado – ou buscando em alguns projetos e associações com o mercado produtivo. Os cursos de agronomia deveriam procurar sua sustentação junto aos fazendeiros e agricultores, o curso de Oceanologia, em Rio Grande, por exemplo, junto à Ipiranga e assim por diante. A nossa preocupação é que isso não dá conta. Por que Rio Grande não poderia ter outros cursos? Por que só cursos que ou os estudantes pagam – e portanto sustentariam só a graduação – ou cursos que só a empresa paga? E aqueles cursos ou atividades com uma demanda fundamental e ligada a certos setores que não têm condições de investir em pesquisa, como ficariam? Isso tem que ficar claro. Hoje, se pegarmos o mapa do Brasil, a UFRGS talvez se desse bem, mas a Universidade Federal do Acre?

**Adriana** - Isso aumentaria muito as desigualdades que existem neste País. O sistema federal de ensino superior deveria fazer com que o País se desenvolvesse de forma um pouco mais igualitária. Acho que a palavra que resume isso que a gente está falando é disputa de projeto. Porque é isso. Os mandantes hoje querem que o Brasil continue subordinado ao capital internacional – ao FMI, ao G-8. E para isso não precisa de universidade pública, gratuita, de qualidade. Não se pode falar em soberania sem deixar de falar de universidade pública. Qualquer país que desenvolveu tecnologia injetou recursos em pesquisa. Nós vamos ter desafios seríssimos. As *mesas de negociação* que estão colocadas vão até um ponto. Acho que a universidade não faz como deveria: apresentar a cara dessa universidade para a sociedade, fazer com que a sociedade se aproprie dela e passe a defendê-la com muito mais força. As pessoas passam aqui na frente e não se dão conta de quanto é importante ter essa instituição inserida aqui na comunidade, assim como em Rio Grande, em Pelotas, em Santa Maria e outras cidades. As pessoas muitas vezes não têm idéia do que é isso. Talvez a Vila Cruzeiro do Sul tenha, porque lá há um projeto de extensão importante. Talvez o MST, alguns segmentos tenham. Ao longo da nossa greve nós conseguimos uma doação de R\$100,00 da Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro do Sul, que recolheu R\$1,00 de cada pessoa e entregou o total para a ASSUFRGS, quando nós estávamos com o nosso salário cortado. Acho que a Universidade precisa mostrar a sua cara para a sociedade e trazer a sociedade aqui para dentro, de uma forma muito mais ampla. Não é segmentalizando a extensão ou a pesquisa. Tem que trabalhar com empresário? Tem. Mas tem que fazer pesquisa no assentamento do MST. Tem que fazer pesquisa e extensão a varrer, para que todo o conjunto da sociedade saiba da importância da instituição e venha junto com a gente defendê-la com unhas e dentes, senão passa uma visão corporativa.

**Rubens** - Não só fazer pesquisa, mas disponibilizar os resultados desses trabalhos para a sociedade. Nós queremos que o morador da vila venha à universidade e saiba o que está se fazendo.

**Maurício** - O ponto de vista estudantil vai ao encontro do que a Adriana colo-

cou. A universidade no geral, incluindo a nossa, tem que perder o medo de se integrar com os movimentos sociais. Sejam eles, a Associação da Classe Média, o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados. A universidade precisa estar lá. E isso implica uma mudança radical na política de extensão das universidades brasileiras. A extensão, nas greves está sendo relegada a um terceiro plano. Primeiro se coloca a pesquisa, o ensino de graduação. Isso tem que ser trazido para a pauta como prioridade. Nunca colocarei a sociedade como um quarto ou quinto setor dentro da universidade. Os quatro setores da universidade é que são um setor da sociedade. Precisamos ter essa compreensão: nós estamos dentro da sociedade e não é sociedade que está dentro de nós.

**Elisabete** - Hoje o MEC se vale do crescimento do ensino privado também para pressionar a universidade pública: “agora nós descobrimos que as pessoas estão dispostas a pagar para ter o ensino de graduação, por que não instaurar o ensino pago na universidade pública?” É sempre muito importante lembrar que se o ensino privado cresceu e uma parte dele se qualificou de fato, essa qualificação se fez com respaldo fundamental da universidade pública. Se a gente tem hoje professores mestres e doutores atuando na universidade privada, esses professores passaram pela universidade pública”.

**JU - Muitos se aposentam na universidade pública e vão trabalhar na universidade privada...**

**Adriana** - Não, muitos se exoneram da universidade pública para ir ganhar pelo menos o dobro numa universidade privada.

**Elisabete** - Se a gente quer que o ensino privado continue se qualificando é fundamental que o ensino público continue crescendo e continue sendo um ensino de referência.

**JU - No início, a greve passou quase despercebida. A reação das pessoas com a sua duração, começou aos poucos e foi crescendo. Ao final do processo, teve o apoio, a simpatia das pessoas. A greve terminou mas o processo de mobilização continuará?**

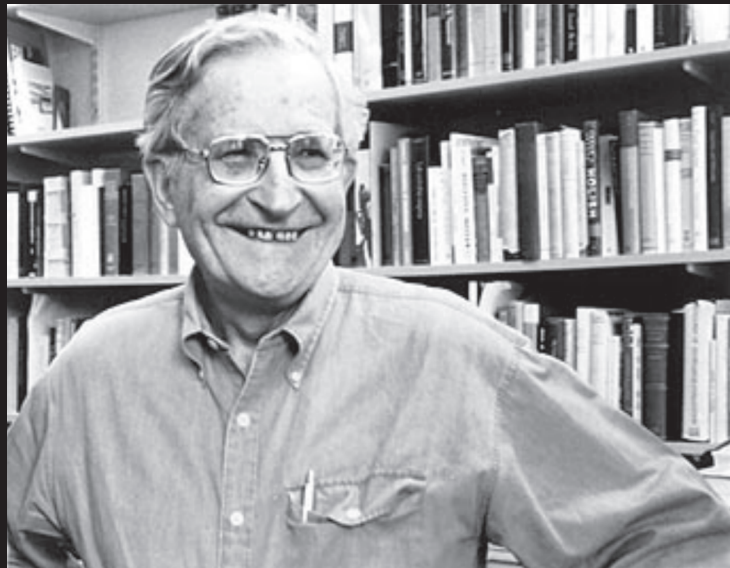
**Wrana** - Mais pela terceira parte em diante da greve, fui abordada na rua por muitas pessoas. Todo mundo perguntando como ficaria a Universidade. De todas as pessoas que conversaram comigo – e não foram poucas – um só, estrangeiro, que veio da antiga Formosa, e mora aqui há muito tempo, me disse o seguinte: “Eu acho, reitora, um absurdo, querer ganhar sem trabalhar”, quando o pagamento do salário foi suspenso. Foi a única manifestação nesse sentido. Depois que começaram as aulas, eu estive numa atividade do Museu de Arte do RS, onde estavam mais de 800 pessoas, muitas vieram falar sobre o retorno às aulas, ou parabenizar pelo bom desempenho da Universidade no Provão. Ninguém quer a greve pela greve. Nós perdemos evidentemente um tempo. Mas nunca um tempo é perdido completamente. Nós perdemos um tempo na realização da nossa atividade-fim, especialmente na graduação, em 2001. Mas houve um aprendizado. Com isso, não estou fazendo uma apologia da greve. Estou dizendo que há um aprendizado mesmo em momentos difíceis, a greve é um momento difícil, de tensão, onde se recebe e se faz crítica, onde as diferenças se acentuam ou não. Acho que houve um grande ganho. Acredito que a nossa Universidade tenha saído muito mais fortalecida. Nossos Conselhos saíram fortalecidos porque hoje nós temos uma discussão muito mais veemente

e avançada. Temos a participação de todos os segmentos dentro da universidade. Acho que nunca tantas pessoas puderam discutir os nossos problemas internos e externos. Temos pautas enormes internas a serem respondidas. Muitas delas não têm uma resposta imediata. Mas precisa ser construída uma resposta, não para satisfazer o demandante, mas para cumprirmos a nossa função. Temos maior clareza da questão externa. Sobretudo acho que temos muito mais respeitabilidade. Não acredito que as pessoas que encontro na rua façam as suas observações sobre a UFRGS para me agradar. Saímos fortalecidos para um trabalho que é muito maior, mais duro do que resistir os 108 dias de greve. Lá, era de resistência e construção de uma saída. Aqui, é de resistência e construção de um projeto e de uma nova universidade. A universidade não está falida como uma instituição que é capaz de gerar riqueza material, riqueza moral, ética, de justiça, solidariedade. Eu acredito profundamente nesses valores. Essa é a riqueza maior que tem um povo. Ela dá sentido para aquela riqueza material que a ciência e a tecnologia criam possibilitando o desenvolvimento.





# Noam Chomsky



## O pessimismo do intelecto e o otimismo do desejo

*Avram Noam Chomsky é um dos mais importantes intelectuais contemporâneos, conhecido mundialmente por seu longo ativismo contra a política externa norte-americana. Renomado lingüista, ele nasceu em 7 de dezembro de 1928 na Filadélfia, onde obteve seu PhD na Universidade da Pensilvânia. Chomsky escreveu mais de 30 livros sobre temas como intervencionismo, direitos humanos e mídia, além de várias obras no campo da lingüística. Ele vive em Cambridge, trabalhando no Massachusetts Institute of Technology (MIT) desde 1955. Convidado a fazer a palestra de abertura da conferência Um mundo sem guerras é possível, no Fórum Social Mundial 2002, Noam Chomsky vem atraindo, mais do que nunca, a atenção da imprensa nacional e internacional. Mesmo com a grande quantidade de solicitações de entrevistas enviadas a seu computador, ele se dispôs a responder, por e-mail, a uma série de questões formuladas por intelectuais, professores da UFRGS e pela repórter Laís Chaffe, do Jornal da Universidade.*

JANEIRO 2002 - EDIÇÃO Nº 48

**Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre - Qual a influência que a indústria armamentista norte-americana tem hoje na política externa do presidente Bush? A sua avaliação é de que as ações bélicas dos Estados Unidos deverão continuar em função das relações políticas de Bush com esse setor industrial?**

**Noam Chomsky** - Devemos ter em mente que a “indústria armamentista” é, com efeito, uma indústria de alta tecnologia. A famosa “nova economia” foi amplamente desenvolvida pelo financiamento de despesas militares, incluindo computadores e eletrônicos em geral, telecomunicações e tecnologia da informação (o que inclui Internet), automação, lasers, aviação “civil” (e, consequentemente, a imensa indústria turística), containerização e muito mais. Mesmo o vasto projeto de engenharia social de suburbanização foi conduzido em larga medida sob a tutela de “defesa”. Essa é a principal razão pela qual os Estados Unidos insistem em “isenções de segurança nacional” nos mal denominados “acordos de livre comércio”: essas exceções permitem que o vasto sistema de intervenção do Estado na economia continue sem impedir os princípios neoliberais — que, no tradicional costume de muitos séculos, são, em larga escala, uma arma contra os pobres. Claro que o Pentágono tem outros propósitos e é bastante franco sobre eles. O Comando Espacial dos EUA, por exemplo, justifica seus programas de militarização do espaço como necessários para proteger interesses comerciais e investimentos norte-americanos, indicando — acuradamente — que, no passado, os incentivos ao exército e à marinha tinham os mesmos propósitos. As relações do governo Bush com esse setor são, de certa forma, diferentes daquelas de outros presidentes, mas não muito. Tudo é feito com o mesmo objetivo básico de controle global e de preservação deste setor estatal dinâmico da economia, que socializa custos e riscos enquanto privatiza o poder e os lucros — “o real capitalismo”.

**Luís Augusto Fischer, professor do Instituto de Letras da UFRGS - Como foi o seu caminho de estudante de Matemática até a obstinação em avaliar o papel dos Estados Unidos no mundo? --**

**Chomsky** - Na verdade, o caminho foi na direção oposta, mas isso não importa muito. Eu fui um jovem ativista político, ainda adolescente, muito antes de ouvir falar em lingüística. Na realidade, nunca fiz cursos de graduação em Matemática, mas fui um grande autodidata, mais tarde, quando passei a me interessar por esses assuntos. Mas essas são questões de história pessoal — acidentais nos detalhes, como são a maioria das histórias pessoais, presumo. Não há nenhuma conexão séria entre esses interesses e as demais preocupações, exceto num nível bastante abstrato.

**Luís Augusto Fischer - Qual sua posição sobre um futuro Estado Palestino? Sua criação é viável?**

**Chomsky** - O primeiro reconhecimento oficial quanto à possibilidade de um Estado Palestino pela coalizão Estados Unidos/Israel ocorreu, pelo que sei, sob o governo de extrema direita de Benjamin Netanyahu. Seu ministro de Comunicação e Planejamento disse que os palestinos poderiam dar às regiões a eles designadas a denominação de “Estado”, se quisessem — ou, acrescentou elegantemente, do que bem entendessem. Com isso, foi bem além dos governos trabalhistas de Rabin e Peres, que o antecederam e negavam determinantemente o estabelecimento de um Estado Palestino. Sem dúvida, os Estados Unidos

aceitariam o mesmo arranjo. Em 1997, em uma conferência numa universidade israelense nos territórios ocupados, onde dei uma “aula inaugural”, eu li uma passagem da história da África do Sul, descrevendo os bantustões\* estabelecidos 40 anos atrás. Não foi necessário fazer nenhuma comparação: elas eram óbvias para a audiência. De fato, nas discussões israelenses, os planos têm sido regularmente denominados de “assentamento bantustão”. No verão de 2000, o negociador chefe do primeiro-ministro Ehud Barak em Camp David, Shlomo Bem-Ami (considerado um pacifista), descreveu os objetivos dos acordos de Oslo, de forma bastante precisa, como uma “permanente dependência neocolonial” para os palestinos. Esse tipo de Estado, os EUA e Israel, sem dúvida, aceitariam. O estabelecimento de um Estado Palestino com um modicum de independência depende do que os Estados Unidos decidirem, e isso, por sua vez, depende de questões internas norte-americanas, embora pressões internacionais não devam ser subestimadas. Os palestinos foram severamente prejudicados pelo fato de que a maior parte do mundo, inclusive a América Latina, abandonou seu prévio compromisso com um Estado Palestino Independente, ao lado de Israel, quando os Estados Unidos tomaram o controle diplomático unilateral do Oriente Médio após a Guerra do Golfo, primeiro em Madri, depois no processo de Oslo. Isso também pode mudar.

**Gerd Bornheim, filósofo - Algumas considerações sobre o futuro mais imediato da história do homem: o senhor entende que este período tão cheio de convulsões é um retrocesso ou uma superação de todas as cargas milenares que sempre assolaram a situação da humanidade?**

**Chomsky** - Acho que a resposta para esta questão está em nossas mãos. Se existem leis na História, eu nunca ouvi falar delas. A quantidade de previsões sobre as questões humanas é enorme, e por boas razões. A vontade e a escolha do ser humano sempre foram fatores de enorme significado, e isso ainda é verdadeiro.

**Gerd Bornheim - O senhor acha que palavras como otimismo e pessimismo ainda têm sentido? Espiritualismo e materialismo são categorias que ainda conseguem explicar alguma coisa?**

**Chomsky** - Sempre faz sentido, na minha opinião, adotar a famosa frase de Gramsci, que ele tomou emprestada de Romain Rolland\*\* e constantemente repetia: nós devemos ter o “pessimismo do intelecto e o otimismo do desejo”. Esses conceitos sempre fizeram sentido, e acho que é assim que devemos usá-los. Quanto a espiritualismo e materialismo, acho que há uma boa quantidade de mal entendidos. Já houve um conceito significativo de materialismo, mas foi destruído por Newton, para seu grande horror, quando ele descobriu o que considerou “um absurdo”: que o mundo não é uma máquina. Até o fim de sua vida, ele buscou superar o absurdo, mas em vão. Lideranças científicas de sua época, e de muito depois, também encaravam o problema como um absurdo e tentavam superá-lo, mas sem sucesso. Finalmente, o absurdo foi incorporado como “senso comum científico”, junto com numerosos outros que se seguiram. Finalmente, tornou-se claro que o mundo não é inteligível para nós do modo como era esperado por Galileu e pela primeira revolução científica moderna, e que temos de construir as melhores teorias que pudermos, abrindo mão de antigas esperanças. À medida que o processo avançou, o materialismo desapa-

receu, pelo menos no sentido tradicional. Isso foi reconhecido academicamente pela história da ciência há muito tempo: no clássico estudo do século XIX sobre materialismo de Friedrich Lange, por exemplo. Por isso, é difícil dizer qualquer coisa sobre materialismo. E sobre espiritualismo, muito menos. Pessoalmente, pelo menos, não tenho uma idéia clara do que o termo possa significar.

**Luiz Roberto Lopez, professor do Departamento de História da UFRGS - Como o senhor relaciona a política do Estado de Israel com a política mais ampla da atual globalização imperialista?**

**Chomsky** - Israel persegue seus próprios objetivos, como outros países. Mas como outros países, dentro de um sistema de ordem internacional estabelecido pelos mais poderosos. Em 1958, a mais alta corporação de planejamento dos Estados Unidos, o Conselho Nacional de Segurança, reconheceu que um “corolário lógico” da oposição norte-americana ao nacionalismo árabe é o apoio a Israel como uma base confiável para o poder dos EUA na região. A implementação séria desse conceito ocorreu somente uma década mais tarde, quando Israel destruiu a principal força do nacionalismo árabe, o Egito de Nasser. Nos Estados Unidos, o ato foi considerado como uma importante contribuição aos objetivos nacionais na região. A aliança Estados Unidos/Israel começou a tomar sua forma atual naquela época, e Israel também se tornou o “queridinho” da opinião intelectual norte-americana, graças à sua capacidade de mostrar como lidar propriamente com lideranças do terceiro mundo: o que incluía, casualmente, a maioria da esquerda, algo que não deveria surpreender qualquer um que esteja familiarizado com a história da intelectualidade. Nos anos seguintes, a aliança se fortaleceu, por razões semelhantes. O governo Nixon definiu Israel como uma de suas patrulhas locais no Oriente Médio, controlando elementos ingovernáveis. O quartel-general da polícia, é claro, permaneceu em Washington, embora a Grã-Bretanha, com seus séculos de experiência nessas questões, seja vista como um confiável cão-de-guarda. A inteligência norte-americana e os senadores, que tiveram um papel importante nas questões do Oriente Médio e de energia, descreveram a política dos EUA na região como tendo “três pilares”: Arábia Saudita e os Emirados Árabes, onde está a maior parte do petróleo; Irã, então sob o poder do Xá, a maior força militar, assim como um produtor de energia; e Israel, outro soldado local, e muito eficiente. Quando o Xá caiu, o papel de Israel se tornou mais importante. Nessa época, o país também estava prestando serviços secundários, ajudando a implementar projetos terroristas norte-americanos ao redor do mundo, quando o Congresso dos EUA, sob pressão pública, restringia envolvimentos diretos. Isso foi particularmente verdadeiro na América Latina, onde Israel tinha íntimas relações com o regime militar argentino (que era cruelmente anti-semita, mas isso não fez diferença); treinou forças terroristas norte-americanas de ataque à Nicarágua e forneceu armas aos militares genocidas da Guatemala, entre outros serviços. O mesmo aconteceu no sul da África e no Extremo Oriente. Atualmente, Israel assemelha-se muito aos Estados Unidos: a economia é baseada, em larga escala, na alta tecnologia, integrada com a norte-americana e fortemente baseada no sistema militar. Israel compartilha com os EUA a recompensa pela maior desigualdade no mundo. Programas sociais, antes eficientes, estão se deteriorando, e isso tem um papel nos projetos norte-americanos na região, que

estão diretamente relacionados com o controle da energia. A antiga aliança de Israel com a Turquia hoje está completamente em aberto, incluindo a estreita participação na aliança militar EUA/Turquia, que inclui bases no leste turco para a aviação nuclear norte-americana. Tudo isso é uma tragédia para os judeus israelenses, na minha opinião (compartilhada com muitos israelitas) e, é claro, para os palestinos.

**Luiz Roberto Lopez - Quais fatores de interesse econômico existem por trás do visual de campanha anti-terrorista norte-americana?**

**Chomsky** - É bom lembrar que a “guerra contra o terrorismo” foi declarada 20 anos atrás, pelo governo Reagan, mais ou menos nos mesmos termos de sua renovação em setembro de 2001, e com muitas das mesmas lideranças. Há interesses econômicos, como em todas as questões políticas significativas. Mas ela serve, antes de mais nada, para encobrir outras políticas, como se fez com a “ameaça comunista”, quando ainda era possível apelar para isso sem cair no ridículo. A primeira “guerra contra o comunismo” foi usada como um pretexto para enormes campanhas de terrorismo internacional, acima de tudo na América Central, mas também no Oriente Médio, África do Sul e Ásia. E a atual “guerra” está sendo utilizada com propósitos similares, e também para estabelecer uma forte presença militar norte-americana na Ásia Central, de grande importância devido aos recursos energéticos e à localização estratégica. Não é questão de negar a existência de uma ameaça terrorista. Ela é bastante real. Por centenas de anos, a Europa e seus pares tiveram o monopólio virtual da violência internacional na qual estão hoje envolvidos: a Índia não atacou a Inglaterra, nem o Congo a Bélgica ou as Filipinas os Estados Unidos, e assim por diante. Agora isso mudou, ainda que não totalmente. A Europa e seus pares podem, pela primeira vez, ser os alvos. Neste sentido, o 11 de setembro foi um acontecimento histórico: não na escala da atrocidade, mas quanto à direção em que as armas estão apontadas.

**José Vicente Tavares, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS - Qual a sua análise sobre o Estado de Controle Social Penal que está produzindo o encarceramento de milhões de pessoas nas sociedades contemporâneas?**

**Chomsky** - Precisamos olhar para casos específicos. Tomemos os Estados Unidos. Vinte anos atrás, o país tinha aproximadamente a mesma percentagem de sua população nas prisões que outros países industrializados. As taxas de criminalidade também eram parecidas e permaneceram assim. Desde então, contudo, o número de pessoas encarceradas vem crescendo constantemente; durante o governo Clinton, o aumento foi de 50%. Hoje, o índice é de cinco a dez vezes mais alto do que o de outras sociedades industriais, talvez até o mais alto do mundo, entre países que têm dados significativos, pelo menos. O principal pretexto para o aprisionamento tem sido a “guerra contra as drogas”, que tem muito pouco a ver com drogas, mas bastante a ver com controle social: isso elimina aqueles que são supérfluos do ponto de vista da geração de lucros e apavora os demais. Trata-se de concomitantes naturais ao programa neoliberal levado a cabo durante esses anos. Contrariamente à propaganda, esses programas tiveram um efeito prejudicial à economia e para a maior parte da população — ou seja, a de menores salários, com rendimentos obtidos somente mediante pesadas cargas de trabalho, atualmente as mais altas no mundo

industrial. A famosa “economia de contos de fadas” é como a dos países de terceiro mundo: estreitamente concentrada em setores privilegiados. Nos países pobres, lida-se com os problemas de controle social através da violência: esquadrões da morte e outros aparelhos. Os países ricos são mais civilizados; os EUA recorrem ao encarceramento, que, de certa forma, tem um objetivo social similar. Vale a pena atentar para as conclusões que se seguiriam se os prisioneiros fossem contados como parte da força potencial de trabalho, como deveriam ser – eles são preponderantemente pobres (o que, nos Estados Unidos, significa, na maior parte dos casos, negros e hispânicos), homens e em idade produtiva. Se adicionarmos essas pessoas aos desempregados, como deveríamos fazer, então as taxas de desemprego norte-americanas se aproximariam das europeias. E se tornariam consideravelmente mais altas se somássemos ao total, como seria correto, o imenso sistema de controle social relacionado ao encarceramento: forças de segurança, polícia, o sistema criminal judiciário, etc. Até a construção de prisões transformou-se numa indústria importante. O sistema norte-americano de reduzir o desemprego através de baixos salários benéficos, e alta insegurança profissional – “mercados de trabalho flexíveis”, na terminologia técnica – é, acima de tudo, uma fraude, fato que deveria despertar algum interesse por parte daqueles que anseiam por seguir o mesmo percurso maravilhoso.

**José Vicente Tavares - Qual a possibilidade de construção de novas utopias no mundo atual?**

**Chomsky** - Acredito que é a mesma de sempre. Até mesmo maior, porque agora nós temos a compreensão e os meios que antes faltavam. Tomemos o fornecimento de alimentação: não há razões, fora as de política social, pelas quais alguém no mundo deva passar fome. Ou consideremos a tecnologia da informação. A tecnologia em geral é totalmente neutra: um martelo pode ser utilizado por um carpinteiro para construir uma casa ou por um torturador para esmagar a cabeça de alguém; o martelo não se importa. O mesmo é verdade para a tecnologia da informação. Ela pode ser utilizada para coagir e controlar, ou como um instrumento de libertação: por exemplo, uma forma de os trabalhadores controlarem os próprios locais de trabalho, sem um gerenciamento central. Essas observações podem ser generalizadas para muitos outros casos. Existem possibilidades gigantescas – para a destruição ou para construção de um mundo muito mais decente.

**Enno D. Liedke Filho, professor do Departamento de Sociologia da UFRGS - Em seu entender, quais são os mais significativos avanços científicos e tecnológicos recentes que abrem novas perspectivas para a educação?**

**Chomsky** - É muito difícil dizer. Meus interesses pessoais residem no domínio das faculdades mentais mais elevadas. Acho que houve significativos avanços nos estudos dos processos cognitivos e, por extensão, do cérebro, o que pode abrir perspectivas bastante promissoras. Mas o percurso da ciência não é mais fácil de prever do que o das demais questões humanas.

**Enno D. Liedke Filho - Um dos temas mais desafiantes dentro de uma nova ordem mundial é o da justiça e de sua aplicação, especialmente frente a crimes contra a humanidade. Como o senhor vê as possibilidades de criação e funcionamento de um sistema jurídico e judiciário mundial verdadeiramente justo?**

**Chomsky** - A questão é antiga, mas concordo que está tomando novas formas. O desafio básico é elevar o nível moral para que possamos aceitar truísmos elementares: por exemplo, o de que se algum padrão é aplicável aos inimigos, então é aplicável a nós. Estamos muito longe disso, como é dramaticamente ilustrado pelo problema do terrorismo que tem dominado nossa atenção. O mesmo é verdade para as intervenções militares. Os argumentos para “intervenção humanitária” quase não diferem daqueles utilizados pelos imperialistas europeus (e norte-americanos) do século XIX nem são mais solidamente baseados. A menos que se obtenha um nível mínimo de honestidade das sociedades mais poderosas, não há possibilidades sérias de se criar uma ordem jurídica internacional mais justa. Os Estados Unidos, por exemplo, há tempos tornaram claro e explícito – quase publicamente – que não há limites para tratados e leis internacionais, uma posição reafirmada, muito claramente, na guerra dos EUA e Grã-Bretanha no Afeganistão. E isso recebe uma atenção crítica muito limitada no Leste. Não estou querendo sugerir que isso é uma exclusividade dos EUA. Presumo que Andorra agiria da mesma forma, se tivesse poder para isso. Há tarefas enormes de educação, organização e ativismo que deverão ser realizadas antes que esses desafios possam, na minha opinião, ser encarados seriamente.

**Jornal da Universidade - O senhor se declarou cético quanto ao papel dos intelectuais na nova ordem mundial, já que as estruturas de poder não oferecem apoio àqueles que tentam alterá-las. Como essa nova ordem pode então ser desafiada?**

**Chomsky** - Isso tem pouco a ver com a “nova ordem mundial”. Através da história, os grupos que e atualmente chamamos de “intelectuais” tenderam a apoiar o poder, a autoridade e a violência. Como aqueles que escrevem a história são intelectuais, o quadro pode parecer mais atraente; mas é essa a realidade, com raras exceções. É muito fácil demonstrar tudo isso voltando aos tempos mais remotos. As estruturas do poder nunca tiveram intenção de tolerar seus críticos, fossem eles “profetas bíblicos” (os intelectuais hoje), sejam os críticos do Estado e da atual concentração de poder privado. Não se poderia esperar que fosse diferente. Como a nova ordem pode ser desafiada? Do mesmo modo que todas as suas predecessoras foram desafiadas, muitas vezes com ótimos resultados, felizmente para aqueles que estão vivos hoje.

**JU - O senhor acredita que o Fórum Social Mundial é um caminho eficaz de resistência popular e internacional à globalização?**

**Chomsky** - Acho que se trata de uma das iniciativas mais promissoras e de maior potencial no cenário mundial. Em que extensão ele vai concretizar sua promessa é impossível prever. Como sempre nos assuntos relativos à humanidade, é uma questão de ações e não de especulação.

## Luiz Osvaldo Leite



**“As elites estão acossadas pelo medo”**

*Apesar das múltiplas atividades que tem desempenhado em diversas áreas, Luiz Osvaldo Leite faz questão de ser visto como um educador. Atualmente, é professor do Instituto de Psicologia da UFRGS, do qual já foi diretor, é conselheiro da Faurgs e coordena o Comitê Central de Ética da Universidade. Ex-jesuíta, também atuou na área social como presidente da Fundação Estadual do Bem - Estar do Menor (Febem). Participou ativamente da área cultural, tendo sido duas vezes diretor da Divisão de Cultura de Porto Alegre. Seu último cargo público foi o de presidente da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Em duas horas de conversa com os jornalistas Clovis Ott, Ivo Stigger e Juarez Fonseca, do Jornal da Universidade, o professor Leite, 69 anos (mais de 30 deles na UFRGS), falou sobre essas experiências, expôs suas idéias sobre a crise social e a universidade pública, e revelou que seu sonho é escrever uma História da Filosofia no Rio Grande do Sul.*

MARÇO 2002 - EDIÇÃO Nº 49

**Jornal da Universidade - O senhor já fez o cálculo de quantos alunos passaram por suas classes?**

**Luiz Osvaldo Leite** - Não, e até gostaria de fazer, pois meu trabalho como educador se divide em muitas fatias. Uma delas, muito significativa, foi a dos cursinhos pré-vestibulares. Dei aula no IPV, na época em que era dirigido por Joaquim José Felizardo, Eneás de Souza, Amílcar Loureiro e Clóvis Duarte. Eram turmas enormes, de 150, 200 alunos. Também lecionei no Mauá, igualmente para turmas muito grandes. No IPV eu dava aulas de Filosofia para 28 turmas por semana. Foi um martírio que hoje não repetiria. A direção exigia que eu desse absolutamente a mesma aula para todas as turmas. Quando chegava na décima eu já não agüentava mais, pois tinha que repetir até as piadas. Depois têm os alunos de colégio, turmas grandes também — o científico do Anchieta tinha turmas com mais de 50, por exemplo. As turmas do clássico, as da faculdade também.

**JU - Quantas matérias o senhor lecionou?**

**Leite** - Nos cursos fundamental e médio dei Filosofia, História Geral e do Brasil. Na época, quem se formava em Filosofia, como eu, ganhava registro nessas três matérias. Era uma política do Ministério da Educação para entusiasmar o candidato, abrindo possibilidade de lecionar mais matérias. Isso no colegial e, basicamente, no Anchieta. Nos cursinhos, dei Filosofia. Depois, na Universidade, dei muitas aulas no curso de Pedagogia, trabalhei com disciplinas pedagógicas como orientação educacional e vocacional. Comecei a lecionar na UFRGS antes mesmo de fazer concurso, cheguei a ser assistente do professor Armando Câmara, dando História da Filosofia. Tive alunos que depois foram brilhantes professores, como a Margot Ott, o Lúcio Hageman, o Manuel Sarmento Barata. Eles estavam em crise com um padre jesuíta que dava aulas aqui e não deu certo, porque era um homem de extrema direita. Então vim substituí-lo, isso em 1961. Mas acabei deixando a Universidade até 1973, quando fiz concurso. Abriam concursos para Pedagogia, para Filosofia e para Psicologia. Nesse tempo, tinha se operado a grande mudança da minha vida, pois deixei de ser jesuíta. Eu devia ter feito concurso para a Filosofia, que era o meu campo, minha formação básica. Resolvi não fazer porque as cassações estavam no auge e pensei: não vou para a Filosofia porque senão daqui a pouco estou aí numa lista dessas. E eu precisava viver, embora com muito boa formação intelectual, estava começando a vida. Então, fiz concurso para Psicologia mesmo sem ter formação de psicólogo, pois muitas das cadeiras básicas se adaptavam à minha formação. Entrei em 1973 na Psicologia e estou lá até hoje. Éramos um departamento, e coincidiu que em minha gestão como chefe tenha sido encaminhada toda a documentação para transformar o departamento em instituto, do qual fui o primeiro diretor. Lecionei História da Psicologia, depois Psicologia da Personalidade e hoje trabalho mais com Ética.

**JU - Houve um tempo em que muitos professores de Filosofia, principalmente no Colégio, eram ex-padres, ou ex-seminaristas. Exatamente o seu caso, um ex-jesuíta. Dá para se livrar, como professor, da questão religiosa?**

**Leite** - Acho que sim, embora, dependendo da pessoa, não totalmente. Porque a formação do religioso incluía dois cursos, Filosofia e Teologia. O curso de Filosofia se rege, enfim, pelas normas da Filosofia, que trabalha basicamente

com a razão. É claro que quando se está em um curso de formação de futuros padres, de futuros religiosos, há, eu diria assim, um pano de fundo que é sempre teológico. Mas no desenvolvimento das disciplinas, no tipo de raciocínio, a finalidade é tu te liberares, raciocinares com tua cabeça, e não com a dimensão teológica. Lembro do padre Urbano Thiesen, que lecionava no Anchieta e foi convidado pelo mesmo Armando Câmara para dar aulas na UFRGS. Ele constatou que os cursos seminarísticos de Filosofia não eram inferiores ao curso da UFRGS. E começou a lutar pela oficialização dos estudos de Filosofia dos seminários. Estava certo, pois o percentual de jovens que estudam num seminário e acabam deixando é muito grande. Hoje, a legislação favorece mais, mas na época aqueles jovens saíam sem nada, sem nenhum título, às vezes até sem os cursos fundamental e médio reconhecidos. Não era justo. O padre Thiesen trabalha e consegue o reconhecimento do curso em 1953. E eu sou da turma de 54, quer dizer, meus estudos seminarísticos foram já pautados por uma legislação civil. O curso que fiz tinha um bom nível, embora com isso eu não queira dizer que todos os cursos seminarísticos tenham bom nível.

**JU - Como foi que o senhor se dirigiu para a formação religiosa? Coisa de família?**

**Leite** - Não. Nasci em Porto Alegre, me criei em Porto Alegre e fiz todos os estudos básicos no Anchieta, por sinal, naquela época um colégio de altíssimo nível, com grandes professores. Por exemplo, tive aulas de Latim com o padre Milton Valente, um homem cujos livros, os Ludus, se tornaram famosos. Ele nos ensinava não apenas a língua, mas também a cultura latina. Exigia que decorássemos os discursos e os declamásemos, e nos exigia até sob o ponto de vista da oratória. Fui aluno também de Heinrich Bunse, um dos maiores professores da História da UFRGS. Ele nos dava Grego e nos iniciou de uma maneira tão hábil, que, meninos de 14, 15 anos, líamos em grego o Novo Testamento, Platão, trechos de Homero. Outro grande professor do Anchieta era Jorge Paleikat, responsável pela tradução dos Diálogos de Platão da famosa coleção Biblioteca dos Séculos, da Editora Globo. Fui colega de aula de muitos que futuramente se destacariam na sociedade, como Luiz Fernando Cirne Lima, Leonidas Xausa, Renato Faillace e tantos outros. Até hoje nos reunimos, anualmente, para um jantar.

**JU - E a religião?**

**Leite** - Meus pais eram religiosos, mas nada de mais, apenas essa religião tradicional. Ficaram muito tristes com minha decisão de ir para o seminário, não gostaram. No dia em que saí de casa acho que saí de barco, no meio das lágrimas deles... Foi uma coisa totalmente inédita em minha família e causou surpresa porque eu era um jovem normal, que gostava de bailes, de Carnaval. Mas entrei no seminário com relativa consciência, pois na época um jovem de 18 anos tinha mais maturidade que os de hoje. Não é que fôssemos melhores que os jovens de hoje, é que a vida atual é mais complexa, a adolescência se prolongou, os filhos ficam mais tempo em casa.

**JU - Então o senhor entra para o seminário em São Leopoldo?**

**Leite** - Não, primeiro foram três anos em Pareci Novo, um município perto de Montenegro, onde estudei Letras com ênfase em latim, grego e oratória. A formação dos jesuítas era extraordinária, tu tinhas Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa, Estilística. Aí faço três anos de Filosofia em São Leopoldo e venho

lecionar no Anchieta, pelo fato de ter sido aluno, e também faço a UFRGS. Esse tempo no Anchieta foi uma de minhas mais ricas experiências. Fui professor de uma turma de clássico, eram só dez alunos, e exigiam tanto da gente como talvez nem na universidade exijam. Entre eles estavam Francisco Ferraz, Luiz Paulo de Pilla Vares, Manuel André da Rocha, Luiz Inácio Medeiros, Plínio Dêntice. Era uma turma que te desafiava. Bem, mas aí vou fazer Teologia, quatro anos em São Leopoldo, mais um ano de estágio em Volta Redonda, onde tive contato com o mundo operário trabalhando em uma vila.

**JU - Quando o senhor começa a questionar a vida religiosa?**

**Leite** - No início da década de 60, quando estou fazendo Teologia, e se realiza Concílio Vaticano II. E ele abala, porque se abrem muitas portas, se discutem muitas coisas de teologia dogmática mas também de disciplina eclesial, à frente da qual o celibato. É o momento em que grande número de padres deixa o sacerdócio. Terminei minha formação e volto para o Anchieta, já o novo Anchieta, em plena efervescência. No final de 1964, houve um choque no colégio, com o aluno Eduardo Aydos, hoje professor da UFRGS, proibido de fazer o discurso de formatura. Daí que pego esse momento de muita agitação ideológica e...

**JU - Voltemos à pergunta.**

**Leite** - Vou respondê-la. O religioso jesuíta faz três votos e, conforme o caso, um quarto: pobreza, castidade, obediência, e depois, um voto de obediência especial ao Papa. Devo confessar que nunca tive maiores problemas com a obediência, embora algumas pessoas tenham.

**JU - Em que consiste o voto de obediência?**

**Leite** - Tens que estar totalmente à disposição do superior. Podes discutir, argumentar, e ele pode te ouvir, ponderar os teus argumentos, mas pode dizer “não, vais para o Mato Grosso trabalhar com os índios”. Ou pode te mandar para um colégio, uma universidade, uma paróquia. E tens que ir.

**JU - E o de pobreza?**

**Leite** - Significa que o religioso não tem liberdade de uso do seu dinheiro, não tem dinheiro próprio, o dinheiro é da ordem. Um exemplo: quando dei aula na UFRGS, em 1961, como assistente de Armando Câmara, eu ganhava salário como qualquer professor. E o que fazia com o dinheiro? Entregava todo para a ordem. Quando vinha dar aula em Porto Alegre, tinha que ir ao ecônomo pedir dinheiro para o ônibus. É um verdadeiro comunismo, uma caixa comum. Todos os trabalhos de todas as pessoas vão para aquela caixa. E a ordem paga tua alimentação, roupas, sapatos, transporte, tudo, inclusive uma cirurgia, se precisares fazer. Há inclusive regras para uma possível herança tua. Depois de fazeres os votos, a herança vai para a ordem.

**JU - Chegamos ao voto de castidade!**

**Leite** - Está vedado qualquer tipo de contato sexual. O que não quer dizer que os religiosos não possam ter faltas e levar uma vida dupla. Assim como não quer dizer, no caso do voto de obediência, que não possa de repente ter uma crise e desobedecer, e no caso do voto de pobreza, venha a ter, vamos dizer assim, um caixa dois. No meu caso, não tive dificuldade nos primeiros votos. Meu problema concreto foi o celibato. Quando entrei na ordem achei que dava e vivi muito tempo com o voto de castidade. Agora, quando a coisa começou

a ficar muito difícil, pensei: não vou ficar maluco. E fiz o que poucos fazem. Estava trabalhando no Anchieta e reuni a comunidade, os padres, os estudantes e disse para eles que gostava dos jesuítas, que era muito grato à formação que tive, mas estava saindo por causa do celibato.

**JU - O senhor já estava apaixonado por alguém?**

**Leite** - Naquele momento não, e até se prestaria a algumas interpretações, pois a mulher com quem casei, Luísa, foi religiosa também. Era franciscana bernardina, e, interessante, trabalhei muito com as irmãs, preguei retiros, dei sermões, fui confessor, etc, mas nunca cruzei com ela. E no Anchieta nós nos encontramos, ela era diretora do primário e eu trabalhava no segundo grau. No primeiro momento não houve maior problema, mas quando saí da ordem fui ao reitor e me abri: “Olha, vou lhe dizer mais: tenho interesse na professora Luísa”. Mas não foi uma história de porque nos amamos, saímos. Curiosamente, eram duas pessoas que estavam se questionando. Ela até saiu um pouco antes de mim.

**JU - Estamos no início dos anos 60, antes das revoluções sexuais que logo viriam, sexo livre, feminismo, nudez liberada. Dá para imaginar o que sente um jovem seminarista hoje, diante de todos os apelos sexuais explícitos?**

**Leite** - Não tenho mais contato com eles, mas acho que é mesmo muito difícil. Deverão ter uma vocação realmente sólida.

**JU - Falando nos jovens religiosos, qual sua opinião sobre a atuação espetacular do padre Marcelo Rossi? Seria uma resposta da Igreja Católica às igrejas pentecostais?**

**Leite** - Sem dúvida, a Igreja se preocupou com o crescimento das pentecostais. Mas é importante dizer que nos tempos mais recentes a Igreja sofreu uma grande divisão. De um lado está o grupo que tem preocupação social e que forma o contingente da Teologia da Libertação, com homens extraordinários, pensadores vigorosos. Não é por nada que Michel Levy, um marxista, escreveu um livro só sobre os teólogos da libertação. Do outro lado está o grupo que é conservador em questões sociais, mas inovador no ritual, dando ênfase ao carisma, à profecia, ao culto. Este grupo vai apoiar e aplaudir o padre Marcelo Rossi. Já os que têm preocupação social não simpatizam muito com a atuação de Marcelo Rossi, no sentido de que o tipo de trabalho dele seria alienante. Não vou tão longe, acho que ele é alientante, mas acho também que uma certa deficiência do pessoal mais engajado é não levar em devida conta a dimensão religiosa do homem. E me pergunto se as coisas não podem conviver. Posso ser religioso e expressar externamente minha religiosidade, e posso lutar pelos direitos, pela justiça. Aliás, as análises que se fazem do papa João Paulo II são muitas vezes unilaterais. Certos setores condenam o Papa por sua posição em questões ético-morais, principalmente familiares, como limitação de natalidade, homossexualismo etc, nas quais ele é extremamente conservador. Mas não se tem dado a ênfase necessária à pregação social de João Paulo II, onde ele é extremamente avançado.

**JU - Há muitos anos o senhor trabalha e convive no ambiente secular da universidade, que obedece ao primado da razão. Ao mesmo tempo, muitos de seus amigos são agnósticos e sérios críticos da religião. Como o senhor se comporta diante de uma discussão aguda sobre razão, materialismo, religião, espiritualismo? Como defende seu ponto de vista religioso e como faz para não se sentir agredido por manifestações que não concordam com a religião?**

**Leite** - Tenho um profundo e entranhado respeito à pessoa humana e levo esse respeito à dimensão mais radical. Ora, o respeito à pessoa humana vai incluir o respeito às suas opções. Se convivo com um ateu, ou um agnóstico, ou um anti-religioso, ou um antiteísta, como foi Sartre, mais do que ateu, e tenho respeito à essa pessoa, devo respeitar sua opção. E não há por que eu querer transformá-lo. Sou um homem de fé, e claro que, como respeito esse que não tem fé, também desejo que ele me respeite.

**JU** - Em meados do século passado, mais enfaticamente nos anos 60, uma das coisas que se dizia é que “Deus está morto”. Como chega na civilização ocidental do século 21 a imagem de Deus? Em que ela evoluiu, em que diminuiu, em que permaneceu estável?

**Leite** - Toda a reflexão sobre “Deus é morto” começa com Nietzsche, mas pensadores mais recentes também trabalharam muito a idéia. E acho que ela tem ajudado a purificar a idéia de Deus, que ao longo da História foi sendo corrompida. Se o marxismo diz que a religião é o ópio do povo, ou se pegamos uma reflexão na linha psicanalítica, Freud, para quem a crença e a vida religiosa seriam essencialmente neuróticas, podemos concordar. Muitas vezes a vida religiosa é, sim, neurótica, e a religião muitas vezes serviu para ópio do povo. Diante dessas reflexões sobre a morte de Deus, digo: que bom que está morto! Esse Deus tem que morrer mesmo! A imagem do Deus vingador, castigador, tem que morrer. Quando os discípulos pedem a Cristo que os ensine a rezar, o que ele faz? “Pai nosso que estais no céu...”. Há imagem mais suave, mais bonita e mais delicada que a do pai? Quer dizer: Cristo aproxima Deus do pai, e quem é pai sabe disso. O que tu não fazes por um filho?

**JU** - Pode ser que a idéia de Deus tenha se tornado mais abrangente, mais generosa, mais terna do que na Idade Média, por exemplo. Mas o Século 21 começa com o anúncio de uma nova cruzada, e extremamente religiosa, com o senhor Bush convocando o mundo ocidental para uma guerra contra os infiéis. E vice-versa. Como o senhor vê isso?

**Leite** - Vejo com olhos muito doídos, porque não é esse o mundo que queremos, o mundo que um cristão verdadeiro quer. Embora, é preciso dizer, toda essa “cruzada” tenha grande apoio dos cristãos. Mas aí também está a imagem de um Deus falso, vingativo. Toda a questão posterior ao evento do 11 de setembro é excludente, unilateral, movida pela vingança. Esse tipo de mundo e de construção são abomináveis para o verdadeiro cristão.

**JU** - E o lado dos muçulmanos?

**Leite** - Tenho pensado muito sobre isso e proximamente quero estudar um pouco mais o mundo muçulmano. Porque também resisto a acreditar no que dizem sobre eles, ou no que pintam deles, por interesse. Embora seja contra o fundamentalismo radical. Mas é preciso estudar para saber. Os jesuítas costumam fazer estudos de diálogos sobre as grandes religiões. Muitos trabalham nesse sentido na Índia, no Japão, e também com o mundo muçulmano, no Oriente Próximo. Há até um livro que mereceu alguma ressalva do Vaticano, de um jesuíta canadense chamado Dupuis, em que ele fala do pluralismo cultural. De qualquer maneira, sou contra todo fundamentalismo radical, seja de muçulmanos, seja de cristãos.

**JU** - Mudando de assunto: o senhor destacou a qualidade do ensino que teve e que havia na época em que passou a lecionar. E hoje? Qual sua opinião sobre o ensino?

**Leite** - Eu não digo que evoluiu nem que involuiu, digo que ele mudou. Sem dúvida, o aluno do momento em que iniciei o magistério era outro, porque o mundo era outro. No curso secundário estudei francês e esse francês me basta até hoje, assim como o inglês e o espanhol. Estudei latim e até diria que é a língua que melhor domino, leio e falo. Hoje faltam algumas coisas, são lacunas, mas o mundo mudou e em muitos pontos para melhor. Vejam que a televisão começa em Porto Alegre em 1959, portanto comecei meu magistério sem televisão. Aquele jovem dispunha de mais tempo para a leitura, para a pesquisa. Os alunos do Anchieta a que me referi antes fizeram estudos profundos da Divina Comédia, só para dar uma idéia. A diferença é que as coisas mudaram. Cito como exemplo os alunos da Faculdade de Comunicação, a Fabico, onde dou aulas há mais de dez anos. Eles têm uma horizontalidade maravilhosa, um interesse por tudo.

**JU** - Vindo desse mundo sobre o qual estamos falando, o seminário, o Anchieta, a universidade, todas essas experiências intelectuais e religiosas, enfim, como é que o senhor foi cair na Febem?

**Leite** - Antes de mais nada, em minha vida tenho sido sempre uma pessoa voltada à educação. Como educador, atuei em três frentes: o ensino, o social e a cultura. Mas a Febem: o então deputado estadual Augusto Trein tinha um filho no Anchieta e ali me conheceu. Quando foi eleito deputado federal, tive a oportunidade de ajudá-lo na transferência do rapaz para Brasília. Dois anos depois, ele é escolhido secretário do Trabalho e Ação Social e recebe pressão de dois senadores que indicavam nomes diferentes à presidência da Febem. Para não entrar em conflito com os senadores, Trein opta por um terceiro caminho e resolve escolher um educador. Eu trabalhava na área de cultura da Prefeitura, alguém sugere o meu nome, e assim me torno presidente da Febem, em 1979. Foi uma grande experiência, pois tudo o que eu sabia de educação foi por águas abaixo. De repente me vi trabalhando com carentes, e, muitas vezes, carentes delinquentes. Aqueles jovens precisavam de um outro tipo de educação e trabalhamos nesse sentido. Bem, fui o presidente que mais durou na Febem, mais de quatro anos. Com muitas crises, sim, e até devo confessar que em alguns momentos tive medo de alguma represália.

**JU** - Represália por parte de quem?

**Leite** - Tínhamos medo, pois se um jovem é punido, de repente pode... O meu antecessor um dia chegou no gabinete e estava furado o forro da sala e sobre a mesa havia um enorme facão. Ele interpretou: isso é um recado.

**JU (Ivo)** - Nessa época, fiz com o senhor uma matéria para o Correio do Povo e o senhor me disse que todo o trabalho que se fazia na Febem era, na verdade, apenas um esparadrapo social, que um câncer estava sendo tratado com esparadrapo. E previu que se não houvesse uma ampla e forte intervenção dos governos e da sociedade nas causas que geravam aqueles garotos da Febem, certamente dentro de 30 anos o Brasil viveria uma situação de guerra civil nas grandes cidades. Não é outra coisa o que quase temos hoje. O senhor é profeta?

**Leite** - Não sou profeta, mas a sensibilidade social me indicava isso. No período em que estive na Febem percorri todo o Estado e isso me deu uma visão fantástica do problema. Tive ótimos assessores que também me municiavam de informações.

**JU** - E aquela matéria lhe criou problemas...



**Leite** - Muitos problemas. Fui chamado, foi posta uma faca no meu peito, me perguntaram como eu fazia tais críticas se era o homem da área e tal. Inclusive os funcionários ficaram com algumas interrogações, enquanto eu dizia que a sociedade ideal para mim não teria Febem. Uma das frases que eu dizia era: se não conseguirmos fazer por amor, vamos fazer por medo. O ideal é que tivéssemos solidariedade, amor a essas crianças, e resolvêssemos o problema – embora saibamos que não é o indivíduo que o resolverá. Mas se não for suficiente o nosso amor, eu dizia, que seja o medo, porque um dia eles descerão do morro. E, naquela época, não tínhamos essas grades que hoje cercam todas as nossas casas, transformadas em prisões.

**JU - Se sua profecia se cumpriu, significa que nesses 30 anos nada foi feito para atacar as causas das questões que gestavam aquelas crianças.**

**Leite** - Isso é certo, e se atacou foi numa dimensão muito pequena, tanto que o problema não apenas continua como aumentou.

**JU - O que o senhor acha da idéia do candidato à presidência José Serra, de criar um Ministério da Segurança Pública? Não seria melhor um Ministério para a Pobreza?**

**Leite** - Lembro da professora Ecléa Fernandes, mulher de grande visão e sensibilidade, que na mesma época era presidente da Funabem – trabalhamos muito juntos. Ela me contava das propostas que recebia e não esqueço uma: queriam que ela criasse na Amazônia uma grande casa para 500 menores. Ou seja, fa-lemos como Chico Buarque: “Afasta de mim esse cálice”. Se temos gente nas ruas, vamos botar todos no meio da selva! Não sei se vocês se recordam, mas nós lutamos contra uma coisa que se fazia, que era a “limpeza” do centro da cidade no Natal. As madames que iam comprar os seus presentes não queriam a companhia do menor que talvez as assaltassem. Então, a Brigada Militar fazia a chamada “Operação Papai Noel”, para limpar o centro.

**JU - Como educador e ex-presidente da Febem qual sua solução para o problema do menor?**

**Leite** - Todos sabemos que a principal ação nesse sentido deve atacar as causas, que são muitas. Sobre uma delas eu falava na época, perguntando quem poderia fazer mais por esses jovens. Eu, presidente da Febem, ou o diretor dos organismos que cuidam, por exemplo, do saneamento básico? Diziam que eu estava maluco. Pois é, mas acho que quem trabalha pelo saneamento pode fazer mais pelo menor, pois está atingindo uma causa que é responsável por problemas sérios de saúde dessa criança, que sai de casa e está no lodo, em meio ao lixo. É preciso haver uma ação maciça em causas como essa, para começar. Agora, eu também não vou deixar que morra toda uma geração, e que toda uma geração se encaminhe para o crime, então nesse sentido acho que são válidas as ações preventivas. E a educação é absolutamente fundamental. Quando é que este país vai colocar a educação como prioridade nos seus orçamentos?

**JU - Dentro do atual modelo econômico o senhor acha que essas primeiras soluções sejam possíveis?**

**Leite** - Temos que caminhar muito. Não é possível ainda porque estamos longe de uma sociedade justa.

## Carlos Roberto Antunes dos Santos



**“A universidade precisa ser vista  
como patrimônio social”**

*A poucos dias de terminar seus mandatos de reitor da Universidade Federal do Paraná e de presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos esteve na UFRGS proferindo palestra sobre “Sistema Federal de Ensino Superior – Perspectivas”. Do seu programa na cidade fez parte um encontro com Arlete R. de Oliveira Kempf, Clovis Ott e Ida Stigger, do Jornal da Universidade, para uma entrevista onde fez avaliações do presente e do passado e sugeriu alternativas para o futuro. Disse que a última greve tornou a Andifes mais forte e mais unida, declarou-se favorável “por princípio” ao ensino público gratuito, confia que, pelo menos proxima-mente, não haverá alteração neste sistema e alerta para o papel estratégico da universidade pública.*

ABRIL 2002 - EDIÇÃO Nº 50

**Jornal da Universidade - Como o senhor avalia a evolução das universidades federais brasileiras na década de 1990?**

**Carlos Roberto Antunes dos Santos** - Não dá para especificar a década de 90 sem falar nas de 70 e 80, porque o grande salto que as universidades públicas federais deram foi a partir da reforma de 1968-70, que instituiu, dentre outros, dois elementos fundamentais, a dedicação exclusiva e a pós-graduação. As universidades passaram a se preocupar mais com a pesquisa, com a produção do conhecimento, com a pós-graduação e a qualificação. Hoje, nas universidades públicas federais, o número de doutores aumentou consideravelmente, e não apenas entre docentes, mas também entre servidores técnico-administrativos. Aumentou a titulação de mestres, doutores, e isso fez com que a universidade pública entrasse os anos 90 como uma universidade de muita qualidade. Nesses anos, a universidade se defrontou, e tem se defrontado, com o que nós chamamos de “modernização do país” e, portanto, a “modernização da universidade”, com a disseminação, por exemplo, da informática.

**JU - O que isso trouxe de importante para a universidade?**

**Santos** - Foi fundamental. Com o laboratório de informática na graduação e na pós-graduação, polarizados dentro da universidade, foi possível que as instituições estabelecessem uma rede interna e se comunicassem com as outras universidades. Permitiu ainda que passassem a ter uma intervenção social mais forte, com o ensino a distância, que para nós é fundamental. A nossa universidade é pioneira na educação à distância para a graduação com a formação de professores. Hoje, temos no país 600 mil professores leigos (só no Paraná são 30 mil). Portanto, há necessidade de qualificar esse corpo docente, e nisso a educação à distância tem sido fundamental. A informatização facilitou as pesquisas interdisciplinares, naquilo que chamo “a sociedade do conhecimento”. O conhecimento é a chave para abrir qualquer porta para a vida profissional. Tem, portanto, uma demanda muito forte em direção às universidades, não só para o acesso através do vestibular, mas também para a terceira idade, que busca a universidade agora para se qualificar cada vez mais. Então, a universidade está sendo chamada e, hoje, representa um papel estratégico. O país que quer investir no seu futuro tem que investir na educação, principalmente no ensino superior. Esse quadro que se construiu ao longo dos anos 90, coloca uma série de desafios para a universidade.

**JU - Atualmente, quais são os maiores entraves ao desenvolvimento da universidade pública brasileira?**

**Santos** - O primeiro deles é a falta de autonomia. A universidade sem autonomia é lenta, pesada, não pode planejar, não tem como buscar, como se flexibilizar, fica bastante limitada. A gestão pública da universidade sem autonomia faz com que a instituição tenha enormes dificuldades nas mais diversas áreas. É o primeiro problema. O segundo é a falta de recursos orçamentários. Avançamos. Estamos em 2002, trabalhando com 500 milhões de custeio, fato inédito na história da universidade mas, em compensação, isso não é suficiente. Queramos ou não, a universidade tem suas contas de água, luz, telefone, serviços terceirizados etc., que aumentam constantemente e para os quais os recursos não vêm na mesma proporção. Então, a questão é crônica. A falta de recursos é uma crise secular da universidade. E o terceiro entrave, que hoje está quase se tornando

o primeiro, é a falta de reposição de quadros. Muita gente se aposentou e está se aposentando dentro da universidade. Estão saindo, tanto professores como técnico-administrativos e não temos condições de abrir concursos para reposição de quadros. Esses três pontos são fundamentais e diria que são os obstáculos que impedem que a universidade possa se tornar mais ágil, mais flexível, para que possa atingir seus objetivos mais rapidamente.

**JU - Neste começo de século, e neste cenário globalizado, qual (ou quais) os maiores compromissos e as maiores tarefas das universidades públicas brasileiras?**

**Santos** - Em uma “sociedade do conhecimento”, e se chama hoje “sociedade do bem-estar ativo”, onde o trabalho produtivo é a variável essencial, a universidade tem um papel estratégico até mesmo ao produzir conhecimento científico e tecnológico. Permite que a produção nacional avance, nos mais diversos aspectos, e isso faz com que o país não tenha só que importar tecnologia. Hoje, esse papel estratégico da universidade significa uma forma de manter a soberania do país. Investir em educação, em produção de conhecimento científico, significa se preocupar com a soberania do país. Atualmente, este é o papel fundamental das universidades. E no Brasil, nas universidades públicas, não significa que as universidades sejam todas iguais. São heterogêneas. Têm as suas diferenças, mas é fundamental que seja mantido o que é chamado de sistema federal no ensino superior. É isso que dá identidade às universidades. As universidades são heterogêneas? Sim, mas têm identidade, são públicas, são gratuitas, são de qualidade, se inserem cada vez mais numa comunidade. O papel da universidade é o de responder às demandas da sociedade. Por exemplo: permitir cursos mais adequados às necessidades do momento, novos cursos de graduação, pós-graduação, em função da própria transformação da sociedade, demanda de mercado etc. Esta é uma resposta que a universidade deve dar. É um desafio proposto à universidade perante a sociedade. E a universidade precisa ser vista pela sociedade como patrimônio seu, como patrimônio social. A universidade não pode se afastar da comunidade porque é o apoio que a comunidade lhe dá que permite a melhora contínua.

**JU - Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, no dia 21 de outubro do ano passado, o ministro Paulo Renato disse que o atual sistema de financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) “se esgotaria em 5 ou 6 anos”, dando a entender que o projeto do governo é introduzir a cobrança no ensino no sistema público ou privatizá-lo completamente, se reeleito for. Mencionou até a possibilidade de um modelo, em que os alunos pagariam por seu nível de renda. A cobrança do ensino resolverá o problema do financiamento das universidades públicas? Permitirá que os pobres entrem na universidade?**

**Santos** - A universidade pública só é de qualidade porque se mantém o preceito da gratuidade. Isso não quer dizer que não tenha que captar recursos. Tem e deve. É uma obrigação social fazer isso. Porque se ela não fizer, outras farão. A universidade precisa captar recursos, se inserir cada vez na comunidade, com a sociedade produtiva, seja patronal, seja de trabalhadores. A universidade tem que estar na frente, prevendo o futuro, dando dimensões. E isso não implica comprometer a gratuidade. Eu não vejo captação de recursos como oposição à gratuidade. A universidade tem que ter controle social sobre isso. Por outro lado, ao fazer essas observações, o ministro considera que a universidade vai ter que enfrentar, mais adiante, a discussão sobre a gratuidade. Não adianta vulgarizar a questão da

gratuidade no sentido de defender a universidade, simplesmente por defender. A gratuidade está vinculada à questão da qualidade. O que transparece é, exatamente, a obrigação do Estado em manter a universidade, entendendo que investir em educação é algo fundamental. Por princípio, sou contra o ensino pago. Mesmo que houvesse um ensino pago, nas condições em que a nossa população está, não poderia pagar uma mensalidade muito elevada. Isso não significaria nada em relação ao que nós precisamos. Chegaríamos aos 10% do custo da universidade e isso não seria nada. Não vale a pena todo um esforço em privatizar, implantar um ensino pago na universidade se isso traz problemas quanto à qualidade. Portanto, é uma questão de princípio. Sob um ponto de vista bem prático, não traz recursos necessários para a manutenção da universidade. Hoje, nas universidades privadas, a inadimplência é muito grande. Chega a 30, 40%. A população não tem condições de pagar. Por exemplo: 30% das vagas dos vestibulares das universidades privadas não foram preenchidas. E é plano do governo, dentro de 10 anos, colocar 30% da população de 18 a 24 anos na universidade, seja pública ou não. O Brasil é “lanterninha” na América Latina quanto à população de 18 a 24 anos no ensino superior. Nós temos apenas 12% dessa população nas universidades públicas e privadas.

**JU - Como ilustração, compare a outros países...**

**Santos -** ...22% da Bolívia, 24% do Chile, o Canadá com 40%...

**JU - Como o governo poderia colocar esses jovens entre 18 a 24 anos na universidade?**

**Santos -** Não poderia, agora. As universidades públicas não têm condições de abrir vagas para vestibular, até porque aumentam cada vez mais as demissões dos docentes e não há reposição de quadros. As condições de trabalho são bastante difíceis. E nas universidades privadas, onde a população tem que pagar, há essa enorme inadimplência.

**JU - Qual é a saída?**

**Santos -** A saída é expandir o ensino superior público, permitindo que mais vagas sejam oferecidas à população.

**JU - Mais vagas implicam mais financiamento...**

**Santos -** O compromisso do governo é o de melhorar a universidade. Esse plano não será atingido nem em 20 anos, diante da atual situação. Então, levar a sério o futuro do ensino superior, significa investimento na universidade, vagas para docentes e servidores técnico-administrativos e expansão do sistema.

**JU - Por que a defesa do sistema de ensino superior público federal é tão débil no cenário político, econômico e social, se é majoritariamente nele que se formaram os líderes, governantes, empresários, políticos e profissionais que vêm decidindo a vida deste país?**

**Santos -** Nós temos no Parlamento um comitê de apoio e solidariedade à universidade pública. São deputados e senadores que compõem esse comitê, e ele é muito importante. Há um reconhecimento do Parlamento sobre o papel da universidade pública. Acho que não estamos sabendo usar a força que temos. Durante a greve foi feita uma mobilização e conseguimos o apoio do Parlamento para que as reivindicações fossem atendidas. Talvez a universidade não tenha valorizado essa potencialidade que tem, como instituição que produz conhecimento de qualidade. Isso é um trabalho que precisa ser feito: mostrar, principalmente à sociedade civil organizada, que a universidade é um patri-

mônio social. Acredito que não investimos na potencialidade que temos e não estamos sabendo usá-la.

**JU - O fato mais importante, ultimamente, foi a greve. Como a Andifes está se estruturando para os próximos movimentos que, fatalmente, virão?**

**Santos -** A greve, por mais dificuldades que tenha trazido para as universidades, para a sociedade, foi um aprendizado para a Andifes. Até porque a Andifes é uma entidade que alberga reitores e dirigentes com visões diferenciadas de sociedade, mas todos interessados em melhorar as suas instituições. O saldo da greve, para nós, foi bastante positivo. A avaliação que se tem hoje é de que a participação da Andifes foi importante nesse processo. Saímos de uma postura de moderação e fomos para uma postura propositiva. Fizemos uma proposta, o que obrigou a Andes a rever a sua posição e avançar na direção de uma outra, mais flexível. A Andifes saiu forte e unida. Os reitores e os dirigentes se sentiram responsáveis pelo processo em si e pelo seu resultado. A Andifes ficou forte, assumida, portanto, em condições e com poder para enfrentar novos desafios.

**JU - Mas os problemas estruturais da universidade continuam...**

**Santos -** Continuam. Mas mudou a forma da Andifes ajudar a resolver esses problemas. Disse que está forte e unida. Uma Andifes dividida cria problemas. Estamos entregando a cada candidato à presidência da República um projeto universitário e queremos discutir com eles o que pensam, como eles vêem a universidade, se vão manter a universidade pública e gratuita, se vão investir mais, etc. É uma função clara da Andifes para poder discutir o futuro da universidade pois, afinal de contas, um dos atuais presidentes vai ser o presidente da República, portanto, administrará esse país e terá um projeto de educação para a universidade.

**JU - Em caso de vitória do candidato oficial, qual será a estratégia da universidade pública em defesa da autonomia?**

**Santos -** Já vi o ex-ministro da Saúde, José Serra, fazer a defesa da universidade pública. Ele está identificado com o atual presidente. Este, disse que não haveria ensino pago. Está terminando o seu mandato e, realmente, nas universidades não foi implantado o ensino pago. Mas permanecemos com enormes dificuldades quanto aos recursos.

**JU - Instalaríamos o ensino pago mas as verbas continuariam curtas?**

**Santos -** Exatamente. Por isso é fundamental tentar resolver três grandes problemas: a questão da autonomia, os recursos para universidade e a reposição dos quadros. A universidade não pode e não enfrentará com força o seu futuro se essas questões prévias não forem resolvidas.

**JU - Uma pesquisa recente sobre o interesse dos jovens brasileiros de 18 a 25 anos mostra que eles têm alto interesse de consumo, mas pouco quer saber de política. Têm muita preocupação com o futuro profissional, usam a TV como principal meio de informação e têm pouco gosto pela leitura (Pesquisa do Instituto Akatu e Indicador Opinião Pública, de São Paulo, em nove regiões metropolitanas do País – Gazeta Mercantil, 15/03). Uma das conclusões da pesquisa é: os jovens são individualistas e não se percebem como parte de um todo no mundo. A universidade, como imenso complexo de formação científica e cultural de profissionais, pode ter alguma atuação mais específica no sentido de enriquecer a percepção dos milhares de jovens que recebe?**

**Santos -** Não é que o jovem seja individualista. A sociedade que está posta é que o leva a ser individualista. Hoje há uma postura muito imediatista. Não

existe o futuro. Existe o presente do presente. Futuro e passado não interessam. Existe uma postura cada vez menos coletiva. Isso é fruto da sociedade em que vivemos, onde as respostas devem ser imediatas e sem muita reflexão. Eu diria que é o “não-futuro”.

**JU - E onde a universidade fica nisso?**

**Santos** - O “não-futuro” significa o quê? Abandonar o passado. Quer dizer, os exemplos do passado não são muito considerados. Hoje o passado está cada vez mais descolado do presente e sem a perspectiva do futuro. Por que? Porque o futuro é ameaçador, as pessoas não vêem perspectivas. Então, é tentar resolver o presente pelo presente.

**JU - E o que significa, para a universidade, não ver perspectiva no futuro?**

**Santos** - Para as pessoas um pouco mais maduras, olhar o futuro com tanta insegurança significa voltar ao passado, ver as experiências de então. Aprender com essas experiências é como uma espécie de lenitivo quando se trabalha com o futuro. Aí é que está o papel da universidade. O seu cotidiano é um espaço de formação da cidadania. Mas de uma cidadania que reconheça a tradição como importante, que mostre os problemas futuros aos jovens e que também os ensine a enfrentá-los. É importante não só a formação em sala de aula, mas a formação extra-classe, com atividades, as mais diversas possíveis, para que o jovem possa ter uma formação mais cidadã. A universidade resolve os problemas constituídos num espaço de formação de cidadania.

**JU - Qual tem sido a contribuição das universidades federais brasileiras na construção de uma comunidade universitária latino-americana?**

**Santos** - Esta é uma questão de identidade, isto é, de discutir as identidades latino-americanas. Mas esta discussão tem que perpassar a questão das nacionalidades. Não dá para entrar numa discussão sobre latinidade sem uma discussão sobre questões étnicas, religiosas e de nacionalidades, senão não se avança na busca de uma identidade latino-americana. Deve ser pensado algo maior que é a identidade da América Latina. No caso das universidades, o exemplo da universidade pública brasileira é muito importante. O exemplo de um professor com dedicação exclusiva, o exemplo da avaliação da pós-graduação, que a maioria dos países latino-americanos não tem. Vejam o caso da Argentina: naquele país estava se construindo um processo de vinculação do docente com a universidade através da dedicação exclusiva mas, com a crise que irrompeu, isso acabou. Nós sabemos a importância da dedicação exclusiva, em termos de universidades latino-americanas, na manutenção da universidade pública.

**JU - Quais são as ações prioritárias a serem desenvolvidas pelas universidades públicas brasileiras que podem contribuir para a integração e do desenvolvimento da América Latina?**

**Santos** - Nós temos uma série de associações como a Associação das Universidades Grupo Montevideu, da qual a UFRGS e a Federal do Paraná fazem parte. Uma das ações é fazer com que os intelectuais participem mais das discussões sobre as questões e problemas ligados à América Latina. Além disso, apoiar cada vez mais os encontros e incrementar convênios de intercâmbio entre as universidades públicas e as universidades da América Latina. Aproximá-las cada vez mais. Enfim, são ações perfeitamente plausíveis e que devem ser desenvolvidas.

## Marco Antonio R. Dias



**“Estamos vivendo  
um período de obscurantismo”**

*Marco Antonio R. Dias, assessor da Universidade das Nações Unidas e organizador da Conferência Mundial do Ensino Superior da Unesco, denuncia a intenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) de privatizar e uniformizar o ensino superior no mundo inteiro, estabelecendo regras de serviços e princípios que deixarão os governos nacionais de mãos atadas. Com isso, qualquer grupo internacional poderá se estabelecer no setor, impondo seus métodos de ensino, que poderiam ser os mesmos utilizados para uma família de camponeses do Vietnã ou para os filhos de um vaqueiro do Arizona. E se algum governo tentar impedir, o país inteiro poderá sofrer represálias. Nesta entrevista aos jornalistas Clóvis Ott e Arlete R. de Oliveira Kempf, o professor Marco Antonio R. Dias afirma que o único caminho que vislumbra para as universidades dos países em desenvolvimento é a utilização das novas tecnologias e a cooperação internacional com instituições que tenham uma visão de cooperação solidária.*

MAIO 2002 - EDIÇÃO Nº 51

**Jornal da Universidade - Como foi a sua experiência no papel de organizador da Conferência Mundial do Ensino Superior da Unesco?**

**Marco Antonio R. Dias** - Foi uma aventura. Se falhasse, podia ter terminado com a minha carreira na Unesco num cenário de catástrofe total. Mas deu certo. Foi um trabalho que reuniu muitas pessoas. Na América Latina teve uma base muito sólida. Na época, o Centro Regional para o Ensino Superior na América Latina e Caribe (Cresalc), da Unesco, com sede em Caracas, era dirigido pelo uruguaio Luis Yarzabal. O grupo de liderança na América Latina, era formado pelo trio Jorge Brovetto, também do Uruguai, Carlos Tunemann, da Nicarágua, que foi reitor e embaixador nos Estados Unidos, e pelo diretor do Cresalc, Luis Yarzabal. Elaboramos uma estratégia para chegar à Conferência Mundial com uma passagem prévia pelas regiões. Fizemos estudos, debates e conferências em todas as regiões do mundo, começando na América Latina. Não foi uma coincidência. Foi o resultado de uma estratégia pois, na América Latina, havia grupos que tinham consciência, que estavam refletindo e, principalmente, havia esse grupo de liderança. A primeira Conferência marcou, ou deu um quadro para as demais. Estivemos depois na África, Ásia, Itália, nos países árabes. Foi num crescendo, e quando chegou a Conferência de Paris o assunto já estava bem amadurecido. Elaborei a primeira versão do projeto de declaração a partir dos documentos que foram aprovados. Inclusive com base no resultado das conferências regionais. Havia um consenso universal. Isso facilitou muito.

**JU - Em trabalhos assim, apesar de, eventualmente, haver um certo consenso, geralmente aparecem sugestões ou emendas para favorecer interesses ou peculiaridades regionais. Neste caso, isso não ocorreu?**

**Dias** - Sempre há pessoas ou grupos, instituições ou representantes de um país que querem reinventar tudo. Na reunião do grupo de redação encarregado de revisar o projeto durante a Conferência Mundial de Paris e de propor sua versão final à plenária, quando alguém levantava problemas e queria refazer tudo, eu dizia: “Na América Latina foi aprovado desse jeito. Na África ou na Ásia ou nos Estados árabes, foi assim e assim”. Praticamente todas as regiões ficaram de acordo. Havia uma base sólida. Para dar um exemplo, quando há uma conferência dessas, o número de emendas ao projeto de documento final de declaração costuma ser monstruoso. A Unesco havia organizado, alguns meses antes, uma Conferência Mundial sobre Educação de Adultos. No primeiro dia em que o projeto de declaração foi apresentado, houve umas 700 ou 800 emendas. Foi impossível gerir aquilo. A solução, no final, não satisfez a ninguém. Esta do Ensino Superior teve 39 emendas, mas na maioria delas, tudo era questão de uma palavra, uma coisinha, um preciosismo, detalhes, enfim...

**JU - As diferenças políticas, sociais, culturais e, até mesmo, religiosas, não influenciaram no entendimento?**

**Dias** - Tivemos problemas com alguns temas. O primeiro deles foi sobre a participação dos jovens na definição e na gestão de políticas. Há países, como alguns árabes, que estavam dispostos a aprovar declarações formais em favor da participação dos estudantes, sem que isto correspondesse, de fato, à sua prática, pois os estudantes não participam de coisa nenhuma. Na América Latina, apesar das dificuldades que nós conhecemos, a participação dos jovens é uma idéia aceita. O modo de fazer isso são outros quinhentos. A aceitação da idéia vem desde

a reforma de Córdoba, em 1918 e já está consolidada nos espíritos. No Brasil, tivemos, em 1962, a chamada Greve do Terço, que, embora não vitoriosa naquele momento, fez avançar o movimento em favor da participação. Mas em países como Japão e Coréia, a participação estudantil não faz parte dos costumes. E as delegações japonesa e coreana, principalmente a japonesa, temiam provocar reivindicações, talvez mesmo uma revolta estudantil caso aprovassem algo no sentido da participação dos jovens. Afinal, conseguimos manter o princípio. Chegou-se a uma redação que não era por demais agressiva, mas o princípio ficou. O segundo ponto de dificuldades foi a questão do financiamento. O consenso formado foi o de que a diversificação é uma realidade. Já são aceitas várias modalidades. E isto não está dito de forma clara. A existência de outras formas de universidade, além das universidades públicas, está implícita. Foi delicado, foi difícil, porque havia grupos pressionando para que a declaração refletisse, até de maneira agressiva, uma opinião em favor da privatização. E isso não foi feito. Na declaração, tudo ficou muito claro, que o ensino superior é um serviço público.

**JU - Como a privatização foi tratada no documento?**

**Dias** - Aparece implicitamente, na medida em que se prevê e se aceita a diversificação de modalidades de ensino, seja ensino presencial, virtual, a distância, diferenças de métodos pedagógicos de acordo com as necessidades dos países, e diferenças de sistemas organizacionais. Em nenhum momento se falou, claramente, em privatização. Mas, de certa maneira, isto estava implícito.

**JU - E o ensino público?**

**Dias** - Ficou claro na declaração que é um ponto de consenso. Se a privatização estava implícita, o ensino público estava explícito. O próprio Lionel Jospin, naquela época com a força total de primeiro ministro da França, veio à Conferência e, na abertura, deu uma declaração, dizendo que era fundamental a manutenção do ensino superior como um serviço público. No encerramento, os oradores (um foi o Brovetto e outro foi Celine Saint-Pierre, presidente do Conselho de Ensino Superior de Quebec, Canadá) diziam que devia se impedir as tentativas de comercialização e que o ensino era um serviço público. E a declaração reflete isso: o ensino superior como serviço público.

**JU - Como as diferenças que envolvem esta questão estão sendo tratadas atualmente?**

**Dias** - Em primeiro lugar há um problema conceitual, que é importante esclarecer para que se entenda o que está acontecendo agora. Há uma série de atividades econômicas que são do domínio do serviço público. O governo de qualquer país, soberanamente, tem o direito de delegar o exercício dessa função, a prestação desse serviço, a entidades diversas, inclusive comerciais, mas dentro de um quadro jurídico de um sistema de concessão onde está estabelecido que o serviço público tem que ser atendido. É a mesma coisa em relação ao ensino superior. O serviço é público, essencialmente ou prioritariamente, e a atenção deve ser dada às instituições públicas. O Estado - ou os estados, como acontece no Brasil - podem delegar, conceder ou autorizar esse serviço a entidades comunitárias ou comerciais, mas dentro de princípios. Pela própria Constituição, no Brasil e em vários outros países jamais se aceita, pelo menos explicitamente, a comercialização dessa atividade. Ou seja, tratar a educação superior como se fosse um sabonete, ou um avião, ou qualquer produto industrial ou comercial.

A Conferência de Ensino Superior, que aprovou esses princípios, disse em todo o resto da Conferência que o acesso universal à educação como direito humano, é próprio de um serviço público e isto está na Declaração. No entanto, em 23 de setembro de 1998, o secretariado da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, elaborou um documento – na época, restrito e sem divulgação – em que defendia a comercialização do ensino superior através da sua inclusão em uma das 12 áreas de serviço regulamentadas por ela.

**JU - Quais são as áreas de serviço regulamentadas pela OMC?**

**Dias** - As áreas de serviço que a OMC deseja cobrir são: serviços fornecidos às empresas, inclusive serviços profissionais e de informática; comunicação; construção; educação; serviços ligados ao meio ambiente; serviços financeiros, incluindo seguros e bancos; saúde; serviços sociais; turismo e viagens; serviços recreativos, culturais e esportivos; transportes; e outros serviços que foram incluídos na lista do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC.

**JU - Quer dizer, todos os serviços que existem no mundo?**

**Dias** - É... praticamente....

**JU - Não há nenhuma reserva?**

**Dias** - Imagine o seguinte: vamos eleger daqui a pouco um novo presidente que vai formar um governo. Veja as regras da OMC e diga o que esse cidadão vai poder fazer, seja ele quem for? Porque, de acordo com as regras de serviços da OMC, os princípios são estabelecidos por ela. E são basicamente de liberalização total, ou seja, o governo não deve regulamentar. Deve permitir o acesso a qualquer grupo que queira. E se um grupo quiser entrar numa dessas áreas e o governo impedir, este mesmo governo e, por extensão, o país inteiro pode ser alvo de represálias.

**JU - Isto quer dizer que os países estão liberados para uma invasão de empresas internacionais que operem em qualquer ramo de serviço, inclusive o da educação?**

**Dias** - Concretamente, sim. E por que estão fazendo isso? Houve esse documento em 1998, as regras são muito complicadas. Mas foram aprovados por um grande número de países - inclusive o Brasil - em abril de 1994, os princípios da liberação do comércio de serviços com o Acordo Global de Comércio de Serviços (ACGS ou GATS, Global Agreement on Trade and Services). Ali se estabeleceu que algumas áreas seriam abertas imediatamente. Os países se comprometeriam em abrir logo, enquanto outras negociações seriam adiadas para um pouco mais adiante. Agora chegou o momento em que querem as áreas que ainda não estavam abertas. Estão sendo negociadas e o objetivo é que tudo esteja escancarado em 2005. Estamos num momento crucial: a educação começa a ser negociada. Mas o princípio de abertura já está estabelecido e consagrado desde 1994.

**JU - O ensino público começou, definitivamente, a desabar diante do poder do “mercado”?**

**Dias** - Em 2001, alguns países começaram a entrar com propostas para a abertura e para definir as coisas que não podem ser feitas. O primeiro a apresentar uma proposta foi os Estados Unidos. Em seguida, a Nova Zelândia e a Austrália. Todos eles praticamente repetindo o documento que o secretariado da OMC tinha feito em 1998, onde se apresenta o que deve ser aberto. Eles entendem que, na medida em que o governo permite que exista uma instituição privada fornecendo ensino superior, significa que o serviço é comercial. Isso é um sofisma,

porque o governo, soberanamente, tem o direito de delegar a implementação de algo que é serviço público dentro de um quadro jurídico.

**JU - Ora, o serviço é público, pelo menos por enquanto. É, portanto, responsabilidade do governo. Mas no momento que este governo delega, alguém vai gerir o ensino público simplesmente por altruísmo ou para ajudar a juventude? Não. Vai querer ganhar dinheiro, lucrar. E aí, lá se foi o ensino público. Não é isso?**

**Dias** - A mesma coisa ocorre com o serviço de ônibus ou em todos os outros serviços públicos. O Estado cresceu muito. Isto em termos de realidade. Não vou discutir a moral da história. Frequentemente, o governo que representa o Estado conclui que não tem condições de gerir tudo. Então permite participações privadas dentro de certas regras e, eventualmente, permite também um certo retorno de capital, dentro dos limites estabelecidos. Mas o raciocínio da OMC é de que, no momento em que o governo concede o serviço a uma entidade não pública, a concorrência se instala, passa a ser regulamentada na área do comércio, sob a supervisão da OMC. Isso significa, para eles, que o governo em questão tem que abrir as portas para tudo. Se não abre, pode estar sujeito ao “paredón”.

**JU - Resumindo: a tendência é a extinção do ensino público e a sua substituição por outro, pago e estandardizado, que atenda a interesses determinados, hegemônicos e colonialistas?**

**Dias** - Na proposta dos americanos está escrito que a liberalização deve atingir os conjuntos do ensino de terceiro grau, de educação de adultos e de formação. São cursos que dão direito a diploma e, também, atividades de instrução pessoal, lazer e das competências profissionais. Essas atividades poderiam ser desenvolvidas através da universidade, em casa, locais de trabalho ou qualquer outro lugar. A proposta americana apresenta os obstáculos que a OMC deve exigir que os países eliminem, ou seja: a interdição ao ensino superior oferecido por entidades estrangeiras, para as quais as portas deverão ser abertas; a impossibilidade dos fornecedores estrangeiros obterem autorização para estabelecer filiais no território de outros estados-membros; a aplicação de restrições “injustificadas” para transmissão por via eletrônica de material de cursos; medidas impondo a associação das empresas a um grupo nacional; sócios estrangeiros, numa empresa conjunta de ensino, tratados menos favoravelmente que em outros tipos de estrutura comercial; subvenções ao ensino superior, à educação de adultos e à formação.

**JU - Nessa conjuntura, o que sobraria para as instituições nacionais?**

**Dias** - Uma reportagem que saiu em março numa revista nacional sob o título “Mega-negócio da educação” é um sinal. Diz que, no Brasil, se gastam, em educação, 90 milhões de reais por ano e que, nas próximas décadas, esta área deve se transformar numa das maiores em matéria de oportunidade para negócios. A reportagem menciona Alfredo Mares Guia, que foi secretário de Educação do governo Azeredo, em Minas Gerais, do PSDB, partido do Fernando Henrique. Ele é dono de um curso pré-vestibular em Belo Horizonte, o Pitágoras, e acaba de fazer um acordo com a filial mexicana do grupo Apollo, um dos maiores grupos fornecedores de ensino a distância dos Estados Unidos. Eu cito sempre um exemplo que é símbolo disso: o grupo Global Alliance for Transnational Education (GATE), sediado nos Estados Unidos. Esse grupo



se uniu a grandes companhias como Microsoft, IBM, Coca-Cola e, principalmente, uma das maiores redes de televisão a cabo americana. Eles captam os cursos dados pela Universidade do Arizona e transmitem, via Internet, para uma universidade da Austrália. Essa universidade, por sua vez, transmite os cursos para vários países da Ásia.

**JU** - Isto não atropela uma série de valores culturais, sociais, morais, religiosos, étnicos, históricos, tradicionais etc?

**Dias** - Imagine uma família de camponeses do Laos, que planta arroz na fronteira com o Vietnã, com cultura asiática, religião possivelmente budista ou, pelo menos, influenciada pelo budismo. Então, esta família faz um sacrifício enorme para comprar cursos pela televisão para seus filhos, cursos em inglês, feitos para *cowboys* norte-americanos. Isso é dramático. A prepotência e a falta de escrúpulos são tão escandalosas que esse mesmo grupo pretende criar certificados de reconhecimento internacional de qualidade, ou seja, dizer quais são os programas que têm ou não qualidade, segundo a sua soberana avaliação. Num programa de televisão em que participei junto com a reitora Wrana Panizzi eu disse: "A senhora está aí com o professor Brovetto, fazendo um esforço incrível para desenvolver uma universidade de qualidade, com pesquisas, voltada para as necessidades do Estado, para as necessidades sociais, enfrentando todo o tipo de dificuldade e, de repente, no botequim da esquina, abre-se uma filial de uma coisa dessas, um sistema de franquias, qualquer elemento que alugue um canto e se instale com isso, compra os produtos desse grupo e na semana seguinte sai na primeira página da Zero Hora: "Primeira universidade gaúcha a ter certificado de qualidade internacional". Quando eu estava na Unesco, pessoas ligadas a este grupo vieram discutir comigo. Eu ouvi... ouvi e perguntei: "Vocês acham que o que estão fazendo é ético?"

**JU** - Entre os objetivos principais da educação superior, estabelecidos na Conferência, um deles é exercer uma função ética, o que implica em crítica social. Afinal, que ética é essa?

**Dias** - Eu fiz essa pergunta para pessoas ligadas a esse grupo americano. Ficaram muito aborrecidos. O resultado é que, dois meses antes da Conferência Mundial, mandaram uma carta para Unesco, de uma violência incrível, dizendo que eu não compreendia nada, que eu não sabia nada, que eles tinham o apoio de vários funcionários da Unesco, mas que o diretor da Divisão de Ensino Superior estava criando problemas. Eu tinha tocado no ponto: o que eles estão fazendo não é ético, e se eu fosse autoridade no meu país e se eles viessem falar comigo mostrando uma proposta dessas, eu me limitaria a mostrar a porta e dizer que saíssem da sala e ainda os aconselharia a abandonarem o país imediatamente. Mas a realidade é essa.

**JU** - Neste momento, em que estágio está esse processo de "assassinato" do ensino público, gratuito e de qualidade?

**Dias** - Estamos vivendo num momento de pensamento único. Em 1989, acabou a Guerra Fria. Um dos lados, a ex-URSS, perdeu. Muita gente imaginou que vinha uma época de paz, que os recursos até então aplicados em armamentos passariam a ser seriam aplicados no desenvolvimento. E o que se viu? Num primeiro momento, houve de fato uma diminuição dos investimentos em armas. Mas no segundo momento, voltaram a industrializar armas, principalmente

desde a chegada do senhor George W. Bush no governo dos Estados Unidos. Os lobbies da indústria bélica passaram a dominar a política do governo americano nessa área e o mundo pode estar certo que ações guerreiras vão se multiplicar. Já houve a Somália, o Iraque, a Bósnia, Kosovo. Agora é a vez do Afeganistão. E o fogo pode se espalhar por toda a região, incluindo os velhos rivais Paquistão e Índia, ambos com bombas atômicas. O que acontece no Oriente Médio, os israelenses usam armas americanas contra os palestinos, o que pode ocorrer, a qualquer hora, aqui ao lado, na Colômbia. Por um triz, não ocorreu na Venezuela em função de interesses de um dos lados, os industriais. Estamos vivendo momentos terríveis para a comunidade internacional. Aí sim é, realmente, muito triste. A demissão do embaixador brasileiro no alto comissariado das Nações Unidas encarregado de controlar armas químicas, que ocorreu no começo de maio, foi escandalosa. Ele foi punido por ser independente e por estar tendo êxito inclusive nas negociações com o Iraque. Mas isso hoje não interessa aos que dominam a política americana. Infelizmente, conseguiram manipular e forçar um grande número de países a aceitar a demissão de alguém cujo mandato há menos de um ano foi renovado por mais quatro anos por ter sido considerado competente. Mas, no momento em que os Estados Unidos preparam mais uma incursão guerreira no Iraque, é necessário um pretexto e o brasileiro estava retirando este pretexto. Então passou a ser considerado um elemento altamente inconveniente.

**JU** - O senhor quer dizer que estamos vivendo um faroeste americano?

**Dias** - Nós estamos vivendo um período de obscurantismo que a história vai registrar e que se reflete nesse conjunto todo, inclusive na educação.

**JU** - Diante disso, o que o senhor considera que deve ser feito?

**Dias** - Eu costumo dizer que os poetas têm razão. Vinicius de Moraes e Carlos Lyra foram autores de uma música feita durante a ditadura, que dizia "e no entanto é preciso cantar, mais que nunca é preciso cantar". A letra era clara, alegórica, simbólica. Como a da canção de Chico Buarque: "apesar de você, amanhã há de ser outro dia". Se a humanidade se desespera, deixa de alimentar utopias, deixa de estabelecer metas para melhorias e para a construção de uma sociedade mais justa, aí realmente não há solução. No caso que estou defendendo, a primeira coisa a ser feita é um compromisso com a educação como serviço público, como instrumento para melhorar a sociedade e estar informado do que está acontecendo. Em segundo lugar, é evitar que o país assuma compromissos nesta área no âmbito da OMC. Agora começaram as negociações para a educação nesta organização. Os Estados Unidos estão com uma estratégia muito bem feita. Entraram os americanos, em seguida a Nova Zelândia, a Austrália. Os argumentos foram os mesmos, com pequenas diferenças. Cada um reforça um detalhe que lhe interessa. Defendem a abertura total, mas dizem que os governos devem manter os direitos de ter a política que lhes pareça mais conveniente.

**JU** - Seria uma abertura com direito a "salvaguardas"?

**Dias** - Mais ou menos. Puro cinismo. Na Austrália, por exemplo, estão com problemas de migração. Os australianos defendem abertura total mas dizem que os países, os governos, devem manter o direito de ter a política de concessão de vistos que lhes pareça conveniente. Então, eles querem receber todos os

filhos da burguesia da Ásia que vêm para a Austrália pagando seus estudos. Mas não querem receber os imigrantes que vêm de barco, os clandestinos, os pobres que quando chegarem vão querer trabalhar e participar da riqueza que existe naquele país. Eles querem abertura total, mas neste aspecto não. Sentem-se prejudicados. Essa foi a contribuição deles no debate. No dia 23 de março, o Japão apresentou uma proposta extremamente interessante e irônica. Nela, os japoneses dizem que, realmente, é necessária uma política de abertura, mas os sistemas de ensino superior são muito diversificados e devem atender as realidades sociais e culturais diferentes e exigem que isso seja levado em consideração. É mais que sabido que estão se constituindo hoje verdadeiras *holdings* através do ensino a distância. São fábricas de ensino e os governos precisam ter o direito de se proteger e de proteger seus nacionais dessas aventuras.

**JU - E, nisso tudo, qual é a posição da velha, culta e economicamente forte Europa?**

**Dias -** A Europa está negociando. E a negociação está sendo feita pela União Européia conjuntamente. Acho isso preocupante.

**JU - Por quê?**

**Dias -** Na medida em que essa operação é conjunta, pode correr o risco de, eventualmente, estar na mão errada. Hoje, quem está presidindo a União Européia é a Espanha, com um governo conservador, que não é dos piores. Classifico-o como uma direita civilizada. Mas, recentemente, houve conflitos entre o governo espanhol e as universidades. O governo impôs uma nova lei em cuja elaboração, sem entrarmos na discussão do seu mérito, o método utilizado foi autoritário e arbitrário, sem discussão e sem debate. No final do ano passado, quatro organizações da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e da Europa enviaram um protesto aos governos de seus países contra a decisão da OMC de incluir o ensino superior entre os serviços comerciais e de colocá-lo como instrumento a ser regulado ou regulamentado por esta organização. Foi uma manifestação emanada de instituições de países ricos. E foi muito positiva porque chamou a atenção para o problema. A comunidade acadêmica mundial não estava informada. Foi muito positiva porque pede aos governos que a educação não seja regulamentada na OMC. Positivo, porque diz que há outros fóruns onde o assunto pode ser melhor discutido, seja através das convenções sobre reconhecimentos de estudos, diplomas elaborados seguindo as regras da Unesco, seja através de acordos que são feitos entre instituições dos vários países. Mas acho que essa declaração foi um pouco ambígua e reflete um pouco a realidade das universidades desses próprios países, na medida em que ela não condena, com firmeza, a transformação da educação em comércio. Diz apenas que o assunto pode funcionar bem através dos mecanismos já existentes e que não precisa ir para a OMC. Mas no momento em que elas fizeram isso, o debate abriu. A Associação Internacional de Universidades fez uma reunião recentemente e discutiu o tema e a própria Associação está pensando em aderir a essa declaração que, no conjunto, representa uma coisa positiva.

**JU - Isso não foi discutido no Fórum Social Mundial?**

**Dias -** Sim. O Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2002 foi muito grande, nunca vi uma coisa tão bem organizada. Houve uma jornada - um dia inteiro de debates - organizada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e dirigida pelo Renato de Oliveira, em que fui um

dos oradores e comecei por levantar esse problema. Mostrei as implicações de maneira muito sumária. O grupo que participou dessa jornada aprovou uma declaração na qual é pedido aos governos que não aceitem que o ensino superior seja classificado como serviço subordinado a OMC. Essa declaração não teve a divulgação que merecia, mas teve o mérito de chamar a atenção da Andifes e do Grupo Montevideu para o tema.

**JU - Já se falou da situação na Ásia, nos Estados Unidos e na Europa. E em relação à América Latina?**

**Dias -** Está completamente fora do circuito. Agora é que ela vai entrar. Porque agora é que o pessoal está sendo informado. Desta III Cumbre vai sair uma declaração. Esta reunião tem um efeito multiplicador porque tem representantes de vários países, do Grupo Montevideu, do Conselho Superior de Universidades da América Central (Csuca). Seguramente, com a importância que os organizadores estão dando a esse tema, vai sair alguma declaração daqui, e isso vai ser levado ao continente todo. Proximamente vai haver uma reunião de cúpula dos chefes de Estado da América Latina e Europa. Já houve uma, e vão fazer uma segunda, possivelmente na Espanha. A União Européia - com sede em Bruxelas - já solicitou que este tema seja incluído no próximo encontro de chefes de Estado da Europa com os da América Latina, previsto para maio de 2004 em Guadalajara, no México.

**JU - Há uma posição do Ministério da Educação do Brasil que, de certa forma, tentou proteger a pós-graduação da invasão de instituições, principalmente européias, que estavam vindo aqui para oferecer mestrado e doutorado, cursos muito rápidos, sem qualquer acompanhamento. Nesse aspecto, a Capes e o Ministério da Educação tiveram uma posição firme. Isto pode ser indício de uma posição brasileira?**

**Dias -** Tem que se criticar quando há o que criticar, falar o positivo quando o comentário é sobre ações positivas. Em certos casos, é necessário elogiar e criticar. Nós estamos nesse terceiro caso. Eu acho que um pouco dessa reação foi baseada num trabalho feito na Unesco. Tivemos um debate em Brasília (o ministro Paulo Renato estava presente), no qual foi levantado o problema dos cursos estrangeiros. Coincidência ou não, pouco depois saiu uma portaria suspendendo a autorização para o funcionamento de cursos a distância, obrigando-os a um exame mais rígido. Quando a Capes se manifestou, houve um lado positivo e outro negativo. Positivo, devido ao fato de que havia o caso de uma universidade espanhola que estaria vendendo, aqui no Brasil, cursos de doutorados em disciplinas nas quais, na Espanha, esta universidade não tinha doutorado. Assim, estaria vendendo aqui cursos sem ter competência específica na área. Isso, evidentemente, tinha que ser cortado. Onde a Capes errou? A nossa experiência na Unesco mostrou que o país onde encontramos mais instituições capazes de cooperar seguindo os princípios da Conferência Mundial de Ensino Superior, cooperação solidária entre iguais, era a Espanha. Tivemos alguns projetos com a Universidade de Las Palmas, alguns projetos na África Oriental, sul do Marrocos, Mauritânia, Senegal, em que todas as decisões eram tomadas por um conselho no qual todos sentavam em posições iguais. A Universidade de Las Palmas tinha um conhecimento muito maior de novas tecnologias e, realmente, a solidariedade funcionou porque eles puseram à disposição das universidades envolvidas todos os conhecimentos adquiridos e,

inclusive, ajudaram a buscar recursos para instalar sistemas que permitissem o desenvolvimento de novas tecnologias nas universidades daqueles países menos favorecidos. Há universidades espanholas com as quais vale a pena cooperar, e elas foram prejudicadas porque a declaração que a Capes fez, ainda que não dissesse claramente, dava a entender que todas as universidades espanholas estavam numa linha de comercializar o que não era comercializável. Acho que isso foi um erro lamentável. Evidentemente, depois a Capes fez retificações, dizendo que nem todas as instituições citadas naquela lista oficial estavam erradas, e que havia outras que não mereciam aquela reprimenda. Mas o mal já estava feito.

**JU - Estamos diante de uma eleição presidencial. O senhor teria alguma sugestão ou algum recado aos candidatos?**

**Dias -** As universidades devem se informar, se manifestar, fazer pressão. Neste ano, nós temos eleições com Lula, Ciro, Serra, Garotinho. As organizações universitárias, a Andifes, devem ir a eles e dizer: está acontecendo isso, qual será a sua posição? Devem ir ao ministro Paulo Renato, ao presidente Fernando Henrique, ao Parlamento, a todos que ainda estão no governo, mesmo em fim de mandato, contar o que está acontecendo, avisar que a soberania do país está acabando e perguntar o que eles ainda vão fazer. Quem estava em Genebra representando o Brasil até recentemente era o Celso Amorim, que no passado foi presidente da Embrafilme. Um diplomata muito comprometido com o setor cultural, com a defesa da cultura. Agora, quem está em Genebra representando o Brasil na OMC é Luís Felipe Seixas, um dos nossos diplomatas mais competentes. Ele foi secretário-geral duas vezes. Não sei como ele se posicionará em relação a esse tema.

**JU - O governo brasileiro já se manifestou?**

**Dias -** Ainda no período do Celso Amorim, o Brasil apresentou uma declaração junto à OMC, não sobre serviços educativos, mas para serviços em geral. Foi uma declaração cautelar, na qual dizia que os temas todos têm que ser debatidos, mas acentuando que tem que ser levada em consideração no debate a situação de cada país. A declaração fala em diálogo e negociação, e enfatiza que as negociações devem visar a obtenção de acordos que tenham resultados de interesse igualitário para todos. Essa declaração foi boa e deve ser mais explorada agora. Deve ser reafirmada, dizendo que a negociação que estão querendo fazer para a educação não nos interessa, não nos serve, não responde aos interesses de um país como o Brasil ou de uma região como a América Latina. Isso é fundamental que seja feito. Deve-se gritar, protestar, mas as universidades não podem ficar simplesmente limitadas a chiar, gritar. Elas devem ser mais pró-ativas. O mundo mudou. Nenhuma instituição hoje pode passar sem as novas tecnologias. O modelo inglês não é um modelo bom mas, como referência, em 1998, na Conferência Mundial, verificou-se que as universidades tradicionais tinham, pelo menos, 30% das atividades a distância. Em 1999, o Brasil tinha 1.596.000 concluintes no ensino secundário e nas universidades havia 905 mil matrículas. Apesar de todas as privatizações, de toda a abertura de vagas, e da maneira como foi feita, há um déficit de mais meio milhão de vagas, mais de meio milhão de jovens que terminam a escola secundária não podem ter acesso ao ensino superior porque não há vagas.

Apesar disso, mais 600 mil ficam de fora porque não têm recursos para pagar as universidades privadas. Em realidade, o déficit anual está sendo de cerca de 1.200.000. Se isso for analisado corretamente, vai-se concluir que somados os filtros no ensino básico com o do ensino secundário, o Brasil de hoje tem um dos piores índices de acesso ao ensino superior. Os dados que eu tinha, indicavam 11%, mas o Ministério da Educação diz que, hoje, entre 14% e 15% dos jovens de 17 a 23 anos podem ter acesso ao ensino superior. Mesmo assim, é muito pouco.

**JU - Qual seria o índice aceitável?**

**Dias -** Em agosto de 1998, os países ricos reunidos na OCDE fizeram uma reunião em Berlim e adotaram a política de universalização do ensino superior. Evidentemente, nem todos os países podem atingir isso imediatamente. Mas o Canadá praticamente já está chegando lá, os Estados Unidos não está longe. A França já está chegando a 80%. Mas a política adotada pelos países da OCDE é de chegar a 100%. Qualquer forma de ensino superior, pode ser a distância, pode ser colégio universitário (são dois anos de curso superior de curta duração), mas os jovens devem ter acesso. Os países ricos estão trabalhando para isto porque consideram que o ensino superior é fundamental para manterem a posição de hegemonia. Na Conferência da Unesco, em Paris, o ensino superior foi visto como direito humano. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos está estabelecido que a educação é um direito, que educação superior também é, e que o único limite que pode ter para acesso é seu mérito e a capacidade. Nenhuma restrição pode ser admitida, seja por razão financeira, social, de raça, de gênero, de incapacidade física ou o que for. Isso é muito bonito de dizer, mas aplicar esse princípio é muito difícil. Passar de 11% a 100%, evidentemente, é impossível. Mas, pelo menos, é viável superar o déficit que há na relação entre os estudos secundário e superior.

**JU - Como fazer isso pelos meios tradicionais, já que as universidades estão com recursos limitados, verbas diminuindo e capacidades já esgotadas?**

**Dias -** A única maneira, o único caminho que se vislumbra, e tem que ser estudado, é a utilização das novas tecnologias e a cooperação internacional com instituições que tenham uma visão de cooperação solidária.

**JU - Existem essas instituições de cooperação solidária?**

**Dias -** Existem, e dou dois exemplos. Está sendo firmado um acordo, as negociações estão bastante adiantadas entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e a Universidade Aberta da Catalunha, que é uma universidade real e totalmente virtual. Todo ensino é feito através de computador. E há duas semanas eu participei das discussões. Foi feito um acordo de princípio, segundo o qual essa universidade vai assistir a Secretaria de Ciência e Tecnologia para formar recursos humanos, principalmente iniciando com a entrada na sociedade do conhecimento, formar recursos humanos para efeito multiplicador nos 18 pólos de ciência e tecnologia existentes no Estado e numa área que dizem ser uma das mais pobres no Rio Grande do Sul, não sei se é exato, Camaquã e São Lourenço. No caso desse pólo, além da formação junto com todos os outros da área de novas tecnologias, com a entrada na sociedade do conhecimento, está prevista a formação de pessoal com efeito multiplicador para o desenvolvimento do pólo turístico. A Universidade Aberta da Catalunha concordou

em participar, e nesse caso não vai ter nenhum lucro. Não há nenhum ganho comercial nessa operação.

**JU - O senhor tem conhecimento da existência de outros projetos de cooperação?**

**Dias -** Sim. E esse é o segundo exemplo de cooperação solidária que desejo mencionar. Participei, como coordenador, representando a Universidade das Nações Unidas, da elaboração de um projeto na área de formação de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, estabeleceu um prazo de 10 anos para que os professores das quatro primeiras séries obtivessem um diploma de ensino superior, para poder continuar exercendo a profissão. Já se passaram seis anos e até agora pouca coisa foi feita. Agora começam a aparecer iniciativas. Então foi feito um estudo, elaborado um programa, conjuntamente com a Universidade das Nações Unidas (UNU), a Universidade de Las Palmas de Gran Canária – que sempre participou de projetos de cooperação solidária promovidos pela Unesco –, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Mato Grosso e duas professoras aposentadas da UFMG (Glaura Vasques de Miranda e Maria Umbelina Caiafa Salgado). Existem no Brasil 700 mil professores sem formação superior.

**JU - E como vai se resolver esse problema pelas vias tradicionais?**

**Dias -** O problema teria que ser resolvido pela lei até 2006. Nem com o acesso a novas tecnologias vão chegar a 2006 com o problema resolvido. Mas, em Minas Gerais, o secretário de Educação, Murilo Hinguel, ex-ministro da Educação, teve conhecimento que esse trabalho estava sendo finalizado. Ele quis conhecer o documento e o apresentamos. Veio discutir com o grupo e se entusiasmou. Pela primeira vez, disse ele, viu-se um programa moderno, que usava novas tecnologias e permitia atingir grandes massas: Além disso, era pertinente, porque permitia fazer face aos problemas reais. É um projeto que mistura virtual com presencial. Tem três conjuntos de disciplinas: o conjunto tradicional de disciplinas pedagógicas; conjunto tradicional de disciplinas de conteúdo; e um terceiro bloco de disciplinas integradoras, onde se estuda o problema da cultura dos meios de comunicação, das novas tecnologias; a realidade na qual está inserido o professor, começando com a sala de aula para ir ao município, ao estado e ao país e chegar à globalização. Em outras palavras, para dar ao professor que está sendo formado a capacidade crítica, o desenvolvimento do programa ético, previsto também. O Murilo Hinguel se entusiasmou e aceitou as propostas que foram feitas.

**JU - Como se daria o financiamento deste projeto?**

**Dias -** Nós tínhamos encaminhado a questão do financiamento no exterior. Mas falhou. Hinguel resolveu concentrar os esforços do Estado nesse projeto da educação. Disse que o projeto era fundamental e, sendo implementado como estava concebido, seria uma revolução na educação e poderia provocar muitas mudanças no próprio estado de Minas Gerais. Uma consultora do Banco Mundial disse que era o melhor projeto existente, e perguntou por que não havia sido pedido financiamento para eles. Agora, circulam informações de que há gente no governo federal querendo que o Banco Mundial financie este tipo de projeto em outros estados. O Hinguel disse que a execução do programa deveria ser feita pelas universidades. Abriram concurso e criaram uma rede com 18 instituições. Todas as universidades e estabelecimentos de ensino superior

que funcionam em Minas se candidataram. As que não tinham capacitação em educação foram eliminadas. Dividiram o Estado em pólos, fizeram uma rede de 18 estabelecimentos de ensino superior, concentraram recurso financeiro, e o programa foi lançado dia 5 de março passado. Pode ser feito com cooperação internacional.

**JU - Esse acordo com o Banco Mundial não é como colocar uma raposa no galinheiro?**

**Dias -** Quando discutimos com Murilo Hinguel, havia a possibilidade de um financiamento com um banco espanhol. Mas o grupo recuou porque, em Brasília, teriam dito que o projeto não iria para frente e que o governo federal era contra. Numa fase posterior, a atitude do Ministério da Educação foi muito correta em função dessa norma que suspendeu todos os cursos de educação a distância. O programa não podia ir adiante mas o MEC abriu uma exceção. Quando falamos em ir ao Banco Mundial, o Hinguel respondeu que sua experiência com esse organismo era muito negativa, e acrescentou: “Quando eles vêm, vêm com imposições, porque quando dão o financiamento querem controlar não só o projeto mas todo sistema educativo de Minas Gerais, e isso nós não aceitamos”.

**JU - Quais são suas ligações com a Universidade das Nações Unidas e o que são essas universidades?**

**Dias -** Eu me aposentei da Unesco há três anos. O atual reitor da Universidade das Nações Unidas (um holandês, ex-reitor da Universidade de Utrecht) conhecia o trabalho que fiz na Unesco. A Universidade de Utrecht, na Holanda, tem uma tradição de cooperação na América Central e na África. O reitor, me pediu para colaborar com a UNU na definição de projetos de cooperação e no seguimento de ações vinculadas à Conferência Mundial sobre o ensino superior. Em dezembro de 2001, o Conselho da Universidade aprovou a criação de um programa de pesquisa de formação para o Pantanal, baseado em Mato Grosso e sediado na Universidade Federal de Mato Grosso. Através de negociações que foram iniciadas pelo reitor Paulo Speler, participei do processo de definição desse programa.

A Universidade das Nações Unidas foi criada há cerca de 30 anos pelo então secretário-geral da ONU, U Thant, com o objetivo de desenvolver capacidades na área de pesquisa e de ciência & tecnologia, em particular nos países em desenvolvimento. Não é uma universidade que confira graus por si mesma. Os graus são ligados a instituições nacionais.

É uma questão de soberania nacional. Os países não aceitam, até agora, que instituições multinacionais confirmem graus. O grau é prerrogativa de cada país. Essa universidade funciona como uma espécie de rede de redes. Estimula a formação de novas redes. Trabalha através de um centro que funciona em Tóquio e de instituições descentralizadas, constituídas através de centros de formação de pesquisa ou, numa etapa inicial, de programas de formação de pesquisa. Antes que se começasse a falar de globalização, nos anos 80, a Universidade das Nações Unidas criou institutos, dedicados a vários assuntos: estudos globais em Economia; novas tecnologias na Holanda; problema de água no Canadá; formação de recursos humanos para o desenvolvimento na África; desenvolvimento de software para os países em desenvolvimento em Macau, antiga colônia portuguesa na China. Aprovou também o funcionamento de uma

cátedra, junto com a Unesco no Rio, para tratar de problemas da globalização, tendo o professor Theotônio Santos como responsável. Agora, há este programa de formação de pesquisa sobre o Pantanal que interessa ao Brasil, Bolívia, Paraguai e, por extensão, à Argentina, que tem áreas muito semelhantes às do Pantanal. A UNU é uma instituição das Nações Unidas que tem autonomia universitária. De acordo com a sua constituição, é dirigida por um conselho com representantes do mundo inteiro e que funciona, basicamente, através do seu centro, em Tóquio. É uma instituição pequena e de poucos recursos. Quando foi criada, decidiu-se que ela seria mantida pelos juros dos rendimentos de um fundo especial de dotação, que seria criado. A previsão era de um fundo mínimo de 500 milhões de dólares, quantia ainda não alcançada. Houve um momento em que ela se dispersou muito. Hoje concentra os programas, basicamente, em dois grandes temas: desenvolvimento sustentável e governabilidade. E governabilidade inclui direitos humanos, democracia e paz.

# Gabriel Macaya Trejos



**“Se há algo que dá medo é o desconhecido”**

*Gabriel Macaya Trejos é especialista em Biologia Molecular. Sua produção científica inclui 33 publicações em revistas internacionais, é do Comitê para a Experimentação Genética (Cogene), do Conselho Internacional de Uniões Científicas (ICSU) e, atualmente, é reitor da Universidade da Costa Rica. Nas poucas horas de folga, gosta de ouvir e tocar música antiga, da qual é um aficionado. Veio a Porto Alegre participar da III Reunião de Cúpula de Reitores Ibero-americanos. Concedeu entrevista à jornalista Carla Felten, do Jornal da Universidade, com participação do professor de bioética e biólogo do Hospital de Clínicas, José Roberto Goldim, e do pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto. Nesta conversa, falou sobre sua especialidade, o posicionamento dos cientistas e da sociedade em geral diante dos novos caminhos que estão sendo abertos, dos interesses estratégicos e econômicos que se abrem e dos sociais que se fecham. Sempre com um olho na ciência e outro na ética, Macaya conta também como a universidade que dirige está inserida em várias frentes da vida costarriquenha e diz que ainda há muito por fazer.*

JUNHO 2002 - EDIÇÃO Nº 52

**Jornal da Universidade - Na área das ciências biológicas o conhecimento do genoma está se tornando um ponto central?**

**Gabriel Macaya Trejos** - Sim, e esta pergunta admite duas respostas. Primeiro: poderia se pensar que está sendo tocado o essencial do ser humano. Segundo, porque conhecendo o genoma pode-se começar a fazer perguntas que, até muito recentemente, não poderiam ser feitas. Então, para mim, são duas questões: algo que o classificaria como quase místico e, outro, muito real. Pode-se fazer perguntas relativas a doenças, ao desenvolvimento e a temas mais complexos.

**JU - De que maneira o senhor vem direcionando seu trabalho de pesquisa?**

**Macaya** - Durante meu doutorado, em 1972, comecei a trabalhar e a testar a estrutura cromossômica de mamíferos. Foi um período de estudante muito apaixonante, porque tive a oportunidade de ser testemunha do nascimento do que chamam engenharia genética, em Paris, a partir de 1970. Participei de reuniões onde todas as descobertas eram apresentadas. Nesse mesmo período, me sensibilizou o nascimento da oposição à engenharia genética que, no meu grupo, foi tão forte, que fez com que fosse mudada a orientação da minha tese. Inicialmente estava orientado mais para este setor, mas resultou em um trabalho mais descritivo, já que, no Instituto em que estudava, em Paris, as tensões provocadas pela engenharia genética, e por seus possíveis riscos, eram muito fortes. Esse momento foi muito importante e eu gostaria de vê-lo repetido: a comunidade científica se deteve, refletiu, discutiu e tomou decisões. Atualmente, parece que diante de temas tão complexos como clonagem com fins reprodutivos, veríamos repetida a mesma situação vivida em 1970 pela comunidade científica quando, durante um ano completo, os cientistas disseram: “Não faremos nada”. E esta decisão se cumpriu. Foi feita um reflexão e veio a famosa Conferência de Asilomar onde se definiu o que seria, ou não seria, feito pelos cientistas.

**JU - Como o senhor vê a evolução do sentimento da comunidade científica em relação à engenharia genética, ou seja, quais eram os temores na década de 70, e quais são os temores de hoje relativos a questões mais atuais como, por exemplo, a clonagem humana?**

**Macaya** - Em 1972, os resultados da ciência estavam avançando muito rapidamente e deixando para trás a sociedade, que não se preparara para os avanços e que não entendia os novos conceitos. Fiz parte de um grupo nos anos 80, que se chamava Comitê de Experimentação Genética, ligado ao Conselho Internacional de Uniões Científicas. Esse comitê começou a propor ações importantes num esforço da comunidade científica por divulgar, não vulgarizar, e formar opiniões sobre os problemas éticos e científicos, e sobre as perspectivas, sobre a tecnologia. Foi feita uma campanha de formação de jornalistas, para que pudessem informar e entender os debates. Agora, estamos de novo, exatamente, com os mesmos problemas e não estamos preparados para enfrentá-los. Quando lemos as barbaridades que são publicadas na imprensa nos assustamos porque estamos tratando de temas muito complexos. Os medos não mudaram, são os mesmos de sempre, ligados ao desconhecimento. Se há algo que dá medo é o desconhecido.

**JU - Este medo afeta somente a sociedade em geral ou também a comunidade científica? Há uma distinção entre os medos de alguém que conhece, ou que detém a informação,**

**mas pode ainda não ter refletido sobre este temor, e o medo de quem conhece pouco ou nada a respeito do assunto?**

**Macaya** - Se alguém conhece o tema, a reação que terá não é a de medo. É de precaução, de risco. Se não conhece, bem, aí sim será uma reação de medo. Por isso, eu acho que o “princípio da precaução”, muito importante para a ética na pesquisa, é muito sólido, mas muito manipulado também. Lucidamente, em 1972, por exemplo, usando este princípio de precaução, se dizia: “Sobre este tema não há conhecimento suficiente. Não se trabalha nele até que se consiga este conhecimento.” E, apesar deste conhecimento ter sido obtido, não se trabalhou, até o momento. Com este argumento, adiou-se por mais de 20 anos a construção de híbridos de oncogenes e bactérias. Só muito recentemente se começou a fazer isto. Para mim, há uma diferença entre risco e medo.

**JU - A imprensa não especializada difundiu que com o estudo do genoma estava sendo decifrado o livro da vida e que o homem passava a brincar de Deus. Até que ponto estas expressões são verdadeiras ou, ao contrário, facilitam a mistificação de que os cientistas estão descobrindo um segredo proibido?**

**Macaya** - Tratar de entender a vida ou o funcionamento de um ser vivo parece ter sido uma aspiração da humanidade durante toda a história dos seres humanos. Sempre se buscou entender. Hoje, não vamos pensar diferente. Crer que conhecendo a seqüência do genoma humano vamos entender a vida, o funcionamento do ser humano, é uma arrogância que, muito rapidamente, se revelará falsa. O trabalho que existe pela frente para poder se entender como funciona um ser vivo é gigantesco. Só que, agora, as bases são mais sólidas para fazê-lo. Temos aí uma peça a mais do quebra-cabeças, mas ainda faltam muitas.

**JU - Então o senhor diria que o “mistério” está só começando?**

**Macaya** - O problema não é um mistério, e aqui entramos num campo muito complexo. Para mim, a vida não é mais que uma série de processos físicos e químicos. Não é nada mais. Nem antes, nem depois.

**JU - Qual será o grau do impacto que o conhecimento do genoma humano terá na medicina do século XXI e de que forma será sentido este impacto?**

**Macaya** - A medicina do século XXI não será como se acreditava – a medicina que se chama genômica, ligada ao conhecimento da seqüência do genoma humano – mas estará ligada a outro campo, mais novo, que se chama proteômica – que é a organização e o funcionamento das proteínas. Talvez isto seja o mais apaixonante, porque não há, até este momento, uma relação entre a seqüência gênica e a estrutura tridimensional da proteína, o que faz, finalmente, com que a proteína funcione de uma forma e não de outra. Estamos dando um primeiro passo, que é o de conhecer o fenômeno. Vamos conquistar grandes avanços em diagnóstico, suscetibilidades de doenças, etc. Porém, enquanto não avançarmos na proteômica, não avançaremos em tratamentos, mas apenas em diagnósticos. Esta é uma diferença fundamental. Em algumas doenças se poderá chegar a uma possível correção.

**JU - Isto agrega um outro tema: o do desconforto de conhecer sem poder fazer nada. Por exemplo: ter que se dizer a um paciente que ele está acometido de uma tal enfermidade, mas que ainda não podemos lhe oferecer nada para encaminhar a cura. Isto não causa ao cientista um desconforto muito sério?**

**Macaya** - Tenho uma posição ética, não compartilhada por muita gente. Eu

preferiria saber acerca dos riscos e preparar-me, do que desconhecê-los. Se tiver uma doença no futuro, mesmo que os médicos não tenham o que oferecer em tratamento, prefiro preparar-me psicologicamente, a simplesmente desconhecer o fato.

**JU - Na sua opinião a engenharia genética e a genômica têm permitido, ou facilitado, um maior interesse pela ética do que pela ciência?**

**Macaya -** Eu esperava mais interesse pela ética na ciência através da engenharia genética e da genômica. O exemplo mais importante é que no orçamento do projeto Genoma Humano norte-americano havia uma porcentagem de 5% a 6% dedicada aos problemas chamados sociais. Diante da importância que teriam esses problemas, 5% a 6% do orçamento do projeto eram ridículos. Creio que faltou um esforço internacional para trazer maior clareza aos problemas da sociedade ligados ao projeto Genoma Humano. Por muitas razões, um jogo comercial muito forte criou uma expectativa maior do que realmente se poderia esperar: a engenharia genética passou a ser um negócio fantástico. Porém, é muito delicado criar essas expectativas. Podemos dizer qual é a doença, sua cura, não. Nem sequer entendemos porque se adocece. Então, aí faltou um esforço maior de fazer com que esses problemas e debates se tornassem mais aparentes e mais claros. Por isso há pessoas, entre as quais eu me incluo, e há outras dentro desta universidade que, quando há uma reunião como esta dentro de uma universidade, querem ouvir sobre o genoma humano. Com muito prazer, me disponho a falar sobre o que sei sobre o assunto para desmistificar e demitificá-lo para que entendamos os seus temas e problemas centrais. Tenho esta pretensão.

**JU - Como o senhor vê a questão das patentes?**

**Macaya -** As patentes são um tema que já não se discute mais. Porque, se há algo que é um fracasso, é a concepção de patente. A patente era um sistema para quê? Poderias compartilhar um conhecimento, guardando os direitos sobre a utilização deste conhecimento. Hoje, não se patenteia mais porque não se quer mais compartilhar conhecimento. Então, se usa o que se chama segredo comercial. As patentes continuam a ser importantes. Mas mais importantes são os segredos comerciais, os segredos industriais, os segredos de processo. Isto levou ao fato de que muita informação deixou de circular. E isto é muito ruim, porque passamos a ir às reuniões científicas, onde se apresentavam resultados e, de repente, havia um vácuo de informação. Perguntava-se “por quê”? E a resposta era: “Não posso comentar. Isto tem valor estratégico, comercial e o contrato não permite que falemos”. É impressionante. A informação começou a reduzir-se. E continua sendo assim. É um problema cada vez mais complicado. Existem muitos resultados que sabemos que existem, mas não são publicados nem compartilhados.

**JU - Como a comunidade científica pode refletir a respeito disso? Uma comunidade que sempre trabalhou com produção de conhecimento e com a sua discussão imediata para um avanço, agora não discute mais nada, não apresenta mais nada. Quer dizer: poucos conhecem um resultado, e isto não é exposto a novas opiniões ou examinado por outros ângulos. Além da humanidade, a própria ciência não perde com isso?**

**Macaya -** Esse é o problema central. Concordo plenamente com esta análise. A ciência perde com isso. Justamente a única garantia que se tinha a respeito

do avanço da ciência era esse escrutínio aberto. No momento que esse escrutínio aberto começou a desaparecer, deveríamos ter buscado mecanismos para substituí-lo. Mas não é o que está acontecendo. E isso é muito grave.

**JU - Como é o financiamento da pesquisa científica na Costa Rica, e como se faz para trabalhar em genômica?**

**Macaya -** A pesquisa científica está num percentual muito alto nas universidades da Costa Rica. Foi o que revelou um estudo feito pela Fundação Internacional para a Ciência – IFS, com sede na Suécia, sobre a ciência na América Central, que cobria as ciências básicas – Ciências da Saúde, Medicina, Agronomia e outras. Da produção científica centro-americana, 70% vêm das universidades da Costa Rica. Desses 70%, a metade é originada na Universidade da Costa Rica. Como é o financiamento? Um terço dos recursos para pesquisa científica é financiado pela Universidade e 2/3 são provenientes de recursos externos. A genômica na Costa Rica é resultado de um trabalho feito por uma rede de grupos estabelecida graças a um esforço de um núcleo fundamental, que é o Centro de Pesquisa em Biologia Celular e Molecular, criado em 1977, pela Universidade. Naquele momento, isso era um luxo para um país como a Costa Rica, mas houve alguém, ou um grupo, com audácia e clarividência para encará-lo. Foi um movimento antecipatório. Aliás, esta é uma das funções da universidade que está sendo esquecida. A universidade tem duas responsabilidades, mas geralmente se exige uma e não se vê a outra. Ela tem de responder às necessidades e ao desenvolvimento do país; porém, também tem de manter uma base genérica de conhecimentos, de atividades que não têm relação direta com a conjuntura e que é uma preparação ao futuro. Isso é fundamental, e se tem esquecido. A Universidade da Costa Rica, em 1977, investiu em biologia celular e molecular e, então, quando vieram os processos de seqüenciamento, a genômica, etc., pudemos, com as colaborações adequadas, nos inserir e trabalhar. E já temos resultados que, para um país como a Costa Rica, eram impensáveis, como sítios genômicos patenteados.

**JU - O senhor poderia citar um exemplo?**

**Macaya -** A Costa Rica deu um exemplo único, que gosto de citar, porque continua sendo único. No início dos trabalhos sérios de genética molecular e genômica, em 1976, descobriu-se um tipo de surdez hereditária numa população muito concentrada, em que o número de surdos era muito alto. O trabalho iniciou-se pela genética tradicional, a fisiologia, a medicina, e foi avançando até chegar aos genes. Este foi o instrumento para desenvolver toda a tecnologia até se chegar a reconhecer o gene, isolá-lo, reconhecer a proteína mutada, e descobrir um modelo diferente de surdez. Porém, mesmo com todo este desenvolvimento, mantinha-se uma situação catastrófica: ter de dizer a um jovem que, aos 16 anos, ele ficará surdo. Este é um tipo de surdez muito interessante, porque tem uma aparição tardia, ao final da adolescência. Então, os afetados aprendem a falar corretamente; isso se chama surdez pós-lingüística. Aprende-se a falar corretamente e logo depois deixa-se de ouvir. Mais tarde, fizemos um trabalho muito mais completo, estudando a genética do maníaco-depressivo, ou enfermidade bipolar, sempre em associação com grupos norte-americanos com financiamento do NIH; mas o essencial era feito na Costa Rica. Neste trabalho da enfermidade bipolar, localizou-se o sítio



cromossômico para a doença maníaco-depressiva e se patenteou a descoberta. Os doentes que contribuíram com o trabalho, fazem parte de uma associação que é beneficiária de 1/3 da patente. Esse é o único caso no mundo. Assim, um patenteamento bem pensado pode ser positivo, por isso sempre o cito como exemplo. Beneficia a empresa, a universidade e os doentes. Eu mesmo entreguei à associação de doentes, cheques provenientes de royalties. Agora, o mesmo grupo está trabalhando com esquizofrênicos e já tem resultados.

**JU - Como a Costa Rica maneja a parte de ética da pesquisa que envolve seres humanos?**

**Macaya -** Esse é um trabalho enorme. E, novamente vem “debaixo”. Um grupo pequeno de pesquisadores que estudava esse tema decidiu criar seu próprio grupo de bioética. Convidamos professores de filosofia e começamos a construí-lo. E antes de sair a lei, já tínhamos um comitê funcionando. Depois foi muito fácil de participar na regulamentação e na elaboração dos projetos de lei. O Senado e a Assembléia Legislativa tardaram muito em concordar sobre uma lei, de modo que as instituições desenvolveram seus próprios regulamentos. Foi o primeiro comitê auto-regulamentado.

**JU - Como o reitorado afetou a vida do pesquisador?**

**Macaya -** Apesar de ocupar um cargo administrativo, ainda produzo trabalhos científicos. Claro, do total da minha produção científica, 75% foi antes de ser reitor, e 25% desde então. Como manter o pesquisador ativo? Primeiro, participando de, ou organizando, colóquios internacionais. A cada dois anos fazemos na Costa Rica um simpósio com a Sociedade Internacional de Evolução Molecular (já fizemos cinco), sempre incluindo, direta ou indiretamente, temas sociais. Outra atividade é participar dos conselhos editoriais de algumas revistas especializadas. Espero voltar ao laboratório dentro de uns dois anos.

**JU - E como é, para a Universidade, ter um cientista como reitor?**

**Macaya -** É muito complicado. Procuo, como reitor, ser o mais equilibrado possível, não privilegiando uma área em detrimento de outra, já que a universidade tem de avançar em todas as frentes.

**JU - A Universidade da Costa Rica está trabalhando numa cultura de desenvolvimento sustentável como uma coisa formal ou isto é uma coisa de poucas pessoas?**

**Macaya -** Há um trabalho em várias frentes na Universidade da Costa Rica para promover uma nova cultura entre os alunos. Certos temas fundamentais se introduzem horizontalmente em toda a formação. Durante o primeiro ano de estudo, todos os alunos recebem um mesmo programa de Humanidades em todos os cursos, com disciplinas como Filosofia, História, Linguagem. A seguir, também estudam ciências básicas: Ciências Sociais, Física, Química, Biologia, Sociologia, Antropologia. Esse é o primeiro momento para introduzir temas transversais, como direitos humanos, bioética, igualdade de gênero, integração de deficientes e desenvolvimento sustentável. Com se faz isso? Fazemos bem? Não sei. Mas se faz. Temos outro mecanismo, único na universidade. A partir do terceiro ano do curso escolhido, quer dizer, mais ou menos a partir da sua metade, os alunos participam de trabalhos comunitários-universitários, com uma carga horária de 300 horas/aluno, em um projeto interdisciplinar. Alunos de todos os cursos fazem isto, são mais ou menos 800 mil horas/estudante por ano de trabalhos dedicados à comunidade. Esse trabalho sempre termina com

um Seminário de Realidade Nacional. Isto é feito desde 1974 e a atividade foi, recentemente, avaliada por um comitê externo, da UNICEF. A avaliação foi estupenda. Foram apontadas muitas coisas boas, e algumas erradas, que estavam sendo feitas.

**JU - Como a população vê essa prática?**

**Macaya -** Depende muito. Porque tem uma parte da população, tanto fora como dentro da universidade, que tem uma tendência a vê-la como mão-de-obra barata. E aí há um conflito permanente quando não se aprovam trabalhos comunitários-universitários que são mão de obra barata. Por exemplo: um órgão do Estado necessita fazer uma grande pesquisa. Então, convoca os estudantes universitários como mão-de-obra barata para trabalhar nesta pesquisa sobre qualquer coisa. A partir daí, criamos um projeto que prepara o estudante e paga o professor. É um projeto que também traz dinheiro para a universidade, e assim todos ganham.

**JU - Dessa forma, a universidade participa e está inserida na sociedade que, afinal, é quem paga para que os estudantes e os professores possam prestar esses serviços, concorda?**

**Macaya -** Há uma coisa que ainda não está bem. Trabalho comunitário-universitário é uma via de mão-dupla. É a universidade atuando e aprendendo. No momento há mais ação do que aprendizado.

**JU - Por quê? O que falta?**

**Macaya -** Maior preparação. Não há uma conscientização suficiente desse trabalho nas próprias comunidades. Quase sempre é uma interação comunidade-universidade muito embasada nos interesses da universidade. A universidade precisaria ir mais longe, precisa aprender as necessidades da comunidade e desenvolver seus programas.

**JU - Qual o principal desafio da universidade pública?**

**Macaya -** O principal desafio da universidade pública é continuar sendo pública. Se pensamos que a universidade é apenas um mecanismo de formação de profissionais, estamos mal. A universidade pública é mais do que isso. Primeiro, eu acredito que ela é fundamental para o que eu chamo de uma reserva para o futuro. É a instituição que tem de garantir a possibilidade das mudanças necessárias à sociedade. Não me pergunte quais são elas. Porém, temos que ter a capacidade de reagir adequadamente no momento oportuno, e não, como dizem alguns, para prever o futuro. Há um interesse e um compromisso que vão além da conjuntura, do governo e do reitor. É o compromisso de criar mecanismos para obter respostas adequadas em momentos adequados a problemas que sequer imaginamos agora. Isto é o que faz uma universidade pública.

## Renato Janine Ribeiro



**“A universidade tem que começar a se preocupar com o destino do que ela faz”**

*Renato Janine Ribeiro é professor titular de Ética e Filosofia Política da USP e mestre em Filosofia pela Universidade Panthéon-Sorbonne. Como convidado, veio a Porto Alegre e foi um dos conferencistas do III Salão de Extensão, realizado na UFRGS. Em entrevista a Clovis Ott e Laís Chaffe, do Jornal da Universidade, falou sobre o papel da Universidade na produção e difusão da cultura humanística; situou a sociedade atual de acordo com a base cultural que tem disponível; propôs mudanças de rumos; criticou a televisão que é apresentada no Brasil e sugeriu a Internet como a grande solução para, junto com a universidade, educar, formar e informar os cidadãos, fora da mediocridade e dos interesses, comerciais e políticos, dos meios de comunicação tradicionais.*

JULHO 2002 - EDIÇÃO N.º 53

**Jornal da Universidade - No atual modelo de universidade pública, qual o lugar que a cultura ocupa e o que precisa mudar?**

**Renato Janine Ribeiro** - O atual lugar ocupado pela cultura, não só na universidade pública, mas na sociedade, é o do beletismo, das belas letras, da coisa bonita que divulga. Nós temos a idéia de que as artes, a cultura, são uma coisa alegre, uma coisa agradável, um enfeite, um adorno. No começo do governo Fernando Henrique a cultura se inseria em 0,5% no orçamento do governo federal, a ciência e tecnologia em 0,35%, ou seja, sete vezes mais, e ainda assim esse 0,35% da ciência e tecnologia eram menos do que a margem de erro com qual elaboraram o orçamento da União. Nós temos hoje uma situação em que, socialmente, a cultura aparece como um primo muito pobre das atividades estatais e sociais. Temos que indagar de que maneira a cultura pode ser dinâmica, como escora a cidadania e o conhecimento criativo.

**JU - Para que isso aconteça é preciso que haja uma mudança de orçamento ou de mentalidade?**

**Ribeiro** - De mentalidade. O orçamento é apenas uma indicação disso, apenas um sinal. É preciso tirar a cultura simplesmente do papel de enfeite, do papel de adorno que ocupa, sobretudo para as classe dominantes, que a vê como um fator de distinção de classe. É preciso mudar esse papel, para que a cultura seja capaz de introduzir o seu dinamismo na própria pesquisa.

**JU - Qual o papel dos clássicos dentro dessa idéia?**

**Ribeiro** - Os clássicos não são lições eternas, mesmo porque o de uma época não é o de outra. Não creio que haja algum clássico que faça parte, em todos os tempos e de todas as épocas, de todos os lugares. É simplesmente uma obra que tem uma permanência maior, muda de sentido conforme o tempo, mas que é importante porque tem uma qualidade tal que permite a pessoa que está lendo, está trabalhando com ele, ter outras dimensões humanas. O clássico permite abrir janelas maiores para o mundo no sentido que a pessoa, dessa maneira, consiga captar outras oportunidades de vida, outras perspectivas. É esse o papel.

**JU - E prepara para outras mudanças, outras oportunidades?**

**Ribeiro** - Nós estamos numa sociedade em que o encontro de sua individualização, o processo de descobrir, de construir quem eu sou é complexo, exige que a aparência de figuras sociais sejam maiores do que as sociedades anteriores tiveram. Então, quanto mais tem abertura para as obras de qualidade, outras informações, maiores as chances de você encontrar seus caminhos.

**JU - Para descobrir quem eu sou é preciso uma série de informações que são dadas no ambiente universitário. Não é preciso uma base cultural sólida para colocá-la nesse patamar na universidade?**

**Ribeiro** - Essas informações são dadas de maneiras diferentes. O que mais me inquieta são aquelas pessoas que não chegam a receber. A cultura pode ser um instrumental muito positivo. Para isso lida com outros imaginários, abre outros espaços. Perguntar se são dadas as informações? Não são. As informações ainda são muito insuficientes, mesmo numa sociedade de tantas informações quanto a nossa.

**JU - A cultura deveria fazer pesquisa nas ciências humanas. Mas a nossa maior fonte de informação, hoje, não é a televisão que introduz costumes, dita regras e moda,**

**elege e derruba governos, molda a língua e os hábitos?**

**Ribeiro** - Eu não concordo. A televisão mexe dentro de certas possibilidades. A televisão tem uma potencialidade muito grande, é um meio de comunicação, um meio cultural, por assim dizer, mais forte na nossa sociedade, mas não acho que seja onipotente.

**JU - E quanto à universidade, ela corre atrás do prejuízo ou não? Os alunos chegam despreparados, apenas com a formação social doméstica, com a má formação do ensino básico, informado pela ótica ou pelos interesses dos meios convencionais de comunicação de massa. Ele chega sem preparo, sem a base cultural sólida. Qual a alternativa?**

**Ribeiro** - Eu não vejo chance. Quando houve a degradação do ensino médio, vários colegas meus defenderam a tese que a universidade não deveria compactuar com isso e, portanto, deveriam reprovar maciçamente os alunos que não tivessem preparação para, assim, forçar a melhoria do ensino médio. Mas não houve condições de fazer essa chacina de alunos. Seria antidemocrático. Não há muitas alternativas, a não ser a universidade tentar, de alguma maneira, compensar isso. Politicamente não há muita alternativa. Como a universidade faz muito bem a parte da pesquisa e, como a graduação passa a lidar com alunos despreparados, o risco é grande, porque você investe mais e mais na pesquisa e deixa os despreparados despreparados, ou então a graduação perde em destaque dentro de uma universidade boa.

**JU - E quanto ao espaço para experimentação na universidade? O aluno está sendo suficientemente estimulado?**

**Ribeiro** - Tem muito que se fazer experimentação em novas formas de cursos, novas formas de relações e, quando os recursos são escassos, é necessário multiplicar os contatos. Um exemplo são os museus da Universidade de São Paulo. Nós temos quatro museus principais, sendo o Museu do Ipiranga o mais conhecido. O Museu do Ipiranga é um museu que tem uma das maiores visitas do Brasil, mas são de escolares. Em compensação, tem os outros museus, o Museu de Arte Contemporânea, que é um bom museu. A maioria esmagadora dos professores, estudantes e funcionários da USP nunca pisou nele. É uma coisa absurda, ter no *campus* um museu que é pouco conhecido da própria comunidade universitária. Se se conseguisse que todos os professores, funcionários e alunos, visitassem esse museu uma vez que fosse, conseguiríamos, de alguma forma, um vínculo maior deles em vários sentidos: com obras de arte de qualidade, com a própria universidade, com sentimento maior de pertencer a universidade, enfim, uma troca afetiva maior.

Quando dirigi a Cooperação Internacional da USP obriguei as pessoas, que recebiam recursos nossos, a divulgar via e-mail, quando ia falar, a conferência que ia dar, isso circula pouco. A comunicação circula pouco. Não estou falando no sentido jornalístico só. Estou falando no sentido dos pesquisadores se comunicarem entre si, dos ambientes se comunicarem e do desperdício extraordinário que se tem com a falta disso.

**JU - O senhor não acha que pode ser uma questão de mentalidade, de se entender educação como um aluno sentado e o professor ensinando, só com transmissão de informação? A informação não faria parte da educação, da formação do aluno?**

**Ribeiro** - Isso é uma qualidade brasileira que poderia chamar por duas palavras: individualismo e falta de diálogo. Vivemos numa sociedade onde o individualismo

é muito forte. Primeiro, a agregação de esforços sociais para fazer alguma coisa é muito menor em nosso país e, segundo, o diálogo no Brasil é muito precário. É muito mais freqüente as pessoas ficarem somente no seu espaço e conversarem pouco. Aceitar a postura monológica, o monólogo, que é adotada por muitos professores, convém a muitos alunos.

**JU - A que o senhor atribui esta ausência de diálogo?**

**Ribeiro** - Isso é um fenômeno histórico. Tem a ver com vários elementos, com uma formação ibérica que, por sua vez, passa pela Inquisição, pelo catolicismo mais hierárquico, no qual a liberdade de expressão é contida e por causa disso as pessoas se acostumaram a repetir o que o poderoso disse, muito mais do que a discutir. Encontrar uma sociedade como a norte-americana, ou a francesa, na qual a experiência do diálogo e a discussão é muito mais antiga, para nós é incomodo. No Brasil, não gostamos que discordem da gente, ao passo que existem sociedades em que uma discussão de freqüente desacordo é normal e saudável. Acho até que no Rio Grande do Sul o desacordo é vivenciado melhor que em outros estados.

**JU - Então isso seria uma coisa atávica no Brasil?**

**Ribeiro** - Eu não usaria o termo atávico, porque aí se naturaliza a questão, se diz que é da nossa natureza. Eu diria que é histórica, que é um elemento que vem do nosso passado, do qual não conseguimos ainda nos desfazer.

**JU - E conseguiremos nos desfazer disso?**

**Ribeiro** - Uma alternativa é incentivando o próprio diálogo. Acho que essa idéia de colocar em contato as áreas dentro da universidade, dentro da sociedade, favorece isso. Disponibilizar mais informação, fazer com que se cuidem as obras de arte, que a produção seja conhecida. Com a Internet é possível se colocar um volume extraordinário de textos no site da universidade. Está aumentando a informação diversificada, ocorrendo discussões, habituando-se as pessoas a discutirem.

**JU - Mas aí estamos considerando um ambiente muito restrito, um ambiente universitário. Fora dele, como grandes temas de discussão da imensa maioria da população, temos Big Brother, Casa dos Artistas, novelas, vida particular de artistas, assim fica difícil... O público que tem acesso à Internet e à informação que lá está é muito pouco.**

**Ribeiro** - Vamos ser realistas. É provável que tenha mais gente com acesso a Internet do que comprando jornal. Já é significativo. Se for falar em termos sociais, a primeira questão que colocaria, e é decisiva para os pesquisadores da universidade, é que o seu trabalho e os autores importantes com que trabalha, chegue ao povo. E vai chegar ao povo? Essa questão é fundamental. Teríamos êxito se conseguíssemos que essas idéias, que são as grandes contribuições da ciências humanas, chegassem à sociedade. A área do pesquisador acadêmico é muito tímida no tocante a isso.

**JU - O que fazer para conseguir com a difusão cultural o mesmo resultado obtido em comparação com as ciências exatas e biológicas, que têm uma aplicação mais prática?**

**Ribeiro** - O que não passa pela consciência das pessoas. Para chegar e dizer: olha sua roupa, provavelmente tem nela uma tecnologia de menos de cinco anos de idade. O brinco, a roupa, a pochete, alguma coisa disso é muito nova, mas disso se desfruta porque não precisou mexer com as cabeças. Isso tudo é mecânico. Quando passa pela cabeça é bem mais difícil. Mas, por outro lado, se você

examina os jornais e vê que o que eles publicam, acha um débito extraordinário em relação às ciências humanas. O que acontece é que esse débito vai surgindo sozinho. O que eu não vejo é pesquisadores universitários se reunirem e dizerem: qual é a nossa mensagem essencial para passar para a sociedade? Qual o efeito relevante do que eu estudei? Que fizemos em antropologia? Fizemos algo em alguma coisa? Em que isso pode modificar nossa vida? Se houver esse tipo de discussão, conseguiremos dar um salto. É preciso comunicar o que se está fazendo. O que chega à sociedade é muito pouco.

**JU - Como é possível a difusão das humanidades e dos valores culturais ao mesmo tempo em que há alta evasão escolar no ensino básico e superior?**

**Ribeiro** - Primeiro, vamos falar da crise no valor da cultura. Eu começaria dizendo que, no Brasil, a cultura não é um valor, pelo menos, não tanto quanto poderia ser. Estamos numa sociedade que está valorizando muito o prazer imediato, que dá muito pouco espaço para o próprio conhecimento que, de modo geral, não é muito valorizado. Esse tipo de valorização do qual Big Brother, Casa dos Artistas, novelas, etc., têm, é uma dificuldade muito grande, porque debilita qualquer projeto de construção das pessoas com o sujeito. Há algum tempo atrás, quem fazia uma operação plástica ocultava o fato. Hoje, o que nós temos é uma narrativa, o orgulho de ter feito a cirurgia plástica. É a cultura do making off. Em vez de reduzir o valor de mercado, aumenta. Isso é uma novidade fantástica. O assustador é a significação cultural disso para a sociedade como um todo. É a desqualificação do cultural e isso é muito inquietante.

Em relação à evasão do ensino básico e do superior, eu diria que são duas evasões muito diferentes entre si. A evasão do ensino básico tem muito a ver com miséria, pobreza, dificuldades econômicas. No ensino superior, a evasão tem a ver com uma dificuldade de localização de seu espaço na realização pessoal. Está muito difícil hoje, para quem tem um pouco mais de sensibilidade, encontrar seu espaço de realização pessoal sem passar por trâmites. As opções se tornaram mais fáceis, e a sociedade está tão dura que fica difícil mesmo essa seleção. A evasão se torna o caminho de quem está tentando encontrar o seu caminho. Uma pessoa que estuda 4 ou 5 anos de Engenharia, um curso extremamente puxado, e depois descobre que quer ser cantor ou nutricionista, desperdiçou o seu tempo, desperdiçou uma vaga na faculdade que outro poderia ter cursado. É um fenômeno bem mais complicado do que apenas se mudar os currículos.

**JU - Qual a sua opinião sobre a universidade treinar mão-de-obra para o mercado de trabalho.**

**Ribeiro** - Eu sou contra treinar mão-de-obra para o mercado de trabalho, não só porque é imoral mas porque é inútil. Imoral porque a universidade não deve se colocar a serviço do mercado, e inútil porque o mercado fará isso muito melhor que a universidade. Além disso, modificará suas rotinas muito mais velozmente.

**JU - Há setores segundo os quais a universidade não prepara o aluno para o mercado de trabalho, pois ele já vem despreparado.**

**Ribeiro** - Aí vamos identificar um acordo muito claro a que as lideranças acadêmicas e empresariais têm que chegar. A universidade não está a serviço do mercado. A universidade tem um tempo básico, e que não pode ser efêmero. Porque não fazer uma cooperação, um convênio e, no caso do jornalismo, por

exemplo, com os jornais pagando devidamente os profissionais da universidade, e estes dando melhores cursos de treinamento dentro do próprio jornal?

**JU - Essa cooperação ou esses convênios não ficariam inviabilizados em um sistema que quer ter os menores custos, investindo o mínimo possível, para auferir o mais alto lucro? Não ficaria difícil este tipo de relação da universidade com o mercado.**

**Ribeiro -** A universidade tem subtilizado os seus instrumentos para intervir na sociedade. A universidade deveria pensar mais, tematizar mais internamente como ela vê a sociedade. Quando se pensa na aplicação prática da ciência, exata e biológica, é muito simples: o intermediário para chegar às pessoas é o mercado, são bens e, eventualmente, serviços que elas produzem. No caso das ciências humanas, a relação delas não é tanto com o mercado mas com o público, e aí passa pela mídia. O nosso relacionamento principal com a sociedade é a mídia. Nós temos que esquematizar mais o que a mídia incorpora do saber acadêmico e científico, ligando para universidade, consultando os artigos, mas também, de maneira muito mais ampla, na formação do pessoal de trabalho, etc. O que incorpora e o que não incorpora. A universidade poderia meditar melhor sobre essa pauta acadêmica e dizer o que não nos convém disso. Além disso, podemos, eventualmente, colocar novas questões.

**JU - Temos potentes redes de televisão aberta, comerciais, lutando por altos índices de audiência com programas semelhantes, de baixíssimo nível, e sem consistência cultural. Não poderiam aproveitar esse público certo e cativo para transmissões que trouxessem alguma programação cultural e informativa para o crescimento das pessoas?**

**Ribeiro -** A televisão no Brasil está em péssimas mãos. A imprensa escrita no Brasil está praticamente toda comprometida com setores da sociedade. Não tem uma imprensa escrita diária de esquerda no Brasil. Em todos os países da Europa tem. Se tivesse uma imprensa diária de esquerda, pela Internet, você acessaria. Com o rádio, por exemplo, cujo custo de manutenção é muito baixo, dá-se o mesmo. No entanto, não se tem rádio de esquerda no país.

**JU - As concessões são dadas pelo governo...**

**Ribeiro -** Sim, mas também as pessoas não vão à luta. Não precisa de concessão para abrir um site na Internet. Por que praticamente não tem um site informativo de esquerda na Internet? Não é o poder que está inviabilizando isso. É a falta de iniciativa dos interessados. Podia se ter um site de esquerda mais atuante, sem ser faccioso, só que ninguém faz. Não vamos confundir com isso o site do PT, ou dos demais partidos. Estou falando de um site de informações, que use bem a batalha da mídia. Estou achando que essa batalha da mídia pode ser travada a baixo preço com a Internet. Não vejo os motivos de não se usar este canal

**JU - A difusão do conhecimento gerado na universidade, tudo o que realiza, propõe, constrói, produz, está, praticamente, dependendo dos meios de comunicação convencionais. Que outro meio, e qual a possibilidade que a universidade tem de, por seus próprios meios, fazer esta difusão?**

**Ribeiro -** A universidade é lugar de formação mais que de difusão. Formação é muito mais intenso, muito mais profundo, mais demorado. Existe uma parte substancial desse conhecimento que vai, depois, sendo apropriado socialmente de maneiras bem diferenciadas. Quando se procura um dentista, por exemplo, vamos utilizar as capacitações que ele aprendeu na universidade para ganhar

dinheiro. Isso é uma apropriação privada do conhecimento. O mais delicado é o caso do conhecimento gerado nas ciências humanas que não é apropriado de maneira tangível, de uma forma física, mas na consciência das pessoas. Uma vez saindo o processo dos muros da universidade você não está controlando mais nada. Você está formando profissionais sem se perguntar para quem está indo o investimento público neles feito. Da mesma forma não se está perguntando das descobertas de ponta das ciências humanas, o que isso está alterando e fazendo incorporar pela sociedade. O fundamental é: como se pode fazer em relação à pesquisa e na formação de recursos humanos que há dentro da universidade para que seja apropriada socialmente? Para que sociedade estamos construindo isso? Nessa sociedade, a apropriação privada prevalece de longe. Na universidade, muita gente está descontente com essa desigualdade social. E cabe à universidade discutir isso.

**JU - A universidade deveria cobrar algum tipo de retorno desse profissional que saiu de uma instituição pública? Se ele está ou não, de alguma maneira, retribuindo para sociedade a formação que ela lhe proporcionou, financiando seus estudos gratuitos?**

**Ribeiro -** Não vejo como legalmente se poderia fazer isso. Mas se pode formar esse profissional para habilitá-lo mais para isso do que para outra coisa. Você pode ver quais são os nichos de enriquecimento pessoal de apropriação privada do meio público e, não digo acabar com eles, mas incentivar o que vai no sentido da apropriação mais social, e isso pode-se fazer mexendo nos currículos. Se pode e deve inculcar nos alunos de graduação, desde o início, a percepção de que a universidade é paga pela sociedade, e sobretudo, por gente mais pobre do que eles. E a partir disso tentar montar um senso de responsabilidade social, que sinto extremamente inexistente nos nossos formandos.

**JU - Todo esse sentimento humanista, de responsabilidade da nossa sociedade, só poderia se dado pela universidade pública. Mas o que se vê são tentativas para o seu enfraquecimento, cortes de cada vez maiores de verbas e a proliferação de instituições privadas com características empresariais e objetivos lucrativos.**

**Ribeiro -** Estou pensando basicamente nas universidades públicas que, de modo geral, são as melhores. A universidade tem que começar a se preocupar com o destino do que ela faz. Tem que começar a se preocupar com quem se apropria e de que maneira se apropria dos bens públicos que gera e geriu. Estamos lidando com vagas, formando gente, pesquisando, fazendo ciência, encontrando saberes, e a maneira como tudo isso é apropriado é pelo simples jogo do mercado. A universidade poderia ter um papel mais ativo em considerar qual é o conhecimento relevante que está gerando, qual é a formação relevante e de que maneira isso interfere na sociedade.

# Rafael Guarga



## “Universidade pública precisa receber os mais pobres”

*Qual deve ser a postura da universidade pública inserida numa sociedade dinâmica, em constante desenvolvimento social e econômico? Rafael Guarga, vice-presidente da União de Universidades da América Latina (Udual) e reitor da Universidad de la República, Uruguay, veio a Porto Alegre e abordou, profundamente, o assunto. Nesta entrevista à jornalista Sonia Torres, do Jornal da Universidade, que esteve acompanhada pela pró-reitora de Planejamento e Administração da UFRGS, Maria Alice Lahorgue, Guarga começa por defender a necessidade de um planejamento estratégico que, por um lado permita que a universidade tenha sua ação estendida para além do âmbito puramente acadêmico e por outro, permita um reforço nesta inserção com o aumento, cada vez maior, da sua capacidade de absorção dos jovens que nela queiram ingressar. O reitor uruguaio, com base em números exatos, demonstra a gravidade da situação nos países em desenvolvimento, onde o ingresso no ensino superior é quase uma exclusividade da população de melhor renda, num contraste chocante com os chamados “países ricos”. Rafael Guarga considera que o maior desafio que os países em desenvolvimento enfrentam é de encontrar meios e recursos para ultrapassar o fosso entre os grupos sociais e dar oportunidade de ingresso aos jovens das camadas mais pobres na universidade pública.*

AGOSTO 2002 - EDIÇÃO Nº 54

**J**ornal da Universidade - Já se falou muito na questão da governança das universidades, que é algo extremamente importante. Qual a sua posição em relação ao planejamento estratégico nesse novo campo de mudanças rápidas, de um lado, e uma cultura muito mais conservadora, de outro?

**Rafael Guarga** - Eu creio que, efetivamente, o ambiente externo tem tido mudanças muito importantes nos últimos anos. Em particular, creio que na Conferência Mundial de Ensino Superior de Paris isso se expressa bem. No preâmbulo da declaração final, se assinala que a universidade está, e estará no futuro imediato, submetida a demandas sem precedentes por parte da sociedade. Isto se baseia no fato de se construir uma sociedade na qual o conhecimento é um fator decisivo em tudo o que tem a ver com o funcionamento desta sociedade: a prática da cidadania, os cuidados com a saúde, até a produção. O conhecimento tem um papel cada vez mais destacado. É totalmente lógico e compreensível que as universidades, cuja função é transmitir, criar e difundir o conhecimento, adquiram um papel cada vez mais destacado. Em conseqüência, é real que as universidades do mundo desenvolvido e da América Latina sejam submetidas às demandas.

**JU** - Como podemos utilizar o planejamento estratégico para atender as novas demandas sociais e, também fazer com que o nosso ambiente interno se mova de um modo menos conservador?

**Guarga** - O fato de termos tido uma abertura selvagem na economia desta região, e que prejudicou durante muitos anos alguns meios produtivos, em particular, favoreceu os setores importadores de bens. Entretanto, esta abertura serviu, também, para advertir os meios produtivos e industriais de que não é possível sobreviver nas economias abertas se não se renovar permanentemente, mudando e melhorando os processos e produtos. É muito difícil a subsistência em âmbito produtivo aberto se não se realiza o processo de inovação.

**JU** - A advertência foi ouvida e ocorreram inovações na América Latina?

**Guarga** - Isto foi uma mudança. Uma mudança muito importante. Fez com que, nos setores que desenvolvem as indústrias da América Latina (poderíamos localizá-lo na segunda metade do século 20), ocorresse um forte protecionismo. O que não foi mau. O mal foi que, para progredir no protecionismo, se desenvolveram marcos favoráveis na competitividade das empresas que permitiram acesso ao mercado mundial. Em conseqüência, quando caiu esse protecionismo, se produziram fortes destruições no setor produtivo latino-americano. Mas, por outro lado, ficou clara a importância de vincular a investigação científica ao desenvolvimento produtivo.

**JU** - Como se processava o desenvolvimento tecnológico?

**Guarga** - Anteriormente, no ambiente protecionista, a tecnologia vinha por importação. Se importava, o que se denominava "tecnologias maduras". Se produzia nas fábricas até que as máquinas não funcionassem mais e caíssem em desuso. Não se podia com esses produtos entrar no mercado internacional porque não era competitivo. As indústrias com economias abertas só podem subsistir se realmente produzirem produtos internos competitivos. E isto significa incorporação da tecnologia, incorporação da investigação científica no nível das próprias empresas ou em acordos das empresas com

as universidades.

**JU** - Qual o papel das universidades públicas na aplicação da investigação científica em relação ao mundo exterior?

**Guarga** - Na América Latina, a investigação científica praticamente só se realiza no âmbito das grandes universidades públicas. Este é um aspecto das mudanças do mundo exterior às universidades, que gera, está gerando e vai gerar cada vez mais demandas crescentes em matéria de investigação tecnológica e investigação aplicada de conhecimento às nossas universidades.

**JU** - De que maneira podemos mudar o ambiente interno em nossas universidades para atender a demanda exterior do conhecimento?

**Guarga** - Deve ser levado em conta o planejamento estratégico. Temos que ir mudando o ambiente interno em nossas universidades quando se caracterizar como ambiente de investigação por estar conectado ao mundo acadêmico internacional. Entretanto, aparecendo um mundo produtivo local com demandas mesmo incipientes, ainda pequenas e com pouca significação, estrategicamente nossas universidades cometerão um grave erro se não se dispuserem a atendê-las e a apoiar este desenvolvimento industrial com geração endógena. Este conhecimento precisa ser do mesmo nível das regiões dos países de conhecimento científico que podem ser desenvolvidos em nosso país.

**JU** - A qualificação do ensino superior é uma necessidade cada vez maior para qualificar a mão de obra. Paradoxalmente, este fato não acaba em uma espécie de elitização deste ensino?

**Guarga** - Um outro aspecto também destacado na Conferência de Paris tem a ver com a universalização do ensino superior. Tradicionalmente, em nossos países, o ensino superior tem sido um ensino para elites. A taxa bruta de escolarização no nível do terceiro grau, na América Latina, é de 17%, ou seja, 1 em cada seis jovens deverá estar na universidade. Esta é a caracterização de um ensino elitista para um pequeno setor que coincide, fundamentalmente, com os filhos dos setores economicamente mais favorecidos na sociedade. Esta demanda crescente à qual estão sendo submetidas as universidades demonstra a necessidade de qualificar, cada vez mais, a mão-de-obra e de gerar uma sociedade moderna.

**JU** - O que vai ser preciso fazer ou refazer em relação ao ensino superior para que a escolarização aumente nas classes menos favorecidas?

**Guarga** - A Conferência de Paris já firmou a estratégia em direção à universalização da educação superior, isto é, chegar em um futuro imediato aos cem por cento da universalização, como hoje ocorre com o ensino privado, em boa parte dos países da América Latina. Se pensarmos não apenas nesta demanda crescente que vem do mundo do trabalho, mas também da cidadania e dos serviços, etc... enquanto há um nível cultural cada vez mais alto dos cidadãos, isto implica no fato de que a universidade deve preparar-se e transformar-se em seus sistemas para ser capaz de ir aumentando a taxa bruta de escolarização. Repito que na América Latina a média está em 17%, o que significa que de cada seis jovens entre 18 e 25 anos, apenas um tem acesso ao ensino superior, sendo que no mundo desenvolvido, a taxa, hoje, é de 60%. Em relação à taxa observada nos países desenvolvidos, a da América Latina faz uma triste figura, embora países como Argentina, Uruguai e Chile

tenham atingido a taxa de 30%. É fundamental que as universidades públicas da América Latina incrementem a passagem de seus países para níveis bem mais altos de absorção de estudantes, pois a distância entre os países desenvolvidos e os que aspiram ao desenvolvimento torna-se mais dramática quando se registra que a tendência, nos primeiros, é de alcançar o patamar dos 100% de ingressantes, como já acontece, por exemplo, no Canadá. Ao mesmo tempo, esses países registram mudanças populacionais importantes, como o decréscimo da natalidade e o conseqüente envelhecimento da população. Isto os está obrigando a buscar recursos humanos qualificados nos países em desenvolvimento. Há vinte anos, a taxa de escolaridade superior no mundo desenvolvido era de 40%. Se pensamos chegar daqui a vinte anos ao que o mundo desenvolvido tinha como realidade naquele tempo, terão passado 40 anos. É uma meta muito modesta e teremos que pensar em mais do que na duplicação da média latino-americana. Em conseqüência, e isso também foi dito na Conferência de Paris, em 1998, significa fazer crescer aceleradamente o estudantado universitário de nossos países, e o crescimento do estudantado se dá, justamente, procurando que os filhos dos setores menos favorecidos economicamente ingressem na universidade.

**JU - Como está taxa de escolarização no Brasil em relação à mundial?**

**Guarga -** O Brasil, encontra-se abaixo da taxa bruta mundial, com apenas 13% de seus jovens ingressando na universidade.

**JU - Qual a previsão para o aumento de ingresso de jovens às universidades no Uruguai?**

**Guarga -** As taxas brutas de escolarização em meu país por períodos de ingresso, mostram que se nós tomarmos os dois períodos de ingressos mais altos, já teremos a taxa bruta de escolarização nos 80%. Nos setores de altos ingressos, os jovens que não chegam à universidade, não o fazem ou porque não podem, ou porque não querem e, não por razões econômicas ou sociais. Por outro lado, a taxa bruta de escolarização do Uruguai, de 10%, é uma das mais baixas, sendo que a taxa bruta de escolarização média é de 30%. Se propusermos ao Uruguai para daqui a vinte anos chegar a uma taxa bruta de escolarização de 60%, que é a dos países desenvolvidos, deve se fazer ingressar na universidade os setores cujas famílias têm menor poder aquisitivo.

**JU - Como se daria essa mudança? Seria através de um melhor planejamento estratégico que as universidades poderiam se reorganizar?**

**Guarga -** A Conferência de Paris afirma que o gasto público é muito importante. Se pensarmos que isto vai se resolver através da iniciativa privada, é evidente que não vai acontecer nada. A iniciativa privada somente pode gerar universidades pelas quais se terá que pagar. Então, a sociedade teria que mudar muito para que nossos jovens provenientes dos setores de menores salários tivessem acesso às universidades pagas. Sob o ponto de vista estratégico, as universidades devem pensar como podem se reorganizar. E esta é uma responsabilidade de âmbito público. Este crescimento não deve ser visto como “uma graça” mas como um processo na direção de um mundo, não só em que as pessoas sejam mais cultas, em que os jovens incrementem sua educação, mas como um processo absolutamente necessário para a melhora do funcionamento da sociedade. O mundo produtivo vai demandar, porque a prática da cidadania vai demandar. Hoje, poder manejar um caixa

automático ou um sistema que permite acessar a Internet, requer um certo nível cultural. Uma pessoa com baixo nível cultural não tem acesso ou faz uma utilização muito rudimentar dos dispositivos hoje disponíveis. Tudo que pode proporcionar um melhor nível de vida, um melhor bem-estar da população, está ligado ao seu nível cultural. Isto é necessário, em razão dos direitos humanos, é também por razões estritamente práticas e produtivas. Este é outro grande desafio que tem a ver com uma mudança do mundo exterior. Neste caso, essa demanda de portadores de conhecimento de nível cada vez mais alto que a sociedade apresenta, é um fato que existe. E a essa mudança no mundo exterior nossas universidades, mas também nossas sociedades, nossos governos, devem responder com um planejamento de termos estratégicos que sejam capazes de satisfazer as demanda.

**JU - Qual o papel da análise prospectiva macro em relação a esse planejamento interno? De certa forma, todos os países da América Latina carecem bastante de suas perspectivas. As demandas da sociedade que nós percebemos são, apenas, as demandas de hoje. Mas no futuro virão outras. E cada vez mais. Exemplo: a aplicação do método Delfi, na Inglaterra, revolucionou toda a área de pesquisa inglesa, e fez com que eles dessem a volta por cima em uma situação de estagnação e até de decadência da pesquisa.**

**Guarga -** Não é minha especialidade. Eu sou engenheiro e, circunstancialmente, reitor da Universidade. É claro que essa questão da demanda sem precedentes que provém das sociedades em que o conhecimento é cada vez mais importante, deveriam ser investigadas em cada país. Em primeiro lugar, se precisa saber como está orientado cada país em relação a esse processo de demanda. Se já estão vinculados aos processos contínuos ou à demanda de uma universalização de receitas, quais são suas taxas brutas, os quais são os ganhos das famílias, quais são os ritmos com os quais se quer que essas taxas cresçam, quais são as histórias demográficas da sociedade, projetar quais serão as taxas de natalidade etc... Creio que se podem fazer previsões relativamente simples e seguras de todas essas posições para conduzir as inversões cada vez maiores, e não menores.

**JU - Como o senhor encara essa questão da falta de prospectiva?**

**Guarga -** No informe Dellors “A Educação é um Tesouro” da década de 90, ou do fim da década de 80, divulgado em espanhol, se recomenda para os países em desenvolvimento uma inversão de 6% de IPVI, forma global. Na América Latina, em 97, a inversão média foi de 4%, havendo países que invertem mais e países, como o meu, bem menos que isso, ficando em 3%, para todo o sistema educativo. É um país pequeno que, historicamente, se declara muito orgulhoso por sua educação pública. Entretanto, tem esta contradição que estamos preocupados em explicar como uma grande incongruência da sociedade uruguaia. Como atender ao crescimento dessa demanda desse sistema universitário? No caso brasileiro, o crescimento da demanda que estamos observando, o crescimento de jovens que se apresentam no vestibular. Esses números são um grande problema a resolver. Como juntar a inversão do sistema educativo que tem a taxa bruta de escolarização relativamente alta para a região e muito baixa em relação aos países desenvolvidos. Cada país tem seus problemas particulares para enfrentar e agir com toda capacidade que tem em matéria prospectiva. Em muitos casos, os problemas existentes



são demográficos. Neste caso, a prospecção não é tão difícil. Mas há muitas perguntas que somente vamos saber responder com detalhes dentro de dez anos como, por exemplo, qual será a projeção que demanda o mundo do trabalho? Nós não sabemos exatamente, mas sabemos que a taxa bruta de escolarização tem que aumentar, e há certas coisas que são inseguras. Há detalhes que não podemos vislumbrar hoje, mas já estamos perfeitamente cientes de que é preciso melhorar as dotações orçamentárias para a educação pública e melhorar, dentro das universidades, a capacidade de gerar tecnologias pertinentes ou de conhecimento pertinentes à demanda da sociedade no seu conjunto, não só das industriais.

#### **Unión de Universidades de América Latina**

*Dia 22 deste mês a União de Universidades da América Latina, Udual, estará completando 53 anos. Criada em 1949, durante o Primeiro Congresso Universitário Latino-americano, na Guatemala, é uma das organizações universitárias latino-americanas mais antigas. Atualmente congrega 165 universidades de 22 países e, há cerca de 20 anos, é reconhecida pela Unesco como órgão regional de assessoria e consulta. Além da UFRGS, são filiadas a Udual mais 42 universidades brasileiras. Como organização não-governamental, a Udual se caracteriza por ser um fórum aberto à reflexão dos problemas universitários latino-americanos e das idéias em torno da universidade, divulgando em uma série de livros de educação superior no continente latino-americano. Um dos objetivos da União é promover a qualificação, a coordenação e a unificação básica da organização acadêmica e administrativa das universidades latino-americanas, preservando as diferenças nacionais.*

*Entre as atividades previstas para este ano estão, programadas a XV Conferencia de Facultades, Escuelas e Institutos de Economía de América Latina, de 7 a 9 de novembro, na Universidade da Costa Rica. O tema do encontro será "La situación económica mundial y su impacto en América Latina y el Caribe". Também acontece dias 17 e 18 de outubro o III Congresso Latinamericano de Asociación de Facultades, Escuelas e Institutos de Derecho de América Latina (Afeidal), na Faculdade de Jurisprudência, Ciências Políticas e Sociais da Universidade de Cuenca, na cidade de Cuenca, Ecuador. Todas as informações podem ser obtidas no site [www.unam.mx/udual/indice.htm](http://www.unam.mx/udual/indice.htm).*

#### **Universidad de la República**

*Com mais de 150 anos, a Universidad de la República tem hoje cerca de 70 mil alunos matriculados em 23 áreas de conhecimento entre cursos de graduação e pós-graduação. Nas mais diversas épocas de sua história tem firmado sua posição contra a redução do papel do ensino universitário a um simples elevador de status, conforme documento sobre os fins da Universidade.*

*Desde sua criação em 1849, a Universidade da República tem tradição na área de Jurisprudência. Durante 15 anos representou influente papel cultural no país através da criação da disciplina economia política no curso de Jurisprudência, no ano de 1861. Hoje, um dos cursos de maior procura é o Direito, oferecido em cinco especificidades. Entre os demais está um de menor procura e que é bastante curioso para o elenco de cursos disponíveis no Brasil: é o "Servicio de Partera".*

*Nos primeiros anos de sua criação, a Universidade compreendia a instrução primária, secundária e superior com os cursos de Teologia, Ciências Naturais, Medicina e Jurisprudência. O atual prédio no centro de Montevideu foi concluído em 1911 dentro do estilo renascimento clássico. Os autores do projeto arquitetônico procuraram imprimir à construção um caráter sério e simples ao mesmo tempo que monumental. Depois de 65 anos, a Reitoria e demais faculdades centrais da Universidade mudaram para a Avenida 18 de Julho.*



**Anthony Garotinho**



**Ciro Gomes**



**José Serra**



**Luís Inácio Lula da Silva**

## **Os Presidenciaíveis e o Ensino Superior**

*A poucos dias do pleito que elegerá o próximo presidente da República, o Jornal da Universidade – como órgão da UFRGS, uma instituição federal de ensino superior – entrou em contato, por correio eletrônico, com os quatro principais candidatos ao cargo, Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Serra e Luís Inácio Lula da Silva. Cada um recebeu as mesmas perguntas, relativas aos rumos que dará à educação superior, caso seja eleito presidente do Brasil, incluindo aspectos financeiros e administrativos. Nem todos, porém, responderam todas as perguntas. Com estas entrevistas, o Jornal da Universidade procurou demonstrar a seus leitores o pensamento do futuro presidente do Brasil sobre a relevante questão do ensino público superior.*

SETEMBRO 2002 - EDIÇÃO Nº 55

## **Jornal da Universidade - Qual a política de financiamento para o ensino superior público federal?**

**Anthony Garotinho** - Precisamos elevar os recursos de custeio das universidades federais. Isso é fundamental para que possamos ter a continuidade dos atuais projetos de ensino, pesquisa e extensão. Minha proposta é separar a rubrica de aposentados e inativos dos gastos com pessoal da ativa e do custeio em geral. Queremos que as universidades administrem esses recursos, de pessoal e de custeio, com autonomia administrativa. E que os gastos com aposentados e inativos não mais sejam debitados dos recursos das universidades. Isso é possível. E vai contribuir para racionalizar os gastos. Acredito que é possível racionalizar as despesas de custeio das universidades, com o uso de modernos mecanismos de gestão e de auditoria em sua gestão, lançando mão de sistemas de informação gerencial de última geração e estruturas de controle de custos. Com esses instrumentos será possível economizar preciosos recursos, eventualmente desperdiçados em custeio, que reverterão em investimentos e valorização profissional do magistério superior. Já para 2003, minha intenção é agregar 30% de recursos ao custeio das universidades federais, elevando esse montante de R\$ 420 milhões para R\$ 546 milhões.

**Ciro Gomes** - A resposta completa requer maiores esclarecimentos. No Brasil há uma enorme confusão entre instituição pública e instituição governamental; entre financiamento à instituição e financiamento ao aluno. Primeiro: em todos os países do mundo a sociedade espera que o governo financie a educação – o que muda é o montante de recursos, o nível de financiamento, a forma de financiamento e os beneficiários. No Brasil, por exemplo, o setor público (federal, estadual e municipal) gasta pouco mais de R\$ 38 bilhões – cerca de 3% do PIB com educação, sendo R\$ 1 bilhão em ensino infantil, R\$ 22 bilhões para 32,5 milhões de aluno do ensino fundamental (R\$ 650 por aluno) R\$ 5 bilhões para os 9 milhões do ensino médio (R\$ 550 por aluno) e quase R\$ 10 bilhões para cerca de 850 mil alunos de ensino superior (R\$ 12 mil por aluno). Certamente gastamos pouco e gastamos mal, do ponto de vista de justiça social. Segundo: uma instituição pode ser pública sem ser governamental. Confundimos a forma de administrar (burocracia pública) com a natureza. O ensino público, em todos os níveis, é um patrimônio nacional, e deve ser preservado e mantido. Mas isso não significa que todas instituições públicas tenham que ser amarradas a regras burocráticas que são adequadas para algumas atividades – como a justiça ou a cobrança de impostos. Escolas de ensino fundamental precisam ter autonomia, o governo precisa abrir mão de uma série de decisões, delegando-as aos diretores e pais. O mesmo – e em maior escala – deve ocorrer no ensino superior. Nem por isso as instituições deixam de ser públicas. O terceiro fator tem a ver com a forma de financiamento – à instituição ou ao aluno. Esta é uma decisão que, se bem implementada, pode afetar a eficiência das instituições no uso de recursos e tornar o financiamento mais justo. Hoje, ocorre no Brasil um fator muito perverso. O aluno mais prejudicado pelo sistema de financiamento público das instituições de ensino superior é o aluno pobre que consegue passar num vestibular de uma federal, mas que não pode estudar porque precisa trabalhar. O fato de a instituição ser gratuita não assegura a ele condições de estudar. Existem muitas outras injustiças no sistema de financiamento – o aluno

com recursos que estuda de graça só porque entrou numa instituição mantida pelo dinheiro público e o aluno pobre que paga porque não conseguiu entrar numa instituição pública. Lidar com essas questões, no Brasil, não é fácil, pois envolve interesses poderosos e uma forte manipulação de informação. Nem os militares, no auge de seu poder, ousaram tocar nos privilégios das elites. O primeiro caso, nesses passos, consiste em tornar os dados transparentes, levantar as alternativas e discutir o assunto com a sociedade – e não apenas se limitar a ficar discutindo com os grupos privilegiados. Para mim, há três questões que são fundamentais. A primeira é assegurar condições adequadas de financiamento para que as instituições públicas de ensino superior possam sempre melhorar. A segunda é assegurar recursos para a pesquisa – separados dos recursos para ensino e distribuídos de acordo com critérios diferenciados que contemplem a pesquisa básica e aplicada. A terceira é assegurar um sistema de financiamento para que todos alunos carentes que preenchem certos requisitos acadêmicos – estudem ou não em instituições públicas – tenham recursos para financiar seu curso superior. O resto é questão de recursos, forma e negociação. Portanto, minha primeira mudança é estender o crédito educativo para alunos carentes de universidades públicas, incluindo recursos para manutenção e aquisição de livros e materiais escolares.

**José Serra** - A política de financiamento do ensino superior será mantida, com pequenas alterações, e continuará a ter como base o orçamento federal. Sou contra a cobrança de mensalidade dos alunos pelas universidades federais, por entender que isso não resolve a questão do financiamento do ensino superior público. Defendo, sim, maior autonomia administrativa às universidades e maior integração entre a universidade, a empresa e a comunidade, a fim de que na prestação de serviços à iniciativa privada e aos órgãos públicos se encontre uma nova fonte de receitas para a universidade. O mesmo raciocínio se aplica aos hospitais universitários, que devem passar a atender pacientes do SUS e receber remuneração por esse serviço, deixando de depender, exclusivamente, dos repasses de verbas da União.

**Luiz Inácio Lula da Silva** - Antes de tudo, precisamos lembrar que a educação, desde a Revolução Francesa, é um direito básico da cidadania. Nossa Constituição é taxativa a esse respeito, ao afirmar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Também afirma que a gratuidade do ensino é um princípio, em todos os níveis. Essa é uma bandeira histórica em nosso país e consta de todos os programas de governo do nosso partido, desde a sua fundação. Ela agora será reafirmada como um dos nossos grandes compromissos no campo da educação. Vamos fazer o oposto do que tem feito o Banco Mundial, que está em contradição com a Conferência Mundial sobre Ensino Superior, organizada pela Unesco, em 1998. Nela, a educação superior foi reafirmada como um bem público e uma obrigação do Estado. Não dá para aceitar que a educação seja tratada como um bem de consumo como outro qualquer, e, com base nisso, se tente acabar com a gratuidade nas instituições públicas. Em nosso programa de governo para a educação, intitulado “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, colocamos que uma de nossas ações prioritárias para o financiamento público da educação “será criar as condições para que através do esforço contínuo da União, Estados, Distrito Federal e municípios,

o percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB sejam elevados para o mínimo de 7% no período de dez anos.”

**JU - Quais as suas prioridades para os sistema federal de ensino superior?**

**Garotinho** - Sou um defensor intransigente da universidade pública. Sua importância é vital para a formação humana e profissional do cidadão e para o desenvolvimento do país. A universidade pública brasileira, além de graduar profissionais de excelente qualidade, tem desenvolvido programas de pesquisa e ações de extensão universitária de enorme relevância para o país. Mas temos apenas 13% de nossa população na idade dos 18 aos 24 anos na universidade, quando deveríamos ter pelo menos 50%. Por isso, devemos expandir o ensino universitário, sobretudo o público, que foi prejudicado pelo governo FHC como nunca em toda a nossa história. Minhas prioridades são duas: investir na ampliação do número de vagas, garantindo acesso ao volume crescente de jovens que concluem o ensino médio; estimular o trabalho de pesquisa, tanto com recursos para a ciência e a tecnologia quanto com estímulo a que as universidades façam parcerias com empresas, desde que, é claro, o interesse público prevaleça sobre o privado.

**Ciro** - Nosso programa de governo prevê ampliar a autonomia administrativa e financeira das universidades. Será instituído um sistema de bolsas federais de custeio para permitir que os estudantes que obtenham os melhores resultados possam viajar de suas cidades para morar nessas universidades e dedicar-se inteiramente ao estudo. Também vamos implantar um programa agressivo de bolsas de estudo avançado no estrangeiro para acelerar a formação de quadros em setores estratégicos de nosso desenvolvimento. Parte do programa será, porém, reservado aos projetos de estudo apresentados por quem não estiver envolvido em qualquer desses setores estratégicos. Além disso, é essencial administrar as universidades mais por incentivos do que por exigências e proibições, continuar o esforço de criar incentivos e sanções por via orçamentária para as universidades e suas equipes, criar carreiras docentes paralelas para os profissionais com experiência prática, mas sem título de pós-graduação e incentivar financeiramente a pesquisa na graduação.

**Serra** - Ampliar em 20% o número de vagas nos cursos diurnos e em 100% nos cursos noturnos; criar cursos pré-universitários gratuitos para estudantes carentes nas próprias universidades, a fim de democratizar o acesso ao ensino superior; melhorar a qualidade, com incentivos ao corpo docente para a realização de mestrado e doutorado, e com aperfeiçoamento e maior disseminação do Provão como critério de avaliação.

**Lula** - O que é preciso dizer é o seguinte: nós tivemos um aumento enorme na demanda por vagas na educação superior, que triplicou nos últimos anos. Apesar disso, o governo federal restringiu ao máximo a expansão das instituições públicas e, ao mesmo tempo, estimulou o ensino privado. Ou seja, na prática, fechou as portas da universidade à imensa maioria dos jovens, que não têm recurso para pagar sua educação. Então, fica difícil, numa situação dessas, falar de estatísticas, do simples aumento no número de instituições. É verdade que temos uma boa qualidade na pós-graduação e mesmo na graduação, no caso de diversas instituições públicas e algumas privadas. Mas, na grande maioria das instituições privadas, os resultados são duvidosos. Isso mostra que nosso

programa está certo quando diz que, para melhorar a nossa educação superior, é preciso ampliar bastante a oferta de vagas nas instituições públicas. Ou quando diz que é preciso democratizar o nosso ensino superior e implementar um sistema de avaliação institucional democrático e participativo. É dessa maneira que vamos aumentar a qualidade acadêmica das instituições de ensino superior.

**JU - Qual será a política para a manutenção da pesquisa e da extensão na universidade pública federal?**

**Garotinho** - Para fortalecer essas atividades, o MEC terá que fortalecer as ações comuns com o Ministério da Ciência e da Tecnologia. Queremos ampliar as taxas anuais de 20% os recursos do Tesouro para o CNPq, o FNDCT e a Capes. Nossa proposta é chegar, de início, a um orçamento de R\$ 830 milhões para o CNPq e o FNDCT. Isso vai ser um grande estímulo não só à continuidade, mas à ampliação da pesquisa no âmbito das universidades.

**Ciro** - Dentro da proposta de ampliar a autonomia administrativa e financeira das universidades federais, haverá algumas grandes universidades com capacidade para estudo avançado e pesquisa que atrairão os melhores alunos e os pesquisadores mais brilhantes em todos os campos. Pretendo incentivar financeiramente a pesquisa na graduação, eliminando os incentivos artificiais para a pós-graduação quando não houver massa crítica.

**Serra** - A universidade é peça importante em nossa política de apoio à ciência, tecnologia e inovação. Meu governo vai mobilizar competências empresariais e acadêmicas para criar condições estruturais de competitividade, aprofundando a aliança entre a universidade e a empresa privada. Esse é um aspecto tão central que o atual governo criou um Fundo de Interação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico, muito mais conhecido como Fundo Verde-amarelo, o qual permite incentivar diretamente o capital de risco. O Fundo Verde-amarelo abre um imenso espaço de experimentação nessa direção. Os fundos setoriais (CTEnerg, CTPetro, CTAgro, Finttel, CTInfo etc...), assim como a MP 66 de Incentivos Fiscais, de modo geral, ampliam o leque de instrumentos que poderão ser utilizados. Mas já há exemplos concretos, com bons resultados, a seguir. Um exemplo do que se pode esperar da colaboração Universidade-Empresa na montagem de Projetos Mobilizadores é o Projeto Genolyptus, lançado em 2001. São 12 empresas, 7 universidades e 3 centros da Embrapa. É uma rede que seria impossível de ser feita apenas com um ou outro ator. É uma das maiores redes de pesquisa sobre eucalipto no mundo. Ela pressupõe mobilizar toda a competência existente – universidades, empresas e institutos de pesquisa – para aumentar a competitividade da indústria. O Pró-alcool é um exemplo do passado de mobilização público-privada semelhante. Novos exemplos são: a fruticultura irrigada (uvas sem sementes, produção integrada, etc.); a pecuária de corte (rastreadibilidade); a introdução de algodão colorido e/ou transgênico; a introdução de novos materiais na siderurgia e no setor automotivo; a produção de vacinas (tuberculose, por exemplo); a aplicação de nanotecnologia em processos de catálise na petroquímica ou na produção de biossensores para a indústria alimentar, a produção de biocombustíveis, a aplicação da genômica na melhoria de cultivos ou busca de soluções para pragas agrícolas, a pesquisa da malária, o aproveitamento da biodiversidade amazônica, célula combustível etc. Essas são áreas em que a parceria universidade-

-empresa já existe, porém de forma limitada e pode ser bastante ampliada pois essa cooperação é o principal fator cultural limitador do processo de integração e formação dos consórcios.

**Lula** - Em julho, encontrei-me com a direção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Goiânia e entreguei a eles o nosso programa de governo para Ciência e Tecnologia, que está completamente integrado ao projeto de nação que pretendemos desenvolver durante o nosso governo. Nesse documento, deixo clara a minha tristeza em ver o país se inserir de forma subordinada no contexto internacional, ocupando hoje uma papel secundário e dependente. Não podemos aceitar essa idéia de que a criação científica deve ocorrer apenas nos países desenvolvidos, porque isso nos levaria a abdicar do nosso projeto de fazer deste país uma nação livre e respeitada. Trata-se de uma questão de soberania nacional. A superação de nossos graves problemas econômicos e sociais está intimamente ligada à criação e ao uso do conhecimento. A ciência e a tecnologia no nosso governo serão usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, expandir postos de trabalho, promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos brasileiros. Ou seja, elaboramos, em debates amplos com a sociedade, um programa que visa a contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país.

**JU - O que será feito para a correção da defasagem salarial de professores e técnicos-administrativos das universidades públicas? E qual sua proposta de plano de carreira?**

**Garotinho** - É necessário fazer uma reformulação no plano de carreira para o magistério que estimule o professor e permita a ele se dedicar mais à universidade. Além disso, defendo a implementação de programas de pesquisa e de cursos de extensão, com a finalidade de estimular a atualização e o desempenho profissional dos professores. A remuneração é outro ponto muito importante, relegado a segundo plano pelo governo FHC. Os salários deverão ser compatíveis com o desenvolvimento dos profissionais.

**Serra** - Com a implementação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), em julho de 1998, o MEC tem feitos esforços claros no sentido de buscar preservar o valor da remuneração dos professores. Senão é o desejável, demonstra a preocupação de promover a valorização diferenciada do trabalho do professor e o estímulo ao ensino de graduação. Dentro do funcionamento público federal, poucos segmentos tiveram tratamento comparável, nos últimos anos, ao do pessoal das universidades. Em 1998 foi criada a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que representou expressivo acréscimo de remuneração para os professores, além de constituir importante instrumento de melhoria qualitativa das instituições, mediante o maior engajamento dos mestres e doutores nos cursos de graduação. Para os professores doutores em início de carreira, onde se registrava defasagem em relação ao mercado de trabalho, a GED representou o incremento de 48% em sua remuneração. O impacto altamente positivo da GED sobre a vida das instituições motivou o reajuste do seu valor a partir de janeiro de 2000 em 30%, com o que se logrou um acréscimo de 62,5% na remuneração global em menos de dois anos. Em maio de 2001, foram reestruturados os cargos e tabelas de vencimento do pessoal não docente, e introduzida a Gratificação de Desempenho de Atividade Educativa – GDAE. O acréscimo imediato de

remuneração para os servidores de nível superior foi de 23%, chegando a 42% em janeiro de 2002 para os que obtiveram a melhor avaliação. Portanto, há uma política de remuneração do corpo docente e do servidor administrativo das universidades, que servirá de base de nossa política e poderá ser ajustada e aprimorada durante o nosso governo.

**Lula** - Primeiro, é preciso deixar claro que não é pagando mal aos professores e aos funcionários da educação, como agora, que vamos melhorar o ensino. A qualidade do ensino está relacionada a uma série de fatores. O salário do professor e do funcionário é um deles. Mas, além do salário, também contam o projeto pedagógico, o currículo escolar e as condições de ensino, ou seja, bons laboratórios, bibliotecas, computadores e outros equipamentos importantes, hoje em dia. A qualidade do ensino depende até do ambiente da escola, que precisa dar abertura para o aluno participar e estabelecer um espírito de cooperação entre ele e o professor. No nível superior, é preciso levar em conta a valorização dos professores por meio da pós-graduação, do mestrado, doutorado e pós-doutoramento. Isso tem um custo. Hoje, no Brasil, temos professores com vários regimes de trabalho: tempo integral, parcial, ou que trabalham em uma, duas e até quatro escolas. São os “professores-táxis”, que têm de se virar para dar sustento à família e se atualizar profissionalmente. Nossa proposta, em vez disso, é uma política séria de educação, do nível básico ao superior. Vamos lutar por um salário compatível com a qualificação e com a responsabilidade dos docentes e dos funcionários técnicos-administrativos. Isso terá alta prioridade no nosso programa.

**JU - Como entende o papel do Conselho Nacional de Educação?**

**Garotinho** - O Conselho tem uma função da máxima importância na fixação de políticas e no assessoramento do governo. Considero, porém, que devemos rever sua representatividade para que possamos ampliar a participação da sociedade. Acho que devemos fazer, também, com que o Conselho promova prestações de contas e que suas atividades tenham mais transparência.

**JU - Medidas tomadas por governos anteriores retiraram da universidade pública prerrogativas de sua autonomia. Face ao preceito constitucional do artigo 207, qual é o grau de autonomia que o seu governo pretende dar às universidades públicas em relação ao projeto didático-pedagógico, à escolha de dirigentes e às gestões administrativo-financeira e patrimonial?**

**Garotinho** - Quero construir um projeto de autonomia que contemple, em primeiro lugar, a flexibilização da gestão financeira das universidades, separando as despesas em três grandes itens: pagamento de aposentados e pensionistas, custeio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo pessoal; e pagamento de precatórios e outras despesas de caráter judicial. O planejamento de recursos para esses três itens será feito em separado, para que, por exemplo, um aumento na rubrica pagamentos de aposentados e pensionistas não consuma os recursos destinados aos outros itens. Quero avançar na consolidação de uma carreira única, adequada às necessidades atuais, para docentes e servidores técnicos-administrativos. Simultaneamente, será necessário desenvolver um amplo trabalho de preparação das universidades para o processo de flexibilização para uma gestão autônoma. Esse programa de autonomia – e este é meu compromisso – deve ser formulado em colaboração com as diversas associações

da área, como a Andes, a Andifes, a UNE e o Sintrasef.

**Ciro** - Nosso governo pretende tornar pleno o exercício da autonomia universitária, a partir da elaboração dos seus Planos de Desenvolvimento Institucional que comportem a dimensão referida de planejamento e desenvolvimento do seu meio circundante. Quanto maior a autonomia administrativa e financeira das universidades federais, mais condições terão as instituições para usar e ampliar seus recursos com flexibilidade e administrar os salários e incentivos aos seus professores. Queremos fazer com que as universidades, para ganhar essa autonomia, se obriguem a celebrar o projeto pedagógico. Ou seja, a universidade tem que discutir com o seu povo, com a sua comunidade, para a qual ela existe, quais são as soluções que ela quer implementar, quais as respostas que ela quer dar para a sociedade.

**Serra** - A autonomia das universidades públicas deve ser estudada caso a caso. A escolha dos dirigentes é uma questão aberta, a ser discutida. Na gestão administrativo-financeira e patrimonial, devemos buscar um modelo que permita às instituições prestar serviços às comunidades e às empresas, tendo nessa atividade uma fonte adicional de receitas. Em relação ao projeto didático-pedagógico, a autonomia deve permitir a adequação das disciplinas à realidade local ou regional, mas não pode perder de vista os parâmetros curriculares de âmbito nacional.

**Lula** - O problema é que as universidades públicas federais nunca tiveram autonomia para valer. O governo nunca se empenhou em efetivar o que está escrito na Constituição, que diz que as universidades gozam de autonomia completa. Isso vale até para a sua gestão, para as despesas do dia-a-dia, e os recursos para isso devem ser garantidos pelo orçamento da União. Então, se isso estiver garantido, não tem nada de errado se as universidades buscarem recursos extras para projetos importantes. O que não pode são as universidades terem de arranjar dinheiro para os gastos mais elementares, para pagar água, luz e até papel higiênico, porque o governo burla a autonomia de gestão, impondo cortes cada vez maiores no orçamento. Em alguns casos, os recursos recebidos da União tiveram redução de 40%, em apenas dois ou três anos. Também caíram drasticamente os recursos destinados às universidades federais, que, em 2001, foram 37% inferiores aos de 1989.

## Daniel Herz



### “Chegou o momento de estruturar a Comunicação para os próximos 20 ou 30 anos”

*Uma medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso nos primeiros dias de outubro abriu até 30% a participação do capital estrangeiro nos órgãos de comunicação nacionais, até então uma exclusividade dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. É fácil de perceber que a medida terá múltiplos desdobramentos nas áreas social, política, econômica e empresarial, tanto mais que vem no momento em que se começa a discutir no país a implantação da TV digital, que trará avanços sem precedentes no setor. Para dissecar o assunto, o jornalista e escritor Daniel Herz conversou com Clovis Ott e Juarez Fonseca, do Jornal da Universidade. Ele é especialista na questão. Além de livros publicados, tem, entre outros títulos, os de mestre em Comunicação Social pela UnB, coordenador-geral do Forum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e membro do Conselho de Comunicação Social do Senado da República. Foi relator do projeto de lei sobre TV a cabo na mesa de negociações integrada pelo FNDC e empresários, que produziu o texto final da Lei 8977, aceito pelo Congresso e que regula a atividade. Aqui, o resultado da conversa de duas horas.*

OUTUBRO 2002 - EDIÇÃO Nº 56

**Jornal da Universidade - Vamos trocar em miúdos esta abertura da mídia nacional ao capital externo?**

**Daniel Herz** - A abertura da mídia ao capital estrangeiro faz parte de um processo de reestruturação do sistema de comunicação social, para usar a expressão da Constituição do Brasil, que corresponde aos ajustes do modelo, constituído desde a década de 60 no Brasil. Este, foi baseado na atuação imoderada do setor privado, sem uma correspondência elementar com o interesse público. Esse sistema está procurando se reciclar em relação à situação econômica atual da mídia internacional e também à situação política que se cria com a possibilidade de um governo de oposição assumir, que parece se confirmar.  
**JU - O senhor acredita que essa aparente precipitação na edição da Medida Provisória tem a ver com o processo sucessório?**

**Herz** - Diretamente, tem a ver. Não apenas com a provável vitória do Lula, mas com o processo sucessório em si. Porque, pragmaticamente, nenhuma das duas candidaturas tem interesse em ficar com uma questão polêmica assim, para um início de governo. As empresas têm pressa de regularizar as condições de ingresso da mídia. Então, aceleraram esse processo num ambiente generalizado de conveniência.

**JU - O assunto está em tramitação no Congresso há anos e surge assim, inesperadamente, quando as atenções estão voltadas para as eleições...**

**Herz** - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) sobre a abertura da mídia ao capital estrangeiro que tinha sido aprovada, foi apresentada em 1995 e ficou parada durante muito tempo. Recomeçou a tramitar em 2000 por pressão de vários grupos, leia-se Abril, Record, SBT, Evangélicos, estes com oposição da Globo. Entre 99, 2000 a Globo se opôs tenazmente à aprovação dessa PEC. Na virada de 2000 para 2001, quando se configurou a crise da Globo, especialmente pelos insucessos empresariais no segmento de TV a cabo, a Globo resolveu apoiar. Quando a crise no mercado começou a se agravar por apostas erradas, se adotou uma política também errada, com premissas equivocadas. Pela nossa avaliação, só podia acabar onde acabou.

**JU - Dê exemplos desses erros...**

**Herz** - Privilegiar, ou dar peso excessivo, aos investimentos em rede, quando se podiam ser partilhados de várias maneiras. Justamente as avaliações que se fazem com os pesadíssimos investimentos em rede, na nossa opinião sem necessidade, foi um dos aspectos importantes para que o mercado estagnasse e as apostas comerciais feitas, apostando em ganhar muito com poucos, dessem errado. Na nossa avaliação, era de interesse do país que se buscasse o sucesso no mercado, na mais ampla massificação possível do serviço. Portanto, teria que ser estratificado de forma a dar acesso, na sua condição básica, ao maior contingente possível da população e sofisticando o serviço de tal maneira que, quem tivesse condições e quisesse pagar mais por um serviço melhor e mais amplo, pagasse. Se optou em fazer o contrário, ou seja, um serviço muito caro, que hoje faz com que pouco mais de 8% de domicílios, (3,5 milhões), sejam assinantes de TV a cabo. Este foco equivocado de estruturação do mercado, somado com os investimentos pesados em redes, mais a falta de uma política industrial para se dar suporte aos equipamentos, além da falta de apoio nacional para a produção audio-visual independente, que poderia proporcionar

programação em vez da que é comprada em dólar no exterior, temos a crônica de uma morte anunciada, ou seja, um mercado que não deu certo. Com a crise da TV por assinatura, a Globo resolveu aderir à emenda, e a tramitação passou a se acelerar. Sem dúvida nenhuma, foi a Globo que conduziu o processo de tramitação, entre 2001, 2002.

**JU - E isso ocorreu sem obstáculos?**

**Herz** - As bancadas da Oposição fizeram um acordo com as empresas e resolveram apoiar a abertura da mídia ao capital estrangeiro. Na opinião do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, passaram a apoiar uma forma de abertura que é desastrosa, porque se dá no momento errado, nas condições erradas e sem criar garantias até para a preservação da soberania nacional. Simplesmente se franqueou a entrada do capital estrangeiro, com algumas reservas formais que não têm nenhum significado.

**JU - Cite exemplos...**

**Herz** - Vou dizer dois argumentos que as bancadas da Oposição utilizaram: “havia salvaguardas adequadas para preservar o controle da gestão dos processos editoriais e do conteúdo a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos”. Isso não existe. E também que “seria a oportunidade de regulamentar o Artigo 221 da Constituição, garantindo inclusive, a prioridade de brasileiros na produção nacional da mídia, especialmente no caso do rádio e da televisão”. No Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação achamos que tomar como garantia da abertura da mídia ao capital estrangeiro a regulamentação de um Artigo da Constituição que estava há quatorze anos sem tramitação, é quase uma piada. Mas esse é uns dos argumentos que as bancadas de oposição utilizaram e a PEC foi aprovada na Câmara.

**JU - Todas as bancadas estavam a favor?**

**Herz** - A bancada que votou contra foi a do PDT, mas com um detalhe muito oportunista: apoiou o acordo até às vésperas da votação e, quando ficou configurado que as bancadas de oposição capitaneadas pela bancada do PT garantiriam a aprovação, lutou contra e fez uma declaração de voto contrário. No Senado, gerou uma reação significativa da sociedade, dos mais diversos setores.

**JU - Quais são as consequências imediatas, ou a médio prazo, que essa abertura pode causar?**

**Herz** - O capital estrangeiro terá interferência. Tem tudo para ultrapassar os limites que foram estabelecidos na Constituição e na MP, porque não há garantias efetivas de controle e o enfoque que gerou as bases da regulamentação, tanto do novo texto da Constituição quanto da MP, são motivos de chacotas no mercado. Os investimentos poderão se dar até o limite de 30%, sendo que os investidores não poderão gerir administrativamente nos empreendimentos.

**JU - Mas alguém vai investir em uma empresa que não possa gerir ou, pelo menos, participar das decisões?**

**Herz** - Exatamente. Nenhum empresário nacional, e muito menos estrangeiro, vai investir pesado onde não pode ingerir, senão estaria configurado apenas um empréstimo.

**JU - Eles podem ter “teleguiados” nas direções, nas administrações?**

**Herz** - Existem formas de se fazer isso. É uma pretensão, uma exigência que



não bate com a realidade. Não existe garantia eficaz para preservar o espírito que foi traduzido pelo texto constitucional, portanto há uma situação que é imprevisível. Existe uma retração de mercado, que tem características principalmente conjunturais, e que foi amplificada em função da pressão que os empresários fizeram para fundamentar o caráter imprescindível que atribuíam à entrada do capital estrangeiro no Brasil.

**JU - Qual seria a melhor forma de resolver a alegada crise nas empresas de comunicação?**

**Herz -** Criar condições de refinanciamento das empresas a partir de bases estritamente nacionais, como o BNDES vem fazendo com a Globo. Só que isso deveria ser facultado a todas as empresas do país de forma democrática. Caberia ao BNDES fazer análises individuais em bases técnicas e cobrar consistência dos empreendimentos. Inclusive não fazer empréstimos de forma política, irresponsável, mas em bases sustentáveis e orientado por políticas que correspondam aos interesses do país. Ao invés disso, se prefere atribuir aos investidores estrangeiros a definição e a escolha de quem vai ou não ser fortalecido por esse investimento. A forma de resolver a crise é a pior possível. Ao invés de se criar uma solução nacional, dada a importância cultural, política, econômica que a mídia cumpre, se atribui a estrangeiros a prerrogativa de definir quem será salvo ou não, quem será fortalecido. É óbvio que quem será fortalecido serão os grandes grupos do país, prevendo-se um inevitável processo de concentração, de oligopolização, muito maior do que existe hoje.

**JU - Isso quer dizer o fim das pequenas empresas, das pequenas rádios, dos pequenos jornais ou órgãos regionais?**

**Herz -** Sim. Sofrerão ameaças ainda maiores do que as que existem hoje e terão condições ainda mais adversas. Ou seja: ou aderem a essa lógica fortalecida de uma comunicação oligopolizada, que já existe hoje ou, isoladamente, terão cada vez menos condições de se desenvolver.

**JU - Nos anos 60, 70 houve um acordo Time/Life/Globo que não podia ser feito. Se falou muito, na época, que esses grupos injetaram capital e que isso possibilitou a ascensão da Globo. Então o assunto vem de muito tempo...**

**Herz -** Na década de 60 um esforço do capital norte-americano de penetração na América Latina foi claramente, documentadamente articulado com uma política do Departamento de Estado, em que as operações políticas se combinavam com as de mercado de tal maneira que a presença de capital dos Estados Unidos na mídia da América Latina significava, basicamente, modernizar, organizar, reciclar esses sistemas com a introdução da televisão. Com o peso que a televisão passou a ter, ocorreram essas operações. Essa mídia, reestruturada a partir desta iniciativa do capital estrangeiro, passaria a funcionar como ponta-de-lança nos investimentos, no mercado, no campo político-ideológico, para preparar, apoiar e garantir a presença que os Estados Unidos pretendiam ter na América Latina. E a entrada de capital do grupo Time/Life na Globo traduziu, de forma evidente, essa política. O que está acontecendo agora é semelhante. Temos uma realidade bem diferente daquela época, tanto do ponto de vista econômico, quanto das articulações dos interesses do capital norte-americano, assim como da própria estruturação da mídia no Brasil. Não dá para fazer uma transposição mecânica daquela realidade. Hoje, a situação ficou muito

mais complexa e muito mais aguda. Os Estados Unidos não representam mais, apenas, o capital norte-americano. Representam, basicamente, o principal representante das corporações internacionais.

**JU - A Globo também está espalhada por outros países, na Itália, por exemplo...**

**Herz -** Não existem associações. Eu diria que o núcleo dessa empresa continua sendo brasileiro. Existem associações e participações em empreendimentos, tanto de investidores internacionais aqui e, em menor quantidade, em outros países. Grupos que hoje são, basicamente, estruturas familiares passarão a adquirir, cada vez mais, características de investimentos financeiros e, portanto, se relacionando com setores mais dinâmico do capital. Passarão a ser mais capitalistas do que são hoje. Hoje são ainda grupos familiares com uma forte estrutura empresarial, com componentes muito atrasados do ponto de vista da estruturação de empreendimentos contemporâneos.

**JU - A curto e médio prazos poderá haver uma reacomodação do mercado de mídia no Brasil?**

**Herz -** O Brasil já tem uma concentração neste mercado que quase não tem similar no mundo. Estamos falando de um grupo empresarial que controla quase 2/3 do mercado de mídia no Brasil, que são as Organizações Globo, através de sua presença no mercado de televisão, jornais, revistas, rádio, internet. É uma concentração fantástica se comparada com o que ocorre em outros países. Portanto, concentrar mais do que está é difícil. O que deverá existir serão racionalizações das estruturas com algum grau de concentração nos segmentos específicos, mas sem uma alteração substancial porque não há condições de competição para fazer uma reestruturação significativa.

**JU - Mas com dinheiro haveria...Se a Globo não tem competidor poderia passar a ter um grupo concorrente que também recebesse investimentos de fora...**

**Herz -** Isso pode ser tentado, mas o reflexo, a curto prazo, é quase nenhum. A médio prazo, dependeria de uma estratégia muito acertada de definir formas de investimentos. A tendência do mercado é persistir nesse perfil de concentração que já existe, com ajustes em determinados segmentos.

**JU - Num país onde quase não se lê, temos muito poucos jornais de qualidade. Está havendo uma "popularização" e uma pulverização da mídia impressa (jornais e revistas) e de pequenas rádios locais e regionais, a maioria das quais é abastecida por agências que fornecem reportagens, notícias, textos, fotos, ilustrações. Como ficarão esses setores, os empregos e os jornalistas?**

**Herz -** Vamos citar o rádio em relação à televisão, por exemplo. Televisão representa atualmente, em torno de 56% dos investimentos publicitários em mídia. A televisão está presente em 87.5% de domicílios. Os últimos dados do IBGE revelaram uma situação extraordinária no Brasil, que até onde eu conheço, não tem similar em nenhum outro país do mundo: aqui, ao contrário do que se acreditava, é onde existem mais domicílios com aparelhos de televisão do que com aparelhos de rádio. O número de receptores de televisão ultrapassou o número de receptores de rádio. Portanto, no Brasil, a importância da televisão é muito maior do que na média em outros países, tanto do ponto de vista econômico quanto do político e cultural. A familiaridade do brasileiro com a linguagem audio-visual da televisão é uma coisa tão negativa que isso tem uma contrapartida: uma drástica redução da informação escrita. A televisão

é o único veículo de informação pelo qual, ao menos, 45% dos brasileiros se informam. Alguns chegam a formular uma conta que se aproxima dos 60%. É só ver quanto custa comprar um bom jornal por dia ou fazer uma assinatura que equivale a um salário mínimo e se saberá porque esse contingente de novos brasileiros não lê jornal: por um motivo além do cultural, por outro, econômico. Com as revistas é pior ainda. A mídia impressa tem esse limitante econômico. No caso do rádio, a situação é um pouco mais complexa. O rádio se espalhou no Brasil sem nenhum critério de viabilização dos empreendimentos, a partir de distribuições de concessões por motivações políticas. Foi a tônica das concessões durante o regime militar, levada ao extremo no governo Sarney, que distribuiu 1.028 concessões em troca de votos na Constituinte, para garantir os cinco anos de mandato. A prática foi retomada no governo Fernando Henrique sob uma forma mais sofisticada de atribuir o processo das outorgas, um processo mais avançado, mas que faz com que hoje a principal motivação para operação das emissoras de rádio seja o exercício de poder político num plano local e regional. Do jeito que está estruturado, este mercado fica inviabilizado, sob o ponto de vista econômico, e faz com que se mantenha, deficitariamente, por esse componente político. Isso criou uma situação muito favorável para que se alimentasse um atrito com as emissoras que passaram a se instalar sem base comercial: são as emissoras de radiodifusão comunitárias, e que competem, do ponto de vista de conteúdo e de audiência, nesse mercado. Portanto, se cria um atrito entre um rádio altamente deficitário e novos protagonistas que são encarados como competidores, que afetam comercialmente as emissoras. É uma forma de contrapor os empresários do setor com os setores da sociedade que começam a ter atuação e que só serve à preservação do *status quo*, porque existem motivos para os empresários de rádio temerem os competidores. O que não significa que esta realidade da radiodifusão deva impedir que as condições necessárias para que os setores organizados da sociedade possam utilizar da prerrogativa de exercer o direito de expressão através das emissoras de radiodifusão comunitária.

**JU - Os jornais e os rádios estão mal. Há uma rede de televisão que detém em torno de 60% do mercado como um todo, e que não prioriza a informação como tal. O país está condenado a ser desinformado?**

**Herz -** Os canais se estreitam cada vez mais e os fatores de configuração da cultura brasileira é esse. O principal deles é televisão. E faz isso através da produção ficcional de entretenimento, fundamentalmente, através de novelas. Essa é a realidade que temos hoje no Brasil.

**JU - Como a abertura da mídia ao capital estrangeiro influirá na concessão de novos canais de rádio e televisão no país que, de maneira geral, nunca teve um critério sério e se prestou a pressões ou troca de favores?**

**Herz -** O Fernando Henrique, através de decreto, alterou o processo de outorga, atribuindo maior impessoalidade e garantindo um perfil de competição entre os interessados. É bem mais desenvolvido daquele que havia antes. Até 88, era uma decisão pessoal do presidente da República, e que o Sarney usou até o último minuto do seu mandato para comprar votos para a Constituinte. A partir de então a responsabilidade pelo processo de outorga passou a ser compartilhada entre o Executivo e o Legislativo, com este último dando a palavra

final, referendando os atos do Executivo. E esse processo de outorga foi, finalmente, refinado no governo Fernando Henrique através do chamado “decreto de outorgas”. O processo ficou mais objetivo. Só que na sua fase final prevê que ganha aquele que fez a proposta menor, independente da classificação dos competidores. Funciona assim: um competidor que ganhou um maior número de pontos na fase de habilitação, que é classificatória, pode perder para o que fez metade desses pontos. Há um percentual que varia; quem fez um projeto pior do que aquele que foi o classificado com outro, melhor, é o que acaba ganhando, se colocar mais dinheiro na fase final, que é a decisiva. É absurda, inconcebível, a consagração do poder econômico que aí ficará caracterizada: os candidatos mais habilitados, perdem para aqueles que têm mais dinheiro. E esta pode ser a porta de entrada, não?

**JU - As concessões podem ser cassadas a qualquer momento e os empresários beneficiados sofrerem alguma sanção se não estiverem cumprindo com as suas obrigações?**

**Herz -** Podem. Só que a Legislação não especifica os deveres, a missão do empresário de radiodifusão. Portanto, a condição de operar de acordo com o interesse público não está estabelecida. Por isso não existe cobrança do papel social que os radiodifusores devam cumprir. As limitações para uma cassação são tamanhas que, na prática, é quase impossível de ser efetuada. A cassação depende de um processo que é dividido entre o Executivo e o Judiciário. Assim como a renovação é quase impossível de não acontecer pois se exige um quorum qualificado de dois quintos do Congresso para impedi-la. É um dispositivo previsto na Constituição, imposto pelo setor empresarial. O *quorum* é muito difícil de ser alcançado. Equivale ao que é necessário para uma mudança na Constituição.

**JU - Usando como exemplo o caso da rede Globo que tem, pelo país, dezenas das chamadas “afiliadas”: este mercado poderia passar por uma reordenação com a chegada do capital estrangeiro?**

**Herz -** Este mercado já é altamente estruturado, com uma concentração extraordinária. Podemos citar dados correspondentes até o início do ano, (tivemos algumas concessões nesse período que os alteraram sem muita significação): das 294 emissoras de televisão, todas elas são pertencentes às redes ou a grupos regionais afiliados. Apenas 5 emissoras no país não são afiliadas às redes, pois têm características regionais. A Bandeirantes tem ligadas a si 45 emissoras; o CNT, 4; a Globo, 94; a Record, 56; a Rede TV, 16, o SBT, 79. Regionalmente, os mais importantes são os ligados à Globo e os segundos, ao SBT e assim por diante. Esses grupos regionais também controlam emissoras de rádio e jornais. No seu conjunto as redes controlam, no total, 617 veículos de comunicação entre emissoras de TV, rádio e jornal. A Globo controla 223, o SBT 123, a Bandeirantes 115, a Rede TV 26 e o CNT 7. Os principais grupos regionais são os ligados às redes. A televisão hegemônica o mercado de mídia no Brasil de forma evidente. Tirando o segmento de televisão por assinatura, no de mídia tradicional (rádio, TV e jornal) mais de 90% do mercado está ligado às redes. Esta concentração é restrita e o poderio de cada rede é compartilhado no plano regional, tanto economicamente quanto politicamente e, em consequência, cultural. Podemos identificar que esse mercado não sofrerá alterações muito significativas a curto prazo. A entrada do capital estrangeiro no Brasil não é muito auspiciosa

para empresas, porque haverá uma avalanche dele. Há um cenário complexo, estratificado e muito consolidado. Portanto, a entrada do investidor aqui é muito complicada para ele, salvo os que são dominantes. São dois os grupos dominantes: as Organizações Globo, com presença hegemônica no conjunto do sistema de comunicação, são as primeiras candidatas à ter participação do capital estrangeiro. Outro que se movimenta mais para que essa abertura se dê é o grupo Abril, no mercado específico de revistas e que tem uma participação menor no segmento de TV por assinatura. Mas entre as revistas é uma espécie de Globo, pois controla dois terços do mercado. Quanto aos jornais, existe um certo equilíbrio entre os grandes grupos. Entre os regionais se destaca a RBS que, embora com atuação restrita em dois estados da Região Sul (RGS e SC), tem expressão nacional, sendo o quarto grupo privado brasileiro, na frente, inclusive, das redes de televisão. Alguns grupos regionais teriam condições de captar investimento estrangeiro. Dificilmente o investidor vai entrar por outra porta que não seja a desses grupos.

**JU - Que interesse teriam a Globo e a Abril, por exemplo, no aporte de capital internacional já que elas dominam dois terços do mercado? Seria a capitalização?**

**Herz -** As duas estão com problemas de apostas equivocadas e precisam se capitalizar. Estão fortemente endividadas, a Abril principalmente, a partir dos problemas que importou do segmento de TV por assinatura. A Globo também não vai bem das pernas.

**JU - Qual a possibilidade que o senhor vê de um grande grupo internacional se animar a investir no mercado brasileiro, já que ainda há muito espaço para competição?**

**Herz -** A forma de o investidor internacional se posicionar em relação ao Brasil não foi evidenciada ainda. Entrar aqui com disposição para competir com a Globo, no mercado de TV, ou com a Abril, no mercado de revistas, onde os dois grupos têm uma atuação técnica elevadíssima, com produtos de qualidade reconhecida internacionalmente e forte ligação com o público, é uma aposta temerária, mas possível.

**JU - O alvo principal do capital externo, então, seriam esses dois grupos. Por que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação reage fortemente à aprovação da abertura do capital estrangeiro nas empresas brasileiras se, teoricamente, só afetaria duas?**

**Herz -** Isto afeta todo o mercado e todos os sistemas de comunicação, com efeitos econômicos, políticos e culturais profundos no país. Não estamos falando que o capital estrangeiro tem que ser visto apenas pela quantidade de empresas que atingirá, mas pelo significado que as empresas têm nesse mercado concentrado. Estamos, paradoxalmente, numa situação extraordinariamente importante, numa situação ímpar para intervir nesse processo. Por um lado, se tem experiência de como lidar com isso, adquirida nos últimos 12 anos de luta pela democratização da comunicação. A capacidade de mobilização e as condições de enfoque das questões da democratização da comunicação, fez com se tivesse proposto e conseguido criar no Senado, entre outras coisas, o Conselho de Comunicação, um espaço de intervenção da sociedade junto ao mercado e ao Estado, sem precedentes. O Conselho é um instrumento que pode ou não dar certo. Tudo isso está se dando num contexto de transformação radical e estrutural do sistema de comunicação no mundo, que se dá com a

introdução da tecnologia digital. E esse fenômeno, esse processo vem sendo definido grosseiramente, como a introdução da TV digital no Brasil. É bem mais do que isso, pois é a introdução em todos os sistemas eletrônicos de comunicação social, com os efeitos se reproduzindo em todo o mercado e sistemas de mídia no Brasil. De certa forma, é como se nós estivéssemos na década de 30, quando foi regulamentado o rádio. É como se estivéssemos utilizando a prerrogativa de regulamentar o rádio e a televisão primitivos, sabendo onde ia desaguar este processo. Só que hoje temos uma condição de antecipação maior e, portanto, a introdução da tecnologia pode ser orientada por uma visão em perspectiva bem diferente da década de 30. Chegou o momento de desenhar a estruturação dos sistemas eletrônicos de comunicação para, pelo menos, os próximos 20, 30 anos.

# REITORES

**Alex Fiúza de Mello**

Universidade Federal do Pará

**Ana Lúcia Almeida Gazzola**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Rodolfo Joaquim Pinto da Luz**

Universidade Federal de Santa Catarina

**Cícero Mauro Fialho Rodrigues**

Universidade Federal Fluminense

**José Antônio de Souza Veiga**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Aldair Tarcísio Rizzi**

Universidade Federal do Paraná

**Paulo Speller**

Universidade Federal de Mato Grosso

**Jader Nunes de Oliveira**

Universidade Federal da Paraíba

**Oswaldo Baptista Duarte Filho**

Universidade Federal de São Carlos

**Milca Severino Pereira**

Universidade Federal de Goiás

**Mozart Ramos**

Universidade Federal de Pernambuco e presidente da Andifes

**Maria Margarida Martins Salomão**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Reitores apontam ao presidente  
prioridades a serem atendidas**

*Desde o seu primeiro número, em setembro de 1997, o Jornal da Universidade pública, regularmente, uma grande entrevista nas suas páginas centrais. Com o passar do tempo, esta entrevista tornou-se uma das características do jornal que, de certa forma, será mantida nesta edição, como se um ciclo, cuja existência restringiu-se aos períodos imediatamente pré e pós-eleitoral, estivesse sendo fechado.*

*Explica-se. No número 54, de agosto passado, a manchete do JU anunciava: "Andifes diz o que espera do futuro presidente". Na página 3, em detalhes, a notícia: um documento elaborado pelo Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes – estava sendo entregue aos quatro candidatos à Presidência da República. O texto sintetizava "as preocupações da entidade diante do atual quadro acadêmico e institucional das universidades públicas brasileiras" e manifestava sua "plena disposição para o diálogo amplo e permanente com o novo governo, em busca das soluções e encaminhamentos decorrentes dos compromissos das instituições universitárias com o desenvolvimento do saber e as desejadas transformações na sociedade brasileira". No número seguinte, o 55, de setembro passado, o JU obteve, com exclusividade, manifestações pessoais de Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Serra e Luís Inácio Lula da Silva, através de perguntas enviadas a seus respectivos comitês de campanha pelo correio eletrônico. Como jornal universitário que é, o JU questionou os presidentes sobre seus planos para o ensino superior no Brasil, depois que um deles tivesse tomado posse no Palácio do Planalto. A todos foram enviadas as mesmas perguntas.*

*Nesta edição, a de número 57, de novembro, recordamos as respostas que em setembro foram dadas pelo então candidato e agora presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva. Com base nessas respostas, reitores de universidades federais e o atual presidente da Andifes expressam ao futuro dirigente da Nação o que consideram como prioridades a serem atendidas na área do ensino superior, a partir do dia 1º de janeiro de 2003, quando inicia o próximo quadriênio presidencial.*

*Os planos para o ensino público revelados pelo candidato Lula o básico da cidadania. Nossa Constituição é taxativa a esse respeito, ao afirmar que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Também afirma que a gratuidade do ensino é um princípio, em todos os níveis. Essa é uma bandeira histórica em nosso país e consta de todos os programas de governo do nosso partido, desde a sua fundação. Ela agora será reafirmada como um dos nossos grandes compromissos no campo da educação. Vamos fazer o oposto do que tem feito o Banco Mundial, que está em contradição com a Conferência Mundial sobre Ensino Superior, organizada pela Unesco, em 1998. Nela, a educação superior foi reafirmada como um bem público e uma obrigação do Estado. Não dá para aceitar que a educação seja tratada como um bem de consumo como outro qualquer, e, com base nisso, se tende a acabar com a gratuidade nas instituições públicas. Em nosso programa de governo para a educação, intitulado "Uma Escola do Tamanho do Brasil", colocamos que uma de nossas ações prioritárias para o financiamento público da educação "será criar as condições para que através do esforço contínuo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o percentual de gastos públicos em educação em relação ao PIB sejam elevados para o mínimo de 7% no período de dez anos."*

NOVEMBRO 2002 - EDIÇÃO Nº 57

## **Jornal da Universidade - Quais as suas prioridades para o sistema federal de ensino superior?**

**Lula** - O que é preciso dizer é o seguinte: nós tivemos um aumento enorme nas demandas por vagas na educação superior, que triplicou, nos últimos anos. Apesar disso, o governo federal restringiu ao máximo a expansão das instituições públicas e, ao mesmo tempo, estimulou o ensino privado. Ou seja, na prática, fechou as portas da universidade à imensa maioria dos jovens, que não têm recurso para pagar sua educação. Então, fica difícil, numa situação dessas, falar de estatísticas, do simples aumento no número de instituições. É verdade que temos uma boa qualidade na pós-graduação e mesmo na graduação, no caso de diversas instituições públicas e algumas privadas. Mas na grande maioria das instituições privadas os resultados são duvidosos. Isso mostra que nosso programa está certo quando diz que, para melhorar a nossa educação superior, é preciso ampliar bastante a oferta de vagas nas instituições públicas. Ou quando diz que é preciso democratizar o nosso ensino superior e implementar um sistema de avaliação institucional democrático e participativo. É dessa maneira que vamos aumentar a qualidade acadêmica das instituições de ensino superior.

### **JU - Qual será a política para a manutenção da pesquisa e na extensão universidade pública federal?**

**Lula** - Em julho, encontrei-me com a direção da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em Goiânia e entreguei a eles o nosso programa de governo para Ciência e Tecnologia, que está completamente integrado ao projeto de nação que pretendemos desenvolver durante o nosso governo. Nesse documento, deixo clara a minha tristeza em ver o país se inserir de forma subordinada no contexto internacional, ocupando hoje um papel secundário e dependente. Não podemos aceitar essa idéia de que a criação científica deve ocorrer apenas nos países desenvolvidos, porque isso nos levaria a abdicar do nosso projeto de fazer deste país uma nação livre e respeitada. Trata-se de uma questão de soberania nacional. A superação de nossos graves problemas econômicos e sociais está intimamente ligada à criação e ao uso do conhecimento. A ciência e a tecnologia no nosso governo serão usadas para elevar os níveis de educação e saúde do povo, democratizar o acesso à informação e ao conhecimento, expandir postos de trabalho, promover um desenvolvimento que respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida dos brasileiros. Ou seja, elaboramos, em debates amplos com a sociedade, um programa que visa a contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país.

### **JU - O que será feito para a correção da defasagem salarial de professores e técnicos-administrativos das universidades públicas? E qual sua proposta de plano de carreira?**

**Lula** - Primeiro, é preciso deixar claro que não é pagando mal aos professores e aos funcionários da educação, como agora, que vamos melhorar o ensino. A qualidade do ensino está relacionada a uma série de fatores. O salário do professor e do funcionário é um deles. Mas, além do salário, também contam o projeto pedagógico, o currículo escolar e as condições de ensino, ou seja, bons laboratórios, bibliotecas, computadores e outros equipamentos importantes, hoje em dia. A qualidade do ensino de pende até do ambiente da escola, que precisa dar abertura para o aluno participar e estabelecer um espírito de coo-

peração entre ele e o professor. No nível superior, é preciso levar em conta a valorização dos professores por meio da pós-graduação, do mestrado, doutorado e pós-doutoramento. Isso tem um custo. Hoje, no Brasil, temos professores com vários regimes de trabalho: tempo integral, parcial, ou que trabalham em uma, duas e até quatro escolas. São “professores-táxis”, que têm de se virar para dar sustento à família e se atualizar profissionalmente. Nossa proposta, em vez disso, é uma política séria de educação, do nível básico ao superior. Vamos lutar por um salário compatível com a qualificação e com a responsabilidade dos docentes e dos funcionários técnicos-administrativos. Isso terá alta prioridade no nosso programa.

### **JU - Medidas tomadas por governos anteriores retiraram da universidade pública prerrogativas de sua autonomia. Face ao preceito constitucional do artigo 207, qual é o grau de autonomia que o seu governo pretende dar às universidades públicas em relação ao projeto didático-pedagógico, à escolha de dirigentes e às gestões administrativo-financeira patrimonial?**

**Lula** - O problema é que as universidades públicas federais nunca tiveram autonomia para valer. O governo nunca se empenhou em efetivar o que está escrito na Constituição, que diz que as universidades gozam de autonomia completa. Isso vale até para a sua gestão, para as despesas do dia-a-dia, e os recursos para isso devem ser garantidos pelo orçamento da União. Então, se isso estiver garantido, não tem nada de errado se as universidades buscarem recursos extras para projetos importantes. O que não pode são as universidades terem de arranjar dinheiro para os gastos mais elementares, para pagar água, luz e até papel higiênico, porque o governo burla a autonomia de gestão, impondo cortes cada vez maiores no orçamento. Em alguns casos, os recursos recebidos da União tiveram redução de 40%, em apenas dois ou três anos. Também caíram drasticamente os recursos destinados às universidades federais, que, em 2001, foram 37% inferiores aos de 1989.

## **A expectativa dos dirigentes em relação ao presidente Lula**

**Alex Fiúza de Mello, Universidade Federal do Pará** - Antes de mais nada, é importante louvar a atitude do presidente eleito Lula, em defender um modelo para o ensino superior no Brasil distinto daquele propugnado pelo Banco Mundial. Muito poderia ser dito sobre o tema sugerido na questão, mas me concentrarei no seguinte: a condição histórica e conjuntural do país interpela o governo a apoiar decisivamente as universidades públicas, mas sob condição dessas darem diretamente sua contribuição em programas eleitos como prioritários, pelo próprio governo, ao desenvolvimento nacional. Haverá mais recursos – vagas para concurso público e investimentos em infra-estrutura (os dois problemas cruciais das IFES, hoje) – para quem se engajar organicamente nesses grandes programas. Isto implica, entre outras coisas, em superar o histórico distanciamento entre o sistema de educação superior e aquele de ciência e tecnologia.

**Ana Lúcia Almeida Gazzola, Universidade Federal de Minas Gerais** - Entendemos como prioridades relativas à educação superior no Brasil a garantia da autonomia das universidades federais, a defesa permanente do sistema público

de ensino superior e a busca de sua crescente qualificação. Também acreditamos necessário o estabelecimento de políticas nacionais, de vasta abrangência, consistentes e duradouras, para as áreas de educação, ciência, tecnologia e cultura, condição indispensável para a desejada soberania nacional. Entre as medidas imediatas, esperamos do novo governo uma firme oposição à inclusão da educação nos acordos do GATS. É igualmente prioritária a criação de dispositivos capazes de vincular a busca da excelência, meta constitutiva da universidade, ao projeto de construção da nação desenvolvida, justa e solidária com que sonhamos.

**Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Universidade Federal de Santa Catarina** - O novo presidente foi eleito e teremos uma mudança de governo histórica, nunca antes presenciada pela nação brasileira. Por que não se trata de mais uma simples mudança de governo? Porque o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, reúne atributos não comuns a outros presidentes e assumirá o governo do país carregando sobre seus ombros uma responsabilidade muito maior do que o exercício pleno da Presidência da República: a fé do povo brasileiro. Há muito tempo, o povo não tinha fé e por isso não tinha esperança, pois a esperança é conseqüência da fé. E o povo tem fé porque sabe que nunca um presidente conheceu tão de perto os seus problemas. Afinal, quem teoriza sobre os problemas sociais jamais saberá o que é fome, o que é miséria, o que é desemprego para um pai de família, mas um menino retirante de Garanhuns sabe o que é fome, o que é miséria, e um operário sabe o que é desemprego. Sabe muito mais do que nós, nas universidades, a importância do acesso à educação e fará dela um poderoso instrumento de desenvolvimento humano. Com certeza, o novo presidente não poderá resolver todas as questões sociais, mas acredito que fará muito, porque tenho fé em um homem que se preocupa, prioritariamente, com a fome e com a miséria de seu povo. Um homem assim é sério e comprometido com o gênero humano; ninguém poderá recusar-lhe o diálogo e o crédito da confiança.

**Cícero Mauro Fialho Rodrigues, Universidade Federal Fluminense** - Primeiro, devo concordar com a afirmação do futuro presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de que a graduação configura-se como direito do cidadão a que todos que a ela aspiram devem ter acesso garantido. Por isso mesmo, o país exige expansão do ensino superior. Como o novo governo irá financiá-lo? Hoje, 95% do orçamento das instituições são gastos com pessoal, apenas 5% são usados para manutenção e custeio, inviabilizando qualquer tipo de investimento. O estado brasileiro há que encontrar medidas para o financiamento da oferta e expansão do ensino superior sem perder o princípio da educação pública como um bem público e uma obrigação do Estado.

**José Antônio de Souza Veiga, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** - Escolher um ministro da Educação que reconheça as instituições federais de ensino superior como integrantes da estrutura do MEC e busque, de fato, uma integração forte com as IFES através de uma relação construtiva, respeitados o potencial e a especificidade de cada IFES. Resgatar o diálogo construtivo. Recompor ou fixar normas para a recomposição do quadro docente e do quadro técnico-administrativo. Desenvolver programa de recuperação da infra-estrutura física das IFES. Desenvolver programa de recuperação da infra-

-estrutura de pesquisa, instalações e equipamentos. Desenvolver propostas de reestruturação do perfil salarial, de modernização da gestão (processos decisório e administrativo), de incentivo à expansão de oferta de cursos e vagas e de regulamentação da autonomia universitária, à luz do Artigo 207 da Constituição. **Aldair Tarcísio Rizzi, Universidade Federal do Paraná** - Sabemos da real situação que a nova equipe do governo Lula enfrentará. Praticamente dez anos de política neoliberal que resultou no verdadeiro abandono do Estado às atividades essenciais como a educação e a saúde. Não há governo que em quatro anos de mandato chegue próximo ao que sonhamos em termos de apoio à pesquisa e ao ensino superior. Entretanto, o governo deve, prioritariamente, estabelecer o diálogo com as IFES e, em conjunto, definir um plano de ação que recomponha o quadro de pessoal, professores e técnicos-administrativos, e um adequado esquema de financiamento. A construção de um futuro mais promissor para as IFES e para o desenvolvimento da pesquisa, requer o esforço de todos. Não há salvador da pátria. Acreditamos na construção coletiva para que tenhamos um país mais justo e soberano.

**Paulo Speller, Universidade Federal de Mato Grosso** - A UFMT está adotando, na elaboração de seu PDI, a declaração final da Conferência Mundial sobre Ensino Superior organizada pela Unesco em 1998. Nessa linha, pensamos que o governo Lula já se comprometeu publicamente em seu programa e em declarações do presidente eleito e membros de sua equipe com questões fundamentais que esperamos ver realizadas. Primeiro, é preciso traduzir o caráter estratégico das universidades federais em sua mobilização como contribuinte para a formulação de políticas públicas e ator fundamental no desenvolvimento regional. O caso da UFMT é ilustrativo. Única universidade federal num Estado com quase um milhão de quilômetros quadrados, somos chamados pelo governo estadual, prefeituras, ONGs, iniciativa privada, movimentos populares, sindicatos para contribuímos em absolutamente tudo, desde liberação de dirigentes, parcerias, pesquisas e estudos, até a solução de problemas emergenciais na área indígena, de política energética, conflitos diversos, etc. Nesse sentido, esperamos que a UFMT e o conjunto das IFES tenham a sua autonomia constitucional efetivamente respeitada, orçamento adequado à responsabilidade de suas funções com recuperação de sua infra-estrutura acadêmico-administrativa e expansão de atividades, sobretudo na matrícula e oferta de cursos em seus *campi* e em outros centros regionais através do uso intensivo de novas tecnologias de informação e comunicação. Queremos contribuir!

**Jader Nunes de Oliveira, Universidade Federal da Paraíba** - Considero que a prioridade básica deve ser o resgate do ensino superior público como instrumento estratégico de transformação da sociedade brasileira, viabilizando sua insubstituível contribuição para a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da imensa maioria de nossa população. Para tanto, faz-se necessária uma política de educação superior que reabilite o respeito à autonomia universitária, a garantia de recursos orçamentários para financiar o custeio e o investimento de nossas IFES, de modo a permitir uma expansão com qualidade de vagas dos nossos cursos de graduação e programas de pós-graduação, o fomento à pesquisa científica e à inovação tecnológica, objetivando a inserção soberana do país no cenário

internacional das nações e a implementação da extensão cidadã, com ações e parcerias empreendidas com os movimentos sociais, os órgãos governamentais e o setor produtivo.

**Oswaldo Baptista Duarte Filho, Universidade Federal de São Carlos** – O que se espera do novo governo é que reverta a atual política para o ensino de terceiro grau e invista significativamente nas instituições federais de ensino superior, entendendo-as como um patrimônio da sociedade, como responsáveis pela produção e disseminação de conhecimentos, e não como empresa prestadora de serviços. É urgente, também, a criação de novas universidades públicas e de novos cursos. Para isso, é preciso garantir a reposição dos quadros docentes e de técnicos-administrativos e a recuperação da infra-estrutura das instituições. Outro anseio da comunidade universitária e, particularmente, dos reitores, é a efetiva implantação da autonomia universitária, conforme prevista na Constituição e sempre defendida por essa comunidade.

**Milca Severino Pereira, Universidade Federal de Goiás** – Elevar o índice de acesso ao ensino superior entre os jovens de 18 a 24 anos, tendo como meta equiparar o Brasil a países que investem em educação como parâmetro determinante do desenvolvimento nacional, considerando o conhecimento como insumo fundamental para a criação de riquezas e alcance de cidadania. Para que isso se torne realidade é necessário investimento no Sistema Federal de Ensino Superior para recuperação de sua infra-estrutura física e, principalmente, para a recomposição de seu quadro de pessoal (TAs e professores). As universidades públicas são fundamentais para a manutenção da referência de qualidade necessária para todo o sistema, inclusive, para retroalimentar os outros níveis de ensino, além de representarem o sustentáculo da pesquisa no Brasil.

**Mozart Ramos, Universidade Federal de Pernambuco e presidente da Andifes** – Considerando que 80% dos alunos que ingressam na universidade pública são oriundos da rede pública de ensino, acredito que a prioridade do próximo governo é traçar uma estrutura que interligue, intimamente, a expansão do sistema federal de ensino às políticas de financiamento e de pessoal. Somente a solidez desta estrutura manterá a gratuidade com qualidade do ensino público, garantindo aos estudantes a continuidade do aprendizado, às entidades o gerenciamento e aos professores e técnicos-administrativos a justa compensação pelo seu trabalho. Para que o sistema funcione com flexibilidade e alta capacidade de atendimento, é fundamental que esteja dotado de uma indispensável autonomia. Esta é a razão pela qual a Andifes tem trabalhado, intensamente, na proposta da Lei Orgânica que regulamenta a questão. As desigualdades regionais não poderão ser esquecidas. Temos vários “Brasis” e são necessárias políticas que promovam a formação de recursos humanos qualificados. Os recursos deverão ser fixados dentro dessas políticas que serão induzidas de acordo com as desigualdades verificadas nas diversas regiões. Somente assim teremos um Brasil mais igual e mais feliz.

**Maria Margarida Martins Salomão, Universidade Federal de Juiz de Fora** - A principal expectativa da Universidade Federal de Juiz de Fora com relação ao próximo governo é de que as universidades federais passem a ser tratadas com

o respeito que merecem. O regime de permanentes sobressaltos e amarga carência de recursos que caracterizou o último governo compromete a integridade institucional das universidades, forçando-as a se empenharem em operações caça-níqueis com evidente prejuízo para a missão universitária por excelência de formar quadros estratégicos e imprescindíveis ao desenvolvimento do País. A redução das gestões universitárias a uma pauta de síndico de condomínio é, a um tempo, deplorável e revoltante. A nova etapa da história nacional – profundamente comprometida com a superação da desigualdade como forma de garantir a democracia – exige uma universidade pública vigorosa e autônoma de modo que a esperança se mantenha e um tempo melhor se inaugure para toda a sociedade brasileira.

# DIRIGENTES

## **José Walter da Fonseca**

presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)

## **Eduardo Moacyr Krieger**

presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC)

## **Paulo Alcântara Gomes**

presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)

## **Christian Lindberg**

diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE)

## **Newton Lima Neto**

prefeito de São Carlos

## **Mozart Neves Ramos**

presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)

## **“Não há exemplo de país desenvolvido com universidades subdesenvolvidas”**

*Com a troca de governo do país e com a anunciada alteração de rumos em relação aos governos anteriores que aponta para mudanças na escala de prioridades a serem atingidas, o Brasil entra, em janeiro, em uma nova fase da sua história. Com isso, abrem-se possibilidades de modificações em todos os setores importantes da vida nacional, entre eles, o ensino público. E aí já irrompe, absoluta, uma opinião unânime: é necessário uma união de esforços em defesa da universidade pública brasileira. Esta defesa inicia com a uma imediata e profunda reforma na sua estrutura, com fundamentos na qualidade e na excelência. O bem maior de um país é o seu capital humano.*

*O desenvolvimento educacional, científico e tecnológico, aliado a um sólido projeto nacional, são a base da estratégia para que a universidade pública atenda, com qualidade, a crescente demanda da população pelo acesso ao ensino superior. Especialistas e dirigentes de entidades ligadas ao setor receberam do Jornal da Universidade perguntas relativas ao atual estágio do ensino público no país, aos principais desafios que deve enfrentar, a curto e médio prazos, e à importância e abrangência da autonomia universitária. As respostas confirmam que correções de rumo são necessárias e indicam o que se espera para os próximos anos.*

DEZEMBRO 2002 - EDIÇÃO Nº 58



**Jornal da Universidade - Quais foram as dificuldades encontradas pelas universidades públicas nos últimos anos?**

**José Walter da Fonseca, presidente da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)** - Dentre tantas, acredito que o contingenciamento dos orçamentos já achatados, a não reposição de vagas docentes e não-docentes decorrentes, principalmente, de aposentadorias precoces, o excesso de legislação emitida pelo MEC e a falta de diálogo por parte do governo para ações na educação superior, por serem prejudiciais à autonomia universitária, têm sido as maiores dificuldades enfrentadas pelas universidades públicas.

**Eduardo Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciência (ABC)** - Lamentavelmente, ao longo de vários governos sucessivos, esta atitude de descrença na ciência e na universidade pública brasileira persiste em altos escalões governamentais, sobretudo em setores cruciais da Fazenda e do Planejamento, responsáveis pela execução orçamentária e pela definição das linhas mestras do desenvolvimento nacional. A recente crise em nossas universidades federais colocou em foco a questão da autonomia, sem dúvida essencial para o seu futuro. O problema mais polêmico é o da autonomia financeira. Deve ser eliminado o enorme passivo previdenciário, para ser garantido o financiamento dos hospitais universitários.

Os atuais sistemas de ingresso nas nossas universidades não aferem bem a aptidão para esse tipo de formação. Ao impor uma escolha precoce e estanque de carreira, especializando-a, por vezes, até as raias do absurdo, tendem a provocar frustrações ulteriores e, sequer, selecionam os candidatos melhor classificados.

**Paulo Alcântara Gomes, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)** - Embora a autonomia seja um dos principais assuntos discutidos nas reuniões entre universidades públicas e governos, pode-se afirmar que, desde a Constituição promulgada em 1988, andamos pouco ou quase nada. Assim, como as universidades não têm a autonomia de gestão financeira e administrativa, ficam impedidas de realizar concursos para docentes e para técnicos-administrativos, de gerenciar os respectivos bens patrimoniais e de remanejar orçamentos em função das propriedades ou das necessidades eventuais.

Um outro aspecto que vem se refletindo na normalidade da vida acadêmica é a ausência de qualquer continuidade de repasse de recursos, tornando extremamente difícil o processo de gestão financeira, na medida que, em muitas ocasiões, os chamados duodécimos são encaminhados com muito atraso, o que provoca multas, juros e, como ocorreu recentemente, até o corte da prestação de serviços pelas concessionárias.

Ainda no campo da gestão financeira, é forçoso reconhecer que os orçamentos das universidades públicas encontram-se em patamares muito aquém daqueles que permitam a simples manutenção das instituições.

Orçamentos diminutos acabam por impedir investimentos, com sérios danos para a atividade científica, que exige equipamentos compatíveis com as exigências de publicações em revistas indexadas e adequados ao esforço de inovação das universidades, determinante para a inserção de nossas empresas

nos padrões internacionais. Cabe lembrar que boa parte da produção científica e da inovação tecnológica, no caso brasileiro, vem das universidades públicas. Um exemplo interessante é o da UFRJ, que desenvolveu, em parceria com a Petrobrás, a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e, assim, permitiu a economia de divisas (na compra de óleo) em montante equivalente ao orçamento de todas as universidades federais, em conjunto.

Outra dificuldade, que também se aplica às universidades privadas, é a decorrente da excessiva centralização verificada na legislação educacional e na legislação profissional. As universidades, embora autônomas, ficam impedidas de oferecer estruturas curriculares para muitas das novas profissões, em virtude da exigência dos conselhos profissionais.

**Christian Lindberg, diretor de Relações Internacionais da União Nacional dos Estudantes (UNE)** - As dificuldades foram várias, mas de forma sintética, a pior dificuldade encontrada pelas IFES em nosso país nesses 8 anos de Governo de FHC, foi a ameaça constante da cobrança de mensalidade nessas instituições. Além da tentativa do MEC de regulamentar a autonomia através das PEC 277 e depois 370, e mesmo sendo derrotado nessas tentativas, foram cortados constantemente os recursos das IFES, que teve impactos diretos no exercício da autonomia universitária e também na manutenção das instituições, no que se refere a despesas elementares como água, luz e telefone, imagine quando falamos na ampliação das vagas ou na aquisição de mais equipamentos nessas condições. O legado que FHC e Paulo Renato deixam para as IFES brasileiras é uma situação de sucateamento e o próximo governo vai ter muito trabalho pela frente.

**Newton Lima Neto, prefeito de São Carlos** - Observando a educação pública no Brasil de uma forma ampla percebemos que as características marcantes da atual política educacional no Brasil são: a centralização no controle de todos os níveis de ensino; descentralização na sua execução; privatização no atendimento da educação superior e infantil; baixa qualidade do ensino fundamental e médio e insuficiência geral de recursos.

Além disso, as universidades públicas ainda vêm sofrendo nos últimos anos com a falta de recursos em todos os setores prejudicando, desde a manutenção operacional da instituição e formação acadêmica, até o desenvolvimento e continuidade das pesquisas.

**Mozart Neves Ramos, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)** - Muitas das medidas provisórias e decretos que atrapalharam, vamos dizer assim, o desenvolvimento institucional, partiram do próprio Ministério do Orçamento e Gestão. Então, na verdade, nós temos grande dificuldade de execução financeira e de gestão administrativa em função de uma série de medidas que foram adotadas pelo governo e que atrapalharam em muito, tanto o diálogo, a confiança do diálogo como o próprio desempenho da gestão institucional.

**JU - Quais os principais desafios para o ensino superior público a curto e médio prazo?**  
**Fonseca (Abruem)** - Em primeiro lugar, fazer o governo entender, aceitar e apoiar a universidade pública como órgão de Estado e não de governo, sujeito às mudanças partidárias. Depois, construir um diálogo político com o governo que se inicia, assegurando, já a partir de 2003, o respeito ao artigo 207 da

Constituição, através do cumprimento integral de seus orçamentos, via dotações globais. A partir desses dois pontos, promover adaptações curriculares e estruturais que garantam a sua avaliação pelo governo, que é seu provedor, e pela sociedade. Por fim, ser capaz de inserir-se no contexto das novas políticas sociais de fundo como, por exemplo, no programa Fome Zero e de ampliação da oportunidade de acesso ao ensino superior.

**Krieger (ABC)** - Entre eles, destaca-se o apoio à recuperação do ensino público do primeiro e segundo graus, fator crucial não só para o desenvolvimento, mas também para reduzir a iniquidade no acesso das camadas menos favorecidas da população à universidade pública, que agrava as desigualdades na distribuição de renda.

A principal função da universidade continua sendo a formação de pessoal. Cumpra-la a contento, frente ao crescimento explosivo da inovação tecnológica e ao caráter cada vez mais interdisciplinar dos avanços no conhecimento, requer uma revisão profunda das metodologias tradicionais de ensino.

Na graduação, é fundamental que se desenvolva a iniciativa individual, a capacidade de pensamento crítico, de “aprender a aprender” a fim de manter a atualização e, continuamente, criar conhecimento. Deve-se enfatizar uma formação básica sólida, calcada nos princípios, válidos a longo prazo, em que se alicerçam as inovações. Ao mesmo tempo, deve ser estimulada a capacidade de trabalhar cooperativamente.

Universidades que ambicionem atingir o mais alto padrão de ensino, pesquisa e extensão devem reger-se pela primazia do mérito e da qualidade acadêmica, submetendo-se a uma permanente avaliação externa por pares e mantendo transparência na prestação de contas à sociedade, a qual deve estar representada nos órgãos colegiados de cúpula.

A hierarquia do mérito, liderança e excelência acadêmica também deve prevalecer na escolha de dirigentes, em todos os níveis, inclusive o departamental, em vista das elevadas funções e responsabilidades da universidade pública. A propensão dos departamentos a se fecharem em si mesmos, assumindo o controle perene de disciplinas, contraria as tendências cada vez mais interdisciplinares da ciência e tecnologia de fronteira e deve ser substituída por uma estrutura mais ágil e flexível.

Dois regimes de trabalho devem ser mantidos: o de dedicação exclusiva, essencial para a pesquisa (compatível com consultoria externa devidamente regulamentada), e um regime de dedicação parcial, importante em áreas profissionais onde atividades regulares externas contribuem para a experiência a ser transmitida no ensino. A natureza distinta destes dois regimes requer carreiras acadêmicas bem diferenciadas entre eles.

Deve ser mantida significativa diferenciação salarial entre os escalões da carreira, incentivando a progressão. É essencial que haja um corpo técnico-administrativo competente, cuja carreira premie e remunere à altura o aperfeiçoamento profissional e a eficiência na gestão de recursos, penalizando a burocracia e o desperdício. O primado da qualidade sobre a quantidade de servidores deve ser a palavra de ordem.

**Gomes (CRUB)** - Creio que o principal desafio é o da reorganização do ensino superior brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, em seu capítulo sobre

educação superior, só faz referências explícitas às universidades, deixando vagas as missões das demais organizações, como centros universitários e faculdades isoladas. Ao mesmo tempo, o sistema acabou por se hierarquizar, quando deveria ser estratificado. Uma universidade com fraco desempenho não deve ser “rebaixada” para centro ou para faculdades integradas, porque cada tipo de organização tem suas próprias missões e objetivos.

A falta de organização do sistema se reflete no processo de expansão, com a criação de unidades de ensino incompatíveis com as peculiaridades locais. O Brasil tem a sua base econômica centrada nas micro e pequenas empresas (são quatro milhões de empresas formais e outros dez milhões de empresas informais) que precisam de profissionais nas mais diversas áreas de conhecimento. Assim, penso que no processo de expansão, inevitável face ao Plano Nacional de Educação, seja perseguida uma articulação das novas instituições e dos novos cursos com as necessidades dos arranjos produtivos locais.

Outra questão é a do orçamento. É indispensável redimensioná-lo, tornando-o adequado às missões acadêmicas e permitindo a constante modernização de laboratórios e de equipamentos e assegurando uma ampliação das vagas nas universidades públicas. Como já citei anteriormente, é preciso garantir a continuidade e a periodicidade de repasses financeiros.

Entretanto, existe um desafio que se encontra aparentemente fora do ensino superior. Os últimos resultados do Exame Nacional de Ensino Médio-ENEM, o desempenho nos vestibulares e nos primeiros anos dos cursos de graduação permitem constatar que é urgente e prioritário realizar ações eficazes no sentido de assegurar a melhoria da qualidade no ensino médio e nos demais níveis. A presença das universidades é, portanto, fundamental, na medida em que cabe a ela formar os professores e desenvolver novas metodologias de ensino, inclusive com o emprego das novas tecnologias de informação e de comunicação.

**Lindberg (UNE)** - A curto prazo deve ser garantido a execução do insuficiente orçamento das IFES para o próximo ano, incluindo os recursos para a Assistência Estudantil e a manutenção do Grupos PET. Penso que a efetivação dos concursos para professores e técnicos-administrativos, a mudança da composição e função do Conselho Nacional de Educação como também a legislação que se refere à avaliação do ensino superior, substituindo o provão por um outro modelo de avaliação que vise melhorar o sistema de ensino superior do país, devam ser outros elementos emergenciais. Um outro desafio é o posicionamento contrário que o Brasil deve ter em relação à inclusão da educação nos acordos firmados no GATS/OMC, já que o governo brasileiro precisa notificar sua opinião até março de 2003.

**Lima (São Carlos)** - O programa de governo “Lula Presidente” para a educação superior comporta várias metas. Do ponto de vista específico da expansão do subsistema devem ser destacadas as seguintes: 1) ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior, em taxas compatíveis com o estabelecido no PNE (prover até o final da década, a oferta da educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos); 2) ampliar a oferta de ensino público universitário, de modo a projetar, no prazo de dez anos, uma proporção de, no mínimo, 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior (meta

do PNE aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pela presidência da República); 3) promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em, pelo menos, 5% em conformidade com meta estabelecida pelo PNE.

**Mozart (Andifes)** - Em primeiro lugar, de curto prazo, é estabelecer esta convocação através de uma agenda positiva que possa efetivamente restituir uma política de expansão e matrículas, tanto na graduação como na pós-graduação, um novo modelo de financiamento e uma política de reposição de pessoal, tanto docentes como de técnicos-administrativos. Também de curto prazo, é fundamental que se comece a criar um ambiente favorável à implementação de uma autonomia universitária. Esses são os fatores essenciais de uma base para o desenvolvimento do ensino superior.

**JU - Qual a importância da autonomia para as universidades públicas? E que aspectos essa autonomia deveria abranger?**

**Fonseca (Abruem)** - A autonomia é o oxigênio das universidades. Sem ela não tem como elas atingirem, com êxito, seus verdadeiros e fundamentais objetivos. Autonomia, contudo, é diferente de soberania. Deve ser exercida com responsabilidade e respeito aos limites da lei e com compromisso social. Hoje, as universidades públicas brasileiras necessitam exercer seu direito constitucional na plenitude, ou seja, autonomia acadêmica, científica, administrativa (inclusive de recursos humanos e de política salarial) e de gestão financeira com autonomia financeira.

**Krieger (ABC)** - Autonomia também é privilégio a ser conquistado com base na análise caso a caso, tendo como contrapartida a avaliação externa e o acompanhamento permanentes. A autonomia plena requer um plano estratégico de longo prazo.

No mundo todo, universidades de qualidade, e a pesquisa nelas realizada, são financiadas primordialmente pelo governo, respeitando a liberdade acadêmica. Reconhece-se, hoje, que este é um dos investimentos mais rentáveis que um país pode fazer em seu futuro. Não existe país desenvolvido com universidades subdesenvolvidas.

Universidades de alto padrão, aliando ensino e pesquisa, têm um custo elevado, e são bancadas, majoritariamente, pelo poder público em todos os países, inclusive, ao contrário do que se propala, nos Estados Unidos, onde 80% dos jovens matriculados no ensino superior estudam em instituições públicas; nas melhores universidades privadas, a pesquisa básica é sustentada pelo governo. É um investimento de altíssimo grau de retorno para o país.

A autonomia, como a dedicação exclusiva, é um privilégio a ser conquistado caso a caso, com base na avaliação de mérito. Ela pressupõe responsabilidade e deve ser escalonada em diversos graus. A vinculação orçamentária deve ser atrelada ao desempenho, avaliado por comissões externas de pares, com presença internacional. A autonomia plena requer um plano estratégico de longo prazo, com acompanhamento permanente.

Consideramos necessária a criação de um órgão decisório especial para o exame e acompanhamento da autonomia. Estamos elaborando uma proposta para a estruturação deste órgão, que deve ser composta, em grande maioria, por acadêmicos da mais alta qualificação.

A caracterização da universidade como o *locus* do saber, da liberdade acadêmica e da inteligência, livre do dirigismo, por melhor intencionado que seja, é um pressuposto básico da autonomia.

É uma ilusão perigosa, porém, acreditar que os recursos captados com atividades de extensão possam substituir o investimento público na universidade. Nenhum sistema universitário no mundo funciona nesta base. Mesmo nos Estados Unidos, sempre citados como modelo, menos de 7% do valor contratado para projetos de pesquisa em todas as universidades vem de empresas – 67% vem do governo federal, e outra fatia grande de governos estaduais e locais. Recente relatório do Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca atribui mais de 50% do crescimento da economia daquele país, nos últimos 40 anos, a investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Afirma esse documento que a pesquisa básica, realizada primordialmente em universidades e financiada principalmente pelo governo, não só contribui para a educação – em particular para a formação de cientistas e engenheiros – mas tem também um papel chave na inovação industrial.

**Gomes (CRUB)** - A autonomia é outro desafio decisivo para a vida das universidades públicas (e também para a dos demais segmentos), pois dela depende o correto estabelecimento dos quadros de pessoal, compatíveis com as situações verificadas em cada universidade, a oferta de novas modalidades de diplomas e a introdução de modernas práticas gerenciais.

**Lindberg (UNE)** - A autonomia para as universidades brasileiras, em especial as públicas, é muito fundamental. Primeiro devemos respeitar a Constituição Federal, mas podemos colocar elementos referentes à democracia interna, financiamento, relação com a sociedade, produção científica e controle social, onde seja composto um sistema integrado do ensino superior e que a comunidade universitária e a sociedade possam de fato contribuir com o aperfeiçoamento da universidade e que ela possa retribuir, contribuindo com o desenvolvimento social e econômico de nosso país.

**Mozart (Andifes)** - A questão da autonomia passa por decisão política do próprio governo. Temos notado, com base na experiência de outros países, que a autonomia depende muito do modelo de Estado, de governo. Às vezes isso tem uma influência muito forte no limite da autonomia universitária. Ao longo dos últimos anos, tivemos uma perda gradual de autonomia, desde a questão de reposição de pessoal, de trabalhar com orçamento global até, mais recentemente, a criação da Procuradoria Geral Federal. Então, no momento que estamos vivendo, é muito importante que se estabeleça um mecanismo que possibilite gradualmente essa autonomia. E, a meu ver, passa por uma Lei Orgânica das Universidades. Por essa razão, a Andifes tem uma proposta já pronta sobre o assunto, para ser discutida com os sindicatos e também com o novo governo.

**JU - Na sua opinião as universidades federais devem continuar vinculadas ao MEC? Por quê?**

**Fonseca (Abruem)** - Sem nenhuma dúvida, e por motivos vários. No entanto, destaco o mais importante deles que é a diferença abissal entre a matriz de financiamento da educação superior e da ciência e tecnologia. C&T poderia ser uma secretaria em um Ministério da Educação Superior, nunca o inverso.

**Gomes (CRUB)** - Embora os modelos de um Ministério das Universidades ou de um Ministério da Educação Superior, da Ciência e da Tecnologia sejam adotados em alguns países, creio que, no caso brasileiro, elas devem continuar no MEC, porque, em primeiro lugar, a articulação das universidades com a sociedade não se faz exclusivamente pela via da investigação. Os programas do governo que ora se inicia sinalizam para um forte incremento das atividades de extensão, já que as universidades deverão se engajar nos projetos assistenciais, sempre em consonância com as missões das organizações acadêmicas. Assim, as universidades deverão se aproximar cada vez mais de diversos Ministérios, como os da Agricultura, da Ciência e da Tecnologia, da Saúde e o do Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, cumpre ressaltar que o planejamento da educação deve ser realizado de forma abrangente, articulando todos os níveis de ensino. A formação de professores para a educação básica e para o ensino médio deve ocorrer nas universidades (temos que qualificar cerca de 600.000 nos próximos anos) que, assim, devem se constituir em elemento ativo do Ministério da Educação.

**Lindberg (UNE)** - Esse é um assunto que não consta no Programa Educacional do próximo governo, mas em linhas gerais consideramos inoportuna a divisão do Ministério no início do governo, em função das dificuldades operacionais e burocráticas que poderiam causar o atraso da aplicação das medidas emergenciais necessárias. Propomos que esse debate seja realizado de forma ampla com a participação da comunidade acadêmica em conjunto com o debate sobre a autonomia universitária. Consideramos que esse momento será mais propício para estabelecer diretrizes de médio e longo prazo, e facilitar a adequação da estrutura de gestão do sistema universitário e educacional como um todo.

**Lima (São Carlos)** - Sou contra a fragmentação do MEC. Pode até haver uma mudança, porém deve ser discutida amplamente com a sociedade. Além de estudar as modificações necessárias no orçamento, precisaríamos analisar todos os prós e contras com muita calma. Uma das conseqüências de uma possível separação das universidades do MEC seria o enfraquecimento dos ensinos médio e fundamental, que seriam muito prejudicados. Uma das funções das universidades é formar bons professores. Caso esta mudança ocorresse, este papel das IES seria afetado diretamente, pois o foco seria a pesquisa e não a licenciatura. Isso não faz parte do programa de governo.

**Mozart (Andifes)** - Entendo que essa questão foi colocada pelo professor Cristóvam Buarque, que é um possível candidato a ministro, muito forte, muito falado, inclusive na mídia. Formalmente, até agora, não se ouviu nenhuma proposta do governo. Se ouviu a proposta do Cristóvam, mas não é a proposta do governo. Então, eu diria que, para a Andifes, é muito importante que as universidades permaneçam no Ministério da Educação, que se tenha exatamente a estruturação de uma política pública que integre a educação básica com a educação superior. Isso é fundamental. Ao mesmo tempo em que se evitará, ao meu ver, uma certa assimetria, do ponto de vista do financiamento, já que hoje, no mínimo, 18% do PIB do Brasil, do que é arrecadado oficialmente, deve se destinar à educação. E desses 18%, no mínimo 75% se destinam às universidades federais. Então, a passagem do ensino público superior para a ciência e tecnologia, poderá gerar uma certa inconstitucionalidade. Eu defendo que se

mantenha na educação para que se tenha ação integrada com a educação básica, incluindo aí a formação da rede pública. Acho que, se hoje as universidades federais detêm a qualidade do sistema no ensino superior, na educação básica, infelizmente, é na rede privada que se encontra a qualidade. E uma maneira de puxar a qualidade da educação básica parte de uma qualificação do corpo docente o que pode e deve ser feito pelas universidades. Por essas razões, sou favorável a que se mantenha a situação atual e se defina uma política clara de maior integração entre educação básica e educação superior.

## Sérgio Ferreira



**“O que se tem que ensinar  
é ensinar a aprender”**

*Sérgio Ferreira é médico e pesquisador. Atualmente é professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. De 1995 a 1999 foi o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Também dirigiu o Instituto Nacional de Controle de Qualidade da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz. Fora do Brasil foi diretor de pesquisas da empresa farmacêutica britânica Wellcome, de 1971 a 1975. No final de janeiro esteve em Porto Alegre e, nos dias 28 e 29 de janeiro foi conferencista no Fórum Social Mundial. Em um intervalo dos seus compromissos encontrou-se com Clovis Ott e Jacira Cabral da Silveira do JU, e, durante uma hora e meia, conversou, entre outros assuntos, sobre inovação, o estágio atual do ensino no Brasil, efeitos do neoliberalismo e da globalização e estratégias de desenvolvimento. É, fundamentalmente, um homem bem humorado. Mas tem também a capacidade de transformar-se, rapidamente, em um crítico particularmente ácido quando, na sua opinião, o assunto se presta para tal. Uma de suas críticas mais fortes é aos métodos do ensino superior que se pratica hoje no país.*

JANEIRO/FEVEREIRO 2003 - EDIÇÃO Nº 59

**Jornal da Universidade - Vamos começar falando sobre um dos assuntos preferidos no momento: a inovação tecnológica?**

**Sérgio Ferreira** - Vamos. Primeiro, sobre a necessidade da pesquisa básica para se fazer a inovação e, segundo, como se transfere da universidade, dos centros que fazem o conhecimento básico, para os grupos que necessitam novos processos ou novos produtos. Inovação é aquilo que, em geral, dá patente, um produto novo com processo novo. O conhecimento não dá patente. O conhecimento é feito pela teoria, pelos paradigmas. Os conceitos são feitos dentro da universidade. O conhecimento que é feito dentro da universidade vai ser utilizado, ou a própria indústria faz novos conhecimentos. As grandes indústrias produzem conhecimentos novos.

**JU - A resolução desse problemas começa com o estabelecimento da Sociedade da Informação? E esta “Sociedade” existe, realmente ?**

**Ferreira** - Sim. A Sociedade da Informação se estabeleceu ao longo dos anos 80 e no início da década de 90, com a transferência, em larga escala, da produção industrial para o sul dos Estados Unidos, onde a mão de obra era barata. Isto se enquadrou na evolução das políticas econômicas neoliberais: privatizações, comércio “livre”, desregulamentações e ajustes estruturais sociais. Foi uma invenção das necessidades capitalistas da globalização e de seus governos. Ao mesmo tempo em que houve um crescimento do acesso a serviços de informação em muitos países do Sul, este ficou restrito a áreas urbanas e a regiões de mercados mais lucrativos. A maioria da população ficou do lado menos privilegiado de uma crescente brecha digital.

**JU - O senhor detalharia diferenças entre a Sociedade da Informação e a Sociedade do Conhecimento?**

**Ferreira** - Não há, propriamente, diferenças. Diz-se é que não existe um único modelo de Sociedade da Informação, mas muitos. Agora, ela está sendo rebatizada como Sociedade do Conhecimento. Porém ainda não se sabe se a Sociedade do Conhecimento pretende ou pode diminuir a brecha digital. Mas, apenas a difusão de conhecimentos práticos ou teóricos não capacita uma sociedade a entrar nos mercados competitivos. É preciso mais do que isso.

**JU - Não é aí que entra a inovação? A universidade não teria que cumprir o papel das empresas em relação à inovação?**

**Ferreira** - A universidade transfere o conhecimento que já existe na educação do estudante. Mas essa transferência pode ser feita pura e simplesmente por indivíduos que jamais realizaram pesquisa, por setores que jamais estiveram envolvidos. Só que a qualidade dessa transferência é questionada. Para participar do mercado globalizado é necessário criar conhecimento, desenvolver novos processos de produção e produtos de grande agregação de valor. Está provado que este salto qualitativo é impossível sem ciência básica e inovação tecnológica. A quantidade de conhecimento, em qualquer área, é muito grande. O que se tem que ensinar é ensinar a aprender. Para ensinar a aprender é necessário saber como se produz conhecimento via processo científico. Segue-se a visão do objetivo.

**JU - E o que define o objetivo?**

**Ferreira** - O objetivo é o somatório das intersubjetividades. Para isso há um método científico, mais estatístico, que ajuda as subjetividades a encontrar o

mesmo caminho que foi encontrado com a demonstração teórica para aquele conhecimento, com bases em paradigmas. Essa atividade de procurar o conhecimento implica na existência da curiosidade, no respeito não muito grande pelo dogma, pelo que o professor disse. A procura pelo conhecimento não aceita dogmas e o conhecimento pode ser dado pragmaticamente. Não se tem mais que ensinar tudo. A idéia de que o indivíduo sai pronto da universidade caiu. Sai culto, porém burro. Preferimos que saia inteligente, mesmo que com menos conhecimento. Ele pode adquirir o conhecimento depois, por ele mesmo, na medida em que necessitar para a sua atividade profissional. É essa a idéia. Várias vezes no mundo, inclusive na educação, se tenta inventar a roda, e a roda já foi inventada.

**JU - Ao dizer que “não se tem mais que ensinar tudo”, e que “ele pode aprender depois, por ele mesmo”, o senhor estabelece uma diferença entre os conhecimentos científico e informal, ou na sua produção?**

**Ferreira** - Sim. Se, no caso do informal temos um organizador de conhecimento (o computador) que é uma proposta, onde há perguntas, no caso de um conhecimento tecnológico o organizador é a resultante do processo. É produto de um processo de desenvolvimento. Embora seja possível usar os mesmos procedimentos de experimentação (ensaio e erro) é diferente da visão de como se realiza. Muita gente acha que fazer ciência básica é mais simples do que fazer desenvolvimento tecnológico. Isso não é verdade.

**JU - Como jovens criados apertando ou girando botões mecanicamente para ver televisão ou manejar video-games, vão compreender e aceitar essa nova ordem de não receber tudo pronto do professor, mas que devem procurar o seu próprio conhecimento?**

**Ferreira** - É preciso que haja uma mudança de atitude. Acontece que as crianças de hoje já estão achando, pouco a pouco, que a galinha nasce com celofane. Numa matéria publicada pela Folha de S. Paulo as crianças dizem que o ovo, simplesmente, sai da prateleira do supermercado. As pessoas estão perdendo a noção de como as coisas são feitas. Aí não se tem mais critério, inclusive de julgar qual é o produto melhor. O produto melhor, então, passa a ser o mais caro. Desaparece qualquer critério de análise, inclusive daquilo que se usa. Quem deveria ajudar a pensar não tem crítica sobre a realidade em que vive.

**JU - A escola fundamental já vem sofrendo uma transformação e permitindo que as crianças a questionem. Com isso elas formulam hipóteses, fazem suas perguntas. Por que dentro da universidade isso não acontece?**

**Ferreira** - A universidade é, esquizofrenicamente, científica. Talvez nas crianças esta transformação já tenha começado a ocorrer numa fase um pouco tardia. Deveria iniciar no pré-primário. A criança, hoje e de um modo geral, já está começando a ser triturada na escola primária. Antes, ela já foi triturada pelo analfabetismo científico cultural da população. E já começa a ter suas crenças muito mais importantes do que a sua observação. Isso vai, pouco a pouco, tirando a pergunta da criança. Já está tudo pronto, tudo escrito. E quando aparece um produto novo, ela nem sabe o que é. Se é mais caro, é o melhor. Mas por que é o melhor, não sabe dizer.

**JU - Um aluno chega na faculdade com esta falha na sua formação. Não é aí que entra a universidade como a principal produtora de conhecimento?**

**Ferreira** - Para isso temos que mudar, radicalmente, nossa visão de ensino.

Temos que preservar a curiosidade, a capacidade de indagação, ensinar a aprender. Ensinar crianças, jovens e adultos a aprender e não sufocá-las com montanhas de conhecimentos técnicos e científicos, como fazemos em nossas faculdades, onde são dadas montanhas de matérias para os professores justificarem seus salários e as universidades justificarem seus currículos. Por sua vez, o “cursinho” é a máquina trituradora mais aperfeiçoada que existe. Ele dá uma enorme massa de conhecimento apenas para se responder perguntas de vestibular. Não forma o indivíduo. Quando o aluno entra na universidade encontra os pesquisadores. E, junto com eles, o ensino, que na universidade precisa ser repensado. Muitas vezes as pessoas pensam que o ensino é linear. Mas não é, e o aprendizado também não. Você aprende uma coisa, outra, desaprende aquilo, depois reaprende... é necessário aprender. Ao ensinar, ao se colocar uma pessoa ao lado daquele que faz ciência (fazer ciência é um artesanato do pensamento), se faz com que ela aprenda a juntar fatos, a contar uma história, a parar quando existe uma porta fechada, que é necessário ser aberta, e lhe proporciona meios para que ela saiba como abri-la. O fundamental dentro da ciência é aprender, contar uma história com fatos. Procurar os fatos para poder melhorar a história. E cada fato tem as suas origens, ou a sua lista de referência, que poderá ser procurada se alguém quiser desenvolver e enriquecer este fato.

**JU - Qual a relação entre a expressão “ensinar a aprender” com o “analfabetismo científico da população”, também usada pelo senhor?**

**Ferreira -** Não só analfabetismo científico da grande população, mas também dos nossos educadores, políticos e economistas tipo Malan. Não existe a direita ou a esquerda do Malan. Ele diz que quando se quer ciência ou tecnologia, se compra. Só que essa tecnologia não permite a inovação. A inovação já foi feita no momento em que a máquina foi construída. Ao comprar a máquina, apenas nos adequamos ao mercado. Comprar tecnologia não é inovação. Como fazer controle de qualidade também não. É obrigação. O grande problema é saber transformar o conhecimento que se tem do produto, em processo. Por isso somos subdesenvolvidos. Não sabemos fazer isso. Nós, países do terceiro mundo, sabemos plantar. Mas nós também temos capacidade. Fazemos a melhor soja do mundo, o melhor aço, temos o melhor sistema de procura de petróleo em águas profundas, tivemos a melhor rede de informática. No caso dos bancos, tivemos a melhor rede elétrica de distribuição do mundo. O neoliberalismo, na medida em que foi eliminando coisas, secando, particularizando, fez com que se perdesse a noção do grande, do conjunto. As fábricas nacionais que apresentavam novidades, sumiram. O telefone, hoje, é comprado da Espanha, da Itália, mas não é mais do Brasil. A rede elétrica, os aparelhos que, antes, eram feitos pelas indústrias do Rio de Janeiro, hoje são importados diretamente da França. Ao fazer a nossa “abertura de mercado” com a idéia de que íamos melhorar a qualidade do setor, acabamos com a indústria brasileira e, possivelmente, com os empregos. Hoje se morre de fome em algumas províncias da Argentina e do Brasil. Mas lá, como aqui, há excedentes de alimentos. A Argentina tinha erradicado o analfabetismo. E daí? Perdeu grande parte dos seus melhores cientistas e não tem capacidade de inovação tecnológica. Estamos no caminho de que aqui acontecesse o mesmo, mas será que saímos do

fosso do analfabetismo científico?

**JU - Há alguns anos o Brasil e a Coréia estavam no mesmo patamar de desenvolvimento. A que o senhor atribui o avanço da Coréia em relação ao Brasil?**

**Ferreira -** A Coréia teve uma política de desenvolvimento tecnológico. Eles puxaram os bancos para investir e a indústria de lá passou a produzir. Aqui, enquanto a indústria de medicamentos for, pura e simplesmente, embaladora de droga para vender, como produto de marca ou genérico, não faremos as drogas que precisamos para um país subdesenvolvido. Os grandes não estão interessados nesse mercado. É um mercado pequeno. Nós somos o sétimo mercado de medicamentos do mundo porque temos concentração de poder econômico numa burguesia que é do tamanho da Inglaterra.

Isso sempre foi assim, até na invenção da patente. Porque, quando, ela foi inventada se dizia que produto natural não permitia patente. Só se fosse definido o seu uso, cientificamente. Mesmo assim teria que se isolar o princípio ativo. Um dos problemas que existe no produto natural é que nunca se sabe o que ele contém. Tomar um chá uma vez é uma coisa; tomar o mesmo chá no verão, é outra. O produto natural é muito difícil de ser controlado.

**JU - Na universidade, se valoriza o professor pelos textos que produz, pelas suas publicações. A patente desse professor é, igualmente, valorizada?**

**Ferreira -** Sim, é. Nós não sabemos é fazer a pontuação do professor universitário pelo fato do corporativismo dos professores não permitir dizer quem errou, quem não errou. Este corporativismo não permite julgar o professor. Se você for diretor ganha mais, se for chefe de departamento ganha mais e incorpora no salário para a aposentadoria. Mas, se for um professor da maior classe do Brasil, inclusive Prêmio Nobel, não ganha um tostão a mais por isso. Não existe o reconhecimento do mérito. Isto é questionável na medida em que também se faz o mérito pela carteirinha partidária. Se julga o cara bom se ele é do partido. Aí, os critérios para ser considerado bom é que serão julgados. Eu, por exemplo, tenho patente, duas ou três, feitas na universidade, no meu laboratório aqui e com o químico na Europa. Foi tudo feito por fax. O químico estava no lugar correto, na Europa. Mas eu não tinha as máquinas, aqui, no meu laboratório.

**JU - Isso não desestimula o professor?**

**Ferreira -** Atualmente existe a idéia de que, se ajudou patente, o cara tem uma visão. Ninguém, dentro de uma universidade é contra o fato de que o indivíduo desenvolva conhecimentos tecnológicos. O problema é que não se desenvolvam os estudos básicos.

**JU - E por que é assim?**

**Ferreira -** Porque muitas vezes o professor tem que disputar um currículo e já está engessado nisso, portanto tem que ser dado. Outras porque tem que explicar o seu número de horas. O número de professores que existe no departamento é definido pelo número de aulas que ele dá. Não é pela ciência que ele produz. O departamento raramente é qualificado pela ciência que o professor produz. É classificado pelo número de horas-aula que dá para os estudantes.

**JU - Isto quer dizer que, na universidade, o departamento é mais importante que o professor?**

**Ferreira -** Em virtude da “democratite departamental” que não é democracia departamental, é uma questão de eleição. E a eleição departamental não evo-

luiu. É extremamente corporativa nas universidades. Tanto nas de São Paulo como no resto do Brasil. E, em geral, os “coçadores” têm mais tempo de fazer política do que os que estão trabalhando. E a tendência, é ir para baixo e não para cima. Ninguém chama para um departamento pessoas de maior calibre do que ela. E o sistema não tem a possibilidade de indicar indivíduos para um departamento. Então, a tendência teórica, em virtude da democracia departamental, é piorar sempre. A visão do departamento como a coisa principal, e não a visão do ensino daquela unidade, a ciência, leva à mediocrização. Principalmente porque a meritocracia não é apoiada pela própria universidade. A universidade é que tinha que dar bolsa de meritocracia, não o CNPq. Não precisava muita coisa. Reconhecimento é o importante. Falta, dentro da nossa universidade, o respeito pelo mérito.

**JU - O desenvolvimento tecnológico é assunto da universidade ou da indústria?**

**Ferreira** - O desenvolvimento tecnológico tem que ser feito pela indústria, porque é segredo. O conhecimento tecnológico não é contado. Durante muito tempo se fez aço, e ninguém sabia que se fazia aço. Vários segredos têm sido segurados na caixa preta. Só que não pode se fazer segredo dentro de uma universidade porque é aí que se está formando gente, formulando teses etc. Escrever uma tese em sigilo, é polichinelo dizer que pode fazer uma defesa de tese em sala fechada. A coisa permeia. Um laboratório industrial tem várias portas. Para chegar lá dentro, onde está se produzindo um conhecimento, é muito difícil. Há até o grande problema do conhecimento dos grandes laboratórios ficarem fechados nele mesmos. Acabam sendo vendidos por outros. Eles nunca passam para o público alvo. Ao contrário do conhecimento da universidade, que é passado para o mundo. É dado de graça. Saber utilizar esse conceito do conhecimento é que é o pulo do gato. Aí vem o problema da indústria ou do país, que precisa ter uma política de estratégia de desenvolvimento bem definida.

**JU - Alguma vez o Brasil teve esta estratégia?**

**Ferreira** - Sim, de Getúlio até os milicos. Depois, quando abriu o mercado, acabou a visão do nacionalismo. Por mais besta que tenha sido, pelas besteiras que fez, por corrupção do próprio governo, a questão da informática não foi tratada aqui como foi na Coreia. Aqui se montou aparelhos, não se fez. Lá se desenvolveram aparelhos. Aqui se desenvolveram os softwares, mas não os aparelhos. Aqui não se desenvolveram automóveis, nem os motores. Se montaram automóveis. Em compensação, aqui se fizeram coisas de eletricidade, fibra ótica, teorias e avanços técnicos que melhorou a performance da Petrobras.

**JU - Se falarmos de qualidade...**

**Ferreira** - Existe um problema razoavelmente sério que evita de se dar o salto qualitativo, inclusive, de qualidade de ensino: uma visão, que muito freqüentemente existe, e parte das engrenagens partidárias. Se coloca na estrutura universitária, ou nos sistemas dos governos centrais, pessoas com carteirinha. Não são, necessariamente, pessoas que entendam, mas que, freqüentemente, perderam a eleição. Têm o poder político mas não têm competência. Isso podemos ver no nosso Ministério, lá em cima. Nós temos vários problemas: a indústria não permite a inovação e o conhecimento, e a formulação das políticas é feita por incompetentes.

**JU - E onde ficaram os competentes na hora da formulação dessas políticas?**

**Ferreira** - Os competentes ficaram por aí, pelo Brasil. Pegando o Rio Grande do Sul como exemplo: existiu a Fapergs que estava indo muito bem. De repente, no fim do governo, mataram a Fapergs para fazer uma universidade estadual. Isso acabou com um grande salto qualitativo de produção de indivíduos extremamente competentes em pesquisa que estava existindo no Rio Grande do Sul. Dizem que a pesquisa só é feita no Rio e em São Paulo. Mas o resto não quer fazer pesquisa, não se protege para fazer pesquisa. Isso não é só coisa da esquerda, mas da direita também. Em Minas Gerais, a direita está fazendo isso. É divisão partidária. O primeiro dinheiro que se corta é o da ciência e do desenvolvimento tecnológico, porque isso não dá marketing político, não dá lucro político em tempo zero. Daria lucro político depois de um certo tempo quando você já não é mais a pessoa que está lá no poder. Então, o que não dá lucro aqui e agora não interessa ao político. Se o capitalista funciona com lucro máximo com tempo zero, o político funciona com lucro político em tempo zero. Lucro social não interessa ao político.

**JU - Que áreas do conhecimento deveriam ser incentivadas em função desse novo país que está sendo proposto?**

**Ferreira** - As áreas vão ser incentivadas na medida em que se está formando pessoas num mercado de ensino ou num mercado de produção necessário à sociedade, ou para produtos ou para processos. O que deve ser feito depende da visão política que o país assume. Hoje, uma coisa importante é o estudo da miniaturização. Para isso tem que se trabalhar com circuitos pequenos. Isso é toda uma ciência, a nanotecnologia, que é extremamente importante. Cabe saber: se tivermos a nanotecnologia vamos usá-la onde? As pessoas falam freqüentemente que a universidade está desengajada da sociedade porque ela faz coisas puras. Veja, por exemplo, nos Estados Unidos como as associações são produtivas. Na realidade, nos Estados Unidos, menos de 3% de projetos são comuns entre a universidade e a indústria. As pessoas saem da universidade e montam uma indústria. Quando monta uma indústria de uma determinada coisa, ela já sabe que a IBM vai usar, já tem mercado para aquele produto, ela desenvolve uma coisa que arrebenta o sistema antigo e faz. Tenta fazer isso no Brasil sem uma indústria certa para usar o teu produto. Uma grande desgraça para o Brasil é a existência do Porto Livre de Manaus, que não faz coisa nenhuma. Isso é uma corrupção intelectual brasileira.

**JU - É possível acabar com essa “grande desgraça”?**

**Ferreira** - É, sim. Fecha. Põe taxas. Mas isso vai ser difícil porque o que tem de deputado ganhando dinheiro nisso... não é o povão ganhando dinheiro. Aquilo lá não produz muitos empregos. São só montadoras. Foi exatamente esse negócio que fizemos quando quisemos a substituição da importação. Foi penoso. Nós não fazíamos aparelhos, nós importávamos pedaços e montávamos.

**JU - O senhor acha que com esse otimismo que está aí vai mudar alguma coisa?**

**Ferreira** - A possibilidade de não mudança é muito maior que a de mudança. A engrenagem partidária, vai escolher no processo político partidário os indivíduos para que o sistema permaneça igual. E esse sistema não está mais na mão de quem se quer, mas de um sistema mundializado, globalizado.

**JU - Então estamos diante de um blefe?**

**Ferreira** - Na verdade, podemos estar diante de um blefe historicamente muito



importante se, num determinado momento, for posto em prática o sistema partidário. Os partidos são engrenagens que escondem os políticos. Não existe liberdade de pensamento dentro do partido. Você não pode pensar. O partido pensa por você. Tinha que acabar o direito do partido escolher quem será candidato. Porque o candidato teria o direito do querer ser e escolher a sua política. Eu estou à procura de um sistema de liberdade.

**JU - Nessa fase que se apresenta agora, o que o senhor procura ver?**

**Ferreira** - Eu tenho um templo chamado Templo da Cidadania, em Ribeirão Preto, em que se reúnem pessoas para discutir o que estamos discutindo aqui. Na verdade, a universidade deixou de ser o lugar de discussão de assuntos que transcendem a sala de aula. Só conversar com universitário não adianta nada. Tem que conversar com industrial, com músico, artista.

**JU - Alguma idéia que nasceu lá vingou?**

**Ferreira** - Uma das idéias que vingou foi a de fazer uma escola. Um grupo dentro dos bairros pobres, onde se organiza os meninos para fazer o que eles quisessem fazer. Você vai vendo o que esses meninos e meninas querem e promove o processo. As meninas querem aprender balé clássico, os meninos querem aprender a tocar violão. Todos eles querem aprender inglês e computação. E tem meninos e meninas que brincam de capoeira. Se arranja professores que dão aula de graça. O projeto já tem seis anos. Na medida em que o projeto foi se firmando acabou a delinquência no bairro.

**JU - O objetivo era esse?**

**Ferreira** - O objetivo era a cidadania. Eles assumiram a sua própria responsabilidade e encontraram o que fazer. A cidade perdeu o espaço "rua". Assim como na universidade se perdeu o espaço do porão, onde todo mundo conversava e de onde saíram grandes coisas políticas. Isso acabou. Hoje se entra na aula e vai embora. O espaço educacional da população sempre foi a rua, e a rua sumiu, ninguém mais joga futebol na rua. Na verdade a imagem que os estudantes fazem, a imagem que ele faz de si próprio, a imagem que a faculdade tem para dar a todo mundo, inclusive para a sociedade é que o indivíduo chega lá e tudo que ele fala é verdade. Um professor não pode dizer: "eu não sei isso", "eu não estou entendendo". Senão quebra a mística. Um cientista pode. Porque ele trabalha com erro. O erro está mais perto da verdade do que a conclusão. Quando eu errei significa que alguém acertou. Eu ensino as pessoas a não terem medo de errar. O perfeccionista não pode fazer ciência, porque ele tem medo de errar. O grande professor emérito não pode fazer ciência nunca. Se, de repente, ele erra, tem que esconder o erro.

## Cristovam Buarque



**“Precisamos ser refabricados intelectualmente”**

*O ministro da Educação, Cristovam Buarque, esteve em Porto Alegre participando da 48ª Reunião da Andifes. O encontro contou com a presença de 44 reitores de universidades federais e serviu, antes de mais nada, para que todos tivessem um contato amplo e direto com o novo ministro e para que ele expusesse as idéias inovadoras que pretende implantar. Antes do seu encontro com os reitores, conversou por uma hora com Clovis Ott, do JU. Falou sobre um dos seus principais projetos, a universidade nova, revisão no ensino, prioridades da sua gestão, separação de competências na gestão da educação no país, diálogo com professores e autonomia. Ex-reitor da Universidade de Brasília, onde deixou marcas positivas, autor de diversas publicações sobre educação e ensino, Buarque demonstra estar sintonizado com os novos tempos que se anunciam e ansioso por introduzir modificações no atual sistema educacional brasileiro. E diz que disposição e coragem não lhe faltam.*

FEVEREIRO/MARÇO 2003 - EDIÇÃO Nº 60

**J**ornal da Universidade - O senhor tem falado muito em “universidade nova”. O que é a universidade nova?

**Cristovam Buarque** - Não sabemos ainda. Queremos que juntos, governo, universidade, sociedade, intelectuais, formulemos esta idéia. Se não está clara a idéia, porque levantar o problema? Porque ninguém está contente com a universidade como ela é hoje, em sua estrutura.

**JU - Qual a razão do descontentamento?**

**Cristovam** - São duas as razões. Duas mudanças ocorreram no mundo que provocaram as dificuldades da universidade em dar uma resposta plena ao que ela quer dar. Primeiro, é que, agora, o avanço técnico do conhecimento, se dá em uma velocidade muito maior que se dava há tempos. O conhecimento evoluía de uma maneira lenta. Agora é rápido demais. A cada dia, coisas novas surgem. Quando um livro é publicado, já está, em parte, superado em muitas áreas. O segundo problema é que o conhecimento se espalha muito depressa. Antigamente, ele evoluía devagar, e se espalhava, centradamente, da universidade para fora. Agora as pessoas fora do *campus* aprendem coisas sem entrar no *campus*. Isso faz com que uma parte dos jovens mais brilhantes não entrem na universidade.

**JU - Aprender coisas “sem entrar no campus” não desmerece as profissões mais especializadas e de ponta? Não dá ao profissional de hoje aquele aspecto do antigo “prático licenciado”?**

**Cristovam** - Bill Gates inventou as coisas dele numa garagem. Não tem diploma. Mas não é o único. Na área dele, a maior parte, não precisou da universidade. Por outro lado, o menino aprendeu a usar o computador sem precisar entrar na universidade. Aprende fora, cursos especiais, programas a distância. Tanto que começa a surgir a universidade corporativa. Muitas entidades privadas que se auto-intitulam de universidade, não merecem esse nome. Mas surgem para preencher um espaço que a universidade não está conseguindo preencher. Ao lado desta crise epistemológica da universidade, na sua lentidão, comparando-se com a velocidade e com o espalhamento do conhecimento fora dela, aparece outro problema.

**JU - Qual?**

**Cristovam** - Um problema ético. No mundo de hoje estamos criando, não são nem duas classes, mas duas categorias de seres humanos, o fosso social entre os que têm e os que não têm. Está quase se criando uma espécie de ruptura da espécie humana. E a universidade escolheu o lado do rico. Só que o nosso compromisso é com os que não têm. Quando eu falo de universidade, não falo da brasileira, nem das federais. Falo da entidade universidade no seu sentido universal. Qual o compromisso da universidade francesa com os pobres da África? Zero, zero, zero, zero. O compromisso da universidade brasileira com os seus pobres não é zero, mas é muito menor do que com os seus ricos. Então, a universidade precisa se reinventar e ser capaz de: 1) acompanhar a velocidade com que o conhecimento avança no mundo de hoje, 2) descobrir o mundo dos excluídos e assumir uma responsabilidade com a construção de um mundo onde não haja a ruptura da espécie humana. Ao contrário, que caminhe para a superação da exclusão social.

**JU - Ministro, essa mudança na universidade, essa “universidade nova”, não pressupõe**

**uma revisão geral na estrutura do ensino em todos os níveis?**

**Cristovam** - Isso vai mexer com tudo. Mexe com básico, secundário, com tudo. Só que estes estão mudando mais depressa. Tem havido mais mudança na estrutura do ensino básico do que na estrutura do ensino universitário. Porém a universidade tem mais condição de mudar do que o ensino básico, porque mexe com menos gente, com gente mais qualificada, e o risco é menor. Mexer com o ensino básico mexe com 40 milhões de crianças, mexe com o futuro deles. A universidade mexe com um número menor e tem mais mecanismos, fiscalização para que não se queira, em nome de mudar, fazer besteira. Tem que mudar para melhor e não para pior. Quando fui reitor, formulei algumas idéias. Uma delas, a da “universidade tridimensional”, coloquei num livro chamado A aventura da universidade. A idéia é de trazer para dentro do *campus* os temas da realidade através dos núcleos temáticos. Trazer o Brasil para dentro do *campus*. O Brasil não é tema de estudos, porque não existe brasiologia. Ninguém estuda Brasil. Se estuda economia, sociologia, direito. Nada da realidade cabe na universidade, porque ela é organizada por categorias do conhecimento. É organizada por arte, por ciência, e não por temas. Durante os períodos paradigmáticos, em que o conhecimento responde para explicar as coisas, isso funciona. Hoje não está explicado. O fenômeno no Brasil vai além da sua economia, da sua sociologia, da sua história. Há fome. E a fome não cabe na universidade. Qual o departamento que estuda a fome? Nenhum. Não pode ser. Fome não é uma categoria do conhecimento, não é nutrição. Nutrição entende de alimentação. Vamos pegar a habitação. Qual é a área na universidade que estuda a habitação? Não é a arquitetura, não é a engenharia civil.

**JU - O senhor disse em uma entrevista a um jornal do centro do país que, tal como está formulada, a nutrição ensina maneiras de emagrecer rico gordo...**

**Cristovam** - Exatamente. O mercado dá emprego para quem é gordo e rico. Dá mercado para quem trabalha para emagrecer os gordos ricos. O mercado não dá emprego para quem trabalha com a preocupação de engordar magro pobre. Mas a culpa não é do nutricionista. É do mercado. É da fome. É um fenômeno que exige agrônomos, economistas, biólogos, engenheiros civis (por causa da irrigação), psicólogos, historiadores (por causa da cultura da alimentação). É um tema, não é uma categoria. Na UnB eu tentei resolver isso, que não tinha o núcleo da fome. Até dávamos um prêmio ao melhor trabalho daquele ano relacionado à fome, era o Prêmio Josué de Castro.

**JU - Qual o resultado que esse núcleo atingiu?**

**Cristovam** - Continua existindo mas nunca foi incorporado como uma coisa da comunidade. É coisa de uma minoria de pessoas que acredita nisso. O resultado concreto eu digo para vocês: a bolsa-escola nasceu no núcleo de estudos do Brasil, contemporâneo da UNB, que eu coordenava. E tomou conta no Brasil e está se espalhando por muitos lugares do mundo. Quando a gente criou a preocupação temática e colocou um grupo para estudar o Brasil, surgiram muitas propostas. Uma delas foi a bolsa-escola; mas não é só essa não, tem outras, que hoje em dia estão por aí, circulando.

**JU - Por que o núcleo não foi assimilado?**

**Cristovam** - Porque a cultura universitária é feita de caixinhas isoladas que são os departamentos. É difícil você convencer alguém a pensar interdisciplinarmente.

Nós somos fabricados disciplinarmente, somos fabricados para ser engenheiros, não para lutar por uma melhor educação ou o que não se faz sem engenheiros para construir os prédios. Nós somos formados para entender nutrição, não para entender de fome. Nós precisamos ser refabricados intelectualmente.

**JU - A propósito, a bolsa-escola vai passar por transformações?**

**Cristovam** - Nós queremos ajustá-la à idéia que tem dado mais certo em outros lugares. Por exemplo: pagar por família e não por número de filhos. Obviamente, fiscalizar com rigor a frequência dos alunos às aulas, porque caso não seja bolsa-escola, é esmola. E aumentar o seu valor. Quem decide o aumento do valor é o conjunto do governo, não é o MEC. Este, formula e apresenta propostas. Mas a idéia é aumentar o valor, pagar por família e sermos mais rigorosos no controle da frequência. Respondendo à sua pergunta anterior, em que deu aquele núcleo? Pois ele existe, funciona, publica, mas não entrou na cultura universitária. Ainda.

**JU - A “universidade nova” vai começar na reformulação das cabeças das pessoas?**

**Cristovam** - Só que é a universidade que forma as cabeças. Tem que reformular a cabeça de alguns que sejam capazes de formular um projeto para a universidade, que reformulará a cabeça dos outros. É uma dialética. Isso é em tudo. Alguns se reformulam, é uma estrutura reformulada que forma outros. Mas eu não quero ter, nem de longe, a pretensão de saber como é essa universidade, até porque ministro não é para pensar. Ministro é para agir. Eu estou ministro para financiar quem vai pensar.

**JU - E para agir, o senhor tem prioridades para essa universidade que temos agora?**

**Cristovam** - Tenho, a curto prazo, por uma razão muito simples. Porque eu sou ministro do ensino básico, também. Sinto falta, absoluta, de ver a universidade mais envolvida no ensino básico. Mais licenciaturas, mais preocupação com a pedagogia, com a área de educação. Sinto necessidade de que o ensino médico seja mais identificado com o SUS, não apenas tendo hospital financiado pelo SUS, mas tendo médicos formados para integrar-se no esforço de melhorar a saúde brasileira. Aí é outra coisa, é a reformulação em marcha. Com a universidade atual, temos que pensar e formular objetivos que, imediatamente, comecem a atender às necessidades atuais do Brasil.

**JU - Ministro, como o senhor vê a área da saúde? É um problema da universidade ou da sociedade brasileira?**

**Cristovam** - Das duas. Por exemplo: se o governo não paga bem a médicos de família, se não paga bem a médicos que vão interiorizar-se, a universidade não vai formá-los. Mas hoje, se o Ministério da Saúde dissesse “vamos multiplicar por dez o salário de um médico do setor público”, não conseguiria os médicos que precisa nas áreas nas quais precisa. Não há disponível. Conseguiria especialista em cardiologia, neurocirurgia, etc., mas um médico para chegar nas casas, atender a programas como o de saúde de família, não conseguiria. Eis os dois problemas.

**JU - Isso passa por um problema de mentalidade? Desde a infância os estudantes são orientados pelos pais a “vencer na vida”. Na nossa sociedade, o que é “vencer na vida”? No caso da medicina, por exemplo: quando o estudante se volta para áreas mais rentáveis, como neurologia, cardiologia, etc., ele não está seguindo aquilo para que foi orientado desde o próprio ensino básico? Não é uma questão de opção pessoal?**

**Cristovam** - É uma questão do currículo, também. Na verdade, a universidade se adaptou a essa mentalidade e se estruturou para atender a essa mentalidade. Tem que aumentar o salário para justificar a demanda por novos médicos. A universidade deve adaptar o seu currículo às exigências desses novos médicos que o Brasil precisa. São esses os dois lados. Eu não quero dizer que a universidade é só para isso. Na Filosofia temos que pensar apenas em exigir ineditismo, que os nossos filósofos sejam os melhores, do mundo. Nas artes não se tem que pensar nem no Brasil, mas no mundo inteiro. Nossos literatos também não têm que estar preocupados com o Brasil, mas com a literatura mundial. As áreas das filosofia, ciências puras e arte não precisam se preocupar, especificamente com o Brasil, mas sim com a sua qualidade. As áreas tecnológicas como engenharias, medicina, arquitetura, áreas que mudam o mundo, essas sim devem se preocupar com o aqui e o agora. As áreas das ciências, artes, filosofias têm que se preocupar com o pensamento humano. O que eles precisam fazer é romper com o que já se conhece e inventar novos conhecimentos. A outra, o que tem que fazer, é mudar o mundo para ficar melhor. Uma faz o mundo mais bonito, deslumbra. A outra faz o mundo melhor, modifica. São diferentes as formas de agir nas áreas da filosofia, artes e ciências puras e nas áreas das tecnologias.

**JU - Mas existem áreas que, naturalmente, se interligam...**

**Cristovam** - Devo dizer que tecnologias eu não chamo só as engenharias. A nutrição é engenharia. E algumas estão dos dois lados. A economia tem uma parte que é ciência pura, mas não pode ficar só nisso. A economia tem que ter um pensamento comprometido com a realidade da pobreza. Eu sou professor da economia. Se você olhar o currículo do nosso curso, para cada mil vezes que aparece nos textos a palavra riqueza, aparece uma vez a palavra pobreza. Não existe livro sobre como erradicar a pobreza. Existe livro sobre como aumentar a riqueza. Porque os economistas acreditavam, e tinham razão no passado, que a riqueza, crescendo, seria distribuída. Os últimos vinte anos mostraram que a riqueza, quando cresce, não se distribui, é indistribuível. Ela é feita de produtos que são amarrados a uma minoria. Não dá para todo o mundo ter automóvel, por exemplo. Se todos tiverem automóvel ninguém sai do lugar, trancam as cidades e não tem gasolina para pôr e nem poço de petróleo, mesmo sem guerra no Iraque. Então, a gente não trabalha a economia da pobreza, da superação da pobreza. Tem que se mudar isso, tem que se adaptar. Como, eu não sei, e nem será imposto. Ministério não impõe as coisas à universidade. Ela própria tem que se reconstruir, se reformular com a sua autonomia. O papel do ministro é provocar o debate, dar apoio para que o debate ocorra e transformar as idéias que a universidade venha a formular em coisas concretas. Mas o papel do ministro não é ficar pensando muito não. Senão ele deixa de ser executivo.

**JU - Qual o seu pensamento para a pesquisa nessa “universidade nova”?**

**Cristovam** - Isso é outra coisa em que ministro não tem que se meter. Eu estive em uma pequena reunião com o ministro da Ciência e Tecnologia e vamos criar, em poucos dias, um grupo que diga como é que nós queremos a cabeça do brasileiro daqui a trinta anos. Falo do pensamento brasileiro, da ciência, da filosofia, das artes, das tecnologias. Como é que a gente quer que seja a cabeça pensante brasileira em 2030, 2040. Aí vamos definir quais são as pesquisas que devem começar a ser feitas hoje. Uma coisa eu sei: não dá para

continuar como se nada tivesse mudando no mundo. Seja na velocidade do conhecimento, seja na ética da relação do conhecimento com o povo. Não dá para ignorar que, hoje, a universidade está ficando para trás e divorciada dos interesses da maioria. Aceitando que essa é a realidade que eu estou propondo, desse divórcio, e desse atraso, tem que se pensar como é que vai ser. Para mim não está claro, com toda a franqueza. Mas a minha idéia, e é um direito que eu tenho como professor, não serve sozinha como proposta para o ministério. O ministério tem que ser construído com apoio, com base. Continuo com a idéia de que seria muito bom ter dois ministérios: um do ensino básico e outro do ensino superior. Continuo com essa idéia. Mas não é uma proposta.

**JU - E o que falta para se transformar em proposta?**

**Cristovam** - Ter o apoio de todo o mundo. Ou de uma grande maioria. Senão, continua uma idéia. Eu tenho o direito dela, vou levá-la para casa, para a escola, para o meu escritório, posso escrever sobre ela, mas não vou levá-la para o Diário Oficial. Para tirar do livro e levar para o Diário Oficial é preciso base de apoio, dentro do governo e da comunidade. Hoje, eu acho que eu tenho dentro do governo. O presidente Lula é à favor disso, mas ele não vai impor se a comunidade é contrária.

**JU - Qual seria a vantagem de separar a universidade, em termos de Ministério?**

**Cristovam** - Primeiro, que eu estaria aqui, a esta hora, cuidando do ensino básico, ao invés de estar cuidando da universidade. Ou, à tarde, eu estaria cuidando só da universidade se eu fosse ministro delas, ao invés de ter que cuidar do ensino básico. A educação é algo tão importante que não existe uma pessoa capaz de pensar no ensino básico e superior, competentemente e em conjunto, por tempo suficiente. Por que a Agricultura tem dois ministérios? Por que a Economia tem quatro? E a Educação, essa coisa tão importante, só tem um? Segundo, do ponto de vista político. Quando vou pedir dinheiro na área da Fazenda, peço um bilhãozinho para o ensino básico. Quando eu vou pedir um bilhãozinho para a educação, o ministro estrila: "Caramba, mais um bilhão pro seu Ministério?" Esta é a realidade do processo de debate interno. Se eu quisesse um bilhão para o ensino básico, outro vinha e pedia um bilhão para o ensino superior. Claro que isso facilitaria para ter mais recursos. Terceiro, porque o casamento do ensino básico e superior seria facilitado. Hoje, se eu quiser aumentar o número de licenciaturas, vou debater dentro do MEC com os reitores? Mas como, se eu sou um par dos reitores... Não tem como forçar isso. Mas se eu fosse ministro só do ensino básico, chegaria para o ministro do ensino superior e dizia que queria fazer um convênio: "Transfiro agora quinhentos milhões de reais para vocês, do ensino superior, e vocês são obrigados a formar duzentos mil professores em quatro anos". Eles teriam que fazer. E, finalmente, do ponto de vista da teoria educacional, o ensino superior não é a continuidade do ensino básico. Há um corte. O ensino básico tem que ser para todos, a universidade é para aqueles que tem vocação. É um equívoco achar que a universidade é uma continuação do ensino básico. Se não é a continuação, não tem porque estarem juntos. Essas são as vantagens. Mas isso é uma idéia, isso não é uma proposta. A proposta está superada.

**JU - Na sua opinião por que há uma resistência tão grande da comunidade acadêmica a esta idéia?**

**Cristovam** - Sinceramente, primeiro, eu acho que há um certo conservadorismo em não querer mudar. Há um certo receio. Segundo, porque ficou aquele medo de que isso levaria à perda de recursos, quando a minha proposta é simples. Hoje, mais de 70% dos gastos do MEC vão para as universidades federais. A minha proposta é de que o Ministério do Ensino Superior comece com 70%, e o do ensino básico só com 30%. A partir daí se começa a tentar aumentar esses 30%. A resistência tem medo de perder esses recursos. Eu estou há vinte e poucos dias no MEC e já recebi, incluindo em bloco, uns cem reitores. Porém, só consegui receber dois secretários estaduais de Educação. Porque eles não têm força, não têm presença. E é preciso dar força também aos secretários municipais. Acho que um ministro tinha que receber todos os secretários municipais. São cinco mil, seiscentos e trinta, se não me engano. Conversarei com eles, do mesmo jeito que hoje estou conversando com todos os reitores das federais. Falarei com todos os secretários estaduais, ainda no mês de fevereiro e também, em fevereiro, terei uma reunião com uma parte, não com cinco mil. Ficarei dois dias inteiros com os secretários municipais. Fazer isso com os dois é complicado. A universidade merece ter uma pessoa dedicada só a ela. Penso que é uma pena tomar parte do meu tempo com o ensino básico, o ensino superior é tão importante... Ao mesmo tempo, fico com pena de estar tomando tempo do ensino básico para as universidades, o ensino básico é tão importante... Eu gostaria de ser dois. Aí eu seria ministro de um e de outro. Sendo um só, é difícil.

**JU - O diálogo parece uma das suas marcas. Um dia desses n' A Voz do Brasil, o senhor disse que queria ouvir os professores. Por que é importante para o ministro ouvir os professores? O que o senhor espera desse diálogo, dessa manifestação dos professores do ensino básico, do ensino médio?**

**Cristovam** - Em primeiro lugar, porque o ministro da Educação, tem que ser um professor, um colaborador do Brasil. Eu quero ser o professor número um, já que o presidente é o funcionário público número um. O professor dialoga, não apenas dá aula. Sem diálogo ele não ensina. Segundo, porque o ponto chave para mudar a educação no Brasil é a formação do professor. O ponto chave da formação não é apenas apoio, mas também é a auto-estima do professor. Considero que o fundamental é conseguir fazer com que, daqui a algum tempo, o professor tenha orgulho da profissão. Se ele conseguir isso, o resto vem. É claro que ele não consegue isso só de dentro. Consegue se, também, aumentar salário. Não pode ser, com esses salários que estão aí. Eu não sei se as pessoas fizeram as contas, mas a classe média no Brasil deve gastar, hoje, em torno de 100 mil reais com a educação de um filho, ao longo de seus 11, 12, 13 anos de estudos. Mas o povo brasileiro através do governo, inclusive através do MEC, está gastando menos de 2 mil com o estudo de um filho do pobre. Porque o filho do pobre não só gasta pouquinho por mês, como só estuda 4 horas. Quando você multiplica o gasto unitário com uma criança neste país por 12 meses e pelo número de anos que ele estuda, constata o absurdo que se tem hoje de desigualdade no processo educacional. Enquanto for assim vai ser difícil ter a auto-estima dos professores aumentada, mas se pode ter, pelo menos, um diálogo, neste momento, enquanto não se consegue ter uma mudança de situação. O próprio presidente Lula tem dito que vai ter que resgatar essa

dívida com os professores, apesar de toda a escassez de recursos. O número de pessoas que paga imposto de renda e tem filhos na escola, tem desconto no imposto de renda que chega a um bilhão por ano. Por exemplo: nós aqui, com nossos filhos deixamos de pagar imposto para pagar educação. Que não é uma coisa má, porque se está pagando educação. Mas com um bilhão, praticamente dobra a bolsa-escola para dez milhões de crianças. É uma desigualdade, uma injustiça, e uma burrice muito grande como país.

**JU - Ministro, falando em custos e desigualdades: o IBGE divulgou dados, pelo menos curiosos, demonstrando a extrema diferença de custos de estudantes de uma universidade para outra. Como resolver isso?**

**Cristovam** - Existem duas explicações: uma perversa e outra maldosa. Existe um pouco de desperdício e de diferença de eficiência de uma instituição para outra. Mas também não dá para comparar. Na instituição que faz pesquisa é natural que se gaste muito mais por aluno do que na que não faz. Na verdade, aquele indicador do IBGE não é o quanto se gasta por aluno, mas quanto se gasta dividido pelo número de alunos. Há professores em universidades sérias que não têm tempo para dar aula porque estão descobrindo a cura do câncer, mas entra nas estatísticas do custo por aluno. Há certas ineficiências em alguns lugares. Acho que uma das obrigações da nova universidade é a de ser melhor gerenciada. Assim como o Brasil inteiro, não só as universidades. As universidades, hoje em dia, têm sido gerenciadas até bem, porque com a falta de recursos em que vive, conseguir sobreviver, já é muita competência. Hoje, para um reitor, já é muita competência fazer com que sua universidade sobreviva com tão pouco dinheiro que tem, atrasando recursos como atrasa o governo central. Ainda que não tenhamos culpa do passado, já atrasamos nesse primeiro mês de governo, porque estamos também querendo adquirir o controle da máquina, que não é uma coisa simples.

**JU - Governos anteriores retiraram certos graus de autonomia das universidades. O que o senhor pensa disso e como será tratada a questão da autonomia neste governo que começa?**

**Cristovam** - Eu quero radicalizar na autonomia universitária, desde que sejam levados em conta os seguintes aspectos: a responsabilidade, o compromisso e a transparência. Deve ser administrada o mais independente possível do poder central, desde que seja responsável nos gastos, ou seja, não gaste e mande a conta para o governo. A universidade recebe um dinheiro e gasta naquele limite. Se gasta naquele limite por que ter que consultar o ministério se pretende colocar um professor de dedicação exclusiva ou não. O reitor sabe melhor do que o ministro. Se um professor vai viajar é o reitor que sabe, não é o ministro. Mais autonomia, desde que não gaste mais do que está previsto e desde que a comunidade saiba como e onde o dinheiro está sendo gasto. O reitor que administra sem que a comunidade saiba como, está querendo a autonomia dele e não a da instituição. O compromisso social tem que estar sintonizado com o projeto de como será o Brasil daqui a 30 anos. Quantos prêmios Nobel vamos querer ter até 2050? É um absurdo que o Brasil não tenha prêmio Nobel. A Guatemala tem dois, o Chile tem dois, a Argentina nem sei quantos... Com compromisso, transparência e responsabilidade, autonomia total. É a minha defesa.

**JU - Esta autonomia total que o senhor afirma defender se estende também à questão**

**didático-pedagógica?**

**Cristovam** - Desde que esteja de acordo com o compromisso. Se o compromisso é ter tantos milhares de professores de física, a universidade tem que estar sintonizada com isso. Tem um problema na liberdade que é compatibilizar uma universidade com outra no problema das transferências. Um aluno daqui do Rio Grande do Sul precisa ir para Pernambuco e aí tem que recomeçar o curso dele. Tem que se descobrir um jeito de evitar que isto aconteça. Mas aí pode ser uma combinação entre as universidades. Universidade autônoma mas com compromisso. Estou falando da autonomia e não do autismo. Tem universidade que confunde autonomia com autismo.

**JU - O senhor tem previsão de concursos para professores e técnicos-administrativos para as universidades?**

**Cristovam** - O atual orçamento prevê a contratação de três mil professores, seis mil funcionários além do pessoal para os hospitais. Estamos trabalhando para que os ministérios do Planejamento e da Fazenda autorizem logo esses concursos.

# Roberto Amaral



**“Não há política tecnológica  
sem política industrial”**

*O ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, também esteve na 48ª Reunião da Andifes. Após a manhã de trabalhos, concedeu entrevista a Clovis Ott e Jacira Silveira, do JUI. Pesquisa, relações universidade-indústria, inovação, apoios e recursos, estabelecimento de novas política de C&T pelo governo que inicia e os principais desafios que o país terá que enfrentar no setor, a curto prazo, foram os assuntos abordados.*

**Jornal da Universidade - Como o senhor vê a relação entre a pesquisa acadêmica ou básica, e a pesquisa tecnológica ou aplicada?**

**Roberto Amaral** - Do meu ponto de vista, não pode existir a distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada; existe pesquisa. Até porque é impossível pesquisa aplicada se não existir pesquisa anterior. Esta distinção nós queremos superar.

**JU - A multiplicação das colaborações entre empresas, universidades e laboratórios governamentais vem transformando o sistema de pesquisa e de inovação dos países industrializados num sistema cooperativo. Há uma distribuição de responsabilidade e de recursos submetida a esquemas de controle de avaliação de seus resultados?**

**Amaral** - Até aqui, o esforço brasileiro para a criação, aperfeiçoamento e adaptação de tecnologia tem sido encargo quase que exclusivo do poder público, do governo da União, preponderantemente, e dos esforços de alguns governos estaduais. E o que nós queremos hoje? Primeiro: incorporar o empresariado nesse esforço para que invista nisso. É uma forma de melhorar a qualidade dos nossos produtos, bens e serviços. Segundo: discutir com o MEC e com as universidades privadas o papel delas. Elas hoje agregam dois terços do alumnado brasileiro. Qual o papel delas? Algumas universidades são muito ricas no esforço de ciência e tecnologia. Colaborarão? Ficarão de fora? Que papel vamos exigir?

**JU - Qual será o papel da Finep e do CNPq neste processo?**

**Amaral** - Os papéis da Finep e do CNPq são decisivos. A Finep é um agente de fomento destinado, principalmente, ao esforço de construção de tecnologia na área empresarial. Vamos priorizar as pequenas e médias empresas de base tecnológica e estamos trabalhando para a capitalização da Finep. Ela está em crise, daí o esforço de capitalização, para o qual eu espero contar com o apoio do BNDES. O CNPq é fundamental na produção dos nossos doutores, principalmente através das suas bolsas. Há um certo acordo entre Capes e CNPq: a Capes está se voltando mais para o mestrado e o CNPq dá ênfase à política de formação de doutores. Esse esforço também visa o avanço da pesquisa e da docência nas áreas de ciência, de tecnologia e na de inovação. O Brasil teve, nos últimos 10 anos, muitos avanços na área científica. Já formamos hoje um número razoável de doutores – aproximadamente seis mil ao ano e podemos chegar, ao final deste governo, a 10 mil ao ano – é claro, com apoio da Capes e do CNPq. O projeto do presidente da República é aumentar o número de bolsas e elevar o valor individual de cada uma. Esta política será uma política comum, porque envolve o MCT, CNPq e MEC-Capes.

**JU - O senhor mencionou uma distribuição mais igualitária no Brasil, no sentido de não centralizar muito os apoios e os recursos. O que o senhor quis dizer com isso?**

**Amaral** - Não há nenhuma crítica aos pontos de excelência. São Paulo exerce um papel magnífico nesse esforço. É o estado que mais investe em educação, ciência e tecnologia. Há esforços recentes do Rio de Janeiro. E cito mais dois estados, correndo o risco de ser injusto com outros: há esforços no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Fora daí, há uma certa fragilidade. O número de doutores e mestres nos demais estados é muito pequeno. Então, temos que fazer um encontro da política nacional com a política dos estados para que esses estados participem de um esforço que vamos liderar, visando nacionalizar a pesquisa.

O que eu quero dizer com nacionalizar? Federalizar, melhorar a qualidade de toda a universidade, fazendo o esforço de fixar o mestre e o doutor na sua universidade de origem, aparelhar essas universidades com pesquisa e dar recursos para que a pesquisa possa ser desenvolvida. O ministro Cristovam e eu fizemos um levantamento e obtivemos uma informação trágica: 60% dos doutores, bolsistas do CNPq, têm mais de 40 anos. O que se lê disso? Estamos fechando as portas do aperfeiçoamento aos jovens saídos do ensino superior. Eles não têm como ser absorvidos pelas universidades nem pelo mercado de trabalho. Temos que aumentar o número de bolsas, introduzir outros critérios de seleção e, ainda este ano, aumentar o valor individual das bolsas. Precisamos acabar com esta distorção. Um dia desses, em um debate da SBPC ouvi de um pesquisador que todos nós conhecemos, estimamos e respeitamos, uma declaração assustadora: 100 pesquisadores brasileiros são responsáveis por 60% dos recursos das agências de fomento. E ele não foi contestado. É preciso revisar isso.

**JU - Qual é sua opinião sobre a continuidade da lei da inovação?**

**Amaral** - Eu não tenho ainda, porque vai ser uma opinião conjunta do MCT e do MEC. Isso afeta muito a universidade. Então é do interesse da Ciência e Tecnologia. Eu e o ministro Cristovam vamos constituir um grupo de trabalho, fazer uma análise e levar o resultado ao presidente da República.

**JU - Como a lei da inovação afeta a universidade?**

**Amaral** - Há uma distância muito grande entre a sociedade, a universidade e o empresariado na produção de tecnologia e inovação. A indústria do Brasil não constitui fonte de absorção de mão-de-obra formada pela universidade nem pode ser indicada como centro de inovação. Enquanto a participação da iniciativa privada dos países desenvolvidos em C&T, principalmente em inovação, oscila entre 80% a 86% do total de investimentos no setor, no Brasil este mesmo índice não atinge os 20%.

**JU - O que significa isso?**

**Amaral** - Que está a nosso encargo, ao encargo das instituições públicas federais e estaduais, das nossas fundações de amparo às ciências, toda a responsabilidade de construção da tecnologia deste país.

**JU - Como o senhor interpreta o posicionamento do empresariado brasileiro, que se omite em investir em pesquisa?**

**Amaral** - A questão não é propriamente que a pesquisa esteja a serviço da indústria. É a serviço do interesse nacional. O Estado apenas estabelece algumas prioridades. Por exemplo, uma questão que interessa à universidade, interessa à política governamental e vai interessar ao empresariado: a universidade precisa, o MCT precisa ajudar os empresários numa política de substituição de importações. Não é fechando o mercado, é construindo tecnologia para que os produtos que nós importamos possam ser produzidos aqui. Com isso, nós desenvolvemos tecnologia, criamos empregos e ajudamos na balança de pagamentos. Eu posso condenar a indústria brasileira que está, há dez anos, num país que vive na fronteira da recessão, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) oscilando entre o zero e um vírgula qualquer coisa e praticando os juros mais altos do mundo?

**JU - Esta situação não pode ser revertida com a implantação de uma política tecnológica?**



**Amaral** - Primeiro: se isso não for revertido, o Brasil sucumbe como projeto de nação, pois desaparecerá qualquer possibilidade de produção industrial. Segundo: não há possibilidade de uma política tecnológica se não existir uma política industrial. As multinacionais não têm porque investir em tecnologia nacional, pois podem importar suas próprias matrizes. E por que o nosso empresário, que está sem recursos, vai retirar o que sobra de investimento para investir em ciência e tecnologia se ele pode alugar ou importar uma caixa preta e pagar royalties?

**JU** - Como aproximar esses dois lados?

**Amaral** - Trabalhando. Eu estou aqui numa reunião com os reitores das universidades públicas que produzem pesquisa pública. Já estive na Fiesp conversando com os empresários. Logo estarei no Rio de Janeiro e depois vou a Brasília. Vamos nos aproximar porque o interesse é comum.

**JU** - E qual o papel da universidade nisso?

**Amaral** - Cabe à universidade a construção do pensamento novo, do pensamento revolucionário. Vejo a participação da universidade não apenas na execução dos nossos projetos. Ela deve estar na formulação dos projetos e, na medida do possível, no processo decisório. É este o papel da universidade moderna: avançar, antever o futuro e participar da construção deste futuro.

**JU** - Isso tudo não significa um grande desafio e implica até uma mudança de hábitos?

**Amaral** - O processo de resistência à mudança é terrível. Apesar de toda a minha vida acadêmica, política e administrativa devo confessar que, a cada dia, me surpreendo porque há uma cultura, uma visão ideológica, de resistência à mudança. E não é só na estrutura burocrática. Esta resistência está, em grupos avançados da nossa comunidade. Esta resistência está um pouco projetada nas nossas mentes, em nós próprios.

**JU** - Diante do exposto, o senhor não considera, pelo menos problemática, uma aspiração do Brasil à posição de liderança na América Latina?

**Amaral** - O Brasil não tem nenhum projeto hegemônico. Deixamos isso para as nações do Norte. Mas temos uma grande responsabilidade com a América do Sul. Há anos os países da região insistem para que o Brasil assuma o seu papel no continente. Mas as nossas lideranças não se sentem, sequer, latino-americanas. Elas falam “os brasileiros e os latino-americanos”, com os olhos voltados, primeiro para Paris, depois Londres, depois Nova Iorque e, agora, o sonho da classe dominante é Miami. Mas não conhecemos a América do Sul onde, praticamente, apenas dois países fazem ciência e tecnologia: Brasil e Argentina. Este continente foi depredado pelo modelo neoliberal. A Argentina, sabemos no que se transformou. Uruguai, Paraguai, Equador, Peru, estão todos em crise, e nem vou falar na Colômbia e na Venezuela. Portanto, temos um papel a exercer. Aumentamos a colaboração científica com a Argentina. Também temos um papel importante junto ao Uruguai e ao Paraguai. Isso para ficar só no Mercosul. Ou compreendemos que o Brasil, para desenvolver-se, precisa de uma América do Sul – já não digo forte – mas se afastando da miséria, ou não estaremos à altura do desafio histórico que temos pela frente.

**JU** - Mas temos também um desafio histórico dentro das nossas próprias fronteiras...

**Não há um fosso científico-tecnológico entre o sul e o norte do país?**

**Amaral** - Não teremos um projeto nacional e estaremos pondo em risco a fe-

deração brasileira, se continuarmos estimulando a diferença entre o sudeste e o resto do país. A ciência e a tecnologia têm que ser nacionalizadas, no sentido de nação, de expandir-se a todas as regiões. E nessa expansão, comprometer-se com a solução dos problemas locais, fixar o pesquisador na sua região e na sua universidade de origem. Hoje, norte, nordeste e centro-oeste são fornecedores de cérebros para o eixo Rio-São Paulo. Formamos, hoje, seis mil doutores. Deste total, quase quatro mil são formados no estado de São Paulo; em torno de 70% das bolsas da Capes são concedidas ao Sudeste; São Paulo tem o maior investimento nas áreas de ciência, tecnologia e pesquisa, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) recebe do governo estadual algo em torno de um milhão por dia; o governo do Estado de São Paulo investe cerca de cinco bilhões de reais em educação, ciência e tecnologia. Isto não é uma crítica. Graças aos investimentos que São Paulo sempre fez foi que nós avançamos em ciência e tecnologia até agora. A minha preocupação no Ministério é ter um projeto de nação.

**JU** - Por que, praticamente, apenas São Paulo investiu e investe em educação, ciência e tecnologia?

**Amaral** - Aí encontramos outra tragédia. A percepção primária da política brasileira não incorpora nas suas preocupações a ciência e a tecnologia porque ambas não dão votos. A imprensa brasileira não sabe da importância da ciência e da tecnologia para o país. Não temos, sequer, lobby no Congresso Nacional.

**JU** - Mas não existe no Congresso Nacional uma Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação?

**Amaral** - É a segunda comissão mais disputada no Congresso. A primeira é a de Justiça. Aí, um marciano vem aqui e observa: “Olha só que país avançado, com todos os parlamentares preocupados com ciência e tecnologia!” Não é nada disso. Eles optam por esta comissão por causa da rubrica Telecomunicação. É por causa da concessão de canais. Quando o noticiário anuncia alterações no salário mínimo, toda a população sabe a influência disso. Quando se fala em alteração no dólar, todos sabem o que vai acontecer. Mas essa mesma população não sabe, porque não lhe é dado a saber, as repercussões que a ciência e a tecnologia têm no seu cotidiano. Ela, sequer, sabe o que é ciência e tecnologia.

## MESA REDONDA

**João Luís Becker**

diretor da Escola de Administração

**José Vicente Tavares dos Santos**

diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

**Luís Fernando de Abreu Cybis**

diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH

**Renato Machado de Brito**

diretor da Escola de Engenharia

## Universidade discute prestação de serviço

*A Universidade Federal do Rio Grande do Sul deve ou não prestar serviços dentro da comunidade ou para empresas, quando solicitada? Esta atividade serve, efetiva, acadêmica e eticamente, para complementar as insuficientes verbas que lhe são destinadas pelo governo? Ou, ao contrário, afasta a universidade das suas funções básicas: ensino, pesquisa e extensão? Como funciona o mecanismo da prestação de serviço? A sua regulamentação está sendo alvo de estudos no Conselho Universitário (Consum). Para mostrar um pouco do que está sendo discutido, Clovis Ott, do JU, conversou por duas horas com os professores Luiz Fernando de Abreu Cybis, diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH; João Luiz Becker, diretor da Escola de Administração; José Vicente Tavares dos Santos, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH e Renato Machado de Brito, diretor da Escola de Engenharia. Estas estão entre as unidades da UFRGS mais procuradas para prestação de serviço. A seguir, os trechos mais importantes desta mesa-redonda.*

ABRIL 2003 - EDIÇÃO Nº 61

**Jornal da Universidade - Além do ensino, pesquisa e extensão serem as funções básicas da Universidade, cada vez mais a prestação de serviço se incorpora às suas atividades, à sua vida, à sua rotina. Isto é bom para a Universidade?**

**Luís Fernando de Abreu Cybis** - Acho que a comissão que estuda o assunto no Conselho Universitário (Consun) já fez umas 18 reuniões. Quando colocas a questão, perguntas se, além do ensino, pesquisa e extensão, a Universidade tem outras funções básicas? Se deve o professor ainda fazer prestação de serviço? Eu não consigo entender a pergunta assim. Não sabemos o que é prestação de serviço. A conclusão a que chegamos na Comissão Especial, para regular o assunto na Universidade, é que a prestação de serviço existe dentro do ensino, da pesquisa e da extensão. Então, não é uma quarta categoria. É algo que perpassa todo o espectro de atividade da Universidade. A prestação de serviço seria aquela atividade a mais das que normalmente a Universidade faz.

**JU - Onde se dá mais essa prestação de serviço?**

**Cybis** - Dentro da Universidade, todas as unidades têm as suas peculiaridades na prestação de serviço, por exemplo: a Escola de Educação Física faz muita extensão com a piscina, com os equipamentos esportivos que eles têm lá. Na realidade, eles têm horas de extensão. Têm natação, futebol, pista atlética que são utilizadas para prestar serviços à comunidade. Então, alguém quer nadar durante uma hora por dia, vai lá. Isso é uma atividade de extensão, paga. Assim como no IPH, temos normalmente consultorias, para órgãos do governo ou para entidades privadas. No caso, vão atrás de engenheiros do IPH especialistas de hidrologia, para verificar estudo de enchentes, previsão de cheias porque a especialização está dentro da Universidade e essas atividades de ponta ainda têm muita dificuldade de serem contempladas na atividade privada.

**José Vicente Tavares dos Santos** - Eu queria pegar um pouco o outro lado, o da demanda. Por que nos últimos dez ou quinze anos cresceram as demandas por serviços da Universidade? O grande serviço que a Universidade presta é oferecer conhecimento. Então, eu me pergunto: por que isso? O meu Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, há dez anos, no máximo, fazia um ou outro curso de extensão, um ou outro curso de especialização. A demanda hoje é enorme e vem dos setores sociais, desde os trabalhadores sem-terra até à Federação das Indústrias, Ministério da Agricultura, Ministério da Justiça, prefeitura de Porto Alegre e prefeituras da Região Metropolitana, do Estado, de secretarias do Estado. Por quê? Porque mudou a sociedade. A sociedade se tornou a um tempo mais complexa, mais crítica, diria até mais caótica. Por outro lado, as competências dos profissionais que existem no Estado, na iniciativa privada ou no terceiro setor, face a essa enorme transformação dos últimos dez, quinze anos, se tornaram de algum modo, mais passivas, exigindo uma reciclagem, exigindo uma atualização de competência. Por isso, as pessoas buscam a Universidade. No meu Instituto tenho, pelo menos, 90 projetos de pesquisa aplicada, cursos de extensão, consultorias, o público mais variável possível. Essa questão da demanda é que mudou, substancialmente, em relação a 30 anos atrás quando nós fizemos um curso de especialização sobre a América Latina, por exemplo. Esse método se tornou muito mais complexo. Ao mesmo tempo, com a reforma do Estado, este perdeu capacidade analítica, as empresas privadas no Brasil nunca tiveram setores de pesquisa, a não ser grandes

empresas como a Gerdau e Copesul, e bem ou mal com todas as crises que nós passamos nos últimos 20 anos na universidade pública, o conhecimento está na universidade. Não é em qualquer lugar que se encontra isso. E isso vale para todas as grandes universidades, federais, estaduais, públicas e privadas. Tem que ficar muito claro que a demanda mudou e o único setor que tem mais concentrada a capacidade de responder a essa demanda, com conhecimento, é a universidade pública.

**João Luís Becker** - Seria interessante olhar para um sentido mais amplo da prestação de serviço. Num sentido, a universidade só presta serviço. Essa mesa-redonda não é, exclusivamente, sobre os serviços habitualmente oferecidos pelas universidades tradicionais e seculares. A universidade se qualificou nos últimos 30 anos, porque aqui a prestação de serviço sempre existiu. Se olharmos para década de 70, na Escola de Engenharia se fazia muita prestação de serviço, talvez porque tivesse muita competência desde então acumulada. Na Faculdade de Medicina, a mesma coisa. Aliás, isso não é peculiaridade da UFRGS. Todas as universidades, em princípio, de alguma forma se transformaram em instituições educacionais *strictu sensu*, para instituições cuja tônica fundamental é o conhecimento. E a nossa universidade, em particular, qualificou o seu corpo docente e de técnicos. E isso fez com que a demanda da sociedade em nosso entorno, reconhecendo isso, passasse a saber que pode contar com serviços especializados, alguns que não encontram em outros lugares. Esse é um fenômeno universal em todas universidades e um elemento importante. Por que esse assunto é tão candente hoje entre nós? Na qualificação do nosso corpo docente hoje temos, praticamente, 70% de mestres e doutores. Doutores, são mais de 50%. Onde é que se formaram esses doutores? Geralmente nas melhores universidades do país e do exterior. Não apenas a demanda aumentou por conta do crescimento vegetativo, mas a universidade abriu as suas portas por força dessa qualificação maior do corpo docente, do corpo técnico-administrativo. Mas tem um outro lado também importante nessa prestação de serviço, que também é universal, que é a prestação de serviço por parte dos nossos alunos. Quando se fala na universidade prestar serviços, não se deve falar, exclusivamente, nos professores mas nos alunos também. Há uma enorme variedade de serviços que os alunos prestam, sempre prestaram e continuarão prestando. Temos, por exemplo, o movimento das empresas júnior, iniciado na França, na década de 60, que se espalhou pelo mundo. Hoje, a nossa universidade já conta com várias empresas júnior. São empreendimentos nos moldes de empresas privadas criadas, gerenciadas e dirigidas pelos alunos. A nossa Escola de Administração tem uma empresa júnior que é uma das pioneiras do sul do país e que presta muitos serviços, há muito tempo.

**Renato Machado de Brito** - Eu diria que a universidade mais não faz porque mais não pode. Esta qualificação da universidade, esta demanda por conhecimento, por novos serviços ou atividades, são necessárias para a sociedade. Ela vem buscar onde acha que há competência. A Escola de Engenharia há muitos anos presta serviço. Tanto, que várias iniciativas, hoje, já são outras instituições. Por exemplo, o ITERGS (Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul) começou aqui do lado, onde hoje é o Museu Universitário. Lá se rompia o concreto, se fazia ensaio de materiais, usando a parca competência que na época a

universidade tinha para ensinar as pessoas a fazer, para qualificar instituições. Dali nasceu a Cientec. Hoje, a sociedade busca conhecimento que possa aplicar para desenvolver as suas atividades. Eu acho que tudo aquilo que fizemos na universidade como prestação de serviço, assim entendida como uma atividade adicional às nossas funções (ensino, pesquisa e extensão), deve ser feita desde que forme pessoal. É uma oportunidade de se preparar pessoas, tanto nossos alunos como a comunidade externa, para enfrentar novos desafios. E, também, as pessoas que entram no mercado de trabalho não têm mais tempo de pesquisar a demanda por suas atividades nas indústrias ou nas próprias empresas de prestação de serviço. Elas têm tempo é de executar. E muitas vezes, em várias áreas, tanto no serviço público como nas instituições privadas, se deparam com problemas que não sabem resolver. Cito um, muito simples, pertinho da gente: quando o viaduto da Conceição foi montado, nunca se imaginou que um dia se teria que trocar as juntas de amortecimento do concreto. Tem os pilares e tem os vãos. O vão assenta-se sobre o pilar com uma manta de borracha que, com o passar do tempo, vai cedendo. Chega a um ponto em que fica concreto sobre concreto e quebra. O que se fez? Se procurou a universidade para desenvolver uma metodologia que fizesse a manutenção nos viadutos. Hoje, quem passar por baixo, vai ver que no pilar do viaduto tem um dente construído adicionalmente. Uma protuberância de concreto que perpassa e ali se coloca um macaco hidráulico capaz de elevar o vão para que se possa trocar a borracha. Quem fez isso? Foi a universidade que desenvolveu esse sistema. Foi uma prestação de serviço que começou como pesquisa aplicada. Hoje, as próprias empresas, que estão sendo obrigadas pela lei a colocar recursos em fundos setoriais, vêm buscar as universidades porque elas estão fazendo pesquisa sob encomenda. O próprio professor já não é mais tão livre quanto era, romanticamente, para se propor a pesquisar a asa esquerda da borboleta. Não. Existem vários temas de interesse que vêm de fora e a comunidade abre editais para que possamos nos candidatar. Quem tem competência se estabelece. Na verdade, o que se deve discutir é o que a universidade deve realmente fazer.

**JU - A universidade, recebe a encomenda e executa a prestação de serviço ou tem autonomia para escolher e decidir como, quando e onde atuar?**

**Brito** - Como é que se desenvolveu a pesquisa no Brasil? Através de instituições que a fomentava e as próprias universidades foram procurar formar seus quadros para continuar produzindo novas cabeças com novas idéias, novos contornos. Sem pesquisa não se avança, também no ensino que se dá nos cursos de graduação. O que aconteceu? As instituições de fomento à pesquisa confiavam muito na liberdade de proposta que o pesquisador tinha. Se o pesquisador achava que era importante pesquisar sobre alguma coisa, podia propor isso ao CNPq, à Capes, à Finep. Ele iria desenvolver isso ou não, de acordo com as possibilidades de financiamento. Hoje, o que acontece? A própria Petrobras, a Embratel ou grandes empresas brasileiras, que têm nos seus quadros até ex-alunos nossos, estão precisando desenvolver coisas novas, procurar novas soluções. Então, publicam editais definindo o que gostariam de ver pesquisado e os grupos que têm condições, se candidatam a isso. Será que nós podemos fazer tudo? Será que não cabe uma discussão na universidade, nas várias instâncias? Se a prestação de serviço é pesquisa cabe uma discussão nas

Comissões de Pesquisa? Se a prestação de serviços faz parte dos cursos, acho que deve ser discutida junto aos programas de graduação e pós-graduação. Se é atendimento à comunidade, no sentido como se pensa na extensão, que seja na extensão. Cada atividade deve ser decidida na sua instância adequada, dentro da universidade.

**JU - Nesses dias, a reitora referiu a evasão de alunos e há uma contínua procura por aposentadorias entre professores e funcionários, principalmente agora, quando está em pauta a reforma da Previdência. Como isso influi na prestação de serviços?**

**José Vicente** - Me parece que as questões são um pouco diferenciadas. Em primeiro lugar, sobre a evasão de alunos, já se conhece bastante na universidade sobre isso. Há problemas de currículos em determinados cursos, problemas pedagógicos em determinadas cadeiras e, também, pelo menos metade de nossos alunos, senão mais, precisam trabalhar ao mesmo tempo em que estudam. A universidade tem aproximadamente 10% dos seus alunos com algum tipo de bolsa, por volta de duas mil. Acho que deveria haver maior número de vagas na entrada dos alunos pois acredito que existe uma capacidade ociosa na universidade. A universidade deveria aumentar a absorção dos alunos para além das 4.500 vagas que tem. Existe capacidade para isso. Estive em São Paulo e na graduação da USP as pessoas dão aulas para 100 alunos. No pós-graduação não há limite e a USP continua sendo a universidade que mais produz, que forma mais doutores e de melhor qualidade neste país. Na França, a mesma coisa, com 200 alunos. Em nenhum lugar do mundo há essa equação em que só se pode dar aula para vinte alunos. Isso é um absurdo. Tem que haver um aumento sistemático de vagas. Quanto ao conjunto de medidas, é aí que entra a questão da pesquisa aplicada, da prestação de serviço. Esta prestação de serviços poderia trazer recursos para que pudéssemos oferecer oportunidades de bolsas aos nossos alunos e, com isso, também reduzir a evasão e assim aumentar a sua formação. Em todas as discussões que houve nessa universidade sempre fomos muito claros: é uma atividade adicional, tem que haver um plano, qualquer que seja a atividade, e o fundamental é o ensino de graduação, de pós-graduação, mestrado e doutorado acadêmicos. Nenhuma atividade poderá ser feita em detrimento disso. Acho que isso é uma postura ética da universidade, de respeito às atividades fins. O quanto essa pesquisa aplicada tem um efeito dinamizador sobre o ensino, pesquisa e extensão, ou é apenas uma repetição de uma atividade que poderia ser feita por institutos de pesquisas e até por empresas de nossos alunos, é uma discussão que não pode ser feita em abstrato. Dependerá de cada caso. Esse dinamismo entre pesquisa básica e aplicada faz parte da vida universitária, desde que tenhamos o princípio básico da reprodução e ampliação da esfera acadêmica da universidade.

**JU - A prestação de serviços é rentável para a universidade?**

**Cybis** - Eu vou responder antes se vale a pena para universidade. Em primeiro lugar, fazer prestação de serviço num campo mais genérico, sim. A prestação de serviço, nas mais diversas formas, desde que, controlada e institucionalizada, mais do que vale a pena, é necessária para a universidade. A instituição se renova na prestação de serviço, porque é aí que surgem os problemas aplicados. Sob o ponto de vista financeiro, isso é o que a regulamentação que existe, embora não esteja implementada em todas as unidades, e a regulamentação que venha

a ser modificada agora, tem que fazer com que aconteça.

**JU - O que diz a regulamentação, atualmente?**

**Cybis** - Atualmente, são duas as regras: a Resolução 3593 do Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa (Cocep) que estabelece diretrizes para prestação de serviço em ensino, pesquisa e extensão e a regulamentação dessa Resolução, a Portaria 5518 de 1994. São as duas metas da regulamentação que previam, no nível de universidade geral, que essas regras seriam regulamentadas, adicionalmente, em cada unidade. Isso foi feito só em algumas. A maioria não fez essa regulamentação. Na realidade existe a regra, mas não está sendo adotada porque ela não chegou a ser implementada dentro das unidades. E se constata que, dentro das unidades nas quais ela foi regulamentada seu regimento, ou nas decisões de seu Conselho Superior, mesmo nessas, o tempo acaba degastando, e na prática, as estruturas que foram criadas para controlar, na sua maioria não são utilizadas. Se isso for regulamentado e houver uma preocupação com a prestação de contas é que vai se saber se foi vantagem econômica ou não para universidade.

**JU - A quem é feita essa prestação de contas?**

**Cybis** - No momento só os projetos de extensão têm alguma prestação de contas. Não se aprecia a prestação de contas para consultoria. A dificuldade toda dentro da Comissão é que, cada vez em que se fala na prestação de serviço, cada um está pensando na prestação de serviço que a sua unidade faz. Em termos de consultorias, a prestação de contas não existe na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque ela vai ser feita através da Faurgs. E esta sim que teria auditorias que verificarão as contas da Fundação, não especificamente do projeto do professor dentro da universidade. E isso precisa acontecer.

**Becker** - Acho que há um elemento crucial para tentar encaminhar uma resposta à pergunta "se vale a pena ou não a prestação de contas". Falta tradição aos professores universitários em entender os mecanismos de custeio dos seus projetos e da sua prestação de serviços. É muito comum na universidade que um determinado serviço seja prestado. Mas há muita dificuldade em estabelecer critérios de custeio adequados para esses equipamentos. Podemos fazer algum trabalho que, por exemplo, precise algumas horas do super computador, ou do microscópio eletrônico de que a universidade dispõe. São equipamentos caríssimos que a universidade, a dura penas, conseguiu implantar que são suportes, qualificações à pesquisa, mas que também servem à prestação de serviço. Tradicionalmente, o serviço é prestado e faz-se um preço. E na especificação deste custeio, os elementos mais negligenciados são os equipamentos da universidade. Então, essa questão de prestação de conta, se vale a pena, se não vale, é muito difícil. Aposto que vários serviços prestados são deficitários se colocarmos na ponta do lápis, considerando todos esses elementos de custeio que uma empresa, um instituto ou um empreendimento dos próprios alunos jamais teriam condições de executar, tamanhos os custos envolvidos e que a universidade, eventualmente, não se apropria e não repassa para os preços cobrados pelo serviço prestado.

**JU - Para onde vão os recursos auferidos nas prestações de serviço? Quem os gere, quem lhes orienta a destinação, enfim, quem mexe com eles?**

**José Vicente** - Concordo que é necessário ter uma regulamentação mais preci-

sa. A comissão dos professores está encaminhando isso. Houve um enorme avanço em 1994 quando foi criada, não só essa regulamentação, como também as fundações de apoio, a partir da nova lei das fundações, que são de direito privado, porém sob o controle do Conselho Universitário. Isso é fundamental. A partir daí se conseguiu uma agilidade que o direito público-administrativo não permite para uma série de atividades. A questão se a prestação de serviço vale a pena ou não para a universidade tem uma percepção a curto prazo e outra a longo prazo. A curto prazo, a crise financeira da última década fez com que todos nós tivéssemos trabalhos excedentes. Foi o que garantiu que a universidade pudesse persistir e até se expandir. Não há a menor dúvida de que todos nós, hoje, trabalhamos muito mais do que trabalhávamos há 10 anos e, evidentemente, isso tem contrapartidas financeiras, que variam conforme as áreas. Por exemplo: se fizermos uma pesquisa com ou para os sem-terra e outra com ou para a Petrobras, evidentemente que os entendimentos serão diferenciados. O interessante é que a universidade não se recusa a fazer menos ou mais. Já demos aulas para Brigada Militar por 20 reais e já demos por 500 reais não sei para quem. Qual é o princípio? O que interessa é a sustentabilidade da universidade. É da avaliação e da responsabilidade de cada professor, dos órgãos coletivos, se aquela atividade adicional ajuda ou não a sustentabilidade da universidade. Senão estaremos matando a galinha dos ovos de ouro. E isso vale para os planos coletivo e individual. Se o professor se mete, a cada fim de semana, a dar aula do curso de sua especialização aqui, acolá, alhures, quando ele vai pensar, ler, escrever, pesquisar? Porque essas são as únicas maneiras que ele tem de se manter atualizado e respeitado, que ele precisa ser na sua área científica. Isso vale para o nível individual também. Porque se eu dou aula todos os fins de semana para ganhar alguns cobres a mais, isso tem um custo humano, nós sabemos. Tem uma não sustentabilidade do próprio indivíduo. No nível coletivo, acho que esse é o princípio também. A universidade não pode se transformar numa máquina prestadora de serviços em detrimento das suas atividades fins. Todos estamos de acordo. Finalmente, todos esses projetos de prestação de serviços têm uma tributação. Sou até favorável a que se aumente essa tributação.

**JU - Como as receitas da prestação de serviço são divididas? O que vai para a universidade, para o departamento, instituto, professor, aluno e para o funcionário?**

**José Vicente** - 6% para a UFRGS, 5% para a Faurgs. Para a unidade varia de 5% a 30% .

**Cybis** - Estão faltando uns 5% dos quais se teria que prestar conta em nota fiscal. Daria uns 15 ou 16%, dependendo se é um curso ou se é uma consultoria. Isso fica na Faurgs. Depois, tem o percentual das unidades. Pode ser 5%, 10%, ou pode ser nada também. É uma questão interna. O restante do dinheiro vai para fazer o projeto que está sendo contratado, é o custo da realização. O restante, são honorários dos professores, funcionários e alunos envolvidos. Basicamente, é esta a destinação dos dinheiros. Então, o dinheiro vem para a Faurgs, tem o dinheiro das taxas dos projetos, 5% que podem ser negociáveis; 5% ou 6% que vai para um fundo da universidade para ensino, pesquisa e extensão; há uma parcela variável que vai como taxa de administração para as unidades e depende muito das estruturas, da tradição, do histórico de como foi formada cada unidade.

Os professores, funcionários e alunos recebem por essa atividade extra que está sendo prestada. Não é percentual. Aí são honorários.

**Becker** - Todo o serviço envolve basicamente três tipos de recursos: recursos humanos, que são recursos da capacidade técnica e intelectual dos professores, técnicos-administrativos, técnicos-científicos e alunos; eventualmente, para alguns desses serviços precisam ser contratadas competências externas, também para completar a equipe. Este é um custeio que é recurso humano. Outro tipo de custeio, o mais complicado de ser avaliado porque não é direto, é o custeio relativo à depreciação dos equipamentos. É a capacidade instalada. E tem outro tipo de custeio que é diretamente atrelável e atrelado ao projeto. São custeios com equipamentos, reagentes, coisas que se incorporam ao serviço que está sendo realizado. Estes são de avaliação extremamente simples. Por exemplo: quantas cópias precisam, quantas toneladas de concreto precisa, qual o cimento que vai ser usado? São os recursos de custeio. Os recursos de pessoal também são relativamente simples de serem contabilizados e apreciados. Quanto vale a hora/aula técnica de um profissional desse ou daquele outro nível, do aluno, é aluno de mestrado, doutorado? Enfim, tudo tem diferentes valores, mas facilmente se chega ao total. O que não se sabe é quanto vale a depreciação do equipamento, da sua capacidade do trabalho. O que acontece então? Na medida em que é extremamente difícil fazer esse cálculo de custeio, as universidades em geral têm optado por outro tipo de mecanismo de compensação, que é o mecanismo de *over head* (taxas adicionais). De todo e qualquer projeto, tem 6% que é uma contribuição ao fundo de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento institucional. Esse 6% é um número tirado da cartola. Podia ser 2, podia ser 7, podia ser 10, podia ser 20. O departamento ou a unidade também tem um número tirado da cartola, que é um mecanismo de compensação e de ressarcimento. Só que é um ressarcimento indireto desta capacidade instalada. Quando se pergunta quanto se consumiu do equipamento não há condições de responder. Mas, num sentido mais amplo, há uma prestação de contas por conta da Faurgs. Isso é perfeitamente transparente.

**Brito** - Para se saber se algo é rentável ou não tem que se verificar, antes, em que circunstâncias estamos trabalhando. Nos últimos 10 ou 20 anos vivemos uma situação bastante complicada em termos de recursos públicos para as atividades que temos como finalidade. Já fiz essa conta como diretor da Escola de Engenharia, tendo, aproximadamente, 4.000 alunos entre graduação e pós-graduação, e recebendo um orçamento anual de 240 mil reais do governo para pagar custeio, reposição de lâmpadas, papel, etc. Isso dá seis reais, por mês, por aluno. Como vamos sobreviver? Se é da prestação de serviço que temos que tirar isso, não sei. Quem tem que decidir é a universidade como instituição. Por outro lado, a universidade pode prestar serviço, gratuitamente, dentro da sua capacidade e como mecanismo da sociedade para suprir determinadas carências. Também deve cobrar das instituições que têm necessidades e que podem pagar. Em primeiro lugar, a universidade tem que cuidar para não ter prejuízo, para poder se ressarcir. A instituição tem que, pelo menos, se ressarcir daquilo que está gastando para fazer aquele serviço.

**José Vicente** - Há princípios que são fundamentais nisso. O primeiro deles é o princípio decorrente de uma sustentabilidade coletiva da instituição.

Não deve haver um individualismo que transforma a universidade no seu próprio escritório. Todos nós temos a consciência universitária de que isso é mortal para a universidade e para a própria pessoa. O segundo é o princípio da transparência. Tudo é publicado. As pessoas se orgulham. A transparência é fundamental. Em terceiro lugar, a prestação de contas pública da chamada contabilidade, da responsabilização pública pelas contas. Isso tem que ser algo estatuído dentro do plano do departamento, da unidade, do Conselho Universitário e das diferentes comissões. Com isso conseguimos preservar algo que é o cartão simbólico da universidade neste país, não só esta, mas das universidades públicas federais, onde não há corrupção. A universidade tem um capital simbólico de não corrupção que é notável, nesse país onde se vê tanta coisa que acontece. No momento em que começa a haver uma enorme entrada de recursos, (a Faurgs hoje deve ter mais de 3 mil projetos), isto é fundamental para preservar a sustentabilidade da universidade para as novas gerações.

**Becker** - Quero fazer uma observação sobre transparência. Não pode ficar uma falsa impressão da nossa afirmação de que não há transparência. Parece que há sem-vergonhice... Isso tem que ser colocado num sentido um pouco mais amplo. Eu reputaria isso à tradição de liberdade acadêmica que é tão importante, tão cara para as universidades. Para os professores, de uma maneira geral, esse é um valor muito presente. Eu dou a aula como quero, eu sou livre para pensar. Eu expresso meu pensamento. E nessa postura, eventualmente, determinadas práticas que são realizadas pelos professores, e também pelos alunos, que permeiam toda a instituição, acabam não sendo devidamente registradas. Professor é extremamente avesso a registrar. É da índole dos nossos professores não fazer um registro pormemorizado de todas as atividades executadas. Quando se diz que falta transparência num sentido amplo, podemos dizer que tem coisas que não são perfeitamente transparentes porque não são perfeitamente registradas. Neste sentido, a participação da Faurgs, a regulamentação da Faurgs, desde 1994 na Universidade, é uma conquista muito importante que precisa ser preservada acima de tudo. Através da Faurgs temos essa transparência mais avançada.

## DEPOIMENTOS

Carla, Fábio, Jaqueline, Arlete, Maria Célia, Marucia, Paulo Roberto, Samir, Augusto, Lislane, Jandira, Luís Fernando, Gisele, Ivandro, João, Paulo, Luís Carlos, Liliane, Diego, João Carlos, Sandro, José, Marco Antônio, Maria Elizabeth, Lidiane, Mauro, Salimar, Evandro, Maria, Camila, Sérgio, Maurício, Antônio Augusto, Júlio, Lucas, Vanda, Victor, Giba, Cláudia, Regina, Diego, Kátia, Daniela, Álvaro, José, Erci, Cecília, Adriane, Roberta, Clarice, Elisa, Rubens, Vilson, Thiago, Luís Augusto, Elaine, Emília, Adriana, Cássio, Felipe, Ivan, Nilo, Ubirajara, Alexandre, Manuel, Nelson, Ana, Rossilei, Eliane, Maria, Artur, Rosane, Erna, Carlos, Daniela, Cherllen, Nilce, Fernando, Mary, Andreas, Renata, Jeferson, Silvana, Eliane, Silvia, Leonardo, Maria, Manoel, Marco, Juan, Marco, Paulo, Magda, Patrícia, Elmo, Gabriel, Guaraci, Lucimar, Daniel, Dirce, Ivana, Leonel, André, Geni, Maurício, Ari, Orlando, Ana Luíza, Geisa, Irajá, Viviana, Míriam, Hélgio, Gerhard

## O que é a paz?

*Habitualmente, as páginas centrais do **Jornal da Universidade** publicam uma grande entrevista com alguém "da casa" ou de fora, falando sobre assunto de real interesse, seja momentâneo ou permanente. Nesta edição, tentando não perder esta característica, ampliamos o número de entrevistados. São 119 professores, alunos e técnicos-administrativos, abordados, aleatoriamente, definindo o que, para eles, é a Paz, tema central deste número. Veja o que eles dizem.*

MAIO 2003 - EDIÇÃO Nº 62

Carla Salvador, servidora do Instituto de Psicologia  
"Paz é harmonia entre pessoas e sentimentos."

Fábio Rosa da Costa, aluno de graduação do Instituto de Psicologia  
"Paz é algo que muito se busca e pouco se alcança."

Jaqueline Tittoni, professora do Instituto de Psicologia  
"Paz é justiça social."

Arlete Santos, servidora do Instituto de Psicologia  
"Paz é a superação da guerra, do ódio e do desamor."

Maria Célia P. Lassance, professora do Instituto de Psicologia  
"Paz é um estado de espírito do indivíduo que leva a ações na direção de valores de solidariedade, compaixão e tolerância."

Marucia Bardagi, aluna de pós-graduação do Instituto de Psicologia  
"Paz é uma sensação de tranquilidade e bem estar que podemos partilhar coletivamente."

Paulo Roberto Azambuja, servidor da Escola de Administração  
"Ter saúde é uma paz."

Samir S. Amin Rangel, aluno de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura  
"Mais justiça social no mundo geraria paz."

Augusto Menegotti, servidor da Casa do Estudante Universitário  
"Amor ao próximo."

Lisiane Almeida, aluna de pós-graduação do Instituto de Letras  
"Algo importante em todos os níveis; hoje abalada mundialmente pela guerra."

Jandira S. Machado, servidora do Departamento de Contabilidade/Proplan  
"Agir com consciência, não fazer mal a ninguém, pensar no bem do próximo."

Luís Fernando Aguirre, aluno da Faculdade de Arquitetura  
"Viver sem guerra, sem conflitos, com educação e comida para todos. Vir até o RU, comprar meu ticket, sentar, almoçar e sair tranquilamente."

Gisele Ramos Scheffer, aluna da Escola de Administração  
"A paz de uns influi na paz dos outros. É a possibilidade de todos viverem de uma forma melhor."

Ivandro Fernandes de Lima, professor do Instituto de Geociências  
"É a tolerância entre as diferenças."

João Francisco de Siqueira Rodrigues, aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

"É algo extremamente ligado ao espírito, à alma, às questões mais íntimas do homem. É necessária a promoção de uma cultura de paz; e saber que as coisas se transformam com atitudes contínuas."

Paulo Schöreder, aluno do Instituto de Matemática  
"É a felicidade entre os homens."

Luís Carlos Nani, aluno da Escola de Engenharia  
"É liberdade e amor."

Liliane Gewersen, aluna da Escola de Engenharia  
"É viver sem qualquer tipo de violência, ter teus direitos respeitados."

Diego Souza Pinto, aluno da Escola de Engenharia  
"Viver todos os dias, lembrar que tem sol, muita energia e que somos sempre filhos de Deus."

João Carlos Duarte Maciel, servidor do Instituto de Matemática  
"Saúde, a família tranqüila, um bom emprego, bons amigos, bom convívio."

Sandro Gasparetto Borges, aluno de pós-graduação da Escola de Engenharia  
"É as pessoas aceitarem os outros como são e poderem conviver no seu dia-a-dia."

José Baccio, aluno da Faculdade de Agronomia  
"É querer fazer o bem ao próximo sem nada esperar em troca."

Marco Antônio Mendonça, aluno do Instituto de Geociências  
"É compreensão, justiça, conviver fraternalmente e com o mínimo de condições materiais para se viver dignamente."

Maria Elizabete Alves Silva, servidora do Restaurante Universitário  
"É respeito entre as pessoas, amor, educação e carinho."

Lidiane Natália de Souza, aluna da Faculdade de Ciências Econômicas  
"É estar bem consigo mesmo, pois assim tu não prejudicas ninguém."

Mauro Gilberto Pinheiro, servidor da secretaria do Gabinete da Reitora  
"Tranqüilidade; não ter incômodos."

Salimar Santos, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas  
"Sociedade com mais igualdade onde as pessoas não tenham motivos para brigar."

Evandro Gomes da Silva, aluno de pós-graduação do Instituto de Ciências Básicas da Saúde  
"É um estado de espírito."

Maria Maciel, servidora da Faculdade de Ciências Econômicas  
"Tranqüilidade."



Camila Sauer, aluna da Escola de Engenharia  
**"É um estado de espírito no qual as pessoas estão em equilíbrio e conseguem viver em plena harmonia."**

Sérgio Borja, professor da Faculdade de Direito  
**"É a conciliação consigo próprio, uma visão de harmonia, interna e, por consequência, com o mundo. É necessário haver mais homens de boa vontade. O convívio da multiplicidade, da diversidade em harmonia. A vida é movimento."**

Maurício Rasiakowski, aluno da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
**"É justiça, igualdade."**

Antônio Augusto de Leon Souza, servidor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
**"É harmonia consigo mesmo e harmonia entre os povos."**

Júlio César Bastos Dias, professor da Escola Técnica  
**"É tranquilidade."**

Lucas Santana Mathias, aluno da Escola Técnica  
**"Todos os seres humanos conviverem em harmonia sem guerras no mundo."**

Vanda Regina Rodrigues dos Santos, servidora da Faculdade de Economia  
**"É estar em casa, escutar uma música, conseguir não pensar em nada do que não está bem e que queríamos que estivesse."**

Victor Aguiar, aluno do Instituto de Psicologia  
**"É uma tentativa de compreensão entre as pessoas, algo para ser visualizado no futuro, como uma utopia, um lugar a se atingir que não deve ser esquecido."**

Giba Assis Brasil, professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
**"Administração de conflitos dentro de limites razoáveis, onde haja entendimento entre as pessoas. Tudo o que Bush e Sadam não pensam a respeito da vida e que gostaríamos que todos pensassem."**

Cláudia Porcelles Aristimunha, servidora do Museu da UFRGS  
**"Só pode acontecer com justiça social."**

Regina Termignoni, professora do Instituto de Biociências  
**"Sentimento que nos deixa em harmonia conosco."**

Diego I. Patrício, aluno do Instituto de Informática  
**"Ter liberdade para ir onde se quer sem a violência dos dias de hoje."**

Kátia Valença Correa da Silva, professora do Instituto de Biociências  
**"É algo bom e uma conquista que se tem a fazer. A paz se busca."**

Daniela Leal Musa, aluna da pós-graduação da do Instituto de Informática  
**"Pessoas vivendo com tranquilidade, respeito mútuo e harmonia."**

Álvaro Freitas Moreira, professor do Instituto de Informática  
**"Equilíbrio que o contato com a natureza proporciona."**

Carmen Cunha, servidora do Instituto de Informática  
**"É sentir."**

José Palazzo Moreira de Oliveira, professor do Instituto de Informática  
**"Respeitar as outras pessoas, as opiniões e as culturas dos outros."**

Erci Marcelo Borges Ferreira, aluno da Escola de Engenharia  
**"É a presença de Deus."**

Cecília Horn de Souza, servidora da Faculdade de Odontologia  
**"Saúde para todos."**

Adriane Fertig, Anne Marie Weissheimer e Virgínia L. Moretto, professoras da Escola de Enfermagem  
**"Ausência de conflitos ou saber administrá-los."**

Roberta Kolvard, aluna do Instituto de Biociências  
**"Harmonia entre os humanos e a natureza, respeito entre os humanos e com o ambiente."**

Clarice Fialho, professora do Instituto de Biociências  
**"É viver em tranquilidade, em harmonia e com muito amor, dando e recebendo."**

João Batista Cademartori de Moura, servidor do Instituto de Biociências  
**"É um estado de espírito, de harmonia e de equilíbrio interno e com o meio ambiente."**

Elisa Lucas, aluna do Instituto de Artes  
**"É um estado de espírito que se conquista no decorrer da vida para se alcançar a plenitude humana."**

Rubens Augusto de Miranda, aluno da Faculdade de Ciências Econômicas  
**"É um estado de espírito."**

Vilson Pinto da Silva, servidor do Departamento de Serviços Gerais/Proplan  
**"Amor, carinho e tranquilidade. Não ter ódio."**

Thiago K. Daudt, aluno da Escola de Engenharia  
**"É um estado de harmonia entre as pessoas e pode ser alcançado de várias maneiras."**

Luís Augusto Fischer, professor do Instituto de Letras  
**“Vida social mais justa, com educação para todos, salário decente, convivência social respeitosa, harmonia social.”**

Elaine Freitas, aluna do Instituto de Artes  
**“É viver harmoniosamente, respeitando as diferenças.”**

Emília Garcés, bolsista da Coordenadoria de Comunicação  
**“Igualdade. Num mundo igualitário provavelmente não haja disputa ou motivos para guerra.”**

Adriana Pelufo, servidora do Instituto Química  
**“É a busca constante e cotidiana do bem-estar, do bem-viver com o meu interior e em relação aos outros com quem convivo.”**

Cássio Barth, aluno do Instituto de Artes  
**“É um estado de respeito mútuo entre indivíduos.”**

Felipe Grando Brandão, aluno da Escola de Administração  
**“Paz é ter saúde, trabalho e felicidade.”**

Ivan Pinheiro, professor da Escola de Administração  
**“É estar bem consigo mesmo, com nossos valores, nossos princípios e assim com os outros, o que desencadearia uma reação em cadeia.”**

Nilo José de Bairros, servidor da Faculdade de Arquitetura  
**“É sentir-se bem, estar de bem com a vida.”**

Ubirajara Erci Borni, professor da Faculdade de Arquitetura  
**“Convivência harmônica entre as pessoas.”**

Alexandre Bastos Ordeste, servidor do Instituto de Artes  
**“É não existir guerra, bombas. É a amizade entre os povos.”**

Manuel Figueiredo de Abreu, professor do Instituto de Artes  
**“Justiça.”**

Nelson Winkler Oliveira, servidor do Instituto de Artes  
**“Algo que se sente, ausência de sofrimento.”**

Ana Regina Berwanger, professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
**“Estado muito bom, difícil de definir e que todos buscamos.”**

Rossilei Knevez, servidora do Colégio de Aplicação  
**“Amor e amizade entre as pessoas.”**

Eliane da Silva Moro, professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
**“Ausência de guerra, da inveja e a presença do amor e da harmonia.”**

Maria Cristina Kern, servidora da Escola de Educação Física  
**“Harmonia entre as pessoas no mundo.”**

Artur Oscar Lopes, professor do Instituto de Matemática  
**“Harmonia entre as pessoas.”**

Rosane Prates Reginatto, servidora do Instituto de Matemática  
**“Não fazer mal às outras pessoas.”**

Erna Vogt de Jong, professora do Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos  
**“Estar de bem com sua consciência.”**

Carlos Renato, servidor do Departamento de Contabilidade/Proplan  
**“Hoje é estar tranqüilo na rua, em casa.”**

Daniela Alves, aluna da pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Processo que se constrói a partir do interior dos sujeitos e se reflete no exterior. Portanto, se estivermos em paz conosco o mundo, exteriormente, estará em paz.”**

Cherllen Sady, servidor do Instituto de Ciência e Tecnologia dos Alimentos  
**“Conseguir conciliar as atividades profissionais e familiares em harmonia.”**

Nilce Perin, servidora do Centro Nacional de Supercomputação  
**“Estarmos em paz conosco mesmo, no trabalho e na família é irradiarmos paz ao mundo.”**

Fernando Grilo Gomes, professor da Faculdade de Medicina  
**“Se pensa no oposto de guerra, convivência em harmonia ou, intimista, pensamos em realização de desejos e uma capacidade de tolerância muito grande.”**

Mary Ignês Pires, servidora da Faculdade de Educação  
**“Ausência de guerra e conflitos.”**

Andreas Kindel, professor do Instituto de Biociências  
**“É um exercício de tolerância.”**

Renata Limberguer, servidora da Faculdade de Farmácia  
**“Respeito.”**

Jeferson Luís de Lima Moraes, aluno do Instituto de Física  
**“Algo a ser alcançado. É preciso que a humanidade caminhe muito para encontrar o real significado dessa palavra.”**

Silvana Barzotto, servidora do Instituto de Biociências  
**“A paz é a finalidade de estarmos aqui, todos nós a procuramos e embora seja difícil essa procura não deve jamais cessar.”**

Eliane K. dos Santos, professora do Instituto de Biociências  
**“Ausência de conflitos.”**

Silvia Simões, aluna do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Paz é algo que nunca vai acontecer, pois seria necessário que todos tivessem condições melhores de vida.”**

Leonardo Napp, bolsista voluntário do Núcleo de Arqueologia  
**“É algo necessário que não dá pra definir sem cair em clichês exóticos.”**

Maria Suzana Soares, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“É associada à ética, valores compartilhados e justiça. Para haver paz é necessário haver uma comunhão de valores que inspirem e norteiem a convivência entre pessoas e nações.”**

Manoel B. Stival, aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Uma ação consciente de não violência.”**

Marco Cepik, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Ausência de guerra.”**

Juan Romero, aluno da pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Harmonia, tranquilidade, equilíbrio.”**

Marco Antônio Silva da Silva, servidor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Povos viverem em harmonia, sem conflitos políticos e sociais.”**

Paulo Ricardo da Rosa Terra, servidor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“É estar bem comigo mesmo.”**

Magda Oliveira Pinto, aluna do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“É a prerrogativa de uma liberdade de ir e vir, é segurança.”**

Patrícia Luciana da Costa Lopez, aluna do Instituto de Biociências  
**“É um estado de espírito interdependente entre todos.”**

Elmo Jurandir Antunes Cardoso, servidor do Instituto de Biociências  
**“Comunhão descompromissada entre todos os povos, independentemente de religião, preferências políticas ou raça.”**

Gabriel Torres, aluno do Instituto de Física  
**“Sinônimo de tudo aquilo que está relacionado com felicidade.”**

Guaraci Libardi, aluno do Instituto de Física  
**“Confraternização entre bixos e veteranos, essa alegria, essa harmonia que acontece entre nós. Nada de disputas e brigas.”**

Lucimar da Silva Lima, vendedora da Loja da UFRGS Campus Vale  
**“Respeitar o ser humano.”**

Akua Kwakwa, aluna do curso de português para estrangeiros, vinda de Gana, África  
**“Não haver guerras.”**

Daniel Valérios, aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
**“Querer bem, respeitar o bem e fazer o bem sem olhar a quem.”**

Dirce Pozebon, professora do Instituto de Química  
**“Respeitar o próximo.”**

Ivana Martins, aluno do Instituto de Química  
**“Viver bem conosco mesmo”**

Leonel Schardong, servidor do Instituto de Matemática  
**“Poder exercer a liberdade de escolha, sexual, política, profissional, ideológica, religiosa sem sofrer qualquer tipo de preconceito.”**

André Castro, aluno do Instituto Letras  
**“Ausência de guerra, ampliação do entendimento, e por que não, estudar a anarquia?”**

Geni Fernandes da Silva, servidora do Instituto de Ciências Básicas da Saúde  
**“Tranquilidade, andar livremente e sem medo de ir e vir.”**

Maurício W. L., aluno do Instituto de Letras  
**“Tolerância, aceitar as diferenças entre as pessoas, mesmo sem concordar com elas.”**

Ari Roisenberg, professor do Instituto de Geociências  
**“Harmonia, compreensão e diálogo entre as pessoas e os povos.”**

Orlando Renato, aluno de pós-graduação do Instituto de Geociências  
**“É leveza de espírito, tranquilidade, serenidade.”**

Ana Luíza Carreño, professora convidada da Universidade Autônoma do México, atualmente no Instituto de Geociências  
**“Harmonia, bem-estar, convivência e tranquilidade.”**

Geisa de Santana dos Anjos, baiana, aluna de pós-graduação do Instituto de Geociências

**“O bloco Filhos de Gandhi passando, todos de branco.”**

Irajá Damiani Pinto, professor aposentado do Instituto de Geociências  
**“Se queres paz, difunde saber e cultura.”**

Viviana Cauduro, aluna do Instituto de Biociências  
**“Harmonia entre os homens, acordo entre todas as coisas definidas pelos homens.”**

Miriam Klepzig, servidora do Instituto de Geociências  
**“Paz é céu em toda a sua amplitude, significa imensidão, sem limite, coisas inimagináveis.”**

Hélgio Trindade, ex-reitor  
**“Paz? Há uma frase mais atual do que nunca: ‘Justiça é o novo nome da Paz’”.**

Gerhard Jacob, ex-reitor  
**“PAZ NA FAMÍLIA** consiste em relação harmoniosa, cordial e plena de amor entre pai, mãe, avós, filhos e demais membros do lar;  
**PAZ NA CIDADE** pressupõe, primordialmente, segurança aos indivíduos, que lhes garanta a liberdade de ir e vir sem correr riscos; fundamental é o respeito mútuo entre os cidadãos, inclusive no que concerne ao trânsito; **PAZ NO PAÍS** implica, em âmbito mais amplo, tranqüilidade política, econômica e social, indispensáveis a uma boa qualidade de vida em todos os recantos do país;  
**PAZ NO MUNDO** necessita de entendimento entre os povos, superando eventuais divergências através do diálogo, para se conquistar um clima de calma, ordem e equilíbrio, que resulte em uma convivência civilizada no planeta. Entendo que somente atingindo simultaneamente um patamar mínimo nesses quatro níveis de idealização, a paz pode ser assegurada no mundo.”

# Paulo Vizentini



## “O poder americano é mais aparente do que real”

*A recente invasão do Iraque pelos Estados Unidos, apoiado pela Grã-Bretanha, foi o ruidoso e letal aviso de que a médio prazo os laços políticos e econômicos não mais serão os conhecidos atualmente, que foram definidos após a vitória dos aliados na II Guerra. De uma forma um tanto canhestra, os fundamentalistas católicos que dão sustentação ao governo republicano de George W. Bush estão tentando passar a idéia de que todos os países estão, definitivamente, submetidos à vontade de um severo e hiperarmado xerife que não pensará duas vezes antes de fazer valer a sua conveniência.*

*O professor de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e coordenador do Núcleo de Relações Internacionais do Instituto Latino-americano de estudos Avançados (ILEA/UFRGS), Paulo Vizentini, conversou sobre isso com Clovis Ott, do JU. Aliás, dentro do assunto, o professor está preparando o livro “O império americano contra-ataca” (Leitura XXI). Concorde que o atual governo dos EUA age com uma estratégia definida e agressiva, mas adverte que as resistências que encontrará também são muito grandes, como ficou demonstrado nas manifestações contra a invasão e pela paz, por todo o mundo e que, no seu próprio país, a credibilidade da Casa Branca já está bastante abalada.*

JUNHO 2003 - EDIÇÃO Nº 63

**Jornal da Universidade - O mundo ficou perplexo com a guerra atípica movida pelos Estados Unidos, com apoio da Inglaterra, contra o Iraque. O senhor poderia ressaltar aspectos desta peculiaridade?**

**Paulo Vizentini** - A principal peculiaridade desta guerra foi a insistência e a pressão dos Estados Unidos em lançar um ataque ao Iraque, contra a vontade da comunidade internacional, da opinião pública mundial e, especialmente, dos seus próprios aliados. É bom lembrar que mesmo a Inglaterra de Tony Blair era, inicialmente, contrária ao conflito. Foi necessária muita pressão, e apenas países de segunda linha, como Espanha, Polônia e as pequenas petromonarquias do Golfo Pérsico atenderam facilmente ao pedido de apoio do presidente Bush. Os pretextos, como as armas de destruição massiva e supostos vínculos com o terrorismo, não convenciam, pois o regime de Saddam Hussein aceitou as inspeções da ONU, frente à determinação americana. Além disso, a tentativa de envolver a ONU fracassou completamente, sendo necessário contornar a organização no momento final. Mas o traço mais importante foi a recusa franco-alemã (o núcleo duro da União Européia) em seguir Washington e a crise da aliança atlântica (OTAN) que resultou da pressão americana. Todo o capital de simpatia e solidariedade que os Estados Unidos receberam após o 11 de setembro, desapareceu completamente. A arrogância da administração republicana teve como consequência a oposição da opinião pública, expressa em vigorosos movimentos pacifistas por todo mundo.

**JU - Até hoje, passados três meses do início do conflito não foram encontradas as "armas de destruição em massa", o alegado e, agora confessadamente, mentiroso motivo da agressão contra o Iraque. Este fato não deixa os governos de George W. Bush e de Tony Blair numa posição, pelo menos, incômoda diante da opinião pública mundial e de seus próprios países?**

**Vizentini** - É curioso, mas a popularidade de Bush está caindo mesmo nos Estados Unidos, pois as mentiras, a manipulação, o belicismo exagerado e os custos (baixos) que começaram a aparecer agora contrastam com o discurso oficial. Manipulações, como o caso do falso resgate da soldado americana aprisionada pelo exército iraquiano, completaram a desmoralização. A mídia americana e a nova produção cinematográfica de Hollywood são um reflexo desta mudança de atitude. Aliás, a própria guerra do Afeganistão, quase dois anos depois, ainda não acabou, e nenhum dirigente dos Talibãs ou da Al-Qaeda foi capturado, e os prisioneiros afegãos na base de Guantanamo são hoje uma dor de cabeça para a Casa Branca, frente à mobilização das organizações de defesa dos Direitos Humanos. Tony Blair, por outro lado, está numa situação ainda pior, pois os movimentos pacifistas ingleses foram muito fortes, e está enfrentando problemas enormes. O mesmo se passa com o primeiro ministro José Maria Aznar na Espanha, que arriscou seu futuro político. A mobilização dos espanhóis contra a guerra foi impressionante, abalando o governo.

**JU - Saddam Hussein, ditador acusado de ter cometido vários crimes enquanto exerceu o poder no Iraque, foi derrubado pelas tropas anglo-americanas. Por que as forças de ocupação que permanecem no país não são vistas como "libertadoras", mas como "invasoras", como comprovam os conflitos diários entre essas tropas e iraquianos?**

**Vizentini** - Por mais odiados que os ditadores da região possam ser aos olhos da população, eles são árabes, e isto não se compara ao vigoroso sentimento

anti-americano. O apoio irrestrito de Washington a Israel e o desprezo pelo mundo árabe e muçulmano são do conhecimento dos povos da região. Além disso, os bombardeios indiscriminados sobre o país, durante treze anos, fazem com que o sentimento de rejeição seja muito forte. Por outro lado, a inexistência de uma ajuda econômica substancial ao povo iraquiano e a visível cobiça pelos recursos naturais do país (petróleo e água) é indisfarçável e percebida mesmo pelo homem comum. Por fim, a incapacidade americana de compreender a lógica de outros povos, faz com que o convívio cotidiano se torne insuportável. E o fim do regime de Saddam faz com que os EUA sejam percebidos como o novo problema.

**JU - O fato do Iraque ter sido invadido por forças dos dois países que estão na gestão do sistema mundial desde o pós-guerra de 1945, e o escancarado interesse pelo petróleo do sub-solo iraquiano, não escancara também um neo-colonialismo que pouco se importa com culturas, fronteiras, acordos, comércio, soberania, autodeterminação, etc.?**

**Vizentini** - Sem dúvida! O colonialismo inglês gerou a frustração nacional dos árabes desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Depois de haver sido dominado pela Inglaterra, o Iraque tornou-se independente e buscou seu desenvolvimento, modernização e fortalecimento. Daí passou a sofrer pressões americanas, que contra eles apoiou Israel, o Irã do Xá Reza Pahlevi e, depois, as petromonarquias, inimigas das forças modernizantes do mundo árabe. Finalmente, treze anos de guerra anglo-americana contra Bagdá completaram o quadro. A rejeição à política das potências anglo-saxônicas já foi incorporada ao código genético dos povos da região, simbolicamente falando. Essas mesmas potências têm apoiado tiranos na região (como o próprio Saddam), espoliado seus recursos naturais e mantido os povos no atraso, inclusive apoiando grupos fundamentalistas islâmicos na época da Guerra Fria. Então, o discurso de libertação pode influir na percepção das classes médias ocidentais, mas não nos povos do Oriente Médio.

**JU - Como o senhor interpreta o fato de Donald Rumsfeld, ministro norte-americano da Defesa e formulador da estratégia da invasão ao Iraque, ter dito que esta guerra era "de sinalização, não para os iraquianos, mas para outros atores, e não só no Oriente Médio"?**

**Vizentini** - Acho que este é o principal fato da guerra. O "eixo do mal" é atacado porque não pode se defender, mas ele não constitui o verdadeiro inimigo. A autonomia da Europa ocidental, a recuperação da Rússia e a ascensão da China são os verdadeiros problemas, na percepção americana. Esta guerra teatral é destinada a impressionar os candidatos à posição de pólo de poder do século XXI e a bloquear o processo de emergência de uma constelação eurasiática em desenvolvimento. Em breve será lançado no Brasil o livro "Après l'Empire", do historiador e demógrafo francês Emmanuel Todd (Ed. Record), que recomendo a todos ler com muita atenção. O sentimento de declínio e desconforto que marcam a América ficaram evidentes. Se a maior potência do planeta derrotar o enfraquecido Iraque representa uma prova da vitalidade americana, então os EUA estão mal, pois o adversário não está à altura. É como o clube campeão derrotar um da segunda divisão. Washington também desejou demonstrar que nenhum país ou organização do mundo podem se opor à sua política. Isto não ajuda a construir uma hegemonia, que se baseia também em criar certo

consenso, aceitação e convergência de interesses.

**JU - Na sua opinião, esta guerra não estaria desenhando, em níveis internacionais, esboços de novos campos geo-políticos, geo-econômicos, geo- culturais e ético-morais?**

**Vizentini** - Acho que os Estados Unidos, apesar de tudo, não estão conseguindo seguir uma estratégia coerente para criar uma nova ordem mundial. Percebem corretamente os verdadeiros problemas (que não são o “eixo do mal”), mas não conseguem lidar frontalmente com eles, pois o mundo hoje é fortemente interdependente, e uma tensão frontal com a União Européia, Rússia e China, perturbariam o sistema mundial como um todo, afetando os próprios EUA. Assim, avançam pela linha de menor resistência, desperdiçando a força de que ainda dispõem, necessária para construir uma nova hegemonia. Ironicamente, o efeito da ação da administração republicana tem sido aprofundar os problemas, em lugar de resolvê-los, sendo o principal deles empurrar Paris, Berlim e Moscou para a formação de uma aliança informal, o “eixo da paz”, que é discretamente apoiado por Pequim. Então a Eurásia acaba emergindo como realidade geopolítica e geoeconômica, em resposta ao desafio americano. Os EUA têm perfeita consciência desta ameaça, como se observa em obras como “O grande tabuleiro”, do estrategista Zbigniew Brzezinski, ex-assessor do presidente Carter. Aprofunda-se também o fosso cultural em relação ao mundo muçulmano. Mas é interessante notar que a primeira vítima do ultra-conservadorismo dos falcões da Casa Branca têm sido a própria sociedade americana. Controlando as pastas da saúde, educação e justiça, os cristãos radicais da administração Bush têm, silenciosamente, avançado leis cerceadoras da liberdade e da igualdade. Talvez a reação venha de dentro da própria sociedade americana, na medida em que o trauma do 11 de setembro vá ficando para trás.

**JU - O fim do regime soviético, a queda do Muro de Berlim, a criação de novos países e a migração para a esfera de influência ocidental de vários ex-membros do antigo Pacto de Varsóvia decretaram a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria. Esta vitória leva, inevitavelmente, ao estabelecimento do “Império”?**

**Vizentini** - Acho que leva a uma “tentação imperial”, mas não ao Império. O mundo da globalização é vasto e complexo, com dinamismos múltiplos e blocos econômicos que são, cada vez mais, também políticos. Frente a esta realidade, faltam aos Estados Unidos três condições indispensáveis para a construção de um Império: recursos econômicos, capacidade militar e universalismo ideológico-cultural. O poder americano, exageradamente demonstrado, é mais aparente do que real. O país necessita da produção e dos capitais da Europa ocidental e da Ásia oriental para cobrir seus crescentes déficits. Basta ver que, a cada guerra, é necessário dividir a conta com aliados cada vez mais reticentes. A marinha e a aviação americanas possuem performances exemplares, mas seu exército tem demonstrado que só consegue lutar em condições de superioridade absoluta, o que representa uma desvantagem contra os países continentais da Eurásia. Como nação, os EUA estão super-armados, mas como Império, ainda despreparados. E sua cultura caracteriza-se por um crescente estranhamento em relação às demais, pois seu universalismo está em declínio, como se pode perceber pelo “Choque de civilizações” de Samuel Huntington. O mundo árabe-muçulmano, percebido como retrógrado, tem se caracterizado por uma grande redução da taxa de fecundidade nos últimos vinte anos, enquanto os

índices de alfabetização têm crescido, especialmente entre as mulheres, apesar da tentativa conservadora em reafirmar princípios ultrapassados (véu, lei islâmica, etc), que são justamente manifestações reativas, como ocorreu na história de outros povos. Contudo, ele é percebido como uma ameaça, apesar de estar se modernizando. O inglês é a língua universal dos internautas (como o latim na cristandade, após a queda do Império Romano), mas os idiomas e até dialetos locais têm, dialeticamente, se reafirmado, o que também ocorre no plano das culturas.

**JU - Países como a França, Alemanha, Rússia, Turquia, China, Índia, Paquistão e Japão, aparentemente, se opõem a uma nova ordem mundial da qual os Estados Unidos surgem como os únicos líderes. Por sua vez, os Estados Unidos têm muito interesse político e econômico na criação de novas alianças e no impedimento que outras se formem. Quais as suas margens de manobra, principalmente dos países citados?**

**Vizentini** - Que fique bem claro que o declínio americano não significa que vão deixar de liderar a curto ou médio prazo. É preciso observar, igualmente, que nenhum destes países deseja conflitar-se com os EUA, nem criar um bloco anti-americano. O euro vai ganhando terreno naturalmente e a China se enriquece, em parte, devido ao vantajoso comércio com os Estados Unidos (daí a postura discreta de Pequim durante a guerra). Não existe uma alternativa ao poderio e ao sistema americano neste momento nem no futuro imediato. Mas o mundo, que tende objetivamente a uma multipolaridade, não está disposto a aceitar formas de comportamento que sejam danosas ao sistema como um todo. Imaginem uma parceria onde as ações do sócio maior vão diminuindo, proporcionalmente, a cada ano. Ele tenta mudar as regras do jogo, mas os outros não aceitam, e não convém a ninguém acabar com a sociedade. É algo assim que está acontecendo. Então, a margem de manobra é pequena, mas existe e não pode ser impedida por Washington. Depois de quase sessenta anos, a Alemanha disse não e o Japão não disse sim... E a Rússia, que há pouco tempo parecia em desagregação, voltou a falar forte. A opinião pública, que estava calada desde o início da “guerra ao terrorismo”, voltou a falar a palavra paz. Finalmente, os EUA terão que recompor, ainda que parcialmente, suas abaladas alianças, pois após a guerra a diplomacia e o comércio prosseguem.

**JU - Qual seria o papel da África e das Américas do Sul e Central neste xadrez?**

**Vizentini** - Países como o Brasil e a África do Sul estão promovendo processos de integração na América do Sul e na África Austral, e se habilitando a participar de um sistema multipolar. Embora suas economias e poder sejam modestos comparados com os países anteriormente mencionados, eles encontram-se em espaços geopolíticos de menor tensão e, com as alianças externas adequadas, podem participar da grande política mundial. Aliás, já estão fazendo. Rejeitar a agenda militar e afirmar a do desenvolvimento econômico, já é uma grande contribuição e a recente criação do Grupo dos 3 (G-3: Brasil, África do Sul e Índia), logo após a reunião do G-7 é uma prova disto. Mas a América Central é área de influência americana e o centro-norte da África é um espaço ainda desorganizado, que depende do processo de paz do Oriente Médio e da projeção da União Européia na região.

**JU - O senhor acredita que a ONU ainda tenha algum papel a cumprir a não ser o de enviar “forças mantenedoras de paz” a locais de conflitos pontuais e de menor**

**expressão, onde grandes interessados não querem desgastar sua imagem, perder dinheiro nem arriscar soldados?**

**Vizentini** - No episódio da guerra anglo-americana contra o Iraque, a ONU caiu, mas de pé. Ela não autorizou o conflito e foi contornada. Os EUA tiveram um elevado custo político por isso. Mas não foi a primeira vez (e talvez nem a última), e a ONU continua necessária, pois constitui o único fórum político onde todos os países estão representados. O domínio de uma única potência é impensável e a tríade FMI/Banco Mundial/OMC não tem envergadura para gerenciar o planeta, pois são organizações econômicas. A crise sistêmica que abala o mundo demanda que a agenda político-diplomática receba prioridade, o que mesmo o mundo dos negócios começa a reconhecer. A gradativa emergência de um mundo multipolar terá como consequência necessária um novo papel para a ONU reformada, que será da conveniência inclusive dos Estados Unidos. Este país, apesar da equipe insensível e equivocada que o governa atualmente, não é nenhum monstro. Seu problema tem sido, desde o fim da Guerra Fria, encontrar um novo papel no mundo, o que ele ainda não conseguiu.

**JU** - De 1480 a 1800 ocorreu uma guerra a cada três anos; de 1800 a 1940, uma guerra a cada um ou dois anos; depois de 1945, uma guerra a cada 14 meses; no século XVIII, houve 68 guerras que fizeram quatro milhões de mortos; no século XIX, 205 guerras com oito milhões de mortos; no século XX, 275 guerras com 115 milhões de mortos. O senhor faria uma previsão para o século XXI, que recém alcança o seu terceiro ano?

**Vizentini** - Interessante que você partiu do século XV, pois creio que um grande ciclo histórico está se encerrando e dando início a outro. Este período foi marcado por quatro séculos de domínio europeu e um norte-americano. Agora o ímpeto da expansão do norte para o sul perde força e inicia-se um movimento inverso, com um ciclo que se completa. Não falo apenas dos movimentos migratórios em direção aos países desenvolvidos, mas de uma tendência histórica à estabilização do planeta, em termos de demografia, economia e cultura. Evidente que ainda estamos no ápice da crise e da transição, e ainda vão haver muitas guerras com grande mortandade. Mas o século XXI vai acabar conhecendo certa estabilidade, decorrente de um movimento histórico de longa duração, com a globalização e a revolução científico-tecnológica sendo matizadas por uma agenda social, ambiental e democrática. Sei que estas idéias, aqui apresentadas esquemática e provocativamente, estão em desacordo com as aparências, mas é preciso refletir um pouco além da conjuntura.



# Sergio Rezende



## “A Finep se reaproximará das universidades”

*Considerado por seus contemporâneos como um dos mais brilhantes pesquisadores brasileiros, Sérgio Rezende, físico carioca de 62 anos com doutorado pelo Massachusetts Institute of Technology em 1967, assumiu em maio a presidência da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), órgão de fomento ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Para exercer a função, deixou o cargo de secretário do Patrimônio, Ciência e Cultura da Prefeitura de Olinda (PE). Antes disso, atuou como professor em diversas universidades e abriu a Fundação de Amparo à Pesquisa de Pernambuco. Após 30 anos, Rezende é o primeiro pesquisador a dirigir a Finep. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), suas idéias estão em sintonia com as do novo governo. Ele veio a Porto Alegre participar de debate no evento Magnetorresistência – um gigante invisível, promovido pelo Instituto de Física em parceria com o Instituto de Informática e a Escola de Engenharia, com o apoio da Pró-reitoria de Pesquisa da UFRGS. Depois, conversou com Clovis Ott, do JU, com a pró-reitora de Planejamento e Administração e secretária de Desenvolvimento Tecnológico, Maria Alice Lahorgue, e com o pró-reitor de Pesquisa, Carlos Alexandre Netto. Na entrevista esclareceu como vê as funções e os objetivos da Finep, definiu prioridades, falou de verbas e, coerente com seu discurso de posse, reafirmou que pretende reaproximar a Finep das universidades, sem prejudicar os financiamentos de inovação nas empresas.*

JULHO/AGOSTO 2003 - EDIÇÃO Nº 64

**Jornal da Universidade - No organograma do Ministério de Ciência e de Tecnologia, qual é a missão da Finep?**

**Sergio Rezende** - A missão da Finep é promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, centros de pesquisa, governo e entidades do terceiro setor, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país. Mais: a Finep tem também como objetivos expandir e aperfeiçoar o Sistema Nacional de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), incentivando o aumento na produção do conhecimento e da capacitação científica e tecnológica do país; induzir e estimular atividades que promovam a ampliação da capacidade de inovação, de geração e incorporação de conhecimento científico e tecnológico na produção de bens e serviços. Também colabora para que as metas das políticas do governo federal tenham sucesso. A Finep tem ainda duplo papel para financiamento de CT&I a fundo perdido, como Secretaria Executiva do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia), desde 1971, e como Banco de Fomento, desenvolvendo o crédito reembolsável. Com isso, a Finep desempenhará um importante papel na nova política industrial do país. Como? Induzindo e financiando P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) nas empresas, junto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Neste patamar, o governo assegurará compras em setores estratégicos.

**JU - Quais são os principais desafios da agência neste início de governo e da sua gestão como diretor-presidente?**

**Rezende** - O principal desafio é com os fundos setoriais (FNDCT). Assim, a Finep participará ativamente na definição das políticas dos comitês gestores, mobilizando comunidades para identificar e discutir oportunidades, financiando toda a cadeia do conhecimento. Os recursos financeiros serão FNDCT, criado em 1969 e revigorado a partir de 2000 pelos fundos setoriais para apoio ao desenvolvimento de CT&I. Pretende também utilizar capital próprio, com recursos do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento) e do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para o financiamento de empresas com retorno. Mas há também um novo e grande desafio a ser enfrentado pela Finep: o de criar uma nova geração de empresários empreendedores de tecnologia através da pesquisa e do empreendedorismo de estudantes, no ambiente universitário, com o incentivo às incubadoras de empresas de base tecnológica. Para isso, é preciso criar parques tecnológicos, incentivar o capital de risco e uma política de crédito industrial favoráveis à tecnologia.

**JU - Qual a política de fomento que o senhor pretende imprimir?**

**Rezende** - Em princípio, nada de novo. Basta, apenas, seguir o que está estabelecido. A política de fomento da Finep é norteada pelo apoio a ações de CT&I voltadas à ampliação do conhecimento e à formação de recursos humanos que aumente a competitividade de produtos, processos e serviços no mercado internacional. É claro que, com isso, e num primeiro momento, busca-se o aumento das exportações. Mas o aumento da qualidade dos produtos, processos e serviços para o mercado nacional sujeitos à competição internacional também interessam para substituir as importações, promover a inclusão social, reduzir as disparidades regionais, valorizar a capacidade científica e tecnológica insta-

lada e dos recursos naturais do Brasil. Com isso, a Finep favorecerá universidades, instituições de ensino e pesquisa, institutos e centros de pesquisa tecnológica, empresas nascentes de base tecnológica, parques tecnológicos, pequenas, médias e grandes empresas e outras organizações não-governamentais.

**JU - Além dessas, convencionais e estatutárias, existem outras formas de apoio?**

**Rezende** - Sim. Outras formas de apoio, especialmente dirigidas às empresas, são proporcionadas através de aval ou fiança, garantia de liquidez e bolsas RHAE (Recursos Humanos para Atividades Estratégicas), aprovadas pela Finep e operadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Isto é feito através de chamada pública, fomento direto, encomenda governamental ou demanda espontânea.

**JU - Qual o papel da Finep na atual política de Ciência e Tecnologia?**

**Rezende** - A Finep tem um duplo papel. Ambos importantes. Um deles é o de financiar a Ciência e a Tecnologia como um todo, aí incluindo universidades, centros de pesquisas, entidades que fazem pesquisas em vários setores. O setor industrial brasileiro perdeu muita competitividade nos últimos anos por falta de política industrial. Para que possa produzir produtos com maior valor agregado, substituir importações e aumentar o valor das exportações é preciso ter inovação. Por isso, a Finep também financia inovação nas empresas.

**JU - Como a Finep vê o papel da universidade no esforço que está sendo feito no campo da inovação tecnológica?**

**Rezende** - A Finep, nos seus 20 primeiros anos de vida, foi o principal órgão federal de financiamento de universidades, infra-estrutura e custeio. Mas nos últimos anos, por opção das suas direções anteriores, se afastou das universidades e passou a privilegiar a interação com as empresas. Agora, já durante a campanha eleitoral para a Presidência da República, o presidente Lula disse que a ciência e a tecnologia representariam um papel importante no projeto de país que ele pretende implantar. O que se está fazendo é o cumprimento desta promessa. Temos um grande potencial, contando com a maior e mais qualificada comunidade científica da América Latina. Mas, por falta de cultura empresarial, a pesquisa ainda não é incorporada à cadeia produtiva. Um dos nossos papéis será este. Estamos retomando a aproximação com as universidades de várias maneiras: começaremos a financiar, de uma forma mais intensa, todo o ciclo de conhecimento, da pesquisa básica à ponta de alguns setores. Na nova missão da Finep, reintroduzimos a palavra universidade, que antes estava dentro de instituições e pesquisa. A Finep tem hoje a maior variedade de instrumentos e o maior orçamento para apoiar a ciência e a tecnologia. Essa aproximação da Finep com a universidade é uma mudança de política. Pela primeira vez em 30 anos a Finep tem na sua presidência um pesquisador universitário. Tem, na sua diretoria, Odilon Canto, que é gaúcho, um pesquisador universitário. Isso nunca houve. A Finep sempre foi dirigida por pessoas que eram gestoras de ciência e tecnologia e não praticantes de ciência e tecnologia. A nossa visão é um pouco diferente. Nós reconhecemos que a Finep fez muita coisa importante na aproximação com as empresas mas é preciso retomar os caminhos anteriores.

**JU - Na sua palestra na conferência da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento e Engenharia de Empresas Inovadoras (ANPEI), quando o senhor tratou da missão da Finep, foi dada ênfase à palavra "universidade". Por que?**

**Rezende** - No início da gestão passada, anunciou-se que a Finep se voltaria mais para as empresas e se afastaria das universidades, já que estar junto das universidades era considerado como papel exclusivo do CNPq. Acredito que a Finep deva continuar trabalhando com as empresas. Mas também se reaproximará das universidades. Por que? Porque 90% da pesquisa brasileira sai das universidades públicas. Isso é uma realidade e continuará a ser por muito tempo. Para financiar o sistema de inovação é preciso olhar a universidade com muito cuidado. A Finep tem condições de fazer isso. Por olhar o ambiente das empresas e também o que acontece nas universidades, pode contribuir, diretamente, para fazer a transferência, o transbordamento do conhecimento gerado ali dentro para uso das empresas. Hoje, “universidade” está nos folhetos da Finep como parte das instituições de pesquisa. Uma universidade não é só uma instituição de pesquisa. É mais do que isso. Além de fazer pesquisa, forma gente.

**JU** - Essa retomada da interação com a universidade não vem um pouco tarde? Nossas universidades públicas vão mal. Não têm recursos, seu pessoal está insatisfeito, e esta insatisfação provoca, inclusive, a evasão dos seus professores mais qualificados...

**Rezende** - Antes tarde do que nunca. Estamos com um governo novo e esse governo está reconhecendo que o conhecimento está concentrado na universidade. Então, é preciso retomar. O importante é que o governo do presidente Lula reconhece o padrão essencial das universidades e está privilegiando o apoio às instituições. O CNPq, outro órgão voltado à ciência e à tecnologia, está com mais recursos. Apesar dos recursos estarem muito comprometidos com projetos anteriores, anunciamos no dia 11 de julho, novos editais do fundo de infra-estrutura, o apoio a jovens pesquisadores e para novos grupos de pesquisa. Por enquanto, não há recursos para fazer os grandes financiamentos.

**JU** - Por que os recursos disponíveis atualmente para esta área são tão apertados?

**Rezende** - Porque o governo anterior não privilegiou a ciência e a tecnologia. O orçamento para este ano não foi feito pelo governo atual.

**JU** - E o que mudará em relação à antiga gestão?

**Rezende** - No governo passado, houve um progresso quando foram criados os fundos setoriais, que acabaram sendo contingenciados. No governo Lula, pelo contrário, os fundos foram liberados. O que a Finep já repassou em 2003 para projetos aprovados anteriormente é 72% do total do ano passado. A Finep ainda receberá este ano do governo federal 50% a mais do que em 2002. Você vai concordar que isso já é um aumento considerável. Mas a maior mudança que ocorrerá será na forma de gestão dos fundos. Hoje, cada um tem um comitê gestor e cada comitê tem uma determinada política. Falta uma coordenação melhor entre as políticas dos fundos. Buscamos uma política mais coerente, mais consistente, mais coordenada para os fundos.

**JU** - Neste setor, quais serão as prioridades no orçamento no novo governo?

**Rezende** - Teremos recursos para a pesquisa básica, de maneira mais ampla. Em termos de setores de importância econômica, as prioridades maiores serão: fármacos e medicamentos, tecnologia da informação, química fina e microeletrônica. São quatro áreas que terão importância fundamental, tanto do lado da Finep quanto do BNDES.

**JU** - Como a Finep encara a atividade de interação e transferência de tecnologia de-

**sempenhada pelos escritórios das universidades?**

**Rezende** - Eu mencionei anteriormente que uma das dificuldades que temos hoje é que o MCT não tem recursos orçamentários suficientes. Estamos trabalhando com recursos dos fundos setoriais. O Fundo Verde Amarelo, cujo nome é Fundo de Interação Universidade-Empresa, é o fundo adequado para fazer isso. Não é a Finep que decide a política do Fundo, quem decide é o Comitê Gestor. Uma proposta da Finep para o Comitê Gestor do Fundo Verde Amarelo é a de apoio a esses escritórios. Mas não vou dizer que vamos financiar porque a decisão não é nossa, é do Comitê Gestor. Depende da política do MCT. Eu acho que os escritórios têm papel importantíssimo, porque é exatamente disso que estamos precisando. É necessário uma mudança de cultura. Para que isso ocorra, são urgentes ações em várias áreas e que o pesquisador não fique fechado na universidade. É lógico que em algumas áreas ele vai ficar com as pesquisas básicas, que são trabalhos universitários e certas áreas que não tem aplicações. Nas áreas onde há aplicações como química, biotecnologia, todos os setores das engenharias, é preciso estimular, facilitar, para que o pesquisador não fique preso dentro dos muros da universidade.

**JU** - O senhor disse que a Finep retomará as ações com a universidade, ou seja, mais diretamente com a comunidade acadêmica. A comunidade se ressentiu dessa ausência, dessa distância que existiu no período anterior. O senhor poderia recordar alguns exemplos de sucessos dos investimentos da Finep em empresas de tecnologia, para que a comunidade tenha esse contraponto, o de que é importante investir na universidade como nas empresas?

**Rezende** - Quando eu digo “retomar uma interação maior com a universidade”, não estou me referindo àquele tipo de apoio que ela já tem, que é o apoio institucional que, por exemplo, financiava tudo: infra-estrutura, equipamento de laboratório, custeio, contratação de pessoal. Isto não voltará por duas razões: uma delas é que apareceram trabalhos de muita gente com diferentes fontes de financiamento. Outra, é que seriam precisos recursos muito além dos fundos setoriais para que a Finep pudesse ter compromisso com cada instituto, cada departamento das universidades. Quando houver mais recurso, a nossa intenção é financiar atividades de universidade onde existam interesse de setores econômicos. Recordo que a Finep também alocou recursos para o desenvolvimento da indústria aeronáutica (particularmente, do avião Tucano), contribuindo para fazer da Embraer a maior exportadora do país. Outra área relevante foi a da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luis Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia), principalmente nas pesquisas para prospecção de petróleo em águas profundas. Além da capacitação de recursos humanos altamente qualificados, esta área vem aproximando o país da autonomia em petróleo e contribuindo para o equilíbrio da balança comercial.

**JU** - O senhor faria algum comentário sobre a questão da lei da inovação que esteve por ser aprovada e foi retirada?

**Rezende** - A lei da inovação foi feita muito baseada na lei francesa, que está sendo modificada agora. A China tem um modelo interessante. O que nós podemos fazer é voltar a discutir a lei da inovação. É bom que ela não tenha sido aprovada, porque nós temos um novo governo, com novas políticas. Se não está havendo uma maior interação da universidade com a empresa não

é por falta de lei. O que falta é um ambiente propício para que isso aconteça. Tanto que nos lugares onde há a possibilidade concreta de interação, isto ocorre, independentemente da lei. No Rio de Janeiro, pesquisadores da Coppe têm uma grande interação com a Petrobras; em São Carlos, há uma grande interação entre as universidades e as empresas da região; em Campinas, também. A lei contribuirá mas não resolverá. O que está faltando no Brasil é uma cultura do empresariado, uma cultura industrial onde a questão tecnológica tenha papel importante. Precisa, por exemplo, que o Ministério da Saúde diga: vamos comprar tais e tais medicamentos, feitos por empresas nacionais, desenvolvidos a partir de tais e tais tecnologias. Quer dizer, é preciso haver nos ministérios uma política de desenvolvimento, pois tem um poder enorme, independentemente de qualquer lei.

**JU - Há pouco, na sua intervenção, o senhor disse que tinha uma boa notícia para o Rio Grande do Sul. Que notícia é esta?**

**Rezende** - Enquanto durante todo o ano de 2002 o desempenho total do FNDCT foi de R\$ 316,5 milhões, somente de fevereiro a junho de 2003, o tesouro autorizou e a Finep empenhou R\$ 230 milhões, para mais de 700 projetos de mais de 250 instituições. Em 4 meses, a Finep desembolsou para o Rio Grande do Sul um total de R\$ 11.022.071, e já estão empenhados, para liberação nas próximas semanas R\$ 9.405.601, beneficiando 58 projetos.

**JU - Qual será o papel reservado para a C&T no atual governo?**

**Rezende** - O Brasil tem a maior e melhor base de C&T da América Latina. Portanto, chegou a hora de redefinir a inserção do povo brasileiro na divisão internacional do trabalho e de colocar como prioridade a substituição de importação de tecnologia e a realização de trabalho de pesquisa e desenvolvimento incorporando C&T e soberania.

# REITORES

## **Carlos Rodolfo Hartmann**

reitor da Universidade Federal de Rio Grande

## **Jader Nunes de Oliveira**

reitor da Universidade Federal da Paraíba

## **José Antonio de Souza Veiga**

reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ro

## **José Fernandes de Lima**

reitor da Universidade Federal de Sergipe

e vice-presidente da Andifes

## **Milca Severino Pereira**

reitora da Universidade Federal de Goiás

## **Reitores de universidades federais avaliam o encontro com Lula**

*Nestas páginas, cinco reitores de universidades que integram a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) avaliam o encontro que os dirigentes das universidades públicas tiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início de agosto. Respondem às perguntas formuladas pelo Jornal da Universidade, o reitor da Universidade Federal de Rio Grande, Carlos Rodolfo Hartmann; o reitor da Universidade Federal da Paraíba, Jader Nunes de Oliveira; o reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, José Antonio de Souza Veiga, o reitor da Universidade Federal de Sergipe e vice-presidente da Andifes, José Fernandes de Lima e a reitora da Universidade Federal de Goiás, Milca Severino Pereira.*

SETEMBRO 2003 - EDIÇÃO Nº 65

**Jornal da Universidade** - No dia 5 de agosto passado, o presidente da República recebeu os dirigentes das instituições federais de ensino superior. Qual a sua avaliação sobre esse encontro?

**Carlos Rodolfo Hartmann, reitor da Universidade Federal de Rio Grande** - É a segunda vez que os dirigentes das instituições federais de ensino superior se encontram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na primeira, em setembro de 2002, foi entregue ao então candidato à presidência da República o Documento da Andifes aos Presidenciais, que sintetizava as preocupações dos dirigentes diante dos cenários acadêmico e institucional das Ifes, assim como, manifestava a disposição ao diálogo amplo e permanente em busca de soluções dos compromissos assumidos pelas instituições com o desenvolvimento do saber e as desejadas transformações da sociedade brasileira. Na segunda, em 5 de agosto passado, lhe foi apresentada uma proposta para expansão e modernização do sistema público federal de ensino superior. Esse último encontro foi especialmente importante, pois, pela primeira vez, um presidente da República recebeu os dirigentes das Ifes para conhecer e discutir uma proposta que procura definir o futuro do referido sistema.

Creio que, apesar do clima de instabilidade por que passam as Ifes – carência de recursos humanos, limitação orçamentária, falta de disponibilidade financeira, autonomia universitária totalmente descaracterizada, aliadas à tramitação da proposta de reformulação previdenciária – não poderíamos esperar que o presidente da República, na mesma reunião, apresentasse soluções para os nossos problemas emergenciais. Já havíamos acordado que apresentaríamos ao primeiro mandatário da nação uma agenda positiva que tratasse do futuro das instituições, deixando as questões operacionais para serem discutidas posteriormente junto aos diferentes agentes do governo. Assim, o principal objetivo da reunião foi o de dar conhecimento e procurar convencer o presidente da República da importância da proposta para que nossas instituições possam continuar sendo referência na formação de recursos humanos e responsáveis pela maioria dos projetos de pesquisa realizados no país. Sua convicção é que permitirá que se encontre a condição política necessária à implementação do mesmo. Pelas manifestações do presidente Lula na reunião e dos presidentes das Comissões de Educação do Senado e da Câmara na abertura do seminário “Universidade: Por que e como reformar?”, promovido pelo Ministério da Educação, Câmara dos Deputados e Senado Federal, no dia seguinte, destacando a importância e a necessidade da manutenção e do crescimento do sistema como um todo, entendo que o encontro foi bastante positivo, começando a dar seus primeiros resultados.

**Jader Nunes de Oliveira, reitor da Universidade Federal da Paraíba** - Foi, pelo menos na história recente do país, a primeira reunião de trabalho entre o presidente da República e os dirigentes de nossas instituições federais de ensino superior. O encontro, realizado a partir de uma iniciativa da Andifes, além de inédito, é também um fato relevante e muito promissor. Em anos anteriores, nas raras vezes em que foram recebidos pelo presidente da República, os reitores apenas constituíram platéia em cerimônias protocolares.

**José Antonio de Souza Veiga, reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro** - Ao conceder audiência aos dirigentes das Ifes, o senhor presidente

estabeleceu um novo marco nas relações entre as Ifes e o Poder Executivo. O encontro sinalizou aos demais níveis da administração pública a importância das Ifes para o novo projeto de governo. Sem dúvida, foi um momento histórico. **José Fernandes de Lima, reitor da Universidade Federal de Sergipe e vice-presidente da Andifes** - O encontro foi muito positivo porque tivemos a oportunidade de apresentar ao presidente da República um elenco de propostas que visam o crescimento e a melhoria das universidades federais. Essas propostas, apresentadas de forma brilhante pela presidente da Andifes, Wrana Panizzi, foram ouvidas com atenção pelo presidente, que dedicou duas horas à discussão com todos os reitores e dirigentes de instituições federais de ensino superior. **Milca Severino Pereira, reitora da Universidade Federal de Goiás** - Foi muito importante para as instituições federais de ensino superior a interlocução direta com o senhor presidente da República, pois tivemos a oportunidade, singular, para expormos a ele nossas expectativas, dificuldades enfrentadas no cotidiano e, principalmente, uma proposta de crescimento/fortalecimento do Sistema Federal de Ensino, na qual está enfatizado o papel e contribuição do sistema para o desenvolvimento do nosso país. Essa audiência com o presidente representa uma demonstração de respeito do governo em relação às Ifes e sua preocupação com os problemas de funcionamento por que passam estas instituições de ensino.

**JU** - Na reunião com o presidente, a Andifes apresentou uma série de propostas visando à expansão e à modernização do sistema federal de ensino superior. Qual é a sua expectativa com relação à efetivação dessas propostas?

**Carlos Rodolfo** - O documento apresentado pela Andifes é uma proposta de trabalho para os próximos quatro anos. A bem da verdade, a intenção inicial dos dirigentes era a de apresentar ao presidente da República um protocolo de intenções previamente acordado com o Ministério da Educação, no qual estariam claramente definidos os compromissos de cada parte. Como não conseguimos elaborar esse documento em tempo hábil, decidimos apresentar ao presidente um conjunto de ações e metas que, se implementadas, não só reverterão as tendências atuais de participação cada vez menor das Ifes no ensino superior brasileiro como, principalmente, fortalecerão seu papel estratégico e sua função social. A efetivação ou não da proposta depende, primordialmente, de uma ação do governo federal. Se houver recomposição das condições de trabalho e de financiamento das Ifes, as medidas necessárias à concretização plena da proposta certamente serão implementadas pelas instituições.

**Jader Nunes** - Ao término da reunião, o presidente determinou ao ministro da Educação a inclusão no plano plurianual de recursos orçamentários necessários à expansão de vagas no ensino de graduação proposta pela Andifes. Se houver a disponibilização desses recursos, poderemos programar para os próximos quatro anos uma expansão com qualidade das matrículas em nossas instituições.

**José Antonio** - As propostas apresentadas pela Andifes são, no seu conjunto, ousadas em face da grandeza de suas metas, porém factíveis caso o governo federal garanta as condições necessárias de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos.

**José Fernandes** - Acreditamos que essas propostas serão levadas a efeito, porque o presidente da República deixou muito claro o seu respeito e a sua

crença no valor das instituições federais de ensino superior, dando a entender que as universidades e as demais instituições federais de ensino superior constituem uma parte importante no seu projeto de desenvolvimento do país. Como demonstração de que essas propostas deverão ser efetivadas, há o fato de o presidente ter determinado que sejam contempladas no PPA para o recebimento de recursos nos orçamentos futuros.

**Milca** - A Andifes deseja que o Brasil seja independente e soberano, e isso só será possível se tivermos avanços científicos e tecnológicos significativos e permanentes. Esperamos que as Ifes sejam vistas pelo governo como instituições estratégicas para o desenvolvimento do país e tenham as condições necessárias para o seu funcionamento e implementação de suas propostas. Por ocasião do encontro com os dirigentes das Ifes, o presidente da República prometeu envidar esforços visando criar condições para superar as dificuldades a ele apresentadas e fazer investimentos nas Ifes. Solicitou, inclusive, ao Ministério da Educação que viabilizasse a inclusão das propostas no PPA (Plano Plurianual).

**JU - Entre os temas tratados com o presidente, a ampliação da oferta de vagas mereceu particular destaque. O que caberia ao governo e o que caberia às universidades na realização dessa meta?**

**Carlos Rodolfo** - Entendo que a proposta de duplicar o número de alunos na graduação é bastante arrojada. Para que se possa fazer uma análise mais detalhada da mesma, deve-se levar em conta que o crescimento dar-se-á no sistema como um todo, ou seja, superando as desigualdades de oferta de vagas em cada Estado através da interiorização das ações das universidades existentes, de projetos de educação a distância e da criação, quando necessário, de novas instituições federais de ensino superior.

Não creio que as Ifes poderão atingir essa meta, pois significaria, em muitos casos, ter que duplicar, em menos de quatro anos, a infra-estrutura existente e alterar de forma significativa seus projetos político-pedagógicos. Somente através de um planejamento bem elaborado que leve em conta as características institucionais, suas vocações, a qualificação dos recursos humanos e condições de infra-estrutura, é que poderemos retirar a parcela com que cada Ifes contribuirá na implementação dessa meta.

**Jader Nunes** - Ao governo compete viabilizar os recursos orçamentários objetivando: a) recuperar e modernizar a infra-estrutura acadêmica de nossas instituições, sobretudo de nossos cursos de graduação e, notadamente, de laboratórios, salas de aula e bibliotecas; b) assegurar o custeio da manutenção básica das atividades associadas a essa expansão; c) os recursos humanos necessários à ampliação da oferta de vagas. Às universidades cabe planejar a ampliação da oferta dessas vagas, com uma programação compatível com sua capacidade instalada, seja criando novos cursos que consultem as necessidades e as demandas da sociedade na região onde elas estão inseridas, ou implantando, no turno da noite, cursos que hoje são oferecidos somente no período diurno, buscando resgatar a dívida social existente com a imensa maioria da população brasileira.

**José Antonio** - Reforma e expansão das instalações físicas; recuperação e aquisição de equipamentos e recomposição e ampliação dos quadros docentes e de técnicos-administrativos, criando novos cursos e ampliando o número de

vagas nos existentes, em especial, no horário noturno.

**José Fernandes** - No tocante à ampliação de vagas, entendemos que se faz necessário tendo em vista o papel regulador da qualidade do ensino que desempenham essas instituições. Nesse processo de ampliação, as universidades deverão propor a modificação dos currículos, com a criação de novos cursos, a abertura de vagas nos cursos noturnos e um maior investimento na formação dos professores. Enquanto isso, o governo deve oferecer as condições materiais para a abertura de concursos, reposição dos professores e funcionários que se aposentaram, melhoria e adaptação das universidades, além de adaptar o custeio às necessidades reais dessas instituições. É importante salientar que, tendo em vista a qualidade de alunos carentes hoje presentes nas universidades, é necessária a formalização de uma política de assistência que garanta a permanência e o bom desempenho desses estudantes nessas universidades.

**Milca** - Primeiramente temos que pensar em viabilizar a recomposição do quadro de pessoal das Ifes, pois o déficit de docentes e técnicos-administrativos representa um dos maiores problemas que estão sendo enfrentados pelas Ifes. Precisamos, também, resolver a questão relativa a investimentos em infra-estrutura, principalmente para a recuperação e conservação da estrutura física para o ensino e pesquisa. Estas questões demandam ações do governo federal. Na minha análise, o custoXbenefício é extremamente defensável, pois ensino de qualidade e geração de conhecimento são necessidades concretas e precisam ser supridas. As Ifes poderão estar contribuindo para a ampliação de vagas mediante o oferecimento de cursos de graduação no turno da noite, viabilizando maior acesso ao ensino superior aos jovens que precisam compatibilizar o trabalho com os estudos.

**JU - No documento encaminhado ao presidente, a Andifes considera "inadiável" a construção e implementação de uma proposta de autonomia universitária. Que iniciativas deveriam ser tomadas, imediatamente, nessa direção?**

**Carlos Rodolfo** - O projeto de autonomia universitária vem sendo discutido há mais de dez anos sem que se tenha chegado a uma proposta definitiva. Apesar de a matéria ser constitucional, as instituições vêm, ano após ano, perdendo autonomia, chegando ao absurdo de ter que solicitar autorização ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para poder contratar um professor substituto. Na área orçamentária não é diferente. Cada vez mais são editados decretos-leis que contingenciam e engessam a execução do orçamento. Assim, hoje, as Ifes gozam somente de alguma autonomia didático-científica. Portanto, é urgente que a discussão do tema autonomia universitária seja priorizada. Creio que, reunindo em uma mesa de negociação o governo federal, o Andes, a Fasubra, a UNE e a Andifes, saberemos, a partir dos projetos existentes e em um período curto, construir e implementar um projeto que não só dê a autonomia tão desejada como também preveja os recursos necessários à manutenção e o desenvolvimento das instituições federais de ensino superior.

**Jader Nunes** - Algumas premissas se impõem. A primeira é abolir a compreensão autoritária, reinante nos últimos oito anos, de que o governo é o detentor da autonomia universitária e que, por essa razão, pode concedê-la no formato que pretender e na proporção que desejar. Não é. Ela é um princípio constitucional consagrado no artigo 207 de nossa Carta Magna. A outra é suprimir

o entendimento — que também prevaleceu no governo anterior — de que a autonomia pode ser restringida ao aspecto financeiro. Ou a um modelo de gestão. Isso seria abastardar o conceito universal da autonomia universitária. No campo das iniciativas, duas providências são necessárias. A mais urgente é a remoção dos entulhos normativos — decretos presidenciais, portarias ministeriais, instruções normativas, etc. — que, na prática, tornam letra morta o dispositivo constitucional. Este é um pleito histórico da Andifes, prometido e não cumprido pelo governo passado e também assegurado pelo atual, mas que não ultrapassou o terreno da retórica. A segunda é contemplar no nosso arcabouço jurídico a definição de que as universidades federais brasileiras são instituições integrantes do Estado nacional e não órgãos do governo. Isso pode ser viabilizado com a definição de um novo ente jurídico para as nossas Ifes nos termos formulados no projeto de lei orgânica da Andifes.

**José Antonio** - Resgatar a proposta de lei orgânica das Ifes elaborada no âmbito da Andifes e após revisão, ser apresentada para debate. Estabelecer um processo gradual de implantação da autonomia a partir da simplificação dos procedimentos administrativos, orçamentário-financeiros e de gestão de patrimônio.

**José Fernandes** - O processo de ampliação e melhoria pelo qual já passam as Ifes poderia ser ampliado e agilizado se fosse eliminado o entulho normativo que se constitui em verdadeiro obstáculo à boa administração. É necessário que as instituições federais de ensino tenham autonomia administrativa, didática e financeira para que possam cumprir com maior eficiência seu papel de formar cidadãos e pensar o desenvolvimento do país.

**Milca** - Autonomia universitária é um tema complexo e muito importante para as Ifes. Na minha visão, dever-se-ia abrir um amplo debate com os diferentes atores do processo: governo federal, Congresso Nacional, comunidade universitária e sociedade. A Andifes tem envidado esforços no sentido de colocar este tema na pauta de discussões, porém, até o momento, não logrou êxito. Na minha opinião, há um ponto muito vulnerável na proposta de autonomia, que é a questão do financiamento. Sem uma clara definição sobre o financiamento das Ifes, seguramente, o projeto será prejudicado.



# Marcel Bursztyn



**“Está na hora de ativarmos a cooperação acadêmica com o Mercosul”**

*Marcel Bursztyn, o novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é sociólogo da Universidade de Brasília, onde dirigiu o Centro de Desenvolvimento Sustentável, um Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Embora a vinculação com a UnB seja na área da Sociologia, sua formação original é em Economia, com mestrado em Planejamento Urbano Regional e especialização em Planejamento Urbano na Escócia. Bursztyn fez doutorado em Desenvolvimento Econômico e Social na Sorbonne, em Paris, e em Economia Regional na Universidade de Amiens, também na França. No início de outubro, ele esteve em Porto Alegre para participar de um debate sobre Ciência e Tecnologia e conversou com Ademar Vargas de Freitas, do Jornal da Universidade. Começou a entrevista falando sobre os desafios imediatos que a Capes terá que enfrentar e referiu-se, entre outros assuntos, às diferenças regionais do país, que influem na avaliação da pós-graduação no Brasil, ao remanejamento dos espaços de determinadas áreas e à importância da cooperação nacional e internacional.*

OUTUBRO 2003 - EDIÇÃO Nº 66

**Jornal da Universidade - Que desafios a Capes está lhe apresentando?**

**Marcel Burszty**n - Uma série de desafios. Um deles, que não é tão difícil, é fazer a casa continuar funcionando normalmente, e a Capes funciona bem, pois tem uma experiência de 52 anos. Nos últimos 30 anos, a pós-graduação no Brasil vem crescendo, e bastante. Hoje temos, aproximadamente, 2.800 programas de pós-graduação, entre mestrado e doutorado, aproximadamente 1.000 doutorados e 1.800 mestrados. Esse número nunca é redondo, porque a cada dia alguns eventualmente são descredenciados. A Capes oferece 24 mil bolsas de estudo, e o Brasil produz, anualmente, 26 mil mestres e doutores. É um número considerável, ainda aquém das necessidades do país, mas já é um número considerável. Avançamos bastante em vários aspectos, como no sistema de credenciamento de cursos, área em que outros países estão apenas engatinhando, mesmo os mais desenvolvidos da Europa. Temos um sistema nacional de avaliação que dá notas aos cursos de tal forma que se pode comparar, dentro de cada área do conhecimento, o curso no lugar A, B ou C e ver qual tem a nota mais alta. Isso é uma referência para que os alunos possam optar. Temos critérios de avaliação que são bastante complexos e que permitem que façamos essa aferição com um grau razoável de consistência. Ainda estamos longe do ideal, porque até aqui aprendemos somente a fazer avaliações quantitativas. Somos muito bons em avaliações que são numéricas, mas ainda temos que evoluir mais no sentido da qualificação desse processo de avaliação.

**JU - Em um país com as dimensões do Brasil e com as suas enormes diferenças regionais, quer em desenvolvimento, em necessidades ou em capacidade de resposta, esses desafios não se multiplicam?**

**Burszty**n - Sim. O Brasil tem uma concentração muito grande da pós-graduação em determinadas regiões. Outras, porém, são mal servidas. Por exemplo: a Amazônia ainda recebe menos de 1% dos valores das bolsas de estudos no Brasil e tem, mais ou menos, somente 2% dos programas de pós-graduação. A região Nordeste também mas, embora tenha uma quantidade razoável de cursos, está aquém em termos de uma proporcionalidade de população e necessidade, comparativamente a outras regiões do Brasil. O mesmo se aplica à região Centro-Oeste. O Sul e o Sudeste têm uma participação melhor aquinhoadas. Mas se tratarmos o Brasil como um todo homogêneo, cada vez que compararmos uma região mais distante ou pior servida do sistema de pós-graduação com outra que saiu na frente, essa comparação, fatalmente, colocará em condição de inferioridade essas regiões mais afastadas. Portanto, é importante uma ponderação nos critérios. Se queremos dirigir prioridades para a região Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, temos que ter os critérios que considerem fatores prioritários. Tendo como base apenas a comparação, dificilmente essas regiões conseguirão a destinação de uma parte dos recursos, que são escassos. Esse é um dos desafios. Outro é que aprendemos a credenciar cursos e a avaliar o seu andamento, mas ainda não aprendemos a focalizar exatamente o que o país precisa, num futuro imediato ou mais distante. Analisando em profundidade algumas profissões, é possível observar que algumas áreas tendem a perder importância, enquanto outras tendem a ganhar. Percebemos que algumas carreiras acadêmicas crescem espontaneamente e outras não. Por exemplo: Turismo e Administração de Empresas têm crescido muito, até porque são for-

mações que exigem pouco conteúdo laboratorial. Turismo é um curso que tem crescido muito. É possível prever que nesse ritmo de crescimento se chegue a um ponto de saturação. Embora o potencial turístico de um país como o Brasil seja enorme, o ritmo de crescimento acelerou-se bastante. Administração de Empresas, da mesma forma. As características de cursos dessa natureza são mais simplificadas do que, por exemplo, um curso de Biologia. Isso fica cada vez mais evidente, porque as universidades privadas entraram decididamente no circuito e existe um apelo de mercado importante por trás disso.

**JU - É a procura pelo mais fácil?**

**Burszty**n - A procura não se dá por serem cursos mais fáceis, mas porque o mercado acena com perspectivas positivas e mais imediatas em relação a essas formações. Entretanto, seguindo a tendência de crescimento dessas áreas, é possível que, muito em breve, se chegue a um estrangulamento, pois não haverá trabalho para tanta gente. Ao mesmo tempo, existem profissões que se pode, com um certo discernimento, identificar como importantes e que, eventualmente, as universidades ainda não lhes deram a devida importância. É preciso que em torno das agências de fomento – como as fundações de amparo à pesquisa, CNPq, Capes, Finep, Ministério da Educação, Ministério da Ciência e Tecnologia e secretaria de Ciência e Tecnologia dos estados – se faça um estudo detalhado para detectar tendências. Na área de educação e, sobretudo, na de pós-graduação, temos que trabalhar com períodos de tempo mais amplos, dez ou vinte anos. Se, por exemplo, quisermos ter especialistas em botânica na Amazônia a médio prazo temos que começar hoje a formar na pós-graduação. Para que as universidades possam prover o mercado de profissionais altamente gabaritados, precisam trabalhar com, pelo menos, dez anos de antecedência. Na área de Ciência e Tecnologia, o período é o de uma geração, ou seja, vinte anos.

**JU - E há áreas que, ao contrário, tendem a ter seu espaço reduzido?**

**Burszty**n - Sim. Vinte anos atrás, quando se falava na área da informática, por exemplo, parecia, e de fato era, um campo promissor. E foi durante algum tempo. Hoje, os softwares são comprados prontos. Então, uma boa parte do trabalho dos programadores e mesmo o trabalho em alguns campos da informática já não fazem sentido. Cada vez mais, os pacotes estão prontos e portanto há menos espaço para os profissionais dessas áreas. São mercados que tem se restringido bastante. O outro campo que tem se reduzido enormemente é a Engenharia Mecânica, tanto na formação universitária quanto na formação de mecânicos no Senai. O torno mecânico deixou de ser o grande artefato da produção industrial, hoje trabalhamos com eletrônica, com mecatrônica, mas muito menos com a mecânica. Com essa redução, os cursos estão ficando ociosos, embora, sempre vá haver espaço para profissionais nessa área. Só que não na mesma escala, não na mesma proporção que tinha anteriormente. Esses movimentos são perdulários. Historicamente, o ciclo de vida das profissões era mais extenso. Agora, a evolução é mais acelerada. Uma profissão nova pode tornar-se obsoleta muito rapidamente. Daí a importância de as agências governamentais que lidam com a questão trabalharem com a previsão, antever, fazer estudos prospectivos para identificar profissões que vão nascer. Temos que investir nessas profissões com uma antecedência de pelo menos 10 anos.

**JU - O senhor já tinha essa visão ou o contato com o cargo trouxe outras maneiras de ver?**

**Bursztyn -** Eu não mudo meus pontos de vista. Como tenho uma formação profissional, desde que concluí o doutorado, há 22 anos, fui trabalhar no CNPq, que é uma agência que lida com isso. A política de ciência e tecnologia sempre foi um objeto da minha preocupação acadêmica. Depois, fui presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, e essa questão se colocou de novo. O programa que dirigi até recentemente na Universidade de Brasília tem uma das áreas de concentração em política, científica e tecnológica. Nós formamos várias pessoas. Em geral, são profissionais da Capes, CNPq que fazem mestrado lá conosco. É uma questão recorrente na minha prática universitária, isso é um ponto de interesse. É lógico que quando se entra na Capes isso fica muito mais claro e evidente, e a necessidade de colocar em prática alguma idéia se torna quase que uma obsessão nesse aspecto.

**JU - O senhor falou no Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq. A Capes vai ter um trabalho conjunto com esse Conselho?**

**Bursztyn -** O presidente que me antecedeu, já na gestão dos ministros Cristovam Buarque e Roberto Amaral, criou uma comissão mista Capes/CNPq. Novidade no caso do CNPq, que não tem uma história muito intensa de interação. Essa comissão mista é presidida por um membro da comunidade científica, o ex-presidente da Capes, e que busca uma agenda comum, quer retomar o debate sobre o 4º Plano Nacional de Pós-graduação (4º NPG), que é uma coisa que está incubada há alguns anos. Seria necessário uma série de afinações de instrumentos e de agenda para que estas agências buscassem energias positivas e não simplesmente agir cada um a sua maneira. Isto tem funcionado.

**JU - Como está sendo feita essa avaliação de pós-graduação em sua gestão com as diferenças regionais? E qual sua importância?**

**Bursztyn -** A Capes é uma instituição parlamentarista e não presidencialista: a direção tem um presidente, mas quem tem o poder de decisão são os colegiados. Não é da alçada do presidente dizer que vai mudar isso ou aquilo, mas ele pode sinalizar algumas questões. Como, historicamente, usuário do sistema Capes, acho importante ser também porta-voz de algumas preocupações que a atual gestão do Ministério da Educação tem.

**JU - Dê um exemplo.**

**Bursztyn -** Uma questão é: o que a pós-graduação pode fazer pela educação no país, dado que a educação sempre foi e é uma prioridade nacional? Mas temos lacunas graves que vão desde a pré-escola até chegar na pós-graduação. Sabemos que hoje há uma perda enorme desde que uma criança começa a estudar na pré-escola até chegar à pós-graduação. Nesse caminho, vamos perder sistematicamente talentos, porque houve evasão escolar ou necessidade de alguns de entrar no mercado de trabalho de forma precoce; porque a escola não foi de boa qualidade e não conseguiu manter os alunos; porque não tem vagas para todo mundo. Quanto mais adiante vai o ensino, até chegar na universidade, que é um funil enorme, e depois na pós, que é o funil do funil. A idéia é que o Brasil tenha condições de fazer o que todos os países do mundo que se desenvolveram fizeram, que é ter um amplo sistema de educação universalizado, com acesso a todos e, no caso brasileiro, além disso, gratuito.

**JU - Como é que se faz isso?**

**Bursztyn -** É difícil, de um dia para o outro. Mas o desafio que se coloca hoje é o que a pós-graduação pode fazer para ajudar nisso, tanto no resgate daqueles que foram perdidos, que hoje chamamos de analfabetos, jovens e adultos analfabetos. O Brasil tem, atualmente, mais ou menos 10% da população brasileira em situação de analfabetismo. É uma questão de justiça social resgatar essas pessoas. Os meninos que estão indo à escola nem sempre ficam. E quando ficam, a escola não é necessariamente de boa qualidade. Esse é um desafio, um papel que a pós-graduação tem. Além do papel tradicional de criar conhecimento e gerar tecnologias que vão ajudar a enriquecer o país de alguma forma, na cultura ou no processo civilizatório de maneira geral. Ou nas atividades produtivas, pelo menos quando essas ciências se transformam em tecnologia.

**JU - Como resolver a questão da diversidade na regionalização?**

**Bursztyn -** O que é prioridade na Amazônia não é necessariamente prioridade no Rio Grande do Sul, ambas são prioritárias onde elas estão. As agências que fomentam ciência e tecnologia têm que aprender a lidar com a diversidade do Brasil, tanto em termos regionais, como, por outro lado, na diversidade de campos do conhecimento. Não podemos ter, em relação à Física, a mesma atitude que temos em relação ao Serviço Social. Nem ter, em relação à Educação, a atitude que temos com a Biologia. Cada um é uma lógica, não dessa área do conhecimento, é uma lógica diferente e portanto tem que ser vista como tal. Quando avaliamos um programa de Física, temos que fazê-lo com os instrumentos apropriados para avaliar a Física. Mas esses instrumentos não são necessariamente os mesmos, nem têm o mesmo grau de eficiência ou de justeza quando utilizados para avaliar a Educação. Isso é uma questão que, desde o momento em que assumi a presidência da Capes, me proponho a encaminhar como item prioritário de pauta.

**JU - Como a Capes faz a renovação do seu Portal de Periódicos?**

**Bursztyn -** Acho importante que essa questão seja veiculada quantas vezes for necessário. Temos um Portal de Periódicos que, conforme o último balanço, teve 3 milhões 700 mil entradas. A comunidade usuária está em torno de 1 milhão de pessoas, são as universidades que têm acesso ao Portal do Periódico. Nenhum país do mundo tem um portal como nosso com acesso a mais de 3 mil títulos de revistas internacionais de grande importância. Embora seja um serviço indispensável, é também um serviço caro. O que estamos fazendo hoje é rever as condições contratuais mediante as quais adquirimos essas revistas. Percebemos que é possível que consigamos adquirir mais, novas revistas, novos títulos, junto a outras editoras que ainda não foram inseridas no nosso cardápio de títulos e, ao mesmo tempo, baixar custos, porque, em alguns casos, esses contratos são injustos. Cada vez que credenciamos uma nova universidade como beneficiária, com acesso a esse serviço, pagamos um custo adicional, que é constante, quando deveria ser decrescente. Cada vez que entra, dado que o produto é o mesmo, não custou mais nada, porque é um produto virtual. A editora que vende essa revista para nós não paga direitos autorais, porque são revistas científicas. Na verdade, o autor vai buscar se habilitar, ser publicado, mas isso não retribui. Portanto, não há um custo maior cada vez que essa revista tem um leitor a mais. Pelo contrário, ela deveria vender mais barato na

medida em que novas universidades foram credenciadas, mas isso não acontece. É nesse âmbito que estamos chamando as editoras para renegociar. Uma delas, inclusive, representa quase 10 milhões de dólares anuais. Entendemos que é muito caro. Chamamos essa editora para conversar. Algumas estratégias estão sendo discutidas para que possamos reduzir o custo do Portal sem que isso implique em perda de qualidade. Mas que fique claro: das 3 mil e tantas revistas que adquirimos, uma parcela considerável não é lida, porque os títulos não despertaram atenção. Em vez de renovar essas assinaturas, talvez possamos usar esses valores para assinar outras revistas.

**JU - Nesse campo, o Brasil é insuperável. Como se conseguiu isso?**

**Bursztyn** - O Brasil foi o único país que atinou para a importância de criar um portal nacional, enquanto outros países têm portais por universidades. A Universidade da Califórnia é uma grande cliente dessas revistas internacionais, mas com uma universidade. O que o Brasil fez foi juntar. Uma atitude muito positiva da gestão anterior da Capes, que há três anos atinou para essa importância. E não vamos abrir mão disso, não vamos nos conformar com as modalidades de contrato em vigência. Vamos buscar o que seja mais satisfatório para o nosso usuário, que são as universidades, e para o contribuinte brasileiro, que, em última instância, é quem paga a conta.

**JU - Como o senhor vê um plano nacional de pós-graduação?**

**Bursztyn** - É fundamental para que possamos sinalizar quais são as profissões futuras e quais são as profissões passadas. E para que tenhamos uma coordenação do processo de fomento à pós-graduação no país. Sem isso, vamos ficar ou atirando no escuro ou atendendo o balcão de demanda, sem ter uma sinalização de prioridade.

**JU - E a cooperação internacional e nacional?**

**Bursztyn** - A história da cooperação internacional em matéria de ciência e tecnologia, especificamente no que se refere à pós-graduação no Brasil, é uma história muito boa, muito positiva, muito rica. Mas temos uma tradição no Brasil de sermos agendados pela agenda externa. Normalmente somos procurados por outras universidades que buscam algum tipo de afinidade com um tema numa região, ou num grupo de pesquisa, nós respondemos se estamos interessados ou não. O que faz falta para o Brasil, hoje, e faz falta há muito tempo, é a sua própria agenda, queremos tal coisa de tal país. Isso é importante para nós. Por exemplo: temos um intercâmbio muito grande com os Estados Unidos e a Europa e um intercâmbio muito pequeno, praticamente inexistente, com a Índia, China, África do Sul, América Latina, em particular com o México, que é um país que tem um sistema universitário muito desenvolvido. Estamos sinalizando para a importância desses possíveis parceiros, que podem e devem ser objetos da definição de agendas prioritárias de pesquisas. Queremos saber se temos alguma coisa a oferecer e se temos algo a receber também. É muito simples e sai mais barato. Quando mandamos estudantes para países como a Inglaterra, que tem tradição de cooperação, pagamos não só a bolsa mas também as taxas. Isso acontece em relação a boa parte das universidades americanas também. Dobra o custo desse aluno para nós. Precisamos saber se esse aporte de conhecimento que estamos buscando não pode ser conseguido com os nossos vizinhos mais próximos. Por que não o Mercosul, que é uma prioridade brasileira? Está mais

do que na hora de ativarmos o campo da cooperação acadêmica no Mercosul.

**JU - Como colocar em prática essas idéias?**

**Bursztyn** - Essas idéias só vão sair do papel, ou do discurso, se houver a mobilização da comunidade de pós-graduação, seja para refutar essas proposições, seja para aderir ou melhorar. São idéias que estão sendo lançadas para serem discutidas. Boa parte delas nem são novas, estão tão somente resgatando alguns elementos em debate, como, por exemplo, a elaboração do 4º Plano Nacional de Pós-graduação. Vai ser necessário apoio, participação e mobilização da comunidade científica, porque sozinho não acontece nada. Uma andorinha só não faz verão na pós-graduação no Brasil.

## Dilvo Ristoff



### **Fortalecimento do sistema público é a única esperança**

*Em meados de novembro, Porto Alegre foi sede do XVI Encontro de Pró-reitores de Graduação da Região Sul, uma realização da Regional Sul do ForGrad, Fórum dos Pró-reitores da área. Um dos palestrantes foi o professor Dilvo Ristoff, diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ele falou sobre O Censo na Educação Superior e algumas implicações para o desenvolvimento do Plano Nacional de Graduação. Na sua informativa palestra e, depois, na detalhada entrevista que concedeu a Clovis Ott, do JUI, o professor Ristoff chamou a atenção para dados obtidos pelo Censo da Educação Superior 2002 e formulou reflexões a respeito. Entre outras, advertiu que o ensino superior no sistema privado está virtualmente esgotado; se tudo ficar na dependência das forças inerciais e do mercado, não será atingida a meta do Plano Nacional de Educação, de colocar 30% da população de 18 a 24 anos na educação superior até 2010; uma parcela grande de aspirantes a um diploma não tem condições de se manter numa universidade, ainda que esta seja pública e gratuita. Por fim, e em decorrência de tudo o que demonstrou, o professor Ristoff sentenciou que a única esperança de inclusão dos enormes contingentes que buscam e buscarão educação superior passa por inadiáveis políticas de fortalecimento do setor público de ensino.*

NOVEMBRO/DEZEMBRO 2003 - EDIÇÃO Nº 67

**Jornal da Universidade - Quais foram as principais questões que os resultados do censo trouxeram à tona?**

**Dilvo Ristoff** - Muitas coisas. Eu diria que a principal questão revelada no censo foi que a expansão do ensino superior privado começa a chegar perto do esgotamento. Hoje não podemos mais pensar em atingir a meta do Plano Nacional de Educação, que é de colocar 30% de população da faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior até 2.010, unicamente dependendo das forças do mercado ou da força inercial que nos últimos cinco anos foi de 13% ao ano. Não dá para depender só disso. Se, rigorosamente, nada for feito dentro do referido crescimento inercial de 13% ao ano, chegaremos a 2010 com 9.234.548 alunos. Hoje, das 1.477 mil vagas existentes, apenas 924 mil estão ocupadas. Isso quer dizer que no sistema privado há mais de 400.000 vagas ociosas.

**JU - O que o censo revelou quanto ao número de alunos na relação entre os sistemas público e privado?**

**Ristoff** - Hoje temos 3.482.069 alunos na graduação presencial. Destes, 2.428 mil no setor privado e 1.053 no setor público. Em relação a 1994, constatamos que o número de alunos no setor público nem chegou a dobrar, enquanto no privado, triplicou. Temos 88,1% das instituições e 70% das matrículas no sistema privado.

**JU - O senhor fala em virtual esgotamento do sistema privado, mas é o sistema público que não tem vagas para atender à grande demanda e única oportunidade de ascensão da esmagadora maioria dos brasileiros...**

**Ristoff** - Isso também faz parte da política dos últimos anos. O sistema público está mais do que esgotado... O ensino público tem sido preterido pelo privado. A política dos últimos anos foi a de permitir a expansão do ensino privado, e o Provão entra dentro desta lógica. Se pode abrir cursos à vontade, depois se aplica o Provão para garantir qualidade. O falso dilema que estava colocado para o governo anterior era: como expandir a educação superior, como melhorar os números da educação superior brasileira sem investimento público? A resposta foi abrir para o setor privado.

**JU - Por que o senhor considera que o ensino superior no setor privado está virtualmente esgotado se a sua grande expansão é relativamente recente tendo se dado, como diz, somente a partir do governo passado?**

**Ristoff** - Porque, com a sua abertura desenfreada, a expansão se tornou simples. A pressão vinha das parcelas da população que, excluídas do acesso, exigiam que fosse, rapidamente, encontrada uma alternativa. Então, a alternativa encontrada foi a expansão do setor privado. Daí por que foram abertas escolas em tudo que era esquina. Falo em virtual esgotamento por várias razões: se temos 88,1% das instituições no sistema privado, então já não há muito que expandir; depois, a relação candidato por vaga já está quase em 1/1 no setor; além disso as vagas ociosas estão chegando às quinhentas mil e a inadimplência dos alunos já está batendo nos 30%.

**JU - Não lhe parece que a questão da inadimplência pode se agravar em razão do alto índice de desemprego e das alterações econômicas pelas quais o país passa constantemente?**

**Ristoff** - Em uma análise da PNAD (Pesquisa Nacional do Acesso Doméstico) do IBGE, constatamos que temos hoje uma renda familiar média de algo mais do que 3 mil reais entre os alunos que estão na educação superior (em geral).

Entre os 8 milhões e 500 mil alunos que estão no ensino médio e chegarão ao ensino superior nos próximos três anos, a renda familiar média apenas passa de mil reais. Na prática isto significa que os alunos que hoje estão no ensino médio têm uma capacidade de pagamento 2,3 vezes menor do que as dos estudantes que hoje já estão no ensino superior. Juntando esses dados, a idéia de esgotamento do setor privado já não pode ser vista como uma fantasia. E atenção para um agravante: o mesmo estudo mostra que dos referidos 8 milhões e 500 mil alunos que estão chegando em três anos, 25% deles, ou seja, algo em torno dos 2 milhões, são tão pobres que não conseguirão entrar na universidade mesmo que ela seja pública e gratuita. Isso significa problemas com moradia estudantil, alimentação, RUs, sistemas de bolsas, coisas que seriam necessárias para poder incluir essas pessoas. A situação é bem mais grave e será difícil conseguir trazer essa população.

**JU - Temos 88,1% do ensino superior no sistema privado. A inadimplência e a dificuldade dos alunos para a sua manutenção é motivo para tirar o sono. Já o ensino superior público luta contra conhecidas e enormes dificuldades de financiamento e outras, de toda ordem, acrescidas pelas sombrias projeções quanto às possibilidades financeiras dos futuros pretendentes a uma vaga. Então qual é a solução mais próxima e viável?**

**Ristoff** - A solução é repriorizar os investimentos públicos para que o setor público possa se expandir. Não vejo outra alternativa. O problema é como o governo, que tem a palavra inclusão como seu maior mote, possibilitará o ingresso dos 8 milhões e 500 mil que chegarão para estudar em 3 anos. Digamos que a metade deles querem estudar depois do ensino médio. Só aí teremos 4 milhões e 200 mil. Além disso, tem mais 5 milhões que já concluíram o ensino médio e que também têm direito a pleitear uma universidade. Então, o total sobe para 9 milhões. Temos que achar espaço para esse povo. Considerando que a renda deles é bem menor, 2,3 vezes menor que a renda familiar de quem já está hoje na educação superior, não vejo alternativa de incluir essa população a não ser através de pesado investimento nas instituições públicas, para expandir as vagas e criar novas instituições. Temos que repriorizar os financiamentos públicos.

**JU - Há pouco, na sua palestra, o senhor mostrou que 40% dos ingressantes nas instituições privadas não concluem o curso. Nas públicas é o mesmo percentual?**

**Ristoff** - É praticamente a mesma coisa. Nas públicas é um pouquinho mais alto.

**JU - Na questão da qualificação dos professores, numa relação público-privado, mestres e doutores, o ensino público leva nítida vantagem. Mas como poderá manter essa vantagem ao sofrer com baixos salários e aposentadorias precoces? Como as universidades públicas poderão resistir ao apelo das privadas e estancar a evasão de mestres e doutores para o sistema privado?**

**Ristoff** - As universidades públicas, apesar de todas as dificuldades, conseguiram através da Capes, nestes últimos anos, manter uma política de capacitação docente bastante razoável. Temos um número pequeno de doutores, comparado com outros países desenvolvidos. O investimento público em capacitação foi razoavelmente bom nos últimos anos, comparado com o não-investimento que o setor privado faz nisso. O setor privado expandiu os seus doutores, em grande parte, pelo aproveitamento dos doutores que estavam saindo, por aposentadoria, do setor público. Não significa que esse setor está investindo

pesado em capacitação docente. Porque é caro investir na formação de um doutor. As privadas estão recebendo os doutores prontos. Já as públicas têm isso como parte da carreira do professor. Em grande parte, a universidade pública foi vítima de uma lei que aposentou os professores muito precocemente. Isso é um absurdo que estava acontecendo com a aposentadoria precoce.

**JU - E este absurdo é reversível?**

**Ristoff** - O prejuízo, de certa forma, é irreversível. No momento em que se tira inúmeros doutores das universidades públicas, evidentemente, se está enfraquecendo este setor. Ainda bem que o setor privado está aproveitando essas pessoas. Temos pessoas altamente gabaritadas migrando para o setor privado e dando sua contribuição lá. Só que o setor privado vai ter que fazer o seu investimento nos próximos anos porque, com a nova lei, os doutores levarão um tempo bem maior para se aposentar. As universidades privadas não poderão continuar absorvendo assim, de graça.

**JU - Qual é a participação do setor público quanto no total do corpo docente no ensino superior em geral?**

**Ristoff** - Nos últimos anos baixou de 57,2% para 38%. Já no setor privado, a linha é ascendente: está com 62%. Em consonância com o número de alunos. Chamo a atenção para o seguinte; em relação aos doutores, embora o setor público responde hoje somente por 11,9% das instituições, este detém 65% dos doutores, ou seja, o grande potencial ainda está nas públicas.

**JU - O senhor classifica como fundamental o fortalecimento do ensino público. A necessidade é imediata mas o orçamento destinado ao setor é insuficiente para atendê-la. Então, com que fontes de financiamento pode-se contar?**

**Ristoff** - Há outras fontes de financiamento e outros tipos de modelo. Por exemplo, outra fonte de financiamento, que chamo de repriorização. A idéia de mantermos o financiamento no setor público do jeito que está ou aumentarmos os impostos é uma falácia, é um falso dilema. Não são só essas duas formas que existem. Há mais. Se pode repriorizar, perfeitamente, a forma de financiar. Isso significa repriorizar as rubricas públicas, ou seja: vamos alocar isso, aquilo, vamos gastar menos aqui, vamos gastar mais lá. Acredito que temos que buscar outras fontes também. Podem ser criadas doações para fins de projetos específicos, como é feito nos EUA. Acho que deveriam ser 100% isentos de imposto de renda. São uma grande fonte de capacitação de recursos. Normalmente, os ex-alunos de universidades norte-americanas doam recursos para cátedras de todos os tipos. A diferença disso para a doação é que permite que se trabalhe com juros para financiar o projeto. Não é o principal, mas os juros, os ganhos, que pagam o projeto, de forma que este financiamento se mantém ao longo do tempo.

**JU - Esta modalidade de financiamento teria alguma semelhança ao papel exercido pelas fundações?**

**Ristoff** - Não. Quando vejo fundação vejo venda de serviços dentro do campus. Fundação dentro do campus, hoje, chamo de universidade própria. Digo que existem três tipos de universidades dentro das universidades públicas (estaduais e federais): a Unig (universidade da Graduação), a Unic ( universidade da Capes e do CNPq, da pós-graduação) e a Ufa (universidade das fundações de apoio) ou seja, a universidade que trabalha com a venda de serviços. A

primeira faz graduação, se imagina democrática e pública; a Unic se imagina pequena e catedrática; e a Ufa só pensa no próprio umbigo, só vende serviços para completar salário de professor. Em grande parte acaba acontecendo isso. Ela não faz só isso, faz mais que isso. Elas se tornaram tão fortes dentro do setor público que são capazes de solapar a própria política institucional, hoje. Cito o caso na USP, de uma fundação que criou um curso de graduação pago dentro da própria USP, concorrendo com um curso de graduação regular da USP. Virou até notícia em jornal. Finalmente o Conselho Universitário vetou. Elas são muito fortes, administram milhões de casos, estou falando de muitos milhões. Elas são muito mais fortes e ágeis do que a administração pública consegue ser.

**JU - Existe uma realidade herdada através dos tempos e há um projeto de mudança. Isso pressupõe desafios. Quais são?**

**Ristoff** - São dois. O primeiro é a expansão da educação superior e o segundo é a melhoria da qualidade. Apesar de ter havido uma fantástica expansão, continuo a dizer que ainda é um desafio porque existe uma política de Estado, não de governo, porque foi aprovada pelo Congresso Nacional, que é a idéia de colocar 30% dos alunos de 18 a 24 anos na educação superior até 2010. Hoje temos 9% disso. Para cumprir esta política de Estado temos que quadruplicar o alunado nesta faixa etária. Traduzindo isso em números, temos que colocar mais 4 milhões e 900 mil na graduação do ensino superior. A única esperança de inclusão do enorme contingente que buscará educação superior nos próximos anos passa por políticas de fortalecimento do setor público. Não podemos mais depender da força inercial movida pela força imediata do mercado. Se o Brasil quiser conquistar posição de destaque entre as nações e afirmar sua posição de soberania, precisamos de ações concretas que protejam o interesse do Estado na educação superior, reafirmando-a como um bem público e não uma mercadoria, permitindo que expanda rápida e agressivamente a oferta de vagas. Isso exigirá um esforço hercúleo do governo, da academia e de todos nós. Do governo, porque precisa colocar dinheiro ao lado do discurso; da academia, porque precisará repensar suas atitudes, muitas vezes elitistas e excludentes e de todos porque precisamos tornar cultura a idéia de que desperdiçar cérebros é eticamente condenável e socialmente inaceitável para uma nação que se queira soberana.

## Ana Lúcia Gazzola



**“Inclusão é um assunto de toda a sociedade”**

*No final de 2003, a UFRGS foi sede da II Reunião do Conselho Universitário Ibero-americano (CUIB). O encontro foi uma iniciativa da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reuniu representantes enviados por mais de 20 entidades de países como a Espanha, Uruguai, Chile, Bolívia, Cuba, México, Costa Rica e Portugal. No encontro, entre outros, foi apresentado um documento sobre o tema “A Educação Superior e a Inclusão Social”, organizado pela reitora Ana Lúcia Almeida Gazzola, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Depois da sua conferência, a reitora mineira recebeu Clóvis Ott e Eliana Raffaelli, do JU, e a professora Ana Maria Braga, secretária de Avaliação Institucional da UFRGS. Na entrevista foram detalhados trechos do documento apresentado e abordados aspectos específicos relativos à inclusão na universidade brasileira.*

*JANEIRO/FEVEREIRO 2004 - EDIÇÃO Nº 68*



**J**ornal da Universidade - Quase ao final da sua conferência, há pouco, uma observação emblemática foi feita por um dos presentes: “enquanto os reitores conseguem falar uma vez por ano com o presidente da República, os empresários falam todos os dias e, ainda por cima, falam mal da universidade pública.” Como é possível desenvolver um diálogo, pelo menos razoável, desta maneira?

**Ana Lúcia Gazolla** - É muito difícil. Em primeiro lugar, não são só os empresários que falam diariamente com o governo, mas são também os organismos internacionais, como o Banco Mundial, responsáveis pela própria política que tem levado à degradação das condições de trabalho nas próprias universidades públicas. Na recente realização de um seminário em Brasília, o Seminário Universidade 21, nós vimos informações do Banco Mundial que eram interessantíssimas. Mostravam os dados resultantes dos instrumentos e das políticas que eles implantaram ou foram implantadas com o aval ou por idéia deles, durante oito anos e agora colocam em nós a culpa dos resultados dessas mesmas políticas, contra as quais nós resistimos durante tantos anos. Realmente, isso é muito complicado. Outra coisa extremamente complicada é o discurso desses organismos e de muitos desses empresários, exatamente pelo fato de o sistema público de educação superior atingir, muitas vezes, os interesses desses setores, que não são os interesses públicos. Então é mesmo muito fácil e cômodo colocar na universidade a origem de todo o mal. Infelizmente, esse discurso ecoou na fala do próprio ministro da Educação, que colocou como responsabilidade da universidade a formação de todas as pessoas que atacam o meio ambiente, que não trabalham sob ponto de vista da inclusão e, ao mesmo tempo, colocou fora da universidade a possibilidade de solução de uma série de coisas como se não fôssemos aquelas instituições que formam as pessoas. No discurso dele parece que a universidade não tem dado nenhuma contribuição e que as pessoas boas são todas autodidatas. Acho isso muito complicado. Também acho que a responsabilidade pela elaboração de políticas públicas é do governo. É também de toda a sociedade e da universidade, como parte dessa sociedade. Mas colocar na universidade toda a culpa é um erro absurdo porque a inclusão e a exclusão não se resolvem na universidade. Existem na sociedade como um todo. Existe inclusão ou não existe na sociedade como um todo.

**JU** - Na nossa sociedade, que é tão excludente, é claro que a universidade tem uma parcela da responsabilidade. Qual é, exatamente, o papel da universidade nisso?

**Ana Lúcia** - Cabe à Universidade não só aumentar a inclusão em seu próprio meio, através de instrumentos de democratização de acesso e que permitam a permanência na universidade de uma representação de todos os setores e segmentos da sociedade. Também cabe à universidade buscar, discutir e debater na sociedade a própria questão da inclusão e todos os seus instrumentos que possam ser implementados. Sem dúvida nenhuma, se não houver mudanças estruturais na sociedade não será a universidade que conseguirá garantir a inclusão. Do ponto de vista da universidade, para garantir a democratização do acesso há uma série de instrumentos, já em andamento, mas que precisam ser consolidados, expandidos e aperfeiçoados, como a educação a distância, que pode aumentar muito a abrangência do nosso atendimento à população brasileira, como a implantação de um número maior de vagas em cursos noturnos, que atenderão não a um aluno em estado de miséria absoluta, porque

esse, sequer, terminará a educação básica mas, certamente, o curso noturno, permite uma inclusão muito mais ampla do aluno que trabalha. Então, os índices de egressos da rede pública no curso noturno são muito superiores aos do curso diurno. Além disso, o curso noturno tem demonstrado também ser um instrumento de inclusão étnica, uma vez que todos os dados indicam que a presença de afrodescendentes no noturno é muito superior ao diurno. A questão das cotas também deve ser debatida. Tanto cotas para a rede pública, quanto cotas étnicas, como para outros grupos desfavorecidos, lembrando que esse é um instrumento paliativo. Temporariamente pode buscar uma resposta para débitos sociais que são históricos, mas não terão eficiência permanente se não houver uma mudança estrutural na sociedade. Embora paliativos podem permitir, com prática correta e bem acompanhados, que principalmente a universidade pública possa captar os talentos que estão na rede pública de ensino fundamental e que não têm conseguido entrar na universidade, particularmente nas profissões mais privilegiadas e competitivas. Quando se analisa o desempenho dessas pessoas no vestibular, se percebe que com uma pequena ampliação do conceito de mérito, seria possível atender pessoas que têm toda a condição de entrar na universidade. Aliás, quando se trabalha com cenários de alunos egressos da rede privada e da rede pública que entram na universidade, nos turnos diurno e noturno, se percebe que o desempenho dos alunos que vêm da rede pública é tão bom quanto o dos que vêm da rede privada. Então, um pequeno ajuste na linha de corte do vestibular já poderia fazer uma grande diferença sem nenhuma perda de mérito. Acredito que a questão do mérito é inegociável. Não é todo mundo que vai entrar na universidade, não é todo mundo que tem o desejo, não é todo mundo que tem o perfil. Mas, se no caso da UFMG, por exemplo, implantássemos cotas para ingresso na rede pública na segunda etapa do vestibular, já teríamos feito corte de mérito na primeira etapa, um certo patamar de pontos que todos os candidatos devem ter e, a partir daí, se trabalhar com algum grau de reserva de vagas para a rede pública. Todos os nossos estudos indicam que aumentará a inclusão sem nenhuma perda de mérito.

**JU** - A senhora tem um cálculo de tempo para implantação desse sistema? Dentro de quanto tempo poderia estar implantado?

**Ana Lúcia** - Poderia ser implantado imediatamente. Nos casos das universidades públicas federais bastaria um decreto lei, ou algum instrumento legal, nos termos do artigo 207 da Constituição, que é o da autonomia, que criasse as condições para que as universidades que quisessem, e como quisessem, implantassem instrumentos de democratização do acesso.

**JU** - Por que isso é importante?

**Ana Lúcia** - Porque as universidades que estão fazendo isso estão enfrentando uma série de recursos que podem comprometer o vestibular. O vestibular da UFMG que está recebendo 72 mil candidatos, custa quase mais do que 5 milhões de reais. Não posso arriscar um número avassalador de recursos que venham a comprometer e me obrigar a fazer outro vestibular. Nós precisamos ter este instrumento legal para que possamos implementar essas cotas ou reservas de vagas com esses vários instrumentos. Se o governo soltar isso hoje, amanhã eu convoco o Conselho Universitário para debater a questão de cotas. Nós já

temos debatido, mas para tomar a decisão...

**JU - O ingresso de estudantes aumentaria muito. As universidades teriam, hoje, condições e disponibilidade para absorver esse aumento no número de alunos?**

**Ana Lúcia -** Não, necessariamente. Seria uma reserva de cota dentro da previsão de ingresso que nós já temos. É preciso ampliar, mas não basta só ampliar. No sistema público é preciso ampliar com inclusão. Nós estamos crescendo, e muito, consideradas as condições tão precárias, uma vez que temos perdido tanto pessoal. Eu não considero que as universidades públicas brasileiras estejam sucateadas. Têm problemas, sim, de recuperação e manutenção da infra-estrutura mas, no geral, temos condições muito melhores que as do sistema privado. Onde estão as grandes bibliotecas com preciosos acervos? Onde estão os bons laboratórios? Onde estão os instrumentos de pesquisa básicos caríssimos? Onde está a maior titulação de professores? Nas públicas, tanto federais quanto estaduais. O que está acontecendo é uma perda terrível de pessoal. Claro que há problemas de infra-estrutura, de degradação dos prédios, mas não é esse o nosso principal problema. Nosso principal problema é a incapacidade que o governo tem mostrado de recuperar os nossos quadros de pessoal docente, de técnicos-administrativos e de nos conferir, a cada ano, recursos para o custeio das universidades e para os investimentos. Estamos chegando a uma situação de muito comprometimento das atividades. Para crescer, e nós queremos crescer, é preciso que haja instrumentos.

**JU - Quais são esses instrumentos?**

**Ana Lúcia -** Concursos para professores, para técnicos-administrativos, recursos que melhorem o custeio equiparando o que nós recebemos aos gastos que temos com as tarifas de serviços, com a manutenção, com a vigilância e com os terceirizados que temos de manter, mesmo após os concursos para aquelas carreiras que continuarão dentro do sistema.

**JU - Temos um nó dentro do sistema educacional que, evidentemente, está dentro do sistema político brasileiro: é a relação da universidade com os demais níveis. As universidades públicas trabalham com a formação de professores. Porém, a demanda é cada vez menor, em função da grande desvalorização dos salários dos professores, inclusive dos universitários. Como se pode pensar em trabalhar de uma forma mais forte para valorizar a profissão do educador, do professor da escola média e fundamental, em termos de universidade, e acabar com esta noção de que ao favorecer monetariamente uma ponta, necessariamente é preciso desfavorecer a outra?**

**Ana Lúcia -** Eu considero um equívoco esse discurso que opõe investimento na educação básica ao investimento na educação superior. O pensamento tem que ser orgânico e sistêmico. Nesse sentido, podemos caminhar para avançar algumas coisas. O problema do Brasil é que há carências em todos os níveis. Nós aumentamos o atendimento na educação básica, mas com isso pusemos uma pressão maior para a entrada na universidade. Temos que melhorar a qualidade da educação básica e torná-la de fato universal. Temos que melhorar a educação profissional e torná-la uma alternativa viável, para milhões de jovens que poderão não querer ou não ter as condições para uma formação superior. Precisamos formar profissionais em todos os campos e com credibilidade. Profissionais formados através de uma educação mais flexível e cidadã que os tornem capazes de se adequarem, rapidamente, às transformações

desse cenário dinâmico da chamada sociedade do conhecimento. Precisamos desesperadamente de professores para ensino de ciência. Mas precisamos de médicos, enfermeiros. Precisamos qualificar os professores leigos que estão no sistema da rede pública, os enfermeiros leigos que estão nos hospitais. Ou seja, o Brasil tem enormes necessidades e em inúmeras áreas.

**JU - Isso é claro, mas com várias necessidades em tantas áreas, é preciso começar por algum lado. Por onde?**

**Ana Lúcia -** Temos que trabalhar com parcerias. Temos que lutar para que o governo e a sociedade brasileira vejam o sistema público de educação e, particularmente, o sistema público de educação superior, como aliado e como um instrumento efetivo de desenvolvimento regional, nacional e de transformação da nossa sociedade. Sem essa mudança cultural no imaginário da sociedade e no discurso do próprio governo, fica muito difícil que nós tenhamos a legitimidade que é necessária para que possamos exercer a função social que nos foi delegada. Quem vai formar os doutores para as empresas? São as universidades que têm doutorado. Onde é que estão os doutorados? Nas universidades públicas. Isso é um patrimônio público da sociedade brasileira. E, claro, temos que buscar aliados em todos os setores. Certamente, temos que ter como aliada a sociedade como um todo. Temos que dar uma resposta clara às diversas demandas que a sociedade nos coloca. Temos que trabalhar com setores específicos: ONGs, empresas, organizações de todos os tipos da sociedade civil, o governo municipal, estadual, federal, com organismos internacionais. Essa rede de atores precisa se articular melhor, e isso é papel de governo, é política de governo e a universidade tem que fazer parte dessa rede. É necessário acabar com o discurso de desconfiança, que o próprio Ministério tem às vezes, inclusive o atual, e que foi a tônica do discurso do governo de Fernando Henrique Cardoso. Parece incrível que tenha havido um governo que teve um presidente da República professor universitário; um ministro de Ciência e Tecnologia, professor universitário. Enquanto eram os professores universitários no MCT foi um desastre. Quando entrou um ministro que era um diplomata, a coisa até melhorou. Foram criados os Fundos Setoriais, os Fundos de Infra-estrutura. No Ministério da Educação nossos colegas eram ministros. Nossos colegas, hoje ex-reitores, são ministros, são secretários de Educação Superior. Por que então se ouve em tantos momentos um discurso desqualificador da universidade pública e um discurso de desconfiança? Por que existe uma retórica que, aparentemente, às vezes não desqualifica, mas uma prática que desqualifica, que desconfia de nós? Existem muitos setores conservadores na universidade pública. Temos que aperfeiçoar enormemente as nossas relações com a sociedade. Não se pode tratar assim um sistema de 53 instituições federais de ensino superior, como se esse sistema não tivesse uma história na trajetória que o trouxe até aqui e que também contribuiu muito para que a sociedade brasileira não seja ainda pior do que é, mais excludente do que é. Quarenta por cento dos alunos da UFMG, por exemplo, são egressos da rede pública. Se nós não tivéssemos lutado para incluir mais e mais, talvez tivéssemos um quadro ainda pior. Não podemos ficar só nas retóricas. Temos que implementar ações. Estamos implementando, mas temos que implementar muito mais. Precisamos dos instrumentos e, fundamentalmente, precisamos

que o governo fale de nós com confiança para que as transformações necessárias possam ser feitas e a sociedade nos tome como um instrumento prioritário que ela tem, para a construção de uma relação mais justa, mais inclusiva e um futuro melhor para as gerações que virão. A prevalecer o discurso da desconfiança, a se opor a educação básica à superior, o que nós teremos? Teremos um cenário ainda pior no futuro porque não haverá soberania e não haverá uma manutenção da identidade cultural brasileira. E isso vale para todo e qualquer país sem um sistema de educação e de educação superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado.

**JU - O que a senhora chama de discurso de desconfiança?**

**Ana Lúcia** - Dizer que as universidades não fazem nada pela sociedade. Isso não é verdade. Nós distribuimos uma planilha que demonstra o muito que a universidade pública federal tem feito através de seus programas de extensão. Esse discurso é falso, é mentiroso.

**Taxa Bruta de Matrícula - TBM** é o percentual de alunos matriculados no ensino superior em relação à população brasileira entre 19 e 24 anos, ou seja:  
**TBM** = (matrículas ensino superior/população total entre 19 e 24 anos) X 100.

**TBM em alguns países da América Latina em 1998.** (Dados Unesco)

Argentina	47%
Uruguai	35%
Chile	34%
Bolívia	28%
Peru	28%
Cuba	22%
Brasil	14%

## **MATRÍCULAS**

**1982**

- De cada 10 matrículas no ensino superior, 4 provinham do ensino médio público

**2002**

- De 10 matrículas no ensino superior, 3 provinham do ensino médio público

**1992-2002**

- 2/5 das matrículas no ensino superior pertenciam aos 10% mais ricos da população

- Menos de 10% pertenciam aos 50% mais pobres

- No sistema público: 12% das matrículas provêm dos 50% mais pobres da população

- No sistema privado: 5% das matrículas provêm dos 50% mais pobres da população

Fonte: IBGE – Estudo de Simon Schwartzman

## **VAGAS**

**1982**

. Relação média candidato/vaga global – 4

No sistema público – 6,6

**2002**

. Relação candidato/vaga global – 2,8

No sistema público – 9

**Últimos 20 anos**

. Vagas no sistema privado cresceram 5 vezes

. Vagas no sistema público cresceram 2 vezes

**Alternativas em curso para democratização do acesso à universidade pública:**

. Vestibular seriado

. Sistema de cotas: étnicas e escola pública

. Expansão de cursos noturnos

. Interiorização (multicampi)

. Educação a distância

## Zuenir Ventura



**“O que eu mais temo é o desencanto”**

*Mineiro de Além-Paraíba, onde nasceu em 1931, o jornalista e escritor Zuenir Ventura foi morar no Rio de Janeiro aos 20 anos. Bacharelou-se e fez licenciatura em línguas neolatinas, mas achou mais interessante ser jornalista, profissão que exerce há 50 anos. Seu livro mais conhecido, “1968, o ano que não terminou”, já vendeu mais de 200 mil exemplares e não pára de ser reeditado. Ele esteve em Porto Alegre para proferir a Aula Magna da UFRGS e participar de uma série de palestras, encontros e conferências sobre o golpe de 31 de março. Pouco depois de chegar, durante o almoço, conversou com Clóvis Ott e Juarez Fonseca, do JU, sobre esse assunto. Falou também sobre o governo Lula, jornalismo, problemas da imprensa, perspectivas. No final da entrevista, reverenciou com saudade os jovens que enfrentaram as baionetas.*

MARÇO 2004 - EDIÇÃO Nº 69

**Jornal da Universidade - Em uma de suas recentes entrevistas o senhor disse que “estava sentindo um cheiro de Jango”. O que o senhor quis dizer com isso?**

**Zuenir Ventura** - Eu digo isso com muito cuidado para não parecer alarmista, porque se pensamos no Jango, pensamos logo no 31 de março. Acho que não há risco de golpe. O que eu chamo de “cheiro de Jango” é uma certa insatisfação generalizada, greves, manifestações, algumas vaias ao presidente Lula. Isso tudo junto com a crise econômica, desemprego, custo de vida, forma um caldo de cultura que é desagradável. Esta é a analogia que eu faria com 1963, nos tempos que antecederam o golpe. O clima de hoje é diferente, e esta diferença é fundamental, substantiva. Primeiro, hoje não existe a possibilidade concreta do golpe. Não existem as Forças Armadas conspirando ou pensando, pelo menos ao que se saiba, em subverter as instituições. As instituições estão sólidas, o Exército, a Aeronáutica, a Marinha são hoje forças de sustentação da democracia. Ninguém pensa nisso, pelo que se sabe, e se saberia se houvesse algum movimento nesse sentido. Em 64 houve uma radicalização da sociedade que rachou o país. Uma parte apoiava o Jango e as reformas intensamente. Dizia-se até que, entre seus apoiadores, estavam militares simpáticos ao golpe, mas que também eram “anticomunistas”. Estes, na verdade, não eram a maioria. Tudo o que foi feito depois – o desvirtuamento do próprio golpe, a tortura, os assassinatos, os porões – é culpa do que havia de pior entre os militares e a polícia. Foram eles que exerceram o terrorismo de Estado no Brasil e contaminaram a imagem de todos os militares. Não há mais isso. Os militares que estão aí são filhos e netos dos de então. Muitos não têm, sequer, a memória do que aconteceu, e a própria instituição não tem mais nada com o passado.

**JU - O golpismo é algo ligado à história do Brasil, principalmente à mais recente. No caso de 64, já era possível prevê-lo há, pelo menos, 10 anos. O senhor acredita que o golpe poderia ter sido evitado?**

**Zuenir** - O golpe poderia ter sido apenas adiado. Na verdade, Jango foi usado como pretexto. O golpe começou em 1954 com a tentativa de Carlos Lacerda de tirar Getúlio Vargas do poder, o que levou ao suicídio do então presidente. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, há uma tentativa de impedir que Jango tomasse posse. Por mais que pessoas, como o Darcy Ribeiro, achassem que o golpe pudesse ter sido evitado, mesmo imaginando que Jango tivesse substituído todos os ministros militares, o golpe estava armado. Tanto é assim que Jango achava dispor do famoso “esquema militar”. Imaginava que as Forças Armadas estavam do seu lado. Acreditava, por exemplo, que o comandante do II Exército era seu amigo, além de compadre, que lhe devia favores e que não apoiaria o golpe. E na hora H, o general Amaury Kruehl estava à frente das tropas golpistas.

**JU - Como o senhor está vendo a queda do prestígio do governo e do próprio presidente da República nas últimas pesquisas publicadas?**

**Zuenir** - Não vejo como uma tragédia, como coisa irreversível. Lamento, e até escrevi sobre isso, criticando o governo. Acho que o país fez um investimento muito grande na esperança. De repente, hoje você está desesperançado. Mas acho que está acontecendo uma coisa: está se cobrando desse governo, que tem um ano e meio, quase que da mesma maneira como se cobrava depois dos oito anos do Fernando Henrique. E o governo Lula está apenas começan-

do. Eu acho que errou, que está errando muito, que não tinha que estar errando desse jeito. Entretanto, ele ainda tem muito tempo para se recuperar, desfazer e corrigir erros. Quanto a essas pesquisas, até foram boas como advertências (olha, tá caindo), porque, até então, Lula podia pensar lá na cabeça dele: “Tá bem, vocês jornalistas estão falando isso, os políticos estão falando isso, mas o povo tá achando maravilhoso”. Se ele pensava assim, agora começou a ficar preocupado.

**JU - Como o senhor classificaria isso? Como uma cobrança excessiva, desilusão ou desistência por parte das pessoas?**

**Zuenir** - Acho que há uma conjugação disso tudo. Noto um certo desencanto, uma certa impaciência. As pessoas estão querendo ver uma mudança logo. Não se pode esquecer que houve uma expectativa e que ela nunca poderia ser atendida, da maneira como foi inflada. O país todo foi na onda de esperança – “A esperança venceu o medo”. Então por um lado há isso. Por outro, e em consequência disso, há impaciência, uma certa irritação. Durante a campanha, que você sabe como é que é, Lula prometeu dez milhões de empregos e sabia que não poderia cumprir. O Serra prometeu oito milhões, e também sabia que não cumpriria. Os dois acenaram com essa possibilidade, erraram, e isso é ruim. As pessoas ficaram irritadas. Só não pode haver a coisa que eu mais temo: o desencanto. O desencanto leva ao desespero. E aí...

**JU - O senhor não acha que as últimas pesquisas refletem um desencanto em relação ao que as pessoas sentiam há um ano e meio, quando elegeram o presidente, mas também diante da sistemática quebra de esperanças que vêm sendo alimentadas no pós-ditadura, com os ex-presidentes Sarney, Collor, Itamar e dois períodos seguidos de FHC?**

**Zuenir** - Este país já foi chamado de “Brasil: profissão esperança”, porque quando o nosso povo vislumbra uma brecha, se agarra à esperança. Acho que a vocação do brasileiro não é para a melancolia, para o desespero, para o desencanto. Ao contrário, somos um povo de vitalidade, que dá a volta por cima. Veja a realidade no Rio de Janeiro, vá naquelas favelas, naquela miséria, naquele abandono; mas se você dá uma brechinha, aquela gente toda canta, dança, se eleva. Elas querem ser felizes. Então, acho que um grande risco é o de se chegar a um desencanto. Mas, pelo que conheço do povo brasileiro, acho que está longe disso. Mas cuidado! Não se pode abusar mais da paciência do pessoal.

**JU - O Brasil vai melhorar com o presidente Lula?**

**Zuenir** - Independente de qualquer preferência partidária, acho que o que mais tocou foi descobrir o país voltando a acreditar, externando uma alegria cívica que não víamos há muito tempo. Eu até cheguei a escrever um artigo dizendo que, mais do que esperança, havia um desejo. A gente está vivendo um momento histórico no Brasil.

**JU - O presidente Lula foi eleito, fundamentalmente, pela classe média. Esta, pelo seu lado está, cada vez mais, pressionada. De baixo para cima e de cima para baixo. O descontentamento da classe média, bem explorado e instrumentalizado, além de outros fatores conhecidos, foi determinante na derrubada de Jango (quem não lembra da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com aquele tal de “padre Peyton”, norte-americano surgido de repente, talvez um agente da CIA?). Não há risco disso ser repetido agora?**

**Zuenir** - Acho que a classe média tem uma impaciência maior que a de se-

tores mais carentes do povo. Sobretudo porque foi proletarizada, houve um rebaixamento no seu poder aquisitivo. O risco maior que eu vejo no horizonte, não como ameaça ou como possibilidade, é a questão social se agravar de tal maneira que se passe a viver uma situação explosiva. No Rio já está acontecendo isso, em razão da violência, estimulada pelo tráfico. Pode-se chegar ao ponto de os miseráveis irem para a rua querendo comer. É também um risco para o qual o governo tem que estar atento. Por um lado, para o governo, a pesquisa foi ruim. Por outro lado, e para esse mesmo governo, a pesquisa foi muito boa. Funcionou como um “sinal amarelo”, avisando: “pára com a onipotência, de pensar que está com o rei na barriga, de achar que o povo aprova tudo, que estão aplaudindo por todos os lados”. Não é bem assim. Porém, ao mesmo tempo, o governo não pode ficar mudando a todo o momento. Tem que ter um rumo estabelecido. As perspectivas são de que as coisas melhorarão. Já ouvi isso de economistas do governo, e até da oposição. O pior já passou, em termos da macroeconomia. Aí se coloca uma questão para a qual ainda não consegui resposta: essa é a tal de virada ou o que é? É o chamado espetáculo do crescimento? E isso criará mais emprego? E diminuirão as distâncias sociais? Ou o povo continuará da mesma maneira? Lembra do “milagre econômico”? O “milagre econômico” foi inventado e, como dizia o Médiçi, um dos ditadores, “a economia vai bem e o povo vai mal”. O que tem se visto, principalmente após o “juscelinismo” dos anos 50 para cá, é um decréscimo na estabilidade social, no tecido social do país.

**JU - Como o “caso Waldomiro Diniz” pode ter influenciado nas pesquisas?**

**Zuenir** - O “caso Waldomiro Diniz” teve o objetivo claro de atingir o governo, mas a situação estabilizou. A mim, o que impressionou mais foi a explicação dada pela agência que a realizou. Para a tal agência, a queda da popularidade do presidente Lula devia-se mais à questão econômica.

**JU - O que isso significa?**

**Zuenir** - Significa que o povo está pouco se lixando para o Waldomiro. Que está mais preocupado, mesmo, é com o que ele sente no bolso, a crise. Isso sim pesa.

**JU - A chamada grande imprensa tem exercido o seu papel coerentemente? Da “lua-de-mel” dos primeiros meses não passou, rapidamente, à crítica sistemática?**

**Zuenir** - Houve, evidentemente, uma lua-de-mel da imprensa com o presidente Lula, até um determinado momento. Foi até demais. Tudo o que o ele fazia era exaltado. Lula disse, Lula fez, Lula pensa, Lula quer, Lula não quer. Essa lua-de-mel que, realmente, estava ficando chata, acabou. Acho que se espera da imprensa que ela seja rigorosa com o governo. Imprensa é para fiscalizar. Seja o poder político ou o econômico. Essa é a tarefa. Não acho nunca que a imprensa exerça esse papel de uma forma exagerada. Prefiro a imprensa cometendo excesso que omissão. Acho que isso é do jogo. Fez o mesmo com Fernando Henrique, está fazendo com Lula. Sabemos tudo o que aconteceu, e como. Quando as pessoas dizem que a imprensa não faz isso, não faz aquilo, eu pergunto: “Como você soube disso e daquilo”? Ora, ficamos sabendo através da imprensa. Não há outra maneira de se saber.

**JU - A crítica permanente não é um papel a ser exercido mais pela oposição?**

**Zuenir** - Olha, eu acho até que essa oposição que está aí é incompetente. O PFL, o PSDB e o PP não têm *know-how*. Eles não sabem ser oposição. Sempre

foram governo. De oposição, mesmo, é o PT que entende. Imagina o que o PT na oposição não faria numa hora dessas? Imagina o baile que daria... Ia deitar e rolar. Então, por enquanto, ficamos assim: da mesma maneira que o PT está tendo dificuldades para governar o país, de ser governo, a oposição está meio atrapalhada, sem saber o que fazer. Acho que a imprensa cometeu muitos pecados, mas não se pode condená-la porque está exercendo o seu papel crítico de uma maneira mais rigorosa. Acho que isso é bom. O presidente chegou mesmo a dizer que prefere uma imprensa crítica, e é famosa uma frase de D. Pedro I a respeito disso: “Os males da imprensa são curados pela própria imprensa”.

**JU - Como o senhor está vendo os monopólios da comunicação?**

**Zuenir** - A tendência, em todo o mundo, é esta concentração de poder. Tome por exemplo o grupo *Time-Warner* que hoje atua em jornais, revistas, gravadoras, sites, etc. Isso apresenta um grande risco porque este poder muito concentrado tira da imprensa democrática a sua principal característica, que é a pluralidade, a variedade. Isto é a grande força da democracia. Se, por um lado, a democracia no Brasil possibilita isso, por outro, seguindo a tendência neoliberal, expõe mais o país ao pensamento único do poder único. Isso é péssimo, porque aí acabamos caindo em outra espécie de ditadura.

**JU - Para salvar os bancos, o governo passado criou o PROER. Agora, ouve-se falar muito em “PROER da mídia”. As críticas e pressões logo após a “lua de mel”, que muitos consideram excessivas, têm algo a ver com a reivindicação dos grandes grupos falidos que querem dinheiro público do BNDES para saldar suas dívidas particulares?**

**Zuenir** - Olha, esta é uma estratégia meio complicada. Não quero dizer que as coisas sejam assim. Eticamente, são coisas muito complicadas... Mas quero crer que não é por isso. Até porque, toda a imprensa está nessa reivindicação para pegar uns milhões. Eu não tenho nenhuma indicação que esse rigor da imprensa hoje seja para alcançar este tipo de vantagem. É bom que a imprensa critique o governo. E que critiquemos a imprensa. A imprensa está sujeita à crítica da sociedade e até a essas suspeitas. Cabe a ela, imprensa, se defender com fatos para provar que isso não é, por exemplo, uma tentativa de pressão ou de chantagem.

**JU - De onde vêm as grandes dívidas que provocaram a agonia dos grandes veículos de comunicação?**

**Zuenir** - Economia não é minha área. Não sou um especialista, muito menos em economia deste setor. Nem a minha casa eu administro, quem administra é a minha mulher. Mas eu presumo que tenha sido má gerência. Má gerência, talvez seja uma expressão forte. Pode ter faltado a previsão de uma crise. O que aumentou muito as dívidas, pelo que sei, foram os investimentos em dólar durante as sucessivas crises econômicas. Investimentos que, de um dia para o outro, aumentavam de valor até em três vezes ou mais. Atenção: quero insistir que não sou especialista. Mas sempre pode ter acontecido que as empresas tenham agido mal, que tenha havido uma certa imprudência, no sentido de não prever que ia acontecer uma coisa dessas que pegou a todas meio que de surpresa.

**JU - O senhor acha que o governo deveria salvar os grandes grupos de mídia da falência?**

**Zuenir** - Para responder a esta pergunta eu teria que conhecer mais a questão.

Não conheço a reivindicação, não sei direito o que estão pedindo. Mas espero, pelo menos, que isso fique cada vez mais transparente para todos. Não só para nós, jornalistas, a sociedade toda tem que entender. Trata-se de um setor de utilidade pública, um setor fundamental. Falências em massa não acontecem no Brasil há décadas, muito menos entre os grandes veículos de comunicação. Isso é muito ruim para o governo, para o país, para todo o mundo. Se for possível, acho que essa quebradeira deve ser evitada. Mas isso deve ser feito de acordo com a sociedade. Acho que é legítimo pedir e é legítimo discutir se isso vale ou não. Mas tem que ter muita transparência e completa participação da sociedade.

**JU - A imprensa alternativa ainda tem vez?**

**Zuenir** - Parece irônico, mas hoje é mais difícil fazer imprensa alternativa. Durante a ditadura era muito mais doloroso, sofrido, arriscado, mas era mais fácil. E gostoso, porque era uma fundamental válvula de escape para todos aqueles que faziam aquilo por amor, por militância, não partidária, mas antiditadura. Além disso, escrevíamos só o que não saía na “grande imprensa”. Acho que hoje é difícil sobreviver tentando ser original e exclusivo em matéria política, que era o seu “filé”. Porém, hoje, enquanto a “grande imprensa” nos enche de informação superficial em detrimento da explicação, a imprensa alternativa ainda tem muito espaço para fazer a interpretação dos fatos, das notícias e ter o seu jeito de olhar e mostrar o país e o mundo.

**JU - O senhor não acha que os “jornalões” estão todos iguais em fotos, textos, diagramação, abordagem de assuntos, enfim, não parece tudo a mesma coisa?**

**Zuenir** - Hoje, com a competição, com a ditadura do mercado, a imprensa convencional está muito amarrada. Publica tudo não para informar, mas com medo de levar furo do concorrente. Todos dizem a mesma coisa. Ninguém fecha o jornal antes do Jornal Nacional, que pauta toda a “grande imprensa” da manhã seguinte. E se algum contrariar esta regra, sabe que corre o risco do seu leitor perguntar: “Ué... por que o meu jornal não deu a notícia que todos os outros deram?” E isso pode significar trocas de preferências, diminuição das tiragens, baixa da venda em banca e de assinaturas, menos publicidade, em resumo: prejuízo. E nenhum chefe de redação se arrisca a tanto, senão vai para a rua.

**JU - Hoje o senhor está em Porto Alegre para debates sobre o golpe. Mas tem percorrido o Brasil prestando depoimentos, fazendo conferências e dando entrevistas sobre o mesmo assunto. Qual a pergunta que mais tem ouvido das novas gerações?**

**Zuenir** - A primeira é a mais folclórica e acho que todo o mundo já sabe a resposta: “Onde o senhor estava em 31 de março de 1964?” À distância, parece que a ditadura aqui foi uma coisa só. Não foi. Em Portugal e na Espanha houve ditaduras, cada uma delas com um só ditador. Os jovens precisam entender isso. No Brasil houve uma ditadura, com cinco ditadores e uma junta militar. Para eles entenderem isso é meio complicado.

**JU - Quando ocorreu o golpe, a juventude brasileira respondeu. Os protestos foram generalizados, a rebeldia política era visível e expressada das mais variadas formas e locais, o movimento estudantil era fortíssimo e atuante, muitos partiram para a luta armada. Se hoje houvesse um golpe igual ao de 64, como o senhor acha que a juventude brasileira reagiria?**

**Zuenir** - Primeiro, deixa-me bater aqui na mesa porque isso não pode voltar

a acontecer. Deus nos livre! Mas respondo à tua pergunta, descrevendo uma questão. Depois de 64 se dizia que aquela juventude não queria nada, que estava cooptada pela ditadura, pelo medo, com cada um olhando para o seu umbigo, para o seu emprego, para as suas festinhas e... de repente, estourou 68 e pegou todo o mundo de surpresa. A história do Brasil é cheia de surpresas. Por exemplo: quem poderia esperar que o primeiro presidente eleito por aquela massa depois da ditadura seria derrubado apenas dois anos depois, sem sangue? Não podemos prever nada. Deixo a pergunta no ar. Jornalistas, sociólogos, economistas não podemos prever nada. A História nos reserva surpresas. Às vezes, boas.

**JU - Não houve uma mudança de valores da juventude de 1968 para os jovens de 2004?**

**Zuenir** - De uma maneira geral, temos hoje uma sociedade muito mais individualista, não só aqui. Uma das coisas lindas da juventude de 68 foi a sua abnegação, a sua generosidade, expressa em ir para a rua, de se entregar à tortura e à morte por um bem público, pelo bem do país. Poucas vezes houve se é que houve — geração igual. Mas, certamente, nenhuma depois dela.

# Ennio Candotti



**“O grande desafio da SBPC  
é a popularização da ciência”**

*Romano nascido em 1942, formado em Física pela Universidade de São Paulo (USP) em 1964 e naturalizado brasileiro em 1983, Ennio Candotti é o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Veio a Porto Alegre lançar a reunião regional da entidade. O exercício de cargos de direção e a própria presidência da entidade não são nenhuma novidade para ele. Antes desta gestão, Candotti esteve à frente da regional do Rio de Janeiro, foi conselheiro, vice-presidente e presidente em duas gestões seguidas (1989 e 1992). Apesar a rapidez da visita, ainda houve tempo para um encontro como Jornal da Universidade. Na entrevista, Ennio Candotti, que desde 1995 é pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), falou sobre como deve ser a atuação da SBPC no Brasil atual, a situação da Ciência e Tecnologia no país, suas carências, realizações e perspectivas.*

ABRIL/MAIO 2004 - EDIÇÃO Nº 70



**Jornal da Universidade - Diante das carências e necessidades atuais do país e da multiplicidade de prioridades do governo, como pensar, hoje, o papel da SBPC?**

**Ennio Candotti** - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, tem três grandes compromissos com a própria comunidade científica: apoio à pesquisa, sua defesa e o fornecimento de condições de realização, para que a comunidade científica tenha possibilidades de trabalhar em instituições estáveis e com continuidade. Também é da sua alçada a famosa batalha pelos recursos financeiros, a formação de recursos humanos, a própria reprodução do sistema e a oferta de possibilidades para que os jovens se formem e encontrem emprego. A multidisciplinariedade é de onde saem novos rumos para a pesquisa. É na popularização da ciência que está o grande desafio da SBPC: fazer que conhecimentos não sejam vistos com temor, mas com admiração, que sejam lidos e vividos com confiança. Então, é preciso estabelecer laços de confiança com a comunidade científica e com a sociedade, que precisa acreditar, confiar. Para isso, a comunidade científica deve participar da vida política mostrando seu empenho e seus compromissos éticos e políticos.

**JU - E como se dá esta participação da comunidade científica na vida política? Como e com que meios?**

**Candotti** - No que se refere à popularização da ciência, há um grande desafio: ciência é difícil de divulgar, porque é uma construção de conhecimentos plurais e formais fundamentais. É preciso traduzir, usar imagens, metáforas e aí surge todo um *marketing* próximo à literatura e que, às vezes, se afasta da própria atividade científica. Também são funções da SBPC: representar a comunidade científica junto aos ministérios, conselhos, à própria criação das fundações estaduais de apoio à pesquisa e às atividades presentes nas assembleias legislativas. Finalmente, mais uma das funções da entidade e que engloba todas as demais diz respeito à publicação de suas opiniões, a veiculação junto à imprensa, com textos mais “divulgativos” e, junto à comunidade de pesquisadores, com textos científicos. A SBPC, hoje, conta com uma ótima rede de informação e de divulgação: temos o *Jornal da Ciência* já com dez anos, *A ciência das crianças*, que se tornou uma revista mensal, *A Ciência Hoje*, *A Ciência Cultura*, jornais eletrônicos e, também, veículos em algumas regionais. Mas o nosso instrumento de maior penetração é o *JC e-mail*, jornal por correio eletrônico que é lido por 25 mil pessoas todos os dias. Dessa forma, a SBPC tem capacidade para mobilizar a comunidade científica em poucas horas mas esses instrumentos não são explorados plenamente. Ainda não estamos organizados para utilizar completamente esses instrumentos de pressão, de informação, de educação.

**JU - É possível considerar que a educação, a ciência e a cultura funcionam, hoje, como motores da política de desenvolvimento social do país?**

**Candotti** - Eu acredito que sim. *Laser*, hoje, é barato e útil, desde a produção em um laboratório de alta sofisticação até seu uso por uma costureira. Aproximar a tecnologia de ponta das necessidades de produção – desde a mais modesta – é a grande chance do sistema. Isso não se faz sem investir em educação, com a popularização da ciência, com o ensinamento do *abc* para o uso da tecnologia. Às vezes parece complexo, mas, com um pouco de treinamento, se pode dominá-la. E o que nos falta é colocar o conhecimento científico-tecnológico à disposição de quem precisa deles.

**JU - O senhor disse em entrevista que Ciência e Tecnologia ainda “são um corpo estranho no Congresso e nos corredores de Brasília e dos governos estaduais”. Explique mais esta sua afirmação.**

**Candotti** - Como a ciência e a tecnologia não dão resultados imediatos e visíveis, o que vemos depende de interpretações. É comum ouvir dos políticos – e da própria área econômica – que isso “tudo é fantasia”, que “não são coisas concretas”. O que nos falta é um melhor entendimento com as áreas políticas sobre o papel e as funções da ciência e da tecnologia. Não é difícil mostrar que 50% do PIB brasileiro se devem aos avanços científicos e tecnológicos desenvolvidos em nossas universidades.

**JU - Cite exemplos.**

**Candotti** - Daria como exemplos a soja, a Embraer e o petróleo em águas profundas. Esses três itens correspondem a 50% de todo o PIB nacional. Só um deles paga tudo aquilo que se investiu em ciência e tecnologia nos últimos cinquenta anos. Mas, isso precisa ser lembrado. Temos três bilhões de reais contingenciados, ou seja, retidos na Fazenda para a atividade primária. Quando vamos pedir parte desses recursos perguntam: “O que vocês vão fazer?” Se respondermos que é para prospectar petróleo, para dobrar a produtividade da soja, sem precisar ser transgênica, ou para produzir aço de melhor qualidade, nos respondem com ceticismo. Agora, imaginem o ceticismo há vinte anos, quando esses exemplos não existiam. Nos anos 70, participei das discussões (eu era professor de Física) e das pesquisas para desenhar as plataformas para extração de petróleo em águas profundas. Havia restrições, diziam que isso não seria possível. Falávamos de plataformas de cem metros de profundidade. Hoje descemos a dois mil, três mil metros. Naquela época, se dizia não e a justificativa era o elevado custo. Foi o mesmo com a soja e com a Embraer. Se hoje a Embraer ainda não tem uma nacionalização maior é exatamente porque os nossos economistas não souberam lhe dar o crédito que outros países souberam dar à sua indústria aérea.

**JU - O senhor vê alguma perspectiva de mudança, no curto prazo, nessa maneira de se tratar a ciência e a tecnologia no país?**

**Candotti** - Não sei. Hoje, temos as mesmas cabeças à frente da nossa economia, que vêem com muita desconfiança as atividades em ciência e tecnologia. Talvez tenha melhorado um pouco. Nos últimos anos, o Congresso Nacional foi formado por um grupo de deputados muito gentis, respeitosos, admiradores do desenvolvimento científico, que nunca pouparam medalhas e honrarias. Mas, na hora de votar o orçamento, qualquer cem metros de asfalto que os interessasse para angariar votos, ganhavam dos nossos projetos. Hoje, já há uma consciência maior, mas ainda estamos longe de convencê-los da importância desse “sacrifício”. Investimentos em ciência e tecnologia são sementes valiosas que precisam ser preservadas e apoiadas. Os economistas insistem em dizer que tecnologia é um bem que se compra no mercado. E, dizem eles, se não existir no mercado nacional, que se procure no exterior. Acho que esse é um dos grandes equívocos. Tecnologia não se compra e, quando se compra, se paga caro e, em geral, vem em caixas pretas que não permite serem atualizadas ou abertas. Tecnologia tem que ser desenvolvida no país. Isso é para lembrar que precisamos de mais gente trabalhando nestas áreas. A formação de recursos

humanos é a premissa fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico. Mesmo com todo o movimento pela inovação e pela política industrial, há um ponto fraco nisso tudo: não se prevê, adequadamente, a formação de pessoas, não se destinam as verbas necessárias a um programa de recursos humanos em áreas prioritárias. Essas são as questões mais importantes em discussão hoje. É prevista uma política industrial, são previstos os recursos para essa política, mas de empréstimos ou de créditos. Só não vi, ainda, a clara definição de uma política de formação de gente especializada para essas áreas. E dentro de poucos anos essas pessoas poderão fazer falta. É preciso começar a investir logo na formação desses recursos, porque demora de seis a oito anos para formar um especialista.

**JU - Há poucos anos passou-se a falar muito em novidades como inovação e fundos setoriais. As novas empresas que se criaram e as que restaram em poder do Estado após as privatizações participam, efetivamente, nos programas de pesquisa e de formação?**

**Candotti -** Não é muito clara a composição dos gastos de ciência e tecnologia no país. Sabe-se que o país gasta, mais ou menos, 1% do PIB em ciência e tecnologia, incluindo aí também os salários dos especialistas dos institutos de pesquisa e parte do salário dos docentes universitários. Mas as contribuições do setor privado e das estatais são ainda indefinidas. Pode ser que se gaste no país até mais do que 1%, ou seja, 15, 16 bilhões, considerando que o PIB é de 1,6 trilhões. Fala-se da necessidade de uma maior participação das indústrias e da capacidade da inovação na indústria, mas os instrumentos de incentivos fiscais e operacionais para conseguir isso ainda exigem muitos cuidados. No Brasil, para se criar uma pequena empresa no país são necessários meses de trabalho, enquanto nos países onde essas atividades são realmente prioritárias e fomentadas esse tempo se reduz para dois dias. O crédito para desenvolver atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação é lento e exige um esforço muito grande de quem deseja alcançá-lo. E não é um jeito fácil, à disposição de todos. Se alguém necessita de um impulso inicial, precisa demonstrar que pode pagar o empréstimo. É um investimento de risco, um empréstimo de risco. Os desenvolvimentos científicos e tecnológicos nas indústrias são grandes. Empresas estatais do porte da Petrobras e da Eletrobras têm muito ainda a desenvolver em pesquisa, tanto na área de energia e petróleo, como na geração de energia elétrica ou na área da biotecnologia.

**JU - Grande parte de graduados, mestres e doutores estão deixando o país em busca de melhores salários ou, simplesmente, em busca dos empregos que não encontra no Brasil. O que fazer para estancar este fluxo, altamente danoso ao país?**

**Candotti -** Isso é decorrente de um profundo desequilíbrio no desenvolvimento do país. Este desenvolvimento está todo concentrado no centro-sul e vastas regiões do país estão absolutamente carentes de quadros – o Amapá tem quatro doutores, a Amazônia tem cinqüenta, cem doutores, o Pará tem duzentos e esses são números muito pequenos frente às necessidades dessas regiões. É uma pena que os jovens doutores não encontrem condições favoráveis para se fixar nas regiões mais afastadas. Acho que se deveria pensar em políticas de governo voltadas para a fixação de jovens no Brasil, mas em regiões de baixo desenvolvimento, pouco povoadas e com o objetivo de criar pólos, centros de pesquisa e de desenvolvimento ligados às vocações locais, com insumos e

matéria-prima disponíveis no local. Não tenho notícias muito exatas a respeito de doutores e jovens que tenham emigrado mas já é preocupante o pequeno número do qual eu tenho conhecimento. São situações paradoxais em que jovens fecham contratos valiosos no exterior, têm recursos internacionais à sua disposição e não conseguem montar um laboratório aqui. Este fato deve ser corrigido antes que o Brasil perca os seus melhores quadros para o exterior. Custa muito formá-los e colocar o sistema em fase ascendente de reprodução desses técnicos é muito difícil.

**JU - No Programa de Ação da SBPC são abordadas questões relativas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia em todas as regiões do país. Como a entidade pensa em garantir algum equilíbrio, diante das extremas desigualdades que, a cada momento, se apresentam exigindo solução?**

**Candotti -** O grande desafio é estabelecer prioridades, concentrando em cada uma das regiões do nosso país, as áreas do conhecimento que possam alcançar, com grande rapidez, a excelência, a qualidade necessária. Esse é o nosso principal desafio. A SBPC tem se empenhado em mobilizar suas regionais para que possam ser instrumentos de desenvolvimento científico regional e possam apresentar, nestes aspectos, os interesses da comunidade local. E que se possa equacionar o problema da formação de recursos humanos locais e também da implantação de instituições sólidas. Mas ainda estamos longe disso. A Amazônia precisaria de um programa de formação de recursos humanos de, no mínimo, dez mil pessoas para os próximos dez anos; o Nordeste precisaria estudos mais aprofundados das regiões semi-áridas; outras regiões ainda não têm um parque industrial solidamente estabelecido. Estamos numa fase de transição: o novo ainda não nasceu e o velho está custando a morrer. Imagino que viveremos os próximos tempos tomando grandes decisões. O impasse de um crescimento desigual já mostrou que a situação é insustentável como um todo. Seria um desenvolvimento não sustentável. Como? Por quê? Precisamos de gente em todas as regiões e não sabemos ainda como fixá-las.

**JU - Qual a atuação, a ligação, o grau de autonomia e as relações das secretarias regionais da SBPC com a sua direção central?**

**Candotti -** As secretarias regionais gozam de grande autonomia. A SBPC tem uma atividade que depende muito das iniciativas dos seus sócios. Não há grandes restrições e nem a exigência de um pensamento único. Ela é a soma das contribuições dos seus sócios e eu gostaria que fosse muito mais a soma das contribuições de suas regionais bem organizadas. As reuniões regionais que estamos organizando têm, também, o objetivo de fortalecer as secretarias regionais e de permitir que elas tenham uma atividade permanente todos os anos. Com isso, obterão os devidos financiamentos e possibilitarão a presença da SBPC o ano todo, realizando grandes reuniões regionais sem descontinuidade. Acho que as atividades das regionais da SBPC são muito importantes para consolidar a criação das fundações estaduais de apoio à pesquisa e a aproximação da academia com o ensino médio e fundamental. É o que estamos promovendo agora com essas reuniões, com vários objetivos: nos aproximar das áreas de ensino médio e fundamental; fazer com que os pesquisadores tenham maior clareza sobre os desafios do ensino médio; atualizar os professores sobre o que está sendo feito nas fronteiras da ciência e da pesquisa; servir como referência,

sempre que necessário; criar uma cultura de integração entre escola e universidade. Há um outro desafio: os livros didáticos são muito pobres nos pontos mais atuais de ciência e tecnologia. É difícil encontrar questões como DNA, clonagem, relatividade, quasares, astrofísica ou a própria tecnologia, como os *lasers*, que estão presentes na vida cotidiana, ou nas reportagens da televisão. As pessoas estão desarmadas para essas questões.

**JU - Sendo os canais de rádio e de televisão concessões públicas, qual a possibilidade da SBPC fazer uso desses meios?**

**Candotti -** Temos feito isso na medida das nossas forças, mas poderíamos fazer muito mais. Há uma demanda grande de participação na popularização da ciência. Mas todos os programas de televisão são caros. Então, se torna difícil. Fazer propostas é fácil, dizer que quer participar também. Mas depois, a produção técnica é dispendiosa e, pior ainda, encontrar patrocinador. Os patrocinadores ainda não descobriram a ciência como bom veículo. Ela dá prestígio, mas pelo jeito não é um bom veículo publicitário. Acredito que há flutuações, altos e baixos, há muito a se fazer. Ainda há pouca gente que se preocupa com divulgação científica. Mesmo há vinte anos atrás, quando começamos a *Ciência Hoje* na SBPC, todos os divulgadores de ciência cabiam numa kombi. Hoje, cabem num ônibus. Mas ainda não cabem num trem.

**JU - Também em entrevista, o senhor disse que a “a ciência dos últimos cinquenta anos não está presente no ensino”. Esta defasagem, que tem início já nos cursos médios, não deveria começar por uma melhor formação dos professores, por um reordenamento de prioridades e de currículos e por um maior tempo de ensino prático?**

**Candotti -** A ciência nos últimos cinquenta anos não está nos livros-textos. Eu acho que é uma culpa nossa, da academia. Temos nos dedicado pouco a isso. E aí sentimos falta do apoio da sociedade nas atividades de ciência e tecnologia. Acredito que essa aproximação com a sociedade se dá pela escola, principalmente pelo ensino médio. Se nós dedicássemos um pouco mais de atenção ao ensino médio, provavelmente as atividades de ciência e tecnologia estariam mais presentes, seriam mais familiares na vida cotidiana, e teríamos melhores chances de negociação para o progresso da ciência e do desenvolvimento científico, tanto junto aos políticos como com a própria sociedade.



As setenta entrevistas reunidas nesta coletânea, publicadas entre setembro de 1997 e maio de 2004, são um pequeno mas significativo testemunho da trajetória recente do nosso jornal, de sua procura e de seus caminhos. Em suas páginas, os cientistas, artistas, escritores, jornalistas, dirigentes políticos, reitores, autoridades governamentais, empresários e tantas outras personalidades entrevistadas desenharam um belo e abrangente mosaico de opiniões e visões do mundo, contando para tanto com a colaboração de meia centena de entrevistadores – jornalistas, professores e estudantes de nossa Universidade. Este livro é pois mais uma demonstração do compromisso da UFRGS com a pluralidade e com o diálogo. Ao publicá-lo, queremos homenagear os milhares de gaúchos e brasileiros que, muitas vezes de maneira anônima, dentro e fora da Universidade, de fato são os construtores de uma das mais valiosas e exitosas instituições do Brasil republicano – a Universidade Pública.

Wrana Panizzi  
Reitora da UFRGS

*Universidade Viva*